REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. AO Nº 52 QUINTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

MENSAGEM Nº 5/2016-CN

Encaminha a prestação de contas da Presidente da República, referente ao exercício financeiro de 2015

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

CONGRESSO NACIONAL

MENSAGEM DO CONGRESSO NACIONAL Nº 5, DE 2016

Encaminha, em cumprimento ao art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal, a prestação de contas da Presidente da República pertinente ao exercício financeiro de 2015.

Mensagem nº 116 de 2016, na origem

DOCUMENTOS:

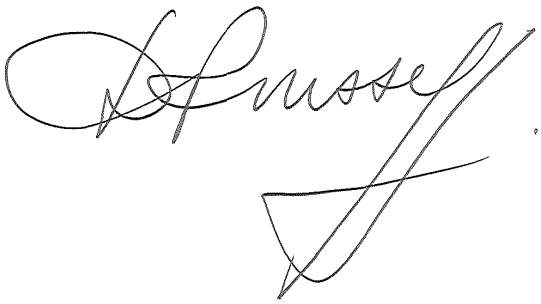
- MENSAGEM PRESIDENCIAL
- PRESTAÇÃO DE CONTAS
    - POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA
    - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
    - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS
    - ATUAÇÃO POR EIXO TEMÁTICO
    - RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO
    - BALANÇO-GERAL DA UNIÃO
    - PROVIDÊNCIAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TCU, EXERCÍCIO DE 2014
- INFORMAÇÕES ADICIONAIS
- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Mensagem nº 116

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV, e 49, inciso IX, da Constituição, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, encaminho a Vossas Excelências o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2015.

Brasília, 31 de março de 2016.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

ATUAÇÃO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO
BALANÇO GERAL DA UNIÃO

2015

BRASÍLIA, ABRIL DE 2016

Copyright © 2016 - Controladoria-Geral da União

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessado em sua versão digital (www.cgu.gov.br).

Tiragem: 50 exemplares

Impresso no Brasil

Autoridades Responsáveis pelas Contas do Exercício de 2015

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União
Luiz Augusto Navarro de Britto Filho

Ministro de Estado da Fazenda
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Valdir Moysés Simão

MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Luiz Augusto Navarro de Britto Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Carlos Higino Ribeiro de Alencar

SECRETÁRIO FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
Francisco Eduardo de Holanda Bessa

DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA ECONÔMICA
José Gustavo Lopes Roriz

COORDENADOR-GERAL DE CONTAS DO GOVERNO
Alexandre de Sales Lima

EQUIPE TÉCNICA
Bruna Barbosa de Morais Moreira
Paterson da Rocha Severo
Lícia Maria Gaspar Barros Kilson
Welinton Vitor dos Santos
Leandro Santos Gonçalves
Adalberto Carvalho Pinto

COLABORAÇÃO TÉCNICA
Diretoria de Auditoria da Área Social / SFC
Diretoria de Auditoria da Área de Infra-Estrutura / SFC
Diretoria de Auditoria da Área Econômica / SFC
Diretoria de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia / SFC
Diretoria de Auditoria da Área de Pessoal, Previdência e Trabalho / SFC

Informações: (61) 2020-7190 / 2020-6868 / 2020-6842
Endereço Eletrônico: www.cgu.gov.br
Correio Eletrônico: sfcdecon@cgu.gov.br / pcpr@cgu.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Secretaria Federal de Controle Interno
REVISÃO DE TEXTO E DIAGRAMAÇÃO: Coordenação-Geral de Contas do Governo - DECON/SFC
FOTO DA CAPA: Acervo da Presidência da República

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

De forma complementar, a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001 e o Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, conferem à Controladoria-Geral a tarefa de elaborar as contas presidenciais prestadas anualmente, bem como mantê-las disponíveis para consulta da sociedade, de forma permanente, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para esta missão, foi atribuído à Secretaria Federal de Controle Interno desta Controladoria-Geral da União o papel de organizar as contas da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, para seu encaminhamento ao Congresso Nacional, no citado prazo constitucional contado da abertura da Sessão Legislativa, ocorrida em 02 de fevereiro de 2015.

Inobstante o dever legal conferido ao Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo, ressalto que as informações que integram esta obra são provenientes de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e contemplam os mais variados aspectos da atuação governamental no exercício de 2015, sendo estruturadas em sete partes, assim compreendidas:

PARTE	I	Política Econômico-Financeira
PARTE	II	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PARTE	III	Orçamento de Investimento – Empresas Estatais
PARTE	IV	Atuação por Eixo Temático
PARTE	V	Relatório do Controle Interno
PARTE	VI	Balanço Geral da União
PARTE	VII	Providências sobre as Recomendações do TCU, exercício de 2014

A Parte I evidencia o desempenho da economia brasileira, que nesta Prestação de Contas possui um caráter dialético, pois ao mesmo tempo em que é influenciada pela ação governamental, também estabelece as condições para o desenvolvimento das atividades da Administração Pública.

A Parte II contempla uma visão consolidada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, evidenciando a autorização legislativa para a previsão e fixação das receitas e despesas públicas, bem como a sua execução no exercício de 2015.

As informações referentes às Empresas Estatais não dependentes do Poder Executivo Federal, vinculadas ao Orçamento de Investimento, produzidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estão contempladas na Parte III.

A Parte IV – Atuação por Eixo Temático contempla a ação governamental segregada em Eixos de Atuação do Poder Executivo, (Políticas Sociais, Políticas de Infraestrutura, Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e Soberania, Território e Gestão) mantendo alinhamento com o Plano Plurianual - PPA, privilegiando a informação por programa temático e objetivos considerados mais relevantes e, subsidiariamente, outros sugeridos pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a apresentar à sociedade prestação de contas com foco no desempenho da Administração Pública, expondo uma análise temporal da execução orçamentária e, principalmente, os resultados alcançados no exercício de 2015.

O Balanço Geral da União, integrante da Parte VI, foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão do Ministério da Fazenda, e contempla a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, materializada nos demonstrativos e nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Complementam os balanços as notas explicativas, que buscam evidenciar aspectos relevantes que afetam a elaboração e conteúdo das informações contábeis.

A Parte VII retrata as providências adotadas pelos órgãos e entidades no âmbito do Poder Executivo Federal, quanto às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União no parecer prévio emitido por ocasião da apreciação da Prestação de Contas do exercício de 2014.

A novidade para esta edição da Prestação de Contas Presidencial está materializada na Parte V - Relatório do Controle Interno, contemplando as ações da Controladoria-Geral da União nas áreas de Prevenção e Combate à Corrupção, Auditorias e Fiscalizações, Ouvidoria e Correição no Poder Executivo Federal, além de análise da equipe de Contas do Governo da SFC sobre a execução dos Orçamentos da União. É um capítulo essencial para a transparência pública, ao apresentar em detalhes, por exemplo, as ações de controle e de combate à corrupção, incluindo demonstrativos regionais com as punições imputadas a agentes públicos decorrentes de atos de má gestão dos recursos federais sob suas responsabilidades.

Encontra-se encartado nesta Prestação de Contas um CD-ROM contendo informações adicionais referentes à execução orçamentária e balanços, e outras que possam subsidiar a compreensão dos dados constantes do texto impresso.

A responsabilidade pelo processo de elaboração da Prestação de Contas da Presidenta da República (PCPR) é atribuída majoritariamente a três órgãos, com as respectivas responsabilidades a seguir descritas:

ÓRGÃO	RESPONSABILIDADE
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO Secretaria Federal de Controle Interno - SFC	Coordenação do processo de elaboração da PCPR, conforme determina a Lei n.º 10.180/2001 e o Decreto n.º 3.591/2000 e elaboração do Relatório do Controle Interno.
MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Elaboração e análise dos Balanços Gerais da União e dos demonstrativos da execução do orçamento fiscal e da seguridade social.
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Dest Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI	Elaboração das informações sobre as empresas estatais e respectivo orçamento de investimento, bem como dados sobre os indicadores dos programas e execução física das ações governamentais.

As informações que compõem a PCPR referente ao exercício de 2015 foram elaboradas seguindo diretrizes do contínuo aperfeiçoamento em relação aos anos anteriores, objetivando conceder maior transparência e qualidade à Prestação de Contas Presidencial.

Todo o conteúdo da PCPR encontra-se organizado neste único volume, contemplando: Relatório, abrangendo informações da atuação de vários órgãos e entidades do Poder Executivo, tais como ministérios, secretarias e bancos oficiais, e o Balanço Geral da União, que reúne todos os balanços contábeis dos três Poderes da República, exigidos pela Lei nº 4.320/64.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), esta Prestação de Contas encontra-se disponível, na íntegra, no endereço eletrônico www.cgu.gov.br e em meio impresso na Controladoria-Geral da União, na Secretaria do Tesouro Nacional, no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas da Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

É importante salientar que esta Prestação de Contas é dirigida não apenas ao Congresso Nacional ou ao Tribunal de Contas da União, mas, sobretudo ao cidadão, como instrumento de transparência e prestação de contas à sociedade brasileira pela confiança e recursos depositados junto ao Governo.

SUMÁRIO

PARTE I – POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA 13

1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2015 13
1.1.1. Política Monetária, Creditícia e Cambial 13
1.1.2. Políticas de Investimento e Infraestrutura 14
1.1.3. Políticas Fiscal e Tributária 14
1.1.4. Políticas Sociais 14
1.1.5. Políticas de Emprego e Renda 15
1.1.6. Dívida Pública Consolidada e Resultado Nominal 15
1.1.7. Metas Fiscais e Resultados Primários e Nominal Alcançados no Exercício 17

1.2. MOEDA E CRÉDITO 18
1.2.1. Aspectos Gerais 18
1.2.2. Agregados Monetários 18
1.2.3. Títulos Públicos Federais 19
1.2.4. Operações de crédito 19
1.2.5. Sistema Financeiro Nacional 21

1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO 22
1.3.1. Política de Comércio Exterior 22
1.3.2. Política Cambial 23
1.3.3. Movimento de Câmbio 24
1.3.4. Balanço de Pagamentos 25
1.3.5. Reservas internacionais 38
1.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional 39
1.3.7. Dívida Externa 40
1.3.8. Indicadores de Endividamento 45
1.3.9. Captações Externas 46
1.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII) 47

1.4. GESTÃO DE HAVERES JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS 49
1.4.1. Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas 49
1.4.2. Renegociação da Dívida Externa do Setor Público 49
1.4.3. Retorno de Repasses de Recursos Externos 49
1.4.4. Saneamento de Instituições Financeiras Federais 49
1.4.5. Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais 49
1.4.6. Outros Créditos 49

1.5. OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL 50
1.5.1. Haveres da União não relacionados a Estados e Municípios 50
1.5.2. Recebimento de Créditos 51
1.5.3. Haveres Mobiliários 52
1.5.4. Fundos que Receberam Aporte de Capital da União em 2015 57

1.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA 58
1.6.1. Necessidades de Financiamento 58
1.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida 61
1.6.3. Tesouro Direto 63
1.6.4. Avanços Institucionais 63

1.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS 64
1.7.1. Verificação de Limites e Condições para Realização de Operações de Créditos dos Entes da Federação 64
1.7.2. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal 65
1.7.3. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios Cujas Dívidas Foram Refinanciadas (MP nº 2.185-35/2001) 66
1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real – RLR 66
1.7.5. Verificação do Adimplemento com a União para efeito do disposto no inciso IV do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001 66
1.7.6. Cálculo da Capacidade de Pagamento 66

1.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO 68
1.8.1. Aspectos Gerais 68
1.8.2. Financiamento 68
1.8.3. Subvenções Econômicas 68
1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas 71

1.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS 72
1.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens 72
1.9.2. Concessão de Garantias Externas 72
1.9.3. Concessão de Garantias Internas 73
1.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contra garantias 73
1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito 76

1.10. AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO 77
1.10.1. Banco da Amazônia S.A. 77
1.10.2. Banco do Brasil S.A 79
1.10.3. Banco do Nordeste do Brasil S.A. 89
1.10.4. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 96
1.10.5. Caixa Econômica Federal 102
1.10.6. Financiadora de Estudos e Projetos 106

PARTE II - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 109

2.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2015 109
2.1.1. O Ordenamento Jurídico do Sistema de Administração Financeira 109
2.1.2. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício 109
2.1.3. Execução Financeira 115

2.2. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 118
2.2.1. Análise da Execução da Despesa Orçamentária 118
2.2.2. Resultado Orçamentário 124
2.2.3. Política de Restos a Pagar 124

2.3. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS 125
2.3.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE 125
2.3.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde 128
2.3.3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 130

2.4. DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA E PREVIDENCIÁRIA 131
2.4.1. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) 131
2.4.2. Procuradoria-Geral Federal (PGF) 135
2.4.3. Dívida Ativa sob a Responsabilidade da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (BCB) 144
2.4.4. Demonstrativos da Dívida Ativa da União - Exercício de 2015 146

PARTE III – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS 149

3.1. ASPECTOS GERAIS 149
3.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS 152
3.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 166
3.4. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO 169
3.4.1. Reserva Global de Reversão - RGR 170
3.4.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE 172
3.4.3. Conta de Consumo de Combustíveis – CCC 174

PARTE IV - ATUAÇÃO POR EIXO TEMÁTICO 175

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PPA 2012-2015 175
4.1.1. PPA 2012-2015 175
4.1.2. O Monitoramento Participativo no PPA 2012-2015 175
4.1.3. Estratégia de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015 175

4.2. POLÍTICAS SOCIAIS 176
4.2.1. Programa 2030 – Educação Básica 176
4.2.2. Programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica 186
4.2.3. Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão 190
4.2.4. Programa 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 195
4.2.5. Programa 2019 – Bolsa Família 199
4.2.6. Programa 2061 - Previdência Social 203
4.2.7. Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda 213
4.2.8. Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) 217
4.2.9. Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania 227

4.3. POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA 229
4.3.1. Programa 2049 - Moradia Digna 229
4.3.2. Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres 231
4.3.3. Programa 2033 - Energia Elétrica 233
4.3.4. Programa 2053 - Petróleo e Gás 235
4.3.5. Programa 2022 - Combustíveis 237
4.3.6. Programa 2075 – Transporte Rodoviário 239
4.3.7. Programa 2072 – Transporte Ferroviário 241

4.4. DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL 243
4.4.1. Programa 2012 - Agricultura Familiar 243
4.4.2. Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização 247
4.4.3. Programa 2018 - Biodiversidade 250
4.4.4. Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos 260
4.4.5. Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação 262

4.5. SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO 268
4.5.1. Programa 2058 – Política Nacional de Defesa 268

PARTE V - RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO - EXERCÍCIO DE 2015 275

5.1. AUDITANDO E FISCALIZANDO 276
5.1.1. Controles Preventivos 276
5.1.2. Controles Detectivos 279
5.1.3. Controles Corretivos 285
5.1.4. Benefícios Decorrentes das Ações do Controle Interno 286
5.1.5. Parcerias 287

5.2. ENFRENTANDO A CORRUPÇÃO E FORTALECENDO O CONTROLE SOCIAL 288
5.3. OUVINDO O CIDADÃO 291
5.4. PUNINDO IRREGULARIDADES 293
5.5. SÍNTESE DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA CGU EM 2015 294
5.5.1. Atividades de Auditoria e Fiscalização 294
5.5.2. Atividades de Prevenção e Combate à Corrupção 295
5.5.3. Atividades de Ouvidoria 295
5.5.4. Atividades de Correição no Poder Executivo Federal 296

5.6. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO NORTE 297
5.6.1. Auditando e Fiscalizando 297
5.6.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social 297
5.6.3. Ouvindo o cidadão 297
5.6.4. Punindo Irregularidades 297

5.7. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO NORDESTE 298
5.7.1. Auditando e Fiscalizando 298
5.7.2. Enfrentando a corrupção e fortalecendo o controle social 298
5.7.3. Ouvindo o Cidadão 298
5.7.4. Punindo Irregularidades 298

5.8. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO CENTRO-OESTE 299
5.8.1. Auditando e Fiscalizando 299
5.8.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social 299
5.8.3. Ouvindo o Cidadão 299
5.8.4. Punindo Irregularidades 299

5.9. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO SUDESTE 300
5.9.1. Auditando e Fiscalizando 300
5.9.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social 300
5.9.3. Ouvindo o Cidadão 300
5.9.4. Punindo Irregularidades 300

5.10. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO SUL 301
5.10.1. Auditando e Fiscalizando 301
5.10.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social 301
5.10.3. Ouvindo o Cidadão 301
5.10.4. Punindo Irregularidades 301

5.11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS DE GOVERNO 302
5.11.1. Políticas Sociais 304
5.11.2. Políticas de Infraestrutura 305
5.11.3. Desenvolvimento Produtivo e Ambiental 306
5.11.4. Soberania, Território e Gestão 307

5.12. ANÁLISE CONSOLIDADA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 308
5.12.1. Execução da Receita 308
5.12.2. Execução da Despesa Orçamentária 309
5.12.3. Execução Orçamentária 312

5.13. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) 313
5.13.1. Despesas com Pessoal da União 313
5.13.2. Dívida Consolidada Líquida (DCL) 314
5.13.3. Garantias e Contragarantias de Valores 315
5.13.4. Operações de Crédito 316
5.13.5. Disponibilidades e Restos a Pagar 317

PARTE VI – BALANÇO GERAL DA UNIÃO 319

6.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA UNIÃO 319
6.1.1. Balanço Patrimonial 319
6.1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais 322
6.1.3. Balanço Orçamentário 324
6.1.4. Balanço Financeiro 327
6.1.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa 329
6.1.6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 332

6.2. NOTAS EXPLICATIVAS 333
6.2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis 333
6.2.2. Adoção inicial do modelo PCASP 344
6.2.3. Composição dos principais itens das demonstrações contábeis consolidadas 353
6.2.4. Tópicos Especiais 413

PARTE VII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – CONTAS DE 2014 (ACÓRDÃO Nº 2461/2015 – TCU – PLENÁRIO) 425

ANEXOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS OFSS 433

PARTE I – POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2015

Ao final do terceiro trimestre de 2015, a economia brasileira apresentou queda (-2,5%) na comparação de quatro trimestres acumulados. Do ponto de vista da oferta agregada, e na mesma base de comparação, o setor de Serviços, que possui o maior peso na composição do Produto Interno Bruto (PIB) pela ótica da produção, apresentou queda (-1,6%), acompanhada pelo setor de Indústria (-4,7%). A exceção foi o setor de Agropecuária, que exibiu taxa positiva de crescimento (2,1%).

No mesmo período, pela ótica da demanda agregada, o consumo das famílias, componente de maior participação percentual na composição do PIB por essa ótica, apresentou queda de 1,8% nessa base de comparação.

O consumo da administração pública recuou 0,4%, enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo registrou queda de 11,2%, ainda na mesma base de comparação. A desvalorização cambial e as pressões recessivas produziram uma queda de 10,4% nas importações, enquanto incentivaram as exportações, que apresentou variação positiva de 0,1%.

Esse menor dinamismo da economia brasileira em 2015 frente ao ano anterior reflete razões externas e internas. Pelo lado externo, a queda nos preços das commodities afetou o crescimento da economia, que, combinada ao baixo crescimento da economia mundial, reduziu o dinamismo do comércio internacional e criou empecilhos ao desenvolvimento do setor externo brasileiro.

Do lado doméstico, uma forte crise hídrica criou um quadro de seca em regiões específicas do País, acarretando pressão sobre os preços de energia. Apesar disso, o conjunto de ações de políticas econômicas adotadas permitiu manter a taxa de desemprego baixa e a de investimento entre os patamares mais elevados da série histórica.

A desaceleração da economia, por sua vez, imprimiu redução da arrecadação tributária, comprometendo o resultado fiscal. Assim, o ano de 2015 foi marcado por uma série de ajustes da política macroeconômica, em função da queda do resultado fiscal, da perspectiva de elevação da dívida pública e da piora dos indicadores externos.

No âmbito da política fiscal, foram revisadas várias desonerações e subsídios, bem como vários programas, cujo objetivo era manter sua sustentabilidade frente ao cenário econômico adverso.

Do ponto de vista da economia internacional, o crescimento da economia mundial ao longo de 2015 frustrou as expectativas iniciais. Ao longo de 2015, as expectativas de crescimento para o ano foram reduzidas de 3,5% para 3,1% e, para 2016, de 3,8% para 3,6%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em janeiro de 2016, a projeção para o ano foi novamente revista para baixo, atingindo 3,4%.

1.1.1. Política Monetária, Creditícia e Cambial

Em 2015 o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi fortemente influenciado pelos preços administrados. No acumulado em 12 meses, este conjunto de preços passou de 5,31%, em dezembro de 2014, para 18,07%, ao final de 2015.

O movimento decorre da continuidade da política de realinhamento para os preços administrados, em linha com os esforços do ajuste fiscal, redirecionando custos de serviços públicos para o usuário final. Em particular, cabe destacar:

- elevação das tarifas de água e esgoto em algumas regiões, em decorrência da atípica falta de chuvas;
- o aumento autorizado para gás de botijão, o primeiro desde 2002;
- reajustes autorizados em gasolina e óleo diesel, além da recuperação de tributos específicos;
- realinhamento de preços em transportes públicos; e, por fim,
- a energia elétrica.

Uma forte crise hídrica criou um quadro de seca em regiões específicas do País, fato que acarretou pressão sobre os preços de energia.

Os efeitos da seca, que se iniciou em 2014, se somaram aos efeitos do realinhamento cambial. Assim, o grupo "Alimentação e Bebidas" acelerou de 8,03%, em 2014, para 12,01%, em 2015.

Não obstante as diversas pressões sobre os preços em 2015, a inflação de serviços continuou sua tendência de suave decréscimo iniciada após 2011 (quando registrou 9,01%) encerrando 2015 em 8,12%. Nesse contexto, o IPCA encerrou 2015 em 10,67%, tendo fechado 2014 em 6,41%. Para 2016, todavia, a tendência é de queda.

Mesmo considerando eventuais pressões decorrentes do realinhamento cambial, os preços monitorados já se encontram, em grande medida, realinhados e as condições climáticas deverão ser menos severas. Ademais, o Banco Central do Brasil (BCB), com o propósito de conter maiores pressões inflacionárias, empreendeu ao longo de 2015 a elevação da taxa de juros Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), de 12,25% para 14,25%.

As concessões de crédito apresentaram queda de 2,4% no acumulado em 12 meses até novembro de 2015. As concessões com recursos livres ficaram praticamente estáveis sob a mesma base de comparação. Já o crédito direcionado caiu 16,5%.

As concessões para pessoa física e jurídica apresentaram queda de 0,1% e 4,9%, respectivamente. As taxas de juros médias alcançaram 30,4% a.a. em novembro de 2015, sendo 48,1% a.a. para livres e 10,3% a.a. em operações de crédito direcionado. O spread, por sua vez, alcançou 19,4% a.a., composto por 3,5% a.a. em direcionados e 33,3% a.a. em livres.

O prazo médio chegou a 112,7 meses. Já o prazo médio para crédito direcionado alcançou 175 meses e o prazo para crédito livre chegou a 39 meses, também em novembro de 2015. Finalmente, a inadimplência também subiu, chegando a 3,3% do total de crédito concedido, sendo 5,2% para livres e 1,5% para direcionado.

Os bancos públicos atingiram a marca de 54,9% do crédito total do Sistema Financeiro Nacional, ante 52,6% em dezembro de 2014. Destaca-se ainda, nesse período, a continuidade do crescimento anual no saldo de financiamento habitacional, atingindo 16,3% em novembro de 2015. Vale salientar ainda que, em 2015, foram emitidos R$ 6,0 bilhões em debêntures incentivadas, o que ajuda a promover o financiamento privado de mais longo prazo em diversos setores da economia.

A fim de mitigar os efeitos das incertezas no mercado de crédito, foi editada a Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015, convertida na Lei nº 13.172, de 21 de outubro de 2015, que ampliou, de 30% para 35%, o limite de desconto em folha para pagamentos de empréstimos, financiamentos, cartão de crédito e operações de arredamento mercantil, em favor dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e dos servidores públicos.

A medida determina que 5% desse limite será destinado exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito. Permite, ainda, que o referido desconto incida sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador.

O crédito consignado apresenta algumas das menores taxas de juros, tendo em vista a sua baixa probabilidade de inadimplência. Assim, um aumento moderado do limite do crédito consignado representa opção pertinente para lidar com a contração do mercado de crédito sem trazer maiores riscos para as instituições financeiras e nem onerar demasiadamente os tomadores. Espera-se, com a adoção da medida, que seja amenizada a contração do mercado de crédito e que ocorra a substituição de dívidas de custo mais elevado, tais como as de cartão de crédito comuns.

Da mesma forma que os demais preços da economia, o câmbio vem passando por um importante processo de realinhamento. Desde agosto de 2014, quando teve cotação média de R$ 2,24 por dólar americano, a moeda brasileira apresentou trajetória de depreciação.

Encerrou 2014 com a cotação de R$ 2,66 e 2015 em R$ 3,91, uma depreciação de 47,0%. Esse realinhamento tem sido importante para trazer o equilíbrio nas contas externas, diminuindo o déficit em transações correntes.

Adicionalmente, torna as exportações brasileiras mais competitivas no mercado internacional, visto que ajuda na recuperação econômica e mitiga os efeitos de um cenário externo mais adverso para o País.

Em função da trajetória do câmbio, o saldo comercial passou de um déficit de US$ 4,0 bilhões, ao final de 2014, para um superávit de US$ 19,7 bilhões, no saldo acumulado de 2015.

Apesar do cenário externo adverso, com o fim do ciclo das *commodities*, o fraco crescimento do comércio mundial e a desaceleração da economia chinesa, o volume exportado pelo Brasil cresceu 8,3% em 2015.

O déficit em transações correntes foi reduzido em US$ 45,3 bilhões, atingindo US$ 58,9 bilhões em 2015, uma correção muito expressiva.

Convém ainda destacar que o déficit em transações correntes voltou a ser financiado por investimentos diretos no País, e que as reservas internacionais continuaram elevadas, encerrando o ano em US$ 368,7 bilhões, sendo um dos pilares da capacidade da economia brasileira para enfrentar choques externos.

1.1.2. Políticas de Investimento e Infraestrutura

Um dos aspectos essenciais para a retomada do crescimento são os planos de investimento do Governo. O Programa de Aceleração do Crescimento, na sua segunda etapa (PAC2), se destacou como um programa consolidado, com uma carteira de mais de 40 mil empreendimentos, que incentiva o crescimento da economia, direta e indiretamente, em diversos setores e promove a retomada do planejamento em infraestrutura. Mesmo com o Orçamento Geral da União adequado às condições adversas, o volume de recursos destinados a esses investimentos continuou expressivo, priorizando a execução de obras que já estavam em andamento.

O programa estima investimentos de R$ 1,05 trilhão entre 2015 e 2018. Nesse período, o valor estimado para conclusão de obras totaliza R$ 672 bilhões (64% do total previsto para execução). Os investimentos executados do PAC2 até junho de 2015 totalizaram R$ 76 bilhões.

Em reforço às ações do PAC2, o Governo lançou a segunda fase do Programa de Investimento em Logística (PIL), promovendo investimentos em quatro modais: rodovias, aeroportos, portos e ferrovias.

São R$ 198 bilhões ao longo de todo do PIL, dos quais R$ 69 bilhões estão previstos para o período entre 2015 e 2018. Dentre as ações realizadas em 2015, destacam-se a concessão da ponte Rio-Niterói, os estudos para a concessão de quatro aeroportos, o leilão de três terminais portuários em Santos (SP) e a autorização de oito terminais portuários de uso privado.

Outra prioridade do Governo foi o desenvolvimento das fontes energéticas alternativas, com o objetivo de manter a matriz brasileira como uma das mais limpas e renováveis do mundo, além de promover sua diversificação, o que permite atravessar períodos historicamente muito secos com menor risco de racionamento de energia elétrica. Exemplo disso é o Parque Eólico de Verace, que compõe o maior complexo eólico da América Latina, inaugurado em fevereiro de 2015. Entraram em operação as usinas hidrelétricas de Teles Pires (MT), Santo Antônio (RO) e Jirau (RO).

Ainda em 2015, foram arrematadas todas as 29 usinas hidrelétricas cuja concessão foi ofertada no leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cujo bônus de outorga ultrapassou R$ 17 bilhões.

1.1.3. Políticas Fiscal e Tributária

O ano de 2015 foi de ajuste na política fiscal, com sua adequação ao novo contexto econômico mundial, tendo em vista o fim do superciclo das commodities e a redução gradual da liquidez internacional. As políticas anticíclicas, que mantiveram o dinamismo da economia brasileira mesmo em um contexto de desaceleração global, começaram a ser revertidas a fim de garantir o reequilíbrio fiscal, fator indispensável para um novo ciclo de crescimento sustentável com a manutenção das conquistas sociais dos últimos anos. Diante disso, realizou-se um esforço fiscal de R$ 134,1 bilhões, aproximadamente 2,3% do PIB.

Foi posto em prática o maior contingenciamento da história, que reduziu as despesas discricionárias em R$ 82,7 bilhões, o que as trouxe para níveis próximos aos de 2012. Houve iniciativas no intuito de revisar programas públicos tais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Ciência sem Fronteiras.

Houve também uma redução das despesas obrigatórias da ordem de R$ 25,7 bilhões, equivalente a 0,4% do PIB. O alinhamento das regras de programas previdenciários e trabalhistas às melhores práticas internacionais (tais como seguro desemprego, abono salarial, pensões por morte) permitiu que os programas continuassem em bases mais sustentáveis.

Vários subsídios foram revisados com o aumento das taxas de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e, posteriormente, com o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), das taxas de juros dos Fundos Constitucionais e do Fies. Ademais, diversas desonerações foram revisadas, como a tributação sobre a folha, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis e móveis, dentre outras, um esforço fiscal de R$ 21,2 bilhões. Vale notar a execução de um esforço de R$ 1,3 bilhão em atualização monetária de taxas e tarifas e de R$ 3,1 bilhões em elevação de receitas.

Apesar de todo esforço fiscal realizado, o saldo da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) se elevou, atingindo 66,2% do PIB em dezembro de 2015, em comparação com 57,2% do PIB ao final do ano anterior. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), por sua vez, atingiu 36% do PIB, em dezembro de 2015.

Ainda, no final do ano, foi alterada a meta de resultado primário para um déficit de R$ 119,9 bilhões, permitindo o pagamento de R$ 55,8 bilhões relativo aos passivos junto aos bancos públicos e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Apesar de todas as incertezas e dificuldades do ano de 2015, houve relativa manutenção no perfil da Dívida Pública Federal (DPF) alcançada nos últimos anos, tanto em termos de composição quanto de maturidade. A parcela prefixada da DPF manteve-se próxima de 40,0%, passando de 41,6% em dezembro de 2014 para 39,2% em 2015. No mesmo período, a parcela indexada a índices de preços recuou de 34,9% para 32,8%. Já a parcela de títulos indexada à taxa flutuante subiu de 18,7% para 22,7%.

O prazo médio da DPF manteve sua trajetória de alongamento, passando de 4,4 anos, em dezembro de 2014, para 4,7 anos em 2015. Além disso, a atratividade dos títulos brasileiros continuou expressiva, como mostra a relativa estabilidade da parcela de estrangeiros entre os detentores de dívida doméstica, que passou de 18,6% da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em dezembro de 2014, para 19,4% da DPMFi em novembro de 2015.

Cabe destacar a criação do Prisma Fiscal, um sistema de coleta de expectativas de mercado para acompanhar a evolução das principais variáveis fiscais brasileiras, num esforço em ampliar o diálogo com os agentes econômicos. Finalmente, houve reestruturação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), com o intuito de destravar a cobrança da dívida ativa e aumentar a transparência e eficiência do órgão. Apresentou-se, pois, um conjunto de ações para obtenção de superávits estruturais, sem a necessidade de receitas extraordinárias. Com a finalização do ajuste, o País poderá usufruir de um relaxamento monetário que, junto a reformas estruturais, sustentará um novo ciclo de crescimento e inclusão.

1.1.4. Políticas Sociais

É um dos deveres do Estado prover as condições necessárias para a inclusão produtiva e social de todos os brasileiros, além de promover ações para garantir o acesso equânime aos serviços públicos. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico brasileiro apoia-se em ações ligadas à redução da pobreza e da desigualdade social, e à robustez do mercado de trabalho.

No que se refere à redução da pobreza, o Brasil realizou uma revolução silenciosa, em pouco mais de uma década, ao sair da condição de País conhecido mundialmente pelo alto índice de pobreza para, após uma larga transição social, reduzir radicalmente a miséria.

O Brasil é reconhecido internacionalmente como um dos países que mais contribuíram para o alcance da meta proposta pelo primeiro dos oito objetivos da ONU até 2015:"acabar com a pobreza extrema e com a fome".

O Brasil foi retirado do Mapa da Fome das Nações Unidas, ao reduzir a fome e seus efeitos perversos em 82,0% entre 2002 e 2014, muito acima da média mundial de 14%. Isso foi possível com o desenvolvimento de um plano de ações integradas que resultaram em um aumento da renda dos mais pobres, crescimento real de 76,1% do salário mínimo e geração de 22,4 milhões de empregos nesse período, e no aumento da oferta de alimentos, crescendo

a disponibilidade de calorias para a população em 10,0%. Hoje, 98,3% da população brasileira tem acesso a alimentos e possui segurança alimentar.

Por meio do maior acesso à educação e da melhoria das condições de vida das famílias mais pobres, o Governo tem tomado ações que dão sustentabilidade ao processo de mobilidade social ascendente em curso no País. Nessa linha, o Programa Minha Casa, Minha Vida subsidia a compra de moradias para os grupos sociais mais carentes, o que também contribui para reduzir o déficit habitacional do País. Desde 2011, foram contratadas mais de 4,0 milhões de unidades habitacionais.

Quanto à oferta de educação profissional, o Pronatec alcançou a meta global de matricular oito milhões de alunos até o final de 2015. Ainda sobre educação, o Programa Universidade para Todos (Prouni) concedeu 1,1 milhão de bolsas entre 2011 e 2015. Nesse mesmo período, foram firmados 2,1 milhões de contratos de financiamento educacional por meio do Fies.

A elevação da escolaridade dos mais jovens tem propiciado a sua inserção em postos de trabalho com maiores possibilidades de progresso profissional. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1996, 17,2% dos admitidos com carteira assinada tinham pelo menos nível médio completo, enquanto em 2015, no acumulado em 12 meses até novembro, essa proporção alcançou 64,5%.

O fortalecimento da rede de proteção social também possibilita a elevação da produtividade do trabalho no longo prazo, haja vista o aumento do nível de escolaridade da população nos últimos anos.

A proporção da população ocupada com pelo menos 11 anos de estudo saltou de 23,4% para 53,4% entre 2001 e 2015, o que significa maior disponibilidade de mão de obra qualificada no mercado de trabalho.

1.1.5. Políticas de Emprego e Renda

A robustez do mercado de trabalho teve papel chave como pilar para o crescimento inclusivo e sustentável nos últimos anos. Nesse quadro, a taxa de desemprego brasileira chegou a atingir 4,3% em dezembro de 2014, menor patamar da série histórica. Houve também forte crescimento da formalização: foram gerados 2,4 milhões de empregos formais, entre 2011 e 2014, segundo dados do Caged.

É bem verdade que passamos por ajustes na economia e que o desemprego voltou a aumentar, mas é importante ressaltar que o poder de compra dos trabalhadores continua estável em relação a 2014.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), o rendimento médio dos trabalhadores teve pequeno crescimento de 0,36% no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2015. Isto, graças à política de valorização do salário mínimo, que concedeu reajuste de 8,8% em 2015 e 11,7% em 2016.

No mesmo sentido, torna-se digno de nota a ampliação da cobertura previdenciária dos trabalhadores, que atingiu 76,4% da população ocupada em 2015, com crescimento em relação ao ano de 2014.

Além de ajudar na formalização e promover a valorização de milhões de trabalhadores, concedendo reajuste no salário mínimo da ordem de 54,5% entre 2010 e 2015, período em que a inflação foi de 40,6%, a evolução do mercado de trabalho tem sido marcada pela inclusão.

Em 2009, a proporção de trabalhadores negros e pardos no universo de empregados com carteira assinada era de 44,6%. Já em 2014, houve um salto para 49,4%, de acordo com a Pnad. O mesmo caminho de inclusão é seguido entre os funcionários públicos estatutários, que viram aumentar em dois pontos percentuais a proporção de trabalhadores negros e pardos nesse mesmo período.

Como medida para conter o aumento do desemprego, o Governo criou o Programa de Proteção de Emprego (PPE) com o objetivo de proteger os empregos em momentos de redução temporária da atividade econômica e manter os vínculos empregatícios de longo prazo, garantindo os direitos dos trabalhadores e preservando a produtividade.

Desde o início do Programa, foram preservados mais de 41 mil empregos por meio de negociações coletivas que levaram à adesão ao Programa.

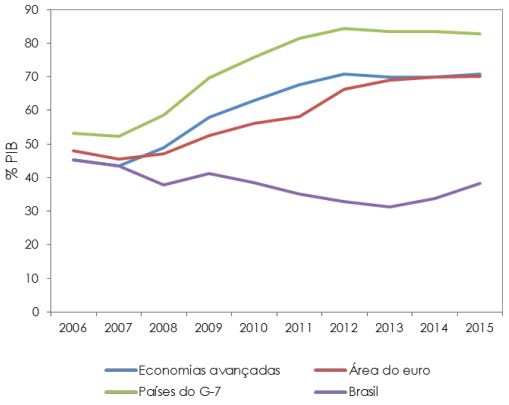
1.1.6. Dívida Pública Consolidada e Resultado Nominal

A dívida pública registrou elevação em 2015, refletindo, em especial, o impacto desfavorável da retração da atividade econômica sobre a arrecadação de impostos e contribuições e o aumento das despesas com juros, ao longo do período.

A dívida líquida do Governo Geral (Governo Federal, governos estaduais, Distrito Federal e governos municipais) alcançou R$2.272,2 bilhões, 38,3% do PIB em 2015, elevando-se 4,6 p.p. em relação ao ano anterior. Não obstante essa elevação, o nível de endividamento do Governo Geral no Brasil segue abaixo daquele registrado, por exemplo, em países de economia avançada e da Área do Euro.

Enquanto naqueles países observou-se tendência de elevação do endividamento líquido do Governo Geral desde meados da década passada, o endividamento brasileiro apresentou tendência de redução no período, em que pese o aumento observado nos últimos dois anos.

DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO GERAL EM % DO PIB

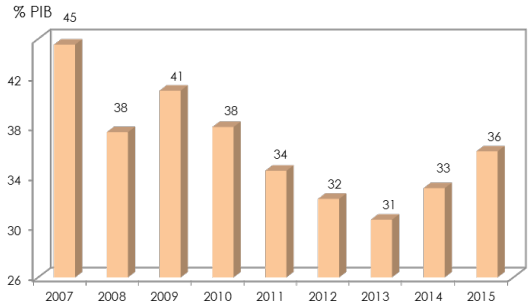


Fonte: Fundo Monetário Internacional e Banco Central do Brasil

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou R$2.136,9 bilhões, 36% do PIB, com elevação de 2,9 p.p. em relação ao ano anterior. Os juros nominais apropriados sobre o estoque da DLSP e o deficit primário observado no ano contribuíram, conjuntamente, para elevação de 10,3 p.p na relação DLSP/PIB; enquanto os efeitos favoráveis associados ao impacto da depreciação cambial de 47% sobre o estoque credor líquido em moeda estrangeira, ao reconhecimento líquido de ativos e ao efeito do crescimento do PIB corrente concorreram para reduzir aquela relação em 7.4 p.p. do PIB.

Ressalte-se que, apesar da elevação da relação DLSP/PIB nos últimos dois anos, o nível ainda segue abaixo daquele observado antes da crise financeira internacional de 2008.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO



Fonte: Banco Central do Brasil

Analisando-se a composição da DLSP por indexador em 2015, destacam-se as reduções na parcela vinculada à TJLP (3,2 p.p.) e sem remuneração (2,1 p.p.); e as elevações das parcelas vinculadas ao câmbio (11,9 p.p.) e à taxa Selic (9,7 p.p.).

A posição credora líquida em moeda estrangeira elevou-se 11,9 p.p., para 55,7% do total da DLSP, evolução influenciada pelo efeito da desvalorização cambial de 47% registrada no período. A desvalorização cambial respondeu ainda por redução de R$385,7 bilhões no estoque da DLSP em 2015.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA – FATORES CONDICIONANTES

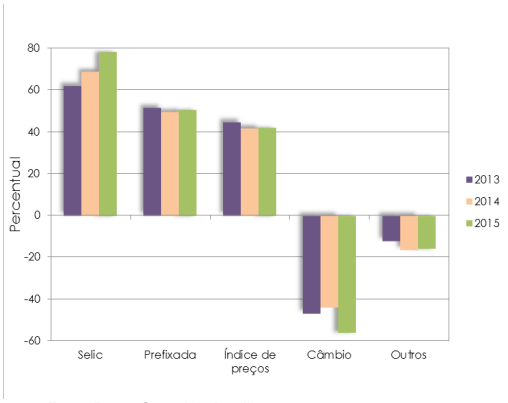
DISCRIMINAÇÃO	2013	% PIB	2014	% PIB	2015	% PIB
	R$ MILHÕES		R$ MILHÕES		R$ MILHÕES	
Dívida líquida total – saldo	1.626.335	30,6	1.883.147	33,1	2.136.888	36,0
Fluxos	Acumulados no ano					
Var. DLSP	76.252	-1,7	256.812	2,5	253.741	2,9
Fatores	76.252	1,4	256.812	4,5	253.741	4,3
NFSP	157.550	3,0	343.916	6,0	613.035	10,3
Primário	-91.306	-1,7	32.536	0,6	111.249	1,9
Juros nominais	248.856	4,7	311.380	5,5	501.786	8,5
Ajuste cambial	-95.923	-1,8	-96.075	-1,7	-385.743	-6,5
Dívida interna1/	-4.643	-0,1	-2.835	-0,0	-16.568	-0,3
Dívida externa	-91.280	-1,7	-93.239	-1,6	-369.175	-6,2
Outros2/	17.600	0,3	12.481	0,2	21.830	0,4
Reconhecimento de dívidas	-2.427	-0,0	-3.511	-0,1	4.619	0,1
Privatizações	-547	-0,0	0	0	0	0
Efeito crescimento PIB		-3,1		-2,0		-1,4

Fonte: Banco Central

1/ Dívida mobiliária interna indexada ao dólar

2/ Paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida

DLSP – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR INDEXADORES



Fonte: Banco Central do Brasil

O atual saldo credor líquido em moeda estrangeira da DLSP – consequência do crescimento das reservas internacionais ao longo da última década – acrescenta graus de liberdade à política econômica, fato que pode ser ilustrado comparando-se o impacto da variação cambial em 2002 e em 2015, períodos caracterizados por depreciações da moeda local em magnitudes semelhantes.

Na primeira data, quando ainda se registrava na DLSP posição devedora em moeda estrangeira, a desvalorização cambial de 52,3% contribuiu para elevação da relação DLSP/PIB em 11,6 p.p., dada a elasticidade média daquela relação à desvalorização cambial. Já em 2015, a desvalorização cambial de 47% contribuiu para a redução daquela relação com 8,2 p.p., novamente considerando a elasticidade média da relação DLSP/PIB ao câmbio.

Assim, embora o aumento das reservas internacionais tenha levado ao crescimento do volume de operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, é imperioso considerar as melhorias observadas nas condições de enfrentamento de turbulências na economia.

IMPACTO DA TAXA DE CÂMBIO NA RELAÇÃO DLSP/PIB

		TX CÂMBIO R$/US$ (A)	ELASTICIDADE MÉDIA TX CÂMBIO1/ (B)	CUSTO CAMBIAL NA RELAÇÃO DLSP/ PIB2/ (A*B)
2001	Dez	2,32		
2002	Dez	3,53		
Variação em 2002 (%)		52,3	0,22	11,6
2014	Dez	2,66		
2015	Dez	3,90		
Variação em 2015 (%)		47,0	-0,17	-8,2
TOTAL				19,8

1/ Variação na relação DLSP/PIB decorrente do aumento de 1% na taxa de câmbio.

2/ Em pontos percentuais do PIB.

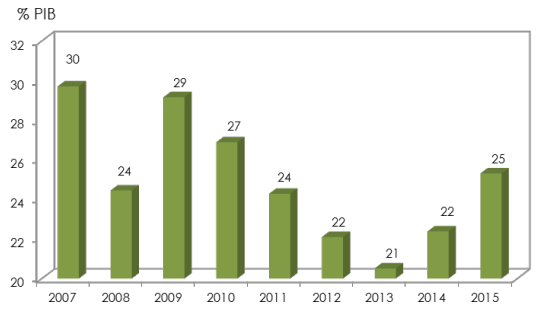
A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou R$3.927,5 bilhões em 2015, 66,2% do PIB, elevando-se 9 p.p. do PIB no ano. Contribuíram para essa elevação o deficit primário - influenciado pela retração na atividade econômica -, o resultado desfavorável das operações de swap cambial, a elevação da taxa Selic e o efeito da desvalorização da taxa de câmbio sobre os passivos em moeda estrangeira.

O prazo médio dos títulos federais manteve a trajetória de elevação observada ao longo dos últimos anos, passando de 51,4 meses ao final de 2014, para 53,2 meses ao final de 2015.

A dívida líquida do Governo Federal alcançou R$1.500,6 bilhões, 25,3% do PIB em 2015, ante R$1.272,7 bilhões, 22,4% do PIB no ano anterior. A dívida mobiliária federal, principal componente do endividamento líquido, totalizou R$2.650,2 bilhões, 44,7% do PIB, registrando elevação de 6,3 p.p. em relação ao período anterior.

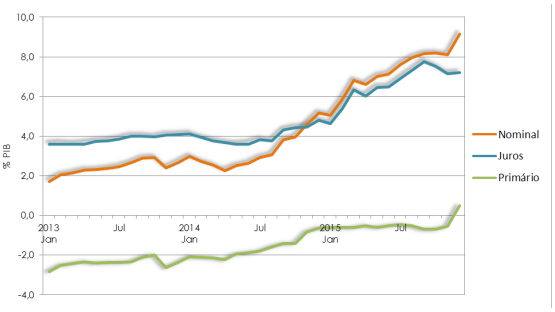
O déficit nominal do setor público elevou-se 4,3 p.p., alcançando 10,3% do PIB em 2015. Considerando especificamente o Governo Federal (incluindo a Previdência Social), o déficit nominal passou de R$294,2 bilhões, 5,17% do PIB em 2014 para R$544,2 bilhões, 9,18% do PIB em 2015.

DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL



Fonte: Banco Central do Brasil

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL



Fonte: Banco Central do Brasil

(+) Déficit; (-) Superávit

Fluxos acumulados em 12 meses

1.1.7. Metas Fiscais e Resultados Primários e Nominal Alcançados no Exercício

A meta de resultado fiscal para 2015 foi fixada na Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano – LDO 2015, conforme determina o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Tal meta foi estabelecida para o setor público consolidado não financeiro como um resultado primário de R$ 66,35 bilhões, já considerada a redução do montante de R$ 28,67 bilhões relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A meta de superávit primário estava decomposta em R$ R$ 55,33 bilhões para o Governo Central, e R$ 0,00 para as Estatais Federais, e um primário estimado de R$ 11,05 bilhões para os Governos Estaduais e Municipais juntamente com suas estatais.

A Lei nº 13.199, de 03 de dezembro de 2015, alterou estes valores para uma meta de resultado primário deficitário de R$ 48,91 bilhões, sendo para o Governo Federal um déficit primário de R$ 51,82 bilhões e para os governos estaduais e municipais (e suas estatais) um superávit de R$ 2,92 bilhões. A meta para as estatais federais não foi alterada.

Além desta, outras alterações foram promovidas por essa Lei na meta de resultado fiscal:

- i) possibilidade de compensação entre as metas do Governo Federal, estatais federais e Estados e Municípios; e
- ii) possibilidade de abatimento de até R$ 11,05 bilhões a título de frustração de receitas de concessões de usinas hidroelétricas e R$ 57,01 bilhões relativos ao pagamento de passivos e valores devidos.

A revisão da meta foi imposta por uma combinação de fatores que na sua essência estão fora do controle do Poder Executivo e que acabaram determinando um resultado primário negativo.

O resultado primário do setor público consolidado fechou 2015 com um déficit de R$ 111,25 bilhões (equivalente a 1,88% do PIB), composto por um déficit de R$ 116,66 bilhões do governo central (1,97% do PIB), um déficit de R$ 1,73 bilhões das empresas estatais federais (0,03% do PIB) e um superávit de R$ 7,14 bilhões (0,12% do PIB) dos governos regionais e suas estatais.

As expectativas de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) para 2015, que orientam as projeções fiscais do Governo Federal, sofreram repetidas reduções ao longo do ano. Em novembro de 2014, quando estava em tramitação a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, o Relatório Focus apresentava uma mediana das projeções de mercado para o crescimento do PIB em 2015 de 0,8%. Já no final do ano de 2015, o último Relatório Focus do ano mostrou a mediana de mercado para o crescimento do PIB em -3,71%.

Esta expressiva deterioração das expectativas de mercado refletiu o cenário de rápida queda da atividade econômica, que influenciou fortemente as principais bases de cálculo dos tributos que compõem a arrecadação de receitas. Em função disso, a estimativa de arrecadação se reduziu em mais de R$ 100 bilhões desde a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2015.

Esta perda de arrecadação teve forte impacto sobre o desempenho do resultado fiscal, e se caracteriza em um dos principais determinantes do déficit primário mencionado.

Para responder a esta perda de arrecadação, ao longo de 2015 foi necessário adequar a política fiscal ao novo contexto econômico. Para tanto, foi realizado um esforço fiscal de R$ 134,1 bilhões, aproximadamente 2,3% do PIB.

Reduziram-se as despesas discricionárias em R$ 82,7 bilhões, que em um esforço inédito as trouxe para níveis próximos ao de 2012.

Houve iniciativas no intuito de revisar programas públicos, e também uma redução das despesas obrigatórias da ordem de R$ 25,7 bilhões, equivalente a 0,4% do PIB.

No entanto, em função da rigidez da despesa total, em grande medida decorrente da representatividade das despesas obrigatórias, e do pagamento de passivos em dezembro, o gasto primário total subiu 1,27 p.p. do PIB, passando de 18,13% para 19,4% do PIB entre 2014 e 2015. Esta rigidez do gasto se caracteriza em outro grande determinante do resultado fiscal no ano.

Vários subsídios e desonerações tributárias foram revisados, como Programa de Sustentação do Investimento (PSI) a tributação sobre a folha de pagamentos, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis e móveis, dentre outros.

Além disso, vale notar a execução de um esforço de R$ 1,3 bilhão em atualização monetária de taxas e tarifas e de R$ 3,1 bilhões em elevação de outras receitas.

O alinhamento das regras de programas previdenciários e trabalhistas às melhores práticas internacionais (tais como seguro desemprego, abono salarial, pensões por morte) permitiu que os programas continuassem em bases mais sustentáveis.

No entanto, algumas alterações sofridas pelas propostas enviadas ao Congresso Nacional no final de 2014 acabaram reduzindo a economia prevista pelas iniciativas do Poder Executivo, o que configura em mais um componente do desempenho fiscal de 2015.

Um último fator altamente determinante do resultado primário de 2015 foram os pagamentos da União no âmbito dos Acórdãos – TCU – Plenário nº 825/2015 e nº 3.297/2015, que totalizaram R$ 72,4 bilhões, sendo R$ 16,8 bilhões de obrigações de 2015 e R$ 55,6 bilhões de passivos de anos anteriores.

Na ausência dos pagamentos de passivos, o resultado primário do Governo Central no acumulado do ano teria sido deficitário em R$ 59,4 bilhões, cerca de 1% do PIB.

Por fim, o déficit nominal do setor público consolidado, que ficou em R$ 613,04 bilhões de reais (10,34% do PIB), além do desempenho do resultado primário, refletiu o ciclo de aumento da meta Selic, que passou de 11,75% a.a. em dezembro de 2014 para 14,25% a.a. em dezembro de 2015. Contribuiu também para este resultado a elevação do custo médio da Dívida Pública Federal que em 12 meses saiu de 11,84% a.a. em dezembro de 2014 para 16,07% a.a. em dezembro de 2015.

Além disso, o custo dos swaps cambiais, cuja exposição total líquida alcançou R$ 426,8 bilhões em 2015, também levou a uma elevação do déficit nominal, já que o resultado dessas operações no acumulado do ano foi desfavorável no montante de R$ 89,7 bilhões, ou seja, cerca de 1,5% do PIB.

1.2. MOEDA E CRÉDITO

1.2.1. Aspectos Gerais

A evolução dos agregados monetários e do crédito refletiu os fatores prevalecentes na atual conjuntura econômica interna, corroborando o processo de ajuste macroeconômico em curso no País.

Nesse contexto, na comparação com o ano anterior, houve redução nominal nos meios de pagamentos mais restritos (M1), refletindo a queda no consumo das famílias, e maior crescimento na evolução dos agregados mais amplos, em função principalmente do aumento na capitalização dos juros em seus componentes (M4).

As operações de crédito registraram menor ritmo de expansão em 2015, tendo em vista a retração acentuada da atividade econômica, que afetou, principalmente, a demanda por operações com recursos livres.

No crédito direcionado, observou-se a desaceleração nos financiamentos para investimentos do BNDES e no crédito imobiliário.

O comportamento das taxas ativas praticadas pelas instituições financeiras refletiu a política monetária contracionista em vigor, com processo de elevação da taxa básica de juros. Dessa forma, as taxas de juros ativas subiram, permanecendo estável o comportamento dos índices de inadimplência.

1.2.2. Agregados Monetários

A base monetária restrita alcançou saldo médio diário de R$256,4 bilhões em dezembro, com declínio anual de 1%, resultante das variações de 2,8% no papel-moeda emitido e de -19,9% na posição de reservas bancárias.

Considerados saldos de final de período, a base monetária somou R$255,3 bilhões no final de 2015, com redução anual de R$8,2 bilhões.

Esse comportamento refletiu o impacto contracionista das operações com títulos públicos federais (R$124 bilhões), dos depósitos compulsórios (R$23,1 bilhões), e das operações com o setor externo (R$15 bilhões).

Em contraposição, ocorreram movimentações expansionistas de R$89,7 bilhões nos ajustes das operações com derivativos, bem como de R$59,7 bilhões na conta única do Tesouro Nacional, excluídas as operações com títulos públicos.

A base monetária ampliada, que consiste em um indicador da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, agregando à base monetária restrita os depósitos compulsórios em espécie e os títulos públicos federais fora do Banco Central registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), alcançou R$4,2 trilhões ao final de dezembro, registrando crescimento de 18,6% em 2015. Esse desempenho refletiu, em grande parte, a atualização da dívida mobiliária federal em poder do mercado.

Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não apresentaram tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do ano de 2015, registrando em ambos o índice de 1,3 ao final do período.

Em relação aos agregados monetários em poder do público não-financeiro, a média dos saldos diários no conceito restrito (M1) atingiu R$332,3 bilhões ao final de dezembro, com recuo anual de 5,2%, traduzindo o acréscimo de 4% no papel-moeda em poder do público e a retração de 14,6% nos depósitos à vista. Utilizando dados dessazonalizados e deflacionados pelo IPCA, o M1 decresceu 6,3% em relação a dezembro de 2014.

O conceito M2 dos meios de pagamento ampliados assinalou aumento de 5,6% em 2015, ante 9,9% verificado no ano anterior, somando R$2,3 trilhões.

O saldo de títulos privados expandiu-se 13% e 12%, nos mesmos períodos, refletindo resgates líquidos de R$55,9 bilhões em depósitos a prazo, ante R$97,3 bilhões em 2014. Por sua vez, os depósitos de poupança contraíram-se 1,2% em 2015, com resgates líquidos de R$53,6 bilhões.

O agregado M3 elevou-se 9,9% no ano (13% em 2014), totalizando R$4,7 trilhões em dezembro. Entre seus componentes, as quotas de fundos de investimento aumentaram 15,4% no período (13,8% em 2014), após captações líquidas de R$23,5 bilhões no ano.

O M4, correspondendo ao M3 mais os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou expansão de 11,3% no ano (13,4% em 2014), atingindo saldo de R$5,6 trilhões no final de 2015.

Ressalte-se que as projeções estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados monetários foram devidamente cumpridas

no ano de 2015. A seguir, apresenta-se quadro com resumo dos valores programados e ocorridos para ambos os conceitos de base monetária e de meios de pagamento:

RESULTADOS PREVISTOS PELA PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA E OCORRIDOS EM 2015[1/]

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO R$ BILHÕES	OCORRIDO		
		VARIAÇÃO %	R$ BILHÕES	VARIAÇÃO %
		EM 12 MESES2/		EM 12 MESES
M13/	305,1 - 358,1	-5,4	332,3	-5,2
Base restrita3/	214,6 - 290,6	-2,5	256,4	-1,0
Base Ampliada4/	3575,9 - 4197,8	10,2	4180,5	18,6
M44/	4647,3 - 6287,6	9,5	5559,4	11,3

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/Para o cálculo das variações percentuais, considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

1.2.3. Títulos Públicos Federais

Em 2015, as operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais registraram emissões líquidas de R$123,5 bilhões, correspondentes a resgates de R$705,6 bilhões e colocações de R$829,1 bilhões.

As operações de troca realizadas no período totalizaram R$13,4 bilhões, com resgates antecipados de R$4,5 bilhões.

Com o objetivo de manter a taxa Selic próxima à meta determinada pelo Copom, o Banco Central realizou operações compromissadas com o saldo médio diário atingindo R$920,9 bilhões ao longo do último mês de 2015, superando em 7,3% o montante verificado em dezembro de 2014.

As operações compromissadas tiveram seus prazos alterados ao longo do ano. As operações de duas semanas a três meses recuaram de 65% em 2014 para 50% em 2015, ao passo que aquelas com prazo de três a sete meses passaram de 20% para 22%. Já as operações de curtíssimo prazo encerraram o ano com participação de 28%, ante 15% em 2014.

1.2.4. Operações de crédito

O saldo total do crédito do sistema financeiro alcançou R$3.217 bilhões em dezembro de 2015, aumentando 6,6% no ano (11,3% em 2014 e 14,5% em 2013).

A razão crédito/PIB atingiu 54,2%, expansão de 1,1 p.p. em 12 meses, o menor crescimento anual desde o início da série em março de 2007. As carteiras destinadas às pessoas jurídicas e físicas totalizaram, na ordem, R$1.707 bilhões e R$1.510 bilhões, elevações anuais de 6,3% e 6,9% (9,5% e 13,3% no ano anterior, respectivamente).

O crédito concedido pelos bancos públicos alcançou R$1.800 bilhões em dezembro (+10,9% no ano), passando a representar 56% da carteira total do sistema financeiro (53,8% em 2014).

O saldo contratado com as instituições privadas nacionais totalizou R$945 bilhões (-0,8% no ano), enquanto, nas instituições estrangeiras, somou R$472 bilhões (+6,9% no ano), resultando em participações relativas de 29,4% e 14,6%, respectivamente, no total das operações de crédito do sistema financeiro (31,6% e 14,6%, no ano anterior).

As operações contratadas com recursos livres (50,8% da carteira total do sistema financeiro), atingiram R$1.635 bilhões em dezembro, elevando-se 3,7% no ano (4,6% em 2104).

A carteira das pessoas físicas somou R$803 bilhões (+2,5% no ano), indicando continuidade no arrefecimento do consumo das famílias. As modalidades com maior crescimento foram crédito consignado (+8,5%) e cartão de crédito (+7,6%), mais voltadas para as necessidades de curto prazo das famílias.

Por outro lado, as operações para aquisição de bens apresentaram retração no ano: veículos (-12,7%) e outros bens (-11,5%).

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO (R$ BILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	VARIAÇÃO %	
				2014	2015
Total	2711,4	3017,5	3216,9	11,3	6,6
Recursos livres	1506,8	1576,7	1 635,1	4,6	3,7
Recursos direcionados	1204,6	1440,7	1 581,8	19,6	9,8
Participação %:					
Total/PIB	51,0	53,1	54,2		
Recursos livres/PIB	28,3	27,7	27,6		
Recursos direcionados/PIB	22,7	25,3	26,7		

Fonte: Banco Central do Brasil

O crédito livre destinado a empresas alcançou R$832 bilhões em dezembro, aumento de 4,8% no ano. Destacaram-se as operações vinculadas à administração do fluxo de caixa, como desconto de duplicatas (+18,2%) e outros créditos livres (+29,8%, com ênfase em aquisição de recebíveis). As modalidades vinculadas ao comércio exterior também apresentaram variação relevante, como adiantamentos sobre contratos de câmbio (+28%) e financiamentos a exportações (+19%). O saldo de repasses externos cresceu 51,3%, influenciado, em parte, pela significativa depreciação cambial registrada no ano. Em sentido inverso, as operações de capital de giro (45,5% da carteira livre de empresas) e conta garantida declinaram 3,5% e 12,4%, respectivamente, no ano.

CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES
(R$ BILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	VARIAÇÃO %	
				2014	2015
Total	1506,8	1576,7	1635,1	4,6	3,7
Pessoas Jurídicas	764,0	793,4	831,8	3,8	4,8
Capital de giro	385,2	392,4	378,7	1,9	-3,5
Conta garantida	44,0	45,5	39,9	3,4	-12,4
ACC	42,5	52,5	67,2	23,5	28,1
Financ. a exportações	50,3	57,5	68,4	14,3	19,0
Demais	242,0	245,5	277,7	1,4	13,1
Pessoas Físicas	742,8	783,3	803,3	5,5	2,6
Crédito pessoal	317,7	353,1	378,8	11,1	7,3
Do qual: consignado	221,9	252,2	273,7	13,7	8,5
Aquisição de veículos	192,8	184,1	160,8	-4,5	-12,7
Cartão de crédito	144,6	160,8	173,0	11,2	7,6
Cheque especial	23,3	24,5	24,6	5,2	0,6
Demais	64,4	60,8	66,1	-5,6	8,8

Fonte: Banco Central do Brasil

Os financiamentos com recursos direcionados totalizaram R$1.582 bilhões no final do ano, com desaceleração significativa no crescimento anual, que passou de 19,6% em 2014 para 9,8% em 2015. As operações contratadas com as famílias apresentaram melhor desempenho: aumento de 12,3%, para R$706 bilhões, destacando-se os financiamentos imobiliários (+15,7%), não obstante a expressiva retração no desempenho dessa carteira, que registrara crescimento de 28% no ano anterior. Os desembolsos acumulados dessa modalidade somaram R$108,7 bilhões em 2015, com declínio de 19,4% na comparação anual, refletindo a redução dos limites de financiamento, elevação das taxas de juros, aumento do desemprego e queda na renda real.

CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS
(R$ BILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	VARIAÇÃO %	
				2014	2015
Total	1204,6	1440,8	1581,8	19,6	9,8
Pessoas Jurídicas	701,5	812,0	875,4	15,8	7,8
BNDES	514,5	595,2	633,4	15,7	6,4
Imobiliário	53,8	66,2	72,8	23,0	9,9
Rural	69,6	74,3	77,3	6,8	4,0
Demais	63,6	76,3	91,9	20,0	20,5
Pessoas Físicas	503,1	628,8	706,4	25,0	12,3
BNDES	37,1	43,2	46,1	16,4	6,7
Imobiliário	337,2	431,6	499,6	28,0	15,7
Rural	119,1	145,6	153,3	22,3	5,3
Demais	9,7	8,4	7,5	-13,4	-10,7

Fonte: Banco Central do Brasil

O crédito direcionado contratado por empresas alcançou R$875 bilhões, aumento anual de 7,8%, repercutindo a variação de 7,6% no saldo dos financiamentos para investimentos com recursos do BNDES, que foi condicionada principalmente pela execução de cronogramas de desembolsos anteriormente contratados, além do efeito da depreciação cambial nos contratos indexados em moeda estrangeira.

Nesse sentido, os desembolsos do BNDES ao setor produtivo, excluindo as operações da BNDES-PAR, somaram R$124,5 bilhões em 2015, com redução de 26,3% em relação a 2014.

Dados divulgados pelo BNDES indicam que o número de aprovações de novos financiamentos, no período de janeiro a dezembro, registrou declínio de 47% na comparação com o ano anterior.

O número de enquadramentos, que pode ser utilizado como um indicador de demanda por esses financiamentos, também apresentou redução (declínio de 49%, considerando-se os mesmos períodos).

Ainda no âmbito dos recursos direcionados, o saldo de crédito rural destinado a famílias e empresas também evidenciou desaceleração, com crescimento de 4,9% no ano (ante 16,5% em 2014), situando-se em R$230,5 bilhões em dezembro.

A evolução anual traduziu elevações de 6,8% para finalidade de custeio (14,2% em 2014) e de 6,9% para investimentos (25,2% no ano anterior).

No que se refere à classificação das operações de crédito conforme o setor de atividade do tomador, o saldo das operações contratadas pela indústria somou R$778 bilhões (+5,4% no ano), com destaque para serviços industriais de utilidade pública (eletricidade e gás) e indústria de transformação (notadamente petróleo).

Por outro lado, a carteira destinada ao ramo de construção registrou declínio anual de 3,5%.

Os créditos ao setor de serviços totalizaram R$863 bilhões (+6,5%), sobressaindo-se as contratações com administração pública e com a atividade de transportes (principalmente, aquaviário, aéreo e dutoviário).

Em sentido inverso, no segmento do comércio, saldo de R$307 bilhões, ocorreu retração anual de 0,1%, refletindo reduções nos ramos de

varejo (exceto supermercados e lojas de departamentos) e de veículos automotores.

Os financiamentos ao setor público totalizaram R$ 261 bilhões ao final de dezembro, com aumento anual de 26,2%, ante crescimento de 5,2% no âmbito do setor privado, explicado em parte pelo cumprimento do cronograma de desembolsos em contratos de financiamentos de obras públicas, e também pela variação cambial do período, tendo em vista que parcela do *funding* desses financiamentos é captada no exterior.

A esfera do Governo Federal expandiu sua dívida bancária em 31,9% (39,8% em 2014), enquanto para tomadores de Estados e Municípios, a dívida cresceu 21,5% (37% em 2014).

A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados, registrou crescimento de 6,1 p.p. no ano (1,3 p.p. em 2014), atingindo 29,8% a.a. em dezembro, refletindo a elevação da taxa básica de juros ocorrida ao longo do ano.

No âmbito dos recursos livres, a taxa média situou-se em 47,3% a.a., ao avançar 10 p.p., enquanto no crédito direcionado, o custo médio cresceu 2,1 p.p., para 9,9% a.a.

Nas operações para pessoas físicas, a taxa média de juros alcançou 37,9% a.a. em dezembro, após crescimento de 7,2 p.p. em relação a dezembro de 2014. Nas contratações com recursos livres, o custo médio aumentou 14,1 p.p., ao atingir 63,7% a.a., refletindo, principalmente, as elevações em cartão de crédito rotativo (+99,8 p.p.), cheque especial (+86 p.p.) e em crédito pessoal não consignado (+15,7 p.p.).

No segmento com recursos direcionados, a taxa média das operações com famílias apresentou variação de 1,8 p.p., ao alcançar 9,7% a.a., destacando-se o aumento em crédito rural (+3 p.p.).

Nos empréstimos às empresas, os encargos financeiros cresceram 4,4 p.p. no ano, situando-se em 20,9% a.a.

Nas operações com recursos livres, esse custo atingiu 30% a.a., ao avançar 5,8 p.p., com destaque para as elevações em cheque especial (+85 p.p.), capital de giro (+5,2 p.p.) e conta garantida (+8 p.p.).

Nas concessões com recursos direcionados, a taxa média alcançou 10,1% a.a. (+2,5 p.p. no ano), observando-se maior crescimento nos financiamentos para investimentos do BNDES (+2,7 p.p.).

O *spread* bancário das operações de crédito do sistema financeiro situou-se em 18,7 p.p. em dezembro de 2015, crescimento de 3,8 p.p. na comparação anual. Os indicadores relativos aos segmentos de pessoas físicas e jurídicas aumentaram, respectivamente, 5,1 p.p. e 1,9 p.p., fechando o ano em 26,6 p.p. e 9,9 p.p.

A inadimplência do sistema financeiro, referente a operações com atrasos superiores a noventa dias, cresceu 0,7 p.p., alcançando 3,4% em dezembro. O indicador refletiu os aumentos respectivos de 0,5 p.p. e 0,7 p.p. no nível de atrasos de pessoas físicas e jurídicas, que atingiram, nessa ordem, 4,2% e 2,6% em dezembro.

Segmentando-se a inadimplência em recursos livres e direcionados, as taxas situaram-se em 5,3% e 1,4%, respectivamente.

Ao longo do ano, o prazo médio das concessões de crédito apresentou elevação de 7,4 meses, sendo 8,1 meses nas contratações com famílias e 7 meses nas operações com empresas. No segmento das famílias, o aumento do prazo reflete a maior participação da carteira imobiliária, enquanto nas operações com empresas, destacaram-se as modalidades referenciadas em moeda estrangeira.

1.2.5. Sistema Financeiro Nacional

Ao longo de 2015, a Autoridade Monetária divulgou medidas regulatórias e prudenciais com o intuito de fortalecer a estabilidade e solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que se mantém sustentável mesmo diante de cenário de maior instabilidade do mercado financeiro e de perda de dinamismo do setor real da economia.

Nesse sentido, a atuação da autoridade supervisora e o aperfeiçoamento dos processos auto-reguladores do SFN favorecem a manutenção de adequados níveis de alavancagem e qualidade dos ativos, assim como da diversificação de suas fontes de financiamento.

Na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) realizada em fevereiro de 2015, foram editadas medidas para regulamentar os níveis de liquidez e a apuração da Razão de Alavancagem (RA).

O principal objetivo do indicador de liquidez é propiciar acumulação e manutenção de uma reserva mínima de ativos líquidos em condições normais de mercado, que possa ser utilizada em períodos de maior escassez de liquidez, sem acarretar prejuízo à continuidade dos negócios da instituição e à estabilidade do sistema financeiro.

A Resolução nº 4.401 definiu os limites mínimos do indicador de liquidez de curto prazo (LCR) e estabeleceu as condições para sua observância. Em complemento, a Circular 3.749, publicada em março, estabeleceu a metodologia de cálculo da LCR e a divulgação desse indicador juntamente com as demonstrações contábeis.

Alinhado com as recomendações de Basiléia III, o Banco Central do Brasil (BCB) editou a Circular 3.748 para regulamentar a apuração da Razão de Alavancagem (RA). A RA busca evidenciar o grau de alavancagem das instituições financeiras que não é capturada adequadamente nas metodologias de requerimento de capital baseadas em risco. O indicador tem como objetivo o acompanhamento do risco sistêmico.

Adicionalmente, a Resolução nº 4.443, de outubro de 2015, estabeleceu três parcelas para o Adicional de Capital Principal (ACP), conferindo maior transparência e facilitando o entendimento e a apuração do ACP por parte das instituições financeiras.

O ACP passou a ser composto da soma de: Adicional de Conservação de Capital Principal, Adicional Contracíclico de Capital Principal e Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal. Seguindo as recomendações de Basiléia III, a parcela Adicional de Importância Sistêmica visa reduzir a probabilidade de insolvência de uma instituição sistematicamente importante em nível doméstico e deve ser utilizada por bancos múltiplos, comerciais, de investimento e caixas econômicas, com implementação gradativa até 2019.

Ainda em relação ao Pilar 1 de Basiléia, que trata dos requerimentos de capital, o BCB emitiu em março a Circular 3.751, dispondo sobre a apuração de informações para avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras.

As regras para apuração e divulgação das referidas informações se inserem no esforço para identificar e mitigar os efeitos resultantes da presença dos bancos sistematicamente importantes em âmbito global. Referem-se a bancos múltiplos, comerciais, de investimento e caixas econômicas controladas por residentes no Brasil e que possuam exposição total superior a R$500 bilhões, as quais estão sujeitas a requerimentos prudenciais adicionais recomendados pelo Comitê de Basiléia.

Conforme divulgado no Relatório de Estabilidade Financeira, publicado em outubro, nenhuma instituição financeira nacional se enquadra nos parâmetros previstos pelas IAISG.

Em relação ao mercado de crédito, foram adotadas medidas com o intuito de aprimorar a operacionalização de fontes de financiamento de longo prazo.

Nesse sentido, a Resolução nº 4.407, publicada em abril, autorizou a aplicação, em títulos públicos, de recursos dos organismos internacionais que forem captados no mercado brasileiro e creditados em suas contas em moeda nacional no País.

Antes da mudança, esses recursos só podiam ser direcionados à concessão de crédito ao setor privado ou à realização de investimento em títulos privados no País. Tal medida estimula a oferta, por parte dos organismos financeiros internacionais, de recursos de longo prazo, com possíveis benefícios a projetos de infraestrutura no Brasil.

No que se refere às normas sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), o CMN editou a Resolução 4.410, de maio de 2015, permitindo que apenas os certificados de recebíveis imobiliários (CRI) com lastro em financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) possam ser utilizados para atendimento da exigibilidade de aplicação no âmbito do SFH.

Até então, era permitido o cômputo de CRI com lastro em financiamento imobiliário de qualquer natureza, inclusive comercial ou industrial.

Visando aprimorar a fiscalização das operações de crédito rural, aumentando a eficiência e reduzindo custos, a Resolução 4.427 tornou obrigatório que todo financiamento agrícola acima de R$300 mil terá de ser acompanhado

por um mapeamento do terreno onde o empreendimento será implantado, por meio de coordenadas geodésicas obtidas com tecnologia GPS, como forma de trazer maior segurança quanto à correta localização da área financiada.

Ao longo de 2015, ocorreram alterações nas linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Inicialmente, a Resolução nº 4.431 aumentou os limites de contratações para atender o Plano Safra 2015/2016, mantendo-se, contudo, o valor global de financiamentos passíveis de subvenção econômica no ano em R$49 bilhões. Entretanto, a Resolução 4.440, publicada em outubro, reduziu este limite de contratação total com recursos do BNDES para R$18,5 bilhões, adequando-se à nova fase de ajuste fiscal e redução da demanda por financiamentos.

Ainda no âmbito do BNDES, a Resolução nº 4.430, de 25 de junho de 2015, dispôs sobre a apuração do limite de aplicação de recursos no ativo permanente e dos limites de exposição por cliente dessa instituição.

O normativo prevê o retorno à base de cálculo desses limites das ações provenientes dos setores petrolífero, elétrico e de mineração, adquiridas pelo BNDES, direta ou indiretamente, em decorrência de programas instituídos por lei federal, execução de garantias ou investimentos compatíveis com o objeto social da instituição.

No sentido de convergir as normas contábeis aplicáveis às instituições financeiras ao padrão internacional, o CMN aprovou a Resolução nº 4.455 que dispõe sobre o registro contábil de investimentos no exterior.

Nesse sentido, os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão das demonstrações financeiras de dependências e de investimentos no exterior devem ser registrados no patrimônio líquido da instituição investidora, enquanto os lucros ou prejuízos decorrentes das operações da investida no exterior são reconhecidos no resultado do período.

Em relação às operações cursadas no mercado de câmbio, o Sistema de Transferências Internacionais em Reais (TIR) dispõe sobre cadastramento e movimentação de contas de depósito em moeda nacional tituladas por residentes, domiciliados no País ou com sede no exterior.

Por meio da Circular 3.750, a modernização do sistema TIR torna o processo de envio de informações pelas instituições autorizadas mais eficiente e tempestivo, além de harmonizar os procedimentos com a sistemática atual de transmissão e processamento de informações do Sistema Câmbio atual, implementado em 2011.

Visando maior efetividade e transparência no atendimento prestado pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, o CMN aprovou, em julho, a Resolução nº 4.433, promovendo aperfeiçoamento nos processos de constituição e funcionamento de ouvidoria, com obrigatoriedade da gravação do atendimento telefônico e de divulgação de informações sobre o acesso à ouvidoria na página inicial do sítio eletrônico da instituição na internet, bem como o prazo de dez dias úteis para o encaminhamento de resposta conclusiva ao cliente.

No que se refere aos programas de racionalização e simplificação de processos relacionados ao SFN, a Circular 3.752, publicada em março, atualizou a regulação aplicada ao capital estrangeiro no País, uniformizando, simplificando procedimentos e conferindo maior clareza às aplicações de investidor não residente no Brasil. Adicionalmente, a Resolução 4.403 dispensou as instituições financeiras da elaboração e remessa do documento Consolidado Econômico-Financeiro (Conef), tendo em vista a sua substituição, a partir de janeiro, pelo documento contábil Conglomerado Prudencial.

1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

1.3.1. Política de Comércio Exterior

Em 2015, a politica de comércio exterior foi orientada para renovar e ampliar os acordos automotivos existentes, bem como incentivar a abertura de novos mercados para esses produtos.

O Plano Nacional de Exportações (PNE) 2015-2018 estabeleceu uma série de medidas para expandir as exportações brasileiras, sem fixação de meta de saldo comercial para o setor. O contexto de restrições fiscais deve ser considerado para análise do desempenho do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).

Com relação aos acordos comerciais, destacaram-se a assinatura, em 16 de março, com o México, do Quinto Protocolo Adicional ao Apêndice II do Acordo de Complementação Econômica nº 55 no âmbito da Aladi.

Com a assinatura deste Protocolo, a entrada em vigência do acordo de livre comércio de automóveis e veículos leves entre os dois países, prevista para 19 de março de 2015, foi adiada por quatro anos.

Os déficits bilaterais acumulados pelo Brasil nesse setor, a redução da demanda doméstica por automóveis e no nível do emprego levaram à revisão do acordo anterior.

Pelo atual Protocolo, a cota recíproca para automóveis e veículos leves foi fixada em US$1,56 bilhão até março de 2016, no nível vigente em 2013.

Com relação ao Acordo Automotivo Brasil-Argentina, em 25 de junho foi assinado o 41º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE 14) no âmbito da Aladi, que prorrogou, a partir de 1º de julho de 2015, o acordo por um ano, sem alteração de regras.

O sistema conhecido como "flex" continuou em vigor, ou seja, para cada dólar que a Argentina exporta ao Brasil em autopeças e veículos, sem incidência de impostos, pode importar 1,5 dólar em produtos brasileiros.

A decisão de manter as atuais regras foi tomada em comum acordo entre as partes e, no período de prorrogação, serão realizadas negociações em bases mais amplas para aprofundar a integração produtiva e preservar a corrente de comércio bilateral.

Em 9 de outubro, durante visita oficial à Colômbia, foram assinados o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e Acordo Automotivo, bem como a negociação do acordo de serviços e compras governamentais.

O ACFI tem por objetivo apoiar a internacionalização das empresas brasileiras e contribuir para a melhoria no ambiente de investimentos. Foi a primeira vez que o Brasil concluiu este tipo de acordo com um país da América do Sul. O Brasil já havia firmado ACFIs com México, Angola, Moçambique e Maláui. Quanto ao Acordo Automotivo, foi adotado Protocolo Adicional no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 59 na Aladi.

O acordo reduziu a zero as alíquotas do Imposto de Importação para automóveis de passageiros e comerciais leves de até 3,5 toneladas e fixou a concessão de 100% de preferência para os veículos dos dois países, com cotas anuais crescentes. No primeiro ano, a cota de exportações foi estipulada em 12 mil unidades; no segundo ano, 25 mil unidades; e a partir do terceiro ano, 50 mil unidades. O prazo de vigência inicial do Acordo é de oito anos, estando prevista também possível prorrogação.

Em 9 de dezembro, foi assinado o Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Uruguai para produtos do setor automotivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016.

O acordo estabeleceu 100% de preferência tarifária para bens do setor automotivo, como automóveis de passageiros, ônibus, caminhões, máquinas agrícolas, autopeças, chassis e pneus. Seu objetivo é alcançar um comércio livre, fluido e com regras de origem que contemplem as peculiaridades e o estágio de desenvolvimento dos dois países nessa área, não se restringindo à fixação de cotas de exportação.

O Índice de Conteúdo Regional (ICR) exigido para o Brasil deve ser maior ou igual a 55% e para o Uruguai, 50%. Para os produtos que não cumprirem a regra de conteúdo regional, será estipulada uma cota: US$ 650 milhões para o Uruguai e US$ 325 milhões para o Brasil.

O acordo criou ainda um Programa de Integração Produtiva (PIP) para veículos e autopeças que iniciem a produção no país e que exijam tempo para desenvolvimento de fornecedores.

O Plano Nacional de Exportações (PNE) 2015-2018 definiu cinco áreas de atuação na política comercial: acesso a mercados; promoção comercial;

facilitação de comércio; financiamento e garantias; e aperfeiçoamento de instrumentos e regimes tributários.

Vale destacar avanços já em curso na facilitação de comércio, como a criação do Portal Único e o Operador Econômico Autorizado (OEA), bem como medidas de redução da burocracia e de maior eficiência nos trâmites aduaneiros, importantes para alinhar o Brasil às boas práticas internacionais de comércio exterior.

De fato, dentre as ações na área de facilitação de operações de comércio exterior, ressalte-se a simplificação de alguns procedimentos introduzidos pela Portaria Secex nº 61, de 31 de agosto, que também divulgou o cronograma para que todos os documentos referentes a processos de competência do Departamento de Comércio Exterior (Decex) do MDIC passem a ser encaminhados pelo módulo de Anexação de Documentos do Portal Único de Comércio Exterior.

A prioridade oficial conferida ao ajuste fiscal em 2015 levou à reversão parcial de algumas medidas de incentivo à exportação, como a redução da alíquota do Reintegra, programa criado em 2011 no âmbito do Plano Brasil Maior para compensar os exportadores por impostos indiretos incidentes no processo de produção de mercadorias para exportação e, assim, aumentar seu poder de competição no mercado internacional.

As empresas poderiam receber créditos equivalentes a até 3% da receita obtida com a venda ao exterior.

Conforme regulamentado pelo Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015, a alíquota foi reduzida para 1% entre março de 2015 e o final de 2016; aumentando para 2% em 2017; e retornando ao patamar de 3% em 2018.

Pela Medida Provisória nº 668, de 30 de janeiro de 2015, convertida na Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015, foram aumentadas, de 1,65% para 2,1%, as alíquotas do PIS/PASEP – Importação; e de 7,6% para 9,65%, as da Cofins – Importação, incidentes nas aquisições de produtos do exterior.

Algumas exceções foram estabelecidas pela Lei, como produtos do setor farmacêutico, produtos de higiene, de toucador ou de higiene pessoal, máquinas e veículos, pneus novos e câmaras de ar, autopeças e papel. Com o aumento desses impostos, as importações de mercadorias passaram a gozar do mesmo nível de tributação incidente sobre os produtos nacionais, alinhando a medida com a jurisprudência nacional.

Pela Resolução Camex nº 34, de 6 de maio de 2015, foi ampliado, de US$ 1 milhão para US$3 milhões, o limite de faturamento com exportações e de faturamento bruto anual de até R$90 milhões, para concessão de seguro de crédito à exportação para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com garantia da União, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

As garantias podem compreender as operações na fase pré-embarque seguidas por operações na fase pós-embarque, incluindo o Proex, bem como operações na fase pós-embarque.

Já pela Resolução nº 74, de 4 de agosto, a Camex estabeleceu diretrizes para a utilização do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), com garantia da União, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), de modo que as operações cursadas no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da Aladi (CCR) sigam critérios previstos em Nota Técnica Atuarial que disciplinará seu enquadramento e precificação.

Essa medida aumentou o custo do seguro de crédito, pois as operações cursadas no âmbito do CCR estavam classificadas no menor nível de risco.

Foi dada continuidade à política de redução temporária do Imposto de Importação (II) de bens de capital, bens de informática e telecomunicações sem similar nacional. Os ex-tarifários têm por objetivo reduzir os custos de investimento e de produção no País.

As listas desses produtos publicadas ao longo do ano contemplaram a renovação de posições tarifárias com vigência vencida, bem como de novos itens, incluindo autopeças sem produção nacional, matéria esta que foi regulamentada, pela Resolução Camex nº 61, de 24 de junho, no âmbito do Regime de Autopeças Não Produzidas.

Importante lembrar que pela Decisão nº 25/2015, os sócios do Mercosul prorrogaram, de 31 de julho de 2015 para dezembro de 2021, a autorização para os países manterem os regimes nacionais de bens de capital (BK) e de informática e telecomunicações (BITs), entrando em vigor em 2022 um regime comum para esses bens.

Essa medida foi incorporada às normas brasileiras pela Resolução Camex nº 92, de 25 de setembro de 2015.

Com relação à defesa comercial, observou-se tendência de queda do número investigações iniciadas pelo País em relação ao ano anterior, embora tenha ocorrido incremento na aplicação de medidas definitivas.

Pela Portaria Secex nº 38, de 19 de maio de 2015, foi reduzido de 180 para 150 dias o prazo para investigação de falsas declarações de origem para produtos sujeitos a medidas antidumping. Além disso, a norma aprimorou o mecanismo de investigação e simplificou os procedimentos.

Por outro lado, as políticas comerciais brasileiras foram contestadas no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC.

Em 17 de março, foi instituído um panel a partir de demanda da União Europeia, que teve adesão de outros países como Argentina, Austrália, Canadá, China, Colômbia, Índia, Japão, Coreia do Sul, Rúsia, África do Sul, Taipei, Turquia e EUA. O panel questiona a concessão de subsídios domésticos ao setor automobilístico, como o Programa Inovar-Auto; ao setor eletrônico e de tecnologia de Informação; políticas que beneficiam empresas localizadas na Zona Franca de Manaus e outras desonerações tributárias às exportações brasileiras.

No âmbito do Mercosul, foi prorrogada a lista de exceções da Tarifa Externa Comum (TEC), cujo término de vigência era previsto para 31 de dezembro de 2015.

Por ocasião da Cúpula do Mercosul realizada em Brasília em julho, foi prorrogado, pela Decisão nº 26/2015, para o final de 2021, o término das listas de exceções do Brasil e da Argentina, que possuem 100 produtos cada; do Paraguai, de dezembro de 2019 para o final de 2023, contemplando 649 produtos; do Uruguai, de 2017 par 2022, incluindo 225 produtos; e da Venezuela, que tem prazo até o final de 2022 para 225 produtos.

Essa última medida foi implementada pela Resolução Camex nº 92, de 25 de setembro de 2015.

Nessa mesma reunião, pela Decisão nº 27/2015, o Conselho do Mercosul também prorrogou, de 30 de junho de 2015 para dezembro de 2021, o mecanismo que autoriza alterações tarifárias para mais 100 posições tarifárias por um ano, prorrogável por mais um. Esse mecanismo foi instituído em 2010 em razão da crise financeira internacional.

Nessa Cúpula de Brasília foi assinado o protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul, que passará a ser o sexto sócio, tendo o País quatro anos, a partir da ratificação pelos demais sócios, para se alinhar às normas do bloco.

Com relação ao Acordo Mercosul - União Europeia, a expectativa do governo brasileiro é de que sejam iniciadas as trocas de ofertas em 2016, entrando em vigência no ano seguinte.

1.3.2. Política Cambial

Em 2015, o ambiente de redução de liquidez da economia internacional, derivado do início do processo de gradual normalização da política monetária dos Estados Unidos, provocou impactos sobre o valor do dólar americano, em especial em relação às moedas de países emergentes.

A desaceleração do crescimento econômico da China, principal parceiro comercial do Brasil, e a repercussão desfavorável nos preços das *commodities*, produtos que têm participação relevante na pauta exportadora brasileira, contribuíram para a queda nos termos de troca do País.

No âmbito doméstico, as agências *Standard & Poor`s* e *Fitch* reduziram a nota de crédito soberano do Brasil, retirando o grau de investimento. Nesse contexto, o regime de câmbio flutuante atuou como primeira linha de proteção à economia brasileira.

A taxa de câmbio nominal passou de R$2,6562/US$ ao final de 2014, para RS$3,9048/US$ ao final de 2015, desvalorização nominal de 47,0%. Diferentemente de outras ocasiões, a expressiva depreciação da moeda brasileira ocorrida em 2015 não produziu desequilíbrios ou instabilidade financeira, considerada a política cambial implementada.

Dentre os instrumentos utilizados pela autoridade monetária na condução da política cambial ao longo do ano, com o objetivo de reduzir a volatilidade das cotações, garantir a fluidez do mercado, e ofertar proteção cambial aos agentes econômicos, mencione-se a manutenção de leilões de *swap* cambial

e de venda de dólares com compromisso de recompra, não tendo sido realizada, a exemplo do ano anterior, nenhuma venda no mercado de câmbio à vista. Importante lembrar que o *swap* cambial é liquidado em moeda doméstica e, portanto, não afeta o estoque de reservas internacionais.

Em 25 de março 2015, o Banco Central do Brasil (BCB) anunciou que não seria renovado o programa de oferta diária de contratos de swap cambial, em vigor desde 22 de agosto de 2013.

Esse programa já havia sido renovado anteriormente por duas vezes, e estendido até 31 de março de 2015, quando compreendia a oferta diária de até US$100 milhões.

Além disso, o BCB se comprometeu a rolar integralmente os *swaps* cambiais vincendos a partir de 1º de maio de 2015, levando em consideração a demanda pelo instrumento e as condições de mercado. A autoridade monetária ofertou linhas de venda de dólar com compromisso de recompra de acordo com as condições do mercado.

Essa estratégia conferiu maior flexibilidade à atuação da autoridade monetária no mercado de câmbio no contexto de normalização da política monetária dos Estados Unidos, onde a elevação da taxa básica em dezembro, em 0,25 p.p., encerrou período de sete anos sem elevações da taxa básica de juros.

O estoque nacional de *swap* cambial encerrou 2015 em US$108,1 bilhões, patamar bastante próximo ao observado ao final do ano anterior, US$109,6 bilhões.

O estoque de linhas de moeda estrangeira com compromisso de recompra atingiu US$12,3 bilhões em dezembro de 2015, 16,9% acima daquele do ano anterior. Ao longo de 2015, a autoridade monetária recebeu de volta US$15,8 bilhões decorrentes de linhas operações passadas, e concedeu US$17,6 bilhões em novas linhas, provendo, liquidamente, US$1,8 bilhão ao mercado.

Com relação às normas cambiais, pela Circular nº 3.750, de 11 de março, o BCB alterou a Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, que regulamentou o mercado de câmbio, para dispor sobre cadastramento e movimentação de contas de depósito em moeda nacional tituladas por residentes, domiciliados ou com sede no exterior, em virtude da modernização do Sistema de Transferências Internacionais em Reais (TIR).

Além disso, pela Circular nº 3.752, de 30 de março de 2015, o BCB regulamentou a Resolução 4.373, de setembro de 2014, para uniformizar e simplificar regras sobre as aplicações de investidores não residentes nos mercados financeiro e de capitais do Brasil, além de dar mais clareza sobre tais operações.

A resolução especificou quais são as operações simultâneas de câmbio ou de transferências internacionais em reais em diversas modalidades, como a conversão de haveres no País de não residentes em capital estrangeiro registrável no BCB; transferência entre modalidades de capital estrangeiro registrado no BCB; e a renovação e repactuação de empréstimo externo direto ou por meio de emissão de títulos no exterior. A resolução também dispôs sobre as aplicações por meio de *depositary receipts* (DR), regulamentando o registro e o credenciamento dessas operações.

O CMN, pela Resolução 4.407, de 23 de abril, alterou o § 2º do art. 1º da Resolução nº 4.319, de 27 de março de 2014, aprovando alteração na regulamentação sobre movimentações em contas de depósito em moeda nacional tituladas por organismos internacionais acreditados pelo Governo brasileiro para operações de captação e financiamento em reais.

Com a mudança, os recursos dos organismos internacionais poderão ser aplicados também em títulos públicos. Esses recursos são decorrentes de captações no mercado brasileiro de valores mobiliários e, anteriormente, só podiam ser direcionados à concessão de crédito ao setor privado ou à realização de investimento em títulos privados no País. Tal medida possibilita a oferta, por parte dos organismos financeiros internacionais, de produtos financeiros, em especial de longo prazo, com possíveis benefícios a projetos de infraestrutura no País.

1.3.3. Movimento de Câmbio

O mercado de câmbio contratado foi superavitário em US$9,4 bilhões em 2015, em comparação a deficit de US$9,3 bilhões no ano anterior. A balança comercial cambial contratada registrou superavit de US$25,5 bilhões, ante US$4,1 bilhões em 2014, resultado decorrente de recuos, na ordem, de 18,3% e 28,4% nas contratações de exportações e importações de bens.

MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO
(US$ MILHÕES)

PERÍODO		COMERCIAL			FINANCEIRO			SALDO GLOBAL
		EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO (A)	COMPRAS	VENDAS	SALDO (B)	(C) = (A) + (B)
2011	Ano	251 185	207 236	43 950	393 997	372 669	21 329	65 279
2012	Ano	224 612	216 238	8 373	391 550	383 170	8 380	16 753
2013	Ano	232 920	221 785	11 136	451 740	475 136	- 23 396	- 12 261
2014	Jan	19 157	17 566	1 591	43 344	43 324	19	1 610
	Fev	15 665	17 794	- 2 129	34 165	33 892	272	- 1 856
	Mar	17 008	17 529	- 521	40 706	37 881	2 825	2 304
	Abr	23 080	19 282	3 798	45 867	46 882	- 1 015	2 783
	Mai	21 449	19 527	1 922	41 677	44 412	- 2 735	- 813
	Jun	17 047	18 819	- 1 772	42 543	40 652	1 890	118
	Jul	21 511	19 894	1 617	40 769	44 177	- 3 408	- 1 791
	Ago	15 736	17 776	- 2 040	44 605	45 620	- 1 016	- 3 056
	Set	19 474	18 453	1 021	45 931	44 909	1 022	2 044
	Out	19 871	18 356	1 515	53 072	47 661	5 412	6 927
	Nov	14 674	16 032	- 1 358	35 187	37 335	- 2 149	- 3 507
	Dez	17 599	17 107	492	45 329	59 871	- 14 542	- 14 050
	Ano	222 270	218 133	4 137	513 193	526 617	- 13 424	- 9 287
2015	Jan	15 389	15 604	- 215	51 459	47 341	4 118	3 903
	Fev	12 380	11 812	567	36 500	38 210	- 1 710	- 1 142
	Mar	14 611	14 682	- 71	62 219	60 145	2 074	2 003
	Abr	17 713	14 601	3 112	49 828	39 833	9 995	13 107
	Mai	17 051	13 568	3 483	37 867	43 427	- 5 560	- 2 077
	Jun	17 042	14 107	2 935	45 191	52 820	- 7 629	- 4 694
	Jul	17 689	13 248	4 441	36 258	44 634	- 8 376	- 3 935
	Ago	13 494	11 504	1 989	39 798	37 676	2 122	4 111
	Set	13 771	12 604	1 167	41 367	42 644	- 1 277	- 111
	Out	12 039	12 276	- 237	34 871	38 134	- 3 263	- 3 500
	Nov	11 751	10 560	1 190	37 871	35 166	2 705	3 895
	Dez	18 731	11 607	7 124	49 501	58 772	- 9 270	- 2 146
	Ano	181 660	156 174	25 486	522 731	538 802	- 16 071	9 414

Fonte: Banco Central do Brasil

O segmento financeiro apresentou deficit de US$16,1 bilhões, ante US$13,4 bilhões em 2014, refletindo aumentos respectivos de 1,9% e 2,3% nas compras e nas vendas de moeda estrangeira.

Durante 2015, as vendas líquidas da autoridade monetária somaram US$1,8 bilhão em operações de linhas de venda de moeda estrangeira com compromisso de recompra, comparativamente às compras líquidas de US$6,5 bilhões ocorridas em 2014.

A posição dos bancos, que reflete as operações com clientes no mercado primário, passou de vendida em US$28,3 bilhões, ao encerrar 2014, para vendida em US$20,1 bilhões, ao final de 2015.

1.3.4. Balanço de Pagamentos

O BCB passou a publicar, em março de 2015, as estatísticas do setor externo da economia brasileira em conformidade com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), do Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde 2001, essas estatísticas eram divulgadas pelo BCB de acordo com a quinta edição do Manual de Balanço de Pagamentos (BPM5).

Os padrões metodológicos internacionais oferecem recomendações para a compilação e apresentação das contas macroeconômicas. O objetivo é assegurar não apenas a consistência entre as várias estatísticas macroeconômicas, mas também permitir a comparabilidade entre os países.

Ao mesmo tempo, o BPM6 contempla desenvolvimentos econômicos e financeiros da economia mundial nos últimos quinze anos.

O BPM6 define Balanço de Pagamentos (BP) como a estatística macroeconômica que sumariza transações entre residentes e não residentes ao longo de um período. Compreende a conta de bens e serviços, conta de renda primária, conta de renda secundária (que compõem as transações correntes), conta de capital e conta financeira. Dentre as modificações, incluem-se o formato da apresentação do BP; a nomenclatura de algumas contas; as convenções de sinais e conceitos.

Os indicadores do setor externo seguem evidenciando os efeitos relevantes do processo de ajuste macroeconômico em curso. Nesse sentido, o deficit em transações correntes totalizou US$58,9 bilhões em 2015, recuando 43,4% em relação a igual período de 2014, quando atingira US$104,2 bilhões.

A necessidade de financiamento externo, definido como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de investimentos diretos no País (IDP), registrou excedentes de financiamento externo de US$16,1 bilhões no ano, equivalentes a 0,9% do PIB, ante hiato de US$7,3 bilhões, 0,3% do PIB, em 2014.

Em 2015, o deficit em conta corrente representou 3,32% do PIB, ante 4,31% do PIB no ano anterior, comportamento associado, fundamentalmente, ao superavit de US$17,7 bilhões na balança comercial e às reduções nos deficits das contas de serviços, de US$11,1 bilhões, e de renda primária de US$9,8 bilhões, na comparação com 2014.

A receita líquida relativa à renda secundária manteve-se estável, situando-se em US$2,7 bilhões. A conta financeira apresentou captações superiores às concessões em US$56,7 bilhões em 2015. A conta de serviços apresentou despesas líquidas de US$37 bilhões, em 2015, comparativamente a deficit de US$48,1 bilhões em 2014. A redução das despesas líquidas é explicada, em ordem de importância, pelo forte recuo nos deficits das contas de viagens internacionais, transportes e aluguel de equipamentos.

BALANÇO DE PAGAMENTOS
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Transações correntes	-49 406	-54 776	-104 181	-37 888	-21 054	-58 942
Balança comercial (bens)	-3 493	-3 137	-6 629	1 264	16 406	17 670
Exportações1/	110 036	114 062	224 098	93 876	96 216	190 092
Importações2/	113 529	117 198	230 727	92 612	79 810	172 422
Serviços	-22 545	-25 562	-48 107	-20 408	-16 570	-36 978
Renda primária	-24 526	-27 644	-52 170	-19 840	-22 517	-42 357
Renda secundária	1 158	1 567	2 725	1 096	1 628	2 724
Conta capital	101	131	231	128	312	440
Conta financeira3/	-45 556	-55 043	-100 599	-36 815	-19 877	-56 692
Investimento direto no exterior	17 113	8 927	26 040	11 274	2 225	13 498
Participação no capital4/	16 921	8 407	25 328	11 996	2 341	14 337
Operações intercompanhia	192	520	712	- 722	- 117	- 839
Investimento direto no País	45 938	50 957	96 895	30 932	44 143	75 075
Participação no capital5/	27 704	30 214	57 918	22 288	34 133	56 421
Operações intercompanhia	18 234	20 743	38 977	8 644	10 010	18 653
Investimento em carteira – ativos	2 603	217	2 820	- 761	-1 387	-2 148
Ações e cotas em fundos	1 190	955	2 144	70	- 168	- 98
Títulos de renda fixa	1 413	- 738	675	- 830	-1 220	-2 050
Investimento em carteira – passivos	32 809	8 718	41 527	27 270	-8 771	18 500
Ações e cotas em fundos	9 039	2 734	11 773	10 810	- 780	10 030
Títulos de renda fixa	23 770	5 984	29 754	16 460	-7 990	8 469
Derivativos – ativos e passivos	- 302	1 871	1 568	1 751	1 699	3 450
Outros investimentos – ativos6/	22 858	27 808	50 667	16 689	29 506	46 195
Outros investimentos – passivos6/	21 104	32 999	54 103	16 279	9 402	25 681
Ativos de reserva	12 024	-1 192	10 833	8 713	-7 144	1 569
Erros e omissões	3 749	- 398	3 351	944	865	1 810
Memo:						
Transações correntes / PIB (%)			-4,31			-3,32
Investimento direto no País / PIB (%)			4,01			4,23

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Exclui mercadorias deixando o território nacional sem mudança de proprietário. Inclui mercadorias entregues no território nacional (exportação ficta), encomendas postais, e outros ajustes.

2/ Exclui mercadorias ingressando no território nacional sem mudança de proprietário. Inclui mercadorias entregues fora do território nacional (importação ficta), importação de energia elétrica sem cobertura cambial, encomendas postais e outros ajustes.

3/ Para contas de ativo e de passivo, + = aumento de estoque e - = redução de estoque. Conta financeira = fluxos de investimentos ativos - fluxos de investimentos passivos.

4/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no Brasil possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no exterior.

5/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no exterior possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no Brasil.

6/ Inclui depósitos, empréstimos, créditos comerciais e outros.

Os valores apresentados pela conta de viagens internacionais, em 2015, sofreram significativa redução, após os recordes registrados em 2014, tanto para o saldo, como para receitas e despesas. Foram registradas saídas líquidas de US$11,5 bilhões, com ênfase ao recuo de 32,1% nas despesas efetuadas por brasileiros no exterior, que atingiram US$17,4 bilhões, ante US$25,6 bilhões, em 2014.

Os dispêndios de estrangeiros no País, por sua vez, atingiram US$5,8 bilhões em 2015, redução de 14,6%. A conta de transportes registrou saídas líquidas de US$5,7 bilhões, 34,2% abaixo do resultado de 2014. A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US$21,5 bilhões em 2015, ante US$22,6 bilhões no ano anterior, invertendo a tendência de crescimento dessa despesa, que se verificava há vários anos. As remessas refletem pagamentos contratuais, e estão associadas ao processo de utilização, no País, de bens de capital de propriedade de não-residentes.

Os pagamentos líquidos ao exterior de serviços de propriedade intelectual, rubrica que inclui os serviços de licenças para o uso de resultados de pesquisa e desenvolvimento e licenciamentos de franquias e marcas, entre outros, atingiram US$4,7 bilhões em 2015, recuo de 15,8% frente ao registrado no ano anterior. As despesas líquidas com serviços de telecomunicação, computação e informação somaram US$1,8 bilhão, redução de 20,5% na comparação com o resultado de 2014.

SERVIÇOS
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	-22 545	-25 562	-48 107	-20 408	-16 570	-36 978
Receitas	19 787	20 179	39 965	17 149	16 629	33 778
Despesas	42 332	45 741	88 072	37 557	33 199	70 756
Transportes	-4 343	-4 354	-8 697	-3 421	-2 303	-5 723
Receitas	2 825	3 019	5 844	2 340	2 616	4 956
Despesas	7 168	7 373	14 541	5 761	4 918	10 679
Viagens	-8 859	-9 865	-18 724	-6 996	-4 517	-11 513
Receitas	3 584	3 259	6 843	2 944	2 900	5 844
Despesas	12 443	13 124	25 567	9 940	7 417	17 357
Seguros	- 416	- 367	- 783	- 208	- 126	- 333
Receitas	297	372	669	426	561	988
Despesas	712	739	1 451	634	687	1 321
Serviços financeiros	184	- 0	184	- 204	- 78	- 282
Receitas	721	455	1 176	372	370	742
Despesas	537	455	992	576	448	1 024
Serviços de propriedade intelectual	-2 914	-2 634	-5 548	-2 355	-2 314	-4 669
Receitas	207	168	375	373	208	581
Despesas	3 121	2 801	5 923	2 728	2 522	5 250
Telecomunicação, computação e informações	-1 149	-1 075	-2 224	- 911	- 857	-1 768
Receitas	590	857	1 446	781	790	1 571
Despesas	1 738	1 932	3 670	1 692	1 647	3 340
Aluguel de equipamentos	-10 244	-12 385	-22 629	-11 070	-10 462	-21 532
Receitas	66	104	170	95	96	191
Despesas	10 310	12 489	22 799	11 165	10 558	21 723
Outros serviços de negócio1/	6 212	6 439	12 651	5 626	4 621	10 247
Receitas	10 319	10 862	21 181	9 086	8 213	17 299
Despesas	4 107	4 423	8 530	3 460	3 592	7 052
Serviços culturais, pessoais e recreativos2/	- 698	- 843	-1 541	- 483	- 176	- 659
Receitas	397	283	681	147	166	314
Despesas	1 096	1 126	2 222	630	343	973
Serviços governamentais	- 560	- 678	-1 238	- 500	- 546	-1 046
Receitas	453	466	919	367	422	789
Despesas	1 012	1 144	2 157	867	968	1 834
Demais serviços3/	241	200	441	113	188	300
Receitas	328	334	662	217	286	502
Despesas	87	134	221	104	98	202

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui serviços de pesquisa e desenvolvimento, serviços jurídicos, serviços de publicidade, serviços de engenharia e arquitetura, serviços de limpeza e despoluição.

2/ Inclui serviços audiovisuais, serviços de educação e serviços de saúde.

3/ Inclui serviços de manufatura, serviços de manutenção e reparo e serviços de construção.

VIAGENS INTERNACIONAIS
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1° SEM	2° SEM	ANO	1° SEM	2° SEM	ANO
Total	-8 859	-9 865	-18 724	-6 996	-4 517	-11 513
Receitas	3 584	3 259	6 843	2 944	2 900	5 844
Despesas	12 443	13 124	25 567	9 940	7 417	17 357
Negócios	-1 759	-1 942	-3 701	-1 053	- 538	-1 591
Receitas	1 117	1 034	2 151	1 023	1 006	2 029
Despesas	2 875	2 977	5 852	2 076	1 544	3 620
Pessoais	-7 100	-7 923	-15 023	-5 943	-3 979	-9 922
Receitas	2 467	2 224	4 692	1 921	1 894	3 815
Despesas	9 568	10 147	19 715	7 864	5 873	13 737
Saúde	- 6	- 7	- 13	- 5	0	- 4
Receitas	14	15	29	15	18	32
Despesas	20	22	42	19	17	37
Educação	- 623	- 702	-1 325	- 490	- 376	- 866
Receitas	79	72	151	80	79	159
Despesas	702	773	1 476	570	455	1 025
Outras viagens pessoais, inclusive turismo	-6 471	-7 214	-13 685	-5 448	-3 604	-9 052
Receitas	2 374	2 137	4 511	1 826	1 798	3 624
Despesas	8 845	9 351	18 197	7 274	5 401	12 675
Dos quais: Com uso de cartões internacionais	-2 976	-3 503	-6 479	-2 378	-1 214	-3 592
Receitas	2 707	2 531	5 238	2 136	2 016	4 152
Despesas	5 683	6 034	11 717	4 514	3 230	7 744

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ A distribuição por motivo do viajante - Negócios, Saúde, educação, Outras viagens pessoais inclusive turismo - é construída a partir de dados da pesquisa do Ministério do Turismo.

O deficit da conta de renda primária, anteriormente denominada "rendas", apresentou redução de 18,8% no ano, atingindo US$42,4 bilhões. Em 2015, as despesas líquidas de juros ultrapassaram as remessas líquidas com lucros e dividendos.

A conta de juros apresentou despesas líquidas de US$21,9 bilhões, refletindo redução de 13,7% nas receitas e de 0,4% nas despesas. Em termos líquidos houve relativa estabilidade, com crescimento de 2,7% na comparação entre 2015 e 2014.

Em 2015, as remessas líquidas de lucros e dividendos, incluídos os lucros reinvestidos, somaram US$20,8 bilhões, 33,3% abaixo do resultado de 2014.

A remessa líquida de renda primária para o exterior esteve fortemente influenciada pela trajetória das remessas líquidas de rendas de investimento direto, US$21,3 bilhões, recuo 24,7% na comparação com 2014. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos, incluídos os reinvestidos, somaram US$16,7 bilhões, 32% inferiores, na mesma base de comparação. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias cresceram 23,1%, atingindo US$4,6 bilhões.

RENDA PRIMÁRIA
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	-24 526	-27 644	-52 170	-19 840	-22 517	-42 357
Receitas	6 373	6 476	12 849	5 797	6 134	11 931
Despesas	30 900	34 120	65 020	25 637	28 651	54 288
Salários e ordenados	180	177	357	187	162	349
Receitas	263	257	520	231	207	438
Despesas	83	81	163	44	44	88
Renda de investimentos	-24 707	-27 820	-52 527	-20 027	-22 680	-42 706
Renda de investimento direto	-12 879	-15 347	-28 226	-9 143	-12 111	-21 255
Lucros e dividendos	-11 181	-13 318	-24 499	-7 099	-9 566	-16 665
Lucros e dividendos, exceto reinvestidos	-9 192	-10 620	-19 811	-6 271	-7 754	-14 025
Receitas	633	691	1 324	1 221	1 446	2 667
Despesas	9 825	11 310	21 135	7 492	9 200	16 692
Lucros reinvestidos	-1 989	-2 699	-4 688	- 827	-1 812	-2 639
Receitas	3 034	2 976	6 010	2 192	2 314	4 506
Despesas	5 023	5 675	10 698	3 019	4 126	7 145
Juros de operações intercompanhia	-1 699	-2 028	-3 727	-2 044	-2 546	-4 590
Receitas	82	160	243	89	28	116
Despesas	1 781	2 189	3 970	2 133	2 573	4 706
Renda de investimento em carteira	-10 174	-10 893	-21 067	-9 098	-8 994	-18 092
Lucros e dividendos	-3 790	-2 898	-6 688	-2 383	-1 746	-4 128
Receitas	52	63	116	49	58	107
Despesas	3 842	2 961	6 804	2 431	1 804	4 235
Juros de títulos negociados no mercado externo	-3 065	-3 682	-6 747	-3 297	-3 776	-7 073
Receitas	125	228	353	164	190	354
Despesas	3 190	3 910	7 101	3 461	3 966	7 427
Juros de títulos neg. mercado doméstico – despesas	-3 318	-4 313	-7 631	-3 419	-3 473	-6 891
Renda de outros investimentos (inclui juros)	-3 178	-3 046	-6 224	-3 038	-2 895	-5 932
Receitas	659	635	1 294	600	570	1 170
Despesas	3 837	3 680	7 518	3 638	3 465	7 103
Renda de reservas – receitas	1 525	1 465	2 990	1 252	1 320	2 573
Demais rendas primárias1/	0	0	0	0	0	0
Memo:						
Juros	-9 735	-11 604	-21 340	-10 545	-11 368	-21 913
Receitas	2 392	2 489	4 880	2 105	2 109	4 213
Despesas	12 127	14 093	26 220	12 650	13 477	26 127
Lucros e dividendos	-14 971	-16 216	-31 187	-9 482	-11 311	-20 793
Receitas	3 719	3 730	7 449	3 461	3 818	7 280
Despesas	18 690	19 946	38 636	12 943	15 130	28 073

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui impostos sobre a produção e sobre as importações, subsídios e aluguel.

As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US$18,1 bilhões, redução de 14,1% na comparação com 2014. Influenciou esse resultado o comportamento das remessas líquidas de dividendos de ações, que somaram US$4,1 bilhões, 38,3% inferiores às remessas de 2014. As despesas líquidas de juros de títulos de renda fixa negociados no mercado externo e as referentes a títulos negociados no mercado doméstico alcançaram, respectivamente, US$7,1 bilhões e US$6,9 bilhões em 2015. A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US$5,9 bilhões, 4,7% inferiores ao resultado do período comparativo, enquanto as receitas com as reservas internacionais somaram US$2,6 bilhões, recuo de 14%, comparativamente àquelas de 2014.

A renda secundária, estável na comparação com o resultado do ano anterior, totalizou US$2,7 bilhões. Parcela relevante desse fluxo refere-se à receita bruta de transferências pessoais, que atingiu US$2,5 bilhões, 15,6% superior ao resultado de 2014.

RENDA SECUNDARIA
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1° SEM	2° SEM	ANO	1° SEM	2° SEM	ANO
Total	1 158	1 567	2 725	1 096	1 628	2 724
Receitas	2 202	2 728	4 930	2 163	2 549	4 712
Despesas	1 044	1 162	2 205	1 067	922	1 989
Governo	53	10	64	- 10	- 7	- 17
Receitas	143	161	304	152	127	279
Despesas	90	151	241	163	134	296
Demais setores	1 105	1 556	2 661	1 106	1 635	2 741
Transferências pessoais1/	439	313	752	437	772	1 209
Receitas	1 033	1 094	2 128	1 115	1 344	2 459
Despesas	594	781	1 375	678	573	1 251
Outras transferências	666	1 243	1 909	669	863	1 533
Receitas	1 025	1 473	2 498	896	1 078	1 974
Despesas	360	230	589	226	215	442

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Transferências entre pessoas físicas.

Os investimentos diretos no exterior (IDE) somaram remessas líquidas de US$13,5 bilhões, 48,2% abaixo das aplicações líquidas ocorridas em 2014. Em 2015, US$14,3 bilhões referiram-se a aumento de participação no capital, já incluídos os lucros reinvestidos. Os ingressos líquidos provenientes de empréstimos intercompanhias somaram US$839 milhões.

Os fluxos líquidos de investimentos diretos no País (IDP) somaram US$75,1bilhões, comparados a US$96,9 bilhões em 2014. Em 2015, a participação no capital de empresas no País somou US$56,4 bilhões, já incluídos os lucros reinvestidos. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US$18,7 bilhões, frente a US$39 bilhões, em 2014.

SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO1/
(US$ MILHÕES)

PERÍODO		SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES			INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS			NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO		
		VALOR MENSAL	ÚLTIMOS 12 MESES	% PIB ÚLTIMOS 12 MESES	VALOR MENSAL	ÚLTIMOS 12 MESES	% PIB ÚLTIMOS 12 MESES	VALOR MENSAL	ÚLTIMOS 12 MESES	% PIB ÚLTIMOS 12 MESES
2010	Dez	- 6 562	- 75 760	-3,43	20 427	88 452	4,00	- 13 865	- 12 692	-0,57
2011	Dez	- 8 222	- 76 970	-2,95	8 894	101 158	3,87	- 672	- 24 187	-0,93
2012	Dez	- 9 170	- 74 059	-3,01	6 339	86 607	3,52	2 831	- 12 548	-0,51
2013	Dez	- 6 587	- 74 769	-3,04	3 649	69 181	2,81	2 938	5 588	0,23
2014	Jan	- 13 165	- 76 172	-3,09	9 028	75 352	3,06	4 137	819	0,03
	Fev	- 7 507	- 78 828	-3,19	5 464	78 634	3,19	2 043	194	0,01
	Mar	- 6 626	- 79 775	-3,23	6 732	79 191	3,21	- 106	584	0,02
	Abr	- 9 174	- 82 355	-3,35	8 503	81 230	3,30	671	1 125	0,05
	Mai	- 7 849	- 84 997	-3,46	9 643	79 512	3,23	- 1 795	5 485	0,22
	Jun	- 5 086	- 87 394	-3,56	6 568	76 237	3,11	- 1 482	11 158	0,45
	Jul	- 9 300	- 86 051	-3,52	9 485	81 258	3,32	- 185	4 792	0,20
	Ago	- 6 947	- 87 802	-3,60	10 009	88 363	3,62	- 3 062	- 561	-0,02
	Set	- 8 411	- 93 870	-3,86	7 867	91 881	3,77	544	1 989	0,08
	Out	- 9 316	- 95 875	-3,95	7 796	93 620	3,86	1 520	2 256	0,09
	Nov	- 9 148	- 99 114	-4,09	5 798	90 541	3,74	3 351	8 573	0,35
	Dez	- 11 654	- 104 181	-4,31	10 003	96 895	4,01	1 651	7 286	0,30
2015	Jan	- 12 165	- 103 182	-4,36	5 765	93 632	3,96	6 400	7 507	0,32
	Fev	- 7 175	- 102 850	-4,45	3 121	91 290	3,95	4 054	11 667	0,50
	Mar	- 5 759	- 101 984	-4,50	4 262	88 820	3,92	1 497	12 492	0,55
	Abr	- 6 842	- 99 651	-4,51	5 776	86 093	3,89	1 066	15 353	0,69
	Mai	- 3 384	- 95 186	-4,41	6 610	83 060	3,85	- 3 227	13 608	0,63
	Jun	- 2 563	- 92 663	-4,40	5 397	81 889	3,89	- 2 834	10 960	0,52
	Jul	- 5 684	- 89 048	-4,34	5 993	78 396	3,82	- 309	13 714	0,67
	Ago	- 2 592	- 84 693	-4,24	5 250	73 637	3,68	- 2 658	10 511	0,53
	Set	- 3 050	- 79 332	-4,09	6 037	71 808	3,70	- 2 987	6 004	0,31
	Out	- 4 299	- 74 315	-3,94	6 712	70 724	3,75	- 2 413	241	0,01
	Nov	- 2 968	- 68 136	-3,72	4 940	69 866	3,82	- 1 972	- 3 382	-0,18
	Dez	- 2 460	- 58 942	-3,32	15 211	75 075	4,23	- 12 751	- 16 133	-0,91

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Necessidade de financiamento externo = deficit de transações correntes - investimento direto no País.

No ano, o setor serviços foi o maior receptor dos fluxos brutos de IDP - Participação no capital, absorvendo US$28,4 bilhões, ou 49,1% do total, com destaque para os setores de comércio, telecomunicações e eletricidade e gás. A indústria absorveu US$21 bilhões, 36,2% dos fluxos de IDP - Participação no capital, tendo como segmentos mais representativos veículos, produtos químicos e alimentícios. O setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral recebeu US$8,3 bilhões, 14,4% do total anual dos ingressos na forma de participação do capital, com destaque para as atividades de extração de petróleo e gás natural.

Retronaram ao País US$2,1 bilhões referentes a investimentos em carteira ativos, comparados a aplicações líquidas de US$2,8 bilhões em 2014, ressaltando-se a redução de demanda de residentes por títulos estrangeiros: em 2015 houve US$1,8 bilhão que regressaram ao Brasil, comparado a aplicações líquidas, no exterior, de US$625 milhões em 2014. As aplicações em ações de empresas no exterior somaram US$163 milhões, comparadas a US$60 milhões aplicados no ano anterior.

INVESTIMENTOS DIRETOS NO EXTERIOR
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	17 113	8 927	26 040	11 274	2 225	13 498
Participação no capital – total1/	16 921	8 407	25 328	11 996	2 341	14 337
Participação no capital, exceto lucros reinvestidos	13 887	5 432	19 318	9 804	27	9 832
Aplicação no exterior	15 206	8 685	23 891	13 613	6 815	20 428
Regressos ao Brasil	1 319	3 253	4 572	3 808	6 788	10 597
Participação no capital – lucros reinvestidos no exterior	3 034	2 976	6 010	2 192	2 314	4 506
Operações intercompanhia	192	520	712	- 722	- 117	- 839
Créditos concedidos ao exterior	1 129	2 131	3 260	696	476	1 172
Matriz no Brasil e filial no exterior	333	1 680	2 012	469	96	566
Filial no Brasil e matriz no exterior	265	205	470	124	209	333
Empresas irmãs	531	247	779	103	171	273
Amortizações recebidas do exterior	937	1 611	2 549	1 419	593	2 011
Matriz no Brasil e filial no exterior	54	808	862	625	191	816
Filial no Brasil e matriz no exterior	568	134	702	551	179	730
Empresas irmãs	315	669	984	243	222	465

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no Brasil possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no exterior.

Os investimentos em carteira passivos totalizaram aplicações líquidas de US$18,5 bilhões, ante US$41,5 bilhões em 2014. Os investimentos estrangeiros em ações de empresas brasileiras proporcionaram captações líquidas de US$6,5 bilhões, ante US$10,9 bilhões ocorridos no ano anterior. Os títulos de renda fixa de médio e longo prazos negociados no Brasil registraram ingressos líquidos de US$16,3 bilhões, comparados a US$27,1 milhões no ano anterior. As amortizações líquidas de bônus soberanos somaram US$3,4 bilhões em 2015, frente a ingressos líquidos de US$2,5 bilhões em 2014.

INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	45 938	50 957	96 895	30 932	44 143	75 075
Participação no capital – total1/	27 704	30 214	57 918	22 288	34 133	56 421
Participação no capital, exceto lucros reinvestidos	22 681	24 539	47 220	19 269	30 007	49 276
Ingressos no País	27 924	28 175	56 099	24 317	33 590	57 907
Regressos ao exterior	5 243	3 636	8 879	5 049	3 582	8 631
Participação no capital – lucros reinvestidos no Brasil	5 023	5 675	10 698	3 019	4 126	7 145
Operações intercompanhia	18 234	20 743	38 977	8 644	10 010	18 653
Créditos recebidos do exterior	27 721	36 108	63 828	26 894	31 628	58 522
Matriz no exterior e filial no Brasil	8 701	10 209	18 910	11 323	10 906	22 229
Filial no exterior e matriz no Brasil	13 176	14 597	27 773	7 791	12 036	19 827
Empresas irmãs	5 844	11 302	17 146	7 781	8 687	16 467
Amortizações pagas ao exterior	9 487	15 365	24 852	18 251	21 618	39 869
Matriz no exterior e filial no Brasil	4 055	5 886	9 942	8 430	10 013	18 443
Filial no exterior e matriz no Brasil	1 316	2 208	3 524	4 407	4 438	8 846
Empresas irmãs	4 116	7 270	11 386	5 414	7 167	12 580

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui, entre outras, transações em que o cotista residente no exterior possui 10% ou mais do patrimônio líquido do fundo de investimento no Brasil.

INGRESSOS EM INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS – PARTICIPAÇÂO NO CAPITAL – POR PAÍS (US$ MILHÕES)

PAÍS	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	27 924	28 175	56 099	24 317	33 590	57 907
Países Baixos	4 486	4 305	8 791	3 184	8 389	11 573
Estados Unidos	4 369	4 212	8 580	3 080	3 567	6 647
Luxemburgo	2 181	4 478	6 659	2 853	3 745	6 599
Espanha	3 539	2 423	5 962	5 174	1 395	6 570
Alemanha	462	1 113	1 574	475	2 978	3 453
Japão	2 147	1 633	3 780	1 392	1 485	2 878
França	1 331	1 614	2 945	1 289	1 552	2 841
Noruega	355	200	554	753	1 692	2 445
Itália	373	495	868	492	1 227	1 720
Reino Unido	1 158	569	1 726	766	883	1 649
Suíça	890	1 083	1 973	550	576	1 126
Chile	928	344	1 273	440	583	1 024
Bélgica	114	234	347	136	853	989
Canadá	505	407	912	501	477	978
Ilhas Virgens Britânicas	85	687	772	286	478	764
México	51	73	125	81	492	573
Hong Kong	12	426	438	249	306	555
Ilhas Cayman	111	470	581	198	340	538
Suécia	227	447	674	81	340	422
Angola	3	6	9	390	26	415
Portugal	2 788	373	3 161	185	201	386
Irlanda	52	69	121	230	140	370
Dinamarca	105	181	286	218	111	329
Uruguai	56	128	183	227	91	318
Coréia do Sul	385	20	405	117	156	273
Cingapura	54	165	219	66	201	267
Panamá	138	97	235	90	174	264
Bermudas	24	68	92	76	160	237
China	83	757	840	19	213	232
Austrália	99	257	356	150	30	180
Bahamas	154	33	187	94	84	178
Finlândia	28	21	49	32	133	165
Peru	11	89	100	111	44	155
Colômbia	63	38	101	14	120	135
Liechtenstein	4	9	13	66	3	70
Áustria	209	88	297	11	50	61
Ilha da Madeira	8	81	88	59	1	60
Israel	9	12	21	21	23	44
Andorra	0	0	1	35	7	42
Demais	328	474	802	124	262	387

Fonte: Banco Central do Brasil

INGRESSOS EM INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS – PARTICIPAÇÂO NO CAPITAL – POR SETOR
(US$ MILHÕES)

SETOR	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
TOTAL	27 924	28 175	56 099	24 317	33 590	57 907
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2 346	3 274	5 621	3 863	4 447	8 310
Extração de petróleo e gás natural	1 008	1 150	2 158	2 025	2 570	4 595
Extração de minerais metálicos	788	1 361	2 149	1 004	513	1 516
Atividades de apoio à extração de minerais	375	396	771	267	1 147	1 414
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	126	219	345	362	137	499
Produção florestal	46	119	165	197	32	229
Demais	2	30	32	9	48	57
Indústria	6 899	10 023	16 922	5 445	15 522	20 967
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1 258	1 656	2 914	1 118	3 399	4 518
Produtos químicos	922	1 254	2 176	546	1 871	2 417
Produtos alimentícios	744	803	1 547	584	1 737	2 321
Produtos do fumo	25	16	41	5	2 179	2 184
Equipamentos de informática, produtos eletrônico e ópticos	354	1 174	1 528	541	581	1 122
Máquinas e equipamentos	497	317	814	254	833	1 087
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	441	579	1 020	322	698	1 019
Produtos de borracha e de material plástico	299	379	678	406	477	883
Metalurgia	439	1 948	2 387	227	643	870
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	141	255	396	190	637	827
Celulose, papel e produtos de papel	283	238	520	424	274	697
Produtos minerais não-metálicos	33	179	212	136	524	660
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	546	316	862	200	401	601
Outras indústrias	916	910	1 826	493	1 267	1 760
Serviços	18 580	14 777	33 357	14 908	13 501	28 409
Comércio, exceto veículos	2 579	3 078	5 657	2 930	2 540	5 471
Telecomunicações	4 465	454	4 919	4 283	269	4 552
Eletricidade, gás e outras utilidades	1 606	946	2 552	542	3 388	3 930
Atividades imobiliárias	842	799	1 641	864	1 287	2 150
Serviços financeiros e atividades auxiliares	3 108	1 656	4 763	552	829	1 381
Saúde	15	2	16	1 017	321	1 338
Serviços de tecnologia da informação	640	548	1 188	369	636	1 005
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	204	226	430	365	458	823
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	449	380	830	293	411	704
Obras de infra-estrutura	74	1 070	1 144	396	295	691
Construção de edifícios	372	454	825	333	330	663
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	280	1 760	2 040	248	386	634
Transporte	1 138	305	1 443	243	367	610
Comércio e reparação de veículos	157	243	399	266	303	570
Publicidade e pesquisa de mercado	89	35	124	401	169	569
Serviços de arquitetura e engenharia	129	335	464	292	191	483
Demais	2 434	2 487	4 922	1 514	1 321	2 836
Aquisição e venda de imóveis	99	100	199	101	120	221

Fonte: Banco Central do Brasil

INVESTIMENTOS EM CARTEIRA - ATIVOS
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	2 603	217	2 820	- 761	-1 387	-2 148
Receitas	10 106	9 923	20 029	8 676	7 662	16 338
Despesas	7 503	9 706	17 209	9 436	9 049	18 486
Investimentos em ações	350	- 290	60	22	141	163
Aquisição	707	713	1 420	571	823	1 394
Venda	358	1 002	1 360	549	682	1 231
Fundos de investimento1/	840	1 244	2 084	48	- 309	- 261
Aquisição	6 519	8 011	14 530	6 829	6 628	13 457
Venda	5 679	6 766	12 445	6 781	6 937	13 718
Títulos de renda fixa	1 413	- 738	675	- 830	-1 220	-2 050
Aquisição	2 880	1 200	4 079	1 276	211	1 486
Venda	1 467	1 937	3 404	2 106	1 431	3 536
Curto prazo	75	- 25	50	- 24	- 237	- 260
Aquisição	77	72	150	18	39	56
Venda	2	97	99	41	276	317
Longo prazo	1 338	- 713	625	- 806	- 983	-1 789
Aquisição	2 802	1 127	3 930	1 258	172	1 430
Venda	1 465	1 840	3 305	2 064	1 155	3 220

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui transações em que o cotista residente no Brasil possui menos de 10% do patrimônio líquido do fundo de investimento no exterior.

INVESTIMENTOS EM CARTEIRA - PASSIVOS
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	32 809	8 718	41 527	27 270	-8 771	18 500
Receitas	139 935	132 391	272 326	124 890	95 434	220 324
Despesas	107 126	123 673	230 799	97 620	104 204	201 824
Investimentos em ações	8 524	2 349	10 873	8 843	-2 314	6 528
Negociadas no mercado doméstico	7 487	2 409	9 897	8 451	-2 280	6 171
Ingressos	70 254	70 389	140 644	57 658	40 904	98 562
Saídas	62 767	67 980	130 747	49 206	43 184	92 390
Negociadas no mercado externo (DR's)	1 037	- 60	977	391	- 34	357
Ingressos	1 180	82	1 263	529	133	662
Saídas	144	143	286	138	167	305
Fundos de investimentos1/	515	385	900	1 968	1 534	3 502
Ingressos	1 691	1 845	3 536	3 430	2 852	6 282
Saídas	1 177	1 460	2 636	1 462	1 318	2 780
Títulos de renda fixa	23 770	5 984	29 754	16 460	-7 990	8 469
Negociados no mercado doméstico2/	20 895	6 174	27 068	21 000	-4 704	16 296
Ingressos	58 581	50 780	109 361	58 499	44 537	103 036
Saídas	37 686	44 606	82 292	37 499	49 241	86 740
Negociados no mercado externo	2 875	- 190	2 686	-4 541	-3 287	-7 827
Títulos soberanos	625	1 885	2 510	-1 841	-1 576	-3 418
Ingressos	1 376	4 600	5 976	0	61	61
Amortizações	751	2 715	3 466	1 841	1 637	3 479
Outros títulos	2 251	-2 075	176	-2 699	-1 710	-4 410
Títulos de curto prazo	31	425	457	485	- 174	311
Ingressos	31	452	483	734	509	1 243
Amortizações	0	27	27	249	683	933
Títulos de longo prazo	2 220	-2 500	- 280	-3 184	-1 536	-4 720
Ingressos	6 821	4 242	11 063	4 040	6 437	10 477
Amortizações	4 601	6 742	11 343	7 224	7 973	15 197

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui transações em que o cotista residente no exterior possui menos de 10% do patrimônio líquido do fundo de investimento no Brasil.

2/ Inclui juros reinvestidos.

As operações com títulos de renda fixa negociados no mercado externo apresentaram amortizações líquidas de US$4,7 bilhões, ante US$280 milhões em 2014. Os títulos de curto prazo apresentaram captações líquidas de US$311 milhões, em 2015.

Outros investimentos ativos registraram aplicações líquidas de US$46,2 bilhões em 2015, compreendendo a concessão líquida de créditos comerciais, US$28,4 bilhões, a constituição de depósitos no exterior de bancos brasileiros, US$4,6 bilhões, e de empresas não financeiras e pessoas físicas, US$13,6 bilhões.

OUTROS INVESTIMENTOS - ATIVOS
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	22 858	27 808	50 667	16 689	29 506	46 195
Outras participações em capital	89	6	95	125	46	172
Moeda e depósitos	9 175	5 897	15 072	5 943	12 206	18 149
Bancos	485	-2 504	-2 019	-1 111	5 691	4 579
Demais setores	8 690	8 401	17 091	7 054	6 515	13 570
Empréstimos	- 74	- 92	- 166	- 335	- 212	- 547
Curto prazo	85	88	173	- 161	- 38	- 199
Longo prazo	- 159	- 180	- 340	- 174	- 174	- 348
Créditos comerciais e adiantamentos	13 496	21 847	35 343	10 774	17 632	28 406
Outras contas a receber1/	173	151	323	182	- 166	16

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Inclui seguros, fundos de pensão e garantias.

Os outros investimentos passivos apresentaram ingressos líquidos de US$25,7 bilhões. O crédito comercial somou desembolsos líquidos de US$23,5 bilhões, ante US$13,9 bilhões em 2014, com predominância dos créditos de curto prazo. Os empréstimos de longo prazo totalizaram ingressos líquidos de US$4,6 bilhões. Os empréstimos de curto prazo apresentaram amortizações líquidas de US$2,3 milhões, comparativamente a ingressos líquidos de US$24,4 bilhões, ocorridos em 2014.

OUTROS INVESTIMENTOS - PASSIVOS
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014			2015		
	1º SEM	2º SEM	ANO	1º SEM	2º SEM	ANO
Total	21 104	32 999	54 103	16 279	9 402	25 681
Outras participações em capital	0	0	0	0	0	0
Moeda e depósitos	- 480	-3 081	-3 562	440	- 562	- 121
Bancos	812	-1 664	- 852	1 135	- 349	786
Demais setores1/	-1 292	-1 417	-2 709	- 695	- 212	- 908
Empréstimos	20 783	23 012	43 795	3 384	-1 149	2 236
Curto prazo	9 251	15 189	24 440	1 275	-3 612	-2 336
Ingressos	9 472	15 701	25 173	12 323	12 090	24 413
Amortizações	221	512	734	11 048	15 702	26 749
Longo prazo	11 532	7 824	19 355	2 109	2 463	4 572
Ingressos	28 759	25 388	54 147	38 318	24 092	62 410
Amortizações	17 227	17 564	34 791	36 208	21 629	57 838
Créditos comerciais e adiantamentos	801	13 068	13 869	12 446	11 098	23 544
Curto prazo	305	12 287	12 592	12 111	10 640	22 750
Longo prazo	496	781	1 278	335	459	794
Outras contas a pagar2/	- 0	0	- 0	9	14	23

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Inclui depósitos de organismos internacionais.
2/ Inclui seguros, fundos de pensão e garantias.

1.3.5. Reservas internacionais

Ao final de 2015, as reservas internacionais somavam US$356,5 bilhões no conceito caixa, redução de US$7,1 bilhões em relação ao ano anterior. No conceito liquidez internacional, que inclui o estoque de linhas com recompra, o estoque atingiu US$368,7 bilhões, decréscimo de US$5,3 bilhões relativamente a 2014. No ano, os principais fatores de variação das reservas internacionais foram as receitas de remuneração da carteira, US$2,6 bilhões, e as variações por paridades, que contribuíram para redução do estoque em US$7,9 bilhões.

DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS
(US$ MILHÕES)

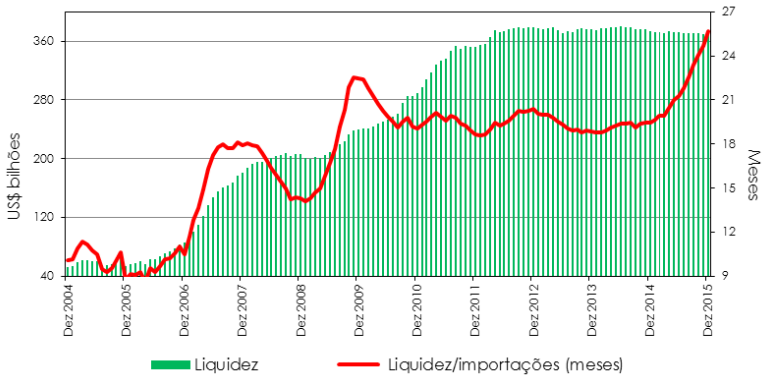
DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	373 147	358 808	363 551
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervenções)	- 11 520	6 486	- 1 775
A termo	-	-	-
Pronto	-	-	-
Linhas com recompra	- 11 520	6 486	- 1 775
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-
2. Operações externas do Banco Central	- 2 820	- 1 743	- 5 312
Desembolsos	903	386	221
Bônus	-	-	-
Organismos	903	386	221
Juros	3 397	2 990	2 573
Organismos	-	-	-
Remuneração das reservas	3 397	2 990	2 573
Outras variações	- 7 120	- 5 120	- 8 106
Variações por preço	- 4 321	1 724	- 773
Variações por paridades	- 4 092	- 7 814	- 7 883
Demais1/	1 293	970	550
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	- 14 340	4 743	- 7 087
III - Posição das reservas - conceito caixa	358 808	363 551	356 464
IV - Saldo de linhas com recompra	16 986	10 500	12 275
V - Operações de empréstimo em moeda estrangeira	-	-	-
VI - Posição das reservas - conceito liquidez2/	375 794	374 051	368 739

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Compreende pagamentos/recebimentos do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, reclassificações, liberação de colaterais, alocações de DES e variação de derivativos financeiros.

2/ Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

RESERVAS INTERNACIONAIS



1.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

Em 2015, o Tesouro Nacional manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida externa (principal e juros) relativo a bônus emitidos pela República. Ao longo do ano, as liquidações de serviço de dívida externa em mercado somaram US$5,9 bilhões, dos quais US$3,4 bilhões referentes a principal, e US$2,5 bilhões, a juros. Destacaram-se as amortizações do Global15, US$1 bilhão, e o exercício de cláusula de pagamento antecipado, por parte do Tesouro Nacional, do Global40, US$1,2 bilhão.

TESOURO NACIONAL - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA[1/]
(US$ MILHÕES)

PERÍODO	PERFIL DE VENCIMENTOS			LIQUIDAÇÃO DE VENCIMENTOS		
	PRINCIPAL	JUROS	TOTAL	MERCADO	RESERVAS	TOTAL
2015						
Jan	103	901	1 003	1 003	-	1 003
Fev	576	146	722	722	-	722
Mar	1 039	67	1 106	1 106	-	1 106
Abr	20	121	141	141	-	141
Mai	35	70	105	105	-	105
Jun	16	39	54	54	-	54
Jul	72	858	930	930	-	930
Ago	1 180	105	1 284	1 284	-	1 284
Set	25	27	51	51	-	51
Out	124	90	214	214	-	214
Nov	86	71	157	157	-	157
Dez	131	3	134	134	-	134
Ano	3 405	2 496	5 901	5 901	-	5 901

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

Ainda em 2015, no âmbito do programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros, foram liquidados antecipadamente US$531 milhões, dos quais US$456 milhões em amortizações pelo valor de face, US$8 milhões em juros decorridos, e US$67 milhões em despesas líquidas de ágio.

OPERAÇÕES DE RECOMPRAS DE TÍTULOS SOBERANOS DA DÍVIDA EXTERNA
(US$ MILHÕES)

PERÍODO	PRINCIPAL	JUROS	ÁGIO / DESÁGIO	TOTAL
2015				
Jan	43	0	16	59
Fev	13	0	2	15
Mar	39	0	11	50
Abr	20	0	6	26
Mai	35	1	12	48
Jun	16	1	6	22
Jul	14	0	2	16
Ago	23	0	5	28
Set	25	0	3	28
Out	13	0	3	16
Nov	86	2	4	91
Dez	131	3	- 3	131
Ano	456	8	67	531

Fonte: Banco Central do Brasil.

1.3.7. Dívida Externa

Em setembro de 2015, a dívida externa bruta alcançou US$344,9 bilhões, recuo de US$7,8 bilhões em relação a dezembro de 2014. Neste período, a dívida externa de longo prazo diminuiu US$8,5 bilhões, somando US$286,5 bilhões; e a dívida de curto prazo subiu US$751 milhões, para US$58,4 bilhões. Por fim, o estoque de endividamento externo intercompanhia reduziu US$4 bilhões, atingindo US$203,8 bilhões.

Do estoque da dívida externa de longo prazo apurado em setembro de 2015, 63,3% referiam-se a empréstimos, 34,8% a títulos, 0,5% a crédito comercial, e 1,4% a alocações de Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional (FMI). No período em análise, a variação na dívida externa de longo prazo resultou, principalmente, das reduções dos estoques de títulos devidos pelo governo, US$10,6 bilhões, setor financeiro, US$1,6 bilhão, e demais setores, US$2 bilhões.

Por outro lado, o estoque de empréstimos externos devidos por setores financeiro e não financeiro aumentaram, na ordem, US$1,4 bilhão e US$3,7 bilhão.

Cabe ressaltar a adoção da cotação de mercado como critério de valoração para os títulos, em conformidade com a metodologia internacional do BPM6. Até o momento, esse critério de valoração foi implementado apenas para os papéis de emissão da República, em função da disponibilidade de informações.

DÍVIDA EXTERNA BRUTA
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2012	2013	2014	2015-SET
A. Dívida externa bruta (B+C)1/	327 590	312 517	352 684	344 914
B. Dívida de longo prazo	295 008	279 913	295 038	286 517
Governo geral		77 923	67 795	75 476
Títulos de dívida 2/	52 388	39 560	42 049	31 447
Empréstimos		25 507	28 183	33 363
Crédito comercial	29	52	64	48
Banco Central		4 437	4 446	4 183
Empréstimos		-	-	-
Alocações DES	4 437	4 446	4 183	4 053
Bancos		107 304	97 376	101 856
Títulos de dívida	47 480	42 875	40 940	39 318
Empréstimos		59 825	54 501	60 916
Outros setores		105 343	110 296	113 524
Títulos de dívida	32 078	31 936	30 979	28 977
Empréstimos		71 429	76 741	81 096
Crédito comercial	1 836	1 620	1 448	1 344
C. Dívida de curto prazo	32 583	32 604	57 646	58 396
Bancos		32 431	32 599	54 884
Títulos de dívida	-	-	370	348
Empréstimos		31 596	31 827	53 709
Moeda e depósitos	835	772	805	536
Outros setores		152	5	2 762
Títulos de dívida	-	-	84	420
Empréstimos		152	5	2 678
Crédito comercial	-	-	-	-
D. Operações intercompanhia	127 705	174 146	207 756	203 783
E. Dívida externa bruta, inclusive operações				
intercompanhia (A+D)	455 295	486 663	560 440	548 697
F. Títulos de renda fixa negociados no mercado				
doméstico e detidos por não residentes -				
denominados e liquidados em reais	115 457	134 643	152 078	119 371
G. Dívida externa bruta, inclusive operações				
intercompanhia e títulos de renda fixa				
negociados no mercado doméstico e detidos				
por não residentes G=(E+F)	570 752	621 307	712 518	668 068

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Exclui operações intercompanhia.
2/ Títulos de dívida cotados a valor de mercado.

DÍVIDA EXTERNA BRUTA – POR SETOR DO DEVEDOR E DO CREDOR
(US$ MILHÕES) - POSIÇÃO 30/09/2015

DEVEDOR	CREDOR		
	ORGANISMOS1/	AGÊNCIAS	BANCOS
A. Dívida de longo prazo	39 677	16 595	118 908
Setor público	35 280	10 619	27 878
Não bancário	30 970	8 882	4 810
Tesouro Nacional	1 283	87	1 073
Banco Central	4 053	-	-
Empresas públicas	1 705	7 731	11
Estados e Municípios	23 929	1 064	3 726
Bancário	4 311	1 737	23 068
Setor privado	4 396	5 976	91 030
Não bancário	2 529	5 514	64 534
Bancário	1 867	462	26 496
B. Dívida de curto prazo	50	10	56 373
Setor público	-	-	7 153
Não bancário	-	-	-
Bancário	-	-	7 153
Setor privado	50	10	49 219
Não bancário	-	10	4 026
Bancário	50	-	45 194
C. Dívida externa bruta3/	39 727	16 605	175 281
D. Operações intercompanhia	-	-	-
E. Dívida externa bruta, inclusive op. intercompanhia (C+D)	39 727	16 605	175 281

DEVEDOR	CREDOR		
	DETENTORES DE TÍTULOS DE DÍVIDA1/	OUTROS CREDORES2/	TOTAL
A. Longo prazo	99 738	11 600	286 517
Setor público	49 480	3 045	126 302
Não bancário	34 987	3 039	82 687
Tesouro Nacional	31 447	7	33 897
Banco Central	-	-	4 053
Empresas públicas	3 540	-	12 987
Estados e Municípios	-	3 032	31 751
Bancário	14 493	6	43 615
Setor privado	50 258	8 555	160 215
Não bancário	25 433	4 150	102 161
Bancário	24 825	4 405	58 055
B. Curto prazo	768	1 196	58 396
Setor público	-	-	7 153
Não bancário	-	-	-
Bancário	-	-	7 153
Setor privado	768	1 196	51 243
Não bancário	420	28	4 484
Bancário	348	1 168	46 759
C. Dívida externa bruta3/	100 506	12 796	344 914
D. Operações intercompanhia	9 079	194 704	203 783
E. Dívida externa bruta, inclusive op. intercompanhia (C+D)	109 585	207 500	548 697

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Credor final indeterminado.
2/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.
3/ Exclui operações intercompanhia.

Em setembro de 2015, considerado o estoque de dívida externa bruta, o setor privado figurava como maior devedor, responsável por 61,3% do total, acumulando US$160,2 bilhões em recursos de longo prazo e US$51,2 bilhões em recursos de curto prazo. A dívida externa do setor público, 38,7% da dívida externa bruta, era composta quase na totalidade por recursos de longo prazo.

Ainda em setembro de 2015, a dívida externa de longo prazo do setor público não-financeiro totalizou US$82,7 bilhões. Deste total, 41% se referiam ao Tesouro Nacional, concentrados na modalidade bônus, enquanto 38,4% eram de responsabilidade de governos estaduais e municipais, com destaque em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, por sua vez, somava 15,7% do total, majoritariamente composta de créditos de agências governamentais. Por último, a dívida do BCB, que correspondia a 4,9% do setor público não-financeiro, era composta, exclusivamente, pelas alocações de DES do FMI.

DÍVIDA EXTERNA BRUTA PÚBLICA
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015-SET
Governo federal (contratada diretamente)	51 888	42 789	42 856	38 454	40 279	35 442
Estados e Municípios	13 239	15 048	20 375	25 449	31 002	31 751
Direta	3	2	0	66	2 643	2 991
Com aval	13 235	15 047	20 375	25 383	28 360	28 760
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	38 813	44 603	50 331	54 847	63 576	67 807
Direta	26 528	32 359	38 544	43 390	52 707	57 363
Com aval	12 285	12 244	11 787	11 457	10 869	10 445
Setor privado (com aval do setor público)	1 578	1 828	1 961	1 712	2 014	10 445
Total	105 518	104 268	115 523	120 461	136 871	145 445
Direta	78 420	75 150	81 400	81 910	95 628	95 796
Com aval	27 099	29 118	34 122	38 551	41 243	40 845
Pelo governo federal	25 684	27 409	32 197	36 780	39 157	39 250
Pelos Estados e Municípios	0	-	-	66	80	69
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	1 414	1 709	1 925	1 705	2 006	1 526

Fonte: Banco Central do Brasil.

A dívida contratada com aval do setor público atingiu, em setembro de 2015, US$40,9 bilhões, dos quais apenas US$1,5 bilhão constituía dívida do setor privado.

DÍVIDA EXTERNA BRUTA - POR SETOR DO DEVEDOR
(US$ MILHÕES) - POSIÇÃO 30/09/2015

DISCRIMINAÇÃO	ESTOQUE	2015 (OUT-DEZ)	2016	2017	2018	2019
A. Dívida de longo prazo	286 517	13 893	60 277	36 787	27 227	24 569
Setor público	126 302	2 540	9 075	11 090	8 248	13 374
Não bancário	82 687	1 225	4 493	6 292	3 980	7 777
Tesouro Nacional	33 897	107	1 136	2 914	516	3 020
Banco Central	4 053	-	-	-	-	-
Empresas públicas	12 987	804	1 978	1 854	1 713	2 680
Estados e Municípios	31 751	314	1 379	1 524	1 751	2 076
Bancário	43 615	1 314	4 582	4 799	4 269	5 597
Setor privado	160 215	11 353	51 202	25 697	18 979	11 195
Não bancário	102 161	6 270	24 793	18 314	15 118	7 740
Bancário	58 055	5 084	26 409	7 382	3 862	3 455
B. Dívida de curto prazo	58 396	16 029	42 368	-	-	-
Setor público	7 153	2 030	5 124	-	-	-
Bancário	7 153	2 030	5 124	-	-	-
Setor privado	51 243	13 999	37 244	-	-	-
Não bancário	4 484	1 919	2 565	-	-	-
Bancário	46 759	12 080	34 679	-	-	-
C. Dívida externa bruta (A+B)1/	344 914	29 922	102 645	36 787	27 227	24 569
D. Operações intercompanhias	203 783	12 104	26 636	22 466	44 857	27 448
E. Dívida total + op.intercompanhias (C+D)	548 697	42 026	129 281	59 253	72 084	52 017
Fonte: Banco Central do Brasil.						(continua)
1/ Exclui operações intercompanhia.						

DÍVIDA EXTERNA BRUTA - POR SETOR DO DEVEDOR (CONTINUAÇÃO)
(US$ MILHÕES) - POSIÇÃO 30/09/2015

DISCRIMINAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	POSTERIORES E VENCIDOS
A. Dívida de longo prazo	20 609	13 963	11 845	13 192	10 871	53 284
Setor público	6 784	9 462	5 183	9 612	7 407	43 526
Não bancário	3 178	8 405	3 123	4 470	4 060	35 685
Tesouro Nacional	409	4 265	697	2 196	2 039	16 597
Banco Central	-	-	-	-	-	4 053
Empresas públicas	649	1 975	197	197	169	773
Estados e Municípios	2 121	2 166	2 230	2 076	1 852	14 262
Bancário	3 606	1 057	2 060	5 142	3 347	7 842
Setor privado	13 824	4 502	6 661	3 580	3 464	9 757
Não bancário	8 300	4 124	4 313	2 910	2 274	8 005
Bancário	5 524	378	2 348	670	1 190	1 752
B. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público	-	-	-	-	-	-
Bancário	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	
Não bancário	-	-	-	-	-	-
Bancário	-	-	-	-	-	-
C. Dívida externa bruta (A+B)1/	20 609	13 963	11 845	13 192	10 871	53 284
D. Operações intercompanhias	14 103	5 355	18 571	7 440	8 819	15 983
E. Dívida total + op. Intercompanhias (C+D)	34 712	19 318	30 416	20 632	19 690	69 267

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Exclui operações intercompanhia.

O esquema de amortização da dívida externa bruta de longo prazo, de acordo com a posição de setembro de 2015, revelava concentração de 48,2% de seus vencimentos no período de outubro de 2014 a dezembro de 2018. Neste período, 77,6% das amortizações previstas concentravam-se no setor privado, enquanto a dívida do setor público não-financeiro somava outros 22,4%.

DÍVIDA EXTERNA BRUTA – POR SETOR DO CREDOR
(US$ MILHÕES) - POSIÇÃO 30/09/2015

DISCRIMINAÇÃO	ESTOQUE	2015 (OUT-DEZ)	2016	2017	2018	2019
A. Dívida de longo prazo	286 517	13 893	60 277	36 787	27 227	24 569
Organismos internacionais	39 677	709	3 039	2 643	2 561	2 386
Agências governamentais	16 595	725	2 634	2 754	2 652	2 903
Bancos	118 908	8 405	41 444	19 724	14 227	6 820
Detentores de títulos de dívida1/	99 738	3 342	10 914	9 714	6 554	11 713
Outros credores2/	11 600	711	2 246	1 952	1 233	746
B. Dívida de curto prazo	58 396	16 029	42 368	-	-	-
Organismos internacionais	50	50	-	-	-	-
Agências governamentais	10	-	10	-	-	-
Bancos	56 373	15 640	40 733	-	-	-
Detentores de títulos de dívida1/	768	301	467	-	-	-
Outros credores2/	1 196	38	1 158	-	-	-
C. Dívida total (A+B)	344 914	29 922	102 645	36 787	27 227	24 569
D. Operações intercompanhias	203 783	12 104	26 636	22 466	44 857	27 448
E. Dívida total + op. intercompanhias (C+D)	548 697	42 026	129 281	59 253	72 084	52 017

(continua)

DISCRIMINAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	POSTERIORES E VENCIDOS
A. Dívida de longo prazo	20 609	13 963	11 845	13 192	10 871	53 284
Organismos internacionais	2 508	2 019	1 877	1 772	1 652	18 510
Agências governamentais	971	919	685	448	393	1 510
Bancos	7 512	2 431	2 785	3 672	2 957	8 932
Detentores de títulos de dívida1/	8 840	7 761	5 591	6 529	5 375	23 404
Outros credores2/	778	834	907	771	494	928
B. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Organismos internacionais	-	-	-	-	-	-
Agências governamentais	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-
Detentores de títulos de dívida1/	-	-	-	-	-	-
Outros credores2/	-	-	-	-	-	-
C. Dívida total (A+B)	20 609	13 963	11 845	13 192	10 871	53 284
D. Operações intercompanhias	14 103	5 355	18 571	7 440	8 819	15 983
E. Dívida total + op. intercompanhias (C+D)	34 712	19 318	30 416	20 632	19 690	69 267

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Credor final indeterminado.

2/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

Analisando-se o esquema de amortização da dívida externa bruta por credor, verifica-se que, dos pagamentos de longo prazo previstos para o período de outubro de 2015 a dezembro de 2018, 60,6% concentravam-se em bancos, enquanto detentores de títulos de dívida e organismos internacionais somavam 22,1% e 6,5%, respectivamente.

PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO

(US$ MILHÕES)

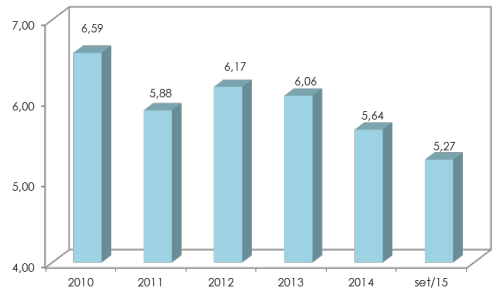
DISCRIMINAÇÃO	2015-SET	PRAZO MÉDIO (ANOS)
A. Dívida externa bruta	344 914	5,27
Organismos internacionais	39 727	9,16
Agências governamentais	16 605	4,45
Bancos	175 281	2,80
Detentores de títulos de dívida2/	100 506	8,38
Outros credores3/	12 796	4,30
B. Operações intercompanhia	203 783	4,95
C. Dívida externa bruta + op. intercompanhia (A+B)	548 697	5,15

Fonte: Banco Central do Brasil.

1/ Exclui operações intercompanhia.

2/ Credor final indeterminado.3/ Empresas financeiras não bancárias, empresas não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos.

PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO (ANOS)



O prazo médio da divida externa bruta reduziu-se de 5,8 para 5,2 anos, entre as posições de dezembro de 2014 e setembro de 2015. O setor bancário detinha o menor prazo médio, 2,8 anos, enquanto créditos concedidos por organismos internacionais apresentaram o prazo médio mais dilatado, 9,2 anos. Na composição por moedas da dívida externa bruta, a participação das operações denominadas em dólares norte-americanos elevou-se de 83,1% para 83,4% entre dezembro de 2014 e setembro de 2015.

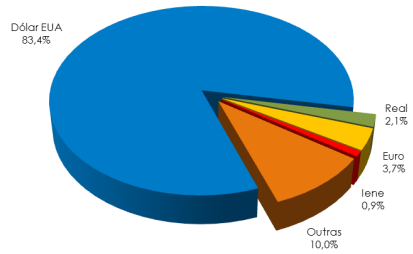
Neste período, a parcela da dívida externa bruta em euro elevou-se para 3,7%, sendo a segunda principal moeda de denominação da dívida externa bruta. No mesmo período, as parcelas em reais caíram de 3,3% para 2,1% e as em iene mantiveram-se estáveis em 0,9%.

Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, a proporção da dívida remunerada por taxas flutuantes caiu de 48,9% do total, em dezembro de 2014, para 48,2%, em setembro de 2015.

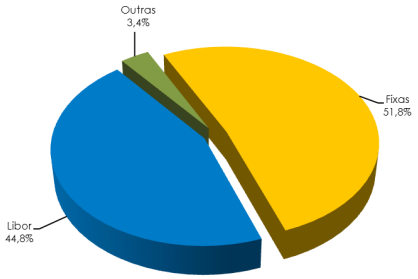
Consequentemente, a proporção de dívida remunerada a taxas fixas subiu de 51,1% para 51,8%. Considerando-se apenas a dívida contratada sob taxas flutuantes, a Libor permaneceu como principal indexador, com participação de 92,9%.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRUTA
SETEMBRO DE 2015

DISTRIBUIÇÃO POR MOEDA



DISTRIBUIÇÃO POR MODALIDADE DE TAXAS DE JUROS



O estoque de títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico, denominados e liquidados em reais, e detidos por investidores não residentes atingiu o equivalente a US$119,4 bilhões, ante US$152 bilhões em dezembro de 2014.

Cabe ressaltar a influência da trajetória da taxa de câmbio sobre esse passivo externo denominado em moeda doméstica, e o fato de que o estoque de títulos em circulação no mercado doméstico, detido por não residentes, supera o montante de títulos da dívida externa privada brasileira negociados no mercado internacional.

A incorporação de estoques de dívida externa de menor nível de risco - operações intercompanhia e títulos denominados e liquidados em reais, no mercado doméstico – à dívida externa bruta, resultou em estoque total de US$668,1 bilhões em setembro de 2014, ante US$712,5 bilhões em dezembro de 2014.

1.3.8. Indicadores de Endividamento

Na comparação entre as posições de setembro de 2015 e dezembro de 2014 houve piora nos indicadores de endividamento relacionados à dívida externa bruta, à dívida externa líquida e ao serviço da dívida.

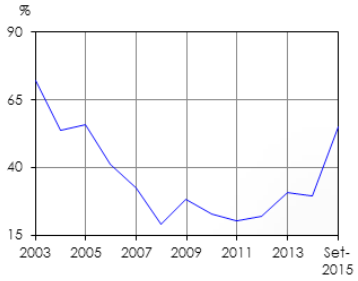
A dívida externa bruta em relação ao PIB aumentou de 14,6% para 17,8% devido à diminuição de 2,2% da dívida externa bruta, e de 19,6% do PIB medido em dólares. Já o serviço da dívida aumentou 61,3%, e o valor da receita de exportações dos últimos doze meses diminuiu 13%, aumentando a participação do serviço da dívida nas exportações, de 29,8% para 55,2%.

A relação entre o serviço da dívida e o PIB aumentou de 2,8 para 5,5 no período.

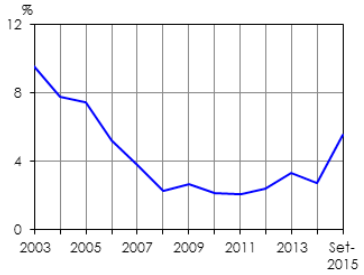
O indicador da dívida externa bruta em relação às exportações aumentou de 157,4% para 176,9%. Já a dívida externa líquida de ativos, que em dezembro de 2014 era superavitária em US$45,9 bilhões e representava -20,5% do valor das exportações, aumentou a participação superavitária para -24,8% em setembro de 2015, enquanto, em percentagem do PIB, também aumentou sua participação superavitária de -1,9% para -2,5%, no período analisado.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

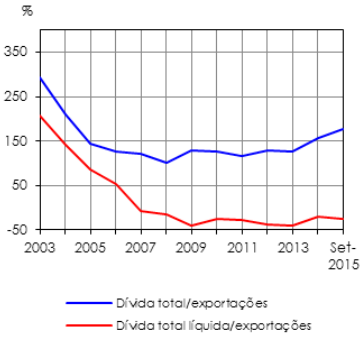
SERVIÇO DA DÍVIDA / EXPORTAÇÕES



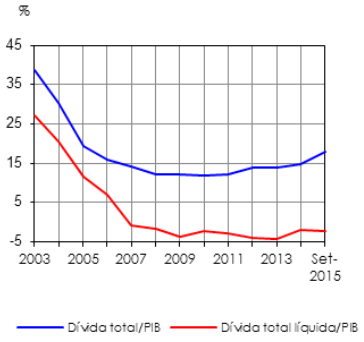
SERVIÇO DA DÍVIDA / PIB



DÍVIDA / EXPORTAÇÕES



DÍVIDA / PIB



INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO[1/]
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015-SET
Serviço da dívida2/	66 150	87 503	65 114	85 122	66 693	107 567
Amortizações	54 250	74 161	50 963	70 890	52 075	93 198
Juros brutos	11 899	13 342	14 151	14 232	14 618	14 369
Dívida externa de longo prazo (A)	199 497	269 438	295 008	279 913	295 038	286 517
Dívida externa de curto prazo (B)	57 307	40 149	32 583	32 604	57 646	58 396
Dívida externa bruta (C)=(A+B)	256 804	309 587	327 590	312 517	352 684	344 914
Reservas internacionais - conceito liquidez (D)	288 575	352 012	378 613	375 794	374 051	370 600
Reservas internacionais - conceito caixa	288 575	352 012	373 147	358 808	363 551	361 370
Créditos brasileiros no exterior (E)	2 227	2 194	2 069	1 892	1 629	1 549
Haveres de bancos comerciais (F)	16 630	16 866	21 876	25 376	22 889	21 069
Dívida externa líquida (G)=(C-D-E-F)	-50 628	-61 486	-74 969	-90 544	-45 884	-48 305
Exportações[2/]	201 915	256 040	242 123	241 507	224 098	194 939
PIB2/	2209 751	2612 855	2459 022	2461 436	2415 916	1941 542
Indicadores (em percentagem)						
Serviço da dívida / exportações	32,8	34,2	26,9	35,2	29,8	55,2
Serviço da dívida / PIB	3,0	3,3	2,6	3,5	2,8	5,5
Dívida externa / exportações	127,2	120,9	135,3	129,4	157,4	176,9
Dívida externa bruta / PIB	11,6	11,8	13,3	12,7	14,6	17,8
Dívida externa líquida / exportações	- 25,1	- 24,0	- 31,0	- 37,5	- 20,5	- 24,8
Dívida externa líquida / PIB	- 2,3	- 2,4	- 3,0	- 3,7	- 1,9	- 2,5

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a empréstimos intercompanhia.
2/ Para setembro de 2015, acumulado em 12 meses.

1.3.9. Captações Externas

Não houve emissões de títulos de dívida da República Federativa do Brasil em 2015.

1.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII)

Entre dezembro de 2014 e setembro de 2015, o passivo líquido mensurado pela PII diminuiu 58,9%, de US$792,6 bilhões para US$467 bilhões. O resultado decorreu da diminuição de US$316,1 bilhões do estoque de passivos, influenciado pelo efeito da depreciação cambial sobre instrumentos denominados em moeda doméstica, e elevação de US$9,5 bilhões do estoque de ativos.

POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015-SET
Posição de investimento internacional (A-B)	- 747 687	- 792 630	- 466 994
Ativo (A)	758 984	765 471	774 975
Investimento direto no exterior	300 791	299 748	308 920
Participação no capital	278 331	275 532	284 968
Operações intercompanhia	22 461	24 216	23 952
Investimentos em carteira2/	25 437	28 241	25 505
Ações	16 930	18 622	18 220
Bancos, exceto Banco Central	4 757	5 038	5 045
Demais setores	12 173	13 584	13 175
Títulos de dívida	8 507	9 618	7 285
Bancos, exceto Banco Central	6 985	7 196	5 266
Curto prazo	3 273	4 573	3 451
Longo prazo	3 712	2 623	1 815
Demais setores	1 522	2 423	2 019
Curto prazo	950	1 778	1 359
Longo prazo	572	645	661
Derivativos financeiros (exceto reservas)	647	609	756
Outros investimentos	73 301	73 322	78 423
Moeda e depósitos	35 998	37 300	39 508
Bancos, exceto Banco Central	19 960	18 056	17 286
Demais setores	16 038	19 244	22 223
Empréstimos	22 826	22 296	21 844
Bancos, exceto Banco Central	12 741	12 903	12 605
Governo geral	1 726	1 470	1 409
Demais setores	8 359	7 923	7 830
Crédito comercial e adiantamentos	8 420	7 513	7 349
Curto prazo	7 792	6 597	6 499
Longo prazo	628	916	850
Outros ativos	4 344	4 411	7 747
Ativos de reservas	358 808	363 551	361 370

(continua)

POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL
(US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015-SET
Passivo (B)	1 506 670	1 558 101	1 241 969
Investimento direto no País	747 891	755 409	603 783
Participação no capital	573 745	547 653	400 000
Operações intercompanhia	174 146	207 756	203 783
Investimentos em carteira	554 249	526 356	377 187
Ações	305 235	259 856	157 306
No País	203 425	181 438	110 903
No exterior	101 810	78 417	46 403
Títulos de dívida	249 014	266 500	219 881
No País	134 643	152 078	119 371
No exterior	114 371	114 423	100 510
Derivativos financeiros (exceto reservas)	6 296	37 984	16 496
Outros investimentos	198 235	238 352	244 503
Moeda e depósitos	860	896	635
Banco Central	88	91	99
Bancos	772	805	536
Empréstimos	191 257	231 761	238 424
Bancos, exceto Banco Central	86 328	114 624	115 380
Curto prazo	31 827	53 709	53 029
Longo prazo	54 501	60 916	62 352
Governo geral	28 183	33 363	34 153
Curto prazo	-	-	-
Longo prazo	28 183	33 363	34 153
Demais setores	76 746	83 774	88 890
Curto prazo	5	2 678	4 064
Longo prazo	76 741	81 096	84 827
Crédito comercial e adiantamentos	1 672	1 512	1 392
Outros passivos	-	-	-
Direitos Especias de Saque	4 446	4 183	4 053

Fonte: Banco Central do Brasil.
1/ Inclui lucros reinvestidos.
2/ Contempla títulos de emissão de residentes.

Mereceram destaque as reduções nos estoques de passivos sob a forma de investimento direto no País, US$151,6 bilhões, ações, US$102,6 bilhões, e títulos de renda fixa, US$46,6 bilhões. Já o incremento dos ativos externos decorreu, principalmente, dos aumentos de US$9,2 bilhões e de US$5,1 bilhões em investimento direto no exterior e em outros investimentos, respectivamente.

1.4. GESTÃO DE HAVERES JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

Os haveres (créditos) financeiros da União perante Estados e Municípios, cujo controle e acompanhamento são da competência da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi/STN), decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas, implementados conforme com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes.

Descrição dos Créditos da União perante Estados e Municípios

1.4.1. Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

- Lei nº 8.727/93 – Refinanciamento, pela União, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta. O prazo inicial de 240 meses já se encerrou em 2014, remanescendo os pagamentos dos devedores que apresentavam ainda resíduo de limite de comprometimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos. Os recursos recebidos dessa parcela de dívida remanescente são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade, que são destinados ao pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. Adicionalmente, remanescem ainda vigentes os contratos das denominadas dívidas vincendas, cujos pagamentos são repassados integralmente para a Caixa Econômica Federal (Caixa), com prazos de pagamento variados que vão até junho de 2027;

- Lei nº 9.496/97 - Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, a ser pago no prazo de 30 anos. Integram-se a este refinanciamento os empréstimos concedidos pela União aos Estados que aderiram ao Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado nas Atividades Financeiras (Proes), amparado pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24/08/2001, e suas edições anteriores. Programa com encerramento de contratos previsto para o período de maio/2027 a outubro/2029, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, cujo saldo deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos;

- MP nº 2.185/2001 - Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios, a ser paga no prazo de 30 anos. A grande maioria das operações do Programa deverá se encerrar entre junho/2029 a maio/2030, com exceção dos mutuários que possuírem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, cujo saldo deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos;

- MP nº 2.179/2001 - Crédito do Banco Central do Brasil (BCB) adquirido pela União em 29/07/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Banerj), cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16/07/1998. Programa com encerramento previsto para julho/2028.

1.4.2. Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

- DMLP – Dívida de Médio e Longo Prazos - Acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos - parcelas de principal vencidas e vincendas e juros devidos e não pagos no período de 01/01/1991 a 15/04/1994 - do setor público brasileiro junto a credores privados estrangeiros, mediante a emissão, em 15/04/1994, de sete tipos de bônus pela União, sendo seis de principal (*Debt Conversion Bond, New Money Bond, Flirb, C-Bond, Discount Bond* e *Par Bond*) e um de juros (*EI Bond*). Com exceção do Par e do Discount Bond, que possuem vencimento previsto para abril de 2024, todos os demais bônus já se encontram liquidados.

1.4.3. Retorno de Repasses de Recursos Externos

- Acordo Brasil-França - Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União perante a República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços. Os Acordos Brasil-França I e Brasil-França II têm finalização prevista para dezembro/2016, ao passo que o Acordo Brasil-França III se encerra em dezembro/2021;

- Pnafe - Empréstimo concedido à União pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiar o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe), com repasse dos recursos mediante a celebração de contratos de subempréstimos com os Estados e o Distrito Federal, visando o financiamento dos projetos integrantes do Programa. Seu encerramento é previsto para março/2017.

1.4.4. Saneamento de Instituições Financeiras Federais

- Carteira de Saneamento - Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na MP nº 2.196, de 2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Companhias Estaduais e Municipais de Saneamento. O programa apresenta grande número de contratos vigentes (169 contratos, conforme posição de 31/12/2015), porém com a maior parte dos vencimentos previstos até o final de 2016. Por outro lado, o último vencimento de contrato da Carteira de Saneamento está previsto para agosto/2034.

1.4.5. Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais

- Participações Governamentais - Créditos originários de participações governamentais devidas ao Estado do Rio de Janeiro (originárias da exploração de petróleo e gás natural), e aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul (decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica). Os créditos foram adquiridos pela União mediante autorização concedida pelo art. 16 da Medida Provisória nº 2.181, de 2001, alterada pela Lei nº 10.712, de 12/08/2003. No caso dos royalties e participações especiais devidos pelo Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos estão previstos até fevereiro/2021. Por sua vez, no caso dos royalties e compensações financeiras decorrentes de exploração de recursos hídricos, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná possuem pagamentos previstos até dezembro/2020.

1.4.6. Outros Créditos

- BNDES - Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no instrumento contratual, o saldo foi liquidado integralmente em 15/12/2015.

1.5. OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL

1.5.1. Haveres da União não relacionados a Estados e Municípios

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 31/12/2015.

HAVERES FINANCEIROS - SALDOS DEVEDORES
EM 31/12/2015

SALDO (R$)			
GRUPO DE HAVERES	DEZ/14	DEZ/15	VARIAÇÃO (%)
Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.825.770.690,71	5.896.134.242,76	1,21%
Haveres Originários de Operações Estruturadas	72.318.646.740,62	80.919.803.395,29	11,89%
Haveres Originários de Privatizações	-	-	-
Haveres Originários de Legislação Específica	583.071.331.301,28	610.982.207.095,57	4,79%
Haveres Originários do Crédito Rural	15.497.681.077,19	17.274.475.974,91	11,46%
TOTAL	676.713.429.809,80	715.072.620.708,53	5,67%

Nota 1: durante o ano de 2014 os haveres do Grupo de Privatizações foram totalmente quitados;

Nota 2: para apurar-se o valor líquido de haveres financeiros da União, deve-se deduzir os valores intra-orçamentários relativos ao INSS nos valores de R$ 28.114.411.869,79 em dez/14 e de R$ 31.841.884.600,51 em dez/15, para os Haveres Originários de Operações Estruturadas; para os Haveres Originários de Legislação Específica, deve-se deduzir os valores de R$ 33.870.633.974,00 em dez/14 e de R$ 38.361.279.735,85 em dez/15.

Fonte: STN/Cofis/Gerat.

A variação percentual total no período foi de 5,67%, atualizando o saldo total dos haveres administrados pela Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (Cofis), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para aproximadamente R$ 715.072.620.708,53. Em 2015 não foram realizadas novas operações de crédito, não sendo incluídos novos haveres no controle desta carteira.

Em dezembro de 2015, com o intuito de se obter o equilíbrio nas contas públicas e retomar o crescimento da economia, o governo acordou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) uma liquidação antecipada de contratos de financiamento entre a União e o Banco.

Desse modo, o Banco liquidou o Contrato de Cessão de Crédito - CT 390/PGFN/CAF, indexado à Selic, com um pagamento antecipado de R$ 1.698.225.524,19, em 24.12.2015, e amortizou antecipadamente R$ 14.068.320.000,00 do Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/ PGFN/CAF, indexado ao Dólar mais 4,47%, com quatro pagamentos entre 24.12.2015 e 31.12.2015, impactando o saldo dos Haveres Originários de Legislação Específica, que corresponde a 85,29% ou R$ 610,98 bilhões do saldo total dos haveres.

Esse grupo é formado principalmente por contratos de financiamento com o BNDES, e Instrumento Elegíveis a Capital Principal com bancos públicos (BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil). Além das amortizações contratuais e antecipadas, estes saldos são indexados ao Dólar, IPCA ou TJLP.

A variação nos Haveres Originários de Operações Estruturadas, de 11,89%, se deu pela atualização prevista nos saldos, indexados à Selic, Dólar, IGP-DI ou IGP-M, e pagamentos contratuais.

Os Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas subiu 1,21%, devido à atualização dos saldos contratuais, indexados à Taxa Referencial – TR, IGP-DI ou IGP-M e pagamentos realizados.

Por último, os Haveres Originários do Crédito Rural, que são em sua maioria administrados pelo Banco do Brasil, valorizaram 11,46%, em sua maior parte devido à atualização pelo IGP-M.

Despesas da UG 170705 - COFIS

As despesas da UG 170705 estão compreendidas na Lei Orçamentária de 2015 na unidade 71000 – encargos financeiros da união, programa 0911- Remuneração de Agentes Financeiros, ação 00M4.

A execução desses créditos foi realizada mediante a celebração de contratos com as instituições financeiras, conforme tabela abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA UG 170705

TIPO DE DESPESA	CONTRATO	VALOR					
		SOLICITADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSCRITO EM RP PROCESSADO	INSCRITO EM RP NÃO PROCESSADO
Remuneração MP nº 2.196/01	817/PGFN/CAF/2013	32.142.011,43	8.479.894,00	8.479.894,00	8.479.894,00	-	-
Equalização operações securitizadas BNDES	Diversos	13.439.779,00	13.439.779,00	-	-	-	13.439.779,00
EGF Especial	SN-PGFN/CAF/1198 e SN-PGFN/ CAF/1199	103.707,89	90.571,00	57.539,75	57.539,75	-	-

Dentre as despesas orçamentárias realizadas pela Cofis/STN, destacam-se as equalizações das operações securitizadas com fontes originárias do BNDES - Lei 9.138/95, bem como os gastos com os agentes financeiros para a administração dos haveres financeiros da União.

No primeiro caso, não houve nenhuma liquidação no exercício de 2015, de modo que o valor empenhado foi totalmente inscrito em restos a pagar não processados.

Já no segundo caso, a totalidade dos desembolsos foi realizada com o Banco do Brasil por intermédio do contrato 817-PGFN/CAF/2013.

Tal instrumento tem por objetivo acompanhar, controlar e cobrar as operações de crédito rural alongadas com base na Lei n° 9.138/1995 e transferidas e/ou desoneradas de risco pela União, nos termos da Medida Provisória n° 2.196/2001.

Nesse sentido, haja vista a realização de pagamentos periódicos para esse contrato, foi previsto para a ação o montante de R$ 32.142.011,43 na Lei orçamentária de 2015.

Contudo, devido à situação fiscal do País no último exercício financeiro, esse valor foi contingenciado em 73,62%, de modo que restou para o pagamento das obrigações apenas R$ 8.479.894,00.

Cabe destacar neste ponto que o contrato 817-PGFN/CAF/2013 é de difícil interrupção, uma vez que o pagamento dos contratos administrados pelo Banco arrecadou para a União no último ano R$ 347.392.829,34.

Além disso, a suspensão do serviço causaria grande transtorno para os milhares de mutuários incluídos nas operações de alongamento de dívidas rurais que não saberiam mais a quem se dirigir e a quem enviar os pagamentos.

Assim, devido às limitações de empenho praticadas desde 2014 no âmbito federal, várias prestações desse contrato deixaram de ser quitadas pela União, o que gerou uma dívida com o Banco do Brasil no exercício de 2015 de R$ 30.436.124,80, sem contar o mês de dezembro, ainda não faturado pelo Banco.

Importante salientar que o valor da dívida de 2015 com o Banco do Brasil foi devidamente registrado no Siafi 2015, em conta de passivo.

1.5.2. Recebimento de Créditos

No que tange à Gestão dos Haveres Financeiros da União, não relacionados a Estados e Municípios, foram cobradas e recebidas prestações mensais, trimestrais, semestrais e anuais. No total, foi recebido, até dezembro/2015, o valor de R$ 29.827.638.494,21 para uma previsão inicial de R$ 14.144.859.392,35 orçados para todo o exercício.

Tal diferença entre o fluxo de recursos previsto e realizado deve-se, fundamentalmente, à liquidação antecipada de contratos do BNDES com o Tesouro Nacional, no contexto do esforço fiscal realizado pelo Governo.

O Banco liquidou antecipadamente o Contrato de Cessão de Crédito - CT 390/PGFN/CAF, indexado à Selic, com um pagamento de R$ 1.698.225.524,19, em 24/12/2015, e amortizou antecipadamente R$ 14.068.320.000,00 do Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/PGFN/CAF, indexado ao Dólar mais 4,47%, com quatro pagamentos entre 24/12/2015 e 31/12/2015. Essa ação resultou numa receita de R$ 15.766.545.524,19, não previstas no exercício anterior.

RECEBIMENTOS EM 2015, EM R$

ORIGEM DO CRÉDITO	RECEBIMENTOS EM 2015
ALONGAMENTO LEI 9.138/95	20.318.812,38
ALONGAMENTO MP 2.196/2001	357.776.540,02
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	87.242.050,96
Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. - BNCC	1.606.462,41
BNDES - BNDESPAR	22.699.008.208,54
CAIXA - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	1.503.077.521,32
CIA. DOCAS - CESSÃO DE CRÉDITO	41.218.881,42
EGF ESPECIAL	231.913,39
ELETROBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425.	3.888.434.734,64
ELETROBRÁS - ITAIPU - CT Nº 424 e 425. - Reajuste	692.792.495,97
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A	348.535.461,00
VOTO CMN - ANDE - MUTUÁRIO ITAIPU/BINACIONAL	18.700.800,00
COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL - CBEE	13.204.576,97
BB - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	152.363.562,79
BASA - INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL	3.126.472,40
TOTAL	29.827.638.494,21

1.5.3. Haveres Mobiliários

Ao final do exercício de 2015, a União possuía participação societária majoritária em 47 empresas (20 sociedades de economia mista, 26 empresas públicas e uma empresa binacional) e minoritária em 59 empresas.

As participações relacionadas a seguir referem-se, apenas, às participações diretas do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de entidades da Administração Indireta. As empresas que respondem pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES), Banco do Brasil S.A. (BB), Caixa Econômica Federal (Caixa), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) – tiveram sua posição registrada de acordo com as informações contidas nos balanços de 30/09/2015.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (R$) (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇAO DA UNIÃO				% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO	VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	(R$)		
Banco da Amazônia S.A.	1.511.944.349	-	1.511.944.349	966.758.958	51,00%	51,00%
Banco do Brasil S.A.	1.453.487.115	-	1.453.487.115	42.514.778.200	50,73%	50,73%
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	44.049.447	-	44.049.447	1.376.962.277	51,00%	51,00%
Cia. de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg	37.380.952.566	1	37.380.952.567	24.926.553	97,73%	92,96%
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	18.645.502.652.415	-	18.645.502.652.415	681.078.372	100,00%	100,00%
Cia. Docas do Ceará - CDC	17.938.438.081	9.528.455.640	27.466.893.721	322.066.950	99,94%	99,93%
Cia. Docas do Pará - CDP	1.023.893.207	1.023.893.206	2.047.786.413	371.360.356	100,00%	100,00%
Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo - Ceagesp	34.294.143	-	34.294.143	136.605.296	99,68%	99,68%
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa-MG	4.994.632	-	4.994.632	26.024.795	99,57%	99,57%
Cia. das Docas do Estado da Bahia - Codeba	20.928.104.595	19.840.640.741	40.768.745.336	305.979.052	98,36%	98,36%
Cia. Docas do Espírito Santo - Codesa	2.303.523.444		2.303.523.444	307.896.536	99,45%	99,45%
Cia. Docas do Estado de São Paulo - Codesp	136.827.367.007	136.852.828.264	273.680.195.271	1.439.215.471	99,96%	99,97%
Cia. Docas do Maranhão - Codomar	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	143.259.382	99,97%	99,97%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	554.395.652	1.544	554.397.196	21.416.638.995	51,00%	40,99%
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	3.740.470.811	-	3.740.470.811	82.994.341.179	50,26%	28,67%
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb	7.110.409.591		7.110.409.591	1.327.413.581	99,88%	99,88%

Fonte: Informações das empresas e Siafi

A tabela contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R$100 mil. Desse modo, as empresas Cia. Docas do Rio Grande do Norte, Hospital Nossa Senhora Conceição (HNSC), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) não estão retratadas na tabela.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESA BINACIONAL (R$)

EMPRESA	INVESTIMENTO 2015 R$	INVESTIMENTO 2014 R$	VARIAÇÃO %
ALCÂNTARA CYCLONE	396.116.639	389.754.835	1,63%

Fonte: Siafi

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESAS PÚBLICAS (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇAO DA UNIÃO				% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO	VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	(R$)		
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias - ABGF	-	-	-	44.009.536	100,00%	100,00%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	33.793.587.000	100,00%	100,00%
Caixa Econômica Federal - Caixa	-	-	-	27.095.219.000	100,00%	100,00%
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec	42.000	-	42.000	47.249.730	100,00%	100,00%
Casa da Moeda do Brasil - CMB	-	-	-	2.103.936.511	100,00%	100,00%
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	1.859.907	-	1.859.907	374.699.810	100,00%	100,00%
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	-	-	-	496.769.357	51,00%	51,00%
Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	200.000	-	200.000	1.023.819.734	100,00%	100,00%
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh	-	-	-	10.325.368	100,00%	100,00%
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	-	-	-	1.839.125.000	100,00%	100,00%
Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária - Embrapa	-	-	-	66.766.455	100,00%	100,00%
Empresa Gestora de Ativos - Emgea	-	-	-	9.618.017.000	100,00%	100,00%
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Engepron	-	-	-	116.171.000	100,00%	100,00%
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	-	21.084.807	100,00%	100,00%
Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	50.000	-	50.000	55.181.717	100,00%	100,00%
Financiadora de Estudos e Projetos - Finep	300.000.000	-	300.000.000	1.908.055.000	100,00%	100,00%
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	-	-	-	413.879.713	100,00%	100,00%
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	-	-	-	409.957.584	100,00%	100,00%
Industria de Material Bélico do Brasil - Imbel	-	-	-	322.030.555	100,00%	100,00%
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	12.825.493	-	12.825.493	389.494.636	100,00%	100,00%
Pré-Sal Petróleo - PPSA	-	-	-	15.831.731	100,00%	100,00%
Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	-	-	-	1.061.004.829	100,00%	100,00%
Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - Valec	8.090.009	-	8.090.009	5.976.809.287	100,00%	100,00%

Fonte: Informações das empresas e Siafi.

A tabela contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R$100 mil. Desse modo, as empresas Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM) não estão retratadas na tabela.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO - QUANTIDADE DE AÇÕES				% CAPITAL	
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INVESTIMENTO (R$)	VOTO (%)	TOTAL (%)
Águas e Esgotos do Piauí - Agespisa	595.964	1.193.342	1.789.306	8.430.490	0,3900	1,1750
Empresa Brasileira Agroindustrial Ltda – ME - Brasagro (2)	1.854.795	-	1.854.795	4.199.383	35,49	35,49
Cia. de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema	1.013.290	-	1.013.290	1.013.290	0,068	0,068
Cia. de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - Caern	882.479	155.062	1.037.541	1.037.541	0,1259	0,1500
Cia. de Água e Esgoto do Ceará – Cagece	-	17.970	17.970	184.401	-	0,0150
Cia. de Água e Esgotos da Paraíba - Cagepa	41.987.615	281.445.419	323.433.034	138.849	0,0043	0,0328
Cia. de Saneamento de Alagoas - Casal	694.302	42.056.682	42.750.984	105.356	0,0005	0,0323
Celulose e Papel de Pernambuco S. A. - Cepasa	-	1.608	1.608	110.646	-	0,0523
Cia. Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	-	193.837	193.837	29.032.056	-	0,3800
Cia Petroquímica do Nordeste S.A. - Copenor	-	58.045.040	58.045.040	984.523	-	0,8716
Cia. de Saneamento de Sergipe - Deso	-	24.312.654	24.312.654	2.110.338	-	0,3100
Deten Química S.A. - Deten	-	562.449.039	562.449.039	1.254.184	-	0,5700
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	1.804	-	1.804	108.865	0,0012	0,0012
Eletricidade de São Paulo S.A. -Eletropaulo	13.342.384	258	13.342.642	84.326.770	20,0322	7,9730
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - Embasa	33.333	336.939	370.272	2.621.525	0,0970	0,0700
Energisa Paraíba - Energisapb	364	1.435	1.799	619.822	0,0587	0,1958
Indústria Carboquímica Catarinense S.A. - ICC (3)	-	490	490	245.003	-	0,1306
Instituto de Resseguros do Brasil - IRB	36.458.237	1	36.458.238	345.558.199	11,73	11,73
Metrobus Transporte Coletivo S.A. - Metrobus	158.851	49.147	207.998	207.998	0,6499	0,8492
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metro-RJ (3)	335.954.609	354.333.381	690.287.990	77.661.367	3,2655	6,4862
Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap	219.400	-	219.400	11.158.122,96	43,8800	43,8800
Empresa Brasileira de Reparos Navais S.A. - Renave	31.286.746	-	31.286.746	254.772	0,7426	0,7426
Rima Industrial S.A. - Rima	71.259	-	4.282.745	4.659.963,85	1,6639	1,6639
Cia. de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - Riotrilhos	335.954.609	354.333.381	690.287.990	366.689.437	3,2655	6,4862
Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. - SNBP	4.670.000	-	4.670.000	862.651	10,0000	10,0000
Têxtil Bezerra de Menezes S.A. - TBM	37.526	-	37.526	2.282.034	1,6855	1,4003
Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap	245.000.000	-	245.000.000	1.039.872.203	49,0000	49,0000
Prudential Financial Incorporation	33.186	-	33.186	7.213.053,43	0,0050	0,0050

Fonte: Informações das empresas e bancos custodiantes e Siafi.

Notas:

(1) A tabela contempla apenas as participações societárias minoritárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R$100 mil.

(2) Foram utilizadas as informações do balanço de 31/12/12, informação mais recente disponível.

(3) Em liquidação.

Além das participações societárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais. Seus valores de investimento são apresentados conforme tabelas a seguir.

PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS

FUNDOS	INVESTIMENTO (R$)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO (R$)
Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	34.137.803.613,05	37.031.905.598,20
Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN	4.659.765.960,25	4.770.851.099,81
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC	2.477.561.597,19	2.477.561.597,19
Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - FGHab	850.196.114,95	1.645.061.095,55
Fundo Garantidor para Investimento - FGI	519.395.096,10	642.924.666,49
Fundo Garantidor de Operações - FGO	145.901.620,83	680.037.102,39
Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP	20.519.000,00	20.519.000,00
Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam	6.528	494.804.073,14
Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor	242	302.820.253,27
Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE	-5.086.346,80	-5.086.855,43

Fonte: Siafi e Balanços

Notas:

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial – Posição de Junho de 2015

FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia - Posição Junho de 2014

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste - Posição Junho de 2014

FGEDUC – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - Posição Setembro de 2015

FGP- Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - Posição Agosto de 2015

FGHAB- Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - Posição Junho de 2015

FGI- Fundo Garantidor para Investimento - Posição Agosto de 2015

FGO- Fundo Garantidor de Operações - Posição Setembro de 2015

FGCN- Fundo de Garantia para a Construção Naval - Posição Junho de 2015

FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura – Posição Agosto 2015

FINAM e FINOR avaliados pelo método de custo, demais avaliados pelo método de equivalência patrimonial

PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

EM R$

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	2014	2015	VARIAÇÃO (%)	PODER DE VOTO DO BRASIL (%)	POSIÇÃO
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	38.257.771	38.257.771	0,00%	0,45	31/12/2014
	BAD-fundo	-	-	0,00%	-	31/12/2014
	BDC-Fundo	-	-	0,00%	-	31/12/2014
	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1.815.104.939	1.978.172.989	8,98%	-	31/12/2014
	-BID-CO	979.913.190	1.142.981.240	16,64%	11,19	31/12/2014
	-BID- Fundo de Operações Especiais - FOE	835.191.749	835.191.749	0,00%	11,19	31/12/2014
	BID- Cooperação Interamericana de Investimentos - CII	193.759.043	193.759.043	0,00%	11,52	31/12/2014
	Fundo Multilateral de Investimentos - Fumin	54.714.633	54.714.633	0,00%	1,7	31/12/2014
	Corporação Andina de Fomento - CAF	307.091.365	457.091.365	48,85%	7,66	31/12/2014
	Fundo Africado de Desenvolvimento - FAD	337.585.031	337.585.031	0,00%	0,3	31/12/2014
	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola -Fida	106.429.826	106.429.826	0,00%	0,95	31/12/2014
	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata	174.620.244	174.620.244	0,00%	20	31/12/2014
Ministério da Fazenda	Banco Mundial - Bird	637.933.566	637.933.566	0,00%	1,90	31/12/2015
	Associação Internacional de Desenvolvimento - AID	1.701.390.826	1.701.390.826	0,00%	1,56	31/12/2015
	Corporação Financeira Internacional - CFI	126.371.853	126.371.853	0,00%	2,08	31/12/2015
	Agência Multilateral de Garantia a Investimentos - Miga	8.147.487	8.147.487	0,00%	1,30	31/12/2015

Fonte: MP/Secretaria de Assuntos Internacionais; MF/Secretaria de Assuntos Internacionais. Siafi

Principais variações nas participações societárias da União em 2015

Aumento de capital de empresas por AFAC: Em 2015, foram efetuados aumentos de capital no montante de R$ 1,06 bilhão, decorrentes dos créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), conforme discriminado no quadro a seguir.

AUMENTO DE CAPITAL EM 2015

EMPRESA	VALOR R$ MIL
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	207.602,75
Companhia Docas do Ceara - CDC	70.801,81
Companhia Docas do Para - CDP	869,31
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	8.085,37
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	10.051,38
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	37.105,10
Cia. Docas do Espírito Santo - Codesa	24.316,22
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	67.005,68
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb	218.431,24
PÚBLICAS	
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	385.888,75
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	30.000,,00
TOTAL	1.060.157,60

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Capitalização de Fundos

Em 2015 foi realizada a integralização de R$ 464,02 milhões em cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), mediante a transferência de 49.161.763 de ações ON do IRB Brasil Resseguros S.A., conforme autorização contida no Decreto n.º 8.495, de 27 de julho de 2015 e Portaria MF nº 644/2015.

Empresas em liquidação

Encontram-se ainda em processo de liquidação a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (Metrô-RJ), em virtude da criação da Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (Riotrilhos), nos termos do Decreto Estadual nº 28.313, de 11 de maio de 2001; e a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC), que entrou em liquidação após aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de março de 1994.

Alienação de Haveres Mobiliários

A grande variação ocorrida nesta Conta foi fruto do resgate feito pela União de 202.645.640,15 cotas no Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), equivalentes a R$ 400 milhões.

Por fim, para a consecução da operação de capitalização do FGEDUC, detalhada no item anterior, foram utilizadas ações ON do IRB Brasil Resseguros S.A., o que representou a baixa de tais ativos do patrimônio da União.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) arrecadados pela União

A arrecadação de dividendos e JCP pelo Tesouro Nacional pelo critério de caixa em 2015 atingiu o montante de R$ 12,04 bilhões, com destaque para os pagamentos realizados pelas instituições financeiras federais, que contribuíram com 97% do total arrecadado.

ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS PELA UNIÃO – 2011 A 2015
R$ MILHÕES

TIPO DE EMPRESA	2011	2012	2013	2014	2015
Sociedade de Economia Mista	6.892,12	5.939,73	5.111,30	4.907,21	3.424,31
Empresa Pública	12.710,08	21.608,22	11.745,43	13.857,85	8.534,27
Minoritária	143,38	67,60	52,5	140,47	85,78
FND	-	-	-	-	-
TOTAL	19.745,58	27.651,78	16.909,23	18.905,53	12.044,36

Fonte: Siafi

Recebimento de Prêmio de Debêntures

Em 2015, o Tesouro Nacional recebeu, a título de remuneração pela propriedade de 136.652.272 debêntures participativas da Vale (Vale S.A.), a importância total de R$ 79,8 milhões.

1.5.4. Fundos que Receberam Aporte de Capital da União em 2015

Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC

A Lei no 12.087, de 11 de novembro de 2009, autorizou a União a participar em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e em operações de crédito educativo no limite global de R$ 4.000.000.000,00, para formação de seus patrimônios.

No exercício de 2015 foi consignado crédito orçamentário para o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), no valor de R$ 1.000.000,00 sob a ação 00M2 – Integralização de cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, o qual não foi executado.

Ademais, foi editada a Medida Provisória nº 686, de 30 de julho de 2015, que abriu crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação - MEC, de R$ 400.000.000,00 para integralização de cotas do FGEDUC. O MEC realizou a descentralização do crédito orçamentário e do recurso financeiro para a Secretaria do Tesouro Nacional.

O valor integral do crédito foi empenhado em dezembro de 2015 e inscrito em restos a pagar.

Por outro lado, a necessidade de capital do FGEDUC para 2015 foi suprida com integralização de cotas realizada por meio da transferência de ações de propriedade da União, conforme faculta a Lei 12.087/09, e cuja autorização foi prevista no Decreto nº 8.495, de 27 de julho de 2015.

Já a efetiva transferência de ações, no valor de R$ 464.021.460,93, foi autorizada pela Portaria MF nº 644, de 17 de agosto de 2015.

Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE

A Lei nº 12.712, de 30 de agosto de2012, autorizou a União a participar, até o limite de R$ 11.000.000.000,00, do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) que tem como finalidade oferecer, direta ou indiretamente, cobertura para riscos de operações relacionadas a projetos de infraestrutura de grande vulto constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou de programas estratégicos definidos em ato do Poder Executivo, projetos de financiamento à construção naval, operações de crédito para o setor de aviação civil, projetos resultantes de parcerias público-privadas, projetos de construção de eclusas ou de outros dispositivos de transposição de níveis, entre outros previstos no §7° do Art. 33 da Lei nº 12.712/2012.

No exercício de 2015 foi consignado crédito orçamentário no valor de R$ 1.000.000,00 para a ação 00P3 – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. A integralização de cotas foi realizada por meio do empenho e execução desse crédito de R$ 1.000.000,00, cuja autorização foi prevista no Decreto nº 8.329, de 3 de novembro de 2014, e autorizada pela Portaria MF nº 637, de 06 de agosto de 2015.

Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab

A Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, autorizou a União a participar, até o limite de R$ 2.000.000.000,00, do Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab) que tem como finalidade garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, bem como assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte e invalidez permanente e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel.

No exercício de 2015 foi consignado crédito orçamentário no valor de R$ 80.000.000,00 para a ação 00CZ – Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, o qual não foi executado, tendo em vista que o Fundo se encontrava em situação atuarial superavitária e não necessitava de capitalizações adicionais.

Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN

A Lei nº 11.786, de 25 de setembro de 2008, autorizou a União a participar no Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), no limite global de R$1.000.000.000,00 para a formação de seu patrimônio. Posteriormente, a Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, aumentou esse limite para R$ 5.000.000.000,00.

No exercício de 2015 foi consignado crédito orçamentário no valor de R$ 1.000.000,00 para a ação 00EC – Integralização de cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, o qual não foi executado, tendo em vista que o valor disponibilizado não era significativo para resolver a necessidade de capitalização do Fundo. Diante dessa limitação, a necessidade de ampliação dos limites de garantias do FGCN foi resolvida por meio de remanejamento no cronograma de construções de embarcações, de forma a não onerar o Fundo além de suas margens operacionais.

HAVERES MOBILIÁRIOS – COTAS DA UNIÃO EM FUNDOS GARANTIDORES

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%
	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R$ 1,00)	QUANTIDADE	VALOR	
FGHab	895.955.678,19	1,97	1.768.800.179,65	435.430.162,07	1.245.606.515,93	70,42%
FGI	562.456.733,78	1,17	656.981.080,75	454.132.226,18	530.451.966,95	80,74%
FGCN	2.542.499.632	1,71	4.340.635.838,69	2.498.592.457	4.265.676.998,81	98,27%
FGO	17.130.471,01	30,58	523.773.415,86	3.675.334,04	112.375.325,91	21,45%
FGEDUC	875.873.429,73	2,95	2.587.891.359,42	875.873.429,73	2.587.891.359,42	100%

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional (Administradores dos Fundos - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF));
FGHAB - Fundo Garantidor da Habitação Popular (posição em 31/12/2015)
FGI - Fundo Garantidor para Investimento (posição em 30/11/2015)
FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval (posição em 31/12/2015)
FGO - Fundo Garantidor de Operações (posição em 30/11/2015)
FGEduc – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (posição em 30/11/2015)

1.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

1.6.1. Necessidades de Financiamento

A meta é suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do Governo Federal, ao menor custo no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco e, adicionalmente, buscando contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos.

Este é o ponto de partida para a definição da estratégia de emissões de títulos públicos pelo Tesouro Nacional a qual é consubstanciada e divulgada anualmente no Plano Anual de Financiamento (PAF[1]).

A necessidade bruta em 2015, composta pelos vencimentos de dívida interna e externa em mercado e dos encargos referentes aos títulos na carteira do Banco Central do Brasil (BCB), alcançou R$ 779,8 bilhões[2].

1 O Plano Anual de Financiamento (PAF) divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional está disponível no sítio do Tesouro Nacional (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/plano-anual-de-financiamento).

2 A necessidade bruta de financiamento foi apurada com base nas informações do Siafi que consideram os ajustes metodológicos da contabilização dos encargos negativos (R$1,7 bilhão), compensados pelo registro de receita de igual valor. O Relatório Anual da Dívida (RAD), por sua vez, não considera os efeitos desse ajuste metodológico.

Partindo desse montante, para se chegar à necessidade líquida de financiamento do Governo Federal, deduzem-se os recursos orçamentários direcionados para pagamento da Dívida Pública Federal (DPF), que totalizaram R$ 162,2 bilhões, chegando à necessidade líquida de R$ 617,6 bilhões no ano. Desse modo, esse foi o valor da dívida vincenda em 2015 coberto com emissões de títulos da DPF durante o exercício.

As emissões diretas, por outro lado, não têm o objetivo de financiamento do Tesouro, mas sim prover crédito a determinadas instituições executoras de políticas de interesse público.

Nessas operações, que precisam ser autorizadas em lei, o Tesouro Nacional atua no sentido de conciliar sua estratégia de financiamento aos objetivos das instituições beneficiadas.

Em 2015, as emissões diretas de títulos totalizaram R$ 12,92 bilhões. Em termos de volume financeiro, as emissões mais significativas foram aquelas referentes às operações de concessão de crédito para o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) e novação de dívida relativa ao Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), conforme ilustra tabela a seguir:

EMISSÕES DIRETAS EM 2015

PROGRAMA	INSTRUMENTO LEGAL	TÍTULOS EMITIDOS	TOTAL EMITIDO (MILHÕES DE R$)
1. Operações com Contrapartida Financeira			
Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - Fies	Lei nº 10.260/01	CFT-E	4.393,79
Programa Nacional de Desestatização - PND	Lei nº 9.491/97 e Decreto nº 1.068/94	NTN-P	1,49
		Total	4.395,28
2.Operações sem Contrapartida Financeira			
Programa de Financiamento às Exportações - Proex	Lei nº 10.184/01	NTN-I	738,09
Reforma Agrária	Decreto nº 578/92 e MP nº 2.183/01	TDA	265,35
Permuta por CVS junto a Emgea	MP 2.196/01	LTN/NTN-B	244,40
Assunção de Dívidas do Estado de Roraima	ADCT de 05/10/1998	LTN/NTN-F/ NTN-B	1.495,37
Assunção de Dívidas do Estado de Roraima	Lei 9.626/98, Lei 8.029/90 e Decreto 1.647/95	NTN-F	24,93
Quitação de Dívidas relativas à equivalência produtos	Lei 9.138, de 29/5/1995	NTN-F/NTN-B	1.506,23
Novação de Dívidas	Lei 10.150/00	CVS	4.196,52
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES	Lei nº 12.688/12	CFT-B	53,60
		Total	8.524,49
		Total	12.919,77

Fonte: STN/Codiv/Gepre

Estratégia - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi)

Em 2015, o Tesouro Nacional (TN) seguiu as diretrizes básicas enunciadas em seu Plano Anual de Financiamento no que se refere ao alongamento do prazo médio da DPF e da manutenção dos vencimentos de curto prazo em níveis prudentes, o que pode ser constatado tanto pelo nível recorde que atingiu o prazo médio, 4,57 anos, quanto pelo volume vincendo em 12 meses, que reduziu de 24,0% em 2014 para 21,2% do estoque da DPF em 2015.

Além disso, a estratégia adotada pelo Tesouro Nacional buscou contribuir para que a composição da DPF não se distanciasse da trajetória em direção a sua estrutura ótima. Não obstante, esse esforço não evitou um desvio temporário da composição da dívida pública definida no PAF 2015, dadas as condições menos favoráveis do mercado vivenciadas ao longo do ano.

A estrutura de vencimentos para os títulos prefixados consistiu na oferta de quatro prazos de referência de Letras do Tesouro Nacional (LTN) 6, 12, 24 e 48 meses, representando os vértices prefixados de curto e médio prazo, e de dois pontos de referência de Notas do Tesouro Nacional, série F (NTN-F), indicando os *benchmarks* de longo prazo, entre 5 e 10 anos. Neste caso, foram mantidos os vencimentos utilizados no ano anterior, janeiro de 2021 e janeiro de 2025.

Em relação às emissões de Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), foi mantida a estratégia de oferta em dois grupos de *benchmarks*, sendo cada grupo composto de dois títulos. O primeiro grupo manteve os vértices utilizados no ano anterior, 15 de maio de 2019 e 15 de maio de 2023, e foram lançados dois novos vencimentos para o segundo grupo, 15 de maio de 2035 e 15 de maio de 2055.

Adicionalmente, o Tesouro Nacional realizou leilões trimestrais de resgate antecipado das NTN-B com prazos superiores a 20 anos, propiciando aos seus detentores uma possibilidade adicional de liquidez em relação ao mercado secundário. Apesar dessa possibilidade, a demanda pelos leilões de resgate antecipado não representou um volume significativo ao longo do ano. Além desses leilões, foram realizados leilões mensais de troca (no total de R$ 15.325 milhões) que permitiram a permuta de títulos com prazos inferiores aos títulos ofertados, resultando no alongamento do perfil da dívida. As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) foram emitidas com prazo próximo a seis anos, superior ao prazo médio do estoque da DPF, e ofertadas em apenas um vencimento em cada leilão mensal.

Além das atuações regulares, o Tesouro Nacional realizou intervenções extraordinárias ao longo de setembro e início de outubro, momentos de alta volatilidade no mercado financeiro. A atuação do TN iniciou-se com o cancelamento dos leilões de venda de títulos prefixados e de troca de NTN-B. Em seguida, foram anunciados leilões pontuais simultâneos de compra e venda dos títulos prefixados e dos títulos ligados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Essas medidas visaram não acrescentar risco de mercado aos participantes, sobretudo aos detentores de títulos de longo prazo, em que a liquidez é tradicionalmente menor do que no segmento de curto prazo.

No dia 24/09/15, após dois leilões de NTN-F e outro de NTN-B, o TN anunciou um programa de leilões de compra e venda simultâneos durante o período de 25/09 até 02/10, especificamente para as NTN-F com vencimentos de 2017 a 2025, além de incluir um leilão extraordinário de venda de LFT. A sequência das ações adotadas foi possível graças a flexibilidade trazida pelo colchão de liquidez, que permite ao Tesouro ficar ausente do mercado por cerca de 3 a 6 meses e atuar no curto prazo, resgatando antecipadamente os títulos que se encontram mais pressionados.

Em 2015, ocorreu elevada emissão líquida de R$ 149,9 bilhões, principalmente se comparada com os resultados de anos anteriores, sendo R$ 856,4 bilhões referentes às emissões da DPMFi e R$ 706,6 bilhões aos resgates da DPMFi. Neste período, houve reduzido volume de emissão direta sem contrapartida financeira, que representou cerca de R$ 12,92 bilhões.

A adoção dessa estratégia permitiu a recomposição do caixa, atingindo nível mais adequado para a administração da dívida, além de acarretar impacto contracionista na liquidez do sistema monetário no montante de R$ 137,7 bilhões[3].

O percentual de refinanciamento da DPMFi alcançou o maior patamar nos últimos oito anos, 119,9%, indicando que em 2015 houve maior esforço para evitar incrementos na liquidez decorrentes de operações da DPMFi.

No que tange aos indexadores da DPMFi, ocorreu emissão líquida de títulos prefixados de cerca de R$ 37,4 bilhões, com emissão de R$ 478,1 bilhões ante resgate de R$ 440,7 bilhões. Isso representou um percentual de refinanciamento de 108,2%[4] desses títulos.

Os títulos prefixados foram responsáveis por 57,7% do volume total emitido em 2015, considerando apenas as colocações em ofertas públicas de venda, com destaque para as emissões de NTN-F, que atingiram R$ 70,7 bilhões no ano, superando em quase 50,8% o volume colocado no ano anterior. Vale ressaltar que desse montante, R$ 32,6 bilhões referem-se às emissões do título com prazo de 10 anos, com vencimento em janeiro de 2025.

Em relação aos títulos remunerados por índices de preço, as emissões totais foram de R$ 99,5 bilhões, com resgate de R$ 127,6 bilhões, levando ao resgate líquido de R$ 28,1 bilhões. Isso representou um percentual de refinanciamento de 69,3%[5] desses títulos.

De fato, considerando que o primeiro semestre foi positivo na colocação desses títulos, verificou-se que fazia sentido reduzir a velocidade de emissões no segundo semestre, à luz do novo patamar de juros que os títulos remunerados por índice de preços, títulos mais longos, assumiram no período.

No que se refere aos títulos flutuantes, as emissões atingiram R$ 278,1 bilhões, por sua vez, os resgates alcançaram R$ 135,9 bilhões, resultando em emissão líquida de R$ 142,2 bilhões, ou seja, um percentual de refinanciamento de 205,0%[6] desses títulos. Vale ressaltar o elevado montante captado com as LFT, o que contribuiu de forma significativa para a recomposição do colchão da dívida no período.

A execução da política monetária mais restritiva por parte do Banco Central, fez com que a estratégia da Dívida Pública se utilizasse fortemente de títulos flutuantes, com o objetivo de minimizar os custos do passivo, uma vez que esses títulos não embutem prêmio de risco, contrastando com os prefixados.

Soma-se a isso os esforços para não acrescentar liquidez no sistema bancário, que se encontrava pressionado por outros fatores relacionados à variação cambial[7] e ao resultado fiscal. Com isso, o Tesouro Nacional atuou para não aumentar o volume de operações compromissadas em mercado.

Estratégia - Dívida Pública Federal Externa (DPFe)

Quanto à atuação no mercado externo, a estratégia do PAF 2015 se apoiou nas seguintes diretrizes:

Criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (benchmarks) na estrutura a termo de taxa de juros;
Manutenção do programa de resgate antecipado (Buyback) para títulos denominados em dólares (USD), euros (EUR) e reais (BRL);
Possibilidade de realização de operações de gerenciamento do passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa;
Monitoramento da Dívida Contratual Externa, em busca de alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional; e
Aprimoramento e diversificação da base de investidores.

O ano de 2015 foi marcado pela ausência de emissões no mercado devido às condições menos favoráveis observadas, quando comparadas com o histórico recente, e ao pré-financiamento dos passivos em moeda estrangeira feita pelo Tesouro por meio da compra antecipada de dólares.

A política de aperfeiçoamento da curva de juros foi levada a cabo por meio de resgate antecipado de títulos que não são pontos de referência (benchmarks).

Uma estratégia utilizada pelo Tesouro Nacional para reduzir os riscos associados ao seu endividamento externo é a compra antecipada de dólares para pagamentos de dívida no curto e médio prazos.

3 As colocações de títulos adicionais para essa finalidade não afetam a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) ou a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG). Isso ocorre porque, tudo o mais constante, as emissões líquidas da DPF têm como contrapartida a redução no volume de operações compromissadas de responsabilidade do Banco Central. Ou seja, tal política resulta em uma troca, entre duas instituições governamentais, de seus passivos junto ao público, sem que haja alteração nos estoques da DLSP e da DBGG. Além disso, vale destacar que tanto a LFT quanto as compromissadas da Autoridade Monetária são remuneradas por taxas de juros flutuantes, de maneira que, globalmente, essa política não contribui para retrocessos no perfil de risco da DLSP ou da DBGG.

4 Ótica do Impacto na Liquidez, isto é, as operações que envolvem recursos financeiros sendo injetados ou retirados no sistema bancário, como consequência dos resgates ou emissões de títulos, respectivamente.
5 Ótica do Impacto na Liquidez.
6 Ótica do Impacto na Liquidez.
7 Inclusive os swaps cambiais mantidos pelo BCB.

Ao longo de 2015, o Tesouro Nacional adquiriu antecipadamente US$ 1,5 bilhão, que somados às compras líquidas realizadas em anos anteriores e ainda não utilizadas, totalizam montante suficiente para pagar 35,9% de toda a dívida externa a vencer até 2017.

Estoque da Dívida Pública Federal (DPF) e Fatores de Variação

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF), em mercado, apresentou aumento nominal de 21,3%, passando de R$ 2.322,0 bilhões, em dezembro de 2014, para R$ 2.817,4 bilhões no encerramento do ano de 2015.

A composição do estoque da DPF, por sigla, e suas variações são discriminadas na tabela a seguir:

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL, EM MERCADO, DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL (EM R$ MILHÕES)

ESTOQUE DA DPF	DEZ-14	DEZ-15	VARIAÇÃO
DPF em Poder do Público	2.321.962	2.817.403	21,3%
DPMFi	2.208.626	2.673.901	21,1%
LFT	418.570	625.848	49,5%
LTN	685.547	763.672	11,4%
NTN-B	732.702	826.670	12,8%
NTN-C	73.163	80.121	9,5%
NTN-F	260.358	330.757	27,0%
Dívida Securitizada	7.054	7.693	9,1%
TDA	2.862	2.472	-13,6%
Demais	28.370	36.670	29,3%
DPFe	113.335	143.502	26,6%
Dívida Mobiliária	103.508	131.561	27,1%
Global USD	83.791	112.171	33,9%
Euro	6.062	5.735	-5,4%
Global BRL	13.655	13.655	0,0%
Dívida Contratual	9.827	11.941	21,5%
Organismos Multilaterais	3.525	4.987	41,5%
Credores Privados/Ag. Gov.	6.302	6.954	10,4%

Fonte: STN/Codiv/Geest

Obs.:

1) O estoque da DPF apresentado neste documento leva em conta a metodologia por apropriação. Trata-se da demonstração dos saldos de valores arrecadados (ou simplesmente reconhecidos) com os juros e deságios apropriados (método da apropriação) registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Este enfoque se caracteriza por ser marcadamente contábil e atender às disposições da Lei 4.320/64, associadas às exigências complementares mais recentes dadas pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução n° 750/93). Por outro lado, o estoque demonstrado no Resultado do Tesouro Nacional, Relatório Mensal da DPF (RMD), Relatório Anual da Dívida (RAD) e Plano Anual de Financiamento (PAF) é apurado utilizando-se a taxa interna de retorno média das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos (Estoque pela Tir). Esta metodologia é também utilizada para cálculo de indicadores da dívida contidos naqueles relatórios. É importante ressaltar que as duas metodologias convergem e têm valores idênticos quando do pagamento/vencimentos dos títulos.

2) Para a Dívida Externa foram utilizados os câmbios de 1 US$/R$ 2,6562 (dez/2014) e 1 US$/R$ 3,9048 (dez/2015).

Os principais fatores desta variação são discriminados por tipo de operação a seguir:

FATORES DE VARIAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO (2015)

INDICADORES	R$ MILHÕES	% DO ESTOQUE INICIAL
Estoque em 31/dez/14	2.321.962	
Estoque em 31/dez/15	2.817.403	
Variação Nominal (I + II)	495.442	21,34%
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	495.442	21,34%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	129.433	5,57%
I.1.1 - Emissões	841.269	36,23%
- Emissões Oferta Pública (DPMFi) [1]	828.191	35,67%
- Emissões Diretas (DPMFi) [2]	12.144	0,52%
- Trocas Líquidas (DPMFi) [3]	0	0,00%
- Emissões (DPFe) [4]	934	0,04%
I.1.2 – Resgates [5]	(711.836)	-30,66%
- Pagamentos Correntes (DPMFi) [6]	(690.474)	-29,74%
- Pagamentos Correntes (DPFe) [7]	(15.295)	-0,66%
- Resgates Antecipados (DPFe) [8]	(6.067)	-0,26%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	366.009	15,76%
- Juros Nominais Apropriados da DPMFi [9]	315.414	13,58%
- Juros Nominais Apropriados da DPFe [10]	50.595	2,18%
II - Operação do Banco Central	-	0,00%
II.1 - Incorporação de Títulos de Instituições Financeiras [11]	-	0,00%

Fonte: STN/Codiv/Geest

Nota:

1 Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos. Os valores referentes aos cancelamentos ocorridos no quadrimestre já estão expurgados desse valor.

2 Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, Fies e FCVS, descontados os cancelamentos ocorridos no período.

3 Diferença entre as emissões (preço de mercado) realizadas por troca e os títulos aceitos (preço da curva-estoque).

4 Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

5 Resgates apurados pelo valor financeiro diferente da metodologia de apuração de despesa do Siafi (registros contábeis). No Siafi não são descontados na apuração da despesa os valores dos encargos negativos, além de considerarem os estornos de pagamento de TDA ocorridos dentro do exercício. Também neste item não estão inclusas despesas realizadas para o pagamento de dívida contratual interna registradas no Siafi.

6 Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

7 Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

8 Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.

9 Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

10 Demonstra o efeito da apreciação/depreciação das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional, associado à apropriação de juros no período.

11 Referem-se aos títulos transferidos ao Banco Central em razão de liquidação extrajudicial de Instituições Financeiras.

Observações:

I - A DPF em mercado compreende as dívidas contratual e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público.

II - O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

III - O estoque da DPFe é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência) na moeda de origem, convertido para o dólar e, em seguida, para o real.

Em 2015, as emissões da DPMFi somaram R$ 828,2 bilhões, considerando as efetuadas via ofertas públicas (leilões tradicionais) e operações do Programa Tesouro Direto.

As emissões diretas líquidas de títulos da DPMFi totalizaram R$ 12,1 bilhões e foram realizadas para fazer face a programas de Governo, tais como: Reforma Agrária (TDA), Financiamento às Exportações - Proex (NTN-I), Financiamento Estudantil - Fies (CFT-E), Reestruturação e Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – Proies (CFT-B), além do Programa Nacional de Desestatização – PND (NTN-P); e permuta por CVS junto à Empresa Gestora de Ativos – Emgea (MP 2.196, de 24/08/2001), assunção de dívidas do Estado de Roraima (ADCT, de 05/10/1998) e quitação de dívidas relativas à equivalência produtos (Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995).

Os resgates, por sua vez, alcançaram R$ 690,5 bilhões, resultando em resgate líquido (1.1+1.2) de R$ 149,9 bilhões no período.

Em linha com as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2015, as emissões realizadas por meio de oferta pública no mercado doméstico envolveram os seguintes papéis:

- R$ 269,7 bilhões de LFT (Selic), com vencimentos entre março e setembro de 2021;
- R$ 398,7 bilhões de LTN (prefixados), com vencimentos entre outubro de 2015 e julho de 2019;
- R$ 74,6 bilhões de NTN-B (índice de preços), com vencimentos entre maio de 2019 e maio de 2055; e
- R$ 70,72 bilhões de NTN-F (prefixados com juros semestrais) com vencimentos entre janeiro de 2017 e janeiro de 2025.

1.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida[8]

O objetivo primário da gestão da Dívida Pública Federal é o levantamento de recursos suficientes para o atendimento da necessidade de financiamento do Governo Federal, sendo este o ponto de partida para a definição da estratégia de emissões de títulos públicos pelo Tesouro Nacional.

Evolução dos Indicadores da DPF

Em 2015, em face de instabilidades no mercado financeiro motivadas por fatores externos (desaceleração da China, fim do ciclo de *commodities*, início do processo de normalização das taxas de juros dos EUA, entre outros) e internos (necessidade de ajuste fiscal, inflação pressionada, aperto da política monetária, retração do crescimento, entre outros), alguns indicadores de composição da DPF não se enquadraram nos limites estabelecidos inicialmente no Plano Anual de Financiamento (PAF) do exercício.

Respondendo ao cenário não antecipado, o Tesouro Nacional optou por uma estratégia de colocação de títulos em mercado que não adicionasse riscos excessivos à carteira dos detentores.

Caso contrário, elevados prêmios de risco seriam exigidos em suas emissões. Soma-se a isso os esforços para não acrescentar liquidez no sistema bancário. Em decorrência disso, observou-se um aumento na participação de títulos flutuantes, em detrimento da participação tanto de títulos prefixados quanto de indexados a índices de preços.

8 O Tesouro Nacional divulga anualmente o Relatório Anual da Dívida (RAD), com os resultados alcançados e avanços na administração da dívida pública que se encontra disponível no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/relatorio-anual-da-divida .

RESULTADOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL – DPF

INDICADORES	DEZ/14	DEZ/15	PAF-2015	
			MÍNIMO	MÁXIMO
Composição do Estoque da DPF				
Prefixado (%)	41,6	39,4	40,0	44,0
Índice de Preços (%)	34,9	32,5	33,0	37,0
Taxa Flutuante (%)	18,7	22,8	17,0	22,0
Câmbio (%)	4,9	5,3	4,0	6,0
Estrutura de Vencimentos				
Prazo Médio (anos)	4,4	4,6	4,4	4,6
% vincendo em 12 meses	23,0	21,6	21,0	25,0
Vida Média	6,6	6,6	-	-

Fonte: Tesouro Nacional

Em agosto, o Tesouro Nacional revisou os limites para o estoque da DPF de 2015. Essa revisão se deu devido à estratégia perseguida pelo Tesouro Nacional ao longo do primeiro semestre de 2015 de emitir volumes superiores à sua necessidade de financiamento, visando auxiliar na redução do excesso de liquidez do sistema financeiro, representado pelo estoque de operações compromissadas em mercado.

A maior demanda registrada nos leilões de títulos públicos ao longo do ano foi um fator que contribuiu para a ampliação do percentual de refinanciamento da dívida, favorecendo, assim, o ajuste na estratégia para o estoque da DPF. É importante lembrar que essa política não afeta a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) ou a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)[9].

Derivado desse ajuste no limite do estoque, a realização de maiores volumes de emissões também resultou numa ampliação do colchão de recursos disponíveis para gestão da dívida pública.

Com mais recursos em caixa, o Tesouro reforçou seu espaço de atuação em contextos de maior volatilidade no mercado de títulos públicos durante o ano, ganhando graus de liberdade para ajustar sua oferta de títulos de acordo com as condições de mercado e, assim, reduzindo seu risco de refinanciamento.

Finalmente, embora temporariamente tenha havido um recuo quanto a composição ótima da dívida, as diretrizes gerais da administração da Dívida Pública Federal continuaram a nortear as ações do Tesouro Nacional. Nesse sentido, a instituição manteve sua estratégia de longo prazo de aumentar a participação das dívidas prefixada e remunerada por índices de preços, bem como de reduzir a parcela indexada à taxa Selic, observando sempre as condições de mercado em cada momento. Além disso, a gestão da dívida continuou a buscar o alongamento do prazo médio e a diminuição da parcela que vence em 12 meses, indicadores esses que apresentaram avanços em relação a 2014.

9 Emissões líquidas de títulos pelo Tesouro Nacional (diferença entre emissões em leilões e resgates) têm como contrapartida a redução no volume de operações compromissadas de responsabilidade do Banco Central. Ou seja, tais operações se resumem à troca, entre duas instituições governamentais, de seus passivos junto ao público, não alterando os estoques da DLSP e da DBGG.

Composição da DPF

A despeito de constar como uma das diretrizes do Tesouro Nacional para a gestão da DPF, não foi possível no exercício de 2015 dar continuidade ao processo de redução da participação de títulos com taxas flutuantes na composição da dívida.

Conforme expresso em todos os Planos Anuais de Financiamento até então, tal prática se dá em conformidade com as condições de mercado, respeitando o objetivo da gestão da DPF de se financiar a menores custos possíveis, uma vez assumido um patamar prudente de exposição ao risco.

Portanto, diante do explicado anteriormente, o Tesouro Nacional adotou uma estratégia que privilegiou a oferta de títulos com taxas flutuantes para recompor seu colchão de liquidez e não adicionar risco ao mercado em momentos de volatilidade.

Em comparação ao exercício passado, a participação de títulos remunerados a taxas flutuantes (em especial a LFT) evoluiu de 18,7% para 22,8%, ao passo que títulos remunerados a taxas prefixadas e indexados a índices de preços tiveram recuo na parcela da DPF (de 41,6% para 39,4%; e de 34,9% para 32,5%, respectivamente).

Quanto a dívida atrelada ao câmbio, a sua participação aumentou de 4,9% para 5,3%, sendo, assim, o único indicador de composição que se enquadrou nos limites estabelecidos no PAF 2015.

Ao término de 2015, a soma das parcelas correspondentes a taxas prefixadas e vinculadas a índices de preço apresentou recuo em relação ao término do exercício anterior, sem, contudo, anular os notáveis avanços da última década (representando hoje 72,0%, contra 10,3% no encerramento de 2002).

O restante da DPF é composto por títulos flutuantes (indexados à taxa Selic), bem como por aqueles expostos à variação cambial, que somados, representaram 28,0% da DPF ao fim de 2015.

Enquanto os prefixados trazem previsibilidade aos fluxos nominais da dívida, os instrumentos vinculados à inflação têm vantagens para a gestão de riscos, pois seu custo apresenta maior estabilidade em termos reais e tende a ser positivamente correlacionado com arrecadação tributária do Governo. Além disso, esses títulos auxiliam de maneira importante o alongamento do prazo médio da dívida.

Estrutura de Vencimentos

A estrutura de maturação da dívida está relacionada com seu risco de refinanciamento. Assim, o alongamento do prazo médio e a redução da concentração de vencimentos no curto prazo são duas diretrizes que buscam a redução desse risco e que, de fato, tiveram evolução favorável em 2015.

O prazo médio da DPF alcançou o limite superior do PAF, registrando 4,6 anos ao final de 2015, partindo de 4,4 ao encerramento do ano anterior. Já o percentual vincendo em 12 meses reduziu de 24% para 21,6% da DPF, próximo ao limite inferior previsto no PAF 2015.

Paralelamente à redução da parcela que vence em prazo mais curto, houve um aumento do montante que vence em prazos acima de 3 anos, que alcançou o patamar de 51,1% da DPMFi em mercado. Isso decorre em parte da emissão de LFTs ao longo de 2015.

Os títulos colocados possuíam prazo médio em torno de 6 anos no momento de sua emissão, favorecendo o alongamento da DPMFi.

Diante do exposto, com aumento do percentual vincendo no longo prazo e a diminuição da proporção vincenda no curto prazo, observamos, ao longo de 2015, um aumento do prazo médio (*duration*[10]) da DPF, passando de 2,9 anos em 2004, para a máxima histórica da série em 2015, de 4,6 anos.

O mesmo movimento pode ser observado para a métrica de vida média (ATM[11]), indicador alternativo para avaliar a maturidade e de grande importância para comparações internacionais, tendo em vista que muitos países o empregam como referência[12].

Em que pese as mudanças de composição da DPF explicitadas anteriormente, com a diminuição das parcelas prefixadas e indexadas a índices de preços, também se observou um aumento do prazo médio do estoque de cada um desses indicadores, atingindo ambos seus respectivos máximos históricos (1,9 e 7,6 anos, respectivamente). Desse modo, ainda que a emissão líquida de LFT tenha de fato auxiliado no alongamento do prazo médio da DPF, não foi o único determinante para a evolução desse indicador ao longo do exercício de 2015.

Custo da Dívida Pública

Os riscos da DPF devem ser avaliados em conjunto com seu custo de financiamento. Em geral, alternativas de menor custo podem aumentar a exposição a perdas da carteira de dívida em contexto de choques nas variáveis econômicas. Por sua vez, opções mais seguras tendem a cobrar um prêmio de risco. É o caso, por exemplo, da estratégia de substituição de dívida flutuante por títulos prefixados ou vinculados a índices de preços.

O mesmo ocorre com respeito à redução da proporção da dívida que vence no curto prazo, pois os títulos de maior prazo demandam prêmios por seu carregamento. Portanto, busca-se uma composição de indexadores e prazos para o endividamento que proporcione balanço adequado diante do *trade-off* entre custo e risco decorrente das opções disponíveis.

A estatística de custo médio do estoque da dívida é uma agregação dos custos de financiamento encontrados pelo Tesouro Nacional em distintos momentos em que foi a mercado captar recursos.

Para monitorar as condições recentes de acesso ao mercado é necessário ainda uma métrica que forneça informações sobre a parcela recém-emitida do estoque. Assim, o Tesouro divulga a estatística do custo médio de emissão para o exercício financeiro. À medida que ocorre o refinanciamento da dívida, parte de seu custo é renovada de acordo com as condições vigentes nos mercados financeiros.

Efetivamente, o custo médio da DPF e da DPMFi mudaram de 11,84% a.a. e 11,51% a.a. para 16,07% a.a. e 14,24% a.a, respectivamente, enquanto que a Taxa Selic média saltou de 10,91% a.a. para 13,29% a.a. entre 2014 e 2015.

Cabe dizer que a estatística da DPF é fortemente afetada pela parcela cambial e pela desvalorização do real frente ao dólar. No entanto, o processo de aperto monetário doméstico iniciado ainda ao final de 2014 tem se traduzido em aumento do custo médio tanto do estoque quanto o de emissão. Um dos fatores que explicam esse movimento é a elevada parcela da dívida refinanciada no curto prazo e a presença relevante de títulos remunerados por juros flutuantes na DPF.

Base de Investidores da DPMFi

O Tesouro Nacional busca sempre a diversificação da base de detentores da dívida pública a fim de garantir demanda por títulos por parte de investidores com diferentes perfis de risco e horizontes de investimento. A maior distribuição da dívida entre seus diferentes detentores contribui para minimizar os efeitos do comportamento de determinado grupo sobre os preços e taxas dos títulos públicos, ampliando a profundidade e evitando excessiva volatilidade no mercado.

A exemplo do que tem ocorrido nos últimos anos, os grupos "Instituições Financeiras" e "Fundos", que eram os maiores detentores em 2014, perderam participação na DPMFi em 2015, ao passo que os "Não-Residentes", os "Fundos de Previdência" e as "Seguradoras" apresentaram crescimento relativo.

Registra-se que os "Não-residentes" apresentaram crescimento de participação mesmo em um contexto de perda do grau de investimento do Brasil, passando de uma participação de 18,6% em 2014 para 18,8% em 2015, o que sugere que o evento não levou a uma fuga de capitais do País.

10 O prazo médio divulgado para a DPF equivale ao conceito de duration, com uma diferença: para fins de cálculo do valor presente dos fluxos, utiliza-se a taxa de emissão dos títulos em estoque (em vez das taxas de desconto de mercado, como ocorre nas análises tradicionais de duration).

11 Do inglês "average time to maturity".

12 Esse indicador apresenta valores significativamente superiores ao prazo médio por não considerar os pagamentos de cupons intermediários de juros e pelo fato de que os fluxos de principal não são trazidos a valor presente. Por esse motivo, não o consideramos como o indicador mais adequado para as estatísticas da DPF. Apesar dessas limitações, a maior parte dos países adota indicador semelhante à vida média em suas estatísticas de estrutura de vencimentos. Portanto, para fins de comparações diretas com as estatísticas dos demais países, divulgamos também a vida média. Cabe observar, no entanto, que não o utilizamos como parâmetro para o estabelecimento de metas da gestão da DPF.

Vale dizer que os grupos que ganharam participação relativa na dívida doméstica em 2015 têm perfil em linha com a estratégia de financiamento da dívida pública. Destacam-se os "Fundos de Previdência", que têm preferência por títulos atrelados a índices de preços, com orientação de longo prazo, uma vez que seus passivos são também corrigidos pela inflação.

1.6.3. Tesouro Direto

O Tesouro Direto (TD) é um Programa criado pelo Tesouro Nacional em 2002, em parceria com a BM&F Bovespa, para permitir às pessoas físicas comprarem títulos públicos diretamente pela internet. Dentre seus objetivos, inclui-se democratizar o acesso a títulos públicos, oferecer opções de investimento rentáveis e seguras, além de incentivar a formação de poupança de longo prazo do País.

O ano de 2015 foi marcante para o Tesouro Direto. Foram registrados uma série de recordes em vários indicadores: volume de vendas brutas e líquidas, quantidade de novos investidores com posição e cadastrados e número de operações de vendas.

Esse sucesso foi resultado de um conjunto de novidades introduzidas no Programa em março de 2015. Foram elas:

- novos nomes dos títulos públicos;
- Orientador Financeiro – espécie de gerente virtual;
- novo ambiente de transações;
- introdução do Tesouro Prefixado de longo prazo no rol das opções de investimento;
- reformulação do site do TD, com uma linguagem mais amigável ao investidor;
- implantação da liquidez diária;
- reformulação do Programa de Incentivos da BM&F Bovespa junto às instituições financeiras; e
- atualização da identidade visual do TD.

Essas melhorias derivaram de uma ampla pesquisa, iniciada em 2013 e amadurecida ao longo de 2014 e início de 2015, em que foram mapeadas as principais lacunas, receios e expectativas do público junto ao Tesouro Direto, e definidas ações para atacar esses pontos, de forma a tornar o Programa ainda mais acessível e conveniente ao público.

Após o lançamento dessa primeira onda de melhorias, o Programa registrou marcas importantes em diversos indicadores em 2015. O número de investidores cadastrados alcançou a marca de 624.358, montante 37,4% superior ao total acumulado no final de 2014 (454.126). O estoque investido passou de R$ 15,3 bilhões, no final de 2014, para R$ 25,6 bilhões, no final de 2015 (representando um crescimento de 67,4%).

O montante de vendas líquidas[13] em 2015 somou R$ 7,7 bilhões frente ao valor de R$ 2,5 bilhões no ano anterior (incremento de 208%). Em dezembro, o Programa alcançou a marca inédita de R$ 1,2 bilhão em vendas líquidas num único mês.

O montante de vendas brutas atingiu o valor de R$ 14,5 bilhões em 2015 frente ao valor de R$ 4,9 bilhões em 2014. Já o número de operações de venda alcançou a marca de 1 milhão, no acumulado de 2015, frente ao valor de 387 mil, no final do ano anterior.

A tabela a seguir resume o desempenho dos indicadores analisados ao comparar os seis meses após o lançamento das melhorias (março a setembro de 2015) com os seis meses anteriores (setembro de 2014 a fevereiro de 2015), evidenciando a mudança de patamar ocorrida após as novidades.

13 Dadas pela diferença entre as vendas brutas e os vencimentos e resgates antecipados.

PRINCIPAIS RECORDES DO TESOURO DIRETO EM 2015

INDICADORES QUE BATERAM RECORDE	MELHOR MARCA	MÉDIA DOS 6 MESES POSTERIORES A MARÇO 2015 (INCLUSIVE)	MÉDIA DOS 6 MESES ANTERIORES A MARÇO 2015 (EXCLUSIVE)	CRESCIMENTO (%)
		(A)	(B)	(A/B)
Vendas Brutas (Milhões)	R$ 2.411,0 (maio)	R$ 1.331,4	R$ 464,0	186,9%
Vendas Líquidas (Milhões)	R$ 1.246,5 (dezembro)	R$ 585,2	R$ 183,7	218,6%
Número de Operações de Venda	136.631 (dezembro)	83.702	40.290	107,7%
Acréscimo de Investidores Cadastrados no mês	20.056 (dezembro)	13.410	8.778	52,8%
Acréscimo de Investidores Com Posição no mês	13.263 (dezembro)	8.650	3.184	171,7%

Em termos da preferência do investidor, a tendência dos últimos anos foi mantida em 2015, os títulos remunerados por índices de preços tiveram maior participação nas vendas (59,5%), seguidos pelos prefixados (20,9%), e pelos indexados à taxa Selic (19,6%).

O título com maior participação individual foi o Tesouro IPCA+ (43,1%), um título criado especialmente para investidores do Tesouro Direto.

Em relação ao prazo, os títulos com vencimento em até 1 ano representam 2,5% do estoque, enquanto que aqueles que ocupam a faixa de 1 até 5 anos, ficaram com 53,2% do total. Os títulos com prazo entre 5 e 10 anos, por sua vez, fecharam o ano com 28,3% de participação, enquanto que os acima de 10 anos chegaram a 16,0%.

Em termos de faixas de aplicação, aproximadamente 35,8% das vendas do Tesouro Direto em 2015 foram de até R$ 1.000,00, enquanto as vendas até R$ 5.000,00 corresponderam a 65,2% do total.

Esses números demostram que o Programa tem sido bem sucedido no seu objetivo de democratizar o acesso a títulos públicos, ampliando a participação do pequeno investidor.

A execução de ações relacionadas à melhoria do Programa continuará ao longo dos próximos anos. Para 2016 e 2017 já estão previstos os lançamentos da segunda e terceira onda de melhorias, respectivamente, que objetivam tornar o TD ainda mais acessível e atraente aos investidores.

1.6.4. Avanços Institucionais

Em 2015, o Tesouro Nacional aprimorou a gestão da DPF por meio de ações destinadas ao desenvolvimento do mercado local de títulos públicos, bem como ao aperfeiçoamento de seus mecanismos operacionais e do seu relacionamento institucional com participantes dos mercados financeiros doméstico e internacional, organismos multilaterais, jornalistas e demais representantes da sociedade.

Além disso, o Tesouro Nacional ampliou as iniciativas relacionadas à pesquisa sobre temas de relevância para a gestão da DPF, com o objetivo de sempre aprimorar a estratégia de gestão diante da conjuntura econômica atual.

A promoção do desenvolvimento do mercado veio com o trabalho relativo ao aprimoramento do sistema de *Dealers* do Tesouro Nacional, que por sua vez, ampliou a parcela do mercado secundário que opera com sistema eletrônico de negociação e estabelece maior pontuação a instituições distribuidoras de títulos públicos.

Em relação aos mecanismos operacionais, merecem destaque as transferências de contratos de Dívida Externa de outros órgãos para a Secretaria do Tesouro Nacional, aumentando a eficiência do monitoramento e administração dos passivos contratuais.

No âmbito das pesquisas, destacamos o trabalho sobre os impactos da normalização da política monetária americana na curva de juros brasileira[14].

No tocante ao relacionamento com o público externo, vale mencionar as frequentes reuniões no Tesouro Nacional com investidores de diversas partes do mundo.

O Tesouro Nacional, em 2015, também avançou com iniciativas para o aprimoramento da governança, da transparência e do planejamento estratégico fiscal do Governo Federal. Com esse objetivo, durante o ano, foram criados o Comitê de Programação Financeira (CPF), o Comitê de Política Fiscal (Copof), o Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública Federal (Coged) e o Comitê de Política de Garantias.

Outra ação importante para a melhoria da transparência foi a criação do Portal Tesouro Transparente, que torna disponível à sociedade brasileira – de forma simples, direta e reutilizável - os dados e informações que o Tesouro produz e consolida.

14 Este trabalho foi agraciado com o 1º Lugar no XX Prêmio Tesouro Nacional – 2015, na categoria Política Fiscal.

1.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

1.7.1. Verificação de Limites e Condições para Realização de Operações de Créditos dos Entes da Federação

Análise de Requisitos - Descrição e Objetivos

No âmbito da análise fiscal de Estados, Distrito Federal e Municípios, a Lei Complementar nº 101/2000 e as Resoluções do Senado Federal nos 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda (MF) funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos entes federativos, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive de suas empresas controladas, direta ou indiretamente. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a execução dessas atribuições, mais especificamente à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem/STN), cujos procedimentos são regulamentados pela Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010.

Ademais, o Decreto 7.482, de 16 de maio de 2011, inseriu nas atribuições da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais (Surin/STN), a análise da concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, nos termos da RSF nº 48, de 21 de dezembro de 2007.

Beneficiários

Entre janeiro e dezembro de 2015, a STN finalizou a análise de 622 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para a contratação de operações de crédito. Desse total, 107 pleitos foram arquivados, 17 operações contratadas sem prévia autorização desta Secretaria foram regularizadas, e em 498 deles concluiu-se pelo cumprimento dos limites legais para a contratação de operações de crédito, sendo que destas, 10 foram encaminhados para a análise da concessão de garantia da União.

O valor das operações de crédito interno e externo sem a concessão de garantia da União para as quais o ente cumpriu os limites fixados pelo Senado Federal totalizou R$ 3.711.774.355,89.

Para cada pleito, emitiu-se Parecer da Coordenação-Geral com vistas a evidenciar a existência ou não de capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites e condições estabelecidos nos diplomas legais.

Cumpre ressaltar que os dados apresentados foram extraídos do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem), em consulta realizada no dia 15/01/2016.

As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise. Registre-se a atuação da STN junto aos diversos agentes financeiros envolvidos na contratação de operações de crédito dos entes, com vistas a promover treinamento qualificado para a instrução correta dos pleitos submetidos à análise da STN.

A edição da Portaria da STN nº 199, de 13 de abril de 2015, estabeleceu que o envio de pedidos de verificação de limites e condições relativos à contratação de operação de crédito e de concessão de garantias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios deve ser efetuado por meio do Sadipem, conforme orientações contidas no Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível no endereço eletrônico http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mip-manual-para-instrucao-de-pleitos.

A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito analisadas por esta Secretaria, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas também para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas.

No sítio da STN, há uma área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de Estados e Municípios referentes às operações de crédito analisadas e em tramitação (sadipem.tesouro.gov.br, na opção "Consultar Operações de Crédito").

A STN, por meio da Copem, trabalhou na manutenção e no aperfeiçoamento do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de Estados e Municípios.

RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS (EM R$)

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	INTERESSADO	QUANT.	MONTANTE AUTORIZADO¹
Operações de crédito INTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	6	2.031.154.248,72
	Pleitos de interesse de Municípios	1	482.540.014,92
	Pleitos de interesse de Empresas	0	
Operações de crédito EXTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	2	1.659.285.000,00
	Pleitos de interesse de Municípios	1	325.024.650,00
	Pleitos de interesse de Empresas	0	
TOTAIS		10	4.498.003.913,64

Fonte: Sadipem.

Observações: ¹As operações de crédito externo analisadas foram ou serão contratadas em moeda estrangeira. Os valores apresentados são resultantes da conversão dos montantes autorizados em moeda estrangeira para reais, pela cotação do dia 31/12/2015.

Beneficiários

1.7.2. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal

Na segunda metade da década de 90, ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos. Após diagnóstico efetuado da situação fiscal, em que se verificou a vulnerabilidade das finanças estaduais, foram definidas as condições para o refinanciamento, por parte da União, das dívidas existentes, mediante a assinatura de contrato, em que estariam estabelecidas as premissas para um ajuste fiscal duradouro, como contrapartida aos benefícios auferidos pelo refinanciamento.

Neste contexto, foi editada a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que estabeleceu os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especificou, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Foram assinados contratos de renegociação de dívidas no âmbito da Lei nº 9.496/97 com 24 Estados e o Distrito Federal (DF), apenas Tocantins e Amapá não tiveram dívidas refinanciadas.

A contrapartida dos Estados pelo refinanciamento, nos termos dos contratos assinados, foi a implementação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal trienais, passíveis de revisão anual. Os Estados comprometeram-se a programar, durante o prazo de refinanciamento (até 360 meses, com possibilidade de ser estendido por até 120 meses para aqueles que apresentassem resíduos ao final deste prazo), iniciativas fiscais visando ao incremento de receitas, o controle de despesas, particularmente as de pessoal e de investimentos, a realização de reformas patrimoniais, etc., traduzidas em metas quanto à relação dívida financeira / receita líquida real – RLR, resultado primário, despesas com o funcionalismo público, arrecadação própria de receitas, a reforma do Estado e despesas com investimentos.

Os Estados mais endividados beneficiaram-se da condição contratual de pagamento do serviço da dívida refinanciada dentro do limite máximo de comprometimento mensal de 11,5% a 15% da RLR.

A gestão dos programas de ajuste fiscal ficou a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que anualmente avalia o cumprimento das metas compromissadas e negocia a sua revisão.

Neste sentido, a STN, no exercício das suas atribuições legais de monitorar os programas assinados com os Estados, desenvolveu em 2015 uma série de atividades que envolveram a realização de missões técnicas aos Estados e ao DF, visando examinar o comportamento das suas finanças e coletar informações, a negociação da revisão dos programas para o próximo triênio e, finalmente, a avaliação das metas programadas para 2014.

Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte liquidaram as obrigações contraídas no âmbito do refinanciamento instituído pela Lei nº 9.496/97, desobrigando-se de manter metas e compromissos referentes ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

PRINCIPAIS ATIVIDADES RELACIONADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS

UF	PERÍODO DA MISSÃO	DATA DA REVISÃO DO PROGRAMA	DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
AC	**	07 de dezembro de 2015	Nota nº 202/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 18 de novembro de 2015.
AL	16 e 17 de abril de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 164/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 5 de outubro de 2015
AM	08 a 10 de junho de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 145/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 17 de agosto de 2015 e Nota nº 161/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 15 de setembro de 2015.
BA	**	31 de dezembro de 2015	Nota nº 217/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 14 de dezembro de 2015
CE	22 e 23 de abril de 2015	29 de dezembro de 2015	Nota nº 139/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 31 de julho de 2015; e Nota nº 143/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de agosto de 2015.
DF	**	Não revisou em 2015	Nota nº 173/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 09 de outubro de 2015 Nota nº 184/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 28 de outubro de 2015
ES	**	Não revisou em 2015	Nota nº 181/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 27 de outubro de 2015 e Nota nº 206/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 07 de dezembro de 2015
GO	14 e 15 de maio de 2015	22 de dezembro de 2015	Nota nº 200/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 17 de novembro de 2015
MA	07 e 08 de maio de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 203/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 19 de novembro de 2015
MG	20 a 22 de maio de 2015	29 de dezembro de 2015	Nota nº 219/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de dezembro de 2015.
MS	27 e 28 de maio de 2015	22 de dezembro de 2015	Nota 195/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 9 de novembro de 2015
MT	**	Não revisou em 2015	Nota nº 218/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de dezembro de 2015
PA	23 e 24 de abril de 2015	29 de dezembro de 2015	Nota nº 151/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de agosto de 2015.
PB	28 e 29 de abril de 2015	29 de dezembro de 2015	Nota nº 172/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de outubro de 2015
PE	19 e 20 de maio de 2015	30 de dezembro de 2015	Nota nº 123/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de julho de 2015; e Nota nº 124/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de julho de 2015.
PI*			
PR	10 e 11 de junho de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 186/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03 de novembro de 2015
RJ	06 e 07 de abril de 2015	30 de dezembro de 2015	Nota nº 212/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de dezembro de 2015; e Nota nº 215/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 11 de dezembro de 2015.
RN*			
RO	**	29 de dezembro de 2015	Nota nº 191/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 4 de novembro de 2015.
RR	04 a 06 de maio de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 201/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 17 de novembro de 2015.
RS	25 a 27 de maio de 2015	30 de dezembro de 2015	Nota nº 197/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 12 de novembro de 2015
SC	08 a 10 de abril de 2015	30 de dezembro de 2015	Nota nº 189/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03 de novembro de 2015
SE	**	22 de dezembro de 2015	Nota nº 152/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de agosto de 2015
SP	28 e 29 de abril de 2015	Não revisou em 2015	Nota nº 167/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 13 de outubro de 2015

Fonte: STN/Corem

* Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte liquidaram as obrigações contraídas no âmbito do refinanciamento instituído pela Lei nº 9.496/97, desobrigando-se de manter metas e compromissos no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal.

** Devido às restrições orçamentárias da STN em 2015, não foi realizada missão técnica ao Estado

1.7.3. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios Cujas Dívidas Foram Refinanciadas (MP nº 2.185-35/2001)

No caso dos Municípios, em 25 de fevereiro de 1999, foi editada a Medida Provisória nº 1.811, atual MP 2.185/01, que autorizou a assunção e o refinanciamento, pela União, das seguintes dívidas de responsabilidade dos Municípios:

- mobiliária interna e externa;
- operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO);
- fundada junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras; e
- da administração indireta municipal previamente assumida pelo Município.

Da mesma forma que para os Estados, também foi estabelecido um limite de dispêndio mensal apurado sobre a RLR dos Municípios que, neste caso, é de 13%.

Ante a impossibilidade de se estabelecer um programa de ajuste fiscal para cada um dos Municípios que aderiram ao refinanciamento de dívidas, os contratos de refinanciamento estabeleceram condições mínimas de ajuste fiscal, como a exigência de adequação das despesas de pessoal à legislação em vigor e implantação de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos com alíquota média de no mínimo 11% da remuneração total e limite das despesas com aposentados e pensionistas ao máximo estabelecido na legislação em vigor.

Foram firmados contratos com 180 Municípios pertencentes a 17 Estados, aí incluídas nove capitais. A STN realiza o acompanhamento dos indicadores desses Municípios para efeito de aplicação da legislação pertinente.

A partir de 2010, em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, regulamentado pela Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, o acompanhamento dos indicadores se restringiu aos Municípios que utilizam do limite de pagamento previsto no inciso V do artigo 2º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001 ou que tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo, bem como aqueles que apresentaram pendências financeiras decorrentes de ação judicial que tenha como litígio o refinanciamento de dívidas realizado ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35/2001.

Diante disso, o acompanhamento abrangeu apenas 12 Municípios em 2015, conforme avaliação registrada na Nota nº 221/2015/COREM/STN, de 18 de dezembro de 2015.

1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real – RLR

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, para efeito de aplicação dos limites de comprometimento do pagamento do serviço da dívida, considerando-se o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496/1997, no art. 5º da Lei nº 10.195/2001, com redação dada pela Lei nº 11.533/2007, no art. 83 da Lei nº 12.249/2010, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001, nos arts. 1º e 3º da Portaria nº 447/2002 e no Parecer PGFN/CAF nº 1.331/2004.

Em 2014, a apuração da RLR dos Municípios também contemplou o disposto no art. 6º da Medida Provisória nº 618, de 5 de junho de 2013, convertida na Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013. Desta forma, foram publicadas as portarias divulgando os valores. Essas portarias também estão disponíveis na Internet no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional.

1.7.5. Verificação do Adimplemento com a União para efeito do disposto no inciso IV do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001

A Portaria MF nº 106, de 28 de março de 2012, regulamentou os procedimentos e as competências, no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, para fins de comprovação e divulgação, quanto ao adimplemento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios com a União, relativamente a financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto às garantias a operações de crédito que tenham sido, eventualmente, honradas, previstos no inciso VI do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional divulga, em seu sítio na Internet, as informações relativas a comprovação quanto ao adimplemento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto às garantias a operações de crédito, que tenham sido, eventualmente, honradas, para efeito de atendimento ao disposto no inciso VI do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

A comprovação de adimplemento constante desta página abrange o cumprimento de todas as obrigações, financeiras e acessórias, estabelecidas nos contratos de financiamento e refinanciamento concedidos pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, cujo controle e acompanhamento sejam da competência da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as obrigações de ressarcimento decorrentes da honra de aval pela União na condição de garantidora daqueles mesmos entes.

Esta comprovação integra informações de responsabilidade da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi) e da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem), da Secretaria do Tesouro Nacional, e é atualizada diariamente, tendo validade somente para a data em que for realizada a consulta.

1.7.6. Cálculo da Capacidade de Pagamento

A Nota nº 386/2012/COREM/STN, de 18 de maio de 2012, propôs nova metodologia de análise da Capacidade de Pagamento em substituição àquela prevista na Portaria MF nº 89, de 24 de abril de 1997. Assim, a partir 10 de setembro de 2012, as análises passaram a observar a metodologia estabelecida por intermédio da Portaria nº 306/2012, que revogou a Portaria MF nº 89/1997.

Além disso, as análises realizadas passaram a observar os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 543, de 18 de setembro de 2012.

Análises Efetuadas para Capacidade de Pagamento

As análises de capacidade de pagamento realizadas no período em questão estão discriminadas nos Quadros a seguir:

ESTADOS – NOTAS ELABORADAS EM 2015

UF	NOTA Nº	CLASSIFICAÇÃO	ALÇADA / ENQUADRAMENTO
AC	Nota nº 229/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 31 de dezembro de 2015	C+	MF
BA	Nota nº 40/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 05 de março de 2015	B	COREM
BA	Nota nº 106/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 03 de julho de 2015	B	COREM
ES	Nota n° 108/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 06 de julho de 2015	B	COREM
GO	Nota nº 92/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 24 de junho de 2015	D	MF
MT	Nota nº 101/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 01 de julho de 2015	C*2	STN
PA	Nota nº 89/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 23 de junho de 2015	A-	COREM
PB	Nota nº 150/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de agosto de 2015	B-	COREM
PB	Nota nº 111/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 07 de julho de 2015	B-	COREM
PI	Nota n° 50/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 29 de abril de 2015	C+	MF
PI	Nota n° 133/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de julho de 2015	C*3	STN
PR	Nota n° 125/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10 de julho de 2015	C+	MF
SE	Nota nº 102/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 01 de julho de 2015	C	MF
SE	Nota nº 137/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 19 de agosto de 2014	C	MF
SP	Nota n° 155/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 02 de setembro de 2015	C-	MF

Fonte: STN/Corem

MUNICÍPIOS – NOTAS ELABORADAS EM 2015

UF	NOTA Nº	CLASSIFICAÇÃO	ALÇADA / ENQUADRAMENTO
Santo André/SP	Nota nº 2/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 13 de janeiro de 2015	B	COREM
Laranjal Paulista/SP	Nota nº 41/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 06 de março de 2015	B	COREM
Sorocaba/SP	Nota nº 42/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 13 de março de 2015	A-	COREM
São Bernardo do Campo/SP	Nota nº 81/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 08 de junho de 2015	B+	COREM
Laranjal Paulista/SP	Nota nº 82/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 09 de junho de 2015	B-	COREM
Corumbá/MS	Nota nº 85/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 15 de junho de 2015	B+	COREM
Petrópolis/RJ	Nota nº 103/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 03 de julho de 2015	B	COREM
São Luís/MA	Nota nº 130/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 15 de julho de 2015	B-	COREM
Joinville/SC	Nota nº 138/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 31 de julho de 2015	A-	COREM
Lins/SP	Nota nº 142/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 10 de agosto de 2015	B	COREM
Governador Valadares/MG	Nota nº 149/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 20 de agosto de 2015	B	COREM
Ribeirão das Neves/MG	Nota nº 168/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 14 de outubro de 2015	B-	COREM
Santo André/SP	Nota nº 182/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 28 de outubro de 2015	B	COREM
Niterói/RJ	Nota nº 190/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 03 de novembro de 2015	A-	COREM
Manaus/AM	Nota nº 199/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 17 de novembro de 2015	B+	COREM
Fortaleza/CE	Nota nº 205/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 26 de novembro de 2015	B	COREM
Porto Alegre/RS	Nota nº 213/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 11 de dezembro de 2015	B	COREM
Belém/PA	Nota nº 223/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 21 de dezembro de 2015	B	COREM
Alagoinhas/BA	Nota nº 224/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 23 de dezembro de 2015	B	COREM
Teresina/PI	Nota nº 225/2015/COREM/SURIN/STN- DF, de 23 de dezembro de 2015	B	COREM

Fonte: STN/Corem

1.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

1.8.1. Aspectos Gerais

Conceituam-se como Operações Oficiais de Crédito (OOC) aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado.

Estas operações podem ser apresentadas na forma de financiamentos, subvenções econômicas, indenizações, aquisições e remissões de operações de crédito rural.

No exercício de 2015, estes recursos sob responsabilidade da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional (Copec) foram contempladas pela Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015), com o montante de R$ 20,124 bilhões, dos quais R$ 2,16 bilhões destinados à concessão de empréstimos, R$ 17,105 às subvenções econômicas e R$ 859 milhões às demais atividades (indenizações).

Ao longo do exercício, essas dotações registraram suplementações e cancelamentos, que elevaram os valores das rubricas para um total de R$ 39,985 bilhões.

A execução da despesa, no conjunto dessas operações, alcançou o montante de R$ 30.512.186 mil em 2015, sendo R$ 29.894.516,5 mil em subvenções econômicas e outros encargos e R$ 617.669,5 mil em operações de financiamento.

Houve também a execução de R$ 21.438.244 mil de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Ao final de 2015, foram inscritos R$ 5.564.708 mil em Restos a Pagar, englobando saldos remanescentes de exercícios anteriores.

Adicionalmente, houve descentralização de recursos para a UG 170600, no valor de R$ 894.183,5 mil, destinada à emissão de NTN-I vinculada às operações de equalização do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e para a UG 135100, no valor total de R$ 501.979 mil, para repasse de recursos de programas sob responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Durante 2015, as Operações Oficiais de Crédito registraram R$ 2.454.815 mil de receitas referentes à amortização e juros das diversas operações de financiamento e da alienação de estoques públicos.

1.8.2. Financiamento

Financiamento para Agricultura Familiar (Pronaf) - Lei nº 10.186/2001

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. A ação busca conceder crédito aos beneficiários do Pronaf que dificilmente teriam acesso a outras fontes de recursos do crédito rural junto às instituições financeiras.

Em 2015, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R$ 160 milhões, dos quais R$ 100,13 milhões foram executados ao longo do exercício.

Houve a inscrição de R$ 20,1 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo de 2016. A execução desta ação orçamentária seguiu a demanda por crédito por parte dos produtores rurais enquadrados no Pronaf junto aos bancos oficiais federais contratados pela União para a prestação de serviço.

Financiamento para Promoção das Exportações (Proex) - Lei nº 10.184/2001

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos aos exportadores (*supplier´s credit*) ou aos importadores (*buyer´s credit*) por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do Proex, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

Para o exercício de 2015, foi consignada a dotação orçamentária de R$ 2,0 bilhões. Houve execução durante o exercício de R$ 517,54 milhões, além de R$ 554,18 milhões relativos a Restos a Pagar do exercício anterior.

Ao final do exercício, foram cancelados R$ 2.394,52 milhões em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores, adequando o modelo de contabilização do programa às orientações das normas internacionais (*International Public Sector Accounting Standards* – Ipsas), em particular o IPSAS 19 (*Provisions, Contigent, Liabilities na Contigent Liabilities Assets*). Foram inscritos R$ 1,4 bilhão em Restos a Pagar/2015.

1.8.3. Subvenções Econômicas

Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros

Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário - Lei nº 8.427/1992

As operações de Custeio Agropecuário se constituem em financiamentos para prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de custear as despesas normais: do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa; de exploração pecuária; e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.

Esta ação contou com dotação orçamentária final de R$ 2,46 bilhões. Durante o exercício foram executados R$ 2,18 bilhões. Houve a inscrição de R$ 122 mil em Restos a Pagar 2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016.

Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários - Lei nº 8.427/1992

As operações de comercialização possuem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de comercialização rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por intermédio de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de proporcionar recursos financeiros aos beneficiários, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), para venda futura em melhores condições de mercado.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 161,9 milhões, dos quais foram executados R$ 101,46 milhões. Não houve a inscrição em Restos a Pagar/2015.

Subvenção Econômica para Agricultura Familiar Pronaf - Lei nº 8.427/1992

Esta ação visa prestar apoio financeiro aos agricultores e produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), bem como às suas associações e cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio e de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de subvenção econômica na forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, de concessão de rebates, de bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios e de remuneração às instituições financeiras federais que

prestam serviço de contratar operações de crédito com recursos da ação orçamentária "Financiamento para Agricultura Familiar".

Em 2015, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R$ 160 milhões, dos quais R$ 100,13 milhões foram executados ao longo do exercício. Houve a inscrição de R$ 20,1 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo de 2016.

Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial - Lei nº 8.427/1992

As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial tem a finalidade de prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de aplicar em bens ou serviços relacionados com a atividade agropecuária cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 1.392 milhões, montante que foi suplementado em R$ 660.000 milhões.

Do total de R$ 2 bilhões ao final do exercício, foram executados R$ 1,419 bilhões. Foram inscritos R$ 435 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016

Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural - Lei nº 9.866/1999

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento.

Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 5 pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nos. 9.866/1999 e 10.437/2002.

No exercício de 2015, esta ação orçamentária contou com dotação de R$ 410 milhões, dos quais foram executados R$ 62 milhões. Foram inscritos R$ 278,6 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016.

Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - Leis nº 9.126/1995 e nº 10.186/2001

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19 de junho de 1995, envolve a concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e bônus de adimplência, em financiamentos destinados ao controle da doença "vassoura-de-bruxa", detectada na lavoura cacaueira baiana em 1989.

O programa tem passado por sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores. Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25 de abril de 2002, que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações.

Além disso, a Resolução CMN nº 3.345, de 03 de fevereiro de 2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacauicultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02. A Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, alterada pelas Leis nº 11.922, de 13 de abril de 2009 e nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e que não foram renegociadas com base no do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

No orçamento de 2015, foram previstos R$ 7,1 milhões para atender a equalizações de juros do Programa. Contudo, esse valor não foi executado e nem inscrito em Restos a Pagar.

Subvenção Econômica para Promoção das Exportações (Proex) – Lei nº 10.184/2001

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização em duas modalidades: Financiamento e Equalização. Na modalidade Equalização, a subvenção econômica acontece na forma de equalização de taxas de juros nos financiamentos às exportações.

O crédito ao exportador é concedido diretamente por instituições financeiras nacionais ou estrangeiras e o Proex arca com parte dos encargos financeiros, de forma que o exportador brasileiro obtenha as mesmas condições de financiamento, em termos de encargos financeiros, de seus concorrentes no mercado internacional.

O *spread* de equalização do Proex é limitado a até 2,5% a.a. e definido em função do prazo de financiamento. A equalização é paga ao financiador por meio da Nota do Tesouro Nacional da série I (NTN-I), emitida em função do *spread* de equalização definido para a operação e indexada à variação cambial.

No exercício de 2015, foram consignadas dotações orçamentárias de R$ 1,5 bilhão para Equalização e R$ 94,7 milhões para o pagamento de despesas operacionais do Programa, totalizando R$ 1,59 bilhão. Foram executados R$ 300,24 milhões para emissão de NTN-I (descentralizado para UG 170600), sendo R$ 21,35 milhões referentes a Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Já para o pagamento de despesas operacionais foram executados R$ 37,15 milhões.

Em relação aos Restos a Pagar do exercício anterior, foram executados R$ 436,91 milhões para emissão de NTN-I e R$ 4,05 milhões para despesas operacionais. Ao final do exercício, foram cancelados R$ 822,18 milhões em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores, adequando o modelo de contabilização do programa às orientações das normas internacionais (*International Public Sector Accounting Standards* – Ipsas), em particular o IPSAS 19 (*Provisions, Contigent, Liabilities na Contigent Liabilities Assets*). Quanto aos Restos a Pagar/2015, foram inscritos R$ 1.072,24 milhões, sendo R$ 1.065,05 para emissão de NTN-I e R$ 7,18 milhões para despesas operacionais.

Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações - Lei nº 11.529/2007

A Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, autorizou a União a conceder subvenção, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros, em operações de financiamento, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinadas às empresas especificadas nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 11.529/2007. A subvenção de equalização de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e do *spread* do agente financeiro.

No exercício de 2015, esta ação orçamentária contou com dotação de R$ 10 milhões, dos quais foi executado R$ 1,1 milhão. A inscrição em Restos a Pagar/2015 foi de R$ 8,88 milhões, com previsão de pagamento ao longo de 2016.

Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Álcool Etílico Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais - Lei nº 12.666/2012

Esta ação tem como objetivo o pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à estocagem de álcool etílico combustível e à renovação e implantação de canaviais, com os objetivos de reduzir a volatilidade de preço e de contribuir para a estabilidade da oferta de álcool. A subvenção de equalização de taxas de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário e o custo da fonte, acrescido da remuneração dos agentes financeiros.

No exercício de 2015, esta ação orçamentária contou com dotação de R$ 43,77 milhões, dos quais foram executados R$ 35,61 milhões. Não houve inscrição em Restos a Pagar/2015.

Encargos Financeiros da União – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de que tratam as Leis nº 12.096/2009 e nº 12.409/2011

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição, produção

e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de granéis líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos; e a investimentos no setor de armazenagem nacional de grãos e açúcar, nos termos da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009.

Além disso, a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, autorizou a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais que tiveram a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal.

A regulamentação dessas medidas de apoio às regiões atingidas foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e demais itens.

Em 2015, a ação contou com dotação orçamentária de R$ 21,95 bilhões, já incluídos R$ 19,7 bilhões referentes às suplementações orçamentárias oriundas da Lei nº 13.181/2015, no valor de R$ 4,6 bilhões, e da Medida Provisória nº 702, de 17 de dezembro de 2015, no valor de R$ 15.1 bilhões de reais. Da dotação final de R$ 21,92 bilhões foram executados ao longo do exercício. Não houve inscrição em Restos a Pagar/2015.

Ao final de 2013, o programa contava com um limite de recursos passíveis de subvenção de R$ 372 bilhões, com prazo de contratação das operações até dezembro de 2014. Quando da conversão da MP nº 633/2013 na Lei nº 13.000, de 18 de junho de 2014, foi ampliado o volume total de recursos disponíveis em R$ 30 bilhões, passando de R$ 372 bilhões para R$ 402 bilhões.

Além disso, em novembro de 2014 foi incluído o setor de armazenamento nacional de açúcar entre os itens financiáveis. Finalmente, com a proximidade do término do prazo de contratação das operações, a Medida Provisória nº 663, de 19 de dezembro de 2014, convertida na Lei nº 13.132, de 09 de junho de 2015, elevou o limite total de financiamentos passíveis de subvenção de R$ 402 bilhões para R$ 452 bilhões e prorrogou o prazo de contratação das operações para até 31 de dezembro de 2015.

Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva, destinados a Pessoas com Deficiência - Lei nº 12.613/2012

Esta ação orçamentária é destinada a conceder subvenção econômica em operações de financiamento para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

Tais financiamentos têm como objetivo incluir socialmente e facilitar a equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência por meio do acesso a produtos e serviços assistivos, expandir o mercado consumidor e impulsionar a inovação tecnológica por meio da produção doméstica de produtos e serviços assistivos.

Para o exercício de 2015, foi consignada no orçamento a dotação de R$ 15 milhões. As despesas pagas corresponderam a R$ 3,197 milhões referentes ao orçamento de 2015. Foram inscritos R$ 500 mil em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016.

Equalização de Preços e Outros Encargos

Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos (AGF) - Lei nº 8.427/1992

Esta ação representa a concessão de subvenção econômica, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente à parcela do custo de aquisição do produto, que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos, e à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque.

A ação visa evidenciar o subsídio econômico decorrente das operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da PGPM efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do instrumento de Aquisição do Governo Federal (AGF).

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal – AGF contou com dotação orçamentária final de R$ 640 milhões. Foram executados R$ 157 milhões. Não houve inscrição em Restos a Pagar/2015.

Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos (AGF- AF) - Lei nº 8.427/1992

Esta ação visa resguardar as operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do instrumento de Aquisição do Governo Federal (AGF), cuja produção seja feita por agricultores familiares, por intermédio da concessão de subsídio para pagamento da parcela do custo de aquisição de produto que exceder o valor obtido na sua venda, acrescida da despesa vinculada ao carregamento dos produtos em estoque.

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar (AGF-AF) contou com dotação orçamentária de R$ 50 milhões. Não houve execução ao longo do exercício e nem inscrição em restos a pagar.

Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários - Lei nº 8.427/1992

Esta subvenção econômica é concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ou ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado.

Desta forma, a ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de Equalização pago ao Produtor (Pepro), Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas (Prop) e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

Em 2015, a ação registrou a dotação orçamentária inicial de R$ 2.650 milhões, dos quais R$ 960 milhões foram cancelados.

A partir do exercício de 2014 passou a haver a descentralização de crédito (Termo de Execução Descentralizada nº 1, de 21/01/2015) e o respectivo repasse de recursos dessa ação para a UG 135100 – Conab, que é a responsável pela operacionalização do programa, de modo que houve a descentralização de R$ 497 milhões durante o período.

A dotação orçamentária sinaliza ao mercado que o Governo Federal poderá intervir para garantir ao produtor rural um preço mínimo na venda de seus produtos, desde que estejam abrangidos pela PGPM, sem a necessidade da aquisição do mesmo pela Conab. Desta forma, os valores disponíveis foram suficientes para cumprir esse papel.

Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar - Lei nº 8.4271992

Subvenção econômica concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente:

- à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado;
- no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação;
- ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado;
- ou, no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de

venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326/2006, ou por suas cooperativas e associações.

Desta forma, esta ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) produzidos por agricultores familiares, por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de Equalização pago ao Produtor (Pepro), Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas (Prop) e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

A ação contou com dotação orçamentária de R$ 150 milhões em 2015. Destaque-se que, a partir desse exercício, passou a haver a descentralização e repasse de recursos dessa ação orçamentária para a UG 135100 – Conab (Termo de Execução Descentralizada nº 2, de 21/01/2015).

O desempenho da ação depende, exclusivamente, da utilização dos instrumentos de Garantia e Sustentação de Preços especificamente para agricultores familiares, cuja execução está a cargo da Conab.

Desse modo, foram descentralizados R$ 4,95 milhões. Além disto, foi repassado à Conab de financeiro o valor de R$ 4.598 milhões no exercício 2016.

Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) - Lei nº 12.844/2013

Esta ação orçamentária objetiva conceder Subvenção Econômica, sob a forma de rebate, para liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos de fontes públicas, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cujo ônus seja de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme previsto pelo art. 8º da Lei nº 12.844/2013.

No exercício de 2015, foram alocados inicial de R$ 135,6 milhões para esta ação orçamentária. Entretanto, não houve execução durante o período. Foram inscritos R$ 44 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo de 2016.

Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de Capital de Giro para Agroindústrias, Indústrias de Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Cooperativas Agropecuárias - Lei nº 11.922/2009

Esta ação destina-se ao pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias.

A equalização de juros corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

No orçamento de 2016, foram previstos R$ 145 milhões para atender a equalizações de juros do Programa. Esta ação foi aberta por meio de crédito especial por meio da Lei nº 13.223, de 23 de dezembro de 2015, publicada no DOU no dia 24/12/2015.

Como não houve tempo hábil para realizar o processo de execução de despesa pública, optou-se por reabrir este crédito no exercício de 2016 com previsão de execução ao longo desse exercício.

Outras subvenções Econômicas

Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado - Lei nº 11.110/2005, e MP nº 543/2011

Esta ação orçamentária foi criada para o pagamento de subvenção sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.

A subvenção corresponde a montante fixo por operação contratada e tem como objetivo fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito, por meio do apoio às instituições financeiras do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Para o exercício de 2015, não foi publicada Portaria que estabelece as condições para pagamento de equalização do Programa Crescer no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) para o exercício de 2015. Assim, não houve execução orçamentária para este exercício.

Encargos Financeiros da União - Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional - Lei nº 12.7122012

Por meio desta ação orçamentária será realizada a concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais para atuarem como agentes operadores em operações de investimento no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento Regional da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO). A subvenção econômica corresponde ao diferencial entre os encargos cobrados do tomador final do crédito e o custo da fonte de recursos acrescido da remuneração a que fazem jus os agentes financeiros.

Em 2015, a ação contou com dotação orçamentária de inicial de R$ 200 milhões, dos quais R$ 145 milhões foram cancelados para compensar a suplementação de outra ação orçamentária.

Da dotação final de R$ 55 milhões, R$ 11,01 milhões foram executados ao longo do exercício. A inscrição em Restos a Pagar/2015 foi de R$ 26 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2016.

1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas

Encargos Financeiros da União (EFU) - Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) - Lei nº 8.171/1991.

O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei nº 8.171, de 14 de janeiro de 1991) e/ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29 de setembro de 2004.

Para a efetivação das indenizações e restituições devidas aos produtores rurais e suas cooperativas, a União complementa a receita proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores por meio da alocação de recursos adicionais no orçamento, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23 de agosto de 2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil (BCB), na condição de gestor do Programa. Em 2015, foram alocados R$ 859 milhões para esta ação orçamentária, dos quais R$ 131 milhões foram cancelados para compensar a suplementação de outra ação orçamentária. Não houve execução durante o período. No entanto, foram inscritos R$ 490 milhões em Restos a Pagar/2015, com previsão de execução ao longo de 2016.

1.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

1.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens

A União contratou, durante o exercício de 2015, operações de crédito externo no valor total de US$ 245,3 milhões e SEK 39,9 bilhões (Coroa Sueca), firmado com o *Swedish Export Credit Corporation – AB SEK* (*AB SVENSK EXPORTKREDIT*).

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS - 2015

CREDOR		DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR CORRESPONDENTE EM (US$)
Swedish Export Credit Corporation	AB SEK (AB SVENSK EXPORTKREDIT)	25/08/2015	Programa Aeronave de Combate F-X2	4.722.766.460,71
Swedish Export Credit Corporation	AB USD (AB SVENSK EXPORTKREDIT)	25/08/2015	Programa Aeronave de Combate F-X2	245.325.000,00
TOTAL				4.968.091.460,71

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31/12/2015

A seguir as informações de Doações recebidas no ano de 2015.

DOAÇÕES - 2015

CREDOR	DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR (US$)
BID	17/09/2015	Convênio de Cooperação Técnica não-reembolsável nº ATN/SX-14218-BR – Implantar o Inventário Florestal Nacional no Bioma Cerrado	16.450.000,00
TOTAL			16.450.000,00

Na tabela a seguir, a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União de 2004 até 2015, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO - 2004 A 2015
(US$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Financiamento de Projetos	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08	1.315,00	415,40	93,10	18,00	32,05	4.968,10
Doações	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	0,00	1,27	0,45	0,00	0,00	16,45
TOTAL	1.190,97	2.355,76	1.310,38	732,44	8,44	3.125,46	1.315,00	416,67	93,55	18,00	32,05	4.984,55

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2015

1.9.2. Concessão de Garantias Externas

No ano de 2015 foram concedidas garantias externas no montante de US$ 225,00 milhões, destinados aos Estados, Municípios e Entidades Controladas, junto a Organismos Multilaterais e instituições financeiras.

CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 A 2015
US$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 A 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
GARANTIAS CONCEDIDAS	12.496,23	7.401,63	2.188,93	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00
- GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	3.078,47	1.060,00	673,66	-	-		-
- GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	9.417,76	6.341,63	1.515,27	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2015

A seguir a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2015, com os respectivos mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

CONTRATOS DE DÍVIDA EXTERNA ASSINADOS EM 2015 COM GARANTIA DA UNIÃO
US$ MILHÕES

CONTRATO	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR CONTRATADO	DESCRIÇÃO
BIRD 8353-BR	Governo do Estado do ES	28/09/2015	USD	225.000.000,00	Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem do Espírito Santo

Fonte: Relação de Contratos da PGFN/COF em 31/12/2015

1.9.3. Concessão de Garantias Internas

Quanto aos Grupos de garantias e contra garantias internas, foram concedidas (formalizadas) no ano de 2015 o montante de R$ 6.850,33 milhões, sendo que, desse valor, 8,3% foram destinados a Estados, 7,0% a Municípios e 84,7% a Entidades Controladas.

CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2014 E 2015
R$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO	2015
GARANTIAS CONCEDIDAS	6.850,33
- GARANTIAS A ESTADOS	567,79
- GARANTIAS A MUNICÍPIOS	482,54
- GARANTIAS A ENTIDADES CONTROLADAS	5.800,00

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)

CONTRATOS DE DÍVIDA INTERNA ASSINADOS EM 2015
COM GARANTIA DA UNIÃO

CONTRATO DE GARANTIA	MUTUÁRIO / EXECUTOR	DATA DE ASSINATURA	CREDOR	VALOR (R$)	DESCRIÇÃO
001 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB	500.000.000,00	Contrato de Financiamento - Lei Distrital nº 5.391/2014
003 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB	67.786.728,82	Contrato de Financiamento - Lei Distrital nº 5.001/2012 e 5.282/2013
005 PGFN-CAF	Município de Mauá - SP	30/01/2015	CAIXA	482.540.014,92	Contrato de Confissão e Reneg. de Dívida - Lei Municipal nº 4.880/2013
010 PGFN-CAF	Eletrobras Termonuclear S/A	17/07/2015	CAIXA	3.800.000.000,00	Aquisição de equipamentos importados e pagamento de serviços internacionais para a Usina Termonuclear Angra 3
016 PGFN-CAF	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	29/12/2015	BNDES	2.000.000.000,00	Financiamento de Projetos de Inovação Tecnológica - Resolução CMN 4300/2013; Lei 12.096/2009
TOTAL				6.850.326.743,74	

Fonte: STN/Codiv. Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2015

CONCESSÃO DE CONTRA GARANTIAS INTERNAS – 2015

CONTRATO DE CONTRA GARANTIA	MUTUÁRIO / EXECUTOR	DATA DE ASSINATURA	CREDOR	VALOR (R$)	DESCRIÇÃO
002 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB e BRB	500.000.000,00	Contrato de Vinculação de Receitas e Cessão de Crédito em Contra garantia
004 PGFN-CAF	Governo do Distrito Federal - DF	30/01/2015	BB e BRB	67.786.728,82	Contrato de Vinculação de Receitas e Cessão de Crédito em Contra garantia
006 PGFN-CAF	Município de Mauá - SP	30/01/2015	BB	482.540.014,92	Contrato de Vinculação de Receitas e Cessão de Crédito em Contra garantia
009 PGFN-CAF	Eletrobras Termonuclear S/A	13/07/2015	CAIXA	3.800.000.000,00	Contrato de Penhor em Contra garantia
TOTAL				4.850.326.743,74	

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv). Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31/12/2015

1.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contra garantias

Os quadros a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no ano de 2015, e as respectivas contra garantias vinculadas, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), o Seguro de Crédito à Exportação - IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade (FGPC), o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) e o Excedente Único de Riscos Extraordinários (EURE/IRB). Os saldos das Garantias e das Contra garantias a seguir relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015.

SALDO DEVEDOR DAS GARANTIAS CONCEDIDAS

R$ 1,00

31/12/2015	
Externa	110.609.454.703,35
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	110.609.454.703,35
Agências Governamentais	6.988.611.923,83
Banco Federal	456.062.481,11
Empresas Privatizadas	2.048.224,36
Estados e Municípios e Entidades Controladas	6.120.740.608,57
Estatais Federais	409.760.609,79
Bancos Privados	7.839.082.826,24
Banco Federal	357.010.285,60
Estados e Municípios e Entidades Controladas	7.443.024.540,64
Estatais Federais	39.048.000,00
Organismos Multilaterais	95.781.759.953,28
Banco Federal	15.729.851.857,40
Estados e Municípios e Entidades Controladas	78.671.696.035,79
Estatais Federais	1.380.212.060,09
Interna	194.878.972.142,84
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	120.622.062.707,75
Banco Federal	111.360.409.614,21
Banco Federal	7.467.368.877,20
Estados e Municípios e Entidades Controladas	86.121.306.262,65
Estatais Federais	17.771.734.474,36
Bancos Privados	1.201.639.525,30
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.201.639.525,30
Fundos Credores	8.060.013.568,24
Banco Federal	8.060.013.568,24
Outras Garantias nos Termos da LRF	74.256.909.435,09
Exportadores	46.466.238.210,11
Estatais Federais	1.142.135.334,94
Fundos Devedores	45.324.102.875,17
Fundos Credores	23.550.327.080,18
Estatais Federais	4.424.990.407,91
Fundos Devedores	56.532.316,08
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	18.274.232.615,00
Seguros Garantias	794.571.741,19
Outros Países	4.240.344.144,80
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (*Refundment Bond*)	4.240.344.144,80
TOTAL GERAL	305.488.426.846,19

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)

SALDO DAS CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS
R$ 1,00

31/12/2015	
Externa	98.748.873.213,23
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	98.748.873.213,23
Agências Governamentais	6.602.451.683,61
Banco Federal	69.902.240,89
Empresas Privatizadas	2.048.224,36
Estados e Municípios e Entidades Controladas	6.120.740.608,57
Estatais Federais	409.760.609,79
Bancos Privados	7.638.264.540,64
Banco Federal	156.192.000,00
Estados e Municípios e Entidades Controladas	7.443.024.540,64
Estatais Federais	39.048.000,00
Organismos Multilaterais	84.508.156.988,98
Banco Federal	4.456.248.893,10
Estados e Municípios e Entidades Controladas	78.671.696.035,79
Estatais Federais	1.380.212.060,09
Interna	135.892.430.882,35
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	112.562.049.139,51
Banco Federal	111.360.409.614,21
Banco Federal	7.467.368.877,20
Estados e Municípios e Entidades Controladas	86.121.306.262,65
Estatais Federais	17.771.734.474,36
Bancos Privados	1.201.639.525,30
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.201.639.525,30
Fundos Credores	23.330.381.742,84
Banco Federal	19.090.037.598,04
Outras Garantias nos Termos da LRF	21.233.241,85
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	18.274.232.615,00
Seguros Garantias	794.571.741,19
Outros Países	4.240.344.144,80
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (*Refundment Bond*)	4.240.344.144,80
TOTAL GERAL	234.641.304.095,58

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)

1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2015, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta, tendo em vista o controle e acompanhamento das operações, intervenções junto aos devedores pela Secretaria do Tesouro Nacional, monitorando os eventuais atrasos, estabelecendo prazos para regularização das pendências e alertando para as sanções, penalidades e consequências previstas nos contratos e na legislação pertinente.

EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO - 2004 A 2015
US$ MILHÕES

MUTUÁRIO	GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO	EVOLUÇÃO (%)	
	2004	2005 A 2015	2004/2015
Administração Estadual	11,86	-	-
- Adm Est. Direta	2,25	-	-
- Adm Est. Indireta	9,61	-	-
Administração Municipal	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-
TOTAL	11,86	-	-

Fonte: STN/ Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)

Securitização de Dívidas

Uma parcela importante dos chamados passivos contingentes da União vem sendo regularizada por meio do instrumento da securitização, ou seja, pagamento, aos credores, mediante a emissão de títulos Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), após o devido reconhecimento das obrigações, na forma da lei e regulamentos.

As estimativas quanto ao montante das obrigações da União a serem regularizadas por meio da securitização são formadas a partir da situação dos processos que as representam, no que diz respeito à documentação e legislação aplicável. A efetiva conclusão desses processos, com a emissão dos créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, leva em conta, também, as metas definidas pelo Governo Federal para o ajuste fiscal do País. As chamadas dívidas em processo de reconhecimento, de acordo com sua origem, podem ser classificadas em três categorias predominantes, como mostra a Tabela a seguir, que contém as estimativas do estoque dessas obrigações, posicionadas em 31/12/2014 e 30/11/2015:

DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOURO NACIONAL
(EM R$ BILHÕES)

ORIGEM	POSIÇÃO EM 31/12/2014		POSIÇÃO EM 30/11/2015	
	R$ BILHÕES	%	R$ BILHÕES	%
Liquidação/Extinção	6,8	5,8	8,4	7,0
Dívida Direta	7,0	6,0	8,0	6,7
Diversos	3,8	3,3	4,4	3,7
VAF3	1,3	1,1	1,4	1,2
Criação Estados	1,9	1,6	2,2	1,8
Subsídios Concedidos	102,8	88,2	103,8	86,4
Novação FCVS	97,1	83,3	97,8	81,4
VAF4	5,7	4,9	6,0	5,0
Total	116,6	100,00	120,2	100,0

Fonte: Gerob/Cofis/STN/MF

Notas: (i) os Valores de Avaliação de Financiamento (VAF 3 e VAF 4) decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10.150, de 21/12/2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 24/8/2001; e (ii) os valores indicados como "Novação FCVS", assim como os relativos ao VAF3 e ao VAF4, foram fornecidos pela Caixa Econômica Federal (Caixa).

Em 31/1/2015, a estimativa do estoque de passivos contingentes em processo de reconhecimento no TN era de R$ 117,2 bilhões, conforme detalhado na tabela acima[15].

Os valores da tabela correspondem a previsões que não indicam, necessariamente, os valores exatos das securitizações a serem concluídas. A metodologia de cálculo empregada para a atualização monetária desses valores é descrita a seguir:

- Os valores em moeda nacional são atualizados por índices de preços, acrescidos de juros;
- Os valores em moeda estrangeira são atualizados pelas respectivas taxas de câmbio (taxa de venda), obtidas no Sisbacen;
- Os saldos da dívida do FCVS assim como os relativos aos VAF3 e VAF4 são fornecidos pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de Administradora do FCVS.

Contribuem para a alteração do estoque desses passivos entre dois períodos, a atualização dos saldos, conforme sistemática descrita acima, os registros de novas dívidas e as baixas provocadas pelos contratos celebrados ou que foram considerados não passíveis de securitização.

O reconhecimento de uma dívida, propriamente dito, ocorre em fase anterior ao ingresso dos autos no Ministério da Fazenda (MF).

Dá-se, por exemplo, durante o processo de liquidação dos órgãos/entidades extintos por força de lei, ou é formalizado pela Administradora do FCVS, em se tratando das dívidas desse Fundo com agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O processo assim constituído tramita, então, no MF, (STN e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN), onde ocorrem as fases de análise documental, avaliação da conveniência e oportunidade, renegociação financeira e análise jurídica.

Caso as manifestações sejam favoráveis, sucedem a autorização ministerial, a celebração do contrato de novação e, finalmente, a emissão dos ativos securitizados em favor do credor.

No exercício 2015, seis processos cumpriram esse rito, e foram concluídos: um referente a criação do Estado de Roraima – RR, outro decorrente da liquidação do Banco de Roraima S.A. (Banroraima) e quatro de novação de dívidas do FCVS, principal passivo contingente da União. Seguem detalhes desses processos.

- Regularização de obrigações de responsabilidade da União, com a Caixa Econômica Federal, decorrentes da transformação, em Estado, do antigo Território Federal de Roraima, no valor de R$ 168,1 milhões, posição em 8/1/1998, correspondentes a R$ 1,45 bilhão, posição em 31/10/2015, mediante a emissão da seguinte cesta de títulos da DPMFi:
  - *(i) 25,44% em Letras do Tesouro Nacional (LTN), com vencimento em 1º/1/2018;*
  - *(ii) 20,35% em LTN, com vencimento em 1º/1/2019;*
  - *(iii) 20,35% em Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B com vencimento em 15/8/2024;*
  - *(iv) 15,26% em NTN-B com vencimento em 15/8/2030; (v) 5,09% em NTN-B com vencimento em 15/5/2045;*
  - *(vi) 10,18% em NTN-B com vencimento em 15/8/2050; e*
  - *(vii) 3,34% em NTN-F com vencimento em 1º/1/2023;*
- Regularização de obrigações do extinto Banco de Roraima S.A. (Banroraima), sucedido pela União, com a Caixa, no valor de R$ 5,9, posição em 8/1/1998, correspondente a R$ 23,97 milhões, posição em 31/8/2015, mediante a emissão de NTN-F, com vencimento em 1º/1/2023.
- Nas quatro novações do FCVS de 2015, foram emitidos 788.282 ativos CVSA, 56.497 ativos CVSB, 9.465 ativos CVCC e 1.064 ativos CVSD, no valor total de R$ 3,7 bilhões.

15 O valor total das dívidas em processos de reconhecimento no âmbito da STN será revisto para 2016, tendo em visto trabalho de depuração da base de processos administrativos.

1.10. AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO

1.10.1. Banco da Amazônia S.A.

Atuação Estratégica

Com 73 anos de existência, o Banco da Amazônia é uma instituição financeira pública federal de caráter regional que se destaca como o principal agente do Governo Federal na execução das políticas, planos e programas governamentais voltados para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, além de realizar todas as atividades bancárias tradicionais.

O Banco da Amazônia atua alinhado às orientações estratégicas do Governo Federal contidas:

- no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, conhecido como "Plano Mais Brasil";
- na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- no Plano Amazônia Sustentável (PAS);
- no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- na Política Nacional de Agricultura Familiar;
- na Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais;
- na Política Nacional de Turismo (PNT);
- no Plano Brasil Maior;
- no Plano Brasil Sem Miséria;
- no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC);
- no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA);
- no Programa Mais Cultura;
- na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e
- nas políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura, além das políticas e prioridades dos Estados da Região Norte.

O Banco da Amazônia apoia, prioritariamente, iniciativas empreendedoras que visem à utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Além disso, busca a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; o incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; a disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo, para o segmento da agricultura de base familiar; o apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas Instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na Região; e ações de fomento balizadas em políticas integradas com os Governos Federal e estaduais e outras Instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

Missão e Visão

Tendo como missão "promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da execução de políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros", o Banco da Amazônia tem desempenhado um papel preponderante na redução das desigualdades sociais no contexto amazônico, contribuindo, por meio de seus financiamentos, para a geração de emprego e renda na Região, a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a diminuição do êxodo rural e a erradicação da pobreza extrema.

A visão estratégica do Banco da Amazônia para os próximos anos é de "ser reconhecido como Banco de resultados sólidos, parceiro no desenvolvimento sustentável da Amazônia, que oferece produtos e serviços de qualidade, com processos eficientes e colaboradores capacitados e motivados". Para tanto, o Banco da Amazônia tem como valores: a Ética e a Transparência; o Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável; a Proatividade; o Respeito à Diversidade; o de ser Agente de Mudança; a Gestão Compartilhada; o Desenvolvimento de Competências e Meritocracia; o Relacionamento e Comunicação; e as Decisões Colegiadas.

Fomento, Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

A tabela abaixo apresenta as aplicações, referentes ao exercício 2015, por fonte de recurso, por região (Estado) e setor de atividade (rural/não rural).

OPERAÇÕES CONTRATADAS - EXERCÍCIO 2015
R$ 1,00

ESTADO	FNO				OGU		DEMAIS FONTES*				TOTAL GERAL	
	RURAL		NÃO RURAL		RURAL		RURAL		NÃO RURAL			
	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR
Acre	1.868	116.273.323	356	55.730.304	0	0	43	1.569.025	0	0	2.267	173.572.651
Amazonas	1.539	48.169.232	720	253.797.962	0	0	0	0	0	0	2.259	301.967.194
Amapá	462	9.361.803	211	46.799.091	0	0	0	0	0	0	673	56.160.894
Maranhão	0	0	0	0	598	1.494.434	300	126.036.034	20	15.724.207	918	143.254.675
Mato Grosso	0	0	0	0	25	62.500	165	315.063.567	11	4.249.379	201	319.375.446
Pará	10.565	646.483.651	1.763	339.698.212	0	0	0	0	0	0	12.328	986.181.863
Rondônia	3.757	591.221.056	727	213.260.174	0	0	1	1.322.526	0	0	4.485	805.803.755
Roraima	177	13.738.919	181	14.789.960	0	0	0	0	0	0	358	28.528.880
Tocantins	2.413	658.673.508	765	139.417.554	0	0	0	0	0	0	3.178	798.091.062
TOTAL GERAL	20.781	2.083.921.492	4.723	1.063.493.256	623	1.556.934	509	443.991.151	31	19.973.586	26.667	3.612.936.420

* Demais Fontes contemplam as fontes de recursos: BNDES, FDA, FMM, Poupança Rural e Recursos Próprios.
Fonte: Banco da Amazônia (Base nov/2015)

Avaliação Circunstanciada do Impacto Fiscal das Atividades do BASA

No exercício de 2015, representaram ingressos nas contas do Tesouro Nacional os recolhimentos efetuados pelo Banco da Amazônia S.A. relativos a Imposto de Renda (IRPJ), contribuições sobre receitas (PIS/PASEP e Cofins) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

No exercício de 2015, o Banco da Amazônia recolheu ao Tesouro Nacional, na forma de tributos e juros sobre capital próprio, o montante de R$354.702 mil, conforme demonstrado na tabela abaixo:

RECOLHIMENTOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2015

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR (R$) MIL
IRPJ	133.195
COFINS	81.481
PIS/PASEP	13.278
CSLL	82.304
JUROS S/ CAPITAL PRÓPRIO	44.444
TOTAL DE RECOLHIMENTOS	354.702

Fonte: Banco da Amazônia

Os valores apresentados foram obtidos de documentos que comprovam os recolhimentos efetuados e sintetizam as principais transações de natureza fiscal realizadas pelo Banco durante o exercício. Com relação ao FNO, as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do Fundo.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO FNO
R$ MILHÕES

SALDO EM 2014	ENTRADAS	SAIDAS	SALDO EM 2015
18.830,08	16.056,02	14.061,25	20.824,85

Fonte: Banco da Amazônia

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco da Amazônia mantém relações financeiras, apresenta-se a seguir o quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

MOVIMENTAÇÃO COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNO
R$ MIL

FUNDOS	SALDO EM 2014	INGRESSOS JUROS E CORREÇÃO	PAGAMENTOS	SALDO EM 2015
FAT	28.795	3.410	8.495	23.710
FMM	151.225	117.494	9.312	259.407
STN	44.589	1.827	8.562	37.854
STN RECOOP	18	-	8	10

Fonte: Banco da Amazônia

Avaliação Sobre as Politicas de Aplicação de Recursos à Luz das Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2015

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Operacionalizado pelo Banco da Amazônia, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) representa o principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento sustentável da Região Norte. Criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/89, o Fundo destina-se ao financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região, sendo seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados.

As diretrizes estratégicas do FNO estão voltadas para:

- a concessão de financiamentos aos setores produtivos da Região Norte, inclusive comércio e prestação de serviços;
- o tratamento preferencial aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos produtores rurais e empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar;
- a valorização do associativismo e cooperativismo de produção, bem como das populações tradicionais da Região (ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, entre outros povos) e dos agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária;
- o apoio aos Municípios com comprovada carência socioeconômica;
- o incentivo aos empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão-de-obra locais e aos que produzam alimentos básicos para o consumo da população; e
- o estímulo a projetos com sustentabilidade socioambiental.

Em 2015, o Fundo foi operacionalizado através de cinco programas de financiamento: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-Pronaf), Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável), Programa de Financiamento da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade), Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC), Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI).

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Apoio ao Programa Estruturante de Desenvolvimento do País do Governo Federal, Financiando projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia. O Banco da Amazônia já financiou 44 projetos no âmbito do PAC, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo do Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O volume financiado ultrapassou a casa dos R$ 7,2 bilhões.

Apoio ao Desenvolvimento do Agronegócio Regional

O Banco da Amazônia segue apoiando o Agronegócio Regional, em bases sustentáveis, estimulando o processo produtivo e as atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio na região. As linhas e programas oferecidos pelo Banco da Amazônia apoiam diversas etapas produtivas e comerciais dos setores de apicultura, aquicultura, avicultura, floricultura, ovinocaprinocultura, pecuária leiteira, sericultura, suinocultura e etc. visando incrementar a produtividade, a produção e a melhoria dos padrões de qualidade dos produtos oriundos dessas atividades e o consequente aumento de suas vendas nos mercados interno e externo, com reflexos nos níveis de emprego e renda nas regiões assistidas.

Ampliação da base de clientes e apoio aos empreendimentos de menor porte

O Banco da Amazônia mantém a preocupação em ampliar sua base de clientes, estendendo seus créditos para novos empreendedores regionais. Ao mesmo tempo, segue apoiando e priorizado os empreendimentos de menor porte (agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte), com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar.

Apoio ao Turismo Regional Sustentável e à Cultura Amazônica

O Banco da Amazônia apoia o Turismo Regional, em bases sustentáveis, na Região Norte, sendo este segmento estratégico no contexto da economia regional considerando sua imensa potencialidade para a geração de emprego e elevado efeito multiplicador de renda.

O apoio do Banco da Amazônia ao segmento turístico obedece às estratégias definidas no Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, o qual é elaborado anualmente pela Instituição, em consonância com a Política Nacional de Turismo e com as políticas estaduais voltadas para o segmento. A cultura amazônica é apoiada pelo Banco da Amazônia através do Programa "Amazônia Mais Cultura", o qual se encontra devidamente alinhado à agenda social do Governo Federal e às estratégias de atuação da Instituição.

Apoio às populações Tradicionais da Amazônia

A Garantia do território da população tradicional da Amazônia é de fundamental importância para a manutenção da sua biodiversidade. Nesse contexto, o Banco da Amazônia principal agente de indução ao Desenvolvimento Regional, vem apoiar os ribeirinhos, extrativistas,

quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, ditos como "Povos Tradicionais", que historicamente, sempre foram excluídos das políticas governamentais. nos níveis de emprego e renda nas regiões assistidas.

Apoio à implantação de projetos estruturantes na Região

O Banco da Amazônia tem contribuído para a implantação de importantes projetos estruturantes na Região Amazônica, estimulando, assim, a construção da plataforma necessária para a expansão do desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Atuando em alinhamento com o PAC do Governo Federal, o Banco da Amazônia apoia os projetos estruturantes na Região, contemplando setores estratégicos da economia regional.

Iniciativas do Banco da Amazônia como Agente das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Amazônica

Na condição de agente financeiro do Governo Federal na Região Amazônica, o Banco da Amazônia atua em consonância com as políticas, planos e programas governamentais voltados ao desenvolvimento regional sustentável. Entre as ações desenvolvidas pela Instituição em apoio às iniciativas do Governo Federal para a Amazônia destacam-se:

- apoio à Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) financiando atividades produtivas desenvolvidas em áreas de colonização;
- participação no Plano Safra do Governo Federal financiando a produção dos agricultores familiares da Região;
- incentivo às micro e pequenas empresas desenvolvendo ações voltadas à ampliação do atendimento aos empreendedores do segmento e à melhoria do acesso ao crédito;
- apoio aos empreendedores individuais através da concessão de financiamentos para potencializar suas atividades econômicas desenvolvidas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados;
- adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, através da operacionalização do Programa "Amazônia Florescer", possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica;
- estímulo ao desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis mediante a criação do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, em consonância com a Política Nacional de Turismo;
- incentivo à cultura amazônica por meio do Programa "Amazônia Mais Cultura";
- contribuição com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais participando como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL) e apoiando a formação e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em todos os Estados da Amazônia Legal;
- apoio ao Programa de Aceleração do crescimento (PAC) do Governo Federal mediante o financiamento de projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia;
- contribuição com o Plano "Brasil Maior" do Governo Federal apoiando a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior voltada para a Amazônia visando à alavancagem da competitividade da indústria nos mercados interno e externo;
- contribuição com o Plano "Brasil Sem Miséria" do Governo Federal por meio do apoio financeiro aos setores produtivos, suporte à produção e concessão de patrocínio;
- estímulo ao desenvolvimento de atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio regional, da produção de biodiesel e da pesca e aquicultura;
- incentivo ao incremento da produção pesqueira regional financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura;
- apoio ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas na Amazônia destinando recursos para instituições regionais de ensino e pesquisa, com o objetivo de convergir conhecimento científico e/ou buscar alternativas e avanços tecnológicos que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável; e
- apoio às populações tradicionais da Amazônia como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, que historicamente sempre foram excluídas das políticas governamentais.

Formação de alianças institucionais e Ação Integrada com os Governos Estaduais e Municipais

O Banco da Amazônia tem procurado consolidar um amplo e sólido sistema de alianças com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada visando à construção de arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias, que possibilitem a superação dos desafios existentes e, em decorrência, a transformação das potencialidades regionais em reais oportunidades de negócios sustentáveis.

Entre o conjunto de ações visando o fortalecimento das alianças institucionais destaca-se o planejamento participativo adotado pelo Banco da Amazônia referente à aplicação das fontes de recursos financeiros sob sua gestão, especialmente o FNO.

Anualmente, o Banco da Amazônia realiza, em todos os Estados da Amazônia, encontros com seus parceiros institucionais com a finalidade de discutir o planejamento da aplicação dos recursos financeiros para os exercícios subsequentes, bem como, a busca da eficiência, eficácia e efetividade na alocação dos recursos, com vistas a maximizar os benefícios da natureza econômica, social e ambiental decorrentes das suas ações creditícias.

O Banco da Amazônia planeja e realiza a aplicação dos recursos financeiros sob sua gestão em consonância com as prioridades econômicas definidas nos programas de governo dos Estados da Região, sendo que referidas prioridades constam nos planos de aplicação dos recursos financeiros dos Estados, os quais são elaborados anualmente pelo Banco da Amazônia.

Para tornar as ações planejadas em iniciativas com maior força político-institucional, baseadas nos princípios da gestão compartilhada e da corresponsabilidade, o Banco da Amazônia, através de sua Alta Gestão, tem firmado Protocolos de Intenções com os governos dos Estados e as prefeituras municipais visando a implementação de ações voltadas para a expansão dos financiamentos, sobretudo do FNO, e em decorrência o fortalecimento do desenvolvimento sustentável dessas localidades.

1.10.2. Banco do Brasil S.A

Constituído sob natureza de pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista, o Banco do Brasil S.A. (BB) tem como acionista controlador a União. Além da atuação competitiva e lucrativa no mercado financeiro, o BB agrega a função de agente de desenvolvimento econômico e social. Assim, como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, atua na concessão de crédito de forma responsável a pessoas físicas e jurídicas em diferentes setores da economia.

O BB atua como agente financeiro de Fundos e Programas governamentais que têm como principal finalidade a destinação de recursos de fontes diversas, a taxas favorecidas, para operações de crédito a vários setores da economia. Foram considerados os seguintes Fundos e Programas:

- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);
- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé);
- Fundo da Marinha Mercante[16] (FMM);
- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE);
- Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA);
- Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO);
- Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA); e
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN).

Na elaboração dos demonstrativos a seguir, foram utilizados os seguintes conceitos:

- Saldo anterior: saldo a receber em 31/12/2014 por Fundos e Programas. Considera o estoque de operações (capital + encargos efetivos + rendas a apropriar já capitalizadas + encargos a capitalizar);
- Saldo atual: saldo a receber em 31/12/2015 por Fundos e Programas. Considera o estoque de operações (capital + encargos efetivos + rendas a apropriar já capitalizadas + encargos a capitalizar);
- Valores concedidos: valores disponibilizados para o BB pela União em 2015;
- Valores aplicados: Valores de capital efetivamente liberados pelo BB aos tomadores de recursos em 2015;

16 Inclui Profrota Pesqueira.

- Encargos apropriados: valores de encargos efetivos + rendas a apropriar devidos pelos tomadores de recursos em 2015;
- Valores devidos: valores de capital devidos pelos tomadores de recursos até 2015, subtraindo-se o pagamento de capital de anos anteriores e o que foi pago antecipadamente de 2015 em anos anteriores;
- Valores recebidos: valores recebidos pelo BB dos tomadores de recursos em 2015 (capital + encargos financeiros + correção monetária + multa + acessórios); e
- Inadimplência: valores não recebidos pelo BB em 31/12/2015. Em caso de atrasos no pagamento iguais ou superiores a 90 dias, toda a operação é considerada vencida antecipadamente.

Demonstrativos especificando os empréstimos e financiamentos concedidos

SALDO ANTERIOR POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	21.561,97	21.561,97
FUNCAFÉ	9,59	69,54	64,26	1.181,17	4,55	1.329,11
FMM	282,95	1.031,10	1.525,81	3.041,16	-	5.881,02
FDNE	-	-	1.535,75	-	-	1.535,75
FDA	89,17	-	-	-	-	89,17
FDCO	-	-	-	-	255,36	255,36
FTRA	153,83	1.508,32	42,22	451,36	740,75	2.896,48
PRONAF – TN	306,75	645,00	374,89	573,53	272,24	2.172,41
TOTAL	842,29	3.253,96	3.542,93	5.247,22	22.834,87	35.721,27

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

SALDO ANTERIOR POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2014
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	13.573,78	4.365,13	3.623,06	-	21.561,97
FUNCAFÉ	1.329,11	-	-	-	1.329,11
FMM	-	1.620,69	4.256,10	4,23	5.881,02
FDNE	-	1.535,75	-	-	1.535,75
FDA	-	89,17	-	-	89,17
FDCO	-	255,36	-	-	255,36
FTRA	2.896,48	-	-	-	2.896,48
PRONAF – TN	2.172,41	-	-	-	2.172,41
TOTAL	19.971,78	7.866,10	7.879,16	4,23	35.721,27

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

SALDO ATUAL POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	22.585,33	22.585,33
FUNCAFÉ	4,83	55,66	44,34	912,56	2,61	1.020,00
FMM	478,81	1.418,71	2.181,69	4.884,31	-	8.963,52
FDNE	-	-	2.012,54	-	-	2.012,54
FDA	94,48	-	-	-	-	94,48
FDCO	-	-	-	-	284,91	284,91
FTRA	164,11	1.420,38	42,44	472,69	756,11	2.855,73
PRONAF – TN	308,18	620,99	346,88	610,29	253,24	2.139,58
TOTAL	1.050,41	3.515,74	4.627,89	6.879,85	23.882,20	39.956,09

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2016

SALDO ATUAL POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	13.423,93	4.390,50	4.404,34	366,56	22.585,33
FUNCAFÉ	1.020,00	-	-	-	1.020,00
FMM	-	2.190,12	6.769,79	3,61	8.963,52
FDNE	-	1.982,16	30,38	-	2.012,54
FDA	-	94,48	-	-	94,48
FDCO	-	284,91	-	-	284,91
FTRA	2.855,73	-	-	-	2.855,73
PRONAF – TN	2.139,58	-	-	-	2.139,58
TOTAL	19.439,24	8.942,17	11.204,51	370,17	39.956,09

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2016

VALORES CONCEDIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	BRASIL	TOTAL
FCO	-	-	-	-	2.131,59	-	2.131,59
FUNCAFÉ	-	-	-	-	-	538,01	538,01
FMM	-	-	-	-	-	1.690,36	1.690,36
FDNE	-	-	564,34	-	-	-	564,34
FDA	-	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	43,93	-	43,93
FTRA	-	-	-	-	-	80,00	80,00
PRONAF – TN	-	-	-	-	-	110,00	110,00
TOTAL	-	-	564,34	-	2.175,52	2.418,37	5.158,23

Fonte: BB – Diretoria de Governo – jan/2016

Obs: Somente os recursos concedidos para os Fundos FCO (Centro-Oeste), FDNE (Nordeste), FDA (Amazônia) e FDCO (Centro-Oeste) possuem destinação por região

VALORES CONCEDIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	-	-	-	2.131,59	2.131,59
FUNCAFÉ	370,50	167,51	-	-	538,01
FMM	-	-	-	1.690,36	1.690,36
FDNE	-	564,34	-	-	564,34
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	43,93	-	-	43,93
FTRA	80,00	-	-	-	80,00
PRONAF – TN	110,00	-	-	-	110,00
TOTAL	560,50	775,78	-	3.821,95	5.158,23

Fonte: BB – Diretoria de Governo – jan/2016

VALORES APLICADOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	5.208,07	5.208,07
FUNCAFÉ	2,00	10,68	3,45	176,74	1,60	194,47
FMM	55,01	18,59	346,69	721,93	-	1.142,22
FDNE	-	-	520,04	-	-	520,04
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	43,07	43,07
FTRA	5,47	38,72	0,90	10,10	9,84	65,03
PRONAF – TN	0,87	27,87	4,89	64,49	0,04	98,16
TOTAL	63,35	95,86	875,97	973,26	5.262,62	7.271,06

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Governo – jan/2016

Obs: Os valores aplicados estão limitados à disponibilidade de recursos no Fundo (valores concedidos no exercício acrescidos dos valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos)

VALORES APLICADOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.791,28	815,27	1.587,37	14,15	5.208,07
FUNCAFÉ	194,47	-	-	-	194,47
FMM	-	244,48	897,74	-	1.142,22
FDNE	-	490,04	30,00	-	520,04
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	43,07	-	-	43,07
FTRA	65,03	-	-	-	65,03
PRONAF – TN	98,16	-	-	-	98,16
TOTAL	3.148,94	1.592,86	2.515,11	14,15	7.271,06

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Governo – jan/2016

ENCARGOS APROPRIADOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.305,09	1.305,09
FUNCAFÉ	0,63	6,35	5,27	109,19	0,26	121,70
FMM	231,59	589,13	503,12	1.963,85	-	3.287,69
FDNE	-	-	44,43	-	-	44,43
FDA	4,90	-	-	-	-	4,90
FDCO	-	-	-	-	14,57	14,57
FTRA	6,70	43,40	1,48	29,03	35,78	116,39
PRONAF – TN	46,36	62,38	44,88	44,36	45,93	243,91
TOTAL	290,18	701,26	599,18	2.146,43	1.401,63	5.138,68

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

ENCARGOS APROPRIADOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	682,32	345,87	276,90	-	1.305,09
FUNCAFÉ	121,70	-	-	-	121,70
FMM	-	534,59	2.752,78	0,32	3.287,69
FDNE	-	44,24	0,19	-	44,43
FDA	-	4,90	-	-	4,90
FDCO	-	14,57	-	-	14,57
FTRA	116,39	-	-	-	116,39
PRONAF – TN	243,91	-	-	-	243,91
TOTAL	1.164,32	944,17	3.029,87	0,32	5.138,68

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

VALORES DEVIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	3.628,62	3.628,62
FUNCAFÉ	6,91	34,32	31,04	602,40	3,68	678,35
FMM	2,17	9,35	72,13	36,71	-	120,36
FDNE	-	-	94,02	-	-	94,02
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	21,99	21,99
FTRA	42,97	182,04	14,52	100,74	155,95	496,22
PRONAF – TN	148,49	233,39	126,22	142,20	94,38	744,68
TOTAL	200,54	459,10	337,93	882,05	3.904,62	5.784,24

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

VALORES DEVIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.076,89	757,45	794,28	-	3.628,62
FUNCAFÉ	678,35	-	-	-	678,35
FMM	-	74,43	45,40	0,53	120,36
FDNE	-	94,02	-	-	94,02
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	21,99	-	-	21,99
FTRA	496,22	-	-	-	496,22
PRONAF – TN	744,68	-	-	-	744,68
TOTAL	3.996,14	947,89	839,68	0,53	5.784,24

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais – jan/2016

VALORES RECEBIDOS POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	4.557,40	4.557,40
FUNCAFÉ	6,27	29,23	23,86	501,92	3,85	565,13
FMM	21,26	90,42	114,34	302,12	-	528,14
FDNE	-	-	99,94	-	-	99,94
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	29,54	29,54
FTRA	1,51	118,02	1,94	9,55	16,82	147,84
PRONAF – TN	35,05	100,28	20,39	64,29	41,08	261,09
TOTAL	64,09	337,95	260,47	877,88	4.648,69	6.189,08

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2016

VALORES RECEBIDOS POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.447,33	1.059,09	1.050,11	0,87	4.557,40
FUNCAFÉ	565,13	-	-	-	565,13
FMM	-	121,44	405,80	0,90	528,14
FDNE	-	99,94	-	-	99,94
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	29,54	-	-	29,54
FTRA	147,84	-	-	-	147,84
PRONAF – TN	261,09	-	-	-	261,09
TOTAL	3.421,39	1.310,01	1.455,91	1,77	6.189,08

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas / Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais / Diretoria de Governo – jan/2016

INADIMPLÊNCIA POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2015

R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	302,99	302,99
FUNCAFÉ	0,73	28,25	30,42	453,00	0,30	512,70
FMM	-	-	-	-	-	-
FDNE	-	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-	-
FTRA	143,38	476,28	29,73	349,76	533,47	1.532,62
PRONAF – TN	277,16	390,04	280,72	267,79	249,79	1.465,50
TOTAL	421,27	894,57	340,87	1.070,55	1.086,55	3.813,81

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado – jan/2016

INADIMPLÊNCIA POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2015
R$ MILHÕES

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	130,27	75,61	97,11	-	302,99
FUNCAFÉ	512,70	-	-	-	512,70
FMM	-	-	-	-	-
FDNE	-	-	-	-	-
FDA	-	-	-	-	-
FDCO	-	-	-	-	-
FTRA	1.532,62	-	-	-	1.532,62
PRONAF – TN	1.465,50	-	-	-	1.465,50
TOTAL	3.641,09	75,61	97,11	-	3.813,81

Fonte: BB – Diretoria de Agronegócios / Diretoria Soluções de Atacado – jan/2016

Avaliação Circunstanciada do Impacto Fiscal das Atividades do BB – Inadimplência e Risco

Em uma avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas pelo BB durante o exercício de 2015, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações, observa-se, em relação ao saldo atual, a seguinte relação de inadimplência e risco:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Crédito com Instituições Operadoras de Repasse

Os riscos são tratados nas cláusulas contratuais entre o BB, que é o Banco Administrador do Fundo, e Instituições Operadoras do Repasse do FCO. O Risco das operações de Repasse do FCO, no comparativo BB e Instituição Operadora, é 100,00% do Banco Administrador, e entre os tomadores finais, Instituição Operadora e Mutuário, o risco é de 100,00% da Instituição Operadora.

Até 31/12/2015, o saldo das operações de crédito firmadas entre o Banco Administrador e as Instituições Operadoras de Repasse é de R$ 366,56 milhões, e não há nenhuma inadimplência por parte dos Bancos Operadores (Banco de Brasília S.A., Banco Cooperativo do Brasil S.A., Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A., Agência de Fomento de Goiás S.A., Sicredi Participações S.A. e Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul).

Crédito no Agronegócio

Com a edição da Medida Provisória (MP) 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30/11/1998 foi assumido pelo FCO. Em decorrência disso, a comissão cobrada pela prestação da garantia das Instituições Financeiras ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de crédito em seu nome próprio e com risco exclusivo, com comissão limitada a 6% ao ano. Em decorrência do disposto na MP 2.196-3/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional:

- Operações contratadas até 30/11/1998 – risco 100% FCO;
- Operações contratadas entre 01/12/1998 e 30/06/2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB);
- Operações contratadas a partir de 01/07/2001 – risco 100% BB; e
- Operações contratadas no Programa de Apoio à Política da Reforma Agrária (Papra) – risco 100% do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

Observa-se a redução do índice de inadimplência do FCO Rural que passou de 6,71%, em 2014, para 0,97%, em 2015. Tal redução decorre principalmente da baixa em perdas de operações contratadas com risco integral do Fundo. Tais operações estavam inadimplidas há mais de 360 dias e não possuíam nenhum registro de recebimento, fato que motivou a transferência das operações para a situação "em perdas".

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

FUNDOS E PROGRAMAS	INADIMPLÊNCIA/SALDO ATUAL	
	2014	2015
FCO RURAL	6,71%	0,97%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2016

SALDO ATUAL POR RISCO
R$ MILHÕES

RISCO FCO RURAL	VENCIDO	VINCENDO	TOTAL	% INAD. POR RISCO
COMPARTILHADO – BB/FCO	-	3,46	3,46	0,00%
PRÓPRIO – BB	110,60	13.072,50	13.183,10	0,84%
TERCEIROS – FCO	19,67	217,69	237,36	8,29%
TERCEIROS – INCRA/PROCERA	-	0,01	0,01	0,00%
TOTAL	130,27	13.293,66	13.423,93	0,97%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios – jan/2016

Crédito no Atacado

Observa-se a redução do índice de inadimplência do FCO Empresarial, que passou de 5,84%, em 2014, para 1,96%, em 2015. Tal redução decorre principalmente da baixa em perdas de operações contratadas com risco integral do Fundo. Tais operações estavam inadimplidas há mais de 360 dias e não possuíam nenhum registro de recebimento, fato que motivou a transferência das operações para a situação "em perdas".

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

FUNDOS E PROGRAMAS	INADIMPLÊNCIA/SALDO ATUAL	
	2014	2015
FCO EMPRESARIAL	5,84%	1,96%

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2016

SALDO ATUAL POR RISCO
R$ MILHÕES

RISCO FCO EMPRESARIAL	VENCIDO	VINCENDO	TOTAL	% INAD. POR RISCO
COMPARTILHADO – BB/FCO	-	0,93	0,93	0,00%
PRÓPRIO – BB	170,38	8.616,18	8.786,56	1,94%
TERCEIROS – FCO	2,33	5,02	7,35	31,70%
TOTAL	172,71	8.622,13	8.794,84	1,96%

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2016

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)

O Funcafé destina-se ao financiamento do segmento cafeeiro, destacando-se itens relacionados à produção de grãos (formação de lavouras e tratos culturais), à aquisição de grãos, à torrefação e moagem, à fabricação de solúveis e ao beneficiamento de cereais. Em 2015, o valor aplicado com recursos do Funcafé foi 63,02% menor que o aplicado em 2014. O saldo registrou decréscimo de 23,26%. A inadimplência contempla os saldos vencidos em operações com risco BB e risco União (Programa Funcafé Dação em Pagamento). Excluindo-se as operações contratadas no Programa Funcafé Dação que foram cedidas à União, com amparo da MP 2.196-3/2001, (art. 3º)[17], a inadimplência verificada para o Funcafé é de 2,33%, tendo R$ 8,34 milhões vencidos sobre um saldo de R$ 358,39 milhões. O risco da operação é compartilhado, conforme quadro a seguir:

SALDO ATUAL POR RISCO
R$ MILHÕES

RISCO FUNCAFÉ	VENCIDO	VINCENDO	TOTAL	% INAD. POR RISCO
RISCO BB	8,34	350,05	358,39	2,33%
RISCO TESOURO NACIONAL	504,36	157,25	661,61	76,23%
TOTAL	512,70	507,30	1.020,00	50,26%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O FMM é um Fundo de natureza contábil criado pela Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, com o objetivo de promover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional e também para a o desenvolvimento da indústria de construção naval no País. Administrado pelo Ministério dos Transportes (MT), por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), seus recursos são formados principalmente pelo Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). O risco da operação é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. Destacamos que o Fundo não possui operações inadimplentes.
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE foi criado pela MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, com a finalidade de promover o desenvolvimento regional por meio da realização de investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos na região Nordeste e em alguns Municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. É administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), porém o risco da operação é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. As operações contratadas e desembolsadas de FDNE tiveram suas primeiras parcelas de amortização iniciadas em 2015. Dessa forma, tal Fundo não apresenta inadimplência.

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O FDA foi criado pela MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e regulamentado pelo Decreto nº 4.254, de 31 de maio de 2002, alterado posteriormente pelo Decreto nº 7.839, de 9 de novembro de 2012, com a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos voltados para as áreas de infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade de geração de emprego e renda na região da Amazônia, de acordo com as diretrizes e prioridades editadas pelo Ministério da Integração Nacional (MI). É administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e o risco da operação, assim como nos casos do FDNE e do FDCO, é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. As operações de FDA ainda não tiveram suas primeiras parcelas de amortização iniciadas e não apresentam inadimplência.

Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)

O FDCO foi criado através da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, com a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos voltados para as áreas de infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade de geração de emprego e renda na região Centro-Oeste. É administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e o risco da operação, assim como no FDNE, é integralmente do BB, não imputando ao Tesouro Nacional nenhum risco nos financiamentos concedidos nesta linha de crédito. As operações contratadas e desembolsadas de FDCO tiveram suas primeiras parcelas de amortização iniciadas em 2015. Tal Fundo, assim, não apresenta inadimplência.

Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA)

O principal objetivo dos financiamentos com recursos desse Fundo é a aquisição de imóveis rurais diretamente pelos trabalhadores, associações ou cooperativas. Podem ser incluídos também recursos para as despesas acessórias relativas à aquisição do imóvel rural e para investimentos iniciais na estruturação da unidade produtiva. Houve redução de 1,41% do saldo em 2015 em relação a 2014. O índice de inadimplência foi de 53,67% em 2015 e de 51,90% em 2014, sendo que o risco de crédito é em sua totalidade do Tesouro Nacional. Foram publicadas, por meio de Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), medidas de saneamento às dívidas originadas de operações contratadas com recursos do FTRA, conforme Resolução CMN nº 4.178, de 07 de janeiro de 2013. A Resolução CMN nº 4.323, de 25 de abril de 2014, permitiu a conclusão das renegociações até 31/01/2015. Por fim, a Resolução CMN nº 4.450, de 17 de dezembro de 2015, estendeu este prazo até 31/12/2016.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN)

O Pronaf/TN tem por objetivo fortalecer atividades do agricultor familiar, integrá-lo à cadeia do agronegócio e aumentar sua renda. Houve redução de 1,51% do saldo em 2015 em relação a 2014. O índice de inadimplência foi de 68,49% em 2015 e de 66,61% em 2014, sendo que o risco de crédito é quase em sua totalidade do Tesouro Nacional. Foram publicadas, por meio de MP e Resoluções do CMN, medidas de saneamento às dívidas dos agricultores familiares. Trata-se da MP nº 636/2013, de 26 de dezembro de 2013, dos Decretos nº 8.177, 8.178 e 8.179, de 27 de dezembro de 2013, das Resoluções CMN nº 4.298 e 4.299, de 30 de dezembro de 2013, Resolução CMN nº 4.323, de 25 de abril de 2014, Resolução CMN nº 4.347, de 30 de junho de 2014, Resolução CMN nº 4.436, de 24 de setembro de 2015, e Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.

PARTICIPAÇÃO NO RISCO DE CRÉDITO

FUNDOS E PROGRAMAS	RISCO BANCO DO BRASIL	RISCO TESOURO NACIONAL
PRONAF AGRICULTURA FAMILIAR (RECURSOS TN)	2,40%	97,60%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA	0,00%	100,00%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA PLANTA BRASIL	0,00%	100,00%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

Avaliação Sobre as Políticas de Aplicação de Recursos à Luz das Prioridades da Lei de Diretries Orçamentárias (LDO) 2015

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Prioridades, Metas e Resultados

Desde a sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento de execução da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais mecanismos para a implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). As políticas de aplicação de recursos do FCO são definidas pelo Conselho Deliberativo (Condel) da Sudeco. No Exercício de 2015, foram considerados prioritários os seguintes projetos:

- Projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da política de reforma agrária, aos mini, pequenos e pequenos médios produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro, pequenas e pequenas médias empresas, suas cooperativas e associações;
- Projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;
- Projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio

17 A MP 2155 foi revogada pela MP 2196-1, de 28/06/2001, que foi revogada pela MP 2196-2, de 26/07/2001, que foi revogada pela MP 2.196-3, de 24/08/2001.

ambiente, em especial para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas;

- Projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada;
- Projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em polos turísticos;
- Projetos da indústria de alimentos;
- Projetos dos setores comercial e de serviços: as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos polos agroindustriais; a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.); a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares; a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino e de prática de esportes; e o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços deficientes tecnologicamente e que necessitem de modernização;
- Projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada;
- Projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PNDR: Municípios da faixa de fronteira; Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas; Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), exceto os Municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos Municípios do Nordeste Goiano.

Objetivando atender às diretrizes e prioridades previstas, a Sudeco, em parceria com os governos estaduais e com a participação do BB, promoveu um ciclo de encontros para a divulgação das linhas de financiamento que podem contribuir para o fomento de atividades produtivas e o desenvolvimento regional.

Com esse objetivo, em 2015, foram realizados três seminários sobre linhas de financiamento para empresas e produtores rurais da região Centro-Oeste realizados nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados com base no relatório sobre as atividades desenvolvidas com a aplicação dos recursos do Fundo que o BB apresenta semestralmente ao MI e à Sudeco, em cumprimento ao disposto no Art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, bem como por meio dos cadernos de informações gerenciais divulgados mensalmente.

As contratações realizadas com recursos do FCO, pelo BB e pelas instituições operadoras de repasse no exercício de 2015, atingiram R$ 5.274,50 milhões, o que corresponde a 88,37% dos recursos distribuídos no período (R$ 5.968,56 milhões).

A Tabela a seguir apresenta a distribuição das operações contratadas no período por UF e Programa:

CONTRATAÇÕES POR UF E PROGRAMA – POSIÇÃO 31/12/2015
R$ MILHÕES

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
FCO EMPRESARIAL	504,85	868,30	466,91	594,14	2.434,20
FCO RURAL	198,05	920,48	770,47	951,30	2.840,30
TOTAL	702,90	1.788,78	1.237,38	1.545,44	5.274,50

Fonte: BB - Diretoria de Governo – jan/2016

Crédito no Agronegócio

O BB atua como agente financeiro do Governo Federal em operações de crédito rural destinadas ao financiamento de ações de interesse público. Os empréstimos concedidos com recursos oriundos do orçamento fiscal, por meio de Fundos e Programas, visam contribuir para o desenvolvimento econômico-social do País ao atender à demanda da agricultura de pequeno porte, da pesca, das cooperativas e das micro, pequenas e médias empresas da cadeia do agronegócio, estimulando, assim, a permanência do homem no campo, bem como o crescimento da oferta de empregos neste setor.

A seguir, detalhamos as operações fomentadas por esses Fundos e Programas:

ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO
POSIÇÃO 31/12/2015 / UNIDADES

FUNDO E PROGRMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
FCO RURAL	-	-	200.329	-	-	200.329

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

SALDO POR FINALIDADE
POSIÇÃO 31/12/2015 / R$ MILHÕES

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
FCO RURAL	-	326,60	13.097,33	13.423,93

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS
POSIÇÃO 31/12/2015 / R$ MILHÕES

FCO RURAL		
SEGMENTO	SALDO	%
BOVINOCULTURA - CARNE	5.102,93	38,01%
SOJA	2.595,60	19,34%
BOVINOCULTURA - LEITE	1.869,70	13,93%
AVICULTURA	928,14	6,91%
CANA DE AÇÚCAR	478,39	3,56%
EUCALIPTO	340,36	2,54%
SUÍNOS	281,92	2,10%
MILHO	239,29	1,78%
ALGODÃO	73,06	0,55%
BORRACHA - SERINGUEIRA	66,25	0,49%
DEMAIS	1.448,29	10,79%
TOTAL	13.423,93	100,00%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

O saldo do FCO Rural apresentado em 31/12/2015, de R$ 13.423,93 milhões, refere-se a mais de 200 mil operações ativas, sendo 97,57% dessas direcionadas para investimento. O agronegócio é a principal atividade econômica da região Centro-Oeste, que tem historicamente se destacado na pecuária e no cultivo da soja. Nesse contexto, verifica-se, dentre os principais itens financiados, a predominância da bovinocultura, tanto de carne quanto de leite, além de soja, avicultura, cana de açúcar, eucalipto, suínos, milho, algodão e borracha.

Crédito no Atacado

O FCO Empresarial possui em estoque 49.489 operações com saldo em 31/12/2015 na região Centro-Oeste, sendo destas: nove de risco do Fundo, três de risco compartilhado e o restante de risco do BB.

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)

O Fundo tem contribuído para o desenvolvimento do segmento cafeeiro em sua cadeia produtiva. Verifica-se que a região Sudeste, por exemplo, destaca-se em contratações fomentadas com esse recurso, com 86,82% de todos os contratos, tendo em vista a concentração da produção de café nessa região. O saldo apresentado em 31/12/2015, de R$ 1.020,00 milhões, refere-se a mais de 15 mil operações ativas, sendo 89,85% desse saldo direcionado à comercialização, conforme apresentado a seguir:

ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO
POSIÇÃO 31/12/2015 / UNIDADES

FUNDO E PROGRMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
FUNCAFÉ	41	881	32	13.580	1.107	15.641

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

SALDO POR FINALIDADE
POSIÇÃO 31/12/2015 / R$ MILHÕES

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
FUNCAFÉ	916,43	103,42	0,15	1.020,00

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS
POSIÇÃO 31/12/2015 / R$ MILHÕES

FUNCAFÉ		
SEGMENTO	SALDO	%
CAFÉ	1.020,00	100,00%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O FMM, ao financiar projetos de investimento do setor naval, contribui para modernização e competitividade dos portos brasileiros. Incrementa de forma considerável a oferta de empregos na região portuária e traz benefícios multirregionais, uma vez que as embarcações podem atuar em toda costa brasileira e até de forma continental.

Listamos a seguir o saldo dos 10 maiores volumes contratados com amparo do FMM, por região beneficiada e sua representatividade sobre o saldo total do Fundo:

ATUAÇÃO DO FMM
R$ MILHÕES

REGIÃO BENEFICIADA (UF)	SALDO	%
SUDESTE (RJ)	698,10	7,79%
NORDESTE (BA)	562,15	6,27%
SUL (SC)	540,70	6,03%
SUDESTE (ES)	534,91	5,97%
SUDESTE (ES)	523,80	5,85%
SUDESTE (RJ)	423,25	4,72%
NORDESTE (PE)	401,30	4,48%
NORDESTE (PE)	333,32	3,72%
SUDESTE (RJ)	318,27	3,55%
SUDESTE (SP)	316,72	3,53%
SALDO DAS 10 MAIORES OPERAÇÕES (A)	4.652,52	51,91%
DEMAIS OPERAÇÕES (B)	4.311,00	48,09%
SALDO TOTAL DO FUNDO (A+B)	8.963,52	100,00%

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2016

O FMM possui em estoque 387 operações com saldo credor em 31/12/2015, distribuídas conforme a seguir:

ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO
POSIÇÃO 31/12/2015 / UNIDADES

FUNDO E PROGRMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL1	TOTAL
FMM	148	34	-	169	36	387

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado / Diretoria de Micro e Pequenas Empresas – jan/2016

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE enfatiza o tratamento diferenciado e prioritário aos empreendimentos de infraestrutura, serviços públicos, bem como aos demais setores, quando localizados no semiárido e nas áreas definidas como prioritárias da PNDR. No ano de 2015, os recursos provenientes do Fundo foram aplicados em empresas atuantes nas seguintes atividades econômicas:

ATUAÇÃO DO FDNE
R$ MILHÕES

ATIVIDADE BENEFICIADA	SALDO	%
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	1.613,85	80,19%
FABRICAÇÃO DE CIMENTO	278,20	13,82%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PETROQUÍMICOS	51,94	2,58%
SETOR DE SERVIÇOS EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	30,38	1,51%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	20,90	1,04%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	17,27	0,86%
TOTAL	2.012,54	100,00%

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2016

O FDNE possui 10 operações em estoque na região Nordeste, sendo que na atividade de Fabricação de Veículos Automotores, o Fundo possui dois contratos.

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O FDA assegura recursos para a realização de investimentos privados na região da Amazônia, impulsionando o desenvolvimento com a criação de vagas de empregos nos canteiros de obras e também nos empreendimentos financiados. O FDA possui somente uma operação em estoque, na região Norte, beneficiando o setor de produção de óleos vegetais, com saldo de R$ 94,48 milhões.

Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)

O FDCO constitui-se em um importante mecanismo propulsor da PNDR no âmbito da região Centro-Oeste, visando o fortalecimento da atividade produtiva regional e a geração de emprego e renda nos empreendimentos de infraestrutura ou considerados estruturadores da economia. No ano de 2015, os recursos provenientes do Fundo foram aplicados em empresas atuantes nas seguintes atividades econômicas:

ATUAÇÃO DO FDCO
R$ MILHÕES

ATIVIDADE BENEFICIADA	SALDO	%
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	251,98	88,44%
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO SETOR ENERGÉTICO	32,93	11,56%
TOTAL	284,91	100,00%

Fonte: BB - Diretoria Soluções de Atacado – jan/2016

O FDCO possui em estoque, na região Centro-Oeste, cinco operações com saldo credor em 31/12/2015.

Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA)

Em conformidade com o objetivo do FTRA, que é assegurar recursos para aquisição de imóveis rurais e para investimentos iniciais na unidade produtiva, o montante de recursos foi aplicado inteiramente em operações de investimento. Dentre as unidades produtivas adquiridas com recursos do FTRA, destacam-se como principais atividades e culturas empreendidas: milho, soja, café, abacaxi, mandioca e fumo, além da criação de bovinos para produção de leite. O FTRA é responsável por um saldo total de R$ 2.855,73 milhões em mais de 98 mil contratos ativos no BB, sendo 58,46% desses destinados à região Sul do País.

ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO POSIÇÃO 31/12/2015 / UNIDADES

FUNDO E PROGRMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
FTRA	2.631	1.343	30.278	6.834	57.824	98.910

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

SALDO POR FINALIDADE – POSIÇÃO 31/12/2015 R$ MILHÕES

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
FTRA	-	-	2.855,73	2.855,73

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS – POSIÇÃO 31/12/2015 R$ MILHÕES

FTRA		
SEGMENTO	SALDO	%
IMÓVEIS RURAIS	2.855,73	100,00%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN)

O Programa é direcionado à agricultura familiar. Em sua maioria (96,94%), os recursos do Tesouro Nacional ao amparo do Pronaf foram aplicados na finalidade de investimento, principalmente na bovinocultura de carne e leite e no cultivo de milho, soja, café, borracha – seringueira, eucalipto, cana de açúcar, mandioca e caprinos.

O saldo apresentado em 31/12/2015, de R$ 2.139,58 milhões, refere-se a mais de 245 mil operações ativas, onde 35,57% do total de contratos encontra-se na região Sul do País, seguido pela região Nordeste, com 25,97% da destinação do Fundo.

ESTOQUE DE OPERAÇÕES COM SALDO POR REGIÃO POSIÇÃO 31/12/2015 / UNIDADES

FUNDO E PROGRMA	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
PRONAF – TN	26.526	63.796	13.891	54.046	87.386	245.645

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

SALDO POR FINALIDADE – POSIÇÃO 31/12/2015 R$ MILHÕES

FUNDO/PROG	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
PRONAF – TN	-	65,47	2.074,11	2.139,58

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

SALDO DOS PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS – POSIÇÃO 31/12/2015 R$ MILHÕES

PRONAF/TN		
SEGMENTO	SALDO	%
BOVINOCULTURA – LEITE	939,89	43,93%
BOVINOCULTURA – CARNE	258,3	12,07%
MILHO	197,56	9,23%
SOJA	101,4	4,74%
CAFÉ	87,94	4,11%
BORRACHA – SERINGUEIRA	65,34	3,06%
EUCALIPTO	57,85	2,70%
CANA DE AÇÚCAR	51,78	2,42%
MANDIOCA	51,38	2,40%
CAPRINOS	36,84	1,72%
DEMAIS	291,3	13,62%
TOTAL	2.139,58	100,00%

Fonte: BB - Diretoria de Agronegócios– jan/2016

1.10.3. Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto. Da totalidade do seu capital, 51,00% está sob o controle da União Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Ceará, tem por missão: "Atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável, como Banco público competitivo rentável". A área de atuação do Banco compreende toda a região Nordeste e mais o Norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no total de 1.990 Municípios e 296 agências em sua rede de atendimento.

Demonstrativos dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos

O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação.

É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125, que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - Crediamigo, que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços.

Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A seguir, apresentamos demonstrativos consolidados (BNB e FNE) de empréstimos e financiamentos dos exercícios.

SALDOS (R$ MIL)

UF	FNE (1)		RECIN		OUTROS (2)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Alagoas	2.040.574	2.087.953	356.099	362.012	233.426	268.123
Bahia	9.279.196	9.794.650	1.515.320	1.514.664	1.106.534	956.415
Ceará	7.335.030	7.810.350	1.579.455	1.820.982	817.549	967.605
Distrito Federal	-	-	6.825	4.219	-	-
Espírito Santo	458.049	571.474	53.063	91.305	73.075	42.579
Goiás	-	-	4.960	1.192	444	352
Maranhão	5.353.099	5.772.516	657.008	695.158	322.216	476.901
Mato Grosso	-	-	56.184	60.908	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	1.023	934	-	-
Minas Gerais	2.390.652	2.531.629	325.762	409.007	203.111	265.507
Pará	-	-	-	6.392	-	-
Paraíba	2.283.406	2.439.235	495.180	496.872	143.580	145.474
Paraná	-	-	225	1.621	-	-
Pernambuco	7.635.535	7.823.376	773.626	844.609	529.226	540.041
Piauí	3.413.793	3.712.717	631.595	667.246	343.753	364.961
Rio de Janeiro	-	-	14.257	8.494	244.191	239.947
Rio Grande do Norte	3.233.408	3.314.490	386.660	408.856	321.986	332.811
Rio Grande do Sul	-	-	267	130	5.215	7.617
Santa Catarina	-	-	1.922	1.654	-	-
São Paulo	-	-	160.444	149.187	660.277	643.877
Sergipe	1.773.421	2.003.609	421.500	342.944	74.598	79.075
Tocantins	-	-	11.894	6.885	-	-
TOTAL	45.196.162	47.861.999	7.453.268	7.895.271	5.079.182	5.331.285

Fonte: Diretoria de Controle e Risco / Superintendência Controle Financeiro

(1) Inclusive financiamentos realizados com recursos de repasse de recursos da Lei 7.827 art 9º, nos valores de R$ 611.713 mil em 2015 e R$ 681.535 mil em 2014 / (2) Outros: FAT, FDNE, Fund Teotônio Vilela, Fundo de Terras/R.A., L.C.A., Poupança Rural, Sebrae, Codevasf, Incra-Fundiário, BCB, DER, Finep, FMM, BID, Fedap. FRT, Iphan/PAC-CH, Caixa, Fungetur, Banco do Brasil, reaplicação

CONTRATAÇÕES EM 2015 (R$ MIL)

UF	FNE	RECIN	OUTROS
Alagoas	430.740	465.137	64.331
Bahia	3.211.568	1.490.837	389.109
Ceará	1.795.346	2.958.185	423.554
Distrito Federal	-	4.100	-
Espírito Santo	151.772	93.889	92.270
Goias	-	1.744	-
Maranhão	1.218.330	1.155.886	344.563
Minas Gerais	796.851	494.602	68.821
Mato Grosso do Sul	-	4.700	-
Pará	-	10.042	-
Paraíba	631.454	750.190	123.426
Pernambuco	1.229.930	1.008.862	136.398
Piauí	1.061.452	1.073.744	135.637
Parana	-	1.632	-
Rio de Janeiro	-	923	-
Rio Grande do Norte	595.658	710.542	47.633
Rio Grande do Sul	-	-	7.835
Santa Catarina	-	866	-
São Paulo	-	23.611	10.470
Sergipe	372.125	498.923	41.009
Tocantins	-	400	-
TOTAL	11.495.227	10.748.816	1.885.056

Fonte: Diretoria de Controle e Risco / Superintendência de Controle Financeiro

Diretoria de Negócios / Superintendência de Micro Finanças e Agricultura Familiar

Outros: FAT, FDNE, Fund Teotônio Vilela, Fundo de Terras/R.A., L.C.A., Poupança Rural, Sebrae, Codevasf, Incra-Fundiário, BCB, DER, Finep, FMM, BID, Fedap. FRT, Iphan/PAC-CH, Caixa, Fungetur, Banco do Brasil, reaplicação

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas, para promoção do desenvolvimento regional sustentável. Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste conjuga sua atuação creditícia com o apoio às políticas públicas de grande impacto na região Nordeste, consolidando, assim, a sua estratégia de ação desenvolvimentista.

As aplicações do FNE são norteadas por programações anuais que espelham o marco regulatório dos fundos constitucionais e suas atualizações, as políticas públicas federais e estaduais, assim como as mudanças geradas pela dinâmica socioeconômica regional e nacional.

O Banco coordena o processo de elaboração da Programação Anual do FNE, com participação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Ministério da Integração Nacional (MI), entidades com as quais compartilha a gestão do FNE, formulando de maneira participativa documento composto pelo plano de aplicação de recursos, pelos programas de financiamento e condições gerais para cada exercício.

Baseado na Programação Anual do FNE, em 2015 o Banco do Nordeste apoiou produtores rurais, empreendedores individuais e empresas em todos os 1.990 Municípios da área financiável pelo Fundo Constitucional, abrangendo toda a região Nordeste e o norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em 2015, os financiamentos com recursos do Fundo atingiram R$ 11,5 bilhões, dos quais R$ 6,8 bilhões, ou 59,2%, foram contratados por clientes dos menores portes, representando um aumento de 6,8% em relação ao ano anterior.

Apesar dos fatores restritivos que condicionaram o ambiente operacional em 2015, tais como a conjuntura econômica adversa, elevação das taxas de juros dos fundos constitucionais e o agravamento da seca na região Nordeste, o direcionamento de atendimento aos menores portes traduziu-se na participação majoritária desse público no valor total financiado, de 59,2%, superior à participação referencial programada de 51%, acompanhada de crescimento de 7,9% na quantidade de operações relativamente ao ano anterior, conforme tabela a seguir.

FNE – CONTRATAÇÕES POR PORTE 2014/2015 (R$ MILHÕES) (1)

PORTE	2014			2015			VARIAÇÃO VALOR 2015/2014
	QUANT.	VALOR	%	QUANT.	VALOR	%	
Mini, Micro, Pequeno e Pequeno-Médio	467.598	6.368,8	47,4	504.727	6.801,4	59,2	6,8%
Médio	1.049	1.820,2	13,5	1.172	1.738,5	15,1	-4,5%
Grande	264	5.264,7	39,1	218	2.955,3	25,7	-43,9%
TOTAL	468.911	13.453,7	100,0	506.117	11.495,2	100,0	-14,6%

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Sustentável / Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

Contempla contratações no âmbito do Programa para a Recuperação da Capacidade de Investimento no Setor Rural (Procir), conforme Lei nº 12.844/2013, destinadas exclusivamente à liquidação de operações rurais anteriores, totalizando R$ 69,2 milhões no ano de 2014 e R$ 96,3 milhões em 2015.

Por outro lado, as médias e, notadamente, as grandes empresas apresentaram menor participação nas contratações, além de redução no total financiado, o que sugere maior aversão ao risco e postergação, em alguma medida, de investimentos face ao contexto econômico restritivo, em que pese se registrar volume expressivo de propostas de crédito em processo de negociação e tramitação, para possível concretização no próximo exercício.

Na perspectiva dos setores econômicos, os maiores crescimentos em relação a 2014 ocorreram no setor de infraestrutura, com aumento de 109,2%; e de comércio, com 10,8%.

A maior parte dos recursos contratados com a fonte FNE destinou-se ao setor rural (R$ 5,6 bilhões que correspondem a 49,0% do volume contratado com esta fonte).

Para o setor industrial foram destinados R$ 1,5 bilhão e para o setor serviços R$ 1,7 bilhão. Os decréscimos nas contratações dos setores industrial e de serviços são justificados pela atual conjuntura econômica.

FNE – CONTRATAÇÕES POR SETOR ECONÔMICO
R$ MILHÕES

SETOR	2014		2015		VARIAÇÃO VALOR 2015/2014
	QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR	
Rural	441.885	5.148,3	477.921	5.635,5	9,5%
Industrial	3.955	3.761,6	3.747	1.549,8	-58,8%
Infraestrutura	4	233,6	6	488,6	109,2%
Comércio	19.037	1.901,5	20.545	2.106,8	10,8%
Serviços	4.030	2.408,7	3.898	1.714,5	-28,8%
Total	468.911	13.453,7	506.117	11.495,2	-14,6%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco / Superintendência Controle Financeiro

Destaque no setor Rural, para o volume financiado com agricultores familiares do programa Pronaf (R$ 2,3 bilhões) e para as contratações nas atividades ligadas à pecuária, que registraram aumento de 16,6% em relação ao valor contratado em 2014.

Em termos de desconcentração dos financiamentos do FNE em 2015 pelo Banco do Nordeste, destacam-se não apenas os resultados expressivos no apoio aos menores portes e o crédito em todos os Municípios da área de abrangência do Fundo, mas ainda a realização de 127% do volume programado de crédito a empreendimentos do Semiárido, que atingiu R$ 4,0 bilhões.

Os resultados na ampliação do crédito aos empreendimentos produtivos regionais de menor porte tiveram contribuição das ações de promoção do acesso ao crédito, dentre as quais pode ser destacada em 2015, a quinta edição do FNE Itinerante, série de encontros de divulgação, promoção e atendimento negocial às micro e pequenas empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs).

Durante esses eventos, são apresentadas informações e simulações de financiamento, bem como são realizados atendimentos presenciais pelas agências do BNB, seus gerentes e agentes de desenvolvimento, o que inclui cadastramento bancário e agendamento de visitas gerenciais, além de articulações locais de fortalecimento da cooperação com parceiros públicos e privados locais.

Participam também desses encontros, o Ministério da Integração Nacional (MI) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como parceiros institucionais, além do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), as Prefeituras e, conforme a realidade de cada localidade, outras entidades, tais como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), dentre outras que também contribuem na mobilização e prestação de serviços ao público alvo dos encontros.

Desde a sua primeira edição, em 2010, o FNE Itinerante já realizou 533 eventos nos onze Estados financiáveis, atendendo a, aproximadamente, 40 mil participantes, marcadamente em Municípios menos dinâmicos e sem agência do BNB. Em 2015, a experiência do BNB nas edições anteriores, a quantidade de MPEs e Micro Empreendedores Individuais (MEIs) da Região e as metas crescentes de financiamento FNE para o segmento, motivaram o aumento de eventos anuais, tendo sido realizados 189 eventos em Municípios selecionados com base em critérios que refletem a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A aplicação de recursos do FNE gerou reembolsos, em 2015, da ordem de R$ 9,48 bilhões, 21,45% superior ao volume de 2014, como mostra quadro a seguir:

FNE – REEMBOLSOS
R$ MILHÕES

2014	2015
R$ 7.810,9	R$ 9.486,8

Fonte: Diretoria de Controle e Risco / Superintendência Controle Financeiro

O Plano de Aplicações do FNE para 2016, aprovado pelo Condel/Sudene através da Resolução nº 086, de 29 de outubro de 2015, prevê recursos da ordem de R$ 14,5 bilhões com a seguinte distribuição esperada:

PROJEÇÃO DE FINANCIAMENTO POR ESTADO E SETOR DE ATIVIDADE EM 2016 (R$ MILHÕES)

UF	AGRICULTURA	PECUÁRIA	INDÚSTRIA	AGRO-INDÚSTRIA	TURISMO	COM & SERV.	INFRA-ESTRUTURA	TOTAL	[%] ESTADO
AL	50,0	90,0	290,0	50,0	55,0	145,0	-	680,0	4,7
BA	1.025,0	530,0	535,0	45,0	115,0	920,0	110,00	3.280,0	22,6
CE	180,0	320,0	705,0	15,0	90,0	780,0	90,00	2.180,0	15,0
ES	60,0	30,0	190,0	10,0	6,0	64,0	-	360,0	2,5
MA	440,0	440,0	70,0	20,0	20,0	450,0	-	1.440,0	9,9
MG	225,0	255,0	75,0	5,0	4,0	221,0	-	785,0	5,4
PB	50,0	180,0	185,0	10,0	80,0	315,0	-	820,0	5,6
PE	250,0	225,0	465,0	25,0	180,0	520,0	400,00	2.065,0	14,2
PI	530,0	250,0	70,0	10,0	25,0	385,0	-	1.270,0	8,8
RN	40,0	160,0	265,0	10,0	110,0	380,0	-	965,0	6,8
SE	110,0	110,0	150,0	100,0	15,0	170,0	-	655,0	4,5
TOTAL	2.960,0	2.590,0	3.000,0	300,0	700,0	4.350,0	600,0	14.500,0	100,0
[%] SETOR	20,4	17,90	20,7	2,1	4,8	30,0	4,1	100,0	-

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Sustentável / Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), criado pelas Medidas Provisórias nº 2.156-5 e nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, atualmente regulamentado pelos Decretos nº 7.838 e nº 7.839, ambos de 09 de novembro de 2012, tem a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Sudene, gestora do Fundo.

Tendo como foco o suporte à infraestrutura e aos serviços públicos, tanto quanto aos empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas, o FDNE concede tratamento diferenciado àqueles projetos inseridos nas prioridades setoriais e espaciais, definidas anualmente, com base em portarias do Ministério da Integração Nacional e em Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel).

O BNB é um dos agentes operadores dos recursos do FDNE, tendo, no exercício de 2015, contratado na modalidade debêntures o montante no valor total de R$ 53,6 milhões, referente a financiamento à infraestrutura energética da Região.

Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

O Banco do Nordeste, no exercício de 2015, celebrou 17 (dezessete) novos convênios, o que corresponde a um total de R$ 1,04 milhão, recursos esses provenientes dos seguintes fundos de apoio à pesquisa e difusão tecnológica administrados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene): Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase). Ao final desse exercício, a Diretoria Executiva aprovou a destinação de R$ 8,0 milhões para publicação de novos Avisos de chamada pública de projetos, cujos temas destacam-se por apresentar caráter inovador, a saber:

- Etene/Fundeci 01/2015 – MEIO AMBIENTE - Pesquisa e Difusão de Novas Tecnologias de Convivência e Mitigação dos Impactos das Mudanças Climáticas na Região Nordeste;
- Etene/Fundeci 02/2015 – PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE - Inovações Tecnológicas e Organizacionais para Incremento da Produtividade e Competitividade nos Setores Produtivos;
- Etene/Fundeci 03/2015 – INOVAÇÃO BANCÁRIA - Inovações Metodológicas, de Gestão e Avaliação aplicadas ao Setor Bancário e Produtos Inovadores para Instituições Financeiras; e
- Etene/Fundeci 04/2015 – HABITAÇÃO INCLUSIVA - Pesquisa e Difusão de Tecnologias e Produtos Inovadores e de Baixo Custo para Construção e Manutenção de Habitações Sociais.

Esses editais foram disponibilizados para cadastramento e envio de projetos no primeiro semestre de 2016 e formalização de convênios para concessão de recursos às instituições convenentes em caráter não reembolsável.

Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) configuram-se como uma fonte alternativa de recursos para aplicação nas operações do crédito rural, nos financiamentos para custeio, comercialização, aquisição de bovinos para recria e engorda e financiamento para comercialização de produtos de origem agropecuária.

No exercício de 2015, foi aplicado um montante de R$ 123,5 milhões, com destaque para os Estados da Bahia (R$ 62,7 milhões), Minas Gerais (R$ 18,2), Paraíba (R$ 14,0 milhões) e Piauí (R$ 13,5 milhões). Observa-se que grande parte das aplicações de LCA se concentrou em Estados nordestinos com áreas do bioma Cerrado, notadamente Bahia e Piauí.

Impacto Fiscal das Atividades do Banco do Nordeste

Os valores adiante apresentados, relacionados ao impacto fiscal do Banco do Nordeste nas contas do Tesouro Nacional, consubstanciam as informações sobre as principais transações de natureza fiscal realizadas entre o Banco do Nordeste e o Tesouro Nacional durante o exercício.

Em 2015, representaram ingressos nas contas do Tesouro, os recolhimentos realizados pelo Banco de seus tributos sobre o Lucro Líquido (IRPJ/CSLL), sobre o Faturamento (Pasep/Cofins), cota patronal de Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tributos federais retidos de terceiros e distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio. Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas no que se refere a tributos, dividendos e juros sobre capital próprio, os pagamentos realizados pelo Banco do Nordeste ao Tesouro Nacional totalizaram, aproximadamente, R$ 1.300,9 milhões.

Deste total, o valor de R$ 1.052,3 milhões representa receitas tributárias. O recolhimento de tributos sobre o Lucro Líquido e o Faturamento totalizou R$ 479,8 milhões. O recolhimento de tributos federais retidos na fonte totalizou R$ 350,1 milhões e a cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi de R$ 222,3 milhões. A título de juros sobre capital próprio e dividendos, foi destinado ao Tesouro Nacional o valor de R$ 248,6 milhões.

RECOLHIMENTOS REALIZADOS PARA O TESOURO NACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2015 (R$ MIL)

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR (1)
I) Tributos Federais Próprios:	702.146
IRPJ - Imposto de Renda - Pessoas Jurídica	167.192
Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	189.527
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	32.817
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	90.308
INSS – Cota Patronal	222.302
II) Tributos Federais Retidos de Terceiros	350.138
III) Juros sobre capital próprio e dividendos	248.606
TOTAL GERAL	1.300.890

Fonte: Diretoria de Controle e Risco / Superintendência Controle Financeiro

Notas: Valores apresentados referem-se ao total de recolhimentos (tributos, dividendos, JCP e encargos) / Valores provisórios, não auditados.

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco do Nordeste mantém relações financeiras, é apresentado a seguir quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

MOVIMENTAÇÕES DO BANCO DO NORDESTE, COM FUNDOS FEDERAIS (EXCETO FNE) / NO EXERCÍCIO DE 2015 (R$ MIL)

FUNDOS/PROGRAMAS	SALDO DEZ/2014	INGRESSOS, JUROS E CORREÇÃO	PGTOS.(1)	SALDO DEZ/2015
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador	420.405	24.702	(112.743)	332.364
FDNE-Repasses	662.128	146.223	(28.967)	779.384
FMM - Fundo da Marinha Mercante	107.070	26.911	(9.447)	124.534
STN Recoop (2)	659	78	(311)	426
STN – Inst. Híbrido de Capital e Dívida	1.356.540	231.878	(87.242)	1.501.176

Fonte: Diretoria Financeira e de Crédito / Superintendência de Operações Financeiras e Mercado de Capitais

Notas: (1) Envolve principal e juros. / (2) Recoop: Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária.

Avaliação Sobre as Respectivas Políticas de Aplicação de Recursos à Luz do Disposto no art. 106 da Lei de Diretrizes Orçamentáris (LDO) 2015 – Lei 13.080/2015

Responsabilidade Socioambiental

Em julho de 2015, o Banco do Nordeste publicou sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e seu respectivo Plano de Ação, em cumprimento à Resolução BCB nº 4.327, de 25 de abril de 2014 e do Normativo Febraban SARB nº 14, de 28 de agosto de 2014. A publicação da Política de Responsabilidade Socioambiental tornou-se um marco para a instituição no esforço para promover o desenvolvimento sustentável da Região.

A PRSA é composta por 11 princípios e 68 diretrizes que orientam o Banco do Nordeste na aplicação do crédito e em seus processos internos de trabalho, abordando desde os aspectos mais gerais da responsabilidade socioambiental da Instituição, além de aspectos referentes ao crédito, à análise de risco socioambiental de produtos e serviços ofertados e de propostas de financiamento, à gestão empresarial e ação institucional, à estrutura de governança da PRSA, entre outros.

Entre suas ações de responsabilidade socioambiental, anualmente, o Banco do Nordeste publica editais visando à destinação de recursos de incentivos fiscais a projetos sociais no âmbito do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), da Lei de Incentivo ao Esporte e do Fundo dos Direitos do Idoso.

No ano de 2015, em favor do FIA, o Banco destinou R$ 1,3 milhão para 18 projetos que beneficiarão 2.490 crianças e adolescentes. Para o Fundo dos Direitos do Idoso, foi destinado o valor de R$ 967.249,08 para apoio a 13 projetos, com 1.485 beneficiados. Para projetos sociais apoiados pela Lei de Incentivo ao Esporte, o valor aplicado pelo Banco em 2015 alcançou o valor de R$ 1,3 milhão.

Também em 2015, pela primeira vez, o Banco do Nordeste destinou recursos financeiros incentivados para o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e para o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). Os valores doados a esses programas foram de R$ 281 mil e R$ 1.144.745,63, respectivamente.

Além da doação dos recursos institucionais, o Banco realiza campanhas com seus colaboradores, clientes e parceiros visando incentivar as doações de particulares para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e para o Fundo dos Direitos do Idoso.

Visando à transparência das ações do Banco e divulgação de informações à sociedade em geral, o Banco elabora anualmente o Relatório de Sustentabilidade. Esse relatório, alinhado às diretrizes da *Global Report Initiative* (GRI), apresenta a visão e a opinião de clientes, funcionários, fornecedores, sociedade, comunidade e outros stakeholders da instituição acerca das práticas de governança corporativa e de responsabilidade socioambiental do Banco do Nordeste.

O Relatório de Sustentabilidade do Banco do Nordeste 2014 é o primeiro da versão G4, nova classificação da *Global Report Initiative* (GRI) enquadrado nos critérios "de acordo" – Essencial, e passou por um processo de asseguração por meio da auditoria externa da empresa EY (antiga *Ernest & Young*), que confirmou a legitimidade, confiabilidade, exatidão e clareza do conteúdo do documento. Referido relatório realiza a prestação de contas à sociedade no tocante à ação socioambiental do Banco em 2014, por meio de seus anexos: Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (Dinsa).

Microcrédito Urbano - Crediamigo

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a mais de dois milhões de empreendedores urbanos, a maioria do setor informal da economia. O crédito concedido pelo Crediamigo proporciona o desenvolvimento de atividades relacionadas à produção, comercialização de bens e prestação de serviços, movimentando a economia regional e melhorando a qualidade de vida de milhares de famílias.

O Banco do Nordeste emprestou, em 2015, por meio do Crediamigo, R$ 8,1 bilhões, representando um crescimento de 14,2% em relação aos valores alcançados em 2014. A quantidade de empréstimos desembolsados cresceu 7,6%, sendo realizadas 4,2 milhões de operações em 2015. O Crediamigo possuía, ao final de 2015 mais de 2 milhões de clientes com empréstimos ativos.

A capacidade operacional do Crediamigo alcançou a média de 16,7 mil desembolsos realizados por dia em 2015, o que significa um crescimento de 8,9% em relação a 2014.

A inadimplência, que representa os empréstimos em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa, ficou em 1,22%. Esse resultado demonstra a qualidade da carteira, com histórico de baixa inadimplência mesmo com o crescimento expressivo do volume de crédito.

Outra importante diretriz do Banco diz respeito à bancarização dos clientes do Crediamigo. Em relação às contas correntes, foram abertas 443.352 no decorrer do ano de 2015, sem cobrança de tarifa.

Além da inclusão creditícia e bancária, o Programa Crediamigo oferece a seus clientes orientação empresarial e ambiental para propiciar informação e melhorar o conhecimento do público atendido. A orientação contempla temas como planejamento, vendas, custos, controles, meio ambiente, uso consciente do crédito e associativismo.

Microcrédito Rural – Agroamigo

O Agroamigo, programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, com utilização de metodologia própria, cuja principal característica é a forte presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades.

Consideradas a importância desse público e as suas peculiaridades, o Banco do Nordeste definiu modelo de negócio diferenciado, estabelecendo metodologia de microfinança para os agricultores familiares de menor renda, o Agroamigo, que se baseia nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Essa metodologia é própria para as condições do meio rural, com atendimento integral nas comunidades e incentivo ao desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias e não agropecuárias.

O Agroamigo atende aos agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf em operações de até R$ 15 mil, exceto dos Grupos A e A/C.

No ano de 2015, o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo, R$ 1,84 bilhão, representando elevação no montante financiado de R$ 306,7 milhões com crescimento de 20% em relação a 2014. O Programa conta com uma carteira ativa de R$ 3,39 bilhões com 1.097.484 clientes.

As ações e projetos realizados em 2015 voltadas ao Agroamigo objetivaram a divulgação do Programa, melhorias no atendimento aos clientes, capacitação da equipe e a implantação de melhorias no processo operacional e qualificação do crédito.

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal destinado a apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), no Nordeste, esse segmento abrange 2,2 milhões de estabelecimentos rurais que representam 89% do total, ocupando 37% da área da região. Ressalte-se, ainda, a importância da Agricultura Familiar na produção de alimentos básicos.

O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R$ 8 bilhões, o que corresponde a 1,6 milhão de operações na posição de dezembro de 2015.

No ano de 2015, o Banco contratou 468.310 financiamentos com o segmento da Agricultura Familiar, envolvendo o total de R$ 2,3 bilhões de recursos. Do total dos recursos, 66,9% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Esse segmento compreende a carteira de agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, excetuando-se os clientes que compõem a carteira de Microfinança Rural (Agroamigo).

Destacam-se os resultados da linha de crédito Pronaf Mais Alimento com volume de contratação na ordem de R$ 227,8 milhões e, ainda, o crescimento de dois importantes programas voltados para sustentabilidade e boa convivência com o meio ambiente, o Pronaf Eco e o Pronaf Floresta, que ampliaram o volume de contratação em 20% em comparação ao ano anterior.

O Pronaf Mulher, importante linha de crédito voltado para inclusão produtiva da mulher agricultora, contratou R$ 4,4 milhões, em 187 operações, mantendo o bom volume de contratação.

As ações e projetos realizados em 2015 voltados à Agricultura Familiar objetivaram melhorias na concessão do crédito, na renegociação de dívidas e atendimento aos clientes.

Crédito Fundiário

O Banco do Nordeste financia a aquisição de imóveis rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), ambos integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, programa gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O programa Combate à Pobreza Rural é composto de dois subprojetos: Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares à associação de agricultres contemplados com o SAT. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

Em 2015, pelo programa Combate à Pobreza Rural foram contratadas 815 operações, envolvendo recursos da ordem de R$ 48,3 milhões, sendo 728 operações no valor total de R$ 25,6 milhões do SAT, e 87 operações no valor total de R$ 22,7 milhões do SIC.

No mesmo período, por meio do programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 14 operações, no valor total de R$ 999 mil.

Negócios com Pessoas Físicas

A estratégia de atuação do Banco para o segmento Pessoa Física visa ao atendimento prioritário a clientes sócios e funcionários de empresas públicas ou particulares, profissionais liberais, funcionários e aposentados das empresas coligadas e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A área comercial do Banco oferece uma ampla gama de produtos e serviços bancários para essa base diversificada de pessoas físicas. Os serviços oferecidos incluem, além dos produtos de crédito, os produtos de seguro e capitalização, cartões de crédito e produtos e soluções personalizados criados especificamente para atender às demandas dos clientes. O Banco também disponibiliza para esse público uma variedade de opções para investimento, além da tradicional poupança.

O Segmento Pessoa Física encerrou o ano de 2015 com uma expansão na base de clientes de 18% e saldo médio de R$ 309,98 milhões em operações de Crédito Comercial - Pessoa Física, equivalendo a um crescimento de 21,42% comparado a 2014. No tocante à variável Captação de Recursos, a carteira de Pessoa Física atingiu a marca de R$ 2,3 bilhões em saldo médio.

Esse desempenho é reflexo das ações com foco no cliente, nos processos, na sustentabilidade dos negócios e na ampliação e melhoria dos produtos e serviços destinados ao segmento Pessoa Física.

Agronegócios Pessoa Física e Micro e Pequeno Produtor Rural

Para cumprir sua missão, o Banco do Nordeste, por meio de financiamentos, formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, organizacionais e ambientais na região Nordeste, no norte de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo. A atuação do Banco baseia-se, sobretudo, no atendimento da cadeia produtiva do agronegócio, no uso sustentável dos recursos naturais, na conservação do meio ambiente e no bem-estar social.

O Banco do Nordeste tem atuação destacada no apoio ao Agronegócio, contribuindo fortemente para o crescimento e consolidação do setor. As operações de investimento são fundamentais no processo de expansão das áreas, implantação de infraestrutura produtiva e melhoria tecnológica dos empreendimentos, proporcionando o aumento da produção e da produtividade e o dinamismo da economia na região. A modalidade de financiamento através do programa Planta Nordeste (custeio rotativo) é o grande diferencial em termos de ferramenta operacional, pois além de se figurar como mitigador de risco proporciona agilidade na contratação das operações.

A materialização das ações ocorre sob a forma da realização de negócios, envolvendo a concessão de créditos e a disponibilização de um conjunto de produtos e serviços bancários comercializados pelo Banco do Nordeste, bem como a formalização de parcerias com instituições relacionadas ao segmento.

Em 2015, o desempenho das contratações de operações do BNB no agronegócio, com produtores pessoas físicas, atingiu o total de R$ 1,26 bilhão em 498 operações, com recursos do FNE, superando a meta. Esse valor corresponde a um crescimento de 26,5% em relação ao ano de 2014. Em 2015, o Banco do Nordeste contratou 6.082 operações de crédito de longo prazo para o Segmento de Pequeno e Mini Produtor Rural, pessoa física. Os recursos aplicados, oriundos do FNE, correspondem a R$ 1,01 bilhão, valor que superou a meta estabelecida para esse segmento. O incremento em relação ao ano de 2014 é de 18,2%.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Banco do Nordeste vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do Governo Federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo FIFA 2014.

Quanto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), durante o exercício de 2015, não houve contratação de operações enquadradas no Programa. No entanto, até o final de 2015, o Banco acumulava 60 financiamentos contratados, envolvendo empreendimentos dos setores de energia (petróleo e gás natural, geração e distribuição de energia) e transportes (construção de ferrovia), enquadrados no PAC 1 e PAC 2, viabilizando investimentos na ordem de R$ 45,8 bilhões. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, participaram no período em referência com R$ 4,8 bilhões e R$ 5,2 bilhões, respectivamente, somando R$ 10 bilhões, correspondendo a 10% dos investimentos totais.

Em relação ao evento Copa do Mundo, durante o exercício de 2015, não foram contratadas novas operações. No entanto, até o final de 2015, o Banco acumulava 79 operações contratadas, sendo 47 com recursos do Programa FNE - Proatur no montante de R$ 1,28 bilhão e 32 operações do FNE - MPE - Turismo no valor total de R$ 63,5 milhões, totalizando R$ 1,3 bilhão, conforme critérios de enquadramento estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional e Ministério do Turismo em consonância com os órgãos de controle externo, viabilizando investimentos totais de R$ 2,6 bilhões.

Negócios com Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

O segmento de Micro e Pequenas Empresas é composto por clientes que apresentam faturamento anual de até R$ 3,6 milhões. A iniciativa se alinha às diretrizes governamentais, notadamente às que regem o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que determinam às instituições financeiras oficiais o direcionamento de suas ações para apoio às micro e pequenas empresas.

O Banco do Nordeste vem trabalhando permanentemente no sentido de apoiar financeiramente às Micro e Pequenas Empresas da região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O Banco do Nordeste financiou, no exercício de 2015, o montante de R$ 2,8 bilhões referentes às contratações com micro e pequenas empresas, por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazo, sendo R$ 2,1 bilhões com recursos do FNE, referente às operações de longo prazo e R$ 647,3 milhões, em operações de crédito de curto prazo utilizando, neste caso, recursos internos.

Em 2015 foram atendidas 24.473 micro e pequenas empresas. O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R$ 1,5 bilhão em contratações, correspondendo a 54,3% do total de recursos aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 12.889 operações, o que representa 51% do total das operações efetivadas.

Negócios Empresariais

O segmento Empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R$ 3,6 milhões até R$ 200,0 milhões. Ao final de 2015,

o Banco alcançou o quantitativo de 6.913 clientes, apresentando um incremento de 18% em relação à quantidade de clientes existentes ao final de 2014. Em 2015 segmento apresentou os seguintes resultados: contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior no valor de R$ 2,2 bilhões, contratações de crédito Especializado, incluindo operações com recursos do FNE, no valor de R$ 2,8 bilhões e saldo médio de captação de recursos no valor de R$ 2,1 bilhões.

Negócios *Corporate*

O segmento Corporate é composto por 622 clientes que apresentam faturamento anual superior a R$ 200 milhões. Em 2015 foram contratadas operações de longo prazo no montante de R$ 1,7 bilhão, sendo, com recursos oriundos do FNE, R$ 1,6 bilhão; com o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), R$ 53,6 milhões; e, L.C.A, R$ 33,4 milhões. Já no âmbito do curto prazo (Recursos Internos e Externos) foi contratado em torno de R$ 1,0 bilhão com os clientes deste segmento. O saldo médio das aplicações financeiras do segmento Corporate correspondeu a R$ 3,3 bilhões no ano de 2015.

Negócios com Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à Administração Pública Indireta, as ditas "não dependentes", conforme legislação vigente.

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como Mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de Transferências Voluntárias do Orçamento Geral da União - OGU para Estados, Municípios e entidades não governamentais.

O Banco também disponibiliza produtos e serviços voltados ao setor público, destacando-se os fundos de investimentos destinados exclusivamente a receber recursos dos regimes próprios da previdência social instituídos pelo Governo Federal, Governo dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fazem parte também dessa linha de produtos voltados para este público os programas de crédito com recursos do BNDES, por meio das quais Estados e Municípios podem ter acesso a financiamentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados a intervenções em vias públicas, rodovias e estradas ou renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar.

Até 2015, os negócios realizados pelo Banco com o Segmento Governo, por meio da contratação de operações de crédito e captação de recursos, alcançaram, respectivamente, o volume R$ 1,6 bilhões de saldo devedor e R$ 800 milhões de saldo de captações, com um total de 1.962 clientes.

Negócios de Crédito Comercial

Importante registrar que os empréstimos de Crédito Comercial, de forma isolada ou complementar aos investimentos, compreendem os produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Desconto de Títulos, Contas Garantidas e Cartões de Crédito.

Os recursos utilizados são provenientes de Recursos Próprios do Banco (fonte: Recin), os quais foram destinados para dar apoio aos agentes produtivos da Área de atuação do Banco, nos setores da indústria, comércio, turismo, agroindústria e serviços.

Em 2015, o Banco aplicou cerca de R$ 3,2 bilhões relativos ao saldo médio das operações de crédito comercial. Fazendo-se uma comparação com a aplicação de recursos realizada no ano de 2014 (R$ 2,8 bilhões), verifica-se um crescimento nas aplicações em 20,90%.

Negócios de Comércio Exterior e Câmbio

A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2015 atingiu o montante de R$ 5,9 bilhões entre operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens de moedas, representando crescimento de 96,67% em relação ao ano de 2014. Números bastantes representativos, mesmo quando consideramos a parcela que pode ser atribuída à valorização cambial, que foi de 47% no período.

Além do crédito, os clientes contam com o suporte necessário aos seus negócios internacionais por meio da oferta de serviços como transferências financeiras, câmbio pronto de exportação e importação e cobrança de exportação e de importação. Por meio da realização de operações de câmbio e comércio exterior, o Banco do Nordeste mantém o suporte para que as empresas nordestinas acessem os mercados internacionais, desempenhando o seu papel desenvolvimentista.

Cartão BNDES

O Banco do Nordeste iniciou a operacionalização do Cartão BNDES em junho de 2015.

Até o final de dezembro de 2015, foi concedido um limite total de R$ 3,1 mil, tendo-se registrado um montante de R$ 768 mil em compras já realizadas com o cartão.

Nesse mesmo período, foram solicitados no Portal do CARTÃO BNDES mais de 1.200 cartões, cujos pedidos ainda passarão por análise, aprovação e formalização de crédito antes da liberação final do cartão para aquisição de bens.

Estudos, Pesquisas e Avaliações

O BNB também elabora, promove e difunde conhecimentos técnicos, científicos e estratégias, bem como planeja, formula, coordena e avalia políticas e programas, por meio do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene). Dentre os estudos e ações efetivadas no âmbito do Etene em 2015, destacaram-se:

- Lançamento dos Perfis Socioeconômicos dos Estados do Nordeste – Edição 2015;
- Lançamento dos novos índices criados pelo Etene (metodologia própria): Inflação Nordeste (IPCA-NE) e Cesta Básica Regional;
- Elaboração e publicação de estudos e informes macroeconômicos e sobre o setor industrial e o de serviços. Informes rurais sobre setores, segmentos e atividades agrícolas e pecuárias do Nordeste;
- Elaboração do Mapa de Investimentos Previstos para a Região Nordeste;
- Elaboração do trabalho de identificação de setores estratégicos para o Nordeste em tempos de crise;
- Lançamento da Edição Especial da Revista Econômica do Nordeste (REN) – Agroamigo 10 Anos;
- Avaliação dos impactos econômicos gerados pelos desembolsos do Prodetur NE/II, no período de 2007 a 2012, utilizando a metodologia de controle sintético (*Synthetic Control*);
- Elaboração e publicação da Revista BNB Conjuntura Econômica (quatro edições em 2015);
- Elaboração de estudos estatísticos: A Indústria Extrativa e de Transformação na Região Nordeste 1996-2012; Comércio Exterior da Região Nordeste 2015, Pecuária no Nordeste: 2000 a 2014 e o Perfil dos Estados do Nordeste; e
- O conjunto de informações apresentada na forma de estudos, mapas temáticos e de dados estatísticos, relativas à área de atuação do BNB, abrange a Região Nordeste e o Norte dos Estados de Espírito Santo e Minas Gerais.

1.10.4. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é o principal financiador de projetos de investimentos de longo prazo na economia brasileira, constituindo assim o braço financeiro da política nacional de apoio ao desenvolvimento produtivo.

Em 2015, foram desembolsados R$ 136 bilhões para projetos de investimento, o que representa um montante 28% inferior ao praticado no ano passado. O desempenho acompanha a desaceleração da demanda por novos investimentos no Brasil e foi também influenciado pelas condições de financiamento mais restritivas que vigoraram a partir de 2015, no contexto da política de ajuste fiscal implementada pelo governo federal.

O Banco apoia um amplo conjunto de segmentos produtivos e atende a todas as faixas de portes de empresas. Analisando os desembolsos, o setor de infraestrutura foi o grande destaque como destinatário de 40,4% do total financiado, seguido pela indústria (27,1%), comércio e serviços (22,4%) e agropecuária (10,1%).

Mesmo diante do cenário de retração, o Banco manteve níveis consistentes de apoio em áreas importantes. Destaque para os projetos de energia elétrica, que receberam R$ 21,9 bilhões (alta de 15% em relação a 2014); e logística, que obteve R$ 20 bilhões em financiamentos (crescimento de 8% face a 2014).

No apoio à inovação, o Banco conseguiu manter um nível relevante de apoio, com desembolsos de R$ 6 bilhões em 2015, igualando o montante recorde observado no ano anterior. Alguns destaques foram projetos de apoio a esforços de engenharia no setor aeronáutico, microeletrônica, e de suporte ao desenvolvimento da biotecnologia avançada na área de biofármacos, biocombustíveis e bioquímicos.

Resultados da Atuação do BNDES

As tabelas a seguir trazem as liberações, as contratações, os desembolsos e os saldos a liberar das operações do Banco em 2015.

LIBERAÇÕES, CONTRATAÇÕES E SALDO A LIBERAR DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

	LIBERAÇÕES					
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
agricultura	0	115.839.660	193.493.794	136.062.392	30.126.440	475.522.286
indústria	480.432.219	4.114.455.014	10.870.996.689	5.161.648.811	453.652.763	21.081.185.495
comércio	11.409.604	63.457.452	1.138.458.609	201.109.276	52.924.068	1.467.359.008
outros serviços	5.271.709.606	11.776.852.919	22.074.478.551	4.223.851.606	4.190.605.778	47.537.498.460
indireto	6.080.822.656	6.443.987.776	25.437.466.639	19.240.491.537	8.177.711.572	65.380.480.179
TOTAL	11.844.374.085	22.514.592.821	59.714.894.281	28.963.163.622	12.905.020.620	135.942.045.428

Fonte: BNDES

	CONTRATAÇÕES						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	INTERESTADUAL	BRASIL
agricultura			50.944.494		31.299.000	89.477.000	171.720.494
indústria	158.505.038	3.115.947.623	9.568.341.971	591.307.086	290.329.000	1.399.223.184	15.123.653.902
comércio			71.277.991	123.451.835	4.999.000	161.907.000	361.635.825
outros serviços	1.242.106.398	10.466.288.341	20.818.765.951	2.241.547.676	878.327.700	1.007.007.870	36.654.043.936
indireto	3.063.891.388	5.629.164.510	23.593.093.180	16.883.350.135	6.850.659.402	380.382.584	56.400.541.200
TOTAL	4.464.502.825	19.211.400.475	54.102.423.587	19.839.656.731	8.055.614.101	3.037.997.638	108.711.595.357

Fonte: BNDES

	SALDO A LIBERAR DE OPERAÇÕES CONTRATADAS						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	INTERESTADUAL	BRASIL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Interestadual	Brasil
agricultura	28.004.570	266.583.202	168.852.560	103.659.719	21.457.306	542.366.248	1.130.923.603
indústria	2.140.010.846	4.551.635.121	28.500.657.934	4.232.620.531	1.031.655.526	1.437.980.971	41.894.560.930
comércio		1.203.430	1.131.089.022	185.422.745	12.324.952	527.448.874	1.857.489.023
outros serviços	4.370.756.696	13.719.467.874	42.567.662.527	6.270.184.083	4.042.723.034	8.824.335.919	79.795.130.133
indireto	1.668.767.593	2.077.773.657	9.049.542.110	4.181.034.197	2.382.788.114	881.320.462	20.241.226.133
TOTAL	8.207.539.705	20.616.663.284	81.417.804.153	14.972.921.275	7.490.948.932	12.213.452.473	144.919.329.822

Fonte: BNDES

As tabelas a seguir trazem a variação do Saldo em Carteira das Operações de Financiamento (não constam operações com ações e operações estritamente financeiras, mas constam as operações de aplicações por meio de debêntures):

SALDO DA CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

	SALDO DE CARTEIRA 2014						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	5.277.931.722	488.678.837	1.930.616.669	110.895.582	533.216.971	1.306.417.043	9.647.756.824
indústria	4.489.791.908	30.718.166.464	79.972.929.324	12.537.548.779	12.253.648.487	13.326.868.530	153.298.953.491
comércio	247.282	256.923.298	1.878.002.865	193.769.542	38.651.684	2.028.493.099	4.396.087.771
outros serviços	36.137.565.383	40.022.936.487	97.255.787.628	17.582.146.225	23.035.257.183	44.427.483.357	258.461.176.263
indireto	28.047.096.153	30.309.022.933	124.541.934.939	87.919.280.167	36.365.712.979	2.825.471.693	310.008.518.864
Total	73.952.632.449	101.795.728.019	305.579.271.424	118.343.640.295	72.226.487.304	63.914.733.722	735.812.493.213

Fonte: BNDES

	SALDO DE CARTEIRA 2015						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	318.490.637	390.508.750	536.357.016	99.691.874	96.671.359	1.628.979.773	3.070.699.410
indústria	5.272.847.797	33.756.364.553	73.313.114.155	15.216.474.525	11.744.503.257	13.245.550.690	152.548.854.978
comércio	0	209.756.585	2.285.808.871	307.935.098	22.719.618	1.736.375.575	4.562.595.747
outros serviços	36.261.823.926	52.917.055.556	111.151.426.048	19.637.219.992	24.357.429.993	49.591.847.008	293.916.802.523
indireto	30.375.313.566	23.461.232.470	110.769.450.468	80.768.241.806	38.054.528.785	2.953.177.478	286.381.944.574
Total	72.228.475.926	110.734.917.915	298.056.156.559	116.029.563.295	74.275.853.012	69.155.930.524	740.480.897.232

Fonte: BNDES

	VARIAÇÃO DE CARTEIRA 2015-2014						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	-4.959.441.085	-98.170.087	-1.394.259.653	-11.203.708	-436.545.612	322.562.730	-6.577.057.414
indústria	783.055.889	3.038.198.090	-6.659.815.169	2.678.925.747	-509.145.230	-81.317.840	-750.098.513
comércio	-247.282	-47.166.713	407.806.007	114.165.555	-15.932.066	-292.117.525	166.507.977
outros serviços	124.258.543	12.894.119.069	13.895.638.420	2.055.073.768	1.322.172.810	5.164.363.651	35.455.626.259
indireto	2.328.217.413	-6.847.790.463	-13.772.484.470	-7.151.038.361	1.688.815.807	127.705.785	-23.626.574.290
Total	-1.724.156.522	8.939.189.895	-7.523.114.865	-2.314.076.999	2.049.365.709	5.241.196.802	4.668.404.019

As tabelas a seguir trazem os fluxos financeiros da Carteira das Operações de Financiamento (não constam operações com ações e operações estritamente financeiras, mas constam as operações de aplicações por meio de debêntures):

FLUXOS FINANCEIROS DA CARTEIRA DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

	AMORTIZAÇÃO 2015						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	0	739.585	39.662.385	4.880.300	18.632.191	57.951.032	121.865.493
indústria	792.456.935	5.048.751.861	10.767.848.282	2.132.468.679	1.639.069.753	2.387.246.749	22.767.842.260
comércio	0	11.748.555	223.215.284	17.693.333	642.247	764.529.720	1.017.829.139
outros serviços	1.745.139.043	6.213.399.797	18.372.741.435	1.644.755.980	1.325.466.276	5.124.768.922	34.426.271.452
indireto	4.303.805.698	9.164.887.344	40.408.342.307	26.124.150.565	8.886.068.424	252.656.631	89.139.910.969
Total	6.841.401.676	20.439.527.142	69.810.561.363	29.923.948.857	11.869.878.892	8.587.153.055	147.473.719.315

Fonte: BNDES

	JUROS 2015						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	9.038.167	19.496.991	31.907.275	6.570.377	7.551.977	102.752.275	177.317.062
indústria	185.064.933	2.171.423.759	3.508.648.866	723.842.212	749.739.450	660.658.118	7.999.377.337
comércio	0	4.260.458	90.776.233	11.278.063	875.403	157.347.259	264.537.416
outros serviços	1.527.715.670	2.914.272.506	7.620.653.403	1.196.940.970	948.128.100	2.972.998.631	17.180.709.280
indireto	1.015.622.301	910.487.339	4.395.496.021	2.754.720.731	1.345.838.923	97.490.216	10.519.655.530
Total	2.737.441.071	6.019.941.053	15.646.233.467	4.693.352.353	3.052.133.853	3.991.246.499	36.141.596.626

Fonte: BNDES

	OUTROS EVENTOS 2015*						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
agricultura	117.912	449.343	200.087	56.497	56.399	1.499.593	2.379.831
indústria	1.127.776	3.339.709	72.009.684	6.490.023	13.115.646	4.373.519	100.456.357
comércio	0	0	57.551	66.047	28.077	418.648	570.323
outros serviços	2.277.224	7.818.339	100.620.806	10.006.054	593.235	6.832.789	128.148.447
indireto	2.662.689	1.865.565	5.236.439	5.346.127	5.943.001	48.265	21.102.085
Total	6.185.602	13.472.955	176.876.237	21.964.747	19.736.359	13.172.814	252.657.043

Fonte: BNDES / * multas, juros de mora etc

Impacto Fiscal das Atividades do BNDES

O ano de 2015 foi marcado por uma mudança significativa na relação entre BNDES e União. Diferentemente do período entre 2008 e 2014, nenhum contrato de financiamento, renegociação ou capitalização foi celebrado.

Adicionalmente, em dezembro de 2015, ocorreu a liquidação antecipada de dois contratos entre empresas do Sistema BNDES e a União no valor de R$ 15,76 bi[18].

A liquidação de contratos desse tipo reduz a dívida bruta da União sem gerar, entretanto, impacto sobre a dívida líquida, uma vez que o ativo da União contra o BNDES também é cancelado. A tabela abaixo apresenta o cronograma de liquidações dos mencionados contratos.

2015		
CONTRATO	DATA	VALOR
CT 390 (SELIC)	24/12/2015	R$ 1.698.225.524,19
CT 895 (US$)	24/12/2015	R$ 3.963.200.000,00
CT 895 (US$)	29/12/2015	R$ 3.918.600.000,00
CT 895 (US$)	30/12/2015	R$ 4.234.120.000,00
CT 895 (US$)	31/12/2015	R$ 1.952.400.000,00
TOTAL		R$ 15.766.545.524,19

Fonte: BNDES

Considerados os valores antecipados conforme tabela acima, o BNDES efetuou pagamento de principal em valor total de R$ 18,71 bi.

A despesa com juros referentes aos contratos entre União e BNDES, em regime de caixa, foi de R$ 5,96 bi. Já em regime de competência, a despesa total com juros foi de R$ 31,30 bi.

Acrescentando uma variação cambial de R$ 10,46 bi e uma correção monetária de R$ 0,43 bi, a remuneração total dos créditos da União com o BNDES, por regime de competência, foi de R$ 42,19 bi.

Ao longo do ano de 2015 o Tesouro Nacional realizou o pagamento R$ 30,68 bi ao BNDES a título de equalização de taxa de juros.

Com isso, o BNDES terminou o ano com saldo de equalizações a receber referentes apenas à competência do segundo semestre de 2015, zerando pendências de vários anos. Já o BNDES pagou R$ 0,23 bi em equalizações negativas à União.

Outras fontes de contribuição fiscal do BNDES ao longo de 2015 foram os pagamentos de proventos à União de R$ 4,97 bi, sendo R$ 1,63 bi a título de dividendos complementares referentes ao exercício 2014, R$ 2,39 bi de juros sobre o capital próprio e R$ 0,95 bi de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2015.

Já os pagamentos de tributos atingiram R$ 5,26 bi ao longo do ano passado, conforme tabela a seguir:

R$ BILHÕES

TRIBUTO	VALOR PAGO EM 2015
IRPJ	2,58
CSLL	1,28
PIS/PASEP	016
COFINS	0,97
ISS	0,01
IOF	0,01
CIDE	0,00
INSS	0,25
TOTAL	5,26

Fonte: BNDES

Finalmente, destaca-se que o CMN elevou gradualmente a TJLP de 5% a.a., patamar em que se encontrava em 2014, até 7% a.a. ao final de 2015 e 7,5% a.a. no primeiro trimestre de 2016.

Esse aumento contribuiu para reduzir a dívida líquida da União, uma vez que os créditos da União junto ao BNDES são remunerados majoritariamente por esta taxa, ainda que o aumento também eleve (em menor magnitude) as despesas da União com Equalizações.

Os limites de recursos equalizáveis no âmbito do PSI também foram reduzidos em R$ 30,5 bi, por meio da Resolução CMN 4.440/2015.

As taxas de operações do PSI contratadas em 2015 também foram elevadas, que assim como os outros eventos descritos acima trabalharam no sentido de reduzir o impacto fiscal da relação entre BNDES e União.[19]

Avaliação Sobre as Respectivas Políticas de Aplicação de Recursos à Luz do Disposto no art. 106 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2015 - Lei 13.080/2015.

I – Para o BNDES

Apoio à Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME

A recessão em 2015 teve significativo impacto sobre a utilização dos recursos de financiamento disponíveis para as micro, pequenas e médias empresas em 2015. Essa contração pôde ser percebida em maior magnitude na comercialização de equipamentos via BNDES-Finame, que são as operações mais ágeis e, consequentemente, mais rapidamente cortadas pelas empresas numa situação de retração de perspectivas de demanda.

18 Referente aos contratos nº 390/PGFN/CAF e nº 895/PGFN/CAF. Mais informações podem ser obtidas na Nota à Imprensa emitida pelo Ministério da Fazenda em 27/01/2016, que pode ser encontrada em: http://www.fazenda.gov.br/noticias/2016/janeiro/liquidacao-antecipada-de-contratos-do-bndes-junto-ao-tesouro-nacional

Cabe destacar que a operação de liquidação antecipada foi interessante para o BNDES, uma vez que os contratos eram os mais onerosos para o BNDES, com custo elevado em comparação com a TJLP.

19 Anualmente, o BNDES elabora estudo sobre o impacto fiscal das operações junto à União e o disponibiliza em uma seção do Relatório Gerencial Trimestral dos Recursos do Tesouro Nacional, enviado ao Congresso Nacional. O cálculo leva em consideração, além da diferença entre a remuneração dos contratos e o custo de captação da União, efeitos sob a ótica do custo econômico líquido para a sociedade, diferente da ótica da contabilidade pública. O cálculo referente ao ano de 2015 ainda não foi finalizado, mas o exemplo do cálculo pode ser encontrado em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Relatorio_Recursos_Financeiros_1trimestre2015.pdf

	DESEMBOLSO (R$ MILHÕES)				CRESCIMENTO (%)	
	2012	2013	2014	2015	MÉDIA 3 ANOS	ANO ANTERIOR
Finame	30.010	44.267	39.993	17.832	-53%	-55%
BNDES Automático	9.387	8.243	6.558	7.016	-13%	7%
Cartão BNDES	9.543	10.023	11.547	11.252	8%	-3%
Bndes Finem	610	439	693	693	19%	0%
Outros	571	572	583	560	-3%	-4%
BNDES	50.122	63.543	59.374	37.353	-35%	-37%

	DESEMBOLSO (R$ MILHÕES)				CRESCIMENTO (%)	
	2012	2013	2014	2015	MÉDIA 3 ANOS	ANO ANTERIOR
Agricultura	9.217	15.026	13.745	11.759	-7%	-14%
Indústria	10.663	11.210	9.109	5.573	-46%	-39%
Comércio	10.093	11.990	11.497	7.618	-32%	-34%
Transportes	11.935	15.977	15.239	5.687	-60%	-63%
Outros	8.214	9.340	9.784	6.715	-26%	-31%
BNDES	50.122	63.543	59.374	37.353	-35%	-37%

Programa BNDES Revitaliza

Os desembolsos do programa BNDES de Revitalização de Empresas (BNDES Revitaliza) alcançaram R$ 111,0 milhões em 2015. Destes, R$ 21,1 milhões foram utilizados por micro, pequenas e médias empresas.

Foram apoiadas empresas de 10 Estados, com destaque para a Região Sul (R$ 54,9 milhões ao todo, sendo R$ 41,4 milhões em Santa Catarina) e a Região Nordeste (R$ 36,8 milhões ao todo, sendo R$ 35,5 milhões em Pernambuco.

Financiamento nas áreas de saúde, educação, meio ambiente

Em virtude da diversidade de segmentos contidos, o BNDES não tem como apurar uma informação consolidada desta complexidade através de seus sistemas corporativos. Cabe destacar o apoio do BNDES a projetos na esfera da mobilidade urbana, que contou com R$ 8,5 bilhões em desembolsos em 2015 (alta de 30% em relação a 2014).

Investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica

Os financiamentos do BNDES relacionados aos investimentos do setor de energia elétrica atingiram R$ 21,9 bilhões em 2015. O salto mais relevante nos financiamentos à área de energia foi dado pelos projetos eólicos, que receberam desembolsos de R$ 6,6 bilhões, o que significa expansão expressiva de 85% frente ao ano anterior.

Economia Solidária

O desembolso do BNDES através do Departamento de Economia Solidária da Área de Agropecuária e Inclusão Social (Agris/Desol) alcançou R$ 18,3 milhões em 2015. Estes valores excluem as operações de apoio ao microcrédito. São exemplos de ações apoiadas pelo AGRIS/DESOL nessa temática:

a) Programa TERRA FORTE

O Programa Terra Forte tem como finalidade promover a redução das desigualdades, a inclusão social e o desenvolvimento territorial, por meio do apoio a estruturação de empreendimentos produtivos coletivos vinculados a assentamentos da reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em todo o território nacional. Foi elaborado no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02/06/2011, que tem como um dos eixos prioritários a inclusão produtiva das populações em situação de pobreza. Um dos objetivos do referido Plano é ampliar a produção no campo, promovendo o acesso de populações em situação de risco social aos meios de produção e aos mercados, bem como ampliar e fortalecer a segurança alimentar.

O Programa foi formalizado por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre BNDES, Fundação Bando do Brasil, Banco do Brasil, MDS, CONAB e INCRA, com a interveniência da União, por meio do MDA e da SG/PR. Em relação à sua governança, conta com um Comitê Gestor (CG), estratégico, responsável pela definição das diretrizes gerais, e um Comitê de Investimentos (CI), operacional, responsável pela organização dos trabalhos, subsídios às decisões do CG e aprovação de projetos. Os comitês são formados por representantes dos parceiros do Programa.

O apoio se dá nas seguintes linhas de ação:

- produção ou produtividade agropecuária;
- implantação ou modernização de agroindústrias; e
- comercialização dos produtos agroindustrializados.

Pretende-se, ao agregar valor a produtos oriundos desses assentamentos, possibilitar a geração de novos postos de trabalho, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida da população dos assentamentos e entornos.

Foram selecionados, até o momento, 32 projetos de cooperativas da agricultura familiar, cujas cadeias produtivas englobam os seguintes produtos: leite e derivados, café, arroz, grãos diversos, coco, caju, café, frutas, mandioca, cana de açúcar e erva mate. Os orçamentos originais totalizam cerca de R$ 136 milhões, dos quais R$ 94 milhões são em recursos não reembolsáveis. A distribuição regional dos projetos selecionados se deu da seguinte forma:

REGIÃO	Nº DE PROJETOS	NÃO REEMBOLSÁVEL (R$)	TOTAL (R$)
Norte	2	4.563.463,29	5.651.708,00
Nordeste	7	18.147.366,56	20.754.834,00
Centro-oeste	5	7.273.911,81	9.493.104,00
Sudeste	7	21.309.238,79	29.378.249,00
Sul	11	42.613.435,13	70.583.298,00
TOTAL	32	93.907.415,58	135.861.194,00

Até o momento, o Comitê de Investimentos aprovou 10 projetos que somam um valor total de R$ 59.311.454,15, sendo R$ 36.186.908,28 recursos não reembolsáveis do BNDES Fundo Social.

Os investimentos apoiados pelo BNDES preveem itens como: máquinas e equipamentos; móveis, utensílios e material permanente; veículos e caminhões; construção, adequação e reparo em imóveis; equipamentos de informática, comunicação e *software*.

Além disso, também está previsto apoio concedido por outros parceiros do Programa (Incra, Conab, MDA, Banco do Brasil) para itens como:

- assistência técnica aos produtores de matéria-prima relacionada à agroindústria;
- assessorias especializadas em gestão, economia, tecnologia e meio-ambiente;
- capacitação nos campos da organização social, da educação ambiental, da gestão organizacional e na área técnico-operacional;
- assistência técnica e acompanhamento dos projetos apoiados;
- elaboração de estudos, diagnósticos, análises de mercado, projetos e planos de negócios, publicações, assessoramento em avaliação e monitoramento de projetos e material de divulgação;
- capital de giro associado ao investimento e despesas pré-operacionais;
- contratação de entidade(s) para a realização de avaliação dos impactos sociais dos projetos apoiados; e
- crédito para realização de despesas operacionais relacionadas à produção agropecuária dos cooperados/associados das entidades proponentes.

b) ECOFORTE – Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica

Foi instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 13.2.1089.1, celebrado em 17/10/2013, pela União, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR; do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; do Ministério do Meio Ambiente – MMA; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab; pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; pela Fundação Banco do Brasil – FBB e pelo Banco do Brasil S.A., bem como instituído um Comitê Gestor para o Programa, com representantes dessas instituições (Portaria Interministerial nº 56, de 09/12/2013).

O BNDES realizou, em parceira com a Fundação Banco do Brasil, o lançamento de dois Editais de Seleção de Projetos no âmbito do Ecoforte, apoiados com recursos do BNDES Fundo Social e do Fundo Amazônia, relacionados a seguir:

1. Edital de Seleção Pública de Projetos de Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica – Ecoforte Redes: Lançado em 14/03/2014, o Edital previa a seleção de projetos territoriais com foco na estruturação de unidades de referência relacionados à produção sustentável, apresentados por redes de agroecologia, com valor máximo de R$ 1,25 milhão por projeto. Foram apresentadas 161 propostas, das quais 33 propostas foram habilitadas no processo seletivo.

Os recursos disponíveis para o Edital - R$ 32,6 milhões - permitiram atender 28 das 33 propostas habilitadas. Os projetos selecionados estão em fase de execução, tendo o BNDES realizado liberações de recursos no valor de R$ 11,2 milhões, do BNDES Fundo Social e de R$ 1,4 milhão do Fundo Amazônia.

2. Edital de Seleção Pública de Projetos de Estruturação de Empreendimentos Econômicos Coletivos em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável – Ecoforte Extrativismo: o Edital, lançado em 19/09/2014, teve como objetivo a seleção de projetos voltados para a estruturação de empreendimentos coletivos, para qualificar e promover a comercialização da produção extrativista no Bioma Amazônia.

O Edital previa o aporte de R$ 6 milhões, oriundos da Fundação Banco do Brasil e do Fundo Amazônia, em projetos com valor máximo de R$ 450 mil. Foram selecionadas 10 propostas, dentre as 32 apresentadas, no valor total de R$ 4 milhões.

c) Conab

O BNDES e a Conab firmaram, em 17/12/2012, o Acordo de Atuação Conjunta nº 12.2.1268.1, bem como um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável, no valor de R$ 23 milhões, para o apoio a empreendimentos coletivos rurais de base familiar visando a sua inserção nos mercados institucional e privado de alimentos. Até o momento foram lançados dois editais de chamada de projetos, ambos com o objetivo de realizar pequenos investimentos voltados para a estruturação de circuitos de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização nos empreendimentos produtivos rurais de base familiar.

O primeiro Edital de chamada pública foi lançado em fevereiro de 2013, no valor de R$ 5 milhões, tendo sido apoiadas 98 organizações produtivas de agricultores familiares em 19 Estados com investimentos de até R$ 50 mil.

O segundo edital foi lançado em dezembro de 2013, no valor de R$ 15 milhões, priorizando as organizações de mulheres, jovens, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como o sistema de produção orgânica ou de base agroecológica, tendo sido selecionados 291 projetos, que receberão investimentos de até R$ 70 mil.

Os recursos dos editais devem ser aplicados para solucionar gargalos operacionais das organizações produtivas, permitindo expandir suas atividades, melhorar a qualidade dos alimentos, aprimorar as condições de trabalho no meio rural e proporcionar ampliação da renda dos produtores, além de favorecer, indiretamente, a população em situação de insegurança alimentar."

Microcrédito

O desembolso do BNDES através de seus programas de apoio ao microcrédito alcançou R$ 310,2 milhões em 2015 dos quais R$ 162,7 milhões aplicados na Região Nordeste e R$ 128,6 milhões aplicados na Região Sul.

O objetivo do Produto BNDES Microcrédito é promover a economia popular por meio da oferta de recursos para o microcrédito produtivo orientado a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, visando a incentivar a geração de trabalho e renda.

Consideram-se pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte aquelas que aufiram, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Dessa forma, as operações realizadas no âmbito do BNDES Microcrédito não tem foco em grupos específicos e busca atender aos microempreendedores que estão excluídos do Sistema Financeiro Tradicional.

Como exemplo de operações realizadas no BNDES Microcrédito, podemos citar: BNB, Ceape-SE, Sicoob Saromcredi, Banco da Família, Cresol Baser dentre outras.

Desenvolvimento de projetos de produção e distribuição de gás nacional e biocombustíveis nacionais

Os desembolsos do Departamento de Biocombustíveis da Área Industrial (AI/DEBIO) atingiram R$ 1.516,7 milhões em 2015. Os desembolsos em projetos de produção e distribuição de gás alcançaram R$ 371,9 milhões.

REGIÃO	DESEMBOLSO (R$ MIL)	
	DEBIO	GÁS
Nordeste	100	2.746
Sudeste	1.010.506	300.363
Sul	17.858	68.819
Centro-Oeste	488.272	-
Brasil	1.516.736	371.928

Financiamento para os setores têxtil, pesqueiro, moveleiro, fruticultor e coureiro-calçadista.

Em sintonia com a perda de dinamismo verificada na economia brasileira em 2015, a demanda por recursos desse conjunto de setores contraiu significativamente.

	DESEMBOLSO (R$ MILHÕES)				CRESCIMENTO (%)	
	2012	2013	2014	2015	MÉDIA 3 ANOS	ANO ANTERIOR
Textil	1.235	989	608	416	-56%	-32%
Moveleiro	1.028	929	610	388	-55%	-36%
Coureiro-Calçadista	835	602	273	115	-80%	-58%
Pesca e Aquicultura	32	51	37	32	-19%	-12%
Fruticultura	363	438	324	260	-31%	-20%

Financiamento de projetos e empreendimentos voltados para a cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos com tecnologias sustentáveis.

Mesmo não havendo um programa específico para esta política, ela é atingida dentro de um conjunto de ações incluídas no financiamento ao saneamento ou em processos mais amplos de apoio a Estados e Municípios, por exemplo. Cabe destacar que os desembolsos do BNDES a projetos da denominada "Economia Verde" atingiram R$ 31,3 bilhões em 2015 (aumento de 11% relação a 2014).

A Economia Verde engloba projetos de eficiência energética, energias renováveis, gestão de água, esgoto e resíduos sólidos, melhorias agrícolas, adaptação a mudanças climáticas, reflorestamento, transportes públicos, dentre outros.

Financiamento para o desenvolvimento tecnológico nacional de insumos e equipamentos voltados à área da saúde.

O desembolso do Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos, que apoia toda a cadeia de fabricação de remédios, atingiu R$ 470,1 milhões em 2015.

O financiamento ao setor de equipamentos médicos por outros departamentos operacionais do BNDES atingiu R$ 5,1 milhões no mesmo período.

II – Para a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e o BNDES

Neste âmbito foram desenvolvidos políticas voltadas para a promoção da infraestrutura e da indústria, da agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à pesquisa, ao *software* público, ao *software* livre, à capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercosul, à geração de empregos e à redução do impacto ambiental; e

As ações do BNDES de apoio à Inovação em 2015 totalizaram R$ 6.020,2 milhões, dos quais R$ 1.519,1 milhões através da Finep. Essas ações não se restringiram a linhas tradicionais de financiamento: o apoio através de operações não reembolsáveis foi de R$ 153,2 milhões; e os investimentos através de participação de capital R$ 472,9 milhões.

Em 2015, foram aprovados R$ 650 milhões para projetos de inovação em saúde, com destaque para o apoio a projetos de desenvolvimento e produção de medicamentos biotecnológicos no País.

Do ponto de vista dos resultados, foi lançado equipamento inovador para diagnóstico e tratamento de câncer de pele por meio de tecnologia fotodinâmica, parceria entre a Universidade de São Paulo (USP) e a empresa *MM Optics*.

O produto foi desenvolvido com recursos do BNDES Funtec contratado em 2010, no valor de R$ 4 milhões. Em seu primeiro ano foram vendidos 242 equipamentos, sendo 28 exportados, totalizando receitas de R$ 3,4 milhões.

Ao todo, quase 3 mil pessoas já foram tratadas em 75 centros de terapia fotodinâmica distribuídos pelo Brasil. A tecnologia possui grande potencial de ser incorporada pelo Sistema Único de Saúde.

Na modalidade fundos de investimento, o BNDES concluiu o processo de seleção do Gestor para o Fundo Criatec III, terceiro fundo nacional voltado para investimentos em capital semente capitaneado pelo Banco.

O fundo terá prazo total de dez anos, patrimônio comprometido superior a R$ 200 milhões e investirá em empresas inovadoras com faturamento de até R$ 12 milhões que atuem prioritariamente nos setores de tecnologias da informação e comunicação, biotecnologia, novos materiais, nanotecnologia e agronegócios.

Com relação ao apoio à inovação nas MPMEs o programa BNDES MPME Inovadora foi lançado em 2014, com o objetivo de aumentar a competitividade das micro, pequenas e médias (MPMEs) empresas brasileiras, financiando os investimentos necessários à introdução de inovações no mercado. Até o final de 2015 foram aprovadas 126 operações, no valor aproximado de R$ 209 milhões.

1.10.5. Caixa Econômica Federal

Aos 155 anos de existência, a Caixa mantém o seu compromisso de ser mais que um banco. É uma Instituição presente na vida de milhões de brasileiros, atuando na implantação de iniciativas do Governo Federal, em setores como infraestrutura, habitação, saneamento básico e benefícios sociais, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, incentivando inclusão social.

Nesse sentido, a Caixa trabalha para dar continuidade à sua atuação histórica, buscando elevar-se a novos patamares de desempenho, alinhada às políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e regionais, à indução do investimento e do dinamismo da economia do País.

Até setembro de 2015, as atividades da Empresa foram responsáveis por injetar R$ 546,4 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.

Na concessão de crédito habitacional, no financiamento da produção e do consumo e para o desenvolvimento das ações de saneamento e infraestrutura, a Caixa reafirma sua vocação de acreditar na capacidade de superação do País, especialmente frente a cenários adversos, o que é percebido pelo aumento de 15,5% no saldo da carteira de crédito que totalizou R$ 666,1 bilhões em setembro de 2015.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, nos nove meses de 2015, foram contratados pela Caixa R$ 29,3 bilhões, totalizando 263,7 mil unidades habitacionais, realizando o sonho da casa própria de muitas famílias brasileiras, ao tempo em que propiciou o aquecimento da economia por meio da construção civil.

Em relação à execução dos programas governamentais, até setembro de 2015, foram pagos R$ 20,5 bilhões em benefícios sociais e R$ 150,3 bilhões em benefícios aos trabalhadores.

O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou R$ 19,8 bilhões em benefícios no período, contribuindo para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar, devido às condicionalidades do Programa.

Na esfera negocial, a Caixa busca fortalecer constantemente o relacionamento com seus clientes, investindo na melhoria de seus produtos, serviços e canais, visando à excelência em seu atendimento.

Atualmente, a Caixa dispõe de 64,7 mil pontos de atendimento e uma base de clientes com 82,4 milhões de correntistas e poupadores. Em 12 meses, foram conquistados cerca de 5,3 milhões de clientes.

Em relação ao desempenho econômico financeiro, até setembro de 2015, a Instituição obteve lucro líquido de R$ 6,5 bilhões, evolução de 23,3% em doze meses, e totalizou R$ 1,2 trilhão de ativos próprios.

Estratégia Empresarial

A Caixa visa tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo Modelo de Gestão vigente, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade sócio empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade.

Princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o código de ética e as políticas de atuação da Empresa.

Como parte do movimento de revisão do Plano Estratégico Caixa 2012/2022, foram construídas as aspirações para as unidades funcionais e de negócios da Empresa, que consistem em um conjunto de ações programáticas que refletem o escopo de atuação e a contribuição dessas unidades para a visão de futuro da Caixa.

Essas aspirações são referenciais para a construção do Plano de Negócios da Caixa e guiam a elaboração das estratégias de atuação das áreas, incluindo as ações táticas e metas de negócios para os próximos anos.

Principais realizações

Em setembro de 2015, a carteira de crédito ampliada da Instituição somava R$ 666,1 bilhões, evolução de 15,5% em relação ao ano anterior.

A Caixa foi responsável por 34,0% do crescimento do mercado de crédito no período que vai de setembro de 2014 a setembro de 2015, obtendo participação de 20,9%.

As operações comerciais com pessoas físicas e jurídicas totalizaram R$ 197,8 bilhões, alta de 5,7% em 12 meses.

O segmento de pessoas físicas registrou R$ 103,7 bilhões, alta de 13,1% quando comparado a setembro de 2014. O saldo das operações destinadas às pessoas jurídicas totalizou R$ 94,0 bilhões.

O crédito habitacional, concedido a pessoas físicas e jurídicas, cresceu 17,2% em 12 meses, encerrando o período com saldo de R$ 375,7 bilhões.

O saldo da carteira de saneamento e infraestrutura apresentou crescimento de 33,3%, somando R$ 68,4 bilhões. As operações voltadas para o segmento de agronegócio apresentaram saldo de R$ 7,6 bilhões, ante R$ 4,2 bilhões alcançado em 2014.

CAIXA – OPERAÇÕES DE CRÉDITO (SALDO)
EM R$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SALDO		VAR. %
	SET/2014	SET/2015	
Comercial	187.031	197.758	5,7
PF	91.723	103.716	13,1
PJ	95.308	94.042	-1,3
Habitacional	320.628	375.668	17,2
Saneamento e Infraestrutura	51.321	68.402	33,3
Financiamento rural e agroindustrial	4.173	7.597	82,1
Operações de crédito vinculadas à cessão	5.544	5.514	-0,5
Outros créditos c/ características de concessão de crédito[1]	7.727	11.116	43,9
TOTAL	576.424	666.056	15,5

Fonte: Caixa Econôica Federal / (1) Em 2015 foram incluídos nos cálculos da Carteira Ampla o saldo dos adiantamentos de crédito de câmbio e adiantamento de comércio exterior

As contratações de operações de crédito da Caixa, até setembro de 2015, totalizaram R$ 349,6 bilhões. Desse total, R$ 205,2 bilhões corresponderam às contratações comerciais, com destaque para as operações com pessoas físicas que somaram R$ 115,9 bilhões.

CAIXA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO (CONTRATAÇÃO)
EM R$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CONTRATAÇÃO		
	SET/2014	SET/2015	VAR. %
Comercial	189.866	205.227	8,1
PF	105.953	115.943	9,4
PJ	83.913	89.284	6,4
Habitacional	94.477	70.559	-25,3
Saneamento e Infraestrutura	20.522	5.358	-74,0
Crédito rural	3.358	5.761	71,6
Outros Créditos	56.972	62.678	10,0
Total	365.195	349.583	(4,3)

Fonte: Caixa Econômica Federal

As operações imobiliárias, incluídos os subsídios, contrataram R$ 70,6 bilhões. Em 2015, foi aplicado em operações com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, o total de R$ 32,7 bilhões, que foram destinados à aquisição/construção de 144 mil imóveis residenciais no SFH, contribuindo com o Governo para a geração de empregos e manutenção da oferta de crédito.

CAIXA – RECURSOS SBPE
EM R$ MILHÕES

RECURSOS SBPE	VALOR	VALOR (%)	QUANTIDADE	QUANTIDADE (%)
SBPE – SFH (Imóvel residencial)	29.446.080	90,1	144.661	94,4
SBPE – Fora SFH (Imóvel residencial)	3.101.803	9,5	7.850	5,1
SBPE – Imóvel Comercial	145.235	0,4	805	0,5
TOTAL	32.693.118	100	153.316	100

Fonte: Caixa Econômica Federal

Em 2015 foram aplicados R$ 6,9 bilhões nos Programas Carta de Crédito FGTS – Aquisição e Construção Individual e Imóvel na Planta, com recursos do FGTS, totalizando 64,9 mil operações, beneficiando uma população estimada de 263,5 mil pessoas em todo o território nacional. Desse montante, R$ 633,8 milhões foram concedidos na forma de subsídio, quando da contratação do financiamento, destinados às famílias com renda até seis salários mínimos. Do total de operações contratadas com recursos do FGTS, 38,6% dos titulares são mulheres e 0,1% pessoas com mais de 65 anos.

O quadro seguinte demonstra a aplicação de R$ 6,3 bilhões, correspondendo a 90,8%, em forma de financiamento, sendo R$ 5,2 bilhões, 82,5%, destinados às famílias com renda até seis salários mínimos e, ainda, se considerada a quantidade de operações, esse percentual será de 87,0%. Dessa forma, a Caixa tem contribuído, como o Governo Federal, para a redução do déficit habitacional de famílias de baixa renda, um dos objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CCFGTS – INDIVIDUAL E IMÓVEL NA PLANTA POR FAIXA DE RENDA
EM R$ MILHÕES

SALÁRIO MÍNIMO	QUANTIDADE	%	VALOR (MIL)	%
Até 03 SM	19.073	29,4%	1.368.867	21,8%
De 03 a 06 SM	37.413	57,6%	3.810.306	60,7%
De 06 a 10 SM	8.413	13,0%	1.093.717	17,4%
Acima de 10 SM	0	0	0	0
TOTAL	64.899	100%	6.272.890	100%

Fonte: Caixa Econômica Federal

A seguir informamos a aplicação dos recursos do FGTS em forma de subsídio direto, no valor total de R$ 633,8 milhões, onde se verifica o atendimento prioritário às famílias com renda até três salários mínimos.

CCFGTS – INDIVIDUAL E FINANCIAMENTO À PRODUÇAO PF SUBSIDIO FAIXA DE RENDA EM R$ MILHÕES

SALÁRIO MÍNIMO	VALOR (MIL)	% VALOR
Até 03 SM	337.808	53,3%
De 03 A 06 SM	296.000	46,7%
De 06 A 10 SM	0	0
Acima DE 10 SM	0	0
TOTAL	633.808	100%

Fonte: Caixa Econômica Federal

Para o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, de janeiro a setembro de 2015, foram contratados pela Caixa R$ 29,3 bilhões, totalizando 263,7 mil unidades habitacionais. Dessas, 5,8% foram destinadas à Faixa 1 do programa, que atende os beneficiários com renda de até R$ 1,6 mil em modalidades integralmente subsidiadas pelo programa. O Programa Minha Casa Melhor, criado pela Lei 12.868/2013, é uma linha de financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, cujas condições de financiamento são determinadas em regulamentação do Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução 4.273/2013.

CAIXA – PROGRAMA MINHA CASA MELHOR EM R$ MILHÕES

POSIÇÃO	QUANTIDADE CONTRATOS	LIMITE CONTRATADO	VALOR UTILIZADO
2013	383.392	1.910.485.337	1.192.494.394
2014	298.694	1.491.323.112	1.502.994.873
2015	27.728	138.035.936	232.377.005
TOTAL	709.814	3.539.844.386	2.927.866.273

Fonte: Caixa Econômica Federal

CAIXA – PROGRAMA MINHA CASA MELHOR POR REGIÃO EM R$ MILHÕES

REGIÃO	QUANT. CONTRATOS	%	LIMITE DISPONIBILIZADO	VALOR UTILIZADO	LOJAS
Nordeste	255.461	36,0%	1.274.373.841	1.092.407.005	6.309
Sudeste	190.318	26,8%	948.623.267	751.645.559	10.700
Sul	114.174	16,1%	569.183.474	451.458.890	8.560
Centro Oeste	100.501	14,2%	501.360.537	414.372.584	2.515
Norte	49.360	7,0%	246.303.267	217.982.236	1.589
TOTAL	709.814	100,0%	3.539.844.386	2.927.866.274	29.673

Fonte: Caixa Econômica Federal

Além do Programa Minha Casa Melhor, há legislação própria de outra linha de concessão de crédito para aquisição de bens de consumo duráveis e de material de construção também para beneficiários do PMCMV operados na Caixa, referentes aos produtos "Móveiscard" e "Construcard".

Em relação ao crédito rural, cujos recursos são destinados ao custeio agrícola e pecuário, às operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e à projetos de infraestrutura rural, até setembro de 2015, foram contratados R$ 5,8 bilhões, atingindo saldo de R$ 7,6 bilhões.

No tocante à conquista de novos clientes, até setembro de 2015, a Instituição atingiu a quantidade de 26,1 milhões de contas correntes. As contas destinadas à pessoa jurídica totalizaram 2,3 milhões, e as voltadas para pessoas físicas, 23,8 milhões, incluindo a modalidade Conta Caixa Fácil.

Até setembro de 2015, a Caixa foi responsável pela inclusão de 413,4 mil brasileiros no sistema bancário, por meio da Conta Caixa Fácil, modalidade que possui uma base de 9,7 milhões de contas ativas. Com isso, a Caixa, ao final do período, apresentou saldo de R$ 440,0 bilhões em depósitos, incremento de 9,25% e crescimento nominal de R$ 37,3 bilhões, em 12 meses.

Foram abertas 7,2 milhões de contas poupança, até setembro de 2015, totalizando 62,2 milhões, evolução de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior e participação de mercado de 36,4%.

Esse desempenho contribuiu para que a poupança alcançasse saldo de R$ 234,5 bilhões até setembro de 2015, incremento de 2,5% em comparação ao mesmo período de 2014.

CAIXA - SALDOS DE DEPÓSITOS (VALORES EM R$ MILHÕES)

DEPÓSITOS	SALDO		VARIAÇÃO %
	SET/2014	SET/2015	2015/2014
A vista	24.574	24.263	-1,26
Poupança	228.727	234.466	2,51
A prazo	137.037	166.189	21,27
CDB/RDB	86.920	109.027	25,74
Judiciais	50.117	57.162	14,06
Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	7.680	12.414	61,64
Outros	4.738	2.693	-43,16
TOTAL	402.756	440.026	9,25

Fonte: Caixa Econômica Federal

A Caixa disponibiliza em seu portfólio de produtos as contas Caixa Fácil e Poupança Caixa Fácil, modalidades de contas especiais de depósitos disciplinadas pela Resolução CMN nº 3.211, de 30 de junho de 2004.

As contas especiais possuem características peculiares, tais como procedimentos simplificados para a abertura e limite dos valores de movimentação, sendo o seu principal objetivo ampliar o acesso à população de baixa renda aos serviços bancários.

A dispensa de comprovantes de renda e endereço representam a simplificação do processo, na medida em que permite a abertura de contas para cidadãos que não disponham de renda formal ou de meios para a comprovação de residência, situação vivenciada por grande parcela da população brasileira.

No que concerne ao limite de movimentação, as contas Caixa Fácil observam o que determina o art. 1º, II, da Resolução CMN nº 3.211/04, ou seja, essas contas não podem ter saldo superior a R$ 3.000,00 (três mil reais), nem somatório dos depósitos efetuados em cada mês superior a esse

mesmo valor, caso o limite seja ultrapassado, as contas são automaticamente bloqueadas para verificação.

As contas Caixa Fácil não admitem a cobrança de remuneração para sua abertura ou manutenção, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a IV do art. 7º da Resolução CMN 3.211/2004.

À exceção do crédito rotativo, não há impedimento à contratação de operações de crédito, desde que observados o perfil do cliente, suas condições de pagamento e as regras de movimentação da conta, contribuindo assim para a inserção gradativa do público de baixa renda no sistema financeiro.

A Empresa administra fundos e programas, por delegação do Governo Federal, dos quais se destaca, com o maior patrimônio, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, criado em 13 de setembro de 1966, com o intuito de garantir uma poupança ao trabalhador demitido sem justa causa.

CAIXA – FUNDOS DE GOVERNO (VALOR DOS ATIVOS)
EM R$ MILHÕES

FUNDOS	SET/2014	SET/2015	VARIAÇÃO % 2015/2014
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	397.699	448.791	12,8
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial	33.148	41.810	26,1
PIS - Programa de Integração Social	29.578	30.332	2,6
FCVS - Fundo de Compensações de Variações Salariais	10.679	11.790	10,4
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social	1.719	2.070	20,4
FGS - Fundo Garantia Safra	295	809	174,2
FAS - Fundo de Apoio Social	31	29	-4,8
TOTAL	473.149	535.632	13,2

Fonte: Caixa Econômica Federal

A arrecadação total do FGTS, incluindo a dos demais bancos, até setembro de 2015 foi de R$ 83,6 bilhões. Foram efetuados cerca de 28,3 milhões de saques, que totalizaram o valor de R$ 71,8 bilhões.

CAIXA – ADMINISTRAÇÃO DO FGTS
VALORES EM R$ MIL, QUANTIDADES EM MIL

FGTS	SET/2014	SET/2015
Arrecadação	76.810.338	83.613.597
Saques efetuados	62.181.878	71.761.034
Saldo das contas ativas	296.311.372	329.624.060
Saldo das contas inativas	963.814	1.000.247
Contas ativas (quantidade)	130.790.074	138.061.141
Contas inativas (quantidade)	5.207.701	5.316.698

Fonte: Caixa Econômica Federal

Em relação aos demais programas voltados ao trabalhador, de janeiro a setembro, a Caixa foi responsável pelo pagamento de 81,4 milhões de benefícios, correspondente a R$ 78,5 bilhões, a título de Previdência Social, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS (quotas e rendimentos).

CAIXA - BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR
VALORES EM R$ MILHÕES, QUANTIDADES EM MIL

PROGRAMAS	SET/2014		SET/2015	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Previdência Social	49.505.924	48.895	48.902.638	50.560
Seguro-Desemprego	28.678.827	26.141	23.429.794	22.992
Abono Salarial	14.756.978	10.604	5.547.718	4.341
PIS Rendimentos	8.492.110	339	3.172.463	146
PIS Quotas	394.334	485	370.714	467
TOTAL	101.828.173	86.464	81.423.327	78.507

Fonte: Caixa Econômica Federal

Os programas de transferência de renda destinados à melhoria das condições financeiras e à erradicação da pobreza da população em situação de vulnerabilidade social distribuíram R$ 20,5 bilhões entre janeiro e setembro de 2015, no total de 121,3 milhões de benefícios pagos. Somente o Bolsa Família pagou 117,8 milhões de benefícios no período, totalizando R$ 19,8 bilhões.

CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
(VALORES EM R$ MILHÕES, QUANTIDADES EM MIL)

PROGRAMAS	SET/2014		SET/2015	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Bolsa Família	11.120.839	10.898.441	11.120.839	10.898.441
Programa Auxílio Emergencial Financeiro	4.485.507	4.664.132	4.485.507	4.664.132
Garantia Safra	2.608.283	2.790.388	2.608.283	2.790.388
Bolsa Carioca	1.218.120	1.205.982	1.218.120	1.205.982
Renda Cidadã	973.379	982.649	973.379	982.649
Bolsa Verde	20.406.128	20.541.592	20.406.128	20.541.592
Chapéu de Palha	11.120.839	10.898.441	11.120.839	10.898.441
Fomento às Atividades Rurais	4.485.507	4.664.132	4.485.507	4.664.132
PETI	2.608.283	2.790.388	2.608.283	2.790.388
De Volta para Casa	1.218.120	1.205.982	1.218.120	1.205.982
Bolsa Atleta	973.379	982.649	973.379	982.649
Projeto Primeiro Passo Salvador	20.406.128	20.541.592	20.406.128	20.541.592
Operação Reconstrução	11.120.839	10.898.441	11.120.839	10.898.441
Mulheres da Paz	4.485.507	4.664.132	4.485.507	4.664.132
Protejo	2.608.283	2.790.388	2.608.283	2.790.388
TOTAL	1.218.120	1.205.982	1.218.120	1.205.982

Fonte: Caixa Econômica Federal

CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA POR REGIÃO

REGIÕES	SET/2014	SET/2015
Nordeste	11.120.839	10.898.441
Sudeste	4.485.507	4.664.132
Norte	2.608.283	2.790.388
Sul	1.218.120	1.205.982
Centro-Oeste	973.379	982.649
TOTAL	20.406.128	20.541.592

Fonte: Caixa Econômica Federal (Valores em R$ milhões)

Avaliação Circunstanciada do Impacto Fiscal das atividades da Caixa no exercício de 2015.

RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS EM R$

ATÉ 3º TRIMESTRE 2015	TRIBUTO		RECOLHIMENTO
CAIXA RESPONSÁVEL	1	IOF	2.163.493.583,67
	2	CPMF	
	3	IRRF	3.673.054.525,76
	4	CPMF-JUD	
	5	IRPJ - RET	675.796,54
	6	CSLL - RET	163.303,70
	7	COFINS RET	1.056.489,53
	8	PIS/PASEP	248.342,23
	9	TRIB - RET	858.777.633,74
TOTAL CAIXA RESPONSAVEL			6.697.469.675,17
CAIXA CONTRIBUINTE	10	COFINS	1.441.362.996,70
	11	PIS/PASEP	243.780.403,13
	12	CSLL	188.760.115,77
	13	IRPJ	186.795.488,12
	14	CPMF CAIXA	
	15	CIDE	37.967,63
TOTAL CAIXA CONTRIBUINTE			2.060.736.971,35
TOTAL CAIXA - Até 3º Trimestre 2015			8.758.206.646,52

Fonte: Caixa Econômica Federal

1.10.6. Financiadora de Estudos e Projetos

A Finep - Financiadora de Estudos e Projetos é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, não integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e atua como agência de fomento à inovação junto a empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT's), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do qual é secretaria-executiva.

A missão da Finep é promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas

Sua atuação norteia-se pelas políticas do Governo Federal, expressas pelo Plano Plurianual – PPA, pelo Plano Brasil Maior - PBM e pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI. Mantém estreita articulação com Ministérios e Agências do Governo no apoio às instituições para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. Como exemplo dessa articulação, destaca-se o Plano Inova Empresa lançado em 2013, que constitui a principal iniciativa para a promoção da inovação e pesquisa em setores estratégicos do País.

Fomento, Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

A atuação da Finep é direcionada para o aporte financeiro a projetos destinados ao desenvolvimento científico, tecnológico e para a inovação, por meio de três modalidades:

- Apoio financeiro não reembolsável com recursos orçamentários do FNDCT, tanto para ICTs, quanto para empresas, neste último caso, por meio do programa de subvenção econômica;
- Financiamento reembolsável voltado para empresas, com recursos próprios ou captados por empréstimo; e
- Investimentos em Fundos ou diretos em empresas, tanto com recursos próprios ou captados por empréstimo quanto com recursos orçamentários do FNDCT.

Cada uma dessas modalidades encontra-se descrita no decorrer deste documento com a discriminação dos valores investidos nos últimos anos.

Apoio financeiro não reembolsável

Como Secretaria-Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, a Finep administra recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para aplicação em projetos destinados a ICTs, operando também com recursos não reembolsáveis de outras fontes tais como Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura, entre outros, descentralizados por esses órgãos para o FNDCT.

Também concede apoio financeiro não reembolsável com recursos do Funttel/MC, do qual é, por lei, agente financeiro. Para empresas, são concedidos recursos de subvenção econômica do FNDCT.

Os orçamentos do FNDCT e dos ministérios com os quais a Finep se relaciona, inclusive como agente financeiro, fazem parte do Orçamento Fiscal e estão incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Esses recursos não transitam pela Finep e são por ela operados em unidades gestoras específicas no Siafi.

FNDCT
EVOLUÇÃO DO COMPROMETIMENTO ORÇAMENTÁRIO 2012-2015
R$ MILHÕES

ANO	COMPROMETIMENTO ORÇAMENTÁRIO (EM R$ MILHÕES CORRENTES)
2012	2.058
2013	3.050
2014	2.751
2015	3.015

Fonte: Finep/Apla

Financiamentos reembolsáveis

O apoio financeiro através de financiamento reembolsável tem por foco empresas e opera com recursos próprios e/ou provenientes de empréstimos captados de outras entidades, tais como BNDES, FNDCT, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Funttel. Os recursos recebidos dos empréstimos contratados para operações reembolsáveis atingiram R$ 3,1 bilhões em 2015, sendo R$ 1,0 bilhão proveniente do FNDCT; R$ 1,5 bilhão oriundos do Tesouro, através do BNDES, para o Programa de Sustentação do Investimento – PSI; e R$ 0,6 bilhão resultante de retorno líquido de amortizações, conforme exposto no quadro que se segue:

ENTRADA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES REEMBOLSÁVEIS 2013 - 2015
R$ MILHÕES

FONTES DE RECURSOS	2013	2014	2015
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.058,9	1.000,00	1.000,00
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel	200,00	176,31	0
BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – PSI)	1.943,17	1.970,66	1.490,56
BNDES (Agente Financeiro)	5,99	20,27	0
FINEP Recursos Próprios (retorno líquido de amortizações)	887,88	568,63	603,39
TOTAL	4.095,98	3.736,27	3.276,08

Fonte: Finep/AFC

A redução da atividade produtiva no País em 2015 trouxe impactos diretos para as operações finalísticas da Finep, seja pela queda da demanda das empresas por financiamentos para a inovação, como também pela necessária readequação de sua política de crédito da empresa ao ajuste fiscal praticado pelo governo.

FINANCIAMENTOS REEMBOLSÁVEIS
EVOLUÇÃO ANUAL DE NOVOS CONTRATOS – 2012-2015
EM R$ MILHÕES

ANO	VALOR
2012	2.639
2013	6.287
2014	8.616
2015	1.567

Fonte: Finep/APLA

Ainda com relação aos financiamentos reembolsáveis, a Finep desembolsou em 2015 R$ 2,6 bilhões para os contratos de sua carteira. As empresas situadas nas Regiões Sul e Sudeste receberam 89% deste total alinhado à distribuição regional da atividade econômica no País.

Alguns Estados do Nordeste, como Bahia e Pernambuco, começam a ter uma maior participação.

Diversas iniciativas implementadas pela Finep tem contribuído para o fomento nos Estados menos industrializados, entre as quais se destacam os programas de descentralização de recursos da subvenção econômica e do crédito, Tecnova e Inovacred respectivamente, desenvolvidos com parcerias locais, bem como o Prêmio Finep.

DESEMBOLSO POR REGIÃO GEOGRÁFICA – 2014-2015
R$ MILHÕES

REGIÃO	2014	2015
Sudeste	2.825,24	1.627,83
Sul	1.106,52	702,66
Norte	164,54	3,27
Nordeste	201,89	55,30
Centro-Oeste	165,64	213,77
TOTAL	4.463,83	2.602,83

Fonte: Finep/ACOT

No que diz respeito à alocação de recursos por setor de atividade econômica, a indústria e serviços foram os setores que receberam os maiores volumes de recursos no biênio 2014-2015.

APLICAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 2014-2015
R$ MILHÕES

SETOR	2014	2015
Indústria	3.251,73	1.823,01
Comércio	116,31	196,33
Habitação	9,18	0,94
Outros	285,23	47,55
Outros Serviços	795,68	520,19
Rural	5,71	14,81
TOTAL	4.463,83	2.602,83

Fonte: Finep/ACOT

Perfil do Risco da Carteira de Operações de Crédito

A qualidade da carteira de operações da Finep, no que tange a classificação de risco, é um ponto que merece destaque. A piora do perfil de risco da carteira da Finep deveu-se à deterioração do cenário econômico nacional ocorrido ao longo do último ano.

Essa deterioração refletiu na situação financeira das empresas financiadas pela Finep conforme demonstrado no quadro abaixo. Porém, apesar dessa piora 86% dos créditos a receber ainda referem-se a operações classificadas como de médio ou baixo risco.

Além disso, a Finep tomou providências para se proteger desse risco fazendo a readequação de sua política de crédito e de suas regras e procedimentos para a aceitação de garantias.

ATIVOS DE CRÉDITO POR NÍVEL DE RISCO – 2014-2015

NÍVEL DE RISCO	% 2014 (1)	% 2015 (1)
Baixo (AA, A e B)	69,3%	55,5%
Médio (C e D)	20,2%	30,4%
Elevado (E até H)	10,5%	14,1%
TOTAL	100,0%	100,0%

Fonte: Finep/ACRD

Referem-se às operações reembolsáveis que representam 98% do realizável total de dezembro de 2015. Os 2% restantes, não acompanhados, correspondem às operações dos Programas Juro Zero, Inovacred, Contratos de Risco, AMPEG, MINC e Prodecine.

Retorno dos Financiamentos e Inadimplência

O retorno dos financiamentos tem apresentado um desempenho compatível com o perfil de risco da carteira de operações e tem acompanhado as condições da economia brasileira.

A taxa de cobrança em atraso na Finep corresponde a 7,1% das cobranças emitidas e a inadimplência total acumulada corresponde a 5,7% do ativo realizável de operações de crédito.

Investimentos

A Finep investe em Fundos de Capital Semente, Venture Capital e *Private Equity*, que por sua vez investem em empresas inovadoras de qualquer porte e setor, com recursos financeiros e apoio gerencial. Para essa modalidade, a Finep utiliza recursos próprios ou provenientes do FNDCT.

A partir de 2000, início das atividades de investimento da Finep, 31 fundos já tiveram o investimento da Finep, dos quais 3 já foram encerrados, o primeiro em 2008, o segundo em 2012 e o terceiro em 2015.

Nesse mesmo ano (2015) um novo fundo de Capital Semente entrou em operação, mantendo-se estável o total de Fundos em operação.

Ainda em 2015 dois novos Fundos foram aprovados pela Diretoria Executiva e devem iniciar atividades no ano de 2016, não estando contabilizados no quadro abaixo que expõe a evolução dos aportes da Finep em Fundos de Investimentos:

EVOLUÇÃO DO Nº DE FUNDOS E DO PATRIMÔNIO COMPROMETIDO TOTAL E DA FINEP – 2012-2015

ANO	QUANTIDADE DE FUNDOS INVESTIDOS EM OPERAÇÃO (1)	PATRIMÔNIO COMPROMETIDO TOTAL DO FUNDO (2) (EM R$ MILHÕES)	PATRIMÔNIO COMPROMETIDO DA FINEP NO FUNDO (EM R$ MILHÕES)
2012	23	3.585	387
2013	26	3.983	478
2014	28	4.477	553
2015	28	4.513	588

Fonte: Finep/AINV

Considera-se o dia 31 de dezembro do respectivo ano como data de corte para a definição do número de fundos investidos em operação. Dos fundos em operação até o dia 31 de dezembro do respectivo ano.

Com base no quadro, percebe-se ainda o gradual aumento do aporte da Finep em Fundos de Investimento, contando com uma participação média de 13% em relação ao total financeiro destes no ano de 2015.

Impacto Fiscal das Atividades da Finep

A Finep é uma empresa pública não dependente e não integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e, portanto, suas operações de crédito não têm impacto fiscal direto. O impacto fiscal se refere apenas às operações do FNDCT do qual a Finep é secretaria-executiva, e do Funttel, do qual é agente financeiro.

No caso da Finep, existem atualmente dois dispositivos de subvenção econômica que permitem a oferta de crédito com taxas de juros reduzidas. Estes dispositivos mitigam a perda de recursos relacionados ao custo de captação e da intermediação financeira, ambos instituídos por Lei, quais sejam:

- a equalização da taxa de juros autorizada pela Lei nº 10.332/2001, posteriormente ampliada as suas fontes de recursos com a Lei nº 11.540/2007, que regulamentou o FNDCT; e
- a equalização criada para Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Lei nº 12.453 de 21 de julho de 2011.

O impacto fiscal se refere unicamente à equalização de taxas de juros concedida pelo FNDCT ou pelo Tesouro para as operações de crédito.

RECURSOS RECEBIDOS PARA EQUALIZAÇÃO DE TAXA DE JUROS R$ MILHÕES

ITEM	2013	2014	2015
FNDCT	179,78	228,47	257,26
PSI	41,26	37,9	246,72
TOTAL	221,04	266,37	503,98

Fonte: Finep/AFC

A equalização com recursos do FNDCT depende de disponibilidade orçamentária do Fundo (ação 2021.0741 da Lei Orçamentária Anual). A equalização da taxa de juros do PSI é realizada diretamente pelo Tesouro Nacional, conforme Resoluções do Banco Central/Conselho Monetário Nacional e Portarias do Ministro da Fazenda.

O salto observado em 2015 no recebimento da equalização do Tesouro se deveu à publicação da Portaria MF nº 950, de 24 de dezembro de 2015, a qual alterou a periodicidade de pagamento dessa subvenção, antecipando-o em 24 meses.

Aplicação de Recursos à Luz do Disposto no art. 106 da LDO 2015

No que diz respeito à observância da Política de Aplicação dos Recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento, previsto no art. 106 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, cabe observar que a Finep tem prezado por atender o estabelecido. A promoção do desenvolvimento da infraestrutura se deu, sobretudo, através dos desembolsos realizados no âmbito dos convênios firmados com recursos do Fundo Setorial CT-Infra.

Estes desembolsos somaram no ano de 2015 aproximadamente R$ 157,2 milhões. No tocante à promoção da agricultura e agroindústria, a Finep desembolsou durante o ano de 2015 em torno de R$ 587 milhões em contratos e convênios relacionados ao tema em questão.

Em 2015, a Finep promoveu a capacitação científica e tecnológica através de várias ações. Dentre elas cabe destacar as descentralizações realizadas ao CNPq, que somaram R$1.023,8 milhões em 2015, sobretudo no Programa Ciência sem Fronteiras.

Cabe ressaltar que majoritariamente as ações da Finep contemplam, mesmo que de forma indireta, as demais prioridades mencionadas no art. 106 da LDO tais como geração de empregos e redução do impacto ambiental uma vez que tais fatores são levados em consideração quando da análise das propostas enviadas pelas empresas/convenentes.

PARTE II - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2015

2.1.1. O Ordenamento Jurídico do Sistema de Administração Financeira

O Sistema de Administração Financeira Federal regulamentado pela Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, visa ao equilíbrio econômico-financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, e compreende entre suas atividades a programação financeira da União.

Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de órgão central do referido sistema, e às unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República e órgãos equivalentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, o papel de órgãos setoriais.

As atividades de programação financeira compreendem a descentralização de recursos aos órgãos setoriais de programação financeira, bem como outras transferências de recursos dispostas no decreto de programação orçamentária e financeira. Destes órgãos setoriais os recursos financeiros são descentralizados para as unidades gestoras vinculadas, responsáveis pela execução dos programas de trabalho do Governo Federal.

Compete ao órgão central, entre outras atribuições:

- zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- elaborar e executar a programação financeira da União;
- gerenciar a Conta Única;
- subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública;
- exercer as atividades de orientação, acompanhamento e gestão de haveres e responsabilidades da União; e
- editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira.

Compete aos órgãos setoriais a elaboração da programação financeira dos órgãos e entidades vinculadas, bem como a coordenação, a orientação e o acompanhamento das atividades relacionadas e respectiva execução.

A Lei Complementar nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas; obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras; dívidas consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantia; e despesas de restos a pagar.

As leis de diretrizes orçamentárias estabelecem as regras para a elaboração do orçamento, e as leis orçamentárias anuais viabilizam a realização anual dos programas constantes do PPA, mediante a quantificação das metas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias.

O Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, define as diretrizes para a programação e execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social e estabelece como prioridade os pagamentos de despesas na seguinte ordem:

- Pessoal e encargos sociais;
- Aposentadorias e pensões da Previdência Social;
- Serviço da dívida pública federal; e
- Contrapartida de empréstimos externos.

Objetivando compatibilizar a realização da receita e a execução da despesa com as metas de resultado primário estabelecidas na Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, foram definidos limites para a movimentação e empenho e para o pagamento das despesas dos grupos "outras despesas correntes", "investimento" e "inversões financeiras" dos órgãos do Poder Executivo e respectivos restos a pagar de exercícios anteriores.

A inscrição de valores em Restos a Pagar ao final do exercício de 2015 obedeceu ao contido no art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, com redação alterada pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011.

2.1.2. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício

Nos termos do art. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101/2000, LRF, foi publicado o Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015 tendo como referência os valores fixados na Lei Orçamentária Anual de 2015, a Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015.

Ao longo do exercício de 2015, quando das reavaliações bimestrais de receitas e despesas, o Decreto nº 8.456/2015 foi alterado pelos decretos abaixo relacionados:

- Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015;
- Decreto nº 8.532, de 30 de setembro de 2015;
- Decreto nº 8.580, de 27 de novembro de 2015; e
- Decreto nº 8.581, de 03 de dezembro de 2015.

As principais características do decreto de programação orçamentária e financeira foram as seguintes:

- a necessidade de garantir o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias que determinou o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei Orçamentária Anual;
- os valores globais autorizados para empenho das despesas de custeio e investimento corresponderam ao Anexo I do Decreto nº 8.456/2015. Já os autorizados para pagamento corresponderam aos Anexos II e III do Decreto nº 8.456/2015;
- os valores autorizados para empenho e pagamento englobaram as fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal;
- os valores estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456/2015 foram detalhados pela Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, alterado pela Portaria MP nº 12, de 03 de agosto de 2015;
- os valores estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 8.456/2015 foram detalhados pela Portaria MF nº 340, de 03 de junho de 2015, alterado pela Portaria MF nº 642, de 11 de agosto de 2015;
- as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram incluídas nos Anexos I e II do Decreto nº 8.456/2015, com R$ 39.290.605 mil e R$ 40.491.611 mil, respectivamente; e
- as ações decorrentes de emendas individuais (com marcação de resultado primário 6) também foram incluídas no valor de R$ 4.933.090 mil.

Ao longo do exercício de 2015, foram efetuados vários remanejamentos nos valores disponibilizados para movimentação e empenho e várias ampliações e remanejamentos nos valores disponibilizados para pagamento.

Essas alterações foram efetivadas com o intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do Governo e atender as necessidades e peculiaridades de cada órgão sem, contudo, comprometer as metas fiscais e limites anuais estabelecidos. Para esse fim, foram editados decretos, portarias interministeriais e portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A LOA-2015, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, foi publicada no dia 22 de abril de 2015, data essa posterior ao prazo legal para o envio do Relatório de avaliação das receitas e despesas primárias, relativo ao primeiro bimestre, aos Demais Poderes, que é de vinte e dois dias após o encerramento do bimestre, conforme prescreve o § 4º do art. 52 da LDO-2015. Dessa maneira, tal relatório não foi elaborado, uma vez que não havia como analisar a variação da nova estimativa em relação a uma lei que era

inexistente e também que não havia medidas a serem tomadas na ocasião, já que o orçamento não podia ser executado, exceto as despesas autorizadas no art. 53 da LDO-2015.

Em 22 de maio de 2015, em cumprimento ao art. 9° da LRF, procedeu-se à revisão das estimativas das receitas e despesas primárias, considerando-se parâmetros macroeconômicos atualizados e dados realizados até abril de 2015, em sua maioria. O resultado dessa avaliação indicou a necessidade de redução dos limites de empenho e de movimentação financeira, no montante de R$ 70.881,1 milhões, para todos os Poderes. Os resultados dessa avaliação foram operacionalizados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Decreto n° 8.456, de 22 de maio de 2015.

Em 22 de julho de 2015, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a reavaliação, com dados realizados até junho de 2015 e parâmetros macroeconômicos atualizados. Os resultados dessa reavaliação mostraram a necessidade de redução de R$ 8,6 bilhões nos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU), em relação aos limites apurados no bimestre anterior, considerando, à época, a meta de resultado primário proposta no PLN n° 5/2015, o que totalizou uma redução de R$ 79,5 bilhões no ano.

O PLN n° 5/2015, encaminhado ao Congresso Nacional em 22/07/2015, propôs a meta de superávit primário do Governo Central em R$ 5.831,0 milhões. Nesse sentido, no âmbito do Poder Executivo, os resultados da avaliação do 3° bimestre foram operacionalizados pelo Decreto n° 8.496, de 30 de julho de 2015.

Em 22 de setembro de 2015, foi realizada reavaliação que mostrou a possibilidade de manutenção dos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, do MPU e da DPU, em relação aos limites apurados no bimestre anterior. No âmbito do Poder Executivo, os resultados da avaliação do quarto bimestre foram operacionalizados pelo Decreto n° 8.532, de 30 de setembro de 2015.

Em 27 de outubro de 2015, diante de um cenário econômico desafiador para as contas públicas, os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminharam ao relator do PLN n° 5/2015 proposta de alteração do Projeto de Lei que alterava a LDO-2015 no sentido de reduzir a meta de resultado primário.

Para o Governo Central, a proposta fixava um déficit de R$ 51.824 milhões e a dedução dessa meta dos montantes relativos a pagamentos de passivos junto ao FGTS e valores devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal nela apresentados.

Em 20 de novembro de 2015, foi realizada a última reavaliação do exercício de 2015, que diante de nova revisão das receitas e despesas primárias, houve uma redução de R$ 57,7 bilhões na estimativa de resultado primário frente à avaliação do 4° Bimestre de 2015, e com isso projetou-se um déficit de R$ 51,8 bilhões para o resultado primário do Governo Central em 2015, em consonância com a proposta de alteração do PLN n° 5/2015 enviada em 27/10/2015.

Historicamente, os Relatórios de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas Primárias são elaborados de uma forma prospectiva, inclusive considerando as alterações legislativas que possam afetar as receitas, as despesas e a meta de resultado primário a ser alcançada em cada ano.

Entretanto, o Tribunal de Contas da União (TCU), no pronunciamento prolatado no Parecer Prévio das Contas referentes ao exercício de 2014 – PCPR (TC n°. 005.335/2015-9, Acórdão do Plenário do TCU n°. 2.461, de 07 de outubro de 2015) avaliou como inadequado, para efeitos de contingenciamento, levar em consideração eventuais propostas legislativas de alteração das leis de diretrizes orçamentárias em tramitação, com vistas à modificação das metas de resultado primário, que só ocorreu em 03 de dezembro de 2015, por meio da Lei n° 13.199/2015.

Tendo em vista a projeção de déficit de R$ 51,8 bilhões para o resultado primário do Governo Central em 2015, conforme cita o relatório bimestral supracitado de 20/11/2015, para o alcance da meta de superávit de R$ 55,3 bilhões, a necessidade de contingenciamento de despesas discricionárias seria da ordem de R$ 107,1 bilhões. Ocorre que o contingenciamento dessa magnitude nas despesas discricionárias do Poder Executivo naquele momento não era factível levando-se em conta o montante de despesas orçamentárias já executadas. O montante de contingenciamento disponível das despesas do Poder Executivo, exceto emendas, era de R$ 10,7 bilhões que, se efetivada, significaria o bloqueio total de todas as demais despesas discricionárias do Poder Executivo, levando a graves consequências para a sociedade, com a interrupção da prestação de importantes serviços públicos e da execução de investimentos necessários à manutenção da infraestrutura do País e à retomada do crescimento econômico.

Diante desse cenário, o Poder Executivo publicou o Decreto n° 8.580, de 27 de novembro de 2015, no qual operacionalizou o contingenciamento provisório de R$ 11,2 bilhões nas despesas dos órgãos do Poder Executivo, dispondo no parágrafo único de seu art. 1° que nos casos em que os limites estabelecidos no Anexo II fossem insuficientes para o pagamento de despesas obrigatórias sujeitas à programação financeira de que trata o Anexo VII do Decreto n° 8.456/2015, os órgãos deveriam solicitar justificadamente ao Ministério da Fazenda a necessidade de limites adicionais com vistas ao pagamento dessas obrigações.

Entretanto, com a publicação da Lei n° 13.199, de 03 de dezembro de 2015, que alterou a Lei n° 13.080/2015 – LDO 2015, ficou estabelecido que a meta fiscal para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social poderia ser deficitária em R$ 51.824 milhões. Além disso, ficou autorizado o abatimento dessa meta fiscal nos montantes definidos conforme dispositivo da Lei n° 13.199/2015, abaixo transcrito:

"Art. 2° ...

§ 4° A meta de superávit primário mencionada no caput considera a receita de concessões e permissões relativas aos leilões das Usinas Hidroelétricas - UHEs não renovadas estimadas em R$ 11.050.000.000,00 (onze bilhões e cinquenta milhões de reais).

§ 5° A meta de resultado primário prevista no caput poderá ser reduzida nas seguintes hipóteses:

I - frustração da receita estimada no § 4o, no montante correspondente; e

II - pagamento, em 2015, até o montante de R$ 57.013.000.000,00 (cinquenta e sete bilhões e treze milhões de reais), referente a passivos e valores devidos:

a) ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em razão do que estabelece a Lei Complementar no 110/2001, limitado a R$ 10.990.000.000,00 (dez bilhões, novecentos e noventa milhões de reais);

b) ao FGTS nos termos do que dispõe o art. 82-A da Lei n° 11.977/2009, limitado a R$ 9.747.000.000,00 (nove bilhões, setecentos e quarenta e sete milhões de reais);

c) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei n° 12.096/2009, apurados até o final do primeiro trimestre de 2014, correspondente aos períodos anteriores ao segundo trimestre de 2014, limitado a R$ 22.438.000.000,00 (vinte e dois bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões de reais);

d) ao Banco do Brasil relativos aos itens "Tesouro Nacional - Equalização de Taxas - Safra Agrícola" e "Título e Créditos a Receber - Tesouro Nacional", exclusive os valores devidos referentes ao segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015, limitado a R$ 12.329.000.000,00 (doze bilhões, trezentos e vinte e nove milhões de reais); e

e) à Caixa Econômica Federal a título de remuneração bancária de serviços prestados, limitado a R$ 1.509.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e nove milhões de reais)."

Diante disso, o Poder Executivo publicou o Decreto n° 8.581, de 03 de dezembro de 2015, recompondo os limites dos órgãos em consonância com o 5° relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas de 20/11/2015.

A tabela a seguir traz a evolução das propostas de programação de receitas e despesas do Governo Federal com base nos relatórios de avaliações bimestrais elaborados ao longo do exercício de 2015.

EVOLUÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES NOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO BIMESTRAL DE RECEITAS E DESPESAS DE 2015
(R$ BILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	1º REL. BIM.	2º REL. BIM.	3º REL. BIM.	4º REL. BIM.	5º REL. BIM.	REALIZADO
1. Receita Total	1.007,0	975,3	964,2	909,9	909,9	898,4
1.1. Receita Administrada pela RFB/MF	848,3	818,9	811,0	764,2	764,2	765,1
1.2. Receitas não Administradas	158,7	156,5	153,2	145,7	145,7	133,2
2. Transferências a Estados e Municípios	213,4	213,7	206,7	203,6	203,6	204,9
2.1. FPE/FPM/IPI-EE	173,1	172,6	166,9	164,2	164,2	165,7
2.2. Demais	40,3	41,1	39,8	39,4	39,4	39,2
3. Receita Líquida (1-2)	793,6	761,6	757,5	706,2	706,2	693,4
4. Despesas	665,5	666,9	669,5	658,8	671,7	722,6
4.1. Pessoal e Encargos Sociais	235,6	236,2	236,2	237,2	237,2	238,5
4.2. Outras Despesas Correntes e de Capital	429,9	430,7	433,3	421,6	434,5	484,1
4.2.1 Não Discricionárias	174,4	183,8	186,4	187,6	187,6	230,8
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	255,5	246,9	246,9	234,1	247,0	253,3
5. Resultado da Previdência	-72,8	-88,9	-82,2	-86,4	-86,4	-85,8
5.1. Arrecadação Líquida INSS	364,7	350,0	354,1	350,4	350,4	350,3
5.2. Benefícios da Previdência	437,5	438,9	436,2	436,8	436,8	436,1
6. Ajuste Metodológico e Discrepância Estatística	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,5
7. Resultado Primário do OFSS (3-4+5+6)	55,3	5,8	5,8	-38,9	-51,8	-116,4
8. Resultado Primário das Empresas Estatais Federais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9. Resultado Primário do Governo Federal (7+8)	55,3	5,8	5,8	-38,9	-51,8	-116,4
10. Abatimento Meta - LDO 2015 (§5º do Art. 2º)	28,7	0,0	0,0	0,0	0,0	66,8
11. Resultado Primário do Governo Federal (9+10)	83,9	5,8	5,8	-38,9	-51,8	-49,7

Com base na tabela anterior, o resultado primário foi cumprido de acordo com a meta estabelecida na Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, LDO-2015, alterada pela Lei nº 13.199, de 03 de dezembro de 2015.

O processo de programação financeira bimestral, baseado no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias não inclui os pagamentos de juros. Assim, o impacto desse processo no resultado nominal se dá apenas pelo efeito no resultado primário.

E com base nos mesmos relatórios de avaliação bimestral de 2015, a tabela a seguir apresenta a evolução da proposta de distribuição da limitação de despesas discricionárias sujeitas ao contingenciamento para os Poderes Legislativo, Judiciário, Defensoria Pública da União e Ministério Público da União.

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA LIMITAÇÃO ENTRE OS DEMAIS PODERES / DPU / MPU NOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO BIMESTRAL
(R$ MILHÕES)

ÓRGÃO	1º REL. BIM.	2º REL. BIM.	3º REL. BIM.	4º REL. BIM.	5º REL. BIM.
Câmara dos Deputados	69,4	9,6	0,0	0,0	0,0
Senado Federal	10,5	2,0	0,0	0,0	0,0
Tribunal de Contas da União	35,4	4,6	0,0	0,0	0,0
Supremo Tribunal Federal	16,8	2,4	0,0	0,0	0,0
Superior Tribunal de Justiça	23,4	3,3	0,0	0,0	0,0
Justiça Federal	187,0	24,9	0,0	0,0	0,0
Justiça Militar da União	4,2	0,6	0,0	0,0	0,0
Justiça Eleitoral	142,0	19,2	0,0	0,0	0,0
Justiça do Trabalho	135,8	18,8	0,0	0,0	0,0
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	19,2	2,8	0,0	0,0	0,0
Conselho Nacional de Justiça	48,2	6,0	0,0	0,0	0,0
Defensoria Pública da União	18,0	2,2	0,0	0,0	0,0
Ministério Público da União	224,5	28,8	0,0	0,0	0,0
Conselho Nacional do Ministério Público	1,0	0,2	0,0	0,0	0,0
TOTAL	935,4	125,4	0,0	0,0	0,0

A programação financeira de desembolso, por órgão, foi estabelecida pelo Decreto nº 8.456/2015, em seu Anexo II, e detalhada pelos Anexos I, II e III da Portaria MF nº 340, de 03 de junho de 2015, e alterações.

As tabelas a seguir apresentam a evolução dos limites de empenho e de pagamento, respectivamente, por órgão estabelecidos por cada Decreto de Programação publicado ao longo do exercício de 2015. O Decreto nº 8.532/2015 não foi citado na tabela visto que não foi matéria de um novo contingenciamento, portanto, não ocorreu a republicação dos anexos de limites de empenho e de pagamento.

EVOLUÇÃO DO LIMITES DE EMPENHO POR ÓRGÃO EM 2015
(R$ MILHARES)

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DEC. 8.456	DEC. 8.496	DEC. 8.580	DEC. 8.581	FINAL
20000 Presidência da República	783,5	784,5	725,5	825,3	873,6
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.103,0	1.935,0	1.829,2	2.018,2	2.098,1
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.431,3	5.104,1	4.729,4	5.211,8	5.408,0
25000 Ministério da Fazenda	3.882,0	3.473,0	3.455,1	3.782,7	3.814,5
26000 Ministério da Educação	39.198,2	38.289,9	37.291,5	37.483,8	37.540,3
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	959,1	959,1	749,6	959,6	958,7
30000 Ministério da Justiça	3.134,8	2.906,6	2.334,2	2.928,0	3.001,5
32000 Ministério de Minas e Energia	748,9	710,6	618,1	726,4	728,1
33000 Ministério da Previdência Social	2.108,1	2.108,1	1.976,1	2.119,1	2.197,8
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.163,2	1.163,2	1.169,9	1.345,2	1.138,3
36000 Ministério da Saúde	88.917,8	89.193,5	89.794,4	89.794,4	90.351,1
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	794,2	748,5	658,3	750,1	746,4
39000 Ministério dos Transportes	10.158,3	9.282,8	8.139,7	9.586,1	9.563,7
41000 Ministério das Comunicações	1.054,2	778,2	684,1	778,4	747,5
42000 Ministério da Cultura	865,2	844,0	672,4	855,5	859,5
44000 Ministério do Meio Ambiente	803,1	809,0	770,8	835,0	840,5
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	802,1	726,4	698,3	760,5	744,2
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.820,6	1.697,1	1.367,7	1.716,2	1.814,8
51000 Ministério do Esporte	2.175,8	2.033,2	1.619,3	2.076,1	2.015,6
52000 Ministério da Defesa	16.845,4	16.627,6	16.105,3	16.804,3	16.760,4
53000 Ministério da Integração Nacional	3.415,4	2.777,7	1.826,1	2.931,6	2.985,1
54000 Ministério do Turismo	302,9	387,9	322,5	487,9	548,5
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	31.586,8	31.329,6	30.451,8	31.337,3	31.347,0
56000 Ministério das Cidades	13.599,5	12.815,8	10.416,9	12.017,4	12.077,8
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	154,5	156,2	105,5	160,3	124,2
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	5,9	5,0	4,2	5,0	4,7
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	55,1	55,1	52,6	57,9	57,6
62000 Secretaria de Aviação Civil	2.276,0	2.258,0	1.811,4	2.259,5	2.235,4
63000 Advocacia-Geral da União	350,1	350,1	389,3	416,8	449,3
64000 Secretaria de Direitos Humanos	131,9	137,4	109,8	145,9	140,7
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	133,9	111,5	105,4	114,6	128,9
66000 Controladoria-Geral da União	97,7	97,7	81,7	109,2	108,8
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	28,8	26,8	9,4	26,8	22,1
68000 Secretaria de Portos	817,6	688,1	405,0	688,1	680,4
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	52,5	52,5	41,0	53,7	49,5
71000 Encargos Financeiros da União	381,2	301,2	347,2	347,2	432,4
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	126,3	126,3	96,9	101,8	93,9
74000 Operações Oficiais de Crédito	196,1	196,1	234,3	234,3	230,7
Emendas Individuais (RP 6)	4.933,1	-	-	-	-
Reserva	-	1.872,3	567,6	1.067,2	-
TOTAL GERAL	242.393,9	233.919,3	222.767,5	233.919,3	233.919,3

Obs.: Inclui PAC e emendas individuais com marcação de RP 6.

EVOLUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO EM 2015
(R$ MILHARES)

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DEC. 8.456	DEC. 8.496	DEC. 8.580	DEC. 8.581	FINAL
20000 Presidência da República	760,0	710,8	724,2	764,4	814,6
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.600,3	2.207,4	2.082,7	2.427,2	2.499,2
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.565,4	5.005,5	4.707,5	5.044,4	5.135,4
25000 Ministério da Fazenda	3.882,0	3.440,8	3.621,2	3.948,8	4.097,8
26000 Ministério da Educação	35.646,5	34.212,5	32.303,1	33.816,3	34.459,6
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	959,1	862,5	782,5	902,5	902,5
30000 Ministério da Justiça	3.454,0	2.820,5	2.564,7	2.820,5	2.815,4
32000 Ministério de Minas e Energia	736,1	672,7	574,3	672,7	667,5
33000 Ministério da Previdência Social	2.108,1	2.006,1	1.862,7	2.006,1	2.003,9
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.163,2	1.161,9	1.166,5	1.241,9	1.241,4
36000 Ministério da Saúde	88.021,3	88.368,7	85.237,5	88.001,1	86.991,1
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	795,2	741,8	653,5	741,8	734,1
39000 Ministério dos Transportes	10.855,3	10.451,4	10.194,7	10.751,4	11.291,0
41000 Ministério das Comunicações	666,1	651,3	567,1	651,3	651,3
42000 Ministério da Cultura	1.224,9	853,4	783,6	853,7	869,3
44000 Ministério do Meio Ambiente	832,8	748,5	683,3	748,5	794,6
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	830,9	729,7	897,5	959,7	1.029,7
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.510,9	1.677,2	1.532,5	1.704,9	1.713,6
51000 Ministério do Esporte	2.260,9	1.939,3	1.746,7	2.059,6	2.077,8
52000 Ministério da Defesa	15.708,4	15.113,5	14.064,5	15.172,8	15.842,6
53000 Ministério da Integração Nacional	4.737,5	4.140,9	3.742,4	4.216,5	4.239,1
54000 Ministério do Turismo	879,1	621,4	672,2	799,5	883,4
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	31.451,6	31.136,7	30.656,3	31.137,9	30.654,5
56000 Ministério das Cidades	17.221,4	17.007,3	15.645,6	16.817,9	15.758,6
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	156,4	156,8	115,4	156,8	131,9
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	5,9	5,3	4,5	5,3	5,3
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	50,2	49,6	54,6	54,6	58,9
62000 Secretaria de Aviação Civil	2.706,8	2.335,9	2.265,1	2.343,1	2.351,2
63000 Advocacia-Geral da União	287,3	286,9	339,4	366,9	386,9
64000 Secretaria de Direitos Humanos	434,4	141,5	140,0	145,9	153,7
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	165,5	136,3	126,6	136,3	122,3
66000 Controladoria-Geral da União	97,7	97,6	84,1	97,6	97,6
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	39,1	26,2	15,7	26,2	21,1
68000 Secretaria de Portos	688,2	718,7	566,5	718,7	703,7
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	65,2	48,0	35,1	48,0	47,9
71000 Encargos Financeiros da União	1.541,2	1.521,1	1.052,6	1.052,6	1.266,7
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	126,3	124,5	119,6	124,5	124,5
74000 Operações Oficiais de Crédito	163,8	133,7	133,7	133,7	279,4
Reserva	994,9	855,5	247,9	247,9	
TOTAL GERAL	242.393,9	233.919,3	222.767,5	233.919,3	233.919,3

Obs.: Inclui PAC e emendas individuais com marcação de RP 6.

A tabela a seguir apresenta os valores das dotações orçamentárias do Poder Executivo que foram sujeitas ao contingenciamento no exercício de 2015. Na sequência, apresenta-se a tabela que demonstra a base contingenciável dos demais Poderes e Ministério Público da União no exercício de 2015.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INICIAIS E FINAIS DO PODER EXECUTIVO SUJEITAS AO CONTINGENCIAMENTO, NO EXERCÍCIO DE 2015, POR ÓRGÃO (R$ MILHARES)

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	INICIAIS	FINAIS
20000 Presidência da República	894.364	940.386
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.408.122	3.378.083
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	7.198.673	7.220.907
25000 Ministério da Fazenda	4.693.763	4.593.373
26000 Ministério da Educação	39.473.708	40.611.033
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1.363.254	1.363.254
30000 Ministério da Justiça	4.368.652	4.451.297
32000 Ministério de Minas e Energia	929.028	932.678
33000 Ministério da Previdência Social	1.817.928	1.957.928
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.091.596	1.264.234
36000 Ministério da Saúde	26.898.448	27.566.433
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.006.517	1.006.517
39000 Ministério dos Transportes	15.580.645	14.635.662
41000 Ministério das Comunicações	1.344.664	1.202.092
42000 Ministério da Cultura	1.359.416	1.356.506
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.041.047	1.060.847
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	969.166	969.166
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.477.853	3.476.718
51000 Ministério do Esporte	3.217.602	3.221.367
52000 Ministério da Defesa	16.909.955	16.750.810
53000 Ministério da Integração Nacional	5.704.392	5.296.765
54000 Ministério do Turismo	1.817.066	1.817.846
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	5.360.437	5.195.458
56000 Ministério das Cidades	31.688.359	26.192.272
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	733.013	733.013
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	6.000	6.000
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos	62.376	59.341
62000 Secretaria de Aviação Civil	3.722.103	3.856.524
63000 Advocacia-Geral da União	449.402	503.658
64000 Secretaria de Direitos Humanos	346.590	346.721
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres	249.010	249.260
66000 Controladoria-Geral da União	81.407	91.267
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	67.275	67.275
68000 Secretaria de Portos	989.968	989.563
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa	82.182	80.135
71000 Encargos Financeiros da União	1.561.690	2.333.406
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	13.122	13.122
74000 Operações Oficiais de Crédito	196.262	234.514
TOTAL	190.175.054	186.025.433

Obs.: Inclui PAC e emendas individuais com marcação de RP 6.

BASE CONTINGENCIÁVEL DOS DEMAIS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO EXERCÍCIO DE 2015 (R$ MILHARES)

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	BASE INICIAL	BASE FINAL
01000 Câmara dos Deputados	188.593	248.040
02000 Senado Federal	28.484	65.174
03000 Tribunal de Contas da União	96.171	112.296
10000 Supremo Tribunal Federal	45.615	61.518
11000 Superior Tribunal de Justiça	63.649	84.141
12000 Justiça Federal	508.556	619.216
13000 Justiça Militar da União	11.546	18.012
14000 Justiça Eleitoral	386.167	482.827
15000 Justiça do Trabalho	369.234	485.071
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	52.150	74.117
17000 Conselho Nacional de Justiça	131.017	138.931
29000 Defensoria Pública da União	48.950	48.950
34000 Ministério Público da União	610.397	689.053
59000 Conselho Nacional do Ministério Público	2.777	6.440
TOTAL	2.543.307	3.133.786

Fonte: Relatórios de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas da União

2.1.3. Execução Financeira

A atuação da Coordenação-Geral de Programação Financeira (Cofin/STN) esteve voltada para os aspectos relacionados ao planejamento e execução do Governo Federal na área financeira, com o desenvolvimento de novas rotinas necessárias para execução segura e eficaz das decisões adotadas, e com o aperfeiçoamento da própria execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional.

De acordo com a tabela a seguir, a execução financeira do Tesouro Nacional, incluindo o pagamento de juros, apresentou no exercício de 2015, em valores nominais, resultado negativo da ordem de R$ 226.381,1 milhões, decorrente do ingresso de receitas no montante de R$ 1.391.506,8 milhões e de liberações de R$ 1.617.887,9 milhões.

Foram excluídas, nessa apuração, as emissões e os resgates de títulos da dívida mobiliária federal junto ao mercado, as receitas decorrentes da renegociação da dívida externa, gastos com a amortização das dívidas contratuais interna e externa, despesas com aquisição de garantias referentes ao refinanciamento dos débitos externos, assim como receitas e despesas provenientes do relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil (BCB).

Entretanto, somando-se esses financiamentos, o resultado total foi superavitário em R$ 287.323,0 milhões.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL
(R$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015
FLUXO FISCAL		
A. RECEITAS	1.322.117,7	1.391.506,8
A.1 - Recolhimento Bruto	938.480,3	996.426,8
A.2 - (-) Incentivos Fiscais	(6,3)	-
A.3 - Outras Operações de Crédito	19.514,9	20.671,8
A.4 - Receita das Operações Of. de Crédito	2.329,8	2.454,8
A.5 - Salário Educação - INSS	20.315,5	21.183,4
A.6 - Arrecadação Líquida INSS	341.483,5	350.770,0
A.7 - Remuneração de Disponibilidades - BB	-	-
B. DESPESAS	(1.445.457,2)	(1.617.887,9)
B.1 - Transferências a Estados e Municípios	(218.823,4)	(224.852,5)
B.1.1 - FPM/FPE/IPI - Est. Export.	(156.823,0)	(165.695,2)
B.1.2 - FCO / FNE / FNO	(10.131,3)	(10.658,0)
B.1.3 - Transferência Lei Complementar 87	(3.900,0)	(3.907,8)
B.1.4 - Fundeb (complementação da União)	(10.862,4)	(12.601,9)
B.1.5 - Salário-Educação	(10.870,7)	(11.467,3)
B.1.6 - Compensações Financeiras	(25.101,0)	(18.839,2)
B.1.7 - Cide-Combustíveis	(116,1)	(445,7)
B.1.8 - Demais	(1.019,0)	(1.237,4)
B.2 - Pessoal e Encargos Sociais	(238.175,1)	(255.610,3)
B.2.1 - Executivo	(195.453,6)	(207.749,0)
B.2.2 - Legislativo/Judiciário/MPU	(42.721,6)	(47.861,3)
B.3 - Juros e Encargos da Dívida	(105.869,1)	(142.201,3)
B.3.1. Dívida Contratual Interna	(356,2)	(643,7)
B.3.2. Dívida Externa	(5.802,6)	(5.918,7)
B.3.3 .DPMF - Mercado	(99.710,3)	(135.638,8)
B.4 - Benefícios Previdenciários	(380.703,7)	(430.753,7)
B.5 - Outras Despesas Correntes e de Capital	(496.048,4)	(511.389,4)
B.5.1 .PIS/Pasep	(56.833,5)	(49.329,9)
B.5.2 .Demais	(439.215,0)	(462.059,5)
B.6 - Despesa das Operações Oficiais de Crédito	(5.837,5)	(53.080,8)
C. RESULTADO FISCAL (1) (A+B)	(123.339,6)	(226.381,1)
D. RESULTADO FISCAL (2) (C- A.3- A.4- A.7- B.3- B.6)	(33.477,7)	(54.225,6)
FLUXO DE FINANCIAMENTO		
E. RECEITAS	562.535,0	801.112,7
E.1 - Emissão de Títulos - Mercado	537.910,8	779.569,1
E.2 - Outras Operações de Crédito	24.624,2	21.543,6
F. DESPESAS	(498.844,0)	(565.148,5)
F.1 - Amortização da Dívida	(498.844,0)	(565.148,5)
F.1.1 - Dívida Contratual Interna	(1.429,0)	(638,6)
F.1.2 - Dívida Externa	(6.197,6)	(8.527,4)
F.1 3 - DPMF - Mercado	(491.217,5)	(555.982,6)
F.2 - Aquisição de Garantias	-	-
F.3 - Outras Liberações	-	-
G. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (E.1+F.1.3)	46.693,4	223.586,5
H. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BCB	85.057,0	277.739,9
FLUXO DE CAIXA TOTAL (C)+(E)+(F)+(H)	25.408,4	287.323,0

Fonte: Siafi

As despesas empenhadas, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Exercício de 2015, pelos Órgãos Superiores das Unidades Orçamentárias, segundo Grupo de Natureza da Despesa são apresentadas na tabela a seguir.

DESPESAS EMPENHADAS, POR ÓRGÃO, SEGUNDO GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (R$ MILHÕES)

ÓRGÃO SUPERIOR DA UO	PESSOAL	JUROS E AMORTIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO E INVERSÃO FINANCEIRA	TOTAL
01000 - Câmara dos Deputados	4.219	-	826	48	5.094
02000 - Senado Federal	3.250	0	497	68	3.817
03000 - Tribunal de Contas da União	1.480	-	214	89	1.783
10000 - Supremo Tribunal Federal	368	-	179	11	559
11000 - Superior Tribunal de Justiça	926	-	312	23	1.262
12000 - Conselho de Justiça Federal	7.627	-	2.055	227	9.909
13000 - Justiça Militar	362	-	96	10	467
14000 - Justiça Eleitoral	3.928	-	1.986	397	6.311
15000 - Justiça do Trabalho	14.297	-	2.628	277	17.202
16000 - Justiça do DF e dos Territórios	1.820	-	383	89	2.291
17000 - Conselho Nacional de Justiça	51	-	63	37	151
29000 - Defensoria Pública da União	219	-	217	32	468
34000 - Ministério Público da União	4.176	-	1.215	313	5.704
59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	34	-	33	2	70
20000 - Presidência da República	1.166	-	832	38	2.036
22000 - Ministério da Agricultura	6.629	-	1.777	718	9.125
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.489	-	5.159	526	8.174
25000 - Ministério da Fazenda	18.142	569.377	4.257	449	592.225
26000 - Ministério da Educação	46.647	-	45.798	5.417	97.862
28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	724	-	1.197	25	1.946
30000 - Ministério da Justiça	8.294	-	2.328	664	11.286
32000 - Ministério de Minas e Energia	1.216	0	1.530	65	2.811
33000 - Ministério da Previdência Social	11.573	0	443.451	25	455.049
35000 - Ministério das Relações Exteriores	1.799	-	1.628	29	3.456
36000 - Ministério da Saúde	17.604	16	88.855	3.747	110.222
38000 - Ministério do Trabalho e Emprego	2.874	-	64.067	17.103	84.043
39000 - Ministério dos Transportes	4.059	-	1.372	8.217	13.648
41000 - Ministério das Comunicações	1.393	-	284	455	2.133
42000 - Ministério da Cultura	578	-	703	641	1.922
44000 - Ministério do Meio Ambiente	1.610	0	1.093	77	2.780
47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.994	22	933	17	4.966
49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.135	0	1.547	1.457	4.139
51000 - Ministério do Esporte	35	-	705	1.311	2.051
52000 - Ministério da Defesa	61.566	2.089	10.677	7.542	81.873
53000 - Ministério da Integração Nacional	1.196	-	1.568	2.800	5.564
54000 - Ministério do Turismo	71	0	210	369	650
55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	79	-	73.857	171	74.107
56000 - Ministério das Cidades	794	8	12.171	9.077	22.050
58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	38	-	111	12	160
60000 - Vice-Presidência	6	-	4	0	11
61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos	288	1	55	1	345
62000 - Secretaria de Aviação Civil	329	-	215	2.016	2.560
63000 - Advocacia-Geral da União	2.689	-	421	27	3.137
64000 - Secretaria de Direitos Humanos	22	-	121	29	173
65000 - Secretaria de Política para as Mulheres	17	-	77	52	145
66000 - Controladoria-Geral da União	792	0	91	16	899
67000 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	8	-	20	2	30
68000 - Secretaria de Portos	118	-	119	560	797
69000 - Secretaria da Micro e Pequena Empresa	17	-	45	5	66

ÓRGÃO SUPERIOR DA UO	PESSOAL	JUROS E AMORTIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTO E INVERSÃO FINANCEIRA	TOTAL
71000 - Encargos Financeiros da União	4.527	390.716	54.907	326	450.477
73000 - Transferências a Estados, DF e Municípios	9.182	-	208.549	64	217.795
74000 - Operações Oficiais de Crédito	-	-	12.148	44.095	56.243
TOTAL	256.457	962.232	1.053.589	109.766	2.382.043

Fonte: Siafi

Obs: Inclui recursos de todas as fontes, as transferências constitucionais e legais para Estados e Municípios e as despesas com benefícios previdenciários.

2.2. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2.2.1. Análise da Execução da Despesa Orçamentária

Visão Geral

A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R$ 2.382,0 bilhões, registrando leve aumento de 3% com relação ao valor registrado em 2014. É possível notar que apenas as despesas obrigatórias registram elevação de um ano para o outro, enquanto todas as demais tiveram diminuição com relação ao ano anterior.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO

IDENTIFICADOR RP	2014			2015			VAR. %	
	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	EMP.	LIQ
0 – Financeira	1.290.641	1.054.252	1.043.036	1.489.268	1.042.311	1.032.029	-1,1	-1,1
1 – Obrigatória	1.120.289	1.098.737	1.055.666	1.237.496	1.200.826	1.175.932	9,3	11,4
2 - Discricionária	126.678	95.601	70.665	134.751	93.375	69.097	-2,3	-2,2
3 - PAC	62.092	53.604	28.079	67.306	42.100	27.131	- 21,5	-3,4
6 – Emendas Individuais	8.672	6.142	196	9.665	3.431	56	- 44,1	-71,2
TOTAL	2.608.372	2.308.335	2.197.642	2.938.486	2.382.043	2.304.245	3,2	4,9

Observando-se a execução da despesa por grupo de natureza de despesa, verifica-se que a maior variação negativa com relação ao ano de 2014 se deu em investimentos, com redução de 32,9%. Os maiores aumentos foram verificados em juros e encargos da dívida (22%), despesas correntes (10%) e pessoal e encargos sociais (7%)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	2014	2015	VARIAÇÃO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	239.420	256.457	7,1%
2 - Juros e Encargos da Dívida	170.552	208.363	22,2%
3 - Outras Despesas Correntes	957.721	1.053.589	10,0%
4 - Investimentos	56.012	37.574	-32,9%
5 - Inversões Financeiras	76.091	72.192	-5,1%
6 - Amortização da Dívida	808.540	753.869	-6,8%
TOTAL GERAL	2.308.335	2.382.043	3,2%

Quanto à participação dos Poderes na execução da despesa, percebe-se, como esperado, a grande prevalência do Poder Executivo sobre os demais. A Tabela seguinte demonstra também o percentual de cada natureza de despesa nos diversos poderes.

Vale notar que o item Pessoal e Encargos Sociais, representa cerca de 80% das despesas do Leju, e apenas 9,0% do Executivo. Para o Executivo, as Despesas Correntes e a Amortização da Dívida são os itens que demandam mais dispêndios da União.

Observa-se que, nos anos em análise, não houve variações significativas no peso de cada Poder no total de gastos e na importância das naturezas no gasto de cada Poder.

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR PODER E NATUREZA DE DESPESA

DESPESAS POR PODER/GND	VALOR (R$ MILHÕES)		%	
	2014	2015	2014	2015
Judiciário	34.659,3	38.153,1	1,5%	1,6%
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.795,0	29.378,9	77,3%	77,0%
3 - Outras Despesas Correntes	6.661,1	7.703,4	19,2%	20,2%
4 - Investimentos	1.192,8	1.066,1	3,4%	2,8%
5 - Inversões Financeiras	10,4	4,7	0,0%	0,0%
Legislativo	9.925,4	10.693,2	0,4%	0,4%
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.218,0	8.949,5	82,8%	83,7%
2 - Juros e Encargos da Dívida	0,1	0,1	0,0%	0,0%
3 - Outras Despesas Correntes	1.493,6	1.537,9	15,0%	14,4%
4 - Investimentos	202,3	200,8	2,0%	1,9%
5 - Inversões Financeiras	10,7	4,5	0,1%	0,0%
6 - Amortização da Dívida	0,6	0,4	0,0%	0,0%
MPU e DPU	5.400,1	6.241,4	0,2%	0,3%
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3911,4	4428,7	72,4%	71,0%
3 - Outras Despesas Correntes	1176,5	1465,4	21,8%	23,5%
4 - Investimentos	258,2	331,5	4,8%	5,3%
5 - Inversões Financeiras	54,1	15,8	1,0%	0,3%
Executivo	2.258.350,8	2.326.954,9	97,8%	97,7%
1 - Pessoal e Encargos Sociais	200.495,8	213.699,5	8,9%	9,0%
2 - Juros e Encargos da Dívida	170.551,8	208.362,8	7,6%	8,7%
3 - Outras Despesas Correntes	948.390,0	1.042.882,0	42,0%	43,8%
4 - Investimentos	54.358,5	35.975,3	2,4%	1,5%
5 - Inversões Financeiras	76.015,5	72.166,7	3,4%	3,0%
6 - Amortização da Dívida	808.539,2	753.868,5	35,8%	31,6%
TOTAL GERAL	2.308.335,5	2.382.042,6	-	-

Fonte: SIOP/Secretaria de Orçamento Federal

Outra forma de observar os gastos do Governo Federal é por meio da Modalidade de Aplicação que revela o quanto do orçamento foi diretamente gasto pelo Governo Federal ou por outras entidades federativas, multigovernamentais ou mesmo instituições privadas. Conforme consta na tabela a seguir, em 2015 os valores diretamente gastos pelo Governo Federal atingiram 84,4% do orçamento. Observa-se, ainda, que dos gastos realizados indiretamente, grande parte foi destinada aos Municípios e aos Estados por meio de transferências constitucionais, legais e voluntárias.

DESPESAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO – 2014 E 2015
R$ MILHÕES

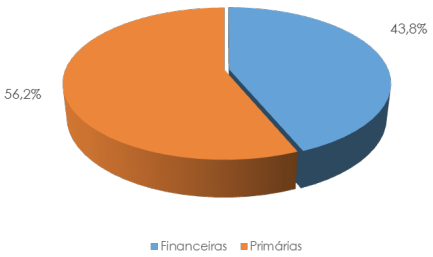
MODALIDADE DE APLICAÇÃO	VALOR (R$ MILHÕES)		%	
	2014	2015	2014	2015
30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	117.528	113.089	5,1%	4,7%
31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	15.980	17.200	0,7%	0,7%
32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	1.653	254	0,1%	0,0%
35 - Transf. Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal (§§ 1º e 2º, art. 24, LC nº 141)	1	-	0,0%	0,0%
40 - Transferências a Municípios	128.388	125.989	5,6%	5,3%
41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	46.398	49.671	2,0%	2,1%
42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios	287	376	0,0%	0,0%
45 - Transf. Fundo a Fundo aos Municípios (§§ 1º e 2º, art. 24, LC nº 141)	344	-	0,0%	0,0%
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	6.669	5.964	0,3%	0,3%
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	176	164	0,0%	0,0%
70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	20	14	0,0%	0,0%
71 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	175	12	0,0%	0,0%
80 - Transferências ao Exterior	3.145	2.572	0,1%	0,1%
90 - Aplicações Diretas	1.948.005	2.013.749	84,4%	84,5%
91 - Aplicação Direta de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçamentos F/S	39.567	52.585	1,7%	2,2%
95 - Aplicação Direta (§§ 1º e 2º, art. 24, LC nº 141)	-	405	0,0%	0,0%
TOTAL GERAL	2.308.335	2.382.043		

Fonte: Siop / Secretaria de Orçamento Federal

Visando possibilitar uma melhor análise das despesas executadas, vale diferenciar as despesas primárias das financeiras, uma vez que as despesas primárias se referem aos serviços realmente prestados pelo Estado, enquanto as despesas financeiras tratam de operações financeiras tais como empréstimos, concessão de empréstimos, amortizações e juros passivos.

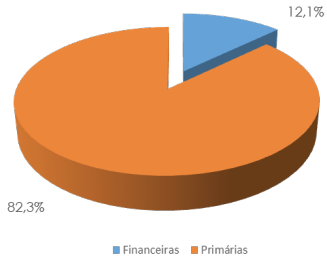
O gráfico a seguir demonstra a divisão entre as despesas primárias e financeiras do Governo Central, explicitando que as despesas com juros e financiamento da dívida são responsáveis por 43,8% dos gastos governamentais. A seguir, este documento tratará esses grupos de despesa separadamente.

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS E FINANCEIRAS
VALORES EMPENHADOS - 2015



É possível analisar o valor das despesas financeiras excluindo-se os valores do refinanciamento da dívida, uma vez esta pode ser rolada diversas vezes no mesmo exercício. O gráfico seguinte demonstra a proporção entre despesas primárias e financeiras, excluindo-se o refinanciamento da dívida.

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS E FINANCEIRAS EXCLUÍDAS AS DESPESAS COM REFINANCIAMENTO
VALORES EMPENHADOS -2015



Despesas Primárias

A tabela seguinte demonstra, em ordem decrescente de valores, a despesa executada em cada função, a fim de explicitar em qual área de ação governamental se deu a despesa. Evidencia-se a grande participação das funções Previdência Social e Encargos Especiais, seguidas por Saúde, Educação, Assistência Social e Trabalho, as quais estão concentradas grande parte das despesas obrigatórias da União. Esses seis itens representam 87,2% dos gastos públicos federais no exercício de 2015.

EMPENHO POR FUNÇÃO – 2014 E 2015
R$ MILHÕES

FUNÇÃO	2014	%	2015	%
09 - Previdência Social	494.430	39,4%	540.325	40,3%
28 - Encargos Especiais	293.001	23,4%	322.183	24,0%
10 - Saúde	92.762	7,4%	100.715	7,5%
12 - Educação	77.179	6,2%	81.967	6,1%
08 - Assistência Social	70.429	5,6%	73.225	5,5%
11 - Trabalho	54.512	4,3%	50.047	3,7%
05 - Defesa Nacional	39.755	3,2%	40.916	3,1%
02 - Judiciária	25.356	2,0%	27.492	2,1%
04 - Administração	19.102	1,5%	19.603	1,5%
20 - Agricultura	14.327	1,1%	16.957	1,3%
26 - Transporte	16.006	1,3%	11.607	0,9%
06 - Segurança Pública	8.121	0,6%	8.184	0,6%
19 - Ciência e Tecnologia	8.140	0,6%	7.322	0,5%
01 - Legislativa	6.109	0,5%	6.490	0,5%
03 - Essencial à Justiça	4.709	0,4%	5.502	0,4%
15 - Urbanismo	4.140	0,3%	4.367	0,3%
18 - Gestão Ambiental	6.261	0,5%	4.298	0,3%
07 - Relações Exteriores	2.314	0,2%	3.023	0,2%
21 - Organização Agrária	3.744	0,3%	2.565	0,2%
23 - Comércio e Serviços	2.166	0,2%	2.152	0,2%
22 - Indústria	2.183	0,2%	2.110	0,2%
27 - Desporto e Lazer	2.415	0,2%	2.044	0,2%
25 - Energia	1.110	0,1%	1.830	0,1%
14 - Direitos da Cidadania	1.415	0,1%	1.246	0,1%
13 - Cultura	1.370	0,1%	1.211	0,1%
24 - Comunicações	1.286	0,1%	1.188	0,1%
17 - Saneamento	1.691	0,1%	1.094	0,1%
16 - Habitação	48	0,0%	69	0,0%
TOTAL GERAL	1.254.083	100%	1.339.731	100%

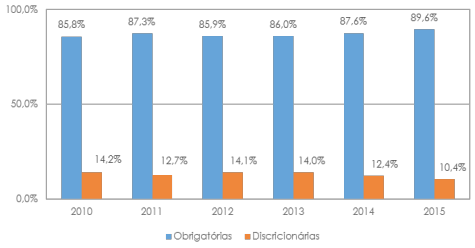
Fonte: Siop / Secretaria de Orçamento Federal

Despesas Obrigatórias x Discricionárias

As despesas obrigatórias são parte significativa dos dispêndios da União, fato evidenciado no gráfico a seguir, que demonstra o grau de engessamento das despesas primárias. Em 2015, 89,6% dessas despesas envolveram obrigações legais ou constitucionais, enquanto apenas 10,4% trataram de despesas discricionárias.

Observa-se, ainda, a gradual piora desse cenário, com a participação das discricionárias sendo reduzida em quatro pontos percentuais no intervalo de seis anos.

DESPESAS OBRIGATÓRIAS X DISCRICIONÁRIAS
VALORES EMPENHADOS – 2010 - 2015



Vale lembrar que as despesas obrigatórias são aquelas decorrentes de determinação legal ou constitucional, que não deixam ao gestor público discricionariedade quanto à determinação do seu montante. As discricionárias, ao contrário, permitem ao gestor público flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante, assim como quanto à oportunidade de sua execução, e são efetivamente as que concorrem para produção de bens e serviços públicos.

Despesas Obrigatórias (RP 1)

As despesas obrigatórias dividem-se em, basicamente, dois grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, restando às demais naturezas de despesas participação apenas residual.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS
POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
2014 E 2015

NATUREZA DE DESPESA	2014	2015	VAR. %
1 - Pessoal e Encargos Sociais	222.993	238.717	7,1%
3 - Outras Despesas Correntes	874.268	960.114	9,8%
4 - Investimentos	1.037	851	-17,9%
5 - Inversões Financeiras	439	1.144	160,3%
TOTAL GERAL	1.098.737	1.200.826	9,3%

As despesas de Pessoal e Encargos referem-se aos gastos com o pagamento de salários, aposentadorias e pensões do pessoal civil e militar, bem como sentenças judiciais advindas destes itens. Ainda no âmbito das despesas primárias obrigatórias, vale destacar os gastos com pessoal e encargos sociais, que cresceram 7,1% em relação a 2014. A tabela abaixo mostra a composição das despesas desse grupo por elemento de despesa.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE PESSOAL POR ELEMENTO DE DESPESA
2014 E 2015

ELEMENTO DE DESPESA	2014	%	2015	%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	92.388	38,6%	99.340	38,7%
01 - Aposentadorias e Reformas	63.344	26,5%	65.977	25,7%
03 - Pensões	34.516	14,4%	37.115	14,5%
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	19.979	8,3%	22.378	8,7%
13 - Contribuições Patronais	18.373	7,7%	20.117	7,8%
91 - Sentenças Judiciais	5.370	2,2%	6.555	2,6%
16 - Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	1.229	0,5%	1.158	0,5%
92 - Despesas de Exercicio Anteriores - Op. Intra-Orçamentarias	1.675	0,7%	997	0,4%
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	788	0,3%	891	0,3%
04 - Contratação por Tempo Determinado	855	0,4%	811	0,3%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	423	0,2%	527	0,2%
07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	272	0,1%	328	0,1%
17 - Outras Despesas Variaveis - Pessoal Militar	173	0,1%	225	0,1%
41 - Contribuições	32	0,0%	34	0,0%
05 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	2	0,0%	3	0,0%
TOTAL GERAL	239.420	100,0%	256.457	100,0%

As despesas correntes representam a maior parte das obrigatórias, compostas por gastos com a) aposentadorias e pensões dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos federais; b) envolve transferências constitucionais aos demais entes federados relativas a participação dos mesmos na arrecadação; c) os mínimos constitucionais da Saúde e Educação; e d) pagamento dos benefícios assistenciais previstos na Lei Orgânica de Assistência Social, bem como do Seguro-Desemprego e Abono Salarial.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS, EXCETO PESSOAL, POR ELEMENTO DE DESPESA
2014 E 2015

FUNÇÃO / ELEMENTO DE DESPESA	2014	% TOTAL	2015	% TOTAL
09 - Previdência Social	394.005	45,0%	431.962	44,9%
54 - Aposentadoria do RGPS - Área Urbana	200.062		219.024	
56 - Pensões do RGPS - Área Urbana	74.745		82.014	
53 - Aposentadoria do RGPS - Área Rural	62.984		68.835	
58 - Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana	28.318		31.877	
55 - Pensões do RGPS - Área Rural	21.946		24.008	
Demais	5.950		6.203	
28 - Encargos Especiais Total	256.997	29,3%	291.675	30,3%
81 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	196.547		201.229	
98 - Compensações ao RGPS	17.000		24.359	
91 - Sentenças Judiciais	15.281		17.383	
45 - Equalização de Preços e Taxas	13.668		14.634	
41 - Contribuições	11.378		6.262	
Demais	3.124		27.807	
10 - Saúde Total	67.779	7,7%	75.541	7,9%
41 - Contribuições	55.071		58.272	
30 - Material de Consumo	6.725		10.213	
Demais	5.983		7.056	
08 - Assistência Social	64.291	7,3%	69.257	7,2%
06 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	37.594		41.794	
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	26.156		26.916	
Demais	541		547	
11 - Trabalho	52.641	6,0%	48.253	5,0%
10 - Outros Benefícios de Natureza Social	51.829		48.180	
Demais	813		73	
12 - Educação	19.862	2,3%	20.948	2,2%
41 - Contribuições	17.382		18.483	
Demais	2.479		2.465	
Demais Funções	19.931	2,3%	24.472	2,5%
TOTAL GERAL	875.744		962.109	

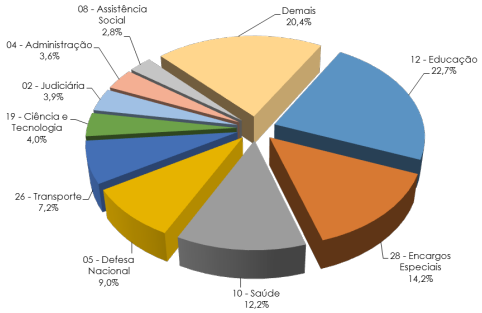
Despesas Discricionárias (RPs 2, 3 e 6)

As despesas discricionárias somaram R$ 138,9 bilhões, o equivalente a 10,4% do total das despesas primárias da União. A Tabela seguinte evidencia a redução generalizada no montante empenhado em 2015, com relação a 2014, sobretudo nos investimentos do PAC e em Emendas Individuais. Destaca-se, também, o crescimento das despesas correntes no âmbito do PAC.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
2014 E 2015

RESULTADO PRIMÁRIO / ELEMENTO DE DESPESA	2014	% TOTAL	2015	% TOTAL	VAR. % 2015/2014
2 - Discricionárias (não PAC)	95.601	62%	93.375	67%	-2%
3 - Outras Despesas Correntes	78.027	82%	79.811	85%	2%
4 - Investimentos	15.465	16%	12.254	13%	-21%
5 - Inversões Financeiras	2.109	2%	1.309	1%	-38%
	-		-		
3 - PAC	53.604	35%	42.100	30%	-21%
3 - Outras Despesas Correntes	3.082	6%	12.397	29%	302%
4 - Investimentos	33.963	63%	21.553	51%	-37%
5 - Inversões Financeiras	16.559	31%	8.150	19%	-51%
	-		-		
6 - Emendas Individuais	6.142	4%	3.431	2%	-44%
3 - Outras Despesas Correntes	593	10%	510	15%	-14%
4 - Investimentos	5.547	90%	2.915	85%	-47%
5 - Inversões Financeiras	1	0%	5	0%	289%
	-		-		
TOTAL GERAL	155.346	100%	138.905	100%	-11%

PRINCIPAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS POR FUNÇÃO
VALORES EMPENHADOS - 2015



Despesas Financeiras

Do total de R$ 1.042,2 bilhões de despesas financeiras, 92% referem-se ao pagamento de juros e amortização da dívida interna e externa. Outra despesa financeira expressiva diz respeito aos financiamentos com retorno que respondem por R$ 45,2 bilhões.

Totalizando R$ 962,3 bilhões, ou 40,4% dos gastos totais da União, as despesas com o pagamento da dívida são divididas em juros e encargos e amortização.

As despesas com Juros e Encargos referem-se as despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária. Essas despesas alcançaram o montante de R$ 208,4 bilhões, o que representa 8,7% das despesas da União, valor 22% superior ao de 2014.

Já os gastos com Amortização da Dívida, que são aqueles relativos ao pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária, alcançaram o montante de R$ 753,8 bilhões, o que representa 31,6% das despesas totais da União.

A tabela a seguir apresenta a composição das despesas desses grupos, notando-se que as despesas com juros ocorrem praticamente em um único elemento, e que a amortização da dívida se divide em resgate e refinanciamento da dívida mobiliária.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS FINANCEIRAS POR ELEMENTO DE DESPESA
2014 E 2015

ELEMENTO DE DESPESA	2014	%	2015	%
Juros e Encargos da Dívida	170.552	100,0%	208.363	100,0%
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	4.478	2,6%	812	0,4%
22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	70	0,0%	73	0,0%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	165.969	97,3%	207.478	99,6%
24 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	35	0,0%	-	0,0%
Amortização	808.540	100,0%	753.869	100,0%
71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	63.454	7,8%	1.088	0,1%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	128.267	15,9%	180.883	24,0%
76 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	614.854	76,0%	569.375	75,5%
77 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	1.964	0,2%	2.523	0,3%
TOTAL GERAL	979.092		962.232	

2.2.2. Resultado Orçamentário

A seguir, apresenta-se uma síntese do balanço orçamentária do exercício de 2015, conforme publicado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2015
R$ MILHÕES

CATEGORIA ECONÔMICA	PREV./DOT. ATUALIZ.	REALIZ./ EXEC.	EXCESSO /INSUF.
I - RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias)	1.935.244	1.843.609	- 91.634
Receitas Correntes	1.481.220	1.282.514	-198.706
Receitas de Capital	454.023	561.094	107.070
II - RECEITAS (Intra-Orçamentárias)	36.891	43.226	6.335
Receitas Correntes	36.891	43.226	6.335
Receitas de Capital	0	0	0
III - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento	904.541	775.511	-129.030
IV – AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	61.809	-	-
V – TOTAL DAS RECEITAS (I + II + III + IV)	2.938.486	2.662.347	- 214.329
VI - DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias)	2.138.934	1.683.101	- 455.832
Despesas Correntes	1.600.262	1.431.877	
Despesas de Capital	502.598	251.224	
VII – DESPESAS (Intra-Orçamentárias)	53.139	49.245	- 3.894
Despesas Correntes	46.114	44.897	1.217
Despesas de Capital	7.025	4.348	2.677
VIII – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	746.413	571.898	- 174.514
X – SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.938.486	2.304.245	- 634.241
XI - SUPERÁVIT	-	280.304	
XII - TOTAL DAS DESPESAS (X + XI)	2.608.372	2.584.549	-

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional. / Despesas liquidadas

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos. Publicado na Seção I do Diário Oficial da União, em 29 de janeiro de 2015, pags. 71 a 73.

2.2.3. Política de Restos a Pagar

O Poder Executivo publicou o Decreto nº 8.407, de 24 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a realização, no exercício de 2015, de despesas inscritas em restos a pagar não processados, dentre outras providências. Segundo este decreto, os órgãos poderão efetuar o desbloqueio de restos a pagar não processados, objeto de bloqueio conforme previsto no Decreto nº 8.407/2015, desde que se refiram a despesas cuja execução tenha previsão de início até 31 de dezembro de 2015 (data prorrogada pelo Decreto nº 8.551, de 29 de outubro de 2015), nos termos do § 4º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Segundo o Decreto, a Secretaria do Tesouro Nacional providenciará, até a data de encerramento no Siafi do mês de fevereiro de 2016, o cancelamento automático dos saldos de empenhos de restos a pagar que não foram desbloqueados pelas unidades gestoras, face à previsão do art. 2º do Decreto 8.407/2015.

A tabela a seguir apresenta os valores de execução dos restos a pagar sujeitos ao contingenciamento em 2015.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO DE 2015, SUJEITOS AO CONTINGENCIAMENTO
R$ MILHARES

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	RP INSCRITOS	RP CANCELADOS	RP PAGOS	RP A PAGAR
20000 - Presidência da República	480.618	131.576	185.150	163.892
22000 - Ministério da Agricultura	1.894.560	53.282	1.131.246	710.033
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	4.035.835	208.667	2.025.890	1.801.128
25000 - Ministério da Fazenda	1.530.309	156.071	857.410	516.828
26000 - Ministério da Educação	16.724.130	479.448	6.283.614	9.961.067
28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	172.784	48.739	76.617	47.427
30000 - Ministério da Justiça	3.133.249	93.437	1.044.425	1.995.387
32000 - Ministério de Minas e Energia	296.778	57.495	191.524	47.759
33000 - Ministério da Previdência Social	184.111	18.498	104.014	61.599
35000 - Ministério das Relações Exteriores	71.549	1.588	62.353	7.607
36000 - Ministério da Saúde	11.945.425	715.097	4.509.607	6.720.722
38000 - Ministério do Trabalho e Emprego	576.644	86.261	245.007	245.376
39000 - Ministério dos Transportes	13.329.637	1.092.920	6.541.333	5.695.384
41000 - Ministério das Comunicações	270.650	31.809	89.955	148.885
42000 - Ministério da Cultura	1.132.767	103.084	388.996	640.687
44000 - Ministério do Meio Ambiente	257.894	19.584	118.817	119.493
47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	630.987	45.059	418.292	167.636
49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.840.444	175.543	977.395	1.687.505
51000 - Ministério do Esporte	3.552.725	220.500	1.349.350	1.982.876
52000 - Ministério da Defesa	7.179.122	198.477	5.247.524	1.733.121
53000 - Ministério da Integração Nacional	6.169.926	253.775	2.734.953	3.181.198
54000 - Ministério do Turismo	3.277.209	60.777	624.796	2.591.636
55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2.593.211	140.914	1.208.899	1.243.398
56000 - Ministério das Cidades	26.608.075	6.755.788	8.215.228	11.637.059
58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	263.953	55.664	40.377	167.912
60000 - Vice-Presidência	348,99028	0,40071	170,89967	177,6899
61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos	14.395	527,37123	12.860	1006,7965
62000 - Secretaria de Aviação Civil	987.993	77.019	552.184	358.790
63000 - Advocacia-Geral da União	22.591	1.248	14.977	6.365
64000 - Secretaria de Direitos Humanos	164.967	6.956	76.399	81.613
65000 - Secretaria de Política para as Mulheres	85.309	3.169	52.017	30.123
66000 - Controladoria-Geral da União	25.472	571	18.808	6.093
67000 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	9.020	759	6.521	1739,86273
68000 - Secretaria de Portos	1.124.533	38.842	479.873	605.818
69000 - Secretaria da Micro e Pequena Empresa	6.771	122	3.168	3.481
71000 - Encargos Financeiros da União	1.555.797	128.329	926.200	501.267
73000 - Transferências a Estados, DF e Municípios	1.681	581,273	122	977,62283
74000 - Operações Oficiais de Crédito	316.628	0	174.655	141.973
TOTAL	113.468.099	11.462.180	46.990.729	55.015.039

Fonte: Siafi
Obs.: Inclui PAC e emendas individuais (RP 6).

2.3. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

2.3.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE

Recursos Aplicados

No exercício de 2015, a União executou o montante de R$ 59.366 milhões com despesas típicas de ensino utilizando recursos provenientes da arrecadação de impostos, a qual atingiu o montante de R$ 425.736 milhões. Para se chegar à base de cálculo do limite mínimo de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), foram deduzidos R$ 167.159 milhões, referentes às transferências constitucionais a Estados, Municípios e Distrito Federal, o que resultou em uma base de cálculo R$ 258.577 milhões. Ressalta-se que, a partir de 2011, por força da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, não são

mais deduzidas da base de cálculo a Desvinculação de Receitas da União – DRU. Assim, atingiu-se um percentual de aplicação de 22,96% na União, percentual acima do mínimo previsto na Constituição Federal, que é de 18%. As tabelas a seguir reproduzem as seções do "Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino", que compõe o Anexo 8 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União do último bimestre de 2015.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS COM MDE – UNIÃO – 2015

R$ MILHARES

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O MÊS (B)	% (C) = (B/A)X100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	459.478.742	459.478.742	425.736.228	92,66
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Importação - II	47.976.817	47.976.817	38.942.838	81,17
Imposto sobre Importação - II	47.452.177	47.452.177	38.939.185	82,06
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do II	171.576	171.576	66.727	38,89
Dívida Ativa do II	342.067	342.067	4.428	1,29
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do II	10.997	10.997	5.299	48,19
(-) Deduções da Receita do II	0	0	-72.802	
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Exportação - IE	288.231	288.231	110.562	38,36
Imposto sobre Exportação - IE	278.279	278.279	27.034	9,71
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IE	5.030	5.030	5.849	116,28
Dívida Ativa do IE	886	886	1.763	199,06
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IE	4.036	4.036	4.689	116,20
(-) Deduções da Receita do IE	0	0	71.227	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Rendas - IR	315.112.993	315.112.993	302.022.882	95,85
Imposto sobre Rendas - IR	302.293.324	302.293.324	317.205.202	104,93
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IR	5.653.347	5.653.347	4.532.118	80,17
Dívida Ativa do IR	5.453.186	5.453.186	919.920	16,87
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IR	1.713.137	1.713.137	1.031.222	60,19
(-) Deduções da Receita do IR	0	0	-21.665.580	
1.4 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	970.214	970.214	1.182.920	121,92
Imposto Territorial Rural - ITR	867.808	867.808	1.101.302	126,91
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	86.543	86.543	69.796	80,65
Dívida Ativa do ITR	8.430	8.430	3.682	43,68
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	7.433	7.433	8.161	109,79
(-) Deduções da Receita do ITR	0	0	-21	
1.5 - Receita Resultante do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	59.515.076	59.515.076	48.606.615	81,67
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	58.007.414	58.007.414	48.652.943	83,87
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPI	734.273	734.273	433.753	59,07
Dívida Ativa do IPI	470.920	470.920	87.233	18,52
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPI	302.469	302.469	112.800	37,29
(-) Deduções da Receita do IPI	0	0	-680.113	
1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	35.607.622	35.607.622	34.851.782	97,88
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	35.324.807	35.324.807	34.492.125	97,64
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF	270.374	270.374	180.722	66,84
Dívida Ativa do IOF	7.077	7.077	837	11,83
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF	5.364	5.364	766	14,28
(-) Deduções da Receita do IOF	0	0	177.331	
1.7 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	7.789	7.789	18.629	239,16
Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	7.789	7.789	18.930	243,02
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF-Ouro	0	0	0	-
Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	-
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	-
(-) Deduções da Receita do IOF-Ouro	0	0	-301	-

(cont.)

DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O MÊS (B)	% (C) = (B/A)X100
2 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (21,5% de (1.3 + 1.5))	80.545.035	77.464.659	61.105.698	78,88
3 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS1 (23,5% de (1.3 + 1.5))	88.037.596	88.037.596	68.398.981	77,69
4 - IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADO AOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (10% de 1.5)	5.951.508	5.951.508	3.941.708	66,23
4A - PARCELAS DO FPE, FPM E IPI-EXPORTAÇÃO DESTINADAS AO FUNDEB	0	0	32.850.091	-
5 - IOF-OURO REPASSADO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS2 (1.7)	7.789	7.789	17.317	222,32
6 - ITR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.4)	485.107	485.107	845.145	174,22
7 - TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (2 + 3 + 4 + 4A +5 + 6)	175.027.035	171.946.659	167.158.940	97,22
8 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1-7)	284.451.707	287.532.083	258.577.288	89,93
RECEITAS ADICIONAIS DESTINADAS AO ENSINO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (A)**	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O MÊS (B)**	**% (C) = (B/A)X100**
9 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	8.211.890	8.556.770	4.225.041	49,38
10 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	5.424	5.424	0	0,00
11 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO	9.899.166	17.956.028	10.627.834	59,19
12 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (9 + 10 + 11)	18.116.480	26.518.222	14.852.875	56,01

Fonte – Relatório Resumido de Execução Orçamentária/RREO – Dezembro/2015. / 1 CF, art. 159, I, alíneas "b" e "d". / 2 CF, art. 153 §5º.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM MDE – UNIÃO – 2015
CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
R$ MILHARES

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS				
			ATÉ O MÊS (B)	% (C) = (B/A)X100			
13 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (18% DE 9)	51.201.307	51.755.775	46.543.912	89,93			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (D)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)
			ATÉ O MÊS (E)	% (F) = (E/D) X100	ATÉ O MÊS (G)	% (H) = (G/D)X100	
14 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PARCELA PROVENIENTE DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE	3.773.251	3.773.251	3.773.251	100,00	3.195.046	84,68	578.204
15 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.760.000	30.198	25.799	85,44	11.751	39,20	14.048
16 - EDUCAÇÃO BÁSICA	478.708	1.253.424	930.550	74,24	228.678	18,25	701.872
17 - ENSINO MÉDIO	0	0	0		0	0,00	0
18 - ENSINO SUPERIOR	28.424.945	26.450.488	25.052.468	94,71	23.842.461	90,14	1.210.006
19 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	12.241.542	11.349.857	10.306.517	90,81	8.386.285	73,89	1.920.232
20 - OUTRAS	19.368.716	20.056.418	19.277.633	96,12	18.661.724	93,05	615.909
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (14 + 15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20)	66.047.162	62.913.635	59.366.218	94,36	54.325.946	86,35	5.040.272

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0
23 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (36 p)**	406.126
24 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS	0
25 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (22 + 23 + 24)*	0
26 - MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO3 [(21-25) / (8)] x 100%	22,96

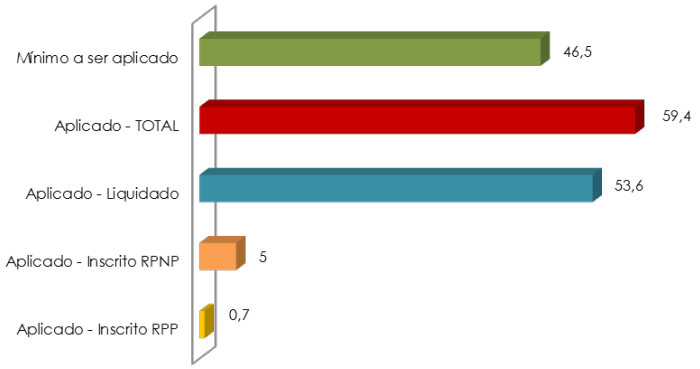
Fonte – Relatório Resumido de Execução Orçamentária/RREO – Dezembro/2014

Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

(*) Em atendimento ao Acórdão nº 2424/2009 – TCU – Plenário, os valores das transferências constitucionais e legais nas colunas "Receitas Realizadas" correspondem àqueles efetivamente descentralizados no período. Uma vez que as transferências se processam por meio da execução de despesa orçamentária, o critério adotado para o cômputo dos valores efetivamente descentralizados foi o de apuração do pagamento efetivo das despesas orçamentárias do exercício, bem como de eventuais restos a pagar, identificadas como transferências constitucionais e legais a partir das respectivas ações orçamentárias. / (**) Dedução prevista no Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, Volume II, aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cuja 1ª edição foi aprovada pela Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008, tendo sido submetida previamente à apreciação do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios instituído pela Portaria STN nº 135, de 6 de março de 2007. No entanto, em atendimento a determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não está sendo considerada no cálculo da aplicação da União em MDE, mas seu valor continuará sendo evidenciado no demonstrativo.

O gráfico a seguir demonstra o valor mínimo para o exercício e o valor aplicado em MDE, evidenciando os valores inscritos em restos a pagar processados e não processados que foram computados no valor aplicado. Observe-se que o mínimo constitucional seria cumprido mesmo se os valores inscritos em restos a pagar fossem desconsiderados.

DESPESAS APLICADAS EM MDE COM DESTAQUE PARA OS VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR – UNIÃO – 2015
R$ BILHÕES



Fonte: Tesouro Gerencial / Siafi

2.3.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde

Por meio do artigo 198°, da Constituição Federal, e do artigo 77°, do ADCT, alterados pela Emenda Constitucional n° 29, de 13 de setembro de 2000, asseguram-se recursos mínimos que devem ser aplicados pela União no financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Até o exercício de 2015, o valor mínimo a ser aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde correspondia à aplicação do exercício anterior corrigida pela variação do Produto Interno Bruto (PIB). A partir do exercício de 2016, o cômputo do valor mínimo passará a seguir a regra da Emenda Constitucional n° 86, de 2015.

Na tabela a seguir está reproduzido o "Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde", que compõe o Anexo 12 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União do último bimestre de 2015, e que demonstra o cumprimento do Mínimo Constitucional com Saúde. Observa-se na tabela que a aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) em 2015 atingiu R$ 110.786 milhões, superando o mínimo a ser aplicado (que era de R$ 93.309 milhões) em R$ 2.477 milhões.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – 2015 - UNIÃO
R$ MILHARES

DESPESAS COM SAÚDE (POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ O MÊS (B)	% (B/A) X 100	ATÉ O MÊS (C)	% (C/A) X 100	
DESPESAS CORRENTES	110.238.448	110.502.149	106.465.528	96,35	101.375.543	91,74	5.089.984
Pessoal e Encargos Sociais	17.649.277	17.685.484	17.604.029	99,54	17.587.681	99,45	16.348
Juros e Encargos da Dívida	12.936	7.619	6.040	79,28	6.040	79,28	-
Outras Despesas Correntes	92.576.235	92.809.047	88.855.459	95,74	83.781.822	90,27	5.073.637
DESPESAS DE CAPITAL	10.772.926	10.638.886	3.756.365	35,31	1.334.860	12,55	2.421.505
Investimentos	10.409.512	10.286.885	3.434.891	33,39	1.143.386	11,11	2.291.505
Inversões Financeiras	324.214	338.264	311.624	92,12	181.624	53,69	130.000
Amortização da Dívida	39.200	13.738	9.850	71,70	9.850	71,70	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)	121.011.374	121.141.036	110.221.893	90,99	102.710.404	84,79	7.511.489

(cont.)

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ O MÊS (D)	% (D/IB)X100	ATÉ O MÊS (E)	% (E/IC)X100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	7.551.366	7.941.505	7.938.468	7,20	7.936.531	7,73	1.937
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	404.978	349.818	345.668	0,31	337.327	0,33	8.341
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	157.528	157.528	28.777	0,03	26.360	0,03	2.417
Recursos de Operações de Crédito	157.528	157.528	28.777	0,03	26.360	0,03	2.417
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	1.345.179	1.321.620	717.487	0,65	412.407	0,40	305.080
Serviço da Dívida	52.136	21.357	15.890	0,01	15.890	0,02	0
Outras Ações	1.293.043	1.300.264	701.597	0,64	396.517	0,39	305.080
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]				0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0	405.475	405.475	0,37	375.221	0,37	30.254
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]				0,00		0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (II)	9.459.051	10.175.947	9.435.875	8,56	9.087.844	8,85	348.030
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I - II)	111.552.323	110.965.089	100.786.018	91,44	93.622.559	91,15	7.163.459

APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE[4]	DESPESAS EXECUTADAS ATÉ O MÊS/2014 (F)	DESPESAS EXECUTADAS ATÉ O MÊS/2015 (G)	VARIAÇÃO NOMINAL DO PIB % (H)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO (I) = [(F X H / 100) + F]	VARIAÇÃO DE APLICAÇÃO % (G / F X 100)-100
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	91.898.531	100.786.018	6,98%	98.308.994	9,67%
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (g - i)					2.477.025

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA[5]	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Empenhos de 2014	6.816.861	235.493	4.367.678	2.213.691	6.816.861
Empenhos de 2013	1.791.052	142.147	580.520	1.068.385	1.791.052
Empenhos de 2012	1.529.153	130.675	275.882	1.122.595	1.529.153
Empenhos de 2011	1.091.844	65.277	191.316	835.251	1.091.844
Empenhos de Exercícios Anteriores a 2011	858.095	93.000	52.335	712.760	858.095
TOTAL	12.087.004	666.592	5.467.730	5.952.682	12.087.004

DESPESAS COM SAÚDE (POR SUBFUNÇÃO)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ O MÊS (L)	% (L/TOTAL L) X 100	ATÉ O MÊS (M)	% (M/TOTAL M) X 100	
Atenção Básica	22.216.848	21.218.599	19.255.952	17,47	18.349.637	17,87	906.315
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	54.144.458	54.056.099	48.330.992	43,85	46.447.081	45,22	1.883.911
Suporte Profilático e Terapêutico	11.966.123	13.394.476	12.998.655	11,79	11.178.290	10,88	1.820.365
Vigilância Sanitária	377.840	377.840	320.052	0,29	307.682	0,30	12.370
Vigilância Epidemiológica	5.398.940	5.649.612	5.475.443	4,97	4.022.321	3,92	1.453.122
Alimentação e Nutrição	69.490	69.490	31.207	0,03	28.921	0,03	2.287
Outras Subfunções	26.837.675	26.374.920	23.809.591	21,60	22.376.471	21,79	1.433.119
TOTAL	121.011.374	121.141.036	110.221.893	100,00	102.710.404	100,00	7.511.489

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União de dezembro de 2015, Anexo 12.

Notas:

1 – Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 – O valor apresentado na intercessão com a coluna "d" ou com a coluna "d+e"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 – O valor apresentado na intercessão com a coluna "d" ou com a coluna "d+e"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 – Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC141/2012.

5 – Os valores apresentados nesse quadro representam os restos a pagar inscritos ou reinscritos (restos a pagar de exercícios anteriores ainda pendentes de pagamento) no encerramento do exercício de 2014. Os valores executados (cancelados, pagos e saldo a pagar) referem-se à execução, no exercício de 2015 desse estoque de restos a pagar.

2.3.3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Os repasses ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2015 atingiram o montante de R$ 134.295,68 milhões, representando um incremento de 6,42% em relação ao ano anterior, as maiores variações ficaram por conta das origens Complementação da União - com 22,36%, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) – com 22,96% e Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) – com 35,40%.

As maiores participações por origem foram o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) - com 59%, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) - com 11,9% e o Fundo de Participações dos Estados (FPE) - com 11,5%. A Complementação da União ao Fundeb totalizou, em 2015, R$ 13.287,69 milhões.

FUNDEB - RECURSOS TRANSFERIDOS
DISTRIBUIÇÃO ACUMULADA NO ANO ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO/2015
VALORES EM R$ MIL

UF	ORIGEM									TOTAL	PARCELA DESTINADA		PARCELA COM ORIGEM		DISTRIBUIÇÃO ENTRE AS UF
	FPE	FPM	IPI	COUN	LC8796	ITR	ICMS	IPVA	ITCMD		AO ESTADO	AOS MUNICIPIOS	NAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	NOS TRIBUTOS ESTADUAIS	
AC	522.606	84.936	36	-	355	78	194.715	11.481	910	815.117	62%	38%	75%	25%	0,6%
AL	635.515	380.425	555	627.725	3.277	344	617.058	42.899	4.259	2.312.057	28%	72%	71%	29%	1,7%
AM	426.273	244.910	7.549	720.920	3.931	241	1.499.727	61.064	1.986	2.966.599	45%	55%	47%	53%	2,2%
AP	521.232	62.435	2.121	-	1.585	132	157.495	13.264	101	758.365	64%	36%	77%	23%	0,6%
BA	1.435.403	1.488.190	52.766	2.670.318	14.495	7.981	3.716.112	213.471	21.392	9.620.128	29%	71%	59%	41%	7,2%
CE	1.120.816	792.797	9.385	1.531.793	6.352	401	1.885.841	135.125	17.104	5.499.613	25%	75%	63%	37%	4,1%
DF	105.438	27.005	1.455	-	3.158	215	1.452.662	183.500	35.300	1.808.733	100%	0%	8%	92%	1,3%
ES	229.146	276.771	54.087	-	16.627	801	1.897.302	96.470	15.432	2.586.637	35%	65%	22%	78%	1,9%
GO	434.324	585.911	22.070	-	5.205	19.166	2.649.055	212.058	57.662	3.985.451	45%	55%	27%	73%	3,0%
MA	1.102.683	663.294	7.670	3.124.522	6.547	906	954.779	75.142	3.134	5.938.678	21%	79%	83%	17%	4,4%
MG	680.488	2.094.891	137.311	-	50.326	20.641	7.542.136	859.751	143.299	11.528.843	54%	46%	26%	74%	8,6%
MS	203.482	237.284	18.291	-	4.815	36.016	1.399.188	72.831	22.314	1.994.221	43%	57%	25%	75%	1,5%
MT	352.565	291.501	15.388	-	7.569	28.102	1.533.143	112.202	16.178	2.356.649	55%	45%	29%	71%	1,8%
PA	933.695	572.514	60.146	2.881.643	17.018	5.159	2.031.896	92.565	5.925	6.600.562	30%	70%	68%	32%	4,9%
PB	731.573	516.301	1.007	277.184	1.121	268	884.498	46.433	4.598	2.462.984	38%	62%	62%	38%	1,8%
PE	1.054.104	785.631	14.213	713.572	5.794	737	2.536.208	160.567	16.860	5.287.687	37%	63%	49%	51%	3,9%
PI	660.155	423.686	219	542.434	1.176	2.849	631.608	43.714	3.316	2.309.157	28%	72%	71%	29%	1,7%
PR	440.450	1.079.531	75.912	-	39.322	19.419	5.025.332	596.223	99.150	7.375.338	53%	47%	22%	78%	5,5%
RJ	233.378	470.024	144.186	-	22.874	1.729	6.620.439	522.780	181.880	8.197.290	32%	68%	11%	89%	6,1%
RN	638.234	395.509	774	197.587	1.412	310	889.651	56.531	3.509	2.183.518	39%	61%	57%	43%	1,6%
RO	430.123	135.504	3.431	-	973	581	645.476	37.131	898	1.254.117	55%	45%	45%	55%	0,9%
RR	378.962	79.267	21	-	149	103	130.136	8.993	368	598.000	58%	42%	77%	23%	0,4%
RS	359.729	1.081.042	105.851	-	39.173	19.716	5.455.112	482.686	120.397	7.663.706	50%	50%	21%	79%	5,7%
SC	195.508	623.535	52.449	-	14.006	3.301	3.062.885	439.085	52.700	4.443.468	44%	56%	20%	80%	3,3%
SE	634.781	238.358	320	-	977	294	559.802	31.300	3.489	1.469.321	38%	62%	60%	40%	1,1%
SP	152.764	2.128.696	197.085	-	121.453	39.519	24.896.816	2.891.188	513.357	30.940.878	51%	49%	9%	91%	23,0%
TO	662.997	227.005	1.127	-	307	2.278	406.714	33.632	4.506	1.338.566	52%	48%	67%	33%	1,0%
TOTAIS	15.276.424	15.986.954	985.427	13.287.698	390.000	211.286	79.275.785	7.532.085	1.350.023	134.295.682	43%	57%	34%	66%	100%
PARTIC.	11,4%	11,9%	0,7%	9,9%	0,3%	0,2%	59,0%	5,6%	1,0%	100,0%					

2.4. DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA E PREVIDENCIÁRIA

2.4.1. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

A arrecadação da PGFN nos exercícios de 2014 e 2015 encontra-se detalhada nos quadros a seguir:

ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB A ADMINISTRAÇÃO DA PGFN 2014 – 2015
EM R$ MIL

NATUREZA DOS CRÉDITOS	EXERCÍCIO 2014					EXERCÍCIO 2015				
	NÃO PARCELADO		PARCELADO		PARCELAMENTOS ESPECIAIS*	NÃO PARCELADO		PARCELADO		PARCELAMENTOS ESPECIAIS*
	NÃO AJUIZADO	AJUIZADO	NÃO AJUIZADO	AJUIZADO		NÃO AJUIZADO	AJUIZADO	NÃO AJUIZADO	AJUIZADO	
Não Tributários	226.333,48	404.471,47	109.806,46	147.888,41	-	140.185,71	431.718,38	82.396,02	71.230,55	-
Tributários	586.496,03	1.424.335,32	933.634,06	1.151.147,59	13.035.952,94	346.099,28	586.490,61	540.703,98	632.995,32	9.009.763,68
Previdenciários	137.143,22	705.456,82	137.470,65	151.065,74	-	99.743,18	472.755,78	289.903,11	514.708,23	-
TOTAL	949.972,73	2.534.263,60	1.180.911,17	1.450.101,74	-	586.028,18	1.490.964,78	913.003,11	1.218.934,10	9.009.763,68

NATUREZA DOS CRÉDITOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO 2014-2015		
	2014	2015	%
Não Tributários	888.499,82	725.530,67	-18,34%
Tributários	17.131.565,93	11.116.052,87	-35,11%
Previdenciários	1.131.136,42	1.377.110,30	21,75%
TOTAL	19.151.202,17	13.218.693,84	-30,98%

Fonte: Dados Previdenciários - Sistema Dardo
(Data Atualização: 05/01/2016 - Data Extração: 17/02/2016)
Dados Tributários e Não Tributários - DW
(Data Atualização: 06/01/2016 - Data Extração: 06/01/2016)
* Parcelamentos Especiais são aqueles não contemplados pela Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, cujo prazo de adesão é certo e determinado pelo respectivo ato normativo instituidor.

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB A ADMINISTRAÇÃO DA PGFN 2014 – 2015
EM R$ MIL

NATUREZA DA RECEITA PRINCIPAL	EXERCÍCIO 2014				EXERCÍCIO 2015			
	NÃO PARCELADO		PARCELADO		NÃO PARCELADO		PARCELADO	
	NÃO AJUIZADO	AJUIZADO	NÃO AJUIZADO	AJUIZADO	NÃO AJUIZADO	AJUIZADO	NÃO AJUIZADO	AJUIZADO
Não Tributário	9.276.058,25	80.753.982,16	522.345,24	2.510.782,11	12.787.282,48	89.057.871,43	650.892,25	3.192.829,71
Tributário	75.698.974,57	851.096.127,70	7.177.530,52	54.394.548,22	98.687.938,94	950.017.395,68	12.318.471,35	68.441.448,79
Previdenciário	10.330.096,19	269.058.501,48	28.318.688,64	-	16.462.751,95	306.260.547,87	7.075.936,05	20.988.941,56
TOTAL	95.305.129,01	1.200.908.611,34	36.018.564,40	56.905.330,33	127.937.973,38	1.345.335.814,98	20.045.299,65	92.623.220,05

NATUREZA DA RECEITA PRINCIPAL	VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ESTOQUE 2014-2015		
	2014	2015	%
Não Tributários	93.063.167,76	105.688.875,88	13,57%
Tributários	988.367.181,01	1.129.465.254,76	14,28%
Previdenciários	307.707.286,32	350.788.177,43	14,00%
TOTAL	1.389.137.635,08	1.585.942.308,07	14,17%

Fonte: Dados Previdenciários - Sistema Informar
(Data Atualização: 02/01/2016 - Data Extração: 06/01/2016)
Dados Tributários e Não Tributários - DW (Data Atualização: 06/01/2016 - Data Extração: 06/01/2016)

ARRECADAÇÃO DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADO PELA PGFN

EM R$ 1,00

MODALIDADE	NATUREZA	ARRECADAÇÃO		VARIAÇÃO (B/A)%	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2014 (A)	2015 (B)		2014	2015
Convencional (Lei 8.212/91 e Lei nº 10.522/2002)	Previdenciária	36.415.049,50	547.415.654,14	1403,27%	12,6206%	68,0348%
	Fazendária	2.342.630.046,82	1.327.325.867,63	-43,34%	15,2331%	12,8404%
	Total	2.379.045.096,32	1.874.741.521,77	-21,20%	15,1850%	16,8263%
REFIS (Lei nº 9.964/2000)	Previdenciária	882.557,16	1.808.063,02	104,87%	0,3059%	0,2247%
	Fazendária	29.929.885,44	16.149.748,59	-46,04%	0,1946%	0,1562%
	Total	30.812.442,60	17.957.811,61	-41,72%	0,1967%	0,1612%
PAEX (MP 303/2006)	Previdenciária	20.694.923,00	12.207.669,67	-41,01%	7,1724%	1,5172%
	Fazendária	91.033.887,99	78.796.867,42	-13,44%	0,5920%	0,7623%
	Total	111.728.810,99	91.004.537,09	-18,55%	0,7131%	0,8168%
PAES (Lei nº 10.684/2003)	Previdenciária	47.678.075,79	42.160.310,44	-11,57%	16,5241%	5,2398%
	Fazendária	70.573.878,83	42.864.541,21	-39,26%	0,4589%	0,4147%
	Total	118.251.954,62	85.024.851,65	-28,10%	0,7548%	0,7631%
Timemania (Lei nº 11.345/2009)	Previdenciária	0,00	0,00	-	-	-
	Fazendária	33.075.626,47	30.063.948,24	-9,11%	0,2151%	0,2908%
	Total	33.075.626,47	30.063.948,24	-9,11%	0,2111%	0,2698%
Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006 e 128/2008)	Previdenciária	0,00	829.890,69	-	-	-
	Fazendária	25.765.650,72	19.181.287,60	-25,55%	0,1675%	0,1856%
	Total	25.765.650,72	20.011.178,29	-22,33%	0,1645%	0,1796%
Times de Futebol (Lei 8.641/93)	Previdenciária	48.385,04	35.583,80	-26,46%	0,0168%	0,0044%
	Fazendária	0,00	0,00	-	-	-
	Total	48.385,04	35.583,80	-26,46%	0,0003%	0,0003%
Orgãos do Poder Público (Lei 9.639/2009 e Lei 11.196/2005)	Previdenciária	176.035.150,98	170.980.617,45	-2,87%	61,0097%	21,2501%
	Fazendária	0,00	0,00	-	-	-
	Total	176.035.150,98	170.980.617,45	-2,87%	1,1236%	1,5346%
Lei nº 11.941/2009	Previdenciária	0,00	0,00	-	-	-
	Fazendária	8.231.378.515,89	4.960.594.288,87	-39,74%	53,5249%	47,9883%
	Total	8.231.378.515,89	4.960.594.288,87	-39,74%	52,5392%	44,5228%
Lei 12.996/2014	Previdenciária	0,00	0,00	-	-	-
	Fazendária	4.549.252.753,28	3.862.031.870,86	-15,11%	29,5817%	37,3609%
	Total	4.549.252.753,28	3.862.031.870,86	-15,11%	29,0369%	34,6629%
Parc. Previdênciários não consolidados (Lei 11.960/2009)	Previdenciária	0,00	9.748.161,63	-	-	-
	Fazendária	0,00	0,00	-	-	-
	Total	0,00	9.748.161,63	-	-	-
Instituições de Ensino Superior (Lei 10.260/2001)	Previdenciária	0,00	0,00	-	-	-
	Fazendária	4.618.935,99	47.882,35	-98,96%	0,0300%	0,0005%
	Total	4.618.935,99	47.882,35	-98,96%	0,0295%	0,0004%
Outros (MP 470, MP 574, Lei 12.058/09 e não classificados)	Previdenciária	6.782.249,38	19.425.382,81	186,42%	2,3506%	2,4143%
	Fazendária	323.804,10	33.242,61	-89,73%	0,1122%	0,0041%
	Total	7.106.053,48	19.458.625,42	173,83%	0,0454%	0,1746%
TOTAL	Previdenciária	288.536.390,85	804.611.333,65	178,86%	1,84%	7,22%
	Fazendária	15.378.582.985,53	10.337.089.545,38	-32,78%	98,16%	92,78%
	Total	15.667.119.376,38	11.141.700.879,03	-28,88%	100,00%	100,00%

Fontes: Dados Previdenciários - Sistema Dardo da DataPrev (Atualizado em 02/11/2015, extração em 17/02/2016)
Dados Fazendários - Parcelamento convencional - Sida / Parcelamentos Especiais - Receita Federal (recebido em 11/01/2016)

ESTOQUE DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADO PELA PGFN

R$ 1,00

MODALIDADE	NATUREZA	ANO DE EXERCÍCIO		VARIAÇÃO (B/A)%	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		2014 (A)	2015 (B)		2013	2014
Convencional (Lei 8.212/91 e Lei nº 10.522/2002)	Previdenciária	3.685.733.739,02	3.877.103.966,69	5,19%	13,02%	13,83%
	Fazendária	4.651.596.031,99	2.953.461.944,78	-36,51%	7,20%	3,49%
	Total	8.337.329.771,01	6.830.565.911,47	-18,07%	8,97%	6,06%
REFIS (Lei nº 9.964/2000)	Previdenciária	2.031.475.761,06	1.642.516.696,35	-19,15%	7,17%	5,86%
	Fazendária	2.938.488.405,48	2.823.619.071,66	-3,91%	4,55%	3,34%
	Total	4.969.964.166,54	4.466.135.768,01	-10,14%	5,35%	3,97%
PAEX (MP 303/2006)	Previdenciária	43.375.090,14	18.948.947,56	-56,31%	0,15%	0,07%
	Fazendária	664.298.402,50	614.109.555,14	-7,56%	1,03%	0,73%
	Total	707.673.492,64	633.058.502,70	-10,54%	0,76%	0,56%
PAES (Lei nº 10.684/2003	Previdenciária	464.113.410,00	362.328.458,96	-21,93%	1,64%	1,29%
	Fazendária	1.255.966.482,77	952.724.625,27	-24,14%	1,94%	1,13%
	Total	1.720.079.892,77	1.315.053.084,23	-23,55%	1,85%	1,17%
Timemania (Lei nº 11.345/2009)	Previdenciária	0,00	0,00	-	0,00%	0,00%
	Fazendária	598.534.281,10	510.596.774,97	-14,69%	0,93%	0,60%
	Total	598.534.281,10	510.596.774,97	-14,69%	0,64%	0,45%
Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006 e 128/2008)	Previdenciária	4.418.417,19	3.141.502,30	-28,90%	0,02%	0,01%
	Fazendária	143.885.092,07	125.008.683,89	-13,12%	0,22%	0,15%
	Total	148.303.509,26	128.150.186,19	-13,59%	0,16%	0,11%
Times de Futebol (Lei 8.641/93)	Previdenciária	9.603.305,57	9.278.587,33	-3,38%	0,03%	0,03%
	Fazendária	0,00	0,00	-	0,00%	0,00%
	Total	9.603.305,57	9.278.587,33	-3,38%	0,01%	0,01%
Orgãos do Poder Público (Lei 9.639/2009 e Lei 11.196/2005)	Previdenciária	1.049.034.699,01	1.044.540.027,09	-0,43%	3,70%	3,73%
	Fazendária	0,00	0,00	-	0,00%	0,00%
	Total	1.049.034.699,01	1.044.540.027,09	-0,43%	1,13%	0,93%
Lei nº 11.941/2009	Previdenciária	20.421.608.078,28	20.529.965.955,31	0,53%	72,11%	73,23%
	Fazendária	50.867.027.965,56	48.984.367.825,19	-3,70%	78,74%	57,90%
	Total	71.288.636.043,84	69.514.333.780,50	-2,49%	76,72%	61,72%
Lei nº 12.996/2014	Previdenciária	0,00	0,00	-	0,00%	0,00%
	Fazendária	0,00	24.452.575.922,46	-	0,00%	28,90%
	Total	0,00	24.452.575.922,46	-	0,00%	21,71%
Parc. Previdênciários não consolidados (Lei 11.960/2009)	Previdenciária	609.326.138,27	545.175.057,86	-10,53%	2,15%	1,94%
	Fazendária	0,00	0,00	-	0,00%	0,00%
	Total	609.326.138,27	545.175.057,86	-10,53%	0,66%	0,48%
Instituições de Ensino Superior (Lei 10.260/2001)	Previdenciária	0,00	0,00	-	0,00%	0,00%
	Fazendária	431.240.440,53	749.197.890,38	73,73%	0,67%	0,89%
	Total	431.240.440,53	749.197.890,38	73,73%	0,46%	0,67%
Outros (MP 470, MP 574, Lei 12.058/09 e não classificados)	Previdenciária	0,00	0,00	-	0,00%	0,00%
	Fazendária	3.054.168.992,34	2.437.979.809,13	-20,18%	4,73%	2,88%
	Total	3.054.168.992,34	2.437.979.809,13	-20,18%	3,29%	2,16%
TOTAL	Previdenciária	28.318.688.638,54	28.032.999.199,45	-1,01%	30,48%	24,89%
	Fazendária	64.605.206.094,34	84.603.642.102,87	30,95%	69,52%	75,11%
	Total	92.923.894.732,88	112.636.641.302,32	21,21%	100,00%	100,00%

Fonte: Dados Previdenciários - Sistema Informar (Data Atualização: 02/01/2016 - Data Extração: 06/01/2016)
Dados Fazendários - DW (Data Atualização: 06/01/2016 - Data Extração: 06/01/2016)

Com relação a tais dados, ressalta-se o fato de que os resultados do ano de 2015 refletem o cenário econômico recessivo enfrentado pelo País, com queda generalizada da arrecadação. Como consequência, observamos maior índice de aumento do estoque de débitos inscritos em Dívida Ativa da União correspondente a um incremento, em 2015, de 14,17% em comparação com o estoque de 2014, dados que, repita-se, mostram coerência e refletem o cenário recessivo enfrentado pelo Brasil em 2015.

Ainda quanto aos números de arrecadação, merecem destaque os esclarecimentos veiculados no Memorando nº. 197 PGFN/CGA, de 19 de janeiro de 2016, sobre o resultado do empenho da PGFN e da Secretaria do Tesouro Nacional, em decorrência de recomendação do TCU, para realizar a conciliação contábil dos dados de arrecadação constantes no sistema de gestão dos débitos inscritos em DAU (Sida) e aqueles registrados pelo sistema de gestão das finanças da União (Siafi) e, em consequência, reduzir sensivelmente as divergências de informações entre os mencionados sistemas informatizados.

Medidas adotadas para melhoria na sistemática de recuperação de créditos administrados pela PGFN, com vistas ao atendimento do art. 58 da Lei Complementar 101/2000.

A PGFN instituiu, em junho de 2013, o Segundo Ciclo do Plano Estratégico referente ao período de 2013 a 2016. No referido plano estratégico, a Coordenação-Geral de Dívida Ativa (CDA) ficou encarregada da iniciativa estratégica de número 13, denominada "Programa de Aprimoramento dos Procedimentos de Cobrança e Recuperação da Dívida Ativa", cujo objetivo proposto é o aumento da efetividade da arrecadação.

Na busca desse objetivo, a CDA iniciou estudos e desenvolveu dez ações, consideradas fundamentais para o alcance da iniciativa estratégica proposta. Para melhor compreensão, segue abaixo quadro que detalha as ações desta Coordenação, as entregas esperadas e a situação atual de cada uma delas:

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ENTREGAS	SITUAÇÃO ATUAL
Disseminação de dados gerenciais para administração da dívida ativa	Essa ação almeja aprimorar e expandir as ferramentas gerenciais disponibilizadas para a gestão da Dívida Ativa	Instituir rotinas de gerenciamento periódico dos créditos inscritos em DAU Implantar relatórios gerenciais da Dívida Ativa Implantar Relatórios gerenciais para o protesto extrajudicial Implementar o DW do FGTS. Instituir rotinas de gerenciamento periódico dos parcelamentos Dar tratamento analítico aos relatórios gerenciais do FGTS Inserir parâmetros do protesto extrajudicial no DW Instituir o DW do SICAR Implantar relatórios gerencias para parcelamentos Patrocinar a implantação do Projeto de Metas nas unidades	Concluído em 2013 Concluído em 2013 Concluído em 2013 Concluído em 2014 Concluído em 2014 Concluído em 2014 Em andamento Em andamento Concluído 2014 Suspenso
Redução das atividades manuais da dívida ativa	Essa ação visa automatizar rotinas antes desempenhadas de forma manual pelos usuários internos	Automatizar o processo de inscrição de Débitos advindos do MTE. Implementar o REDARF automático. Estabelecer rotina para disponibilizar ao contribuinte relação de pagamentos não identificados. Acesso via e-CAC	Concluído em 2013 Concluído em 2014 Concluído em 2013
Modernização dos sistemas de administração da dívida ativa.	Essa ação busca aprimorar as rotinas dos sistemas que controlam a Dívida Ativa da União, com foco em segurança, eficiência e qualidade da informação	Concluir a migração do Sistema DÍVIDA Implementar o parcelamento automático pela internet Instituir rotina automática de vinculação de DJE Implementar o e-CAC MPF Implementar a 1ª fase do módulo de Diligências Revisar as críticas de pré-inscrição do DÍVIDA Implementar os módulos do SISPAR Desenvolver sistema para celebração e gerenciamento de convênios do Simples Nacional Tratar as sucessoras no sistema SIDA Implementar o controle de garantias administrativas no SAJ Depurar as fases do sistema DÍVIDA Implementar o módulo de Devedores Participar do desenvolvimento dos módulos necessários ao funcionamento do SIC	Concluído em 2013 Concluído em 2015 Em andamento Concluído em 2014 Concluído em 2015 Concluído em 2015 Em andamento Em andamento Concluído em 2014 Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento
Normatização das atividades de envio de créditos para a PGFN, inscrição e administração da dívida ativa	Essa ação tem o objetivo de regulamentar o envio de créditos públicos pelos Órgãos de Origem para inscrição em Dívida Ativa	Elaborar Portaria Conjunta PGFN/SPU Elaborar Portaria Conjunta PGFN/MTE. Normatizar o Pedido de Revisão com a RFB	Concluído 2014 Em andamento Em andamento
Melhorias na disponibilização das informações e dos serviços da dívida ativa	Essa ação visa obter segurança jurídica nas informações que compõem a Dívida Ativa	Integrar as Bases CPF/CNPJ com o SIDA Realizar a conciliação contábil	Concluído em 2014 Em andamento
Aprimoramento da cobrança indireta	Essa ação almeja desenvolver formas de recuperar o crédito público sem a judicialização da lide	Implementação do Protesto Extrajudicial Aprimorar a lista de devedores da PGFN. Implementar a lista de devedores do FGTS Protestar os débitos do FGTS. Classificação de Créditos	Concluído em 2013 Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento
Definição e uniformização dos conceitos estruturantes da DAU	Essa ação pretende uniformizar entendimentos e conceitos basilares para a Dívida Ativa da União	Manual com lições preliminares da dívida. Concluir a análise dos atributos dos principais créditos inscritos em Dívida Ativa da União Elaborar proposta legislativa para unificação de determinados conceitos na Dívida Ativa não-tributária Elaborar Manual do parcelamento de arrematação Elaborar manual para análise da prescrição	Concluído em 2013 Em andamento Em andamento Suspenso Em andamento
Aprimoramento dos Parcelamentos da DAU	Essa ação pretende aprimorar a sistemática de parcelamentos da DAU.	Participar do desenvolvimento do PARCWEB Aprimorar a Normatização do Parcelamento da Arrematação.	Concluído em 2013 Concluído em 2014
Aprimoramento das Garantias	Essa ação pretende viabilizar novas formas de garantia do crédito público	Propor e normatizar o seguro-garantia	Concluído em 2014
Aprimoramento da cobrança judicial	Essa ação busca adaptar os procedimentos de cobrança judicial ao atual contexto jurídico e econômico	Alterar dos limites mínimos para ajuizamento dos créditos do FGTS. Estabelecer rotinas para assegurar a preferência dos créditos do FGTS Elaborar rotina para reconhecimento dos casos de sucesso na recuperação do FGTS	Concluído em 2014 Concluído em 2015 Concluído em 2015

2.4.2. Procuradoria-Geral Federal (PGF)

Dívida Ativa de Autarquias e Fundações Públicas Federais

Demonstrativo dos valores arrecadados e do montante de créditos em estoque da Dívida Ativa das Fundações e Autarquias do Poder Executivo, sob a administração da Procuradoria-Geral Federal (PGF), nos exercícios de 2014 e 2015, incluindo as parcelas referentes ao INSS que, porventura, tenham permanecido sob a administração daquela autarquia.

DÍVIDA ATIVA GERIDA POR AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES (VALORES EM R$)

ORGÃO	AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES		2014				2015			
			PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
			AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
UFAL	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-		154.062,95		208.117,44
		ESTOQUE	-	-	-	-				962.547,83
UFFS	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-	39.607,55	-			5.574,00	11.090,39
IBRAM	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-	-	-			14.834,72	
IFBA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-	-	-				
ANA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	17.873,67	-	789.923,66		378.998,23	2.318.117,66	
		ESTOQUE	-	-		-				
DNOCS	TOTAL	ARRECADAÇÃO								
		ESTOQUE								
UFRGS	TOTAL	ARRECADAÇÃO	213.015,41	-	-	2.536,77				
		ESTOQUE	-	-	4.010.932,52	306.682,55				
EMBRATUR	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-	12.587,09			
		ESTOQUE	-	-	-	312.964,51			332.290,10	200.779,06
ANCINE	TOTAL	ARRECADAÇÃO	4.850,80	267.759,79	25.989,87	82.731,22	154.046,35	294.963,58	43.136,57	3.331,90
		ESTOQUE	43.563,10	724.798,15	9.808.781,93	4.253.662,11	647.249,49	1.029.412,76	15.987.268,81	6.777.843,51
FCRB	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-		-				
IFPE	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	519.532,84							
IFC	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	47.277,99	-				
		ESTOQUE	-	-		303.533,38				
FUNASA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	384.809,27	1.469.312,99	134.240,09	127.540,67				
		ESTOQUE	86.540,88	39.397,89	238.963.739,39	8.347.958,14				
CNPq	TOTAL	ARRECADAÇÃO	189.667,80	4.440,27	494.101,24	31.783,64	203.274,42	21.106,84	151.909,18	34.129,48
		ESTOQUE	665.639,26	33.100,50	557.408,47	5.404.430,78	340.731,27	44.621,65	3.876.006,48	2.896.086,46
IBAMA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	15.362.336,17	5.131.030,97	15.799.443,87	3.882.467,97				
		ESTOQUE	3.244.036.319,83	922.240.101,77	43.349.508,16	11.121.111,74				
FNDE	TOTAL	ARRECADAÇÃO								
		ESTOQUE								
ANAC	TOTAL	ARRECADAÇÃO	2.813.857,04	-	421.492,24	298.773,29				
		ESTOQUE	4.614.858,00	3.190.858,28	29.743.195,20	5.233.425,82				
DNPM	TOTAL	ARRECADAÇÃO	481.834,87	4.075.435,34	359.381,47	7.400.248,32				
		ESTOQUE	5.937.227,41	39.806.213,12	45.305.169,32	414.913.981,60				
PREVIC	TOTAL	ARRECADAÇÃO								
		ESTOQUE								
SUFRAMA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	200.762,89	-	10.058,03	-				
		ESTOQUE	71.206,27	-	19.308.515,55	811.063,16				
ICMBio	TOTAL	ARRECADAÇÃO								
		ESTOQUE					6.375,39		3.503.888,37	29.915.169,48

ORGÃO	AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES		2014				2015			
			PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
			AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
ANEEL	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-		2.959.651.495,78	14.361.484,25		9.006.657,70	
		ESTOQUE	-	94.939.591,83	1.801.866,87	1.572.590.569,83	88.469.797,70		28.856.582,66	
SUSEP	TOTAL	ARRECADAÇÃO	116.645,87		86.781,84		240.687,13		156.519,52	
		ESTOQUE	97.258,24		1.277.916.093,08		116.645,87		1.356.757.222,66	
ANS	TOTAL	ARRECADAÇÃO	12.657.083,62		80.758.965,96		6.010.909,31		18.858.443,38	
		ESTOQUE	259.290.981,53		1.609.255.237,97		345.581.575,77		2.373.526.290,22	
CEFET-MG	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-		-				
ANP	TOTAL	ARRECADAÇÃO	129.510.000,00	-	-	41.360.000,00	117.480.000,00			56.310.000,00
		ESTOQUE		31.130.000,00		-		98.210.000,00		
ANATEL	TOTAL	ARRECADAÇÃO	1.969.403,80	1.967.414,16	113.454,52	3.648.791,62	1.559.592,28	1.192.371,96	5.449,88	1.739.241,07
		ESTOQUE	2.317.586,95	2.695.884,48	2.985.438.396,37	437.115.595,26	3.702.149,02	3.892.236,03	4.618.533.989,70	579.878.488,66
ANVISA	TOTAL	ARRECADAÇÃO					554.512,37	214.446,52	1.444.552,69	432.697,52
		ESTOQUE					5.219.114,41	1.038.809,45	116.840.303,31	15.801.984,57
ANTAQ	TOTAL	ARRECADAÇÃO	10.042.182,00	-	-	-		768.013,00		2.044.628,00
		ESTOQUE			87.164,14	1.846.370,55		481.350,00		6.011.444,00
CVM	TOTAL	ARRECADAÇÃO	37.659,24	1.518,77	117.188,44	69.523,44		22.888,80		51.506,97
		ESTOQUE	206.859,48	62.517,15	299.212.979,27	32.591.838,88		5.464,80	5.076.244,41	791.191.008,81
FIOCRUZ	TOTAL	ARRECADAÇÃO						4.116,92		16.350,13
		ESTOQUE							80.626,90	15.646.398,85
INMETRO RS	TOTAL	ARRECADAÇÃO	180.903,06	180.090,35	31.197.392,72	23.506.429,04	9.606.051,39	8.104.367,15	23.628.104,74	14.109.159,23
		ESTOQUE	4.131.346,78	2.076.577,19	385.752.538,65	74.222.869,60	20.488.960,95	13.064.803,23	321.491.437,90	67.524.492,05
IFPE	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-	-	-				
IPEA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-	1.628.295,76	-			1.788.402,58	
IFBA	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-	-	-				
UFC	TOTAL	ARRECADAÇÃO								
		ESTOQUE								
ANTT	TOTAL	ARRECADAÇÃO							4.323.838,16	
		ESTOQUE					194.072.889,35			
UFSCar	TOTAL	ARRECADAÇÃO								
		ESTOQUE								
UNIFEI	TOTAL	ARRECADAÇÃO								
		ESTOQUE								
IBGE	TOTAL	ARRECADAÇÃO								
		ESTOQUE								
CADE	TOTAL	ARRECADAÇÃO	2.987.816,77	111.186.422,48	1.098.035,65	54.410.118,48				
		ESTOQUE	882.740,25	86.493.637,87	65.880.403,66	1.170.010,06				
UFSM	TOTAL	ARRECADAÇÃO	377.013,87	-	-	-				
		ESTOQUE	213.945,78	-	483.301,20	13.610,88	1.639.428,57	105.996,61	249.337,26	388.703,60
CCCPM	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-		-				
INSS	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-		-	20.267,31	3.659.052,26	-	-
		ESTOQUE	-	2.367.128,42	5.090.932.147,08	469.205.729,02	-	1.749.237,45	5.159.083.242,87	355.891.575,10
SUDENE	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-	-	-				
INEP	TOTAL	ARRECADAÇÃO	-	-	-	-				
		ESTOQUE	-	-	99.375.212,42	-				

ORGÃO	AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES		2014				2015			
			PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
			AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
INCRA	TOTAL	ARRECADAÇÃO								
		ESTOQUE								37.603.919,84

TOTAL GERAL	2014				2015			
	PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
	AJUIZADOS	NÃOAJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃOAJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃOAJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃOAJUIZADOS
ARRECADAÇÃO	183.983.196,61	124.301.298,79	130.663.803,93	3.095.262.363,90	150.203.411,90	14.814.388,21	59.936.729,48	74.949.161,74
ESTOQUE	3.523.115.606,60	1.185.799.806,65	12.109.475.282,14	3.039.765.407,87	660.284.917,79	119.621.931,98	14.006.003.542,95	1.910.701.532,21

Legenda:

Unidades que não responderam.

Unidades que informaram

Unidades que alteraram dados de 2014

Ações Propostas e Expectativa de Ressarcimento

As atividades desempenhadas pela PGF, na área de cobrança e recuperação de créditos, podem ser demonstradas de forma resumida por meio do demonstrativo:

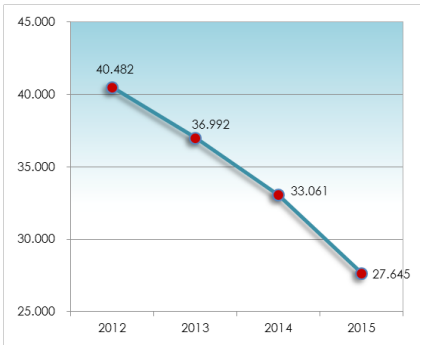
ATIVIDADE	AÇÕES	VALORES (R$)
EXECUÇÕES FISCAIS 2014*	33.061	2.166.005.875,18
EXECUÇÕES FISCAIS 2015	27.645	1.706.186.894,60
EXECUÇÕES FISCAIS – TCU (todos os anos) *	2.035	1.292.098.852,73
INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA 2015	43.614	1.358.355.599,87
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (todos os anos)	1.923	1.550.420.509,87
INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA – TCU 2010 a 2015	654	858.220.757,47
PARCELAMENTOS PORTARIA - Nº 419 (Pt 954 E 915) - todos	30.057	626.240.002,47
PARCELAMENTOS - Lei nº 12.249/2010 - todos	8.611	292.254.104,93
AÇÕES REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS - todas	3.953	215.850.460,44
AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – INSS	6.547	355.900.782,90
AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – OUTRAS	460	71.999.112,46
INSCRIÇÕES DIVIDA ATIVA – TCE	267	7.152.176,91
EXECUÇÕES FISCAIS – TCE	257	35.588.920,59

Obs.: Atualizado até dezembro/2015

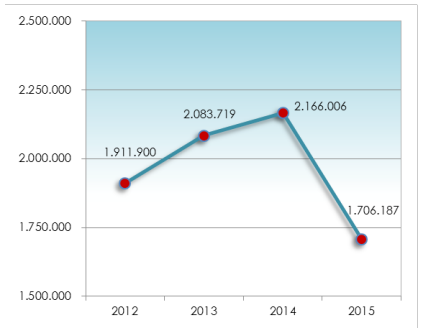
*Alguns valores apresentam divergências em relação aos apresentados no ano passado, em razão da ausência de sistemas. Como a contabilização é feita em planilhas, em alguns casos foram corrigidas distorções em razão de duplicidades.

Nesse sentido, apenas para ilustrar, seguem alguns dados comparativos entre os anos de 2012 a 2015 que são declarados pelas unidades de execução da Procuradoria Geral Federal em todos os Estados do Brasil:

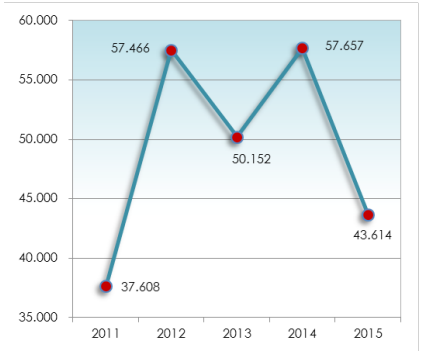
QUANTIDADE DE AJUIZAMENTO DE EXECUÇÕES FISCAIS 2012 A 2015



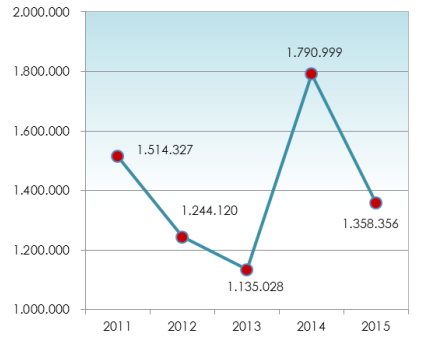
VALORES DE AJUIZAMENTOS DE EXECUÇÕES FISCAIS 2012 A 2015 (VALORES EM R$ MIL)



QUANTIDADE DE INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA 2011 A 2015



VALORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA 2011 A 2015 (VALORES EM R$ MIL)



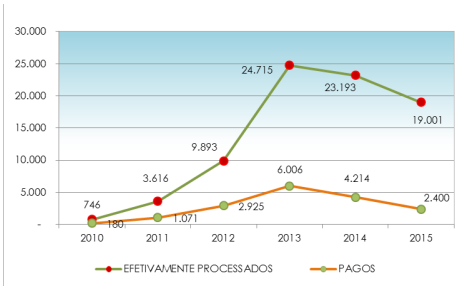
Protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDAs)

O protesto de certidões de dívida ativa (CDAs) consiste em, antes de ingressar com a execução fiscal, a procuradoria responsável pela análise e inscrição em dívida ativa encaminhar para protesto extrajudicial por falta de pagamento, no domicílio do devedor, as certidões de dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. O referido procedimento encontra-se previsto na Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, alterada pela Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, para constar expressamente a possibilidade de protesto de CDAs.

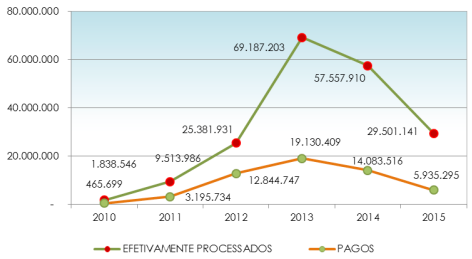
Cabe esclarecer que a PGF só realiza o protesto de CDAs junto aos tabelionatos que dispensam o pagamento de despesas por parte da entidade protestante. Dessa forma, o projeto do protesto é desenvolvido sem que haja qualquer custo adicional aos cofres públicos.

Em relação aos resultados obtidos, constata-se o sucesso da medida, sobretudo quando comparada com o meio tradicional de cobrança dos créditos públicos, que é a execução fiscal.

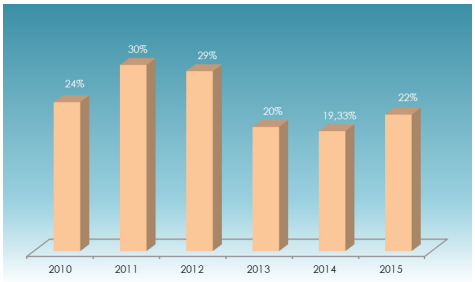
QUANTITADE DE TÍTULOS PROTESTADOS 2010 A 2015



VALORES DE TÍTULOS (EM R$ MIL)



PERCENTUAL DE RECUPERAÇÃO QUANTIDADE DE TÍTULOS PROTESTADOS



Comparando esse percentual aos índices apresentados pelo Ipea no estudo sobre o custo unitário do processo de execução fiscal, em que se conclui que um processo de execução fiscal dura, em média, 08 anos e 02 meses para ser concluído, além de ter um custo de aproximadamente de R$ 4.400,00 cada um, revela-se a opção pela via extrajudicial acertada, tendo em vista ser menos onerosa para os cofres públicos, fortalecendo o princípio da desjudicialização dos processos quando se tem outros meios mais eficazes

para a recuperação dos créditos. Assim sendo, com tais resultados, justifica-se a priorização na utilização dos meios alternativos de cobrança visando a recuperação dos créditos das autarquias e fundações públicas federais representadas pela PGF, tais como o protesto.

Protesto Eletrônico de Certidões de Dívida Ativa

A Procuradoria-Geral Federal vem desenvolvendo projetos que têm por escopo incrementar e sistematizar a arrecadação de valores devidos às autarquias e fundações públicas federais, podendo-se destacar a iniciativa de se aprimorar o protesto de CDA's com a utilização de ferramentas eletrônicas de encaminhamento e gerenciamento de títulos.

Com efeito, a sistemática atual de envio, recebimento, acompanhamento e gerenciamento de informações relativas ao protesto de CDA's é realizado de forma manual, fator que limita a capacidade de incremento nos números de protestos realizados frente ao pequeno número de servidores administrativos e procuradores com atuações em matéria de cobrança.

Na tentativa de solucionar esse entrave operacional, a PGF vem buscando aumentar os números de protestos realizados por meio de ferramentas eletrônicas à luz do que a iniciativa privada já realiza com o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil (IEPTB).

Em 2015, diante dos resultados positivos apresentados na arrecadação nos últimos anos, foram promovidas atividades com o escopo de desenvolver módulos de protesto eletrônico das certidões de dívida ativa, integrando-os com a central de recebimento de arquivos nacional (CRA-Nacional) do IEPTB.

O projeto foi subdividido em cinco atividades para a sua consecução:

- Desenvolvimento de ferramenta de protesto eletrônico do Modulo Dívida do Sapiens;
- Desenvolvimento de Módulo de protesto eletrônico do SGI/Inmetro;
- Desenvolvimento de Módulo de protesto eletrônico do Sicafi/Ibama;
- Desenvolvimento de Módulo de protesto eletrônico do Sistema de Dívida Ativa do DNPM; e
- Portal de gerenciamento de remessa eletrônica de títulos a protesto à CRA-Nacional.

A ferramenta de protesto eletrônico do Módulo Dívida do Sapiens encontra-se ainda em fase de desenvolvimento, tendo em vista a adequação entre os requisitos de comunicação entre esse sistema e os sistemas do IEPTB.

Por sua vez, o Módulo de protesto eletrônico do Sistema de Dívida Ativa do Inmetro (SGI/Inmetro) já teve seu desenvolvimento concluído e encontra-se em fase de homologação, aguardando a efetiva integração com a CRA-Nacional.

Para o desenvolvimento dos módulos de protesto eletrônico do Sistema de Dívida Ativa do Ibama (Sicafi/Ibama) e do Sistema de Dívida Ativa do DNPM, foram realizadas reuniões com as respectivas Procuradorias Federais, setores de arrecadação e áreas técnicas de informática das autarquias. Ambas as entidades iniciaram projetos de desenvolvimento dos sistemas, os quais ainda não lograram conclusão.

O Portal de gerenciamento de remessa eletrônica de CDAs à protesto da CRA-Nacional foi adaptado e disponibilizado pelo IEPTB à PGF, tendo esta realizado alguns testes operacionais no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, com possibilidade de implementação imediata em 17 Unidades da Federação.

Em 2016, serão tomadas medidas para a ampliação do projeto aos demais Estados.

Ampliação do Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD)

Por meio da Portaria AGU nº 204, de 24 de maio de 2012, foi criado o Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD), ao qual se atribuiu competência para monitorar a cobrança administrativa e judicial relativa aos grandes devedores das autarquias e fundações públicas federais.

Regulamentando dispositivos da Portaria AGU nº 204/2012, a Portaria PGF nº 469, de 08 de junho de 2012, instituiu, em todas as Procuradorias Regionais Federais, Representações do GCGD, vinculadas diretamente à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB) e definiu as autarquias e fundações públicas federais que terão seus créditos monitorados pelo GCGD, quais sejam: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em 2013 procedeu-se à inclusão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) entre as entidades cujos maiores devedores já estavam submetidos ao monitoramento do grupo.

EM 2014, os créditos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene foram incluídos no monitoramento do GCGD.

Em 2015 foram mantidas as entidades integrantes do projeto GCGD e ampliado o número de procuradores federais nos Grupos de Grandes Devedores.

O GCGD vem apresentando resultados extremamente favoráveis no acompanhamento dos processos envolvendo os grandes devedores das entidades incluídas no projeto, e a expectativa é que em 2016 outras medidas estratégicas possam ser adotadas para expansão e priorização da atuação do GCGD.

Elaboração do Manual de Defesa da Probidade, Ressarcimento ao Erário e Combate à Corrupção

Por meio da Portaria PGF 474, de 30 de julho de 2013, foi constituído o Grupo de Trabalho para desenvolvimento do projeto de defesa da probidade, ressarcimento ao erário e combate à corrupção.

A criação do GT viabilizou o mapeamento dos assuntos mais relevantes na recuperação de créditos, defesa da probidade e combate à corrupção, os quais foram submetidos à análise do grupo.

A partir das conclusões apresentadas pelo GT, foi elaborado, em 2015, um Manual de Combate à Corrupção, Ressarcimento ao Erário e Defesa da Probidade para a Procuradoria-Geral Federal, compilando estratégias de atuação, procedimentos administrativos, atos normativos e modelos básicos de peças judiciais.

Por outro lado, durante o ano de 2015, foi idealizada a criação de grupos especializados no ajuizamento de ações estratégicas da PGF, dentre elas está o projeto de equipe especializada em ações de improbidade administrativa, a qual promoverá significativas alterações nas rotinas de trabalho voltadas à instrução, análise e ajuizamento dessas demandas. Situação que atraiu a necessidade de estudos e de adequação para o referido Manual antes de sua divulgação.

Assim, em razão dessa nova roupagem das estratégias de combate à corrupção, optou-se por aguardar a implementação do projeto das equipes especializadas, restando adiada para o ano de 2016 divulgação do Manual de Combate à Corrupção, Ressarcimento ao Erário e Defesa da Probidade com as adaptações necessárias.

Implantação de Rotinas Para O Ajuizamento De Ações Regressivas Coletivas

Durante o ano de 2015, com o objetivo de aumentar os seus resultados no manejo de ações regressivas com base no artigo 120 da Lei nº 8.213/1991, a PGF decidiu dar prioridade às ações regressivas coletivas, como meio de conferir maior eficácia aos desideratos pedagógico e econômico-financeiro da aludida ação judicial.

Para esse projeto estavam previstas quatro fases:

- estruturação do projeto com rotinas básicas;
- contatar e reunir órgãos e pessoas jurídicas parceiras;
- implantação de projetos-piloto e
- divulgar rotinas e a tese mínima elaborada.

Portanto, perpassa por áreas como inteligência, filtragem dos dados, pesquisa exaustiva, parcerias interinstitucionais e estratégia processual. Na parte prática, fixa rotinas como: a) identificação das empresas que possuem maior número de afastamentos gerais por acidente de trabalho (inclusive pelo fator pedagógico); b) quantidade de afastamentos por incapacidade – somente em caso de doenças ocupacionais – por estabelecimento da empresa; c) triagem, dentro do universo da primeira pesquisa, em busca de doenças da mesma natureza; d) cotejo entre as doenças triadas e agrupada por natureza e a possibilidade de causa por risco ergonômico ou outros agentes patológicos;

e e) análise da correlação entre o risco ergonômico ou agente patológico e a atividade econômica da empresa.

Após, realizaram-se reuniões com o então Ministério do Trabalho e Emprego, com o então Ministério da Previdência Social, com o INSS e com o Ministério Público do Trabalho, além dos encontros com representantes desses órgãos e do Ministério da Saúde, da Fundacentro e da Justiça do Trabalho no seio do Programa Trabalho Seguro do TST. Após essas reuniões, verificou-se a existência de convênio celebrado entre o MPT, de um lado, e o INSS e o então Ministério da Previdência Social de outro, que previa o fornecimento de importantes dados para o ajuizamento de ações regressivas coletivas.

A partir desse conhecimento, verificou-se que o MPT possuía uma ferramenta avançada de pesquisa dos dados fornecidos pelo Ministério da Previdência já triados e classificáveis através de inúmeros filtros.

Além disso, verificou-se o interesse em definir uma estratégia comum para atuação, em que cada operação do MPT gerasse uma ação regressiva coletiva. Dessa forma, direcionou-se o projeto das ações regressivas coletivas, elaboradas pela PGF, para a criação de um Grupo Interinstitucional com o MPT para troca de dados e definições de estratégias comuns.

Partiu-se então para a busca de um projeto piloto. Analisaram-se diversos casos de possíveis ações regressivas coletivas em todo o Brasil, após o que se localizou um caso, relativamente avançado, levado a cabo pelo MPT e pela PSF de Londrina. Tomando essa iniciativa local como piloto, realizaram-se várias reuniões com o INSS e com o Procurador do Trabalho de Londrina, de modo a subsidiar a PSF Londrina em sua atuação e de modo a testar possíveis rotinas a serem replicadas em outros casos. A operação realizada nas instalações do Frigorífico Jandelle Big Frango contou com a presença de Procuradores da PSF Londrina, da PGF/CGCOB e da PFE/INSS.

Encerrada a operação, a AGU e o MPT desenvolveram uma sistemática em que os dados não partiriam do INSS para a AGU, para que esta última os tratasse. Os dados partiriam do banco de dados da Previdência, através do sistema do MPT. Com os dados em mãos, haveria a realização de uma operação interinstitucional, com a participação da AGU, que, após a realização do TAC ou ajuizamento da ACP, receberia os dados prontos inclusive com as peças produzidas pelo MPT. A ação regressiva coletiva, portanto, seria a última medida tomada resultante da operação.

Implantação do Sistema de Dívida Ativa (Sapiens – Dívida)

O Sistema de Dívida Ativa da Procuradoria-Geral Federal, atualmente desenvolvido para ser um Módulo do Sistema AGU de Inteligência Jurídica – Sapiens, pretende ser o ambiente a conter as ferramentas necessárias para realização dos procedimentos relacionados à cobrança judicial e ao acompanhamento dos créditos das autarquias e fundações públicas federais.

Trata-se de meta que vem sendo executada desde 2011 e que em 2013 passou a ser realizada por Procurador Federal dedicado a ela a fim de acelerar o desenvolvimento dos módulos remanescentes do sistema. No ano de 2013, foram desempenhadas atividades que refletiram integralização da execução do projeto da ordem de 30%.

No ano de 2014, o projeto do Sisdat avançou significativamente com a conclusão de seus principais módulos, restando a finalização dos Módulos de Protestos, Garantias e Parcelamento que se encontram em desenvolvimento. Bem como foram iniciadas as tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN e o Banco do Brasil para a viabilização operacional da ferramenta de controle automático de pagamentos.

Em 2015, foram concluídas as principais ferramentas do Sapiens/Dívida e iniciado projeto piloto para testes em ambiente de homologação pela PF-ANTT e pela área técnica da Agência visando o início das atividades em base real, fomentando a capacitação no cadastro de créditos e nos procedimentos de inscrição em dívida ativa.

Ainda em 2015, foram contatadas algumas entidades que não possuem sistemas informatizados de controle de dívida ativa para apresentação do sistema, suas funcionalidades e soluções para os problemas de gerenciamento de créditos.

Igualmente, já foi iniciada a elaboração do manual de cadastro de créditos destinado às entidades representadas pela PGF, o qual se encontra em fase avançada.

Embora tenha apresentado significativo avanço, o sistema encontra-se em fase final de testes e a expectativa é que em 2016 entre em produção em algumas entidades representadas pela PGF.

Justificativa para as Divergências Entre os Dados Informados Por Meio Dos Sistemas Próprios e o Siafi

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA - REGISTROS EM SISTEMAS PRÓPRIOS E NO SIAFI

EM R$

ENTIDADES	EXERCICIO DE 2014			EXERCÍCIO DE 2015		
	VALOR DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA EM SISTEMA PRÓPRIO (A)	VALOR DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA NO SIAFI (B)	DIFERENÇA (A-B)	VALOR DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA EM SISTEMA PRÓPRIO (A)	VALOR DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA NO SIAFI (B)	DIFERENÇA (A-B)
ANA	803.247,19	126.066,39	677.180,80	2.318.117,66	164.922,49	2.153.195,17
Anac						-
Anatel	3.427.567.463,06	2.617.380.374,27	810.187.088,79	5.206.006.863,41	2.617.380.374,27	2.588.626.489,14
Ancine	15.519.765,51	17.473.280,47	1.953.514,96	23.164.178,64	24.628.495,66	1.464.317,02
Aneel			-			-
ANP			-			-
ANS			-			-
ANTAQ			-			-
ANTT			-			-
ANVISA	121.248.838,87	81.033.705,80	40.215.133,07	138.900.211,74	99.230.395,64	39.669.816,10
CADE			-			-
CVM	332.074.194,78	1.644.077.758,44	1.312.003.563,66	796.272.718,02	1.644.077.758,44	847.805.040,42
IBAMA			-			-
INMETRO			-			-
SUSEP	1.277.916.093,08	1.264.499.759,87	13.416.333,21	1.356.757.222,66	1.264.499.759,87	92.257.462,79
CNPq		8.207.574,41	8.207.574,41		4.377.009,22	4.377.009,22

Justificativas apresentadas pelas entidades representadas pela PGF:

Ancine: *A Ancine não dispõe de sistema informatizado para o processamento de seus processos referentes à Dívida Ativa. Em consequência, tudo que se refere à análise processual, cálculos, inscrições, emissões de Termos e Certidões, arrecadação e outras atividades é feito sem o apoio de um sistema específico. No ano de 2014, iniciou-se um trabalho conjunto entre o Núcleo de Dívida Ativa e a Coordenação de Contabilidade, com o intuito de lançar no Sistema Siafi os valores efetivamente existentes e condizentes com a realidade.*

Com relação aos valores do ano de 2015, e dando continuidade a este processo de consolidação iniciado, a diferença de valores pode ser explicada pelos seguintes motivos: no Siafi, os valores lançados correspondem à atualização do dia 31 de dezembro, enquanto que os valores constantes dos controles do Núcleo correspondem ao dia em que o Termo foi lavrado. A diferença pode ser explicada, também, porque dos valores constantes do Siafi, também foram retirados 5% a título de ajustes de dívida ativa.

CNPq: *Os valores destacados dos anos 2014 e 2015 "Valores do Estoque da Dívida no Siafi (B) são os valores consolidados dos respectivos períodos (anos). Ressalta-se que o CNPq não tem Sistema Próprio.*

ANA: *O sistema próprio demonstra todo o valor a ser arrecadado, independentemente se foi pago ou não e se parcelado ou não, enquanto no sistema Siafi demonstra apenas a entrada de recursos efetivamente pagos.*

ANVISA: *Por dificuldades técnico-operacionais foram registrados no Siafi somente os créditos não tributários, decorrentes de multas por infração sanitária. O roteiro para o exercício de 2016 contempla o registro de todos os créditos inscritos na DAU, de qualquer natureza.*

ANP: No ano de 2014, a ANP apresentou esses valores:

ÓRGÃO	AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES		2013			
			PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
			AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
	TOTAL	ARRECADAÇÃO TOTAL	R$ 67, 48 Milhões [1]			
		ARRECADAÇÃO DE EF	R$ 13,07 Milhões [2]			

ÓRGÃO	AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES		2014			
			PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
			AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
	TOTAL	ARRECADAÇÃO TOTAL	R$ 136,08 Milhões [1]			
		ARRECADAÇÃO DE EF	R$ 43,12 Milhões [2]			

ARRECADAÇÃO	R$ 136.080.000,00
ESTOQUE	R$ 43.120.000,00

Em razão da ausência de sistemas informatizados, esse ano apresentou a retificação dos valores de 2014.

ÓRGÃO	AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES		2014			
			PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
			AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
	TOTAL	ARRECADAÇÃO TOTAL	R$ 129,51 Milhões [1]			
		ARRECADAÇÃO DE EF	R$ 88,15 Milhões [2]			

ÓRGÃO	AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES		2015			
			PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
			AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
	TOTAL	ARRECADAÇÃO TOTAL	R$ 117,48 Milhões [1]			
		ARRECADAÇÃO DE EF	R$ 61,17 Milhões [2]			

Dados Oriundos da SFA
[1] Arrecadação Total da UG 30, ou seja, Pagamento Espontâneo de Multas + Execução Fiscal. Dados do Siafi.
[2] Parcelamentos pelas Portarias Nº 954, 419, 1197, 395
[3] Parcelamentos pela Resolução 40
[4] Arrecadação Proveniente de Execuções Fiscais. Dados do Siafi até 17/12/2014
[5] Valor Acumulado desde 2008. Até 15/12/2014

ARRECADAÇÃO	R$ 129.510.000,00	R$ -	R$	R$ 41.360.000,00
ESTOQUE		R$ 31.130.000,00		R$ -

Em relação a ANP, esclarecemos que, como nos outros anos, o sistema da ANP não traz o grau de refinamento apto a diferenciar a arrecadação oriunda de parcelados não ajuizados e parcelados ajuizados.

Os valores arrecadados oriundos de qualquer parcelamento ingressam sob uma única rubrica, como ingresso espontâneo, não tendo, pois, como diferenciá-los quanto à créditos que já estavam ajuizados ou não.

Justificativa da ANP: *"Reenviamos novamente a mesma tabela I, com as notas explicativas correspondentes. Desta forma, a arrecadação da ANP em 2014 foi de R$ 129,51 milhões e a de 2015 de R$ 117,48 milhões.*

Fazemos essa ressalva em razão de essa mesma tabela I, na versão alterada pela CGCOB, que se encontrava anexa na mensagem inicial desta sequência, ter nos dado a impressão de que a arrecadação da ANP seria maior, por ter considerado em apartado a arrecadação de "não parcelado, não ajuizado".

ANATEL

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA – REGISTROS EM SISTEMAS PRÓPRIOS E NO SIAFI (EM R$)

EXERCÍCIO DE 2014			EXERCÍCIO DE 2015		
Valor do Estoque da Dívida Ativa em Sistema Próprio (A)	Valor do Estoque da Dívida Ativa no Siafi (B)	Diferença (A-B)	Valor do Estoque da Dívida Ativa em Sistema Próprio (A)	Valor do Estoque da Dívida Ativa no Siafi (B)	Diferença (A-B)
3.427.567.463,06	2.617.380.374,27	810.187.088,79	5.206.006.863,41	2.617.380.374,27	2.588.626.489,14

A diferença apontada, entre o Sistema Próprio (A) e Siafi (B), se explica pelo fato de a Agência optar por não fazer a arrecadação dos valores inscritos em dívida ativa diretamente nos códigos GRU de dívida ativa, mas sim em uma espécie de código de recolhimento coringa, onde posteriormente existe a identificação, separação e classificação nos códigos de dívida. Ou seja, inicialmente as informações divergem no sistema interno e no Siafi, e somente no início de cada mês há classificação entre os dois sistemas e a compatibilização das informações. Todavia, a classificação dos valores arrecadados em dívida ativa encontra dificuldades motivadas pela diversidade de receitas que a Agência gerencia. Durante todo o exercício de 2014, não foi realizada a classificação dos valores arrecadados em Dívida Ativa.

ANEEL - *Segue o levantamento para colaborar com a AGU relativo à prestação de contas de competência daquele órgão. Saliento que esse é o levantamento que temos como elaborar em face da nossa competência em relação aos créditos que, após realizada nossa atribuição de cobrar administrativamente no âmbito da ANEEL, encaminhamos para inscrição em dívida ativa e execução fiscal. A seguir, teço alguns comentários com o objetivo de esclarecer o que foi realizado para elaborar o quadro e as dificuldades enfrentadas, bem como seguem algumas sugestões e questões para melhoria endereçado ao órgão demandante dos dados, não à PFANEEL. Até o momento nossos sistemas não tem por objetivo gerir os nossos créditos após a realização da nossa competência e entrega do processo aos cuidados das respectivas PRF (apenas com entrada em produção do novo sistema PLUTUS isso será acompanhado, mas não controlado). Além disso, a Aneel não registra os débitos inscritos em dívida ativa no Siafi e acredito que essa deve ser uma competência da AGU, sendo essa a responsável pelos mesmos após finalizadas as atividades de cobrança administrativa no órgão de origem e detentor dos créditos.*

ANTAQ - *Segundo informou a Gerência de Orçamentos e Finanças da ANTAQ (GOF/ANTAQ), no ano de 2015 a ANTAQ aplicou multas num montante de R$ 9.305.434,00. Destas, o montante de R$ 2.812.640,00 foi pago, restando em estoque para cobrança o valor total de R$ 6.492.794,00, conforme demonstrativo:*

ANO 2015			
ITEM	PARCELADAS	NÃO PARCELADAS	TOTAL
Multas Aplicadas	1.249.362	8.056.072	9.305.434
Multas Pagas	768.013	2.044.628	2.812.640
Estoque	481.350	6.011.444	6.492.794

No entanto, a GOF/ANTAQ informa que não sabe discriminar, dentre os valores informados, o que foi ajuizado ou não. Essa informação deve ser requisitada na Procuradoria Regional Federal da 1ª Região, responsável por realizar a inscrição em dívida ativa dos débitos dessa Agência e providenciar o respectivo ajuizamento junto às Procuradorias responsáveis. Sabe-se que do total de créditos enviados à PRF1 no ano de 2015 para inscrição, o montante de R$ 1.065.019,59 foi efetivamente ajuizado. S.

Susep - *Por ocasião do envio do memorando em 2014, a Susep não informou valores no ano de 2014. Nesse ano informou os valores referentes ao exercício de 2015 e 2014. Retificamos a tabela informando valores retroativos.*

ARRECADAÇÃO	R$ 116.645,87	R$ 86.781,84
ESTOQUE	R$ 97.258,24	R$ 1.277.916.093,08

2.4.3. Dívida Ativa sob a Responsabilidade da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (BCB)

ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM R$

DESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS	EXERCÍCIO 2014				EXERCÍCIO 2015			
	PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
Multas, contratos e outros	840.122.623,88	206.224,53	28.692.945,26	32.181,58	859.206.428,79	276.627,47	2.725.870,70	607.685,05

* Valores apropriados pela Autarquia em 2015, em proporção aos registros do BCJUR2

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM R$*

DESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS	EXERCÍCIO 2014				EXERCÍCIO 2015			
	PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS[1]	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS[2]
Multas, contratos e outros	11.232.694.386,27	94.527.428,42	29.122.420.404,87	51.963.179,75	10.618.711.752,06	1.684.810,30	33.922.097.371,25	164.605.611,27

*Saldos devedores apurados pelo BCJUR 2 (créditos geridos pela PGBC) e registrados na contabilidade (créditos geridos pelo Departamento de Liquidação Extrajudiciais - Deliq)

[1] A diferença apresentada entre 2014 e 2015 diz respeito ao crédito da CDA nº 0195/2004 que apresentava saldo no BCJUR de R$ 95.838.499,38 em dez/2014 e no BCJUR2 de R$ 1.272.632,87 em dez/2015, pelo fato de em 2015 ter sido registrada a anulação parcial de multa na ação ordinária 2004.71.00.044045-9.

[2] A difereça apresentada entre 2014 e 2015 pode ser explicada em sua maioria por: (a) a Ordem de Serviço nº 4.919 de 06/02/2015 que fixou os procedimentos para cobrança extrajudicial determinou aguardar 120 dias do protesto para propor a execução fiscal, por isso, ao fim do exercício 69 créditos (R$ 57.005.416,80) haviam sido enviados a protesto e aguardavam o referido prazo para inicio da cobrança judicial e (b) em relação a 2014 terem sido deduzidos do montante total atualizado R$ 50.273.259,07 de recebimentos em exercícios anteriores.

Medidas adotadas para melhoria na sistemática de recuperação de créditos administrados pela Procuradoria-Geral do Banco Central, com vistas ao atendimento do art. 58 da Lei Complementar 101/2000

A Procuradoria-Geral, desde 2006, vem adotando várias ações visando o incremento da eficiência da cobrança e da efetividade da arrecadação das multas inscritas em dívida ativa que estão sob sua responsabilidade. Entre essas iniciativas, destacam-se o Projeto Recuperação de Créditos (PRC), desenvolvido entre 2006 e 2011, um estudo e revisão sobre os procedimentos de cobrança adotados pela Procuradoria-Geral e a continuidade do projeto denominado Projeto Grandes Devedores (PGD) iniciado em 1° de setembro de 2014.

O foco principal do PGD é lastreado na recuperação dos créditos de valores superiores a cinco milhões, mas também destina seus trabalhos aos demais créditos, inclusive com estudos e redefinição de metodologias de cobrança com o devido aprimoramento dos processos.

O Projeto Grandes Devedores destinou o ano de 2015 a reorganizar as rotinas de trabalho da Procuradoria-Geral, com vistas à maior eficiência e proatividade na arrecadação dos créditos da Autarquia.

Por meio de metas sequenciais, as procuradorias analisaram as estratégias de cada execução fiscal de grande devedor, promoveu pesquisas e diligências destinadas à localização de devedores e bens e intensificou o acompanhamento daqueles créditos classificados como de recuperação possível ou provável.

Na sequência do processo de modernização do procuratório, a PGBC analisou estratégias de busca online de bens e devedores, criou um sistema de faixas de créditos (ínfimo, pequeno, médio e grande), com providências e diligências obrigatórias e complementares, devidamente estabelecidas e registradas no novo Sistema BCJUR 2 possibilitando o acompanhamento gerencial deste tipo de providência.

Com o objetivo de melhorar a carteira de créditos, concentrando os esforços naqueles que são viáveis, processos considerados como "irrecuperáveis" foram analisados detidamente no ano de 2015, o que acarretou no cancelamento de 142 certidões de dívida ativa, que foram baixadas do estoque, no valor de R$ 1.117.451.457,21.

O PGD, com auxílio do Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão (Depog), encerrou o ano de 2015 com aprofundado estudo do processo de trabalho de cobrança extrajudicial, criando propostas de reforma de normativos internos e de rotinas, sobretudo com relação ao tratamento dos créditos objeto de protesto extrajudicial.

A respeito da cobrança extrajudicial , atualmente é possível o protesto de títulos do Banco Central em várias localidades, tais como CE, DF, ES, GO, MG, MT, PR, RJ, RS, SC, TO e SP.

Em 2015, foram protestados 171 títulos de dívida das diversas faixas de valores, parágrafo 8°, perfazendo o total de R$ 117.325.339,11. Do total enviado a protesto foi recuperado R$ 384.101,92. Destacou-se a cobrança extrajudicial de créditos de valor abaixo de R$ 20.000,00, que alcançou recuperação de 11,32%, bem como os créditos na faixa de valor R$ 20.000,00 a R$ 1.000.000,00, que obteve 4,4% de recuperabilidade. Dos créditos de médio e grande valor não ocorreram recebimentos.

O ano de 2015 demonstrou que a cobrança extrajudicial é ferramenta eficiente de cobrança dos valores ínfimos (abaixo de 20 mil) e pequenos (entre 20 mil e um milhão) e ainda contribui para uma redução do custo do Estado para realizar a cobrança de seus créditos, pois acaba por dispensar o envio de cobranças ao Poder Judiciário.

A arrecadação do ano de 2015 alcançou o montante de 3,147 bilhões de Reais, aqui incluídos créditos não inscritos em dívida ativa, representados, em grande maioria, por valores recebidos de parcelamentos de instituições em liquidação extrajudicial. Entre os anos de 2010 e 2015, o BC já recuperou R$24,9 bilhões em créditos devidos à instituição.

Registre-se que a PGBC conduziu projeto denominado BCJUR II, tendo sido implementado em 4 de janeiro de 2016 todos os módulos de gestão do Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros (BCJUR 2) substituindo o então sistema utilizado, com módulos específicos, contendo mais recursos:

- a) Módulo Consultoria Legal;
- b) Módulo Feitos Judiciais;
- c) Provisão, Contabilidade e Atualização de Valores;
- d) Módulo Gestão de Créditos; e
- e) Módulo Precatórios.

O novo sistema contempla:

- (i) possibilidade de vincular a cada crédito, com a necessária flexibilidade, diante da heterogênea composição do estoque de Dívida Ativa desta Autarquia, a metodologia de cálculo de atualização correspondente ao respectivo regime de correção monetária, juros, encargos etc.;
- (ii) apuração consistente do saldo devedor de créditos pagos parcialmente, com vinculação da metodologia de amortização cabível;
- (iii) possibilidade de conciliação contábil em decorrência de eventos de inscrição, pagamento, parcelamento e cancelamento, mediante automatização de procedimentos e vinculação de ações do sistema à realização adequada de etapas do fluxo de trabalho relacionado àqueles eventos; e
- (iv) possibilidade de monitoramento da rotina de cobrança da PGBC, inclusive em relação as diligências e a fase de cobrança extrajudicial.

2.4.4. Demonstrativos da Dívida Ativa da União - Exercício de 2015

Metodologia

COLUNAS	METODOLOGIA
SALDO ANTERIOR	112510000 (Créditos Previdenciários e Não Previdenciários Inscritos), 112600000 (Dívida Ativa Não Tributária), 121110401 (Créditos Não Previdenciários Inscritos), 121110402 (Créditos Previdenciários Inscritos) e 121110500 (Dívida Ativa Não Tributária) no mês de abertura (000/2015). Ou seja, total da Dívida Ativa na abertura do exercício.
(+) INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	Total das Contas Contábeis que começam com "89511", referentes à inscrição em Dívida Ativa da União.
(+) ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	Total das Contas Contábeis que começam com "89512" e com "89513", referentes às variações positivas na Dívida Ativa da União, menos as contas que começam com "89514", referentes às variações negativas. Compreendem as variações aumentativas e diminutivas da dívida ativa inscrita, ocorridas, por exemplo, por atualizações monetárias, juros e reversões de encargos de ajuizamentos, dentre outros.
(+) OUTROS REGISTROS	Soma do total das Contas Contábeis que começam com "89519" com os valores de variações líquidas no estoque da Dívida Ativa Tributária não Previdenciária registrada em outras unidades, bem como da Dívida Ativa Tributária Previdenciária e da Dívida Ativa não Tributária. Ou seja, representam as variações de saldos não identificadas relativas à dívida ativa tributária não previdenciária, registrada nas unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Contempla, também, as variações líquidas no estoque da dívida ativa tributária não previdenciária registrada nas demais unidades, da dívida ativa tributária previdenciária e da dívida ativa não tributária.
(-) AMORTIZAÇÕES (RECEBIMENTO DE PRINCIPAL, MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA)	Total das Contas Contábeis que começam com "89515", referentes a diversos tipos de amortizações na Dívida Ativa da União. Compreendem os recebimentos da dívida ativa. Diferem da arrecadação registrada no SIAFI devido à intempestividade na classificação orçamentária relativa aos recebimentos de parcelamentos especiais.
(-) EXCLUSÕES (CANCELAMENTOS, ANULAÇÕES E EXTINÇÕES)	Total das Contas Contábeis que começam com "8951602", "8951603", "8951605" e "8951607", referentes a diversos tipos de exclusões na Dívida Ativa da União (cancelamentos, anulações e extinções).
(-) ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DA DÍVIDA ATIVA	Total das Contas Contábeis que começam com "8951604", "8951606" e "8951608", referentes a diversos tipos de exclusões na Dívida Ativa da União (adjudicações, prescrições e desmembramentos).
SALDO ATUAL	112510000 (Créditos Previdenciários e Não Previdenciários Inscritos), 112600000 (Dívida Ativa Não Tributária), 121110401 (Créditos Não Previdenciários Inscritos), 121110402 (Créditos Previdenciários Inscritos) e 121110500 (Dívida Ativa Não Tributária) em dezembro (DEZ/2015). Ou seja, total da Dívida Ativa no final do exercício.
LINHAS	Metodologia
ÓRGÃO SUPERIOR	Atributo Órgão UGE - Órgão Máximo (Órgão Máximo do Órgão da UG Executora) do Tesouro Gerencial.
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Atributo UGE - UF (UF da Unidade Gestora Executora) do Tesouro Gerencial.
DETALHAMENTOS DE PÁGINA	Metodologia
GESTÃO TESOURO	Órgão UGE - Gestão = 00001.
TODAS AS GESTÕES	Todos os valores para Órgão UGE - Gestão, com exceção dos inválidos, sem informação ou não aplicáveis.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - GESTÃO TESOURO

EM R$ 1,00

UF	SALDO ANTERIOR	(+) INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	(+) ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	(+) OUTROS REGISTROS	(-) AMORTIZAÇÕES (RECEBIMENTO DE PRINCIPAL, MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA)	(-) EXCLUSÕES (CANCELAMENTOS, ANULAÇÕES E EXTINÇÕES)	(-) ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
AC	2.007.431.651,36	77.176.676,74	90.584.503,99	97.469.742,66	6.642.025,80	3.516.271,43	1.727.382,41	2.260.776.895,11
AL	11.823.088.168,32	579.783.590,79	470.047.500,22	343.553.652,40	29.869.377,18	27.012.061,08	7.207.497,24	13.152.383.976,23
AM	17.975.321.480,34	876.634.250,34	870.530.973,55	729.189.125,93	32.170.274,37	19.542.204,53	675.935,20	20.399.287.416,06
AP	2.400.147.945,50	144.224.860,60	125.192.157,67	185.272.546,93	8.972.812,53	4.875.372,53	7.979.212,37	2.833.010.113,27
BA	45.266.484.250,73	2.643.893.803,24	1.903.603.138,48	2.787.265.129,15	100.051.679,48	69.752.002,40	37.422.826,48	52.394.019.813,24
CE	26.606.967.055,03	1.486.669.007,51	1.239.221.695,74	870.504.424,86	48.166.073,05	32.824.311,26	18.889.648,86	30.103.482.149,97
DF	61.258.251.220,49	1.709.134.333,51	1.181.605.713,22	5.643.248.311,45	63.330.165,57	55.534.571,49	1.750.501,19	69.671.624.340,42
ES	27.125.887.380,29	2.132.714.939,46	1.315.044.225,98	333.280.256,51	87.760.773,09	41.956.557,16	20.029.557,96	30.757.179.914,03
GO	32.376.091.485,42	2.069.601.923,38	1.732.812.182,66	781.992.504,30	121.961.051,35	59.477.751,34	9.530.563,72	36.769.528.729,35
MA	11.882.317.112,64	701.072.800,94	482.498.892,21	361.942.262,15	38.582.846,63	18.112.054,02	11.231.576,21	13.359.904.591,08
MG	83.740.482.826,17	5.031.761.930,19	3.795.358.740,42	99.184.441,29	205.132.698,46	176.977.737,30	61.390.797,95	92.223.286.704,36
MS	11.170.934.760,72	587.821.758,34	557.905.396,85	338.141.520,17	45.444.663,69	23.396.210,94	51.581.423,13	12.534.381.138,32
MT	19.277.275.505,69	1.192.752.667,04	905.425.130,23	1.551.387.819,33	73.448.021,51	59.481.587,44	1.689.794,51	22.792.221.718,83
PA	25.545.594.688,12	1.738.341.707,86	1.334.653.730,17	857.155.762,35	47.975.395,08	37.791.478,66	9.361.944,97	29.380.617.069,79
PB	9.180.720.362,60	587.243.218,78	397.136.804,07	149.949.900,37	21.488.229,95	34.878.265,89	22.680.837,63	10.236.002.952,35
PE	40.348.631.056,82	2.134.699.913,19	1.709.125.359,12	(860.454.893,36)	128.317.831,53	58.508.502,99	112.000.395,09	43.033.174.706,16
PI	5.809.611.360,46	209.445.198,92	265.380.090,56	255.821.259,88	18.061.406,05	8.690.733,46	837.934,89	6.512.667.835,42
PR	61.930.557.584,22	4.909.569.864,59	2.762.071.552,83	1.981.190.019,55	182.166.231,76	177.491.895,56	213.038.518,76	71.010.692.375,11
RJ	229.748.850.564,61	11.292.030.174,22	12.768.034.560,89	407.058.129,35	476.593.818,58	314.901.554,31	255.498.865,42	253.168.979.190,76
RN	9.000.001.193,13	508.113.842,29	401.072.818,93	440.944.420,92	23.897.778,49	16.255.637,29	17.013.401,48	10.292.965.458,01
RO	7.192.931.993,74	605.971.015,63	369.935.950,03	327.828.658,41	18.190.938,24	30.923.795,20	6.496.686,37	8.441.056.198,00
RR	2.101.779.003,19	74.256.057,67	98.178.033,32	51.945.202,58	4.773.151,24	3.436.589,53	5.914.924,83	2.312.033.631,16
RS	74.669.444.492,46	4.527.649.629,96	2.038.643.136,73	3.031.989.866,96	233.883.309,70	186.745.170,16	251.489.491,96	83.595.609.154,29
SC	42.208.019.268,71	3.304.970.494,56	1.728.090.811,61	1.979.664.347,88	128.973.138,38	111.997.517,87	72.970.562,52	48.906.803.703,99
SE	6.148.641.032,35	315.887.298,60	261.957.654,40	234.760.758,05	18.757.760,30	13.811.710,47	14.888.890,89	6.913.788.381,74
SP	578.076.051.914,07	54.052.751.646,16	28.232.680.663,94	7.631.519.578,34	1.349.406.099,71	1.104.609.435,32	425.812.720,90	665.113.175.546,58
TO	4.628.385.162,18	397.726.911,15	246.592.201,62	185.377.611,06	17.293.062,43	6.426.177,72	1.537.768,77	5.432.824.877,09
TOTAL	1.449.499.900.519,36	103.891.899.515,66	67.283.383.619,44	30.797.182.359,47	3.531.310.614,15	2.698.927.157,35	1.640.649.661,71	1.643.601.478.580,72

Fonte: Tesouro Gerencial / Siafi

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS

EM R$ 1,00

UF	SALDO ANTERIOR	(+) INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	(+) ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	(+) OUTROS REGISTROS	(-) AMORTIZAÇÕES (RECEBIMENTO DE PRINCIPAL, MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA)	(-) EXCLUSÕES (CANCELAMENTOS, ANULAÇÕES E EXTINÇÕES)	(-) ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
AC	1.883.209.922,07	77.176.676,74	90.584.503,99	80.162.519,51	6.642.025,80	3.516.271,43	1.727.382,41	2.119.247.942,67
AL	11.693.988.263,25	579.783.590,79	470.047.500,22	336.910.417,93	29.869.377,18	27.012.061,08	7.207.497,24	13.016.640.836,69
AM	17.566.988.412,20	876.634.250,34	870.530.973,55	644.670.814,54	32.170.274,37	19.542.204,53	675.935,20	19.906.436.036,53
AP	2.349.853.486,22	144.224.860,60	125.192.157,67	183.761.984,62	8.972.812,53	4.875.372,53	7.979.212,37	2.781.205.091,68
BA	44.802.921.795,08	2.643.893.803,24	1.903.603.138,48	2.758.917.563,89	100.051.679,48	69.752.002,40	37.422.826,48	51.902.109.792,33
CE	25.086.798.038,68	1.486.669.007,51	1.239.221.695,74	776.682.024,72	48.166.073,05	32.824.311,26	18.889.648,86	28.489.490.733,48
DF	27.047.466.964,28	1.709.134.333,51	1.181.605.713,22	550.310.238,69	63.330.165,57	55.534.571,49	1.750.501,19	30.367.902.011,45
ES	27.031.022.914,85	2.132.714.939,46	1.315.044.225,98	309.868.872,71	87.760.773,09	41.956.557,16	20.029.557,96	30.638.904.064,79
GO	32.096.696.440,50	2.069.601.923,38	1.732.812.182,66	768.575.969,01	121.961.051,35	59.477.751,34	9.530.563,72	36.476.717.149,14
MA	11.523.786.896,85	701.072.800,94	482.498.892,21	352.468.302,77	38.582.846,63	18.112.054,02	11.231.576,21	12.991.900.415,91
MG	83.123.475.244,19	5.031.761.930,19	3.795.358.740,42	54.988.193,89	205.132.698,46	176.977.737,30	61.390.797,95	91.562.082.874,98
MS	10.972.977.565,07	587.821.758,34	557.905.396,85	283.622.569,00	45.444.663,69	23.396.210,94	51.581.423,13	12.281.904.991,50
MT	18.739.302.896,47	1.192.752.667,04	905.425.130,23	839.988.221,10	73.448.021,51	59.481.587,44	1.689.794,51	21.542.849.511,38
PA	25.323.426.541,43	1.738.341.707,86	1.334.653.730,17	847.044.957,07	47.975.395,08	37.791.478,66	9.361.944,97	29.148.338.117,82
PB	9.014.885.797,20	587.243.218,78	397.136.804,07	136.934.634,42	21.488.229,95	34.878.265,89	22.680.837,63	10.057.153.121,00
PE	40.127.482.116,39	2.134.699.913,19	1.709.125.359,12	(932.441.232,84)	128.317.831,53	58.508.502,99	112.000.395,09	42.740.039.426,25
PI	5.756.770.775,20	209.445.198,92	265.380.090,56	246.324.086,42	18.061.406,05	8.690.733,46	837.934,89	6.450.330.076,70
PR	61.553.638.835,26	4.909.569.864,59	2.762.071.552,83	1.940.737.010,79	182.166.231,76	177.491.895,56	213.038.518,76	70.593.320.617,39
RJ	223.016.763.573,24	11.292.030.174,22	12.768.034.560,89	(568.161.297,48)	476.593.818,58	314.901.554,31	255.498.865,42	245.461.672.772,56
RN	8.886.568.735,92	508.113.842,29	401.072.818,93	417.757.651,81	23.897.778,49	16.255.637,29	17.013.401,48	10.156.346.231,69
RO	6.373.595.780,22	605.971.015,63	369.935.950,03	227.781.435,57	18.190.938,24	30.923.795,20	6.496.686,37	7.521.672.761,64
RR	2.000.417.380,07	74.256.057,67	98.178.033,32	36.386.323,72	4.773.151,24	3.436.589,53	5.914.924,83	2.195.113.129,18
RS	74.387.770.384,73	4.527.649.629,96	2.038.643.136,73	3.013.977.031,33	233.883.309,70	186.745.170,16	251.489.491,96	83.295.922.210,93
SC	41.861.930.998,76	3.304.970.494,56	1.728.090.811,61	1.943.988.120,61	128.973.138,38	111.997.517,87	72.970.562,52	48.525.039.206,77
SE	6.127.258.082,29	315.887.298,60	261.957.654,40	234.953.357,75	18.757.760,30	13.811.710,47	14.888.890,89	6.892.598.031,38
SP	577.325.691.801,09	54.052.751.646,16	28.232.680.663,94	7.519.879.241,63	1.349.406.099,71	1.104.609.435,32	425.812.720,90	664.251.175.096,89
TO	4.594.847.943,50	397.726.911,15	246.592.201,62	173.890.288,72	17.293.062,43	6.426.177,72	1.537.768,77	5.387.800.336,07
TOTAL	1.400.269.537.585,01	103.891.899.515,66	67.283.383.619,44	23.179.979.301,90	3.531.310.614,15	2.698.927.157,35	1.640.649.661,71	1.586.753.912.588,80

Fonte: Tesouro Gerencial / Siafi

PARTE III – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS

3.1. ASPECTOS GERAIS

A Constituição Federal estabelece em seu Art. 165, § 5º, que a lei orçamentária anual compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015 – LDO/2015), restringe a previsão constitucional, ao determinar, em seu art. 6º, que as empresas que recebam recursos do Tesouro Nacional terão as suas receitas e despesas compreendidas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade.

Excluem-se dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme art. 6º, § único, item III da LDO/2015, as empresas públicas ou sociedades de economia mista que recebam recursos da União apenas em virtude de:

- participação acionária;
- fornecimento de bens ou prestação de serviços;
- pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e
- transferência para aplicação em programas de financiamento, nos termos do disposto na alínea "c" do inciso I do caput do art. 159, e no § 1o do art. 239, da Constituição Federal.

Assim, o Orçamento de Investimento abrange todas as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não incluídas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e que tenham investimentos programados para o exercício, independentemente da fonte de financiamento utilizada, conforme art. 37, caput e § 5º da LDO/2015.

São considerados investimentos, nos termos do Art. 37, § 1º da LDO, as despesas com:

- I - aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado;
- II - benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais; e
- III - benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2015 foi aprovado pela Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 – Lei Orçamentária Anual (LOA), publicada no Diário Oficial da União de 21 de abril de 2015, no montante de R$ 105.869.618.210,00. Esse montante agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 316 projetos e 263 atividades.

Em decorrência da não conversão em Lei, por decurso de prazo, a Medida Provisória nº 667/2015, de 02 de janeiro de 2015, que abria crédito extraordinário para diversas empresas estatais federais, perdeu efeito e suas alterações no Orçamento de Investimento 2015 foram canceladas. Assim, estes créditos não fazem parte da dotação final do Orçamento de Investimento 2015.

No decorrer do exercício, a programação anual para os dispêndios com investimentos das empresas estatais federais, expressa na LOA, sofreu alterações, com redução líquida de R$ 3.899.172.129,00. Toda a movimentação está discriminada no quadro abaixo.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO CONSTANTE DA LOA 2015 - ATÉ 6º BIMESTRE
VALORES EM R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	
Dotação Inicial (Lei nº 13.115, de 20.04.2015)			105.869.618.210
Decreto de 26.02.2015 (Reabertura de créditos especiais)	294.907.723	0	294.907.723
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	654.140	0	654.140
Banco da Amazônia S.A. - Basa	2.548.883	0	2.548.883
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasaminas	2.228.000	0	2.228.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	113.815.408	0	113.815.408
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	25.715.632	0	25.715.632
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	6.000.000	0	6.000.000
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	4.645.493	0	4.645.493
Companhia Docas do Pará - CDP	5.478.829	0	5.478.829
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	128.500.000	0	128.500.000
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron	231.490	0	231.490
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	5.089.848	0	5.089.848
Decreto de 20.10.2015 (Transposição de dotações orçamentária)	274.503.941	274.503.941	0
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	0	274.503.941	-274.503.941
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT	274.503.941	0	274.503.941
Decreto de 19.11.2015(Adequação do Orç. de Investimentos ao OFS)	0	243.673.295	-243.673.295
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	0	243.673.295	-243.673.295
Portaria MP nº 584 de 14.12.2015 (Crédito Suplementar)	862.630.746	345.699.746	516.931.000
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	6.164.352	6.164.352	0
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT	44.805.528	44.805.528	0
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	1.607.700	1.607.700	0

ESPECIFICAÇÃO	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	1.200.000	1.200.000	0
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	500.000	500.000	0
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	1.840.000	1.840.000	0
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	25.745.470	25.745.470	0
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	2.507.399	2.507.399	0
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA	1.080.000	1.080.000	0
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	4.500.000	4.500.000	0
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron	20.895	20.895	0
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	42.755.402	42.755.402	0
Liquigás Distribuidora S.A. - Liquigás	2.085.000	2.085.000	0
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	9.887.000	9.887.000	0
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	51.931.000	0	51.931.000
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	465.000.000	0	465.000.000
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	20.000.000	20.000.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	174.501.000	174.501.000	0
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	6.000.000	6.000.000	0
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	500.000	500.000	0
Portaria MP nº 582 de 14.12.2015 (Identificadas com RP 3 ou 5)	2.031.922.990	314.922.990	1.717.000.000
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	16.340.000	16.340.000	0
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	236.633.990	236.633.990	0
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	23.000.000	23.000.000	0
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	1.717.000.000	0	1.717.000.000
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	38.949.000	38.949.000	0
Portaria MP nº 583 de 14.12.2015(Adequação do Orç. de Investimentos ao OFS)	119.500.000	44.500.000	75.000.000
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	0	3.000.000	-3.000.000
Companhia Docas do Ceará - CDC	24.000.000	8.000.000	16.000.000
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	10.000.000	2.000.000	8.000.000
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	85.500.000	27.500.000	58.000.000
Companhia Docas do Pará - CDP	0	1.000.000	-1.000.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	0	1.000.000	-1.000.000
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	0	2.000.000	-2.000.000
Portaria MP nº 585 de 14.12.2015(Adequação do Orç. de Investimentos ao OFS)	86.773.000	5.500.000	81.273.000
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	20.703.000	0	20.703.000
Companhia Docas do Ceará - CDC	1.800.000	5.500.000	-3.700.000
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	29.000.000	0	29.000.000
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	18.270.000	0	18.270.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	17.000.000	0	17.000.000
Lei nº 13.225, de 23.12.2015 (Suplementação acima dos limites autorizados pela LOA)	14.282.407.686	25.279.323.222	-10.996.915.536
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	0	1.689.070	-1.689.070
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	8.237.946	93.321.818	-85.083.872
Araucária Nitrogenados S.A.	0	59.017.000	-59.017.000
Arembepe Energia S.A.	0	5.799.843	-5.799.843
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	461.143	0	461.143
Banco da Amazônia S.A. - BASA	4.074.214	12.223.206	-8.148.992
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB Turismo	0	193.000	-193.000
Caixa Econômica Federal - CAIXA	51.526.704	989.171.034	-937.644.330
Casa da Moeda do Brasil - CMB	0	23.883.503	-23.883.503
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron	18.726.000	18.726.000	0
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	0	398.108.371	-398.108.371
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	8.000.000	19.990.000	-11.990.000
Companhia Docas do Ceará - CDC	0	1.231.570	-1.231.570
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	0	2.432.224	-2.432.224
Companhia Docas do Pará - CDP	8.900.000	26.372.315	-17.472.315

ESPECIFICAÇÃO	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	25.877.602	70.769.331	-44.891.729
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	0	19.394.889	-19.394.889
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	0	455.737.344	-455.737.344
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - Citepe	11.078.000	4.642.000	6.436.000
Companhia Petroquímica de Pernambuco - Petroquímica Suape	0	2.527.000	-2.527.000
COBRA Tecnologia S.A.	32.515.550	3.929.095	28.586.455
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	0	1.240.356.551	-1.240.356.551
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	44.970.893	129.970.893	-85.000.000
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	0	197.647.161	-197.647.161
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron	448.510	3.749.580	-3.301.070
Energética Camaçari Muricy I S.A. - ECM 1	0	6.563.083	-6.563.083
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	42.392.069	42.392.069	0
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	33.652.988	535.818.436	-502.165.448
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD	10.537.000	0	10.537.000
Innova S.A.	0	240.000	-240.000
Liquigás Distribuidora S.A. - Liquigás	9.546.000	10.407.000	-861.000
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	11.623.000	6.539.000	5.084.000
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	26.632.000	169.251.000	-142.619.000
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	322.065.000	2.880.723.000	-2.558.658.000
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	69.000	42.000	27.000
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	4.835.317.000	1.692.300.000	3.143.017.000
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	82.050.000	717.636.000	-635.586.000
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	8.568.611.000	14.719.851.354	-6.151.240.354
Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	0	186.111.021	-186.111.021
Stratura Asfaltos S.A.	81.000	381.000	-300.000
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras	12.532.953	360.796.461	-348.263.508
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	22.148.089	0	22.148.089
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	44.714.349	0	44.714.349
Transpetro International B.V. - TI B.V.	36.464.000	0	36.464.000
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	9.145.000	144.268.000	-135.123.000
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	0	25.121.000	-25.121.000
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	10.676	0	10.676
Lei nº 13.226, de 23.12.2015 (Crédito Especial)	4.770.586.136	114.281.157	4.656.304.979
Banco do Brasil S.A. - BB	22.701.157	22.701.157	0
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	90.000.000	90.000.000	0
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - Citepe	140.120.000	0	140.120.000
CELG Distribuição S.A. - CELG D	350.678.915	0	350.678.915
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron	1.580.000	1.580.000	0
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	106.178.081	0	106.178.081
Linha Verde Transmissora de Energia S.A. - LVTE	139.760.983	0	139.760.983
Nova Transportadora do Sudeste S.a.	11.523.000	0	11.523.000
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	3.829.750.000	0	3.829.750.000
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	76.294.000	0	76.294.000
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras	2.000.000	0	2.000.000
MP nº 709 de 30.12.2015 (Crédito extraordinário)	23.110.000	23.110.000	0
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	3.460.000	3.460.000	0
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	250.000	250.000	0
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	17.000.000	17.000.000	0
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	400.000	400.000	0
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	2.000.000	2.000.000	0
RESUMO DOS CRÉDITOS	22.746.342.222	26.645.514.351	-3.899.172.129
DOTAÇÃO FINAL			101.970.446.081

Ao final do exercício, as empresas estatais federais constantes do Orçamento de Investimento, investiram R$ 80.205.741.156,00 (oitenta bilhões, duzentos e cinco milhões, setecentos e quarenta e um mil, cento e cinquenta e seis reais), correspondentes a 78,7% do valor autorizado. Em comparação ao exercício anterior, os investimentos realizados pelas empresas estatais apresentaram redução de 16,0%.

Este total engloba as programações de 71 empresas estatais federais, sendo 65 do setor produtivo e 6 do setor financeiro. Como consequência das movimentações, o Orçamento de Investimento de 2015 passou a agregar dotações para a execução de obras e serviços em 313 projetos e 271 atividades.

A execução do Orçamento de Investimento foi registrada pelas empresas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop.

3.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

As empresas estatais realizaram investimentos no âmbito de 12 programas do Plano Plurianual 2012/2015, sendo que 82,7% dos valores dispendidos em 2015 estiveram concentrados no programa "Petróleo e Gás". A realização total dos investimentos ficou em 78,7% da dotação final.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2015
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA
VALORES EM R$ MIL

PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	DESEMP. % (D/C)
Petróleo e Gás	62.282.633	7.169.269	69.451.902	57.425.429	82,7
Combustíveis	17.622.525	-6.211.601	11.410.924	9.121.444	79,9
Energia Elétrica	10.233.198	-1.344.628	8.888.570	6.226.208	70,0
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	7.148.733	-1.400.976	5.747.757	3.435.161	59,8
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	2.742.393	-280.679	2.461.714	1.286.995	52,3
Aviação Civil	1.601.827	-434.020	1.167.806	1.055.135	90,4
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	1.324.080	-358.796	965.283	596.558	61,8
Desenvolvimento Produtivo	1.939.181	-1.073.336	865.845	579.071	66,9
Transporte Marítimo	693.624	76.755	770.378	366.572	47,6
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	178.860	0	178.860	119.316	66,7
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	95.266	-33.859	61.407	35.552	57,9
Política Nacional de Defesa	7.300	-7.300	0	0	0
TOTAL	105.869.618	-3.899.172	101.970.446	80.247.441	78,7

Fonte: MP/ Dest / Siop

Os investimentos das empresas estatais federais tiveram seu pico no ano de 2013, com posterior acomodação, em 2015, a níveis próximos a 2011.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011 / 2015
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR PROGRAMA
VALORES EM R$ MIL

PROGRAMA	2011	2012	2013	2014	2015
Petróleo e Gás	0	48.720.980	63.253.896	58.201.660	57.425.429
Combustíveis	0	32.106.703	29.963.542	19.386.209	9.121.444
Energia Elétrica	0	6.104.175	7.872.689	6.597.643	6.226.208
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	2.648.784	4.406.562	4.449.100	4.633.044	3.435.161
Desenvolvimento Produtivo	0	3.125.375	3.876.951	1.805.788	1.286.995
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	1.256.060	1.590.499	1.803.902	1.366.028	1.055.135
Aviação Civil	0	1.132.963	1.509.845	775.248	596.558
Transporte Marítimo	0	382.938	461.719	2.112.182	579.071
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	0	135.151	280.532	492.871	366.572
Política Nacional de Defesa	0	51.590	34.042	49.752	119.316
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	0	144.652	33.858	26.733	35.552
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	0	2	2.293	58.483	0
Energia na Região Sul	1.023.408	41.779	0	0	0
Energia na Região Norte	1.191.989	23.882	0	0	0
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	1.045.327	759	0	0	0
Oferta de Petróleo e Gás Natural	32.940.707	0	0	0	0
Refino de Petróleo	20.713.940	0	0	0	0
Atuação Internacional na Área de Petróleo	4.456.490	0	0	0	0

PROGRAMA	2011	2012	2013	2014	2015
Indústria Petroquímica	3.274.455	0	0	0	0
Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	2.988.160	0	0	0	0
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	2.491.896	0	0	0	0
Brasil com Todo Gás	2.190.517	0	0	0	0
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	2.060.298	0	0	0	0
Energia na Região Nordeste	1.270.891	0	0	0	0
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis	880.588	0	0	0	0
Luz para Todos	503.234	0	0	0	0
Energia nos Sistemas Isolados	427.641	0	0	0	0
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	202.287	0	0	0	0
Aprimoramento dos Serviços Postais	149.055	0	0	0	0
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	139.741	0	0	0	0
Eficiência Energética	107.911	0	0	0	0
Vetor Logístico Centro-Norte	79.460	0	0	0	0
Inclusão Digital	72.372	0	0	0	0
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	66.038	0	0	0	0
Energia Alternativa Renovável	62.847	0	0	0	0
Gestão da Política de Previdência Social	53.051	0	0	0	0
Gestão da Política de Energia	43.240	0	0	0	0
Vetor Logístico Centro-Sudeste	34.345	0	0	0	0
Vetor Logístico Leste	29.666	0	0	0	0
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	21.961	0	0	0	0
Desenvolvimento da Agroenergia	21.233	0	0	0	0
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	15.306	0	0	0	0
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2.601	0	0	0	0
Vetor Logístico Amazônico	1.238	0	0	0	0
Vetor Logístico Nordeste Meridional	614	0	0	0	0
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	562	0	0	0	0
TOTAL	82.467.913	97.968.010	113.540.573	95.505.641	80.247.441

A tabela abaixo apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por Ministério Setorial e Empresa.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2015
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE
VALORES EM R$ MIL

ÓRGÃO / UNIDADE	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO ANUAL (B)	COMPOS. % (B/TB)	DESEMP. % (B/A)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	45.069	16.783	0,0	37,2
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasaminas	2.528	1.524	0,0	60,3
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	5.337	188	0,0	3,5
CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	37.204	15.071	0,0	40,5
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	35.688	9648	0,0	27
Financiadora de Estudos e Projetos - Finep	35.688	9648	0,0	27
MINISTÉRIO DA FAZENDA	5.452.173	3.059.739	3,8	56,1
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	1.168	865	0,0	74,1
Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	1.111	822	0,0	74
Banco da Amazônia S.A. - Basa	48.042	25.673	0,0	53,4
Banco do Brasil S.A. - BB	2.971.375	1.508.652	1,9	50,8
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	130.864	40.577	0,1	31
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB Turismo	807	782	0,0	96,9
Caixa Econômica Federal - Caixa	2.012.221	1.344.960	1,7	66,8
Casa da Moeda do Brasil - CMB	95.534	30.648	0,0	32,1
Cobra Tecnologia S.A.	57.303	30.062	0,0	52,5
Empresa Gestora de Ativos - Emgea	1.297	68	0,0	5,2

ÓRGÃO / UNIDADE	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO ANUAL (B)	COMPOS. % (B/TB)	DESEMP. % (B/A)
Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	132.451	76.630	0,1	57,9
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	89.342	43.508	0,1	48,7
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	89.342	43.508	0,1	48,7
GRUPO ELETROBRAS	8.915.351	6.059.525	7,6	68
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	416.784	304.157	0,4	73
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT	274.504	200.039	0,2	72,9
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	56.811	23.380	0,0	41,2
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron	378.545	136.843	0,2	36,1
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	797.207	575.971	0,7	72,2
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	62.355	24.156	0,0	38,7
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel	16.500	7.384	0,0	44,8
Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre	121.400	53.171	0,1	43,8
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	176.530	24.566	0,0	13,9
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	215.941	134.981	0,2	62,5
Companhia Energética do Piauí - Cepisa	341.842	158.655	0,2	46,4
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	1.549.651	921.445	1,1	59,5
CELG Distribuição S.A. - CELG D	350679	322076	0,4	91,8
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar	150	16	0,0	10,4
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	2.510.614	1.930.126	2,4	76,9
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	628.083	302.439	0,4	48,2
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	795.025	729.365	0,9	91,7
Linha Verde Transmissora de Energia S.A. - TSLE	139.761	130.778	0,2	93,6
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	28.238	25.255	0,0	89,4
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	54.714	54.714	0,1	100
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	15	7	0,0	47
GRUPO PETROBRAS	83.207.936	68.211.507	85,0	82
Araucária Nitrogenados S.A.	52187	21134	0,0	40,5
Arembepe Energia S.A. (2)	223	223	0,0	100
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	152.670	88.205	0,1	57,8
Companhia Petroquímica de Pernambuco - Petroquímica Suape	10.152	9.976	0,0	98,3
Energética Camaçari Muricy I S.A. - ECM 1	279	279	0,0	100
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD	26.229	21.041	0,0	80,2
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	133.401	133.129	0,2	99,8
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS	11.523	0	0,0	0
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	37.944	27.998	0,0	73,8
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	785.201	709.434	0,9	90,4
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	4.459.487	4.111.233	5,1	92,2
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	104	0	0,0	0
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	12.124.727	9.312.526	11,6	76,8
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	1.727.190	1.645.831	2,1	95,3
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	63377686	51905000	64,7	81,9
Stratura Asfaltos S.A.	3.092	1.657	0,0	53,6
Transpetro International B.V. - TI B.V.	83.485	83.096	0,1	99,5
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	154.768	79.438	0,1	51,3
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	67.588	61.308	0,1	90,7
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	115.000	65.611	0,1	57,1
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	115000	65611	0,1	57,1
MINISTÉRIO DA SAÚDE	377.028	245.227	0,3	65
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	377.028	245.227	0,3	65
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	80	0	0,0	0
Companhia Docas do Maranhão - Codomar	80	0	0,0	0
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	1.707.237	1.084.882	1,4	63,5
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	803.600	488.328	0,6	60,8

ÓRGÃO / UNIDADE	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO ANUAL (B)	COMPOS. % (B/TB)	DESEMP. % (B/A)
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás	903636	596554	0,7	66
MINISTÉRIO DA DEFESA	3180	2059	0,0	64,7
Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron	3.180	2.059	0,0	64,7
SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	1.187.806	1.065.653	1,3	89,7
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	1.187.806	1.065.653	1,3	89,7
SECRETARIA DE PORTOS	820.457	378.036	0,5	46,1
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	141.604	14.766	0,0	10,4
Companhia Docas do Ceará - CDC	52.208	31.246	0,0	59,8
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	122.221	68.006	0,1	55,6
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	289.740	215.938	0,3	74,5
Companhia Docas do Pará - CDP	52.233	14.345	0,0	27,5
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	135.393	28.370	0,0	21
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	27.057	5.365	0,0	19,8
TOTAL	101.970.446	80.247.441	100,0	78,7

Obs: Foi feita a transposição de dotações orçamentárias da empresa AME para AmGT pelo decreto s/nº, de 20.10.2015. / As empresas AREMBEPE e ECM1 foram incorporadas pela Petrobras, por decisão da AGE realizada em 29.01.2015

Fonte: MP/DEST/SIOP

Do total de investimentos realizados pelas empresas estatais federais em 2015, 92,5% pertencem à função "Energia", com destaque para a subfunção "Combustíveis Minerais", que respondeu por 78,6% do realizado. Das 9 funções com realização no período, apenas duas ficaram abaixo de 50% da "Dotação Final". As seguintes subfunções apresentaram desempenho superior a 90,0%: "Energia/Transporte Hidroviário", "Comunicação/Tecnologia da Informação", "Transportes/Transporte Aéreo".

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2015
INVESTIMENTO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
VALORES EM R$ MIL

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
Agricultura	42.841	2.228	45.069	16.783	0,0	37,2
Administração Geral	38.012	2.228	40.240	15.061	0,0	37,4
Tecnologia da Informação	4.830	0	4.830	1.722	0,0	35,7
Comércio e Serviços	6.583.205	-1.101.056	5.482.149	3.082.256	3,8	56,2
Administração Geral	842.856	-85.625	757.231	442.767	0,6	58,5
Serviços Financeiros	2.742.393	-280.679	2.461.714	1.286.995	1,6	52,3
Tecnologia da Informação	2.997.956	-734.752	2.263.204	1.352.494	1,7	59,8
Comunicações	2.052.974	-346.264	1.706.710	1.084.858	1,4	63,6
Administração Geral	256.730	0	256.730	114.389	0,1	44,6
Comunicações Postais	378.629	0	378.629	209.610	0,3	55,4
Tecnologia da Informação	168.715	12.533	181.248	169.985	0,2	93,8
Telecomunicações	1.248.900	-358.796	890.104	590.874	0,7	66,4
Defesa Nacional	5.650	-3.770	1.880	1.525	0,0	81,1
Administração Geral	5.650	-3.770	1.880	1.525	0,0	81,1
Energia	94.097.268	-2.118.762	91.978.506	74.192.451	92,5	80,7
Administração Geral	453.209	26.050	479.259	251.080	0,3	52,4
Biocombustíveis	30.850	5.094	35.944	27.038	0,0	75,2
Combustíveis Minerais	74.188.938	1.883.077	76.072.015	63.101.265	78,6	82,9
Comercialização	871.588	-171.502	700.086	626.153	0,8	89,4
Conservação de Energia	37.162	-13.091	24.071	18.724	0,0	77,8
Energia Elétrica	10.366.431	-1.365.396	9.001.035	6.266.108	7,8	69,6
Produção Industrial	12.062	9.074	21.136	18.503	0,0	87,5
Tecnologia da Informação	1.585.763	-507.208	1.078.556	722.118	0,9	67,0
Transporte Hidroviário	1.890.058	-342.591	1.547.467	1.510.765	1,9	97,6
Transportes Especiais	4.661.207	-1.642.269	3.018.938	1.650.697	2,1	54,7
Indústria	119.418	116.236	235.654	108.962	0,1	46,2
Administração Geral	26.046	0	26.046	9.089	0,0	34,9

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
Produção Industrial	86.464	116.236	202.700	96.343	0,1	47,5
Tecnologia da Informação	6.908	0	6.908	3.530	0,0	51,1
Previdência Social	200.000	-85.000	115.000	65.611	0,1	57,1
Administração Geral	149.260	-127.463	21.797	17.563	0,0	80,6
Tecnologia da Informação	50.740	42.463	93.203	48.048	0,1	51,6
Saúde	377.028	0	377.028	245.227	0,3	65,0
Administração Geral	995	0	995	447	0,0	44,9
Suporte Profilático e Terapêutico	353.065	0	353.065	226.993	0,3	64,3
Tecnologia da Informação	22.968	0	22.968	17.787	0,0	77,4
Transporte	2.391.235	-362.785	2.028.449	1.449.770	1,8	71,5
Administração Geral	39.959	-6.139	33.820	6.832	0,0	20,2
Tecnologia da Informação	33.095	4.590	37.685	15.698	0,0	41,7
Transporte Aéreo	1.609.127	-441.320	1.167.806	1.055.135	1,3	90,4
Transporte Hidroviário	693.624	76.755	770.378	366.572	0,5	47,6
Transportes Especiais	15.430	3.330	18.760	5.532	0,0	29,5
TOTAL	105.869.618	-3.899.172	101.970.446	80.247.441	100,0	78,7

Fonte: MP / Dest / Siop

A tabela seguinte apresenta a evolução da execução do Orçamento de Investimento entre os anos de 2011 a 2015, por função e subfunção, em valores nominais.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011 / 2015
INVESTIMENTO REALIZADO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
VALORES EM R$ MIL

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Administração	13	0	0	0	0
Administração Geral	13	0	0	0	0
Agricultura	14.569	18.914	16.080	22.410	16.783
Administração Geral	11.715	17.964	15.595	16.819	15.061
Tecnologia da Informação	2.854	950	485	5.591	1.722
Comércio e Serviços	2.353.668	3.347.709	3.586.507	4.189.720	3.082.256
Administração Geral	327.250	480.886	447.654	617.249	442.767
Serviços Financeiros	1.256.060	1.590.499	1.803.902	1.805.788	1.286.995
Tecnologia da Informação	770.358	1.276.324	1.334.951	1.766.683	1.352.494
Comunicações	269.319	542.703	859.372	1.322.826	1.084.858
Administração Geral	8.935	113.399	325.043	204.038	114.389
Comunicações Postais	149.055	217.614	132.426	200.654	209.610
Tecnologia da Informação	38.956	81.785	126.833	148.990	169.985
Telecomunicações	72.372	129.906	275.070	769.144	590.874
Defesa Nacional	0	6.330	14.635	3.601	1.525
Administração Geral	0	6.330	14.635	3.601	1.525
Energia	75.587.948	90.024.390	105.324.378	87.472.384	74.192.451
Administração Geral	358.434	614.194	711.457	539.997	251.080
Biocombustíveis	52.160	24.310	26.141	23.574	27.038
Combustíveis Minerais	60.957.148	75.265.361	90.246.489	73.590.943	63.101.265
Comercialização	741.081	782.723	722.386	823.349	626.153
Conservação de Energia	107.911	57.370	47.236	12.095	18.724
Energia Elétrica	6.939.149	6.369.357	7.959.691	6.687.603	6.266.108
Irrigação	119.093	0	0	0	0
Produção Industrial	191.875	278.211	413.343	7.760	18.503
Tecnologia da Informação	951.642	996.969	852.395	843.029	722.118
Transporte Hidroviário	623.391	898.493	1.033.628	1.106.168	1.510.765
Transportes Especiais	4.546.064	4.737.402	3.311.612	3.837.867	1.650.697
Indústria	2.566.806	2.087.312	1.206.037	203.394	108.962

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Administração Geral	29.622	22.616	27.960	13.441	9.089
Mineração	2.601	0	0	0	0
Produção Industrial	2.534.583	2.053.934	1.175.368	185.418	96.343
Tecnologia da Informação	0	10.762	2.710	4.535	3.530
Previdência Social	59.427	122.977	228.580	168.881	65.611
Administração Geral	6.377	21.566	121.168	87.850	17.563
Tecnologia da Informação	53.051	101.411	107.411	81.031	48.048
Saúde	66.809	76.652	183.739	168.643	245.227
Administração Geral	178	695	68	456	447
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	562	0	0	0	0
Suporte Profilático e Terapêutico	66.038	75.779	182.123	167.800	226.993
Tecnologia da Informação	31	178	1.548	387	17.787
Transporte	1.549.354	1.741.023	2.121.247	1.953.781	1.449.770
Administração Geral	46.657	79.403	46.794	5.900	6.832
Combustíveis Minerais	65.410	0	0	0	0
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueo	570	0	0	0	0
Tecnologia da Informação	49.155	62.823	62.533	10.172	15.698
Transporte Aéreo	1.060.633	1.185.312	1.543.040	1.424.511	1.055.135
Transporte Hidroviário	284.438	382.938	460.771	492.871	366.572
Transportes Especiais	42.437	30.547	8.109	20.327	5.532
Vigilância Epidemiológica	55	0	0	0	0
TOTAL	82.467.913	97.968.010	113.540.573	95.505.641	80.247.441

Fonte: MP / Dest / Siop

Os recursos próprios constituíram a principal fonte de financiamento do Orçamento de Investimento (90,5%), seguidos de Operações de Créditos de Longo Prazo (5,6%). Apenas 2,5% dos investimentos foram financiados com aportes de recursos do Tesouro. Dentre esses investimentos, destacam-se os realizados nas áreas de infraestrutura portuária e aeroportuária.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2015
FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA
VALORES EM R$ MIL

FONTES DE FINANCIAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	COMPOS. % (A/TA)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	COMPOS. % (C/TC)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)
Recursos Próprios	93.705.765	70,0	-1.577.734	92.128.030	90,3	72.601.560	90,5
Geração Própria	93.705.765	70,0	-1.577.734	92.128.030	90,3	72.601.560	90,5
Recursos p/ aumento do PL	3.759.897	14,5	-391.625	3.368.272	3,3	2.342.434	2,9
Tesouro	3.653.837	3,2	-827.175	2.826.662	2,8	2.026.598	2,5
Direto	3.186.107	2,2	-636.029	2.550.078	2,5	1.923.207	2,4
Saldos de Exerc. Anteriores	467.730	1,0	-191.146	276.584	0,3	103.391	0,1
Controladora	106.060	11,3	419.708	525.768	0,5	315.836	0,4
Outras Estatais	0	0,0	15.842	15.842	0,0	0	0,0
Op. de Crédito de Longo Prazo	6.919.460	8,1	-1.653.529	5.265.930	5,2	4.454.663	5,6
Internas	5.709.460	2,7	-1.643.529	4.065.930	4,0	3.454.663	4,3
Externas	1.210.000	5,4	-10.000	1.200.000	1,2	1.000.000	1,2
Outros Rec. de Longo Prazo	1.484.497	7,4	-276.284	1.208.213	1,2	848.784	1,1
Controladora	1.484.497	1,1	-606.034	878.463	0,9	519.034	0,6
Outras Estatais	0	6,3	329.750	329.750	0,3	329.750	0,4
TOTAL	105.869.618	100,0	-3.899.172	101.970.446	100,0	80.247.441	100,0

Fonte: MP / Dest / Siop

A tabela seguinte apresenta a evolução das fontes de financiamento do Orçamento de Investimento entre 2011 e 2015.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011 / 2015
FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS, POR NATUREZA
VALORES EM R$ MIL

FONTES DE FINANCIAMENTO	2011	2012	2013	2014	2015
Recursos Próprios	73.526.713	80.005.035	96.823.292	89.282.891	72.601.560
Geração Própria	73.526.713	80.005.035	96.823.292	89282891,34	72.601.560
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	1.984.644	12.109.347	13.240.128	2.657.714	2.342.434
Tesouro	346.129	621.250	2.188.343	2.359.759	2.026.598
Direto	217.224	141.514	1.540.091	1.799.145	1.923.207
Saldos de Exercícios Anteriores	128.905	479.737	648.253	560.614	103.391
Controladora	1.638.515	11.488.096	10.909.696	297.955	315.836
Outras Estatais	0	0	142.088	0	0
Operações de Crédito de Longo Prazo	4.830.177	3.485.179	3.018.663	3.171.808	4.454.663
Internas	3.295.243	1.438.795	2.457.751	3.138.979	3.454.663
Externas	1.534.934	2.046.384	560.913	32.828	1.000.000
Outros Recursos de Longo Prazo	2.126.379	2.368.450	458.490	393.228	848.784
Debêntures	105.609	49.042	0	0	0
Controladora	1.333.301	858.336	458.490	393.228	519.034
Outras Estatais	0	0	0	0	0
Outras Fontes	687.469	1.461.072	0	0	329.750
TOTAL	82.467.913	97.968.010	113.540.573	95.505.641	80.247.441

Fonte: MP / Dest / Siop

Das 71 empresas estatais federais, integrante do orçamento de investimento, 65 são do setor produtivo e 6 do setor financeiro. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nem aquelas que não programaram investimentos. O setor produtivo é composto por 19 empresas do Grupo Petrobras, 21 do Grupo Eletrobras e 25 do Grupo das Demais Empresas, sendo estas: 3 no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas; 8 no setor de administração portuária; 1 no setor de serviços postais; 1 no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura aeroportuária e segurança do tráfego aéreo; 4 no setor da indústria de transformação; e 8 no setor de serviços.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2015
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SETOR / GRUPO
VALORES EM R$ MIL

SETOR / GRUPO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)
Setor Produtivo Estatal	99.638.843	-2.955.928	96.682.916	77.274.423	96,3
Grupo Petrobras	83.438.408	-230.472	83.207.936	68.211.507	85,0
Grupo Eletrobras e Federalizadas	10.660.190	-1.744.840	8.915.351	6.059.525	7,6
Demais Empresas do Setor Produtivo	5.540.245	-980.616	4.559.629	3.003.392	3,7
Setor Financeiro	6.230.775	-943.244	5.287.530	2.973.018	3,7
TOTAL	105.869.618	-3.899.172	101.970.446	80.247.441	100,0

Fonte: MP / Dest / Siop

A tabela seguinte demonstra crescimento nominal, entre 2011 e 2015, nos investimentos do Setor Financeiro, contra leve queda nos investimentos do setor produtivo estatal.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011 / 2015
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR SETOR / GRUPO
VALORES EM R$ MIL

SETOR / GRUPO	2011	2012	2013	2014	2015
Setor Produtivo Estatal	80.259.131	94.839.119	110.113.910	91.537.723	77.274.423
Grupo Petrobras	71.285.370	85.984.216	99.224.888	81.403.296	68.211.507
Grupo Eletrobras e Federalizadas	6.775.177	5.924.110	7.259.057	6.264.536	6.059.525
Demais Empresas do Setor Produtivo	2.198.583	2.930.793	3.629.966	3.869.891	3.003.392
Setor Financeiro	2.208.782	3.128.891	3.426.663	3.967.918	2.973.018
TOTAL	82.467.913	97.968.010	113.540.573	95.505.641	80.247.441

Fonte: MP / Dest / Siop

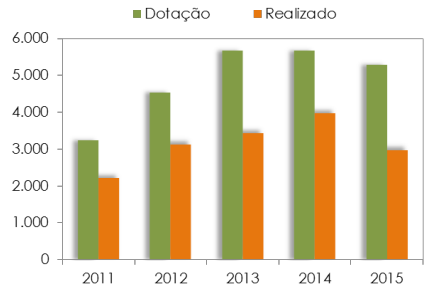
As tabelas e gráficos a seguir demonstram a execução dos investimentos, por grupos e empresas, entre 2011 e 2015.

GRUPO PETROBRAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2011 / 2015
VALORES EM R$ MIL

EMPRESA	2011		2012		2013		2014		2015	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Petrobras	45.895.590	64,4	58.526.602	68,1	72.678.889	73,2	65.564.919	80,5	51.905.000	76,1
Rnest(1)	6.673.304	9,4	9.367.648	10,9	8.852.803	8,9	0	0,0	0	0,0
PNBV	6.934.934	9,7	6.138.017	7,1	8.412.772	8,5	8.790.612	10,8	9.312.526	13,7
PIB BV	4.427.039	6,2	5.067.244	5,9	5.070.929	5,1	3.593.324	4,4	4.111.233	6,0
Transpetro	916.180	1,3	1.311.522	1,5	1.466.222	1,5	1.573.361	1,9	1.645.831	2,4
Citepe	1.110.905	1,6	1.308.812	1,5	930.255	0,9	172.014	0,2	88.205	0,1
BR	791.245	1,1	842.207	1,0	790.662	0,8	900.366	1,1	709.434	1,0
TAG	1.952.244	2,7	1.846.808	2,1	418.997	0,4	307.845	0,4	79.438	0,1
Petroquímicasuape	1.251.012	1,8	544.576	0,6	221.203	0,2	1.902	0,0	9.976	0,0
Liquigás	145.201	0,2	184.938	0,2	127.871	0,1	129.982	0,2	133.129	0,2
Araucária	0	0,0	0	0,0	62.001	0,1	214.630	0,3	21.134	0,0
TBG	45.531	0,1	50.774	0,1	60.477	0,1	48.769	0,1	61.308	0,1
Innova (2)	15.876	0,0	9.718	0,0	42.825	0,0	9.594	0,0	0	0,0
FIC	29.451	0,0	310.368	0,4	38.803	0,0	0	0,0	0	0,0
Pbio	25.972	0,0	25.708	0,0	27.024	0,0	25.039	0,0	27.998	0,0
Gás Brasiliano GBD	2.349	0,0	24.231	0,0	12.601	0,0	11.891	0,0	21.041	0,0
Arembepe	0	0,0	509	0,0	4.587	0,0	2.204	0,0	223	0,0
ECM 1	0	0,0	31	0,0	3.054	0,0	21.464	0,0	279	0,0
Stratura Asfaltos	5.137	0,0	3.204	0,0	2.497	0,0	2.430	0,0	1.657	0,0
SFE (3)	3.278	0,0	3.825	0,0	412	0,0	0	0,0	0	0,0
PB-LOG	668.858	0,9	415.427	0,5	4	0,0	11	0,0	0	0,0
Termoceará	3.156	0,0	2.019	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Petroquisa(4)	248	0,0	26	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJPAR (5)	28	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJPOL (6)	311.520	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mangue Seco 2	60.082	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CPRJEST (7)	9.978	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Fafen Energia(8)	3.895	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
PIFCo	1.035	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Termomacaé	548	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Termorio(9)	488	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Utejf(10)	287	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TI B.V.	0	0,0	32.940	0,0	83.096	0,1	32.940	0,0	83.096	0,1
TOTAL	71.285.370	100,0	85.984.216	100,0	99.224.888	100,0	81.403.296	100,0	68.211.507	100,0

1) Rnest incorporada pela Petrobras em 16.12.2013
2) Innova vendida à Videolar (ata da AGE realizada em 30/09/2013)
3) SFE incorporada pela Petrobras em 30.09.2013
4) Petroquisa incorporada pela Petrobras em 27.01.2012
5) CPRJPAR incorporada pela Petrobras em 30.09.2013
6) CPRJPOL incorporada pela Petrobras em 30.09.2013
7) CPRJEST incorporada pela Petrobras em 30.09.2013
8) Fafen Energia Incorporada pela Petrobras em 19.12.2011
9) Termorio Incorporada pela Petrobras em 19.12.2011
10) Utejf Incorporada pela Petrobras em 19.12.2011
Fonte: MP / Dest / Siop

GRUPO PETROBRAS – INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2011 / 2015
REALIZADO X DOTAÇÃO
VALORES EM R$ MILHÕES

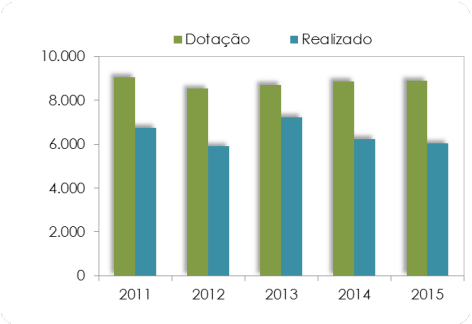


GRUPO ELETROBRAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2011 / 2015
VALORES EM R$ MIL

EMPRESA	2011		2012		2013		2014		2015	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Eletronuclear	1.273.044	18,8	740.940	12,5	1.651.471	22,8	1.987.042	31,7	1.930.126	31,9
Chesf	1.145.713	16,9	1.152.264	19,5	1.388.017	19,1	1.237.640	19,8	921.445	15,2
AmE	503.822	7,4	750.954	12,7	1.044.628	14,4	412.648	6,6	304.157	5,0
Furnas	987.845	14,6	1.147.868	19,4	944.710	13,0	849.175	13,6	729.365	12,0
TSBE	0	0,0	0	0,0	416.002	5,7	168.573	2,7	25.255	0,4
Eletronorte	391.742	5,8	348.011	5,9	359.690	5,0	378.703	6,0	575.971	9,5
TSLE	0	0,0	0	0,0	340.962	4,7	420.921	6,7	54.714	0,9
CELG D	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	322.076	5,3
Eletrosul	620.258	9,2	469.683	7,9	321.550	4,4	290.853	4,6	302.439	5,0
Cepisa (*)	299.974	4,4	314.648	5,3	207.085	2,9	132.433	2,1	158.655	2,6
Ceron (*)	154.359	2,3	209.704	3,5	173.323	2,4	155.298	2,5	136.843	2,3
Ceal (*)	86.110	1,3	104.962	1,8	112.382	1,5	88.108	1,4	134.981	2,2
ETE	503.914	7,4	300.705	5,1	68.507	0,9	0	0,0	0	0,0
Eletroacre (*)	39.786	0,6	52.904	0,9	62.655	0,9	51.256	0,8	53.171	0,9
CGTEE	258.775	3,8	64.861	1,1	61.622	0,8	28.624	0,5	24.566	0,4
Eletrobras	15.013	0,2	14.447	0,2	24.065	0,3	33.284	0,5	24.156	0,4
RS Energia (**)	31.484	0,5	81.560	1,4	19.135	0,3	0	0,0	0	0,0
PVTE (**)	297.431	4,4	59.340	1,0	18.162	0,3	0	0,0	0	0,0
BVenergia	32.680	0,5	26.727	0,5	17.899	0,2	20.761	0,3	23.380	0,4
Cepel	14.096	0,2	20.173	0,3	15.037	0,2	9.165	0,1	7.384	0,1
RBTE (***)	119.119	1,8	64.348	1,1	12.137	0,2	0	0,0	0	0,0
Eletropar	13	0,0	11	0,0	17	0,0	50	0,0	16	0,0
AmGT	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	200.039	3,3
Uirapuru	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	7	0,0
LVTE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	130.778	2,2
TOTAL	6.775.177	100,0	5.924.110	100,0	7.259.057	100,0	6.264.536	100,0	6.059.525	100,0

(*) Empresas federalizadas
(**) RS Energia e PVTE foram incorporadas pela Eletrosul em 02.04.2013
(***) RBTE fol incorporada pela Eletronorte em 30.12.2013
Fonte: MP / Dest / Siop

GRUPO ELETROBRAS – INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2011 / 2015
REALIZADO X DOTAÇÃO
VALORES EM R$ MILHÕES

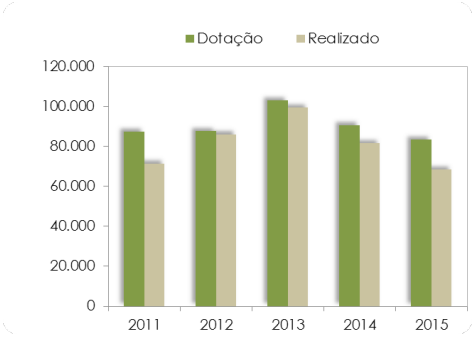


DEMAIS EMPRESAS DO SPE
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2011 / 2015
VALORES EM R$ MIL

EMPRESA	2011		2012		2013		2014		2015	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Infraero	1.144.749	52,1	1.315.173	44,9	1.640.116	45,2	1.424.511	36,8	1.065.653	35,5
Telebras	76.195	3,5	138.649	4,7	286.167	7,9	772.019	19,9	596.554	19,9
ECT	194.737	8,9	404.528	13,8	574.901	15,8	551.113	14,2	488.328	16,3
Hemobras	66.809	3,0	76.652	2,6	183.739	5,1	168.643	4,4	245.227	8,2
Codesp	35.534	1,6	116.144	4,0	189.061	5,2	292.400	7,6	215.938	7,2
Serpro	133.030	6,1	206.103	7,0	146.924	4,0	205.462	5,3	76.630	2,6
Codesa	17.931	0,8	95.254	3,3	74.103	2,0	48.478	1,3	68.006	2,3
Dataprev	59.427	2,7	122.977	4,2	228.580	6,3	168.881	4,4	65.611	2,2
CDC	19.224	0,9	81.352	2,8	104.073	2,9	70.593	1,8	31.246	1,0
CMB	202.287	9,2	233.923	8,0	54.579	1,5	31.380	0,8	30.648	1,0
Cobra	8.816	0,4	8.378	0,3	9.739	0,3	14.844	0,4	30.062	1,0
CDRJ	13.716	0,6	4.923	0,2	19.585	0,5	14.105	0,4	28.370	0,9
Ceagesp	7.400	0,3	10.808	0,4	14.498	0,4	17.831	0,5	15.071	0,5
Codeba	1.945	0,1	18.367	0,6	38.665	1,1	24.811	0,6	14.766	0,5
CDP	85.148	3,9	43.254	1,5	8.548	0,2	23.017	0,6	14.345	0,5
Codern	121.074	5,5	34.990	1,2	36.757	1,0	34.812	0,9	5.365	0,2
PPSA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	378	0,0	5.266	0,2
Emgepron	568	0,0	6.844	0,2	15.169	0,4	4.023	0,1	2.059	0,1
Ceasaminas	6.967	0,3	7.796	0,3	1.248	0,0	417	0,0	1.524	0,1
ABGF	0	0,0	0	0,0	2	0,0	486	0,0	865	0,0
Ativos S.A.	59	0,0	2.172	0,1	583	0,0	295	0,0	822	0,0
BB Turismo	1.925	0,1	1.171	0,0	1.581	0,0	29	0,0	782	0,0
Casemg	202	0,0	309	0,0	334	0,0	678	0,0	188	0,0
Emgea	833	0,0	994	0,0	1.014	0,0	687	0,0	68	0,0
Codomar	6	0,0	31	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	2.198.583	100,0	2.930.793	100,0	3.629.966	100,0	3.869.891	100,0	3.003.392	100,0

Fonte: MP / Dest / Siop

DEMAIS EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO – INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2011 / 2015
REALIZADO X DOTAÇÃO
VALORES EM R$ MILHÕES

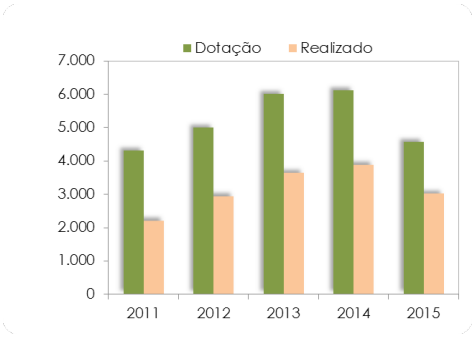


SETOR FINANCEIRO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2011 / 2015
VALORES EM R$ MIL

EMPRESA	2011		2012		2013		2014		2015	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
BB	1.572.161	71,2	2.086.019	66,7	1.549.861	45,2	1.947.971	49,1	1.508.652	50,7
Caixa	498.563	22,6	930.052	29,7	1.754.288	51,2	1.887.665	47,6	1.344.960	45,2
Basa	47.938	2,2	29.259	0,9	16.590	0,5	33.914	0,9	43.508	1,5
BNB	27.799	1,3	42.027	1,3	69.857	2,0	34.726	0,9	40.577	1,4
BNDES	38.865	1,8	16.030	0,5	23.170	0,7	41.350	1,0	25.673	0,9
Finep	2.109	0,1	2.047	0,1	544	0,0	22.294	0,6	9.648	0,3
IRB-Brasil Re(*)	21.346	1,0	23.458	0,7	12.353	0,4	0	0,0	0	0,0
TOTAL	2.208.782	100,0	3.128.891	100,0	3.426.663	100,0	3.967.918	100,0	2.973.018	100,0

(*) IRB-Brasil Re desestatizado em 22.11.2013
Fonte: MP / Dest / Siop

SETOR FINANCEIRO – INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2011 / 2015
REALIZADO X DOTAÇÃO
VALORES EM R$ MILHÕES



A tabela seguinte apresenta os investimentos por região geográfica. Cabe destacar que os investimentos no País representaram 88,8% do total realizado em 2015.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2015
DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS
VALORES EM R$ MIL

MACRO REGIÃO / REGIÃO / ESTADO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	COMPOS. % (C/TC)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
Nacional	54.179.373	1.825.898	56.005.271	54,9	45.003.131	56,1	80,4
Exterior	9.983.145	973.288	10.956.433	10,7	9.013.492	11,2	82,3
Região Norte	3.079.542	-660.973	2.418.569	2,4	1.576.431	2,0	65,2
Região Norte	1.216.204	-241.161	975.043	1,0	780.128	1,0	80,0
Acre	436.169	-273.159	163.010	0,2	62.899	0,1	38,6
Amapá	76.996	-54.132	22.864	0,0	20.350	0,0	89,0
Amazonas	799.081	-82.482	716.600	0,7	524.889	0,7	73,2
Pará	94.109	-31.822	62.288	0,1	21.196	0,0	34,0
Rondônia	385.538	23.798	409.336	0,4	139.710	0,2	34,1
Roraima	60.330	-914	59.417	0,1	24.225	0,0	40,8
Tocantins	11.114	-1.101	10.013	0,0	3.034	0,0	30,3
Região Nordeste	10.670.321	-2.778.529	7.891.793	7,7	5.596.862	7,0	70,9
Região Nordeste	5.501.279	-771.433	4.729.846	4,6	3.794.931	4,7	80,2
Alagoas	223.436	-2.696	220.740	0,2	135.495	0,2	61,4
Bahia	280.680	26.722	307.402	0,3	90.185	0,1	29,3
Ceará	1.140.097	-1.043.688	96.408	0,1	64.154	0,1	66,5
Maranhão	1.407.411	-1.379.737	27.675	0,0	19.777	0,0	71,5
Paraíba	11.125	-638	10.487	0,0	1.956	0,0	18,7
Pernambuco	1.596.917	355.680	1.952.597	1,9	1.274.839	1,6	65,3
Piauí	347.648	-2.217	345.431	0,3	158.971	0,2	46,0
Rio Grande do Norte	71.346	11.793	83.140	0,1	13.018	0,0	15,7
Sergipe	90.382	27.685	118.067	0,1	43.534	0,1	36,9
Região Sudeste	26.473.869	-3.761.394	22.712.475	22,3	17.725.792	22,1	78,0
Região Sudeste	10.669.522	1.693.283	12.362.805	12,1	10.726.716	13,4	86,8
Espírito Santo	216.234	-28.244	187.990	0,2	110.129	0,1	58,6
Minas Gerais	1.112.496	-654.299	458.198	0,4	329.429	0,4	71,9
Rio de Janeiro	13.215.322	-4.884.040	8.331.282	8,2	5.800.678	7,2	69,6
São Paulo	1.260.295	111.905	1.372.200	1,3	758.841	0,9	55,3
Região Sul	1.078.189	33.764	1.111.953	1,1	664.170	0,8	59,7
Região Sul	200.279	92.670	292.949	0,3	148.805	0,2	50,8
Paraná	268.999	-36.356	232.643	0,2	190.617	0,2	81,9
Rio Grande do Sul	360.193	117.520	477.713	0,5	312.266	0,4	65,4
Santa Catarina	248.718	-140.071	108.647	0,1	12.482	0,0	11,5
Região Centro-Oeste	405.179	468.773	873.952	0,9	667.563	0,8	76,4
Região Centro-Oeste	144.747	-31.309	113.438	0,1	17.213	0,0	15,2
Distrito Federal	79.351	10.715	90.066	0,1	57.047	0,1	63,3
Goiás	108.984	515.902	624.886	0,6	586.928	0,7	93,9
Mato Grosso	38.716	-24.603	14.114	0,0	5.726	0,0	40,6
Mato Grosso do Sul	33.380	-1.933	31.448	0,0	648	0,0	2,1
TOTAL	105.869.618	-3.899.172	101.970.446	100,0	80.247.441	100,0	78,7

Fonte: MP / Dest / Siop

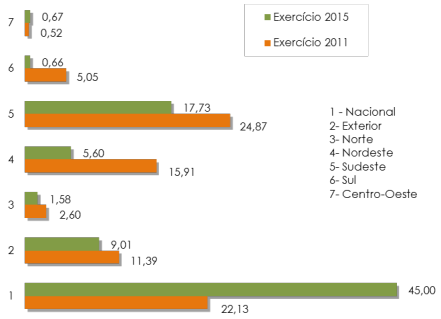
A tabela a seguir apresenta a evolução dos investimentos por região geográfica, entre 2011 e 2015.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011 / 2015
DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS
VALORES EM R$ MIL

MACRORREGIÃO	2011		2012		2013		2014		2015	
REGIÃO / ESTADO	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	22.130.251	26,8	34.150.559	34,9	44.278.404	39,0	44.567.340	46,7	45.003.131	56,1
Exterior	11.392.290	13,8	10.907.667	11,1	11.335.669	10,0	7.281.653	7,6	9.013.492	11,2
Região Norte	2.597.867	3,2	2.413.010	2,5	2.669.500	2,4	1.776.189	1,9	1.576.431	2,0
Região Norte	762.162	0,9	744.183	0,8	924.857	0,8	871.949	0,9	780.128	1,0
Acre	41.924	0,1	56.406	0,1	68.477	0,1	92.950	0,1	62.899	0,1
Amapá	11.676	0,0	8.758	0,0	14.504	0,0	3.310	0,0	20.350	0,0
Amazonas	884.993	1,1	1.041.553	1,1	1.359.350	1,2	584.410	0,6	524.889	0,7
Pará	104.468	0,1	61.505	0,1	27.798	0,0	35.550	0,0	21.196	0,0
Rondônia	755.254	0,9	467.432	0,5	250.825	0,2	165.145	0,2	139.710	0,2
Roraima	34.845	0,0	29.949	0,0	19.729	0,0	21.762	0,0	24.225	0,0
Tocantins	2.545	0,0	3.223	0,0	3.961	0,0	1.112	0,0	3.034	0,0
Região Nordeste	15.909.775	19,3	18.464.987	18,8	17.674.986	15,6	12.207.335	12,8	5.596.862	7,0
Região Nordeste	3.585.315	4,3	4.134.855	4,2	4.484.606	3,9	4.625.151	4,8	3.794.931	4,7
Alagoas	86.907	0,1	113.008	0,1	121.739	0,1	92.621	0,1	135.495	0,2
Bahia	1.822.165	2,2	1.152.672	1,2	1.594.400	1,4	483.853	0,5	90.185	0,1
Ceará	168.751	0,2	347.641	0,4	319.184	0,3	192.350	0,2	64.154	0,1
Maranhão	494.925	0,6	783.691	0,8	372.450	0,3	161.907	0,2	19.777	0,0
Paraíba	2.205	0,0	6.674	0,0	11.533	0,0	4.001	0,0	1.956	0,0
Pernambuco	9.195.158	11,1	11.354.712	11,6	10.236.012	9,0	6.149.718	6,4	1.274.839	1,6
Piauí	303.957	0,4	320.999	0,3	214.893	0,2	133.128	0,1	158.971	0,2
Rio Grande do Norte	228.622	0,3	163.112	0,2	120.886	0,1	287.879	0,3	13.018	0,0
Sergipe	21.770	0,0	87.622	0,1	199.283	0,2	76.727	0,1	43.534	0,1
Região Sudeste	24.867.102	30,2	23.686.136	24,2	33.867.601	29,8	26.926.446	28,2	17.725.792	22,1
Região Sudeste	13.606.055	16,5	11.796.996	12,0	16.818.262	14,8	14.218.784	14,9	10.726.716	13,4
Espírito Santo	520.394	0,6	381.776	0,4	405.205	0,4	80.262	0,1	110.129	0,1
Minas Gerais	663.109	0,8	929.710	0,9	1.005.717	0,9	570.752	0,6	329.429	0,4
Rio de Janeiro	5.684.532	6,9	6.904.908	7,0	11.582.137	10,2	10.319.747	10,8	5.800.678	7,2
São Paulo	4.393.012	5,3	3.672.746	3,7	4.056.282	3,6	1.736.902	1,8	758.841	0,9
Região Sul	5.054.580	6,1	7.730.323	7,9	3.370.923	3,0	2.317.708	2,4	664.170	0,8
Região Sul	218.774	0,3	27.400	0,0	810.512	0,7	633.643	0,7	148.805	0,2
Paraná	3.495.053	4,2	1.822.062	1,9	1.164.642	1,0	355.710	0,4	190.617	0,2
Rio Grande do Sul	1.329.734	1,6	5.743.060	5,9	1.245.622	1,1	1.275.905	1,3	312.266	0,4
Santa Catarina	11.019	0,0	137.800	0,1	150.148	0,1	52.451	0,1	12.482	0,0
Região Centro-Oeste	516.048	0,6	615.328	0,6	343.490	0,3	428.968	0,4	667.563	0,8
Região Centro-Oeste	112.520	0,1	13.790	0,0	37.314	0,0	58.088	0,1	17.213	0,0
Distrito Federal	17.044	0,0	309.742	0,3	115.427	0,1	118.979	0,1	57.047	0,1
Goiás	13.568	0,0	33.805	0,0	62.822	0,1	204.246	0,2	586.928	0,7
Mato Grosso	9.129	0,0	15.656	0,0	50.757	0,0	43.018	0,0	5.726	0,0
Mato Grosso do Sul	363.787	0,4	242.335	0,2	77.169	0,1	4.637	0,0	648	0,0
TOTAL	82.467.913	100,0	97.968.010	100,0	113.540.573	100,0	95.505.641	100,0	80.247.441	100,0

Fonte: MP / Dest / Siop

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS – 2009 / 2013
VALORES EM R$ BILHÕES



Em 2015, das 584 ações do Orçamento de Investimento, apenas duas tiveram realização superior à dotação aprovada; aproximadamente 0,23% do montante global autorizado, conforme discriminado na tabela:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2015
PROJETOS/ATIVIDADES COM REALIZAÇÃO SUPERIOR À DOTAÇÃO APROVADA
VALORES EM R$ MIL

EMPRESA / CÓDIGO DE AÇÃO	TÍTULO / LOCALIZADOR DE GASTO	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO NO ANO (B)	EXCESSO % (B/A)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES				
3286 0033	Instalação de Bens Imóveis - No Estado do Rio de Janeiro	9.961	32.196	223,2
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras				
6556 0020	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas - Na Região Nordeste	189.811	204.619	7,8

Fonte: MP / Dest / Siop

BNDES - Ação "Instalação de Bens Imóveis":

- Valor Extrapolado: R$ 22,2 milhões (Dotação: R$ 10,0 milhões)
- Percentual da Extrapolação sobre o Total do OI da Empresa:
- 24,9% da Dotação Total da Empresa (R$ 89,3 milhões)
- 51,1% do Valor Executado pela Empresa (R$ 43,5 milhões)

Justificativa:

Falha Operacional da Empresa. A Área responsável pela compra de Terreno para a construção de Anexo ao Edifício do BNDES considerou adequado o limite aprovado no OI por achar que a execução seria lançada por Regime de Caixa (conforme os pagamentos, que serão parcelados, além de 2015). Ocorre que o registro do OI se dá por Regime de Competência, o que obriga o lançamento do valor total do Terreno quando da aquisição, sem diferimento nos exercícios seguintes. A falha foi verificada internamente após a aquisição, quando não havia mais tempo para Crédito Orçamentário

PETROBRAS - Ação "Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas - Na Região Nordeste":

- Valor Extrapolado: R$ 14,8 milhões (Dotação: R$ 189,8 milhões)
- Percentual da Extrapolação sobre o Total do OI da Empresa:
- 0,02% da Dotação Total da Empresa (R$ 63,4 bilhões)
- 0,03% do Valor Executado pela Empresa (R$ 51,9 bilhões)

Justificativa:

Aumento da complexidade e do número de intervenções devido a falhas e degradações não previstas na UTE TCE (Unidade Termoelétrica do Ceará - Termoceará).

3.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos em 2015, 79,8% foram destinados a microempresas e/ou pessoas físicas, 11,8% a grandes empresas, 5,9% a pequenas empresas, 1,8% a empresas de porte médio e 0,7% a empresas de porte médio grande.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2015
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR
VALORES EM R$ MILHÕES
OPERAÇÕES REALIZADAS

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	PORTE DO TOMADOR					
		TOTAL	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	MÉDIO GRANDE	GRANDE
Região Nordeste	487.742	437.118	348.954	36.270	13.490	2.546	35.859
Região Sudeste	1.608.903	1.520.247	1.195.716	62.927	17.950	8.712	234.941
Região Sul	560.484	491.387	394.903	35.741	12.719	5.435	42.589
Região Centro-Oeste	479.990	362.928	308.639	27.924	6.045	2.792	17.528
TOTAL	3.314.713	2.966.318	2.366.945	174.911	53.743	19.836	350.884

Fonte: MP / Dest / Siop

Considerando os empréstimos concedidos por setor de atividade, "Outros Serviços" teve participação de 58,9%, seguido pelo setor "Habitação", com 16,7%.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2015
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE
VALORES EM R$ MILHÕES
OPERAÇÕES REALIZADAS

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	SETOR DE ATIVIDADE							
		TOTAL	RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
Região Norte	177.593	154.638	6.504	4.645	8.574	7.409	101.119	13.800	12.587
Região Nordeste	487.742	437.118	10.093	25.111	30.055	3.851	277.137	53.144	37.727
Região Sudeste	1.608.903	1.520.247	26.050	104.959	53.143	43.546	826.710	339.263	126.575
Região Sul	560.484	491.387	36.217	34.270	31.333	7.385	292.923	51.653	37.607
Região Centro-Oeste	479.990	362.928	23.752	7.752	13.230	3.886	249.805	38.564	25.939
TOTAL	3.314.713	2.966.318	102.616	176.737	136.334	66.077	1.747.695	496.423	240.436

Fonte: MP / Dest / Siest

Os empréstimos concedidos foram financiados, em sua maior parte, por recursos próprios (76,7%). A Região Sudeste recebeu 51,3% do valor concedido, seguida pelas Regiões Sul (16,6%) e Nordeste (14,7%).

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2015
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS
VALORES EM R$ MILHÕES

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
Região Norte	177.593	154.638	124.952	7.799	21.887
Região Nordeste	487.742	437.118	335.198	16.317	85.603
Região Sudeste	1.608.903	1.520.247	1.129.019	17.726	373.502
Região Sul	560.484	491.387	376.435	6.370	108.582
Região Centro-Oeste	479.990	362.928	309.556	6.425	46.947
TOTAL	3.314.713	2.966.318	2.275.160	54.637	636.521

Fonte: MP / Dest / Siest

Do total dos recebimentos em 2015, destacam-se os provenientes de microempresas e/ou pessoas físicas (80,1%) e os de grandes empresas (11,2%).

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2015
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR
VALORES EM R$ MILHÕES
OPERAÇÕES REALIZADAS

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	PORTE DO TOMADOR					
		TOTAL	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	MÉDIO GRANDE	GRANDE
Região Norte	152.563	137.816	112.809	11.514	3.348	394	9.750
Região Nordeste	454.396	407.126	335.387	36.193	12.825	2.082	20.640
Região Sudeste	1.543.195	1.486.120	1.149.998	64.393	22.615	5.710	243.404
Região Sul	521.334	460.180	376.216	36.186	13.222	3.741	30.814
Região Centro-Oeste	457.112	344.847	295.931	26.460	5.604	2.777	14.075
TOTAL	3.128.599	2.836.089	2.270.341	174.746	57.615	14.704	318.682
- amortizações	2.637.274	2.422.817	1.942.014	155.676	48.945	11.576	264.605
- encargos	491.325	413.272	328.326	19.070	8.670	3.128	54.078

Fonte: MP / Dest / Siest

Dentre os recebimentos por setor de atividade, a maior participação foi de "Outros Serviços", com 59,3%, seguido por "Habitação" com 15,9%.

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2015
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE
VALORES EM R$ MILHÕES
OPERAÇÕES REALIZADAS

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO		SETOR DE ATIVIDADE						
	ANUAL	TOTAL	RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
Região Norte	152.563	137.816	1.871	3.957	7.413	4.757	95.791	12.100	11.928
Região Nordeste	454.396	407.126	6.986	18.834	29.443	6.575	264.352	44.259	36.677
Região Sudeste	1.543.195	1.486.120	21.528	83.948	46.005	107.577	788.246	320.684	118.132
Região Sul	521.334	460.180	22.432	24.420	27.129	19.249	288.275	41.728	36.945
Região Centro-Oeste	457.112	344.847	15.938	6.962	11.690	6.739	243.775	33.335	26.408
TOTAL	3.128.599	2.836.089	68.754	138.122	121.680	144.897	1.680.439	452.106	230.090
- amortizações	2.637.274	2.422.817	59.413	109.144	95.833	125.787	1.539.858	316.488	176.293
- encargos	491.325	413.272	9.342	28.978	25.848	19.110	140.581	135.617	53.797

Fonte: MP / Dest / Siest

Dos recebimentos registrados em 2015, 85,4% foram destinados à amortização do principal. A Região Sudeste respondeu por 52,4% dos recebimentos, seguida pelas Regiões Sul (16,2%) e Nordeste (14,4%).

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS – 2015
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS
VALORES EM R$ MILHÕES

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
Região Norte	152.563	137.816	117.126	4.230	16.460
Região Nordeste	454.396	407.126	318.281	12.992	75.852
Região Sudeste	1.543.195	1.486.120	1.081.229	40.582	364.309
Região Sul	521.334	460.180	353.736	5.417	101.027
Região Centro-Oeste	457.112	344.847	298.990	4.296	41.562
TOTAL	3.128.599	2.836.089	2.169.362	67.516	599.210
- amortizações	2.637.274	2.422.817	1.929.231	52.182	441.404
- encargos	491.325	413.272	240.131	15.335	157.806

Fonte: MP / Dest / Siest

Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, acrescido dos correspondentes encargos financeiros e deduzidas as amortizações, tem-se o fluxo das aplicações. Em 2015, 74,2% do valor total do fluxo das aplicações foram provenientes de operações com microempresas e/ou pessoas físicas e 24,7% com grandes empresas.

FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2015
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR
VALORES EM R$ MILHÕES
OPERAÇÕES REALIZADAS

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	PORTE DO TOMADOR					
		TOTAL	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	MÉDIO GRANDE	GRANDE
Região Norte	25.030	16.823	5.924	535	190	-44	10.218
Região Nordeste	33.346	29.992	13.567	77	665	465	15.219
Região Sudeste	65.708	34.127	45.718	-1.466	-4.665	3.002	-8.463
Região Sul	39.150	31.207	18.686	-445	-503	1.694	11.775
Região Centro-Oeste	22.879	18.081	12.709	1.463	441	16	3.453
TOTAL	186.113	130.230	96.604	164	-3.872	5.132	32.202

Fonte: MP / Dest / Siest

Considerando o fluxo por setor de atividade, 51,6% foi proveniente de "Outros Serviços" e 34,0% de "Habitação".

FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2015
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE
VALORES EM R$ MILHÕES
OPERAÇÕES REALIZADAS

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	SETOR DE ATIVIDADE							
		TOTAL	RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
Região Norte	25.030	16.823	4.633	688	1.161	2.652	5.328	1.700	660
Região Nordeste	33.346	29.992	3.108	6.278	611	-2.724	12.785	8.885	1.050
Região Sudeste	65.708	34.127	4.522	21.011	7.138	-64.031	38.465	18.579	8.443
Região Sul	39.150	31.207	13.784	9.850	4.204	-11.865	4.648	9.924	662
Região Centro-Oeste	22.879	18.081	7.815	789	1.539	-2.852	6.030	5.229	-469
TOTAL	186.113	130.230	33.862	38.616	14.654	-78.820	67.256	44.317	10.345

Fonte: MP / Dest / Siest

As operações financiadas com recursos próprios responderam por 81,2% do fluxo total. Por região, destaca-se a Região Sudeste (26,2% do total), seguido pelas regiões Sul (24,0%) e Nordeste (23,0%).

FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2015
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS
VALORES EM R$ MILHÕES

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
Região Norte	25.030	16.823	7.826	3.570	5.427
Região Nordeste	33.346	29.992	16.917	3.325	9.751
Região Sudeste	65.708	34.127	47.790	-22.857	9.193
Região Sul	39.150	31.207	22.699	953	7.555
Região Centro-Oeste	22.879	18.081	10.566	2.130	5.385
TOTAL	186.113	130.230	105.798	-12.879	37.311

Fonte: MP / Dest / Siest

3.4. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO

A empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras é responsável pela gestão dos Fundos Setoriais que atendem a diversas áreas do Setor Elétrico, a saber:

- Reserva Global de Reversão – RGR, que tem a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, entre outras;
- Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, destinada a promover o desenvolvimento energético dos Estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos Estados que ainda não possuem rede canalizada; e
- Conta de Consumo de Combustível – CCC, que financia os custos com a geração de energia à base de combustíveis fósseis, principalmente nos sistemas isolados, situados basicamente na Região Norte do país.

Os três fundos observam as seguintes características que determinam os procedimentos adotados na sua gestão:

- a RGR, a CDE e a CCC são decorrentes de Leis específicas;
- eles têm como finalidades o desenvolvimento e a melhoria do serviço público de energia elétrica, pela promoção da modicidade tarifária, da universalização dos serviços e pelo desenvolvimento de novas fontes alternativas de energia elétrica;
- a principal fonte de receitas decorre do recolhimento de recursos pelas concessionárias, provenientes de pagamento de encargos financeiros realizados pelos usuários dos serviços, embutidos nas tarifas de energia elétrica, sendo vinculada a sua utilização aos fins específicos previstos nas Leis que criaram os referidos fundos;
- a arrecadação dos recursos não observa o ano civil; e
- são geridos, por determinação legal, pela Eletrobras.

O Decreto nº 7.891, de 23 de Janeiro de 2013, regulamentou a Lei nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, alterou a Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, a Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, e introduziu diversas modificações nas atribuições dos Fundos Setoriais.

No exercício de 2015 foram previstas receitas de R$ 26,5 bilhões, tendo sido realizada uma arrecadação total de R$ 22,7 bilhões.

O Plano de aplicação da RGR, a CDE e a CCC, para o exercício de 2015, previu investimentos da ordem de R$ 25,3 bilhões. O montante aplicado pelos Fundos do Setor Elétrico foi de R$ 22,0 bilhões, tendo como principais fontes de cobertura a Arrecadação de Quotas do Fundo CDE, o Aporte do Tesouro Nacional e a Arrecadação de Quotas do Fundo RGR.

FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO ADMINISTRADOS PELA ELETROBRAS – 2015

VALORES EM R$ MIL

DISCRIMINAÇÃO	FONTE DE RECURSOS			USO DOS RECURSOS		
	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	DESEMPENHO (C = B/A)	PREVISTO (D)	REALIZADO (E)	DESEMPENHO (F= E/D)
RGR	4.922.000,0	5.380.953,9	109,3	4.922.000,0	5.349.478,5	108,7
CDE (1) (2)	13.816.633,0	11.704.779,0	84,7	12.566.633,0	10.971.545,2	87,3
CCC	7.757.367,0	5.612.933,6	72,4	7.757.367,0	5.645.772,4	72,8
Total (3)	26.496.000,0	22.698.666,5	85,7	25.246.000,0	21.966.796,1	87,0

Fonte: Eletrobras

Dos recursos aplicados pelos três Fundos, a Região Norte recebeu 33,1% dos investimentos, seguida pela Região Sudeste com 26,0%. As Regiões Nordeste e Sul receberam quase o mesmo percentual, 18,8% e 18,6% dos investimentos e a Região Centro-Oeste, 3,5%(4).

Obs:

1. O valor total previsto tanto para a Fonte de Recursos quanto para o Uso dos Recursos do Fundo Setorial CDE refere-se aos totais apresentados nas Tabelas "CDE - Fontes de Financiamento das Aplicações 2015" e "CDE - Aplicação de Recursos 2015", subtraído dos valores dos Fundos RGR e CCC, visto que o orçamento dos dois Fundos Setoriais é aprovado em conjunto com o orçamento do CDE.

2. O valor total realizado para a Fonte de Recursos refere-se ao total apresentado na Tabela "CDE - Fontes de Financiamento das Aplicações 2015", excluído dos valores de transferência dos Fundos RGR e CCC.

3. O valor total previsto para a Fonte de Recursos dos três Fundos Setoriais é igual ao aprovado pela audiência pública da ANEEL e ao apresentado em Uso dos Recursos adicionado de R$ 1.250 milhões, referentes ao aporte do Tesouro Nacional, recebido em janeiro/2015, relativo ao orçamento do ano anterior.

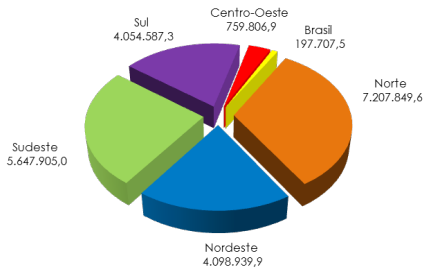
4. Em relação ao valor total das macrorregiões, exceto Brasil.

DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS– 2015
VALORES EM R$ MIL

DISCRIMINAÇÃO FUNDOS	MACRORREGIÕES						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	TOTAL
RGR	395.553,6	1.625.574,6	2.044.104,2	1.050.390,8	37.720,6	196.134,7	5.349.478,5
CDE	1.241.580,2	2.451.386,7	3.603.800,8	3.004.196,5	669.893,3	687,7	10.971.545,2
CCC	5.570.715,8	21.978,6	0,0	0,0	52.193,0	885,1	5.645.772,4
TOTAL	7.207.849,6	4.098.939,9	5.647.905,0	4.054.587,3	759.806,9	197.707,5	21.966.796,1

Fonte: Eletrobras

FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO – RGR, CDE E CCC
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL – 2015
VALORES EM R$ MIL



3.4.1. Reserva Global de Reversão - RGR

A Reserva Global de Reversão - RGR foi criada pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e teve seu prazo de duração fixado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para o final do exercício de 2035.

A RGR tem como finalidade prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos, e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica.

O seu valor é estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade e limitados a 3,0% de sua receita anual.

A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, direcionou os recursos disponíveis na conta da RGR para cobrir as indenizações aos concessionários, por ocasião da reversão dos bens ligados à execução do objeto das concessões. Dessa forma, a partir de janeiro de 2013, o fluxo de recursos da RGR foi direcionado aos pagamentos decorrentes das renovações das concessões que irão vencer em 2015 e 2017.

Em função da Lei nº 12.783, a partir de janeiro de 2013, continuaram recolhendo o encargo da RGR: as concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica cujas concessões não foram afetadas pela lei; e as concessionárias que não anteciparam a renovação de suas concessões, à luz da referida lei.

RGR – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2015
VALORES EM R$ MIL

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
Arrecadação de Quotas	805.000,0	838.847,0	15,6	104,2	33.847,0
Juros de Reversão	11.594,5	11.594,5	0,2	100,0	0,0
Parcelamentos	14.000,0	22.293,8	0,4	159,2	8.293,8
Amortizações Efetuadas pela Eletrobras	1.169.000,0	1.235.772,9	23,0	105,7	66.772,9
Rendimento das Aplicações Financeiras	0,0	5.980,8	0,1	0,0	5.980,8
Transferência do Fundo CDE	2.922.405,5	3.266.450,0	60,7	111,8	344.044,5
Outras	0,0	14,9	0,0	0,0	14,9
TOTAL	4.922.000,0	5.380.953,9	100,0	109,3	458.953,9

Fonte: Eletrobras

Foram arrecadados R$ 5,4 bilhões em 2015, dos quais 60,7% oriundos de Transferências do Fundo CDE, 23,0% referentes às Amortizações Efetuadas pela Eletrobras, 15,6% à Arrecadação de Quotas e o restante aos Parcelamentos, Juros de Reversão e Rendimentos das Aplicações Financeiras.

Neste ano não foi aprovado orçamento para Financiamentos Concedidos, conforme Nota Técnica 033/2015 – SGT-SRG/ANEEL, de 26/02/2015, resultado da Audiência Pública 003/2015 instaurada com vistas a colher subsídios e informações adicionais para a fixação das quotas anuais/definição do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE para 2015. Entretanto, foi realizado o montante de R$ 5,2 bilhões, referente às Indenizações das Concessões.

Nas tabelas abaixo, encontra-se detalhada a movimentação, referente ao ingresso e aplicação global e regional da RGR em 2015.

RGR – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2015
VALORES EM R$ MIL

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
Financiamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa LUZ PARA TODOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa RELUZ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Geração de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Transmissão de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Distribuição de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recuperação de Parques Térmicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Repotencialização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferência para o Fundo CDE	0,0	170.500,0	3,2	0,0	170.500,0
Repasses – Verba MME	24.000,0	25.634,0	0,5	106,8	1.634,0
Indenizações das Concessões (Lei 12.783)	4.898.000,0	5.153.343,8	96,3	105,2	255.343,8
Outras Aplicações	0,0	0,7	0,0	0,0	0,7
TOTAL	4.922.000,0	5.349.478,5	100,0	108,7	427.478,5

Fonte: Eletrobras

Em 2015, os recursos da RGR aplicados em todas as regiões equivalem às indenizações referentes às prorrogações das concessões (Lei 12.783/2013). A região Sudeste foi a que recebeu maior parcela das aplicações, 39,7% dos recursos, seguida das Regiões Nordeste e Sul, com 31,5% e 20,4%, respectivamente. O restante dos recursos aplicados está concentrado nas Regiões Norte e Centro-Oeste (em relação ao valor total das macrorregiões, exceto Brasil).

RGR – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2015
VALORES EM R$ MIL

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	MACRORREGIÕES						TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	
Financiamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa LUZ PARA TODOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa RELUZ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Geração de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Transmissão de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em Distribuição de Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recuperação de Parques Térmicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Repotencialização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indenizações das Concessões (Lei 12.783)	395.553,6	1.625.574,6	2.044.104,2	1.050.390,8	37.720,6	0,0	5.153.343,8
Transf. para o Fundo CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	170.500,0	170.500,0
Repasses Verba MME	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25.634,0	25.634,0
Outras Aplicações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,7
TOTAL	395.553,6	1.625.574,6	2.044.104,2	1.050.390,8	37.720,6	196.134,7	5.349.478,5

Fonte: ELETROBRAS

3.4.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada pela Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002 e alterada pela Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para cumprir as seguintes finalidades:

- I - promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional;
- II - garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda;
- III - prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- IV - prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária;
- V - promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2o do art. 11 da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998;
- VI - promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, outras fontes renováveis e gás natural.
- VII - prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo;
- VIII - prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição.

O Decreto nº 8.203, de 7 de março de 2014 alterou o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, incluindo no Art. 4º-A o item III, assim como o Decreto nº 8.221, de 1º de abril de 2014, alterou o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, incluindo o Art. 4º-C.

A Quota CDE é fixada anualmente através de Resolução Homologatória da Aneel, após ser submetida à audiência pública, e é paga mensalmente pelas concessionárias à Eletrobras, que faz a gestão dos recursos arrecadados.

Foram arrecadados R$ 20,5 bilhões em 2015, 83,4% da previsão para o exercício, com destaque para Arrecadação de Quotas que representam 85,8% desse montante, vindo em segundo lugar os Créditos Transferidos do Tesouro Nacional, com 6,1%, seguido das Quotas da UBP, com 3,0%.

O restante das fontes, que concentram as Multas da Aneel, as Transferência do Fundo RGR, os Parcelamentos, os Rendimentos de Aplicações Financeiras, os Créditos Transferidos pelo MME para Obras Olímpicas e Outras Fontes, apresenta participação de 5,1%. Com relação à fonte Arrecadação de Quotas, este ano foi adicionada ao valor da Quota CDE (Quota CDE Uso) a devolução do Decreto 7.945/2013 (Quota CDE Energia).

CDE – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2015
VALORES EM R$ MIL

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
Arrecadação de Quotas	22.057.049,1	17.542.007,5	85,8	79,5	(4.515.041,6)
Quotas da UBP	585.000,0	621.075,3	3,0	106,2	36.075,3
Multas da Aneel	127.000,0	233.858,8	1,2	184,1	106.858,8
Parcelamentos	54.000,0	149.084,4	0,7	276,1	95.084,4
Transferência do Fundo RGR	0,0	170.500,0	0,8	0,0	170.500,0
Crédito Transferido do Tesouro Nacional	1.250.000	1.250.000	6,1	100,0	0,0
Crédito Transf. MME – Obras Olímpicas	0,0	10.757,1	0,1	0,0	10.757,1
Rendimento das Aplicações Financeiras	0,0	22.098,8	0,1	0,0	22.098,8
Outras fontes	435.000,0	447.773,7	2,2	102,9	12.773,7
TOTAL	24.508.049,1	20.447.155,6	100,0	83,4	(4.060.893,5)

Fonte: Eletrobras

Em 2015 foram liberados R$ 19,7 bilhões, com destaque para:

- as aplicações em Subsídios Tarifários, com R$ 6,3 bilhões (31,8%);
- as Transferências de Recursos para o Fundo CCC com R$ 5,5 bilhões (27,8%);
- as Transferências para o Fundo RGR com R$ 3,3 bilhões (16,6%);
- os subsídios para as concessionárias de energia elétrica de todo o País, como compensação pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda com R$ 2,2 bilhões (11,2%);
- os repasses para os agentes geradores proprietários de termelétricas participantes da CDE que utilizam o carvão mineral de origem nacional equivalem a R$ 1,2 bilhão (6,2%);
- os repasses para a universalização do serviço de energia elétrica no âmbito do Programa Luz Para Todos, com R$ 656,8 milhões (3,3%).

As demais aplicações concentram R$ 605,3 milhões (3,1%), são elas:

- Subvenção Equalização da Redução Tarifária;
- Subvenção Obras Olímpicas;
- Kit de Instalação;
- Subvenção CVA (Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela de custos não gerenciáveis) e;
- Outras Fontes.

Neste ano a arrecadação e os repasses dos subsídios foram prejudicados devido a 33 empresas distribuidoras terem obtido liminar judicial para realização de compensação dos créditos a receber do Fundo CDE com as quotas do referido Fundo.

CDE – APLICAÇÃO DE RECURSOS - 2015
VALORES EM R$ MIL

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
Subvenção Programa de BAIXA RENDA	2.220.954,0	2.214.803,0	11,2	99,7	(6.151,0)
Carvão Mineral	1.503.129,0	1.224.796,3	6,2	81,5	(278.332,7)
Subvenção Programa LUZ PARA TODOS	1.049.422,0	656.799,8	3,3	62,6	(392.622,2)
Subvenção Equalização da Redução Tarifária	659.029,9	584.312,3	3,0	88,7	(74.717,6)
Subsídios Tarifários	7.134.098,1	6.269.799,1	31,8	87,9	(864.299,0)
Repasse CCEE – Custos Termelétricas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subvenção CVA	0,0	613,9	0,0	0,0	613,9
Kit de Instalação	0,0	8.976,0	0,0	0,0	8.976,0
Subvenção Obras Olímpicas	0,0	10.757,1	0,1	0,0	10.757,1
Transferência de Recursos para o Fundo CCC	7.757.367,0	5.475.926,8	27,8	70,6	(2.281.440,2)
Transferência de Recursos para o Fundo RGR	4.922.000,0	3.266.450,0	16,6	66,4	(1.655.550,0)
Outras Fontes	0,0	687,7	0,0	0,0	687,7
TOTAL	25.246.000,0	19.713.922,0	100,0	78,1	(5.532.078,0)

Fonte: Eletrobras

Com relação aos totais previstos nas tabelas anteriores, os mesmos diferem devido a não estarem sendo duplicadas as fontes de financiamentos já incluídas nos outros Fundos Setoriais, como, por exemplo, Amortizações Efetuadas pela Eletrobras e outros, visto que, a partir da publicação da Lei 12.783/2013, o Fundo CDE passou a prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC e a prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculadas à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

A aplicação dos recursos da CDE foi maior na Região Sudeste, com 32,8% dos recursos, vindo, em seguida, as Regiões Sul e Nordeste, com 27,4% e 22,4%, respectivamente. Juntas, as demais regiões perfizeram 17,4% do total aplicado (em relação ao valor total das macrorregiões, exceto Brasil).

CDE – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2015
VALORES EM R$ MIL

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	MACRORREGIÕES						TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL	
Subvenção Programa de BAIXA RENDA	242.693,0	1.115.723,9	580.812,2	148.912,3	126.661,6	0,0	2.214.803,0
Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	1.224.796,3	0,0	0,0	1.224.796,3
Subvenção Programa LUZ PARA TODOS	269.914,5	353.628,9	1.803,3	1.937,6	29.515,5	0,0	656.799,8
Subvenção Equalização da Redução Tarifária	540.279,1	8.203,1	8.944,4	26.044,7	841,0	0,0	584.312,3
Subsídios Tarifários	187.874,8	967.352,4	3.000.001,0	1.601.813,6	512.757,3	0,0	6.269.799,1
Repasse CCEE – Custos Termelétricas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subvenção CVA	613,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	613,9
Kit de Instalação	204,9	6.478,4	1.482,8	692,0	117,9	0,0	8.976,0
Subvenção Obras Olímpicas	0,0	0,0	10.757,1	0,0	0,0	0,0	10.757,1
Outras Fontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	687,7	687,7
TOTAL	1.241.580,2	2.451.386,7	3.603.800,8	3.004.196,5	669.893,3	687,7	10.971.545,2

Fonte: Eletrobras

3.4.3. Conta de Consumo de Combustíveis – CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis - CCC foi criada pelo Decreto nº. 73.102, de 07 de novembro de 1973.

Em 9 de dezembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.111, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados; alterando a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivos das Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Esta Lei é tida como marco regulatório do Fundo CCC e dispõe sobre toda sistemática dos recursos do Fundo.

O Fundo possui como finalidade básica a liberação de subsídios aos Agentes que atuam nas regiões eletricamente não integradas ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Essas áreas, chamadas de Sistemas Isolados, estão localizadas em sua imensa maioria na região Norte do País, restando ainda poucas áreas isoladas no Estado do Mato Grosso e a ilha de Fernando de Noronha, no oceano Atlântico.

Os subsídios correspondem a uma parcela do Custo Total de Geração, composto por todos os insumos da cadeia de produção e compra de energia elétrica para o atendimento ao mercado de cada Agente. Também faz parte da cobertura pelo Fundo os empreendimentos que diminuem o custo e/ou a utilização de combustível fóssil para a geração de energia elétrica, tais como Linhas de Transmissão, Pequenas Centrais Hidroelétricas, Eficientização de Máquinas e também a utilização de fontes não convencionais para a geração de energia.

A partir da publicação da Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, o Fundo da Conta de Consumo de Combustíveis deixou de ter receita própria, passando a ser suprido com recursos do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético.

As receitas apresentaram realização de 72,4% da previsão orçamentária para o exercício de 2015, sendo a principal fonte de receita da CCC a Transferência de Recursos do Fundo CDE, com participação de 97,6% dos recursos realizados.

As demais fontes, que compreendem Parcelamentos e Rendimentos de Aplicações Financeiras, concentram uma arrecadação de R$ 137,1 milhões.

CCC – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2015
VALORES EM R$ MIL

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
Arrecadação de Quotas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Parcelamento	0,0	136.076,5	2,4	0,0	136.076,5
Rendimento das Aplicações Financeiras	0,0	930,3	0,0	0,0	930,3
Transferência de Recursos do Fundo CDE	7.757.367,0	5.475.926,8	97,6	70,6	(2.281.440,2)
Outras Fontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	7.757.367,0	5.612.933,6	100,0	72,4	(2.144.433,4)

Fonte: ELETROBRAS

Em 2015 foram liberados R$ 5,6 bilhões, com destaque para as aplicações Custo Total da Geração com R$ 5,5 bilhões (97,4%) e Sub-rogação com R$ 148,8 milhões (2,6%). A diferença apontada na realização do Fundo CCC ocorre em função de não terem sido realizados repasses aos beneficiários do Fundo entre janeiro e junho de 2015, no montante de R$ 2,6 bilhões, cujo pagamento esta sendo parcelado conforme Portaria Interministerial MF/MME nº 372/2015.

CCC – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2015
VALORES EM R$ MIL

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
Custo Total da Geração	7.457.367,0	5.496.048,5	97,4	73,7	(1.961.318,5)
Sub-rogação	300.000,0	148.838,8	2,6	49,6	(151.161,2)
Outros	0,0	885,1	0,0	0,0	885,1
TOTAL	7.757.367,0	5.645.772,4	100,0	72,8	(2.111.594,6)

Fonte: ELETROBRAS

Obs:

1 O valor total previsto tanto para a Fonte de Recursos quanto para o Uso dos Recursos do Fundo Setorial CDE refere-se aos totais apresentados nas Tabelas "CDE - Fontes de Financiamento das Aplicações 2015" e "CDE - Aplicação de Recursos 2015", subtraído dos valores dos Fundos RGR e CCC, visto que o orçamento dos dois Fundos Setoriais é aprovado em conjunto com o orçamento do CDE.

2 O valor total realizado para a Fonte de Recursos refere-se ao total apresentado na Tabela "CDE - Fontes de Financiamento das Aplicações 2015", excluído dos valores de transferência dos Fundos RGR e CCC.

3 O valor total previsto para a Fonte de Recursos dos três Fundos Setoriais é igual ao aprovado pela audiência pública da ANEEL e ao apresentado em Uso dos Recursos adicionado de R$ 1.250 milhões, referentes ao aporte do Tesouro Nacional, recebido em janeiro/2015, relativo ao orçamento do ano anterior.

PARTE IV - ATUAÇÃO POR EIXO TEMÁTICO

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PPA 2012-2015

4.1.1. PPA 2012-2015

O ciclo de desenvolvimento brasileiro vem sendo impulsionado por políticas públicas inovadoras que combinam crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais.

Essas políticas têm um elemento comum: a recuperação da capacidade do Estado de planejar e agir visando, sobretudo, garantir os direitos dos que mais precisam.

É sob esse contexto que nasceu o PPA 2012-2015, o Plano Mais Brasil, estruturado a partir da dimensão estratégica que deu origem a Programas nos quais estão contidos os desafios e os compromissos de governo para este período de quatro anos.

O PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil, possui uma estrutura que reflete uma concepção de planejamento influenciada, especialmente, pela formulação e implementação das principais agendas de políticas públicas executadas no período recente, como o PAC, o Bolsa Família e o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na nova estrutura apresentada pelo Plano Mais Brasil, os 65 Programas Temáticos dizem respeito a áreas estratégicas de atuação do Estado e, por isso, são mais aderentes aos recortes específicos das políticas públicas. Os 470 Objetivos dos Programas Temáticos, por sua vez, expressam as escolhas do Governo para implementar cada política.

Associadas aos Objetivos há Iniciativas, que representam entregas de bens e serviços à sociedade, e Metas, que indicam compromissos técnico-políticos do Governo para as realizações buscadas ao longo dos anos de vigência do Plano.

No caso das iniciativas, existem as que são financiadas por recursos orçamentários e as que não dependem desses recursos para serem executadas. No caso das financiadas por recursos orçamentários, as leis orçamentárias anuais trazem a vinculação entre elas e as ações do orçamento.

Dessa maneira, não foram perdidas as informações derivadas do orçamento e ao mesmo abriu-se espaço no PPA para um rico conjunto de informações sobre a implementação das políticas públicas, o que resultou no aumento da transparência e melhora da comunicação com a introdução de novas categorias com capacidade de explicitar, em linguagem acessível a todos, os resultados e ganhos para a sociedade, decorrentes dos gastos previstos no orçamento e outras medidas do Governo.

Essas modificações permitiram, inclusive, maior integração entre o PPA e os demais documentos de planejamento, como os planos setoriais e aqueles voltados a públicos específicos, ao criar condições para que os compromissos desses documentos possam ser incorporados ao PPA com a mesma linguagem.

4.1.2. O Monitoramento Participativo no PPA 2012-2015

O PPA 2012-2015 contempla uma forte agenda de participação social de caráter consultivo, que iniciou-se durante a sua elaboração com a realização do Fórum Interconselhos, onde participaram representantes dos conselhos nacionais e de entidades representativas da sociedade.

Durante o evento foram discutidos a dimensão estratégica do Plano, o novo modelo e sua estrutura programática.

Além disso, foi iniciado o debate sobre a possibilidade de o Fórum Interconselhos ser um instrumento de monitoramento contínuo do Plano, oferecendo espaço para pactuações, com a participação de conselheiros e outros representantes de entidades da sociedade civil.

Atualmente já foram realizadas seis edições do Fórum Interconselhos, onde foram pactuadas agendas transversais que são monitoradas diretamente por essa instância:

- políticas para as mulheres;
- igualdade racial, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais;
- crianças e adolescentes;
- juventude;
- idosos;
- pessoa com deficiência;
- população LGBT;
- povos indígenas; e
- população de rua.

O monitoramento consiste na apresentação ao Fórum Interconselhos de relatórios anuais sobre a execução dos compromissos do PPA relacionados a essas temáticas.

Além disso, os órgãos setoriais são orientados a organizar processos de prestação de contas da execução do Plano aos conselhos de políticas públicas.

4.1.3. Estratégia de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015

Uma vez que o PPA passa a explicitar com maior clareza os compromissos de governo, o seu monitoramento também passa a ser referenciado na concretização desses compromissos, e não mais estritamente na execução financeira ou em metas físicas das ações orçamentárias.

Para respaldar e operacionalizar esse monitoramento, foram instituídos o Decreto nº 7.866, de 19/12/2012 e a Portaria nº 16, de 31/01/2013, que atribui ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e em particular à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), a competência para:

- coordenar os processos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012-2015;
- disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão; e
- definir diretrizes, normas, prazos e orientações técnicas para a operacionalização do monitoramento e avaliação do Plano.

Aos órgãos responsáveis pelos Objetivos do Plano cabe prestar informações sobre o seu andamento e alcance. Com isso, o monitoramento passa a produzir informações claras e acessíveis a toda a população sobre o andamento dos principais compromissos de Governo.

Em paralelo à elaboração e publicação dos normativos legais que regulamentam a Lei do PPA, foi desenvolvido e colocado em operação o módulo de monitoramento temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e elaborados instrumentos normativos de apoio à gestão e ao monitoramento do Plano Plurianual, como as publicações "Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas a Gestão Pública", e o "Guia de Monitoramento Temático".

De fato, com as mudanças metodológicas do PPA 2012-2015 na construção dos programas – com maior flexibilidade para revelação das especificidades das políticas públicas, destaque para os públicos-alvo das políticas e ampliação das possibilidades de territorialização – possibilitaram a estruturação do monitoramento e avaliação anual do Plano com maior efetividade.

O exercício constante de monitoramento se reflete em um relatório anual de avaliação, enviado ao Congresso Nacional e divulgado amplamente para a sociedade, baseado em análises situacionais aprofundadas sobre cada objetivo e meta dos Programas Temáticos do Plano.

Isso representou um avanço com relação ao modelo anterior, que se baseava apenas nas informações quantitativas, que muitas vezes não eram captáveis para o período da análise e não conseguiam transmitir os principais desafios e avanços de cada política.

Informações qualitativas agora se somam aos dados quantitativos, o que foi possível também por conta da substituição do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – Sigplan pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

Além do monitoramento do plano, também é realizada anualmente a Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2012-2015, que objetiva avaliar a execução do Plano a partir dos 11 Macrodesafios que conformam a orientação estratégica do Governo Federal para o período, a partir de uma leitura da estratégia de desenvolvimento em curso atualmente no Brasil, que destaca a busca pela universalização dos direitos sociais por um sistema de proteção social e a condução, no sentido de incrementar inovação, a sustentabilidade e o desenvolvimento regional, de três frentes de expansão em operação na economia brasileira: investimentos em infraestrutura, recursos naturais e em atividades para atender o mercado de consumo de massas. Essa estratégia, para dar conta dos macrodesafios do PPA, se desdobra em seis eixos estruturantes:

- inserção internacional soberana;
- macroeconomia e finanças para o desenvolvimento, com geração de emprego e renda para o conjunto da população;
- infraestrutura produtiva (energia, comunicações, transportes e logística);
- produção e consumo, com sustentabilidade e inovação;
- proteção e promoção social, com ênfase no combate à pobreza e redução das desigualdades;
- fortalecimento do Estado, federalismo, planejamento e gestão para as políticas públicas nacionais.

4.2. POLÍTICAS SOCIAIS

4.2.1. Programa 2030 – Educação Básica

A educação formal e pública, como parte fundamental de um esforço educacional maior – que também ocorre na família, na comunidade e no trabalho –, deve contribuir para dotar os indivíduos de conceitos, habilidades e atitudes para o exercício da cidadania e para redução das desigualdades sociais existentes.

Uma educação de qualidade é norteada pelos princípios da equidade, da valorização da diversidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência e intolerância, da gestão democrática do ensino público, da acessibilidade, da igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de seu gênero, cor/etnia, local de domicílio ou condição de deficiência.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014, constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras. O Plano apresenta 20 metas que apontam o horizonte para o qual os esforços dos entes federados e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação de qualidade para todos.

Para viabilizar um ensino de qualidade no País, o Programa Temático da Educação Básica busca, em consonância com os objetivos estabelecidos no PNE:

- elevar o nível global de escolaridade da população;
- melhorar a qualidade do ensino básico em todas as suas etapas e modalidades;
- reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência dos estudantes;
- promover a valorização dos profissionais da educação; e
- democratizar a gestão do ensino nos estabelecimentos públicos, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Cabe registrar o reconhecimento social da relevância da educação infantil, expresso na Constituição Federal de 1988, afirmando o direito das crianças à educação em creches e pré-escolas. A educação infantil, se oferecida com padrão de qualidade adequado, propicia a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança em uma fase identificada pelas ciências como de fundamental importância para toda a vida. Além disso, o acesso a essa etapa educacional contribui para o bem estar das famílias, especialmente daquelas das classes mais pobres, possibilitando às mães maior inserção no mercado de trabalho e, às crianças, acesso ao desenvolvimento em todas as dimensões.

Para a etapa da educação infantil, são fundamentais, portanto, iniciativas como a implantação de creches e pré-escolas nas localidades de maior déficit de atendimento, formação de profissionais do magistério, repasses suplementares para a alimentação escolar e definição de materiais pedagógicos específicos, considerando as especificidades locais e as necessidades de cada público, promovendo a igualdade de oportunidades.

A etapa seguinte da educação básica, o ensino fundamental de 9 anos, está praticamente universalizada, exigindo esforços mais específicos para a inclusão de 1,5% da população de 6 a 14 anos que ainda não frequenta a escola, de acordo com dados da Pnad 2014. Não basta, contudo, garantir o acesso: é necessário expandir a educação integral e enfrentar questões como a distorção idade-série, o atraso no início da escolarização, a repetência e a evasão.

O desafio maior é no ensino médio. A Meta 3 do PNE prevê a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, com pelo menos 85% desses jovens cursando o ensino médio. Porém, segundo os dados da Pnad de 2014, apenas 84,3% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentava a escola e, entre os que frequentavam, 56,5% cursava o ensino médio.

O baixo percentual de frequência de jovens nessa etapa de ensino pode estar relacionado a dois fatores principais: primeiro, ao grande número desses jovens que ainda está cursando o ensino fundamental, o que significa um problema de fluxo; e, segundo, ao elevado grau de evasão, ocasionado, sobretudo, pela falta de atratividade do ensino ofertado.

Objetivando a elevação da escolaridade da população, faz-se necessário promover iniciativas que atraiam os jovens, como o estreitamento do ensino médio com o técnico-profissionalizante e boas perspectivas de continuidade nos estudos, com possibilidade de acesso ao ensino superior. Além disso, é preciso avançar nos esforços considerando também as especificidades de grupos historicamente excluídos.

A elevação da escolaridade também envolve o desafio da alfabetização e educação de jovens e adultos. Segundo os dados da Pnad de 2014, a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais está na casa dos 91,7%, e a taxa de analfabetismo funcional em 17,6%. Assim, faz-se necessária a implementação de medidas que resultem no retorno de jovens e adultos à escola.

Além de promover a alfabetização desse público, é importante possibilitar que ele prossiga nas etapas subsequentes da educação básica. Para isso, a União deve atuar em parceria com os outros entes federados no fortalecimento da articulação entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica, além de prover outros recursos necessários para criar condições de acesso à educação de qualidade e de permanência desses alunos na escola.

Por fim, é importante ressaltar que o alcance das metas e indicadores da educação básica previstos no PNE depende não apenas dos esforços do Governo Federal. A efetividade do regime de colaboração entre os entes federados é fundamental para implementação bem sucedida das políticas educacionais dispostas no Plano Nacional.

OBJETIVO 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua

integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

O Ministério da Educação (MEC) possui um conjunto de programas que buscam o desenvolvimento da educação básica por meio do apoio a educandos, escolas, profissionais da educação e entes federados.

Dentre as principais ações, a Base Nacional Comum Curricular pode ser considerada a de maior destaque em 2015, quando foi constituído um grupo de especialistas responsáveis pela elaboração do documento preliminar, que foi submetido a uma consulta pública por meio da qual pretende-se construir uma Base Nacional Comum de forma democrática para a implementação de política curricular nacional.

O Programa Mais Educação é uma estratégia que visa ampliar a jornada escolar, os tempos, espaços e oportunidades educativas, propondo a organização curricular na perspectiva da educação integral em tempo integral. Tem como finalidade melhorar a aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens matriculados no ensino fundamental em escolas públicas, mediante oferta de educação integral, considerando-se a jornada escolar de, no mínimo, sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) contribui para a garantia do direito dos estudantes e professores das escolas públicas a materiais didáticos de qualidade, incluindo o atendimento a estudantes com deficiência. Nesse sentido, no período de 2012-2015, no âmbito do PNLD, foram destinados aproximadamente R$ 5,9 bilhões para a aquisição e distribuição de mais de 616 milhões de livros, incluídos os títulos da educação de jovens e adultos (EJA) e destinados à população do campo, além de dicionários e obras pedagógicas complementares, atendendo a mais de 30 milhões de estudantes ao ano, em cerca de 135 mil escolas e entidades parceiras.

Destaca-se que, apenas em 2015, foi destinado R$ 1,4 bilhão para aquisição e distribuição de livros didáticos a estudantes dos ensinos fundamental e médio. No programa, os estudantes de EJA e de escolas do campo receberam livros adequados ao seu contexto sociocultural e de acordo com sua realidade. Dessa forma, foram atendidos mais de 32,6 milhões de alunos de 121,5 mil escolas, totalizando cerca de 128 milhões de livros distribuídos.

Além dos livros didáticos, foram distribuídas obras literárias e de apoio à prática da educação básica para a formação dos acervos das bibliotecas escolares por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Nele são avaliados, selecionados e distribuídos acervos de literatura, obras teórico-metodológicas de apoio à prática pedagógica do professor e de periódicos de cunho pedagógico às bibliotecas das escolas públicas de educação básica.

Para a execução do PNBE, foram alocados R$ 562 milhões para a aquisição e distribuição de 72 milhões de títulos. Em 2015, para beneficiar aproximadamente 60 mil escolas, foram destinados R$ 24,7 milhões para a aquisição de obras do PNBE-Temático, que abordam temáticas de valorização da diversidade humana.

Considerando a importância ao acesso à educação digital, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) tem como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica. O programa é implementado em três frentes: distribuição de equipamentos; formação continuada de professores e distribuição de conteúdos digitais educacionais.

Assim, no período de 2012-2015, foram destinados R$ 394,32 milhões para entregar mais de 9 mil laboratórios de informática para as escolas públicas; distribuir 92.209 notebooks para professores da educação básica de escolas públicas municipais e estaduais; e adquirir 526.268 tablets para esses professores.

Além disso, foram adquiridos 107.169 computadores interativos (projetores interativos/lousas eletrônicas) com recursos de R$ 220,9 milhões. No mesmo período, foram alocados R$ 54,7 milhões para atender a 324.360 profissionais matriculados no âmbito da formação continuada.

Em 2015, foram entregues 1.606 laboratórios de informática para escolas públicas e distribuídos 17.646 notebooks para professores da educação básica de escolas públicas estaduais e municipais. Além disso, Estados e Municípios adquiriram 44.645 computadores interativos com recursos federais, promovendo a diversidade nas estratégias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

Ainda nesse ano foram adquiridos 36.869 tablets para os professores do ensino básico de escolas públicas. Ao longo de 2015 também foram formados 7.466 professores no uso das tecnologias educacionais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos estudantes da educação básica durante sua permanência em sala de aula, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos educandos.

O PNAE atende alunos da educação básica nas etapas educação infantil (creche e pré-escola), ensinos fundamental e médio e nas modalidades indígena, quilombola, atendimento educacional especializado (AEE) e EJA, matriculados em escolas públicas, filantrópicas, comunitárias (conveniadas com o poder público) e confessionais, bem como aqueles matriculados nas escolas federais, em conformidade com o Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento.

Por meio de transferência de recursos em caráter suplementar aos entes federados, no período de 2012-2015, foram destinados R$ 14,3 bilhões para atender, em média, 42,7 milhões de alunos da educação básica a cada ano. Em 2015, foram transferidos R$ 3,7 bilhões para atender a 41,8 milhões de estudantes, dos quais 5 milhões participaram do Programa Mais Educação.

Destaca-se que, em 2015, foram formados 4.381 atores sociais, entre nutricionistas, conselheiros de alimentação escolar, gestores e agricultores familiares, por meio de parcerias estabelecidas com 16 instituições federais de ensino superior (Ifes) para atuação dos centros colaboradores em alimentação e nutrição escolar, que executam ações de apoio ao PNAE, além de fomentar a participação da comunidade no controle social do Programa.

O Programa Caminho da Escola objetiva renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança, a acessibilidade e a qualidade do transporte dos estudantes e, assim, contribuir para a redução da evasão escolar. Existem três formas para Estados, Distrito Federal e Municípios participarem do Programa:

- recursos próprios, bastando aderir ao pregão;
- assistência financeira no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR); ou
- financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus e de embarcações novas.

No exercício de 2015, a execução do Programa Caminho da Escola ocorreu apenas por meio de emendas, sendo destinados R$ 11,3 milhões para a aquisição de 74 veículos escolares.

No período de 2012-2015, foram adquiridos 43.746 veículos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo: 18.279 ônibus, divididos em 15.797 rurais e 2.482 urbanos acessíveis; 480 embarcações; e 24.987 bicicletas com recurso total de, aproximadamente, R$ 3,2 bilhões de reais.

Além disso, os entes federados adquiriram, com recursos oriundos de financiamento do BNDES, 785 ônibus, sendo 776 rurais e nove urbanos acessíveis. Ainda, nesse período, foram adquiridos com recursos próprios dos entes 56.663 veículos, sendo 5.505 ônibus, divididos em 4.204 rurais e 1.301 urbanos acessíveis, 13 embarcações e 51.145 bicicletas.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) visa promover o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares de alunos da educação básica residentes em área rural que utilizam transporte escolar, mediante a assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados.

O Pnate consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com manutenção dos veículos. No período de 2012-2015, foram destinados R$ 2,3 bilhões para apoiar, em média, 5.218 entes federados a cada ano. Em 2015, um total de 5.256 Municípios foram atendidos, com um valor empenhado de R$ 573,9 milhões.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) visa à melhoria da estrutura física e pedagógica das escolas públicas de educação básica e de instituições especializadas em educação especial, mantidas por entidade privada sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público.

O PDDE transfere recursos financeiros para as escolas, de forma suplementar (PDDE Básico), para a aquisição de material permanente e de consumo, realização de pequenos reparos e conservação, bem como para o desenvolvimento de diversas atividades educacionais.

No período de 2012-2015, foram destinados, no âmbito do PDDE Básico,

mais de R$ 3 bilhões para atender a uma média de 131 mil escolas da educação básica e uma média de 5.078 entes federados por ano. Apenas em 2015, o PDDE Básico atendeu a 123 mil escolas referentes ao exercício de 2015, com o valor de R$ 823,7 milhões.

Quanto a ações vinculadas, que podem ser realizadas de forma cumulativa pela mesma escola, foram realizados uma média de 65 mil atendimentos a escolas de aproximadamente 2.500 entes federados, com o valor de R$ 6 bilhões entre 2012-2015.

Em 2015, houve investimento de mais de R$ 1,17 bilhão no âmbito das ações Educação Integral/Mais Educação, Ensino Médio Inovador, PDE Escola, PDDE Água, Escola Sustentável, Mais Cultura e PDDE Campo.

O total de recursos destinados ao PDDE Básico e ações vinculadas no ano de 2015 foi de R$ 2 bilhões, beneficiando cerca de 30 milhões de alunos em todo País.

Quanto ao apoio financeiro aos entes federados, para manutenção e desenvolvimento do ensino, destaca-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com vigência estabelecida para o período de 2007-2020.

O Fundeb foi criado como mecanismo de redistribuição de recursos, visando garantir o acesso à educação, promovendo, assim, a inclusão socioeducacional em toda a educação básica pública (da creche ao ensino médio). Trata-se de um fundo de natureza contábil, de âmbito estadual, formado por recursos provenientes de impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como parcela financeira de recursos federais, a título de complementação, de forma a assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano (R$ 2.545,31 em 2015) a unidade da Federação em que esse limite mínimo não for alcançado com recursos próprios.

Para a distribuição dos recursos do Fundeb, em 2015, foram consideradas 40,5 milhões de matrículas da educação básica, nas redes estaduais e municipais de ensino, apuradas no Censo Escolar de 2014.

A estimativa de recursos do Fundo foi na ordem de R$ 130,5 bilhões, sendo R$ 119,7 bilhões originários da contribuição dos entes federados subnacionais e R$ 10,8 bilhões de recursos federais. Considerando o período de 2009 (ano em que o Fundo passou a considerar todos os alunos da educação básica) a 2015, o crescimento real verificado no total de recursos que compõem o Fundo foi de 33%.

Em 2012, o Governo Federal criou o Programa Brasil Carinhoso com o objetivo central de beneficiar famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham crianças de até 6 anos em sua formação.

O desenvolvimento do Programa é integrado em várias vertentes, sendo uma delas a expansão de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas.

O Brasil Carinhoso consiste na transferência automática de recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com base em informações Censo Escolar do ano anterior, para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuindo com as ações de cuidado integral e segurança alimentar e nutricional, a fim de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil.

Essa estratégia de apoio financeiro, no âmbito do Programa Brasil Carinhoso, teve início em 2014, tendo sido destinados aos Municípios beneficiados e ao Distrito Federal, entre 2012-2015, R$ 1,2 bilhão para atender a mais de 580 mil crianças, segundo o FNDE.

Para ampliar o atendimento de crianças de 0 a 5 anos por parte dos Municípios e do Distrito Federal, o Governo Federal transfere recursos para custear a manutenção de novos estabelecimentos de educação infantil, construídos com recursos federais, e de novas turmas dessa etapa de ensino cujas matrículas ainda não tenham sido computadas na distribuição dos recursos do Fundeb.

De 2012 a 2015, foram destinados R$ 125,4 milhões para financiar 783 novos estabelecimentos de educação infantil além de R$ 54,1 milhões para atender a 3.429 novas turmas de educação infantil.

Em 2015, no âmbito do Programa de Apoio a Novos Estabelecimentos de Educação Infantil, 57 Municípios receberam R$ 13,5 milhões para garantir que os novos estabelecimentos passassem a atender às crianças assim que ficassem prontos.

Para a manutenção de turmas novas, em 2015, foram transferidos cerca de R$ 25,9 milhões para 136 prefeituras municipais.

Em relação ao Programa Bolsa Família, o MEC é responsável pelo acompanhamento da frequência escolar de crianças, adolescentes e jovens de famílias beneficiadas pelo Programa. Esse acompanhamento, realizado em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, busca combater o abandono e a evasão escolar e estimulando a permanência na escola. Esse trabalho mobiliza uma rede que envolve, aproximadamente, 150 mil escolas em 5.569 Municípios e no Distrito Federal.

De 2012 a 2015, foram acompanhados, anualmente, cerca de 17 milhões de estudantes de 6 a 17 anos da educação básica.

Em 2015, dados do Sistema Presença, contemplando as cinco coletas realizadas no ano, indicam que mais de 14,7 milhões de alunos (87,52%) tiveram a frequência registrada.

Os programas Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) e Ensino Médio Inovador estão diretamente relacionados à Meta 3 do PNE, que busca elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio e elevar a taxa de frequência à escola para a população de 15 a 17 anos.

O PNEM consiste na oferta de curso de formação continuada a professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio na rede pública de educação básica, visando proporcionar a esses profissionais maior compreensão das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, bem como subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, interdisciplinares e contextualizadas que promovam a aprendizagem dos alunos. Tem duração de 10 meses e foi executado no período de 2014 a 2015.

Participaram como cursistas 240.978 professores do ensino médio e 7.276 coordenadores pedagógicos, totalizando o investimento de R$ 271 milhões destinados ao pagamento de bolsas de estudos e pesquisa.

O Programa também contou com uma equipe de formação, nas 46 IES participantes, composta por 46 coordenadores-gerais, 78 coordenadores adjuntos, 226 supervisores, 342 formadores, além de 818 formadores regionais e 15.064 orientadores de estudos. Foram atendidos 24 Estados e o Distrito Federal, totalizando mais de 14 mil escolas beneficiadas.

Já o Programa Ensino Médio Inovador é uma ação que apoia e fortalece o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, contribuindo para o desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino, enfatizando projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. Em 2015, o Programa beneficiou 5.575 escolas com recursos do programa, totalizando um investimento de R$ 109 milhões.

O MEC também desenvolve ações voltadas para a elevação da escolaridade média da população. Desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, é desenvolvido em todo território nacional, em parceria com os entes federados, com atendimento prioritário a Municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo.

O PBA é uma porta de acesso à cidadania, uma vez que contribui para a promoção do interesse pela elevação da escolaridade e pode ser considerado uma forma de acesso à educação de jovens e adultos (EJA). Só em 2015, foram destinados R$ 210,4 milhões para o pagamento de bolsas a 103 mil voluntários.

De 2012 a 2014, o programa atendeu 3 milhões de alfabetizandos e contou com a adesão de 25 Estados, o Distrito Federal e 1.346 Municípios.

Em 2015 (referente ao Ciclo 2013, anos exercício 2014 e 2015), o Programa contou com a adesão de 25 Estados, o Distrito Federal e 1.070 Municípios, tendo sido atendidos 1,2 milhão de jovens, adultos e idosos. Assim, de 2012 a 2015, o PBA teve a adesão de 1.372 entes executores, sendo 25 Estados, o Distrito Federal e 1.346 Municípios brasileiros, totalizando um investimento de R$ 1,1 bilhão.

Voltado a ampliar o número de matrículas na educação de jovens e adultos presencial, nas etapas do ensino fundamental e médio, o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos destinou, em 2015, o total de R$ 49,9 milhões a entes federados que solicitaram apoio.

No período 2012-2015, foram destinados R$ 564 milhões para a abertura e manutenção de novas turmas de EJA, que proporcionaram a abertura de mais de 249 mil turmas de educação de jovens e adultos, considerando também o atendimento de 60 mil alunos em estabelecimentos prisionais.

Impactam também, para o alcance do disposto no Objetivo, as ações de certames educacionais desenvolvida pelo MEC: a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro e a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP).

A Olimpíada de Língua Portuguesa tem caráter bienal e é realizada em parceria com a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Em anos pares, realiza um concurso de produção de textos que premia as melhores produções de alunos de escolas públicas de todo o País.

As ações da Olimpíada têm continuidade nos anos ímpares, quando são desenvolvidas ações de formação presencial e a distância aos professores, além da realização de estudos e pesquisas, elaboração e produção de recursos e materiais educativos.

Já a OBMEP é realizada anualmente e tem como objetivo estimular o estudo da matemática e revelar talentos na área, além de outras ações referentes à disseminação da matemática. É dirigida a alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e a alunos do ensino médio de escolas públicas de todo o País.

A OBMEP, além de sua relevância social e educacional, pretende:

- oferecer aos jovens talentos das classes mais pobres oportunidades concretas de carreiras científicas;
- identificar talentos oriundos da rede pública, direcionando-os ao seu melhor desenvolvimento escolar;
- a longo prazo, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e para a melhoria do ensino da matemática nas escolas públicas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0598 DO PROGRAMA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2030

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS4	
		2014	2015
0598	No Exercício[1]	16.996.669.089	17.852.462.840
	RPNP[2]	3.173.362.511	3.798.602.112
	Gastos Tributários3	124.098.701	68.273.298
TOTAL DO OBJETIVO		20.294.130.301	21.719.338.250

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial/STN e SRF/MF Demonstrativo dos Gastos Tributários - DGT2011 a DGT2015

1 Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

2 Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercício anteriores.

3 Renúncias tributárias para o transporte escolar, conforme previsão da SRF

4 Consulta ao Siafi em 31/12/2015 (Objetivo 0598: Autorizado para o Exercício: R$ 23,0 bi/Empenhado: R$ 21,2 bi)

Análise do Alcance das Metas Quantitativas

Meta 01VT: Elevar o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2

Meta 01VS: Elevar o Ideb dos anos finais do ensino fundamental para 4,7

Meta 01VR: Elevar o Ideb do ensino médio para 4,3

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação – obtidas a partir do Censo da Educação Básica – com os dados de desempenho escolar – fornecidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e recebe valores de 0 a 10. Com ele, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente, calculado por rede de ensino e por escola, e expressa em valores facilmente compreensíveis os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo.

Em 2015, participaram da Prova Brasil e da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) mais de 2,3 milhões de estudantes do 5º ano do ensino fundamental, mais de 2,2 milhões de estudantes do 9º ano do ensino fundamental e aproximadamente 107 mil estudantes do 3º ano do ensino médio, matriculados em 57.744 escolas distribuídas nas 27 unidades da Federação.

Esses estudantes responderam a testes de Língua Portuguesa e de Matemática, bem como a questionários contextuais. A partir dos resultados dessas avaliações, o Ideb de 2015 será apurado, com previsão para divulgação em 2016. Como o cálculo do Ideb é feito bianualmente, não existem valores para 2012 e 2014.

O Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental em 2013 foi 5,2, superior à meta de 4,9 para aquele ano. A principal estratégia para elevação do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado em novembro de 2012, que tem como eixos estruturantes:

- formação continuada de professores alfabetizadores;
- orientação quanto aos resultados alcançados nas avaliações externas universais aplicadas pelo Inep;
- material didático; e
- gestão, controle social e mobilização.

A formação do Pacto, em 2013, foi voltada à Língua Portuguesa, enquanto a de 2014 para Matemática. O Pacto contou, em 2013, com a adesão dos 26 Estados, do Distrito Federal e 5.420 Municípios, alcançando 317.575 professores alfabetizadores. Já em 2014, 311.916 professores alfabetizadores e 15.072 orientadores de estudo participaram do Pacto como cursistas, em 39 IES participantes.

Em 2015, apesar da oferta de vagas para a formação do Pacto permanecer universalizada, participaram como cursistas 301.388 professores alfabetizadores e 14.686 orientadores de estudo, em 39 IES participantes, atendendo aproximadamente 6,3 milhões de alunos. Foram investidos no programa mais de R$ 350 milhões para custeio das IES e pagamento de bolsas.

Em relação ao Ideb dos anos finais do ensino fundamental, em 2013 o índice foi 4,2, superando o de 2011, que foi 4,1, porém abaixo da meta para 2013, estabelecida em 4,4.

Entre os esforços para a melhoria da qualidade do ensino fundamental, destaca-se o Programa Mais Educação, que tem sido o principal programa desenvolvido para atingir a meta. Nessa perspectiva, estão em revisão as diretrizes do Programa, buscando um maior envolvimento dos professores da escola, bem como estratégias de aproximação com as políticas de formação continuada. Em 2012, o programa contou com a adesão de 32.074 escolas.

Em 2013, o número de adesões saltou para 49 mil escolas, incluindo o atendimento a 32 mil escolas com mais de 50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Na abertura a adesão do ciclo 2014/2015 foi aprovada a adesão de 58 mil escolas. Em 2015, as escolas que aderiram ao programa em 2014 receberam a segunda parcela do plano aprovado em função da sua execução. Foram investidos no programa R$ 1,2 bilhão.

Em 2013, o Ideb do ensino médio foi 3,7, mesmo valor de 2011, porém foi inferior à meta para aquele ano, estabelecida em 3,9. Para alcançar essa meta, o MEC tem desenvolvido programas específicos para o ensino médio, tais como: o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, o Programa Ensino Médio Inovador e, ainda, a Base Nacional Comum que apresentará uma proposta curricular para o Ensino Médio.

A Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica prevista na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas estratégias do PNE em vigência é outra iniciativa que pretende elevar o atendimento escolar, garantindo o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica.

A Base está sendo construída de forma colaborativa, em articulação com os entes federados e universidades, associações acadêmicas e científicas e sociedade civil organizada.

Em 2015, foi constituído um grupo de 116 especialistas das quatro áreas

do conhecimento (Exatas, Humanas, Biológicas e Línguas), formado por professores/pesquisadores das universidades, técnicos das secretarias de educação e professores da educação básica, esses dois últimos indicados pelas secretarias de educação de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal, responsáveis pela elaboração do documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular. O documento preliminar foi submetido a uma consulta pública por meio da qual se pretende construir uma Base Nacional Comum de forma democrática, permitindo, nesse processo, gerar um ambiente propício à necessária colaboração entre os entes federados para a implementação de uma política curricular nacional.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) é uma ação que visa promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio. Nesse sentido, o MEC, atuando de forma articulada com Estados e Distrito Federal e, também, com instituições de ensino superior, desenvolveu ações de capacitação que contemplaram 14 mil escolas como espaços privilegiados de discussão das práticas pedagógicas do Ensino Médio.

As atividades de formação continuada desenvolvidas na escola visam propiciar aos profissionais a compreensão das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que subsidiam a formação do professor, bem como fornecer subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, interdisciplinares e contextualizadas que promovam a aprendizagem dos alunos.

Assim, espera-se, como efeitos indiretos dessa ação, a redução da reprovação e do abandono escolar nessa etapa da educação básica, haja vista que, entre os determinantes do abandono escolar se incluem, também, fatores relacionados à própria relação aluno-escola.

Além disto buscou-se proporcionar uma estrutura de formação que observasse as características da rede de ensino em cada UF.

O PNEM tem duração de 10 meses e foi executado no período de 2014 a 2015. Participaram como cursistas 240.978 professores do ensino médio e 7.276 coordenadores pedagógicos, totalizando o investimento de R$ 271 milhões destinados ao pagamento de bolsas de estudos e pesquisa.

O Programa também contou com uma equipe de formação, nas 46 IES participantes, composta por 46 coordenadores-gerais, 78 coordenadores adjuntos, 226 supervisores, 342 formadores, além de 818 formadores regionais e 15.064 orientadores de estudos. Foram atendidos 24 Estados e o Distrito Federal, totalizando mais de 14 mil escolas beneficiadas.

O Programa Ensino Médio Inovador, também relacionado às metas previstas no PNE 2011-2020, é uma ação que apoia e fortalece o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, contribuindo com as secretarias estaduais de educação dos Estados e do Distrito Federal para o desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino, enfatizando projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras.

Em 2012, houve adesão de 25 Estados e foram atendidas 2.002 escolas. Em 2013, 5.517 escolas receberam recursos do programa em 25 Estados. Em 2014, foram 7.291 escolas, nos 27 Estados da federação. Em 2015, 5.575 escolas receberam recursos do programa, totalizando um investimento superior a R$ 109 milhões.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Elevar o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2	índice	5,2	-	5,2	-	n/d*	n/d
Elevar o Ideb dos anos finais do ensino fundamental para 4,7	índice	4,7	-	4,2	-	n/d*	n/d
Elevar o Ideb do ensino médio para 4,3	índice	4,3	-	3,7	-	n/d*	n/d

Fonte: Inep/MEC / * O resultado do Ideb 2015 está sendo apurado e será divulgado em 2016.

Análise do Alcance das Metas Qualitativas

Meta 01VH: Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do produto interno bruto do País, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020[1].

O investimento público total em educação evoluiu de 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2000 para 6,2% em 2013, enquanto o investimento público direto em educação em percentual do PIB per capita ampliou de 14,1%, em 2000, para 25,8%, em 2013, um crescimento de 83,1% no período, conforme revisão metodológica do cálculo do PIB ocorrida em 2015.

Nesse ínterim, os investimentos públicos diretos na educação básica e na educação superior cresceram em termos reais, respectivamente, 164,5% e 112,4%, o que significa uma média anual de 12,6% e 8,64%, acima da média anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o mesmo período.

Com o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação, os recursos para a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino da União estiveram acima do mínimo constitucional de 18% da arrecadação de impostos, sendo que, de 2012 até 2014, os valores aplicados foram superiores a 20% ao ano.

O aumento no investimento total em educação, em relação ao PIB, para 10% ao final do período de vigência do PNE (Meta 20), irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos, tanto para a educação básica como para as respectivas redes de ensino profissional e superior.

Nesse sentido, foi sancionada a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que reserva para a educação (75%) e saúde (25%) todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios provenientes dos *royalties* e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de dezembro de 2012; bem como as receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção, no caso em que as jazidas da área do Pré-sal e das áreas estratégicas se estendam para além do bloco contratado.

A Lei também destina a aplicação de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE. Prescreve, ainda, que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Os gastos mínimos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, prescritos constitucionalmente, decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados.

As aplicações mínimas da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais, além da contribuição social do Salário Educação, restrito à educação básica, e da Complementação da União ao Fundeb, que deve ter um valor mínimo correspondente a 10% da soma dos recursos depositados nas contas estaduais do Fundeb pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Para Estados e Municípios, os mínimos constitucionais para aplicação em educação devem corresponder a 25% das receitas totais de impostos, inclusive transferências recebidas de outras esferas.

1 Essa meta está presente nos três Programas Temáticos: 2030-Programa Educação Básica; 2031-Programa Educação Profissional e Tecnológica; e 2032- Programa Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, optou-se por dispor o texto da análise apenas no Programa 2030.

Para cada ente federado, deverão ser consideradas, em acréscimo a esses valores mínimos obrigatórios pela Constituição, as aplicações em educação oriundas da exploração do petróleo e gás natural. Cumpre à União o papel constitucional de atender a sua rede de ensino e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos Estados, Distrito Federal e Municípios. A esses, com 25% de seus impostos, mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a rede pública da educação básica, além de suas universidades e escolas técnicas.

Estados e Municípios são responsáveis por 79% dos recursos públicos para a educação, enquanto os gastos da União respondem por 21%. Ressalta-se que mais da metade dos recursos da União é transferida para os demais entes federativos, com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino.
Nos últimos anos, houve um grande crescimento dos investimentos diretos na educação básica e também da educação superior, ensejando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica.

O maior crescimento relativo da educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino, que era muito baixo, fazendo com que a relação da educação superior sobre a educação básica por estudante se reduzisse de 8,1, em 2002, para 3,4, em 2013.

Os gastos diretos por estudante no ensino superior cresceram de R$ 18.355 para R$ 21.383, entre 2002 e 2013 e, na educação básica, de R$ 2.253 para R$ 6.203, no mesmo período. Essa última relação de 3,4 está mais próxima dos padrões internacionais.

Meta 01VJ: Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros.

Segundo os dados levantados pela Pnad, durante a vigência do PPA 2012-2015, houve significativo avanço em direção ao alcance da meta.

Enquanto a escolaridade média da população de 18 a 24 anos passou de 9,4 anos em 2009 para 9,8 em 2014, representando um aumento de 4,2%, a da população negra na mesma faixa etária cresceu de 8,7 anos em 2009 para 9,3 em 2014, representando um aumento de 6,9%. A diferença de escolaridade entre negros e a população em geral caiu de 0,7 anos de estudo para 0,5 anos no mesmo período.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação, com elevada qualificação, de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

Em 2014 foi lançado o primeiro edital do Programa e selecionadas 24 propostas de cursos de formação preparatória, que serão ofertadas em 2015-2016, para pós-graduação de diferentes instituições de educação superior federais, estaduais, municipais e comunitárias, contribuindo para a institucionalização e solidificação de experiências de ação afirmativa.

No que se refere à implementação do disposto na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e em outros marcos legais, a política de Educação para as Relações Étnico-Raciais prevê confecção de material didático, a formação continuada de professores, além de ações como o Prêmio Curta Histórias.

De 2012 a 2014, foram abertas 9.900 vagas em cursos de aperfeiçoamento e especialização, por meio de 36 universidades federais. Em 2015, foram pactuadas 4.150 vagas, por meio de 28 Ifes.

O curso de formação "Educação Escolar Quilombola" é oferecido para lideranças quilombolas e professores que atuam em escolas localizadas em comunidades remanescentes de quilombo ou que recebem alunos oriundos dessas comunidades. Tem como característica a abordagem da Educação Escolar Quilombola, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, considerando também as especificidades de cada região, comunidade e IES.

Entre 2012 e 2014, foram oferecidas 5.420 vagas em curso de aperfeiçoamento, por meio de 23 IFES. Em 2015, foram pactuadas 460 vagas, por meio de cinco Ifes.

Meta 01VK: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do País ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

A escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, em 2009, era 7,5 anos de estudo, passando para 8,0 em 2012 e 8,3 em 2013, mantendo-se esse mesmo índice em 2014. Em relação à região de menor escolaridade, em 2009, apurou-se 8,4 anos de estudo na região Nordeste. Em 2012 a região brasileira de menor escolaridade foi a Norte, atingindo 8,9 anos de estudo. Em 2013 e 2014, a região de menor escolaridade foi novamente a Nordeste, que registrou 9,1 anos de estudos nesses dois anos.

Com relação à escolaridade média entre os 25% mais pobres, em 2009 era de 7,4 anos, passando em 2012 para 8,0, e para 8,1 anos em 2013. Em 2014 esse índice chegou a 8,2 anos de estudos para essa população.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos contribuem para a elevação da escolaridade nesses diversos segmentos citados. É um importante alicerce para a universalização do ensino fundamental, promovendo apoio às ações de alfabetização de jovens e adultos realizadas pelos entes federados e o enfrentamento da desigualdade, discriminação e exclusão social existentes no País.

O programa é uma porta de acesso à cidadania, uma vez que contribui para a promoção do interesse pela elevação da escolaridade e pode ser considerado uma forma de acesso à educação de jovens e adultos (EJA). Só em 2015, foram destinados R$ 210,4 milhões para o pagamento de bolsas a 103 mil voluntários.

De 2012 a 2014, o programa atendeu 3 milhões de alfabetizandos e contou com a adesão de 25 Estados, do Distrito Federal e de 1.346 Municípios. Em 2015 (referente ao Ciclo, 2013, anos exercício 2014 e 2015), o Programa contou com a adesão de 25 Estados, do Distrito Federal e de 1.070 Municípios, tendo sido atendidos 1,2 milhão de jovens, adultos e idosos. Assim, de 2012 a 2015, o PBA teve a adesão de 1.372 entes executores, sendo 25 Estados, o Distrito Federal e 1.346 Municípios brasileiros, totalizando um investimento de R$ 1,1 bilhão.

Voltado a ampliar o número de matrículas na educação de jovens e adultos presencial, nas etapas do ensino fundamental e médio, o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos destinou, em 2015, o total de R$ 49,9 milhões a entes federados que solicitaram apoio.

No período 2012-2015, foram destinados R$ 564 milhões para a abertura e manutenção de novas turmas de EJA, que proporcionaram a abertura de mais de 249 mil turmas de educação de jovens e adultos, considerando também o atendimento de 60 mil alunos em estabelecimentos prisionais.

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) é estruturado em cinco eixos:

- gestão e práticas pedagógicas;
- formação inicial e continuada de professores;
- educação de jovens e adultos; educação profissional; e
- infraestrutura física e tecnológica, para acesso e qualificação da oferta da educação básica e superior, produção e distribuição de material específico, em todas as etapas e modalidades.

Entre 2012 e 2014, foram aprovadas 3.819 construções de escolas, sendo 2.240 no campo, 169 indígenas, 131 destinadas às áreas remanescentes de quilombos e 1.279 em áreas urbanas, com investimentos de aproximadamente R$ 4,8 bilhões. No ano de 2015, foram aprovados 2.560 projetos para construção de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Em relação à ampliação e reforma de unidades escolares, no período de 2012 a 2014, foram aprovadas a ampliação e a reforma de 55 escolas em área rural, sendo 51 do campo, três indígenas e uma quilombola. Em 2015, o PAR não abriu para a ampliação e reforma de escolas.

O Programa Caminho da Escola objetiva renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança, a acessibilidade e a qualidade do transporte dos estudantes e, assim, contribuir para a redução da evasão escolar. No período de 2012-2015, foram adquiridos, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 15.797 ônibus rurais; com recursos oriundos de financiamento do BNDES, 776 ônibus rurais e, com recursos próprios dos entes, 4.204 ônibus rurais.

Em 2015, no âmbito do Mais Educação foram atendidas 22.542 escolas do campo, incluindo escolas indígenas e quilombolas. Além disso, foram repassados recursos superiores a R$ 60,8 milhões para 13.900 escolas do campo, por meio do PDDE Campo e, por meio do PDDE Água foram beneficiadas 4.447 escolas com um investimento de, aproximadamente, R$ 51,2 milhões. Foram aprovados 2.560 projetos para construção de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2013 adquiriu 4,5 milhões de livros, beneficiando 2,1 milhões de estudantes, em 63.791 escolas. Em 2014, o PNLD Campo adquiriu aproximadamente 4,4 milhões de livros, beneficiando 2,7 milhões de estudantes, em 61.675 escolas. Em 2015, para atender a 2,6 milhões de estudantes, em 56.673 escolas, foram adquiridos 9,9 milhões de livros, quantidade suficiente para atender a demanda de 2016, 2017 e 2018.

O programa Escola da Terra tem como objetivo promover a melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, por meio do apoio à formação de professores que atuam nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental compostas por estudantes de variadas idades, e em escolas de comunidades quilombolas, fortalecendo a escola como espaço de vivência social e cultural. Por meio do programa, o MEC oferta os seguintes recursos:

- livros do PNLD Campo e Kit pedagógico que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas; e
- apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a ampliação e a qualificação da oferta de educação básica às populações do campo e quilombolas em seus respectivos sistemas de ensino.

O Programa teve seu início em 2014 e já formou 7,6 mil professores e em 2015, estavam em formação 5,6 mil professores, com investimento superior a R$ 6,8 milhões.

Meta 01VM: Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica.

O Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para organização, fortalecimento e gestão da Educação Escolar Indígena, objetiva ampliar e qualificar a oferta da educação básica e superior para os povos indígenas e apoia a execução dos Planos de Ação dos Territórios Etnoeducacionais (TEEs), contemplando os seguintes eixos:

- territórios;
- práticas pedagógicas diferenciadas;
- infraestrutura física e tecnológica;
- educação profissional e tecnológica; e
- educação superior e pós-graduação.

De 2012 a 2015 foram pactuados 25 TEEs, definidos por meio de consulta aos povos indígenas.

Já o Saberes Indígenas na Escola realiza formação continuada de professores indígenas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, em cursos de aperfeiçoamento de 200 horas nas áreas de letramento e numeramento indígena, Língua Portuguesa e Língua Indígena como primeiras ou segundas línguas e concede bolsas para professores indígenas cursistas e para professores formadores.

Até 2014, a ação contemplou 2.656 professores indígenas (entre orientadores de estudos e professores alfabetizadores), envolvendo 309 escolas indígenas, 89 povos, em 293 aldeias, falantes de 81 línguas, em 13 TEEs. Em 2015, foram constituídas sete Redes de Instituições de Ensino Superior que congregam 23 Núcleos Adjuntos das IES. Estão em implantação mais duas Redes com sete Núcleos Adjuntos.

Ainda no âmbito da formação de professores, o programa de Licenciaturas Interculturais (Prolind) é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica.

Em 2012 apoiou a oferta de 2.248 vagas em cursos oferecidos em 19 IES, com recursos superiores a R$ 13 milhões. Já em 2013, foram ofertadas 2.796 vagas, também em 19 IES, no valor R$ 7,1 milhões. Em 2014, o programa apoiou a oferta de 2.657 vagas, em 19 IES, no valor de, aproximadamente, R$ 12,8 milhões e, em 2015, 2.580 vagas, em 20 IES, no valor de R$ 13,4 milhões.

Meta 01VO: Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

A Meta 4 do Plano Nacional de Educação prioriza o atendimento na educação básica à população de 4 a 17 anos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino e/ou EJA, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Assim, a implementação de políticas públicas de inclusão escolar tem resultado em importante ampliação do acesso das pessoas com deficiência tanto na educação básica quanto na educação superior.

De acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica, em 2011 foram identificadas 752.305 matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial, sendo 74% em classes comuns do ensino regular. Considerando somente as matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em idade escolar obrigatória, observa-se que em 2011, havia 576.309 matrículas, sendo 82% em inclusão escolar.

Em 2014, este número subiu para 691.665, com 87% de inclusão. Na Educação Superior, em 2011, foram registradas 23.250 matrículas de estudantes com deficiência, sendo 6.531 em instituições públicas e 16.719 em instituições privadas, conforme os dados do Censo da Educação Superior. Em 2014, foram registradas 33.475 matrículas, sendo 13.234 em instituições públicas e 20.241 em instituições privadas, significando um crescimento de 44%.

No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite, o Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) disponibiliza equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos acessíveis, para apoiar o atendimento educacional especializado (AEE) aos estudantes público-alvo da educação especial matriculados em classes comuns do ensino regular.

De 2012 a 2014, foram implantadas 17.500 salas de recursos multifuncionais em 4.785 Municípios e atualizadas 30 mil SRMs existentes, o que correspondeu ao investimento de R$ 354,8 milhões. Em 2015, foram atendidas 20 mil escolas, com a disponibilização do programa Virtual Vision aos estudantes com deficiência. Além disso, 42 mil escolas com SRMs receberam o software Prancha Fácil.

Por meio do PDDE Escola Acessível, no período de 2012 a 2014, foram beneficiadas 28.954 escolas públicas, com recursos financeiros de R$ 312 milhões para a promoção da acessibilidade arquitetônica. Em 2015, acompanhou-se a elaboração dos Planos de Trabalho de 9.960 escolas contempladas em 2014.

O pareamento entre os dados do Censo Escolar MEC/INEP e do Cadastro Administrativo do Ministério da Previdência Social identificou, em 2014, 319.146 matrículas de estudantes com deficiência, entre zero e dezoito anos de idade, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), correspondendo a 64,11% do total de beneficiários.

Com o objetivo de eliminar barreiras à inclusão escolar, no período de 2012-2015, no âmbito do Programa Caminho da Escola, foram adquiridos 2.482 ônibus urbanos acessíveis com recursos do MEC. Além disso, os entes federados adquiriram, com recursos oriundos de financiamento do BNDES, nove ônibus urbanos acessíveis. Ainda, nesse período, foram adquiridos, com recursos próprios dos entes federados, mais 1.301 ônibus urbanos acessíveis.

Tendo em vista a organização e a oferta da Educação Bilíngue na perspectiva da educação inclusiva, conforme o disposto pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a ação de formação inicial de professores para o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras)/Língua Portuguesa objetivou apoiar a instituição de 27 cursos de graduação em Letras/Libras/Língua Portuguesa, e da criação de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue, além de contratar 606 intérpretes de Libras com o investimento de R$ 78 milhões no período de 2012 a 2014.

Meta 01VU: Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

Para alcançar essa meta, o MEC desenvolveu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Ao aderir ao Pacto, os entes governamentais se comprometem a: alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática; realizar avaliações anuais universais aplicadas pelo INEP junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental; e, no caso dos Estados, apoiar os Municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação.

As Ações do Pacto são um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas disponibilizados pelo Ministério da Educação e que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores.

A formação do Pacto em 2013 foi voltada à Língua Portuguesa, enquanto a de 2014 para Matemática. O Pacto contou, em 2013, com a adesão dos 27 Estados e 5.420 Municípios, alcançando 317.572 professores alfabetizadores.

Em 2014, o Pacto contou com a participação, como cursistas, de 311.916 professores alfabetizadores e 15.072 orientadores de estudo, em 39 IES participantes. Já em 2015, apesar da oferta de vagas para a formação do pacto permanecer universalizada, participaram como cursistas 301.388 professores alfabetizadores e 14.686 orientadores de estudo, em 39 IES participantes, atendendo aproximadamente 6,3 milhões de alunos.

Foram investidos no programa mais de R$ 350 milhões para custeio das IES e pagamento de bolsas.

A implementação do Pacto é uma importante estratégia que contribui para a alfabetização das crianças até os oito anos de idade.

Além do Pacto, contribui para alcançar esta meta a Base Nacional Comum Curricular que, após discussão com diversos atores da educação brasileira, apresentará uma proposta curricular para os anos iniciais do ensino fundamental.

Para contribuir com as políticas de alfabetização de crianças até os oito anos de idade, bem como com a gestão dos sistemas de ensino do País, o Inep realizou em 2014 a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), cujos resultados foram divulgados em 2015, os quais possibilitaram o acesso e a análise pedagógica por meio de boletins eletrônicos, que apresentam os percentuais de estudantes posicionados em cada nível das escalas de proficiência de Leitura, de Escrita e de Matemática.

A aferição dos níveis de alfabetização dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, realizada pela ANA em 2014, indica que, atualmente, 22,2% de estudantes possuem proficiência insuficiente em leitura, 34,4% proficiência insuficiente em escrita e 57,1% proficiência insuficiente em matemática.

A divulgação dos dados da ANA, que apresentou informações agregadas sobre o cenário educacional, de modo a colaborar para o monitoramento do direito à educação e possibilitar, de forma objetiva, que governantes, gestores e sociedade civil acompanhem e monitorem o desenvolvimento da alfabetização de crianças até oito anos de idade a partir da análise dessas dimensões, fortalecendo o controle social e a cooperação federativa.

Para a Educação Infantil, destaca-se ainda a política de construção de creches e pré-escolas além da aquisição de equipamentos e mobiliário, por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), com recursos oriundos do Programa Aceleração do Crescimento (PAC 2), cujos investimentos visam ampliar o acesso, estimular a permanência e garantir o atendimento escolar adequado a crianças de zero a cinco anos.

Meta 01VW: Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

O principal programa desenvolvido pelo Ministério da Educação com o objetivo de alcançar esta meta é o Mais Educação. O Programa constitui-se em uma estratégia para induzir a ampliação da jornada escolar, dos tempos, espaços e oportunidades educativas, propondo a organização curricular na perspectiva da educação em tempo integral. Tem como princípios:

- a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais;
- a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral;
- a integração entre as políticas educacionais e sociais; e
- a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral.

O Programa visa fomentar projetos e ações de articulação de políticas sociais e a implementação de ações sócio-educativas oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens.

O Mais Educação pode ser considerado um indutor da agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil, contribuindo para a melhoria da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens matriculados no ensino fundamental em escolas públicas, considerando-se a jornada escolar de, no mínimo, sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais.

O Mais Educação é operacionalizado por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). As escolas recebem recursos para o ressarcimento de despesas de alimentação e transporte dos monitores responsáveis pelo desenvolvimento de atividades; para a aquisição de materiais de consumo e/ou permanentes; para a contratação de serviços de custeio e capital e para a aquisição de kits de materiais para as atividades escolhidas pela escola.

Em 2012, o programa contou com a adesão de 32.074 escolas. Em 2013, o número de adesões saltou para 49 mil escolas, incluindo o atendimento a 32 mil escolas com mais de 50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Na abertura a adesão do ciclo 2014/2015 foi aprovada a adesão de 58 mil escolas. Em 2015, as escolas que aderiram ao programa em 2014 receberam a segunda parcela do plano aprovado, de acordo com a sua execução, tendo sido investidos R$ 1,26 bilhão.

Meta 01VZ: Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes.

A alfabetização pode ser definida como a apropriação do sistema de escrita, que pressupõe a compreensão do princípio alfabético, indispensável ao domínio da leitura e da escrita, tornando possível o uso da língua escrita e dos conceitos matemáticos em diferentes contextos.

O analfabetismo entre jovens e adultos (população com 15 anos ou mais) vem sendo reduzido gradualmente, passando, segundo os índices da Pnad, de 9,7% em 2009 para 8,7% em 2012, 8,5% em 2013 e 8,3% em 2014. Em relação às mulheres, em 2009, a taxa de analfabetismo era de 9,6%, passando para 8,4% em 2012 e em 2013 o valor apurado foi de 8,2%.

Ainda conforme os dados da Pnad, a taxa de analfabetismo da população rural apresenta os maiores percentuais, mas vem apresentando queda: em 2009, o índice era de 22,6%, passando para 21,1% em 2012 e 20,8% em 2013. Quanto à população negra, a taxa de analfabetismo caiu de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2012 e 11,5% em 2013, segundo os dados da Pnad.

O MEC também desenvolve ações voltadas para a elevação da escolaridade média da população. Desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, é desenvolvido em todo território nacional, em parceria com os entes federados, com atendimento prioritário a Municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo.

O PBA é uma porta de acesso à cidadania, uma vez que contribui para a promoção do interesse pela elevação da escolaridade e pode ser considerado uma forma de acesso à educação de jovens e adultos (EJA). Só em 2015, foram destinados R$ 210,4 milhões para o pagamento de bolsas a 103 mil voluntários.

De 2012 a 2014, o programa atendeu 3 milhões de alfabetizandos e contou com a adesão de 25 Estados, do Distrito Federal e de 1.346 Municípios. Em 2015 (referente ao Ciclo 2013, anos exercício 2014 e 2015), o Programa contou com a adesão de 25 Estados, do Distrito Federal e de 1.070 Municípios, tendo sido atendidos 1,2 milhão de jovens, adultos e idosos. Assim, de 2012 a 2015, o PBA teve a adesão de 1.372 entes executores, sendo 25 Estados, o Distrito Federal e 1.346 Municípios brasileiros, totalizando um investimento de R$ 1,1 bilhão.

Meta 01W0: Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

O conceito de analfabetismo funcional considera as pessoas que, apesar de possuir capacidade de leitura e escrita para realizar as atividades do contexto social, não concluíram os anos iniciais do ensino fundamental. Mantendo a série histórica já descrita nos monitoramentos anteriores, a taxa de analfabetismo funcional levanta o percentual da população com menos de 4 anos de estudos, correspondendo às séries iniciais do Ensino Fundamental de 8 anos.

Assim, a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais, que era de 20,3% em 2009, passou para 18,3% em 2012, alcançando 18,1% em 2013e 17,6% em 2014, conforme dados da Pnad.

O MEC também desenvolve ações voltadas para a elevação da escolaridade média da população. Desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, é desenvolvido em todo território nacional, em parceria com os entes federados, com atendimento prioritário a Municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo.

Voltado a ampliar o número de matrículas na educação de jovens e adultos presencial, nas etapas do ensino fundamental e médio, o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos destinou, em 2015, o total de R$ 49,9 milhões a entes federados que solicitaram apoio.

No período 2012-2015, foram destinados R$ 564 milhões para a abertura e manutenção de novas turmas de EJA, que proporcionaram a abertura de mais de 249 mil turmas de educação de jovens e adultos, considerando também o atendimento de 60 mil alunos em estabelecimentos prisionais.

Meta 03S3: Fomentar programas de combate à violência e ao "bullying" na escola e promover educação em direitos humanos.

Uma educação de qualidade é norteada pelos princípios da equidade, da valorização da diversidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência e intolerância, da gestão democrática do ensino público, da acessibilidade, da igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de seu gênero, cor/etnia, local de domicílio ou condição de deficiência.

O MEC ofertou diversas formações abordando temas caros à Educação em Direitos Humanos. Entre 2012 a 2015, foram realizados nove cursos totalizando 54.866 vagas ofertadas, com o envolvimento de 43 Instituições Públicas de Educação Superior, e investimento de R$ 119 milhões. Dos cursos ofertados nesse período, foram oferecidos em 2015:

- Educação, Pobreza e Desigualdade Social;
- Educação em Direitos Humanos;
- Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça;
- Gênero e Diversidade na Escola;
- Escola que Protege;
- Docência na Socioeducação;
- Escolas Sustentáveis;
- Educação Ambiental; e
- Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis.

Esses cursos foram ofertados nos níveis de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Em 2015, o valor executado para realização dos cursos foi de R$ 39.698.993,08, sendo R$ 28.504.665,00 para pagamento de bolsas e R$ 11.194.328,08 para o custeio dos Cursos.

Meta 03XH: Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos.

O Projovem Urbano, uma das ações do Plano Juventude Viva, contribui para a promoção de ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos por meio de apoio técnico e financeiro aos entes federados e pagamento de auxílio a estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

A edição 2013, executada até o primeiro semestre de 2015, contou com adesão de 94 Municípios e nove Estados, para atendimento a 100.823 jovens. Já a edição 2014, com curso iniciado em 2015 contou com adesão de 115 Municípios, 12 Estados e do Distrito Federal, para atendimento a 102.610 jovens.

Para a execução das atividades da modalidade Projovem Urbano foram transferidos cerca de R$ 75 milhões. De 2012 a 2014, já foram beneficiados 332.158 jovens.

Destacam-se, ainda, a execução de ações necessárias ao desenvolvimento do programa em mais de 300 Municípios, 16 Estados e o no DF destinadas à formação de professores, formadores e gestores, pagamento de profissionais, aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de lanche ou refeição para os alunos e para as crianças de 0 a 8 anos, nas Salas de Acolhimento, custeio da qualificação profissional.

Também está em execução a edição 2014 do Projovem Campo, normatizada pela Resolução CD/FNDE 11/2014, em 14 Estados, 302 Municípios e no Distrito Federal, com meta de atendimento de 42.845 jovens da agricultura familiar. Para o desenvolvimento das atividades, foram alocados, em 2015, mais de R$ 55,3 milhões para os entes federados que aderiram a essa modalidade.

No período do PPA 2012-2015 foram destinados R$ 115 milhões para que entes federados executassem o programa. No âmbito das duas modalidades é desenvolvida formação continuada para gestores, formadores e educadores, sendo que, em 2015, foram beneficiados 826 gestores e 922 formadores.

As salas de acolhimento são uma estratégia implementada no Projovem Urbano, a partir da Edição 2012, e no Projovem Campo - Saberes da Terra a partir da Edição 2014, para apoiar os estudantes destes dois Programas, mães e pais, com filhos entre zero e oito anos em sua permanência no Curso até a sua conclusão e certificação. Respondem, assim, a uma demanda desses jovens que há muito gostariam de retomar seus estudos, mas não tinham com quem deixar seus filhos.

Com apoio técnico e financeiro do MEC as Salas de Acolhimento são implementadas pelos entes federados que fazem adesão às duas modalidades do Programa. Entre 2012 e 2014, estas Salas acolheram, aproximadamente, 100 mil crianças, envolvendo cerca de 2.400 educadores.

Demais Resultados

Para elevar o atendimento escolar, garantindo o acesso, a permanência e a conclusão na educação básica, o Ministério da Educação (MEC) desenvolve uma série de ações. Merecem destaque as ações de infraestrutura escolar, que têm como objetivo ampliar e qualificar a estrutura física de oferta em escolas da rede pública de educação básica. Nesse sentido, o Governo Federal criou, em 2007, o Plano de Ações Articuladas (PAR), que tem a finalidade de auxiliar Estados e Municípios no planejamento de suas políticas de educação, além de proporcionar um canal de comunicação permanente desses entes com o MEC.

Sendo um instrumento de planejamento plurianual, o primeiro ciclo do PAR abrangeu o período de 2007 a 2010, e o segundo ciclo abrangeu 2011 a 2014. Em 2015, foi estruturado o novo ciclo do PAR em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), o principal ponto de convergência das políticas públicas de educação do País para os próximos dez anos.

Suas diretrizes, metas e estratégias representam a direção para onde devem caminhar os esforços de Estados e Municípios para a consolidação de um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua totalidade.

Para isso, o alinhamento do PAR com o PNE acontece em todas as metas e estratégias relacionadas à educação básica. Também foram implementadas diversas melhorias, tanto de interface, na utilização do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) – Módulo PAR, visando aperfeiçoar a interatividade com os usuários e o conteúdo, com a disponibilização de dados a partir da integração com outros sistemas do MEC, oferecendo aos gestores elementos úteis ao diagnóstico das redes.

Em 2015, os recursos consignados às ações do PAR voltaram-se ao empenho e pagamento de parcelas complementares dos pactos assumidos em exercícios anteriores. Portanto, não foram firmados novos termos de compromisso.

Também como apoio à infraestrutura, no período 2012-2015, foi apoiada a construção de 131 escolas em comunidades quilombolas, em 73 Municípios, com investimento de aproximadamente R$ 88,7 milhões, totalizando 438 salas de aula. Desse total, em 2012, houve apoio à construção de 29 escolas atendendo a 12 Municípios, com investimento superior a R$ 21,2 milhões. Em 2013, foram 46 escolas que receberam apoio para construção com valor aproximado de R$ 26,5 milhões, beneficiando 27 Municípios. No exercício de 2014, com investimento de cerca de R$ 41 milhões, foram 56 projetos apoiados, em 41 Municípios. Em 2015 não houve assistência financeira para novas construções de escolas quilombolas.

A quantidade total de 131 ações representa 65,50% da meta prevista para o PPA, que era apoiar a construção de salas de aula em, no mínimo,

200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.

Para a Educação Infantil, destaca-se a política de construção de creches e pré-escolas além da aquisição de equipamentos e mobiliário, por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), com recursos oriundos do Programa Aceleração do Crescimento (PAC 2), cujos investimentos visam ampliar o acesso, estimular a permanência e garantir o atendimento escolar adequado a crianças de zero a cinco anos.

Também com recursos do PAC 2, foi apoiada a construção de novas quadras cobertas e de cobertura de quadras esportivas já existentes vinculadas à rede pública da educação básica.

Devido à finalização do ciclo do PAR no exercício de 2014 e ao contingenciamento orçamentário ocorrido em 2015, os recursos disponibilizados para as ações de infraestrutura educacional nesse exercício foram investidos nos projetos que se encontram em curso, que foram computados em metas de exercícios anteriores. Tal complementação foi realizada de acordo com a situação e o avanço físico de cada obra.

Atualmente, das ações pactuadas para a construção de quadras e coberturas escolares, 2.440 encontram-se concluídas, 4.112 estão em execução, 490 paralisadas e 2.987 ainda não iniciaram.

Do total de creches e pré-escolas, 1.274 estão concluídas, 1.269 encontra-se em execução, 363 paralisadas e 3.149 não iniciaram.

No que se refere às escolas quilombolas, 14 obras foram concluídas, 102 estão em execução, três encontram-se paralisadas e 12 não iniciaram.

Com recursos oriundos do PAC 2, de 2012 a 2015, foi apoiada a construção de 6.187 unidades de educação infantil, beneficiando 2.736 Municípios nos 26 Estados, além do Distrito Federal, e cujas obras superam o valor de R$ 8,5 bilhões. Essa quantidade de ações apoiadas equivale a aproximadamente 88,3% da meta prevista para o período, que era de apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas. Desse total foram aprovadas as construções de 3.135 até 2012, atendendo a mais de 1.600 Municípios.

Em 2013, foram apoiadas as construções de 2.092 estabelecimentos de educação infantil, em 1.004 Municípios além do Distrito Federal, com valor de aproximadamente R$ 3 bilhões. No exercício de 2014, com mais de R$1,2 bilhão de investimento, foram apoiados 715 Municípios com a aprovação de 958 unidades de educação infantil. Em 2015, dois projetos foram apoiados, de dois munícipios que já possuíam ação cadastrada no exercício anterior.

Por se tratarem de ambientes essenciais para a aprendizagem das crianças, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação infantil, além de ser parte substancial do programa Proinfância, em 2015, foram atendidas com mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento 232 unidades escolares, concluídas e em andamento, em mais de 113 Municípios, com investimento superior a R$ 20,6 milhões.

No período do PPA 2012-2015, foram apoiadas as construções de 6.842 quadras esportivas escolares em todos os Estados Brasileiros, em 3.326 Municípios e no Distrito Federal, com valor total de investimento de aproximadamente R$ 3,3 bilhões. Foi aprovada a construção de 3.009 quadras até 2012. Em 2013, foram mais 3.027 quadras, beneficiando mais de 2.117 Municípios. No exercício de 2014, para implantação e adequação de estruturas esportivas escolares, foram apoiadas as construções de 806 quadras escolares e 337 coberturas de quadras. Em 2015, não houve assistência financeira para novas ações.

Quanto à Cobertura de quadras esportivas escolares, no período de 2012 a 2015, a meta era apoiar a cobertura de 5.000 quadras esportivas escolares. Nesse período, foram apoiadas as construções de 3.346 unidades em 1.914 Municípios, que resultaram no investimento de mais de R$ 684 milhões em 25 Estados e no Distrito Federal, o que equivale a 66,92% da meta estabelecida.

Até 2012 foram aprovadas as construções de 1.667 coberturas de quadra. Em 2013 foram 1.342, em 1.174 Municípios, com valor total de investimento aproximado de R$ 1,8 bilhão. No exercício de 2014, foram apoiados construção de 337 coberturas de quadras. Em 2015, não houve assistência financeira para novas ações de cobertura de quadra.

A produção de estatísticas, indicadores, estudos e pesquisas contribui para a melhoria da qualidade da educação básica e para a universalização do acesso à escola, na medida em que possibilitam a elaboração de subsídios concretos para a formulação, reformulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais.

No que se refere aos instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica, cabe ressaltar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que procura oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados. O Saeb é composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil), pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Além dessas avaliações, destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que permite aos alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores se candidatem a vagas em instituições públicas de ensino superior e a programas do Governo como, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Observa-se o aumento de cerca de 33% no número de inscritos no Enem no período 2012-2015. Ao mesmo tempo, houve processo de fortalecimento da qualidade do exame, com melhorias no processo de gestão, da qualidade pedagógica e do processo de correção de redação.

A edição 2015 do Enem, contou com 7,7 milhões de inscritos, sendo aplicado em cerca de 1,7 mil cidades brasileiras. Mais de 5 milhões de redações foram corrigidas por 10 mil avaliadores, os quais passaram por processo de capacitação com duração de 120 horas. Atualmente, 131 instituições públicas de educação superior brasileiras utilizam o Exame em seus processos seletivos.

Destaca-se, ainda, que o edital 2015 do Enem assegurou atendimento especializado, específico e pelo nome social aos participantes que deles comprovadamente necessitaram. A demanda por inscrição pelo nome social triplicou (278 solicitações), o que significa avanços no reconhecimento da identidade das pessoas, combatendo a discriminação e promovendo a igualdade de oportunidades.

Nessa edição, também foram adotadas medidas para redução dos custos com a aplicação do Exame, como por exemplo, a divulgação, exclusivamente pela internet, do cartão de confirmação da inscrição e o aumento do número de participantes por sala para a realização das provas. As medidas representaram uma economia de R$ 46 milhões.

Outra ação importante, em 2015, foi a estruturação do Serviço de Atendimento ao Pesquisador (SAP), a fim de atender às solicitações de acesso controlado à base de dados para pesquisa das informações levantadas por meio de censos, exames e avaliações realizadas pelo Inep. No SAP, consultores, professores e pesquisadores podem solicitar acesso a essas informações em um ambiente seguro para a consulta.

No desenvolvimento de suas atribuições legais, o MEC também investiu em programas e projetos de formação e valorização de profissionais da educação básica na modalidade presencial, com destaque para o Programa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor).

O Pibid é uma ação de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes que em 2013 concedeu 49.321 bolsas passando para 90.247 bolsas em 2014, mantidas em 2015, sendo beneficiados 72.840 alunos de licenciaturas e 11.716 professores da educação básica da rede pública de ensino. Participam do Programa 283 IES, distribuídas em 854 campus e organizadas em 2.997 subprojetos em 6.055 escolas de educação básica. No ano de 2015 foram investidos R$ 506 milhões em bolsas, no âmbito do Pibid.

O Parfor é destinado a professores em exercício na rede pública que não possuem a formação em nível superior exigida pela LDB. Entre 2009 e 2015, foram implantadas 2.463 turmas, em 497 Municípios, localizados em 24 unidades da Federação. Nesse período, o Parfor atendeu professores oriundos de 2.611 Municípios. Em 2015, frequentaram os cursos do Parfor 44.124 professores da educação básica e 18.673 professores os concluíram. Nesse mesmo ano, foram investidos mais de R$ 114,8 milhões em bolsas no Programa.

O SisFor é um sistema informatizado desenvolvido em 2014 com o objetivo de dar suporte à execução dos diversos programas de formação de profissionais da educação básica. O SisFor promove a organização e gestão das ações de formação ofertadas pelo MEC reunindo informações sobre os cursos e cursistas.

Com o objetivo de subsidiar e promover a capacitação dos profissionais do magistério da educação básica na modalidade a distância, o Sistema

Universidade Aberta do Brasil (UAB) contou, no ano de 2015, com 104 instituições, 645 polos ativos e mais de 173 mil alunos matriculados. Atualmente, o Sistema UAB conta com 785 cursos ativos de licenciatura, bacharelado, tecnólogo e pós-graduação lato e stricto sensu.

Desde seu início, em 2006, o Sistema UAB ofertou mais de 730 mil vagas, contando atualmente com mais de 130 mil formados, sendo 71% em cursos de formação inicial e continuada de professores e 16% em cursos de graduação e especialização destinados a servidores públicos, incluindo dirigentes, gestores e trabalhadores da educação básica.

Com vistas a formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, o MEC fomenta a oferta de Mestrados Profissionais. Foram recomendados no período de 2012-2015, programas de mestrado profissional em rede nacional para formação de professores nas áreas Português (ProfLetras), Artes (ProfArtes), Educação Física (Prof Educação Física), Física (ProFísica), Química (ProfQuímica), História (ProfHistória) e Ciências Ambientais (ProfCiamb). O programa para formação de professores de matemática (ProfMat), foi recomendado em 2011 e ampliou suas atividades neste período, contando, no ano de 2014, com cerca de 2,6 mil alunos matriculados.

Os programas Prof Educação Física, ProfCiamb e ProfQuímica tiveram sua autorização para funcionamento em 2015, com início das atividades previsto para março de 2016. Nos Mestrados Profissionais, já foram formados mais de 1.000 alunos. Em 2015, foram investidos R$ 73,5 milhões em bolsas, registrando 5.853 bolsistas nos Mestrados Profissionais.

Em 2015, o MEC deu continuidade à prestação de assistência técnica aos Municípios para a elaboração e adequação de planos de carreira dos profissionais de educação. Essa assistência deu-se por meio de participação em fóruns regionais e nacional promovidos pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); em oficinas regionais; e em atendimento direto a secretarias municipais de educação.

Destaca-se a conclusão do Sistema de Apoio à Gestão dos Planos de Carreira (SisPCR), que auxiliará Estados, o Distrito Federal e Municípios no processo de elaboração, reelaboração e simulação dos planos de carreira dos profissionais da educação. Esse sistema, acompanhado de um manual de apoio operacional, constitui-se em um instrumento fundamental para os gestores municipais de educação na simulação e monitoramento dos planos de carreira.

Com o objetivo de ampliar a assistência técnica aos entes federativos, o MEC, em parceria com Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a Undime, constituiu uma Rede de Assistência Técnica, que apoiará os entes federativos na elaboração, reelaboração ou adequação dos planos de carreira a partir de 2016, em busca do cumprimento da meta 18 do PNE. Com tais iniciativas pretende-se estimular gestores e trabalhadores a procurarem acordos sobre planos que valorizem os profissionais, permitam o cumprimento do piso salarial profissional nacional e sejam sustentáveis do ponto de vista orçamentário.

No decurso dos meses de novembro e dezembro de 2015, foram realizados processos formativos com todos os técnicos e coordenadores indicados pela Unidime e Consed, nas cinco regiões brasileiras.

Com o trabalho iniciado por meio da Rede de Assistência Técnica constituída pela Sase junto aos entes federativos, os planos de carreira serão qualificados de modo a atender às exigências legais e ao cumprimento das metas do PNE.

Com a finalidade de dar cumprimento à determinação do Plano Nacional de Educação (PNE) de instituir o Sistema Nacional de Educação (SNE), até 2016, o MEC, em continuidade aos estudos desenvolvidos em 2014, elaborou o documento "Instituir um Sistema Nacional de Educação: agenda obrigatória para o País". O SNE é o responsável pela articulação entre os sistemas de ensino para a efetivação, em regime de colaboração, das diretrizes, metas e estratégias do PNE (art. 13 da Lei nº 13.005/2014).

Para que o direito à educação seja atendido, as condições objetivas e concretas das instituições educacionais precisam ser garantidas, pois elas afetarão as demais condições da oferta. Não há como discutir o Sistema Nacional de Educação ou trabalhar na sua gestão sem falar em Custo Aluno Qualidade (CAQ), com a ação supletiva desenhada para a sua garantia. Assim, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de buscar consenso em torno desse tema.

O GT apresentou, e está em fase de discussão, um ensaio de mecanismo possível de implementação gradual do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi), para subsidiar e qualificar o debate com o Conselho Nacional e conselhos estaduais e municipais de educação, com dirigentes estaduais e municipais, com o Fórum Nacional de Educação, com as Comissões de Educação da Câmara e do Senado e com a sociedade em geral.

Outro aspecto a ser considerado é o desafio de estimular e ampliar a cooperação entre os entes federativos como parte estratégica da agenda instituinte do SNE. Desse modo, o MEC envida esforços para aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos de cooperação federativa, estimulando as formas de colaboração, desempenhando um papel mediador, indutor e facilitador da pactuação.

Desde de 2013, o MEC trabalhou para aperfeiçoar a relação federativa no campo da política educacional. Uma importante ação nesse sentido foi o processo de alinhamento dos planos estaduais, distrital e municipais de educação ao Plano Nacional de Educação (PNE). Para tanto, o MEC atuou em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para uma estratégia integrada que se constituiu na implantação de uma rede de apoio técnico nas 27 unidades da Federação.

O apoio técnico se constituiu na indicação de técnicos que passaram a integrar o quadro de avaliadores educacionais com a finalidade de prestarem assistência técnica para o processo de adequação ou elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais de educação.

O diálogo construído pelo MEC com as secretarias, conselhos e fóruns de educação, aliado à capilaridade do trabalho da rede de assistência técnica, à dinâmica de atualização diária das informações no site e à mobilização de setores estratégicos (como o Ministério Público e os tribunais de contas), permitiu que um expressivo resultado fosse observado: 19 Estados e o Distrito Federal e 5.441 Municípios elaboraram ou adequaram seus planos de educação em leis sancionadas até dezembro de 2015, num movimento inédito e histórico para a educação nacional.

Os esforços, a partir de agora, serão dirigidos ao acompanhamento sistemático dos planos em vigor, com material técnico adequado e formação das equipes locais para o monitoramento contínuo e avaliações periódicas, com ampla mobilização e participação social.

4.2.2. Programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional e tecnológica (EPT) ocupa lugar de destaque na agenda da Pátria Educadora. Como ocorre em diversos países, ela contribui de forma estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O Governo Federal trabalha para que seu fortalecimento se dê de maneira associada aos objetivos de desenvolvimento e às necessidades do País.

Para isso, são necessários esforços conjuntos, envolvendo governos, setor produtivo e sociedade em geral, priorizando o desenvolvimento territorial e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais. As instituições de ensino profissional e tecnológico devem fortalecer a sua articulação com o setor produtivo e estabelecer itinerários formativos que possibilitem ao jovem ou trabalhador iniciar a sua formação profissional em cursos de qualificação profissional e avançar até a graduação tecnológica ou mestrado profissional.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por meio da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras.

O Plano apresenta 20 metas que apontam o horizonte para o qual os esforços dos entes federados e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação de qualidade para todos. Dentre as metas do PNE, destaca-se um conjunto de metas que se refere mais especificamente à educação profissional e tecnológica. São elas:

- Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional;
- Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Tais metas requerem mudanças no valor social da formação técnica e profissional, pois ainda há questões culturais que impactam na atratividade dos jovens do ensino médio pela formação técnica.

Em consonância com o PNE 2014-2024, o PPA 2012-2015 teve como eixos norteadores:

- a expansão da oferta de vagas na educação superior;
- a garantia de qualidade na educação;
- a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico.

Deve-se ressaltar, ainda, que as metas e estratégias propostas no PNE dependem do esforço conjunto da União, Estados e Municípios.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), desenvolvido pelo Governo Federal desde 2011, tem um papel importante no atingimento das metas do PNE.

Este programa tem o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no País, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. Busca, também, ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

São ofertantes do Pronatec as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem e as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio e FIC, no âmbito da iniciativa Bolsa-Formação.

Em 2015, o Ministério da Educação (MEC) também trabalhou fortemente para aprimorar a oferta e os controles relativos ao Pronatec. Nesse ponto, destaca-se a publicação de nova regulamentação para a iniciativa Bolsa-Formação, que trouxe a exigência de utilização do Cadastro Pessoas Físicas (CPF) de cada estudante para confirmação de frequência para todos os cursos e o repasse integral de recursos a partir de índice institucional de conclusão maior que 85%.

Outro elemento estratégico nesse processo de aperfeiçoamento da educação profissional e tecnológica é o estabelecimento de ações de cooperação internacional junto aos institutos federais.

A internacionalização estabelecida visa vincular o local ao global, promovendo a melhoria das instituições, o aperfeiçoamento de alunos, professores e técnicos, a otimização das ações de gestão, além do compartilhamento de experiências e da busca de boas-práticas.

Nesse contexto, são realizadas, em conjunto com outras instituições do Governo Federal, ações de promoção da mobilidade estudantil e docente, pesquisas integradas com outros países, estágios internacionais, ações de cooperação técnica, dentre outras ações que geram oportunidades de aperfeiçoamento da rede federal.

O contexto econômico vivenciado atualmente pelo País, aliado às rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos, exige um forte investimento na formação dos trabalhadores, de forma a garantir a ampliação qualitativa e quantitativa dessa oferta.

O momento traz consigo a exigência de uma educação profissional e tecnológica que incorpore elementos inseridos no âmbito das relações sociais, na perspectiva da promoção da equidade, da igualdade entre os sexos, do combate à violência contra os jovens e as mulheres, do acesso à educação e ao trabalho e da preservação da vida humana e do meio ambiente.

Nesse contexto, aponta-se para uma perspectiva de formação de um trabalhador qualificado, capaz de se tornar um agente político, de compreender a realidade que o cerca, de ultrapassar obstáculos e de pensar e agir em prol das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de um País menos desigual e mais justo.

OBJETIVO 0582: Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

O Objetivo contempla iniciativas que visam, principalmente, à reestruturação e à expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; à expansão e à qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica; à ampliação da oferta de cursos a distância; e à ampliação do acesso gratuito a cursos de educação profissional em instituições públicas e privadas.

A atuação do Ministério da Educação (MEC), nesse sentido, se dá principalmente por meio do Pronatec, que criou novas iniciativas e incorporou iniciativas bem-sucedidas anteriores à sua criação, em 2011, e integrou diferentes ações, atores e redes de educação profissional.

Para aprimoramento do Programa, em 2015, foram publicadas novas regulamentações para a iniciativa Bolsa-Formação, com destaque para a exigência de confirmação de frequência pelo estudante para todos os cursos e o repasse integral de recursos a partir de índice institucional de conclusão maior que 85%.

Além disso, foi regulamentado o financiamento de cursos a distância por meio das iniciativas Bolsa-Formação e Rede e-Tec Brasil.

A ampliação da oferta de cursos a distância por meio do Pronatec contribuiu para a democratização e o fortalecimento da educação profissional e tecnológica.

Ainda foram conduzidas ações para desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias educacionais e objetos de aprendizagem, expansão de polos de apoio presencial, formação de professores e utilização de plataformas abertas. Além das ações de aprimoramento do programa citadas, foi estimulada, ainda, a estruturação de cursos em itinerários formativos, incluídos aqueles voltados para o jovem aprendiz.

Em relação à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que conta com um total de 562 unidades em 512 Municípios, foram realizados investimentos de, aproximadamente, R$ 825 milhões em 2015. Somente com o orçamento próprio, destinado às instituições na Lei Orçamentária Anual, a Rede Federal acumulou 771 mil matrículas regulares, sendo 229 mil de estudantes ingressantes.

Além disso, as instituições da Rede Federal atuaram fortemente como ofertantes da Rede e-Tec Brasil e da Bolsa-Formação do Pronatec, com cerca de 130 mil matrículas realizadas na rede federal. A Rede Federal passou a ofertar em 2015 mais 243 cursos, alcançando 4.489 ofertas de todos os tipos e níveis de curso, sendo 334 cursos de bacharelado, 370 licenciaturas, 413 tecnólogos, 104 especializações, 25 mestrados, 27 mestrados profissionais, quatro doutorados, 1.170 formações iniciais e continuadas e 2.032 técnicos.

Das 208 novas unidades da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, previstas para o período 2011-2014, todas já entraram em funcionamento. Em 2015 foram publicadas as últimas 45 portarias de autorização de funcionamento das unidades da Expansão 2011-2014.

Complementarmente, foram realizadas diversas ações para renovação dos processos e instrumentos de gestão e controle da Rede Federal, com foco na missão consignada aos institutos federais pela legislação (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), tais como a elevação da relação aluno professor e oferta de pelo menos 50% de matrículas em cursos técnicos de nível médio. De 2011 a 2015, esse percentual de matrículas ficou em torno de 60% na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Com a finalidade de orientar as instituições da Rede Federal na elaboração e aperfeiçoamento dos Planos Estratégicos para a Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal, monitorar sua execução e propor mecanismos de divulgação de ações institucionais e dos seus resultados, o MEC publicou, em julho de 2015, portaria criando a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito da Rede Federal. Atualmente, cada instituição está elaborando seu planejamento de ações estratégicas para a área.

No âmbito das políticas de inovação, começaram a funcionar os primeiros cinco Polos de Inovação dos Institutos Federais, selecionados a partir de chamada pública da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), organização social ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e ao MEC. Os polos integram as estruturas organizacionais dos institutos federais e são unidades compostas por laboratórios de pesquisa aplicada, atuando em uma área de competência específica.

Alunos e professores do próprio instituto, profissionais das indústrias e pesquisadores do Brasil e até do exterior são responsáveis pela execução dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Os Polos Embrapii

de Inovação criados em 2015 foram:

- IF Ceará – Fortaleza (sistemas embarcados e mobilidade digital);
- IF Espírito Santo – Vitória (metalmecânica);
- IF Bahia – Salvador (equipamentos médicos e hospitalares);
- IF Fluminense – Campos dos Goytacazes (monitoramento e instrumentação para o ambiente); e
- IF Minas Gerais – Formiga (sistemas automotivos inteligentes).

No âmbito da qualificação de servidores da Rede Federal, têm destaque os programas para qualificação de docentes em países com destacada atuação na educação profissional.

O programa Professores para o Futuro, por exemplo, enviou docentes dos institutos federais para capacitação, por cinco meses, em universidades de ciências aplicadas da Finlândia. Nesse modelo de formação, 105 professores já foram capacitados no Canadá e na Finlândia.

Outros 457 professores foram encaminhados para capacitação por meio de quatro chamadas lançadas até o final de 2015. Além disso, 317 servidores foram capacitados em Tecnologia da Informação e 200 gestores participaram de cursos de capacitação em gestão, realizados em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Foram ofertadas ainda, para o biênio 2015/2016, mil vagas para o curso Pós-Graduação lato sensu em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica, 268 vagas para mestrado e 100 vagas no Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral) e, aproximadamente, 6 mil vagas em cursos financiados pela Bolsa-Formação, na modalidade de demanda Pronatec Serviços Públicos, para os servidores da Rede.

O empenho em torno do Pronatec e o fortalecimento da educação profissional brasileira pode ser observado na evolução do Brasil na *WorldSkills*.

O Brasil foi o campeão da 43ª edição da *WorldSkills Competition*, a maior prova prática para estudantes da educação profissional e tecnológica do mundo, realizada em São Paulo em 2015. Após quatro dias de competição, a equipe brasileira foi premiada com 11 medalhas de ouro, dez de prata e seis de bronze.

O País ainda contou com 18 certificados de excelência. Os números deram 99 pontos ao Brasil, o melhor resultado da história do País. Na edição de 2011, realizada em Londres, o País ficou em oitavo lugar na classificação geral. Em 2013, em Leipzig, Alemanha, subiu para a quinta colocação.

O número de competidores subiu de 28 em 2011 para 56 em 2015, com destaque para os estudantes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial e Comercial (Senai e Senac).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0582 DO PROGRAMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – 2031

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS3	
		2014	2015
0582	No Exercício[1]	5.497.651.543	4.391.957.603
	RPNP[2]	1.429.464.722	1.120.550.946
	Gastos Tributários		
TOTAL DO OBJETIVO		6.927.116.265	5.512.508.549

Fonte: Siafi/STN e SRF/MF Demonstrativo dos Gastos Tributários - DGT2011 a DGT2015

1 Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício

2 Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercício anteriores.

3 Consulta ao Siafi em 31/12/2015 (Autorizado para o Exercício: R$ 8,0 bi / Empenhado: R$ 6,4 bi)

Análise do Alcance das Metas Quantitativas

Meta 01SA: Elevar o número de escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para 562.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, uma das iniciativas do Pronatec, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para a população brasileira. Das 208 novas unidades previstas para o período 2011-2014, todas já entraram em funcionamento, totalizando 562 escolas em atividade em 2015.

Para dar continuidade à consolidação das unidades criadas até o final de 2014, bem como à modernização das demais unidades da Rede Federal, em 2015, foram investidos R$ 825 milhões no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal.

Meta 01SI: Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes.

De 2011 a 2015, foram realizadas mais de 9,2 milhões de matrículas pelo Pronatec, entre cursos técnicos e cursos de qualificação profissional. Somente até novembro de 2015, por meio das cinco iniciativas do Programa, foram realizadas 1,14 milhão de matrículas, perfazendo um orçamento de R$ 4,7 bilhões e atendendo cerca de 3 mil Municípios.

O número total de matrículas ainda está em apuração e a previsão é de que se atinja 1,3 milhão de matriculados em 2015. Participaram desse esforço, como parceiros demandantes, 15 ministérios e as 27 secretarias estaduais e distrital de educação e, como parceiros ofertantes, todas as redes de educação profissional do País.**Meta 03VD: Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.**

Desde sua implantação, em 2011, o Programa Mulheres Mil realizou 82.358 matrículas em todo o País, sendo 7.294 matrículas em 2015. A partir de 2014, o Programa Mulheres Mil passou a ser atendido pela iniciativa Bolsa-Formação do Pronatec.

Assim, as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social são amplamente atendidas por outras modalidades de demanda da Bolsa-Formação do Pronatec, com destaque para o Pronatec Brasil sem Miséria.

Cabe destacar que, por meio do Pronatec Brasil sem Miséria, registra-se o valor acumulado de mais de 1,7 milhão de matrículas, ressaltando que cerca de dois terços das matrículas são ocupadas por mulheres .

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2011-2012	2013	2014	2015	
Elevar o número de escolas da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica para 562.	Escolas	562	430	470	562	562	100%
Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendente.	Vagas	8.000.000	2.559.314	5.571.312	8.123.689	9.200.000*	117,5%
Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.	Mulheres	100.000	18.787	37.183	75.064	82.358	82,3%

Fonte: Setec/MEC / *expectativa. O número exato de matrículas será divulgado na última semana de fevereiro /2016.

Análise do Alcance das Metas Qualitativas

Meta 01S9: Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.

As metas 11 e 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelecem, por meio de estratégias, o atingimento da relação de 20 alunos por professor para a educação profissional técnica de nível médio e 18 alunos por professor para a educação superior.

O acompanhamento de tal relação tem contribuído para o desenvolvimento das ações de consolidação das unidades, de forma a garantir o adequado desenvolvimento das atividades inerentes à atuação do docente: pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga.

A Portaria Ministerial MEC nº 818, de 13 de agosto de 2015, regulamentou o conceito de Aluno-Equivalente e a Relação Aluno por Professor (RAP). Nessa mesma data, foi publicada a Portaria Setec nº 25, que definiu conceitos e estabeleceu fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das instituições da Rede Federal.

A partir da publicação dessas portarias, foram definidos os indicadores de gestão a serem implementados na Rede Federal, suas metas, valores de referência e método de cálculo.

Assim, em 2015, a RAP da Rede Federal passou por atualização na forma de cálculo, considerando a já citada regulamentação do conceito de Aluno-Equivalente.

O conceito é aplicado a todos os cursos, desde a qualificação profissional até a pós-graduação. São considerados a carga horária, o número de docentes e o grau de complexidade dos cursos, especialmente a exigência de aulas práticas com divisão de turmas.

A medida contribuiu para o aprimoramento dos instrumentos de gestão, indicadores e desenvolvimento das instituições, além de promover maior transparência dos resultados apresentados pelas instituições para a sociedade. Com a nova metodologia, que considera Aluno-Equivalente, em 2015, a RAP da Rede Federal atingiu o valor preliminar de 18,5 estudantes por professor.

Meta 01SC: elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.

O Pronatec constitui o esforço mais representativo do Governo Federal para elevar o número de matrículas em cursos de educação profissional e tecnológica. Foram realizadas, entre 2011 e 2015, mais de 9,2 milhões de matrículas em cursos técnicos e cursos FIC, por meio do Pronatec, com previsão de alcance de 1,3 milhão de matrículas em 2015.

Importante ressaltar que cerca de 30% da oferta do Pronatec se deu em cursos técnicos e essa expansão, viabilizada pelo esforço de todas as redes de educação profissional e tecnológica, refletiu-se nos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2014, que registrou um aumento de matrículas em cursos técnicos de nível médio, de 1.250.900 matrículas em 2011 para 1.741.528 em 2014, considerando apenas cursos técnicos concomitantes, subsequentes e integrados ao ensino médio.

Além disso, em 2014 foram registradas, conforme dados do Censo Escolar, 42.875 matrículas em cursos de técnicos na modalidade educação de jovens e adultos e 101.201 matrículas em cursos normais/magistério.

Considerando todas essas formas de oferta, entre 2011 e 2014 houve um crescimento de 29,36% na oferta, passando de 1.457.623 matrículas em 2011 para 1.885.604 em 2014.

Esse aumento significativo também é registrado nos cursos superiores de tecnologia, que passaram de 870.534 matrículas em 2011 para 1.029.767 matrículas em 2014, conforme os dados do Censo de Educação Superior.

Meta 01SE: Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020.

Por meio das iniciativas que compõem o Pronatec, de 2011 a 2014, foram realizadas 2,7 milhões matrículas em cursos técnicos de nível médio, somando os cursos oferecidos por meio da Bolsa-Formação, Brasil Profissionalizado, e-Tec, Acordo de Gratuidade e Rede Federal.

Em 2015, foram realizadas cerca de 440 mil matrículas em cursos técnicos pelo Pronatec. Uma das formas de acesso aos cursos técnicos subsequentes é o Sisutec, que utiliza notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para seleção dos estudantes.

Em 2015 participaram da seleção 196.855 estudantes inscritos e foram realizadas 62.163 matrículas.

Entre os desafios para expansão da oferta, está a integração entre educação profissional e setor produtivo, com cursos que, cada vez mais, reflitam a demanda por formação profissional e o incentivo à progressão dos estudos na educação profissional, por meio de itinerários formativos e reconhecimento de saberes, conhecimentos e competências.

Ambas as frentes têm sido priorizadas pelo Pronatec, seja pela articulação entre os parceiros ofertantes e demandantes, seja pela priorização de vagas de cursos que componham itinerários, bem como pela garantia de continuidade de matrícula para o estudante que se matriculou em cursos dessa natureza.

A Meta 11 do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio. A Linha de Base do PNE, elaborada pelo Inep/MEC e divulgada em 2015, considera, para acompanhamento da Meta 11, as seguintes etapas: cursos técnicos concomitantes, cursos técnicos subsequentes, ensino médio integrado à educação profissional e EJA articulada à educação profissional, já acompanhadas nos Monitoramentos do PPA anteriores e, ainda, ensino médio normal/magistério.

Assim, segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, em 2014, estavam matriculados em cursos de educação profissional técnica de nível médio 1.885.604 estudantes. Considerando as mesmas etapas e modalidades, em 2011, eram 1.457.623 matrículas, o que reflete os esforços envidados nessa frente.

Demais Resultados

A meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que 25% dos cursos de educação de jovens e adultos (EJA) sejam integrados à educação profissional e tecnológica. Dessa forma, os indicadores de acesso e permanência evidenciam que é preciso integrar a formação geral oferecida na EJA com a formação profissional, nas etapas do ensino fundamental e médio.

Além disso, é preciso implantar a prática do reconhecimento de saberes e competências nas instituições de ensino, tornando mais atrativo o acesso e a permanência dos jovens e adultos que não terão que estudar novamente conhecimentos que já possuem, evitando que o curso tenha duração mais longa que o necessário.

A EJA articulada à educação profissional e tecnológica abre novas oportunidades de continuidade dos estudos para os jovens e adultos que, por meio dos itinerários formativos, poderão concluir a EJA e seguir a sua formação em cursos técnicos e posteriormente cursos tecnológicos.

É preciso, ainda, que essa modalidade de educação aprimore a sua qualidade e amplie a sua atratividade e valorização junto aos jovens. Dessa forma, será possível aumentar mais rapidamente a produtividade do trabalho e a cultura da inovação, o que contribuirá para o desenvolvimento econômico e social do País.

As matrículas em cursos técnicos na modalidade EJA registradas pelo Censo Escolar da Educação Básica partiu de 35.993, em 2012, para 42.875, em 2014.

Dadas as dificuldades de implementação das políticas de ampliação da quantidade de vagas ofertadas em cursos de EJA na forma articulada à educação profissional pelas redes de educação profissional, deve haver processo de indução para esta ação, por meio de priorização de oferta no âmbito das iniciativas do Pronatec.

Para isso, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu uma agenda de ações estratégicas, visando à articulação das redes de educação profissional e tecnológica com as redes de EJA, bem como outros agentes sociais e, especialmente, os ministérios que tratam de políticas de cunho social e aquelas voltadas ao desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o MEC está construindo, junto aos ministérios do Trabalho (MT), da Pesca e Aquicultura (MPA), da Cultura (MinC), do Turismo (MTur)

e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), estratégias para identificação de demandas e mobilização dos trabalhadores para os processos de certificação.

A partir do trabalho realizado junto aos ministérios citados, as ações serão estendidas para outros ministérios e agentes sociais, tendo em vista a consolidação da Rede Certific em 2016.

Considerando a atuação dos institutos federais e a incorporação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica e dos Serviços Nacionais e Aprendizagem como instituições certificadoras, foram definidas estratégias para a participação dessas instituições, sobretudo, visando à garantia de gratuidade na oferta e à utilização do processo de certificação profissional como mecanismo de acesso a cursos técnicos e formação inicial e continuada (FIC), inclusive com elevação de escolaridade para o público da EJA.

Com a participação desses diversos interlocutores, busca-se a ampliação da oferta em consonância com as demandas sociais e econômicas, para que o acesso a cursos técnicos e de qualificação profissional repercuta na elevação de escolaridade e na inserção no mundo do trabalho.

Ainda com o objetivo de realizar o alinhamento de ações, está em construção um documento referência para a educação profissional articulada à EJA, que define diretrizes operacionais para a atuação das redes públicas e mecanismos para fortalecimento e ampliação da oferta e mobilização do público para acesso às vagas.

Dar continuidade à ampliação de vagas na educação profissional e tecnológica constitui um grande desafio que tem como oportunidades a expansão das redes públicas de educação profissional e tecnológica, viabilizada, entre outros, pela Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e pelo Programa Brasil Profissionalizado.

A expansão das redes estaduais de EPT é uma ação importante no âmbito do Pronatec, pois amplia a estrutura permanente para a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, com escolas técnicas estaduais construídas, ampliadas, reformadas e equipadas para oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Em 2015, no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado, 49 obras foram concluídas, sendo 15 ampliações, 22 construções e 12 reformas. Com isso, desde 2011, foram concluídas 341 obras no âmbito do Programa.

Outro destaque na expansão da oferta é a alteração da lógica da oferta de educação profissional, que foi sempre definida pelas instituições de ensino e não pela demanda do mundo do trabalho, o que foi modificado pela relação entre ofertantes e demandantes do Pronatec.

Entre os desafios, destacam-se as limitações relativas ao financiamento, seja de vagas por meio da Bolsa-Formação e da Rede e-Tec Brasil ou da expansão das redes públicas de educação profissional e tecnológica.

Nessa seara, o MEC tem envidado esforços para a ampliação da oferta de cursos a distância, para o desenvolvimento e o compartilhamento de tecnologias educacionais e objetos de aprendizagem, expansão de polos de apoio presencial, formação de professores e utilização de plataformas abertas, estruturação de cursos em itinerários formativos, incluídos aqueles voltados para o jovem aprendiz, além de ações voltadas para o fortalecimento das iniciativas de reconhecimento de saberes, conhecimentos e competências profissionais desenvolvidos em processos formais e não formais de aprendizagem, em articulação com os demais sistemas de ensino.

4.2.3. Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

É inquestionável a relevância da educação superior para a caminhada rumo ao desenvolvimento e à geração de inovações tecnológicas e dinamismo econômico.

Considerando que a educação deve observar os ideais de solidariedade humana e liberdade e ter por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e ainda, igualdade de condições para o acesso e permanência, o Ministério da Educação (MEC) vem investindo significativamente na educação superior.

De acordo com o Censo da Educação Superior, o número de matrículas em graduação aumentou de 3,94 milhões, em 2003, para 7,8 milhões em 2014. Além disso, observa-se o crescimento na oferta de vagas em graduação presencial nas universidades federais de 109 mil, em 2003, para 251 mil, em 2014.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a taxa bruta de matrículas dos cursos de graduação no Brasil era de 18,6%, em 2004, e alcançou a marca de 32,1%, em 2014. Trata-se de um indicador da capacidade de absorção do sistema educacional e é definido conceitualmente pelo total de matriculados na educação superior (independentemente da idade) em relação ao total populacional em idade considerada adequada para cursar esse nível, ou seja, entre 18 e 24 anos.

Já o indicador taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior, que aponta o percentual da população brasileira de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu a educação superior, também apresentou um crescimento constante entre 2004 e 2014, partindo do patamar de 12,3% para 21,2%.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras.

O Plano apresenta 20 metas que apontam o horizonte para o qual os esforços dos entes federados e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação de qualidade para todos. Dentre as metas do PNE, destaca-se um conjunto de metas que se refere mais especificamente ao ensino superior. São elas:

- Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público;
- Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores;
- Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Em consonância com o PNE 2014-2024, o PPA 2012-2015 teve como eixos norteadores: a expansão da oferta de vagas na educação superior; a garantia de qualidade na educação; a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico.

Deve-se ressaltar, ainda, que as metas e estratégias propostas no PNE dependem do esforço conjunto da União, Estados e Municípios.

No âmbito da pós-graduação, o sistema de ciência e tecnologia conta com uma infraestrutura e um modelo de capacitação de recursos humanos de alto nível que tem propiciado inúmeros benefícios concretos, possibilitando ao Brasil expandir sua autonomia científica e tecnológica em curto prazo.

Nesse contexto, é necessário garantir que o maior número possível de alunos possa concluir seus estudos, bem como atrair um contingente de alunos novos, estimulando-os a ingressar na carreira acadêmico-científica.

A democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, é um dos compromissos do Governo Federal. Os desafios para alcançar esse objetivo estão sendo enfrentados, e muitas políticas públicas estão sendo aprimoradas para buscar, com a colaboração dos entes federados, uma educação de qualidade para todos, com redução das desigualdades.

OBJETIVO 0841 – Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

São notórias as transformações vivenciadas na educação superior nos últimos anos, refletindo o esforço do Governo Federal no empreendimento de programas e ações que busquem ampliar o direito de acesso a esse nível de ensino, que historicamente se configurou reservado a uma pequena parcela da sociedade.

Na última década, além da ampliação do número de instituições federais de ensino superior (Ifes), ocorreu um grande investimento no processo de interiorização da oferta de vagas em universidades federais, por meio da criação de novos câmpus e, ainda, foco na integração regional e internacional.

Tais ações vêm contribuindo para a permanência e a diplomação dos estudantes e a democratização do acesso às universidades, públicas e privadas.

As ações implementadas pelo MEC vêm possibilitando uma expansão significativa da Educação Superior pública federal, com um importante aumento no número de vagas de graduação oferecidas nos processos seletivos de ingresso.

Em 2014, segundo dados do Censo da Educação Superior, foram ofertadas, aproximadamente, 251 mil vagas de graduação presencial nos processos seletivos de ingresso e registradas 958.796 matrículas.

Destaca-se também o número de matrículas de educação a distância nas Ifes, que, em 2014, atingiu a marca de 87,8 mil, totalizando mais de 1 milhão de matrículas em graduação nas universidades federais.

O MEC é responsável pela regulação, supervisão e avaliação do sistema federal de educação, do qual fazem parte as instituições de ensino superior públicas federais e as instituições privadas. O sistema federal representa 91% das instituições de ensino superior, 84% dos cursos superiores ofertados e 89% das matrículas da educação superior do País.

Ressalta-se que a supervisão e regulação tem como objetivo acompanhar constantemente a situação da oferta da educação nos cursos e IES no Sistema Federal de Ensino a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior com a legislação aplicável; resguardar os interesses dos alunos, comunidade acadêmica e sociedade e induzir a elevação da qualidade da educação superior ofertada pelas IES.

Diante desse universo de instituições e cursos de educação superior, o Governo Federal tem buscado novas estratégias de regulação e supervisão, com a edição de atos normativos e a publicação de manuais, resultando em maior capacidade logística e agilidade no tratamento dos processos regulatórios e demandas por expansão da educação superior, conforme as metas do PNE.

Em 2015, foram editados 9.260 atos regulatórios, destacando-se 1.796 autorizações de cursos, 5.906 reconhecimentos e renovações de reconhecimento de cursos e 1.372 aditamentos. Além disso, foram editados 590 atos de supervisão, que visam ao cumprimento da legislação educacional e à indução de melhorias dos padrões de qualidade da educação superior.

O Governo Federal vem implementando ações e estratégias que se materializam não só por meio de investimentos diretos e indiretos, como também por um conjunto de programas integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior e a preocupação com a qualidade da oferta.

Nesse sentido, o MEC tem tomado diversas iniciativas com a finalidade de estender a uma parcela maior da população a possibilidade de alcançar os mais altos níveis de ensino com qualidade. Exemplo deste esforço encontra-se na instituição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O Sisu é um processo unificado que seleciona os estudantes para a educação superior pública, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por meio de um sistema informatizado.

O Sisu contou, em 2015, com a participação de 128 instituições públicas e gratuitas de educação superior que ofertaram 205.514 vagas em 5.628 cursos na edição do primeiro semestre. Foram 2.791.334 candidatos inscritos e 5.431.904 inscrições (considerando que cada candidato pode escolher até dois cursos).

Na edição do segundo semestre, foram ofertadas 55.571 vagas em 1.564 cursos de 72 instituições. No total, 131 instituições públicas e gratuitas distintas ofertaram 261.085 vagas pelo Sisu no ano de 2015.

O ProUni, instituído em 2005, amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas em contrapartida à isenção de impostos.

Também em consonância com a política de expansão da educação superior, o Fies possibilita a concessão de financiamento a estudantes de instituições privadas, em cursos com avaliação positiva pelo MEC.

Entre 2010 e 2015, o Fies registrou a assinatura de 2,18 milhões de novos contratos (sendo 1,95 milhão no período do PPA 2012-2015). Em 2015, o Fies passou por reformulações para garantir melhor distribuição dos recursos públicos disponibilizados para o financiamento de estudantes da educação superior.

O Programa de Extensão Universitária (Proext) é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior.

O programa apoiou, em todo o território nacional, 656 propostas de extensão universitária em 2015, com um orçamento total de R$ 85 milhões.

Já o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), criado em 2007, visa combater as desigualdades sociais e regionais, bem como ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal.

Com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, o Pnaes oferece assistência para moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, e apoio pedagógico.

De 2012 a 2015 foram investidos mais de R$ 2,7 bilhões, sendo que em 2015, esse valor foi de R$ 895 milhões.

Destaca-se, ainda, o Programa Bolsa Permanência, que concede auxílio financeiro a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, incluindo os estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em instituições federais, com a finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação.

No período de 2013 a 2015 foram concedidas 336.583 bolsas com recursos de aproximadamente R$ 177 milhões.

Em 2013 o Programa beneficiou 6.581 estudantes e em 2014, foram 15.422 estudantes beneficiados.

Em 2015, o Programa Bolsa Permanência concedeu bolsas para mais de 20 mil estudantes, dentre eles 4.167 indígenas e 1.345 quilombolas, totalizando um investimento de R$ 106,6 milhões.

O Programa Incluir, que tem como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, em 2015, disponibilizou recursos na ordem de R$ 11,3 milhões para universidades federais executarem ações no âmbito do programa, de acordo com a quantidade de alunos matriculados na graduação presencial.

No período de 2011 a 2015 foram investidos mais de R$ 41 milhões em Universidades federais distribuídas em todas as unidades federativas do País, a fim de apoiar o desenvolvimento inclusivo das Ifes.

As ações de promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação superior, tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas de educação superior, tem resultado no crescimento das matrículas dos estudantes com deficiência, que em 2003 eram 5.078, chegando a 33.475 em 2014, o que representa um crescimento de 559%.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) destina-se a ofertar acesso a cursos de graduação em instituições de educação superior brasileiras a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico.

Em 2015, 59 estudantes de 14 países concluíram seus estudos de graduação, de um total de 1.921 alunos regulares de 49 instituições de educação superior (IES).

É importante observar que, em função das greves nas universidades, muitas IES públicas que concentram 93% dos estudantes do programa ainda não concluíram o período letivo de 2015. Espera-se, portanto, que, até março de 2016, outros 238 alunos concluam seus cursos.

Já o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) é uma iniciativa para concessão de auxílio financeiro fixado em R$ 622,00, que beneficia estudantes-convênio que estudam no Brasil por meio do PEC-G regularmente matriculados em cursos de graduação em Ifes, consolidando uma política de intercâmbio que promove maior integração entre o Brasil e outros países em desenvolvimento. Em 2015, o projeto teve como meta o atendimento a 783 estudantes-convênio matriculados, com um orçamento superior a R$ 5,8 milhões.

O Programa de Educação Tutorial (PET), desenvolvido por grupos de estudantes bolsistas sob a orientação de um professor tutor, é uma importante ação para a formação acadêmica ampla do estudante de graduação.

No período de 2012 a 2015, o valor do investimento e beneficiados se manteve invariável: R$ 78,8 milhões para 842 grupos de PET, beneficiando 10.104 estudantes e 842 professores, a cada ano. Para custear as atividades desenvolvidas pelos grupos (compra de materiais de consumo, passagens para congressos e simpósios etc.), foram transferidos cerca de R$ 3,2 milhões.

Com base nas metas estabelecidas para 2015, em relação aos Programas de Residências em Saúde, observa-se uma ampliação quanto ao número de programas de residência e ao quantitativo de vagas autorizadas.

Em 2015, foi aprovada a abertura de 1.908 novas vagas, considerando de R1 a R6 (1° ao 6° ano de residência médica), em Programas de Residência Médica para diversas especialidades e áreas de atuação profissional nas Ifes, totalizando 10.960 vagas de residência médica nessas instituições.

No tocante aos Programas de Residências em Área Profissional da Saúde, destinados aos demais profissionais da saúde, em 2015 foram aprovadas 494 novas vagas nos programas ofertados pelas Ifes, totalizando 3.715 vagas. Ainda em relação a Residência para outros profissionais da Saúde, foram aprovados 208 novos programas, totalizando 1.250 programas com 7.420 vagas preenchidas.

No período de 2012 a 2015, com recurso do MEC, o investimento em bolsas para residências em área profissional da saúde totalizou R$ 1,5 bilhão. Somente em 2015, o MEC financiou 11.680 bolsas por mês, sendo 8.053 para residência médica e 3.627 para residência em área profissional da saúde com investimentos de R$ 483,8 milhões.

No âmbito da Expansão das Escolas Médicas das Ifes, em 2015 foram autorizados sete novos cursos de graduação em Medicina, totalizando 456 vagas. Três desses novos cursos já tiveram suas atividades iniciadas em 2015, e os demais iniciarão suas atividades no primeiro semestre de 2016.

Adicionalmente, em 2015, foram autorizadas 275 novas vagas em 13 cursos já existentes. Com relação à contratação de docentes para esses cursos, foram autorizadas, em 2015, nas 63 Ifes, 880 vagas.

O Programa Mais Médicos prevê a criação de 11.500 novas vagas de graduação em Medicina até 2017 em instituições públicas e privadas, sendo que 5.849 (51%) já foram autorizadas em 88 Municípios (2.100 vagas públicas e 3.749 vagas privadas), das quais 65% em cursos novos. Atualmente estão em andamento editais de chamada pública para autorizar mais 4.347 novas vagas em instituições de ensino superior privadas em 63 Municípios que não possuem graduação em Medicina.

Assim, no âmbito das Ifes, foram criadas 2.100 novas vagas por meio do Programa Mais Médicos, totalizando a oferta de 6.603 vagas de graduação em Medicina em 2015 em universidades federais.

Também no escopo do Programa Mais Médicos para o Brasil, foram executadas quatro edições do Módulo de Acolhimento e Avaliação, aprovando 979 médicos intercambistas. Vale ressaltar que em 2015 atuaram 14.977 médicos no Programa, que tiveram o apoio de 208 tutores e 1.960 supervisores acadêmicos ativos financiados pelo MEC.

O Governo Federal, por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), atua na gestão de hospitais universitários federais em conjunto com as universidades federais. Seu foco de atuação são os serviços de atenção à saúde e de apoio ao ensino, à pesquisa, à inovação tecnológica e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

As atividades desenvolvidas pela Ebserh, vinculada ao MEC, têm uma estreita relação com a capacidade das universidades federais para ampliação de vagas nos cursos da área da Saúde, com especial ênfase aos cursos de Medicina de que trata o Programa Mais Médicos. Atualmente, a Empresa administra 37 hospitais universitários de 29 instituições federais de ensino superior.

Em 2015, a atuação da Ebserh deu-se tanto na expansão e qualificação da rede de hospitais universitários federais já existentes, como nas ações de apoio à expansão dessa rede, por meio da incorporação ou da construção de novos hospitais para as universidades que abriram cursos sem dispor de hospitais próprios. Foram alocados cerca de R$ 9,8 bilhões na rede de hospitais universitários federais.

Desse montante, foram alocados pelo MEC cerca de R$ 7,7 bilhões na rede de hospitais universitários federais, dos quais R$ 6,2 bilhões destinaram-se ao cumprimento de despesas com pessoal e benefícios, R$ 1,3 bilhão à finalidade de custeio e R$ 200 milhões aos investimentos em capital.

A Ebserh também atua como órgão responsável pela gestão do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), executado em parceria com o Ministério da Saúde, contemplando ações em 50 hospitais.

No período de 2012 a 2015, no âmbito do Rehuf, foram investidos R$ 3 bilhões no apoio ao custeio das atividades assistenciais e na realização de obras de manutenção para reestruturação física e aquisição de equipamentos hospitalares, sendo que só em 2015, o investimento foi de R$ 656,3 milhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0841 DO PROGRAMAEDUCAÇÃO SUPERIOR– 2032

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS4	
		2014	2015
0841	No Exercício[1]	6.263.311.798	6.319.991.277
	RPNP[2]	2.411.800.607	1.699.744.800
	Gastos Tributários3	601.118.818	970.434.955
TOTAL DO OBJETIVO		9.276.231.222	8.990.171.032

Fonte: Siafi/STN e SRF/MF Demonstrativo dos Gastos Tributários - DGT2011 a DGT2015

1 Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

2 Valores liquidados no ano relativos restos a pagar não processados inscritos em exercício anteriores.

3 Renúncias tributárias para o ProUni, conforme previsão da SRF

4 Consulta ao Siafi em 31/12/2015 (Autorizado para o Exercício: R$ 11,1 bi / Empenhado: R$ 7,9 bi)

Análise do Alcance das Metas Quantitativas

Meta 03R2: Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324.

A expansão da Rede Federal, no período de 2011-2015, foi marcada pela criação de novos câmpus e de quatro novas universidades federais localizadas nas regiões Norte e Nordeste. A meta de implantação de 56 novos câmpus, prevista para o período 2011-2015, foi atingida, sendo que todos já iniciaram suas atividades, totalizando 331 câmpus. Além desses, nove câmpus foram pactuados, com previsão de início de suas atividades em 2016.

Meta 03R3: Elevar o número de universidades federais para 63.

A educação superior passou por um processo de expansão atingindo o número de 63 universidades federais. Na região Norte, foi criada a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e, na região Nordeste, a Universidade Federal do Sul da Bahia, a Universidade Federal do Oeste da Bahia e a Universidade Federal do Cariri, buscando dar continuidade a esse processo, com ênfase no desenvolvimento regional.

Ressalta-se, ainda, a consolidação do processo de implantação de quatro instituições voltadas à integração regional e internacional: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324	Campi da Rede federal de educação superior	324	287	291	321	331	102%
Elevar o número de universidades federais para 63.	Universidades federais	63	59	63	63	63	100%

Fonte: Sesu/MEC

Análise do Alcance das Metas Qualitativas

Meta 02W8: Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.

Segundo os dados da Pnad, o indicador de taxa bruta de matrícula da educação superior demostra a aproximação dos índices de grupos historicamente excluídos frente à população em geral. Em 2009, a taxa bruta da educação superior para a população em geral era 26,7% e alcançou 30,3% em 2014, representando um aumento de 13,5% no período.

Entre a população negra, a taxa bruta de matrícula saltou de 17,7% em 2009 para 23,9% em 2014, um aumento de 35%.

Também é significativo o avanço para o alcance da meta quando analisamos o crescimento da taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do País.

Em 2009, a região de menor escolaridade era a Nordeste e registrou uma taxa de 18,4%; já em 2014, a mesma região registrou a taxa de 25,7%.

O avanço é mais evidente quando se analisa a população composta pelos 25% mais pobres, cuja taxa bruta de matrícula da educação superior saltou de 3,7% em 2009 para 8,5% em 2014, um crescimento de 130%.

O Ministério da Educação realiza diversas ações para reduzir a desigualdade ainda existente no acesso à educação superior, entre as diferentes regiões brasileiras, entre os grupos populacionais e entre os diferentes estratos socioeconômicos. Para isso, são necessárias não só ações que ampliem o acesso de grupos historicamente excluídos à educação superior, mas também ações que promovam a sua permanência e conclusão dos estudos.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, tem por finalidade promover maior equidade no acesso à educação superior, por meio da reserva de vagas a grupos minoritários.

A Lei estabelece uma reserva de 50% das vagas das universidades federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e 50% dessas vagas devem ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita.

A reserva de vagas deve ainda observar a proporção de pretos, pardos e indígenas da população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último Censo do IBGE.

Desse modo, faz um corte social e étnico-racial, criando quatro categorias de beneficiários da política federal de acesso ao ensino superior:

- pretos, pardos e indígenas com até um salário mínimo e meio de renda familiar;
- pretos, pardos e indígenas, independentemente da renda;
- estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública, independentemente de pertencimento étnico-racial, com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio; e
- estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública, independentemente de pertencimento étnico-racial e da renda.

A Lei prevê, ainda, que as instituições federais de educação superior deverão implementar, no mínimo, 12,5% da reserva de vagas prevista a cada ano, e terão o prazo máximo de quatro anos, a partir da sua publicação, ou seja, até 2016 todas as Ifes deverão garantir o percentual mínimo de 50% para a reserva de vagas prevista na lei.

Até 2012, as universidades federais podiam delinear as políticas afirmativas mais adequadas ao contexto social em que estavam inseridas. Todavia, a Lei de Cotas uniformizou o tratamento da matéria, estabelecendo uma política afirmativa aplicável a todas as universidades e institutos federais, resguardando, porém, a possibilidade de manutenção ou criação de programas adicionais.

A experiência da implantação de cotas apresenta resultados positivos em diversos aspectos, uma vez que a evasão entre os estudantes que ingressam por meio de cotas é significativamente inferior à dos demais e o desempenho acadêmico dos beneficiados mostra-se igual ou superior à média.

Também com vistas à ampliação da participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior nas instituições privadas de ensino superior, o Programa Universidade para Todos (ProUni) destina uma parcela de sua oferta de bolsas a estudantes pretos, pardos e indígenas.

Desde sua instituição em 2005, mais de 51% das bolsas concedidas pelo ProUni foram ocupadas por esse público, totalizando 904.018 bolsas das 1.749.893 ocupadas no programa.

Ainda no âmbito do ProUni, há concessão do benefício da bolsa permanência aos estudantes dos cursos que atendem seus critérios legais. Em 2015, do orçamento da União destinado ao Programa Bolsa Permanência, R$ 30,2 milhões foram destinados ao pagamento de bolsas permanência no ProUni, beneficiando uma média mensal de 6.302 bolsistas do programa.

O Programa Bolsa Permanência, ação que visa contribuir com o desempenho acadêmico dos estudantes de graduação matriculados em Ifes, concede auxílio financeiro buscando minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor de R$ 400,00 é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

Um valor diferenciado é garantido aos estudantes indígenas e quilombolas, que recebem R$ 900,00, devido às suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, à situação geográfica, aos costumes, às línguas, às crenças e às tradições.

Os estudantes indígenas e quilombolas, quando matriculados em cursos de licenciaturas interculturais, continuam fazendo jus à bolsa permanência durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na Ifes até o limite máximo de seis meses.

No período de 2013-2015, foram concedidas 336.583 bolsas com recursos de aproximadamente R$ 177 milhões. Em 2013 o Programa beneficiou 6.581 estudantes e em 2014, foram 15.422 estudantes beneficiados. Em 2015, o Programa Bolsa Permanência concedeu bolsas para mais de 20 mil estudantes, dentre eles 4.167 indígenas e 1.345 quilombolas, totalizando um investimento de R$ 106,6 milhões.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

Em 2014, foi lançado o primeiro edital do programa e selecionadas 24 propostas de cursos de formação preparatória, que ofertadas em 2015 e a serem ofertadas em 2016, para pós-graduação de diferentes IES federais, estaduais, municipais e comunitárias, contribuindo para a institucionalização e solidificação de experiências de ação afirmativa.

Meta 02WA: Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020.

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê, como uma das estratégias da Meta 12 (ampliação das taxas bruta e líquida na educação superior), a oferta de, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos em instituições federais de educação superior (Ifes).

Com as ações do Governo Federal voltadas para a expansão da Rede Federal de Educação Superior, o número de vagas ofertadas em cursos noturnos vem aumentando. Conforme Censo da Educação Superior 2014, foram ofertadas, aproximadamente, 251 mil vagas de graduação presencial nos processos seletivos de ingresso, sendo que a oferta de vagas em cursos noturnos foi da ordem de 75.563, o que corresponde a 30% do total de vagas ofertadas.

Meta 02WF: Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020.

O PNE prevê, como uma das estratégias da Meta 12 (ampliação das taxas bruta e líquida na educação superior), elevar gradualmente a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito). Conforme os dados Censo da Educação Superior, em 2012 o índice era 16,8, passando para 15,94 em 2013 e atingindo a marca de 14,96 alunos por professor em 2014.

Associado à expansão de vagas e cursos na Educação Superior, tem-se investido na ampliação do quadro de recursos humanos para atender ao processo de expansão. No período de 2011-2015, o quadro de pessoal teve um acréscimo de 13.236 docentes, totalizando, em dezembro de 2015, 79.280 professores. Esforços também são investidos para a ampliação do corpo de técnico-administrativos das Ifes, que contava, em 2015, com um quadro autorizado de 105.936 cargos.

Destaca-se ainda o investimento na qualificação do pessoal docente das universidades federais. Em 2015, o percentual de mestres e doutores nessas instituições chegou a 73%, com 58.758 doutores e 17.168 mestres.

Meta 02WG: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

De acordo com o Censo da Educação Superior, o número de matrículas em graduação aumentou de 3,94 milhões em 2003 para 7,8 milhões em 2014.

Além disso, observa-se também crescimento na oferta de vagas em graduação presencial nas universidades federais, que aumentou de 109 mil em 2003 para 251 mil em 2014.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a taxa bruta de matrículas dos cursos de graduação no Brasil era de 18,6%, em 2004, e alcançou a marca de 32,1% em 2014. Trata-se de um indicador da capacidade de absorção do sistema educacional e é definido conceitualmente pelo total de matriculados na educação superior (independentemente da idade) em relação ao total populacional em idade considerada adequada para cursar esse nível, ou seja, entre 18 e 24 anos.

Já o indicador taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior, que aponta para o percentual da população brasileira de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu a educação superior, também apresentou um crescimento constante entre 2004 e 2014, partindo do patamar de 12,3% para 21,2%.

O Governo Federal vem implementando ações e estratégias que se materializam não só por meio de investimentos diretos e indiretos, como também por um conjunto de programas integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior e a preocupação com a qualidade da oferta.

Nesse sentido, o MEC tem tomado diversas iniciativas com a finalidade de estender a uma parcela maior da população a possibilidade de alcançar os mais altos níveis de ensino com qualidade.

Assim, o Programa Universidade para Todos (ProUni) colaborou com evolução da taxa bruta de matrícula na educação superior em consonância com a meta estabelecida no PNE, pois promoveu, desde 2011, uma crescente disponibilização de bolsas de estudo na educação superior privada tendo, em 2015, ofertado 329.117 bolsas e alcançado a marca de 1,7 milhão de estudantes atendidos nos dez anos de instituição do Programa.

Também contribuindo para a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com os aprimoramentos instituídos a partir de 2010, entre eles, a criação do Fundo Garantidor (FGEDUC), que dispensa a apresentação de fiador e a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, registrou a assinatura de 2,18 milhões de novos contratos, superando a meta prevista de 1,5 milhão de contratos, dos quais mais de 283 mil foram firmados apenas em 2015, com valores que totalizam R$ 45,5 bilhões.

Desde sua criação em 1999, o Fies já atendeu a 2,74 milhões de estudantes. Em 2015, o Fies passou por algumas reformulações para garantir melhor distribuição dos recursos públicos disponibilizados para o financiamento de estudantes da educação superior, entre as quais se destacam:

- a priorização de cursos com melhores indicadores pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de áreas prioritárias (Engenharias, Licenciaturas e Área da Saúde);
- realinhamento das condições de financiamento (nova taxa de juros, redução do prazo de amortização do contrato e modificação na taxa de juros trimestrais devida durante os prazos de utilização e de carência do financiamento);
- novo modelo de coparticipação, com a limitação do público-alvo do programa para estudantes com renda familiar per capita de até 2,5 salários mínimos; e
- definição plurianual de vagas, com realização de processo seletivo de estudantes para acessarem o financiamento pelo Fies, utilizando como critério de seleção a nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Meta 02WH: Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

De acordo com o Censo da Educação Superior, o número de matrículas em graduação aumentou de 3,94 milhões em 2003 para 7,8 milhões em 2014. Além disso, observa-se também crescimento na oferta de vagas em graduação presencial nas universidades federais, que aumentou de 109 mil em 2003 para 251 mil em 2014.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a taxa bruta de matrículas dos cursos de graduação no Brasil era de 18,6%, em 2004, e alcançou a marca de 32,1% em 2014. Trata-se de um indicador da capacidade de absorção do sistema educacional e é definida conceitualmente pelo total de matriculados na educação superior (independentemente da idade) em relação ao total populacional em idade considerada adequada para cursar esse nível, ou seja, entre 18 e 24 anos.

Já o indicador taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior, que aponta para o percentual da população brasileira de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu a educação superior, também apresentou um crescimento constante entre 2004 e 2014, partindo do patamar de 12,3% para 21,2%.

O Governo Federal vem implementando ações e estratégias que se materializam não só por meio de investimentos diretos e indiretos, como também por um conjunto de programas integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior e a preocupação com a qualidade da oferta.

Nesse sentido, o MEC tem tomado diversas iniciativas com a finalidade de estender a uma parcela maior da população a possibilidade de alcançar os mais altos níveis de ensino com qualidade. As ações implementadas vêm possibilitando uma expansão significativa do Sistema Público Federal de Educação Superior, com um importante aumento no número de vagas de graduação oferecidas nos processos seletivos de ingresso.

Em 2014, segundo dados do Censo da Educação Superior, foram ofertadas, aproximadamente, 251 mil vagas em graduação presencial e registradas 958.796 mil matrículas.

Destaca-se também o número de matrículas de educação a distância nas instituições federais de educação superior (Ifes), que, em 2014, atingiu a marca de 87,8 mil, totalizando mais de 1 milhão de matrículas em graduação nas universidades federais.

No mesmo viés, para a consecução das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), encontram-se tanto o Programa Universidade para Todos (ProUni) quanto o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) que, ao ofertarem bolsas de estudo e financiamento estudantil, respectivamente, à população de baixa renda, possibilitam a redução da ociosidade de vagas na educação superior

privada, uma vez que ampliam seu público-alvo e, consequentemente, o acesso, cumprindo o escopo de uma política de inclusão.

Assim, o ProUni colaborou com evolução da taxa bruta de matrícula na educação superior em consonância com a meta estabelecida no PNE, pois promoveu, desde 2011, uma crescente disponibilização de bolsas de estudo na educação superior privada tendo, em 2015, ofertado 329.117 bolsas e alcançado a marca de 1,7 milhão de estudantes atendidos nos dez anos de instituição do Programa.

Já o Fies registrou a assinatura de 2,18 milhões de novos contratos, superando a meta prevista de 1,5 milhão de contratos, dos quais mais de 283 mil foram firmados apenas em 2015, com valores que totalizam R$ 45,5 bilhões. Desde sua criação em 1999, o Fies já atendeu a 2,74 milhões de estudantes.

Meta 03RZ: Apoiar Entidades de Ensino Superior Não Federal.

O Ministério da Educação (MEC) possui programas de apoio a entidades de ensino não federais, cuja execução ocorre por meio de convênios, a exemplo do Programa de Extensão Universitária (Proext), do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil para Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais.

Em relação ao Proext, em 2015, foram apoiadas 656 propostas de extensão universitária com um orçamento que totalizou R$ 85 milhões. Desse total, foram empenhados R$15,8 milhões relativos a convênios celebrados com 18 instituições estaduais (86 propostas de extensão), 3 municipais (8 propostas de extensão) e 5 comunitárias (11 propostas de extensão).

No período de 2012 a 2015 foram investidos mais de R$ 320 milhões em 2.973 propostas apoiadas no Programa. Ainda em relação aos projetos especiais de graduação, o PET consolida-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor.

No período de 2012 a 2015, o valor do investimento e beneficiados se manteve invariável: R$ 78,8 milhões para 842 grupos de PET, beneficiando 10.104 estudantes e 842 professores, a cada ano. Foram apoiados 169 grupos PET em instituições não federais. Destes, 132 estão no âmbito de instituições estaduais, 1 em instituição municipal e 36 em instituições comunitárias.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil para Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais proporciona apoio financeiro para que as instituições estaduais públicas de ensino superior participantes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) possam desenvolver ações de assistência estudantil que atendam aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial.

Em 2015, o programa apoiou nove instituições, totalizando um repasse para investimento em ações de assistência estudantil no valor de R$ 16,5 milhões.

O programa atende prioritariamente estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das instituições estaduais de ensino superior gratuitas, atendendo prioritariamente àqueles alunos oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, ou ainda selecionados considerando requisitos adicionais fixados pelas instituições estaduais de ensino superior gratuito em ato próprio.

4.2.4. Programa 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A partir de 2005 as ações socioassistenciais foram estruturadas em um novo modelo de gestão, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza em todo o território nacional a oferta dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais.

O SUAS que se caracteriza como um dos instrumentos que marcaram o esforço do País nos anos recentes para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população, fundamenta-se na centralidade da família, na territorialização, na participação social e no financiamento e responsabilidade compartilhada pelas três esferas de governo, estando organizado em dois níveis de proteção social (básica e especial), conforme a complexidade das situações envolvidas.

Compõem o SUAS todos os Estados, o Distrito Federal e a totalidade dos Municípios brasileiros, formando uma rede de 8.088 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, dos quais 7.436 são cofinanciados (outros 30 CRAS cofinanciados encontram-se em processo de implantação ou de regularização, totalizando 7.466 unidades cofinanciadas).

Também compõem a rede cofinanciada, os 2.518 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas, sendo 2.247 implantados (2.202 municipais e 45 regionais) e 271 em processo de implantação (34 municipais e 237 regionais). Além dessa rede cofinanciada, existem 200 unidades em funcionamento que não recebem cofinanciamento federal.

A rede implantada de CRAS e Creas permite a cobertura de aproximadamente 27,5 milhões de famílias na proteção social básica e o atendimento mensal a 142 mil famílias e indivíduos na proteção social especial.

O SUAS também cofinancia 233 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centro Pop (dos quais 13 se encontram em processo de implantação), com capacidade de atendimento mensal de 100 a 200 casos/cada e 17 unidades Centro Dia, destinadas a pessoas com deficiência e idosas, com capacidade de 30 atendimentos/dia por unidade.

Na esfera federal, o SUAS também é responsável pela gestão e financiamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV), que beneficiaram em 2015, com um salário-mínimo mensal, aproximadamente 4,2 milhões de pessoas com deficiência e idosas, sem meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Com o SUAS, o cofinanciamento federal das ações socioassistenciais passou a ser realizado de forma regular e automática, com base em critérios universais, pactuados com representações das demais esferas federadas (Comissão Intergestores Tripartite – CIT) e aprovados pelo controle social (Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS),resultando na reconfiguração das ações, expansão da cobertura e redesenho da rede e de seus serviços.

Além disso, observa-se uma crescente integração da gestão do SUAS com outras políticas de proteção social: os órgãos gestores da assistência social também são responsáveis pela gestão local do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadúnico e da política de segurança alimentar, assim como vem sendo aprofundado o diálogo intersetorial com as demais políticas sociais.

Dentro do esforço para aprimorar os serviços e a gestão do SUAS, foi criado o Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS (CapacitaSUAS), que apoia os Estados e o DF na execução de seus planos de capacitação, alinhado às agendas prioritárias de âmbito nacional.

Entre 2012 e 2015 foram capacitados 20,4 mil trabalhadores, gestores e conselheiros. Para a execução do CapacitaSUAS, foi instituída uma Rede Nacional formada por 146 Instituições de Ensino Superior, Institutos Federais de Educação e Escolas de Governo, presentes nas cinco regiões do País, habilitadas e credenciadas pelo MDS por meio de chamamento público.

Também são unidades de prestação de serviços socioassistenciais, integradas ao SUAS, as entidades de assistência social de natureza privada, inscritas nos conselhos de assistência social dos Municípios e Distrito Federal.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) está implantando o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (Cneas), ferramenta onde os órgãos gestores locais de assistência social passarão a informar as ofertas socioassistenciais dessa rede, seus trabalhadores e colaboradores e seu público alvo.

Como mecanismo de financiamento indireto dessas entidades, é gerida pelo MDS a concessão e renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – Cebas. Um avanço verificado em 2015 foi a significativa redução do volume de processos de Cebas pendentes de decisão no MDS, reduzido de 7,3 mil para 2,2 mil processos.

Em dezembro de 2015, um conjunto de 5,8 mil entidades usufruía da certificação concedida pelo MDS.

As isenções tributárias funcionam como incentivo para as Entidades Socioassistenciais obterem a certificação Cebas, de acordo com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Entre os tributos isentos, previstos na Lei 11.457, de 16 de março de 2007, podem-se destacar:

- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);
- PIS/Pasep; e
- Parte patronal da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento.

A partir disso pode-se elaborar uma aproximação dos dados sobre gasto tributário referentes à Assistência Social, no âmbito do SUAS e compreendidas pelas Entidades Socioassistenciais, entendendo tal gasto como uma exceção ao tributo de referência, que alcança determinado grupo de contribuintes, com objetivo social distinto.

ESTIMATIVA DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS ASSOCIADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANO	2014	2015
Valor da renúncia de receita no âmbito da Assistência Social	13.770.124.824	15.420.967.504
Total renúncia de receita	190.185.121.422	251.007.721.546
% da Assistência Social sobre total de renúncia	7,24%	6,14%

Fontes: Projetos de Lei que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração e execução das Leis Orçamentárias (LDO) de 2014 e 2015, conforme a seguir: PLDO 2014, Anexos IV.10 e IV.11 e PLDO 2015 anexo IV.10.1.

Observação: As renúncias tributárias no âmbito da Assistência Social correspondem aos valores classificados na Função 08 – Assistência Social que beneficiam entidades sem fins lucrativos – associação civil e filantrópica e doadores, pessoa jurídica, para entidades civis sem fins lucrativos. As renúncias previdenciárias referem-se aos valores que beneficiam as entidades filantrópicas, conforme definido na Lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, entre outras providências.

O objetivo 0282 visa ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social aos serviços da Proteção Social Básica (PSB), qualificar esses serviços e promover sua articulação aos benefícios e transferência de renda, expandir e assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e induzir a estruturação das unidades públicas de prestação desses serviços.

Nesse sentido, articula o cofinanciamento federal à oferta dos serviços de proteção social básica (Ação 2A60), ao Acessuas Trabalho (Ação 20V5) e à estruturação da rede de proteção social básica (Ação 2B30).

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos da área de abrangência do CRAS.

Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), o principal serviço da proteção básica.

O Paif é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento deVínculos (SCFV), destinado a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção SocialBásica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material, as condições de atendimento, a ampliação do acesso aos serviços e o aprimoramento da gestão dessas unidades.

O objetivo 0370 visa ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados, assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial, qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidades.

Para tanto, articula o cofinanciamento federal à oferta dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidades (ações 2A65 e 2A69, respectivamente) e a estruturação da rede de proteção social especial (ação 2B31).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2037 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0282	No Exercício[1]	1.261.756.497,45	949.441.224,07
	RPNP[2]	60.315.625,25	365.409.687,12
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		1.322.072.122,70	1.314.850.911,19
0370	No Exercício[1]	518.194.964,88	433.916.842,74
	RPNP[2]	71.652.616,72	137.125.104,74
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		589.847.581,60	571.041.947,48

Fonte: Siop / Data: 26/01/2016

[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

[2]Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Os valores de RPNP levam em consideração valores de RAP de ações que existiam em 2012, mas que deixaram de existir nos exercícios seguintes, podendo ter valores diferentes do Siafi, por este não ter informação de Objetivo em 2012.

Em 2014, as ações do objetivo 0282 apresentaram uma execução da ordem de R$ 1.322 milhões, sendo R$ 1.261,7 milhões de recursos do próprio exercício e R$ 60,3 milhões resultantes da liquidação de Restos a Pagar Não Processados.

Em 2015 ocorreu apenas uma leve oscilação do montante executado (R$ 1.314,8 milhões), sendo R$ 949,4 milhões de recursos da LOA e R$ 365 milhões de RAP. Por sua vez, as ações do objetivo 0370 apresentaram em 2014 uma execução de R$ 589,8 milhões, dos quais R$ 518,2 milhões em recursos do próprio exercício e R$ 71,7 milhões da liquidação de RAP.

Em 2015 ocorreu uma leve redução do montante de recursos executados, que passaram a R$ 571 milhões, sendo R$ 433,9 milhões autorizados na LOA e R$ 137 milhões oriundos de RAP. Em síntese, somados os recursos das proteções sociais básica e especial do SUAS, os recursos executados (liquidados) apresentaram uma leve oscilação no período considerado, passando de R$ 1.912 milhões para R$ 1.886milhões.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DOS OBJETIVOS 0282 E 0370

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Objetivo 0282 – Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento	percentagem	---	59,00	66,75	68,07	75,74	--	MDS/SNAS/ DPSB
Objetivo 0370 – Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que atendam os diversos públicos em situação de violência, tais como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, usuários de drogas e suas famílias	unidade	--	2.303	2.325	2.440	2.518	--	MDS/SNAS/ DPSE
Objetivo 0370 – Ampliar o número de Creas Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria	unidade	--	2.216	2.325	2.440	2.518	--	MDS/SNAS/ DPSE
Objetivo 0370 – Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos Municípios com mais de 100 mil habitantes	unidade	--	10.736	13.197	34.302	42.989	--	MDS (DPSE/ SNAS e SENARC)
Objetivo 0370 – Elevar o número de Creas ofertando serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)	unidade	--	1.431	1.650	1.650	1.847	--	MDS/SNAS/ DPSE
Objetivo 0370 – Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos Municípios abrangidos pelo "Programa Crack, É Possível Vencer", com alta incidência de trabalho infantil ou população em situação de rua e cidades-sede de grandes eventos e obras	unidade	--	--	528	503	503	--	MDS/SNAS/ DPSE

Fonte: Siop

Comentários sobre os resultados alcançados

Em relação à meta de elevação do percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento, observa-se uma efetiva melhoria na proporção das unidades, considerando que a mensuração contempla apenas aquelas que responderam a todos os Censos SUAS desde 2010.

O Censo SUAS/CRAS 2014 indica que, dentre as 6.505 unidades que atenderam essa condição, 4.927 (75,7%) possuíam IDCRAS igual ou superior a 6.

Com relação à ampliação da cobertura dos serviços de proteção social especial de média complexidade, cuja referência tem sido a expansão do cofinanciamento federal para a implantação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), o resultado alcançado aproximou-se da meta prevista no Plano Brasil Sem Miséria (92,4% de 2.725 unidades).

Esse conjunto de unidades cofinanciadas representa a cobertura de 2,3 mil Municípios, um avanço de 16,5% em relação à situação de 2011.

Quanto à criação de capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua, observa-se entre 2012 e 2015 um crescimento de 300% no registro de pessoas nessa situação, no CadÚnico.

Esse crescimento resulta de um conjunto de ações, como a divulgação de orientações técnicas e a expansão do cofinanciamento federal para diversos serviços para população em situação de rua (acolhimento, abordagem social, Centro Pop).

Quanto à ampliação da oferta do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto pelos Creas, entre 2012 e 2014 houve um crescimento de 29,1%, considerando-se que em 2014 um conjunto de 1.847 Creas informaram no Censo SUAS realizarem esse Serviço.

Em relação à meta de ampliar a oferta do serviço especializado de abordagem social, que passou a receber cofinanciamento federal a partir de 2012, observa-se que a quantidade de equipes cofinanciadas superou em 63% a meta prevista no Programa "Crack, é Possível Vencer!".

Superada a meta de expansão da oferta, permanece o desafio de apoiar os entes federados na implementação do serviço de forma integrada às demais políticas, principalmente as de saúde e segurança pública.

Análise das Metas Qualitativas

Análise das metas qualitativas referentes ao Objetivo 0282

Meta: Ampliar a cobertura do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV a todas as faixas etárias, contemplando, dentre o público prioritário, as crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho infantil.

Foi implementado, em 2013, o reordenamento do serviço, visando equalizar a oferta do serviço para as faixas etárias de 0 a 17 anos e acima de 60 anos (públicos prioritários no âmbito do SUAS), bem como unificar a lógica de cofinanciamento e estimular a inserção no serviço do público identificado nas situações prioritárias, com a inclusão de 5.038 Municípios.

Destaca-se, ainda, a regulamentação do cofinanciamento federal do SCFV, que condiciona o cofinanciamento federal aos Municípios e DF à existência de CRAS e à efetiva oferta do serviço. No último trimestre de 2015, os Municípios informaram o atendimento de aproximadamente 1,41 milhão de usuários entre crianças e adolescentes (de 0 a 17 anos) e idosos (a partir de 60 anos de idade), dos quais aproximadamente 740 mil em alguma das situações prioritárias (por exemplo, situação de extrema pobreza, situação em trabalho infantil).

Em 2013, a capacidade de atendimento estimada era de 1,65 milhões de usuários, ou seja, em 2015, chega-se próximo à sua plena capacidade operacional.

Meta: Aprimorar a gestão territorial dos CRAS, de forma a assegurar a articulação entre o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de proteção básica no território.

Para aprimorar a gestão territorial dos CRAS, o que compreende a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada, a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa, o MDS tem publicado normativos e orientações sobre: a inclusão nos serviços socioassistenciais, de famílias beneficiárias do Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades; a articulação do SCFV ao Paif e ao Programa Mais Educação; e a articulação da rede socioassistencial com agências da Previdência Social (APS), para o acompanhamento dos beneficiários do BPC; dentre outras questões relevantes para a gestão territorial da proteção básica.

Meta: Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento.

Esta meta busca aprimorar os CRAS que apresentam situações mais graves quanto ao funcionamento das unidades, induzindo-os a se adequarem gradativamente aos padrões normativos do SUAS. Em2014 e 2015 a SNAS realizou encontros de Apoio Técnico aos Estados, onde são discutidos os principais resultados do Censo SUAS e os desafios para a qualificação dos CRAS.

A partir daanálise dos dados e considerando os subsídios do encontro de 2014, a SNAS editou a Instrução Operacional nº 02/2014, que regulamentou os procedimentos para aplicação da Resolução CIT nº21/2013, que estabeleceu as situações passíveis de entrarem em processo de aperfeiçoamento gradativo.

Em dezembro de 2014, após comunicar aos gestores e instâncias de controle, bem como de disponibilizar no Módulo de Acompanhamento dos Estados a funcionalidade de acompanhar esses CRAS, os que não conseguiram alterar sua situação sofreram o bloqueio do pagamento por parte do MDS, chegando ao número de 208 unidades que se encontravam nasituação de bloqueio imediato e não tiveram registro de superação da situação efetuado pelo respectivo.

Mesmo com a ocorrência desses fatos, o MDS continuou a publicarnormativas e orientações técnicas, amplamente divulgadas e disponibilizadas em seu portal da internet, além da realização de eventos e ações de monitoramento.

Meta: Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria.

A Busca Ativa, estratégia assimilada pelo BSM, refere-se à procura intencional das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território, com o objetivo de identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas.

No caso em questão, refere-se à localização, inclusão no Cadúnico e atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como a inserção nos serviços socioassistenciais e oencaminhamento aos serviços da rede de proteção social.

Para atingir a meta, o MDS está cofinanciando a oferta de serviços para1.254 equipes volantes, vinculadas a unidades CRAS que atuam em áreas isoladas ou de difícil acesso. Para regiões onde as equipes necessitam de transporte hidroviário para cobertura de populações ribeirinhas, o MDS doou 123 lanchas, cuja manutenção também recebe cofinanciamento federal.

Meta: Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria.

Para fortalecer e incrementar a rede de proteção social básica, desde 2012 o MDS ofertou o cofinanciamento para implantação de 559 CRAS, resultando na ampliação da rede cofinanciada para 7.466 unidades, em 5.532 Municípios (dezembro de 2015), contando, quando necessário, com o suporte de equipes volantes. Além disso, 5.038 Municípios implantaram o reordenamento do SCFV, propiciando o acesso ao serviço a 1,41 milhão de usuários.

Meta: Integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social (ACESSUAS/ TRABALHO).

Criado em 2012, o programa foi implantado inicialmente em 292 Municípios e, em 2013, o cofinanciamento federal foi ofertado para 830 Municípios, dos quais 739 (89%) realizaram o aceite junto ao SUAS, responsabilizando-se pela meta de mobilizar aproximadamente 1,4 milhão de usuários.

Visando integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho, o Acessuas Trabalho mobiliza os usuários da assistência social, encaminhando-os a oportunidades de qualificação profissional nos cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria e à intermediação de mão de obra.

De acordo com o Sistec/MEC, entre 2012 e 2014, foram efetivadas aproximadamente 1 milhão de matrículas nos cursos ofertados.

Destaca-se ainda a publicação das "Orientações Técnicas: Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – AcessuasTrabalho", distribuída aos Municípios participantes e disponibilizada no portal do MDS e a articulação do programa com outras iniciativas do MDS, como o BPC Trabalho, que visa à inclusão de beneficiários do BPC (pessoas com deficiência) no mundo do trabalho, por meio do incentivo de R$ 70,00 adicionais (aos Municípios), por beneficiário matriculado nos cursos de capacitação, além de outras articulações intersetoriais, como, a Política Nacional de Atenção à Mulher em Situação de Privação de Liberdade e Egressa do Sistema Prisional, do Plano Juventude Viva.

Como alterações recentes, destaca-se a pactuação (Resolução CNAS nº 27, de 14 de outubro de 2014) da prorrogação do programa para o período 2015-2018 e a sua prorrogação automática porigual período, ao término desse prazo, salvo deliberação em contrário do CNAS.

Além disso, essa Resolução alterou a faixa etária do público prioritário do Programa Acessuas, com o objetivo de contemplar os adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social (passando de 16 anos para a partir dos 14 anos) no Programa Aprendizagem (de responsabilidade do Ministério doTrabalho e Emprego).

Meta: Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação dos Serviços de Proteção Social Básica, considerando o atendimento ao público prioritário (Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC, Benefícios Eventuais), às populações rurais, às comunidades tradicionais, a inclusão das pessoas com deficiência, o trabalho com os direitos das mulheres e o enfrentamento ao crack e outras drogas.

Para qualificar os serviços de proteção social básica, têm sido elaboradas diversas publicações e orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento deVínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), além da realização de teleconferências.

Foram divulgadas orientações sobre o atendimento de mulheres egressas do sistema prisional, educação alimentar e nutricional e para a capacitação de equipes que atuam no programa "Crack: é possível vencer!". Além disso, estão sendo elaboradas orientações sobre a adaptação dos serviços às diferentes realidades territoriais, equipes volantes e a oferta de serviços para indígenas e quilombolas.

Análise das metas qualitativas referentes ao Objetivo 0370

Meta: Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que atendam os diversos públicos em situação de violência, tais como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, usuários de drogas e suas famílias.

Para ampliar a cobertura dos serviços da proteção social especial de média complexidade, ao final de 2015 o cofinanciamento federal para a oferta do serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (Paefi/Creas) atingiu 2.518 Creas, sob gestão de 2.047 Municípios e 14 Estados (Creas Regionais).

Além disso, o cofinanciamento para o serviço de abordagem social atingiu 503 equipes, em 265 Municípios e para o serviço destinado a pessoas com deficiência, 17 unidades Centros-Dia.

Com base nos dados do RMA (Registro Mensal de Atendimentos) de 2014 (os dados de 2015 ainda não estão disponíveis), os Creas atenderam:

- 54,5 mil crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar;
- 30 mil crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual;
- 4,5 mil crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual;
- 51,9 mil crianças e adolescentes vítimas de negligência ou abandono;
- 13,9 mil famílias com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento;
- 28,1 mil mulheres vítimas de violência intrafamiliar;
- 22,7 mil pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar;
- 37,1 mil pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono;
- 8,6 mil pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar; e
- 12,3 mil pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono.

Meta: Elaborar e difundir orientações técnicas para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas.

Para qualificar os serviços de Proteção Social Especial, o MDS tem realizado debates com gestores municipais e estaduais do SUAS e publicado orientações técnicas sobre o Paefi/Creas, abordagem social (incluindo orientações específicas para usuários de substâncias psicoativas, em atendimento integrado às redes de saúde no território), medidas socioeducativas em meio aberto (MSE), serviços para pessoas em situação de rua e para pessoas com deficiência e idosas em situação de dependência.

Meta: Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua.

Em janeiro de 2012 existiam 101 unidades Centro Pop cofinanciadas. Por meio do BSM, ao final de 2014 o cofinanciamento federal para implantação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua alcançou 301 Centros Pop, em 254 Municípios.

No final de 2015, em decorrência da não implantação de algumas unidades inicialmente aceitas por alguns Municípios, ocorreu o cancelamento do cofinanciamento federal, resultando em um conjunto de 233 Centros POP cofinanciados, em 207 Municípios.

Neste sentido, para elevar a cobertura dos serviços de proteção social especial para a população em situação de rua, a quantidade de unidades Centro Pop cofinanciadas passou de 152 (2012) para 233 (2015).

No Censo SUAS 2014, 595 unidades de acolhimento informaram acolher adultos e famílias em situação de rua ou migrantes, representando uma capacidade de atendimento de 29.068 vagas e, no momento da coleta das informações, acolhiam 22.709 pessoas.

No final de 2015 o MDS cofinanciava 22.225 vagas, ofertadas sob gestão de 196 Municípios e 10 Estados.

Portanto, ao final de 2015 o cofinanciamento federal atingia 21.650 vagas em 196 Municípios, além de 575 vagas ofertadas por 10 gestões estaduais.

Meta: Estabelecer protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos).

Em relação à proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, no âmbito da Assistência Social foi realizada a regulação desse serviço (Resoluções CIT Nº 7/2013 e CNAS Nº 12/2013), com a definição de parâmetros e critérios para transferência de recursos federais (Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013).

Até o final de 2015, um conjunto de 245 entes federados realizaram pré-habilitação e 28 efetivamente receberam cofinanciamento federal, em razão do reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Meta: Incluir no Censo SUAS os serviços de acolhimento.

A inclusão dos serviços de acolhimento no censo SUAS resultou em expressivo ganho de informações sobre a proteção social de alta complexidade. Em 2014 o censo registrou a existência de 5.184 unidades distribuídas por todas as unidades da federação, com capacidade de atender 153.720 usuários. Destas, 2.748 unidades ofertam serviços para crianças e adolescentes, possuindo capacidade para atender 52,3 mil pessoas.

Meta: Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos Municípios abrangidos pelo "Programa Crack, É Possível Vencer", com alta incidência de trabalho infantil ou população em situação de rua e cidades-sede de grandes eventos e obras

Para induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos Municípios abrangidos pelo "Programa Crack, É Possível Vencer", o MDS expandiu o cofinanciamento federal, que atingiu, ao final de 2015, um conjunto de 503 equipes, em 265 Municípios.

Meta: Induzir os Municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento.

Em 2012 teve início o reordenamento dos serviços de acolhimento (abrigos, casas-lares, famílias acolhedoras e repúblicas), incluindo ofertas de cofinanciamento federal a Municípios com mais de 50 mil habitantes e serviços regionalizados para aqueles de menor porte.

Ao final de 2015, o MDS cofinanciava a oferta de: 31,3 mil vagas para crianças, adolescentes e jovens; mil vagas para pessoas com deficiência, em residências inclusivas; e 22,2 mil vagas para adultos e famílias (população em situação de rua ou migrantes).

4.2.5. Programa 2019 – Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que vincula o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de condicionalidades nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Foi instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e apresenta os seguintes objetivos básicos:

- combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- reduzir a pobreza e a extrema pobreza;
- promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e de assistência social;
- promover a intersetorialidade, a complementariedade e a sinergia das ações sociais do Poder Público; e
- estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza.

O sucesso do Bolsa Família está assentado em três pilares:

- transferência de recursos diretamente aos beneficiários (sem intermédio de outros agentes, públicos ou privados);
- pagamento via sistema financeiro, que se organizou para atender milhões de famílias antes excluídas do sistema bancário;
- cumprimento das condicionalidades pelas famílias, para garantir sua continuidade no programa e o acesso a direitos sociais básicos.

Ao receber mensalmente um complemento de renda diretamente do Governo Federal, as famílias automaticamente também passam a ter acesso às redes de proteção social, saúde e educação, por meio do acompanhamento das condicionalidades do programa: as gestantes devem realizar o pré-natal, as crianças devem receber o acompanhamento nutricional, de saúde, e cumprir a frequência escolar de no mínimo 85% para estudantes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos em estabelecimentos de ensino regular.

Quanto à mensuração de resultados no Plano Plurianual (PPA), o programa compreende os seguintes indicadores:

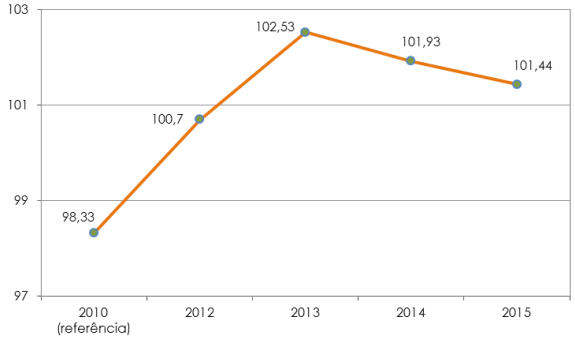
- Grau de focalização do Cadastro;
- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação;
- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças;
- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes; e Taxa de atendimento às famílias pobres.

Todos indicadores, conforme dados apurados em 2014, apresentam valores acima dos índices de referência mencionados, abaixo são apresentados dados pormenorizados de alguns destes indicadores.

Quanto à focalização, o indicador tem por objetivo evidenciar a distribuição dos recursos públicos o mais eficiente possível, garantindo que de fato seja destinado ao público-alvo pretendido.

Destaca-se que para o ano de 2015 este valor foi de 84% de focalização. Nesta mesma tônica, o gráfico abaixo apresenta a taxa de atendimento às famílias pobres no qual esteve superior a 100% para todo o País durante todo Plano Plurianual. Infere-se que, em larga medida, a estratégia da "Busca Ativa" e a instituição do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP) contribuíram para a política de erradicação da extrema pobreza.

TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS POBRES



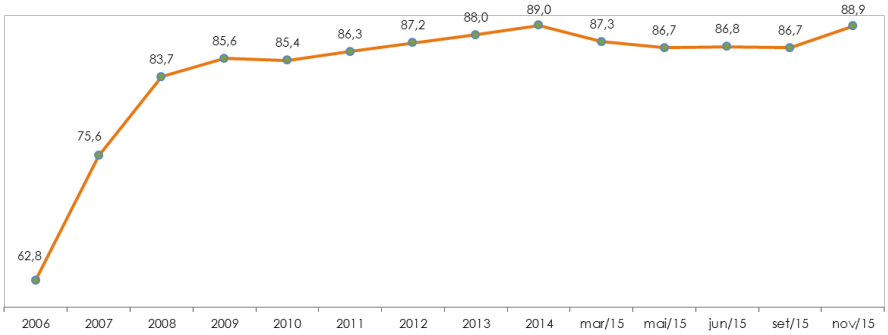
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), Mpog

O investimentono Bolsa Família para enfrentar a pobreza gera impactos positivos na saúde e na educação da população beneficiada. Esses impactos são decorrentes das condicionalidades, que visam ao reforço dos direitos sociais básicos e à ampliação do acesso aos serviços públicos, contribuindo para o rompimento do ciclo de pobreza entre as gerações.

As condicionalidades constituem-se em compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias de manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde, incluindo consultas de pré-natal e vacinação das crianças em dia.

Na área de educação, para os alunos de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, é necessária a frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. Em 2015, foi acompanhada a frequência escolar de cerca de 17 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, entre os quais mais de 95% cumpriram a presença mínima exigida para os alunos do Bolsa Família.

HISTÓRICO DO PERCENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR DE BENEFICIÁRIOS ENTRE 6 E 17 ANOS DE IDADE BRASIL – 2006 A 2015



Fonte: Sistema de Condicionalidades – Sicon/Decon/Senarc/MDS

Nota: os percentuais referentes aos anos anteriores a 2015 representam as médias das taxas de acompanhamento atingidas durante o ano.

Em 2015, os percentuais de acompanhamento foram menores em relação ao ano anterior em decorrência do maior número de crianças e adolescentes sem identificação da escola em que estudam, denominados de "não localizados". Entretanto, vale ressaltar, que esse número teve tendência de queda ao longo do ano.

O MDS realiza ação anual em parceria com o Ministério da Educação (MEC) voltada ao público que reiteradamente encontra-se nessa situação durante todo o ano anterior. Essa ação inicia-se em maio e encerra-se no mês de fevereiro do ano seguinte.

Na ação de 2014, o público inicial foi de 60.434 beneficiários, chegando ao final da ação, em fevereiro de 2015, com 75,7% deles com a situação regularizada. Na ação de 2015, o público inicial foi de 91.250 beneficiários, estando, no resultado parcial até novembro de 2015, 61,9% com a situação regularizada.

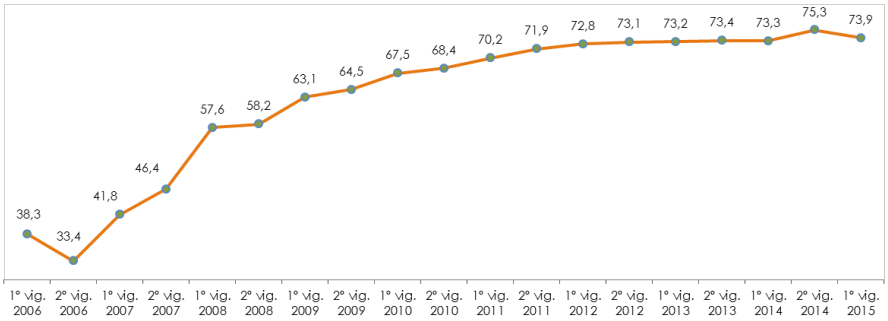
Em relação à articulação do PBF com programas da área de educação, a parceria entre o Bolsa Família e o Programa Mais Educação (PME) prosperou para que 37 mil escolas com maioria de alunos beneficiários ofertassem atividades em tempo integral em 2015. Esse número representa mais de 60% das escolas que aderiram ao PME em 2014.

Na área de saúde, é realizado o monitoramento semestral do cumprimento das condicionalidades de cerca de nove milhões de famílias beneficiárias.

Dados do primeiro semestre de 2015[2] mostram que nessas famílias, 5,5 milhões de crianças tiveram seus cartões de vacinação acompanhados, e dessas, 99,1% estavam com a imunização em dia, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde. Das mais de 234 mil gestantes beneficiárias identificadas no período, 99,2% estavam com o pré-natal em dia.

2 Até o fechamento deste relatório, o período de registro das informações do acompanhamento do segundo semestre de 2015 ainda estava aberto.

HISTÓRICO DO PERCENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF BRASIL – 2006 A 2015



Fonte: Sistema de Condicionalidades – Sicon/Decon/Senarc/MDS

Ainda em relação à primeira vigência de 2015 do acompanhamento das condicionalidades de saúde, nesse período foi alcançado o melhor resultado da série histórica para o primeiro semestre do ano – 73,9% das famílias com perfil saúde[3] foram acompanhadas. Esse resultado só foi menor do que o alcançado no segundo semestre de 2014 – 75,3%, quando normalmente há mais famílias acompanhadas.

Em relação às parcerias com programas estruturantes da área de saúde, as escolas com maioria de estudantes beneficiários do PBF são priorizadas na adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE), que leva ações de proteção e prevenção à saúde ao ambiente escolar. Dados mais recentes indicam que 42 mil escolas com maioria de estudantes Bolsa Família aderiram ao PSE em 2014, o que representa 53,5% das escolas inscritas no PSE.

As condicionalidades cumprem papel importante de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a autonomia das famílias, e os resultados do acompanhamento expressam efeitos positivos na saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa.

Estudos demonstram que o Bolsa Família ajuda a manter os alunos na escola: as taxas de abandono entre beneficiários do Programa são menores do que os demais alunos da rede pública – tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio – e as taxas de aprovação são equiparadas aos demais alunos[4]. Esses impactos positivos, segundo o estudo, são ainda maiores no Nordeste, região com maior número de beneficiários do PBF.

Na saúde, estudo publicado em 2014[5] mostrou que o PBF contribui para a diminuição da taxa de mortalidade infantil, geral e por causas relacionadas a pobreza, como desnutrição e diarreia. Em 2015, uma nova pesquisa demonstrou que o Bolsa Família contribui indiretamente para a redução da incidência de hanseníase nas comunidades com alta cobertura do PBF[6].

Além de reforçar direitos e contribuir para o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações, o acompanhamento das condicionalidades e identificação das famílias em descumprimento pode indicar vulnerabilidade, risco social ou violação de direitos sociais das famílias e deve ensejar atuação prioritária das políticas sociais, por meio da ação integrada das três esferas de governo.

Nesse sentido, é previsto no Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que as famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, em especial, aquelas que estão com os benefícios suspensos, são um dos públicos priorizados no acompanhamento familiar.

O Programa é sinônimo de política pública de Estado. Isso porque vem melhorando as condições de vida dos brasileiros antes vulneráveis à pior forma de exclusão: a extrema pobreza.

Em mais de uma década, o País conquistou uma rede de proteção mínima a 13,8 milhões de famílias, o que corresponde a 20% da população brasileira, levando a uma significativa redução da pobreza e da desigualdade na distribuição da renda.

Objetivo 0619: Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Para fins de cumprimento do objetivo, foi instituído em 2011 o Plano Brasil sem Miséria (BSM), e foi estruturado em três eixos: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

O eixo associado a esse objetivo foi o de garantia de renda cujo foco era o alívio imediato da situação de extrema pobreza. Como consequência, além dos reajustes nos valores dos benefícios em 2011 e 2014, foram ampliados o Benefício Variável Nutriz – BVN e o Benefício Variável à Gestante – BVG com a finalidade de aumentar a proteção à mãe e ao recém-nascido durante a gestação e os primeiros meses de vida da criança.

Segundo dados de dezembro de 2015, 276 mil famílias recebem o BVG e 280 mil recebem o BVN. Esses números mostram um aumento de beneficiários em relação a dezembro de 2014.

Cabe ressaltar que, no ano de 2011 foi ampliado de três para cinco o limite máximo de concessão de benefícios variáveis por família.

Em 2012, foi criado o Benefício para Superação da Extrema Pobreza – BSP destinado a assegurar que a renda per capita familiar ultrapasse a linha de extrema pobreza do Programa.

Recebem esse benefício as famílias que, mesmo após o recebimento dos benefícios do Bolsa Família, permanecem com renda familiar per capita inferior à linha de extrema pobreza do PBF, que atualmente é de R$ 77,00 por pessoa.

Em dezembro de 2015, foram mais de 13,9 milhões famílias atendidas pelo Programa, o que equivale a mais de 47 milhões de pessoas.

Dessas, cinco milhões de famílias fizeram jus ao Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP), que em conjunto possuem 18.406.340 pessoas.

O volume financeiro transferido exclusivamente a título de BSP para essas famílias foi de R$ 435.979.076, o que corresponde a um valor médio de R$ 86,77.

Outras ações do Governo Federal buscaram atingir também segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis, como mulheres, jovens, população negra, Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos –GPTE. No caso do PBF, por exemplo, 92,2% das famílias são chefiadas por mulheres,

3 Famílias com mulheres em idade fértil e/ou crianças de 0 a 7 anos.
4 CIRENO, F.; VIANA, I. A.V.; ALVES, C. B. A. Ensino Básico e trajetória escolar de estudantes do Programa Bolsa Família. Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, n. 18, p. 50-60, 2014.
5 RASELLA, D. et al. Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. The Lancet, v. 382, n. 9.886, p. 57-64, 2013.
6 NERY, J. S. et al. Effect of the Brazilian Conditional Cash Transfer and Primary Health Care Programs on the New Case Detection Rate of Leprosy. PLoS Neglected Tropical Disease, November 20, 2014.

74,2% dos beneficiários são negros ou pardos e 1,3 milhão defamílias beneficiárias são dos GPTE.

Além da transferência de renda, o MDS autoriza medidas especiais de atendimento a Municípios em todo País que tiveram declarada Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública pelo Estado ou pelo Governo Federal, com medidas especiais para pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF).

Em 2015, foram atendidas com essas medidas especiais mais de 297.000 famílias em 152 Municípios.

O MDS também inovou no ano de 2015 quando lançou os processos de averiguação cadastral e revisão cadastral em conjunto, visando ajudar os Municípios a planejar melhor os trabalhos locais.

O objetivo destes processos é garantir a qualidade e a atualidade dos dados declarados no Cadastro Único. Com a medida, foram convocadas para atualização cadastral mais de quatro milhões de famílias beneficiárias.

O conjunto das medidas adotadas no período 2012-2015 por meio desse objetivo contribuiu, portanto, para o fortalecimento do sistema de proteção social brasileiro ao sinalizar um piso de proteção social, em nível nacional, alcançando grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, em especial, crianças e jovens, resultando em políticas públicas que visam à ruptura do ciclo intergeracional da pobreza.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0619 DO PROGRAMA 2019 - BOLSA FAMÍLIA

OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0619	No Exercício[1]	26.125.678.118,00	26.385.345.680,04
	RPNP[2]	0,00	30.089.882,40
	Gastos Tributários	--	--
TOTAL DO OBJETIVO		26.125.678.118,00	26.415.435.562,44

Fonte: Siop / Data: 11/01/2016

[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Em 2014, as ações do objetivo 0619 apresentaram uma execução da ordem de R$ 26,1 bilhões, não havendo a inscrição de Restos a Pagar Não Processados. Já em 2015 ocorreu apenas uma leve oscilação do montante de Restos a Pagar Não Processados (RPNP), R$ 30,1 milhões, totalizando R$ 26,4 bilhões. Em síntese, somado a totalidade dos recursos do Objetivo, percebe-se uma leve oscilação na ordem de 1,1% à maior entre os anos de 2014 e 2015.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Transferir renda para 13,8 milhões de famílias em condições de extrema pobreza ou pobreza.	Famílias (dezembro de cada ano)	13,8 milhões mensais de famílias beneficiárias (a meta é assegurar mensalmente que esse número seja alcançado)	13.912.155	14.086.199	14.003.441	13.936.791	101%	Folha de Pagamento de Benefícios do Programa Bolsa Família
Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família	Famílias (acumulado de 2012 a dezembro de cada ano)	Concessão de benefícios a famílias em extrema pobreza, selecionadas e habilitadas	750.023	999.029	1.377.429	1.813.569	227%	Cadastro Único

Obs.: As metas realizadas até 2012, 2013, 2014 e 2015 são correspondentes ao mês de dezembro de cada ano.

O PBF beneficiou, no mês de dezembro de 2015, 13.936.791 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R$ 162,55. Percebe-se, portanto, que a meta estabelecida foi ultrapassada ainda em 2012 e foi mantida ao longo de 2013, 2014 e 2015 chegando a 101,44% de execução.

Além disso, o PBF acumulou de janeiro a dezembro de 2015, a concessão de benefícios a 1.813.569 famílias em extrema pobreza, habilitadas e selecionadas de acordo com os requisitos para o ingresso.

O número indica que, em face da segurança quanto à disponibilidade dos recursos orçamentários previstos para o Programa e aos mecanismos internos de acompanhamento da evolução de concessão de benefícios, foi possível assegurar o fluxo de concessão de benefícios às famílias em situação de extrema pobreza, com destaque para as ações de cadastramento por intermédio da Busca Ativa no âmbito do BSM, que busca articulação com outros órgãos e entidades para identificar e cadastrar famílias em situação de vulnerabilidade social. Tal fato contribui, decisivamente, para o alcance dos objetivos do programa, de proporcionar melhores condições socioeconômicas ao segmento mais vulnerável da população.

Análise das Metas Qualitativas

Meta: Ampliar a articulação do Programa Bolsa Família com outras políticas públicas promotoras de emancipação.

O BSM potencializou diversos programas do Governo Federal e criou iniciativas inéditas direcionadas aos beneficiários do PBF. No campo da inclusão produtiva, vale destacar:

- o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM);
- as ações de Inclusão no Campo – Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Programa de Fomento;
- o Programa Água para Todos; e
- o Programa Bolsa Verde.

Ainda no que se refere à articulação com outras políticas promotoras de emancipação merece destaque a integração do PBF a seis programas estaduais (Distrito Federal, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e a dois programas municipais (Manaus – AM e Nova Lima – MG) de transferência de renda.

Meta: Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza.

Em face de avaliação interna quanto à metodologia de aferição do impacto do PBF, optou-se por considerar, para efeito dessa meta, o indicador da taxa de atendimento às famílias pobres, obtido a partir das informações constantes do Censo Demográfico 2010, no que se refere ao total de famílias pobres estimadas, e dos Relatórios Sintéticos da Folha de Pagamento elaborados mensalmente pela Caixa Econômica Federal, para obter o número de famílias beneficiárias do Programa.

Os dados da folha de pagamento referentes ao mês de dezembro de 2015 indicam 13.936.791 famílias beneficiárias do Programa, quantitativo este que supera a estimativa de famílias pobres para o período em questão, estimado em 13.738.415, o que em termos nacionais representa 101,4% de cobertura de atendimento a famílias pobres e extremamente pobres.

Meta: Garantir que todas as famílias extremamente pobres já beneficiárias do Programa Bolsa Família ultrapassem a renda mínima de R$ 77,00.

Para assegurar o cumprimento dessa meta foi criado o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), o qual foi implementado em três fases:

- a primeira, que começou no mês de junho de 2012, para famílias com crianças até 6 anos;
- a segunda, em novembro de 2012, quando o BSP passou a atender famílias com crianças e adolescentes até 15 anos; e
- uma terceira, em março de 2013, com a ampliação de sua cobertura para todas as famílias que permaneciam em situação de extrema pobreza mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF.

Em dezembro de 2015 o BSP foi pago a um mais de 5,0 milhões de famílias, que em conjunto possuem mais de 18,4 milhões de pessoas. O volume financeiro transferido exclusivamente a título de BSP para essas famílias foi de R$ 435.979.076, o que corresponde a um valor médio de R$ 86,77 neste tipo de benefício.

Outras Considerações

O PBF acumulou, desde junho de 2011 até novembro de 2014, a concessão de benefícios a novas 1.376.904 famílias em extrema pobreza, habilitadas e selecionadas de acordo com os requisitos para o ingresso, superando a meta inicialmente prevista de 800 mil famílias a serem incluídas pela busca ativa do Plano Brasil Sem Miséria.

Além da transferência de renda, o MDS autorizou medidas especiais de atendimento a mais de 297 mil famílias em 152 Municípios em todo País que tiveram declarada Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública pelo Estado ou pelo Governo Federal, contando com medidas especiais para pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF).

São medidas especiais que visam facilitar o acesso ao pagamento, tais como:

- a realização de saque dos benefícios a partir do primeiro dia do Calendário de Pagamentos de cada mês, não sendo preciso esperar o dia do pagamento de acordo com o final do Número de Identificação Social (NIS) do cartão;
- adoção da Declaração Especial de Pagamento, fornecida pelo Município, que permite o saque do benefício sem o cartão e sem apresentar documentos, caso a família tenha perdido seu Cartão Bolsa Família e seus documentos de identificação; e
- mobilização do agente financeiro para operações especiais de pagamento em caso de prejuízo dos canais de pagamento na localidade.

No tocante ao Seguro Defeso, seguindo determinação legal, o MDS suspendeu temporariamente o benefício do PBF das famílias de pescadores artesanais que estão recebendo o Seguro Defeso.

Entre junho e setembro de 2015, houve uma média mensal de 25 mil suspensões de benefícios do PBF, distribuídos da seguinte forma: junho – 9.983; julho – 19.982; agosto – 36.770; setembro – 39.873 suspensões de benefícios.

4.2.6. Programa 2061 - Previdência Social

A Previdência Social, política pública integrante da Seguridade Social, consolida-se em um sistema majoritariamente estatal cuja principal função é a proteção social de trabalhadores e suas famílias, amparando seus beneficiários contra os chamados riscos sociais.

O mecanismo de previdência social possui três importantes papéis na sociedade:

- social: promove a proteção e a dignidade, com redução da pobreza;
- econômico: configurado pela importância da massa de benefícios pagos aos beneficiários em todos os Municípios brasileiros, sendo que em mais de 67% deles os recursos pagos pela previdência são maiores do que os recebidos do Fundo de Participação dos Municípios; e
- político: promove a paz social.

A Previdência Social organiza-se em três regimes distintos, independentes entre si, mas que podem se complementar: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC).

Os dois primeiros regimes, RGPS e RPPS, são públicos e obrigatórios. O RPC é privado e facultativo, dividido em dois segmentos:

- operado por seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP), com acesso individual e supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda; e
- operado pelas Entidades Fechadas de Previdência (EFPC), também conhecidas como fundos de pensão, que operam Planos de Benefícios destinados aos empregados de empresas ou grupos destas, denominadas patrocinadoras, bem como aos associados ou membros de associações, entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominados de instituidores.

Os fundos de pensão são supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). A previdência complementar é ainda um importante mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo, o que amplia a capacidade de investimento do País e alavanca seu crescimento econômico, além de contribuir para a manutenção de renda das famílias.

A execução do RGPS é gerenciada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia vinculada ao MTPS, e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Atende, basicamente, ao setor privado, embora sua administração seja pública, e, dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e segurados especiais (trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais).

O RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro. Os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões e auxílios) influenciam nas condições socioeconômicas de todo o território nacional e desempenham papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do País.

Segundo cálculo feito a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE 2014), a cobertura previdenciária da população ocupada na faixa dos 16 aos 59 anos chegou a 72,6%, registrando, pela primeira vez, igualdade de cobertura previdenciária entre mulheres e homens ocupados no País.

Ainda, de acordo com cálculos elaborados a partir dos microdados da PNAD, a proteção social da população idosa, com idade de 60 anos ou mais, foi de 81,7%, em 2014.

Ainda, vale destacar a participação de dois grupos de segurados, sendo eles o Microempreendedor Individual (MEI) e o grupo de donas de casa, ou contribuintes segurados facultativos de baixa renda, que atingiram, respectivamente, o número de 5,4 milhões de trabalhadores inscritos e 370.683 mil contribuintes.

Conforme dados da PNAD/IBGE 2014, ainda existem cerca de 24,7 milhões de trabalhadores regidos pelo RGPS desprotegidos. Esses dados não consideram aqueles em situação de desemprego ou fora da População Economicamente Ativa (PEA), por desalento ou precariedade.

Objetivos Estratégicos de Resultados para a sociedade

O macro desafio da Previdência Social é a promoção do acesso universal, com qualidade e equidade, em total harmonia com a missão da instituição, que é garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social, mas que pode ser complementado pela iniciativa privada.

O Plano Plurianual (PPA 2012 - 2015) do Governo Federal, no que se refere às políticas previdenciárias, está integralmente reproduzido no Plano Estratégico da Previdência Social 2012 - 2015, que preservou exatamente a sua mesma orientação estratégica.

Os três objetivos estratégicos que compõem o Programa Previdência Social têm como propostas de valor a participação, a busca pela efetividade e a governança como pilar de sustentação. Para consecução dos objetivos de resultado, foram estipuladas metas, tais como: a ampliação da cobertura previdenciária; ampliação da rede de atendimento; e ampliação dacobertura da Previdência Complementar.

A seguir serão apresentados os resultados de dois desses objetivos acompanhados de algumas iniciativas que contribuíram para alcance dos principais resultados do Programa.

Objetivo 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

O Objetivo consiste em fortalecer a credibilidade da Previdência Social junto à sociedade, de modo a ser reconhecida por proteger seus direitos com justiça, tempestividade, competência e segurança, e é composto das seguintes iniciativas, com os respectivos desempenhos relativos a 2015.

Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social.

A clientela da Previdência Social busca a resolução de suas demandas, de forma célere, em Agências da Previdência Social (APS) estruturadas para o atendimento de excelência, que possuem servidores qualificados na prestação dos serviços.

Com foco na melhoria da qualidade dos serviços previdenciários, no ano de 2009 o INSS iniciou a execução do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), objetivando a construção de 720 novas APS em Municípios com mais de 20 mil habitantes.

Foram inauguradas 14 novas APS, totalizando 373 unidades implantadas. A abertura dessas agências beneficiou cerca de 12 milhões de cidadãos, que passaram a contar com uma APS em seu Município de residência, reduzindo a necessidade de deslocamento e ampliando o acesso aos direitos previdenciários.

Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios.

No quadriênio 2012 - 2015 houve efetiva atuação na busca de instrumentos de minimização e redução do número de conflitos judiciais em matéria previdenciária.

Nessa esfera foram desenvolvidos os projetos:

- Consultoria Ativa - realizou visitas e promoveu cursos de Processo Administrativo Previdenciário junto às Agências de Previdência Social;
- Justificação Administrativa Eletrônica (JAE)- objetivou evitar o indeferimento precário dos pedidos de benefício e reduzir a litigiosidade;
- Conciliação Administrativa (Conciliad)- buscou, em parceria com a Defensoria Pública da União, solucionar conflitos na esfera administrativa, utilizando do sistema e - recursos. Este projeto não surtiu os efeitos desejados por insuficiência de procuradores federais atuantes no contencioso administrativo.

No intuito de aproximar-se dos julgadores e levar o entendimento sobre temas previdenciários polêmicos, realizou-se a Semana de Integração com o Poder Judiciário, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ainda nesse contexto, importantes avanços foram galgados com a publicação da Portaria-Conjunta PGF/INSS no 04/2014, que desburocratizou a revisão administrativa dos benefícios por incapacidade concedidos judicialmente, e a edição da Recomendação Conjunta, celebrada pelo Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral Federal e Ministério da Previdência Social, em dezembro/2015, estabelecendo medidas de uniformização das pericias judiciais e inclusão da data de cessação dos benefícios previdenciários nas sentenças e acordos, evitando com isso sua manutenção por tempo indefinido.

Visando conferir maior segurança às decisões administrativas, foi concluída a implantação da Instrução Normativa INSS/PRES no 77, de 21 de janeiro de 2015, que atualizou as normas administrativas às alterações legislativas e matérias pacificadas no âmbito dos Tribunais Superiores.

Ainda, no contexto de aperfeiçoamento das decisões, atuou-se na implantação administrativa das alterações legislativas trazidas pela Medida Provisória no 664, de 30 de dezembro de 2014, posteriormente convertida na Lei no 13.135/2015, que tratou da pensão por morte e do auxílio doença, e da Medida Provisória no 665, da mesma data, convertida na Lei no 13.134/2016, tratando do seguro-desemprego para pescador artesanal.

No que tange à Previdência do Servidor Público, em ações relacionadas ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), foram elaboradas cerca de 322 informações em processos judiciais e 154 pareceres em resposta a consultas recebidas, visando orientar os entes federativos e subsidiar a defesa da União em processos judiciais.

Com vistas a subsidiar a defesa da União em processos judiciais, no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), em ações relacionadas ao CRP, que verifica o cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento desses regimes previstas na Lei nº 9.717/1998, deu-se continuidade às ações de elaboração de informações em processos judiciais e pareceres em resposta a consultas recebidas, e foram adotadas medidas de esclarecimento junto ao Poder Judiciário e a outras instituições dos impactos das decisões judiciais para a sustentabilidade da previdência do servidor público.

O CRP é o principal instrumento de atuação para promover o alinhamento da gestão dos RPPS às normas gerais, tendo sido apresentados estudos e propostas visando fortalecer o seu embasamento jurídico.

No que se refere aos Órgãos Colegiados, a Previdência Social logrou êxito no julgamento de todos os recursos administrativos de 1ª instância que se encontravam em estoque, alcançando marco inédito na história do órgão.

O quantitativo de recursos pendentes na 2ª instância reduziu significativamente devido à gestão de acompanhamento e à colaboração de todos os integrantes do órgão. Destes, no ano de 2014, entre processos físicos e eletrônicos, foi quantificado um total de 17.829 recursos pendentes, dos quais, 10.840, foram julgados no ano de 2015.

Em 2015, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) realizou 9 Reuniões Ordinárias e teve 53 processos julgados (31 recursos e 22 Embargos de Declaração).

No período recebeu 50 processos, dos quais 19 ainda estão em fase de tramitação na CRPC. Resultados que de algum modo impediram ou minimizaram a ocorrência de litígios.

Contribuir com a qualidade de vida dos contribuintes e beneficiários no envelhecimento ativo.

Dados da PNAD/IBGE apontam para uma tendência de expansão da proteção previdenciária entre os idosos, com relativa estabilidade nos anos mais recentes. A parcela da população idosa protegida socialmente passou de 74,1%, em 1992, para 81,7%, em 2014.

Apesar da proteção dos idosos ser considerada bastante elevada, ainda há muito para aperfeiçoar. Assim, o Ministério do Trabalho e Previdência Social participoudo Grupo de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para construção da minuta de portaria sobre Educação para Aposentadoria dos servidores públicos federais.

Ainda no âmbito interministerial, o Ministério do Trabalho e Previdência Social participa ativamente do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos do Idoso, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos.

Houve produção de documentos técnicos, cursos à distância e visitas técnicas para conhecimento de experiências inovadoras entre os países, com temas referentes à Previdência Social, Envelhecimento Ativo e Rede de Serviços de Defesa de Direitos e Proteção às Pessoas Idosas.

Além disso, para promover a conscientização sobre a necessidade de políticas públicas voltadas ao envelhecimento ativo, servidoras foram designadas para participar, como expositoras, nos seguintes seminários:

- Seminário Envelhecimento Populacional: o que foi promovido pelo Estado do Acre;
- IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Alagoas e de Santa Catarina;
- Café com a Previdência - cenário do Envelhecimento Populacional;
- Programas de Educação para Aposentadoria no Ministério da Previdência Social e no Ministério das Relações Exteriores; e
- I Seminário Internacional sobre Políticas de Cuidados de Longa Duração para a Pessoa Idosa, promovido pelo Ministério da Saúde.

Garantir o pagamento de benefícios com qualidade.

De forma a garantir a efetivação do pagamento de 32,5 milhões de benefícios, que compreendem 28,2 milhões de benefícios do RGPS, 4,2 milhões de benefícios assistenciais da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e 193 mil benefícios do Programa Encargos Previdenciários da União, o contrato com 18 instituições financeiras, que dispõem de 46 mil órgãos pagadores distribuídos por todo o País, foi mantido em 2015.

Em agosto de 2014, foi realizado novo pregão para estabelecer a ordem de preferência das instituições bancárias para efetuar o pagamento dos benefícios concedidos no período de 01/01/2015 a 31/12/2019. O valor máximo por lote foi de R$14,21 por benefício pago. Dessa forma, em 2015, foram arrecadados R$ 444,4 milhões.

De forma a completar o processo de reconhecimento e manutenção dos direitos previdenciários, está em desenvolvimento o Sistema Integrado de Benefícios II (SIBE II) que, integrado aos produtos do Sistema Integrado de Benefícios (SIBE I) e ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), atenderá às novas necessidades da gestão da folha de pagamentos, desde o requerimento até o pagamento do benefício.

Na mesma esteira de propósito, desenvolveu-se o Sistema de Pagamento de Benefícios (SISPAGBEN), que compreende todo o processo de pagamento, batimento físico-financeiro e de controle da receita da folha de pagamento de benefícios.

Os novos sistemas englobarão conceitos de melhor gestão da folha de pagamento, reduzindo prazos, ampliando controles e incorporando as definições dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas à segregação da gestão da folha de acordo com a origem orçamentária dos benefícios do RGPS e da assistência social, dos Encargos Previdenciários da União e dos Pagamentos de Encargos Previdenciários do Exterior decorrentes do Acordo Multilateral do Mercosul.

Ainda, encontra-se em reestruturação o Protocolo de Pagamento de Benefícios firmado com a rede bancária pagadora, que possibilitará a incorporação de novos conceitos, aprimorando a gestão dos benefícios e ampliando as ações integradas.

Sob a ótica da Previdência Complementar e no contexto da Supervisão Baseada em Risco (SBR), houve o aprimoramento do monitoramento do mercado de previdência complementar fechada, por meio da análise dos planos de benefícios sujeitos a maior risco atuarial, envolvendo a utilização de indicadores construídos com o objetivo de melhorar o acompanhamento da saúde atuarial desses planos.

Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva.

O projeto de Gestão da Informação Corporativa (GIC), presente no Plano de Ação Brasil na Parceria para Governo Aberto (OGP), está em curso desde 2012 e prevê:

- implementação da política de gestão da informação e documentação;
- promoção da adequação da infraestrutura tecnológica;
- desenvolvimento de serviços modulares de gestão da informação e documentação; e
- disseminação da cultura de gestão da informação corporativa.

Foi publicada a Portaria MPS nº 368, de 18 de agosto de 2015, que versa sobre as políticas de gestão da informação e documentação.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC - PS) iniciou-se na Previdência Social em maio de 2012, parte do projeto de Gestão da Informação Corporativa (GIC). Desde então, a previdênciaé o maior órgão demandado, totalizandomais de 25 mil solicitações de informação desde 2012.

No ano de 2015, foram 5.630, correspondendo à média mensal de 469 solicitações. O Tempo Médio de Resposta de Solicitação do SIC (TMRS - SIC) é de 9,68 dias e apresenta um baixo número de interposições de recursos, o que comprova a efetividade dos atendimentos.

No ano de 2015, até o mês de outubro, foram cadastradas, na Ouvidoria da Previdência Social, 221.727 manifestações, refletindo uma média de 22.172 manifestações mensais. Aproximadamente 52% dos registros foram respondidos em primeira instância, em um tempo médio de 5,3 dias.

Com o objetivo de melhorar a gestão do atendimento, proporcionando maior celeridade ao reconhecimento de direito e simplificação de acesso ao cidadão, encontra-se em andamento a modernização e atualização tecnológica dos Sistemas de Agendamento e de Requerimento Eletrônico. A Central de Teleatendimento 135 e a Agência Eletrônica no sítio da Previdência Social foram atualizadas com novos roteiros e mapas de navegação.

Os serviços e informações disponibilizados no portal da Previdência Social relativos aos RPPS foram reestruturados, de forma a facilitar o acesso por parte dos entes federativos, gestores, segurados, beneficiários e cidadãos em geral às informações sobre a situação desses regimes, quanto ao cumprimento dos critérios de organização previstos na Lei no 9.717/98, além do conteúdo e esclarecimentos das normas gerais relativas a esses regimes.

Objetivando também aprimorar a transparência e tempestividade no acesso às informações relativas à previdência do servidor, foi instituído um novo sistema de atendimento, centralizando o recebimento de consultas e agendamento de reuniões e treinamentos.

Deu-se continuidade também à participação em congressos, seminários e fóruns organizados por organismos ou entidades associativas, nos quais se fizeram presentes os gestores, conselheiros e segurados dos RPPS, medida esta que contribui para a formação da cultura previdenciária.

Com objetivo de ampliar a transparência e o conhecimento acerca das normas aplicáveis ao Regime de Previdência Complementar (RPC), em outubro de 2015 foi publicada a Coletânea de Normas atualizada, o que implica em melhorar o acesso à legislação e dar maior divulgação a todos que, de forma direta ou indireta, interessam-se e contribuem com o crescimento e fortalecimento do regime.

Em 2015, foram publicadas no sítio da Previdência Social as ementas, as decisões, os relatórios e os votos de cada um dos recursos julgados pela Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC), conferindo maior transparência às decisões da instância recursal.

Promover o reconhecimento automático do direito.

Quanto ao reconhecimento do direito, encontra-se em fase de transição dos sistemas corporativos, mantidos os esforços de gestão para evitar contratempos, lentidão e instabilidades nos sistemas que impactam no desempenho das Unidades e podem afetar os resultados de alguns indicadores.

Esses esforços vão desde a migração da ferramenta de agendamento dos serviços previdenciários para o Sistema de Agendamento (Sisage), no final de 2013, à conscientização dos gestores acerca das melhorias possibilitadas pelo novo sistema, que vem sendo intensificada, principalmente no que tange à melhoria do tempo de espera e distribuição dos atendimentos.

Nesse contexto, oportuno registrar que os principais desafios enfrentados foram:

- protocolização dos requerimentos referentes à Lei Complementar no 142, de 2013, inclusive com o agendamento para as avaliações médicas e da assistência social;
- exigência de declaração ou procuração para o emitente de todos os Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPP) apresentados;
- alteração legislativa ou normativa para atendimento dos pedidos de salário maternidade formulados por substitutos; e

- ocorrência de instabilidade nos sistemas de concessão de benefícios, fato que impactou significativamente o atendimento na recepção dos requerimentos de benefícios.

Até outubro/2015 foi desembolsado R$ 1,3 bilhão em Compensação Previdenciária, correspondendo a aproximadamente 306 mil requerimentos de compensação previdenciária pagos. Já os entes federativos pagaram à Previdência Social, referente ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como regime instituidor, R$ 143 milhões, equivalendo a aproximadamente 21 mil requerimentos. Em valores de estoque pagos aos Municípios, foram desembolsados R$ 54 milhões, ficando o saldo devedor de R$ 375 milhões, correspondente a aproximadamente 46 mil requerimentos.

Em contrapartida, a Previdência Social recebeu dos entes federativos cerca de R$ 1 milhão de reais.

As Leis nºs 13.135/2015 e 13.183/2015 trouxeram inovações nas regras de pensão por morte, auxílio-doença e fator previdenciário, implicando em significativas alterações nos sistemas de benefícios do INSS, tornando imprescindível a adequação destes.

Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários.

Com objetivo de propor políticas e diretrizes específicas, destinadas à racionalização do uso dos recursos públicos e à promoção do aperfeiçoamento da gestão pública, com foco na governança para resultados por meio da inovação institucional e da gestão da estratégia, bem como de articular sua implementação, com vistas à melhoria dos padrões de eficiência, eficácia, efetividade, transparência e qualidade da gestão pública e dos serviços prestados à sociedade brasileira, foi instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social e de suas entidades vinculadas, por meio da Portaria no 195, de 28 de maio de 2015, o Comitê Estratégico de Gestão e Inovação Institucional.

A Previdência Social tem dentre outras competências aperfeiçoar os mecanismos de reconhecimento de direito, cabendo-lhe, inclusive, normatizar, orientar e uniformizar procedimentos que assegurem o acesso célere, eficaz e seguro aos benefícios previdenciários.

Para tanto se mostrou necessário promover a organização dos atos normativos relacionados à benefícios e revisão da Instrução Normativa nº 45/PRES/INSS/2010.

Assim, foi executado o Projeto Inovar, que atualizou referida IN, bem como proporcionou como resultado a simplificação, desburocratização e consolidação da normatização em matéria de benefícios. Esse projeto foi finalizado no começo de 2015, com a edição da IN nº 77/PRES/INSS/2015.

Ainda nessa esteira, foi implantado um novo sistema de suporte às consultas de sistemas e procedimentos normativos, o Consultar, que substituiu o Siscon, que contemplava apenas consultas sobre normas e legislação.

Merece destaque também o início do processo de reformulação dos fluxos de recursos administrativos, com a finalidade de dar mais celeridade no trâmite processual.

Ainda em 2015, a Previdência Social avançou quanto à disciplina de gerenciamento de custos. Mediante o desenvolvimento de projeto de aprimoramento dos processos de gerenciamento de custos, buscou-se, como principal objetivo, alavancar o modelo de inovação institucional, o monitoramento e a avaliação do desempenho institucional, de forma a subsidiar continuamente a tomada de decisão da alta gestão.

A base de mensuração de custos parte dos macroprocessos e segue uma estrutura única, aderente ao Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC).

Com relação à supervisão dos RPPS, após a publicação da Portaria MPS no 530/2014, conferiu-se, durante o exercício de 2015, maior celeridade aos Processos Administrativos Previdenciários (PAP) instaurados em decorrência de irregularidades apontadas em auditorias diretas realizadas nos entes federativos, com a adoção do procedimento de registro imediato em caso de não impugnação da notificação.

Procurou-se também, por meio da publicação de parâmetros gerais, tais como a Portaria MPS no 300/2015, uniformizar os processos de gestão dos investimentos de recursos pelos RPPS, instituindo requisitos e termos de análise a serem observados no credenciamento das instituições financeiras, além de promover a manifestação e colaboração em normas e procedimentos desenvolvidos por outros órgãos relacionados à gestão da previdência do servidor.

Objetivo 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

A sustentabilidade do sistema previdenciário consiste em assegurar o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas, em casos de regime organizado pelo método da repartição simples (como o Regime Geral), e o equilíbrio financeiro-atuarial entre ativos e passivos (compromissos assumidos), nos casos de regimes de capitalização (RPPS e Previdência Complementar).

Em outros termos, consiste em encontrar o ponto ótimo de equilíbrio entre o esforço contributivo e a fruição do benefício.

O Objetivo é composto das seguintes iniciativas, com os respectivos desempenhos relativos a 2015.

Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral.

No âmbito do Regime Geral, a Reabilitação Profissional abrange as dimensões social e econômica. Do ponto de vista social, tem como objetivo promover e proteger a saúde do trabalhador, contribuir na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários da Previdência Social, possibilitando o resgate da cidadania, a (re)qualificação profissional e a reinserção no mercado de trabalho.

Já no que tange à esfera econômica, esta contribui para a sustentabilidade dos regimes previdenciários, à medida que o segurado reabilitado efetivamente reintegrado ao mercado de trabalho pode voltar à condição de contribuinte da Previdência Social.

Além disso, também colabora para a promoção da cidadania e o fortalecimento da participação da pessoa com deficiência na sociedade, promovendo sua autonomia, eliminando barreiras e permitindo o acesso e o usufruto, em bases iguais, aos bens e serviços disponíveis à população.

Nesse sentido, 51,14% dos segurados elegíveis foram efetivamente reabilitados em 2015, como resultado de ações das equipes multidisciplinares, com o objetivo de tornar o indivíduo apto para retornar às atividades profissionais por meio de adaptação a função compatível com as limitações apresentadas.

Na perspectiva da integralidade foram desenvolvidas ações intersetoriais com as demais instituições integrantes da Seguridade Social ampliada (Previdência, Trabalho, Saúde e Educação), evidenciando que a garantia da (re)inserção do trabalhador com dignidade no mercado de trabalho está condicionada à execução eficiente das políticas públicas de maneira articulada.

Ainda no sentido de aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral, em 2015, foram atualizadas as orientações técnicas referentes ao reconhecimento do acidente do trabalho. Esta iniciativa impacta na melhor qualificação da concessão do benefício por incapacidade, ensejando, além da proteção para o trabalhador, a identificação de ambientes adoecedores, contribuindo para o desenvolvimento de ações de prevenção em consonância com a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador.

No que tange à Aposentadoria da Pessoa com Deficiência, instituída pela LC nº 142, de 2013, no primeiro semestre de 2016 o estudo realizado pela Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB) decorrente de cooperação técnica firmada com o Ministério da Previdência Social por Termo de Descentralização de Crédito deverá ser concluído.

Tal cooperação tem por objetivo a validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IF - BrA), instrumento pericial para avaliação da deficiência para fins de concessão da aposentadoria da pessoa com deficiência instituída pela Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013. O produto desta cooperação será utilizado para analisar a necessidade de revisão deste instrumento, o que será discutido em grupo de trabalho técnico a ser constituído também em 2016.

O IF - BrA é uma das primeiras experiências brasileiras em consonância com a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, utilizando-se de critérios baseados na Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF). Assim, para o seu aprimoramento, foi proposta, no âmbito do programa "Apoio aos Diálogos Setoriais U.E - Brasil", a

ação DESO015, intitulada "Avaliação da Deficiência após a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência: estudo comparativo entre o instrumento utilizado para efetivação de direitos previdenciários no Brasil e na Alemanha".

Ainda no âmbito do Programa "Apoio aos Diálogos Setoriais U.E - Brasil", foi proposta a ação DESO0014, intitulada "Gestão do Afastamento por Incapacidade - Ações integradas entre Previdência Social e Saúde Pública", a qual visa aperfeiçoar, por meio do intercâmbio de experiências entre a Previdência Social Brasileira e a Italiana, a gestão dos afastamentos por incapacidade no Brasil.

Por fim, no âmbito do projeto do Sistema de Escrituração Digital das Informações Trabalhistas (eSocial), foram discutidos e aperfeiçoados os leiautes e manuais das informações relacionados à Saúde e Segurança do Trabalhador.

Tal sistema unificará uma série de informações que atualmente estão em formulários diversos, substituindo a atual forma de enviar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), além de permitir uma melhor gestão dos riscos decorrentes do trabalho e dos afastamentos laborais.

Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional.

Em 2015 a Previdência Social publicou a metodologia de gerenciamento de riscos, caracterizada por tratar-se da aplicação sistemática de políticas, metodologias, melhores práticas de infraestrutura e do gerenciamento de riscos por meio das atividades de comunicação, consulta, estabelecimento do contexto, na identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e análise crítica dos riscos que afetam uma gestão de qualidade.

Aplicada a toda a organização, tem o condão de promover o desempenho institucional, por ser considerada essencial para o alcance dos resultados institucionais. A metodologia de gerenciamento de riscos demonstrou sua eficácia sendo aplicada para todos os processos das novas contratações, nos processos de trabalho modelados e nos projetos em curso.

Ao longo de 2015, em atendimento à deliberação emanada pelo Comitê de Controle Interno Administrativo (CCIA/MPS), mobilizaram-se esforços para efetuar o monitoramento como forma de prevenir desvios por meio do aperfeiçoamento constante da gestão de risco, de modo a resguardar o patrimônio, os sistemas de informação e os de comunicação institucional.

No tocante às ações de auditoria interna, foram desenvolvidas atividades aprovadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), resultando na conclusão de 644 ações de auditoria programadas e 16 de caráter especial, contribuindo para a efetividade e eficiência da governança, gestão de riscos e fortalecimento do processo de controle.

Nesse intuito, também foram formuladas 96 recomendações em âmbito estratégico, objetivando o fortalecimento dos controles internos e a melhoria dos processos com foco em resultados.

Para gerenciar de maneira mais efetiva e eficiente as demandas dos órgãos de controle interno e externo, foram realizadas melhorias no Sistema de Controle de Demandas Externas e Internas (Condex).

Foi instituído, por meio da Portaria nº 861/PRES/INSS, de 16 de setembro de 2015, o Comitê Permanente de Controle Interno do INSS, com a finalidade de gerenciar o cumprimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo, propor políticas de controle interno, promover a gestão de riscos e acompanhar o desenvolvimento ou a implantação de assuntos estratégicos definidos pela Presidência do INSS ou pela maioria absoluta do Comitê Permanente de Controle.

Otimizar a supervisão, fiscalização e licenciamento das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios.

Para intensificar a fiscalização dos RPPS em cumprimento à competência atribuída pela Lei nº 9.717/1998, foi instituída metodologia para construção de matriz de risco, visando aprimorar os procedimentos de planejamento das auditorias diretas, além da revisão dos procedimentos de realização dessas auditorias por meio da publicação de novos manuais. Tais medidas visam à implantação de uma supervisão baseada em riscos, contribuindo também para o aprimoramento dos procedimentos de supervisão interna.

Em 2015, refletindo a evolução dos mecanismos de supervisão, foram obtidos resultados satisfatórios relativos às auditorias diretas encerradas no ano e à emissão de representações administrativas para apuração de eventual situação de irregularidade sob a competência de outros órgãos de fiscalização e controle.

Além das auditorias diretas, a cargo dos Auditores-Fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil cedidos ao MTPS, intensificaram-se as ações de supervisão indireta dos RPPS, no que se refere aos critérios relacionados à legislação previdenciária dos entes federativos, aos investimentos dos recursos ou à verificação do cumprimento dos parâmetros veiculados pelas normas de atuária e contabilidade.

Deu-se continuidade ao projeto de modernização do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (Cadprev), que além de administrar a emissão do CRP é responsável pela recepção e disponibilização pública das informações relativas à gestão dos ativos e passivos previdenciários.

Foi desenvolvido um novo módulo do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), com o objetivo de melhorar a captação das informações sobre a situação atuarial desses regimes e possibilitar o aperfeiçoamento da análise da razoabilidade dos cálculos atuariais apresentados.

Iniciou-se a implantação de um sistema de tratamento de dados gerenciais, direcionado, em seu primeiro módulo, para a gestão do cadastro dos RPPS e do controle dos CRP emitidos.

A intensificação da supervisão e fiscalização dos RPPS também está sendo promovida por meio de acordos de cooperação técnica celebrados com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, de forma a potencializar a ação fiscalizadora e corretiva, sendo que os acordos celebrados em 2015 alcançaram cerca de 40% dos tribunais existentes.

Participou-se também, em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), no desenvolvimento de curso de auditoria de RPPS voltado a técnicos e auditores dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, além de contribuir para a formatação da ação coordenada entre os TCE/TCM e o TCU, que terá por foco a regularidade da gestão dos RPPS.

Com o propósito de melhor se adequar aos princípios de Supervisão Baseada em Risco (SBR), a Previdência Social está revendo seu atual modelo de supervisão e fiscalização, identificando, tratando e monitorando as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) por meio da análise crítica dos riscos que afetam o sistema. Essa ação visa garantir a segurança, solidez e confiabilidade do regime de previdência complementar fechado.

O novo Programa de Supervisão irá incorporar, de forma proativa, mecanismos de inteligência ao processo de supervisão baseada emriscos, de modo que possa se antecipar aos fatos. Para que isso ocorra o modelo de supervisão das EFPC está passando por um processo de atualização para melhor se adequar aos princípios de SBR, com o aperfeiçoamento dos processos internos da Autarquia, a partir dos atributos e características do modelo de supervisão atual com a incorporação de pilar preditivo.

A supervisão indireta terá foco no monitoramento de parâmetros técnicos das entidades supervisionadas que permitirá o aprimoramento do enfoque prudencial e preditivo por meio de investimentos em capacitação, tecnologia da informação e ganho de eficiência nos procedimentos de compliance.

Isto se tornará possível porque apenas a análise de inteligência dos riscos ficará a cargo do corpo técnico especializado, restando aos sistemas informatizados o trabalho de análise de dados brutos.

Com isso, os esforços de supervisão poderão ser melhor direcionados para permitir ações prudenciais baseadas em análises preditivas que tratem e evitem os riscos, antes que eles se materializem.

A partir desses preceitos de SBR, uma maior efetividade em Supervisão será impressa, com um uso mais eficiente dos recursos humanos e tecnológicos, contribuindo para o crescimento e solidez do segmento de previdência complementar fechado.

Ainda, agirá de forma prudencial baseada em análises preditivas, restando à fiscalização direta a missão subsidiária de agir naqueles casos específicos com maior risco e potencial de impacto.

A abordagem prudencial aliar-se-á à supervisão de condutas que será expandida e aperfeiçoada com a finalidade de incentivar o aprimoramento das boas práticas de governança e gestão de riscos dos supervisionados.

No exercício de 2015 iniciou-se o aprimoramento do monitoramento do mercado supervisionado, por meio da análise dos planos de benefícios sujeitos a maior risco atuarial com a utilização de indicadores construídos com o objetivo de acompanhar a saúde atuarial dos planos.

Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário.

De forma a atender o seu equilíbrio financeiro, assim como fomentar as ações de melhoria à saúde dos trabalhadores, no ano de 2015, foram elaboradas propostas de reestruturação do Seguro Contra Acidentes de Trabalho (SAT), a partir da extração, tratamento e avaliação dos dados disponíveis nos sistemas corporativos.

Para contribuir com as discussões desta proposta, no âmbito no programa Eurosocial, desenvolvido pela União Europeia e o Brasil, o qual tem por objetivo fortalecer a coesão social nos países da América Latina, está em curso intercâmbio de experiências entre o Brasil e a Itália na área do Seguro contra Acidentes de Trabalho destes países.

O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) também tem sido alvo de discussão, mais especificamente no que tange ao cálculo, para o qual foram apresentadas novas propostas, que seguirão em discussões no ano de 2016, sendo que em 2015 uma importante alteração foi promovida, passando-se a calcular o referido fator por estabelecimento empresarial e não mais para a empresa, alinhando-se ao entendimento adotado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para o recolhimento do tributo relacionado ao Grau de Incidência Decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho, bem como alinhando-se com a jurisprudência do STJ.

Ressalta-se que foram publicadas 1.025 decisões administrativas referentes ao julgamento eletrônico do FAP de diversas vigências.

Ademais, foram elaboradas 20 manifestações acerca de proposições legislativas relacionadas às normas previdenciárias de promoção e proteção da saúde e segurança do trabalhador, apresentando notas técnicas e estudos para subsidiar uma evolução equilibrada e sustentável da proteção social.

No âmbito da previdência social do servidor público, 2.079 entes federados contavam com RPPS, responsáveis pela cobertura a cerca de 10 milhões de beneficiários, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

O processo de evolução legislativa, que resulta em expressivos avanços na gestão previdenciária, teve por marco a publicação da Lei no 13.135, de 17/06/2015, resultante da conversão da Medida Provisória no 664, de 30/12/2014, que alterou regras relativas à concessão da pensão por morte no âmbito do RPPS da União e do RGPS, cujas normas devem convergir com os RPPS de todos os entes federativos, promovendo a correção de antigas distorções na concessão desse benefício, com seus reflexos no equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes.

Nesse sentido, incentivou-se a adoção pelos demais entes da adequação das atuais regras de acesso ao benefício de pensão por morte, de forma a se alcançar maior justiça social e melhoria dos resultados fiscais, também pelo imperativo da convergência entre os regimes previdenciários prevista no texto constitucional.

Considerando a necessidade de estabelecimento de novos marcos regulatórios para a previdência do servidor, visando assegurar a sustentabilidade dos RPPS, intensificou-se a edição de notas técnicas, estudos e pareceres para subsidiar as propostas de alteração legislativa que possuem impacto tanto no financiamento quanto nas obrigações desses regimes, além de terem sido adotadas medidas de colaboração com outras instituições, relacionadas à interpretação e aplicação uniforme das normas e de evolução do arcabouço legal, além de atuação conjunta com outros órgãos de fiscalização e controle.

Dentre as iniciativas para promoção da sustentabilidade desses regimes, com objetivo específico de implementar mecanismos alinhados com a modernização da sua gestão, merece destaque o desenvolvimento do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão RPPS), que visa incentivar a adoção, por esses regimes, das melhores práticas de gestão previdenciária que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

O marco inaugural do referido programa foi a Portaria MPS nº 185/2015 e a elaboração e disponibilização em consulta pública do Manual do Pró-Gestão RPPS, os parâmetros a serem observados para avaliação e habilitação das entidades certificadoras, os procedimentos a serem observados para adesão, renovação, suspensão ou cancelamento da certificação institucional, além do conteúdo de cada uma das ações a serem observadas para obtenção da certificação institucional.

Merecem também destaque as medidas adotadas para garantir que as informações relativas aos segurados e beneficiários dos RPPS sejam contempladas no projeto de Escrituração Digital das Informações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais (eSocial), estando previstas nas normas que regulam o programa (Decreto nº 8.373/2014 e Resoluções do Comitê Gestor e Comitê Diretivo) e no *layout* de dados que está sendo desenvolvido.

Dessa forma, será possível a sua conexão ao projeto de criação e unificação do cadastro dos servidores públicos, CNIS/RPPS, contribuindo para o aperfeiçoamento da concessão de benefícios pelos regimes e para mitigação dos riscos com pagamentos indevidos, projeto que possui também importante ferramenta de manutenção do cadastro e realização de censo previdenciário (Siprev), que possibilita a melhoria da gestão do passivo dos RPPS.

No que tange ao Regime Complementar, destaca-se a regulamentação e a implantação da previdência complementar do servidor público no governo federal. Em 2012, foi aprovada a instituição da Funpresp - Exe. Em 2013, ocorreu a sua plena constituição voltada para os servidores do poder executivo, onde foram aprovados o Estatuto, os regulamentos dos planos de benefícios e a política de investimentos e a busca por adesões.

Em 2014, no sentido de promover políticas de sustentabilidade do sistema previdenciário complementar, o MTPS seguiu apoiando tecnicamente os entes da federação com vistas à instituição de regime de previdência complementar, a exemplo da criação da Funpresp - Exe.

Assim, atuou prestando esclarecimentos técnicos acerca das peculiaridades do RPC e do funcionamento das EFPC e dos planos de benefícios. Em 2015, analisou projetos de lei referentes à instituição do regime de previdência complementar nos Estados e apoiou tecnicamente os estudos dos projetos para sua implantação.

Em 2015, no âmbito da Previdência Complementar foi elaborado estudo sobre o nível de conhecimento financeiro e previdenciário dos participantes de entidades fechadas de previdência complementar, com o objetivo de subsidiar a formulaçãode políticas públicas relativas aos programas de educação financeira e previdenciária.

Deu-se prosseguimento à instituição de medidas com o intuito de simplificar procedimentos realizados pelas EFPC, possibilitando a desoneração, sem prejuízo da segurança e do devido acompanhamento necessário dos diversos atores do Sistema de Previdência Complementar Fechada.

Algumas medidas foram tomadas em linha com as demandas do setor supervisionado por meio de atuação, com o intuito de simplificar procedimentos realizados pelas EFPC, possibilitando a desoneração, sem prejuízo da segurança e do devido acompanhamento necessário dos diversos interessados do Sistema de Previdência Complementar Fechada.

O ano de 2015 foi marcado pela intensificação do diálogo do órgão de supervisão com os diversos atores do sistema fechado de previdência complementar, no intuito de aprofundar debates sobre as necessidades mais prementes de medidas de desoneração e simplificação de procedimentos.

No âmbito de sua atuação normativa, a Previc editou instruções, dentre as quais destacam-se:

- Instrução nº 23, que estabeleceu orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário;
- Instrução nº 21, que alterou os prazos para envio das demonstrações contábeis, pareceres e Manifestação do Conselho Deliberativo à Previc; a no 20, que classificou as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) em perfis, para fins de supervisão no âmbito da Previc; e
- Instrução nº 19, que dispôs sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução no 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação, de que trata a Resolução no 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão Previdência Complementar.

A atuação com base no preceito de desoneração contribui para aumentar a sustentabilidade do sistema fechado de previdência complementar, na medida em que reduz os custos administrativos incorridos pelas entidades, tornando assim a criação e manutenção dos planos de benefícios mais atrativos para participantes e patrocinadores.

Foram desenvolvidas ações junto ao Poder Legislativo para a aprovação da MP no 676, de 2015, transformada na Lei no 13.183/2015, no que se refere à Emenda que institui a adesão automática para os servidores públicos federais no caso do Funpresp - Exe e Funpresp - Jud, possibilitando a garantia de oferecimento do plano aos servidores e a elevação do número de adesões com o consequente aumento do nível de segurança e cobertura previdenciária.

Risco jurídico que ameaça a sustentabilidade do sistema refere-se às inúmeras ações judiciais que tramitam nos Tribunais Superiores e que podem afetar a gestão dos RPPS ou as regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios.

Nesse sentido, além do acompanhamento da tramitação dessas ações e da elaboração de manifestações para subsidiar a atuação da Advocacia-Geral da União, foi constituído pelo Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), um Grupo de Trabalho intitulado Temas Judiciais Relevantes para os RPPS, visando à interlocução com o Poder Judiciário para mitigar o risco de decisões prejudiciais ao sistema.

Importante ressaltar as ações de acompanhamento e a elaboração de pareceres sobre propostas de alterações normativas em discussão no Congresso Nacional, com o apoio dos demais órgãos responsáveis pela condução dessas articulações.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0251 E 0252 DO PROGRAMA 2061 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0251	No Exercício1	393.398.621.003,42	398.279.945.276,07
	RPNP2	1.180.424.083,74	111.437.246,56
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		394.579.045.087,16	398.391.382.522,63
0252	No Exercício1	25.795.254,73	15.941.697,89
	RPNP2	4.674.581,63	10.514.259,10
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		30.469.836,36	26.455.956,99

Fonte:SiafiGerencial / Data da geração: dez/2015.

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS REFERENTES AO OBJETIVO 0251 EM R$ MILHÕES

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012 - 2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Adequar 80% da rede de atendimento.	%	80,00	86,00	64,00	73,00	77,70	97,12
Implantar 604 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão.	Unidade	604	118,00	193,00	244,00	258	42,71
Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias. (*)	Dias	15	30,00	27,00	33,00	60	25
Reduzir o tempo médio de atendimento agendado da perícia médica para 15 dias.	Dias	15	35,00	29,00	38,00	60	25
Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias.	Dias	15	20,00	20,00	31,00	64	23,43
Ter 65% dos benefícios decididos na mesma data de entrada.	%	65,00	57,87	56,44	61,94	58,40	89,84

Fonte: INSS / *TMC - o valor do indicador refere - se à atualização do SUIBE de 28/12/2015.

Meta: Adequar 80% da rede de atendimento.

O Acórdão n° 2.170, de 2012, do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou carências nas condições de acesso de pessoas com deficiência a prédios e serviços públicos federais.

Nesse contexto, no exercício de 2015 foram concluídas adequações em 77 unidades, sendo 41 unidades anteriormente existentes que foram adequadas e 36 unidades do PEX que já contemplam as condições de acessibilidade.

Com esse quantitativo, obteve-se o percentual acumulado aproximado de 77,7% de Unidades adequadas.

O percentual alcançado em 2015 foi inferior à meta de 80% de unidades adequadas quanto à acessibilidade inicialmente programada para o PPA.

Meta: Implantar 604 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão.

O Projeto de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) tem empenhado esforços no sentido de expandir e consolidar a presença do INSS por meio da implantação de Agências da Previdência Social em Municípios com mais de 20 mil habitantes.

No quadriênio 2012 - 2015, foram inauguradas 258 agências: 118 em 2012; 75 em 2013; 51 em 2014; e 14 em 2015.

Quanto à distribuição das unidades instaladas em 2015:

- cinco estão na Superintendência Nordeste (para onde está prevista a construção de quase metade das Agências do projeto);
- uma na Superintendência Norte/Centro-Oeste;

- três na Superintendência Sudeste I (que abrange o Estado de São Paulo);
- três na Superintendência Sudeste II (que abrange Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro); e
- duas na Superintendência Sul.

Na esteira do que vinha acontecendo nos exercícios anteriores, em 2015 houve redução do orçamento do INSS, inclusive o destinado para investimento, como para a instalação de unidades de funcionamento do Instituto, impossibilitando a contratação de novas obras.

Como consequência, o PEX foi temporariamente suspenso e o orçamento disponível foi aplicado, prioritariamente, na continuidade das obras iniciadas, bem como das que haviam sido paralisadas.

Ademais, por causa da insuficiência de servidores para lotação nas novas agências, o alcance da meta também foi prejudicado. No intuito de viabilizar a lotação de pessoal para as agências concluídas e com as obras em andamento, encontra-se em trâmite um Concurso de Remoção Interna, para manifestação de servidores interessados.

Diante disso, foram inauguradas em 2015 apenas 14 agências, totalizando 258 novas unidades no período de 2012-2015, que corresponde a 42% do total previsto no plano inicial do PEX.

Meta: Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias.

O indicador do Tempo Médio de Concessão - TMC iniciou o exercício de 2014 com resultado igual a 31 dias e finalizou o ano com 33 dias. Ressaltamos que esse indicador vem sendo tratado como informação gerencial no painel de Desempenho da Instituição, ou seja, não foram pactuadas metas de atingimento, uma vez que se optou em tratar um novo indicador: o Tempo Médio de Decisão - TMD (concessões + indeferimentos).

O motivo da oscilação do TMC, além da transição dos sistemas corporativos que afetaram o desempenho das unidades, está relacionado às espécies de benefícios que dependem de avaliação de exposição a agentes nocivos (atividade especial) e nos casos de avaliação social e médica, quando da avaliação da deficiência para fins de benefícios de que trata a Lei Complementar no 142, de 2013.

Esses requerimentos dependem de duas agendas distintas: primeiro ocorre a avaliação social e depois a avaliação do perito médico. Somente após essas duas análises é que o benefício poderá ser concluído pelo servidor administrativo.

Houve elevação do Tempo Médio de Concessão - TMC em 2015. Iniciou o ano em 38 dias e finalizou em 60. A ascensão se deu por conta do movimento paredista dos servidores, que perdurou de 06/07 a 28/09/2015. Antes se mantinha no patamar aproximado de 35 dias, disparando a partir de outubro/2015.

Convém salientar que, apesar das mudanças ocasionadas pelas Medidas Provisórias no 664 e 676, bem como pela Lei no 13.135/2015, o indicador manteve-se em nível aceitável, subindo no período pós greve.

Em 2015 o TMC passou a ser considerado informação gerencial, auxiliando no controle do desempenho institucional, entretanto sem pactuação de metas de atingimento com as unidades de execução.

Meta: Reduzir o tempo médio de espera do atendimento agendado da perícia médica para 15 dias.

O Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado da Perícia Médica (TMEA-PM) passou de 25 dias, em janeiro/2014, para 38, em dezembro/2014. A melhor média alcançada em 2014 foi em setembro, quando o índice alcançou 22 dias. No sentido de melhorar o TMEA-PM foram realizadas as seguintes ações:

- monitoramento semanal do indicador, propondo ações gerenciais e orientações com foco nos locais com resultado superior a 30 dias, deslocando peritos médicos para atendimento em outras localidades e remoções de ofício de servidores para as Gerências Executivas com os piores resultados no indicador; cumprimento de Ações Civis Públicas por meio da publicação de normativas para recepção administrativa e credenciamento em Londrina/PR, Imperatriz/MA e Estados de Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e
- publicação de norma que estabelece as diretrizes para avaliação dos benefícios por incapacidade de longa duração, realizada por equipe multiprofissional.

Em 2014 houve uma redução do número de peritos médicos em decorrência de aposentadorias e exonerações. No início do ano de 2014 havia 4.810 peritos médicos e no final do ano eram 4.577 peritos médicos.

Acrescente-se a nova demanda da Aposentadoria Especial da Pessoa com Deficiência, estabelecida pela Lei Complementar nº 142, de 2013. Atualmente, há 456 Agências da Previdência Social sem perito médico, nas quais o atendimento é feito mediante deslocamento.

A maior concentração de unidades com essa carência está nas Regiões Nordeste e Norte/Centro-Oeste. O Tempo Médio do Atendimento Agendado da Perícia Médica (TMEA-PM) que, em janeiro/2015, era de 33 dias, fechou o ano em 68 dias.

Esse cenário tem origem multifatorial, destacando-se a redução do número de peritos médicos previdenciários, em decorrência de exonerações e aposentadorias, associada ao atual modelo de acesso e de manutenção do benefício por incapacidade.

De 4.577 peritos médicos que começaram 2015, apenas 4.351 continuavam nos quadros do INSS ao final. Desde 2007, esse quantitativo não era tão reduzido. A esse respeito, foram encaminhadas notas técnicas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), demonstrando a necessidade de realização de concurso para a recomposição do quadro de peritos médicos.

A isso se somaram os movimentos de paralisação dos servidores da carreira do seguro social, que durou de 06/07 a 28/09/2015, e a dos peritos médicos previdenciários, que iniciou em 04/09/2015 e se arrasta por mais de 4 meses.

Com objetivo de melhorar o TMEA-PM foram realizadas as seguintes ações em 2015:

- monitoramento semanal dos resultados, com proposição de ações gerenciais e orientações com foco nos locais com resultado superior a 30 dias;
- cumprimento de Ações Civis Públicas por meio da publicação de normativos para recepção administrativa com vistas a acelerar o atendimento onde houver determinação judicial;
- videoconferências e reuniões com compartilhamento de experiências exitosas e consolidação de conceitos das atividades realizadas por equipe multiprofissional, nos benefícios por incapacidade de longa duração; e
- reuniões técnicas presencias com os gestores da área para educação continuada dos conceitos de gestão em saúde do trabalhador.

Tem-se envidado esforços para melhorar o processo de reconhecimento do direito ao benefício por incapacidade e a qualidade da avaliação pericial, considerando que o modelo de concessão tem-se mostrado instável e sensível a variações conjunturais bruscas de melhora e piora, por períodos curtos, causando insatisfação do segurado, da sociedade em geral, bem como do corpo dirigente, técnico e administrativo da Previdência Social.

A Lei nº 13.135, de 13 de junho de 2015, vem ao encontro deste propósito, uma vez que introduz mudanças no processo de concessão dos benefícios por incapacidade e possibilita ainda que a Previdência Social estabeleça convênios com o Sistema Único de Saúde para a realização de perícias médicas em locais remotos, nos quais o Instituto não consegue atender seus segurados.

Meta: Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias.

Desde o final do ano de 2013, quando foi iniciada a migração da ferramenta de agendamento dos serviços previdenciários para o Sistema de Agendamento (Sisage), tem-se trabalhado massiva e incansavelmente na conscientização dos gestores acerca dos progressos disponíveis com o novo sistema, focando na melhoria do tempo de espera e da distribuição dos atendimentos.

Entretanto, ocorreram diversas situações que influenciaram negativamente o resultado, entre as quais a indisponibilidade de sistemas, o que impossibilita o atendimento, e a quantidade de eventualidades, dias não úteis durante a Copa do Mundo ainda em 2014, que totalizaram 32 dias com atendimento impactado de forma parcial ou total. Assim sendo, o Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA) foi de 19 dias, em janeiro/2014, para 31dias, em dezembro/2014.

A realidade econômica do País reflete diretamente nas ações empregadas para o alcance das metas propostas. A restrição orçamentária impactou na realização do atendimento itinerante e provocou a descontinuidade das unidades de atendimento móvel flutuante.

A incorporação de novos serviços, como o seguro-desemprego ao pescador profissional (Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015), bem como o movimento paredista dos servidores no período de 07/07 a 30/09/2015, contribuíram para a elevação deste indicador.

Refletindo as ocorrências, inclusive de indisponibilidade de sistemas e do circuito da rede de dados nas agências, o TMEA que,em janeiro/2015, era de 28 dias, fechou o ano em 64 dias. Por esta, dentre outras razões, na última década tem-se investido em inovações sistêmicas para o atendimento programado e remoto, cujo objetivo é otimizar e melhorar a gestão do tempo de atendimento ao público.

Meta: Ter 65% dos benefícios decididos na mesma data de entrada.

O ano de 2014 foi permeado por desafios que, apesar da difícil transposição, fortaleceram as medidas de gestão adotadas e não impediram o êxito das metas estipuladas. Os principais pontos enfrentados foram:

- protocolização dos requerimentos referentes à Lei Complementar nº 142, de 2013, inclusive com o agendamento para as avaliações médicas e da assistência social;
- exigência de declaração ou procuração para o emitente de todos os PerfisProfissiográficos Previdenciários (PPP) apresentados;
- alteração legislativa ou normativa para atendimento dos pedidos de salário maternidade formulados por substitutos; e
- ocorrência de instabilidade nos sistemas de benefícios.

Relativamente ao Plano de Ação, o Índice de Resolutividade (IRES) atingiu plenamente a meta estabelecida para o exercício de 2014, sendo que em janeiro/2014 o IRES foi de 56,59%, enquanto a meta prevista era de 54,11% e, no fechamento do ano, o IRES foi de 61,94% para uma meta de 57,46%.

O IRES não apresentou oscilações significativas em 2015. Mesmo com as alterações legislativas ocorridas no exercício, como a Lei no 11.135/2015 e 11.183/2015 e o período de greve enfrentado, manteve-se estável. Foi de 58,65% em janeiro/2015 e fechou o ano em 58,40%.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS REFERENTES AO OBJETIVO 0252

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012 - 2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB	% do PIB	5,0	3,17	3,59	3,37	3,10	62	SPPS
Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos Municípios	Unidade	-	1.990,00	2.020,00	2.061,00	2.079	0,87	SPPS
Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional	%	70,00	55,37	47,60	52,21	51,14	73,05	INSS
Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB.	% do PIB	13,50	30,78	58,01	59,64	64,02	474,2	SPPS
Regulamentar a previdência complementar para o servidor público.	%	100	100	100	100	100	100	SPPC
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30% do PIB.	% do PIB	30,00	25,15	26,25	20,21	20,85	69,5	SPPS
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF para no máximo 50% do PIB.	% do PIB	50,00	45,85	48,82	49,77	52,38	104,76	SPPS
Reduzir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB.	% do PIB	0,80	0,82	0,84	0,75	0,67	83,75	SPPS
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10% do PIB.	% do PIB	10,00	7,98	9,19	9,87	11,64	116,4	SPPS
Reduzir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB.	% do PIB	1,00	0,85	1,01	0,92	1,05	105	SPPS
Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB.	% do PIB	0,40	0,31	0,15	0,20	0,12	30	SPPS

Meta: Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB.

Os RPPS possuem um patrimônio de cerca de R$ 180 bilhões, dos quais, R$ 109 bilhões aplicados no mercado financeiro, R$ 60 bilhões em outros bens e ativos e R$ 10 bilhões em créditos a receber do ente federativo. Considerando o PIB estimado (grade de parâmetros de 09/09/2015), o índice apurado foi de 3,10%, ao passo que em 2012 era de 3,17%, em 2013, 3,59% e, em 2014, 3,37%.

A meta é fortemente influenciada pela volatilidade do mercado financeiro, pelos preços de ativos atrelados ao petróleo, além da sensível situação econômica que impacta a capacidade financeira e orçamentária dos entes e conduz ao aumento da inadimplência das contribuições a seu cargo.

Citam-se também as revisões nos planos de segregação da massa que, a despeito de infringirem as normas gerais que regulam a estruturação atuarial dos RPPS, restaram consumindo parte dos recursos acumulados, demonstrando a necessidade do fortalecimento do escopo legal da exigência do CRP.

Meta: Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos Municípios.

A atuação da previdência tem por objetivo orientar os entes quanto aos critérios de organização e funcionamento dos RPPS estabelecidos em normas gerais, às responsabilidades e obrigações dos gestores e aos principais impactos advindos da alteração do regime previdenciário dos servidores.

Há risco de que parcela dos entes que optam pela instituição de RPPS não reúnam as condições de governança, controles e capacitação necessárias para assegurar a sustentabilidade desses regimes.

Em 2012, havia 1.990 RPPS; em 2013, o número de RPPS era de 2.020; em 2014, era de 2.061 RPPS; e, em 2015, de 2079 RPPS, conforme a legislação encaminhada ao MTPS, o que corresponde a um incremento médio da ordem de 1,5% no ano.

Meta: Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional.

No período de janeiro a dezembro de 2014, as equipes de reabilitação profissional elegeram para o programa profissional 32.961 segurados, dentre os quais 17.209 foram reabilitados, correspondendo ao percentual de 52,21% do total da demanda considerada apta para reabilitação profissional do ano. Nota-se que as equipes de reabilitação das unidades da Previdência Socialque contam com esse tipo de serviço atendem pouco mais da metade das demandas que recebem com indicação para a reabilitação.

Um aspecto que dificulta o atendimento de segurados reabilitados é o reduzido número de unidades que contam com serviços de reabilitação profissional.

Atualmente, 456 Agências da Previdência Social (APS) possuem equipe local, enquanto que 247 realizam esse atendimento por meio de equipes volantes. Portanto, a abrangência dos serviços de reabilitação profissional está em aproximadamente 44,04% da totalidade das agências, que é de 1.596, incluindo as Agências de Atendimento de Demandas Judiciais(AADJ).

Para enfrentar essas questões, a Previdência Social tomou a iniciativa de construir o projeto Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a (Re) habilitação Integral.

Esse projeto com vigência para quatro anos (Janeiro/2014 a janeiro/2018) atingiu percentual de execução de 19% em 2014. Dentre os produtos estratégicos e essenciais a serem implementados no transcorrer da vigência do projeto, destacam-se:

- revisão e pactuação dos referenciais teóricos, metodológicos e legais da reabilitação profissional - organização do grupo de trabalho;
- iniciativas intersetoriais com vistas à (re)habilitação integral - nesse sentido,a Previdência Social tem orientado movimento no âmbito dos entes federados (União, Estados e Municípios) que potencialize programas, ações e políticas públicas já existentes, viabilizando e qualificando também o processo de reabilitação profissional, por meio de comitês intersetoriais de reabilitação integral;
- formalização de acordos de cooperação técnica e/ou convênios com instituições públicas e/ou privadas - seguro social alemão de acidentes de trabalho (Deutsche GesetzlicheUnfallversicherung (DGUV), Ministério da Educação/Pronatec, Ministério do Trabalho e Emprego/ Rede Sine/IMO, e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-Centro de Tecnologia da Informação - Renato Archer - Tecnologia Assistiva;
- capacitação e qualificação das equipes de RP do INSS - elaboração do projeto básico de formação em saúde do trabalhador;
- estruturação da rede de reabilitação profissional do INSS - estudo de lotação ideal; e
- sistematização das informações referentes à reabilitação profissional - módulo gerencial que sistematizará as informações da RP do INSS na plataforma do Sistema Integrado de Benefícios (SIBE).

Em 2015 foram eleitos para o programa de reabilitação profissional 26.033 segurados, dentre os quais 13.138 foram efetivamente reabilitados, correspondendo ao percentual de 52,21%. Isso significa que pouco mais da metade das demandas que receberam indicação para a reabilitação profissional puderam ser atendidas no ano.

Dentre os fatores que contribuíram para os resultados aquém do esperado, citam-se:

- insuficiência de servidores nas equipes de reabilitação profissional para atender as demandas da área;
- inexistência de serviço de reabilitação profissional em grande parte das agências da previdência;
- constantes restrições e contingenciamentos orçamentários; e
- movimentos de paralisação enfrentados em 2015.

Apesar das dificuldades enfrentadas, a concentração de esforços continua na execução do projeto "Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a (Re) habilitação Integral", com previsão de duração até janeiro/2018. Este atingiu o percentual esperado de 33% de implementação em 2015. Referido projeto coaduna com as ações em andamento que objetivam promover a gestão do afastamento dos trabalhadores com foco na saúde, segurança e capacidade de (re)ingresso no mercado formal de trabalho.

Nesse sentido, em 2015 houve avanço nas seguintes ações estratégicas: a) conclusão da homologação do módulo gerencial da reabilitação profissional no Sistema Integrado de Benefícios (SIBE) e início de piloto para posterior expansão nacional; e b) publicação da Resolução nº 512/PRES/INSS, de 26 de novembro de 2015, que trata do Manual Técnico de Procedimentos da Área de Reabilitação Profissional - Volume II - Diretrizes para concessão no âmbito da Reabilitação Profissional de órteses, próteses ortopédicas não implantáveis, meios auxiliares de locomoção e acessórios.

Meta: Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB.

Considerando os valores dos Demonstrativos de Resultado das Avaliações Atuariais (DRAA), houve uma sensível piora do indicador da situação do equilíbrio atuarial dos RPPS, principalmente dos Estados. Em 2013, alcançou 58,01% do PIB (9,19% dos Municípios e 48,82% para os Estados e o Distrito Federal), em 2014, 59,64% (9,87% para os Municípios e 49,77% para os Estados e DF). Em 2015, estima-se 64,02% (11,64% dos Municípios e 52,38% para os Estados e DF).

Os valores crescentes dos déficits atuariais refletem os desajustes estruturais da previdência do servidor público, que carregam riscos, que, mesmo com as Emendas Constitucionais no 20, de 1998, e no 41, de 2003, não foram totalmente mitigados.

Dentre esses, destacam-se o impacto do aumento da longevidade da população brasileira, as regras de elegibilidade previstas no texto constitucional ainda não aderentes ao padrão da previdência mundial, a gestão de cargos e remunerações dos servidores ainda não atrelada às projeções atuariais dos planos, e o fato dos RPPS contarem, desde o início de sua estruturação, com uma grande massa de servidores e de aposentados sem que tivessem sido constituídas as reservas necessárias.

Além disso, os limites de capacidade financeira, orçamentária e fiscal dos entes impactam na capitalização dos benefícios programáveis dos planos e, tem-se também como limitador para o alcance da meta, as decisões judiciais concedendo o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) para os entes que não asseguram o equilíbrio do regime.

Meta: Regulamentar a previdência complementar para o servidor público.

Foi estabelecida como meta para o quadriênio 2012 - 2015 a regulamentação da previdência complementar para o servidor público, que ocorreu ainda em 2012, com a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, com a publicação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, autorizando a criação de três entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (Funpresp - Exe, Funpresp - Leg e Funpresp - Jud, respectivamente).

Houve também a edição do Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012, que criou a Funpresp - Exe, bem como estabeleceu a possibilidade de o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União - na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios - celebrarem convênios de adesão com a Funpresp - Exe. Sendo assim, a meta foi cumprida já em 2012, e em 2013 registrou-se a plena constituição da Funpresp - Exe.

No âmbito do judiciário, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp - Jud) foi criada pela Resolução STF nº 496, de 25/10/2012, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário para os membros e os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Meta: Reduzir o ritmo de crescimento do déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30,0 % do PIB.

O índice que mede a evolução dos déficits atuariais do RPPS da União em relação ao PIB havia alcançado em 2012, 25,15% (déficit de R$ 1,107 trilhão apurado na Avaliação Atuarial realizada conforme parâmetros estabelecidos pela Portaria MPS no 403/2008).

Em 2013, foi apurado um déficit atuarial de R$ 1,251 trilhão, correspondente a um índice de 26,25% e, em 2014, R$ 1,116 trilhão, 20,21%. A Avaliação Atuarial de 2015, elaborada em 31/03/2015, apurou um déficit de R$

1,208 trilhão, corresponde a 20,85% do PIB estimado conforme grade de parâmetros de 09/09/2015.

Dentre os fatores que influenciaram negativamente no dimensionamento dos compromissos e custos do plano citam-se a inconsistência ou ausência de dados de vários órgãos, a intempestividade no envio dessas informações e a não estruturação de uma unidade gestora única para todo o sistema.

Meta: Reduzir o ritmo de crescimento do déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF União para no máximo 50,0% do PIB.

Considerando os valores informados nos Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) e ajustes em casos de Estados que não divulgaram esse resultado ou que o informaram sem ter sido apurado atuarialmente, o índice referente a 2012 alcançou o percentual de 45,85% do PIB, em 2013, 48,82%, em 2014, 49,77%. Em valores nominais, o somatório do déficit atuarial dos RPPS desses entes saltou de R$ 2,02 trilhões em 2012, para R$ 2,33 trilhões em 2013, e R$ 2,75 trilhões em 2014.

Em 2015, com o desenvolvimento da nova plataforma de envio das informações atuariais, apenas 16 Estados haviam postado o DRAA. Nesse caso, repetiu-se para os restantes os valores considerados em 2014, estimando-se um déficit total de R$ 3,1 trilhão (52,38% do PIB).

Para a apuração desse indicador são somados os valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder tanto dos Planos Previdenciários quanto dos Financeiros, em caso de segregação da massa.

Meta: Reduzir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB.

O déficit financeiro do RPPS dos servidores civis da União é apurado a partir do resultado previdenciário (receitas de contribuições menos despesas com benefícios) divulgado nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO). Em 2012, observou-se um déficit correspondente a 0,82% do PIB, em 2013, a 0,84%, e, em 2014, a 0,75%.

Em 2015, estão disponíveis os dados relativos até o 4º bimestre, que, projetados até o final do exercício, seguindo o mesmo comportamento das despesas incorridas em 2014, apontam um déficit de 0,67% do PIB (grade de parâmetros de 09/09/2015).

Meta: Reduzir o ritmo de crescimento do déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10,0% do PIB.

Em 2012 o indicador, que mede a relação entre os valores totais dos déficits atuariais dos Municípios em relação ao PIB, considerando o déficit atuarial como o resultado da diferença entre os valores dos recursos garantidores e das provisões matemáticas informadas pelos entes federativos nos Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), apontou uma relação de 7,98%, em 2013, foi para 9,19%, e, em 2014, 9,87%.

Em 2015, com o desenvolvimento de nova ferramenta de coleta de informações atuariais e a necessidade de conferir um maior prazo para adaptação à nova plataforma, tem-se que o resultado informado por cerca de 750 Municípios foi extrapolado para o universo de 2.050 Municípios que possuem RPPS, apurando-se índice correspondente a 11,64% do PIB projetado (grade de parâmetros de 09/09/2015).

Meta: Reduzir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB.

Em 2012, o déficit (receitas totais anuais menos despesas) dos RPPS dos Estados e Distrito Federal correspondeu a 0,85% do PIB e para 2013 a um déficit de 1,01% do PIB. Para o exercício de 2014, foi apurado um déficit financeiro de 0,92%, contudo, para 2015, considerando os dados dos RREO e dos demonstrativos enviados ao MTPS, estima-se um déficit de cerca de R$ 61 bilhões, correspondentes a 1,05% do PIB projetado (grade de parâmetros de 09/09/2015).

Os RPPS dos Estados apresentam crescentes despesas com benefícios em virtude de um grande contingente de aposentados e pensionistas mantidos antes da estruturação desses regimes e de servidores em atividade com perfil etário avançado, sem a correspondente constituição das reservas necessárias, além do aumento da longevidade. Nesse caso, o foco da supervisão na estruturação atuarial desses regimes precisa contar com uma maior regulamentação na lei geral.

Meta: Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB.

O superávit financeiro dos RPPS dos Municípios, apurado pela diferença entre o total das receitas previdenciárias, provenientes das contribuições, dos rendimentos das aplicações financeiras e de outras receitas e das despesas com os benefícios do plano e com a sua administração, apesar de, em 2012, ter correspondido a 0,31% do PIB, em 2013, a 0,15%, e, em 2014, a 0,20% (superávit da ordem de R$ 10,9 bilhões), para 2015, projeta-se, conforme demonstrativos enviados ao MTPS, um superávit da ordem de R$ 6,7 bilhões, que corresponderia a um índice de 0,12% do PIB (grade de parâmetros de 09/09/2015), portanto, inferior ao dos anos anteriores e da meta prevista no PPA.

Entre as principais causas para essa redução cita-se o aumento das despesas com benefícios, além da difícil situação financeira e orçamentária dos entes que tem agravado a inadimplência do repasse das contribuições devidas aos RPPS.

Contribui, no entanto, para o controle desse risco, a supervisão do cumprimento do caráter contributivo pelos RPPS, por meio de auditorias diretas, com a consequente instauração de processos administrativos previdenciários, ou por monitoramento indireto, que envolve as análises de termos de parcelamento de débitos e o acompanhamento sistemático do repasse das contribuições e pagamento dos débitos.

4.2.7. Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

O Programa Trabalho, Emprego e Renda contempla as políticas públicas que visam promover o emprego e o trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.

A geração de emprego de qualidade é imperativa para o crescimento econômico com distribuição de renda e redução da pobreza. Além disso, o encaminhamento de trabalhadores desempregados ou empregados sob risco de perder o emprego para cursos de qualificação ganha ainda mais importância frente às demandas dos diversos setores econômicos. O objetivo é reduzir o descompasso observado entre o perfil da oferta e da demanda por mão de obra qualificada, atuando para conter a elevada rotatividade no emprego observada atualmente.

Um dos principais focos de ação do Programa consiste na integração entre qualificação social e profissional e o Programa Seguro-Desemprego. Garantido constitucionalmente, o seguro-desemprego é um benefício integrante da seguridade social cujo objetivo é prover assistência financeira temporária ao trabalhador demitido sem justa causa, além de auxiliá-lo na busca de um novo emprego.

Por meio de ações integradas de orientação, encaminhamento para a qualificação profissional e recolocação do trabalhador, o Programa Seguro-Desemprego racionaliza o uso dos recursos e atua aumentando o nível de emprego, produzindo efeito multiplicador na economia.

Os recursos financeiros utilizados para essas ações são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que é a principal fonte de financiamento do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda e que também é utilizado para custear outras ações de apoio ao trabalhador, tais como o pagamento do benefício do Abono Salarial, a identificação do trabalhador por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e de sua ocupação, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, o registro profissional, as linhas de crédito oferecidas pelo Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger e pelo Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.

Ademais, o Programa 2071 contempla a atuação do Estado para avançar no tratamento das seguintes questões estruturais da sociedade e do mercado de trabalho brasileiros:

- pobreza e desigualdade social;
- desemprego e informalidade; não universalidade da cobertura da proteção social;
- sujeição de trabalhadores a baixos níveis de rendimentos e produtividade;
- elevados índices de rotatividade no emprego;
- desigualdades de gênero e raça/etnia.

Além disso, no âmbito desse programa, busca-se a consonância das relações

de trabalho com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário e a melhoria das condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural.

Outra frente de atuação consiste na democratização das relações de trabalho. É por meio do diálogo democrático que será construída a modernização da legislação trabalhista, adequada às necessidades atuais do mundo do trabalho.

Objetivo 0287 – Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, integra um conjunto de políticas públicas que buscam uma maior efetividade na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva, visando à inclusão social. Sua consolidação no território nacional passa pelo fortalecimento de uma gama variada de ações, abrangendo o Programa do Seguro-Desemprego, a concessão do abono salarial e da CTPS, a intermediação de mão de obra - IMO e a qualificação profissional, dentre outras.

Envolvem, ainda, os registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais - Rais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged, que servem tanto de ferramenta para controle da atividade trabalhista no País quanto para produzir dados estatísticos para a elaboração de estudos e diagnósticos sobre o mercado de trabalho formal.

O MTPS atua no mercado de trabalho por meio do Sistema Nacional de Emprego - Sine, intermediando a inserção dos trabalhadores nas vagas ofertadas pelos empregadores.

Com o pagamento do abono salarial complementa a renda dos trabalhadores com menor rendimento e incentiva a manutenção deles no mercado de trabalho formal, enquanto o benefício do seguro-desemprego provê assistência financeira temporária aos trabalhadores em situação de desemprego involuntário.

A emissão da CTPS é imprescindível para o trabalhador, uma vez que retrata a vida profissional do seu portador e garante o acesso aos benefícios assegurados pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, tais como o seguro-desemprego, os benefícios da Previdência Social e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

A execução orçamentária do objetivo no exercício de 2015 apresenta uma variação negativa de 11,3% em relação a 2014. Essa variação decorre da variação negativa de 41% nos valores liquidados na ação orçamentária de pagamento do abono salarial (0581 – Abono Salarial), os quais passaram de 15,5 bilhões em 2014 para 9,1 bilhões em 2015.

A diminuição nos valores liquidados da ação orçamentária de pagamento do abono salarial em 2015 reflete a alteração no cronograma de pagamento do benefício promovida pela Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat nº 748, de 02 de julho de 2015, que transfere para o primeiro semestre do ano o pagamento do benefício aos nascidos de janeiro a junho.

Assim, essa parcela de beneficiários do abono salarial deixou de receber no exercício de 2015 (como teria acontecido se as regras tivessem sido mantidas), fazendo com que a execução dessa ação caísse nesse ano.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0287 DO PROGRAMA 2071 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA (EM R$ MILHÕES)

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0287	No exercício (1)	50.792.967.915	46.563.802.242
	RPNP (2)	1.324.241.856	230.112.895
	Gastos tributários		
TOTAL DO OBJETIVO		52.117.209.771	46.793.915.137

Fonte: Siafi, atualizado em 18.01.2016

Tesouro Gerencial – dados 18.01.2016 e Siafi Gerencial – Base 05.01.2015

Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Ressalta-se que a Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015, faz um acréscimo na norma, estabelecendo que o valor do benefício será calculado na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor do salário-mínimo vigente na data do respectivo pagamento, multiplicado pelo número de meses trabalhados no ano correspondente.

Contudo, essas mudanças afetarão somente o exercício de 2016/2017, não impactando na execução orçamentária dos exercícios acima considerados.

Por fim, vale mencionar que juntos, os benefícios do abono salarial e seguro-desemprego, corresponderam a 99,6% dos valores liquidados do objetivo em 2015.

O 0,4% do valor restante do orçamento do objetivo 0287 foi despendido com a manutenção da rede de atendimento ao trabalhador, a emissão de CTPS, a CBO, os cadastros e sistemas públicos na área de trabalho e emprego.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0287

DESCRIÇÃO DA META 2012 – 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Ampliar para 80% a taxa de cobertura do seguro-desemprego sobre os demitidos sem justa causa**	%	80	74,90	72,38	72,55	67,56*	89,73	Sistema Mais Emprego
Ampliar para 97% a taxa de cobertura do Abono Salarial**	%	97	95,08	95,44	95,03	95,34*	98,16	DES / SPPE
Aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado formal de trabalho**	%	5	3,32	3,74	3,17	2,87*	66,00	Sistema Mais Emprego
Capacitar, via Pronatec, 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego	Trabalhador (matriculado)	100.000	46.436	111.580	193.692***	197.933	198	Sistema Mais Emprego/Sistec
Inserir 30% dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho**	%	30	24	27	16	0	74,4	Sistema Mais Emprego/ Caged
Ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, priorizando, em particular, as mulheres, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência física e intelectual, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadoras domésticas, público do Brasil sem Miséria, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo.	%	97.746 (vagas ofertadas)	38,9	53,8	78,9	86,9	86,9	Sistema Mais Emprego
Pré-matricular trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra em 100% das vagas ofertadas ao Pronatec Trabalhador **	%	100	Não se aplica ****	Não se aplica ****	78,6	6,2	20,7	Sistec / MEC

* Dados parciais até dezembro de 2015, sujeito a alterações posteriores.

** Meta apurada de forma não acumulada.

*** Retificação da apuração de 2014, considerando o cancelamento de algumas matrículas.

**** Meta inserida na revisão do PPA em 2013.

A cobertura do seguro-desemprego é definida como a razão entre o número de segurados e o número de demitidos sem justa causa, o que também pode ser denominado taxa de cobertura efetiva.

Embora, a taxa de cobertura do seguro-desemprego sobre os demitidos sem justa causa tenha alcançado um percentual de 67,56% em 2015 (resultados parciais), os dados consolidados desde 2012 mostram que o número de segurados em relação aos dispensados sem justa causa atingiu 71,79%, representando um alcance de 89,73% da meta pactuada para o período do PPA 2012-2015.

Em relação às informações dessa meta, verificou-se a necessidade de revisar a sua apuração ao final do PPA. Essas alterações são necessárias dadas as características das bases de dados utilizadas no cálculo da meta.

Apesar dos registros administrativos serem excelentes fontes de dados, há uma atualização constante das informações, em virtude da natureza dos processos a eles relacionados, além de desenvolvimento de melhorias que tem como consequência uma estrutura de informação dinâmica. Essas características das bases de dados leva a modificações (ainda que residuais) nas informações.

A ampliação da taxa de cobertura do seguro-desemprego se fundamenta nos objetivos de distribuição de renda e combate à pobreza da primeira década dos anos 2000.

O benefício do seguro-desemprego tem uma importância decisiva para a manutenção da renda familiar e para a proteção social do trabalhador.

Nos últimos anos, o governo tem procurado reduzir as despesas do FAT com políticas passivas e investir no fortalecimento das políticas ativas, visto que estas têm impacto direto no aumento da produtividade do trabalhador e da economia, o que gera maiores ganhos de bem-estar para toda a população no longo prazo.

Por políticas passivas entende-se a concessão dos benefícios do seguro-desemprego e abono salarial; já as políticas ativas integram, dentre outras, um conjunto de ações voltadas para a IMO e a qualificação social e profissional do trabalhador.

Como medida de aprimoramento do programa Seguro-Desemprego, os critérios para habilitação ao benefício, que já haviam sido revistos em 2014, foram novamente modificados em 2015. Com a conversão da Medida Provisória nº 665, de 30 de dezembro de 2014, na Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015, os critérios passaram a ser os seguintes:

- para a primeira solicitação, o trabalhador tem que ter recebido salários por pelo menos 12 meses nos 18 meses anteriores à data da dispensa;
- para a segunda solicitação, o trabalhador deve comprovar o recebimento de salários em pelo menos 9 meses nos 12 meses anteriores à data da dispensa; e
- a partir da terceira solicitação, o trabalhador deve comprovar o recebimento de salários relativos a cada um dos 6 meses imediatamente anteriores à data de dispensa.

A meta de ampliar para 97% a taxa de cobertura do Abono Salarial se refere ao percentual de trabalhadores que efetivamente receberam o benefício frente aos que fazem jus ao benefício, identificados no ano-calendário. Entende-se como ano calendário o período de julho do ano anterior a junho do ano relativo ao exercício em apuração.

Dessa forma, considerando-se que essa meta se refere ao ano-calendário 2014/2015, a taxa de cobertura foi de 95,3%.

Isso significa que, do total de trabalhadores identificados na Rais, como tendo direito ao benefício, 95,3% efetuaram, de fato, o saque junto aos agentes pagadores (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil).

Importante destacar que esta taxa depende diretamente da ação do trabalhador em efetuar o saque e que ao longo do ano são feitas campanhas publicitárias em diversos meios de comunicação, bem como é feito o envio de correspondência aos trabalhadores, informando-os quanto ao direito de receber o benefício.

No entanto, o alcance dessas medidas é limitado. Dessa maneira, a taxa de cobertura do Abono Salarial se manteve estável nos últimos cinco anos, apesar dos esforços realizados pelo MTPS. Para o período do PPA, a meta em questão obteve um alcance de 98,16%.

Também houve atualização e revisão da apuração dessa meta. Nesse sentido, é preciso lembrar que a informação quanto à taxa de cobertura do Abono Salarial, dada pelo cálculo do número de trabalhadores beneficiários dividido pelo número de trabalhadores identificados com direito ao benefício, poderá sofrer atualizações posteriores, dependendo das informações enviadas pela Caixa Econômica Federal.

A meta de aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no período não foi alcançada. Isso se explica pela alta complexidade das ações de intermediação, as quais envolvem vários atores, e pelas limitações de pessoal e orçamento no período.

A IMO atua como instrumento de combate ao desemprego. Sendo assim,

assume a natureza de serviço público gratuito prestado pelo Sine, que se destina a inserir ou recolocar o trabalhador no mercado de trabalho de maneira ágil, minimizando o custo social causado pelo desemprego.

Ou seja, a IMO se constitui num mecanismo que visa à alocação eficiente do trabalhador em um posto de trabalho, de maneira a reduzir o tempo de desemprego, compatibilizando, assim, a força de trabalho ofertada com o perfil da vaga disponível no mercado de trabalho.

Não obstante os desafios afetos à implementação das ações do Sistema Nacional de Emprego – Sine, em contrapartida à capacidade operacional da rede, o MTPS, ao longo do ano de 2015, envidou esforços para a melhoria da gestão, a exemplo da discussão de novo modelo de operacionalização do sistema, junto aos executores estaduais e municipais.

Tal discussão resultou na proposta de projeto de lei que tem como principal finalidade a reestruturação da rede de atendimento e a melhoria da gestão por meio da melhor definição da responsabilidade dos atores e, em especial, na adoção de forma mais eficiente de execução financeira do recurso disponível para a manutenção da rede.

Nessa linha, o MTPS editou a Portaria nº 194, de 3 de setembro de 2014, que dispôs sobre as formas de acompanhamento dos convênios pelos fiscais. Além disso, propôs nova metodologia para proposição e aferição das metas dos convênios plurianuais do Sine.

Tais ações, sem dúvida, auxiliam na execução dos convênios, que por sua vez, conseguem obter melhores resultados, refletindo em uma melhora integral das políticas públicas de emprego. Além disso, em conjunto com as áreas técnicas, houve o estabelecimento de indicadores de desempenho e a definição de critérios para a instalação das unidades de atendimento do Sine.

No âmbito da meta de capacitar via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego, em 2015, foram 8,3 mil pré-matriculados e 4,2 mil matriculados do universo de trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego.

Para se chegar a esses resultados, o Portal Mais Emprego (MTPS) e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec (Ministério da Educação - MEC) foram integrados e a condicionalidade para o encaminhamento dos trabalhadores requerentes do seguro-desemprego para curso do Pronatec foi alterada.

Dessa forma, o trabalhador dispensado sem justa causa em condições de receber o benefício e que for reincidente no Seguro-Desemprego nos últimos 10 anos deverá ser encaminhado aos cursos de qualificação oferecidos pelo MEC.

Ainda que 2015 tenha registrado um pequeno número de matriculados, a meta para o período do PPA foi superada em 98%.

No que se refere à meta de inserção dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho, as ações pactuadas no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, de que trata a Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador nº 679, de 29 de setembro de 2011, estabeleciam que os convenentes deviam, como parte da meta pactuada no instrumento de convênio, empreender esforços e inserir no mundo do trabalho, no mínimo, 30% dos trabalhadores qualificados, cuja comprovação se daria por meio de indicadores apurados com base nos registros do Sistema MTE Mais Emprego e do Caged.

Os resultados obtidos em 2012, 2013 e 2014, 24%, 27% e 16%, respectivamente, refletem a realidade do alcance dessas metas pelo conjunto de convenentes, muito embora o MTPS tenha colocado sua rede à disposição para facilitar, mediante suporte técnico ou outros meios, no limite de sua competência institucional, a inserção no mercado de trabalho de trabalhadores qualificados em seus programas.

Isso não exime os convenentes das disposições normativas tocantes ao não cumprimento de metas pactuadas nos instrumentos de repasse de recursos, quais sejam, por exemplo, glosa de valores e devolução de recursos dos convênios; a aplicação dessas sanções deverá ser feita no âmbito da prestação de contas dos convênios.

Esses resultados alcançados equivalem à apuração de uma taxa de inserção média de 22,3% dos beneficiários das ações do PNQ no mundo do trabalho, o que corresponde, portanto, a 74,4% de cumprimento da meta total.

Como não houve a celebração de convênios no âmbito do PNQ para execução de metas de qualificação no ano de 2015, em função da baixa disponibilidade orçamentária e da sistemática adotada pelo MTPS de concentração no Pronatec das demandas recebidas, não há, por isso mesmo, resultados referentes a esse período no programa.

Já no que diz respeito à meta de ampliar em 50% a oferta de vagas em cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, os números apurados em 2012 e 2013, quais sejam 38,1 mil e 14,6 mil educandos, respectivamente, dizem respeito ao número de alunos concluintes nos cursos de qualificação no âmbito do PNQ e refletem a capacidade orçamentária do programa.

Consonante com esses resultados, o MTPS passou, com o advento da celebração do Acordo de Cooperação Técnica com o MEC, no final de 2013, a demandar cursos por meio do Pronatec, o que efetivamente ampliou a capacidade de atendimento de demandas por qualificação profissional identificadas no âmbito da pasta do Trabalho.

Essas quantidades, em percentuais relativos à meta total de 97,7 mil vagas, equivalem a 38,9% e 14,9%, respectivamente; o acumulado em 2013 equivale, portanto, a 53,8% da meta total.

Em 2014, na modalidade denominada Pronatec Trabalhador (que não inclui a oferta de cursos para trabalhadores requerentes do seguro-desemprego reincidentes), foram pré-matriculados 44,8 mil trabalhadores provenientes do Sine, como, eventualmente, por outros canais de atendimento aos quais as vagas compartilhadas do Pronatec são acessíveis, dos quais foram matriculados 20,1 mil.

Em 2015, foram feitas 14 mil pré-matrículas, das quais 7,8 mil efetivaram-se em matrículas.

Além disso, houve, em 2014, matrículas efetivadas em 4,4 mil vagas de qualificação profissional oriundas de convênios celebrados em anos anteriores, então em execução, no âmbito do PNQ. Não houve celebração de novos convênios na esfera do PNQ para execução em 2015 e, por isso mesmo, não há resultados nessa modalidade.

Assim, para o cálculo do número apurado em 2014, somam-se as 4,4 mil matrículas efetivadas no PNQ e as 20,1 mil efetivadas no Pronatec Trabalhador, o que equivale a 24,5 mil. Essa quantidade equivale a 25,1% da meta total e o resultado acumulado em 2014 corresponde a 78,9% da meta.

Pelos mesmos critérios, o dado referente a 2015 considera somente as 7,8 mil matrículas efetivamente contabilizadas pelo MEC no período, o qual corresponde a 8% do total da meta e, somado ao resultado acumulado anterior, totaliza 86,9% da meta cumprida.

Há que se dizer que a pactuação de vagas para o Pronatec Trabalhador é feita no âmbito de uma modalidade em que as vagas são denominadas "compartilhadas", na qual a oferta resultante de todas as demandas fica disponível para pré-matrícula por todos os demandantes.

Dessa forma, ainda que o MTPS tenha identificado, por meio da articulação com os conselhos de trabalho dos entes federados parceiros, uma demanda para o Pronatec Trabalhador, as vagas daí resultantes serão – como as dos demais demandantes, uma vez que tenha sido feita a pactuação – compartilhadas entre todos eles e, no Pronatec Trabalhador, por isso mesmo, pode haver outros canais de pré-matrículas além da rede do Sine.

Em relação à meta "Pré-matricular trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra em 100% das vagas ofertadas ao Pronatec Trabalhador", em 2014, do total de vagas compartilhadas ofertadas no Pronatec, 57 mil foram oriundas das demandas que o MTPS apresentou para atendimento ao Pronatec Trabalhador.

Nessas vagas, 44,8 mil pré-matrículas foram efetuadas, tanto no âmbito da rede do Sine, como, eventualmente, por outros canais de atendimento aos quais as vagas compartilhadas do Pronatec são acessíveis. Verifica-se aí a taxa de cumprimento anual da meta no patamar de 78,6%.

A pactuação de vagas para o ano de 2015, por sua vez, não discriminou em seu resultado o montante de demandas para o Pronatec Trabalhador efetivamente aprovado em meio ao número global de vagas compartilhadas; em vez disso, trouxe um total de 226,8 mil vagas, sem discriminação de demandantes, nas quais foram feitas, para o Pronatec Trabalhador, 14,3 mil pré-matrículas, segundo dados disponibilizados pela equipe técnica do MEC.

Isso equivale a 6,3% de cumprimento da meta, considerando-se que a disponibilização somente do global do resultado da pactuação impacta no cálculo, puxando o desempenho da meta para baixo.

Assim, desde que vagas vêm sendo pactuadas na modalidade Pronatec

Trabalhador, isto é, a partir de 2014, 283,9 mil vagas compartilhadas foram disponibilizadas para essa finalidade; nestas, 58,8 mil pré-matrículas foram efetivadas, o que corresponde a uma taxa acumulada de cumprimento da meta de 20,7%.

4.2.8. Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

A Constituição Federal de 1988 considerou a saúde como um direito social da população e estabeleceu competência comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios para legislar, concorrentemente, sobre a proteção e defesa do setor.

Para operacionalizar essas determinações, instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de organização da prestação das ações e serviços públicos, abrangendo a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde.

A responsabilidade de financiamento ficou compartilhada entre as três esferas administrativas e a gestão central como competência do Ministério da Saúde (MS), com a execução das ações de forma descentralizada, com vetor municipal e direção única em cada esfera de governo. Facultou, ainda, a livre participação, de forma complementar, da iniciativa privada na prestação da assistência à saúde.

A regulamentação do dispositivo constitucional, por meio das Leis no. 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, instituiu o dever do Estado na execução de políticas econômicas e sociais de forma a reduzir o risco de doenças.

Para operacionalizar as linhas de atuação, essa lei adotou princípios fundamentais e organizacionais para o SUS, sendo a universalidade, integralidade e equidade os estruturantes da institucionalidade do sistema.

Dentre os princípios organizacionais destaca-se a descentralização de meios e responsabilidades, com prioridade municipal de execução, além da participação social na elaboração e controle da política nacional.

As linhas de atuação visam dar concretude à execução das ações e serviços públicos de saúde, privilegiando o acesso à integralidade da atenção, por meio da oferta de serviços em todos os níveis de atenção, da básica à especializada.

Conta ainda com a vigilância em saúde e sanitária, a regulação dos serviços e produtos, além da participação privada em caráter complementar e suplementar.

Nesse contexto, a seleção dos objetivos que dão sustentabilidade ao Programa Temático 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) levou em consideração a operacionalização das linhas de atuação, por meio de uma estrutura de serviços que favoreça os seus propósitos e cumpra os preceitos constitucionais.

Os objetivos selecionados, que integram um rol setorial mais abrangente, compreendem linhas de atuação que se inter-relacionam para dar factibilidade ao Programa Temático 2015. Excluindo-se os objetivos selecionados, estão presentes outras linhas de atuação estruturantes que contribuíram para a sustentabilidade do Programa Temático.

Destacam-se a Vigilância em Saúde; a Alimentação e Nutrição; a Vigilância Sanitária; o Aperfeiçoamento do pessoal envolvido no SUS e a Gestão do SUS.

No âmbito da Vigilância em Saúde, as ações constituem-se em processo contínuo e sistemático de coleta, análise e disseminação de informações sobre eventos relacionados ao setor, subsidiando o planejamento e a implementação de medidas para a prevenção, promoção e proteção da saúde.

Visando ao aprimoramento da vigilância e ao enfrentamento de epidemias de dengue e chikungunya no Brasil, em 2015 foram desenvolvidas uma série de ações preparatórias, tais como:

- repasse de R$ 143,7 milhões a todos os Municípios para qualificação das ações de prevenção e controle da dengue;
- distribuição de inseticidas para controle vetorial e kits para diagnóstico de dengue;
- atualização do Guia de Manejo Clínico de Dengue;
- curso de Atualização do Manejo clínico da Dengue e Chikungunya em formato EaD (Educação a Distância) em parceria com a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS);
- realização de reuniões macrorregionais com os dirigentes dos programas de controle da dengue das 27 unidades da Federação; e
- acompanhamento e financiamento de pesquisas para aprimoramento da vigilância e controle de dengue.

Foi estabelecida uma meta de redução da letalidade por dengue em 25% até o final de 2019, tendo como base o ano de 2014.

Entre 2014 e 2015, embora se tenha observado elevações dos casos notificados e das taxas de mortalidade por dengue, houve redução da letalidade de 0,08% para 0,05%.

O surgimento de pacientes com manifestação neurológica e história prévia de infecção viral tem sido registrado em Estados com circulação do vírus Zika e circulação concomitante de dengue e/ou chikungunya, principalmente nos Estados da região nordeste.

As manifestações neurológicas dos pacientes incluem encefalites, meningoencefalite, mielite, Síndrome de *Guillain-Barré*, entre outras.

A alteração do padrão de ocorrência de microcefalias no Brasil, considerada situação de emergência em saúde pública, provocou ações imediatas, a exemplo da instalação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – COES (Portaria nº 1813, de 11 de novembro de 2015).

Dos 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen's), atualmente dezenove estão treinados para a técnica de biologia molecular (RT-PCR) para dengue, dezesseis para Chikungunya e onze para Zika vírus.

Essa técnica permite a obtenção de uma resposta em tempo oportuno e eficaz. No período de 26 a 29 de janeiro de 2016, foram capacitados mais onze Lacen's em metodologia de RT-PCR para Vírus Zika.

Ainda em 2015, no campo de prevenção, foi realizada a 36ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite, bem como a Campanha Nacional de Multivacinação para Atualização de Caderneta de Vacinação.

O grupo alvo na campanha contra a poliomielite foram crianças de seis meses a menores de cinco anos de idade, aproximadamente 12,7 milhões de crianças, tendo sido alcançado 94,40% de cobertura vacinal.

No combate à gripe, em 2015, também foi realizada campanha nacional de vacinação de população específica, com distribuição de mais de 52,5 milhões de doses, resultando no alcance de 87,1% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis (crianças de seis meses a menores de cinco anos de idade, gestantes, pessoas com sessenta anos de idade e mais, população privada de liberdade, povos indígenas, profissionais de saúde das unidades que fazem atendimento para a influenza e puérperas).

Nessas campanhas foram produzidas e divulgadas mídias audiovisuais nos meios de comunicação e desenvolvidas ações informativas junto às redes sociais.

A vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela), introduzida no Calendário Nacional de Vacinação em 2013, substitui a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças entre quinze meses e dois anos de idade. Em 2015, alcançou um percentual de cobertura vacinal de 67,47%, havendo a expectativa de aquisição de 3,6 milhões de doses nesse ano.

Como resposta eficaz à epidemia de HIV/Aids, o Brasil recomenda o início imediato da terapia antirretroviral para todas as pessoas vivendo com HIV e Aids, independentemente da contagem de CD4 (tratamento para todos). Atualmente, cerca de 455 mil pessoas estão em terapia antirretroviral no Brasil.

Nessa especificidade, o Brasil não só elevou a cobertura terapêutica de pessoas vivendo com HIV/Aids, como também manterá as altas taxas de supressão viral, reduzindo, assim, a possibilidade de transmissão do vírus.

Além dessas, outras atuações prioritárias em Vigilância em Saúde foram centrais para a redução da incidência da malária, hanseníase e outras doenças endêmicas.

O campo da promoção da saúde tem por finalidade prevenir doenças e agravos cuja incidência possa vir a se tornar um problema para a saúde pública.

Nesse sentido, o Programa Academia da Saúde vem ampliar o acesso a ações específicas de promoção da saúde, além de estimular a produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população.

De 2011 a dezembro de 2015 foram habilitados, para construção, 3,8 mil polos de academia da saúde em todas as regiões do País e concluídas 1,5 mil obras. Em relação ao custeio, até dezembro de 2015, 567 polos foram custeados pelo Governo Federal.

Com relação à Alimentação e Nutrição, requisito essencial para dar suporte às ações de atenção à saúde, foi lançada nacionalmente, em 2015, a estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – NutriSUS, para prevenir e controlar carências nutricionais na infância.

Consiste na adição direta de nutrientes à alimentação oferecida às crianças de seis meses a três anos e onze meses, em creches do Programa Saúde na Escola (PSE). Em 2014/2015, houve a adesão de 1,7 mil Municípios e 6,9 mil creches, com 330,4 mil crianças matriculadas.

Complementando a atuação pública em saúde, a Vigilância Sanitária atua no registro de produtos de interesse da saúde pública e na autorização do funcionamento de empresas que produzam ou comercializem esses produtos, assim como dos ambientes com desenvolvimento de atividades que tenham implicância sanitária.

Em 2015, foram aprovados os registros de dezoito medicamentos genéricos inéditos no País. Com esses registros, o ganho social será substancial, uma vez que o valor máximo de um medicamento genérico deve ser de pelo menos 35% menor do que o de referência.

O tempo médio de trâmite dos pedidos administrativos relacionado à Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) e Autorização Especial (AE), tanto para farmácias e drogarias quanto para as demais empresas, foi reduzido para o prazo máximo de 45 dias.

A gestão dos recursos envolvidos nos processos e iniciativas sanitárias públicas desenvolve-se por meio da racionalização e qualificação do emprego dos recursos humanos, físicos e financeiros.

No âmbito dos recursos humanos, as edições do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (Provab) foram concluídas com o aperfeiçoamento de 9,4 mil médicos até 2015. O Provab Médicos foi incorporado ao Programa Mais Médicos.

Com a incorporação, o Município poderá dar à população e ao gestor municipal a segurança da continuidade do cuidado, pois será possível manter o profissional que era do Provab por mais três anos atuando na Atenção Básica junto à comunidade, prorrogável por ainda outros três, após a conclusão do 1º ano previsto no Provab.

Em 2015, a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) tem o registro de 63 Mesas de Negociação instaladas, sendo que quatro delas foram instaladas neste ano.

Outra importante iniciativa desenvolvida em 2015 foi o lançamento do "Plano de Valorização dos Agentes de Saúde e Endemias", que busca subsidiar Estados e Municípios com informações necessárias para a efetivação do processo de regularização dos vínculos desses profissionais, em cumprimento ao disposto na Lei nº. 11.350, de 5 de outubro de 2006.

Foi também buscada a eficiência no emprego dos recursos financeiros, por meio do incentivo à gestão participativa, combate ao desperdício, busca da transparência, aperfeiçoamento do e-saúde e da qualidade da informação.

Com essa finalidade, ocorreu intensa mobilização para a 15ª. Conferência Nacional de Saúde, por meio de 4,7 mil conferências municipais, 27 estaduais e distrital, e da mobilização de 985 mil pessoas, culminando com a etapa nacional, que teve a participação de 5,5 mil gestores, trabalhadores, representantes de movimentos sociais e usuários do SUS.

A fim de detectar disfunções em serviços e processos, foram estimuladas ações de ouvidoria e comunicação direta com os usuários, por intermédio, entre outros, de ouvidorias e de cartas aos cidadãos que passaram por internações hospitalares ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade.

Foram implantadas 66 ouvidorias, somando um total acumulado de 1,2 mil unidades desde 2012, e enviadas 12,3 milhões de cartas com obtenção de 2,82 milhões de respostas que incorreram em registro de 9,3 mil manifestações, das quais 6,6 mil denúncias, dentre outras iniciativas.

O Programa possui um painel de indicadores estabelecido no PPA 2012/2015, com uma composição de 28 indicadores representativos das linhas de atenção em saúde e da sua gestão.

Para efeito de análise do desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS), foi selecionado um subconjunto de indicadores que refletem a evolução do acesso da população aos serviços e produtos de saúde e são mais representativos da sustentabilidade do SUS, além de configurarem-se em elementos de avaliação das principais linhas de atuação em saúde estruturantes do Programa 2015. Foram destacados:

1 - Cobertura das equipes de saúde da família

O indicador avalia variações populacionais, geográficas e temporais na cobertura das equipes de saúde da família, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos.

Contribui na análise das condições de acesso e qualidade da atenção básica, em associação com outros indicadores, tais como, número de consultas médicas por habitante, cobertura vacinal e taxa de mortalidade infantil. Evidencia também a situação da linha de atenção, com finalidade de subsidiar formulações em planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas.

O indicador confere visibilidade à notável evolução da Estratégia Saúde da Família ao partir de um marco referencial de cobertura 52,75% da população nacional, em 2010, para atingir, em 2015, a marca dos 60,95% de cobertura populacional pelas Equipes de Saúde da Família.

2 - Cobertura das equipes de agentes comunitários

Propõe-se a analisar variações populacionais, geográficas e temporais na cobertura das equipes de agentes comunitários, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos. Contribui na análise das condições de acesso e qualidade da atenção básica, em associação com outros indicadores, tais como cobertura de atenção básica e taxa de mortalidade infantil.

Tem importante utilidade ao subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas e ações de saúde voltadas para a assistência e promoção da saúde.

O indicador evoluiu a partir de um marco referencial de 63,17% da população nacional, em 2010, atingindo 63,73% em 2015.

3 - Cobertura das equipes de saúde bucal

Informa a cobertura populacional das Equipes de Saúde Bucal, elemento integrante da Estratégia Saúde da Família. Partiu-se de um índice de referência de 34,3% em 2010, alcançando-se 38% em dezembro de 2015.

4 - Cobertura de Municípios ao Programa Farmácia Popular - Aqui tem farmácia popular

Possibilita avaliar a evolução do programa por meio do cadastro das farmácias e drogarias credenciadas no Aqui Tem Farmácia Popular, identificando e mensurando os Municípios que estão cobertos pelo programa, e oferecendo possibilidade de dimensionamento da população coberta pela oferta gratuita de medicamentos ou com preços subsidiados.

A linha de base para este indicador, fixada em 2010, apontou 2.467 Municípios cobertos. Percebe-se excelente desempenho do programa ao registrar 4.446 Municípios em 2015, significando uma expansão superior a 80%.

5 - Cobertura vacinal contra gripe

O indicador propõe-se a medir a proporção da população-alvo imunizada anualmente com a vacina influenza, bem como o impacto da vacinação medido pela frequência relativa da morbidade ou mortalidade por influenza e/ou complicações dela decorrentes.

Pode contribuir para o dimensionamento da redução das hospitalizações e mortes ocasionadas pelas complicações da influenza. Permite também acompanhar e avaliar a situação vacinal da população, fornecendo dados para o planejamento e gestão de políticas de saúde.

Levando em consideração a extensão territorial do País, além da sua diversidade sociocultural, a apuração do indicador aponta uma boa expansão da cobertura, uma vez que atingiu 88,99% do público-alvo em 2015, partindo de uma linha de base de 82,77% em 2010.

6 - Taxa de incidência de Aids

Esse indicador é importante para a avaliação dos objetivos do Programa 2015, dadas as dimensões sanitárias que a epidemia da Aids alcançou e a sua involução graças a intervenções de prevenção e promoção da saúde. Permite analisar variações populacionais, geográficas e temporais na distribuição dos casos confirmados de Aids como parte do conjunto de ações de vigilância epidemiológica específica.

A sua apuração contribui para a orientação e avaliação das ações de controle da Aids, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas para o controle da transmissão do HIV/Aids em áreas e populações específicas.

Ao avaliar o recuo da incidência da Aids no período, constata-se a taxa de 21,1 por 100.000 habitantes em 2011, tendo sido reduzida para 19,7 em 2015, guardando a mesma proporção populacional. Nesse contexto, pode-se afirmar que o indicador aponta evolução positiva no acesso aos serviços específicos ofertados.

A apuração do indicador exige, em geral, que a confirmação de casos se realize através de testes laboratoriais específicos (sorologia para detectar anticorpos e antígenos, e isolamento do HIV). Logo, está sujeita às condições técnico-operacionais do sistema de saúde em cada área geográfica para a detecção, notificação, investigação e confirmação laboratorial de casos de Aids.

7 - Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)

Por meio da apuração desse indicador, torna-se possível a avaliação sistemática de um conjunto de atributos esperados no desempenho de áreas, organizações e serviços relacionados à saúde suplementar, permitindo a elevação da transparência, explicitando o grau de desempenho em relação aos aspectos de atenção à saúde, rede assistencial, econômico-financeiro e de satisfação dos beneficiários de cada operadora.

A análise da apuração desse indicador permite também a comparação entre operadoras semelhantes, estimulando a concorrência no setor, com ganhos de qualidade para os usuários.

A apuração desse indicador aponta para um desempenho significativo, uma vez que se encontrava em um patamar de 60% de operadoras qualificadas em 2010, evoluindo para 73,02% ao final de 2015.

Objetivo: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Esse objetivo contempla a ampliação do acesso e qualificação da oferta dos serviços inerentes às linhas de atuação responsáveis pelo atendimento direto à população: a Atenção Básica (AB) e de Média e Alta Complexidade (MAC), em todos os seus segmentos.

A atenção básica em saúde vem ocupando cada vez mais centralidade no SUS como ordenadora dos sistemas municipais, atuando como eixo estruturante de muitos programas e projetos no âmbito federal.

O reconhecimento nacional e internacional que o SUS tem conquistado com a AB justifica-se não só pela rapidez e escala da sua expansão de cobertura, como também pelos resultados associados ao modelo prioritário de organização deste nível de atenção: a Estratégia Saúde da Família (ESF).

Ao longo do tempo, acumulam-se evidências de que sistemas orientados pelos princípios da Atenção Primária em Saúde (APS) alcançam melhores resultados, maior satisfação dos usuários, maior equidade e menores custos (Starfield, 1994; Berman, 2000). No desenvolvimento do SUS, a experiência brasileira tem ratificado essas conclusões.

A ESF está presente em mais de 95% dos Municípios, com uma cobertura estimada de 63,45% da população, priorizando as áreas mais pobres, onde as necessidades de saúde são maiores.

Superado o desafio da aceitação e sustentabilidade dessa política, a ampliação da sua abrangência voltou-se principalmente para a promoção da qualidade das práticas desenvolvidas pelas equipes de saúde vinculadas ao modelo.

Tal mudança explica, em alguma medida, a redução da velocidade de expansão e investimento maior em ações para qualificação da ESF.

Em 2008, para apoiar a inserção da ESF na rede de serviços, foram criados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), que são constituídos por equipes de profissionais de diferentes áreas (assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas, educadores físicos, dentre outros), para apoio e parceria com os integrantes da ESF.

Atualmente registram-se 4,3 mil equipes NASF em funcionamento, as quais contribuem para a integralidade e a resolubilidade da atenção básica em saúde.

No âmbito da saúde bucal observa-se o aumento significativo do acesso da população à atenção odontológica, assim como a melhoria das condições da saúde bucal da população.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), entre 2003-2008, a expansão do acesso à atenção odontológica foi 3,5 vezes maior (17,5 milhões de pessoas a mais) do que a observada nos cinco anos anteriores (1998 - 2003, mais de cinco milhões).

Esse aumento foi mais significativo na faixa com renda familiar de até dois salários mínimos, particularmente nas regiões Norte e Nordeste. Por outro lado, a Pesquisa Nacional de Saúde Bucal (2010) evidenciou queda de 26% na incidência de cárie aos 12 anos de idade no período 2003-2010.

Em sete anos (2003-2010), considerando a população entre 35 e 44 anos de idade, ampliou-se em 70% o número de dentes tratados, e reduziu-se em 45% o número de extrações dentárias por cárie.

A ampliação e qualificação da rede de atenção básica à saúde tem como finalidade assegurar resolubilidade e suficiência da oferta.

Os projetos e atividades a serem desenvolvidos buscarão fortalecer linhas de atuação já consolidadas como a ESF, assim como redefinir e aprimorar a Política Nacional de Atenção Básica.

O objetivo é estabelecer um padrão de qualidade em todo o Brasil, consolidando uma só política de AB mediante a integração da ESF com o modelo tradicional de atenção à saúde. Para tanto, foi realizado um programa de certificação da qualidade das unidades básicas de saúde, bem como um amplo programa de informatização, reforma, ampliação de unidades básicas de saúde, além de ter sido dada continuidade à construção de novas unidades básicas de saúde através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Segmentos específicos da população estão contemplados por ações para atenção à saúde em temas sensíveis e importantes para a sociedade brasileira.

Na atenção à saúde para pessoas em situação de privação de liberdade, investe-se na expansão do número de equipes de atenção à saúde prisional e na implantação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Também serão efetivadas ações para proporcionar cuidados específicos à saúde das populações negras, com a realização do teste de eletroforese em 100% das gestantes SUS e da qualificação de parteiras quilombolas.

A Assistência Especializada de Média e Alta Complexidade (MAC), estratégica para a integralidade da atenção à saúde, configura uma das faces mais visíveis e sintomáticas da atuação e desempenho do SUS.

As ações de Média Complexidade (MC) visam atender problemas de saúde que dependem da disponibilidade de profissionais especializados e do uso de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, por meio de procedimentos ambulatoriais e hospitalares.

Já os serviços de Alta Complexidade (AC) compreendem um conjunto de procedimentos que empregam alta tecnologia, a um custo elevado, que se integram aos demais níveis de atenção, envolvendo procedimentos ambulatoriais e hospitalares.

Conta-se ainda com uma série de procedimentos complementares e essenciais que auxiliam na prevenção, no diagnóstico e no acompanhamento dos pacientes, com relativa influência direta na inclusão desses usuários nos programas e políticas da atenção especializada, tais como as consultas médicas especializadas e os procedimentos com finalidade diagnóstica.

Na atuação em alta complexidade, assinala-se que o Brasil possui um dos

maiores programas públicos de transplantes de órgãos e tecidos do mundo, com realização de mais de 700 modalidades de transplantes.

Deve-se notar ainda que, para o monitoramento e avaliação das políticas de atenção à saúde, foram revistos os sistemas de informação com registros de procedimentos, melhorando a confiabilidade e expandindo as possibilidades de uso das informações em saúde para o aprimoramento das políticas.

Objetivo: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

A assistência farmacêutica é um componente essencial do SUS, reunindo um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio do acesso aos medicamentos e seu uso racional.

A amplitude da política de medicamentos abrange o incentivo à pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos que resultem na melhoria da qualidade de vida da população.

O programa de assistência farmacêutica e insumos estratégicos está estruturado em três eixos:

- Eixo (i) - assistência farmacêutica básica;
- Eixo (ii) - assistência farmacêutica para programas estratégicos; e
- Eixo (iii) - assistência farmacêutica especializada.

O Eixo (i) corresponde ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica, financiado e executado de forma tripartite e destina-se à aquisição de medicamentos e insumos relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da atenção básica à saúde.

O Eixo (ii) diz respeito ao Componente Estratégico que, por sua vez, consolidou-se a partir da garantia do acesso aos medicamentos e serviços farmacêuticos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico e de caráter estratégico (controle da tuberculose, hanseníase, malária, leishmaniose, doença de Chagas e outras de abrangência nacional ou regional, antirretrovirais (DST/Aids), sangue e hemoderivados, imunobiológicos, além dos medicamentos e insumos para o combate ao tabagismo e para as ações no âmbito da alimentação e nutrição).

Já no âmbito do Componente Especializado - Eixo (iii) - é garantido o acesso aos medicamentos indicados ao tratamento de um conjunto significativo de agravos e doenças a partir das linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde.

Essa se constitui em uma estratégia para a busca da integralidade do tratamento medicamentoso.

Com relação ao Eixo (i) destacam-se iniciativas que promovem o acesso e a integralidade das prescrições medicamentosas. Entre outras, o Programa Farmácia Popular do Brasil (FPB), criado em 2004, visa ampliar o acesso aos medicamentos considerados essenciais.

Por intermédio das unidades próprias e de parceria com Municípios e Estados, esses produtos são dispensados a preço de custo ao cidadão.

O FPB atende a toda a população e é dirigido, sobretudo, às pessoas que não têm condições de custear o medicamento de que necessitam e que, por isso, muitas vezes interrompem o tratamento.

O programa "Aqui Tem Farmácia Popular" é a expansão do FPB, instituído em março de 2006, que o efetivou na rede privada de farmácias e drogarias. Inicialmente, contava com medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes, além dos contraceptivos, sendo posteriormente expandido.

O Brasil possui uma rede oficial de laboratórios farmacêuticos, cuja finalidade é prover medicamentos ao SUS em todos os níveis da atenção.

De acordo com a política nacional de medicamentos, a capacidade instalada desses laboratórios deve, preferencialmente, ser utilizada para atender às necessidades de interesse em saúde pública, visando o tratamento das doenças objeto de programas estratégicos.

Por fim, destaca-se a importância do aprimoramento da regulação da Assistência Farmacêutica, envolvendo política de preços, aquisições e incorporação tecnológica, em consonância com as prioridades do SUS.

Objetivo: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

A expansão do SUS, bem como a velocidade da evolução da tecnologia empregada em saúde, vem requerendo a expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, por meio da ampliação significativa do financiamento destinado à pesquisa em saúde e ao incremento do número de pesquisadores nas áreas de ciências da saúde e biológicas, bem como o aperfeiçoamento do sistema de ética em pesquisa envolvendo seres humanos, incluindo a revisão da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

O fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento é uma estratégia essencial para integrar a política de produção e inovação em saúde com as necessidades do SUS.

As informações e os conhecimentos produzidos e sistematizados servem como base para a atualização dos temas prioritários e estratégicos dessa política, traduzindo as necessidades em saúde para o fomento à produção e inovação, assim como para a criação do marco regulatório sanitário e econômico.

Nas atividades de fomento, são celebrados acordos regionais para o realinhamento das prioridades de pesquisa, em consonância com os planos estaduais de saúde, sendo contratados projetos de pesquisa nos Estados e apoiada a realização de, ao menos, uma pesquisa por tema prioritário definido na Agenda de Pesquisas do Ministério da Saúde.

O fomento tem como eixos norteadores a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e a Agenda de Pesquisas do Ministério da Saúde, alinhadas com os objetivos estratégicos definidos pelo Ministério da Saúde e discutidos com os gestores das esferas subnacionais de governo.

Um exemplo exitoso é a crescente participação das secretarias estaduais de saúde na gestão e no financiamento do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), implantado em todos os Estados, com finalidade de reduzir as desigualdades regionais na produção de ciência, tecnologia e inovação em saúde.

O desenvolvimento, a incorporação e a utilização de tecnologias nos sistemas de saúde, bem como a sua sustentabilidade, estão inseridos em contextos sociais e econômicos, que derivam da contínua produção e consumo de bens e produtos.

O crescimento contínuo dos gastos em saúde, em virtude da produção cada vez maior de novas tecnologias e das mudanças no perfil epidemiológico das populações, tem levado a necessidades diversificadas de atenção, implicando a necessidade de desenvolver mecanismos de articulação entre os setores envolvidos na produção, incorporação e na utilização de tecnologias nos sistemas de saúde.

Em 2010, foi lançada a Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde, com o objetivo de maximizar os benefícios de saúde a serem obtidos com os recursos disponíveis, assegurando o acesso da população a tecnologias efetivas e seguras, em condições de equidade.

A utilização de evidências científicas para subsidiar a gestão de tecnologias em saúde, por meio da Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), constitui uma das diretrizes dessa política.

No âmbito da incorporação e manutenção de tecnologias em saúde, a aprovação da Lei no. 12.401, de 28 de abril de 2011, determinou a incorporação, a exclusão ou a alteração, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica.

O descompasso entre a assistência e a base produtiva e de inovação em saúde impulsionam a vulnerabilidade do SUS, tornando o País dependente em setores estratégicos tanto do ponto de vista tecnológico, quanto das necessidades de saúde, o que impacta no acesso da população a produtos e serviços.

Nesse contexto, o Ministério da Saúde definiu como estratégia prioritária a integração de programas transversais entre os órgãos do Governo, instituições de ensino e pesquisa e agências de fomento.

Para regulamentar a iniciativa, foi editado o Decreto Presidencial de 12 de maio de 2008, que criou o Grupo Executivo do Complexo Industrial da

Saúde (Gecis), principal fórum de discussão integrada e articulada sobre as questões do Complexo Industrial e de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

Objetivo: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

O setor privado presta assistência suplementar a 60,1 milhões de beneficiários de planos privados de saúde (79% por planos coletivos e 21% por planos individuais).

Em 2010, a taxa de crescimento do setor alcançou níveis expressivos (8,7%). Atualmente, a maioria dos planos (85%) é posterior à implantação do marco regulatório, estabelecido em 1998.

A taxa de cobertura dos planos apresenta forte variação, decorrente da heterogênea disposição regional, econômica e geopolítica.

Quanto ao perfil demográfico, a proporção de idosos usuários de planos de saúde em relação à população coberta pelo mesmo serviço (12%) excede em 2,2 pontos percentuais a população de idosos sem cobertura de serviços privados, em relação à população total (9,8%).

O aperfeiçoamento da regulação do setor ampliou a participação pública na mediação ativa de conflitos entre beneficiários e operadoras. Alcançou também a priorização de postura captadora de tendências e indutora de práticas de mercado, por intermédio do programa "Olho Vivo", cujas diretrizes são:

- incremento do número de operadoras fiscalizadas;
- maior representatividade das operadoras fiscalizadas em relação ao conjunto de consumidores do setor; e
- roteiro de trabalho objetivo para a fiscalização técnico-assistencial, possibilitando pronta difusão nos núcleos da Agência.

Paralelamente a essas iniciativas, o setor saúde incentiva a mudança do modelo técnico-assistencial, com projetos focados no acompanhamento de ações voltadas à proteção da saúde e prevenção de doenças, bem como na elaboração de diretrizes clínicas e revisão/atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde.

Com o amadurecimento do atual estágio da regulação em saúde, pretende-se a construção de um modelo nacional de saúde que aperfeiçoe os recursos dos setores público e privado, harmonize e organize a sua atuação. Para tanto, é importante o desenvolvimento do planejamento integrado no setor, especialmente a rede de serviços compartilhada e o acesso às ações e serviços, com mecanismos de regulação adequados a sua racionalização.

Esse novo modelo de gestão mapeia o risco e aprimora a governança corporativa das operadoras. Igualmente relevante é a adequação do equilíbrio financeiro-atuarial dos planos de saúde às demandas assistenciais dos idosos e o desenvolvimento de metodologia de reajuste de planos individuais, baseada na valorização do desempenho assistencial das operadoras. Tais questões requerem reflexão e análise acerca do envelhecimento populacional e o estudo de alternativas de modelos de financiamento que garantam a continuidade do benefício.

De outra parte, são observadas limitações relevantes na divulgação de informação organizada para o cidadão, na oferta de planos de saúde e no acesso às ações e serviços essenciais à escolha e à entrega, com qualidade, do produto contratado. Os mecanismos de percepção das necessidades de saúde dos beneficiários devem ser aperfeiçoados, bem como a sua produção e organização, de forma a efetivamente ampliar o seu poder de escolha.

O modelo assistencial não é pautado pela estratégia da linha de cuidado na atenção. Há que se criar mais incentivos para estimular o cuidado continuado, privilegiando um modelo de remuneração comprometido com a qualidade assistencial.

Em síntese, para aprimorar a regulação da participação privada na saúde é necessário incentivar as operadoras à acreditação e melhoria de sua gestão; aperfeiçoar o Programa de Qualificação, em relação à satisfação dos beneficiários e à atenção à saúde do idoso; incentivar os prestadores à sua qualificação e desenvolver o programa de monitoramento da qualidade dos serviços.

Do ponto de vista assistencial, são fundamentais:

- a implementação e monitoramento do uso de diretrizes clínicas;
- o desenvolvimento de novas estratégias de promoção à saúde e prevenção de doenças;
- o estímulo ao parto normal; e
- a possibilidade de assistência farmacêutica ambulatorial aos portadores de doenças crônicas.

Com relação à melhoria do acesso aos serviços contratados, espera-se o monitoramento do cumprimento dos prazos máximos para atendimento entre a autorização da operadora para exames e procedimentos e sua realização, a definição de critérios de suficiência de rede (parâmetros e georreferenciamento) e o monitoramento da rede assistencial das operadoras.

O aprimoramento da articulação entre a saúde suplementar e o SUS dependerá da evolução de fatores essenciais, entre outros:

- a implantação da identificação unívoca do beneficiário;
- o desenvolvimento do registro eletrônico em saúde;
- o aprimoramento do ressarcimento ao SUS, com o aperfeiçoamento do processo eletrônico; e
- a possibilidade de planejamento integrado entre o público e o privado.

Porém, o ponto principal a ser delineado é a definição do papel suplementar do segmento privado na conformação do modelo desejado para o SUS.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA 2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0713	No Exercício[1]	58.224.442.917,36	63.415.849.052,37
	RPNP[2]	2.369.517.082,66	2.645.869.149,95
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		60.593.960.000,02	66.061.718.202,32
0726	No Exercício[1]	9.007.774.329,48	10.871.537.856,11
	RPNP[2]	1.060.953.814,80	889.637.476,49
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		10.068.728.144,28	11.761.175.332,60
0727	No Exercício[1]	191.933.827,25	190.062.873,66
	RPNP[2]	75.060.934,81	58.532.916,17
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		266.994.762,06	248.595.789,83
0728	No Exercício[1]	53.855.365,77	48.063.739,96
	RPNP[2]	24.255.471,27	15.389.612,16
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		78.110.837,04	63.453.352,12

Fonte: SPO/SE/MS (www.siop.planejamento.gov.br) / Data: 07/03/2016

[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

0713 - GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO A SERVIÇOS DE QUALIDADE, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE, APRIMORANDO A POLÍTICA DE ATENÇÃO BÁSICA E A ATENÇÃO ESPECIALIZADA

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Alocar 13,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.	Unidade	13.200	-	6.658	14.462	18.240	138,18%	SGTES/MS
Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS), priorizando 5.000 unidades na Região Nordeste.	Unidade	23.000	5.458	16.855	15.464	16.801	73,05%	SAS/MS
Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.	Unidade	33.600	6.658	257.936	265.698	266.217	46,48%	SAS/MS
Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.	Unidade	3.500	788	23.150	24.279	24.467	87,63%	SAS/MS
Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.	Unidade	8.100	1.109	34.715	39.228	40.162	97,06%	SAS/MS
Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800	Unidade	30.800	23.999	22.991	23.217	23.693	76,92%	SAS/MS
Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde	Unidade	7.970	1.225	2.434	4.153	4.382	54,98%	SAS/MS
Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer	Unidade	100%	0	0	0	0	0%	INCa/SAS/MS
Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.	Unidade	1.400	233	445	803	911	65,07%	SAS/MS
Implantar 187 Centrais de Regulação.	Unidade	187	46	98	142	189	101,07%	SAS/MS
Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.	Unidade	27	-	9	16	22	81,48%	SAS/MS
Implantar 3.358 unidades básicas de saúde (UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015	Unidade	3.358	437	1.493	2.096	3.618	107,8%	SAS/MS
Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.	Unidade	416	944	988	1.030	1.034	36,54%	DAB/SAS/MS
Implantar, em todas as 27 unidades da federação do País, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias	Unidade	27	27	27	27	27	100,00%	SAS/MS
Programa Saúde na Escola ampliado para creches e pré-escolas 100% dos Municípios que aderirem ao programa.	%	100	-	100	85,6	98	98,00%	SAS/MS
Promover a adesão de 78% dos Municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.	%	78	2.495	87,3	85,9	85,9	110,13%	SAS/MS
Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.	Unidade	35	-	0	91	114	325,71%	SAS/MS
Qualificar 4 Estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário	Unidade	4	3	4	4	4	100,00%	SAS/MS
Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.	Unidade	235	-	0	22	30	12,77%	SAS/MS

Meta: Alocar 13,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.

Em 2015, foram alocados mais 3.778 médicos, atingindo um total de 18.240 médicos em atividade em 4.058 Municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) desde a sua criação. Para a reposição de vagas, foram realizados editais em janeiro, julho e outubro de 2015. Todas as vagas foram preenchidas por médicos com registro no Brasil ou brasileiros formados fora do Brasil.

O Governo Federal superou, portanto, a meta inicial estipulada de garantir a cobertura de Atenção Básica a 46 milhões de pessoas, chegando a alcançar a cobertura de 63 milhões de beneficiados.

Meta: Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS), priorizando 5.000 unidades na Região Nordeste.

Em 2015 foram habilitadas propostas para 341 ampliações e 195 reformas de Unidades Básicas de Saúde (UBS), totalizando mais de 16,8 mil no período de 2012-2015.
O não alcance da meta deveu-se à reduzida adesão dos Municípios. Destaca-se que, apesar do Departamento de Atenção Básica ter realizado inúmeras ações para divulgar o programa e incentivar a adesão dos Municípios, 57% da meta prevista para 2013 não foi realizada, o que impactou no atingimento de 73,05% previsto para o período 2012-2015.

Meta: Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.

Em 2015 atingiu-se 266.250 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) contratados, representando uma cobertura de 63,73% da população brasileira. O não atingimento da meta prevista para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) ocorreu, entre outros fatores, pela dotação orçamentária insuficiente nos anos de 2014 e 2015, fato que determinou o replanejamento das ações previstas pelo Departamento de Atenção Básica (DAB/SAS/MS), bem como a redução das metas físicas e recursos financeiros para estratégias, políticas e programas alocados na ação orçamentária 10.301.2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável).

Meta: Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.

No ano de 2015, até novembro, houve um incremento de 86 Equipes de Saúde Bucal, totalizando um incremento de aproximadamente 3.000 equipes no período 2012-2015, atingindo o total de 24.467 Equipes de Saúde Bucal no País.

Meta: Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.

No ano de 2015 houve um incremento de 715 Equipes da Estratégia Saúde da Família, totalizando um incremento de aproximadamente 7.700 equipes, atingindo o total de 39.943 Equipes da Estratégia Saúde da Família.

Meta: Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800.

O quantitativo total de transplantes realizados até dezembro de 2015 foi de 23.693. No mesmo período foram realizados 7.664 transplantes de órgãos sólidos e contabilizados 2.820 doadores efetivos.

A Meta do PPA 2012 - 2015 foi desenvolvida com a finalidade de aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800. Em 2015 foram realizados 23.693 transplantes.

Vale ressaltar que no momento da elaboração da meta física em questão, não foi levada em consideração a diminuição do número de transplantes de

córnea nas Unidades Federativas, visto que, com a evolução do sistema de transplantes, a lista de espera foi liquidada em alguns Estados, de modo que a média de transplantes realizados em determinado período foi superior ao número de pacientes ativos em lista de espera.

Consequentemente o número total de transplantes de córnea tendeu a diminuir, influenciando a projeção de crescimento em relação ao número total de transplantes.

Meta: Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde.

No período de janeiro a dezembro de 2015 foram capacitados 229 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde, sendo que 198 destes participaram de capacitação para operacionalizar e administrar o Sistema Nacional de Regulação - SISREG e os 31 restantes participaram da validação do Curso Básico de Regulação no SUS.

Somados aos 4.153 do período de 2012-2014, o total de profissionais capacitados na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde é de 4.382.

A meta não foi atingida na sua totalidade, pois um dos cursos ofertados, o Curso Básico de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS entrou em processo de revisão e atualização, interrompendo, em parte do período, o ciclo de aplicação do curso e formação de turmas, não completando o quantitativo previsto de profissionais a serem capacitados.

Meta: Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer.

Em 2015 houve a desmobilização dos equipamentos da parede diafragma. Em abril/15 a contratada Schahin rescindiu unilateralmente o contrato. A viga de coroamento da parede diafragma foi concluída após contratação emergencial e as operações do canteiro foram paralisadas.

Meta: Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.

Em 2015, houve ampliação de 70 novas Emad e 38 novas Emap, totalizando 911 equipes, sendo 592 Emad e 319 Emap.

Por ser um programa ainda recente, o Melhor em Casa vem passando por uma série de modificações normativas, no sentido de se adequar às necessidades e diversidades locais. Em 2011, abrangia somente os Municípios com população maior que 100 mil habitantes.
Como forma de efetivar o programa nos Estados e Municípios, ainda nesse ano, possibilitou-se a inclusão dos Municípios com população superior a 40 mil habitantes, desde que estivessem em regiões metropolitanas. Em 2012, o programa passou a beneficiar todos os Municípios com população superior a 40 mil habitantes.

Em maio de 2013, foi aberta a possibilidade de todos os Municípios brasileiros solicitarem adesão ao programa, desde que contemplem os critérios técnicos, seja por intermédio de agrupamentos com outros Municípios quando menores de 20 mil habitantes, ou isoladamente, em caso de população superior a 20 mil habitantes.

Em 2013, além da ampliação no escopo dos Municípios que podem aderir ao programa, outras mudanças foram propostas: flexibilização do formato das equipes constituindo uma nova tipologia de equipe - equipe multiprofissional de atenção domiciliar tipo II, para Municípios com população inferior a 40 mil habitantes; aumento no valor de custeio da EMAD, que passou de R$ 34.560,00 por equipe mensalmente para R$ 50.000,00, um aumento de 44,6%.

Desde o princípio do funcionamento do Programa, um indiscutível desafio é o financiamento, não somente quanto aos valores repassados serem ou não adequados e pertinentes à proposta de atuação dos Serviços, mas também quanto à garantia do repasse regular aos Municípios e Estados implantados.

No ano de 2015, o valor final do orçamento destinado ao Melhor em Casa foi de cerca de R$ 324 milhões, sendo que apenas para manutenção das equipes existentes seriam necessários R$ 343 milhões (considerando a inclusão da competência de novembro de 2014). Assim, tal valor restringe a expansão do programa, apesar de sua inegável efetividade e alto grau de satisfação da população e dos gestores.

Além disso, seguem como desafios importantes na expansão, qualificação e consolidação da atenção domiciliar no SUS, a qualificação do sistema de informação, o apoio ao gestor na implementação dos serviços e na sistematização dos processos de educação permanente, e, centralmente, na integração dos SAD às Redes de Atenção à Saúde em todos os níveis de governo.

Meta: Implantar 187 Centrais de Regulação.

Em 2015 foram implantadas 47 Centrais de Regulação. No período 2012-2015, o total de Centrais de Regulação implantadas foi de 189.

Meta: Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.

No ano de 2015 foram habilitados 10 laboratórios como Tipo II, que são laboratórios públicos responsáveis por realizar os exames citopatológicos do colo do útero no âmbito do Monitoramento Externo da Qualidade (MEQ), segundo estabelecido na Portaria GM/MS nº 3.388/2013.

Ao todo, existem 30 laboratórios habilitados como Tipo II, segundo os critérios da mesma portaria.

Os Estados que contam com laboratório Tipo II são AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RJ, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO. Os Estados que não possuem laboratórios habilitados como Tipo II são AC, AP, DF, PI e RN.

Nenhum desses Estados enviaram solicitação de habilitação para laboratórios Tipo II por motivos diversos:

- contrato de prestação de serviços com laboratórios privados, que não podem participar do programa;
- fragilidade técnico-administrativa nas gestões municipais; e
- retardo na submissão de propostas de habilitação.

A equipe técnica do Ministério da Saúde está avaliando junto aos gestores as razões para o limitado sucesso desta iniciativa. Através da Portaria GM/MS 94/2016, foi prorrogado em seis meses o prazo para admissão de propostas de habilitação, quando se fará uma revisão do programa QualiCito, visando dar efetividade em todo o território nacional às ações para assegurar a qualidade dos exames citopatológicos.

Meta: Implantar 3.358 unidades básicas de saúde (UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015.

Em 2015 foram concluídas 1.524 obras de construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS). De 2011 a 2015 foram construídas 3.618 UBS.

Meta: Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.

Em 2015 foram implantados quatro Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs). No período 2012-2015 houve um incremento de 152 CEOs no País, passando de 882 para 1.034.

A implantação de um número de CEO abaixo da meta prevista pode ser atribuída ao fato da implantação do serviço ser condicionada pela adesão dos Municípios à política. No último ano, pode-se atribuir a queda no número de implantações às dificuldades financeiras que geraram um baixo número de novas habilitações para os CEO.

Meta: Implantar, em todas as 27 unidades da Federação do País, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias

Meta superada em 2012, uma vez que as 27 UF atualmente já contam com a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias implantada.

Meta: Programa Saúde na Escola ampliado para creches e pré-escolas de 100% dos Municípios que aderirem ao programa.

A meta do Programa Saúde na Escola (PSE) para creches e pré-escolas ocorreu a partir do ciclo 2013-2014. Nesse ciclo, 98% dos Municípios que aderiram ao programa pactuaram creche ou pré-escola. No ciclo 2014-2015,

pactuaram 4.787 munícipios e 19.999 creches, 2.251 creches a menos que no ciclo anterior. Porém, cada Município pactuou uma creche ou pré-escola.

Meta: Promover a adesão de 78% dos Municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.

Na adesão referente ao ciclo 2014-2015, finalizada em junho de 2014, contou-se com a adesão de 4.787 Municípios (85,9%), alcançando-se uma cobertura de 18,3 milhões de educandos.

Meta: Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.

Atualmente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (Pnaisp) já conta com a adesão de 23 Estados e 232 Municípios.

Em 2015, qualificou-se mais 23 serviços por meio de publicação de Portaria que aprova a Adesão à Pnaisp, totalizando 114 serviços qualificados no período 2012-2015. Desses serviços qualificados por portaria, em 2015, o Ministério da Saúde incentivou financeiramente 77 novos serviços de saúde prisional.

Meta: Qualificar 4 Estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Entre 2012 e 2013, os quatro Estados previstos na meta (SC, MA, PI e RN) foram qualificados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP). A meta foi realizada, uma vez que os últimos quatro Estados, que não haviam se qualificado no plano, se qualificaram no ano de 2014. Atualmente, essa ação tornou-se sem efeito, uma vez que a Portaria 1.777/2003 foi revogada.

Meta: Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.

Em 2015 foram requalificados 8 serviços de saúde no sistema prisional, totalizando, assim, 30 serviços requalificados no período 2012-2015. A meta não foi alcançada, uma vez que os gestores estaduais e municipais optaram, no processo de adesão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, pela implantação de serviços novos, e não pela requalificação dos já existentes.

Análise das metas qualitativas

Meta: Ampliação do tratamento do câncer, com incremento de 25% das cirurgias oncológicas e de 5% dos procedimentos quimioterápicos no Brasil, até 2015.

Os dados consolidados de produção entre janeiro e novembro ano de 2015 mostram que foram realizadas 258.435 cirurgias de câncer e 2.643.077 de procedimentos de quimioterapia no SUS. Em bases anuais, haveria na comparação com 2012 um incremento de 7,6% e 15,1% na realização de cirurgias e quimioterapias, respectivamente. No que concerne às cirurgias, 120.396 foram realizadas em hospitais habilitados em oncologia, tendo ocorrido um incremento de 37,8% frente à situação observada em 2012.

Esta variação mais significativa a maior nos procedimentos terapêuticos (cirurgia oncológica e quimioterapia) realizados em hospitais especializados no tratamento do câncer reflete ampliação do acesso aos Unacons e Cacons, com migração de casos que seriam atendidos em hospitais gerais para serviços capacitados para fornecer cuidado à saúde de forma mais integrada.

Meta: Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.

Em 2012, foi realizado o Fórum "Enfrentando o racismo institucional para promover a saúde integral da população negra no SUS" que reuniu gestores em saúde e representantes do movimento social. Foi produzido, pelo Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), um módulo para atender à Política de Promoção de Equidades e políticas para população em situação de vulnerabilidade.

Em 2014, o módulo foi ofertado para profissionais da saúde e já conta com 4.473 matriculados, com mais de 150 concluintes. Também foi elaborado pelo UNA-SUS o módulo educacional "Saúde da População Negra", tendo sido matriculados 13.241 alunos no período de outubro/2014 a dezembro/2015.

Meta: Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.

No ano de 2015 foram disponibilizados um total de 3,21 UI's Fator VIII e 0,65 UI's de Fator IX.

Meta: Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015.

No âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia no Sistema Único de Saúde (SUS), destaca-se que, das 80 soluções de radioterapia ("casa mata ou bunker" construído e aceleradores lineares em operação) com previsão de operação até junho de 2018, 10 já tiveram as obras iniciadas.

No ano de 2015 foram realizadas 15 licitações para projetos executivos de arquitetura e execução de ampliação. Também no ano de 2015 foram iniciadas as obras nos hospitais:

- Hospital da Fundação Hospitalar Assistencial da Paraíba/ FAP;
- Hospital Dom Pedro de Alcântara - Feira de Santana/BA;
- Hospital da Fundação Hospitalar Estadual do Acre – Rio Branco/AC;
- Santa Casa de Misericórdia de Maceió/AL;
- Hospital Erasto Gaertner - Curitiba/PR; e
- Hospital Governador João Alves Filho - Sergipe/SE.

0726 - GARANTIR ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SUS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos Municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 Municípios em 2011 para 2.365 Municípios até 2015.	Unidade	1.403	962	1.464	1.590	1.644	48,61%
Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.	Unidade	16	12	12	12	12	50,00%
Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS	Unidade	20	12	23	66	66	330,00%

Fonte: SCTIE/MS

Meta: Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos Municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 Municípios em 2011 para 2.365 Municípios até 2015.

De janeiro a novembro de 2014, o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada em 126 Municípios mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria, passando de 1.464 para 1.590 Municípios do BSM abrangidos pelo Programa.

No ano de 2015 (até dezembro), registrou-se o credenciamento de 1.361 farmácias, passando-se de 33.264 farmácias, em 4.345 Municípios, para 34.625 farmácias em 4.446 Municípios, portanto, ampliou-se a capilaridade do programa em 101 Municípios brasileiros. Desses 101 Municípios, 54 são de extrema pobreza. Isso significa que, em 2015, o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada nos Municípios do mapa de extrema pobreza, passando de 1.590 para 1.644 Municípios do BSM abrangidos pelo Programa.

Meta: Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.

Até dezembro de 2015, constam doze medicamentos fitoterápicos incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) e, consequentemente, no elenco do componente básico da assistência farmacêutica. A meta prevista de dezesseis unidades inclui as oito unidades já existentes em 2011. O realizado até 2015 também acumulou as oito unidades já existentes. Portanto, o percentual refere-se ao residual realizado de 2012-2015.

O processo de atualização da Rename já foi iniciado para a incorporação de quatro novos medicamentos fitoterápicos no elenco do SUS.

Meta: Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS.

No total, desde 2012 estão em curso 66 projetos apoiados na área de plantas medicinais e fitoterápicos. Em 2015, foram selecionadas doze secretarias de saúde para o desenvolvimento de projetos de apoio à assistência farmacêutica e arranjos produtivos locais de plantas medicinais e fitoterápicos, e ao desenvolvimento e registro sanitário de fitoterápicos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) por laboratórios públicos. No entanto, os projetos não foram aprovados e os recursos financeiros ainda não foram repassados aos Municípios e Estados. Espera-se que as transferências ocorram até final de fevereiro de 2016.

Análise das metas qualitativas

Meta: Aquisição e distribuição continuada de medicamentos e insumos adequados à integralidade do tratamento de pacientes em todos os níveis de atenção.

Com relação ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, que disponibiliza medicamentos para tratar 79 doenças em nível ambulatorial na forma de linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), o Governo Federal transferiu, em 2015, recursos aos Estados e Distrito Federal na ordem de R$ 691 milhões, além de R$ 4,1 bilhões executados em processos de aquisição centralizada, o que corresponde a cerca de 455,9 milhões de medicamentos adquiridos.

0727 - FORTALECER O COMPLEXO INDUSTRIAL E DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE COMO VETOR ESTRUTURANTE DA AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E SUSTENTÁVEL, REDUZINDO A VULNERABILIDADE DO ACESSO À SAÚDE.

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015	Percentual	100		100	100	100	100,00%
Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual	Unidade	3		7	9	9	300,00%
Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde	Unidade	15		25	25	25	166,67%
Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa	Unidade	200		457	647	746	373,00%
Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015	Unidade	100	167	220	391	402	402,00%

Fonte: SCTIE/MS

Meta: Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015.

A meta foi cumprida em 2012 com a implementação da Plataforma Brasil - base nacional informatizada e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep fornecendo recursos financeiros à Conep para gerir o Sistema. O site da Plataforma Brasil é atualizado constantemente e traz várias cartilhas explicativas (ícone ajuda) sobre o sistema e um chat eletrônico (ícone ajuda on-line), onde o pesquisador poderá sanar suas dúvidas sobre a operacionalidade do sistema, a partir de 2014 conta também com o atendimento telefônico aos usuários (*call center*). Atualmente estão Cadastrados na Plataforma Brasil (PB) 739 Comitês de Ética / CEP.

SÉRIE HISTÓRICA
NÚMERO DE COMITÊS DE ÉTICA CADASTRADOS POR ANO

ANO	Nº DE CEP
2012	659
2013	702
2014	713
2015	739

Fonte: Plataforma Brasil – Março 2016

Meta: Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis) 3 (três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual.

No período de 2012 a 2015, foram apresentadas e aprovadas nove propostas ao Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis).

Em 2015, ocorreram três reuniões do Gecis. A primeira Reunião, realizada somente com os membros de Governo, teve enfoque na proposta de trabalho do Gecis em 2015 e constituição da Comissão Técnica de Avaliação (CTA) e Conselho Deliberativo (CD) das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo. Foram ainda elencados Grupos de Trabalho para proposição de medidas direcionadas ao Complexo Industrial da Saúde em 2015.

Em julho, foi realizada a 9ª Reunião Plenária do Gecis, onde foi realizada apresentação dos avanços do Plano de Expansão da Radioterapia no SUS. Também nesta reunião foram formalizados os Grupos de Trabalho do Gecis com seus respectivos temas e objetivos (constituídos cinco GTs para construção de propostas relacionadas a:

- Acompanhamento do Plano de Expansão da Radioterapia;
- Novo Marco Legal das PDP de P,D&I;
- Acompanhamento da Indústria Biotecnológica;
- Inovação Incremental; e
- Exame Prioritário de Patentes.

Em setembro foi realizada uma Reunião Extraordinária do Gecis, pautada no anúncio das Propostas de Projeto de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) submetidas em 2015. A meta foi alcançada em 2014.

Meta: Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde.

Esta meta foi cumprida em 2012, quando foram firmados convênios da edição do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) para o biênio 2012-2013 em 25 Estados (exceto DF e PA).

Meta: Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa.

Na modalidade de fomento descentralizado (Programa Pesquisa para o SUS - PPSUS), em 2015 foram contemplados 99 projetos de pesquisa. No período de 2012 a 2015, foram contratadas 746 pesquisas.

Meta: Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015.

Até 2015, para o cumprimento desta meta foram fomentados 579 estudos nacionais. A contratação das pesquisas resultou do lançamento de 28 Chamadas Públicas, no período de 2012 a 2014, contemplando diferentes temas estratégicos para o sistema de saúde.

Além disso, em 2015, foram repassados recursos para garantir a continuidade das seguintes pesquisas: Estudo Longitudinal das Condições de Saúde e Bem Estar da População Idosa Brasileira – Elsi; Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto – Elsa, Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes – Erica e os projetos selecionados na chamada em parceria com a Fundação *Bill & Melinda Gates Foundation*.

Nesse período também foi apoiado o Projeto de utilização da bactéria *Wolbachia* para o bloqueio de dengue em mosquitos Aedes aegypti. O Programa Eliminate Dengue – Brasil tem como objetivo controlar a dengue por meio da introdução da bactéria *Wolbachia* em mosquitos *Aedes aegypti,* visto que a mesma bloqueia o desenvolvimento do vírus dengue no mosquito.

Após o estabelecimento de populações brasileiras do mosquito *Aedes aegypti* infectadas com a *Wolbachia*, o estudo de campo foi iniciado em setembro de 2014 com a liberação semanal destes mosquitos. Em 2015 foi realizado o acompanhamento dos mosquitos liberados, visando obter dados importantes sobre o tempo de sobrevivência em campo e as distâncias de voo percorridas.

Análise das metas qualitativas

Meta: Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue.

Meta atingida em 2013. Os projetos apoiados são do Instituto-Fundação Butantan – IFB e do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos/Fiocruz.

0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Meta: Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS

Diversas iniciativas estão em curso para aperfeiçoar o processo de ressarcimento ao SUS e permitir maior integração entre os setores.

Em 2015, foram envidados esforços na melhoria dos processos, fluxos e filtros de pré-processamento (rol; carência) e no início da cobrança de Autorização de Procedimento Ambulatorial – Apacs (em maio), no lançamento da notificação eletrônica do Protocolo Eletrônico de Ressarcimento ao SUS – Persus e na realização de concurso público para suprir a necessidade de novos servidores temporários para redução do passivo, além das atividades relativas à gestão da informação e da integração com o SUS, bem como da parceria com o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Datasus) para a análise de grande volume de dados.

Um total de 94.418 Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) tiveram seus processos concluídos em 2015, alcançando-se o montante de 696.383 AIHs, de 2012 a 2015.

Meta: Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional)

Alcance de 73,02% do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar em 2015 a partir da construção de novas dimensões e indicadores de qualidade, mais próximos aos resultados do setor e provenientes da base de dados TISS (Troca de Informação de Saúde Suplementar).

Meta: Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias

Em 2014, a ação pública regulatória suspendeu a operação de 260 planos de 44 operadoras. A medida se encaixa nos critérios estabelecidos para a suspensão dos produtos que já foram reincidentes pelo descumprimento da Resolução Normativa nº 259, de 17 de junho de 2011, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que determina a garantia de atendimento

do beneficiário e dos prazos máximos desse atendimento para consultas, exames e cirurgias.

No âmbito da discussão acerca da melhor forma de disponibilizar a rede georreferenciada dos planos para os beneficiários, o novo sistema teve sua fase de concepção concluída em 2014.

Não há previsão de implementação de funcionalidades de georreferenciamento dos prestadores, estando apenas prevista a obrigatoriedade do endereço.

Avalia-se a possibilidade de se fazer o georreferenciamento através desse endereço, informado para o prestador no novo cadastro do Sistema de Registro de Planos de Saúde – RPS.

Há, ainda, a questão da utilização do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) como cadastro único de prestadores da ANS, com os ajustes necessários para atender às suas necessidades, e esse já possui as informações necessárias para o georreferenciamento.

Com relação à disponibilização da rede georreferenciada, o sistema RPS atual encontra-se em produção desde julho/2013, com as funcionalidades de manutenção da rede de Prestadores, das Operadoras, sem possibilitar desvinculação de Prestador não hospitalar.

A fase de Elaboração do Projeto do módulo RPS Redimensionamento e Substituição de Rede Hospitalar está sendo finalizada. Iniciativas em andamento: eliminação do passivo de rede e o estudo para a criação de processo de importação e atualização de endereços de prestadores pelas operadoras.

Meta: Otimizar o Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania)

Foram mapeadas 57 parcerias entre os núcleos da Agência Nacional de Saúde – ANS/Núcleos.

Com relação aos eventos de capacitação, a média dos Núcleos ficou em 27%, ou seja, entre o planejamento e a implantação. É importante citar que os Núcleos da região Sul, já estão muito próximos da implantação total nessa categoria.

Os Núcleos de Minas Gerais e do Pará estão em processo de implantação. Com relação à troca de informações, a média nacional alcançou 52%, ou seja, já na fase de implantação.

Os Núcleos da Bahia e do Rio Grande do Sul alcançaram resultados médios acima dessa fase, denotando implantação total com a maioria de seus parceiros.

Os núcleos de Minas Gerais, Pará, Paraná e Ceará estão com valores médios bem próximos da fase de implantação total. Com relação ao compartilhamento de fluxos, a média foi de 35%, com destaque para os Núcleos do Pará e do Rio Grande do Sul que já efetuaram sua implantação, na maioria das vezes.

O Núcleo de Minas Gerais apresentou resultados superiores aos da fase inicial de implantação. A média de parceiros, por núcleo, foi de cinco, sendo que há onze parceiros com termos de cooperação vigente, de um total de 57 parceiros em todos os Núcleos. Com relação à operacionalização das parcerias, o resultado foi de 89,5% (51 parcerias ativas).

Outras considerações relevantes relacionadas aos objetivos selecionados

Por determinação da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, as metas propostas para o alcance dos objetivos selecionados também são avaliadas no contexto dos seguintes relatórios:

Relatório Anual de Gestão (RAG) – instrumento de gestão, com elaboração anual, que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS) e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano Nacional de Saúde (CNS).

O RAG, por determinação legal, é objeto de apreciação e deliberação do Conselho Nacional de Saúde, cuja aprovação ocorre em reunião plenária, com voto de quórum que valide a deliberação de aprovação.

O RAG 2014 foi aprovado com ressalvas na 275ª. Reunião Ordinária do CNS, realizada em 12 de novembro de 2015, por meio da Resolução/CNS No. 505. O RAG 2015 está em fase de elaboração para encaminhamento ao CNS até 30 de março de 2016.

Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC) – é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde (PAS) e deve ser apresentado pelo gestor do SUS até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro de cada exercício, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação.

O Relatório de Prestação de Contas do 1º e 2º quadrimestres de 2015 foram entregues ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 31 de maio e 30 de setembro de 2015, respectivamente. O Relatório do 3º trimestre foi entregue ao CNS até 28 de fevereiro de 2016.

4.2.9. Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania

O programa Segurança Pública com Cidadania engloba a política do Governo Federal na referida temática, reunindo em grande parte a atuação em objetivos, metas e iniciativas sob a responsabilidade do Ministério da Justiça - MJ, que visa atender ao disposto no art. 144, Constituição Federal de 1988, que atribui à União "a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio".

Sua concepção é orientada pela garantia do direito fundamental de todo cidadão à segurança, pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e pela participação da sociedade nas ações combinadas de promoção da cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime.

Para tanto, o programa abrange políticas que buscam aperfeiçoar as ações de segurança pública, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento com comunidade, por meio de investimentos no modelo de policiamento comunitário, na capacitação e valorização dos agentes, no aparelhamento, na reestruturação das áreas de inteligência e das polícias técnico-científicas.

Além disso, o MJ tem envidado esforços para fortalecer a presença do Estado em regiões deflagradas pela violência, reforçando a integração de ações de prevenção à violência e combate de suas causas, de repressão e ordenamento social.

Além disso, em decorrência da realização de grandes eventos esportivos no País, tais como a Copa do Mundo Fifa 2014 (FWC 2014) e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, denominados Jogos Rio 2016, entre outros, um dos maiores desafios consiste na implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para Grandes Eventos, formulado com o objetivo de garantir um ambiente pacífico durante a realização de tais eventos.

Objetivo 0832 – Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e a execução dos projetos.

O Brasil, 5º maior país do mundo em dimensão territorial, é reconhecido mundialmente pelo seu potencial turístico, por sua diversidade cultural e suas riquezas e, recentemente, pela sequência de grandes eventos internacionais realizados com sucesso (Jogos Pan Americanos e ParaPan Americanos 2007, Copa das Confederações Fifa 2013, Jornada Mundial da Juventude 2013 e Copa do Mundo Fifa 2014).

Além dos eventos citados, o desafio de sediar os Jogos Rio 2016 impôs aos Governos Federal, Estadual e Municipal a preocupação com o planejamento necessário à estruturação do modelo de segurança dos Jogos e à preparação e integração dos órgãos de segurança, visando realizá-los de modo pacífico e seguro.

O Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos tem como finalidade dotar as diversas instituições de segurança pública da União, Estados-Sede e Municípios-Sede – Força Nacional de Segurança Pública, Departamento da Polícia Federal, Departamento da Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis e Militares, Corpos de Bombeiro e Guarda Municipal do Rio de Janeiro – de melhores condições operacionais.

Para a implementação do referido Plano, o Governo Federal investiu o montante acumulado de aproximadamente R$ 1,2 bilhão, no período de 2012 a 2015:

- na adequação dos serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos Grandes Eventos;
- na capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase na segurança com cidadania para os grandes eventos; e
- na implantação e expansão do Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC).

2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

CÓD. OBJETIVO	EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO	VALORES LÍQUIDOS	
		2014	2015
0832	No exercício[1]	212.278.870,44	9.908.470,72
	RPNP[2]	383.519.084,82	126.489.591,27
	Gastos Tributários	-	-

Fonte: Siop, em 08/01/2016.

[1] Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

[2] Valores liquidados no ano relativo a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0832 DO PROGRAMA

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012 – 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ:				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos	Vagas	34.000	-	10.077	21.796	42.273	124,3%
Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos.	Policias Rodoviários Federais	5.000	1.866	2.549	6.446	* 7.556	151%
Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções.	Centro Integrado Implantado	100	-	70%	97%	97%	97%

Fonte: Ministério da Justiça

* Cabe esclarecer que houve um equívoco no número de capacitações específicas para Grandes Eventos apresentadas em 2014, pois foram levados em consideração os números da capacitação convencional. Por isso, os dados totais foram corrigidos.

Durante a vigência do PPA 2012-2015, a meta de "34.000 vagas para capacitação e treinamento" foi superada em 24,3%, registrando um total de 42.273 vagas distribuídas em áreas temáticas específicas para o contexto dos grandes eventos.

As ações de capacitação e treinamento foram destinadas a policiais federais, militares e civis estaduais e guardas municipais do Rio de Janeiro, nas mais diversas áreas temáticas de conhecimento para atender aos eventos relacionados, principalmente à Copa do Mundo 2014. Em 2015, o foco concentrou-se nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Para a meta "Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais", entre os anos de 2012 e 2015 foram capacitados 7.556 Policiais Rodoviários Federais, com foco específico para Grandes Eventos, superando a meta proposta em 51%. Especificamente em 2015, podem ser destacados alguns dos cursos realizados com foco estratégico nos Jogos Rio 2016, sendo eles:

- I CFGIOP – Curso de Formação de Gestores da Informação Operacional;
- XI e XII COCD – Curso de Operações de Controle de Distúrbios;
- CBIP – Curso Básico de Inteligência Policial (02 turmas);
- CPC – Curso de Produção de Conhecimento (Inteligência);
- CFMT – Curso de Formação de Motociclista PRF (02 turmas); e
- CAFIT – Curso Avançado de Fiscalização de Trânsito.

Cabe ressaltar que os demais cursos realizados nos anos anteriores de vigência do PPA possuem grande relevância para as ações de segurança durante os Grandes Eventos, como Motociclista batedor, Operações de Inteligência, Operadores de Voo, Piloto Operacional de Helicóptero, Atendimento Pré-Hospitalar, Corregedoria, Curso de Adaptação Socorro Aeromédico, Habilitação Armalite 5,56mm e Parafal 7,62mm.

A implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle envolveu a estruturação tecnológica de suporte às atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento, avaliação e integração das forças de segurança pública, sendo:

- 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais (CICCR);
- um Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), em Brasília;
- um Centro Integrado de Comando e Controle Nacional Alternativo (CICCNA), no Rio de Janeiro;
- um Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI), em Brasília;
- 27 Centros Móveis (CICCM);
- 13 Imageadores Aéreos; e
- 22 Plataformas de Observação Elevada (POE).

O percentual de 97% alcançado em 2014, o qual se manteve em 2015, refere-se à execução orçamentária de investimentos empenhados em 2014 e destinados à Copa do Mundo 2014, bem como a melhorias do SICC para os Jogos Rio 2016. Exemplo disso consiste nas aquisições de aeróstatos para monitoramento persistente de grandes áreas, os quais serão utilizados em quatro grandes áreas do Município do Rio de Janeiro, onde ocorrerão as concentrações dos eventos olímpicos, e da expansão do sistema de imageamento aéreo.

Em 2015, por sua vez, foram executados os projetos iniciados em 2014, mas destinados às Olimpíadas, além de realizado todo o planejamento para a expansão e melhoria do SICC para os Jogos Rio 2016. O investimento desses novos projetos ocorrerá durante o exercício de 2016.

Análise das metas qualitativas referentes ao objetivo selecionado, evidenciando os resultados alcançados em 2015

Em 2015, as ações do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), foram concentradas no planejamento da Operação de Segurança para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e no aprimoramento do Sistema Integrado de Comando e Controle, a fim de promover uma operação coordenada e integrada de segurança para os Jogos Rio 2016, a exemplo da atuação realizada na Copa do Mundo FIFA 2014.

Para melhor coordenação e integração das atividades de planejamento e execução da Operação de Segurança dos Jogos Rio 2016, diversas ações foram empreendidas, tais como:

- criação da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil no Estado do Rio de Janeiro (Coesrio 2016);
- fórum deliberativo coordenado pela Sesge no qual são definidos

parâmetros da atuação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais de segurança, bem como de outras instituições relacionadas aos Jogos;
- criação das Comissões Estaduais de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 nas cidades-sede do futebol olímpico;
- elaboração do Plano Estratégico de Segurança Integrado (Pesi);
- elaboração do Plano Tático Integrado de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 (PTI); e
- finalização da primeira versão e revisão dos Planos Integrados de Segurança e Ordenamento Urbano das instalações olímpicas.

Como parte das atividades de coordenação e articulação das ações de segurança para os Jogos Rio 2016, e com o objetivo de avaliar e adequar a capacidade operativa das instituições de segurança pública envolvidas no evento esportivo, o SICC, juntamente com os respectivos Centros Integrados de Comando e Controle Regionais, foi ativado para os eventos-teste de triatlo, paratriatlo, remo, hipismo, ciclismo de estrada, hóquei de grama, canoagem, slalom, badminton e tênis.

Na preparação das forças de segurança pública, o Ministério da Justiça, por meio da Sesge, capacitou mais de 34 mil servidores, entre os anos de 2012 e 2015, em áreas temáticas específicas para o contexto dos grandes eventos, sempre levando em consideração as particularidades dos órgãos de Segurança Pública e Defesa Civil em termos das respectivas competências institucionais.

Cabe ressaltar que foram investidos, no ano de 2015, mais de R$ 89 milhões em aquisições de novas soluções tecnológicas, reaparelhamento e modernização dos órgãos e entidades envolvidos com a segurança dos Grandes Eventos e em ações de treinamento e capacitação dos servidores envolvidos na operação de segurança dos Jogos Rio 2016.

Soma-se a essas ações preparatórias a realização do *Briefing* Internacional de Segurança e do exercício integrado de resposta a desastres naturais e antropogênicos, em escala real – realizado em conjunto com o Ministério da Defesa.

4.3. POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA

4.3.1. Programa 2049 - Moradia Digna

O Ministério das Cidades - MCidades é responsável por propor, acompanhar e avaliar os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação (PNH), com o objetivo de promover a universalização do acesso à moradia em articulação com as demais políticas públicas e instituições voltadas ao desenvolvimento urbano.

Essa universalização tem como desafio não só a construção de novas casas, mas também medidas voltadas à urbanização e regularização de assentamentos precários, melhorando suas condições de habitabilidade, mediante a provisão dos serviços básicos essenciais.

Ademais, como a moradia é considerada um bem essencial e que está sujeito às regras de mercado, a intervenção do Estado nesse mercado deve passar por ações de regulação e financiamento, além da produção de moradias.

Dessa forma, a Política Nacional de Habitação estabelece o planejamento para todo o setor habitacional, garantindo condições institucionais para promoção do acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, e especialmente para as famílias de baixa renda.

Objetivando a implementação da PNH, são propostas ações orçamentárias contidas no Programa Temático Moradia Digna integrante do PPA 2012-2015. Este Programa possui dois principais eixos de ação: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Esses programas foram desenvolvidos a partir dos fundamentos contidos no Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

Objetivo 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Os principais desafios para cumprir o objetivo de promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população são: a insuficiência de renda de parte significativa da população para acessar uma solução habitacional adequada, o alto custo do bem habitação, as dificuldades do financiamento a longo prazo, a reduzida capacidade de poupança e investimento presentes no País e a necessidade de enfrentamento de um déficit habitacional e uma demanda futura de grande escala.

Assim, a produção de moradias dotadas de infraestrutura para as populações de baixa renda pertencentes aos grupos 1 e 2, definidos no Plano Nacional de Habitação (PlanHab), é uma das ações principais da PNH, apresentando dificuldades ainda com relação à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo, aos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias, e a um passivo financeiro elevado.

No grupo 1 encontram-se as famílias sem renda ou com renda média inferior à mínima necessária a lhe permitir assumir compromissos financeiros de longo prazo. No grupo 2 estão as famílias com renda que já lhes permite assumir algum compromisso de pagamento mensal estruturado no longo prazo, e, portanto, são capazes de acessar financiamento imobiliário desde que a reduzidas taxas de juros e com subsídio para complementar a diferença entre o custo da moradia e sua capacidade de pagamento.

Assim, as ações promovidas pelo MCidades buscam facilitar o acesso dessa população de baixa renda à moradia digna, aquela regular e dotada de serviços públicos essenciais, atuando nas seguintes frentes:

- financiamento a pessoas físicas para aquisição de imóvel novo ou usado, construção em terreno próprio, reforma de unidade habitacional, construção na forma associativa;
- financiamento a pessoas jurídicas para construção de moradias; e
- apoio a Estados, Distrito Federal e Municípios para produção de lotes urbanizados, construção e melhoria habitacional (com soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e eliminação dos fatores de risco).

Para financiar essas ações são utilizados recursos de diferentes fontes, como o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, apoiando o Poder Público e entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, o Fundo de Desenvolvimento Social, voltado exclusivamente para essas entidades, o Fundo de Arrendamento Residencial, e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ambos fomentando a produção privada de habitações.

Neste objetivo merece destaque o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que tem como finalidade incentivar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos e a produção e a reforma de habitações rurais para famílias com baixa renda.

Tendo como foco o estímulo à produção de habitação social pelo mercado privado, o PMCMV apresenta-se como uma estratégia inovadora para recuperar o passivo social relacionado ao déficit habitacional acumulado, ao mesmo tempo em que gera emprego e renda, por meio do aumento do investimento no setor da construção civil. Desta forma, o programa insere uma parcela maior da população no mercado formal da habitação e promove distribuição de renda e inclusão social.

O programa adota estratégias diferenciadas de atendimento para as diversas faixas de renda. Para as famílias de baixa renda, classificadas nas faixas 1 e 2 o governo incentiva a produção e aquisição de unidades habitacionais por meio da concessão de subsídios aos beneficiários. Para as famílias com renda média, classificadas na faixa 2, o incentivo é uma combinação de redução de juros, disponibilização de fundo garantidor e concessão de subsídio, em valor inversamente proporcional à renda.

Para as famílias com renda mensal que permite assumir compromisso de pagamento mensal, mediante acesso a financiamento imobiliário, mas nem sempre suficiente para obter uma moradia adequada, e com moderado risco de crédito (grupo 3 do PlanHab), o incentivo é a redução dos custos de seguro e o acesso ao Fundo Garantidor da Habitação Popular.

A forte demanda habitacional, aliada a uma necessidade de grandes aportes de subsídios nas faixas de renda mais baixa, torna imperativa a adoção de critérios de elegibilidade e de seleção de beneficiários, de forma a priorizar as famílias em maior vulnerabilidade socioeconômica.

Sendo assim, o Programa Minha Casa Minha Vida integra totalmente o modelo de desenvolvimento econômico do País em conjunto com distribuição de renda e inclusão social, e se constituiu em um importante impulso à implementação do PlanHab, alinhando os conceitos e ações do plano, na medida em que:

- aumenta significativamente os recursos governamentais destinados à área habitacional;
- prioriza o atendimento às famílias de mais baixa renda;
- propõe a diferenciação de tratamento dos grupos de famílias conforme a renda;
- estabelece um marco para a consolidação de uma política de subsídios integrados a financiamento;
- institui um marco regulatório para regularização fundiária de áreas ocupadas;
- reduz as taxas de juros para financiamento habitacional;
- articula investimentos de fontes de recursos e esferas de governo; e
- cria estímulos à expansão do mercado privado para a população de baixa renda.

É importante destacar ainda, que o PMCMV busca como princípio a implementação dos instrumentos de reforma urbana que possibilitem melhor ordenamento territorial e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa da terra e ampliar o acesso à terra urbanizada, fazendo com que a propriedade urbana cumpra sua função social.

Para tanto, o programa pressupõe articulação com Estados e Municípios, aspecto fundamental para garantir a adequada implantação dos empreendimentos de interesse social, em termos de integração urbana, conexão com a malha viária existente, boas condições de acessibilidade e mobilidade, oferta de equipamentos, serviços e infraestrutura urbana.

A inserção urbana adequada inclui ligação física e contiguidade com a malha viária existente, além de viabilizar abastecimento de água, coleta de esgoto, fornecimento de energia elétrica, coleta de lixo, boas condições de acessibilidade e mobilidade por meio de diferentes tipos de transporte público. Envolve, também, a proximidade com equipamentos básicos de educação, saúde, segurança pública e de lazer.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0383 DO PROGRAMA TEMÁTICO 2049 - MORADIA DIGNA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA*	CÓDIGO DO OBJETIVO	VALORES LIQUIDADOS (EM R$ REAIS)	
		2014	2015
No exercício[1]	0383	11.168.407.624,36	15.398.732.265,48
RPNP[2]		6.077.396.646,90	5.299.591.304,19
Gastos tributários		-	-
TOTAL		17.245.804.271,26	20.698.323.569,67

Analisando os valores liquidados e pagos nos exercícios financeiros de 2014 e 2015 observa-se um incremento de aproximadamente 20% nos valores de 2014.

Verifica-se também que no exercício de 2014 ocorreu uma maior proporção na liquidação e nos pagamentos dos valores relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Essa discrepância ocorreu principalmente devido ao andamento das obras contratadas entre 2009 a 2011. É importante esclarecer que a reserva da dotação para assunção do compromisso (empenho) vem ocorrendo dentro do planejado.

Os altos valores apresentados na liquidação dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores decorre de questões ligadas ao modelo de operacionalização dos produtos disponibilizados no Programa Temático Moradia Digna, que têm características de implementação plurianual. Ou seja, a obra que se contrata em um exercício usualmente não se conclui dentro do próprio exercício, o que faz com que o empenho não guarde necessariamente relação direta com a liquidação e pagamento da obra.

Nível de Realização das Metas Quantitativas

A segunda fase do programa foi iniciada em 2011, originalmente com a meta de contratar, até dezembro de 2014, 2 milhões de unidades habitacionais. Em 2012 essa meta foi ampliada para 2,4 milhões de unidades e, em 2013, para 2,75 milhões.

Assim como em sua primeira etapa – 2009/2010 - o programa Minha Casa, Minha Vida superou a meta estabelecida para o período 2011-2014. Os resultados alcançados evidenciam o esforço realizado por parte dos diversos intervenientes – Governo Federal, governos locais, instituições financeiras, construtoras e entidades organizadoras.

Em 2015, o ritmo de contratação foi ajustado à disponibilidade orçamentária e financeira estabelecida para o PMCMV no ano, alinhada com a gestão de recursos conduzida pela Secretaria do Tesouro Nacional e consoante com a desaceleração econômica experimentada no País.

Desse modo, após seis anos de elevadas contratações, optou-se por alinhar o ritmo de contratação à necessidade de se honrar os compromissos assumidos, enfatizando-se a conclusão e entrega de obras já contratadas. Assim, em 2015, pela primeira vez desde que o programa foi criado, a quantidade de unidades entregues no ano atingiu os mesmos patamares das unidades contratadas.

Ao todo, já são mais de 2,5 milhões de unidades entregues até 31/12/2015. Isso significa que aproximadamente 10 milhões de pessoas já residem em uma moradia proveniente do programa.

A amplitude do programa também impressiona. Em 2015, foi superada a marca de 4 milhões de unidades contratadas. Ao todo, o programa já está presente em 5.346 Municípios. Como consequência serão aproximadamente 16 milhões de pessoas beneficiadas em mais de 95% dos Municípios brasileiros.

Em 2015 também foram anunciadas mudanças importantes para a terceira etapa do programa. Primeiramente, o programa ampliou subsídios para famílias com renda de até R$ 2.350. Com a introdução de uma nova faixa de renda, denominada Faixa 1,5, o subsídio por família poderá ser de até R$ 45 mil, de acordo com a localidade e a renda, além de avanços sociais e financeiros em relação às etapas anteriores do programa.

O valor limite da renda da Faixa 1 vai aumentar, passando dos atuais R$ 1.600 para R$ 1.800 por família, o que permitirá que mais pessoas sejam beneficiadas, nesse perfil que concentra os maiores subsídios do programa. O financiamento da Faixa 1,5, para aqueles com renda até R$ 2.350 terá, além do subsídio no momento da aquisição do imóvel, juros de 5% a.a. O financiamento, assim como nas faixas 2 e 3, poderá ser feito pelas modalidades SAC (Sistema de Amortização Crescente) ou Tabela Price, com prazo de até 360 meses.

Além da ampliação do rol de famílias beneficiárias e dos subsídios concedidos, serão introduzidas melhorias nas unidades habitacionais. Os imóveis da Faixa 1 terão novas especificações, adequadas à Norma de Desempenho da ABNT, gerando maior conforto térmico e acústico, com uso de esquadrias com sombreamento, maior espessura das paredes, lajes e acréscimo de 2m² na área útil das unidades habitacionais.

Quanto ao quesito sustentabilidade, novos itens serão incorporados, como aerador de torneira, válvula de descarga com duplo acionamento, sensor de presença nas áreas comuns, bomba de água com selo Procel e sistemas alternativos ao de aquecimento solar - não obrigatório para as regiões Norte e Nordeste – com o objetivo de redução do consumo de energia.

Os empreendimentos da Faixa 1 do programa deverão atender regras complementares aos Códigos de Obras municipais para elevar a qualidade urbanística. Entre as exigências, dimensão máxima de quadra e estímulo a parcelamentos com vias públicas, largura mínima de ruas e ampliação das calçadas, redução da quantidade máxima de unidades habitacionais por empreendimento, quantidade mínima de árvores em áreas de uso comum e espaçamento máximo entre árvores nas vias e rotas acessíveis em todas as áreas de uso comum, como previsto na NBR 9050.
Outras considerações

Termos de Cooperação: Por fim, no ano de 2015, com vistas à correção de inadequações e melhoria qualitativa da efetividade da produção habitacional e da urbanização de assentamentos precários, bem como ampliar a sustentabilidade dos referidos empreendimentos, o Governo Federal, para a implantação nas fases seguintes dos programas, promoveu através de alguns Termos de Cooperação com Instituições de pesquisa federais, alguns estudos e pesquisas no sentido de efetuar avaliações com diferentes

abordagens, para a reavaliação e busca de alternativas para a melhoria efetiva dos referidos Programas.

Tais medidas foram fundamentais para subsidiar, com informações para o lançamento da terceira fase do MCMV. Entre esses Termos de Cooperação, tem-se:

- TC SNH-MCidades/UFABC, visando apoiar os governos locais na integração da política habitacional à política urbana, bem como a adequação da localização residencial no sistema urbano;
- TC SNH-MCidades/UFSCAR, visando desenvolver princípios de projeto mais sustentáveis e apropriados para a melhoria dos projetos e das habitações resultantes; e ainda
- TC SNH-MCidades/UFSC, visando capacitar entidades para melhorar a execução nas modalidades PMCMV-Entidades e PMCMV-Rural.

4.3.2. Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

A política pública de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, regulamentada pela Lei nº 12.608/2012, abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, em situações de ameaça e de ocorrência de desastres naturais em todo o território nacional.

Visando à implementação da Lei nº 12.608/2012, que busca voltar o foco das ações governamentais para as ações de prevenção, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, que, no Plano Plurianual 2012-2015, esteve contemplado principalmente no Programa 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.

A estratégia de implementação do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres pautou-se na focalização dos esforços públicos federais em localidades historicamente mais impactadas pelos eventos de inundações, enxurradas e deslizamentos, os quais, no País, recorrentemente provocam graves danos humanos, como óbitos, desalojamentos e desabrigamentos.

O Programa buscou, além de aprimorar as ações de resposta aos desastres, reduzir o risco nos Municípios mais críticos, por meio:

- da identificação de áreas de risco – objetivo concretizado nos mapeamentos de suscetibilidade geológica aos fenômenos de deslizamentos, inundações e enxurradas e de setorização de riscos nas áreas ocupadas;
- da definição de diretrizes para a ocupação urbana segura e do monitoramento da ocupação urbana;
- da estruturação de um sistema de monitoramento e alerta de desastres, bem como por meio de investimentos em intervenções estruturais de caráter preventivo, envolvendo a implantação de sistemas de drenagem urbana e de medidas que promovam o manejo adequado das águas pluviais; a implantação de parques, bosques e áreas de lazer em áreas de grande suscetibilidade a inundações rápidas e enxurradas; e
- da execução de obras de estabilização e contenção de encostas, além da execução de intervenções emergenciais voltadas à proteção de infraestrutura e setores críticos sob risco de colapso iminente.

As intervenções estruturais contemplam também a remoção criteriosa de moradias em áreas de risco, associada ao reassentamento em áreas próximas, de forma a permitir a manutenção das condições de emprego e renda e do acesso aos equipamentos públicos.

Objetivo 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em Municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

O Objetivo 0169 concretiza as ações governamentais do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, relativas aos eixos de prevenção e mapeamento, buscando promover a prevenção de desastres de modo articulado com as políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas.

Nesse contexto é contemplada a execução de intervenções estruturais que abrangem obras de engenharia e de recuperação ambiental, incluídas majoritariamente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sob gestão do Ministério das Cidades (MCidades) e do Ministério da Integração Nacional (MI), voltadas à prevenção de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais e enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas.

As intervenções destinadas à mitigação dos efeitos da seca, apesar de mencionadas nesse Programa, estiveram orçamentariamente vinculadas ao Programa 2051 – Oferta de Água.

As intervenções estruturais de drenagem urbana, que reúnem grande parte do montante de recursos destinados ao Programa, consistem em obras de implantação, complementação ou adequação dos sistemas de macrodrenagem urbana, com vistas à contenção e controle de vazões de pico, além do reassentamento de comunidades implantadas no interior de planícies de inundações e privilegiam, preferencialmente, a redução, o retardamento e o amortecimento do escoamento das águas pluviais, cujas soluções devem estar embasadas em estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais, sob responsabilidade compartilhada entre o MI, que foca seus investimentos em intervenções de caráter regional; e o MCidades, que busca atuar, principalmente, nas áreas urbanas das cidades.

Ainda, para atingir o Objetivo, o MCidades apoia a elaboração de estudos, planos e projetos de engenharia de drenagem urbana, realiza ações de apoio ao planejamento e à execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas com alto risco de deslizamentos, além de apoiar ao planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos.

Complementarmente, o MI persegue tal Objetivo por meio do apoio à elaboração de planos e projetos e execução de obras para implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca; e da promoção de intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente. O quadro seguinte apresenta os dados relativos à evolução da execução orçamentária do Objetivo 0169 do Programa 2040, para os exercícios de 2014 e 2015.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0169 DO PROGRAMA 2040 – GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0169	No Exercício (2)	339.740.177,21	142.892.347,37
	RPNP (3)	500.194.464,85	327.699.094,50
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		839.934.642,06	470.591.441,87

Fonte: Siafi Gerencial / Data: 12/01/2016

[1] Consolidada os valores da execução orçamentária realizada pelos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional.

2 Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

3 Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Comparados os valores liquidados entre os exercícios de 2014 e 2015, houve uma redução de aproximadamente 44% na execução do Objetivo 0169 do Programa Gestão de Riscos e Respostas a Desastres.

Tal redução reflete, em grande medida, as dificuldades impostas pela atual conjuntura econômica, que tem provocado diminuição do ritmo de execução dos empreendimentos apoiados por este Programa Temático. Assim, está sendo priorizada a utilização dos recursos disponíveis para obras já em andamento. Outro ponto que merece destaque é o fato de o volume de valores liquidados inscritos em exercícios anteriores (restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores – RPNP) ainda superar os valores liquidados do exercício. Isto ocorre devido a maior parte das obras apoiadas no âmbito do Objetivo 0169 ser de natureza plurianual, dada a complexidade e o grande porte dos empreendimentos, exigindo prolongado processo de maturação, que inclui a adoção de significativo número de medidas preparatórias à execução física e que se desenvolve por meio de procedimento de desembolso paulatino, em conformidade com a evolução física do empreendimento.

Ao detalhar a execução orçamentária de 2015 por ações, verificou-se que as ações de Drenagem Urbana Sustentável e Manejo de Águas Pluviais (Ação 10SG) e Contenção de Encostas (Ação 8865), representam 91,5% dos valores liquidados.

No caso dos empreendimentos contratados sob a ação 10SG, foram liquidados, em 2015, R$ 326,5 milhões. Esta ação, implementada pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do MCidades, contempla a implantação, complementação ou adequação de sistemas de

macrodrenagem urbana com vistas à contenção e controle de vazões de pico, além do reassentamento de comunidades implantadas no interior de planícies de inundações.

As intervenções estruturais de drenagem urbana devem privilegiar preferencialmente as soluções de redução, retardamento e amortecimento do escoamento das águas pluviais, baseadas em estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

Ainda no âmbito do MCidades, foram liquidados na ação 8865, em 2015, R$ 77,0 milhões. Esta ação, a cargo da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU), trata da execução de obras de contenção de encostas em áreas de alto risco de deslizamentos, associada à remoção de moradias quando necessário para implantação das obras.

A ação é complementada com o apoio para execução de planos municipais de redução de riscos - que envolvem o mapeamento de risco, a definição de prioridades e a elaboração da concepção das intervenções de segurança mais adequadas para as áreas de risco prioritárias – e para a elaboração de projetos básicos de intervenções de contenção de encostas.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Contratar R$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos Municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas	R$	R$ 9 bilhões*	8,60	9,49	9,88	9,27	103,0%	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades
Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos Municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos	Quantidade alcançada	106	0	4	15	20	36,7%	Secretaria Nacional de Programas Urbanos e Acessibilidade/ Ministério das Cidades

Fonte: Ministério das Cidades

* Para a definição desta meta, foram consideradas, por orientação da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos – SPI, as contratações previstas, desde 2011, para ações de Prevenção de Áreas de Risco, no âmbito do Eixo Cidade Melhor do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2.

A meta relativa à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável, que era a de contratar R$ 9 bilhões foi atingida ainda em 2013 e, atualmente, totaliza R$ 9,27 bilhões em valores de repasse da União (orçamentários e extraorçamentários), relativos a 124 empreendimentos, beneficiando diretamente 77 Municípios. Assim, houve uma superação da meta estipulada em 3,0%.

Desse valor contratado, R$ 7,47 bilhões correspondem a empreendimentos contratados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), e R$ 1,80 bilhão aqueles contratados com recursos de financiamentos (empréstimos públicos). Em 2015, foram contratados 4 novos empreendimentos de Drenagem Urbana, representando R$ 182,5 milhões em investimentos da União.

Considerando o total de empreendimentos contratados no período, até dezembro de 2015, tinha-se o seguinte cenário: 97 empreendimentos encontram-se em andamento, sendo que 23 foram iniciadas em 2015; 21 estão em licitação ou em outras ações preparatórias; e 6 já foram concluídas, sendo 2 em 2015.

Finalmente, deve-se registrar que em 2015 foram cancelados cinco contratos de drenagem urbana, o que corresponde a um valor de repasse de R$ 796,0 milhões.

As causas dos cancelamentos são diversas: perda de prazo para início de obra, desistência do proponente, mudança de concepção de projeto, entre outros.

Já em relação à meta de elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana, instrumento de planejamento urbano e ambiental que define, segundo características do meio físico do Município, setores seguros para ocupação urbana, até 2015 houve uma ampliação e consolidação da metodologia de sua elaboração.

Além disso, em 2015 foi iniciada a elaboração de mais cartas geotécnicas relativas a 10 novos Municípios, totalizando 66 Municípios críticos apoiados em oito Estados. Desde 2012, já foram concluídas Cartas Geotécnicas de Aptidão Urbana de 20 Municípios.

Cabe ressaltar, também, que em 2015 foram descentralizados recursos para revisão qualitativa, atualização e adequação metodológica dos produtos relativos aos Municípios de Florianópolis/SC, São José/SC e Ouro Preto/MG.

Análise das Metas Qualitativas

Em relação às metas qualitativas do Programa, o MCidades é responsável pela apuração das duas metas relacionadas ao monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos: a estruturação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (Simou), e o monitoramento em si.

Para dar cumprimento às duas metas encontra-se em estruturação, no Ministério das Cidades, em Brasília-DF, o Laboratório de Análises Urbanas Aplicadas (Lacau), que possibilitará o apoio, com base em informações, à questão de processos de crescimento urbano seguro.

Além das duas metas qualitativas referentes ao monitoramento da ocupação urbana, o MCidades também é responsável pela meta "Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos Municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano", que contempla o apoio à execução de obras de contenção de encostas em áreas de alto risco de deslizamentos, o apoio à elaboração de projetos de estabilização de taludes e de Planos Municipais de Redução de Riscos – PMRRs, que são ações estruturais de prevenção previstas no Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.

No âmbito desta meta, foram alcançados resultados expressivos com 136 operações contratadas através do PAC 2, representando investimentos de R$ 2,27 bilhões, beneficiando 82 Municípios em 9 Estados. Destas, 130 operações encontram-se iniciadas, o que corresponde a 96% da quantidade de operações e 85% dos recursos financeiros contratados.

Cabe destacar que no período de 2012 a 2015 foram concluídas 37 operações. Neste mesmo período foram desembolsados R$ 402,9 milhões e foram pagos, em 2014, R$ 110,4 milhões e, em 2015, R$ 77,3 milhões.

Ainda no que se refere às ações estruturais de prevenção, o Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH), é responsável por outras duas metas qualitativas, a saber:

- "executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em Municípios suscetíveis a inundações e enxurradas"; e
- "investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras para a implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca".

Em relação à primeira meta, a SIH/MI gere uma carteira de 59 empreendimentos que contemplam ações de contenção de encostas, macrodrenagem, dragagem e desassoreamento, e que estão incluídas no PAC. Destes, 10 já foram concluídos, beneficiando, até o momento, cerca de 600 mil pessoas nos Estados do Amazonas, Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Tocantins.

Em 2015, a Sedec celebrou 5 convênios com os seguintes Municípios da Bahia: Barra do Choça, Tapiramutá, Sátiro Dias, Jucuruçu e Ibirataia. Estes convênios foram firmados para construção de sistema de contenção, obras de pavimentação, drenagem de águas pluviais, perfuração e instalação de poços.

Outras considerações

Em relação às intervenções de drenagem urbana sustentável, cabe destacar que o MCidades também apoia a elaboração de diversos projetos de engenharia, planos municipais de drenagem e estudos de concepção de bacias, através da Ação 1P95, integrante do Programa 2068 – Saneamento Básico.

Atualmente, estão sendo beneficiados, diretamente, 62 Municípios sob risco de enchentes, inundações, enxurradas e alagamentos recorrentes. São 81 empreendimentos perfazendo R$ 156,2 milhões em investimentos da União. Dessa maneira, busca-se estreitar a relação entre as ações não estruturais de planejamento com as ações estruturais de drenagem.

Cabe registrar, também, que além do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais foi aprovado, em dezembro de 2013, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que, seguindo as orientações da Lei nº 11.445/2007, aborda os quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O Plansab possui, como uma de suas metas, a redução do percentual de Municípios afetados por inundações e/ou alagamentos ocorridos na área urbana, além de projetar a inclusão de outros indicadores durante a sua implementação.

Durante a implantação, avaliação, monitoramento e revisão do Plansab está prevista a incorporação progressiva de elementos do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. O Plansab apresenta, inclusive, estratégias no sentido de fortalecer a articulação intersetorial e o aprimoramento das ações previstas.

Em 2015, o Plansab foi utilizado como um dos principais documentos norteadores da elaboração do Plano Plurianual 2016-2019.

Finalmente, cabe registrar que, durante a vigência do atual PPA, verificou-se a necessidade de aprimorar os instrumentos legais para transferir recursos federais para obras emergenciais que visam reduzir risco iminente de desastres. Isso decorre do fato de o atual instrumento, o convênio, não se adequar à urgência dessas intervenções.

Nessa perspectiva, foi publicada a Lei nº 12.983/2014, inserindo as ações de prevenção em áreas de risco de desastres no rol de transferências realizadas por meio da Lei nº 12.340/10, bem como no Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil – Funcap.

Espera-se que com a regulamentação da Lei e a instituição do Fundo, o repasse de recursos para obras de prevenção de desastres de áreas de risco iminente sejam agilizadas.

4.3.3. Programa 2033 - Energia Elétrica

O Programa Energia Elétrica contempla um conjunto de objetivos e iniciativas que percorre etapas e executa os processos necessários para gerar, transmitir e distribuir energia elétrica aos consumidores. Esse processo se inicia com os estudos das necessidades, passa pelo planejamento e pesquisa para definir onde construir os empreendimentos (estudos de inventário e viabilidade), pelos leilões, obras de geração, transmissão e distribuição. Também são partes importantes deste processo a regulação e fiscalização do setor e seus agentes, a pesquisa tecnológica e a realização de projetos voltados à eficiência energética e à universalização do serviço de energia elétrica.

O Programa Temático Energia Elétrica é constituído pelos objetivos específicos abaixo, os quais são monitorados sistematicamente pelo Ministério de Minas e Energia e entidades vinculadas:

- 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária;
- 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica;
- 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis;
- 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional;
- 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor;
- 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras;
- 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema;
- 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica;
- 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade;
- 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica;
- 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados;
- 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema;
- 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Foram destacados a seguir dois objetivos no período 2014-2015:

- Objetivo 0025, que trata da expansão da oferta de produção de energia elétrica por fontes alternativas e renováveis; e
- Objetivo 0036, que trata da expansão do Sistema Interligado Nacional, em termos de linhas de transmissão (km) e capacidade de transformação (MVA), considerando o alcance das metas no período do PPA 2012-2015.

PROGRAMA ENERGIA ELÉTRICA

VALORES EM R$ 1,00

OBJETIVO	2014	2015
Objetivo 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.	258.237.638	43.340.826
Objetivo 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.	1.266.312.934	876.987.117
TOTAL	1.524.550.572	983.219.935

Fonte: Siop – Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais
Data: 02/03/2016

Objetivo 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

A geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica devem zelar pela garantia da segurança do suprimento de energia, pela universalização do acesso, pela modicidade tarifária, pela baixa emissão dos gases de efeito estufa e pelo equilíbrio da matriz elétrica.

A geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, como a eólica e a biomassa, além de limpas e renováveis, é uma das alternativas de diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, merecendo destaque os potenciais das regiões dos litorais Sul e Nordeste e do semiárido.

No período do PPA 2012-2015 já se observa o grande avanço da utilização das fontes térmica a biomassa e eólicas, consideradas como fontes alternativas e renováveis.

Essas fontes foram incluídas no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), com o intuito de promover a diversificação da Matriz Energética Brasileira, buscando alternativas para aumentar a segurança no abastecimento de energia elétrica, além de permitir a valorização das características e potencialidades regionais e locais.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DA META QUANTITATIVA DO OBJETIVO 0025
APROVEITAR O POTENCIAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE FONTES ALTERNATIVAS E RENOVÁVEIS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa	MW	1.395	916,8	2.317,1	3.339,5	4.167,5	298,7
Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica	MW	3.680	456,2	771,6	3.565,0	6.294,5	171,0

Fonte: Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico – DMSE/MME (em 26/02/2016)

No período deste PPA foram contratados montantes significativos de blocos de energia nos leilões realizados pela Aneel e essas contratações já aparecem como expansão realizada de capacidade de geração de energia elétrica.

No caso da fonte térmica a biomassa foi prevista uma expansão de 1.395 MW na capacidade instalada existente no período de 2012 a 2015, e a expansão efetivamente observada foi de 4.167,5 MW, quase três vezes a mais do que a meta inicialmente prevista.

No caso da fonte eólica, o desempenho foi um pouco menor, mas também com realização bem superior à meta inicial. Foi adicionada uma capacidade de geração de 6.294,5 MW nessa fonte, valor equivalente a quase o dobro da meta estabelecida para o período.

A evolução da capacidade de geração dessas fontes faz com que a matriz energética nacional tenha participação cada vez maior das fontes renováveis.

No caso da biomassa, a participação na matriz já é a maior de todas as fontes térmicas, segundo o Boletim Mensal de Monitoramento de dezembro de 2015. Já a fonte eólica representa, segundo o Boletim, 5,4% da capacidade total instalada no Brasil. Em dezembro de 2011, essa participação era somente de 1,2%.

Objetivo 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas as capitais brasileiras.

O Sistema Interligado Nacional (SIN) tem como principais funções a transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga, a integração entre os diversos elementos do sistema elétrico e com os países vizinhos, a otimização no uso dos recursos energéticos, a estabilidade e a confiabilidade da rede e a interligação entre as bacias hidráulicas e regiões com características hidrológicas heterogêneas.

A integração de sistemas ainda isolados e dos grandes empreendimentos de geração de energia ao Sistema Interligado Nacional se apresenta como questão estratégica e de soberania nacional, com destaque para os Estados da região Norte e para os complexos geradores das bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós e para a Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Todas essas ações consideradas nesse Objetivo são relativas a novas instalações que passam a ser integradas ao SIN, e normalmente são objeto de licitação pública, na qual participam agentes públicos (empresas do Grupo Eletrobras ou de controle acionário estadual) e privados.

No caso do sistema de transmissão, estava prevista a entrada em operação de 17.650 km de novas linhas de transmissão para o período do PPA 2012-2015. Entraram em operação no período 23.467,8 km de novas linhas no SIN, superando em 33,0% o valor estabelecido para essa meta, conforme apresentado no quadro a seguir.

A média anual de expansão de linhas de transmissão nesse PPA foi de 5.800 km, enquanto que no PPA 2008-2011 foi de 3.600 km.

No caso de novas subestações foi adicionada uma capacidade de transformação de cerca de 37.313,3 MVA no PPA 2012-2015, o que representa uma superação de 69,6% em relação à meta inicialmente estabelecida.

No caso das subestações, como são empreendimentos com exigências de licenciamento ambiental menores quando comparadas com as linhas de transmissão, os atrasos observados também são menores, e por isso o seu índice de realização normalmente é mais elevado.

Observa-se que, no caso de reforços e ampliações, o índice de realização de obras para subestações também é bem mais elevado que para o caso de linhas de transmissão, que geralmente necessitam atravessar extensas faixas ocupadas e com grande interação com outras instalações.

No quadro a seguir é apresentada a expansão das linhas de transmissão e da capacidade instalada de transformação no Sistema Elétrico Brasileiro no âmbito de PPA 2012-2015.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DA META QUANTITATIVA DO OBJETIVO 0036
EXPANDIR O SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL (SIN)

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	META PREVISTA 2012-2015	REALIZAÇÃO DA META				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADA
			2012	2013	2014	2015	
Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão	km	17.650	2.744	12.672	20.594	23.468	133,0
Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação	MVA	22.000	10.034	21.700	29.319	37.313	169,6

Fonte: Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico – DMSE/MME (em 26/02/2016)

No caso das linhas de transmissão, contribuíram com destaque para essa alta realização do PPA 2012-2015 a conclusão e entrada em operação do sistema de transmissão para integração dos Estados do Amazonas e Amapá (LT Tucuruí – Macapá – Manaus), com cerca de 3.400 km, e principalmente dos dois bipolos de integração das usinas do Rio Madeira (Santo Antonio e Jirau), com cerca de 9.300 km de extensão.

Os principais empreendimentos de subestações transformadoras de energia foram as do sistema de transmissão do Madeira (7.500 MVA), do Complexo Termelétrico Pecém (3.600 MVA) e do sistema Tucuruí – Manaus (2.600 MVA).

4.3.4. Programa 2053 - Petróleo e Gás

A indústria de Petróleo e Gás é complexa, rica e diversificada, sendo determinada por estratégias de médio e longo prazo e possuindo forte influência do mercado internacional. Nesse mercado, variáveis que perpassam questões geopolíticas se entrelaçam com aspectos tecnológicos e econômicos, o que torna crítica a função de planejamento do setor.

Eventos recentes, como (i) o arrefecimento mundial da demanda por petróleo, em especial devido ao declínio da demanda na China e União Europeia, (ii) a decisão dos países da OPEP em manter a produção dos países do bloco e (iii) o aumento da eficiência energética e crescimento da produção interna de petróleo nos EUA e Canadá, impulsionada pela exploração de recursos não convencionais, contribuíram para a queda substancial nos preços internacionais do barril de petróleo, saindo de um patamar de US$ 100,00, em 2013, para cerca de US$ 37,00, no final de 2015.

Essa redução de preço, configurando-se por um longo período, passa a demandar ajustes internos na programação de investimentos das empresas do setor.

Além da extração do óleo de folhelho nos Estados Unidos, a descoberta de reservas de recursos não convencionais em outros países (como Argentina e Austrália) e a abertura do setor de exploração e produção de petróleo mexicano ampliarão as possibilidades de investimento, reduzindo a atratividade para exploração em áreas de mais difícil acesso. São estes fatores que fazem com que as empresas petroleiras busquem a redução de custos e a eficiência nos seus processos, o que traz desafios adicionais ao País.

A política nacional para o setor de Petróleo e Gás Natural está direcionada para a expansão da produção desses recursos de forma a alçar o Brasil ao rol dos países exportadores. Para se atingir tal meta é necessária a intensificação da atividade exploratória para, em caso de sucesso, incrementar as reservas nacionais.

Os investimentos realizados em pesquisa e exploração vêm permitindo ao País manter a relação Reserva/Produção em patamares superiores a vinte anos, ou seja, as reservas nacionais são suficientes para cerca de vinte anos de consumo aos níveis atuais, desconsiderando-se novas descobertas e mantendo-se o ritmo da produção atual.

Em paralelo, busca-se, numa perspectiva de médio prazo, ampliar a exportação de excedentes de petróleo de forma a contribuir positivamente para o resultado das contas externas do País. Para alcançar esse objetivo, faz-se necessário a adoção de estratégias, planejamento e decisões de investimento em exploração, pesquisas geológicas e realização de rodadas de licitações, cujos resultados são geralmente alcançados no longo prazo.

O Programa Petróleo e Gás articula um conjunto de objetivos e iniciativas afins e compreende, além dos recursos minerais aproveitáveis, elementos geradores de renda, riqueza ou motores de uma indústria complexa, que envolve uma sequência também complexa de etapas e de processos decisórios e relacionam-se a projetos de longa maturação e com investimentos e riscos elevados.

O Programa é constituído pelos objetivos específicos abaixo, os quais são monitorados pelo Ministério de Minas e Energia:

- 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas;
- 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional;
- 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local;
- 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local;
- 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização;
- 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do País.

Desses objetivos, foi selecionado o Objetivo 0063, para compor este documento.

PROGRAMA PETRÓLEO E GÁS

OBJETIVO	2014	2015
Objetivo 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local	1.498.586.373	1.289.900.861
TOTAL	1.498.586.373	1.289.900.861

Fonte: Siop – Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais / Data: 02/03/2016

Objetivo 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

No conjunto de ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), que faz parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), promoveu a qualificação em diversas especialidades tais como montador, soldador, caldeireiro, eletricista, pintor, mecânico e instrumentista.

Também vem sendo conduzidos estudos para o aprimoramento da sistemática dos índices de conteúdo local e para o fortalecimento e incremento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, cujos resultados são abaixo relatados.

Meta: Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção.

As recentes alterações ocorridas no cenário energético nacional, marcadas pelas descobertas de petróleo e gás natural nos reservatórios do Pré-sal nas bacias sedimentares marítimas localizadas no sudeste do País, bem como a variação do preço internacional do petróleo, impactam significativamente, no médio a longo prazo, a indústria petrolífera no País.

Nesse sentido, em 2015 foi publicada a Portaria MME nº 451, de 24 de setembro de 2015, que instituiu o Grupo de Trabalho – GT, com a finalidade de propor ao CNPE diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Na 13ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, ocorrida em outubro de 2015, foram introduzidos aprimoramentos nas tabelas de exigências de Conteúdo Local para águas rasas, acima de 100 metros, e águas profundas, mormente em relação à estrutura dessas tabelas relacionadas às unidades estacionárias de produção (UEPs).

Outros aprimoramentos introduzidos, tendo por base o processo de regulação e fiscalização da Política de Conteúdo Local implementada pela ANP, buscaram estabelecer, ainda, mecanismos para evitar eventual caracterização de reserva de mercado para alguns segmentos da indústria, onde os valores mínimos exigidos para itens e subitens das tabelas ultrapassavam os 80%.

Foram mantidos, entretanto, os valores globais dos sistemas (fase exploratória e etapa de desenvolvimento da produção) das tabelas de compromisso.

No tocante à segunda etapa desta 13ª Rodada, ocorrida em dezembro de 2015 e na qual foram licitadas áreas com acumulações marginais de petróleo e gás, foi mantida a mesma sistemática de conteúdo local daquela dos blocos exploratórios.

Tendo em vista, porém, as características intrínsecas da atividade, que envolvem baixos volumes de recursos financeiros, comparativamente aos blocos exploratórios, entende-se que deverão ser estudadas exigências específicas para esses campos, como forma também de aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (da forma como preconizado no art. 65 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010).

Além disso, foi montado um Grupo de Trabalho, sob a coordenação do MME e com a participação do MDIC, MCTI, ANP, BNDES, ABDI e IBP, que apresentou a proposta para aprimoramento da Política de Conteúdo Local, com vistas a valorar os ganhos advindos com o desenvolvimento de fornecedores, pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) e competitividade.

Assim, o Decreto nº 8.637, de 15 de janeiro de 2015, instituiu o "Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural – Pedefor". O Programa contém medidas de aprimoramento para a citada Política e será coordenado por um Comitê Diretivo e implementado por um Comitê Técnico-Operativo.

Meta: Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço.

Os estudos sobre o setor de exploração e produção de petróleo e gás natural para as empresas de pequeno e médio porte – EPM foi realizado pelo MME, de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010, o qual determina que o Poder Executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando o aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O resultado desses estudos foi consubstanciado na Resolução CNPE nº 1/2013, de 7/2/2013, a qual estabelece a política e as medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Nesse sentido, foi instituída, pela Portaria MME nº 37, de 29 de janeiro de 2014, a Comissão com a finalidade de propor e acompanhar as ações relativas à política para aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte, nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Foram realizadas reuniões da Comissão, objetivando alinhar as questões críticas, e foi publicada a Resolução ANP nº 32, de 05 de junho de 2014, que dispôs sobre o enquadramento de medidas específicas para o aumento da participação das EPM.

No primeiro semestre de 2015 foi realizada reunião no MME com os representantes das entidades, os quais apresentaram um estudo com demandas do setor.

Buscando atender parte dos pleitos (oferta de áreas com perfil econômico apropriado para esse segmento), foram realizados ajustes em procedimentos regulatórios visando à simplificação dos planos de desenvolvimento para campos de menor porte e a oferta de blocos exploratórios em bacias maduras e campos marginais na 13ª Rodada de Licitações da ANP, realizada em duas etapas em 2015.

Foram ofertados 153 blocos em bacias maduras e 10 campos marginais, resultando no arremate de 37 blocos exploratórios e 9 campos marginais.

Meta: Liderar o desenvolvimento tecnológico do setor, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e da ampliação da infraestrutura experimental, visando a expansão dos objetivos dos negócios, a agregação de valor, a diversificação de produtos e a sustentabilidade dos projetos.

Em 2015, a Petrobras investiu mais de R$ 1,235 Bilhão em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. Os principais resultados em P& D nesse ano foram:

- Implementação do PWDA (*Pressure While Drilling Analyzer*), *software* que recebe informações de perfuração de poços em tempo real, identifica situações de risco e alerta o usuário para a ocorrência de problemas operacionais. Sua utilização possibilitou uma redução de 32,3 dias de uso de sonda, gerando uma economia de US$ 28,3 milhões no ano, mediante sua aplicação no acompanhamento de poços.
- Início da operação da primeira unidade industrial de coqueamento retardado de resíduo atmosférico com tecnologia pioneira no mundo, na Refinaria Abreu e Lima. Com a aplicação desta tecnologia dentro do esquema de refino da RNEST, pode-se obter rendimento em diesel de 70%, representando um ganho de 40% em relação às tecnologias convencionais.
- Disponibilizada nova versão da ferramenta computacional Octopus que permite otimizar a malha de drenagem de um campo, maximizando a eficiência de escoamento e o fator de recuperação a partir de múltiplos modelos representativos da incerteza nos principais aspectos da caracterização do reservatório.
- Utilização da tecnologia FMCD (*Floating Mud Cap Drilling*), que viabilizou a perfuração e a completação inferior de poço no Campo de Marlim Leste, gerando economia de US$ 18 milhões neste poço. A técnica de FMCD consiste na perfuração sem retorno de fluidos e cascalhos para a superfície, sendo os mesmos bombeados para dentro de formações altamente permeáveis (ex.: zonas depletadas, fraturadas ou com grandes cavidades formadas pela dissolução das rochas).
- Realizadas operações de remoção e inibição química (via squeeze) de incrustações em poços da UO-RIO utilizando formulações inovadoras desenvolvidas pelo Cenpes em cooperação com fornecedores. Estima-se que ambas as operações tenham colaborado para a redução de perdas de produção, na UO-RIO, da ordem de 16,5 mil bopd, equivalente a cerca de US$ 240 milhões por ano (1 bbl = US$ 40).
- Partida do primeiro Módulo de Bombeio (Mobo) com uma bomba centrífuga submersa (BCS) contendo manuseador de gás Poseidon da Schlumberger, especialmente projetado e qualificado para lidar com

frações de gás de até 70% em volume. O equipamento foi instalado no poço JUB-04 da P-57 (Campo de Jubarte, UO-ES), com ganho adicional estimado em 1.000 bopd ou US$ 16,5 milhões ao ano.

- Desenvolvidas técnicas de inspeção e reparo em tambores de coque, que, quando comparada com as técnicas convencionais, aumentam a vida útil de 2 para 12 anos, além da redução de 30% no tempo de reparo desses equipamentos.
- Definido o controle geológico da variabilidade dos petróleos descobertos em águas profundas da Bacia de Sergipe, o que permitiu uma melhor previsão da distribuição dos fluidos em subsuperfície e da conectividade entre os reservatórios. O projeto auxiliou, ainda, (i) na fase de avaliação de descobertas, (ii) na quantificação das jazidas, (iii) na estratégia de desenvolvimento e (iv) no correto dimensionamento e destinação de investimentos da ordem de centenas de milhões de reais.
- Concluídos os projetos de Caracterização Regional da Bacia do Espírito Santo e da Bacia Sergipe-Alagoas. Todas as ocorrências ambientalmente relevantes foram mapeadas. Com isto, será possível ganhar tempo nos processos de licenciamento. Estes estudos incluem: Oceanografia; Meteorologia; Geologia e Geomorfologia; Química Ambiental (Água e Sedimento); Macrofauna Bentônica e Plâncton; Corais de Profundidade e Rodolitos; Bancos de Laminárias; Peixes, Mamíferos, Quelônios e Aves; Mapas de Sensibilidade Ambiental; Unidades de Conservação da Natureza; Desembarque Pesqueiro e Socioeconomia. Os estudos abrangem 69 mil km2 de área (equivalente ao tamanho da Irlanda) e envolveram mais de 100 professores e pesquisadores de 13 instituições entre 2010 e 2014.
- Aplicação de tecnologia inovadora no tratamento de efluente, de cunho essencialmente biológico (para tratamento de água de alta salinidade, inclusive de navio agueiro) na nova Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) do Terminal da Baía de Ilha Grande (Tebig). A tecnologia é uma alternativa ao tratamento convencional físico químico e permitiu a obtenção da licença definitiva para funcionamento da nova ETE no Tebig, tendo o órgão ambiental Inea reconhecido o enquadramento de efluentes tratados com a tecnologia desenvolvida pela Petrobras.

A partida da nova ETE do Tebig contribui para minimizar o grande volume de água antes enviada para ser tratada somente na ETE do Terminal Aquaviário de São Sebastião (Tebar), em funcionamento desde fevereiro de 2012. Trabalhando juntas, as duas estações têm capacidade para tratar 150.000 m³ por mês, gerando uma economia anual de R$ 153 milhões.

4.3.5. Programa 2022 - Combustíveis

O Programa Combustíveis reúne um conjunto de cinco objetivos nos quais são executados os projetos e atividades relacionadas a refino de petróleo, produção e transporte de combustíveis e outros derivados de petróleo, biocombustíveis, à fiscalização do setor e a medidas de eficiência energética.

- 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional;
- 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética;
- 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores;
- 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Dos objetivos relacionados ao Programa Combustíveis, foram selecionados os Objetivos 0054 e 0185 para compor este documento.

PROGRAMA COMBUSTÍVEIS

VALORES EM R$ 1,00

OBJETIVO	2014	2015
Objetivo 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.	15.568.888.672	6.022.127.952
Objetivo 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.	23.573.657	27.038.055
TOTAL	15.592.462.329	6.049.166.007

Fonte: Siop / Data: 02/03/2016

Nível de Realização das Metas Quantitativas do Objetivo 0054 – Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd	Barris por dia (bpd)	2.205.000,00	1.951.762,17	2.055.342,85	2.106.891,94	1.983.971,00	89,98%
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10³m³/dia de óleo diesel	10³ m³/dia de óleo diesel	152,00	125,90	135,72	137,08	135,5	89,14%
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10³m³/dia de Querosene de Aviação (QAV)	10³ m³/dia de Querosene de Aviação (QAV)	21,00	15,06	15,22	16,63	15,58	74,19%
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10³m³/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	10³ m³/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	30,00	24,98	21,77	20,74	20,35	67,83%
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10³m³/dia de gasolina	10³ m³/dia de gasolina	62,00	74,98	78,39	79,09	70,48	113,68%

Fonte: ANP / Dados de 01/03/2016

Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd.

A média nacional de processamento de petróleo anual em 2015 foi de 1.983.971 barris de petróleo por dia, 89,98% da meta estimada. Cabe ressaltar que a redução na produção de derivados de petróleo em 2015, e o consequente resultado inferior à meta, reflete a menor demanda do mercado interno.

Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10³m³/dia de óleo diesel.

A média anual de produção de óleo diesel foi de 135,5 mil m³/dia, 89,14% da meta estimada. No período entre 2012 e 2015, a maior média anual de processamento se deu em 2014, 137,08 mil m³/dia, momento em que atingiu 90,18% da meta.

Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10³ m³/dia de Querosene de Aviação (QAV).

A média anual de produção de QAV foi de 15,58 mil m³/dia, 74,19% da meta estimada. No período entre 2012 e 2015, a maior média anual de processamento se deu em 2014, 24,98 mil m³/dia, tendo atingido 83,27% da meta.

Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10³ m³/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

A média de produção de gás liquefeito de petróleo (GLP) produzido apenas nas refinarias nacionais, de janeiro a novembro de 2015, foi de 20,35 mil m³/dia, 67,83% da meta estimada. No período entre 2012 e 2015, a maior média anual de processamento se deu em 2012, 16,63 mil m³/dia, tendo atingido 79,19% da meta.

Cabe ressaltar que essa quantidade não inclui o volume produzido pelas Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs).

Meta: Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10³ m³/dia de gasolina.

A média de produção de gasolina A foi de 70,48 mil m³/dia, 113,68% da meta estimada. Cabe ressaltar que, no período entre 2012 e 2015, a maior média anual de processamento se deu em 2014, 79,09 mil m³/dia, tendo atingido 127,56% da meta.

Metas Qualitativas

Meta: Produzir em padrões adequados de qualidade: - 68x10³m³/dia de óleo diesel S-10 - 18x10³m³/dia de óleo diesel S-500 - 66x10³m³/dia de gasolina S-50

As produções do diesel S-10, do diesel S-500 e da gasolina S-50 entre janeiro e novembro de 2015 foram:

- Óleo diesel S-10: 32,01 x 10³ m³/dia, 32% da meta;
- Óleo diesel S-500: 93,53 x 10³ m³/dia, 519,6% da meta; e
- Gasolina S-50: 76,02 x 10 m³/dia, 115,2% da meta.

Em 2015, as metas para gasolina S-50 para o diesel S-500 foram atingidas. A meta para óleo diesel S-10 não foi atingida. Importa destacar, ainda, que o diesel S-50 foi totalmente substituído pelo diesel S-10, não sendo mais produzido pela Petrobras.

A meta de produção interna de diesel S-10, elaborada em 2011, contava com a contribuição das novas refinarias projetadas pela Petrobras à época, cujos perfis de refino eram voltados para a maximização da produção desse combustível. Contudo, a empresa alterou seu Plano de Negócios e, com isso, alguns projetos foram postergados ou retirados da sua carteira de investimentos, com destaque para as refinarias Premium I e II, isso contribuiu para que algumas metas ficassem abaixo do valor projetado.

Combustíveis Renováveis

Em 2015, o Brasil manteve posição de destaque no cenário internacional como segundo maior produtor de biocombustíveis, superado apenas pelos Estados Unidos.

No cenário doméstico, a participação dos biocombustíveis é fundamental para manter o alto índice de energias renováveis na matriz energética nacional. Segundo o Balanço Energético Nacional de 2015, aproximadamente 24,8% de toda a energia ofertada internamente é originária de biomassas, sendo 15,7% de cana e derivados, 8,1% de lenha e carvão vegetal e 1% de biodiesel.
No que se refere à matriz veicular, os biocombustíveis representaram em 2015 aproximadamente 22,6% do total de combustíveis utilizados no País, sendo 19,8% etanol (anidro e hidratado) e 2,8% biodiesel.

A Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, determinou o aumento da mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel de 5% para 6% a partir de julho de 2014 e para 7% a partir de novembro daquele ano e permitiu a elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%. Desde março de 2015, o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool - CIMA fixou em 27% a mistura na gasolina comum.

Ainda, no tange que às medidas governamentais no ano de 2015, destacam-se as seguintes ações: a reedição do Programa de Financiamento a Estocagem de Etanol (BNDES PASS) e do Programa de Renovação e Implantação de Novos Canaviais (BNDES Prorenova).

Objetivo 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Meta: Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente.

Em relação ao etanol combustível, até novembro de 2015, a produção total foi de 28,3 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no Plano Decenal de Expansão de Energia vigente (PDE 2024) foi de 29,8 bilhões de litros, para todo o ano de 2015. Nesse ano, espera-se que a produção nacional de etanol atinja 30 bilhões de litros (safra 2015/2016, iniciada em abril de 2015 e prevista para encerrar em março de 2016), acima da meta, portanto.

Para o biodiesel, até novembro de 2015, a produção foi de 3,6 bilhões de litros. Espera-se que a produção total de 2015 seja de 3,94 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no PDE 2024 foi de 3,6 bilhões de litros, para todo o ano de 2015.

Mesmo com retração da demanda de diesel, cumpre observar que a maior produção de biodiesel foi induzida pelo aumento do percentual de adição obrigatória deste biocombustível ao óleo diesel.

4.3.6. Programa 2075 – Transporte Rodoviário

O Programa contempla ações que visam à manutenção, adequação, construção, operação (sinalização, pesagem, controle de velocidade), fiscalização e concessão da infraestrutura rodoviária, para a ampliação da disponibilidade do Transporte Rodoviário nacional, com segurança e conforto para seus usuários.

Objetivo 0130 – Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Em meados dos anos 90, o Brasil iniciou o programa de concessões de rodovias federais com o objetivo de oferecer vias de transporte capazes de prestar serviço de melhor qualidade aos usuários.

Desse modo, houve a transferência da gestão de parte da malha rodoviária à iniciativa privada como forma alternativa de investimentos.

O programa de concessão rodoviária está estruturado em três etapas. Atualmente, o Governo Federal administra 21 concessões rodoviárias, totalizando 9.969,6 km.

A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais é composta por seis trechos, perfazendo uma extensão total de 1.315,9 km.

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em sua Fase I, abrange 2.624,4 km, englobando sete trechos rodoviários. Já a Fase II compreende a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

Em 2013, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) assinou com as concessionárias da Segunda Etapa, oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para execução das obras com cronogramas em atraso.

Com isso, foi acordada a realização de 571 obras nas oito concessões da Segunda Etapa – Fases I e II.

Das 199 obras em andamento em 2015, 76 foram finalizadas, totalizando 393 obras concluídas. Essas obras resultarão em uma melhora significativa da fluidez nas rodovias federais concedidas.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, também integrante do PAC, está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km, que contempla 5.348,7 km já concedidos e 1.964,6 km em fase de análise e estudo.

Em agosto de 2012 foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL) que passou a contemplar nove trechos referentes às Fases I e III da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. Ressalta-se que o trecho contemplado na Fase II teve o seu leilão realizado em janeiro de 2012 e, portanto, não fez parte do PIL.

As principais características do PIL envolvem realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de arte especiais), tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER).

As empresas concessionárias de rodovias federais devem cumprir uma gama de obrigações previstas nos contratos de concessão e nos PER, bem como orientar esforços para atingir parâmetros pré-estabelecidos de desempenho para os elementos físicos e operacionais.

Com base nesses parâmetros são obrigatórias intervenções ao longo de todo o período de concessão, tais como: recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento e melhoramentos.

No ano de 2014, também no âmbito do PIL, empresas interessadas em elaborar estudos para concessões de quatro novos trechos puderam apresentar Propostas de Manifestação de Interesse (PMI).

As empresas habilitadas foram autorizadas pelo Ministério dos Transportes (MT) para elaborar estudos que abrangem atividades de engenharia, operação, meio ambiente, modelagem econômico-financeira, além de apoio na elaboração de minutas de documentos, em conformidade com o Termo de Referência disponibilizado para cada Edital de Chamamento. Em 2015, esses estudos se encontravam em fase final de ajuste, com previsão de realização dos leilões em 2016. Os trechos contemplados são:

- BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba/PA (976,0 km);
- BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis/MT – Jataí/GO – Goiânia/GO (703,7 km);
- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437,0 km); e
- BR-476/153/282/480/PR/SC, Lapa/PR – Irani/SC – Chapecó/SC (398,9 km).

Ainda em 2015, o Governo Federal lançou a Segunda Etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL) contemplando 11 lotes rodoviários distribuídos por 11 Estados brasileiros.

Na sequência, o Ministério dos Transportes publicou os respectivos editais de chamamento público, autorizando que empresas privadas promovessem novos estudos técnicos e de viabilidade.

Tais estudos, que serão apresentados em 2016, serão utilizados nas modelagens de potenciais concessões nos trechos a seguir discriminados, que totalizam 4.552,1 km:

- BR-101/BA, Gandú/BA – Entroncamento BR-324 (próximo à Feira de Santana) (199,4 km);
- BR-262/381/MG/ES, Entroncamento BR-101/ES – João Monlevade/MG – Belo Horizonte/MG (485,9 km);
- BR-267/MS, Entroncamento BR-163 (Nova Alvorada do Sul/MS) – Divisa MS/SP (Presidente Epitácio/SP) (249,3 km);

- BR-262/MS, Entroncamento BR-163 (Campo Grande/MS) – Divisa MS/SP (Três Lagoas/MS) (326,8 km);
- BR-101/232/PE, novo arco metropolitano de Recife, BR-101: Divisa PB/PE – Divisa PE/AL e BR-232: Entroncamento BR-101 (Recife/PE) – Cruzeiro do Nordeste/PE (564,5 km);
- BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101: Entroncamento BR-465 (B)/RJ-071/097 (Santa Cruz) – Praia Grande, no Município de Ubatuba/SP; BR-465, Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-116; e BR-493: Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-040/116 (B) (356,9 km);
- BR-101/116/290/386/RS; BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-116: Entroncamento BR-290 (B) (para Arroio dos Ratos) – Entroncamento BR-470/RS-350 (para Camaquã); BR-290: Osório/RS – Entroncamento BR-116 (para Guaíba) e BR-386: Entroncamento BR-116 (B)/290 (Porto Alegre) – Entroncamento BR-377 (A) (para Carazinho) (581,3 km);
- BR-101/SC, Ponte sobre o Rio da Madre – Divisa SC/RS (220,0 km);
- BR-280/SC, Porto de São Francisco do Sul – Divisa SC/PR (306,6 km);
- BR-470/282/SC, BR-470: Navegantes/SC – Divisa SC/RS e BR-282: Entroncamento BR-470 (Campos Novos) – Entroncamento BR-153 (Irani) (455,1 km); e
- BR-364/RO/MT, Entroncamento BR-174 (A) (Comodoro/MS) – Porto Velho (acesso Ulisses Guimarães) (806,3 km).

Cabe destacar que, em 2015, a concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio-Niterói foi renovada no âmbito do PIL pelo leilão realizado em março e teve o contrato assinado em maio.

O novo contrato permitiu a redução da tarifa, com deságio de 36,67% e a inclusão de novas obras nos sistemas viários adjacentes, como a alça de ligação da Ponte com a Linha Vermelha, a Avenida Portuária que propiciará a ligação com a Avenida Brasil e o mergulhão na Avenida Feliciano Sodré, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

O incremento da prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e a execução de mais 259,8 km de obras de duplicação em 2015, nas rodovias federais concedidas, são importantes avanços percebidos pelo cidadão.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0130 DO PROGRAMA 2075 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

R$ MILHÕES

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0130	No exercício	17,4	37,0
	RPNP	3,7	3,1
	Gastos Tributários*	-	-
TOTAL		21,1	40,1

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial, janeiro de 2016.

* Não é possível vincular o gasto tributário a um objetivo específico

O objetivo 0130 contempla uma única ação (2907) relativa à fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária. Essa ação está voltada atualmente para os trechos já concedidos e futuramente contemplará os trechos que estão em processo de concessão.

Os R$ 21,1 milhões liquidados correspondem a 73,3% dos recursos disponíveis no exercício de 2014. Já em 2015, foram liquidados R$ 40,1 milhões, correspondente a 70,4% dos recursos disponíveis em 2015.

Desde o ano de 2013, com a alteração da metodologia de fiscalização, o Plano Anual de Fiscalização estabeleceu que o trecho rodoviário deveria ser percorrido integralmente em sua extensão, para garantir a efetividade da vistoria.

Na sequência, o número inicial de concessões foi ampliado de 15 para 21 trechos, com acréscimo de 40,0% no número de concessões e de 96,0% na extensão a ser fiscalizada.

Nesse cenário, uma nova programação operacional de fiscalização foi implementada, com redistribuição das equipes e adequação na frequência de vistorias. Assim, a meta prevista para 2015 passou a ser de 672 vistorias. Dessas, foram realizadas 657 inspeções in loco, resultando em 98% da meta.

Meta: Conceder 8.044 km de rodovias

A Meta referente ao Objetivo 0130 do Programa Transporte Rodoviário contempla todos os trechos pertencentes às três fases da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, conforme a seguir:

- Fase I compreende as rodovias BR-040/MG/GO/DF, no trecho entre Brasília/DF e Juiz de Fora/MG, com extensão de 956,0 km e BR-116/MG, no trecho entre a Divisa dos Estados BA/MG e a Divisa dos Estados MG/RJ, com extensão de 816,7 km.
- Fase II compreende a rodovia BR-101/ES/BA, no trecho entre Divisa RJ/ES a Mucuri/BA, com extensão de 461,0 km.
- Fase III compreende as rodovias BR-163/262/267/MS: BR-163/MS, no trecho entre a Divisa PR/MS a Divisa MS/MT, BR-262/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP e BR-267/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP, com extensão total de 1.423,3 km; BR-163/MT, no trecho entre a Divisa MS/MT a Sinop/MT, com extensão 821,6 km; BR-153/GO/TO e TO-080, no trecho entre Entroncamento BR-060 (Anápolis/GO) a Palmas/TO, com extensão de 814,0 km; BR-060/153/262/DF/GO/MG: BR-060/DF, no trecho entre Brasília/DF a Divisa DF/GO, BR-060/GO, no trecho entre Divisa DF/GO a Goiânia/GO, BR-153/GO, no trecho entre Goiânia/GO e Divisa GO/MG, BR-153/MG, no trecho entre Divisa GO/MG a Divisa MG/SP e BR-262/MG, no trecho entre Entroncamento da BR-163/MG a Betim/MG, com extensão total de 1.176,5 km; BR-101/BA, no trecho entre Feira de Santana/BA a Mucuri/BA, com extensão de 772,3 km; BR-050/GO/MG, no trecho entre Cristalina/GO a Divisa MG/SP, com extensão de 425,8 km; BR-262/ES/MG, no trecho entre Viana/ES a João Monlevade/MG, com extensão 376,9 km.

Após a conclusão dos estudos de viabilidade, o escopo original acima descrito evoluiu com as seguintes considerações:

- No que se refere à concessão das BR-163/262/267/MS, o Governo Federal concluiu pela retirada dos trechos das BR-262/267/MS (576,1 km);
- Com relação à concessão do trecho BR-163/MT, a extensão inicial foi alterada de 821,6 km para 850,9 km com a inclusão do trecho Sinop/MT ao Entroncamento MT-220;
- Quanto à concessão das BR-153/TO/GO e TO-080, foi realizada audiência pública em dezembro de 2013, concluindo-se pela retirada dos trechos na BR-153/TO, entre Entroncamento TO-070 (Aliança do Tocantins) a Entroncamento TO-080 (Paraíso do Tocantins) e TO-080, entre Paraíso de Tocantins a Palmas (189,2 km);
- Em se tratando da concessão do trecho BR-050/GO/MG, a extensão inicial foi alterada de 425,8 km para 436,6 km, em virtude de mudança de traçado com passagem pelo Contorno de Uberlândia; e
- No que se refere à concessão do trecho BR-262/ES/MG, houve supressão de 1,3 km devido ao trecho coincidente com a BR-116/MG.

Assim, as extensões preliminares referentes aos trechos relativos à terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias foram redefinidas, passando de 8.044 km para 7.313,3 km. Desse total, 5.348,7 km tiveram o processo licitatório consolidado, resultando em expressivos deságios sobre a tarifa máxima estipulada, conforme quadro a seguir:

CONCESSÕES RODOVIÁRIAS - TERCEIRA ETAPA

RODOVIA BR	ESTADO	KM	FASE	SITUAÇÃO ATUAL	EMPRESA VENCEDORA	DESÁGIO	TARIFA A PREÇO INICIAL R$/100 KM
040	MG/GO/DF	936,8	I	Contrato assinado em março de 2014	Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - Invepar	61,13%	3,787
116	MG	816,7	I	Em análise	-	-	-
101	ES/BA	475,9	II	Contrato assinado em abril de 2013	Consórcio Rodovia Capixaba	45,63%	3,391
163	MS	847,2	III	Contrato assinado em março de 2014	Companhia de Participações em Concessões - CPC	52,74%	4,381
163	MT	850,9	III	Contrato assinado em março de 2014	Odebrecht Transport S/A	52,03%	2,638
153	TO/GO	624,8	III	Contrato assinado em setembro de 2014	Galvão Engenharia S.A.	45,99%	4,979
060/153/262	DF/GO/MG	1.176,5	III	Contrato assinado em janeiro de 2014	Triunfo Participações e Investimentos	52,00%	2,851
101	BA	772,3	III	Em estudo	-	-	-
050	GO/MG	436,6	III	Contrato assinado em dezembro de 2013	Consórcio Planalto	42,38%	4,534
262	ES/MG	375,6	III	Em estudo	-	-	-
TOTAL		7.313,3					

Fonte: ANTT, janeiro de 2016.

A meta prevista e o percentual realizado para o Objetivo 0130 podem ser visualizados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA* 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ **				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA **	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Conceder 7.313,3 km das rodovias	Km	7.313,3	0	912,5	5.348,7	5.348,7	73,14%	Siop, janeiro de 2016.

*Considera-se meta prevista a meta readequada

**Considera-se meta realizada o contrato de concessão assinado

Vale mais uma vez ressaltar que o desenvolvimento dos projetos de concessão resultou na redução de 730,7 km (9,08%) da meta inicialmente prevista no PPA, sem diminuição dos esperados benefícios à sociedade.

Contribuíram para o avanço de 5.348,7 km verificado até 2015, os 912,5 km referentes à assinatura de contratos de leilões realizados em 2013 e os 4.436,2 km referentes à assinatura de contratos realizados em 2014.

Em 2015, foi autorizada a cobrança de pedágio nas rodovias a seguir relacionadas, que cumpriram as condições estabelecidas no programa de concessão, cujo principal quesito é a realização de no mínimo 10% das obras de duplicação.

- BR-040/DF/GO/MG – Trecho Brasília/DF – Juiz de Fora/MG;
- BR-050/GO/MG – Entroncamento BR-040 (Cristalina/GO) – Divisa MG/SP;
- BR-060/153/262/DF/GO/MG – Trecho de 1.176,50 km das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262;
- BR-163/MS – Divisa MT – Divisa PR; e
- BR-163/MT – BR-163 e MT-407 do MS até o entroncamento com a MT-220.

Quanto à BR-101/BA e à BR-262/ES/MG, salienta-se que estes lotes rodoviários, após adequação de escopo, foram objeto de Editais de Chamamento Público em 2015, para que empresas interessadas apresentassem estudos de viabilidade técnica, visando subsidiar a concessão desses trechos.

Com relação à BR-116/MG, o Ministério dos Transportes está adequando seu escopo a fim de obter um melhor projeto que viabilize a concessão do trecho.

O avanço em direção ao cumprimento da meta agrega benefícios sociais como a eliminação de gargalos, a ampliação da capacidade de transporte, a redução dos custos operacionais dos veículos, a integração da malha viária estratégica, o aumento da competitividade nacional, o crescimento sustentável, a geração de empregos e a arrecadação de tributos.

4.3.7. Programa 2072 – Transporte Ferroviário

O Programa contempla ações que visam à manutenção, adequação, construção, fiscalização e concessão da infraestrutura ferroviária, para a ampliação da disponibilidade do Transporte Ferroviário nacional.

Objetivo 0149: Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

A implantação de pátios intermodais e a recente opção pelo desenvolvimento do estudo de localização dos Centros de Integração Logística (CIL) são uma contribuição ao incentivo para a entrada de novos operadores de transporte multimodal, já que buscam facilitar a integração entre os vários modais de transporte, na expectativa de obter a redução de custos de fretes.

Entende-se por CIL os pontos de conexão modal obtidos por meio da construção dos seguintes tipos de estrutura de integração: plataforma logística, terminal intermodal, centro de distribuição e porto seco.

Em 2015, o Ministério publicou o documento intitulado "Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento de Metodologia para a Implementação de Centros de Integração Logística com vistas a subsidiar Políticas Públicas voltadas à Promoção da Intermodalidade no Transporte de Cargas".

A estratégia do projeto CIL foca no desenvolvimento de modelo matemático para a identificação de potenciais locais prioritários para sua instalação.

O transporte intermodal e multimodal é uma atividade básica que trata da movimentação de mercadorias, caracterizada pela utilização de mais de uma modalidade de transporte, da origem até o destino final.

A intermodalidade caracteriza-se pela emissão individual de documento de transporte para cada modal, bem como pela divisão de responsabilidade entre os transportadores.

Na multimodalidade existe a emissão de apenas um documento de transporte (conhecimento de transporte) cobrindo o trajeto total da carga. Este documento é emitido pelo Operador de Transporte Multimodal (OTM), que é a pessoa jurídica responsável pela realização do transporte de cargas, da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros.

O OTM assume a responsabilidade pelos prejuízos resultantes de perda, por danos ou avaria nas cargas sob sua custódia, assim como por aqueles

decorrentes de atraso em sua entrega, quando houver prazo acordado.

Seus serviços incluem, além do transporte, os serviços de coleta, unitização, desunitização, movimentação, armazenagem e entrega de carga ao destinatário.

Dessa forma, um único operador multimodal e um único conhecimento de transporte podem ser considerados como elementos facilitadores da operação de transporte, ao eliminar os entraves burocráticos das transferências intermodais, possibilitando, assim, uma maior dinamização na contratação dos serviços por parte do cliente, propiciando menor custo e maior eficiência.

A atividade do Operador de Transporte Multimodal (OTM) de cargas depende de prévia habilitação e registro. Em 2015, foram habilitados 73 OTM, dentre os quais 14 foram amparados pelo Acordo Sobre Facilitação do Transporte Multimodal entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - Decreto nº 1.563, de 19 de julho de 1995, integrando um total de 465 habilitados.

Meta: Construção de nove integrações intermodal e intramodal

Uma das medidas adotadas para fortalecer a competitividade no sistema ferroviário é a implementação de estruturas intermodais para facilitar a integração, reduzir custos de transportes e agilizar a circulação de mercadorias. No Plano Plurianual foi prevista a construção das seguintes estruturas:

ESTRUTURAS DE INTEGRAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Pátio de Palmas/Porto Nacional/TO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2013
Pátio de Gurupi/TO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2013
Pátio de Anápolis/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2014
Pátio de Uruaçu/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2015
Pátio de São Simão/SP	Trecho Ouro Verde/GO – Estrela D'Oeste/SP, na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul	60% de execução
Pátio de Estrela D'Oeste/SP	Trecho Ouro Verde/GO – Estrela D'Oeste/SP, na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul	50% de execução
Terminal de Campo Grande/MS*	Campo Grande/MS	91% de execução
Polo de Serrana/SP	Serrana/SP	Obra não iniciada
Pátio de Tutóia/SP	Araraquara/SP	Obra concluída em 2014
Pátio de Três Lagoas/MS	Três Lagoas/MS	Obra concluída em 2014

Fonte: Valec e DNIT, janeiro de 2016.

*Obra conveniada com a Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Os pátios, anteriormente previstos, de Santa Izabel e Jaraguá, ambos concluídos em 2014 e Porangatú, concluído em 2015, são integrantes do Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul, em Goiás. Esses pátios foram adequados para Desvios de Cruzamento devido a estudos de demanda e não podem ser considerados como estruturas de integração. A meta prevista e realizada para o Objetivo 0149 podem ser visualizadas no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012 - 2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012 - 2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA
			2012	2013	2104	2015	
Construção de nove integrações intermodal e mutimodal	Unidade	9	0	2	5	6	66,67%

Fonte: Siop / janeiro de 2016.

Pode-se constatar que além das seis estruturas de integração concluídas até 2015, observa-se que o Terminal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul e o Pátio de São Simão, em São Paulo, estão com as obras em estágio avançado.

Quanto ao Pátio de Campo Grande, empreendimento conveniado com a Prefeitura Municipal, a obra foi paralisada em 2013, por necessidade de revisão de projeto em fase de obra. Posteriormente, a Prefeitura de Campo Grande realizou a rescisão com a empresa executora e contratou nova empresa para realizar o levantamento dos serviços remanescentes, aproximadamente 9,0% do empreendimento, com previsão de serem licitados no primeiro semestre de 2016.

Com relação ao Pátio de São Simão, o empreendimento está em fase avançada de execução, com 60,0% da obra realizada.

A respeito do Pátio de Estrela D'Oeste, toda a infraestrutura e linha principal estão concluídas, com previsão de licitação para os acessos e linhas secundárias.

O Polo de Serrana não teve suas obras iniciadas visto que sua implantação está em discussão técnico-jurídica.

Com relação ao Objetivo 0149, não houve execução orçamentária e financeira em 2014 e 2015. Os recursos destinados às estruturas de integração localizadas na Ferrovia Norte-Sul foram contemplados nas ações orçamentárias referentes ao trechos do Tramo Sul e Extensão Sul da Ferrovia.

Com relação ao Terminal Intermodal de Campo Grande/MS, os valores foram repassados integralmente, por meio de convênio, à Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, em data anterior a 2012.

Quanto ao Pátio de Tutóia/SP e ao Pátio de Três Lagoas, os recursos foram contemplados nas ações orçamentárias referentes à construção dos respectivos contornos e pátios ferroviários e se encontram vinculadas ao Objetivo 0147.

Dada a sua importante função logística, a implantação de estruturas de integração intermodal e multimodal agrega benefícios econômicos e sociais para as regiões alcançadas por sua área de influência. Além dos empregos e da renda gerados diretamente por sua construção e operação, as estruturas se constituem em importantes indutores do desenvolvimento regional, com estímulo a investimentos.

4.4. DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL

4.4.1. Programa 2012 - Agricultura Familiar

A agricultura familiar, elemento fundamental da base produtiva, econômica e social do Brasil, desenvolve-se em pequenas propriedades, com utilização direta da mão de obra familiar, voltada principalmente para a produção de alimentos e o abastecimento do mercado interno.

Atualmente, estão habilitados a acessar o Programa de Agricultura Familiar 5,14 milhões de agricultores familiares identificados e qualificados conforme os critérios postos pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é o documento que identifica a unidade familiar de produção rural desses agricultores, bem como suas formas de organização, habilitando-os para acessar diversas políticas públicas específicas, como o crédito, mercados institucionais e serviços de assistência técnica e extensão rural.

O Programa foi concebido com o objetivo de fortalecer e dinamizar a agricultura familiar, oferecendo condições para que os agricultores e agricultoras familiares desenvolvam suas atividades rurais e ampliem a sua renda, reduzindo as desigualdades socioeconômicas tanto no meio rural quanto no interior das unidades de produção familiar.

Historicamente, as políticas públicas para o setor agropecuário priorizaram a modernização tecnológica. Essa estratégia transformou o Brasil em uma potência agropecuária, no entanto, não contribuiu para a melhoria das condições de trabalho e renda de grande parte da população rural brasileira, em especial dos agricultores e agricultoras familiares, produzindo o esvaziamento e a masculinização do campo.

Tendo em vista o interesse dos agricultores e agricultoras familiares em permanecer no campo produzindo sustentavelmente, bem como a importância da interiorização do desenvolvimento e da ampliação das oportunidades de trabalho e renda no campo, tanto para a economia como para a segurança alimentar e nutricional, o Programa de Agricultura Familiar oferece políticas públicas que se organizam em seis objetivos estratégicos, quais sejam:

- Objetivo 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.
- Objetivo 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.
- Objetivo 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.
- Objetivo 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.
- Objetivo 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.
- Objetivo 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o País.

Dos cinco indicadores da agricultura familiar, formulados para acompanhamento no âmbito do PPA 2012-2015, três se baseiam em informações do censo agropecuário, que foi realizado em 2006. Portanto analisaremos os dois indicadores do Programa que independem da realização de novo Censo Agropecuário para aferição.

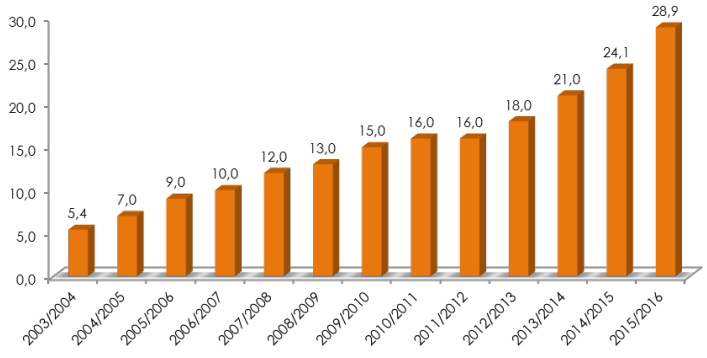
O primeiro indicador analisado refere-se aos recursos disponibilizados para o crédito amparado pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, no âmbito dos Planos Safra da Agricultura Familiar. Ao longo do período de vigência do PPA, que envolve cinco safras, esses recursos evoluíram de R$16,0 bilhões (safra 2011-2012) para R$ 28,9 bilhões (safra 2015-2016), ou seja, um crescimento nominal de 80,6%.

O outro indicador em análise é a renda domiciliar per capita da agricultura familiar, cuja metodologia de cálculo foi definida pela SPI/MP em 2011, a partir de informações da Pnad/IBGE.

Como na Pnad não existe o atributo "agricultor familiar", esse cálculo é feito a partir da variável "Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência" para a qual foram selecionados os dados referentes aos itens "06 – conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos", "11 – trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar" e "13 – trabalhador na produção para o próprio consumo".

Os valores apurados para 2013 e 2014 foram, respectivamente, R$ 512,19 e R$ 566,63. Cabe ressaltar que os resultados da Pnad 2015 serão publicados possivelmente em setembro de 2016.

EVOLUÇÃO DO PRONAF - VOLUME DISPONIBILIZADO POR SAFRA (R$ BILHÕES)



Fonte: SAF/MDA

Objetivo 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

O principal instrumento de financiamento da produção da agricultura familiar é o crédito rural do Pronaf, que está disponível para as unidades familiares de produção que necessitam de financiamento rural para a melhoria de suas atividades produtivas, geradoras de renda.

As condições de acesso e financiamento do Pronaf não são estanques e há a busca constante de adequação às particularidades da agricultura familiar, e de contemplar as especificidades de públicos prioritários, como, por exemplo, as mulheres rurais, quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo, assentados e assentadas da reforma agrária.

As linhas de financiamento têm prazos de carência e de amortização diferenciados que atendem as atividades de curto, médio e longo prazo. As taxas de juros são negativas em todas as linhas de custeio e investimento e, para as unidades familiares de menor renda ou os assentados da reforma agrária, há bônus (rebates) sobre o principal que vão de 25% até 46%.

Para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, a Resolução BCB nº 4.344/2014 aprovou nova linha de financiamento, o Pronaf Produtivo Orientado, que permite, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o financiamento de serviços de assistência técnica e extensão rural, por meio do crédito, e contempla a concessão do bônus de adimplência.

Outros instrumentos vinculados a esse objetivo são:

- Seguro da Agricultura Familiar – Seaf: instrumento de proteção de renda, proporcionando ao agricultor garantia contra perdas na lavoura causadas por eventos climáticos adversos.
- Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF, instituído pelo Decreto Presidencial nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, e regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, atualmente cobre 51 culturas ao todo, mantendo o foco no fortalecimento do cultivo das culturas com maior importância regional.

O Programa Garantia Safra tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, residente, prioritariamente, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. Os critérios que definem os participantes do Garantia-Safra são:

- ter renda bruta familiar mensal de até 1,5 salário mínimo;
- desenvolver culturas como: arroz, feijão, mandioca, milho ou algodão; e
- plantar uma área mínima entre 0,6 e máxima de cinco hectares.

A Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar - PGPM-AF que permite a utilização de instrumentos de comercialização com destinação para os estoques governamentais com o objetivo de garantir que o produtor receba o preço mínimo do produto (pré-fixado no início da safra).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0411 DO PROGRAMA 2012 - AGRICULTURA FAMILIAR

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS (R$)	
		2014	2015
0411	No Exercício[1]	859.000.000,00	380.604.550,89
	RPNP[2]	-	12.207.485,80
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		859.000.000,00	392.812.036,69

Fonte: Siafi – SPOA/MDA

Data: 14/01/2016

[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Os valores apresentados acima tratam da execução orçamentária da ação 0359 – Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420 de 2002). Os recursos utilizados para a realização das metas do Pronaf e outros programas não são do orçamento direto do MDA, são recursos de Agentes Financeiros, controlados e supervisionados pela Secretaria do Tesouro Nacional vinculados ao Ministério da Fazenda. A totalidade da execução desses recursos está demonstrada no próximo quadro.

Em 2014, o valor executado com Garantia-Safra foi de R$ 859.000.000, devido aos pagamentos realizados pelas perdas ocorridas na Safra 2013/2014. Houve pagamentos de cinco parcelas extras concedidas às 882.722 famílias, dentre as 977.552 famílias cadastradas, que tiveram perdas na Safra 2012/2013. Não houve restos a pagar não processados de exercícios anteriores, liquidados em 2014.

Já em 2015, o valor executado foi de R$ 380.604.550,89 vinculados aos pagamentos das perdas ocorridas na Safra 2014/2015. Ainda houve a execução de R$ 12.207.485,80 referente aos restos a pagar não processados em exercícios anteriores, mas liquidados em 2015, o que elevou o valor executado ao montante de R$ 392.812.036,69.

Observa-se uma significativa variação orçamentária entre 2014 e 2015. Devido à grande intensidade da seca, o ano de 2014 demandou maior execução orçamentária. Já o ano de 2015 foi considerado um ano positivo, porque não houve grandes perdas de safra e, consequentemente, reduziu a necessidade de pagamento do benefício aos agricultores.

Ao analisar a execução orçamentária do Objetivo 0411 na totalidade, observou-se o seguinte:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TOTAL
2012 – AGRICULTURA FAMILIAR / OBJETIVO 0411
VALORES EM R$ 1,00

PROGRAMA: 2012	VALORES LIQUIDADOS	
	2014	2015
No Exercício[1]		
Orçamento Fiscal da Seguridade Social	1.074.651.134,52	4.452.717.174,97
RPNP[2]	400.796.979,08	5.886.721.543,06
Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO	1.475.448.113,60	10.339.438.718,03

Fonte: Siop - Spoa/MDA

Data: 18/01/2016

[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Os resultados decorrem da consulta realizada no SIOP/2015, no qual o montante de todas as ações relacionadas ao Objetivo 0411 foram da ordem de R$ 1.475.448.113,60 em 2014 e R$ 10.339.438.718,03 em 2015.

Entre as ações executadas (liquidadas) têm-se:

- Ação 0359 – Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002) = gerenciada administrativamente e financeiramente por este Ministério, já mencionada anteriormente;
- Ação 0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 8.427, de 1992) = Recurso sob a supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional /Ministério da Fazenda;
- Ação 0A81 – Financiamento para a Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001) = recurso também supervisionado pela STN/MF;
- Ação 00GW – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPAF (Lei nº 8.427, de 1992) = recurso também supervisionado pela STN/MF;
- Ação 00GZ – Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992);
- Ação 20GI – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF = executado pela unidade orçamentária Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Conforme já informado, com exceção do Garantia-Safra, os demais programas são gerenciados orçamentariamente e financeiramente pela STN/MF ou pela Conab.

Dos valores gerenciados pela Conab, ação correspondente a PAA – Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar,

foram executados em 2014 o valor de R$ 31.800.872,00. Já em 2015 o valor reduziu para R$ 20.799.215,91, diferença de R$ 11.001.656,09.

Quando comparados os exercícios financeiros de 2014 e 2015, observaram-se significativas variações na execução orçamentária do Pronaf.

Essas variações tem origem na atuação da STN/MF com o intuito de adequar o fluxo de pagamentos à demanda crescente nos últimos anos, decorrente do crescimento da carteira do Pronaf, fruto dos avanços promovidos no Programa e da elevação da diferença entre a taxa de juros paga pelos agricultores familiares e o custo dos recursos. Isso resultou em incrementos significativos na execução das ações orçamentárias relativas ao Objetivo 0411, inclusive na execução orçamentária do Exercício com Restos a Pagar, contribuindo para a redução dos valores inscritos em 2015. Relativamente a tais incrementos ocorridos em 2015, destaque-se especialmente a ação 0281 (subvenção econômica para a agricultura familiar), com aumento muito expressivo nos valores liquidados tanto do exercício quantos do RPNP da ordem de R$ 10.026.122.830,20.

Também houve aumento da ação 00GW (subvenção econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar), da ordem de R$ 4.897.382,10.

De outro lado, houve um desembolso relativamente menor na Ação 0A81 (Financiamento para a Agricultura Familiar), quando comparados os exercícios de 2014 e 2015.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)	Toneladas	2.700.000	78.000	104.000	104.000	104.000	3,9%1	Conab
Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo	Contratos2	3.000.000	1.512.510	3.517.387	5.341.660	7.060.515	235,4%	Banco Central do Brasil
Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais.	Contratos2	750.000	438.016	844.966	1.251.374	1.700.026	226,7%	Banco Central do Brasil
Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar	Contratos2	750.000	468.394	908.370	1.336.336	1.912.885	255,1%	Banco Central do Brasil
Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos	Equipamentos	110.000	178.546	379.011	488.513	582.392	529,4%	Banco Central do Brasil
Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar	PJs da AF com DAP ativa	5.000	1.817	-	-	5.278	105,6%	SAF/MDA
Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas	Mulher rural/ Organização3	48.000/ 3.200	-	-	-	-	-	-
Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar	Contratos2	650.000	455.286	902.687	1.335.940	1.741.455	267,9%	Banco Central do Brasil
Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais	Famílias aderidas	1.000.000	771.343	977.552	1.177.452	1.162.086	116,2%	SAF/MDA

Obs.:

1. A PGPM-AF possibilita o uso de instrumentos de comercialização para garantia de renda de preço mínimo ao agricultor familiar. Devido à manutenção dos preços de mercado da maioria dos produtos acima dos preços mínimos estipulados pelo Governo Federal, foram demandadas apenas algumas poucas operações.

2. Essas metas dizem respeito a famílias. No entanto, para apurar o número de famílias, o MDA precisaria ter acesso aos microdados do BCB incluindo os CPFs de cada contrato, para poder cruzar com a base de dados da DAP. Ocorre que, devido ao sigilo bancário, o MDA não tem acesso aos CPFs, e enquanto não tiver, não conseguirá calcular o número de famílias fazendo operações de crédito. E embora nos anos anteriores os dados tenham sido apresentados mantendo-se a unidade de medida "famílias", eles sempre se referiram ao número de contratos ou operações realizadas. Desse modo, agricultores e famílias que realizaram mais de um contrato no mesmo ano contaram mais de uma vez.

3. Os sistemas de gestão da informação dos agentes financeiros que operam o crédito Pronaf não permitem a agregação dos contratos pelo público definido na meta. No entanto, os dados do BCB mostram que 35% dos contratos de crédito Pronaf foram formalizados com mulheres.

Emanada das diretrizes do Plano Safra 2011/2012, a PGPM-AF passou a ser implementada pelo MDA em 2012. Esta ação possibilita o uso de instrumentos de comercialização para garantia de renda do agricultor familiar (garantindo-lhe o preço mínimo do seu produto de acordo com normas definidas em conjunto pelo MDA e Conab).

Levando em conta o histórico dos preços de mercado da maioria dos produtos da agricultura familiar e sua manutenção acima dos preços mínimos estipulados pelo Governo Federal, foram demandadas poucas operações em 2012, 2013 e 2014. Em 2015, não foi necessária a utilização deste instrumento para nenhuma cultura.

O diálogo entre os diversos atores no processo de financiamento das atividades da agricultura familiar intermediado pelo órgão responsável por este segmento da agricultura no País tem contribuído para a qualificação e aperfeiçoamento das políticas de crédito rural destinadas aos agricultores familiares.

No período 2012 a 2015, o segmento da Agricultura Familiar foi responsável por mais de 7 milhões de operações de crédito rural, sendo que, em 2015, a quantidade correspondeu a 1,7 milhão.

Nos últimos quatro anos encerrados em 2015, do total de operações de crédito rural realizados pela agricultura familiar destacam-se aquelas relacionadas ao microcrédito orientado, que busca ampliar a qualificação da atuação dos agricultores de menor porte, ao crédito de custeio, diretamente relacionados à produção de alimentos e que quando vinculadas ao custeio agrícola garantem em sua maioria a cobertura do seguro da agricultura familiar, bem como ao crédito de investimento, destinado à aquisição de equipamentos e máquinas que promovem a introdução de inovação tecnológica e, por consequência, o aumento da produtividade e da produção.

Os agricultores familiares realizaram 1,7 milhão de operações de microcrédito produtivo rural orientado entre 2012 e 2015, em conformidade com a metodologia do Plano Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, instituído pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005.

Essa política ampliou a qualificação do crédito, bem como promoveu o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares menos estruturados, ao realizar financiamentos de crédito rural com agentes que orientam e acompanham a aplicação e pagamento dos recursos contratados.

Em 2015, o microcrédito produtivo orientado no âmbito da agricultura familiar respondeu por 448,7 mil operações de crédito rural. Essas

operações concentraram-se, em sua maioria, na região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, característica observada também nos três anos anteriores.

As operações de custeio efetivadas pelos agricultores familiares corresponderam a 1,9 milhão de contratos de 2012 a 2015.

Na média, a quantidade de operações de custeio para o período foi de 478,2 mil operações, sendo que em 2015 o número foi maior, alcançando 576,5 mil.

Na aquisição de equipamentos e máquinas, entre 2012 e 2015, os agricultores familiares realizaram 582,4 mil operações de crédito rural. No último ano deste período foram contratadas 93,9 mil operações.

Esses resultados refletem também a maior qualificação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf que abrange o crédito rural destinado aos agricultores familiares, presente em mais de 5.400 Municípios.

Atualmente, a carteira ativa do Pronaf é de R$ 60 bilhões, acumulando 3,45 milhões de contratos "em ser" (vigentes).

A apuração do acesso ao crédito para pessoas jurídicas da agricultura familiar foi feita mediante o número de empreendimentos da agricultura familiar habilitados para o crédito Pronaf, por meio da emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP jurídica.

O número de DAPs jurídicas evoluiu de 1.039 em 2012 para 5.278 ao final de 2015, superando a meta em 6%.

Somente em 2015, houve um incremento de 2.111 DAPs jurídicas ativas. A DAP jurídica identifica um empreendimento como sendo da agricultura familiar, habilitando-o a acessar não só o crédito Pronaf, mas também outras políticas públicas, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB.

Um grande motivador para o sucesso na ampliação da emissão de DAPs jurídicas foi o interesse de cooperativas da agricultura familiar em participar dos programas de comercialização em mercados institucionais.

Nesse processo, destaca-se a exigência de que pelo menos 30% dos alimentos no âmbito do Pnae sejam adquiridos da agricultura familiar.

Já a meta de expansão da concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, não foi possível realizar sua aferição, haja vista que os sistemas de gestão da informação dos agentes financeiros que operam o crédito Pronaf não permitem a agregação dos contratos pelo público definido na meta.

No entanto, os dados do BCB mostram que 35% dos contratos de crédito Pronaf foram formalizados com mulheres.

No âmbito específico da linha de microcrédito produtivo rural, 49% dos contratos foram formalizados com mulheres.

O Seguro da Agricultura Familiar - Seaf oferece proteção contra perdas causadas por eventos climáticos adversos. É um seguro multi risco que cobre seca, chuva excessiva, geada, granizo, variação excessiva de temperatura, ventos fortes e pragas e doenças sem método de controle.

Podem ser seguradas as culturas incluídas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, que atualmente totaliza 50 culturas. O Seaf opera em todo o País juntamente com as operações de custeio agrícola do Pronaf.

Na safra 2014-2015, o Seaf amparou mais de 405 mil lavouras de agricultores familiares, com um valor total segurado da ordem de R$ 8,4 bilhões.

As principais culturas atingidas nessa safra foram o milho safrinha e o trigo, havendo a previsão de pagamentos do seguro para 30 mil agricultores, com valor total superior a R$ 450 milhões.

Em julho de 2015, entrou em vigor um novo modelo de seguro, que tem como referência a renda auferida com a lavoura – o valor segurado é definido como 80% da receita bruta esperada, tendo alguns limites para a receita líquida segurável.

Diferentemente do modelo anterior, focado em custo de produção e valor financiado, o novo modelo oferecerá melhor cobertura para os agricultores familiares, em condições mais ajustadas à realidade das lavouras.

A meta de número de agricultores familiares aderidos ao Garantia-Safra refere-se ao ano agrícola e seu valor não é cumulativo.

O percentual da meta total realizada considerou a meta prevista e o número de adesões em 2015. Quanto ao atendimento obrigatório mínimo de 35% de mulheres rurais, as adesões ao Garantia Safra em nome de mulheres representaram 49% em 2012 e 2013, 51% em 2014 e 52% em 2015.

Análise das Metas Qualitativas

Meta: Adequar as condições de crédito às particularidades (prazo, juros, limites de crédito e bônus) da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária.

O crédito rural do Pronaf, em constante evolução e desenvolvimento, está adequado às necessidades de prazo, juros, limites de crédito e bônus da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária. Todas as unidades familiares de produção que necessitam de financiamento rural para a melhoria de suas atividades produtivas geradoras de renda que comprovam ter capacidade de pagamento podem solicitar o apoio creditício de uma ou mais linhas do Pronaf.

O crédito do Pronaf tem prazos de carência e de amortização que atendem diversas realidades. As taxas de juros são negativas em todas as linhas e, para as unidades familiares de menor renda e/ou os assentados da reforma agrária, há bônus (rebates) sobre o principal que variam de 25% até 46%.

Além disso, o Seguro da Agricultura Familiar cobre o valor financiado e uma parte de renda liquida esperada. Em caso de flutuações negativas dos preços, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF cobre atualmente 50 produtos.

Meta: Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades.

A emissão de DAP é pré condição para ampliar o acesso desses públicos referidos às políticas de apoio à agricultura familiar. O total de DAPs válidas vem aumentando progressivamente.

Os números mostrados na tabela a seguir referem-se à emissão de novas DAPs e reemissão de DAPs vencidas, para indígenas e quilombolas, em cada ano. Ao final de 2015, estavam registradas no banco de dados 48.539 DAPs ativas emitidas para indígenas e 41.238 DAPs ativas para quilombolas.

NÚMERO DE DAPS EMITIDAS POR ANO

ANO	INDÍGENA	QUILOMBOLA
2010	5.057	3.420
2011	6.377	6.340
2012	9.223	9.621
2013	13.497	13.941
2014	16.921	11.291
2015	7.736	6.377

Fonte: SAF/MDA

De igual maneira, o número total de DAPs válidas para os assentados da reforma agrária também vem aumentando.

Os números mostrados na tabela a seguir referem-se à emissão de novas DAPs e reemissão de DAPs vencidas de agricultores familiares dos grupos A e A/C, que incluem assentados da reforma agrária. Ressalta-se que ao final de 2015 havia registrado no banco de dados da SAF/MDA 198.700 DAPs ativas para assentados da reforma agrária.

NÚMERO DE DAPS EMITIDAS POR ANO

ANO	QUANTIDADE
2010	90.324
2011	69.947
2012	71.878
2013	86.445
2014	50.583
2015	48.433

Fonte: SAF/MDA

4.4.2. Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

O Brasil é um significativo produtor e exportador de produtos agropecuários. Os aumentos na produção, além de atenderem ao abastecimento interno, cumprem importante papel na geração de emprego e de renda. Os excedentes gerados pelo setor influenciam positivamente a balança comercial brasileira.

O agronegócio continua tendo posição destacada na economia nacional, com uma participação entre 22% e 23% do PIB, conforme estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, (CEPEA/ESALQ/USP). O PIB do agronegócio em 2015 é da ordem de R$ 1,23 trilhão.

Possui também papel de destaque nas contas externas do País. A balança comercial do agronegócio registrou, em 2015, superávit de US$ 74,7 bilhões (exportações de US$ 88,1 bilhões, contra importações de US$ 13,4 bilhões).

A safra 2014/15 foi de 207,7 milhões de toneladas de grãos, indicando um crescimento de 7,3% em relação à safra de 2013/14. A produção foi recorde. Pode-se destacar o incremento da produção de arroz em 327 mil toneladas (2,7%), milho em 4,7 milhões de toneladas (5,8%) e soja em 10 milhões de toneladas (11,8%). A área plantada foi de 57,9 milhões de hectares, um crescimento em relação à safra anterior de aproximadamente 1%, destacando-se a soja com aumento de 1,9 milhão de hectares e de 376,4 mil hectares para o milho de 2ª safra.

O programa temático "Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização" tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento e sustentabilidade da atividade agropecuária por meio da implementação de instrumentos destinados a apoiar a produção, a comercialização e o abastecimento, mediante a preservação do meio ambiente e evolução dos atores que compõem o setor.

Para fins deste relatório, serão apresentadas informações referentes aos objetivos 0618 e 0661 e aos resultados alcançados no ano de 2015.

Objetivo 0618: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

O objetivo tem sido alcançado por meio de medidas de política agrícola adotadas nas últimas safras, consolidando os avanços de uma safra para outra, e se destaca pela ampliação das disponibilidades de recursos para o financiamento da agropecuária.

O lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2015/16 ocorreu num momento de menor crescimento econômico de ajustamento da política macroeconômica brasileira.

Esse cenário confere ao setor agropecuário o desafio de continuar contribuindo de forma relevante para a sustentabilidade econômica, social e ambiental, com ênfase para a retomada do crescimento do País. Nesse sentido, tem-se a evidência histórica do desempenho da agricultura brasileira, inclusive no período de maior impacto da crise econômica e financeira internacional, mantendo taxas de crescimento elevadas, relativamente aos demais setores da economia.

As perspectivas para a agricultura mundial, especialmente a brasileira, são favoráveis no que se refere ao crescimento da produção e do comércio de grãos e de carnes, sendo que as projeções para a próxima década, realizadas pelo MAPA e pela OCDE/FAO, não obstante assinalem crescimento menos acelerado que na década anterior, confirmam a pujança e dinamismo do setor agrícola. Diante dessas perspectivas, especialmente da posição de destaque da agricultura na economia, o Plano Agrícola e Pecuário 2015/16 preserva o apoio ao setor agropecuário.

Trata-se de não comprometer a capacidade produtiva do setor agropecuário, sua competitividade e o bom desempenho de suas funções clássicas de abastecimento do mercado interno e geração de divisas, além da contribuição para o controle inflacionário e para a geração de energia.

Para o financiamento da agricultura empresarial na Safra 2015/16, foram disponibilizados R$ 187,7 bilhões, um aumento de 20% em relação à safra anterior, sendo R$ 149,5 bilhões para custeio e comercialização e R$ 38,2 bilhões para investimentos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0618 DO PROGRAMA 2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0618	No Exercício[1]	273.157.203,50	3.762.139.986,51
	RPNP[2]	812.116.180,32	4.318.609.185,83
	Gastos Tributários		
TOTAL DO OBJETIVO		1.085.273.383,82	8.080.749.172,34

[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Quando comparados os exercícios financeiros de 2014 e 2015, observam-se significativas variações nos valores liquidados, no âmbito do Objetivo 0618: "Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial".

Com o intuito de adequar o fluxo de pagamentos à demanda crescente nos últimos anos, decorrente da ampliação do número de operações de crédito rural efetivadas e da elevação da diferença entre a taxa de juros paga pelos produtores e o custo dos recursos, a STN/MF procurou reduzir o passivo e os montantes inscritos em restos a pagar em 2015.

Assim, os valores liquidados e consequentemente os pagamentos das ações orçamentárias de responsabilidade da STN/MF relativos ao Objetivo 0618 sofreram incrementos significativos, tanto na execução orçamentária do exercício como em Restos a Pagar.

Destaque especial foi dado às ações 0294: "Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário" e 0301: "Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial", com expressivo aumento nos valores liquidados.

O mesmo ocorreu com a ação 0298: Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários".

Já na ação 0611: "Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural" houve um desembolso relativamente menor, quando comparados os exercícios de 2014 e 2015.

Cumpre destacar que nos exercícios de 2014 e 2015 não ocorreram pagamentos relativos às ações 0297 - Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, 00PF - Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de Capital de Giro para Agroindústrias, Indústrias de Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Cooperativas Agropecuárias e 0373 - Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Aumentar 107,2 p/ 140,5 o volume de crédito rural disponibilizado ao setor agropecuário	R$ bilhão /ano	107,2 p/ 140,5 bilhões	95,4	122,6	141,7	132,4	94,2%
Aumentar de 750 mil para 830 mil, o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)	Contratos de crédito rural oficial /ano	750 p/ 830 mil	805.549	869.757	784,470	635.846	76,6%

Fonte: Sicor / Banco Central do Brasil

A meta de aplicação do crédito rural foi alcançada em 2013, entretanto houve um desempenho menor em 2014 e 2015. Desde a Safra 2014/2015, as taxas básicas de juros do crédito rural aumentaram em um ponto percentual para as operações de custeio, investimento e de comercialização, passando de 5,5% a.a. para 6,5% a.a., o que representa um acréscimo menor quando comparado ao da taxa básica de juros da economia, a Selic, no período de um ano.

Somando-se o aumento das taxas de juros e o fraco desempenho da economia brasileira, formou-se o cenário que levou ao desempenho da aplicação do crédito rural abaixo do esperado.

A necessária elevação das taxas de juros do crédito rural procurou preservar sua margem de preferência relativamente à taxa Selic, e ocorreu de forma seletiva, mantendo tratamento mais favorável para os programas prioritários de investimento, com destaque para os financiamentos em irrigação, construção de armazéns, inovação tecnológica e aos médios produtores rurais.

A política de crédito rural para a safra 2015/16 mantém o compromisso histórico de disponibilizar recursos em montantes e condições de financiamento que proporcionem níveis adequados de apoio ao produtor rural, contribuindo para o crescimento da produção e da renda, e para maior presença do Brasil no mercado agrícola internacional.

O número de contratos refletiu também o desempenho financeiro do crédito rural, com um desempenho abaixo do esperado. A região que apresentou o melhor desempenho foi a Região Sul, com um montante de 47,9 bilhões aplicados no crédito rural, com 279.074 contratos. O segundo melhor desempenho foi da Região Sudeste, com 36,8 bilhões aplicados e total de 182.502 contratos.

Objetivo 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Responsável por 30% de toda a produção mundial, o Brasil é o maior produtor e exportador de café, o segundo maior consumidor do produto, e emprega direta e indiretamente mais de 8 milhões de trabalhadores. Com base no Censo Agropecuário 2006, do IBGE, o País possui cerca de 287 mil estabelecimentos rurais de café, em aproximadamente 1.900 Municípios, sendo que a maioria das propriedades cafeeiras é formada por pequenos produtores.

O País desenvolve o maior programa mundial de pesquisas de café, com geração de tecnologias que promovem sustentabilidade, competitividade, inovação e incremento tecnológico da cafeicultura brasileira.

Avanços significativos estão relacionados a expressivos investimentos em pesquisas de áreas estratégicas como:

- melhoramento genético, para a geração de cultivares com alto potencial de produtividade e qualidade;
- biotecnologia e manejo de pragas; e
- técnicas e equipamentos de pós-colheita;

entre muitos outros, desenvolvidos por entidades integrantes do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), além de ações de difusão e transferência de tecnologia e de capacitação de técnicos e produtores.

A produção de café tem mantido um crescimento constante nos últimos anos, demonstrando que tratos culturais e investimentos em pesquisa, tecnologia e inovação, maior utilização da mecanização e da irrigação, renovação constante dos cafezais, com plantio mais adensado de variedades mais produtivas e melhor adaptadas a cada região, e boa gestão da atividade estão resultando em safras mais homogêneas e de melhor qualidade.

Em 2015, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção total de café (espécies arábica e conilon) foi de 43,24 milhões de sacas de 60kg, sendo 32,05 milhões da espécie arábica e 11,19 milhões de café conilon, com uma área plantada de 2,25 milhões de hectares e uma produtividade estimada de 22,49 sacas por hectare.

O cultivo majoritariamente está presente nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Rondônia, Paraná e Goiás, que correspondem a cerca de 98,65% da produção nacional. Outros Estados produtores responderam por 1,35% da safra: Acre, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Pará, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

Em cada um desses Estados, a distribuição reflete o fato de que o desempenho da cafeicultura brasileira é influenciado pela diversidade de clima, solo, relevo, altitude, latitude e índices pluviométricos de cada região produtora, ou seja, apresenta características bastante distintas em termos quantitativos e qualitativos.

Ainda no ano de 2015, o café representou 7% das exportações do agronegócio brasileiro, ocupando a 5ª posição no ranking, com receita de US$ 6,16 bilhões, o equivalente a 37,1 milhões de sacas de 60 kg. Os principais destinos foram os Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão e Bélgica.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0661 DO PROGRAMA 2014 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0661	No Exercício[1]	3.088.068.434,60	3.116.838.048,04
	RPNP[2]	260.347.005,29	255.023.981,85
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		3.348.415.439,89	3.371.862.029,89

Vale destacar o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), gerido pelo MAPA, que dispõe de recursos próprios para serem aplicados em benefício da cafeicultura brasileira.

A operacionalização dos recursos do Funcafé quanto às linhas de crédito para financiamento da cafeicultura depende de aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de proposição do Mapa, mediante Resoluções específicas que estabelecem todas as condições operacionais, financeiras e contratuais com as instituições financeiras (Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, art. 6º).

Em média, o Funcafé financia, a cada safra/ano, um terço do volume de recursos aportado no crédito agrícola do setor.

Quanto à destinação de recursos do Funcafé em linhas de crédito para financiamento da cafeicultura, para 2014 foi aprovado o montante de até 3,825 bilhões e em 2015 o montante de até R$ 4,136 bilhões. Ressalta-se que Fundo dispõe de duas Unidades Orçamentárias (UO's): a UO 74901, que corresponde a 99% do orçamento total (financiamentos e equalização) e a UO 22906, que equivale a 1% (pesquisa, capacitação, promoção, outras despesas, reserva de contingência).

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA, 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé	R$ Bilhões / ano	1,6	2,07	3,16	3,0	3,01	188,0%	SIOP
Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé	Beneficiários	17.000	16.478	12.638	11.662	12.870	75,7%	Instituições financeiras contratadas

Meta: Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé.

No período de 2012 a 2015, a cada exercício houve aumento na aplicação de recursos do Funcafé em linhas de crédito para financiamento do setor cafeeiro, sendo os valores apurados com base nas estimativas anuais de receita desse Fundo decorrentes de remuneração de depósitos bancários, venda de estoques do Funcafé, retorno de operações, juros e encargos financeiros, amortização de empréstimos/financiamentos.

Dessa forma, no período, foi liberado às instituições financeiras o montante total de R$ 11,24 bilhões para financiamento de custeio, estocagem, financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, nas condições estabelecidas no Capítulo 9 do Manual de Crédito Rural (MCR).

Meta: Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé.

Os recursos do Funcafé destinados a linhas de crédito para financiamento do setor são aprovados por Lei Orçamentária Anual (LOA) e a contratação de agentes financeiros, que promovem as operações de crédito junto aos beneficiários, são efetivadas após publicação de Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) com a alocação dos recursos entre as respectivas linhas, observando o disposto no Capítulo 9 do MCR.

Assim, no período de 2012 a 2015, por meio das linhas de crédito do Fundo, foram atendidos o total de 53.648 beneficiários, entre produtores, cooperativas, indústrias de café solúvel e de torrefação, beneficiadores e exportadores, atingindo 75,7% da meta estabelecida (beneficiários).

Em relação ao exercício de 2015, houve queda no número de beneficiários, pois os recursos do Funcafé, disponibilizados com base na LOA 2015, foram liberados após a publicação da Resolução nº 4.414, de 2 de junho de 2015, que destinou o montante de até R$ 4,136 bilhões em linhas de crédito.

A publicação tardia dessa Resolução incidiu na liberação dos recursos a partir da primeira quinzena de agosto, em função dos trâmites necessários para formalização dos contratos com os agentes financeiros e, na sequência, liberação de recursos aos beneficiários.

Destaca-se, ainda, que o período de contratação de algumas linhas de crédito do Fundo ultrapassa o exercício, como custeio/colheita, estocagem e capital de giro para cooperativas de produção, e a Resolução CMN nº 4.451, de 17 de dezembro de 2015, também prorrogou o período de contratação do financiamento de capital de giro para indústrias de torrefação e de café solúvel.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) realizou no ano de 2015 ações previstas no Objetivo 0661, levando em conta a disponibilidade orçamentária e financeira do Funcafé no exercício, entre as quais se destacam:

Financiamentos ao setor cafeeiro

No exercício de 2015, foram disponibilizadas linhas de crédito ao setor cafeeiro de até R$ 4,136 bilhões, conforme aprovado pela Resolução CMN nº 4.414/2015, para financiamento de custeio, estocagem, FAC, contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, com contratação de 29 agentes financeiros, sendo 21 bancos, sete cooperativas de crédito e uma agência de fomento. Até 31 de dezembro foi empenhado o montante de R$ 3.961.759.597,76, dos quais R$ 3.014.364.726,62 foram efetivamente pagos aos agentes financeiros.

Ressalta-se que o período de contratação de algumas linhas de crédito do Funcafé ultrapassa o exercício (31/12) como custeio/colheita, estocagem e capital de giro para cooperativas de produção.

A Resolução CMN nº 4.451, de 17 de dezembro de 2015, também prorrogou o período de contratação do financiamento de capital de giro para indústrias de torrefação e de café solúvel, conforme disposto no Capítulo 9 do MCR.

Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café

Em 2015, no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café) foram investidos R$ 5,5 milhões do Funcafé para execução de 92 projetos de pesquisa e 496 planos de ação, que equivalem a subprojetos, por instituições integrantes do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café).

Os projetos, contratados em 2014 e com execução até 2017, incluem ações relacionadas à pesquisa cafeeira e à transferência de tecnologia em cinco focos temáticos: sustentabilidade da cafeicultura de montanha; mão de obra escassa e de alto custo; estresses bióticos e abióticos; qualidade e marketing para rentabilidade; e deficiência dos processos de transferência de tecnologia.

Capacitação de Técnicos

No ano de 2015, foram investidos R$ 2 milhões do Funcafé para concessão de bolsas do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café). O Programa de Bolsas, vinculado aos projetos de pesquisa e de transferência de tecnologia e respectivos planos de ação em curso do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), visa promover a formação e a capacitação de técnicos e produtores em benefício do desenvolvimento sustentável do setor cafeeiro, e tem como objetivos:

- possibilitar a retenção de profissionais qualificados para atuarem com café;
- apoiar o treinamento de estudantes de graduação e pós-graduação, nas universidades e instituições consorciadas; e
- ampliar a capacidade dos produtores, técnicos e pesquisadores no desenvolvimento e adoção das novas tecnologias e conhecimentos gerados.

Atende anualmente cerca de 186 bolsistas, os quais são necessários para que aproximadamente 800 técnicos do Consórcio, entre pesquisadores, professores e extensionistas, em sua grande maioria mestres e doutores, possam desenvolver seus projetos de pesquisa e planos de ação nos diversos focos temáticos do PNP&D/Café.

Outras ações

Em 2015, destinou-se cerca de R$ 500 mil para a realização do 2º, 3º e 4º levantamento público da safra de café de 2015 e 1º levantamento público da safra de café de 2016, promovidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nas principais regiões produtoras - Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e Rondônia -, mediante pesquisas de campo, utilizando amostras representativas pré-estabelecidas de propriedades rurais com lavouras de café cadastradas, através de contato direto com produtores, para verificação junto às respectivas lavouras das estimativas de área, produção e produtividade, entre outras informações, com base na metodologia utilizada pela Companhia.

Promoveu-se, também, a venda dos estoques governamentais sob a gestão do Funcafé, por meio de repasse de R$ 130 mil à Conab. As sacas de café estavam depositados nas Unidades Armazenadoras localizadas nos Estados de Minas Gerais (16.488 sacas), Paraná (6.181 sacas) e São Paulo (10.750 sacas), perfazendo um total de 33.419 sacas de 60 kg, e a venda foi realizada por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização (SEC) da Companhia.

Outro destaque é o Sistema Funcafé, desenvolvido em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/Mapa) para automatização da gestão dos contratos das linhas de crédito do Funcafé firmados com instituições financeiras, que se encontra em fase de testes e ajustes.

Em 2015, foi iniciado um projeto piloto do Sistema, em que nove agentes financeiros (quatro bancos e cinco cooperativas) foram selecionados para testar as seguintes funcionalidades: informações do fluxo dos recursos desde a contratação até o pagamento da remuneração do agente financeiro, incluindo os cálculos das correções monetárias pela Selic e dos juros devidos ao Fundo.

Esse Sistema também permitirá a coleta automatizada de informações das instituições financeiras, que serão utilizadas no apoio à definição de critérios de distribuição dos recursos do Funcafé.

4.4.3. Programa 2018 - Biodiversidade

No Brasil, os recursos provenientes da biodiversidade constituem importante fonte de renda e geração de emprego, contribuindo para as atividades dos setores agropecuário, pesqueiro, florestal e farmacêutico. Diante dessa realidade e visando à melhoria do meio ambiente, o País vem formulando políticas públicas que consideram o conhecimento e a conservação da biodiversidade, bem como o uso sustentável e a repartição de benefícios advindos do uso de recursos genéticos.

Assim, ao longo das duas últimas décadas, foram propostos princípios e diretrizes para uma abordagem equilibrada entre conservação e utilização sustentável, por meio de marcos legais importantes tais como:

- a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB);
- a instituição do Programa Nacional de Biodiversidade;
- a instituição de princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Biodiversidade;
- a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); e
- a publicação da nova lei da biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), que trata do acesso ao patrimônio genético, da proteção e do acesso ao conhecimento tradicional associado e da repartição de benefícios.

A nova lei representa um marco nas ações de conservação e proteção da biodiversidade brasileira e do seu potencial econômico para o desenvolvimento sustentável, em especial dos povos e comunidades tradicionais.

É oportuno salientar que o Programa Biodiversidade propõe gerar mudanças, ainda que graduais, na qualidade de vida da sociedade brasileira, criando alternativas viáveis de produção alinhadas com a conservação ambiental. O principal desafio para o programa será associar benefícios diretos da conservação da biodiversidade às populações envolvidas em ações de conservação e uso sustentável, bem como centrar esforços na maximização e garantia desses benefícios.

Objetivos do Programa

Os objetivos do Programa Biodiversidade buscam a manutenção da diversidade biológica, de forma a estruturar uma abordagem equilibrada entre conservação e utilização sustentável dos recursos naturais.

Objetivo 0506 – Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

O uso sustentável da biodiversidade é um dos três pilares de sustentação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). No que tange ao uso sustentável da biodiversidade pelos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares, foi elaborada e publicada pelo Governo Federal a Portaria nº 239, de 21 de junho de 2009, que institui o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

Buscando maior reconhecimento e valorização pelos serviços ambientais prestados por Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Tradicionais, foi instituído em 2011 o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde). O programa Bolsa Verde concede R$ 300 reais a cada trimestre às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas prioritárias e desenvolvem atividades de conservação ambiental. Até o final de 2015, 71 mil famílias haviam recebido o benefício.

Paralelamente ao recebimento de benefícios do Programa Bolsa Verde (PBV), ações estruturantes estão em execução, tais como:

- análise dos impactos socioambientais do programa nos territórios, por meio de monitoramento amostral (fase inicial);
- implementação da Assistência Técnica Rural (Ater) voltada ao extrativismo, com incremento de 12.636 famílias nas áreas do PBV em 2015;
- investimento de R$ 1,6 milhão para capacitação de 870 extrativistas por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), modalidade exclusiva Bolsa Verde Extrativista; e
- fortalecimento das estruturas de governança com vistas à inclusão produtiva e geração de emprego e renda em contexto de desenvolvimento sustentável.

Objetivo 0508 – Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Desde a publicação, em 2014, das Listas de Espécies da Flora e da Fauna Brasileiras Ameaçadas de Extinção, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) vem implementando mecanismos que buscam conciliar a atividade econômica com a conservação e recuperação dessas populações.

Até o ano de 2015, foram elaborados 59 Planos de Ação Nacional para recuperação e conservação das espécies ameaçadas de extinção (PANs), coordenados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), contemplando 901 espécies das 3.286 ameaçadas.

Destaca-se que, das 3.286 espécies ameaçadas de extinção, 2.260 ocorrem em unidades de conservação (UCs), sendo que dessas, 702 estão contempladas em PANs, além de estarem inseridas em UCs.

Além das estratégias explicitadas, 66 espécies de peixes e invertebrados aquáticos contam com medidas de ordenamento pesqueiro, incluindo a moratória, que lhes confere proteção.

Objetivo 0509 – Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Este objetivo é desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), duas instituições vinculadas ao MMA. São desenvolvidas, por meio do referido objetivo, atividades voltadas a aprimorar instrumentos de gestão e melhorar as condições do uso da biodiversidade e do equilíbrio dos ecossistemas, por meio da prevenção e controle de espécies invasoras.

Para o controle de espécies invasoras, o MMA delineou uma proposta de Programa Nacional de Controle de Espécies Exóticas Invasoras. O programa tem como objetivo adotar ações de prevenção, detecção precoce, resposta rápida, monitoramento, controle e erradicação de espécies exóticas invasoras, além de prevê atividades como: a instituição de uma Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras e a elaboração de Planos de Ação Nacionais para Prevenção, Controle, Monitoramento e Erradicação de Espécies Exóticas Invasoras, entre outras.

No que tange à biodiversidade aquática (pesca), em 2015, foram debatidos e normatizados pelo MMA e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) critérios, padrões, normas e procedimentos para o ordenamento da atividade pesqueira, dando seguimento às diversas normatizações regulamentadas desde 2012, na área marinha e continental.

Ademais, o MMA promoveu desde 2012 até 2015, juntamente com o MPA, a criação de comitês de gestão compartilhada da pesca e foros participativos

compostos por governo e sociedade. Destaca-se, ainda, a publicação de normas que protegem espécies de maior vulnerabilidade à pesca, a exemplo, em 2015, das portarias que prorrogam as moratórias de pesca do mero (*Epinephelus itajara*) e do cherne-poveiro (*Polyprion americanos*).

Paralelamente, foi preparada a proposta de inclusão de espécies de peixes continentais no apêndice III da Convenção Internacional sobre o Comércio de Fauna e Flora Ameaçado de Extinção (Cites), com o objetivo de fomentar um maior controle e sustentabilidade na pesca dessas espécies em todo o mundo.

Além disso, o Ibama definiu em 2015 os procedimentos para certificação do comércio de três espécies de tubarão, incluídas no apêndice II da Cites em 2013.

Durante o ano de 2015, foram realizadas revisões e publicações de normas legais sobre o uso sustentável da biodiversidade, tratando de temas como:

- lista de animais que podem ser criados e comercializados com a finalidade de estimação;
- proposta de padrões de marcação de animais da fauna silvestre nativa em razão de uso e manejo em cativeiro - ex situ;
- proposta de definição das categorias de criadouros, com critérios para a autorização de empreendimentos de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro; e
- proposta sobre a inspeção de indústrias madeireiras (madeira nativa), sendo também publicados normativos sobre as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, e de procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas.

Objetivo 0510 – Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

O MMA vem trabalhando com um conjunto de programas e projetos especiais que aportam recursos para induzir seus órgãos vinculados, Ibama e ICMBio, bem como parceiros de outras esferas públicas e privadas a buscar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, sempre relacionando estas atividades com as Unidades de Conservação (UCs).

Dos projetos em execução destaca-se o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). Atualmente, o Arpa apoia a consolidação e manutenção de 114 UCs federais e estaduais na Amazônia, perfazendo um total de 59,2 milhões de hectares. As unidades recebem recursos para elaboração e implantação de seus planos de manejo, ações de proteção e capacitação, entre outros. Em 2015, foram incluídas 18 novas UCs no Programa, o que corresponde a aproximadamente sete milhões de hectares.

Destaca-se, ainda, o Projeto de Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), que apoiou, em 2015, a capacitação dos analistas ambientais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a publicação de manuais de gestão de unidades de conservação. Adicionalmente, trabalha-se com a captação de recursos para fomentar as atividades de conservação. Atualmente, há duas propostas do *Global Environment Facility* – (GEF Terrestre e GEF Paisagens Sustentáveis da Amazônia), contemplando, prioritariamente, os biomas Caatinga, Pampa, Pantanal e a Amazônia, respectivamente.

Além disso, o MMA mantém o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), onde são inseridos, certificados e publicados os principais dados sobre as Unidades de Conservação. O CNUC é hoje a principal ferramenta de sistematização e divulgação de informações sobre as unidades de conservação. Visando melhorar esse sistema, o ministério vem trabalhando em uma nova plataforma para apoiar também as ações de planejamento, gestão e coordenação do SNUC.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA 2018 - BIODIVERSIDADE

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0506	No Exercício[1]	86.851.814,78	95.269.778,78
	RPNP[2]	30.48.872,77	2.247.591,12
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		89.900.687,55	97.517.369,90
0508	No Exercício[1]	2.939.088,54	2.921.419,55
	RPNP[2]	610.627,66	766.864,28
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		3.549.716,20	3.688.283,83
0509	No Exercício[1]	5.140.878,77	1.988.772,16
	RPNP[2]	109.036,53	850.294,98
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		5.249.915,30	2.839.067,14
0510	No Exercício[1]	130.354.209,75	124.565.783,74
	RPNP[2]	18.538.858,57	16.518.584,56
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		148.893.068,32	141.084.368,30

Fonte: Siafi gerencial (2014) e Tesouro gerencial (2015).

Data: 08/01/2016.

[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Observa-se no quadro acima que somente houve uma variação significativa de execução (cerca de 54%), entre 2014 e 2015, no objetivo 0509, enquanto que para os demais objetivos a execução foi mantida no mesmo patamar.

A seguir, apresenta-se análise dos resultados alcançados nos Objetivos do Programa Biodiversidade:

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0506

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro	espécies nativas	40 espécies nativas	0,00	0,00	34,00	49,00	122,5%	MMA/ SBF/ DCBio
Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano	filhotes de quelônios ao ano	10 milhões filhotes quelônios ano	2.369.280	4.878.441	7.008.210	8.935.702	89,35%	Ibama/ Dbflor
Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversi dade	redes comunitá rias	06 redes comunitárias	0,00	0,00	10,00	10,00	166,67%	MMA/ SBF/ DCBio
Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica	sub-bacias da região amazônica	03 sub-bacias da região amazônica	0,00	2,00	2,00	2,00	66,67%	MMA/ SBF/ Desp
Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas	Espécie de fauna silvestre nativa	05 espécies da fauna silvestre nativa	1,00	1,00	2,00	4,00	80%	Ibama/ Dbflor
Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Planos de Desenvolvimento Sustentável	06 Planos de Desenvolvimento Sustentável	-	1,00	6,00	6,00	100%	MMA/ SEDR/ DEX
Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade	projetos	200 projetos	20,00	42,00	49,00	51,00	25,5%	MMA/ SECEX/ FNMA
Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade	arranjos produtivos locais	30 arranjos produtivos locais	12,00	12,00	12,00	12,00	40%	MMA/ SEDR/ DEX
Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa	espécies subutiliza das da flora nativa	12 espécies subutiliza das da flora nativa	0,00	4,00	21,00	28,00	233,33%	MMA/ SBF/ DCBio
Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas	espécies de plantas	04 espécies de plantas cultivadas	0,00	0,00	1,00	1,00	25%	MMA/ SBF/ Dcbio
Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional	cadeias de produtos da sociobiodiversidade	17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade	14,00	14,00	14,00	14,00	82,35%	MMA/ SEDR/ DEX
Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado	famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores	100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicio nais e Agricultores	10.106,00	32.064,00	64.760,00	51.300,00	51,3%	MMA/ SEDR/ DEX
Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação	Unidades de conser vação	44 unidades de conservação	19,00	45,00	77,00	77,00	175%	ICMBio
Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)	famílias em situação de extrema pobreza	70 mil famílias em situação de extrema pobreza	34.400,00	51.072,00	71.759,00	74.522,00	106,46%	MMA/ SEDR/ DEX

Comentários sobre os Resultados Alcançados

Meta: Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o Futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro

Até Junho de 2015, foram compilados dados de 49 espécies, selecionadas a partir da iniciativa "Plantas para o Futuro". Os dados serão complementados com análises laboratoriais a serem realizadas em parceria com universidades federais e institutos de pesquisa. Foi também estabelecido acordo com a Embrapa para a inclusão de hortaliças tradicionais, incluindo dados nutricionais de 20 espécies.

Meta: Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano

A temporada de postura e eclosão dos ovos de quelônios se inicia em julho e termina em fevereiro do ano seguinte, variando de acordo com o regime de chuvas. Os dados apresentados em 2012, no total de 10 milhões de filhotes, estão incorretos e são referentes a meta total.

Em 2013 ocorreu o mesmo erro. Os dados apresentados em 2014 no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), no valor de 17 mil, referem-se somente aos meses de janeiro e fevereiro. Após a consolidação dos dados no final de 2014 chegou-se ao total de 2.129.769. Os dados relativos ao ano de 2015 só serão consolidados e disponibilizados após março de 2016.

Até o momento os dados obtidos apontam para 1.927.492, mas estima-se que ficarão entre dois e 2,5 milhões de filhotes. Os dados consolidados e apurados até janeiro de 2016 são de, aproximadamente, 8.935.702.

Meta: Criar e assistir seis redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade

Até 2014 foram realizados cinco *Workshops* regionais intitulados "Agrobiodiversidade e Agroecologia", para articular a elaboração/alinhamento de projetos visando o mapeamento contínuo de organizações e instituições, redes e iniciativas envolvidas com a conservação de recursos genéticos da agrobiodiversidade, de interesse da agroecologia e da produção orgânica, in situ, ex situ e on farm.

Também foi estabelecido um Grupo de Trabalho, no âmbito da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade, da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, incluindo membros do MDA, MMA, MDS, Conab, Funai, Serviço Florestal Brasileiro, MCTI, MPA, Embrapa, CNS, Rede Cerrado, MIQCB, Rede Juçara, para rever as metas relacionadas à sociobiodiversidade e à agrobiodiversidade no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e reforçar o fortalecimento dos territórios na conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade. Foi sugerido que essa meta fosse compatibilizada com o que está previsto no Planapo.

Meta: Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica

Foram concluídos os estudos em duas bacias hidrográficas (Tapajós e Juruena) e finalizada a meta. Tendo em vista divergências em relação à metodologia aplicada aos exercícios de identificação de áreas críticas nas bacias avaliadas, foi inviabilizada a escolha de uma nova bacia para estudos conjuntos entre MMA e empresa de pesquisa energética.

Meta: Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para cinco espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas

Foram elaborados os seguintes planos de manejo:

- javali, normatizado pela IN nº 03/2013, e Minhocuçu, encaminhado para análise jurídica;
- realizados estudos para a revisão normativa dos manejos de Caiman Yacaré, Jacaré do Pantanal e Podocnemis sp. e Tartaruga da Amazônia.

Publicada a Portaria Ibama nº 15/2013 institucionalizando o Programa Quelônios da Amazônia (PQA) em substituição à Portaria nº 259/2011. A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, descentraliza para os Estados a competência de regramento do uso da fauna.

Totalizando assim 4 espécies da fauna silvestre nativa com modelos de uso sustentável desenvolvidos e certificados pelo Ibama no período de cumprimento de 2012 a 2015.

Meta: Elaborar seis planos de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais

Contribuição na elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Coordenação da elaboração do Plano Nacional para o Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe). Participação, no âmbito do Comitê Gestor (CG) da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), na elaboração da proposta de Plano Integrado de Implementação da PNGATI (PIIPNGATI).

A versão consolidada do Plano de Implementação da PNGATI está em fase de finalização e suas ações já estão previstas no PPA 2016-2019. Processo de construção de metodologia visando à elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em territórios quilombolas (PNGAT Quilombola). Construção de proposta para o Programa Nacional da Sociobiodiversidade (2016/2019), a ser incorporado no II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Meta: Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade

Os dados informados sobre projetos apoiados para o cumprimento da meta são do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Fundo Nacional de Mudança do Clima (FNMC), instrumentos de fomento a projetos socioambientais do MMA. Na temática biodiversidade, foram apoiados 50 projetos, sendo 20 pelo FNMA, 20 pelo FNMC e 10 aditivados no âmbito do Programa de Projetos Demonstrativos (PDA).

Os projetos apoiados foram:

- Em 2012 - FNMA cinco projetos, três direcionados às iniciativas comunitárias conservacionistas protagonizadas por mulheres pescadoras, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu e agricultoras familiares em geral; e dois voltados à implementação de Planos de Ação para Conservação de Comunidades de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. O FNMC apoiou 15 projetos envolvendo a temática, gerando um total 20 projetos em 2012;
- Em 2013, o FNMA aprovou sete projetos de conservação e manejo da biodiversidade (quatro de instituições públicas e três de Organização Não Governamentais). Já o FNMC apoiou cinco projetos. Somam-se a esses números 10 projetos de redes, aditivados no âmbito do PDA (Projetos Demonstrativos) implementado pelo Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, em 2013 o total de projetos foi de 42.;
- Em 2014, o FNMA aprovou mais sete projetos para o apoio a Educação Ambiental na Agricultura Familiar, voltados à capacitação para a inserção de práticas de conservação, agroecologia e produção sustentável nas suas atividades; e
- Em 2015, o FNMA celebrou dois projetos relacionados à produção de sementes e mudas florestais nativas, um com o Município de Garanhuns, e outro com a Secretaria de Meio Ambiente da Bahia, totalizando 51 projetos apoiados.

Meta: Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade

Essa meta tinha como objetivo contribuir para a implementação de ações constantes no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). Foram apoiadas 12 instituições locais, visando a mobilização, articulação e capacitação das organizações econômicas dos povos e comunidades tradicionais (Cooperativas e Associações), na busca de fortalecer Arranjos Produtivos Locais (APLs) de espécies da sociobiodiversidade. Os APLs apoiados foram os seguintes:

- pequi (Norte de Minas Gerais);
- pinhão (Paraná);
- umbu e licuri (região de Paulo Afonso - Bahia);
- piaçava (baixo Sul da Bahia);
- pequi e babaçu (região da Serra do Araripe - Ceará);
- babaçu (região do médio Mearim - Maranhão);
- buriti (Piauí);

- carnaúba (Piauí);
- castanhas-do-brasil e óleos de andiroba e copaíba (região da BR 163 - Pará);
- açaí e óleo de copaíba (região do baixo amazonas – Oriximiná -Pará);
- açaí (região da Ilha do Marajó - Pará); e
- piaçaba (Alto e médio Rio Negro - Amazonas).

Meta: Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa

Por meio dessa meta realizaram-se as seguintes ações:

- publicação do livro Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Sul;
- revisão dos portfólios dos diferentes grupos de plantas relacionadas à biodiversidade do Centro-Oeste;
- definição das espécies priorizadas para compor os diferentes grupos de plantas do livro da Região Norte;
- conclusão dos portfólios relativos às espécies que integram os grupos de uso priorizados para a Região Centro-Oeste (aromáticas e forrageiras);
- finalização do livro Nordeste; e
- atualização de lista de espécies priorizadas e definição dos autores de cada portfólio; e definição da estrutura do livro e competências no que tange a capítulos e portfólios.

O livro da Região Nordeste incluirá portfólios relacionados a oito grupos de espécies: alimentícias, aromáticas, fibrosas, forrageiras, madeireiras, medicinais oleaginosas e ornamentais.

Foram realizadas ações de conscientização em diferentes eventos referentes as seguintes espécies: ananás, araçá, araticum, araucária, babaçu, baru, buriti, butiá, cagaita, cajá, caju do cerrado, caruru, coquinho azedo, gabiroba, jabuticaba, jatobá, jenipapo, jussara, maracujá do cerrado, mangaba, murici, pequi, ora-pro-nóbis, pêra do cerrado, pitanga, taioba, umbu e uvaia.

Meta: Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de quatro espécies de plantas cultivadas

Realizados estudos populacionais de 10 espécies prioritárias de Manihot (M. nogueirae, M. nana, M. gabrielensis, M. kalungae, M. pusilla, M. purpureo-costata, M. oligantha, M. tomentosa, M. stricta, M. attenuata), contemplando toda a amplitude da distribuição geográfica das espécies, especificamente dentro das unidades de conservação priorizadas (Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional de Brasília, Parque Nacional da Serra da Canastra e Parque Nacional da Serra do Cipó), o que indicou quais espécies silvestres do gênero Manihot estão presentes nas diferentes UCs analisadas.

Meta: Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional

Destaca-se o apoio à articulação e ao fortalecimento das cadeias de 14 espécies, dos seguintes produtos da sociobiodiversidade: babaçu, buriti, carnaúba, pequi, piaçava, pinhão, piaçaba, castanha do brasil, andiroba, copaíba, açaí, umbu, licuri e juçara. Ressalta-se que foram contemplados 17 territórios, tendo em vista, que três cadeias foram apoiadas em dois territórios diferentes: babaçu (regiões do Mearim/MA e Araripe/CE); pequi (regiões do Norte de MG e Araripe/CE); castanha do brasil (regiões da BR 163 e Baixo Amazonas/PA).

Meta: Promover o acesso de 100 mil famílias de povos comunidades tradicionais e agricultores ao mercado

Os instrumentos para aferição dessa meta foram: a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio); e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em relação ao primeiro instrumento, no período de janeiro de 2012 a outubro de 2015, foram investidos em operações de subvenção a produtos extrativos (PGPMBio) - açaí, pequi, fibra de piaçava, castanha do brasil, amêndoa de babaçu, borracha, Macaúba, mangaba, pinhão e cacau nativo – 22,6 milhões de reais, viabilizando 35,7 mil acessos de famílias extrativistas.

Já em relação ao segunto instrumento, entre 2012 e 2014 foi investido 50,6 milhões de reais em aquisição de produtos da sociobiodiversidade, recursos acessados por mais de 15,6 mil famílias extrativistas.

Portanto, como resultados da utilização desses instrumentos em 2015, os dois programas totalizaram o acesso por cerca de 51,3 mil famílias, com recursos investidos de mais de R$ 73,2 milhões.

Meta: Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação

Já foram realizados os levantamentos socioeconômicos e o diagnóstico produtivo das famílias das comunidades extrativistas nas 77 unidades de conservação de uso sustentável.

Meta: Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)

Por meio do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde (PBV) já foi investido cerca de R$ 260 milhões, desde 2011, beneficiando 74.522 famílias até dezembro de 2015.

São abrangidos pelo programa, aproximadamente, 4,08% da cobertura vegetal do território nacional em 951 áreas localizadas em 69 UCs federais (26.431 famílias – 34,68%) e em 882 projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (43.761 famílias – 57,41%), além de 6.028 famílias ribeirinhas que vivem nas áreas sob responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (7,91%).

A concentração dos beneficiários ocorre na região norte, com 78% dos beneficiários, sendo a maior concentração nos Estados do Pará (59,09%), Amazonas (11,07%), Acre (3,2%) e Tocantins (0,069%).

A segunda região com maior número de beneficiários é a nordeste, com 16% dos beneficiários, concentrados especialmente nos Estados da Bahia (9,09%) e Maranhão (2,75%).

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0508

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação	%	80,00	58,80	58,80	58,80	60,00	75,00%	ICMBio
Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional Cites - *Convention on International Trade in Endanger Species of Wild Fauna and Flora*	Espécies ameaçadas de extinção	20,00	10,00	11,00	19,00	22,00	110,00%	Ibama
Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção	%	40,00	12,10	39,00	39,00	39,00	97,50%	CNCFLORA/JBRJ
Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados	%	100,00	51,00	76,57	100,00	100,00	100,00%	ICMBio
Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)	Espécies da flora (plantas vasculares)	4.722	4.616	4.617	5.233	6.113	129,46%	CNCFLORA/JBRJ
Elaborar Planos de Ação para 100% das espécies da fauna ameaçadas de extinção	%	100,00	44,00	48,00	66,00	51,00	51,00%	ICMBio
Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção	Espécies da flora ameaçadas de extinção	500,00	11,00	49,00	488,00	487,00	97,4%	CNCFLORA/JBRJ

Comentários sobre os Resultados Alcançados

Meta: 80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação.

Com base nas informações da avaliação do estado de conservação da fauna concluída em 2014, 44% das espécies atualmente consideradas ameaçadas de extinção ocorrem em unidades de conservação (UCs) federais, subindo para 60% ao se considerar também UCs estaduais, municipais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Vale ressaltar que novas listas foram publicadas em 2014, aumentando o número de espécies ameaçadas de extinção para 1.173, com um universo final maior do que o existente à época da definição da meta.

Meta: Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional Cites - *Convention on International Trade in Endanger Species of Wild Fauna and Flora*

Entre 2013 e 2015, as seguintes espécies foram avaliadas quanto a sua permanência ou mudança dos anexos da Cites:

- Cacajao melanocephalus;
- Pionopsitta pileata;
- Saguinus martininsi;
- Leopardus geoffroyi;
- L. braccatus; L. pardalis;
- L. wiedii;
- Puma yagouaroundi;
- Cedrela odorata;
- Cedrela fissilis; e
- Cedrela lilloi.

Os resultados desses estudos deverão ser apresentados na próxima 17ª Conferência das Partes da Cites, que deverá acontecer em 2016.

Meta: Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção.

Em 2015 não houve avanços, o índice da meta realizada continuou em 39%. Com relação às atividades conservação ex situ desenvolvidas no escopo do objetivo 0508, em 2014, foram identificados 26 jardins botânicos com a presença de 102 (21%) espécies da Lista Oficial da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção (IN 06/2008), ou seja, esse número está desatualizado, pois a nova lista oficial é a portaria 443/2014.

A atualização deste número dependeria de uma ampla consulta aos JBs nacionais (como feita anteriormente em relação a IN 6/2008), por isto é inviável atualizar os dados neste momento. O estudo apontou a presença de 36 (8%) espécies ameaçadas em 10 reservas de jardins botânicos, ou seja, em áreas de vegetação natural administradas por estas instituições.

Não é possível calcular de forma precisa o valor da meta, pois as variáveis podem ser consideradas de diferentes formas, e não há um sistema de informação que consolide os dados referentes às espécies ameaçadas de extinção que são conservadas em condição ex situ.

Meta: Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados

A meta de avaliação foi concluída em novembro de 2014, atingindo-se o total de 12.254 espécies avaliadas, em 73 oficinas de trabalho, com participação de mais de 1.200 especialistas da comunidade científica. Nesse universo estão todos os vertebrados brasileiros descritos até aquela data (8.923).

Os resultados foram encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente e subsidiaram a atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, publicada através das Portarias MMA 444 e 445, de 17 de dezembro de 2014.

Em 2015, o ICMBio se dedicou a coordenar Grupo de Trabalho e Painel independente de especialistas, estabelecidos pelas portarias do Ministério do Meio Ambiente números 445/2014 e 162/2015, que, em conjunto com o MPA, elaborou pareceres para subsidiar possíveis atualizações na lista nacional de espécies ameaçadas de peixes e invertebrados aquáticos, considerando estado de conservação das populações e informações de biologia pesqueira. Foram realizadas sete reuniões com especialistas, representantes do setor de pesca artesanal e Ministério da Pesca e Aquicultura. Todos os resultados foram encaminhados ao MMA, para tomada de decisões.

Meta: Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares).

Até o final de 2015 foram avaliadas 6.113 espécies da flora quanto ao risco de extinção (estado de conservação), representando um avanço de cerca de 17% em relação ao número alcançado em 2014 que já superava a meta estabelecida para o período.

Meta: Elaborar Planos de Ação para 100% das espécies da fauna ameaçadas de extinção.

Atualmente, são consideradas ameaçadas de extinção 1.173 espécies da fauna brasileira. Destaca-se que foram aprovados e publicados, por meio de portaria, três novos Planos de Ação Nacional - PANs (Manguezais, Fauna Aquática do São Francisco e Herpetofauna do Sudeste). Com isso, soma-se um total de 50 PANs, contemplando 454 espécies da fauna ameaçadas.

Outros dois PANs (Ambientes Coralíneos e Aves da Mata Atlântica) estão aprovados e aguardando publicação, além de uma revisão (Herpetofauna da Mata Atlântica Nordestina), o que elevará o número de espécies da fauna ameaçadas de extinção contempladas para 601, atingindo 51% do total atual.

Também foi elaborado um plano de ação nacional voltado para espécies impactadas por empreendimentos de infraestrutura viária – PAN Estradas, contemplando centenas de espécies de vertebrados terrestres, incluindo ameaçadas de extinção.

Meta: Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção.

Em 2014 foi publicado o PAN para o Faveiro de Wilson (*Dimorphandra wilsonii*) - espécie criticamente em perigo de extinção e endêmica do Cerrado de Minas Gerais. As ações do plano beneficiaram não só a espécie foco, mas também mais 28 espécies ameaçadas e 13 quase ameaçadas de extinção. Anteriormente a 2014, foram publicados pelo ICMBio os PANs Cactaceae e Sempre-vivas, que envolvem 50 espécies ameaçadas e 41 com dados insuficientes.

Em 2014 foram considerados tanto os PANs já elaborados (com 79 espécies) e os que estavam em fase de elaboração (PAN Grão Mongol, Espinhaço Meridional e Alto Tocantins) com 409 espécies, totalizando 488 espécies. Em 2015 os planos em fase de elaboração foram finalizados e não se iniciaram novos planos. O número de espécies ameaçadas atendidas pelos PANs, portanto, permaneceu o mesmo, 488. Contudo, por uma questão de rearranjo taxonômico, uma espécie deixou de existir no PAN Grão Mongol, ficando o número final de 2015 em 487.

Os planos de ação publicados em 2015 foram: PAN Grão Mogol, contemplando 74 espécies ameaçadas de extinção; e PAN Espinhaço Meridional, contemplando 256 espécies ameaçadas de extinção.

Encontra-se em fase avançada de elaboração o PAN da Bacia do Alto Tocantins, que abriga 488 espécies ameaçadas de extinção. Esse plano será publicado em 2016.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0509

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras	Unidades de Conservação Federais	30,00	25,00	33,00	38,00	38,00	126,67%	ICMBio
Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco	Espécies sinantrópicas	10,00	0	0	0	0	0,0%	Ibama

Comentários sobre os Resultados Alcançados

Meta: Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras.

A meta foi ultrapassada em função da variedade de ações realizadas pelas unidades de conservação e pelos centros de pesquisa, em articulação com redes de parceiros com financiamentos variados.

Há registro de 38 unidades com ações planejadas ou em curso de controle de espécies exóticas. Observam-se desde unidades com planos prontos para execução até unidades com programas de manejo bem estabelecidos. Como referência, foram levantadas 125 UCs federais com espécies exóticas invasoras, sendo a maior parte delas no bioma Mata Atlântica (Espécies Exóticas Invasoras em UCs Federais do Brasil, de Alexandre Sampaio e Isabel Schmidt, publicado na revista Biobrasil vol.3, n°2 em 2013).

Segue a listagem das unidades com ações desenvolvidas: Apa Fernando de Noronha, Parna Marinho de Fernando de Noronha, Apa Petrópolis, Apa Ibirapuitã, Esec Seridó, Esec Tupinambás, Flona de Bom Futuro, Flona de Canela, Flona de Capão Bonito, Flona de Chapecó, Flona de Ibirama, Flona de Irati, Flona de Jamari, Flona de Passo Fundo, Flona de Piraí do Sul, Flona do Açungui, Flona de Carajás, Parna Brasília, Parna Chapada Diamantina, Parna Chapada dos Veadeiros, Parna da Tijuca, Parna das Araucárias, Parna de Emas, Parna Itatiaia, Apa Serra da Mantiqueira, Parna Lagoa do Peixe, Parna Serra da Bodoquena, Parna Serra do Cipó, Parna Serra do Itajaí, Parna Serra dos Órgãos, Parna Serra Geral/ Aparados da Serra, Rebio Arvoredo, Rebio Contagem, Rebio Guaporé, Rebio Guaribas, Rebio Lago Piratuba, Rebio Saltinho e Resex do Rio Cajari.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0510

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio	Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio	11,00	0,00	2,00	3,00	3,00	27,27%	ICMBio
Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais	Unidades de Conservação Federais	40,00	6,00	11,00	24,00	34,00	85,00%	ICMBio
Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais	Contratos	20,00	3,00	4,00	7,00	9,00	45,00%	ICMBio/ SPU/MP/ Incra
Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar	Sítios de zonas úmidas	5,00	1,00	1,00	1,00	2,00	40,00%	GBA/SBF/ MMA
Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público	Unidades de Conservação Federais	30,00	17,00	22,00	24,00	27,00	90,00%	ICMBio
Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais	Projetos de pesquisa de manejo	90,00	49,00	119,00	149,00	149,00	165,56%	ICMBio
Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais	Unidades de Conservação Federais	20,00	0,00	5,00	5,00	5,00	25,00%	ICMBio
Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação	Unidades de Conservação Federais	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	DCBio/SBF/MMA
Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais	Unidades de Conservação Federais	40,00	4,00	4,00	6,00	6,00	15,00%	ICMBio
Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação	Hectares	10.000.000	139.574	1.432.715	3.700.000	3.766.800	37,67%	DAP/SBF/ MMA
Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais	Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais	131,00	64,00	72,00	83,00	90,00	68,70%	ICMBio
Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica	Planos de Manejo	58,00	11,00	38,00	65,00	82,00	141,38%	ICMBio
Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas	Unidades de Conservação Federais regularizadas	10,00	5,00	7,00	18,00	23,00	230,00%	ICMBio
Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio	Hectares	200.000	16.400	27.133	31.090,77	35.634,65	17,82%	ICMBio
Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais	Unidades de Conservação Federais	40,00	3,00	22,00	22,00	35,00	87,5%	ICMBio

Comentários sobre os Resultados Alcançados

Meta: Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade passou a contar com 14 centros de pesquisa após a publicação da Portaria nº16 de 2/3/2015. Destes, três foram adequados: Cepam (construção de nova sede); CMA (construção de um tanque); e CPB (reforma da sede). Com recursos do projeto Áreas Protegidas Marinhas (Gef-Mar) prevê-se a reforma de algumas das estruturas em 2016, especialmente partes do Cepnor, Cepsul, Cepene e Tamar.

Meta: Avaliar o estado de conservação em 40 unidades de conservação federais.

Essa meta trata do monitoramento *in situ* da biodiversidade por meio de um conjunto mínimo de variáveis que permitam a análise da efetividade das unidades de conservação, ao qual são agregadas outras variáveis. O monitoramento da gestão e o monitoramento remoto são feitos para o conjunto das 320 UCs federais.

Em relação ao monitoramento *in situ* tem-se, atualmente, além das iniciativas pontuais nas unidades, o monitoramento coordenado em cinco UCs marinhas com o protocolo Reef Check (Reserva Extrativista Corumbau; Parques Nacionais Fernando de Noronha e Abrolhos; Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais; e Reserva Biológica Atol das Rocas). O segundo ano do monitoramento ocorreu em três UCs da Caatinga (Estação Ecológica Raso da Catarina; Parque Nacional Serra da Capivara; e Floresta Nacional Contendas do Sincorá).

Foram avaliadas 34 unidades de conservação: Reserva Extrativista Corumbau; Parque Nacional Fernando de Noronha; Parque Nacional Abrolhos; Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais; Reserva Biológica Atol das Rocas; Estação Ecológica Raso da Catarina; Parque Nacional Serra da Capivara; Floresta Nacional Contendas do Sincorá; Parque Nacional de Brasília; Parque Nacional Chapada dos Veadeiros; Parque Nacional Chapada dos Guimarães; Parque Nacional Serra do Cipó; Parque Nacional Serra da Bodoquena; Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins; Parque Nacional Serra dos Órgãos; Parque Nacional Superagui; Parque Nacional Iguaçu; Parque Nacional Serra da Bocaina; Reserva Biológica de Una; Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; Parque Nacional Jaú; Parque Nacional Cabo Orange; Parque Nacional Jurueana; Parque Nacional Serra do Pardo; Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema; Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns; Reserva Extrativista Unini; Reserva Extrativista Arapixi; Floresta Nacional Jamari; Reserva Biológica Uatumã; Reserva Biológica Gurupi; Reserva Biológica Jarú; Reserva Biológica Tapirapé; e Estação Ecológica da Terra do Meio.

Meta: Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais.

Foram celebrados nove Contratos de Concessão de Direito Real de Uso com as associações das seguintes unidades de conservação: Resex Auatí-Paraná; Resex Baixo Juruá; Resex Rio Jutaí; Resex Médio Purus; Resex Médio Juruá; Resex Rio Unini; Resex Corumbau; Resex Canavieiras; e Floresta Nacional do Pau Rosa.

Meta: Designar cinco sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar.

Em abril de 2015, foi finalizada a documentação para quatro novas candidaturas a Sítios Ramsar e, em maio de 2015, o Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) as aprovou. Elas correspondem às seguintes unidades de conservação: APA de Cananéia-Iguape e Peruíbe; Esec de Guaraqueçaba; APA Carste de Lagoa Santa; e Parna de Anavilhanas. Em dezembro de 2015, a convenção designou o novo Sítio Ramsar Rebio Atol das Rocas.

Meta: Estruturar 30 unidades de conservação federais para visitação e uso público.

No período de 2012-2013 foram estruturadas 22 UCs, em 2014 acrescentaram-se duas e em 2015 foram incluídas três, totalizando 27 unidades de conservação estruturadas. Houve também aprimoramento na infraestrutura e nos serviços oferecidos pelas unidades de conservação consideradas já estruturadas.

No âmbito do ICMBio, a execução das ações necessárias à estruturação das UCs poderá ser aprimorada por meio da definição de fluxos administrativos, aporte de pessoal especializado nas áreas de arquitetura e engenharia e capacitação de servidores em geral, no sentido de proporcionar maior fluidez e agilidade, especialmente na preparação de editais e elaboração e aprovação de projetos construtivos, refletindo no aprimoramento e efetividade da execução das obras.

Meta: Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em unidades de conservação federais.

O fomento a projetos de pesquisa para o manejo de unidades de conservação e da biodiversidade tem se dado, principalmente, por meio da seguinte forma:

- Chamadas Internas de Projetos, lançadas todos os anos. Os projetos, propostos por servidores do ICMBio, são submetidos a um processo seletivo. Desde 2012, foram financiados 133 projetos no âmbito das Chamadas Internas.
- Termos de cooperação por meio dos quais o ICMBio transfere recursos de compensação ambiental a uma instituição federal de fomento à pesquisa. Até o momento, essa modalidade de fomento ocorreu uma única vez, entre 2012 e 2013, em cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Essa parceria permitiu a execução de 16 projetos.

Considerando as duas formas de apoio, temos o total de 149 projetos de pesquisa apoiados pelo ICMBio.

Meta: Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 unidades de conservação federais.

Em 2013, quatro unidades de conservação federais (Parques Nacionais Serra dos Órgãos, Itatiaia, Viruá e Floresta Nacional de Açungui) tiveram suas estruturas de pesquisa aprimoradas ou reformadas com recursos orçamentários ou recursos provenientes da compensação ambiental. Para melhorar a estrutura de pesquisa na Amazônia estão sendo propostas bases compartilhadas de pesquisa e proteção, com recursos do Fundo Amazônia. São quatro melhorias ao todo no biênio, além de uma nova base flutuante no Parque Nacional Jurueana, inaugurada em 2013, totalizando, assim, cinco unidade de conservação implementadas.

Meta: Implantar reservas genéticas para a conservação *in situ* de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em quatro unidades de conservação.

Em 2014, iniciou-se um levantamento populacional em campo de 10 espécies priorizadas de Manihot (M. nogueirae, M. nana, M. gabrielensis, M. kalungae, M. pusilla, M. purpureo-costata, M. oligantha, M. tomentosa, M. stricta, M. attenuata) em quatro Unidades de Conservação do Cerrado, quais sejam: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional de Brasília, Parque Nacional da Serra do Cipó e Parque Nacional da Serra da Canastra.

Em 2015, os resultados desse levantamento populacional foram apresentados e discutidos. Foram feitas recomendações técnicas de ações voltadas para a conservação das espécies de parentes silvestres do gênero Manihot em UCs do Cerrado, visando identificar os melhores instrumentos para a conservação desse patrimônio genético.

Meta: Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 unidades de conservação federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais.

Em 2012, foram implementados instrumentos de gestão de conflitos territoriais com comunidades tradicionais em 4 unidades de conservação federais: ESEC Serra Geral do Tocantins, PN Cabo Orange, Rebio Serra Negra e PN Monte Pascoal.

Ainda em 2012 foi renovado o instrumento de gestão para o PN Araguaia e editada da IN 26/12, que estabelece orientação sobre a elaboração dos termos de compromisso e a realização de curso de capacitação dos gestores sobre a implementação da Instrução Normativa.

Em 2014, foram atendidas 2 UC com termos de compromissos celebrados: PN do Jaú e de Juruena.

Em 2015, não foi realizada a assinatura de novos termos de compromissos

com comunidades tradicionais ou estabelecidos outros instrumentos formais de gestão de conflitos territoriais. No entanto, dois termos de compromisso tiveram os procedimentos técnicos concluídos (Esec Terra do Meio e PN Serra do Pardo), com perspectiva de formalização no início de 2016.

Meta: Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Essa meta vem sendo alcançada com operação em duas frentes: a criação de unidades de conservação e o reconhecimento e cadastramento de novas UCs pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). A primeira atividade recebe apoio financeiro do MMA via projetos de cooperação.

Quanto ao cadastro, atualmente, o CNUC encontra-se em revisão. Sua nova estrutura deve garantir maior eficiência no processo de reconhecimento e cadastramento de UCs estaduais e municipais.

Em 2011 havia 151,4 milhões de hectares de UC reconhecidos.

Em 2012 foram incorporados mais 1,4 milhões de hectares.

Em 2013 mais 0,2 milhão e em 2014 mais de 2,1 milhões, atingindo área superior a 155 milhões de hectares, totalizando 1.953 UCs em novembro de 2015, com área abrangida de aproximadamente 1.551.322 km² do território brasileiro, ou seja, 17,7% do território continental, e 1,5% do território marinho, tendo incremento em 2015 de 66.000ha aproximadamente.

Meta: Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais.

Foram instituídos 28 conselhos em 2012, oito em 2013, 11 em 2014 e sete em 2015, totalizando 54 conselhos gestores instituídos no período 2012-2015. Somados aos 36 de 2011, chega-se ao total de 90 unidades de conservação com conselhos gestores instituídos nesse período.

O cenário atual é de 84,4% das unidades de conservação com conselhos gestores criados, o que representa numericamente 270 conselhos no universo das 320 unidades de conservação federais.

Meta: Publicar 58 planos de manejo para unidades de conservação federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica.

Os resultados acumulados de 2012, 2013, 2014 e 2015 (total de 82 planos publicados) indicam que a meta foi alcançada ainda em 2014. No entanto, quando se trata da meta por bioma, ainda há que ser alcançada a meta de elaboração de mais 17 planos de manejo no bioma Amazônia.

Meta: Regularizar 10 unidades de conservação federais com concessão de direito real de uso de terras públicas.

O procedimento de transferência destas áreas da União para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio é regido pela Portaria Interministerial nº 436/2009 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério do Meio Ambiente - MMA, que delegou à Secretaria de Patrimônio da União – SPU seu repasse ao MMA mediante Termo de Entrega, o qual, por sua vez, fará concessão do direito real de uso destas ao ICMBio, possibilitando desta feita a outorga coletiva e gratuita da concessão do direito real de uso (CDRU) às associações e cooperativas representativas das populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Entre 2012 e 2015, 21 unidades de conservação receberam direito real de uso (CDRU) no bioma Amazônia e duas no bioma Mata Atlântica, totalizando 23 UCs atendidas por CDRU.

Além disso, foram repassadas da União para o ICMBio cinco UCs, totalizando 627 mil hectares regularizados em 2015.

Meta: Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de unidades de conservação federais ao patrimônio do ICMBio.

Para superar a baixa capacidade operacional, foi formalizada em 2015 a contratação de serviços especializados para a produção das peças técnicas necessárias à instrução dos processos de desapropriação e doação por compensação de reserva legal de imóveis, localizados em unidades de conservação federais. Foram adquiridos ou recebidos em doação por compensação de reserva legal 4.543,89 hectares de terra em 14 UCs.

Entre 2012 e 2015 foram regularizados 35.634,65 hectares por indenização ou doação por compensação de reserva legal.

Meta: Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 unidades de conservação federais.

Houve um avanço considerável nesta ação nos 2 primeiros anos de execução. Em 2012, foram demarcadas 3 Reservas Extrativistas situadas na Amazônia, financiadas com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud.

Em 2013 foram demarcadas 12 Reservas Extrativistas situadas na Amazônia e uma no Cerrado com recursos de doação do Governo da Noruega/Pnud. Em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário foram demarcadas 4 Unidades de Conservação na Amazônia; com recursos do Governo do Piauí foi atendida 1 Unidade de Conservação no Cerrado; e com recursos de compensação ambiental foi demarcada 1 Unidade de Conservação no Bioma Mata Atlântica.

Os recursos para essa atividade foram basicamente oriundos de doações ou recursos de compensações ambientais vinculados a unidades específicas, por isso não foi possível ampliar o atendimento em 2014, mas em 2015 iniciou-se a demarcação de 13 unidades: 10 com recursos de doação do KFW (banco de desenvolvimento do governo alemão), 1 com recurso de compensação ambiental, 1 com recurso de precatório e 1 com recurso do ARPA, sendo esta última demarcação parcial.

Análise das Metas Qualitativas

Objetivo 0506 - Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de povos e comunidades tradicionais.

O portal Ypadê é um portal com informações sobre povos e comunidades tradicionais, contendo um mapeamento inicial e banco de dados de entidades representativas desses segmentos. O portal será apresentado, incluindo os conteúdos e ferramentas existentes, além de casos de sucesso no uso e gestão de portais de internet pela sociedade civil organizada. Atualmente o Portal está em fase de finalização e já pode ser acessado no endereço: http://portalypade.mma.gov.br/.

Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ.

Nos últimos anos ocorreram importantes avanços relacionados à conservação e à promoção do uso dos recursos genéticos, a exemplo dos acordos logrados pelos países: 1) o Plano Global de Ação para a Conservação e a Utilização Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura; e 2) o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.

Apesar desses avanços, deve-se reconhecer que a conservação dos recursos genéticos no Brasil, um dos principais países de megadiversidade, ainda está longe da situação ideal. Faltam, por exemplo, inventários das instituições envolvidas na conservação in situ, on farm e ex situ de recursos genéticos (fauna, flora e microrganismos); representatividade das coleções (local, regional ou nacional); infraestrutura existente em cada coleção; nível de uso e intercâmbio de recursos genéticos, bem como informações sobre as necessidades e as medidas necessárias para a melhor manutenção de cada coleção, tanto a curto quanto a médio e longo prazos.

O MMA desenvolve esforços para que o País consiga avançar com um inventário dessa natureza, com ênfase para as espécies da agrobiodiversidade, de modo a permitir comparações entre as coleções e as regiões. Nesse sentido, está sendo avaliado um termo de cooperação entre o MMA e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Objetivo 0509 - Regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas.

Desde 2012 até 2015 foram avaliadas e publicadas diversas normas de ordenamento e uso sustentável de recursos pesqueiros, editadas conjuntamente pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Além dessas normas, regras de uso de recursos

pesqueiros em unidades de conservação federais foram editadas pelo ICMBio, e regras de controle e fiscalização foram editadas pelo Ibama.

Ademais, um conjunto significativo de normas necessárias à estruturação do Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável de Recursos Pesqueiros foi editado nesse período, principalmente em 2015 quando foram criados sete novos comitês de gestão permanentes de recursos pesqueiros (CPG). A criação desses comitês permite a discussão das regras de ordenamento entre governo e sociedade.

Também se destacam, nesse período, normas que conferem maior controle sobre espécies sobre-explotadas e normas para a proteção de espécies ameaçadas de extinção ou de maior vulnerabilidade, tais como a proibição ou moratória da pesca e da comercialização dessas espécies ou, ainda, a regulamentação de medidas que diminuam a captura incidental ou direcionada.

Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre.

No ano de 2014 foram elaboradas seis normas de gestão ex situ:

- Proposta de atualização da lista das espécies que poderão ser criadas e comercializadas como animais de estimação prevista na Resolução Conama nº 394/2007 (estabelece os critérios para a determinação de espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de estimação);
- Proposta de norma com os procedimentos de transição de criadouros comerciais relacionados à norma anteriormente citada;
- Proposta de Resolução Conama sobre os empreendimentos de fauna;
- Proposta de Resolução Conama relacionada ao transporte e marcação de fauna em cativeiro;
- Proposta de revisão da Instrução Normativa nº 169/2008; e
- Portaria Plano de Ação Nacional/Programa Quelônios da Amazônia (PAN/PQA).

Destaca-se a publicação da Instrução Normativa nº 07/2015, que institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro e define, no âmbito do Ibama, os procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas.

Essa IN apresentou procedimentos de análise dos processos que ficaram a cargo do Ibama no contexto da Lei Complementar nº 140/2011.

Também foram submetidas ao Conama três propostas de resolução relacionadas ao uso da fauna (marcação e transporte, critérios para autorização de empreendimentos e proposta de lista relacionada à Resolução Conama 394/2007), além de ter sido publicada a Portaria Conjunta nº 1/2015, instituindo o Plano de Ação Nacional de Conservação dos Quelônios Amazônicos. Revogada a IN nº 169/2008.

Objetivo 0510 - Atualizar o mapa de áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha.

Em 2015 foi elaborada uma proposta de atualização da norma para o estabelecimento das áreas prioritárias, de modo que as atualizações ocorram em um período inferior a 10 anos, bem como outras adequações.

O resultado do processo de revisão das áreas e ações prioritárias deverá ser objeto de apresentação à Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) em 2016. Após a apreciação desse colegiado, será publicada portaria oficializando as novas áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica brasileira.

Houve a continuidade das negociações com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para a criação de uma ferramenta digital que possibilite aos tomadores de decisão o acesso mais ágil e amigável aos resultados dos processos das áreas e ações prioritárias, que serão abrigados em bancos de dados para uso permanente.

Elaborar o programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vem implementando o Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil (Reef Check Brasil) nas UCs federais, além de ter iniciado a elaboração do Plano de Ação Nacional (PAN Corais) em 2014. Esse plano de ação ainda não foi publicado em função da suspensão da Portaria MMA nº 445/2014, relativa às espécies marinhas ameaçadas. Ambas as ações são subsídios para a elaboração do Programa Nacional para a Conservação dos Recifes de Coral.

Realizar um inventário do patrimônio espeleológico nacional com revisões anuais

Para atender o proposto no Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (Portaria MMA nº 358/2009), vem-se dando continuidade ao Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional, que inclui expedições para inventariar cavidades naturais subterrâneas.

Esses dados são sistematizados por meio do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (CANIE), lançado em 2013. Foram inventariadas 389 cavidades em 2012, 287 em 2013, 243 em 2014 e 567 em 2015. Dessa forma, tem-se o total de 1.486 cavernas inventariadas no período.

4.4.4. Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

A instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos e, principalmente, a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) deram novo impulso à gestão descentralizada das águas, que deve contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

Nesse sentido, destaca-se a abrangência do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e seu cunho eminentemente estratégico, pois, além de subsidiar ações voltadas à implementação do SINGREH, também subsidia linhas temáticas e diretivas que se articulam com o Plano Plurianual (PPA), buscando a coordenação e a convergência de ações de governo em temas relevantes para a gestão dos recursos hídricos.

Entre essas ações de governo, ressalta-se a criação do Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos, com o objetivo de auxiliar iniciativas voltadas à implementação do SINGREH, recuperar, conservar e preservar os recursos naturais das bacias hidrográficas, visando à revitalização e ao desenvolvimento sustentáveis das regiões hidrográficas brasileiras.

O Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos possui cinco objetivos em seu escopo sob a responsabilidade do MMA. Para fins deste relatório, serão apresentadas informações referentes apenas ao Objetivo 0650, tais como a descrição e os principais resultados alcançados em 2015.

Objetivo: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

No período de 2012-2015 foram observados relevantes avanços na implementação dos instrumentos de regulação e gestão de recursos hídricos no País, merecendo destaque o incremento na regularização de usuários outorgados, os ganhos de eficiência obtidos nas atividades de fiscalização, a consolidação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em quatro comitês de bacias interestaduais, o desenvolvimento do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações, a instalação de salas de situação estaduais para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos, o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens (SNISB) e a modernização da rede hidrometeorológica.

Visando tornar mais fácil e ágil a regularização dos usos de recursos hídricos de domínio da União, a área de regulação aprimora constantemente o processo de análise e emissão de outorgas, o que possibilitou atender o aumento da demanda que ocorreu nos últimos anos. Paralelamente, está em desenvolvimento o Sistema Federal de Regulação de Usos (Regla), uma nova ferramenta para tornar mais ágil a solicitação e a emissão de outorgas.

A fiscalização de uso dos recursos hídricos atua com foco em bacias prioritárias selecionadas a partir da sua criticidade (em termos de balanço hídrico quali-quantitativo), representatividade de seus usuários (em termos de grandeza de vazões outorgadas), dentre outros critérios. Em 2012 foram realizadas 37 campanhas de fiscalização.

Em 2015 foram realizadas 57 campanhas de fiscalização de uso de recursos hídricos.

Em virtude da crise hídrica que a região semiárida vem sofrendo desde

2013, fato que se agravou consideravelmente em 2015, em especial na Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu (RN/PB), a ANA intensificou ainda mais as ações conjuntas de fiscalização com os órgãos estaduais de recursos hídricos do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

No período 2012-2015 também ocorreu intensa escassez hídrica no Seminário e na Região Sudeste.

O principal desafio enfrentado foi conciliar a disparidade entre as duas principais regiões afetadas, tendo em vista que cada uma apresenta conflitos peculiares pelo uso da água.

Dessa forma, buscou-se compatibilizar os diversos usos em situação de escassez, priorizando o abastecimento público e a dessedentação animal. Para proporcionar maior eficiência às atividades de fiscalização foram utilizados recursos técnicos-científicos, tais como: aquisição de imagens de satélite, cadastramento georreferenciado, mapeamento de áreas agrícolas, além da utilização de sobrevoos para identificação mais eficaz de usuários irregulares.

Em 2015, a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União ultrapassou o montante de R$ 60 milhões. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água, de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia

O Atlas de Vulnerabilidade, já concluído, reúne informações qualificadas sobre o grau (alto, médio ou baixo) dos impactos nos trechos dos rios avaliados em todas as Unidades da Federação, podendo ser utilizado por gestores federais, estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de efeitos de eventos críticos, de uso e ocupação do solo, de planejamento de infraestrutura e de medidas não estruturais (sistemas de alerta e mapeamento de riscos).

As ações da ANA relativas ao Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e às Salas de Situação Estaduais, instaladas e em operação, integram o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, que constitui um esforço de diferentes instituições do governo federal para proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente.

O SNISB, que é outra relevante ferramenta tanto para a gestão, quanto para a regulação dos recursos hídricos, foi criado pela Lei nº 12.334/2010, que define a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). A Lei estabelece que o SNISB deve conter um registro informatizado das condições de segurança de barragens em todo o território nacional e deve incluir um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de suas informações, contemplando barragens em construção, em operação e desativadas para diferentes usos e sem qualquer restrição em termos de altura ou capacidade total do reservatório. O sistema deverá abranger todas as barragens, independentemente de estarem enquadradas na Lei.

A ANA, como entidade outorgante do direito de uso dos recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, inclusive para a finalidade de acumulação de água (exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico), fica responsável por fiscalizar a segurança das barragens existentes em cursos d'água sob sua jurisdição e por manter o cadastro atualizado dessas barragens, com identificação dos empreendedores, para fins de incorporação ao SNISB.

Por fim, destaca-se a modernização de 1.096 estações hidrometeorológicas no período, contribuindo para melhoria da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), que é fundamental para o conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos no País.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0650
DO PROGRAMA 2026 - CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0650	No Exercício[1]	153.142.676,90	173.868.028,49
	RPNP[2]	70.413.835,81	83.524.316,73
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		223.556.512,71	257.392.345,22

Fonte: Siafi gerencial (2014) e Tesouro gerencial (2015).

Data: 25/01/2016.

[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0650

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados	Usuários regularizados	10.700	10.341	12.082	14.287	16.097	150,4%
Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)	Bacias hidrográficas	3	2	3	3	3	100%
Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros	Atlas elaborado	1	0	0	1	1	100%
Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens	Sistema estruturado	1	0	0	0	1	100%
Implantar sistemas estaduais de Monitoramento Hidrológico	Sistema implantado	27	-	23	25	27	100%
Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional	Estações modernizadas	990	373	706	997	1096	110,7%

Fonte: ANA

A Agência Nacional de Águas (ANA) é responsável pela coordenação da Rede Hidrometeorológica Nacional - RHN com cerca de 21.000 estações hidrometeorológicas, sendo que coordena diretamente a operação de 4.500 estações hidrometeorológicas, investindo na sua modernização tecnológica da estrutura operacional.

Estão sendo ampliados os equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados.

Comentários sobre os Resultados Alcançados

Meta: Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados.

Em 2015 foi feita correção da linha de base da meta, pois em 2011 o número de usuários regularizados era de 9.338, e não de 7.643. Entre 2012 e 2015 foram regularizados 6.759 usuários (1.003 em 2012, 1.741 em 2013, 2.205 em 2014 e 1.810 em 2015) o que perfaz o universo de 16.097 usuários regularizados pela Agência Nacional de Águas entre 2001 e 2015. Os pedidos de regularização cresceram espontaneamente no último período. A média anual de pedidos autuados entre 2008 e 2011 foi de 572, enquanto no período de 2012-2015 foi de 977.

Meta: Dotar três bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de sete bacias).

A meta foi inicialmente proposta para as bacias dos rios Paranaíba, Verde Grande e Grande. O Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba foi aprovado pelo comitê em 2013 e os termos de referência para a contratação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Grande foram concluídos em 2015, com a participação do respectivo comitê. O Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande já havia sido aprovado pelo comitê em 2011.

Em 2014 foi instituído grupo de trabalho para elaborar proposta de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União e em 2015, o referido grupo de trabalho finalizou as discussões sobre a cobrança.

Em 2012 foi elaborado estudo para subsidiar o Comitê de Bacia do Verde Grande na implementação da cobrança. O referido Comitê decidiu pela implementação do instrumento em 2014 e em 2015 encaminhou ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH-BA) e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) proposta de mecanismos e valores de cobrança para a bacia.

Embora ainda esteja em andamento o processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, houve avanço nos demais instrumentos. Cabe lembrar que outras quatro bacias hidrográficas interestaduais, Paraíba do Sul, Piracicaba/Capivari/Jundiaí, São Francisco e Doce implementaram a cobrança pelo uso de recursos hídricos em períodos anteriores a 2012 e já tem instituídos todos os instrumentos.

Meta: Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros.

A construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações foi finalizada em 2014 e foram disponibilizados os mapas de todos os Estados brasileiros, com diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. O Atlas está disponível para *download* na página da ANA na internet (www.ana.gov.br).

Meta: Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens.

A estrutura do SNISB foi definida em 2014/2015 no âmbito do contrato entre o Banco Mundial e a ANA e será composta pelos seguintes módulos: Cadastro; Classificação; Plano de Segurança da Barragem (PSB); Relatório de Segurança de Barragem (RSB); Eventos Adversos; Entidades Fiscalizadoras; Registros Pendentes; Documentação; Consultas; e Administração. Em 2015 foi iniciado seu desenvolvimento pelos módulos de Administração, Entidades Fiscalizadoras, Cadastro e Registros Pendentes. Ao finalizar a primeira etapa de implementação do SNISB, a ANA irá fazer a carga inicial do sistema com as informações fornecidas pelas Entidades Fiscalizadoras das barragens.

Meta: Implantar sistemas estaduais de Monitoramento Hidrológico.

Foram instaladas, por meio de acordos de cooperação técnica entre a ANA e os órgãos gestores estaduais, e se encontram em operação 27 Salas de Situação Estaduais para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos. As Salas de Situação Estaduais apoiadas pela ANA e integradas à própria Sala da Agência, funcionam como centros de gestão de situações críticas e buscam identificar ocorrências e permitir a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. As Salas de Situação foram implantadas nos Estados por meio de acordos de cooperação técnica entre a Agência e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. Essa meta foi criada em 2013.

Meta: Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional.

A ANA é responsável pela coordenação da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) com cerca de 21.000 estações hidrometeorológicas, sendo que coordena diretamente a operação de 4.500 estações hidrometeorológicas, investindo na modernização tecnológica da estrutura operacional. Estão sendo ampliados os equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados.

4.4.5. Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Promoção da Inovação

O desafio de internalizar, incrementar e desenvolver ambientes propícios à inovação continua a exigir esforços do governo, e o Ministério Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) vem atuando neste sentido com a continuidade de políticas, programas e ações específicas para este fim. Inovação é um processo permanente e dinâmico que exige cada vez mais C&T.

O ano de 2015 marcou o início da operação efetiva da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – Embrapii com o credenciamento de 13 Unidades, nas quais apoia diretamente a inovação tecnológica por meio da formação de parcerias entre instituições científicas e tecnológicas e empresas. As unidades credenciadas já apresentam resultados positivos em algumas áreas específicas de sua competência, focadas em estratégias para o desenvolvimento da inovação na indústria.

Neste primeiro ano de operação foram contratados 32 projetos, todos na fase pré-competitiva, desenvolvendo protótipos de produtos e solucionando lacunas tecnológicas para o lançamento de novos produtos ou processos.

Outra atividade de grande relevância foi o credenciamento de cinco Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação, como Polos de Inovação (Polos Embrapii IF). Destes, quatro foram enquadrados no modelo Polos Embrapii IF em estruturação (IFES, IFBA, IFMG, IFFluminense) e uma instituição foi enquadrada como Polo Embrapii IF consolidado (IFCE).

As áreas de atuação das unidades da Embrapii são:

- *software* e automação;
- sistemas inteligentes;
- processamento de biomassa; engenharia submarina;
- comunicações ópticas;
- tecnologia química industrial; materiais de alto desempenho;
- manufatura aeronáutica;
- eletrônica embarcada;
- tecnologia de dutos e tecnologia em refrigeração; e
- manufaturas integradas e polímeros.

A Unidade de Biomassa foi instalada no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Organização Social ligada ao MCTI, onde está sendo desenvolvido o Projeto Sirius.

Entre as diversas iniciativas do MCTI para promoção da inovação, o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) constitui um dos principais instrumentos de integração das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) com empresas, proporcionando condições para ampliar os atuais índices de inovação, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME).

No âmbito do Sibratec, composto atualmente por 29 redes operacionais de inovação, de serviços e de extensão tecnológica, foram contratados, desde a sua criação, mais de 33 projetos cooperativos de empresas com ICT, com valor aproximado de R$ 63,7 milhões, projetos de serviços na ordem de mais de R$ 2,2 milhões, de ensaios e calibração de produtos para mais de 460 mil empresas e projetos das Redes de Extensão que atenderam mais de 2,2 mil MPME.

Em 2015, o Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano) foi incluído em duas Redes de Centros de Inovação em parceria com o Sistema Nacional de Laboratórios de Nanotecnologia (SisNano), com temas relacionados a nanodispositivos e nanosensores; nanomateriais e nanocompósitos. Cada rede conta com R$ 12 milhões em recursos para o fomento de projetos de P&D.

Um exemplo relevante do modelo do Sibratec é a colaboração com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI Renato Archer, que atua nos três componentes do Sibratec: Extensão Tecnológica, Serviços Tecnológicos e Centros de Inovação.

O CTI Renato Archer coordena a Rede de Produtos e Dispositivos Eletrônicos (Rede PDE), participa da Rede Paulista de Extensão Tecnológica e da Rede de Tecnologia da Informação de Serviços Tecnológicos e opera na adequação de processos de manufatura de produtos eletrônicos às diretivas RoHS[7] para viabilizar a comercialização dos produtos brasileiros na Comunidade Europeia.

Os vultosos investimentos globais em nanotecnologias demonstram o quão promissoras essas novas tecnologias deverão ser para o desenvolvimento da economia mundial, inclusive contribuindo para a recuperação e crescimento da economia do País.

Em 2015, foram criadas duas novas Redes de Inovação em Nanotecnologia no âmbito da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), uma relacionada a nanopartículas e nanocompósitos e outra a nanodispositivos e nanossensores,

7 RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances, Restrição de Certas Substâncias Perigosas) é uma diretiva europeia que proíbe que certas substâncias perigosas sejam usadas em processos de fabricação de produtos, tais como: cádmio (Cd), mercúrio(Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb).

tendo como protagonistas 24 dos 26 laboratórios integrantes do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO).

O MCTI atua, também, a nível mundial influenciando e contribuindo para a regulação da nanotecnologia, por meio do projeto NANoREG.

O Plano Inova Empresa, lançado em 2013 com a participação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 12 ministérios e de agências reguladoras, objetiva estimular a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento econômico do Brasil. Até o momento, foram contratados aproximadamente R$ 16 bilhões, por meio da Finep.

Cerca de R$ 1,7 bilhão encontra-se em processo de análise ou de contratação e mais de R$ 7 bilhões já foram desembolsados nas modalidades de apoio ao crédito, subvenção e apoio não reembolsável para ICT.

Destacam-se ainda como resultado em 2015, o lançamento do edital de seleção pública conjunta BNDES/Finep e o Plano conjunto BNDES/Finep para apoio ao desenvolvimento e inovação da indústria química – PADIQ. O edital compreenderá a destinação de R$ 2,2 bilhões de recursos, sendo R$ 1,1 bilhão aportado pela Finep.

O Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior) contribui para o fomento à indústria de software e serviços de tecnologia da informação no Brasil.

Dentre os principais resultados das ações orientadas pelo TI Maior no ano de 2015, destaca-se o Programa Start-Up Brasil que objetiva selecionar as melhores e mais inovadoras startups do Brasil e do mundo, que utilizam como base uma solução de software, hardware e/ou serviços de Tecnologia da Informação e criar cases de sucesso, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e o aumento da competitividade do Brasil.

Durante os quase três anos de realização, o programa recebeu 2,8 mil inscrições para quatro turmas, sendo que 183 empresas provenientes de 17 Estados da federação e de 13 países foram apoiadas com até R$ 200 mil em bolsas do CNPq. Os resultados provenientes das duas primeiras turmas de Startups selecionadas receberam investimentos externos relativos a R$ 45,5 milhões, o que equivale a 2,6 vezes o valor investido pelo governo.

Outra iniciativa no âmbito do TI Maior foi o Programa Brasil Mais TI, que fornece formação gratuita de mão de obra especializada por meio de plataforma tecnológica e disponibiliza 1,5 mil horas distribuídas em 30 cursos de capacitação. Há nessa plataforma 188 mil estudantes e 200 empresas cadastrados. Ao todo, 230 mil cursos foram concluídos até 2015.

Cabe também destacar o programa de Atração de Centros Globais de Pesquisa e Desenvolvimento, que investiu R$ 8 milhões no apoio à instalação de dez centros de pesquisa de TI no País e o programa Certificação de Tecnologia Nacional de Software e Serviços Correlatos (Certics), que concede benefícios a empresas brasileiras nas compras governamentais e já conta com 27 softwares certificados.

Em 2015, foi aprovado o primeiro projeto PADIS para fabricação de células e módulos fotovoltaicos e foi estabelecido um novo prazo para apresentação de projetos PADIS até 31 de julho de 2020. Adicionalmente, foram realizadas ações nas áreas de manufatura avançada, defesa cibernética, internet das coisas (IoT), smart *cities/smart grid* e TV Digital.

Na área de circuitos integrados, o Programa CI-Brasil, complementado pelo Programa Multiusuário Brasileiro (PMUB) promove a competitividade na área de projeto de circuitos integrados (CI) em apoio à indústria microeletrônica nacional.

O PMUB garante o acesso das universidades e empresas nacionais às ferramentas de prototipagem de CI visando à redução no déficit comercial na importação de produtos eletroeletrônicos.

Em 2015, duas rodadas de prototipagem, com mais de 10 blocos de circuitos integrados, foram produzidas. Para 2016, pretende-se expandir a oferta de tecnologias em projeto e encapsulamento, visando o mercado da Internet das Coisas.

Em 2015, a empresa pública Ceitec S.A., vinculada ao MCTI, produziu e entregou ao mercado eletrônico cerca de 15 milhões de chips por ela produzidos. Lançou dois novos chips para logística e controle de temperatura e também o projeto multiusuário brasileiro, que promove o uso da microeletrônica pelas empresas startup de hardware e instituições de ensino e pesquisa, o que contribui para um ambiente propício ao fomento e à aceleração do desenvolvimento de novos projetos de engenharia no País.

Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica

A continuidade do Programa INCT (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia) impacta positivamente o ambiente de inovação e de capacitação para a inovação no País.

A constatação de que as bases para o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil necessitavam de uma forma diferente de estruturação, capaz de propiciar mais rapidez na solução de antigos problemas e de enfrentar a complexidade dos desafios impostos pelo século XXI, influenciou, em 2014, o lançamento de um novo edital do programa INCT, que foi integralmente implementado em 2015.

As metas continuam ambiciosas e abrangentes, pois visam reunir cientistas de distintas áreas do conhecimento, de todo o País, no desenvolvimento de pesquisa básica e fundamental e de pesquisa científica e tecnológica de ponta, inovadoras e competitivas internacionalmente.

O Programa, que culminou em 125 INCT atualmente, evidencia não apenas o envolvimento de universidades e centros de pesquisa das cinco regiões nacionais (com a integração de cerca de duas mil instituições), mas em boa medida o cumprimento dos demais objetivos do programa, como a transferência de conhecimento para o setor público e a criação de novas empresas de bases tecnológicas.

O trabalho produzido nos institutos contribui para a efetiva inserção do Brasil no que há de mais avançado em ciência e tecnologia ao aprofundar, por exemplo, a investigação sobre a obesidade e sobre doenças como dengue, tuberculose e diabetes, ao desenvolver vacinas moleculares para a leishmaniose, ao instituir curso de graduação em segurança pública e ao aprimorar técnicas aplicadas à exploração de fontes não convencionais de petróleo e gás.

Por espelhar a grandeza e diversidade do País, os INCT também evidenciam o potencial do Brasil no debate científico em torno de questões importantes, como a produção de alimentos, a economia de baixo-carbono ou o desenvolvimento sustentável.

Em 2015, o CNPq dedicou-se à análise de mérito das 345 propostas ao terceiro edital do programa. Por envolver cerca de 32 mil indivíduos, entre pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação e técnicos de laboratório, todo o processo de peer review (revisão por pares) foi desenvolvido por assessores ad hoc estrangeiros.

Cerca de cinco mil especialistas, de praticamente todas as áreas do conhecimento e de todos os continentes, foram convidados a emitir pareceres acerca do mérito das propostas submetidas - cada proposta foi analisada por pelo menos três desses especialistas. Os institutos vencedores deverão ser conhecidos no primeiro semestre de 2016.

Programa Ciência sem Fronteiras e Formação para a Pesquisa

O Programa Ciência sem Fronteiras concedeu em 2015, no âmbito do CNPq, 5,5 mil bolsas de graduação sanduíche implementadas com financiamento de empresas tanto estatais como privadas, resultando no lançamento de chamadas públicas para diferentes países como Polônia, Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Finlândia, Holanda, Nova Zelândia e Reino Unido. Entre 2011 e 2015, foram concedidas 26,8 mil bolsas de graduação pelo CNPq, que atingiu a meta prevista de participação.

A primeira fase do Programa, desenvolvida em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), concedeu, no período 2011-2015, 101,4 mil bolsas, sendo 78,9 mil na modalidade graduação-sanduíche. Nas modalidades Pesquisador Visitante Especial e Bolsa Jovem Talento, o CNPq inclusive superou as metas estabelecidas, concedendo, respectivamente, 1,3 mil e 674 bolsas. Em 2015, o CNPq concedeu 760 bolsas de pós-graduação nas modalidades doutorado, doutorado-sanduíche e pós-doutorado.

Desde a sua criação, o Programa Ciência sem Fronteiras destacou-se como propulsor do tema internacionalização da Ciência, Tecnologia e Inovação no País.

Em 2016, o CNPq propõe revisar e adaptar o esforço de internacionalização às recomendações do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 e da ENCTI 2016-2019, ainda em discussão, às possibilidades e à missão do órgão, dando ênfase às propostas que melhor justifiquem sua intervenção e que estejam em consonância com os demais órgãos do governo envolvidos na temática.

Expansão, Modernização e Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento

O principal destaque na área de infraestrutura para CT&I é a nova fonte brasileira de Luz Síncrotron de quarta geração – Projeto Sirius – que terá um desempenho equiparado às melhores instalações desse tipo existentes no mundo. A nova fonte substituirá a fonte atual, operada pelo Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), vinculado ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). Em 2015, a construção das instalações prediais do Projeto Sirius foi iniciada, sendo que 12% da obra já foi concluída.

Neste período, a Finep e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) aportaram recursos para a primeira Chamada Pública de propostas de empresas para o desenvolvimento de componentes para o Sirius, sendo que 13 propostas foram selecionadas. Para 2016, espera-se o recebimento de todos os ímãs do sistema de pré-aceleração (booster), sendo que o acelerador linear (Linac) passará pelos últimos testes.

Serão também divulgados os resultados da segunda Chamada Pública, de propostas Fapesp-Finep de Subvenção Econômica à Pesquisa para Inovação para o Desenvolvimento do Novo Anel Acelerador Sirius do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS).

A chamada tem como objetivo estimular micro, pequenas e médias empresas paulistas a desenvolver produtos, processos e serviços inovadores para a construção do Sirius. Recursos da ordem de R$ 20 milhões foram direcionados para este edital com participação de 50% de cada agência financiadora. Destes, cada empresa poderá solicitar até R$ 1,5 milhão para a realização de sua proposta num prazo de até 24 meses após a outorga.

Além disso, haverá o início da produção de diversos subsistemas e a conclusão dos projetos conceituais e protótipos das estações experimentais (linha de luz) do Sirius.

Em relação às questões meteorológicas e climáticas, destaca-se a coordenação pelo MCTI das atividades de implantação de três estações meteorológicas em locais estratégicos na cidade do Rio de Janeiro – RJ, e de duas boias meteoceanográficas na Baía da Guanabara para monitoramento das condições climáticas, com o objetivo de apoiar a realização dos jogos Olímpicos de 2016. Tais equipamentos serão fundamentais no suporte à realização das competições de golfe, velas, remo, maratona aquática e outros eventos realizados em ambiente externo.

Em julho de 2015, chegou ao Brasil, trazido pela Marinha do Brasil o Navio de Pesquisa Hidroceanográfico NPqHo "Vital de Oliveira" (H-39), adquirido por cerca de R$ 162 milhões através de um acordo de cooperação firmado entre o Ministério da Defesa (MD), o MCTI, a Petrobrás e a Vale S/A.

Na ocasião, foi realizado o Cruzeiro Científico Inaugural do NPqHo "Vital de Oliveira", Comissão Forsa (*Following Ocean Rings in the South Atlantic*), com a participação de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que realizaram medições meteoceanográficas numa região caracterizada pela formação de vórtices de água mais quente e salina que "vaza" do Oceano Índico para o Atlântico Sul, por meio da Corrente das Agulhas.

No âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), foi assinado contrato entre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) e a empresa "*China Electronics Import and Export Corporation*" (CEIEC), vencedora da Licitação para Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), a qual vem fazendo ajustes no plano de trabalho para o início da construção, previsto para o verão de 2016/2017.

A área de pesquisa científica da nova EACF será provida por 14 laboratórios, além de área destinada para armazenamento de amostras congeladas e geladas, ultrafreezers, área para autoclaves e destiladores e paiol de pesquisa, destinado ao armazenamento de material. O espaço destinado às atividades de pesquisa na nova EACF foi definido com auxílio da comunidade científica e será estruturada conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico.

O MCTI é responsável pela elaboração da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), documento que atende ao compromisso do País, como integrante da Convenção, de elaborar, atualizar e prover a Conferência das Partes com inventários nacionais de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa (GEE) não controlados pelo Protocolo de Montreal.

Além disso, apresenta os avanços científicos sobre a modelagem regional da mudança do clima e o atual estágio das políticas públicas voltadas para a mitigação das emissões de GEE e de adaptação às mudanças climáticas.

A maioria dos indicadores expressa resultados muito positivos na redução da emissão de gases de efeito estufa, especialmente de dióxido de carbono, entre 2005 e 2010. Trata-se de relevante registro internacional do esforço que o Brasil vem empreendendo, ainda que não tenha obrigação formal de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, para dar sua contribuição ao atendimento dos objetivos da Convenção, esforço sem paralelo entre as nações em desenvolvimento..

Nesse sentido, foi desenvolvido pelo MCTI o Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene), sistema computacional que disponibilizará os resultados do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal, assim como as informações relacionadas a outras iniciativas de contabilização de emissões, tais como as Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa e o inventário do Relatório de Atualização Bienal.

Tem por missão não só conferir segurança e transparência ao processo de confecção de inventários de emissões de gases de efeito estufa, mas também ser suporte à tomada de decisão no âmbito de políticas, planos, programas e projetos na área de mudanças climáticas, no que tange a geração de conhecimento científico e adoção de medidas de mitigação.

Lançado em novembro de 2014, e já em funcionamento em 2015, o Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr), é uma ação do Governo Federal por meio do MCTI e algumas das suas Unidades de Pesquisa, como o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), o Instituto de Pesquisa da Amazônia (Inpa), além do Jardim Botânico, da Escola Politécnica da USPF e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

Tem como objetivo integrar informações sobre a biodiversidade e ecossistemas brasileiros produzidas por instituições governamentais e não governamentais do País. O sistema vem sendo utilizado e tem apresentado resultados rapidamente, como ilustra o caso do próprio MPEG, que é uma das três maiores instituições detentoras de coleções científicas do País, com aproximadamente 4,5 milhões de itens tombados, e detentora de um dos três maiores acervos biológicos do Brasil, sendo sua área de especialidade o bioma amazônico.

Desde que integrou o SiBBr, o Museu Goeldi vem informatizando rapidamente os dados de acervos da instituição para disponibilização pública, alcançando mais de 425 mil registros e com meta prevista de mais de 650 mil para serem disponibilizados à plataforma.

Trabalho realizado também no âmbito do MPEG embasa o projeto de lei desmatamento zero (http://desmatamentozero.org.br/pdf/pl-desmatamentozero.pdf) do Greenpeace entregue ao Congresso Nacional em outubro 2015.

Considerando a importância da Amazônia para o País e para o mundo, foi inaugurada, no mês de agosto de 2015, a torre do projeto ATTO-Observatório da Torre Alta da Amazônia, com 352 metros de altura, instalada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uatumã, no Município de São Sebastião de Uatumã (AM), que permitirá o monitoramento dos efeitos das mudanças climáticas na floresta amazônica.

A Torre Alta é resultado da parceria científica entre o Brasil e a Alemanha, implementada por meio do Inpa, Universidade Estadual da Amazonas e dos Institutos alemães Max Planck de Química e Biogeoquímica.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que tem como missão promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura em informação, ciência e tecnologia para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico, executou em 2015 diversas ações de destaque como o Programa Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica e o Portal Brasileiro de Publicações Científicas de Acesso Aberto (Oasisbr) que dissemina mais de 1,1 milhão pesquisas científicas brasileiras (artigos científicos, livros, capítulos de livros, teses, dissertações, entre outros), cujo conteúdo é também disponibilizado em outros sistemas internacionais de informação.

Em 2013, o IBICT passou a integrar a Aliança Internacional LOCKSS da *Stanford University*, criando uma rede nacional de serviços de preservação digital (Cariniana) em parceria com nove universidade brasileiras,

preservando em território nacional 1,5 mil periódicos científicos de 155 instituições de ensino e pesquisa.

Em 2015, por conta da contribuição científica e cultural significativa dos conteúdos preservados, assim como das atividades de pesquisa colaborativa, a Rede Cariniana foi reconhecida pelo ISSN *Internacional e pela University of Edinburgh* como a primeira agência internacional de arquivamento de publicações eletrônicas da América Latina registrada no *The Keepers Registry*, mantido por esses órgãos.

Por sua vez, a RNP conectou em 2015 mais sete unidades da Rede Universitária de Telemedicina (RUTE), sendo dois hospitais no Rio Grande do Sul, um hospital em Pernambuco, e quatro da Rede Sarah de Hospitais (Belém, Fortaleza, Macapá, Rio de Janeiro).

Incluiu também mais 11 novos cursos na Escola Superior de Redes.

Coordenada pela RNP, a Redecomep objetiva a implantação de uma infraestrutura de fibras ópticas própria voltada para as instituições de pesquisa e ensino superior e na formação de consórcios entre instituições, buscando a auto sustentação. Atualmente, opera em 37 cidades, com mais de 2 mil km de rede óptica própria, atendendo a mais de 400 instituições.

A proposta reduz custo de comunicação de dados à Internet, representa uma iniciativa estruturante, permite o surgimento de aplicações avançadas, fomenta o desenvolvimento em TIC, amplia a capacidade de conexão para 10Gb/s de algumas redes, o que implica na melhoria da estrutura de comunicação e contribui para o avanço da CT&I e para a diminuição da dependência das instituições em relação às operadoras e aos provedores, além de prover infraestrutura para suporte a política pública de inclusão digital e e-gov.

Merece ainda destaque a instalação do Supercomputador no LNCC do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (Sinapad).

O equipamento francês, com capacidade de realizar 1,1 quatrilhão de operações de soma e subtração por segundo, passa a ser o maior da América Latina e constitui um marco na computação de alto desempenho.

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social

O Governo aumentou a integração e a capilaridade no que se refere à promoção da inclusão social e à redução das desigualdades sociais por meio de ações na área de CT&I.

As ações são efetivadas mediante programas e apoio a projetos destinados à difusão, popularização e apropriação social dos conhecimentos científicos e tecnológicos e à melhoria da educação científica, além dos destinados ao desenvolvimento de tecnologias sociais, assistivas, de conteúdos e plataforma digitais, de segurança alimentar e nutricional e de soluções tecnológicas para arranjos produtivos locais e regionais e cidades sustentáveis, sob o enfoque da inclusão social.

Um projeto do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), em parceria com a rede de organizações sociais Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), há dois anos mapeia as estratégias empreendidas pelos agricultores de Municípios dos nove Estados que integram o semiárido brasileiro para minimizar os efeitos das prolongadas estiagens.

O projeto acompanha 100 famílias do semiárido que enfrentam a estiagem e os desafios da agricultura familiar por meio da criação e adequação de tecnologias sociais que captam e armazenam água da chuva e da adoção de boas práticas sustentáveis, partindo do princípio de captação, estocagem, manejo e reuso dos recursos naturais a que têm acesso.

O projeto recebeu a premiação internacional oferecida pelo programa Dryland Champions, da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD).

O certificado do Programa da UNCCD reconhece o trabalho solidário e participativo de inúmeras pessoas preocupadas com o tema da convivência com o semiárido, em um contexto de conservação dos solos, da água e dos demais recursos naturais, baseados nos princípios da agroecologia.

Os resultados preliminares da pesquisa apontam que a implementação de tecnologias sociais nas propriedades rurais tem sido um dos fatores que promovem a resiliência social.

Relacionado ao tema Segurança Alimentar e Nutricional, destaca-se a participação do MCTI como Coordenador do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (SSAN-UNASUL) e a organização de dois seminários internacionais, sendo um relacionado à Agroecologia e outro à Segurança Alimentar e Nutricional, durante a Expo Milão 2015.

Houve aporte de recursos no valor de R$ 155 mil para os eventos. Nesta mesma exposição, também foi realizado evento sobre Programa de Tecnologias para Cidades Sustentáveis, com foco na área de cultivo de microalgas para produção de superalimento e biopolímeros.

Em 2015, no âmbito do desenvolvimento de Tecnologias Assistivas (TA), foi promovido o Encontro Nacional de Pesquisadores em Tecnologia Assistiva, envolvendo as Universidades e os Institutos Federais que receberam recursos financeiros para a realização de pesquisas, por meio do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA).

O CNRTA está vinculado ao CTI Renato Archer e articula a Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, constituída atualmente por 52 instituições do País e 84 projetos de pesquisa do País contemplados pelos últimos editais de Tecnologia Assistiva.

O CNRTA lançou o livro "Reflexões sobre Tecnologia Assistiva", resultado do I Simpósio Internacional de Tecnologia Assistiva do CNRTA, realizado em 2014.

No âmbito do Plano "Viver sem Limites", foi lançado em outubro de 2015 um edital no valor de R$ 25 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para seleção pública de projetos para inclusão social de pessoas com deficiência, idosas e com mobilidade reduzida.

Outra iniciativa foi o Edital Tecnologia Assistiva no Brasil e Estudos sobre deficiência (PGPTA), de apoio a Pós-Graduação e a Pesquisa Científica e Tecnológica, que contou com recursos da Capes, da Secretaria dos Direitos Humanos e do MCTI, somando cerca de R$ 20 milhões a serem concedidos aos projetos.

Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) continuam sendo apoiados e apresentando avanços para o processo de inclusão social produtiva, por meio da capacitação de recursos humanos, principalmente.

Em 2015, destacam-se a recuperação do Parque Industrial da Cooperativa de Produção de Leite, no Estado de Alagoas e a implementação de três CVT no Estado da Bahia, nos Municípios de Monte Santo, Canudos e Riachão do Jacuípe. Também foi inaugurado o Projeto "CVT - Centro Vocacional Tecnológico Territorial do Pescado - Bahia", onde foram investidos R$ 5,6 milhões.

Em 2015, houve a 12ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com o tema "Luz, Ciência e Vida". Dados parciais indicam a participação de mais de 2,3 mil instituições em 700 cidades, com a realização de mais de 36 mil atividades em cerca de 850 eventos em todo o Brasil.

O Tema da 13ª Edição da Semana versará sobre as relações entre alimento, ciência e tecnologia e tem o slogan "Ciência Alimentando o Brasil". O evento será realizado de 17 a 23 de outubro de 2016.

Durante o ano também foram lançados três editais para apoio a projetos na área de difusão e educação científica (olimpíadas, feiras e mostras) que somados alcançam o valor de R$ 8,7 milhões. Deste valor, R$ 2,5 milhões foram destinados a apoiar projetos que contemplem iniciativas de divulgação científica em torno da temática do Ano Internacional da Luz, proclamado pelas Organizações das Nações Unidas para 2015.

De grande repercussão também é a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos estudantes do ensino médio de escolas públicas municipais, estaduais e federais.

Em 2015, a 11ª edição da Obmep contou com mais de 18 milhões de participantes, proporcionando aos medalhistas capacitação e tutoria a distância em matemática, bem como uma bolsa de iniciação científica júnior, o que tem significado importante incentivo aos alunos na escolha de carreiras em ciências exatas, computação e em engenharias.

Na área de tecnologias para Cidades Sustentáveis, o ano de 2015 foi promissor com a criação do Centro Multiusuário de Capacitação em Energia Solar Fotovoltaica em Florianópolis, o mais importante centro do gênero no País. Também em Santa Catarina foi apoiado o desenvolvimento de um protótipo de ônibus elétrico.

Já a comunidade de Furo Nazário em Belém do Pará, recebeu o primeiro barco solar do País para ser utilizado como transporte escolar e apoio às atividades produtivas.

No Amapá, foi dado apoio ao projeto piloto de uso de tecnologias atuais de transformação das matérias-primas da agrobiodiversidade, com forte componente de formação de recursos humanos e utilização de energias de fonte renovável para processos fabris.

O MCTI conseguiu aprovar junto à Comissão Europeia o projeto de cooperação na área de "Renaturação de Cidades e Soluções Baseadas na Natureza" e com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) foram captados recursos no valor de R$ 100 milhões para o apoio a projetos de tecnologias inovadoras para cidades sustentáveis, formação de recursos humanos e implementação de ferramentas para apoio à gestão municipal integrada até 2020.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS OBJETIVOS 0400 E 0497 DO PROGRAMA 2021 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2014	2015
0400	No Exercício	352.763.475,24	260.166.289,32
	RPNP	195.607.658,63	183.991.098,68
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		548.371.133,87	444.157.388,00
0497	No Exercício	2.826.390.563,06	1.712.055.981,25
	RPNP	298.607.350,35	661.506.577,24
	Gastos Tributários	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		3.124.997.913,41	2.373.562.558,49

Fonte: Siafi, Consiafi

A variação de liquidação dos recursos observada em 2015, quando comparada a 2014, deve-se aos seguintes fatores:

- O CNPq sofreu retração na execução orçamentária da ordem de R$ 447 milhões em 2015;
- O montante de R$ 1.341.626.501,00 encontra-se inscrito em restos a pagar para serem executados em 2016 quando serão recebidas as faturas referentes às taxas escolares dos bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras que iniciaram suas atividades acadêmicas em setembro de 2015;
- O CNPq deixou de implementar cerca de 4.000 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras em relação a 2014; e
- Há que se considerar a significativa variação cambial ocorrida entre os dois exercícios.

Objetivo 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS – OBJETIVO 0400

DESCRIÇÃO DA META - 2012-2015	META PREVISTA 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA
			2012	2013	2014	2015	
Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq	10.000	Projetos de pesquisa apoiados / ano	5.912	9.312	11.754	3.201	32,0*
Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015	42	Convênios de Cooperação	26	96	76	81	192,3

Font: CNPq

* O percentual apresentado no quadro corresponde ao número de projetos apoiados apenas em 2015 tendo em vista que a meta de 10 mil projetos apoiados é anual. O baixo percentual executado no ano de 2015 deveu-se grandemente ao não lançamento do tradicional Edital Universal. Observe-se que no ano de 2014 a meta foi ultrapassada.

Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq.

A ampliação do número de projetos apoiados pelo CNPq vem contribuindo para o desenvolvimento do País de forma regionalmente equilibrada e com maior interação entre o sistema produtivo e a sociedade. A meta prevista no ano de 2015 não foi atingida frente às restrições orçamentárias atípicas ocorridas nesse exercício.

Associado a este fator, não foi possível o lançamento da ação consolidada (Edital Universal) que historicamente apoia cerca de quatro mil projetos todo ano. Frente a uma demanda de 15.731 projetos recebidos e processados pelo CNPq, só foi possível fomentar 3.201, demonstrando um grande portfólio de reserva, que poderão ser apoiados, tão logo as limitações financeiro-orçamentárias sejam superadas.

Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015

As parcerias vêm se viabilizando a partir do desenvolvimento de diferentes programas e ações, tais como: Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores – Programa Primeiros Projetos (PPP), Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem), Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR), Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas – Programa Pesquisadores nas Empresas em Parceria com as FAP (RHAE-FAP), Programa Institucional Bolsas de Iniciação Científica Junior (PIBIC-Jr), em parceria com as Fundações Estaduais de Apoio/Amparo à Pesquisa e com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), mediante a concessão de bolsas (GM e GD) com recursos de Emendas Parlamentares.

Assim, em 2015 foram firmados seis Convênios e cinco Acordos de Cooperação Técnica, além de 20 Termos Aditivos para prorrogação de vigência, supressão ou adição de recursos dos convênios que já estavam em execução, dando continuidade ao propósito iniciado ainda em 2013, que era envolver todas as unidades da federação no processo de ampliação dos recursos voltados à CT&I no País.

Objetivo 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0497

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	META PREVISTA 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA
			2012	2013	2014	2015	
Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq	26.000	Bolsas-ano de produtividade	15.503	17.417	18.261	18.327	70,5
Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq	30.000	Bolsas-ano de pós-graduação	27.663	26.942	26.729	28.363	94,5
Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq	35.000	Bolsas-ano de intercâmbio internacional	11.566	21.810	36.241	36.241	103,6
Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq	49.500	Bolsas-ano de iniciação à pesquisa	38.613	43.706	44.028	45.054	91,1

Fonte: CNPq

Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq.

Ao final do quadriênio 2012-2015 observou-se uma execução de 70,5% da meta prevista. Percebe-se, a partir de análise de evolução do número de bolsa/ano, um crescente aumento na concessão, resultado do esforço do CNPq para o alcance da meta. No entanto, por restrições orçamentárias que fugiram à governança da entidade, não foi possível a completa realização da meta.

Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq.

Verifica-se, ao final do exercício, que houve acréscimo na execução de 2015 em relação a 2014, apesar das restrições de recursos orçamentários e financeiros conjunturalmente apresentados. Como resultado de um grande esforço gerencial do CNPq foi possível atingir 95% da meta inicialmente estabelecida. Apesar dos valores serem considerados satisfatórios, faz-se necessário a continuidade da ação política em favor da ampliação da concessão de bolsas de pós-graduação, frente o impacto nas questões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento nacional que estas modalidades de bolsas geram.

Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq.

O alcance dessa meta foi priorizado no contexto do conjunto de ações institucionais, tanto no que se refere à infraestrutura, quanto a recursos humanos e orçamentários. A previsão de cumprimento integral da meta foi alcançada. Cabe esclarecer que, no caso das bolsas voltadas para o intercâmbio internacional, diferentemente do restante das modalidades concedidas, computadas como bolsa-ano, a mensuração se dá de forma cumulativa, a partir de 2011 (início do programa Ciência sem Fronteiras). A meta prevista para o final do PPA já foi ultrapassada em 2014, o que já era esperado tendo em vista o contexto de execução do Programa Ciência sem Fronteiras.

Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq.

O incremento do biênio 2014/2015 foi maior que o verificado no biênio anterior, mas não foi suficiente para atingir a meta proposta. Apesar disso, a alocação de mais de 6 mil novas bolsas voltadas à formação de jovens pesquisadores no quadriênio é de extrema relevância para o desenvolvimento da pesquisa nacional de médio prazo e os esforços realizados por todo o sistema de C&T para atingir esses valores (91% da meta) não podem ser desprezados.

4.5. SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO

4.5.1. Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

Pacífico por tradição e convicção, o Brasil vive em paz com seus vizinhos e rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz e da solução negociada dos conflitos e da democracia.

O Brasil é um País de dimensões continentais, possuindo a maior costa atlântica do mundo e, com quase 191 milhões de habitantes, representa a quinta maior população do planeta.

É grande produtor de energia renovável e não renovável e possui extensas reservas de água potável, enorme biodiversidade e vastos recursos minerais. Além disso, as recentes descobertas do Pré-sal levaram o País a um novo patamar de reservas e produção de petróleo e gás natural. Esse patrimônio exige proteção, por isso, o Brasil não pode prescindir da capacidade militar de dissuasão e do preparo para defesa contra eventuais ameaças.

Nos últimos anos, o Brasil vem gradativamente alcançando um papel de destaque no cenário mundial, razão pela qual crescem, também, os desafios relacionados à defesa e à preservação de uma postura soberana e independente frente à comunidade internacional.

Nesse sentido, cabe ao Estado propiciar e garantir condições para que o País não se submeta a risco de agressões externas, nem se exponha a pressões políticas ou imposições econômicas.

Há de se considerar que o fenômeno da globalização trouxe o agravamento de ameaças de naturezas distintas, tais como: o narcotráfico, o tráfico de armas e a pirataria marítima, que testam a capacidade do Estado.

Por sua vez, as crises econômico-financeiras internacionais provocam deterioração das condições sociais, energéticas e ambientais, com evidentes reflexos na manutenção da paz e segurança mundial.

Por todas essas razões, a Defesa está cada vez mais presente na agenda nacional e possui um papel indispensável agora e no futuro, por isso, a inclusão do Tema "Defesa Nacional" no rol das Políticas de Estado do País.

O Brasil, para defesa de seu território, conta com instrumento militar, representado pelas Forças Armadas, compostas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira, instituições que devem ter capacidade de assegurar a integridade do território e a defesa dos interesses nacionais, das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros, bem como de garantir a soberania do País.

A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) constituem marcos legais, que orientam a organização e a modernização do instrumento militar brasileiro, bem como o seu preparo e emprego, de forma condizente com a dimensão político-estratégica do Brasil.

Esses documentos definem a postura estratégica dissuasória adotada pelo País, que prima por uma política ativa de diplomacia voltada à paz e ao desenvolvimento; à manutenção da relação de amizade e à cooperação com os países vizinhos e com a comunidade internacional, baseada na confiança e no respeito mútuo.

O Plano Plurianual 2012-2015 instituiu programas temáticos, os quais passaram a expressar as áreas de atuação do governo. Nesse contexto, o Tema "Defesa Nacional" deu origem ao Programa 2058 - Política Nacional de Defesa, composto de 20 objetivos, relacionados às áreas de Defesa Terrestre, Aérea e Naval; Proteção da Amazônia; Atuação combinada e conjunta das Forças Armadas; Logística e Mobilização; Cooperação internacional na Área de Defesa e Atuação Subsidiária das Forças Armadas.

Defesas Terrestre, Aérea e Naval

Como forma de potencializar a capacidade de defesa terrestre do País, faz-se necessário aperfeiçoar as estruturas operacionais do Exército Brasileiro. Nesse sentido, são prioridades do Governo:

- o adestramento e o preparo dos efetivos das Forças Armadas;
- a adequação de organizações militares e a execução de projetos estratégicos, a exemplo do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), Projeto Proteger, Defesa Cibernética, Guarani, Astros 2020; e
- o Projeto Estratégico de Defesa Antiaérea.

Constituem-se objetivos da área de defesa terrestre:

- a adequação e a otimização da infraestrutura de instalações do Exército;
- o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicações;
- a adequação e ampliação dos meios operativos do Exército;
- a elevação da capacidade operacional; e
- a promoção do desenvolvimento e da capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército.

No intuito de manter a soberania do espaço aéreo nacional, o governo vem promovendo, sistematicamente, a adequação da frota de aeronaves e dos meios empregados na área de segurança de voo e de controle do espaço aéreo, com foco no preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB) e investindo na qualificação da mão-de-obra e na estrutura de apoio.

Contribuem para o aperfeiçoamento da capacidade de defesa aérea os seguintes objetivos:

- promoção da circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil;
- elevação da capacidade operativa da Força Aérea Brasileira;
- promoção do desenvolvimento e da capacitação tecnológica aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional; e
- adequação dos meios operacionais da Força Aérea Brasileira, para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial e adequação da infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

No âmbito da defesa aérea, merecem destaque os projetos de aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR), do cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (KC-390), das aeronaves de caça e sistemas afins (FX-2), do veículo não tripulado (Vant), bem como os de modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados.

Assegurar a capacidade de defesa naval e de segurança marítima constitui-se em um dos objetivos do Governo Federal, no âmbito do Programa Política Nacional de Defesa. Dessa forma, são de grande relevância para o País os programas estruturantes do Poder Naval, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), Programa Nuclear de Marinha e do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz).

São objetivos relacionados à defesa marítima:

- a adequação dos meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima;
- a elevação da capacidade operativa da Marinha e a adequação da infraestrutura das instalações terrestres;
- a promoção da segurança da navegação aquaviária nas águas jurisdicionais brasileiras; e
- a promoção, desenvolvimento e capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Proteção da Amazônia

A presença brasileira ao longo da faixa de fronteira reflete a prioridade do governo brasileiro com o desenvolvimento sustentável, à integração nacional e à cooperação com os países fronteiriços nos aspectos referentes à segurança e ao combate aos ilícitos transnacionais.

Assim sendo, a proteção da Amazônia é mais uma área de atuação do Programa Política Nacional de Defesa, em razão da importância estratégica daquela região. Destacam-se, nesse tema, os objetivos de fortalecimento do Programa Calha Norte e o do Sistema de Proteção da Amazônia.

O Programa Calha Norte atua em duas frentes: Soberania (vertente militar), que consiste na implantação e ampliação de unidades militares das três Forças nas áreas de abrangência do Programa, e Desenvolvimento

Regional (vertente civil), que tem por finalidade implantar e desenvolver a infraestrutura básica nos Municípios da região abrangida pelo Programa.

O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) é o responsável pela geração, integração, disponibilização e utilização do conhecimento aplicado ao ambiente amazônico. Esse sistema é formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregada de integrar e gerar informações atualizadas para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, à inclusão e ao desenvolvimento sustentável da região.

Atuação combinada e conjunta das Forças Armadas

A prática de exercícios e operações conjuntas visa ao adestramento das Forças, a fim de que essas estejam preparadas para promover a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, a qualquer tempo e sob quaisquer circunstâncias. A atuação combinada e conjunta das Forças Armadas proporciona ganho de produtividade e efetividade às atividades militares.

O objetivo correspondente às atividades combinadas e conjuntas das Forças Armadas e as de comunicação, comando e controle, no Programa de Política Nacional de Defesa, é o de ampliar a capacidade das Forças Armadas para operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias de comunicações, comando e controle.

O Sistema de Comunicação Militar por Satélite (Siscomis) e o Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted) são as principais ferramentas de suporte às comunicações militares e ao comando ao controle.

O Siscomis foi concebido com o propósito de prover as Forças Armadas de um sistema de comunicações estratégicas de alta capacidade, confiabilidade e segurança. O Sisted tem por finalidade a padronização e a parametrização das diversas plataformas de comunicação (navais, terrestres e aéreas) das Forças Armadas.

Logística e Mobilização

Também são de grande importância para a defesa de um País a manutenção do nível adequado de adestramento das tropas e a disponibilidade de meios materiais, assim como a prontidão logística e o poder de mobilização, que são condições essenciais para a elevação da capacidade operativa das Forças Armadas.

No Programa Política Nacional de Defesa, a interoperabilidade das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização está prevista no objetivo de elevação do nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização.

A Logística trata da previsão de necessidades e da provisão dos recursos para emprego das forças militares, sendo o seu maior propósito o de manter a máxima eficiência em situações de combate. O aspecto logístico é fundamental em todas as fases de conflito e de paz, sendo que nenhum plano estratégico pode ser considerado válido enquanto não se comprove sua capacidade de suporte logístico.

A mobilização militar é parte integrante do Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob), prevista na Constituição Federal (art. 22, inciso XXVIII e art. 84, inciso XIX). O ato de mobilizar significa reunir todos os recursos humanos, financeiros e materiais do País e canalizá-los para atender rapidamente aos esforços militares contra a agressão estrangeira.

Cooperação internacional na área de defesa

Outro objetivo do Programa Política Nacional de Defesa é o de promover a multilateralidade, que se dá por meio da cooperação e do intercâmbio na área de defesa, com países e organismos multilaterais. Essa cooperação ocorre por meio de parcerias estratégicas entre as Forças Armadas Brasileiras e de países amigos.

Atuação subsidiária das Forças Armadas

Do Programa Política Nacional de Defesa constam, também, as atividades desenvolvidas de forma subsidiária pelas Forças Armadas, a exemplo daquelas realizadas no âmbito do Projeto Rondon, Soldado Cidadão e Forças no Esporte (Profesp), com a finalidade de contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

O Projeto Rondon busca o estímulo da participação de universitários em ações de assistência social, desenvolvidas em comunidades carentes, como forma de propiciar a melhoria de vida social da população local e ao mesmo tempo despertar a consciência cidadã nos estudantes que participam do Projeto.

Por sua vez, o Projeto Soldado Cidadão, de grande relevância social, oferece oportunidades de formação profissional complementar aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas, a fim de facilitar-lhes o ingresso no mercado de trabalho, após concluírem a prestação do serviço militar.

Por fim, o Programa Forças no Esporte (Profesp) objetiva melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social de crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 17 anos, que estejam em situação de vulnerabilidade. O Profesp oferece ao seu público-alvo atividades esportivas, de reforço escolar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho.

Ainda no conjunto das atividades subsidiárias, as Forças Armadas desenvolvem ações de assistência a comunidades carentes; apoio à defesa civil; combate a crimes ambientais; apoio à realização de grandes eventos; garantia da lei e da ordem; ajuda humanitária, em âmbito nacional e internacional, e realizam obras em benefício do desenvolvimento nacional.

No tocante à cooperação com a construção e à recuperação da infraestrutura nacional, cabe ressaltar a contribuição das Forças Armadas na realização de obras de engenharia, em função de diversos projetos abrangidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Desempenho do Programa

Os indicadores de desempenho do Programa de Política Nacional de Defesa são: Adequação da Força Naval, Adequação da Força Aérea, Adequação da Força Terrestre, Monitoramento do Espaço Aéreo, Índice de Acidentes Aeronáuticos e Taxa de Acidentes Náuticos.

Quanto ao desempenho do Programa, de forma geral, os resultados dos indicadores apurados apontam para tendência de melhoria na adequação dos meios das Forças Armadas, embora os patamares alcançados não tenham sido os esperados para o final do plano.

Os indicadores de acidentes aéreos e navais e a taxa de vigilância do espaço aéreo apresentaram resultados positivos, haja vista a diminuição tanto dos acidentes aeronáuticos como dos navais e a ampliação da cobertura de monitoramento do espaço aéreo, na altitude de 20.000 pés.

O indicador Adequação da Força Naval, apurado em 2015, foi de 40,35%, percentual significativamente superior ao índice de referência de 20%. Apesar da evolução dos índices ao longo do ciclo, os novos meios navais (navios e submarinos), incorporados ao inventário, não foram suficientes para repor as baixas de equipamentos ocorridas no período.

O Índice de Adequação da Força Aérea Brasileira (FAB), que no ano de 2012 foi de 44,88%, retrocedeu nos últimos dois anos, atingindo em 2014 e 2015 40,11% e 42,61% respectivamente, motivado, principalmente, pela redução do aporte de recursos aos projetos de aquisição e modernização de meios operativos da FAB, o que influenciou a disponibilidade de aeronaves.

O indicador Adequação da Força Terrestre, ao longo do período de vigência do PPA 2012-2015, apresentou tendência de decréscimo. Em 2012 o índice apurado foi de 27,7%, tendo sido reduzido para 23,5% em 2013 e 17,64% em 2014.

Em 2015 ocorreu uma pequena melhora do percentual, que ficou em 20,06%, contudo, bastante inferior aos 32% esperados para o final do plano, patamar considerado necessário para a manutenção da capacidade operacional da Força Terrestre em nível adequado.

Quanto ao indicador de Monitoramento do Espaço Aéreo, que tem por referência a altitude de 20.000 pés, ao longo do PPA 2012-2015, observou-se um avanço significativo no índice, em relação ao percentual de referência de 89%, apurado em 2012, ressaltando-se que o auge do crescimento aconteceu no exercício de 2014, quando foi atingido o patamar de 93,13%, mantido em 2015.

O Índice de Acidentes Aeronáuticos (IAA) apresentou resultados positivos, ao longo do PPA 2012-2015, com números decrescentes no período. Em

2015, o IAA de 0,74% foi o menor de todo o quadriênio. Esse patamar, considerado normal, de acordo com os parâmetros do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), demonstrou que todos os segmentos da aviação apresentaram redução no número de acidentes, em especial a aviação regular, na qual não houve acidente no último ano do PPA.

No que se refere à Taxa de Acidentes Náuticos, houve redução na quantidade de acidentes no período. O índice apurado em 2015 foi de 1,08, o que representa uma redução de 3,57%, em relação à taxa de 1,12, obtida em 2012.

A melhora do indicador, observada ao longo do período, ocorreu em virtude da intensificação das atividades de controle e fiscalização de embarcações; do preparo e instrução de aquaviários e portuários e da realização de ações educativas, destinadas a navegantes, condutores e passageiros de embarcações.

Quanto aos recursos destinados ao Programa Política Nacional de Defesa, o montante consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA), em 2015, foi de R$ 16,5 bilhões e, ao longo do plano, de R$ 46,6 bilhões.

Os valores empenhados em 2015 foram de R$ 11,9 bilhões, aproximadamente, enquanto o valor empenhado no período do plano atingiu o montante de R$ 46,6 bilhões.

Os objetivos 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira; 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha e 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre, constituem-se nos mais expressivos, em termos de materialidade e relevância, visto que contemplam os grandes projetos de reaparelhamento das Forças Armadas, tais como os de aquisição e modernização de aeronaves, o desenvolvimento de submarinos, a aquisição de viaturas blindadas e a implantação de sistemas de defesas estratégicas.

O volume de recursos destinados a esses objetivos, considerando-se os referenciais da Lei Orçamentária Anual, foi de aproximadamente, R$ 7,1 bilhões, em 2015 e R$ 26,7 bilhões, no decorrer dos exercícios de 2012 a 2015; ou seja, 43% do total da LOA de 2015 e 58% do total da LOA do período de vigência do plano.

Objetivo 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

O Objetivo é composto de metas e iniciativas relacionadas à adequação dos meios operacionais da Força Aérea Brasileira (FAB). Essa adequação vem sendo realizada, principalmente, por intermédio da execução dos projetos de aquisição, revitalização e modernização de aeronaves e do desenvolvimento de novos equipamentos e sistemas, que vêm permitindo, desde o exercício de 2012, a renovação da frota, de modo a ampliar a capacidade operacional da FAB e possibilitar o atendimento às demandas de defesa e segurança de tráfego aéreo no território nacional.

Nesse objetivo estão inseridos os principais projetos e atividades de aquisição, desenvolvimento e modernização de aeronaves, tais como: a aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR), cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (KC-390), aeronaves de caça e sistemas afins (FX-2), modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados (AM-X) e outros.

O objeto contratado do Projeto H-X BR é a aquisição de 50 helicópteros EC-725 para atender as demandas das Forças Armadas. O contrato prevê a transferência de tecnologia, a fim de fomentar a indústria aeronáutica no Brasil e possibilitar o desenvolvimento completo de um helicóptero nacional, a partir de 2020.

O KC-390 é uma aeronave de transporte militar, preparada para realizar operação de evacuação, busca, resgate, combate a incêndio florestal, cargueiro que, também, pode ser usado para o reabastecimento de helicópteros e caças de alto desempenho.

O Projeto FX-2 é um programa de reequipamento e modernização da frota de aeronaves militares supersônicas da Força Aérea Brasileira (FAB), que vai produzir caças de última geração.

Além da grande importância da incorporação dessas aeronaves à frota brasileira, para a atuação da FAB na sua missão de monitoramento do espaço aéreo brasileiro, propiciará boas perspectivas quanto à propiciar oportunidades de negócios para a indústria aeronáutica nacional e intensificar a cooperação técnica e comercial entre o Brasil e a Suécia.

O Projeto AM-X visa à modernização da aeronave de ataque ar-superfície usado para missões de interdição, apoio aéreo aproximado e reconhecimento aéreo da Força Aérea Brasileira. A modernização desse avião permite à FAB ampliar a capacidade operacional e de sobrevivência dessa aeronave em ambientes hostis.

Objetivo 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

A necessidade de dotar o Poder Naval com meios modernos é uma questão essencial para a proteção da nossa plataforma continental, que dispõe de abundantes recursos naturais, destacando-se o petróleo.

Para que o Brasil possa continuar fazendo uso do mar e explorando suas riquezas, é necessário dotar a Marinha do Brasil de meios modernos, de forma a garantir sua capacidade de dissuasão a eventuais ameaças a esse patrimônio, bem como preservar a soberania nacional sobre o mar territorial e águas interiores.

As principais metas e iniciativas desse objetivo são relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e ao Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), projetos empreendidos pela Marinha do Brasil.

O Prosub abrange a implantação dos estaleiros de construção e de manutenção e uma base naval; a construção de quatro submarinos convencionais (S-BR) e o desenvolvimento do projeto e a construção de um submarino com propulsão nuclear (SN-BR).

O SisGAAz compreende um sistema de defesa estratégico para a soberania nacional, que permitirá o monitoramento da área representada pela zona econômica exclusiva e a plataforma continental, abrangendo aproximadamente 4,5 milhões de km², as águas jurisdicionais brasileiras e as áreas de responsabilidade do País, para operações de socorro e salvamento.

Objetivo 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

O objetivo de adequação e ampliação dos meios operacionais do Exército Brasileiro consiste no aperfeiçoamento de suas estruturas operacionais, de forma a compatibilizá-las com a evolução da Força Terrestre e com a necessidade do País de se fazer presente, com prontidão, em qualquer área de interesse estratégico.

No âmbito do objetivo, estão inseridos os projetos considerados estratégicos para o Exército Brasileiro, a exemplo do Proteger, Defesa Antiaérea, Guarani e Astros 2020.

O Projeto Proteger foi concebido a partir da necessidade do estado de proteger as suas estruturas terrestres estratégicas, com o objetivo de ampliar a capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência; na proteção da sociedade; no apoio à defesa civil; e na realização de ações de garantia da lei e da ordem.

O principal objetivo do Projeto Estratégico de Defesa Antiaérea é dotar a Força Terrestre da capacidade de defesa das estruturas estratégicas terrestres do País, resguardando-as de possíveis ameaças provenientes do espaço aéreo.

Sua principal finalidade é reequipar as atuais organizações militares de artilharia antiaérea do Exército Brasileiro, mediante a aquisição de novos meios, modernização dos meios existentes, desenvolvimento de itens específicos pelo fomento à Indústria Nacional de Defesa, capacitação de pessoal e a implantação de um sistema logístico integrado, para oferecer suporte aos produtos de defesa durante todos os seus ciclos de vida.

O Projeto Guarani tem por objetivo transformar as organizações militares de infantaria motorizada em mecanizada e modernizar as organizações militares de cavalaria mecanizada, com o desenvolvimento das novas famílias de viaturas blindadas de rodas, a fim de dotar a Força Terrestre de meios eficientes de dissuasão e defesa do território nacional.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

OBJETIVO: 0464 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA AEROESPACIAL.	VALORES LIQUIDADOS (R$ 1,00)	
	2014	2015
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	684.854.863,73	652.271.279,83
RPNP (2)	892.396.569,93	714.320.612,51
Gastos Tributários	0,00	0,00
TOTAL DO OBJETIVO	1.577.251.433,66	1.366.591.892,34

Fonte: Siop, 06 de janeiro de 2016.

(1) Valores liquidados no ano, relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano, relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Em 2015, cerca de 75% das despesas liquidadas decorreram dos projetos de aquisição de aeronaves (F-X2) e do cargueiro tático militar e da modernização e revitalização de aeronaves da Força Aérea Brasileira.

Dos restos a pagar liquidados em 2015, aproximadamente, 77% (R$ 555.291.068,31) resultaram do Projeto de aquisição de helicópteros (H-X BR).

No exercício de 2014, as despesas mais relevantes decorreram do Projeto H-X BR, destinado à aquisição de helicópteros de médio porte, aquisição de aeronaves e do Projeto de Modernização e revitalização de aeronaves. Ao todo, essas despesas representaram 93% do total liquidado do exercício.

OBJETIVO: 0519 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA MARINHA PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA E SEGURANÇA MARÍTIMA.	VALORES LIQUIDADOS (R$ 1,00)	
	2014	2015
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.866.899.530,74	1.119.312.495,41
RPNP (2)	1.074.237.715,86	952.821.679,96
Gastos Tributários	0,00	0,00
TOTAL DO OBJETIVO	2.941.137.246,60	2.072.134.175,37

Fonte: Siop, 06 de janeiro de 2016.

O Objetivo 0519 engloba os principais projetos da Marinha, relacionados à recuperação da sua capacidade operacional, incluindo-se nesses, o Programa de Construção de Submarinos (Prosub) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), bem como a obtenção de novos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais ou a modernização do inventário existente.

Em 2015, o valor liquidado do exercício foi 40% inferior ao de 2014, o que pode ser justificado pelas restrições de ordem orçamentária ocorridas no exercício. Do valor liquidado do exercício de 2015, 46% referem-se ao Projeto de Implantação do Estaleiro e da Base Naval, para construção de submarinos convencionais e nucleares.

Em decorrência das restrições orçamentárias, as obras de construção do estaleiro e da base naval do Prosub tiveram o seu ritmo reduzido.

OBJETIVO: 0532 - ADEQUAR E AMPLIAR OS MEIOS DO EXÉRCITO PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE OPERACIONAL TERRESTRE VISANDO CONTRIBUIR COM A PROTEÇÃO E A SEGURANÇA DA SOCIEDADE E DO ESTADO.	VALORES LIQUIDADOS (R$ 1,00)	
	2014	2015
No Exercício (1)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	301.179.118,45	301.659.823,02
RPNP (2)	869.895.609,85	281.281.646,80
Gastos Tributários	0,00	0,00
TOTAL DO OBJETIVO	1.171.074.728,30	582.941.469,82

Fonte: Siop, 06 de janeiro de 2016.

As despesas realizadas no âmbito do Objetivo 0532 são oriundas dos projetos de aquisição de sistemas de artilharia antiaérea; modernização dos batalhões de engenharia do Exército; obtenção de meios; implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020 e do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger) e aquisição de blindados Guarani.

O valor liquidado no exercício 2015 foi muito próximo ao de 2014, com apenas um pequeno crescimento de 0,16%. Em contrapartida, em 2015, houve redução de cerca 68% dos valores liquidados na rubrica de restos a pagar não processados, devido ao grande volume de entregas, em 2014, de bens e serviços oriundos de contratos de modernização de meios do Exército e de aquisição dos Blindados Guarani.

Deve ser destacado que, em 2015, o maior volume de despesas liquidadas do exercício decorreu da aquisição dos Blindados Guarani (R$ 130.042.866) e da obtenção de meios do Exército (R$ 130.222.080), representando 47% do total.

ANÁLISE DAS METAS QUANTITATIVAS

OBJETIVO 0464 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA AEROESPACIAL.

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Adquirir 45 aeronaves	Unidade	45	6	9	18	20	44,44%	Comando da Aeronáutica
Modernizar 20 aeronaves	Unidade	20	5	21	37	47	235%	Comando da Aeronáutica
Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015	Percentual	70,00	0	1,47	17,37	37,50	53,57%	Comando da Aeronáutica

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 16 de janeiro de 2016.

Meta: Adquirir 45 aeronaves.

No que diz respeito à aquisição de aeronaves, no período de 2012 a 2015, foram incorporados à frota da FAB um total de 20 unidades, sendo: quatro caças de ataque leve, modelo AL-X Super Tucano, um helicóptero CH-60 - Black Hawk; duas aeronaves de transporte leve, modelo C-98 Caravan; três veículos não tripulados (Vant); três helicópteros AH-2 Sabre (MI-35); e sete helicópteros EC-725. Deve-se ressaltar que a meta prevista não foi alcançada devido às restrições orçamentárias ocorridas no período, que culminaram em renegociações contratuais e reprogramação de cronogramas dos projetos em andamento e, também, devido ao fato de o processo de escolha da empresa fornecedora das 36 aeronaves de combate (Projeto F-X2), ter sido concluído somente em 2015.

Meta: Modernizar 20 aeronaves.

No tocante à modernização de aeronaves, no período de 2012 a 2015, foram modernizadas 47 unidades, sendo 31 do modelo C-95; três do P-95; três de combate, do tipo A-1M (Projeto AM-X); uma de combate, modelo F-5FM biposto e nove aeronaves-patrulha P-3. Em 2015, foram recebidas mais dez aeronaves, sendo oito do modelo C-95M Bandeirante e duas de patrulha marítima P-95 Bandeirulha. A meta prevista para o período atingiu o percentual de 235% devido à inclusão posterior, no rol das unidades modernizadas, das aeronaves C-95 e P-95. Entretanto, foram necessárias sucessivas repriorizações e renegociações de projetos contratados, tais como aqueles referentes à modernização das aeronaves modelo F-5M, E-99 e A-1M e ao Link BR2, que tiveram sua cadência de execução significativamente reduzida.

Meta: Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.

Inicialmente, estava prevista a adequação de oito sistemas bélicos, ao longo do PPA 2012-2015, contudo, só foi possível a continuidade da implantação de três Sistemas: Armamento do P-3AM; Bomba Guiada a Laser e Suporte Logístico para os Pod Reccelite e Litening.

No exercício de 2015, foi dado o prosseguimento das etapas contratuais dos três projetos, destacando-se, a aquisição de 70 kits de guiagem a laser para bombas de fins gerais e a assinatura dos contratos de suporte logístico e de fornecimento de peças para os Pod Reccelite e Litening, equipamentos destinados ao levantamento de imagens e designação de alvos a laser, respectivamente. Ao final do plano, a meta ficou no patamar de 53,57%, desempenho, em parte, justificado por restrições orçamentárias e dificuldades técnicas, decorrentes do desenvolvimento e domínio de novas tecnologias, a exemplo daquelas ocorridas com a aquisição do conjunto de guiagem GPS para bombas de fins gerais e do Míssil MAR-1 e; a integração do Míssil A-Darter.

OBJETIVO 0519 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA MARINHA PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA E SEGURANÇA MARÍTIMA.

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub	Unidade	1	0,15	0,15 (*)	0,49	0,55	55,00%
Conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR)	Percentual	100	3	18 (**)	28	33	33,00%
Construção de 27 Navios-Patrulha de 500 t	Unidade	27	2	2	2	2	7,41%
Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (S-BR3)	Percentual	20	0	0	00,2	1,39	6,95%
Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (S-BR2)	Percentual	50	0	2,5	2,8	11,17	22,34%
Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1)	Percentual	80	4	30,66	43,76	43,81	54,76%
Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015	Percentual	100	10	28	35	35	35,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 16 de janeiro de 2016 / Marinha do Brasil

(*) A quantidade realiza em 2013 permaneceu em 0,15, apesar de não ter sido informada no SIOP.

(**) O percentual realizado em 2013 foi de 18%, apesar de não ter sido informada no SIOP.

Deve-se ressaltar, inicialmente, que a maioria dos projetos relativos às metas do Objetivo 0519 tiveram seus cronogramas físico-financeiros ajustados, sendo, na maioria dos casos, em virtude de dificuldades de ordem orçamentária.

Ressalta-se, ainda, que, em função do cenário fiscal restritivo, foram apresentadas propostas de ajustes nos percentuais das metas de execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (S-BR3); execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (S-BR2) e execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR10), quando dos processos de Revisão do PPA 2012-2015, as quais não foram acatadas.

Meta: Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub.

O Estaleiro e a Base Naval compreendem a infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares, além de outras organizações de suporte logístico.

Em 2014, teve continuidade a primeira fase de implantação do Programa, com as obras de construção da base e do estaleiro naval, iniciadas em 2012, no Município de Itaguaí/RJ, e com a conclusão das edificações e das estruturas metálicas dos prédios, onde serão abrigados os profissionais das atividades inerentes à construção dos submarinos.

Em 2015, tiveram prosseguimento às obras do estaleiro de construção, com a montagem eletromecânica dos equipamentos do prédio principal, bem assim foram concluídas as obras de construção do pátio de manobra de submarinos e iniciada a montagem dos elementos da estrutura metálica do estaleiro de manutenção.

A descontinuidade dos investimentos esperados para os anos de 2012 a 2015 ensejou a reprogramação das atividades do projeto de conclusão do estaleiro e da base naval do Prosub, o que, consequentemente, influenciou o não atingimento da meta prevista.

Meta: Conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR1).

Em 2015, prosseguiu-se na implantação fase B do projeto preliminar do 1º Submarino de Propulsão Nuclear, iniciado em 2012, que compreende: a transferência de tecnologia; a assistência técnica; a transferência de know how; o fornecimento de documentos e informações técnicas; o treinamento, suporte e a expertise. Devido às dificuldades técnicas e gerenciais ocorridas, a fase B da conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear deverá ter seu prazo estendido por um ano, passando de janeiro de 2016 para o mesmo mês em 2017. Esse fato justifica o percentual da meta de 33%, ao final de 2015.

Meta: Construção de 27 Navios-Patrulha (NPa) de 500 toneladas.

Quanto à construção dos 27 navios-patrulha de 500 toneladas, foram recebidos os navios NPa "Macaé" e "Macau", construídos pelo Estaleiro Inace, que eram as unidades provenientes do primeiro lote de fabricação.

O segundo lote, composto de cinco navios, seria construído pelo Estaleiro Eisa, do Rio de Janeiro/RJ, e tinha previsão inicial de entrega no período de 2014 a 2016. Entretanto, a empresa descumpriu cláusula contratual, relativa ao objeto contratado e, apesar de sucessivas tentativas de renegociação, não foi possível um acordo entre as partes. Dessa forma, em setembro de 2015 foi instaurado o processo de rescisão contratual.

Em virtude das dificuldades contratuais, já mencionadas e da insuficiência de recursos orçamentários, desde o início de vigência do PPA 2012-2015, a meta de construção de 27 navios-patrulha, até 2015, foi inviabilizada.

Meta: Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (S-BR3).

Somente em 2015 foi iniciada a construção do terceiro submarino de propulsão convencional, tendo sido realizado o corte da primeira chapa de seu casco no mês de janeiro.

Concomitantemente, foram recebidos materiais como chapas de aço, anéis de conexão, consumíveis de soldagem, além de outros, necessários à construção do submarino. No período de 2012 a 2015, não foram aportados os recursos esperados para o projeto, fato que comprometeu a evolução da meta, que atingiu apenas de 6,95% de execução.

Meta: Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (S-BR2).

No exercício de 2013 deu-se início a construção do segundo submarino convencional (S-BR2), com o começo da fabricação das cavernas e do casco resistente, etapas que tiveram continuidade em 2014.

Em 2015, o S-BR2 teve continuada a fabricação de suas cavernas e do seu casco resistente, cujas subseções encontram-se em fase avançada de montagem.

Nesse propósito, deu-se continuidade às etapas de recebimento de materiais, sendo que as referentes às chapas para o casco resistente, chapas de aço estrutural, consumíveis de soldagem e tubos e acessórios foram concluídas.

A escassez de recursos orçamentários no período de 2012 a 2015 comprometeu os investimentos no projeto, fato este que culminou na execução de 22,34% da meta.

Meta: Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1)

Em 2014, o primeiro submarino convencional (S-BR1) teve suas primeiras seções produzidas na França e trazidas ao Brasil, onde sua construção teve andamento.

Em 2015, a construção do S-BR1 cumpriu o cronograma estabelecido em contratos firmados com as empresas DCNS do Brasil Serviços Navais Ltda. e Itaguaí Construções Navais (ICN), com a finalização das obras do casco resistente e o início da instalação das estruturas leves nas seções já prontificadas.

Meta: Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação Anual da Marinha, no período de 2012 a 2015.

A quantidade de meios operativos a serem obtidos pela Marinha do Brasil totalizou 108 unidades, previstas no planejamento para o período 2012-2015, incluindo-se nesses os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Ao longo do período de 2012 a 2015, novos meios vêm sendo incorporados aos setores operativos da Marinha, conforme a disponibilidade de recursos e as condições técnicas por parte das empresas contratadas.

No exercício de 2015, relativamente aos meios navais, houve o acréscimo do navio de pesquisa hidroceanográfico (NPqHo) Vital de Oliveira que, apesar da significativa relevância para a área de ciência e tecnologia, não se trata de um meio operativo.

Quanto aos meios aeronavais, a Marinha recebeu, em 2015, dois helicópteros SH-16 "Seahawk"; três helicópteros H225M "Super Cougar", do Programa H-XBR e a primeira unidade modernizada da aeronave de interceptação e ataque AF-1/1A.

Relativamente aos meios de fuzileiros navais, foi entregue à Marinha a última unidade da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal sobre Rodas Piranha IIIC, bem assim prontificadas doze viaturas de transporte de pessoal sobre lagarta (VtrBldEsp) M-113A1.

A evolução da meta do período do PPA 2012-2015 foi de 35%, em razão de restrições orçamentárias e problemas contratuais, a exemplo do ocorrido com o Estaleiro Eisa, que deixou de entregar os navios-patrulha de 500 toneladas, referentes ao segundo lote contratado.

OBJETIVO 0532 - ADEQUAR E AMPLIAR OS MEIOS DO EXÉRCITO PARA ASSEGURAR A CAPACIDADE OPERACIONAL TERRESTRE VISANDO CONTRIBUIR COM A PROTEÇÃO E A SEGURANÇA DA SOCIEDADE E DO ESTADO.

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2012	2013	2014	2015	
Implantar 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)	Percentual	10	-	1	2,5	3	30%
Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea	Percentual	40	-	5	8	9,45	23,62%
Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados	Percentual	16	4	6	8	13,54	84,62%

Fonte: Comando do Exército / Siop, em 16 de janeiro de 2016.

Meta: Implantar 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger).

Essa meta, no período de 2012 a 2014, alcançou um percentual de 2,5%, sendo que as principais realizações do período foram: a aquisição de instrumentos de pontaria e precisão para armamentos e equipamentos e de cerca de 2.000 viaturas operacionais e de comando e controle; a elaboração dos projetos de adequação de centros de coordenação de operações interagências e a contratação de serviços para adequação de instalações e para o funcionamento de sistemas de comunicações.

Em 2015, a despeito das restrições orçamentárias, foi dada continuidade à aquisição de equipamentos para o desenvolvimento do Projeto Piloto do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências Móvel, a ser implantado na área do Comando Militar do Leste, no decorrer das Olimpíadas 2016, e ajustados os requisitos para o desenvolvimento do Sistema Protetor, software integrador e de apoio à decisão.

Havia, inicialmente, uma previsão de se implantar 20% do Sistema, entretanto, foi solicitada a redução desse percentual para 10%, na revisão do PPA 2012-2015, ocorrida no exercício de 2015, tendo em vista as limitações orçamentárias do período. Mesmo com a reprogramação da meta, o percentual de realização ficou no patamar de 30%, pelas razões já mencionadas.

Meta: Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea.

No período de 2012 a 2014, foram adquiridos oito centros de operações de artilharia antiaérea; cinco radares de busca Saber M60; 19 Viaturas de transporte 3/4 toneladas; sete conjuntos de material de comunicações; 68 equipamentos de rádio das viaturas de combate do Sistema de Artilharia Antiaérea. Além disso, foram estruturadas as salas do simulador do sistema de míssil telecomandado RBS 70 e adequadas às instalações da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.

Em 2015, destaca-se o recebimento de lote do Sistema RBS 70, composto de equipamentos de dois postos de tiro, seis aparelhos de pontaria noturna e dois simuladores, 33 viaturas VBC Gepard, cinco radares Saber M60, e, ainda, o desenvolvimento do Radar Saber M200 Vigilante, dentre outros. O percentual previsto para o período do PPA 2012-2015 era de 40% de implantação do Projeto de Defesa Antiaérea, contudo, diante das dificuldades orçamentárias, se fez necessária a revisão do projeto, portanto a execução da meta, no quadriênio, alcançou 9,45%.

Meta: Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados.

A meta de obtenção da nova família de Blindados Guarani contempla também a adequação da infraestrutura de organizações militares. Assim, de 2012 a 2014, foi dada a continuidade da execução das obras de infraestrutura no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR e no Centro de Instrução de Blindados, localizado em Santa Maria-RS. No mesmo período, foram recebidas 128 viaturas do tipo VBTP-MR Guarani, distribuídas para doze organizações militares.

Em 2015, o Projeto Estratégico Guarani teve prosseguimento com a aquisição de 52 viaturas, com entrega prevista para 2016, e com a conclusão das obras no Centro de Instrução de Blindados e no 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado. Não foi possível avançar nas demais obras de infraestruturas previstas para o ano. Os cronogramas de aquisição dos Blindados Guarani, bem como de realização de algumas obras de infraestrutura, tiveram de ser reformulados, devido às restrições orçamentárias ocorridas.

PARTE V - RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO - EXERCÍCIO DE 2015

Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 atribuiu ao Congresso Nacional, mediante controle externo, e ao Sistema de Controle Interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário o dever de realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e de suas entidades da administração direta e indireta, conforme caput do artigo 70. Ainda, em seu artigo 74 e incisos, estabeleceu que o Sistema de Controle Interno de cada Poder tem a finalidade de:

- avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; e
- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em complementação às disposições trazidas pela Constituição Federal acerca do papel do Sistema de Controle Interno, a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, em seu art.21, estabeleceu, especificamente com relação ao Poder Executivo Federal, que:

> *Art. 21. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal compreende as atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e de avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização.*

Ainda, a Lei nº 10.180 atribuiu à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC – o papel de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, ao qual, entre outras atribuições, foi imputada a competência para elaborar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República a ser encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos do art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal.

Com relação especificamente à competência de elaborar a Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR –, o artigo 36 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – TCU –, em seu parágrafo único, também abordou o tema, estabelecendo o conteúdo mínimo que deveria compor a PCPR, qual seja: balanços gerais da União e relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165 da Constituição Federal.

Por todo o exposto, visando atender às exigências constitucionais e legais aqui abordadas e, sobretudo, aumentando a transparência e promovendo a melhoria no processo de *accountabity*, a Controladoria-Geral da União apresenta na Prestação de Contas da Presidente da República o Relatório do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal referente ao exercício de 2015.

Este Relatório apresentará as principais ações desenvolvidas pela CGU ao longo do ano de 2015, de forma que os cidadãos possam se apropriar dessas ações que objetivam fortalecer a gestão dos administradores públicos, prevenir e combater a corrupção, bem como avaliar a execução orçamentária federal do exercício de 2015 e o alcance das metas estabelecidas no Plano-Plurianual 2012-2015.

O objetivo principal é prestar contas ao cidadão acerca da atuação da Controladoria-Geral da União e, assim, aproximar, cada vez mais, o Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal da sociedade.

Ressalta-se que, a despeito do estabelecido na Lei nº 10.180, o Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013, transferiu para a Controladoria-Geral da União o papel de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 1º do Anexo I.

Portanto, as atividades do denominado Sistema de Controle Interno que serão aqui abordadas envolvem, não apenas as ações da SFC, mas sim, todas as atividades desenvolvidas pelas demais secretarias da CGU.

A Controladoria Geral da União

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente o Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo Federal, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

Para desenvolver as múltiplas funções inerentes ao Sistema de Controle Interno, a Controladoria-Geral da União se organizou em quatro grandes unidades, quais sejam: Secretaria Federal de Controle Interno, Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, Ouvidoria-Geral da União e Corregedoria-Geral da União.

Para a Controladoria-Geral da União a transparência é o melhor antídoto contra corrupção, dado que ela é um mecanismo indutor para que os gestores públicos ajam com responsabilidade.

Uma gestão pública transparente permite à sociedade colaborar no controle das ações de seus governantes, com intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam.

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal representa a estrutura criada pelo Estado para fiscalizar a aplicação de recursos públicos, inibir a corrupção, evitar o desperdício, primar pela qualidade da gestão pública e pela efetividade das políticas públicas.

Compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:

- Controladoria-Geral da União, que exerce o papel de órgão central; e
- órgãos setoriais: as Secretarias de Controle Interno do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores, da Casa Civil e da Advocacia - Geral da União. No âmbito de suas jurisdições, os órgãos setoriais têm as mesmas competências do órgão central.

A área de atuação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno abrange todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, excetuados aqueles jurisdicionados aos órgãos setoriais. A CGU também deve exercer, como órgão central, a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, o Sistema de Correição e de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a necessária orientação normativa, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa esteja integrado.

Para promover a integração e a harmonização de entendimentos sobre matérias de competência do sistema, foi criada a Comissão de Coordenação de Controle Interno – CCCI do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, composta pelo titular do órgão central, que a preside, e pelos titulares dos órgãos setoriais.

Em 2015, houve deliberações que trataram de temas relevantes para o Controle Interno, cujas discussões podem ser obtidas no site da CGU (http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/comissao-de-coordenacao-de-controle-interno-ccci/documentos-de-reunioes).

Atuação da CGU em 2015

O objetivo deste capítulo é apresentar aos cidadãos as atividades desenvolvidas pela Controladoria-Geral da União ao longo do ano de 2015.

AUDITANDO E FISCALIZANDO	QUANTIDADE
•Auditoria Anual de Contas – AAC	345
•Avaliação da Execução dos Programas de Governo – AEPG	16
•Auditoria de Projetos de Recursos Externos	84
•Auditoria de Tomada de Contas Especial – TCE	2.638
•Análise de atos de pessoal – AP	53.806
•Fiscalização de Municípios – FM	105
•Operações Especiais – OE	32
•Avaliações de Integridade (pilotos)	04

PENALIZAÇÕES DE SERVIDORES 2015	QUANTIDADE
•Demissões	447
•Cassações de Aposentadoria	53
•Destituições de Cargo em Comissão	41
TOTAL	541

OUVINDO O CIDADÃO	QUANTIDADE
•Lei de acesso à informação	334.463 pedidos registrados
•Portal da Transparência	1,36 milhões de acessos mensais
Total	

ENFRENTANDO A CORRUPÇÃO	DADOS
•Escala Brasil Transparente	2.079 análises
•Programa Brasil Transparente	84 novos parceiros
•Concurso Desenho e Redação	12.000 trabalhos
•Programa Olho Vivo no Dinheiro Público	847 cidadãos capacitados
•Conflito de Interesses	1.100 consultas
•Sistema e-Ouv	21.025 manifestações recebidas

5.1. AUDITANDO E FISCALIZANDO

Secretaria Federal de Controle Interno

A Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) é a unidade da CGU responsável por:

- avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional

Essas atividades são realizadas pela SFC, em conjunto com as unidades regionais, em todo o território nacional por meio de auditorias e fiscalizações sobre os recursos federais aplicados diretamente pelo Governo Federal ou aqueles administrados por estados, municípios ou terceiro setor, quando recebedores de transferências de recursos federais.

Auditorias e Fiscalizações

As atividades da SFC podem ser classificadas em três grandes eixos de controle, quais sejam: prevenção, detecção e correção.

Esses eixos, todavia, não são totalmente segregados. Muitas ações de controle, a despeito de serem classificadas em eixo determinado, podem englobar atividades relativas aos demais eixos.

Por exemplo, ao realizar auditorias sobre a prestação de contas dos gestores ou avaliação dos resultados da gestão têm-se um olhar sobre os fatos ocorridos no passado visando detectar possíveis erros.

Todavia, tais ações de controle visam, também, proferir recomendações no sentindo de evitar futuros problemas, minimizar futuros riscos, atuando assim de forma preventiva, por meio de revisões normativas, redesenho de processos, usos e alocação eficiente de recursos e de pessoas, transparência do processo decisório e etc.

5.1.1. Controles Preventivos

Os controles preventivos são normalmente concebidos para reduzir a frequência de materialização de eventos de risco, agindo sobre a probabilidade de sua ocorrência, evitando-a. Auxilia para que os fatos aconteçam de acordo com o que foi planejado.

Avaliação da Integridade

Em 2015, a Secretaria Federal de Controle Interno trabalhou na elaboração de uma nova metodologia para a avaliação das medidas de integridade em empresas estatais. Essas medidas dizem respeito a políticas e instrumentos voltados para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e de fraude.

A nova metodologia permite avaliar as medidas de integridade adotadas pelas empresas estatais sob as óticas da existência, qualidade e efetividade. Essa avaliação considera diversos aspectos, como, por exemplo: comprometimento da alta administração; padrões de conduta e código de ética aplicáveis aos empregados e administradores; treinamento e comunicação; canais de denúncia; diligências prévias à contratação e medidas de supervisão de fornecedores; transparência, etc.

A metodologia foi testada com quatro avaliações-piloto desenvolvidas no Banco do Nordeste, Empresa de Correios e Telégrafos, Furnas e Eletronorte, realizadas no segundo semestre de 2015. A escolha dessas estatais ocorreu em função da área de atuação: financeira, logística e elétrica. A ideia foi diversificar a análise das políticas de *compliance*, em razão das especificidades de cada setor econômico, seus aspectos de materialidade e de risco a fraudes.

O objetivo do trabalho foi avaliar a existência, a qualidade e a efetividade de políticas e programas voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e de atos de corrupção.

De modo geral, as avaliações demonstraram que algumas medidas de integridade estão presentes nas estatais por força de legislações, regulamentações ou de práticas disseminadas entre as instituições públicas. É o caso, por exemplo, das ouvidorias, que cumprem o papel de recebimento de denúncias; ou das medidas de transparência, influenciadas diretamente pela Lei de Acesso à Informação (LAI). No entanto, a CGU verificou também que diversas medidas de integridades ainda estão em estágio embrionário ou inexistem nas empresas.

Nas quatro empresas avaliadas, verificou-se a existência de Código de Ética, tendo sido observada, no entanto, a necessidade de intensificação das comunicações emitidas pela alta administração em relação aos padrões éticos e de conduta esperados, de modo que essa instância figure como principal incentivadora e divulgadora da integridade nas empresas.

Em duas das estatais foi verificada a existência de área específica responsável pelas políticas de integridade. Nas outras duas, o tema vem sendo conduzido por várias áreas.

Em relação ao treinamento e à comunicação relativos ao tema integridade, foi identificada, nas quatro empresas, a necessidade de seu aprimoramento. Com relação especificamente ao treinamento, identificou-se, também, a necessidade de se avaliar o impacto efetivo de tais capacitações.

Em todas as empresas foi verificada a existência de canais destinados à recepção de denúncias, tanto do público interno, quanto externo.

A partir das fragilidades e das oportunidades de melhoria identificadas, as estatais se comprometeram a elaborar um plano de ação, com vistas a promover o aprimoramento dos mecanismos de integridade ao longo de 2016. A adoção de providências será monitorada pela CGU.

Dando continuidade ao trabalho de reforço à atuação preventiva nas estatais federais, a CGU irá realizar, ao longo de 2016, mais 27 auditorias de avaliações de integridade.

Também foi lançado, em 2015, o Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais, destinado:

- à alta direção das empresas estatais do Poder Executivo Federal, que pode utilizá-lo como apoio para implantar ou aprimorar seus Programas de Integridade, buscando o cumprimento de normas anticorrupção aplicáveis à entidade;
- àqueles que estejam envolvidos na implantação de instrumentos, processos e estruturas do Programa de Integridade nas empresas estatais, e que necessitem de um documento que contenha os elementos essenciais geralmente abordados na legislação para implantação e manutenção do Programa; e
- aos demais profissionais das empresas estatais e demais interessados que estão iniciando programa de integridade.

Mais do que apenas um conjunto de diretrizes teóricas, o Guia reúne exemplos e boas práticas, sempre adaptadas à realidade específica das empresas estatais, reconhecendo a legislação a que estão sujeitas e que, em muitos casos, impacta diretamente o tipo de mecanismos de integridade que podem e devem implementar.

Para apoiar a construção ou aperfeiçoamento dos programas de integridade em empresas estatais, o Guia apresenta uma lógica de visão sistêmica do programa concatenando seus principais elementos.

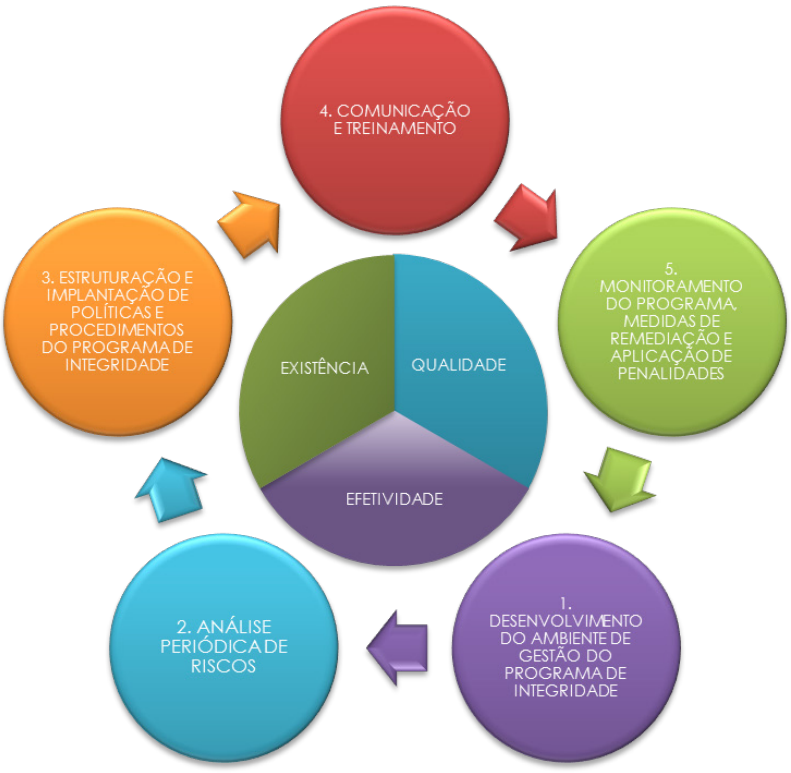
A estrutura integrada do programa de integridade das empresas estatais, apresentada abaixo, traz um ciclo com 5 componentes e 15 elementos, para estruturar de forma lógica o programa de integridade.

Cada um dos 15 elementos deve ser abordado sob os aspectos da existência, da qualidade e da efetividade.

Estes mesmos elementos, estruturados nos cinco componentes do programa, são objeto de avaliação no escopo da metodologia de auditoria de integridade que foi testada em 2015 e que será utilizada nas 27 avaliações a serem realizadas em 2016.

A seguir encontra-se a estrutura do programa de integridade das empresas estatais.

ESTRUTURA INTEGRADA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DAS EMPRESAS ESTATAIS



1. DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTE DE GESTÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

1.1. Comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluindo os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao Programa.
1.2. Independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização de seu cumprimento.

2. ANÁLISE PERIÓDICA DE RISCOS

2.1. Análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao Programa de Integridade

3. ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

3.1. Padrões de conduta e código de ética aplicáveis a todos os empregados e administradores, independente de cargo ou função exercidos;
3.2. Políticas e procedimentos de integridade a serem aplicadas por todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;
3.3. Registros e controles contábeis que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica;
3.4. Diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
3.5. Verificação, durante os processos de cisões, fusões, incorporações e transformações, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
3.6. Canais de denúncias adequados e suficientes e política de incentivo às denúncias e proteção aos denunciantes;
3.7. Processo de tomada de decisões.

4. COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO

4.1. Treinamentos periódicos e comunicação sobre o Programa de Integridade;
4.2. Transparência da pessoa jurídica

5. MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE E MEDIDAS DE REMEDIAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES

5.1. Monitoramento contínuo do Programa de Integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos;
5.2. Procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
5.3. Aplicação de medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade.

Programa Capacita

O Programa Capacita é uma iniciativa da CGU que objetiva promover a melhoria da gestão de recursos públicos por meio da oferta continua de orientações e capacitações a gestores federais em áreas relacionadas à atuação do Controle Interno.

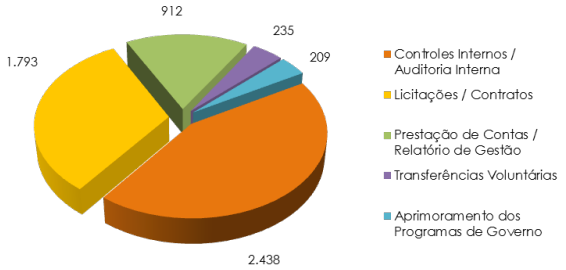
Busca fortalecer o controle preventivo, valorizar as iniciativas de interação com os gestores públicos federais e promover a melhoria da gestão dos recursos públicos.

Em 2015, foram capacitados por meio desse programa mais de cinco mil servidores federais em temas relativos ao controle interno.

Os cursos são oferecidos de acordo com as necessidades e os temas de interesse dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. As modalidades de eventos são: à distância, seminários, palestras, oficinas, dentre outras. As capacitações são realizadas tanto pelas unidades do órgão central, em Brasília, quanto pelas Unidades Regionais da CGU em todo o Brasil.

O gráfico ao lado apresenta a distribuição do quantitativo de servidores capacitados pela temática dos cursos:

QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS POR TEMA



Fonte: CGU/SFC

O quadro a seguir evidencia a distribuição por tema e unidade da federação.

CAPACITAÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

UF	CONTROLES INTERNOS / AUDITORIA INTERNA	LICITAÇÕES / CONTRATOS	PRESTAÇÃO DE CONTAS / RELATÓRIO DE GESTÃO	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	APRIMORAMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO	TOTAL
AL	26	49	49		49	173
AP			43			43
BA	30	22	123			175
CE	106					106
DF	847	519	305	1	160	1832
ES		28				28
GO	128	178	55			361
MG			70			70
MS	172	28				200
PA	494	173	173			840
PE	64	30	43			137
PI	21		16			37
PR	64	143				207
RJ	104	323				427
RN	23	68	35			126
RO	27	20				47
RR	45					45
RS	80					80
SC	28			234		262
SE	74	212				286
SP	105					105
TOTAL	2438	1793	912	235	209	5587

Fonte: CGU/SFC

Além dos cursos ofertados, o Programa disponibiliza no site da CGU a Coleção Capacita que pode ser acessada por qualquer interessado. Atualmente a coleção engloba seis cartilhas com perguntas e respostas que visam, especialmente, orientar os gestores e servidores que atuem nas áreas de: Diárias e Passagens; Licitações e Contratos Administrativos; Sistema de Registro de Preços; Tomada de Contas Especial e Transferências de Recursos da União.

Parceria com Auditorias Internas

O Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000 atribuiu à Secretaria Federal de Controle Interno a competência de avaliar o desempenho da auditoria interna das entidades da administração indireta federal. Nesse contexto, a SFC participou ativamente em 2015 das análises e discussões realizadas com vistas à atualização dos normativos que dispunham sobre a elaboração, a apresentação e o acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT). Em decorrência dos trabalhos, que também contaram com a participação de integrantes das auditorias internas e de Assessores Especiais de Controle Interno (AECI), foi editada a Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015.

A iniciativa está inserida no projeto "Dinamização das Auditorias Internas", que tem por objetivo fomentar a atuação dessas unidades, para que possam contribuir de forma decisiva em seus órgãos ou entidades para a efetividade dos controles internos (controle primário), para o fortalecimento da gestão e para a correção de rumos.

Na primeira etapa do projeto, além da publicação dos novos normativos, foi realizado diagnóstico destinado ao levantamento de práticas, boas experiências e dificuldades em termos de normativos, desenvolvimento de pessoal, sistemas informatizados, atividades desenvolvidas e formalização de procedimentos.

A partir da consolidação das informações, será possível, em 2016, mapear as ações necessárias em termos de integração de sistemas e possibilidades de melhoria na atuação conjunta das auditorias internas e da CGU, de forma a racionalizar as ações de controle e aprimorar a gestão dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Em complemento a este projeto, a SFC acredita que a participação em eventos conjuntos com unidades de auditoria interna é fundamental para o aperfeiçoamento de procedimentos e técnicas de auditoria, o estímulo ao intercâmbio de experiências e melhores práticas entre as unidades, o aprimoramento e atualização dos conhecimentos técnicos e normativos, a realização de cursos conjuntos de capacitação e a realização de auditorias integradas.

Nesse sentido, em 2015, houve participação da SFC nos seguintes eventos:

- 8º Encontro do Comitê Técnico de Auditoria promovido pelo Ministério da Integração Nacional (CTA/MI) e por suas unidades de auditoria interna;
- 1º Encontro de Auditorias Internas do Ministério do Meio Ambiente, promovido juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e
- FONAITec (duas edições) - Capacitação Técnica dos Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação.

Outro exemplo dos esforços empreendidos pela SFC para aproximação e fortalecimento das unidades de auditoria interna foi o evento promovido em parceria com o Banco Central com o objetivo de discutir avanços e desafios do controle interno, bem como debater as principais soluções informatizadas implantadas na atividade de auditoria.

Em 2015 foram realizados mais de 60 auditorias compartilhadas com unidades de auditoria interna de entidades vinculadas ao Ministério da Educação, Ministério da Previdência Social e Ministério da Integração Nacional.

5.1.2. Controles Detectivos

Utilizados para identificar eventos que possam comprometer o alcance dos objetivos de determinada política pública, os controles detectivos buscam avaliar a aplicação dos recursos públicos durante ou após sua execução e, se necessário, propor correção de rumos. No âmbito do Órgão Central do Controle Interno, várias atividades estão correlacionadas ao controle detectivo, quais sejam:

Avaliação de Programas de Governo - AEPG

A metodologia de Avaliação de Programas de Governo - AEPG visa avaliar a execução dos programas federais, o alcance dos seus objetivos e a adequação do seu gerenciamento. A metodologia envolve o mapeamento das políticas públicas, a hierarquização dos programas de governo e a priorização das ações de governo que serão avaliadas.

Essa priorização é feita mediante a aferição de critérios de materialidade, relevância e risco, a partir dos quais elabora-se um ranking dos programas e seleciona-se os que serão avaliados.

Para cada ação governamental priorizada, desenvolve-se estudo acerca de suas formas de execução e definem-se as questões estratégicas que serão respondidas ao longo da avaliação. Após o detalhamento da abordagem de avaliação, as verificações in loco são realizadas em todo o território nacional.

O passo seguinte é a consolidação e a análise das verificações, viabilizando a elaboração e a apresentação aos gestores federais de relatórios de acompanhamento que contêm recomendações, as quais são discutidas com os responsáveis pela execução das ações de governo avaliadas. Na sequência, inicia-se o ciclo de monitoramento das providências adotadas.

Ao longo do exercício de 2015, foram publicados 16 relatórios de Avaliação da Execução de Programas de Governo, conforme detalhamento a seguir:

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO - 2015

NÚMERO DO RELATÓRIO PUBLICADO	MINISTÉRIO	PROGRAMA AVALIADO
Relatório nº 35	Educação	Programa Universidade para Todos (Prouni)
Relatório nº 36	Justiça	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública
Relatório nº 37	Cultura	Preservação do Patrimônio Histórico Urbano
Relatório nº 38	Educação	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica (Pnate)
Relatório nº 39	Comunicações	Implantação de Telecentros Comunitários
Relatório nº 40	Previdência Social	Compensação Previdenciária
Relatório nº 41	Desenvolvimento Agrário	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas
Relatório nº 42	Previdência Social	Pagamento de Auxílio-Doença
Relatório nº 43	Transportes	Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Expl. da Infraestrutura Rodoviária
Relatório nº 44	Cidades	Pró-Transporte - Setor Público - PAC Copa/Mobilidade
Relatório nº 45	Cidades	Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Relatório nº 46	Integração Nacional	Ações de Defesa Civil no Estado de Minas Gerais
Relatório nº 47	Integração Nacional	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte
Relatório nº 48	Desenvolvimento Agrário	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais
Relatório nº 49	Saúde	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Relatório nº 50	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Erradicação da Febre Aftosa

Fonte: CGU/SFC

Fiscalização em Entes Federativos

A SFC fiscaliza os recursos públicos federais aplicados por entes federativos (estados, municípios e Distrito Federal) por meio de diversas atividades, tais como:

- o Programa de Fiscalização em Entes Federativos – FEF;
- fiscalizações que têm origem em Demandas Externas (como denúncias, requisições de ações de controle solicitadas por administradores públicos, representantes de entidades, cidadãos; e
- Operações Especiais realizadas em parceria com os demais órgãos de defesa do Estado.

O Programa de Fiscalização em Entes Federativos foi criado em 2015, com o objetivo de aprimorar o Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, criado em 2003.

No antigo programa, os Municípios eram selecionados de forma aleatória, em sorteio operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, aplicando a mesma tecnologia utilizada em suas loterias.

Até a 39ª edição, foram fiscalizados mais de dois mil municípios brasileiros, o que corresponde a quase 40% do total dos municípios, e recursos superiores a R$ 20 bilhões.

Em 2015, foram fiscalizados, no primeiro semestre, 60 municípios selecionados por meio de sorteio.

No segundo semestre de 2015, para selecionar para fiscalização unidades da Federação que tiveram os recursos transferidos pela União, a SFC desenvolveu metodologia específica (Matriz de Vulnerabilidade), que agrega diversos indicadores agrupados em quatro dimensões:

- Desenvolvimento Econômico-Social,
- Materialidade,
- Transparência e
- Controle.

O objetivo da aplicação da nova metodologia foi selecionar as unidades com maior risco na aplicação dos recursos.

Considerando esta nova forma de seleção, no segundo semestre de 2015, foram fiscalizados 45 municípios. O montante total anual fiscalizado foi superior a R$ 4 bilhões.

MUNICÍPIOS FISCALIZADOS EM 2015

40º SORTEIO	
1º - Iretama - PR	31º - Marechal Thaumaturgo - AC
2º - Bom Sucesso - PR	32º - Petrópolis - RJ
3º - Santa Mônica - PR	33º - Maribondo - AL
4º - Botuporã - BA	34º - Marapanim - PA
5º - Mirangaba - BA	35º - Nova Timboteua - PA
6º - Gentio do Ouro - BA	36º - São Domingos do Araguaia - PA
7º - Barra do Mendes - BA	37º - Juscimeira - MT
8º - Milagres - BA	38º - Nova Olímpia - MT
9º - Coronel Pilar - RS	39º - São Valério da Natividade - TO
10º - Encruzilhada do Sul - RS	40º - Ouro Branco - RN
11º - São Luiz Gonzaga - RS	41º - Marcelino Vieira - RN
12º - Porto Lucena - RS	42º - Apodi - RN
13º - Salto - SP	43º - Salitre - CE
14º - Pardinho - SP	44º - Senador Pompeu - CE
15º - Lavínia - SP	45º - Croatá - CE
16º - Borborema - SP	46º - Jijoca de Jericoacoara - CE
17º - Itaju - SP	47º - Parnamirim - PE
18º - Bom Sucesso de Itararé - SP	48º - Jucati - PE
19º - Caetanópolis - MG	49º - Camutanga - PE
20º - Córrego Danta - MG	50º - Bela Vista do Maranhão - MA
21º - São Roque de Minas - MG	51º - Coelho Neto - MA
22º - Itacarambi - MG	52º - Tavares - PB
23º - Guimarânia - MG	53º - Baía da Traição - PB
24º - Coronel Murta - MG	54º - Júlio Borges - PI
25º - Rio do Prado - MG	55º - São Miguel do Fidalgo - PI
26º - Japaratuba - SE	56º - Aurilândia - GO
27º - Divina Pastora - SE	57º - Orizona - GO
28º - Cariacica - ES	58º - Campinaçu - GO
29º - Camapuã - MS	59º - Três Barras - SC
30º - Alta Floresta D'Oeste - RO	60º - Xavantina - SC

1 º CICLO DA FISCALIZAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS	
Bujari - AC	João Pessoa - PB
Murici - AL	Itapissuma - PE
Rio Preto da Eva - AM	Olinda - PE
Santana - AP	Pau D'Arco do Piauí - PI
Candeias - BA	Almirante Tamandaré - PR
Dias D'Ávila - BA	Colombo - PR
Chorozinho - CE	Duque de Caxias - RJ
Barreira - CE	Maxaranguape - RN
Capistrano - CE	Ceará-Mirim - RN
Fundão - ES	Porto Velho - RO
Viana - ES	Cantá - RR
Caturaí - GO	Barra do Ribeiro - RS
Goiânia - GO	Gravataí - RS
Campestre de Goiás - GO	Butiá - RS
Raposa - MA	Biguaçu - SC
Mateus Leme - MG	São Pedro de Alcântara - SC
Ribeirão das Neves - MG	Águas Mornas - SC
Rio Acima - MG	Nossa Senhora do Socorro - SE
Dois Irmãos do Buriti - MS	São Cristóvão - SE
Campo Grande - MS	Biritiba-Mirim - SP
Nossa Senhora do Livramento - MT	Embu das Artes - SP
Ananindeua - PA	Cajamar - SP
Lajeado – TO	

As fiscalizações realizadas no segundo semestre de 2015 identificaram, entre outras, as seguintes situações:

- Obras atrasadas, impossibilitando o uso de praça pela população;
- Centro de Arte e Esporte Unificado (CEU) com obras paralisadas;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) sendo ofertado em local inadequado;
- Centros de Iniciação ao Esporte com obras não iniciadas;
- Obras paralisadas relacionadas a investimentos em infraestrutura esportiva e em infraestrutura turística;
- Sucessivas prorrogações na vigência do contrato de repasse realizado com impacto na finalização e entrega do objeto;
- Câmeras de videomonitoramento adquiridas sem utilização;
- Atraso na construção de Central de Comercialização de Produtos Agrícolas;
- Projeto de adequação do entreposto de pescado paralisado com risco de perda do investimento;
- Irregularidades na condução dos procedimentos licitatórios celebrados, limitando o caráter competitivo e indicando direcionamento de empresa contratada;
- Obras de construção e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) inacabadas, em estado de abandono;
- Obras de UPA 24h atrasadas ou abandonadas;
- Obras relativas ao Programa Proinfância paralisadas, com danos no material entregue;
- Ineficiência na gestão de recursos do Proinfância para construção de creches;
- Armazenamento inadequado de gêneros alimentícios referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae;
- Falhas na aplicação de recursos de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, com possível superfaturamento; e
- Falhas na aplicação de recursos do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - Apoio a Implantação da Infra-Estrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira.

Auditorias Anuais de Contas

As Auditorias Anuais de Contas (AAC) visam verificar as informações prestadas pelos administradores públicos federais, bem como analisar os atos e fatos da gestão, com vistas a instruir o processo de prestação de contas que subsidiará o julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A prestação de contas por parte dos administradores públicos federais é dirigida não apenas ao TCU, mas, sobretudo ao cidadão. É um instrumento de prestação de contas à sociedade.

As Auditorias Anuais de Contas realizadas em 2015 referem-se à prestação de contas dos gestores federais relativas ao exercício de 2014 e foram regulamentadas pela Portaria CGU nº 552/2015, bem como pelos normativos publicados pelo Tribunal de Contas da União para o exercício.

Em 2015, foram realizadas Auditorias Anuais de Contas em 345 órgãos e entidades do Poder Executivo federal, tendo sido realizadas, ainda, mais de 270 ações de controle com foco na avaliação de macroprocessos relacionados ao cumprimento da missão institucional das unidades examinadas.

QUANTIDADE DE AAC REALIZADAS POR ANO E POR ESFERA DA ADMINISTRAÇÃO

ESFERA DA ADMINISTRAÇÃO	ANO											
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Administração Direta	890	943	995	987	838	286	254	322	212	217	173	200
Administração Indireta	338	289	321	335	342	233	264	320	361	315	259	145
TOTAL	1.228	1.232	1.316	1.322	1.180	519	518	642	573	532	432	345

O TCU vem nos últimos anos reduzindo o número de unidades que deve passar pelo processo de auditoria da SFC. A redução está relacionada com a forma de seleção pelo próprio TCU de acordo com critérios de risco, materialidade e relevância.

Auditoria dos Contratos de Financiamentos Externos e dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional

A Controladoria Geral da União realiza, também, auditorias em projetos de recursos externos, assim entendidos como aqueles que sejam total ou parcialmente financiados por empréstimos ou doações internacionais, ou, ainda, aqueles que envolvam acordos de cooperação técnica internacional.

Essa atuação pode se dar em função dos protocolos de entendimentos, termos de referência e cláusulas contratuais firmados com organismos internacionais, entre os quais se destacam o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Anualmente, a carteira de projetos a serem auditados é definida mediante negociação entre a CGU e os organismos internacionais. Como consequência, nos últimos cinco anos (2011 a 2015), foram realizadas 670 auditorias em projetos de recursos externos (financiamento e cooperação técnica), conforme demonstrado nos quadros a seguir.

AUDITORIAS EM PROJETOS DE RECURSOS EXTERNOS

PROJETOS / AUDITORIAS	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de Projetos Federais Auditados	70	55	62	73	59
Nº de Auditorias Realizadas (*)	142	135	169	130	84

Fonte: Sisrex

(*) Em função da execução descentralizada, alguns projetos podem corresponder a mais de uma auditoria, uma vez que são avaliadas a unidade central e algumas das unidades nos estados e municípios.

AUDITORIAS REALIZADAS POR ORGANISMO INTERNACIONAL – 2015

ORGANISMO INTERNACIONAL	Nº PROJETOS AUDITADOS	Nº AUDITORIAS REALIZADAS
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	10	18
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	12	27
KfW – KreditanstaltfürWiederaufbau	4	4
OIMT - Organização Internacional das Madeiras Tropicais	1	1
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	27	29
UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime	5	5
TOTAL GERAL	59	84

Fonte: Sisrex

Os resultados dessas auditorias, além de fornecer aos bancos e organismos cooperantes garantia razoável de que as informações expostas nos demonstrativos financeiros representam a real execução dos projetos, contribuem para a melhoria da gestão, por meio de proposições para o aprimoramento dos controles internos, e auxiliam a SFC na avaliação das políticas e dos administradores públicos.

Ressalte-se que, apesar de ser um órgão do Poder Executivo Federal e, portanto, concentrar sua atuação nos entes da administração pública dessa esfera e poder de governo, a SFC tem realizado auditorias em projetos de recursos externos firmados e executados por entes dos Poderes Legislativo e Judiciário Federal, entes estaduais e municipais, e, até mesmo, organizações não governamentais.

PROJETOS NÃO INTEGRANTES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E AUDITADOS PELA CGU EM 2015

ORGANISMO INTERNACIONAL	Nº PROJETO	ENTE AUDITADO
BID	1864/OC-BR	Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal – IBL
BIRD	TF10771	Conselho Nacional de Justiça –CNJ
PNUD	BRA/10/001	Frente Nacional de Prefeitos – FNP
PNUD	BRA/11/005	Instituto de Ação Social pela Música – IASPM
PNUD	BRA/12/008	Diretoria do Centro Antigo de Salvador - Conder/Dircas
PNUD	BRA/12/011	Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan
PNUD	BRA/12/015	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais - SEPLAG/MG
PNUD	BRA/12/G32	Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
UNODC	BRA/Y01	Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo

Fonte: Sisrex

Além da execução direta das auditorias de recursos externos, a SFC exerce também papel de orientação técnica (fornecimento de procedimentos, orientações e papéis de trabalho) e supervisão (revisão de relatórios) das auditorias realizadas por órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – Ciset/PR e Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores – Ciset/MRE).

No ano de 2015, por exemplo, foram objeto dessa supervisão dez trabalhos de auditoria assim distribuídos:

ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO A ÓRGÃOS SETORIAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

ORGANISMO INTERNACIONAL	CISET/MRE	CISET/PR	TOTAL GERAL
BIRD	-	1	1
PNUD	3	5	8
UNODC	1		1
TOTAL GERAL	4	6	10

Fonte: Sisrex

Paralelamente a todo esse esforço de execução, orientação e supervisão das auditorias, a SFC realizou, em 2015, trabalho de mapeamento e avaliação do universo de requisitos das Normas Internacionais de Auditoria – NIA. Esse trabalho visou verificar a aplicabilidade dessas normas e o nível de alinhamento dos processos de trabalho das auditorias de recursos externos aos requisitos previstos nelas. O trabalho incluiu, ainda, ações com vistas a atingir ou manter o máximo grau de conformidade possível.

Auditorias por Área de Gestão

As auditorias por área de gestão são auditorias que visam avaliar determinadas áreas de atuação, normalmente relativas a atividades meio (tecnologia da informação, pessoal, logística). Mediante a consolidação de informações relativas às respectivas áreas, essas auditorias têm a finalidade de mapear os principais problemas e recomendar medidas estruturantes para a sua solução. Em 2015, foram publicados quatro relatórios de Auditoria por Área de Gestão, conforme detalhamento a seguir:

AUDITORIAS POR ÁREA DE GESTÃO REALIZADAS EM 2015

NÚMERO DO RELATÓRIO	ASSUNTO
2	Gastos da Folha de Pagamento de Pessoal
3	Gastos com Terceirização de Serviços de Vigilância, Limpeza e Conservação Predial
4	Software Público Brasileiro e Catálogo de Software do SISP
5	Contratação de Serviço de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Mensurados em Pontos de Função

Como exemplos de resultados dos trabalhos realizados, citam-se:

Gastos da Folha de Pagamento de Pessoal

No que se refere à auditoria na folha de pagamento, verificou-se que parte dos pagamentos não estavam de acordo com a legislação vigente.

Foram identificadas no período analisado, 2010 até 2014, mais de 330 mil inconsistências, que, após serem sanadas mediante a suspensão e correção dos pagamentos indevidos, resultaram numa economia em torno de R$ 1,2 bilhão.

No que tange à correção das inconsistências, pode-se afirmar que a maioria dos órgãos tem atuado de modo a reduzir os problemas encontrados.

Software Público Brasileiro e Catálogo de *Software* do SISP

A auditoria referente ao programa *Software* Público Brasileiro e Catálogo de *Software* do SISP evidenciou que grande parte dos investimentos em desenvolvimento e aquisição de softwares poderia ser reduzida a partir do compartilhamento de soluções entre os órgãos ou por meio de desenvolvimento colaborativo.

Os levantamentos realizados mostram que a melhoria da efetividade do programa de *software* público proporcionará economia de centenas de milhões de reais a Administração Pública em investimentos, além de soluções com resultados mais rápidos e redução do custo processual com o processo de desenvolvimento e contratações.

Contratação de Serviço de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Mensurados em Pontos de Função

No que se refere à contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas mensurados em pontos de função destaca-se que, vários órgãos/entidades têm adotado a prática de contratação de serviços de contagem, por empresa diferente daquela que presta os serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, como forma de auxiliar a gestão contratual, mitigando a possibilidade de atestes de faturas contendo falhas de contagem.

Nos contratos que continham previsão de utilização da métrica homem-hora, verificou-se a inexistência de controles internos capazes de comprovar se o quantitativo de horas apresentado pelas empresas contratadas correspondia ao quantitativo efetivamente trabalhado.

Monitoramento de gastos com pessoal

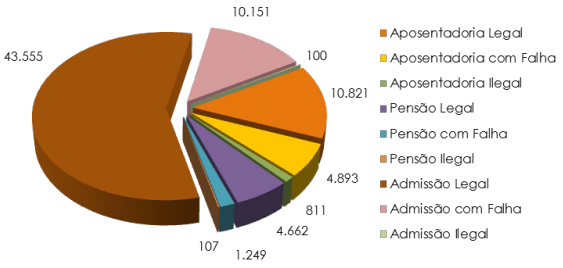
Outra atividade de competência da SFC é a análise da consistência da folha de pagamentos dos órgãos da Administração Pública Federal. Essa análise consiste na verificação da legalidade dos pagamentos dos servidores públicos federais das unidades jurisdicionadas constantes do banco de dados do sistema de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal (Siape), utilizando-se também outros sistemas corporativos do governo, como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Foram analisados os seguintes quantitativos de atos de pessoal, em 2015.

ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL - 2015

APOSENTADORIA		PENSÃO		ADMISSÃO	
Legal	10.821	Legal	4.662	Legal	43.555
Com falha	4.893	Com falha	1.249	Com falha	10.151
Ilegal	811	Ilegal	107	Ilegal	100
TOTAL	16.525	TOTAL	6.018	TOTAL	53.806

OBS: os atos relativos a reformas são analisados pela Ciset/MD não compondo, portanto, esse quadro.

ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL - 2015



A Despesa com a Folha de Pagamento dos servidores civis do Poder Executivo Federal atingiu no exercício de 2015 o montante de aproximadamente R$ 148 bilhões.

Com o objetivo de facilitar os trabalhos dos gestores e permitir o acompanhamento e o monitoramento mais eficiente das providências a cargo das Unidades Pagadoras (UPAG) dos órgãos, a Secretaria Federal de Controle Interno disponibilizou o Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal para registro do posicionamento dos órgãos e dos auditores a respeito das inconsistências apresentadas regularmente pela CGU.

Na primeira rodada do sistema, disponibilizada aos gestores em setembro de 2014, foram apresentadas mais de 76 mil inconsistências, já na segunda rodada, apresentada em julho de 2015, o montante foi reduzido para aproximadamente 16 mil, sendo que nas duas oportunidades, as UPAG informaram, via sistema, a adoção de providências em mais de 90% dos casos.

Apuração de representações e demandas sociais

A SFC trata como Demandas Externas as solicitações encaminhadas por diversos interessados, tais como: autoridades responsáveis por órgãos da Administração Pública, representantes de entidades ou cidadãos.

Estas solicitações versam, dentre outros assuntos, sobre apresentação de denúncias, requisições de ações de controle e pedidos de informação acerca da aplicação de recursos públicos federais.

Quanto à origem, as demandas externas podem ser classificadas em:

- Representações: demandas apresentadas pelo Poder Judiciário, pelos órgãos do Ministério Público, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Departamento de Polícia Federal, pela Advocacia-Geral da União, pelas pastas ministeriais e demais instituições.
- Demandas Sociais: demandas apresentadas pelos demais encaminhadores, tais como cidadãos, entidades da sociedade civil e cidadãos no exercício de mandato eletivo.

Nos casos em que demandas sociais ou representações solicitam realizações de auditorias/fiscalizações para apuração de irregularidades, a SFC realiza ações de controle para verificar a procedência ou não da solicitação à CGU.

Em 2015, foram concluídas 307 ações de controle, abrangendo 154 Municípios, decorrentes de solicitações oriundas de representações de órgãos governamentais e de denúncias de cidadãos.

NÚMERO DE MUNICÍPIOS QUE TIVERAM AÇÕES DE CONTROLE EXECUTADAS

UF	QUANTIDADE DE MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE AÇÕES DE CONTROLE
AC	3	12
AL	27	109
AM	11	44
AP	3	19
BA	72	239
CE	52	206
DF	1	124
ES	13	34
GO	57	186
MA	56	291
MG	77	224
MS	20	97
MT	70	243
PA	31	128
PB	27	84
PE	71	232
PI	49	128
PR	45	120
RJ	25	206
RN	16	52
RO	15	29
RR	9	64
RS	30	105
SC	29	55
SE	38	239
SP	66	205
TO	28	62
TOTAL	941	3.537

Fonte: SFC

QUANTITATIVO DE DEMANDAS EXTERNAS RECEBIDAS NA SFC POR ORIGEM E POR ANO

ORIGEM DA DEMANDA	2012	2013	2014	2015*	TOTAL
MPF	1213	1097	749	642	3701
DPF/MJ	717	604	371	262	1954
TCU	529	383	358	268	1538
Demanda Social	603	446	305	94	1448
Executivo	185	131	79	21	416
MPE	117	100	99	54	370
AGU	101	48	52	15	216
Legislativo	53	35	57	24	169
Judiciário	45	63	37	15	160
TCE	6	7	1	1	15

Fonte: CGU - SGI – módulo Controle Interno

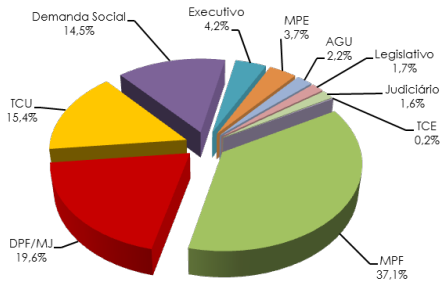
*A partir do segundo semestre de 2015, a CGU passou a utilizar o SEI, para recebimento e tratativas documentais.

A redução na quantidade de demandas externas decorre da intensificação das tratativas entre a CGU e os demais órgãos, de forma que as demandas passaram a ser mais qualificadas e em menor número.

Com relação às Demandas Sociais, a diminuição acentuada da quantidade registrada em 2015 deve-se a uma mudança no critério de classificação. Até 2014, o item "Demandas Sociais" englobava: sugestão, elogio, solicitação, reclamação e denúncia. A partir de 2015, o referido item passou a considerar apenas as denúncias.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição percentual de demandas externas recebidas no período de 2012 a 2015, por demandante:

DEMANDAS EXTERNAS NA SFC PERÍODO 2012 – 2015 (TOTAL)



Operações Especiais

Em auditorias e fiscalizações realizadas pela SFC, há situações em que a integridade das organizações públicas carece de atuação investigativa mais ostensiva para atacar a prática dos atos de corrupção.

Assim, no viés mais evidente do combate à corrupção, destacam-se as "operações especiais", conduzidas notadamente em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público (MP), tanto no âmbito federal quanto no estadual, visando à investigação de atos praticados contra a administração pública que, além de comprometerem a integridade das organizações, causam prejuízos financeiros aos cofres públicos e inúmeros e imensuráveis prejuízos sociais.

As operações especiais têm o mérito de dissuadir o comportamento dos corruptores e corruptos por representar o poder de detecção de ilícitos do aparato de controle estatal.

O trabalho derivado de uma Operação Especial não se encerra em sua deflagração e detecção.

Identificadas as fraudes, a SFC atuará na busca dos esclarecimentos e providências junto aos gestores federais, sejam elas de melhorias nos controles internos do próprio gestor, sejam de apuração de responsabilidades a fim de ressarcir aos cofres públicos os recursos não aplicados nas finalidades inicialmente previstas. Inclusive, se for o caso, exigirá a instauração, pelo gestor, de processos de Tomada de Contas Especial - TCE.

Também atuará, por meio da Corregedoria Geral da União, na responsabilização administrativa dos agentes públicos e empresas privadas envolvidas.

Ressalta-se, porém, que as Operações também atuam no viés preventivo, antes que o desvio se concretize, a exemplo da Operação Caronte (MT), deflagrada em 2015, na qual as prefeituras envolvidas (Rondonópolis, Cuiabá e Sapezal) suspenderam as empresas fraudulentas dos processos licitatórios, evitando a continuidade das fraudes que envolviam recursos acima de R$ 6,6 milhões.

Desde 2003, foram realizadas 199 Operações Especiais.

A maior parte das ações conjuntas buscou avaliar a gestão de recursos federais repassados a estados e municípios e teve como objetivo, dentre outros, o de desarticular organizações criminosas especializadas em desviar recursos públicos mediante corrupção passiva e ativa, advocacia administrativa e lavagem de dinheiro. A seguir apresentam-se as informações relativas ao exercício de 2015:

DADOS RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES ESPECIAIS REALIZADAS EM 2015

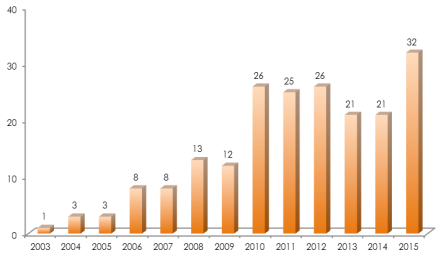
Ações Investigativas	32
Unidades da Federação fiscalizadas	16
Mandados de prisão temporária ou preventiva com participação da CGU	102
Montante de prejuízo identificado, superior a:	R$ 454 milhões

Destaca-se, dentre as operações realizadas neste ano de 2015, a Operação Lama Asfáltica (MS), cujos trabalhos se iniciaram em 2013 e constataram a existência de irregularidades em obras contratadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, identificando prejuízos de aproximadamente R$ 11 milhões, de um montante fiscalizado de R$ 45 milhões.

Outro destaque foi a Operação Sermão aos Peixes (MA) que apurou o desvio de recursos públicos federais do Fundo Nacional de Saúde destinados ao Sistema de Saúde do Estado do Maranhão e identificou prejuízo potencial superior a R$ 114 milhões.

As Operações Especiais têm ganhado cada vez mais espaço dentro do órgão, o que pode ser confirmado pelo gráfico a seguir.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DEFLAGRADAS AO LONGO DOS ANOS



Além das operações já deflagradas, existem atualmente 115 potenciais operações especiais em fase de análise conjunta com os demais parceiros, como a PF, o que evidencia que a SFC manterá, ou até mesmo aumentará o ritmo das atividades desta linha de atuação em 2016.

5.1.3. Controles Corretivos

No âmbito das auditorias e fiscalizações o aspecto corretivo está associado ao poder da Administração Pública para, por exemplo, ressarcir-se de eventuais prejuízos.

Tomada de Contas Especiais

A Tomada de Contas Especial (TCE) é um instrumento de que dispõe a Administração Pública para ressarcir-se de eventuais prejuízos que lhe forem causados, sendo o processo revestido de rito próprio e somente instaurado depois de esgotadas as medidas administrativas para reparação do dano.

Nos termos da Instrução Normativa TCU n° 71/2012, compete à Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, na emissão do Relatório e Certificado de Auditoria sobre processos de Tomadas de Contas Especiais, manifestar-se sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas ou regulamentos eventualmente infringidos, a correta identificação do responsável e a precisa quantificação do dano e das parcelas eventualmente recolhidas.

A SFC realizou auditorias, no exercício de 2015, em processos de Tomadas de Contas Especiais, efetuando-se 2.638 análises. Dessas análises, 2.437 contas foram consideradas irregulares e seus respectivos processos foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento, com retorno potencial aos cofres do Tesouro Nacional da ordem de R$ 2,8 bilhões.

O quadro a seguir apresenta os resultados de 2015 das auditorias nos processos de TCE de cada pasta ministerial encaminhados ao TCU para julgamento.

Cabe esclarecer que os resultados apresentados isoladamente, sem levar em consideração outras peculiaridades e características de cada órgão, não demonstram que os que apresentam maior número de TCE ou maior valor envolvido são os mais problemáticos ou que tenham mecanismos de controle menos eficazes.

TCE ENCAMINHADAS AO TCU EM 2015

ÓRGÃOS	QUANTIDADE	VALOR (R$)
Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	43	22.798.036,92
MC - Ministério das Comunicações	15	2.437.908,95
MCid - Ministério das Cidades	77	55.392.104,27
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	53	58.562.461,96
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário	91	161.496.976,13
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	10	9.818.475,34
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	168	90.877.831,91
ME - Ministério do Esporte	44	35.097.014,77
MEC - Ministério da Educação	434	381.495.110,16
MF - Ministério da Fazenda	11	7.360.385,14
MI - Ministério da Integração Nacional	116	386.186.935,84
MinC - Ministério da Cultura	91	86.126.531,91
MJ - Ministério da Justiça	33	39.004.918,18
MMA - Ministério do Meio Ambiente	45	35.799.190,52
MME - Ministério de Minas e Energia	3	1.472.754,46
MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
MS - Ministério da Saúde	462	425.888.519,85
MT - Ministério dos Transportes	17	537.262.081,01
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social	120	126.263.888,19
MTur - Ministério do Turismo	604	332.381.928,82
PR - Presidência da República		
TOTAL GERAL	2.437	2.795.723.054,33

Fonte: SFC/CGU

No quadro a seguir, está demonstrada a quantidade de processos de tomadas de contas especiais instaurados em decorrência das irregularidades apontadas nas fiscalizações realizadas em entes federativos. Dos 282 processos decorrentes das fiscalizações, recebidos no período de 1° de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, todos foram analisados, sendo que 257 referem-se a processos que foram certificados e encaminhados ao TCU para julgamento das irregularidades e 25 referem-se a processos que foram devolvidos aos respectivos órgãos em diligência para informações/esclarecimentos complementares.

ANÁLISE DE TCE E RETORNO POTENCIAL

EXERCÍCIOS	ANÁLISES DE TCES EFETUADAS	DILIGENCIADAS AO ÓRGÃO DE ORIGEM	CERTIFICADAS AO TCU	RETORNO POTENCIAL R$
2008	37	1	36	9.164.333,33
2009	21	3	18	11.529.086,28
2010	11	2	9	6.254.752,92
2011	66	7	59	27.402.085,25
2012	52	7	45	27.305.204,98
2013	56	3	53	22.983.527,62
2014	22	1	21	8.980.067,73
2015	17	1	16	13.008.459,26
TOTAL	282	25	257	126.627.517,37

Fonte: SFC/CGU

5.1.4. Benefícios Decorrentes das Ações do Controle Interno

A CGU, como órgão central do Sistema de Controle Interno, realiza seus trabalhos tendo como principal objetivo avaliar a execução dos programas de governo e da gestão dos administradores sempre com o propósito de apoiar a correção de falhas identificadas e aprimorar o funcionamento das políticas públicas federais.

Nesse sentido, a Controladoria estabeleceu indicadores e metas que permitem aferir o grau de atingimento dos objetivos estabelecidos para o órgão. Dentre os indicadores, cabe destaque aos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes de recomendações do controle interno.

A partir da publicação da Portaria n° 2379/2012, foi instituída sistemática de quantificação e registro de benefícios, a principal forma de demonstração dos resultados da atuação do Controle Interno.

Entende-se como benefício o impacto positivo observado na gestão pública resultante da implementação, por parte dos gestores públicos, de recomendações provenientes das atividades de controle interno, sendo,

portanto, resultantes do trabalho conjunto do controle interno e da gestão.

Para fins de contabilização, os benefícios são classificados em financeiros e não financeiros.

A primeira classe refere-se a benefício que possa ser representado monetariamente e demonstrado por documentos comprobatórios, preferencialmente fornecidos pelo gestor, inclusive decorrentes de recuperação de prejuízo.

O segundo tipo relaciona-se a benefício que, embora não seja passível de representação monetária, demonstre um impacto positivo na gestão, tal como melhoria gerencial, melhoria nos controles internos, aprimoramento de normativos, dentre outros, devendo sempre que possível ser quantificado em alguma unidade que não a monetária.

Em 2015, foi contabilizado o benefício financeiro de R$2,38 bilhões.

O quadro a seguir apresenta os valores segregados por classe do benefício.

BENEFÍCIO FINANCEIROS
DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA SFC EM 2015

CLASSE DO BENEFÍCIO FINANCEIRO	VALOR (R$)
Cancelamento de Licitação/Contrato com objeto desnecessário	14.398.508,14
Suspensão de pagamento continuado indevido	1.090.489.228,70
Recuperação de valores pagos indevidamente	46.233.895,30
Redução nos valores licitados/contratados	428.133.250,46
Elevação da Receita	207.453.898,68
Suspensão de pagamento não continuado indevido	470.512.911,63
Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos	6.125.520,96
TOTAL DE BENEFÍCIOS FINANCEIROS	2.384.207.011,88

Destaca-se, também, os benefícios não financeiros, que impactam positivamente a gestão, mas que não são quantificados monetariamente.

A tabela abaixo exibe a quantidade de benefícios não financeiros contabilizados pelas respectivas classes.

BENEFÍCIOS NÃO-FINANCEIROS
DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA SFC EM 2015

CLASSE DO BENEFÍCIO NÃO-FINANCEIRO	QUANTIDADE
Aperfeiçoamento da gestão riscos e implementação de controles internos	117
Aperfeiçoamento dos programas/processos	39
Aperfeiçoamento da transparência	18
Aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos	11
Outras decisões civis e medidas administrativas ou correicionais	6
Promoção de sustentabilidade ambiental	2
Demissão, cassação ou destituição	2
Aperfeiçoamento do controle social	1
TOTAL DE BENEFÍCIOS NÃO FINANCEIROS	196

Outra forma de observar os benefícios decorrentes das ações do Controle Interno é por meio das recomendações, instrumento utilizado no processo de auditoria e fiscalização.

As recomendações consistem na solicitação de providências que deverão ser adotadas pelo gestor para dirimir as falhas identificadas.

Tem a finalidade de corrigir os atos administrativos irregulares e coibir novas falhas, contribuindo, dessa forma, diretamente para o aperfeiçoamento da gestão pública.

Os alertas tem caráter preventivo, com objetivo de ajudar o gestor no aperfeiçoamento da gestão pública.

QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS DE 2011 A 2015

ANO EMISSÃO RECOMENDAÇÃO	RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS	RECOMENDAÇÕES EM ACOMPANHAMENTO	TOTAL DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS (*)	ALERTAS
2011	8365	3192	11557	376
2012	6812	3918	10730	508
2013	6701	6730	13431	459
2014	3546	7821	11367	382
2015	742	9746	10488	184
TOTAL	26166	31407	57573	1909

(*) Total de recomendações inseridas no sistema monitor, excluindo as recomendações canceladas, alertas (não monitoradas) e consolidadas.

O quadro a seguir evidencia percentualmente o grau de atendimento das recomendações feitas às unidades jurisdicionadas à atuação da Controladoria- Geral da União.

SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES
DE 2011 A 2015 EM PERCENTIS

ANO EMISSÃO RECOMENDAÇÃO	RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS	RECOMENDAÇÕES EM ACOMPANHAMENTO
2011	72,38%	27,62%
2012	63,49%	36,51%
2013	49,89%	50,11%
2014	31,20%	68,80%
2015	7,07%	92,93%

Cabe destacar que o gestor pode levar mais de um ano para implementar as recomendações.

5.1.5. Parcerias

O aprimoramento da gestão pública depende da interação e interlocução com vários setores. Nesse sentido, a CGU vem desenvolvendo parcerias com diversos organismos no sentido de compartilhar experiências e agregar conhecimento aos seus processos de trabalho.

Em 2015, destacam-se as seguintes parcerias realizadas pela SFC:

Banco Mundial e CONACI

Em 2015, o Banco Mundial, juntamente com o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), desenvolveu o projeto intitulado "Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Brasil". A CGU, como Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e membro do Conaci faz parte desse projeto, que tem como finalidade identificar mudanças necessárias no Sistema de Controle Interno Brasileiro, capazes de contribuir de forma efetiva para o seu aperfeiçoamento.

Entre os temas estudados por meio do projeto constam os seguintes:

- Estrutura mais adequada para o Sistema de Controle Interno do Brasil;
- Adequação da terminologia (Auditoria Interna/Inspeção/Controle Interno etc.) às Normas Internacionais;
- Definição de Responsabilidades (Controle Interno Vs Controle Externo);
- Forma de contratação de Auditores Internos;
- Carreira de Auditor Interno;
- Adaptação das Normas Internacionais de Auditoria Interna à realidade brasileira.
- Formas de Treinamento/Acreditação em AI.

O projeto começou a ser desenvolvido no exercício de 2015 e tem atividades programadas para todo o exercício de 2016.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Tendo em vista a busca constante e necessária pelo aperfeiçoamento da qualidade dos trabalhos que executa e do meio de comunicar seus resultados, a CGU desenvolveu projeto com o objetivo de reavaliar e reformular a estrutura atual dos relatórios que produz, avaliando-se a pertinência de criação de um modelo padrão para todas as ações de controle.

Nesse sentido, desenvolveu projeto, apoiado pelo BID, que previu a contratação de consultor externo, na modalidade de Consultoria:

- Contratual por Produtos e Serviços Externos, Montante Fixo, sem ônus para a CGU, a fim de auxiliar a revisão e reformulação do processo de relatoria, considerando a produção de insumos junto a atores internos (auditores) e externos (usuários dos relatórios);
- a busca pelas melhores práticas nacionais e internacionais de relatoria;
- a transferência de conhecimento, por meio de treinamento aos servidores da SFC sobre o tema relatoria.

REOGCI - Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno

A Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul - REOGCI, criada em 2004 pela Decisão Mercosul - CMC/DEC. Nº 39/04, tem a finalidade de estabelecer relações de cooperação científica, técnica e operacional na área de Controle Interno da Gestão Governamental.

De acordo com o Tratado de Assunção, o tratado constitutivo do Mercosul, a Presidência do Conselho do Mercado Comum - CMC é exercida por rotação dos Estados Partes, pelo período de seis meses (Presidência *Pro Tempore*).

O evento reúne os organismos de Controle Interno dos países membros (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) do Mercosul, e se traduz na realização de duas reuniões simultâneas – uma, chamada "Reunião Especializada" e outra, denominada "Reunião do Comitê Técnico"; que buscam o intercambio de conhecimento sobre a temática Controle Interno governamental.

No caso do Brasil, a representação na REOGCI fica a cargo da Controladoria-Geral da União, cuja participação é coordenada pela Secretaria Federal de Controle Interno, considerando que o Secretário Federal de Controle Interno é o Coordenador Nacional da referida reunião.

No primeiro semestre de 2015, no âmbito da Presidência *Pro-Tempore* do Brasil no Mercosul, a CGU sediou a VII Reunião Especializada dos Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul (REOGCI) e participou da VIII REOGCI, sediada pelo Paraguai.

Projeto Diálogos Setoriais

Os Diálogos Setoriais são uma nova dinâmica de cooperação entre a União Europeia (UE) e o Brasil. Atualmente, há cerca de 30 diálogos mapeados entre o Brasil e a UE sobre os mais diversos temas, que se dão com base em princípios de reciprocidade e complementariedade e visam o intercâmbio de conhecimentos e experiências em áreas de interesse mútuo.

Nesse contexto, foi criado o Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil, que tem como objetivo contribuir para o progresso e o aprofundamento da parceria estratégica e das relações bilaterais entre o Brasil e a União Europeia por meio do apoio ao intercâmbio de conhecimentos técnicos. É coordenado em conjunto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) – por meio da Direção Nacional do Projeto – e pela Delegação da União Europeia no Brasil (Delbra).

No âmbito deste projeto, a Secretaria Federal de Controle Interno enviou dois servidores à Europa, em novembro, para aprimorar os conhecimentos sobre sistemas de controle interno.

Os representantes da SFC visitaram o Ministério das Finanças da Áustria, em Viena, e o Ministério das Finanças da Bélgica, em Bruxelas, onde também passaram pela sede da Comissão Europeia.

As visitas tiveram o objetivo de conhecer os sistemas de controle interno desses países, compartilhar experiências referentes ao assunto e reforçar os laços políticos.

Durante a missão, os servidores brasileiros também participaram da *Public Internal Control Conference*, em Paris, França, que tratou de temas como Princípios do Controle Interno Público, Ambiente de Controle Ideal e Função de Harmonização Central.

5.2. ENFRENTANDO A CORRUPÇÃO E FORTALECENDO O CONTROLE SOCIAL

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentou o direito constitucional de acesso a informações públicas, estabelecendo procedimentos para que qualquer pessoa, física ou jurídica, exerça o direito de ter acesso às informações produzidas ou custodiadas por órgãos públicos.

A LAI também define prazos para o atendimento a essas solicitações e prevê punições para aqueles que cercearem esse direito, além de exigir dos órgãos e das entidades públicas a publicação de informações de interesse coletivo e geral de forma proativa em seus sítios eletrônicos.

No âmbito do Poder Executivo Federal, a operacionalização da LAI se dá por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), que centraliza os pedidos de acesso à informação dos mais de 300 órgãos e entidades federais, tornando o processo mais prático e intuitivo ao solicitante.

Desde a entrada em vigor da LAI, em maio de 2012, pelo menos um cidadão em mais de 80% dos municípios utilizou o e-SIC para solicitar informações ao Poder Executivo Federal. No quadro a seguir, apresenta-se a consolidação de todos os pedidos já realizados até dezembro de 2015.

BALANÇO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LAI NO PODER EXECUTIVO FEDERAL - MAIO/2012 A DEZEMBRO/2015

Pedidos registrados	334.463
Pedidos respondidos (99%)	331.348
Tempo médio de resposta	11 dias
Acesso concedido	71,94%
Acesso negado	9,56%
Outras hipóteses de negativa*	13,57%

Referência: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, dados extraídos em 08/01/2016.

* Observação: pedido duplicado, informação inexistente, assunto de competência de outro órgão ou entidade pública.

Ainda com vistas ao bom cumprimento da LAI, foi iniciada, em 2015, pesquisa para avaliar a qualidade das respostas no âmbito do Poder Executivo Federal. A pesquisa qualitativa, a ser concluída em 2016, avalia aspectos como o correto preenchimento dos dados no sistema e a coerência entre as solicitações do cidadão e as respectivas respostas.

Com o intuito de aprimorar também o monitoramento da transparência ativa, aquela na qual o órgão ou entidade pública divulga suas informações sem a necessidade de solicitação, foi lançado o módulo de Monitoramento de Transparência Ativa dentro do sistema e-SIC.

Além dos contínuos esforços para uma correta implementação e aplicação da LAI, há trabalhos orientados para universalizar o conhecimento sobre a Lei e o sistema e-SIC.

Nesse sentido, a CGU começou a trabalhar pelo lançamento de um aplicativo para o sistema e-SIC, permitindo que pedidos de acessos sejam feitos e consultados por aparelhos celulares.

Destaca-se, também, a RedeSIC - espaço destinado ao diálogo, à cooperação e ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os referidos Serviços, que conta com a participação de organizações da sociedade civil, jornalistas e outros atores – que propicia intercâmbio de conhecimentos entre os Serviços de Informação ao Cidadão (SICs) do Governo Federal. Em 2015, foram realizados dois eventos da RedeSIC, com cursos presenciais sobre a temática "Acesso à Informação".

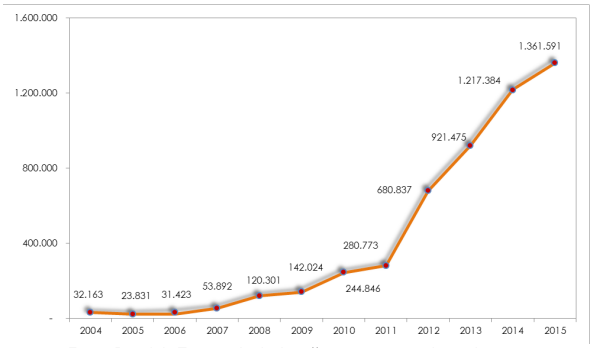
Com o objetivo de orientar as ouvidorias sobre o direito de acesso à informação, foi lançada a cartilha "Aplicação da Lei de Acesso à Informação em Recursos à CGU", que apresenta as bases normativas, conceituais e operacionais que a Controladoria tem utilizado na aplicação da Lei.

O sucesso de implementação de um sistema nacional de acesso à informação no País (e-SIC) começa a ser reconhecido internacionalmente.

Em 2015, a Controladoria-Geral da União prestou apoio na implementação de lei similar no Paraguai, em projeto financiado pelo Banco Mundial.

Na seara da transparência, o Portal da Transparência do Governo Federal (www.transparencia.gov.br) é a principal ferramenta de divulgação proativa de informações sobre receitas, despesas, contratos e convênios, com atualização diária. A média mensal de visitas ao Portal, em 2015, ultrapassou o número de 1,3 milhão de acessos.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – MÉDIA MENSAL DE VISITAS POR ANO DE 2004 A 2015



Fonte: Portal da Transparência, http://www.transparencia.gov.br

Houve, também, avanços nos trabalhos para o lançamento do novo Portal da Transparência do Governo Federal.

Cidadãos e organizações da sociedade civil participaram de testes de usabilidade para embasar o novo projeto. Esses e outros atores poderão participar também da avaliação de protótipos que estão sendo desenvolvidos.

O trabalho visa facilitar o acesso à informação, com a incorporação da plataforma das Páginas de Transparência, as quais apresentam informações sobre execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens de cada órgão federal, ao novo Portal, além de adequar o sistema aos princípios de dados abertos, tornando-o mais interativo e acessível, com o compartilhamento de informações em redes sociais e o acesso por meio de plataformas móveis como aparelhos celulares e tablets.

Com o objetivo de fortalecer a transparência pública no Brasil, foi criado, em 2013, o Programa Brasil Transparente, que consiste em oferecer apoio aos entes federados na implementação da LAI.

Em 2015, 84 novos parceiros, entre Estados e Municípios, aderiram ao Programa, aumentando para 1.541 o número de adesões até o final de 2015.

Os treinamentos presenciais alcançaram cerca de 70 Municípios e 1.500 agentes públicos estaduais e municipais. Iniciaram-se os preparativos para o desenvolvimento do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente (MBT), espaço interativo de divulgação e monitoramento pela sociedade civil da transparência.

O MBT permitirá que o cidadão seja parte ativa no monitoramento e na avaliação da implementação da LAI em seu Estado e Município, constituindo importante ferramenta para o exercício do controle social.

Para apoiar os Estados e Municípios com a implementação de medidas de transparência pública, também foi lançado o e-SIC Livre, sistema eletrônico para o recebimento de pedidos de informação desenvolvido em *software* livre. Essa tecnologia foi desenvolvida pela Prefeitura de Natal, a partir do código fonte do e-SIC Federal.

A fim de propiciar uma visão geral da implementação da LAI nos Municípios, foi desenvolvida, em 2015, a Escala Brasil Transparente (EBT), que consiste na verificação do nível de adequação dos Municípios à LAI. Foram lançadas duas versões da EBT.

A primeira analisou a implementação da LAI em 492 municípios, e a segunda contemplou 1.587 municípios.

Cerca de 2800 agentes públicos de entes federados participaram do curso Regulamentação da LAI nos Municípios, que tem o objetivo de oferecer orientações necessárias para a regulamentação da Lei em âmbito local.

Com o objetivo de prevenir a corrupção e promover melhorias na gestão dos recursos públicos, continuaram em 2015 a oferta de cursos no âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, com os temas Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos, além de um novo curso sobre Controle Social.

Em 2015, fortaleceram-se as parcerias para viabilizar a execução dos principais projetos voltados à promoção da cidadania entre o público infanto-juvenil, a exemplo do Concurso de Desenho e Redação, que em 2015 realizou sua 7ª edição com o tema Pequenas Corrupções: Diga Não! e recebeu 12.000 trabalhos, e do programa Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania, em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa.

Na esfera internacional, o Brasil avançou na implementação do segundo Plano Nacional de Governo Aberto, cujas informações para o acompanhamento dos compromissos podem ser consultadas no sítio: www.governoaberto.cgu.gov.br.

O relatório independente feito pela parceria internacional (IRM/OGP) reconheceu os esforços brasileiros e fez recomendações para que o País continue avançando no tema.

Um grupo de trabalho formado por organizações da sociedade civil irá apoiar na metodologia de construção do 3º Plano Nacional de Governo Aberto, que busca o diálogo entre os órgãos públicos e a sociedade para criação conjunta de projetos sobre o tema.

O Governo Federal aderiu à Iniciativa Global para Transparência Fiscal (GIFT), rede de ação que conta com a participação de diversos países em esforços para o aprimoramento da transparência fiscal.

O objetivo é promover a aderência às normas internacionais de transparência fiscal, promovendo ajustes nas estruturas e legislações, considerando a necessidade de estimular a transparência.

Com o objetivo de aprimorar os mecanismos de implementação da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, conhecida como Lei de Conflito de Interesses, contribuindo para um aumento da integridade no setor público, foi lançado em 2014 o Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses (SeCI), responsável por centralizar a gestão das consultas e dos pedidos de autorização para exercício de atividade privada feitos por servidor ou empregado público federal.

Até o final de 2015, mais de 93% dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal foram cadastrados no sistema, tornando-se aptos a responder às solicitações enviadas por seus servidores e empregados. Ainda em 2015, o SeCI recebeu mais de 1100 consultas, relacionadas com esses órgãos e entidades.

A fim de verificar a atuação dos órgãos e entidades na prevenção do conflito de interesses, foi estabelecida rotina de monitoramento das respostas às

consultas do SeCI, na qual são verificados diversos aspectos quantitativos e qualitativos dessas respostas. Assim, foi possível verificar que a falta de capacitação dos órgãos e entidades para responder as consultas é um obstáculo à correta implementação da Lei.

A fim de sanar esse problema, está em desenvolvimento, em conjunto com as escolas de governo, um curso específico para os responsáveis pela análise dos casos enviados pelo SeCI.

No âmbito da promoção da integridade no setor privado, para aprofundar os avanços trazidos pela Lei 12.846, de 1° de agosto de 2013, conhecida como Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica ou Lei Anticorrupção, está sendo divulgada e ressaltada para as empresas a necessidade de que elas adotem programas de integridade empresarial capazes de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de atos lesivos à Administração Pública.

Os mecanismos e padrões de integridade (*compliance*) foram, inclusive, objeto do guia "Programa de Integridade: diretrizes para empresas privadas", publicado em setembro de 2015.

O guia é voltado a auxiliar empresas na estruturação e adaptação de seus programas de integridade, de acordo com a Lei e seu regulamento. Foram disponibilizadas ao público as versões do guia em inglês e espanhol, para auxiliar empresas estrangeiras em suas atuações no Brasil.

Como instrumento de promoção da integridade no setor privado, ressalta-se a iniciativa da CGU, em conjunto com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, chamada de Empresa Pró-Ética, que promove o reconhecimento público de empresas comprometidas com a prevenção e o combate à corrupção.

Após sua reformulação, com o objetivo de adequá-la às inovações introduzidas pela Lei e às práticas que contribuem para um ambiente empresarial íntegro, a edição de 2015 da Empresa Pró-Ética foi concluída com 19 empresas aprovadas para integrar a sua lista.

Ainda com foco no aumento da integridade no setor privado, está em desenvolvimento programa em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que engloba ações de divulgação da Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica, de fomento e de apoio às micro e pequenas empresas, para adoção de mecanismos de integridade, além do desenvolvimento conjunto de materiais de orientação, cursos presenciais e a distância e de eventos de mobilização voltados aos micro e pequenos empreendedores.

Em novembro de 2015 foi divulgada a cartilha "Integridade para Pequenos Negócios", um dos produtos dessa parceria, com o objetivo de orientar o pequeno empreendedor quanto à importância da integridade nas relações comerciais, com sugestões de medidas que podem ser adotadas para estruturar um programa.

No plano internacional, em 2015, foi concluída a avaliação do Brasil para o primeiro ciclo de revisão quanto à implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Uncac).

O País foi avaliado por México e Haiti, e foram analisadas as medidas brasileiras quanto à aplicação dos capítulos III (criminalização) e IV (cooperação internacional). Além disso, o Brasil se fez representar na 6ª sessão da Conferência dos Estados Partes da Uncac, que ocorreu em novembro de 2015 em São Petersburgo, Rússia.

A Conferência dos Estados Partes ocorre a cada dois anos e é o evento mais relevante no âmbito da Convenção. O País se engajou ativamente nas negociações realizadas durante a Conferência, em especial no tocante à aprovação de proposta de resolução apresentada pelo Brasil sobre o uso de instâncias não criminais – procedimentos civis e administrativos – no combate à corrupção.

A medida consagra trabalho de mobilização que vem sendo desenvolvido pelo governo brasileiro nas Nações Unidas e em outros fóruns internacionais nos últimos anos, com o objetivo de criar um ambiente favorável para a troca de informações, no âmbito de processos civis e administrativos, entre as autoridades empenhadas no combate à corrupção, favorecendo a aplicação da referida Lei n° 12.846, de 2013, e da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa.

Por fim, no que tange à participação na Uncac, o Brasil também atuou no Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção e no Grupo sobre a Revisão da Implementação dessa Convenção.

No ano de 2015, o Brasil apresentou dois relatórios à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), relativos ao seguimento de recomendações emitidas no âmbito da 3ª fase da avaliação da OCDE, acerca do cumprimento da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. Além disso, a CGU também responde pela participação brasileira no Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (*Working Group on Bribery*), que se reúne quatro vezes ao ano, em Paris, sede da OCDE.

Ainda no tocante ao combate ao suborno transnacional, além da participação ativa nas discussões levadas no âmbito da OCDE, o Brasil vem trabalhando na formulação de uma matriz de risco de suborno transnacional, a qual pretende apontar países e setores econômicos mais vulneráveis à prática.

Ao longo de 2015, o Brasil participou da 26ª reunião ordinária da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), realizada na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, Estados Unidos. Na ocasião, foram debatidos documentos preparatórios para a 5ª Rodada de Análise da Implementação da Convenção, sendo definidos tema, calendário, subgrupos de avaliação e questionário padrão.

O Brasil integrará os subgrupos de México e Argentina. Além disso, foi anunciado o interesse brasileiro, no exercício da Presidência, em convocar a 4ª Reunião da Conferência dos Estados Partes do Mecanismo, organizada pelo Brasil em parceria com os Estados Unidos.

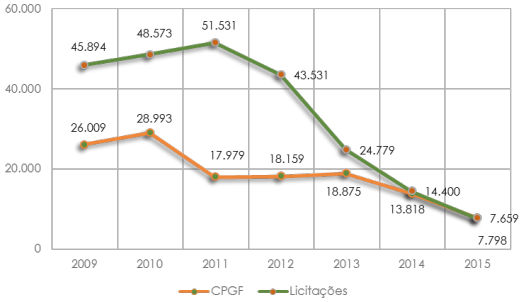
A Conferência, instância política máxima do Mecanismo, e responsável por definir as diretrizes e parâmetros para o funcionamento da Comissão de Peritos, aconteceu no mês de dezembro de 2015, em Washington.

O Brasil participou em 2015 da reunião de altos funcionários do BRICS, grupo de países constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a fim de concentrar esforços nas ações de prevenção e combate à corrupção no âmbito do Grupo de Trabalho a ser criado, segundo decisão tomada durante a VII Cúpula do BRICS, em Ufá, Rússia. Houve, ainda, participação brasileira, por meio da CGU, nas três reuniões do Grupo de Trabalho Anticorrupção do Grupo dos 20 (G20), que reúne representantes das 19 maiores economias mais desenvolvidas do mundo, além da União Europeia.

Monitoramento dos gastos públicos

Em 2015, o Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade especializada no monitoramento dos gastos públicos, deu continuidade aos projetos de monitoramento das licitações públicas e dos gastos com cartões de pagamento do Governo Federal, diárias e passagens, e terceirização. Apenas para os dois primeiros temas, para efeito de exemplo, durante o ano, foram gerados mais de 15,4 mil alertas de transações atípicas em 18 trilhas de auditoria, conforme demonstra o gráfico abaixo:

QUANTIDADE DE ALERTAS DE CPGF E LICITAÇÕES POR ANO



Fonte: Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas
Atualização de 2015: CPGF – dez/2015, Compras – set/2015

O ODP, em 2015, além dos monitoramentos sistemáticos, continuou a aperfeiçoar o "Portal ODP". O objetivo é fornecer informações sobre o monitoramento dos gastos públicos aos auditores da CGU e, também, distribuir as análises de gastos para os gestores públicos, como forma de apoiar as suas tomadas de decisão e de contribuir para a melhoria da gestão governamental, expandindo o acesso em nível de órgão para que as informações possam ser disseminadas mais facilmente.

O modelo do Observatório da Despesa Pública está sendo expandido para

os demais entes da federação. O objetivo é implementar a rede ODP em âmbito estadual em todo o território nacional.

O denominado ODP.estadual propiciará a integração e ações coordenadas e estruturadas entre a União e os demais entes federativos, de forma a auxiliar no processo de avaliação da gestão e posterior tomada de decisão, assim como na melhoria dos controles e monitoramento do gasto público.

Foi implementado, inicialmente em caráter de piloto, em dois Estados (Bahia e Santa Catarina), com resultados positivos. Posteriormente, na segunda quinzena de outubro de 2015, com o objetivo de apresentar os requisitos para implantação do ODP.estadual aos controladores internos dos estados, foram realizados seminários em pólos regionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), nas cidades de Belém, Brasília, Florianópolis, São Paulo e Salvador.

Após a conclusão desses seminários, outros 13 (treze) estados já aderiram ou manifestaram interesse em assinar o Acordo de Cooperação Técnica com a CGU: Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Minas Gerais, Sergipe, Rondônia e Tocantins.

Outra iniciativa foi a implantação do Banco de Preços de Referência no Portal da Transparência, que utiliza uma metodologia para cálculo dos preços médios pagos pela Administração Pública Federal em produtos de uso comum com o intuito de se identificar boas práticas de compra entre os Órgãos da Administração Pública Federal e, também, de compras de produtos por valores atípicos. Com essa ferramenta, a CGU finaliza o cumprimento de meta estabelecida na Parceria para Governo Aberto (OGP).

5.3. OUVINDO O CIDADÃO

A Controladoria-Geral da União, por meio da Ouvidoria-Geral da União, concentrou esforços para promover a melhoria da prestação de serviços públicos, criando estímulos para o aprimoramento dos processos de trabalho, da gestão de dados, da tecnologia da informação e do fomento à constituição de redes integradas de Ouvidorias Públicas.

Estas ações levaram a uma maior racionalidade da atuação das atuais 282 ouvidorias federais, e forneceram subsídios para a criação de novas unidades de ouvidorias em todos os poderes e entes da federação.

Integração Tecnológica

Em 2015, deu-se continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo federal – e-Ouv, a fim de que este se tornasse mais acessível ao cidadão e para que se tornasse uma ferramenta mais eficiente para o uso dos gestores.

Concomitantemente, foi desenvolvido o projeto Sala de Monitoramento das Ouvidorias – Sala (Portaria nº 50.252, de 15 de dezembro de 2015), que produziu, no exercício, a primeira parte de um amplo conjunto de painéis de gestão sobre as manifestações de ouvidoria relativas às políticas públicas e serviços prestados.

Com base na Sala, não apenas os gestores terão um diagnóstico atualizado da percepção dos cidadãos acerca da Administração como, também, as Ouvidorias serão capazes de fornecer importantes subsídios para a atividade de controle.

A obtenção de informações junto às Ouvidorias Federais tornou-se, portanto, condição necessária para esse monitoramento, o que levou ao aprimoramento de sistemas informatizados que permitissem a criação de uma base de dados unificada com as informações acerca dos processos a elas encaminhados.

Ao longo do ano, o e-Ouv recebeu 21.025 manifestações de ouvidoria, sendo que, destas, 19.666 manifestações receberam tratamento completo por meio do sistema.

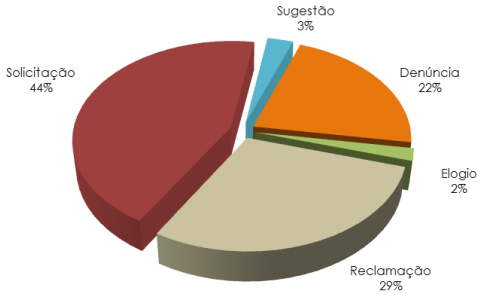
As manifestações recebidas pelo sistema endereçadas a órgãos que não o utilizam foram a eles encaminhadas e tratadas por meio de seus canais específicos.

O tempo médio de atendimento das manifestações manteve-se em 12,88 dias, tempo inferior aos 20 dias previstos nos normativos.

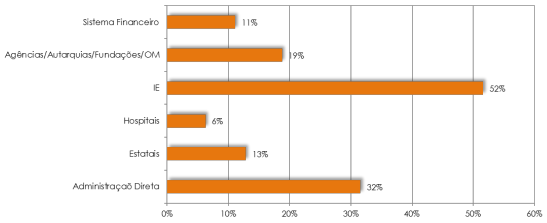
Logrou-se, também, aumentar expressivamente a quantidade de adesões ao sistema ao longo do período. Em 2015, 60 ouvidorias aderiram ao e-Ouv, que alcançou um total de 76 instituições.

Hoje, o sistema atende a 52% das ouvidorias de Instituições de Ensino Superior, e a 32% das ouvidorias da Administração Direta.

MANIFESTAÇÕES TRATADAS NO E-OUV EM 2015



% DE ADESÕES AO E-OUV POR SEGMENTO EM 2015



Ainda no plano tecnológico, deu-se continuidade ao desenvolvimento do sítio web Ouvidorias.gov.

O portal reúne uma série de conteúdos de interesse das ouvidorias e dos cidadãos: notícias, orientações, lista de ouvidorias, informações estatísticas, indicadores, relatórios, calendário de eventos, legislação e interface para acesso ao sistema e-Ouv. Entre fevereiro e dezembro de 2015, o portal recebeu quase 100 mil acessos.

Capacitação

Iniciada em 2012, a Política de Formação Continuada em Ouvidorias – Profoco foi novamente ampliada no ano de 2015, incrementando-se a oferta de cursos gratuitos na modalidade presencial, em parceria com a Escola Superior de Educação Fazendária – Esaf.

Se, em 2014, haviam sido ofertadas 8 turmas de um único curso, em 2015 foram inaugurados mais dois cursos presenciais, que, junto com o pré-existente, alcançaram 923 alunos em 20 turmas de modalidade 20h e duas turmas de carga horária reduzida, em dezesseis capitais de todas as regiões do país: Brasília, João Pessoa, Curitiba, Manaus, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Belém, São Luís, Cuiabá, Campo Grande, Porto Alegre, Vitória, Florianópolis, Fortaleza e São Paulo.

CURSO	TURMAS	ALUNOS
Gestão e Prática em Ouvidoria (20h)	10	368
Lei de Acesso à Informação (20h)	5	150
Prática de Atendimento em Ouvidoria (20h)	5	171
Gestão e Prática em Ouvidoria (8h)	1	51
Lei de Acesso à Informação (8h)	1	183
TOTAL	22	923

Adicionalmente, ao longo do período manteve-se a oferta de cursos na modalidade à distância, por meio de parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal.

Fortalecimento da Rede de Ouvidorias

Com o objetivo de estimular e difundir o debate voltado à formulação de políticas para as ouvidorias públicas, foram realizadas oito reuniões técnicas de Ouvidorias, organizadas por segmentos, as quais reuniram 109 representantes das ouvidorias públicas federais.

Com vistas a intensificar a troca de experiências, foram ainda conduzidas 27 visitas técnicas em 18 estados, bem como cinco seminários regionais, no Maranhão, na Paraíba, no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Em 15 de dezembro de 2015, promoveu-se o Encontro com Ouvidores dos Estados e do Distrito Federal, que reuniu 10 representantes de Ouvidorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, e no qual lançou-se o Programa de Fortalecimento das Ouvidorias (Portaria nº 50.253, de 15 de dezembro de 2015)

Programa de Fortalecimento das Ouvidorias

A fim de facilitar o acesso do cidadão ao Estado, fez-se necessário o aprofundamento da integração entre ouvidorias não mais apenas no âmbito federal, mas entre este e os demais entes da federação, e entre todos os poderes. Diante de tal necessidade, a CGU lançou o Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, a fim de promover a convergência de esforços entre as instituições aderentes.

O programa oferece cursos e treinamentos sobre atividades de ouvidoria, elaboração e distribuição de material técnico e orientativo sobre o tema, além de cessão gratuita do código-fonte do e-Ouv. Além disso, serve de lastro para a constituição de uma Rede de Ouvidorias.

Tratamento de Manifestações de Cidadãos pela CGU

Sob o aspecto do atendimento às demandas da sociedade, a Ouvidoria-Geral da União recebeu 6470 manifestações de ouvidoria provenientes de pessoas físicas e jurídicas, correspondendo 57,5% a denúncias, 25,9% a reclamações, 11,8% a solicitações, 1,8 % a sugestões e 0,5% a elogios.

O tempo de atendimento ao cidadão, a partir da adesão ao e-Ouv no mês de março, alcançou média de 11,37 dias, reduzindo-se em 80% se considerada a média de tempo de atendimento anterior à adesão (63 dias). No mesmo período, a área produziu informações para mais de 3 mil consultas de nomes para ocupação de cargos em comissão e prestou informações, por meio do canal fale conosco, a mais de 1,8 mil demandas. Adicionalmente, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da CGU atendeu a 1.342 pedidos de acesso à informação, em um tempo médio de 13,8 dias.

Atuação como Órgão Garantidor da Transparência Passiva

A Controladoria-Geral da União detém a competência para deliberar acerca dos recursos interpostos contra a negativa de acesso a informação pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, nos termos do artigo 16 da Lei de Acesso a Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

A Controladoria também tem prestado colaboração com entidades internacionais, participando mais ativamente na Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA), da qual compõe o Conselho Diretivo.

No âmbito desta RTA, a Ouvidoria-Geral da União deu prosseguimento às inciativas relacionadas aos grupos de trabalhos criados, com ênfase nos grupo de intercâmbio de jurisprudência, indicadores de transparência e acesso à informação, gestão de arquivos e solução pacífica de conflitos.

Com o apoio da RTA e do Programa da União Europeia para coesão social na América Latina – EuroSocial II, a CGU aprofundou estudos em solução consensual de conflitos com foco em acesso à informação. Destes estudos resultaram novas práticas de instrução de recursos bem como material didático, aproveitado no âmbito do curso Prática de Atendimento em Ouvidoria.

Ao longo do exercício, a CGU recebeu 1.265 recursos interpostos com fundamento no art. 16 da Lei 12.527/2011 contra decisões das autoridades máximas de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Este número equivale a uma média histórica de 1,2% de todos os pedidos de acesso a informação feitos ao Poder Executivo Federal. No mesmo período, foram julgados 1.353 recursos, o que resultou em diminuição da quantidade de processos em estoque, que reduziu-se em 33%, entre dezembro do exercício anterior e dezembro de 2015.

Outro indicativo de ganho em eficiência no processo refletiu-se no tempo médio de instrução e julgamento dos recursos, que caiu de 122,16 dias em janeiro de 2015 para alcançar 24,81 dias em agosto do mesmo ano – configurando expressiva queda de 80%.

As decisões da CGU resultaram em revisão da decisão recorrida em 13% dos casos (2% parcialmente providos e 11% totalmente providos) e em manutenção da decisão em 19%. Em 22% dos casos, os órgãos e entidades recorridos revisaram as suas próprias decisões durante a instrução recursal, após gestão da CGU, levando ao que se denomina perda de objeto do recurso.

Finalmente, em 46% dos casos a CGU não conheceu do recurso, em razão deste não possuir requisitos mínimos de admissibilidade ou não tratar-se de pedido de acesso à informação. Em todos os casos em que o recurso veiculou manifestação de ouvidoria, a CGU, ao não conhecer do recurso, registrou a manifestação em sistema próprio, a fim de dar o adequado tratamento administrativo à questão.

DECISÕES DA CGU EM RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO – 2015

Como forma de disseminar os entendimentos da CGU acerca da Lei de Acesso à Informação e sobre tipologias legais de sigilos, implementou-se sistema de consulta de pareceres da Controladoria no site do Portal de Acesso à Informação (http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/recursos/recursos-a-cgu).

Também, foi disponibilizada no site http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/aplicacao-da-lai-em-recursos-a-cgu.pdf a publicação "Aplicação da Lei de Acesso a Informações em Recursos à CGU", visando contribuir como instrumento de capacitação e de disseminação de conhecimento.

5.4. PUNINDO IRREGULARIDADES

Cumprindo sua missão de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo federal, compete à CGU, dentre outras atribuições, apurar diretamente ilícitos disciplinares, nos termos do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e coibir atos ímprobos nas relações entre pessoas jurídicas e a Administração Pública Federal.

Dessa forma, no ano de 2015, a CGU instaurou 38 procedimentos administrativos disciplinares, e aplicou diretamente 18 penalidades a servidores e empregados públicos, sendo 14 delas expulsivas.

No cumprimento de sua atribuição de orientação e supervisão, no mesmo ano, a CGU realizou 32 inspeções correcionais e 13 visitas técnicas, manteve o acompanhamento, por amostragem, de cerca de 10% dos processos disciplinares do Poder Executivo Federal e capacitou para atuar na área disciplinar mais de 1.000 servidores.

Essas atividades contribuíram para que, no ano de 2015, as responsabilizações administrativas de agentes públicos estatutários, por práticas irregulares no Poder Executivo Federal, tenham culminado na aplicação de 541 apenações expulsivas, traduzidas em 447 demissões, 53 cassações de aposentadoria e 41 destituições de cargos em comissão. Ademais, dessas penalidades, 61,4% decorreram de atos relacionados à corrupção.

PENALIDADES EXPULSIVAS NO PERÍODO DE 2003 A 2015

ANO	DECORRENTE DE ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO (A)	TOTAL DE EXPULSÕES (B)	ÍNDICE (C = A/B)
2003	178	268	66,4%
2004	201	320	62,8%
2005	204	287	71,1%
2006	255	373	68,4%
2007	297	438	67,8%
2008	243	372	65,3%
2009	291	434	67,1%
2010	357	513	68,9%
2011	361	533	67,0%
2012	315	505	62,4%
2013	380	531	71,6%
2014	363	547	66,4%
2015	332	541	61,4%

Fonte: CGU/CRG - Relatório de Punições Expulsivas da Controladoria-Geral da União

São consideradas penalidades fundamentadas em atos relacionados à corrupção aquelas efetivadas com base nos incisos LXI e IX , do artigo 43, da Lei nº 4.878/1965, e nos incisos IX, XII, XIII e XVI do artigo 117 e incisos IV, X e XI, do artigo 132, da Lei nº 8.112/90.

A CGU mantém, também, o Cadastro de Expulsões da Administração Federal (Ceaf), que garante publicidade às penalidades disciplinares que impedem o retorno de apenados à Administração Pública Federal, ou que os torna inelegíveis, consolidando informações úteis aos gestores e proporcionando maior transparência à atividade correcional.

Ao final de 2015 totalizava mais de 4 mil registros.

Instituiu-se o Cadastro de Presidentes, Membros, Assistentes Técnicos e Peritos para Processos Administrativos Disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, que tem como objetivo auxiliar os órgãos e entidades a identificar servidores aptos a atuar na condução de procedimentos disciplinares e, desse modo, superar eventuais dificuldades enfrentadas na formação de comissões.

Destaca-se ainda a instituição do Programa de Fortalecimento da Atividade Correcional na Administração Pública, que visa promover o intercâmbio de informações e experiências na atividade correcional, assim como aperfeiçoar a gestão e a condução de processos de todos os poderes e esferas de governo.

O Programa também possibilita a disponibilização de cópia do código-fonte do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

Os Governos dos Estados do Espirito Santo, da Bahia, de Pernambuco e do Município de São Paulo realizaram sua adesão.

No âmbito da apuração de responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas, no ano de 2015, a CGU conduziu 33 processos administrativos de responsabilização e iniciou os procedimentos destinados a supervisionar a atividade no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Manteve-se o CEIS, cadastro público de sanções, das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, obrigatório, para todos os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de todas as esferas de governo.

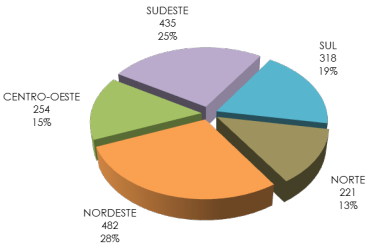
Atualmente o sistema conta com mais de 12.000 penalidades vigentes e 40 órgãos e entidades subnacionais participantes.

5.5. SÍNTESE DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA CGU EM 2015

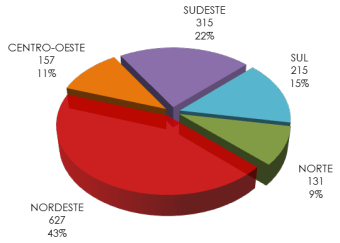
As atividades desenvolvidas pela CGU alcançam todo o território nacional, por meio da sede (DF) e das unidades regionais e envolvem as áreas de auditoria e fiscalização da aplicação de recursos federais, ouvidoria, correição e de prevenção e combate à corrupção. De forma sintética, apresentamos nos gráficos a seguir a distribuição regional das ações executadas pela CGU no exercício de 2015.

5.5.1. Atividades de Auditoria e Fiscalização

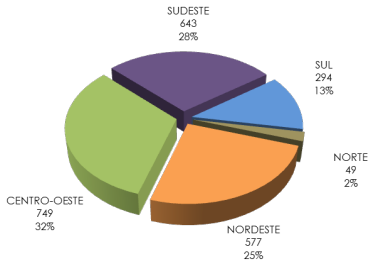
AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO



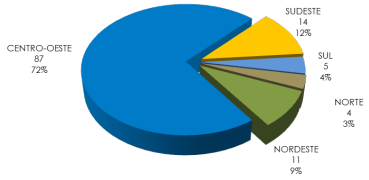
FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS



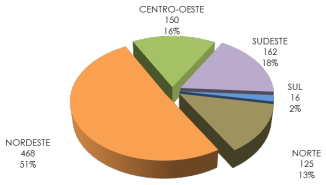
AUDITORIA ANUAL DE CONTAS



AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS

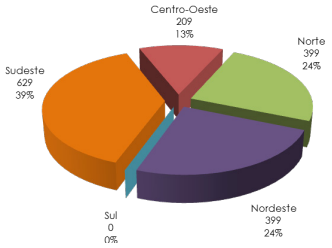


AÇÕES INVESTIGATIVAS

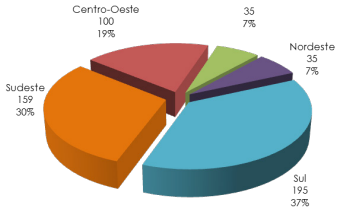


5.5.2. Atividades de Prevenção e Combate à Corrupção

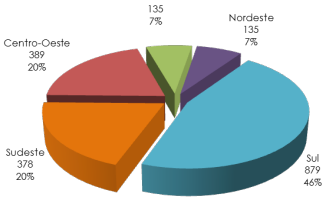
PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE (SERVIDORES CAPACITADOS)



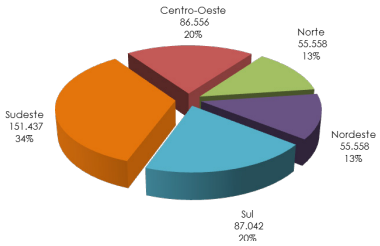
PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO (CIDADÃOS CAPACITADOS)



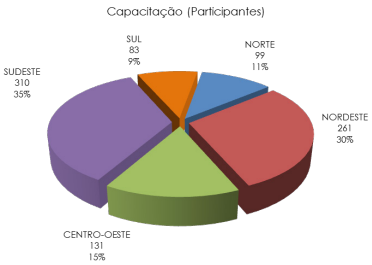
ENCONTRO DE CONSELHEIROS (NÚMERO DE PARTICIPANTES)

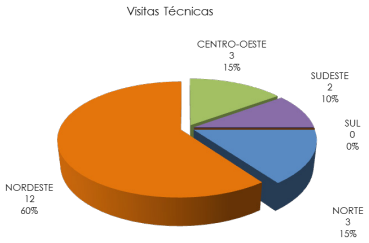


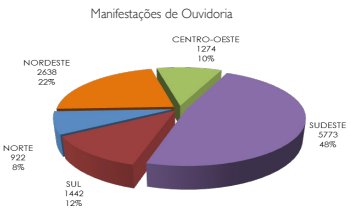
CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO (ALUNOS PARTICIPANTES)



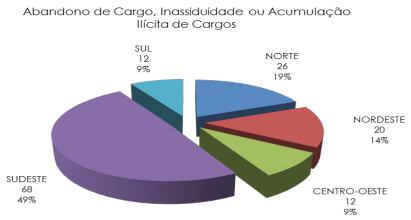
5.5.3. Atividades de Ouvidoria

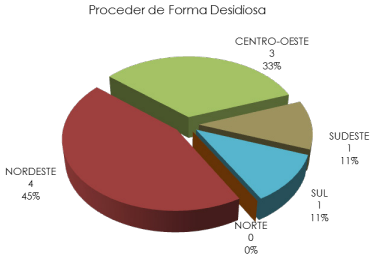


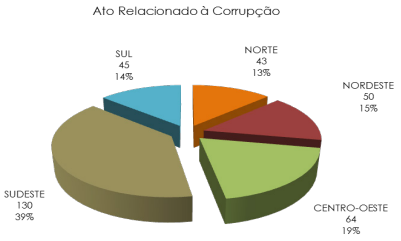


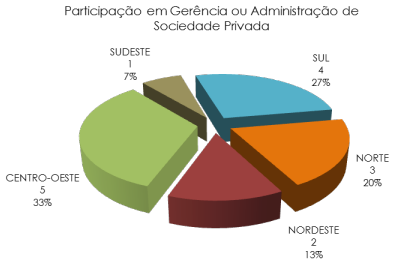


5.5.4. Atividades de Correição no Poder Executivo Federal









5.6. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO NORTE

5.6.1. Auditando e Fiscalizando

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO EM 2015 – REGIÃO NORTE

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (*)	FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS (**)	AUDITORIA ANUAL DE CONTAS	AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS	AÇÕES INVESTIGATIVAS	TOTAL GERAL
221	131	49	4	125	530

* Quantidade de localidades fiscalizadas no Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Governo – RAV, publicado em 2015.

**Quantidade de auditorias realizadas nos Municípios selecionados.

Inclui ações decorrentes de Representações e de Operações Especiais.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

5.6.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social

PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE	Efetivadas 2 novas adesões de entes públicos ao Programa Brasil Transparente. Adicionalmente, foi realizada a capacitação de 399 servidores públicos para implementação local da Lei de Acesso à Informação
PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO	Realizadas 3 ações de capacitação do Programa com a participação de 35 cidadãos
ENCONTRO DE CONSELHEIROS	Realizadas 2 ações de capacitação de conselheiros com a participação de 135 conselheiros
CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO	Participação de 55.558 alunos, 1.574 professores na 7ª edição do Concurso.

5.6.3. Ouvindo o cidadão

CAPACITAÇÃO	3 cursos presenciais em ouvidoria realizados para um total de 99 participantes.
VISITAS TÉCNICAS	3 visitas técnicas a ouvidorias federais com sede na região.
MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA	922 manifestações encaminhadas ao governo federal por usuários do e-Ouv da região Norte.

5.6.4. Punindo Irregularidades

A supervisão da atividade disciplinar contribuiu para que no Poder Executivo Federal fossem expulsos 83 servidores lotados na região Norte no ano de 2015, em decorrência da prática de ilícitos disciplinares.

PUNIÇÕES EXPULSIVAS APLICADAS A ESTATUTÁRIOS EM 2015 – REGIÃO NORTE

ABANDONO DE CARGO	ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO	PROCEDER DE FORMA DESIDIOSA	PARTICIPAÇÃO EM GERÊNCIA	OUTROS	TOTAL GERAL
26	43	0	3	11	83

Fonte: Corregedoria-Geral da União

5.7. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO NORDESTE

5.7.1. Auditando e Fiscalizando

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO EM 2015 – REGIÃO NORDESTE

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (*)	FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS (**)	AUDITORIA ANUAL DE CONTAS	AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS	AÇÕES INVESTIGATIVAS	TOTAL GERAL
482	627	577	11	468	2.165

* Quantidade de localidades fiscalizadas no Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Governo – RAV, publicado em 2015.

**Quantidade de auditorias realizadas nos Municípios selecionados.

Inclui ações decorrentes de Representações e de Operações Especiais.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

5.7.2. Enfrentando a corrupção e fortalecendo o controle social

PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE	Efetivadas 29 novas adesões de entes públicos ao Programa Brasil Transparente. Adicionalmente, foi realizada a capacitação de 210 servidores públicos para implementação local da Lei de Acesso à Informação.
PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO	Realizadas 4 ações de capacitação do Programa com a participação de 358 cidadãos.
ENCONTRO DE CONSELHEIROS	Realizadas 25 ações de capacitação de conselheiros com a participação de 3.256 conselheiros.
CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO	Participação de 88.360 alunos, 3.320 professores na 7ª edição do Concurso.

5.7.3. Ouvindo o Cidadão

CAPACITAÇÃO	6 cursos presenciais em ouvidoria realizados para um total de 261 participantes.
VISITAS TÉCNICAS	12 visitas técnicas a ouvidorias federais com sede na região.
MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA	2.638 manifestações encaminhadas ao Governo Federal por usuários do e-Ouv da região Nordeste.

5.7.4. Punindo Irregularidades

A supervisão da atividade disciplinar contribuiu para que no Poder Executivo Federal fossem expulsos 85 servidores lotados na região Nordeste no ano de 2015, em decorrência da prática de ilícitos disciplinares.

PUNIÇÕES EXPULSIVAS APLICADAS A ESTATUTÁRIOS EM 2015 – REGIÃO NORDESTE

ABANDONO DE CARGO	ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO	PROCEDER DE FORMA DESIDIOSA	PARTICIPAÇÃO EM GERÊNCIA	OUTROS	TOTAL GERAL
20	50	4	2	9	85

Fonte: Corregedoria-Geral da União

5.8. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO CENTRO-OESTE

5.8.1. Auditando e Fiscalizando

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO EM 2015 – REGIÃO CENTRO-OESTE

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (*)	FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS (**)	AUDITORIA ANUAL DE CONTAS	AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS	AÇÕES INVESTIGATIVAS	TOTAL GERAL
254	157	749	87	150	1.397

* Quantidade de localidades fiscalizadas no Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Governo – RAV, publicado em 2015.

**Quantidade de auditorias realizadas nos Municípios selecionados.

Inclui ações decorrentes de Representações e de Operações Especiais.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

5.8.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social

PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE	Efetivadas 24 novas adesões de entes públicos ao Programa Brasil Transparente. Adicionalmente, foi realizada a capacitação de 209 servidores públicos para implementação local da Lei de Acesso à Informação;
PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO	Realizadas 2 ações de capacitação do Programa com a participação de 100 cidadãos;
ENCONTRO DE CONSELHEIROS	Realizadas 4 ações de capacitação de conselheiros com a participação de 389 conselheiros;
CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO	Participação de 86.556 alunos, 2.939 professores na 7ª edição do Concurso.

5.8.3. Ouvindo o Cidadão

CAPACITAÇÃO	3 cursos presenciais em ouvidoria realizados para um total de 131 participantes.
VISITAS TÉCNICAS	3 visitas técnicas a ouvidorias federais com sede na região.
MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA	1.274 manifestações encaminhadas ao governo federal por usuários do e-Ouv da região Centro-Oeste.

5.8.4. Punindo Irregularidades

A supervisão da atividade disciplinar contribuiu para que no Poder Executivo Federal fossem expulsos 100 servidores lotados na região Centro-Oeste no ano de 2015, em decorrência da prática de ilícitos disciplinares.

PUNIÇÕES EXPULSIVAS APLICADAS A ESTATUTÁRIOS EM 2015 – REGIÃO CENTRO-OESTE

ABANDONO DE CARGO	ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO	PROCEDER DE FORMA DESIDIOSA	PARTICIPAÇÃO EM GERÊNCIA	OUTROS	TOTAL GERAL
12	64	3	5	16	100

Fonte: Corregedoria-Geral da União

5.9. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO SUDESTE

5.9.1. Auditando e Fiscalizando

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO EM 2015 – REGIÃO SUDESTE

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (*)	FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS (**)	AUDITORIA ANUAL DE CONTAS	AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS	AÇÕES INVESTIGATIVAS	TOTAL GERAL
435	315	643	14	162	1.569

* Quantidade de localidades fiscalizadas no Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Governo – RAV, publicado em 2015.

**Quantidade de auditorias realizadas nos Municípios selecionados.

Inclui ações decorrentes de Representações e de Operações Especiais.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

5.9.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social

PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE	Efetivadas 29 novas adesões de entes públicos ao Programa Brasil Transparente. Adicionalmente, foi realizada a capacitação de 629 servidores públicos para implementação local da Lei de Acesso à Informação.
PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO	Realizadas 2 ações de capacitação do Programa com a participação de 159 cidadãos.
ENCONTRO DE CONSELHEIROS	Realizadas 4 ações de capacitação de conselheiros com a participação de 378 conselheiros.
CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO	Participação de 151.437 alunos, 5.914 professores na 7ª edição do Concurso.

5.9.3. Ouvindo o Cidadão

CAPACITAÇÃO	5 cursos presenciais em ouvidoria realizados para um total de 310 participantes.
VISITAS TÉCNICAS	2 visitas técnicas a ouvidorias federais com sede na região.
MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA	5.773 manifestações encaminhadas ao governo federal por usuários do e-Ouv da região Sudeste.

5.9.4. Punindo Irregularidades

A supervisão da atividade disciplinar contribuiu para que no Poder Executivo Federal fossem expulsos 207 servidores lotados na região Sudeste no ano de 2015, em decorrência da prática de ilícitos disciplinares.

PUNIÇÕES EXPULSIVAS APLICADAS A ESTATUTÁRIOS EM 2015 – REGIÃO SUDESTE

ABANDONO DE CARGO	ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO	PROCEDER DE FORMA DESIDIOSA	PARTICIPAÇÃO EM GERÊNCIA	OUTROS	TOTAL GERAL
68	130	1	1	7	207

Fonte: Corregedoria-Geral da União

5.10. ATUAÇÃO DA CGU NA REGIÃO SUL

5.10.1. Auditando e Fiscalizando

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO EM 2015 – REGIÃO SUL

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (*)	FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS (**)	AUDITORIA ANUAL DE CONTAS	AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS	AÇÕES INVESTIGATIVAS	TOTAL GERAL
318	215	294	5	16	848

* Quantidade de localidades fiscalizadas no Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Governo – RAV, publicado em 2015.

**Quantidade de auditorias realizadas nos Municípios selecionados.

Inclui ações decorrentes de Representações e de Operações Especiais.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno.

5.10.2. Enfrentando a Corrupção e Fortalecendo o Controle Social

PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE	Efetivadas 2 novas adesões de entes públicos ao Programa Brasil Transparente.
PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO	Realizadas 2 ações de capacitação do Programa com a participação de 195 cidadãos.
ENCONTRO DE CONSELHEIROS	Realizadas 7 ações de capacitação de conselheiros com a participação de 879 conselheiros.
CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO	Participação de 87.042 alunos, 3.554 professores na 7ª edição do Concurso.

5.10.3. Ouvindo o Cidadão

CAPACITAÇÃO	3 cursos presenciais em ouvidoria realizados para um total de 83 participantes.
MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA	1.442 manifestações encaminhadas ao governo federal por usuários do e-Ouv da região Sul.

5.10.4. Punindo Irregularidades

A supervisão da atividade disciplinar contribuiu para que no Poder Executivo Federal fossem expulsos 66 servidores lotados na região Sul no ano de 2015, em decorrência da prática de ilícitos disciplinares.

PUNIÇÕES EXPULSIVAS APLICADAS A ESTATUTÁRIOS EM 2015 – REGIÃO SUL

ABANDONO DE CARGO	ATO RELACIONADO À CORRUPÇÃO	PROCEDER DE FORMA DESIDIOSA	PARTICIPAÇÃO EM GERÊNCIA	OUTROS	TOTAL GERAL
12	45	1	4	4	66

Fonte: Corregedoria-Geral da União

5.11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Segundo a Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual – PPA – deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Em outras palavras, o PPA é um instrumento de planejamento utilizado pela administração pública para estabelecer as atividades prioritárias que serão desenvolvidas pelo governo num período determinado de quatro anos. Essas atividades, definidas de acordo com as necessidades da sociedade, constam no plano como programas de governo os quais possuem objetivos e metas a serem perseguidas pelos gestores durante seus mandatos.

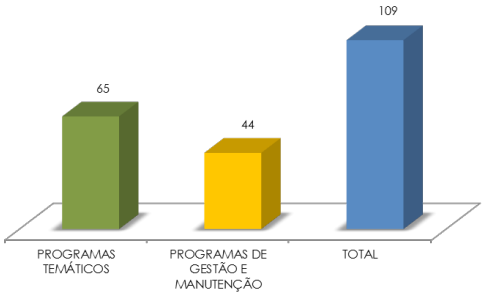
O Plano Plurianual do Governo Federal em vigor, PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, contemplou 109 programas divididos em Programas Temáticos, que orientam a ação governamental, e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, que objetivam apoiar a gestão e a manutenção da máquina pública.

Essa divisão, além de servir como diretriz para os gestores, facilita o acompanhamento e o controle, pois permite visualizar o quanto dos esforços e recursos do governo serão destinados às atividades fins do Estado com vistas ao atendimento das demandas da sociedade e ao desenvolvimento do país, bem como evidencia o quanto será despendido na manutenção da máquina pública de forma que os serviços sejam prestados adequadamente e eficientemente.

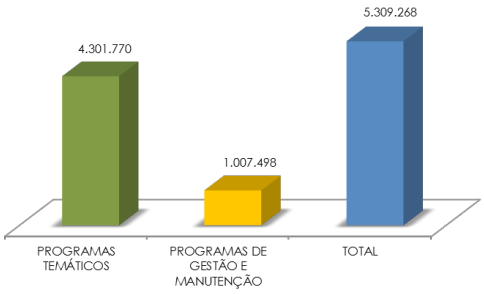
Alocação de Recursos do PPA 2012-2015

Para melhor se compreender as prioridades estabelecidas no PPA 2012-2015, seguem abaixo gráficos com a quantidade de programas e o volume de recursos distribuídos entre os Programas Temáticos e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

PPA – DIVISÃO DOS PROGRAMAS POR QUANTIDADE



PPA – DIVISÃO DOS PROGRAMAS POR RECURSOS VALORES EM R$ MILHÕES



Como pode ser observado nos gráficos acima, o total de recursos previstos para os quatro anos de vigência do PPA 2012-2015 foi superior a R$ 5 trilhões de reais, incluindo nesse valor despesas previstas nos orçamentos fiscal, da seguridade social, e de investimento das empresas estatais, além de outras fontes de recursos. Desse total, 81% foram direcionados para os programas temáticos e 19% para os programas de gestão e manutenção. Verifica-se, assim, que os recursos direcionados para as áreas finalísticas são consideravelmente mais altos que aqueles destinados à manutenção da máquina pública.

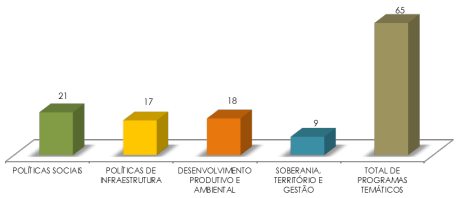
Cumpre informar que do mais de R$ 1 bilhão direcionado para os programas de gestão e manutenção, 33% são previstos para serem gastos com a previdência de inativos e pensionistas da União, 11% com a gestão e manutenção da área de educação e 9% com a gestão e manutenção da área de defesa. Ou seja, mais de 50% dos recursos com manutenção da máquina pública são concentrados em três áreas.

Com relação aos Programas Temáticos, devido à sua relevância e ao volume de recursos que contemplam, constam do PPA subdivididos em quatro grandes eixos:

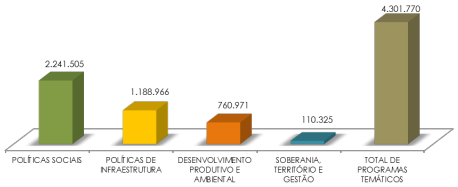
- Políticas Sociais;
- Políticas de Infraestrutura;
- Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e
- Soberania, Território e Gestão.

Seguem abaixo gráficos com os dados referentes à quantidade de programas e o volume de recursos distribuídos por eixo temático.

PROGRAMAS TEMÁTICOS – QUANTIDADE POR EIXO



PROGRAMAS TEMÁTICOS – RECURSOS POR EIXO



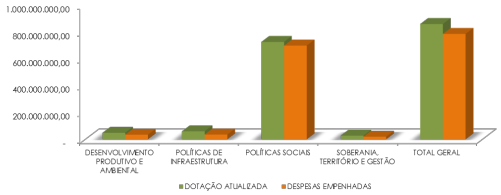
A partir desses gráficos, é possível constatar a ênfase dada pelo PPA 2012-2015 às políticas sociais, que contemplam 42% de todo o recurso previsto no PPA e 52% de todo o recurso direcionado para os programas temáticos.

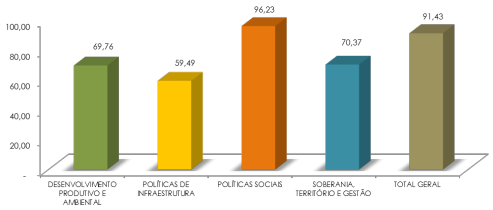
Em segundo lugar na escala de prioridades do governo, aparecem os programas de infraestrutura, contemplando 22% de todo o recurso previsto para o PPA e 28% dos recursos dos programas temáticos.

Execução dos Programas Temáticos de Governo no exercício de 2015

Dado que os programas temáticos refletem a agenda do Governo, organizada pelos temas de políticas públicas, e orientam a ação governamental para a oferta de bens e serviços à sociedade, neste tópico será realizada análise geral da execução de tais programas no exercício de 2015, destacando os aspectos relacionados aos perfis da execução orçamentária.

O gráfico a seguir evidencia que 91% dos recursos previstos foram executados (liquidados + inscritos em restos a pagar não processados e processados). Do total executado, em 89% houve o efetivo desembolso dos recursos financeiros (valores pagos). As demais despesas foram inscritas em restos a pagar não processados e processados representando, respectivamente, 4% e 7%.





	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL	POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA	POLÍTICAS SOCIAIS	SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO	TOTAL GERAL
DOTAÇÃO ATUALIZADA	47.965.171,28	58.790.552,11	724.759.424,60	26.732.445,75	858.247.593,74
DESPESAS EMPENHADAS	33.460.595,80	34.974.716,21	697.446.389,30	18.811.513,23	784.693.214,54
% EXECUÇÃO	69,76	59,49	96,23	70,37	91,43

Observa-se pelo gráfico seguinte que quase 90% dos recursos empenhados no exercício foram aplicados no eixo temático políticas sociais, o que ratifica a ênfase dada pelo Governo Federal no momento da alocação (planejamento) dos recursos no PPA.

PERCENTUAL DE RECURSOS EXECUTADOS POR EIXO TEMÁTICO – LOA 2015

Apresenta-se a seguir o montante dos recursos disponibilizados pela LOA + CRÉDITOS e sua respectiva execução, por eixo temático, para cada um dos 65 programas constantes no Plano Plurianual 2012-2015.

5.11.1. Políticas Sociais

POLÍTICAS SOCIAIS
R$ MILHARES

PROGRAMAS TEMÁTICOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUÇÃO
APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	97.995.701	88.518.088	90,33%
POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	239.271	120.044	50,17%
BOLSA FAMILIA	27.488.690	27.479.152	99,97%
CIDADANIA E JUSTICA	815.634	548.422	67,24%
CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	2.023.040	1.151.594	56,92%
EDUCACAO BASICA	33.953.394	27.051.295	79,67%
EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	8.000.756	6.401.395	80,01%
EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	17.875.183	14.976.355	83,78%
ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	86.965	29.444	33,86%
ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	3.250.924	1.875.065	57,68%
FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	44.619.041	44.222.079	99,11%
AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	55.684	24.326	43,69%
COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	315.999	150.260	47,55%
PREVIDENCIA SOCIAL	432.370.874	432.271.657	99,98%
PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	215.996	51.151	23,68%
PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	23.783	8.635	36,31%
PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	136.152	65.354	48,00%
PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.653.424	1.428.681	86,41%
SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.511.803	1.052.530	69,62%
SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	2.796.102	1.572.897	56,25%
TRABALHO, EMPREGO E RENDA	49.331.010	48.447.966	98,21%
TOTAL	724.759.425	697.446.389	96,23%

Fonte: Tesouro Gerencial

A execução dos programas do Eixo das Políticas Sociais atingiu 96,23% do total da dotação atualizada. Verifica-se que a execução do referido Eixo temático foi influenciada de forma positiva pelos programas que representam nesse contexto 92% dos recursos executados, quais sejam:

- Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Bolsa Família;
- Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Previdência Social; e
- Trabalho, Emprego e Renda.

Esses programas tiveram percentual de execução de, respectivamente, 90,33%, 99,97%, 99,11%, 99,98% e 98,21%

5.11.2. Políticas de Infraestrutura

POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA
R$ MILHARES

PROGRAMAS TEMÁTICOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%
AVIACAO CIVIL	1.107.079	237.136	21,42%
COMBUSTIVEIS	113.716	86.557	76,12%
COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRACIA	659.497	512.766	77,75%
ENERGIA ELETRICA	1.193.561	921.747	77,23%
GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	2.928.435	1.953.278	66,70%
GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMAÇÃO	94.100	67.268	71,49%
MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	3.306.283	1.182.017	35,75%
MORADIA DIGNA	25.158.866	16.833.066	66,91%
OFERTA DE AGUA	3.935.711	2.014.043	51,17%
PETROLEO E GAS	178.400	131.681	73,81%
PLANEJAMENTO URBANO	4.002.099	1.494.957	37,35%
RESIDUOS SOLIDOS	78.326	19.458	24,84%
SANEAMENTO BASICO	3.004.895	1.280.325	42,61%
TRANSPORTE FERROVIARIO	2.464.334	1.712.377	69,49%
TRANSPORTE HIDROVIARIO	306.350	173.781	56,73%
TRANSPORTE MARITIMO	550.167	346.191	62,92%
TRANSPORTE RODOVIARIO	9.708.734	6.008.069	61,88%
TOTAL	58.790.552	34.974.716	59,49

Fonte: Tesouro Gerencial

A execução dos programas dos Eixos das Políticas de Infraestrutura alcançou 59,49% da dotação atualizada no exercício de 2015. Os programas que tiveram percentual de execução acima de 70% são os destacados a seguir:

- Combustíveis;
- Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia;
- Energia Elétrica;
- Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação; e
- Petróleo e Gás.

Observa-se que tais programas deram ênfase principalmente à expansão da oferta e energia, petróleo e gás, bem como da rede logística de comunicações e da expansão da capacidade de produção, em atividades intensivas em recursos naturais, No entanto, no contexto geral, a execução de tais programas representou somente 5% do total executado do referido Eixo.

Os dois programas mais representativos do eixo são Moradia Digna e Transporte Rodoviário, responsáveis por cerca de 65% do total dos recursos executados. Em termos de nível de execução tais programas atingiram os índices de 67% e 62%, respectivamente.

5.11.3. Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL
R$ MILHARES

PROGRAMAS TEMÁTICOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%
AGRICULTURA FAMILIAR	6.852.877	5.618.794	81,99%
AGRICULTURA IRRIGADA	339.653	158.607	46,70%
AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	15.732.285	10.573.811	67,21%
BIODIVERSIDADE	394.118	278.698	70,71%
CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	5.841.767	4.246.212	72,69%
COMERCIO E SERVICOS	35.648	32.870	92,21%
COMERCIO EXTERIOR	3.707.240	3.445.975	92,95%
CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	350.657	302.704	86,32%
DEFESA AGROPECUARIA	446.773	194.124	43,45%
FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCENDIOS	290.270	173.096	59,63%
INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	549.617	352.616	64,16%
LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	21.292	13.900	65,28%
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	42.760	20.135	47,09%
MUDANCAS CLIMATICAS	413.071	387.654	93,85%
PESCA E AQUICULTURA	655.639	59.857	9,13%
DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	7.849.831	6.005.379	76,50%
REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	2.484.470	1.041.348	41,91%
TURISMO	1.957.202	554.816	28,35%
TOTAL	47.965.171	33.460.596	69,76

Fonte: Tesouro Gerencial

A execução dos programas dos Eixos das Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental atingiu 69,76% da dotação atualizada no exercício de 2015. Destaca-se a seguir os programas que obtiveram nível de execução superior a 70% no referido período:

- Agricultura Familiar;
- Biodiversidade;
- Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Comércio e Serviços;
- Comércio Exterior;
- Conservação e Gestão de Recursos Hídricos;
- Mudanças Climáticas; e
- Desenvolvimento Produtivo

Observa-se nesse Eixo a ênfase dada à dimensão ambiental, cujos aspectos voltados ao aproveitamento sustentável da biodiversidade, conservação e recuperação ambiental foram priorizados. Juntos, a execução dos referidos programas representam cerca de 61% do total dos recursos executados no período. Cumpre ressaltar também que o programa de Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização atingiu o nível de execução da ordem de 67%, representando cerca de 32% do total dos recursos.

5.11.4. Soberania, Território e Gestão

SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO
R$ MILHARES

PROGRAMAS TEMÁTICOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	6.335.618	3.605.190	56,90%
DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	738.945	603.170	81,63%
GESTAO DA POLITICA ECONOMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO	583.094	440.673	75,57%
MAR, ZONA COSTEIRA E ANTARTIDA	129.470	51.556	39,82%
POLITICA ESPACIAL	226.370	199.228	88,01%
POLITICA EXTERNA	1.515.321	1.467.351	96,83%
POLITICA NACIONAL DE DEFESA	16.514.443	11.887.004	71,98%
POLITICA NUCLEAR	689.184	557.341	80,87%
TOTAL	26.732.446	18.811.513	70,37%

No exercício de 2015, o nível de execução orçamentária dos programas do Eixo Soberania, Território e Gestão alcançou a média de 70,37% da dotação atualizada.

Nesse Eixo cumpre destacar o programa Política Nacional de Defesa, que corresponde a 63% do total dos recursos executados - R$ 12 bilhões - e alcançou nível de execução de aproximadamente 72% da dotação atualizada no período de 2015. Os programas de Política Espacial e Política Externa atingiram níveis de execução, respectivamente, de 88% e 97%. No entanto, tais programas são pouco representativos em termos percentuais do total executado no período (9%).

5.12. ANÁLISE CONSOLIDADA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Este tópico visa apresentar análise orçamentária da execução orçamentária e financeira. O objetivo é apresentar um comparativo entre os valores orçados e efetivamente realizados, demonstrando o esforço do Governo Federal para cumprir com seu planejamento.

5.12.1. Execução da Receita

A tabela a seguir demonstra a comparação entre a Receita Prevista e a Realizada por categoria econômica e origem.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA – PODER EXECUTIVO – 2015
R$ MILHARES

CATEGORIA/ORIGEM	R$ PREVISTO (A)	R$ REALIZADO (B)	% REALIZADO (B/A)	COMPOSIÇÃO DO TOTAL REALIZADO (B/TOTAL REALIZADO)
Total	2.876.109.616	2.660.719.431	93%	100%
Receitas Correntes	1.517.579.200	1.324.112.275	87%	50%
Receitas Tributárias	453.352.462	424.053.297	94%	16%
Receitas de Contribuição	786.563.409	705.946.451	90%	27%
Receitas Patrimoniais	104.770.137	65.701.042	63%	2%
Receitas Agropecuárias	30.263	28.486	94%	0%
Receitas Industriais	1.074.772	800.117	74%	0%
Receitas de Serviços	53.410.660	43.874.637	82%	2%
Transferências Correntes	635.530	759.439	120%	0%
Receitas a Classificar	-	9.233.725	-	0%
Outras Receitas Correntes	117.741.968	73.715.082	63%	3%
Receitas de Capital	1.358.530.416	1.336.607.156	98%	50%
Operações de Crédito	1.178.777.662	1.027.685.322	87%	39%
Alienações de Bens	6.314.194	1.501.158	24%	0%
Amortização de Empréstimo	42.332.333	55.099.901	130%	2%
Transferência de Capital	147.051	94.056	64%	0%
Outras Receitas de Capital	130.959.175	252.226.719	193%	9%

Fonte: Tesouro Gerencial

Em 2015 as receitas correntes representaram cerca de 50% da arrecadação total, sendo as principais origens as tributárias e as contribuições que juntas respondem por 43% do total de recursos arrecadados no exercício.

As receitas de capital representam 50% do total realizado sendo seu principal componente as receitas decorrentes de operações de crédito no montante de R$ 1,03 trilhão correspondendo a 39% do total arrecadado das receitas e 77% da categoria econômica.

O desempenho da arrecadação total apresentou frustração de arrecadação no montante de R$ 215,4 bilhões com realização percentual da ordem de 93%.

Em termos percentuais, a maior frustração de arrecadação pode ser observada na origem Alienação de Bens, com realização de apenas 24% do previsto. Já em relação ao montante de recursos, destacam-se as receitas de operações de crédito e de contribuições com frustação da ordem de R$ 151 bilhões e R$ 80,6 bilhões, respectivamente.

Por outro lado, as amortizações de empréstimos e outras receitas de capital apresentaram excesso de arrecadação da ordem de R$ 12,7 bilhões e R$ 121,2 bilhões, respectivamente.

5.12.2. Execução da Despesa Orçamentária

Visão Geral

A tabela a seguir demonstra a execução orçamentária da despesa considerando sua divisão por natureza de despesa.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA – PODER EXECUTIVO – 2015
R$ MILHARES

CATEGORIA/ORIGEM	R$ PREVISÃO INICIAL	R$ PREVISÃO ATUALIZADA (C)	R$ REALIZADO (D)	% REALIZADO (D/C)	COMPOSIÇÃO DO TOTAL REALIZADO (D/TOTAL REALIZADO)
Total	2.827.189.870	2.887.941.425	2.333.196.241	81%	100%
Despesas Correntes	1.485.624.748	1.551.371.535	1.425.501.347	92%	61%
Pessoal e Encargos Sociais	219.264.520	219.413.986	218.127.805	99%	9%
Juros e Encargos da Dívida	225.247.876	277.346.318	208.362.777	75%	9%
Outras Despesas Correntes	1.041.112.352	1.054.611.231	999.010.766	95%	43%
Despesa de Capital	1.341.565.122	1.281.949.728	857.051.062	67%	37%
Investimentos	80.891.658	75.652.723	35.610.370	47%	2%
Inversões Financeiras	93.250.241	90.266.659	67.572.205	75%	3%
Amortizações da Dívida	1.131.349.331	1.079.956.453	753.868.487	70%	32%
Reserva de Contingência	36.073.892	36.073.892	-	0%	0%
Créditos Especiais	-	1.921.999	616.533	32%	0%
Despesas Correntes	-	859.932	602.275	70%	0%
Pessoal e Encargos Sociais	-	420	408	97%	0%
Outras Despesas Correntes	-	859.513	601.866	70%	0%
Despesa de Capital	-	1.062.067	14.259	1%	0%
Investimentos	-	315.436	3.900	1%	0%
Inversões Financeiras	-	746.631	10.359	1%	0%
Créditos Extraordinários	-	52.698.164	50.027.298	95%	2%
Despesas Correntes	-	45.890.428	44.734.717	97%	2%
Outras Despesas Correntes	-	45.890.428	44.734.717	97%	2%
Despesa de Capital	-	6.807.736	5.292.581	78%	0%
Investimentos	-	2.198.087	692.581	32%	0%
Inversões Financeiras	-	4.609.648	4.600.000	100%	0%

Fonte: Tesouro Gerencial

O montante de recursos empenhados em 2015 atingiu o valor de R$ 2,3 trilhões com um incremento de 3,07% em relação a 2014.

Com base na estrutura da despesa, observa-se que as despesas correntes correspondem a cerca de 63% do total executado, destaque para outras despesas correntes que correspondem a 71,4% da categoria.

Nas despesas de capital, o principal item foi a amortização da dívida que corresponde a 86,5% de toda despesa de capital realizada e cerca de 32% de toda execução.

A execução total apresentou economia na execução da despesa da ordem de R$ 554,7 bilhões, com percentual de execução de 81% da dotação atualizada.

As maiores economias podem ser observadas na amortização da dívida e nos juros e encargos, com sobras de créditos de R$ 326 bilhões e R$ 68,9 bilhões, respectivamente.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO – PODER EXECUTIVO
R$ MILHARES

IDENTIFICADOR RP	2014			2015			VAR. %	
	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	EMP.	LIQ
0 – Financeira	1.286.813.960	1.050.504.772	1.039.338.947	1.485.135.444	1.038.241.313	1.027.981.629	-1%	-1%
1 – Obrigatória	1.085.695.955	1.064.345.679	1.021.667.104	1.199.326.706	1.162.706.810	1.138.147.275	9%	11%
2 – Discricionária	119.196.895	89.187.237	66.050.256	126.549.874	86.747.462	64.362.792	-3%	-3%
3 – PAC	62.092.325	53.603.617	28.078.938	67.306.470	42.100.086	27.130.988	-21%	-3%
6 – Emendas Individuais	8.625.779	6.109.529	186.249	9.622.931	3.400.570	40.245	-44%	-78%
TOTAL	2.562.424.914	2.263.750.834	2.155.321.494	2.887.941.425	2.333.196.241	2.257.662.929	3%	5%

Fonte: Siafi Gerencial e Tesouro Gerencial

O quadro anterior apresenta a execução orçamentária por identificador de resultado primário, o que permite analisar o desempenho da gestão orçamentária no alcance do resultado primário almejado pelo Governo Federal.

À exceção das despesas obrigatórias, que apresentaram aumento de 9,24% em relação ao exercício anterior, os demais identificadores apresentaram redução de gastos, compensando, assim, a maior parte do incremento das despesas obrigatórias.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA – PODER EXECUTIVO
R$ MILHARES

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	2014	2015	VARIAÇÃO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	204.407.132	218.128.213	7%
2 - Juros e Encargos da Dívida	170.551.839	208.362.777	22%
3 - Outras Despesas Correntes	949.566.436	1.044.347.349	10%
4 - Investimentos	54.616.636	36.306.851	-34%
5 - Inversões Financeiras	76.069.609	72.182.564	-5%
6 - Amortização da Dívida	808.539.182	753.868.487	-7%
TOTAL GERAL	2.263.750.834	2.333.196.241	3%

Fonte: Siafi Gerencial e Tesouro Gerencial

O quadro anterior apresenta as despesas empenhadas nos exercícios de 2014 e 2015 detalhadas por grupo de natureza de despesa e a correspondente variação entre os exercícios, permitindo observar a tendência dos gastos do Poder Executivo.

O item com maior crescimento percentual no período foram os juros e encargos da dívida, com variação de aproximadamente 22%, representando um aumento de R$ 37,8 bilhões.

Contudo, sob a ótica dos valores, o grupo com maior crescimento foi outras despesas correntes, cerca de R$ 94,8 bilhões.

O maior decréscimo em termos percentuais ocorreu nos investimentos com queda de 34%, correspondendo a uma redução de R$ 18,3 bilhões.

Em valores nominais, o maior decréscimo refere-se à redução na amortização da dívida, que passou de R$ 808,5 bilhões em 2014 para R$ 753,9 bilhões em 2015, ou seja, uma redução de R$ 54,6 bilhões.

DESPESAS EMPENHADAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO – PODER EXECUTIVO
R$ MILHARES

MODALIDADE DE APLICAÇÃO	VALOR (R$ MILHARES)		%	
	2014	2015	2014	2015
30 - TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	117.527.947	113.089.248	5%	5%
31 - TRANSFER. A ESTADOS E DF - FUNDO A FUNDO	15.980.239	17.199.726	1%	1%
32 - EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA AOS ESTADOS/DF	1.651.128	251.317	0%	0%
35 - TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO ART.24 LC 141/12	1.000	0	0%	0%
40 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	128.388.459	125.988.744	6%	5%
41 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	46.398.224	49.670.698	2%	2%
42 - EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA A MUNICIPIOS	286.672	376.044	0%	0%
45 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS ART.24 LC 141/12	343.660	0	0%	0%
50 - TRANSF. A INST. PRIVADAS_S/ FINS LUCRATIVOS	6.297.145	5.096.119	0%	0%
60 - TRANSFER.A INST. PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	175.595	163.917	0%	0%
70 - TRANSF. A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	19.698	13.661	0%	0%
71 - TRANSF.CONSORC.PUB.MEDIANTE CONTRATO RATEIO	174.678	11.648	0%	0%
80 - TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	3.143.285	2.569.017	0%	0%
90 - APLICACOES DIRETAS	1.907.865.444	1.970.171.384	84%	84%
91 - APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORCAMENTARIAS	35.497.659	48.189.242	2%	2%
95 - APLICACAO DIRETA - ACOES E SERVICOS DE SAUDE		405.475	-	0%
TOTAL	117.527.947	113.089.248	100%	100%

Fonte: Siafi Gerencial e Tesouro Gerencial

O quadro anterior apresenta a execução da despesa segundo as formas de execução, ou seja, direta ou indireta, com base nas modalidades de aplicação.

O maior montante de recursos despendidos em 2015 foi executado diretamente, totalizando R$ 2 trilhões ou cerca de 86% do total da despesa executada, quando levando em consideração a aplicações diretas inclusive as intra-orçamentárias.

Cumpre destacar que entre as aplicações diretas incluem os gastos da União com a manutenção das polícias civil e militar e corpo de bombeiros do Distrito Federal no montante de R$ 6,3 bilhões. Estes valores representam 9,2% dos valores empenhados no exercício de 2015, na respectiva modalidade.

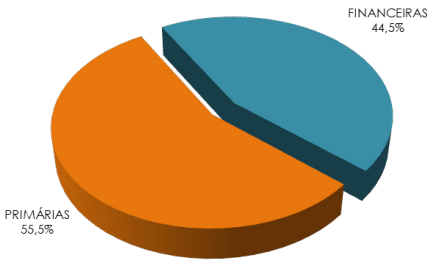
Nas modalidades 30 e 40 estão incluídas transferências constitucionais e legais aos Estados, Distrito Federal e Municípios que em 2015 totalizaram cerca de R$ 207,5 bilhões.

Despesas Primárias e Financeiras

Visando possibilitar melhor análise das despesas executadas, vale diferenciar as despesas primárias das financeiras, uma vez que as despesas primárias se referem aos serviços realmente prestados pelo Estado, enquanto as despesas financeiras tratam de operações financeiras tais como empréstimos, concessão de empréstimos, amortizações e juros passivos.

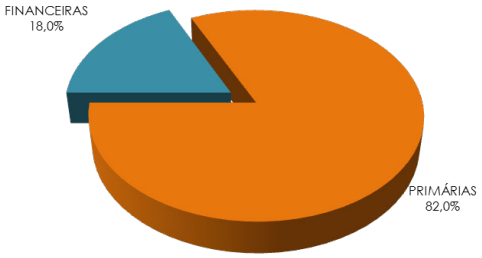
O gráfico a seguir demonstra a divisão entre as despesas primárias e financeiras do Poder Executivo Federal, explicitando que as despesas com juros e financiamento da dívida são responsáveis por 44,5% dos gastos governamentais.

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS E FINANCEIRAS
VALORES EMPENHADOS – PODER EXECUTIVO - 2015



É possível analisar o valor das despesas financeiras excluindo-se os valores do refinanciamento da dívida, uma vez que esta pode ser rolada diversas vezes no mesmo exercício.

O Gráfico a seguir demonstra a proporção entre despesas primárias e financeiras, excluindo-se o refinanciamento da dívida.



Despesas Por função

A tabela a seguir demonstra, em ordem decrescente de valores, a despesa executada em cada função, a fim de explicitar em qual área de ação governamental ocorreu a despesa.

EMPENHO POR FUNÇÃO – 2014 E 2015
R$ MILHARES

FUNÇÃO	2014	%	2015	%
28 - Encargos Especiais	1.288.246.948	57%	1.298.220.178	56%
09 - Previdência Social	486.306.813	21%	531.290.768	23%
12 – Educação	93.897.291	4%	103.779.652	4%
10 – Saúde	94.065.346	4%	102.093.783	4%
08 - Assistência Social	70.433.459	3%	73.231.136	3%
11 - Trabalho	71.639.539	3%	67.328.190	3%
05 - Defesa Nacional	40.250.273	2%	41.424.403	2%
04 - Administração	21.234.964	1%	21.796.337	1%
20 - Agricultura	18.851.840	1%	21.628.517	1%
26 - Transporte	21.123.901	1%	16.806.926	1%
06 - Segurança Pública	8.945.185	0%	9.035.951	0%
19 - Ciência e Tecnologia	8.337.192	0%	8.521.366	0%
03 - Essencial à Justiça	5.563.329	0%	6.453.087	0%
18 - Gestão Ambiental	6.792.097	0%	4.840.687	0%
15 - Urbanismo	4.142.872	0%	4.370.785	0%
23 - Comércio e Serviços	4.747.522	0%	4.180.291	0%
07 - Relações Exteriores	2.436.966	0%	3.153.953	0%
21 - Organização Agrária	4.292.230	0%	3.091.101	0%
22 - Indústria	2.289.207	0%	2.223.211	0%
27 - Desporto e Lazer	2.417.135	0%	2.045.386	0%
25 - Energia	1.160.245	0%	1.886.425	0%
13 - Cultura	1.835.788	0%	1.867.416	0%
24 - Comunicações	1.516.609	0%	1.446.006	0%
14 - Direitos da Cidadania	1.485.065	0%	1.318.521	0%
17 - Saneamento	1.691.434	0%	1.093.555	0%
16 - Habitação	47.587	0%	68.608	0%
99 - Reserva de Contingência	-	-	-	-
TOTAL GERAL	2.263.750.834	100%	2.333.196.241	100%

Fonte: Siafi Gerencial e Tesouro Gerencial

Evidencia-se a grande participação das funções Previdência Social e Encargos Especiais, seguidas por Saúde, Educação, Assistência Social e Trabalho, funções que concentram grande parte das despesas obrigatórias da União.

Esses seis itens representam 92% dos gastos públicos federais no exercício de 2015.

A função mais representativa é a de Encargos Especiais, que pode ser detalhada por programas conforme tabela a seguir

ENCARGOS ESPECIAIS – EMPENHO POR PROGRAMA – PODER EXECUTIVO – 2015

PROGRAMA GOVERNO	2015	%
0901 - OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	24.951.555,55	2%
0902 - OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	10.518.884,89	1%
0903 - OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	213.821.288,85	16%
0905 - OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS EAMORT	382.004.451,88	29%
0906 - OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	10.852.019,73	1%
0907 - OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	558.794.266,10	43%
0908 - OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA	10.580.525,91	1%
0909 - OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	66.530.201,26	5%
0910 - OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	199.977,79	0%
0911 - OPERACOES ESPECIAIS - REMUNERACAO DE AGENTES FINANCEIROS	293.769,59	0%
0913 - OPERACOES ESPECIAIS - PARTICIPACAO DO BRASIL EM ORGANISMOS F	-	0%
2029 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	3.125.335,48	0%
2047 - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	7.006,84	0%
2049 - MORADIA DIGNA	16.506.936,77	1%
2119 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	17.862,55	0%
2121 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	-	0%
2126 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	16.094,77	0%
TOTAL GERAL	1.298.220.177,96	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os programas mais representativos da função Encargos Especiais são o 0903 relativo às transferências constitucionais e legais a estados e municípios que representaram 16% do total executado na função, o 0905 de juros e encargos da dívida interna correspondente a 29% da execução total e o 0907 que abrange o refinanciamento da dívida interna e representa 43% dos valores empenhados na função em 2015.

Despesas Financeiras

EXECUÇÃO DAS DESPESAS FINANCEIRAS POR ELEMENTO DE DESPESA 2014 E 2015
R$ MILHARES

ELEMENTO DE DESPESA	2014	%	2015	%
Juros e Encargos da Dívida	170.551.839,48	17%	208.362.777,00	22%
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	4.477.899,03	0%	811.469,00	0%
22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	70.024,90	0%	73.218,00	0%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	165.968.757,74	17%	207.478.090,00	22%
24 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	35.157,81	0%		
Amortização	808.539.181,58	83%	753.868.487,00	78%
71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	63.454.422,92	6%	1.087.900,00	0%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	128.267.309,88	13%	180.882.821,00	19%
76 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	614.854.065,63	63%	569.374.792,00	59%
77 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	1.963.383,15	0%	2.522.974,00	0%
TOTAL GERAL	979.091.021,06	100%	962.231.264,00	100%

Fonte: Siafi Gerencial e Tesouro Gerencial

As despesas com juros e financiamento da dívida são responsáveis por 44% dos gastos governamentais. As despesas de juros e encargos da dívida, representam 22% das despesas financeiras e tem os juros, deságios e descontos da dívida mobiliária com principal componente com montante de R$ 207,5 bilhões correspondentes a quase totalidade do grupo.

O grupo de despesa amortização representa cerca de 78% das despesas financeiras, com principal destaque para o refinanciamento da dívida mobiliária no montante de R$ 569,4 bilhões que correspondem a 59% de toda despesa financeira do Poder Executivo Federal.

5.12.3. Execução Orçamentária

A partir dos valores referentes à receita e à despesa realizadas, obtém-se o resultado da execução orçamentária do exercício de 2015:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2015
R$ MILHARES

RECEITA REALIZADA	DESPESA REALIZADA	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO
2.660.719.431	2.333.196.241	327.523.190

Como pode ser observado, houve superávit orçamentário, ou seja, gastou-se menos do que se arrecadou. No entanto, essa informação precisa ser mais detalhada para que se consiga chegar a conclusões mais elucidativas acerca do ocorrido.

Assim, segue abaixo dados da execução orçamentária discriminada por categoria econômica:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE E DE CAPITAL – 2015
R$ MILHARES

RECEITA CORRENTE REALIZADA	DESPESA CORRENTE REALIZADA	DÉFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE
1.324.112.275	1.470.838.339	146.726.064

RECEITA DE CAPITAL REALIZADA	DESPESA DE CAPITAL REALIZADA	SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO DE CAPITAL
1.336.607.156	862.357.902	474.249.254

Conforme demostrado, houve déficit do orçamento corrente de cerca de 10% do total das despesas correntes e superávit do orçamento de capital, com as receitas de capital superando as despesas em 55%.

Observa-se que o superávit do orçamento de capital cobriu todo o déficit corrente e ainda gerou resultado positivo.

O aumento no superávit do orçamento de capital deveu-se a redução de 8% na execução das despesas de capital em relação ao exercício de 2014, o que representou diminuição de cerca de R$ 132 bilhões.

A maior redução ocorreu na amortização da dívida com queda de 7%. Esta diminuição na execução ampliou o montante de superávit em 2015 com um incremento R$ 462 bilhões, que representou um aumento de 3644% em relação ao exercício anterior.

O superávit de R$ 474 bilhões cobriu os R$ 147 bilhões de déficit do orçamento corrente e ainda ampliou as disponibilidades de caixa bruta da União que passaram de R$ 652 bilhões em 2014 para R$ 976 bilhões no exercício de 2015, conforme Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal relativo ao 3º Quadrimestre de 2015.

5.13. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

O objetivo desta seção é analisar o cumprimento dos limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000). Inicialmente será apresentado um panorama sobre o cumprimento dos limites legais e depois serão apresentadas informações específicas para cada um dos indicadores.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu indicadores para monitorar a qualidade da gestão fiscal. Dentre os indicadores estão os limites legais para a despesa com pessoal, a dívida consolidada líquida, as garantias de valores e as operações de crédito.
Os limites são calculados a partir da Receita Corrente Líquida (RCL), que em 2015 totalizou R$ 674,42 bilhões. A tabela a seguir informa que a União obedeceu aos limites legais em 2015.

LIMITES LEGAIS EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)
PODER EXECUTIVO – UNIÃO 2015

ITEM	LIMITE LEGAL (% DA RCL)	REALIZADO (% DA RCL)	OBEDECEU O LIMITE?
Despesa com Pessoal	37,90%	26,3%	Sim
Dívida Consolidada Líquida	não há	256,6%	Sim
Total das Garantias de Valores	60%	45,3%	Sim
Operações de Crédito Externas e Internas	60%	31,5%	Sim

A seguir serão analisados individualmente os limites supracitados.

Análise dos Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LFR)

5.13.1. Despesas com Pessoal da União

A Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, em seu art. 20, estabelece que os gastos com pessoal do Poder Executivo Federal durante o período de 12 meses não poderão exceder a 37,90% (limite máximo) da Receita Corrente Líquida (RCL).

Quanto aos limites das despesas com pessoal para os ex-territórios Amapá e Roraima e para o Distrito Federal, o art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001, estabelece, respectivamente, 0,273%, 0,160% e 2,200% para o limite máximo.

Destaca-se que o parágrafo único do art. 22 da LRF estabeleceu o limite prudencial de 95% do máximo, isto é, 36,01% da RCL para o Poder Executivo Federal, e 0,259%, 0,152% e 2,090% da RCL, para os ex-territórios Amapá e Roraima e para o Distrito Federal, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os valores constantes do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo Federal, dos ex-territórios do Amapá e Roraima e do Distrito Federal, nos últimos doze meses, bem como os limites apurados no 3º quadrimestre de 2015:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2015
R$ MILHARES

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)							
	PODER EXECUTIVO FEDERAL		AMAPÁ		RORAIMA		DISTRITO FEDERAL	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROC
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	176.928.703	496.429	319.914	0	187.590	0	10.873.068	2.512
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	177.425.132	319.914	187.590	10.875.581				
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	674.522.742							
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL	26,30%	0,047%	0,028%	1,612%				
LIMITE MÁXIMO	37,90%	255.644.119	0,273%	1.841.447	0,160%	1.079.236	2,200%	14.839.500
LIMITE PRUDENCIAL	36,01%	242.895.639	0,259%	1.747.014	0,152%	1.025.275	2,090%	14.097.525

Fonte: Siafi

Dos números apresentados, verifica-se que os limites prudencial e máximo referentes às despesas com pessoal do Poder Executivo Federal, dos ex-territórios do Amapá e Roraima e do Distrito Federal foram cumpridos no 3° quadrimestre de 2015.

A tabela a seguir apresenta os valores das despesas com pessoal desde o exercício de 2010:

DESPESAS COM PESSOAL

R$ MILHARES

PODER / ÓRGÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PODER EXECUTIVO FEDERAL						
Despesa com Pessoal (DP)	121.054.382	133.215.180	133.739.247	150.503.142	161.174.205	177.425.132
% DP / RCL	24,22%	23,84%	21,68%	22,939%	25,122%	26,30%
Limite Máximo (37,90% da RCL)	189.449.446	211.749.721	233.817.739	248.659.709	243.158.137	255.644.119
AMAPA						
Despesa com Pessoal (DP)	568.714	615.675	178.643	257.581	269.785	319.914
% DP / RCL	0,11%	0,11%	0,03%	0,039%	0,042%	0,05%
Limite Máximo (0,273% da RCL)	1.364.636	1.525.268	1.684.228	1.791.137	1.751.508	1.841.447
RORAIMA						
Despesa com Pessoal (DP)	366.232	409.891	96.733	137.990	155.823	187.590
% DP / RCL	0,07%	0,07%	0,02%	0,021%	0,024%	0,03%
Limite Máximo (0,160% da RCL)	799.787	893.930	987.093	1.049.751	1.026.525	1.079.236
DISTRITO FEDERAL						
Despesa com Pessoal (DP)	6.713.712	7.485.570	8.607.478	9.375.710	10.004.641	10.875.581
% DP / RCL	1,34%	1,34%	1,40%	1,429%	1,559%	1,61%
Limite Máximo (2,200% da RCL)	10.997.065	12.291.541	13.572.534	14.434.073	14.114.720	14.839.500
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	499.866.613	558.706.387	616.933.349	656.094.218	641.578.197	674.522.742

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal.

No que tange ao percentual da despesa com pessoal em relação à RCL, percebe-se que este vinha caindo desde 2010 tanto para o Poder Executivo Federal quanto para os ex-territórios de Amapá e de Roraima. Isto se devia, principalmente, ao fato de que o aumento da RCL vinha sendo proporcionalmente maior do que o aumento das despesas com pessoal para todos estes entes.

Contudo, a partir de 2013, nota-se a elevação no percentual da despesa com pessoal em relação à RCL, para todos os entes.

Cabe observar que, inobstante o aumento do percentual de despesa com pessoal em relação à RCL, a despesa com pessoal para todos os entes ainda apresenta uma margem de aumento, sem risco de se atingir o limite máximo estabelecido na LRF e no Decreto n° 3.917/2001 no curto prazo.

5.13.2. Dívida Consolidada Líquida (DCL)

A dívida pública pode ser classificada em mobiliária e contratual, sendo a primeira um dos principais itens da dívida consolidada bruta. Cabe registrar que a dívida consolidada não inclui as obrigações existentes entre as administrações diretas da União e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ou entre essas entidades da administração indireta.

Destaca-se que os limites das dívidas, Consolidada Líquida e Mobiliária para a União, ainda não foram regulamentados pelo Senado Federal e Congresso Nacional, respectivamente, estando em tramitação o Projeto de Resolução do Senado n° 84/2007 e o Projeto de Lei n° 3.431/2000, que tratam da matéria.

Na ausência desse limite legal, o TCU vem considerando como limite indicativo o referencial de 350% da RCL para a Dívida Consolidada Líquida da União e de 650% da RCL para a Dívida Mobiliária, conforme proposto pelo Poder Executivo.

A dívida mobiliária é apurada em valores brutos, o que justifica a proposição de um limite consideravelmente superior ao aplicado à dívida consolidada líquida, a qual resulta da diferença entre a dívida consolidada bruta e o ativo disponível e haveres financeiros.

A seguir são apresentados os valores constantes do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL) da União no 3° quadrimestre de 2015, bem como o montante acumulado ao final do exercício de 2014:

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
R$ MILHARES

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	VARIAÇÃO %
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.452.539.210	4.073.909.913	18,0%
Dívida Mobiliária	3.395.698.428	4.053.082.416	19,4%
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	0	0	0
Dívida Contratual	43.827.822	7.257.794	-83,4%
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	85.009	295.137	247,2%
Outras Dívidas	12.927.951	13.274.567	2,7%
DEDUÇÕES (II)	2.100.062.767	2.343.304.205	12,0%
Ativo Disponível	603.539.838	879.390.031	45,7%
Haveres Financeiros	1.534.972.307	1.509.174.008	-1,2%
(-) Restos a Pagar Processados	-38.449.377	-45.259.835	17,7%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	1.352.476.442	1.730.605.708	27,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	641.578.197	674.522.742	5,1%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	210,80%	256,57%	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL[1]	-	-	-

Fonte: Siafi

1 Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

A Dívida Consolidada Líquida da União encerrou o 3º quadrimestre de 2015 em R$ 1.730,6 bilhões, contra R$ 1.352,4 bilhões observados no final do exercício de 2014.

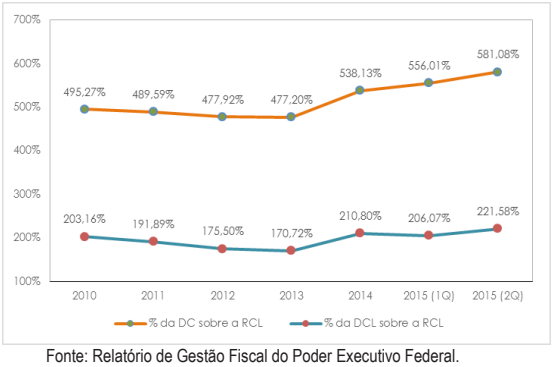
Em proporção da Receita Corrente Líquida (RCL), houve elevação no citado período, passando de 210,80% para 256,57%. A ampliação do percentual de endividamento no exercício de 2015 decorreu notadamente do aumento ocorrido na dívida mobiliária (19,4%).

Embora os valores de precatórios tenham resultado numa variação de 247,2% de um exercício para o outro, dada a pouca representatividade no total da Dívida Consolidada, tal variação não tem influencia significativa na DC.

Sob a perspectiva do cumprimento dos limites das dívidas Consolidada Líquida (350% da RCL) e Mobiliária (650% da RCL) propostos ao Congresso Nacional e ao Senado Federal, respectivamente, verifica-se que a União mantém-se dentro destes parâmetros fiscais, os quais são utilizados pelo TCU na análise do cumprimento dos limites.

O saldo da Dívida Consolidada Líquida finalizou o exercício de 2015 no patamar de 256,57% da RCL, enquanto o saldo da Dívida Consolidada Bruta alcançou 603,97% da RCL. A seguir, apresenta-se gráfico com a evolução do percentual da DC e da DCL em relação à RCL:

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM RELAÇÃO À RCL



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal.

Verifica-se no gráfico anterior que a Dívida Consolidada Líquida da União, em relação à Receita Corrente Líquida, apresentava trajetória de queda contínua desde 2010, sendo que, em 2014, houve uma elevação do percentual da DCL em relação à RCL. Situação que se repetiu no exercício de 2015, resultando no percentual de 256,57%.

Da mesma forma, a trajetória de queda do percentual da DC em relação à RCL foi interrompida em 2014 e 2015, atingindo os percentuais de 538,13% e 603,97%, respectivamente.

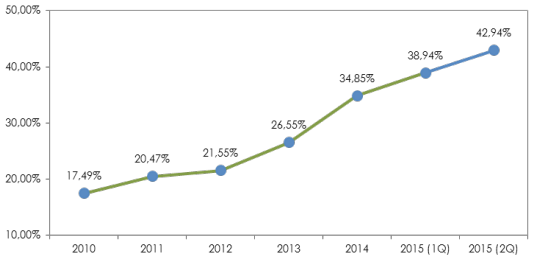
5.13.3. Garantias e Contragarantias de Valores

Um importante mecanismo para controle do potencial endividamento da União diz respeito às garantias concedidas e respectivas contragarantias de valores recebidas pela União.

O art. 9º da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal fixa o limite de 60% da RCL para o montante das garantias concedidas pela União em operações de crédito externo e interno. Já as contragarantias constituem exigência do §1º do art. 40 da LRF.

Cabe destacar que a União poderá conceder garantias, constituindo tais concessões uma faculdade e não uma obrigatoriedade para o ente federal. A concessão de garantias, porém, somente poderá ocorrer se os Poderes e órgãos autônomos dos entes beneficiários (estados e municípios) comprovarem o cumprimento de condicionantes fixadas pela Constituição, pela própria LRF e por resoluções do Senado Federal. O Gráfico a seguir apresenta a evolução do percentual das Garantias Concedidas em relação à RCL:

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal.

Depreende-se que, desde 2010, tem havido crescimento no percentual das Garantias Concedidas, contudo, o atual percentual de 45,29% ainda está abaixo do limite estabelecido (60%).

Cabe destacar que, para cada Garantia deverá ocorrer a contragarantia, sendo esta dispensada para as operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União (art. 40 da LFR), ou para operações realizadas anteriormente à Resolução nº 96/89 do Senado Federal, que passou a exigir a vinculação de contragarantias a partir de sua edição. Também, a modalidade de operações de seguro de crédito à exportação não exige contragarantia.

5.13.4. Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Crédito apresenta o endividamento público ao longo do exercício. Enquanto a dívida é acompanhada pelo saldo a cada quadrimestre (estoque), o controle das operações de crédito se dá pelo fluxo das contratações ao longo do exercício em análise.

A Resolução nº 48/2007 do Senado Federal estabeleceu que o limite para a União contratar operações de crédito é de 60% da RCL por exercício financeiro. Assim, para efeito da apuração do limite das operações de crédito, consideram-se as contratações realizadas em um exercício financeiro.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam a evolução do percentual das Operações de Crédito Líquidas (operações de créditos excluídas amortização/refinanciamento e outras deduções) em relação à RCL:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS – VALORES EM R$ BILHÕES

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	PERÍODOS					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Operações de Crédito Sujeitas ao Limite para Fins de Contratação (I)	711,99	678,94	814,41	605,42	916,70	1.123,38
Total da Amortização / Refinanciamento (II)	514,04	577,34	620,52	576,74	808,54	753,87
Outras Deduções (III)	48,33	53,35	179,91	38,38	27,75	156,89
Operações de Créditos Líquidas (I-II-III)	149,62	48,25	13,97	0,00	80,41	212,62
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	499,87	558,71	616,93	656,09	641,58	674,52
% das Operações de Crédito Liquidas sobre a RCL (I-II-III / IV)	29,93%	8,64%	2,27%	0,00%	12,53%	31,52%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	299,92	335,22	370,16	393,66	384,95	404,71

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal.

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO LÍQUIDAS EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo

Verifica-se uma trajetória de queda no percentual das Operações de Crédito Líquidas em relação à RCL no período de 2010 a 2013, com um aumento em 2014, em virtude de novas operações de crédito contratadas (cerca de R$ 311,2 bilhões), o que elevou o percentual para 12,53%. Em 2015, esse percentual atingiu 31,52% do limite estabelecido.

A relação entre as operações de créditos e a RCL só não foi maior em virtude das deduções legais permitidas cujo montante alcançou R$ 911 bilhões (81%) do total das operações de créditos realizadas até o quadrimestre de referência.

Assim, considerando a metodologia estabelecida para a aferição do limite das operações de crédito, constata-se que ao longo dos últimos anos tais indicadores estão abaixo do estabelecido pelo Senado Federal (60%).

5.13.5. Disponibilidades e Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos Pagar visa a dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa. Deve ser elaborado somente no último quadrimestre pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

Como regra geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte com a suficiente disponibilidade de caixa.

Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

O Demonstrativo apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como dos não vinculados.

O montante final é o valor disponível após as obrigações financeiras, conforme definição da Lei 4.320/1964, ou seja, apenas a obrigações independem de execução orçamentária, não sendo deduzidos os valores relativos às obrigações não financeiras, denominadas Passivo Permanente, tendo em vista dependerem ainda de autorização orçamentária para sua liquidação.

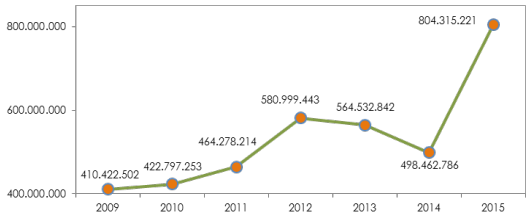
Em 2015, havia disponibilidade líquida de caixa de R$ 804,3 bilhões antes do abatimento dos Restos a Pagar não Processados, enquanto que, em 2014, tal disponibilidade era de R$ 498,4 bilhões.

Cumpre informar que as disponibilidades devem ser analisadas por fonte, sendo que eventuais insuficiências em fontes vinculadas poder ser supridas por disponibilidades do Tesouro, mas o contrário não poder ser observado tendo em vista que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Desta forma, embora os Recursos vinculados à Seguridade Social, à Previdência Social (RGPS) e à Previdência Social (RPPS) estejam com disponibilidade líquida negativa, as obrigações financeiras nestas fontes são supridas pelas fontes recursos do tesouro e ordinários.

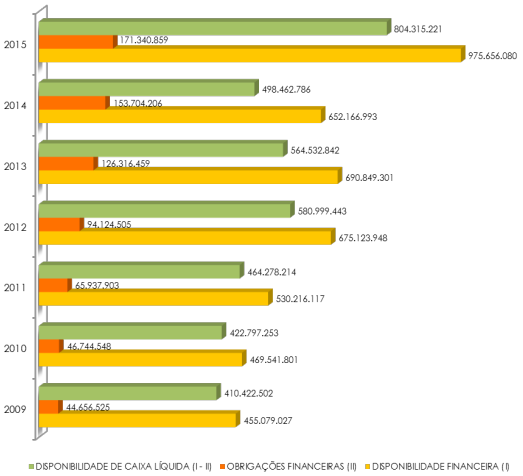
Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da Disponibilidade Líquida de Caixa, entre 2009 e 2015, e um comparativo da Disponibilidade Financeira, Disponibilidade de Caixa Líquida e Obrigações Financeiras, entre os anos de 2009 a 2015.

DISPONIBILIDADE LÍQUIDA DE CAIXA



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal.

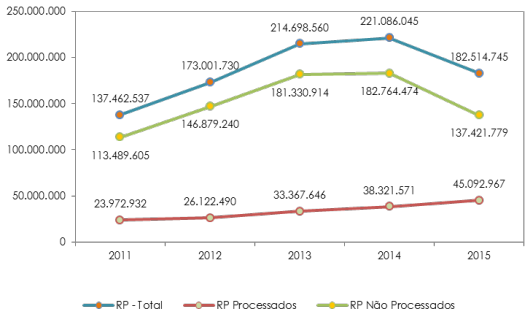
DISPONIBILIDADES DE CAIXA



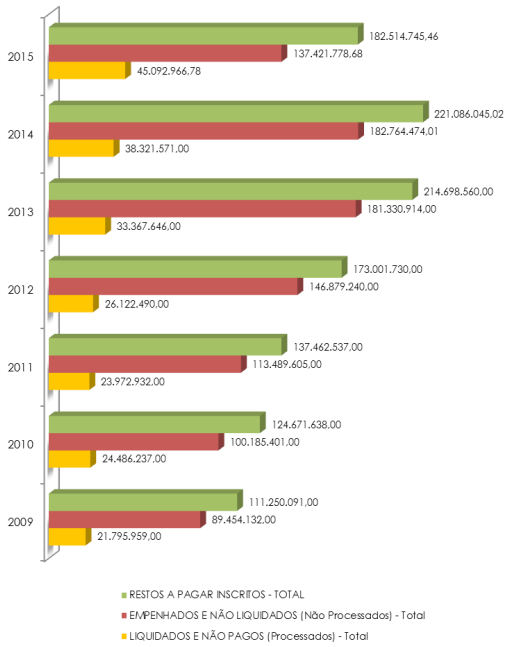
Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal.

Apresenta-se no gráfico a seguir evolução dos valores inscritos em Restos a Pagar (Processados e Não Processados):

RESTOS A PAGAR INSCRITOS PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS



INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR



Conforme se verifica no gráfico acima, a trajetória crescente no valor das inscrições em Restos a Pagar sofreu acentuado declínio em 2015, passando de R$ 221 bilhões em 2014 para R$ 171 bilhões, ou seja, queda de mais de 20%, tendo os valores retornados ao patamar de 2012.

PARTE VI – BALANÇO GERAL DA UNIÃO

6.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA UNIÃO

6.1.1. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

ATIVO	NE	2015	2014
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	939.229.077	661.055.413
Créditos a Curto Prazo	02	406.964.553	525.897.908
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		3.205.632	2.534.148
Estoques		21.607.524	20.046.540
VPD Pagas Antecipadamente		11.627	8.897
Total do Ativo Circulante		1.371.018.413	1.209.542.906
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		1.872.404.201	2.817.212.685
Créditos a Longo Prazo	02	1.864.352.578	2.809.821.105
Investimentos Temporários a Longo Prazo		8.029.719	7.391.580
Estoques		21.904	-
VPD pagas antecipadamente		-	-
Investimentos	03	287.072.224	307.615.443
Imobilizado	04	822.984.510	748.662.771
Intangível	05	3.161.233	2.257.601
Diferido		10.983	10.983
Total do Ativo Não Circulante		2.985.633.151	3.875.759.483
TOTAL DO ATIVO		4.356.651.564	5.085.302.389

(continua)

(continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2015	2014
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		43.293.104	39.225.826
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	06	805.963.855	689.651.647
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	07	15.267.196	9.301.639
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		210.798	434.470
Obrigações de Repartições a Outros Entes		235.059	-
Provisões a Curto Prazo	08	53.194.350	10.358.328
Demais Obrigações a Curto Prazo		127.905.707	129.220.115
Total do Passivo Circulante		1.046.070.069	878.192.025
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		1.521.816	1.564.466
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	06	3.298.587.647	2.788.232.243
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	07	98.287	99.387
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		103.434	103.058
Provisões a Longo Prazo	08	1.382.019.510	1.241.136.500
Demais Obrigações a Longo Prazo		52.615.930	54.193.093
Resultado Diferido		162.186	3.685.707
Total do Passivo Não Circulante		4.735.108.810	4.089.014.454
Patrimônio Líquido	50		
Patrimônio Social e Capital Social		31.411.718	20.519.486
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		-	1.797.094
Reservas de Capital		290.671	300.580
Ajustes de Avaliação Patrimonial		245.487	269.694
Reservas de Lucros		90.057	283.708
Demais Reservas		7.359.958	528.475
Resultados Acumulados		(1.463.148.322)	95.173.757
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		(776.884)	(776.884)
Total do Patrimônio Líquido		(1.424.527.315)	118.095.910
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.356.651.564	5.085.302.389

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI Nº 4.320/1964)
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

	2015	2014
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro	1.078.402.635	1.158.238.567
Ativo Permanente	3.462.191.026	4.024.672.938
TOTAL DO ATIVO	4.540.593.661	5.182.911.505
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	324.330.038	948.007.745
Passivo Permanente	5.769.863.046	4.301.612.470
TOTAL DO PASSIVO	6.094.193.084	5.249.620.215
SALDO PATRIMONIAL (I – II)	(1.553.599.423)	(66.708.710)

CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI Nº 4.320/1964)
EXERCÍCIO: 2015

R$ MILHARES

	NE	2015	2014
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	09		
Garantias e Contragarantias recebidas		302.065.182	225.417.975
Direitos Conveniados e outros instrum. congêneres		13.599.109	10.696.656
Direitos Contratuais		39.084.196	65.261.793
Outros atos potenciais ativo		-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		354.748.487	301.376.424
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	10		
Garantias e Contragarantias concedidas		305.490.245	223.596.424
Obrigações conveniadas e outros instr. congêneres		72.366.397	75.208.161
Obrigações contratuais		159.759.267	139.115.012
Outros atos potenciais passivos		64.093.641	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		601.709.550	437.919.597

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (LEI Nº 4.320/1964)
EXERCÍCIO: 2015

R$ MILHARES

	NE	2015	2014
FONTES DE RECURSOS			
RECURSOS ORDINÁRIOS		85.455.509	330.755.104
RECURSOS VINCULADOS		668.617.088	(120.523.282)
Educação		3.463.484	(14.334.960)
Seguridade Social (Exceto RGPS)		(12.254.208)	(15.211.594)
Operação de Crédito		499.054.350	(10.123.840)
Alienação de Bens e Direitos		42.711	(3.560)
Transferências Constitucionais e Legais		1.048.044	(11.276.103)
Previdência Social (RGPS)		(16.151.010)	(402.426)
Doações		66.589	(93.332)
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		164.449.264	(19.393.170)
Outros Recursos Vinculados a Fundos		19.646.130	(3.751.673)
Demais Recursos		9.251.734	(45.932.624)
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	11	754.072.597	210.231.822

6.1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

	NE	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12	426.135.233
Impostos		418.753.949
Taxas		7.381.284
Contribuições de Melhoria		-
Contribuições	13	727.505.222
Contribuições Sociais		713.890.019
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		13.615.203
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	14	48.998.603
Venda de Mercadorias		475.598
Vendas de Produtos		930.128
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		47.592.877
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		639.342.828
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos	15	49.533.168
Juros e Encargos de Mora	16	17.731.881
Variações Monetárias e Cambiais	17	257.553.302
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	18	94.502.759
Aportes do Banco Central	19	218.191.384
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras		1.830.334
Transferências e Delegações Recebidas		4.356.713
Transferências Intragovernamentais		14
Transferências Intergovernamentais		584.632
Transferências das Instituições Privadas		691.665
Transferências do Exterior		19.316
Transferências de Pessoas Físicas		2.649
Outras Transferências e Delegações Recebidas	20	3.058.437
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		127.401.252
Reavaliação de Ativos	21	32.261.837
Ganhos com Alienação		120.960
Ganhos com Incorporação de Ativos	22	54.607.521
Desincorporação de Passivos	23	40.410.934
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		300.366.886
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		318.519
Resultado Positivo de Participações	24	42.466.009
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	25	33.728.452
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	26	223.853.906
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		2.274.106.737

(continua)

(continuação)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos		154.243.574
Remuneração a Pessoal	27	131.287.060
Encargos Patronais	27	3.542.604
Benefícios a Pessoal	28	18.295.878
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1.118.032
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29	632.632.045
Aposentadorias e Reformas		360.866.330
Pensões		142.979.873
Benefícios de Prestação Continuada		41.812.590
Benefícios Eventuais		49.395
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		86.923.857
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	30	103.687.350
Uso de Material de Consumo		13.424.681
Serviços		86.434.982
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.827.687
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	31	754.968.946
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		189.423.564
Juros e Encargos de Mora		94.411
Variações Monetárias e Cambiais		453.002.911
Descontos Financeiros Concedidos		430.995
Aportes ao Banco Central		75.000.000
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras		37.017.065
Transferências e Delegações Concedidas	32	302.930.448
Transferências Intragovernamentais		390.999
Transferências Intergovernamentais		293.042.228
Transferências a Instituições Privadas		4.102.272
Transferências ao Exterior		587.509
Execução Orçamentária Delegada de Entes		196
Outras Transferências e Delegações Concedidas		4.807.244
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		280.551.335
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	33	235.094.457
Perdas com Alienação		184.387
Perdas Involuntárias		958.194
Incorporação de Passivos		12.258.719
Desincorporação de Ativos	34	32.055.578
Tributárias		673.549
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		222.657
Contribuições		450.892
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		1.672.593
Custos das Mercadorias Vendidas		1.045.145
Custos dos Produtos Vendidos		627.448
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		283.422.168
Premiações		9.892
Resultado Negativo de Participações	35	45.292.759
Incentivos	36	14.346.824
Subvenções Econômicas	37	133.125.347
Constituição de Provisões	38	76.892.949
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	39	13.754.397
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		2.514.782.008
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)		(240.675.271)

6.1.3. Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D) = (C-B)
Receitas Correntes (I)	40	1.518.111.713	1.518.111.713	1.325.741.287	(192.370.426)
Receita Tributária		453.352.462	453.352.462	424.674.736	(28.677.726)
Receita de Contribuições		786.563.409	786.563.409	705.946.451	(80.616.958)
Receita Patrimonial		104.827.942	104.827.942	65.822.835	(39.005.107)
Receita Agropecuária		30.263	30.263	28.486	(1.777)
Receita Industrial		1.076.547	1.076.547	800.839	(275.708)
Receita de Serviços		53.466.437	53.466.437	43.943.598	(9.522.839)
Transferências Correntes		963.063	963.063	1.115.842	152.779
Outras Receitas Correntes		117.831.590	117.831.590	83.408.500	(34.423.090)
Receitas de Capital (II)	40	454.023.639	454.023.639	561.094.622	107.070.983
Operações de Crédito		274.236.067	274.236.067	252.169.729	(22.066.338)
Alienação de Bens		6.316.452	6.316.452	1.502.672	(4.813.780)
Amortizações de Empréstimos		42.332.333	42.332.333	55.099.901	12.767.568
Transferências de Capital		179.612	179.612	95.601	(84.011)
Outras Receitas de Capital		130.959.175	130.959.175	252.226.719	121.267.544
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		1.972.135.352	1.972.135.352	1.886.835.909	(85.299.443)
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	40	904.541.595	904.541.595	775.511.500	(129.030.095)
Operações de Crédito Internas		902.028.908	902.028.908	775.511.500	(126.517.408)
Mobiliária		902.028.908	902.028.908	775.511.500	(126.517.408)
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		2.512.687	2.512.687	-	(2.512.687)
Mobiliária		2.512.687	2.512.687	-	(2.512.687)
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)		2.876.676.947	2.876.676.947	2.662.347.409	(214.329.538)
Déficit (VII)					
TOTAL (VIII) = (VI + VII)		2.876.676.947	2.876.676.947	2.662.347.409	(214.329.538)
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	42		168.066.060	168.066.060	
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro			7.958.396	7.958.396	
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação			157.732.857	157.732.857	
Créditos Adicionais Reabertos			2.374.807	2.374.807	

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL (E)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (F)	DESPESAS EMPENHADAS (G)	DESPESAS LIQUIDADAS (H)	DESPESAS PAGAS (I)	SALDO (J) = (F-G)
Despesas Correntes (IX)	41	1.532.874.737	1.646.375.416	1.518.408.167	1.476.773.724	1.443.853.668	127.967.249
Pessoal e Encargos Sociais		256.867.677	257.837.608	256.456.644	255.479.446	255.070.796	1.380.964
Juros e Encargos da Dívida		225.248.121	277.346.405	208.362.865	208.362.694	208.360.342	68.983.540
Outras Despesas Correntes		1.050.758.939	1.111.191.403	1.053.588.658	1.012.931.584	980.422.530	57.602.745
Despesas de Capital (X)	41	1.307.728.318	509.623.987	291.736.229	255.573.222	251.846.316	217.887.758
Investimentos		83.090.584	80.424.537	37.573.717	13.315.686	9.640.124	42.850.820
Inversões Financeiras		93.287.423	95.655.404	72.191.792	60.286.986	60.254.317	23.463.612
Amortização da Dívida		1.131.350.311	333.544.046	181.970.720	181.970.550	181.951.875	151.573.326
Reserva de Contingência (XI)		36.073.892	36.073.892	-	-	-	36.073.892
Reserva do RPPS (XII)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)		2.876.676.947	2.192.073.295	1.810.144.396	1.732.346.946	1.695.699.984	381.928.899
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)	41	-	746.412.815	571.898.174	571.898.174	571.898.174	174.514.641
Amortização da Dívida Interna		-	725.437.371	558.794.266	558.794.266	558.794.266	166.643.105
Dívida mobiliária		-	724.958.621	558.794.266	558.794.266	558.794.266	166.164.355
Outras Dívidas		-	478.750	-	-	-	478.750
Amortização da Dívida Externa		-	20.975.444	13.103.908	13.103.908	13.103.908	7.871.536
Dívida Mobiliária		-	18.138.541	10.580.526	10.580.526	10.580.526	7.558.015
Outras Dívidas		-	2.836.903	2.523.382	2.523.382	2.523.382	313.521
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	42	2.876.676.947	2.938.486.110	2.382.042.570	2.304.245.120	2.267.598.158	556.443.540
Superávit (XVI)	42			280.304.839			(280.304.839)
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)		2.876.676.947	2.938.486.110	2.662.347.409	2.304.245.120	2.267.598.158	276.138.701

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
EXERCÍCIO: 2015

R$ MILHARES

	NE	INSCRITOS		LIQUIDADOS (C)	PAGOS (D)	CANCELADOS (E)	SALDO (F) = (A+B-D-E)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (B)				
Despesas Correntes		33.119.445	61.478.616	56.713.276	56.106.589	24.442.475	14.048.996
Pessoal e Encargos Sociais		561.563	1.256.983	727.158	703.175	435.113	680.258
Juros e Encargos da Dívida		2.045	201.482	-	-	203.518	9
Outras Despesas Correntes		32.555.837	60.020.151	55.986.118	55.403.414	23.803.844	13.368.730
Despesas de Capital		44.793.317	50.129.926	36.673.558	33.240.368	8.440.772	53.242.104
Investimentos		37.767.961	34.880.582	27.659.445	24.921.145	3.099.928	44.627.470
Inversões Financeiras		7.025.356	14.279.882	9.014.113	8.319.223	4.371.382	8.614.632
Amortização da Dívida		-	969.462	-		969.461	1
TOTAL	43	77.912.762	111.608.542	93.386.834	89.346.957	32.883.247	67.291.100

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
EXERCÍCIO: 2015

R$ MILHARES

	NE	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO (E) = (A+B-C-D)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (B)			
Despesas Correntes		906.872	27.250.367	27.141.785	281.681	733.773
Pessoal e Encargos Sociais		39.330	980.500	941.860	2.811	75.159
Juros e Encargos da Dívida		-	2.338	2.338	-	-
Outras Despesas Correntes		867.542	26.267.529	26.197.587	278.870	658.614
Despesas de Capital		4.127.951	6.181.271	5.083.925	1.386.075	3.839.222
Investimentos		2.919.208	5.485.014	4.388.941	372.582	3.642.699
Inversões Financeiras		1.208.743	675.184	673.911	1.013.493	196.523
Amortização da Dívida		-	21.073	21.073		
TOTAL	43	5.034.823	33.431.638	32.225.710	1.667.756	4.572.995

6.1.4. Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

	NE	2015
INGRESSOS		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	44	2.662.347.409
Ordinária		346.001.796
Vinculadas		2.357.766.695
Educação		57.361.131
Seguridade Social (Exceto RGPS)		271.800.598
Operação de Crédito		1.365.046.434
Alienação de Bens e Direitos		23.115
Transferências Constitucionais e Legais		217.797.161
Previdência Social (RGPS)		327.495.964
Doações		448.000
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		93.826.682
Outros Recursos Vinculados a Fundos		23.965.733
Demais Recursos		1.877
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(41.421.082)
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)		168.513
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		168.499
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		14
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)		189.861.196
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	43	36.646.962
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	43	77.797.450
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		52.871.674
Outros Recebimentos Extraorçamentários		22.545.110
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)		702.344.764
Caixa e Equivalentes de Caixa	50	702.344.764
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	46	3.554.721.882

(continua)

(continuação)

DISPÊNDIOS		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	45	2.382.042.570
Ordinária		287.471.131
Vinculadas		2.094.571.439
Educação		52.908.023
Seguridade Social (Exceto RGPS)		296.027.217
Operação de Crédito		1.074.808.858
Alienação de Bens e Direitos		957
Transferências Constitucionais e Legais		191.733.172
Previdência Social (RGPS)		327.338.136
Doações		518.066
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		119.516.285
Outros Recursos Vinculados a Fundos		31.720.725
Demais Recursos		-
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)		63.971
Transferências Concedidas Independentes de Exec. Orçamentária		63.971
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)		190.079.369
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	47	32.225.711
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	47	89.346.957
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		54.010.504
Outros Pagamentos Extraorçamentários		14.496.197
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)		982.535.972
Caixa e Equivalentes de Caixa	50	982.535.972
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	46	3.554.721.882

6.1.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

	NE	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS		1.653.489.331
Receitas derivadas e originárias		1.576.852.164
Transferências correntes recebidas		1.115.842
Outros ingressos operacionais		75.521.325
DESEMBOLSOS		(1.614.282.551)
Pessoal e demais despesas		(973.769.872)
Juros e encargos da dívida		(208.362.680)
Transferências concedidas		(363.643.339)
Outros desembolsos operacionais		(68.506.660)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		39.206.780
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		56.602.573
Alienação de bens		1.502.672
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		55.099.901
Outros ingressos de investimentos		-
DESEMBOLSOS		(89.790.288)
Aquisição de ativo não circulante		(22.216.757)
Concessão de empréstimos e financiamentos		(57.937.059)
Outros desembolsos de investimentos		(9.636.472)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		(33.187.715)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		1.027.776.830
Operações de crédito		1.027.681.228
Integralização do capital social de empresas dependentes		-
Transferências de capital recebidas		95.602
Outros ingressos de financiamentos		-
DESEMBOLSOS		(753.604.687)
Amortização /Refinanciamento da dívida		(753.604.687)
Outros desembolsos de financiamentos		-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		274.172.143
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	48	280.191.208
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	50	702.344.764
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	50	982.535.972

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

		2015
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária		424.674.736
Receita de Contribuições		705.946.451
Receita Patrimonial		49.522.955
Receita Agropecuária		28.486
Receita Industrial		800.839
Receita de Serviços		43.943.598
Remuneração das Disponibilidades		91.985.116
Outras Receitas Derivadas e Originárias	49	259.949.983
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		1.576.852.164

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

		2015
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais		146.405
de Estados e Distrito Federal		30.282
de Municípios		116.123
Intragovernamentais		348.263
Outras transferências recebidas		716.775
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		1.211.444
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		(304.584.126)
a Estados e Distrito Federal		(130.077.810)
a Municípios		(174.506.316)
Intragovernamentais		(50.995.160)
Outras transferências concedidas		(8.064.053)
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		(363.643.339)

DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

	2015
Legislativa	(6.053.395)
Judiciária	(26.003.742)
Essencial à Justiça	(4.989.435)
Administração	(18.990.897)
Defesa Nacional	(32.210.111)
Segurança Pública	(7.162.345)
Relações Exteriores	(2.956.496)
Assistência Social	(69.004.587)
Previdência Social	(536.188.382)
Saúde	(29.706.475)
Trabalho	(49.415.414)
Educação	(52.067.553)
Cultura	(900.548)
Direitos da Cidadania	(727.308)
Urbanismo	(1.071.678)
Habitação	(2.201)
Saneamento	(1.350)
Gestão Ambiental	(1.841.929)
Ciência e Tecnologia	(5.627.076)
Agricultura	(24.869.525)
Organização Agrária	(1.825.463)
Indústria	(1.552.627)
Comércio e Serviços	(1.047.475)
Comunicações	(934.941)
Energia	(1.687.460)
Transporte	(2.710.155)
Desporto e Lazer	(355.730)
Encargos Especiais	(93.865.533)
(+/–) Ajustes	(41)
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	(973.769.872)

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

	2015
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	(200.033.144)
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	(8.256.319)
Outros Encargos da Dívida	(73.217)
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	(208.362.680)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO: 2015
R$ MILHARES

ESPECIFICAÇÃO	NE	PAT. SOCIAL / CAPITAL SOCIAL	AFAC	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCRO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2015		20.519.486	1.797.094	300.580	269.694	283.708	528.475	95.173.757	(776.884)	118.095.910
Variação Cambial		-	-	-	-	-	68	3.972.329	-	3.972.397
Ajustes de Exercício Anterior		21.091.805	(3)	-	6.110	-	-	(1.310.082.500)	-	(1.288.984.588)
Aumento/Redução de Capital		307.603	(1.797.070)	-	-	(100.000)	-	(8.269.882)	-	(9.859.349)
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-		-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	6.842.871	(102.138)	-	6.740.733
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(45.571)	-	-	9.070	-	(36.501)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	(245.245.302)	-	(245.245.302)
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	(54)	-	(50.963)	-	1.449.030	-	1.398.013
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	47.934	-	(71.677)		(23.743)
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	(21)	-	(95)	-	(5.040)	18.991	-	13.835
Saldo Final do Exercício 2015		41.918.894	-	300.526	230.138	180.679	7.366.374	(1.463.148.322)	(776.884)	(1.413.928.595)
TOTAL CONSOLIDADO	51	31.411.718	-	290.671	245.487	90.057	7.359.958	(1.463.148.322)	(776.884)	(1.424.527.315)

6.2. NOTAS EXPLICATIVAS

6.2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON) foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nos 1.128 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 6ª edição (Portaria Conjunta das Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal nº 1/2014 e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700/2014), e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700/2014), bem como, considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade.

As IPSAS ainda não possuem aplicação integral e obrigatória pelas entidades governamentais brasileiras, porém, quando não há norma semelhante ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômicos. De igual modo, as Normas Internacionais para Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) foram utilizadas de maneira subsidiária.

As DCON consolidam as contas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU), compondo a Prestação de Contas da Presidente da República e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

As DCON abrangem as entidades, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada na modalidade total do Siafi, da administração direta e indireta de todos os Poderes da União, do MPU e da DPU que integrem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), de acordo com o artigo 135, § 5º da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 – LDO 2015).

Nas demonstrações estão consolidadas, aproximadamente:

- 22.024 unidades gestoras;
- 459 órgãos subordinados; e
- 40 órgãos superiores.

Um especial destaque em relação às entidades consolidadas se refere às empresas estatais dependentes. No modelo brasileiro, uma empresa estatal é considerada dependente se recebe "[...] do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento da participação acionária." (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, art. 2º, inc. III).

As dezenove empresas estatais dependentes que estavam incluídas no OFSS da União e que foram consolidadas são apresentadas no quadro a seguir:

RELAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES CONSOLIDADAS NAS DCON

PARTICIPAÇÕES DIRETAS – MINISTÉRIO DA FAZENDA	PARTICIPAÇÃO (%)	PARTICIPAÇÃO (%)
	31/12/2015	31/12/2014
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – Amazul	100,00	100,00
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A – Ceitec	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU	100,00	100,00
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf	100,00	100,00
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM	100,00	100,00
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab	100,00	100,00
Empresa Brasileira de Comunicação – EBC	100,00	100,00
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	100,00	100,00
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH	100,00	100,00
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	100,00	100,00
Empresa de Planejamento e Logística – EPL	100,00	100,00
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb	99,86	98,86
Fundo Nacional do Desenvolvimento – FND	100,00	100,00
Grupo Hospitalar Conceição – GHC	100,00	100,00
Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA	100,00	100,00
Indústria de Material Bélico do Brasil – Imbel	100,00	100,00
Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB	100,00	100,00
Nuclebras Equipamentos Pesados S/A – Nuclep	100,00	100,00
Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A. – Valec	100,00	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2015.

Nas DCON, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do governo brasileiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas NBCASP, no PCASP e no MCASP (doravante modelo PCASP). Desta forma, as DCON são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

De acordo com as premissas do modelo PCASP, as DCON apresentam as seguintes particularidades, frutos das características dos procedimentos adotados na União.

- Não apresentação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, uma vez que:
  - *o mesmo é de evidenciação facultativa no modelo PCASP;*
  - *não há um consenso sobre as informações que devem ser evidenciadas no respectivo quadro;* e
  - *a informação sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio da União está disponível no BO e seus quadros anexos.*
- O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme artigos 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no BF os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;
- Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, devido ao princípio de unidade de caixa, existem recursos extraorçamentários que transitam na conta única;
- Ainda em relação à conta única, a sua utilização, em função de arrecadação de receitas e dos demais usos legalmente autorizados, por entidades não integrantes do OFSS (por exemplo, o Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT) podem implicar em saldos residuais nas transferências financeiras recebidas e concedidas que são evidenciadas tanto no BF, quanto na DFC. Caso não houvesse este uso, isto é, apenas as entidades consolidadas fizessem uso da conta única, o total das transferências financeiras recebidas seria igual ao das concedidas, não havendo saldo residual;
- Apresentação dos saldos utilizados para a abertura de créditos adicionais no BO que descrevem os ajustes que impactariam a previsão da receita orçamentária.

Na consolidação das demonstrações contábeis da União são utilizados critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensa ou elimina, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o OFSS, visto que estas formam o ente econômico denominado União. No modelo PCASP, estas operações são possíveis a partir da comparação de contas que possuem o quinto nível igual a 2 – Intra. Todavia, a consolidação a partir da compensação/eliminação de saldos das contas que possuem o nível intra implicam em alguns resíduos pois:

- Pode haver o descasamento temporal entre os registros em função dos processos operacionais, como, por exemplo, a realização de uma despesa orçamentária em uma entidade (com o devido reconhecimento do passivo e da variação patrimonial diminutiva) precederá a realização orçamentária de uma receita em outra entidade (reconhecimento do ingresso do recurso e da variação patrimonial aumentativa);
- Pode haver o descasamento temporal entre os registros em função do atendimento às obrigações legais ou da dependência de eventos futuros, como, por exemplo, o reconhecimento de dividendos a receber somente ocorrerá após a aprovação da destinação do lucro pela assembleia geral de uma empresa estatal, porém, a provisão do valor a ser pago é feita, anteriormente, no momento da apuração do resultado do período; e
- Como não há correspondência biunívoca entre os itens e as contas a serem compensados, nem sempre é possível a identificação da contrapartida do valor a ser compensado ou eliminado.

Ainda sobre a consolidação, complementa-se que são aplicadas regras de compensação ou exclusão de saldos, nas seguintes demonstrações:

- balanço patrimonial (apenas no quadro principal);
- demonstração das variações patrimoniais;
- balanço financeiro; e
- demonstração dos fluxos de caixa.

Na demonstração das mutações do patrimônio líquido, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidações em relação às movimentações evidenciadas na respectiva demonstração.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque, em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, quando comparados os saldos destas demonstrações com os apresentados no BP.

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isto decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza intra, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Em 24 de setembro de 2015 foi publicada a Portaria STN nº 548 que dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, tendo como objetivo a consolidação do Balanço do Setor Público Nacional.

Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634 (arts. 6º e 7º), de 19 de novembro de 2013 e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No contexto da União ficaram definidos os prazos apresentados no quadro a seguir, em ordem cronológica crescente de exigibilidade, de acordo com os respectivos procedimentos.

PROCEDIMENTOS E PRAZOS PARA A UNIÃO NO PIPCP

PCP (DE ACORDO COM AS REGRAS DAS NBC TSP E DO MCASP VIGENTES)	PREPARAÇÃO DE SISTEMAS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS DE IMPLANTAÇÃO (ATÉ)	OBRIGATORIEDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS (A PARTIR DE)
a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato	Imediato
b) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato
c) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Imediato	Imediato
d) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Imediato	Imediato
e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.).	Imediato	Imediato
f) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato
g) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Imediato	Imediato
h) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Imediato	Imediato
i) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2016	01/01/2017
j) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018
k) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2017	01/01/2018
l) Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2017	01/01/2018
m) Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2018	01/01/2019
n) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2018	01/01/2019
o) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2018	01/01/2019
p) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2020	01/01/2021
q) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.	
r) Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.	
s) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.	

Fonte: STN, 2015.

Em relação aos procedimentos com aplicação imediata (itens de 'a' a 'h'), todos estão implementados no Siafi e a maioria das entidades que compõem a União vem registrando regularmente tais fenômenos. Mais especificamente sobre tais itens, as seguintes ações se destacaram no exercício de 2015:

- O Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 571, de 20 de julho de 2015, emitida pelo Gabinete do Ministro da Fazenda (GMF) (GT de Créditos Tributários, doravante). O referido GT teve como objetivo o atendimento às recomendações constantes nos Relatórios e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, emitidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício de 2014. (Item 'b');
- O GT instituído pela Portaria STN/MF nº 389, de 23 de julho de 2015 (GT TN, doravante). Este GT teve como objetivo principal aprimorar e padronizar as rotinas e procedimentos de reconhecimento, registro e controle de direitos e obrigações da STN junto a instituições financeiras oficiais e fundos. (Itens 'a' e 'g');
- Reunião com as Setoriais Contábeis de Órgão Superior que supervisionam ações orçamentárias relacionadas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no dia 22 de dezembro de 2015, realizada no Edifício Anexo ao Ministério da Fazenda. (Item 'g').

Uma observação em relação ao item 'f' se faz necessária. Apesar dos eventos e situações estarem implementados no Siafi, não houve registro do passivo atuarial relacionados com benefícios aos servidores militares (inativos e pensões).

O assunto será tratado no GT instituído pela Portaria Conjunta nº 1, de 14 de janeiro de 2016, instituído pela Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, pela Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República e pela Secretária Geral do Ministério da Defesa.

Em relação aos itens 'i' e 'j', exigíveis a partir dos exercícios de 2017 e 2018, respectivamente, ambos já estão implementados nas rotinas do Siafi e os registros foram efetuados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) no exercício de 2015.

Ainda em relação a estes itens, o ajuste para perdas foi um dos assuntos tratados pelo GT de Créditos Tributários. Destaca-se que esse grupo de trabalho foi composto por servidores da STN, da RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.

Em relação ao item 'k', as situações e os eventos para registro no Siafi já estão implementados. No exercício de 2015, a Advocacia Geral da União (AGU) procedeu o registro das provisões para riscos fiscais referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo.

Para as ações nas quais as Autarquias e Fundações Públicas Federais figuram no polo passivo, foi editada a Portaria Conjunta nº 8, de 30 de dezembro de 2015, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Procuradoria Geral Federal (PGF), disciplinando os procedimentos para os registros pelas Autarquias e Fundações Públicas Federais.

Todavia, em função do exíguo tempo para tais procedimentos, visto que a supracitada portaria foi publicada em data próxima ao encerramento do exercício de 2015, a STN optou pela sua implementação desta no exercício de 2016, após a realização de reuniões com as Setoriais Contábeis de Órgãos Superiores e de ampla divulgação dos procedimentos disciplinados pela referida portaria entre as Autarquias e Fundações Públicas Federais.

Em relação aos itens 'h' ao 'p', já estão implementados os eventos e as situações para registros no Siafi. Entretanto, ainda se faz necessário que a STN, na qualidade de órgão central do Sistema Federal de Contabilidade,

discuta com as demais entidades que compõem a União, as estratégias e os planos para implementação dos respectivos procedimentos contábeis patrimoniais.

Ressalta-se que alguns bens de infraestrutura, neste caso as rodovias federais, foram registrados contabilmente no exercício de 2012 e atualizados em valores correntes no exercício de 2015.

Em relação aos itens 'q' e 's', está em elaboração o Plano de Ação da União para atender ao PIPCP. No referido PIPCP, há recomendação de que cada ente da federação realize seu próprio plano de ação referente à implantação dos procedimentos contidos no documento, de forma que a conclusão da implantação coincida com os prazos finais estabelecidos.

O plano de ação, no âmbito da União, para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, apresenta um conjunto de ações a serem realizadas com foco na adequação das normas e dos sistemas da administração pública federal, bem como na capacitação dos gestores públicos. O PIPCP Plano de Ação da União será elaborado durante o exercício de 2016 e amplamente divulgado para as entidades federais por meios dos canais institucionais.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. No exercício de 2015, havia 103 Unidades Gestoras que podiam operar em moedas estrangeiras. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- créditos tributários;
- créditos não tributários;
- dívida ativa;
- transferências concedidas;
- empréstimos e financiamentos concedidos;
- adiantamentos; e
- valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

Há também o registro de ajuste para perdas, que é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber. Especial destaque se faz necessário em relação aos créditos tributários, cuja metodologia foi alterada com base no relatório do GT de Créditos Tributários.

Os créditos tributários (CT) sob supervisão da RFB são agregados em quatro classificações:

- Devedor: São CT exigíveis, sujeito à cobrança amigável e posterior envio à PGFN para inscrição em Dívida Ativa da União, em caso de não regularização;
- Exigibilidade Suspensa por Processo Administrativo (exigibilidade suspensa – processo administrativo): créditos tributários com sua exigibilidade suspensa na esfera administrativa. Essa suspensão ocorre no transcurso dos prazos para: ciência; pagamento; interposição de impugnação, de manifestação de inconformidade ou de recursos. Aplica-se, ainda, no trâmite processual em órgão julgador do contencioso administrativo ou quando da revisão de ofício do lançamento;
- Exigibilidade Suspensa em decorrência de processo judicial (exigibilidade suspensa – processo judicial): Nessa classificação estão os CT cujo valor e exigibilidade estão sob discussão na esfera judicial; e
- Parcelamento: Abrange os saldos a pagar de todos os parcelamentos (ordinários e especiais).

Os sistemas de controle da RFB não tiveram sua origem com foco nas informações contábeis, não sendo possível segregar, diretamente, os créditos em curto e longo prazo. Entretanto, sabe-se que a maioria dos créditos do tipo devedor são de curto prazo e os parcelados e com exigibilidade suspensa, de longo prazo. Desse modo, utiliza-se o critério de classificar o 'devedor' totalmente no curto prazo e o 'parcelamento' totalmente no longo prazo.

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, estes bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente, com:

- créditos tributários;
- créditos não tributários;
- dívida ativa;
- empréstimos e financiamentos concedidos;
- investimentos temporários; e
- estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos deste item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para perdas dos créditos tributários

A RFB utiliza a seguinte classificação para controle dos créditos tributários sob sua supervisão: (i) devedor; (ii) exigibilidade suspensa (processo administrativo); (iii) exigibilidade suspensa (processo judicial); e (iv) parcelamento. Os créditos tributários classificados nas categorias 'i' e 'iv' estão evidenciados no ativo, enquanto, as demais categorias estão em contas de controle.

O ajuste para perdas do crédito tributário é calculado a partir do saldo da categoria 'devedor'. A categoria 'parcelamento' não é utilizada na base de cálculo do ajuste para perdas, pois tais créditos foram considerados como totalmente recuperáveis. Quando ocorre a inadimplência de um crédito que está na categoria 'parcelamento', o mesmo é reclassificado para a categoria 'devedor'.

Os créditos na categoria devedor são subdivididos em duas classes: (i) até mil reais; e (ii) acima de mil reais. A subdivisão é relevante, pois somente os valores acima de mil reais são encaminhados para a inscrição em dívida ativa.

Para os créditos tributários até mil reais, o ajuste para perdas é calculado a partir da taxa de insucesso, que é igual a 1 – taxa de sucesso. Por sua vez, a taxa de sucesso representa a taxa de recuperabilidade efetiva de tais créditos pela RFB, apurada considerando-se os últimos exercícios.

Para os créditos tributários acima de mil reais é aplicado o mesmo percentual aplicado aos créditos inscritos na dívida ativa.

Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da PGFN são classificados em:

- Categoria (i) - sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados);
- Categoria (ii) - parcelados;
- Categoria (iii) - garantidos; e
- Categoria (iv) - suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido pelo Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'ii' a 'iv' possuem 100% de recuperabilidade, portanto, não estariam sujeitos a estimação de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos a estimação de perdas, sendo aplicado a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP.

Considerando que está em andamento, no âmbito da PGFN, um estudo que objetiva analisar e propor uma classificação dos créditos sob sua supervisão de acordo com os perfis de recuperabilidade, o relatório do GT de Créditos Tributários consignou que as metodologias do ajuste para perdas dos créditos sob supervisão da RFB e da PGFN deverão ser revisadas, após a conclusão do referido estudo.

Investimentos

São compostos por:

- participações permanentes;
- propriedades para investimento; e
- demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo, reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizados dois critérios para mensuração e avaliação destes bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas no FFIE (Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas às reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Diferido

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SiafiWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Reavaliação

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil e tal procedimento nunca ter sido realizado, foi necessário realizar ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Isso vale tanto para reavaliação, quanto para a redução ao valor recuperável, referentes ao começo do processo.

Após a adoção inicial, para os órgãos da Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações foi dada a opção de reconhecer os aumentos ou diminuições relativas à reavaliação de seus ativos no resultado patrimonial do exercício, pelo fato de algumas entidades ainda não possuírem um sistema de controle patrimonial adaptado para o registro da reserva de reavaliação.

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao valor recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SiafiWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irrecuperabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido.

Após a adoção inicial, a perda por irrecuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por irrecuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações começaram a efetuar os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão a partir do exercício contábil de 2010, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida.

O trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e recursos humanos, principalmente para aquisições realizadas em exercícios anteriores a 2010.

Por isso, está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão. Assim sendo, iniciou-se o procedimento de depreciação pelos bens colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentavam uma base monetária inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, passou-se a aplicar a depreciação aos bens adquiridos nos demais exercícios, conforme cronograma indicado pelo Manual SiafiWeb, e após a realização do ajuste de seus valores.

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Em relação a esta temática, o PIPCP definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura e para os bens do patrimônio cultural terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 2019 e 2021 (obrigatoriedade dos registros), respectivamente.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao Siafi para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no Siafi por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no Siafi.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de *Kuentzle* e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de *Kuentzle* distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, *onde:*
Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- empréstimos e financiamentos;
- fornecedores e contas a pagar;
- obrigações fiscais;
- obrigações de repartições a outros entes;
- provisões; e
- demais obrigações.

Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como, as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Os empréstimos são avaliados, observando-se os seguintes critérios:

- Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;
- Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial do final do exercício.

Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável

de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referente ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas.

Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

Na União existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Funpresp - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, por exemplo) e de benefício definido (RPPS, por exemplo).

Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo, quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, tem sido realizado e contabilizado os riscos atuarial e dos investimentos relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Apuração do resultado

No modelo PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados:

- patrimonial;
- orçamentário; e
- financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Deste modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Diretrizes gerais da política de remuneração das Empresas Estatais Federais

Trata-se de normas e diretrizes gerais observadas quando da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas pela União.

Os acionistas têm direito a receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa ou, quando este é omisso, metade do lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976.

No caso das empresas estatais federais, os seus estatutos sociais determinam a remuneração aos acionistas de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998.

Os órgãos de administração poderão, se autorizados por estatuto, declarar dividendos intermediários com base no lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como mediante reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, nos termos do art. 204 da Lei nº 6.404/1976.

Além disso, há estatutos sociais de empresas estatais que autorizam o pagamento antecipado de dividendos, normalmente com base em balanço semestral, a ser ratificado em decisão da assembleia geral que deliberar sobre a destinação do lucro líquido daquele exercício.

De forma alternativa ao pagamento de dividendos, foi criada a sistemática de remunerar o capital próprio na forma de juros, nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro 1995, que concedeu às empresas a faculdade de deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, o montante dos juros pagos ou creditados aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido.

O recolhimento, ao Tesouro Nacional, de dividendos ou juros, far-se-á na Conta Única do Tesouro Nacional, na forma a ser estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos prazos a seguir:

- Sociedades por ações, no prazo de 60 dias da data em que for declarado, salvo deliberação em contrário da assembleia geral, e, em qualquer caso, dentro do exercício social, nos termos do §3º do art. 205 da Lei nº 6.404/1976. Adicionalmente, no prazo máximo de 10 dias, a partir da data em que se iniciar o pagamento aos demais acionistas (Decreto nº 2.673/1998); e
- Empresas públicas não constituídas na forma de sociedade anônima, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da publicação da proposta de destinação de resultado aprovada pelo Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade com o Decreto nº 2.673/1998.

Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou

pagamento não se verificar na data fixada em lei, assembleia ou deliberação do Conselho Diretor, conforme disposto no Decreto nº 2.673/1998.

A receita do Tesouro Nacional proveniente da arrecadação de dividendos ou juros sobre o capital próprio pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, deverá ser direcionada à amortização da dívida pública federal, conforme dispõe a Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, contribuindo, assim, para a redução do endividamento público.

O dividendo obrigatório pode deixar de ser pago no exercício social em que os órgãos de administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da empresa, sendo registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos assim que o permitir a situação financeira da companhia, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Adicionalmente, poderá ser constituída reserva de lucros a realizar quando o montante dos dividendos obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio a ser distribuído pelas empresas estatais dependerá de diversos fatores, tais como: planos de investimentos, fluxo de caixa, limites e obrigações legais e estatutárias, ambiente econômico e outros fatores considerados relevantes pela empresa. A expectativa do Tesouro Nacional leva em consideração ainda o setor da atividade econômica em que a empresa atua e seu grau de dependência da União.

Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Com a implantação do modelo PCASP, no exercício de 2015 ocorreram as seguintes mudanças nas práticas e procedimentos contábeis:

Reconhecimento do crédito tributário e mudanças da metodologia do ajuste para perdas

Buscando o alinhamento com os novos conceitos oriundos da adoção do modelo PCASP e visando avançar no processo de convergência ao modelo internacional das IPSAS, nos trabalhos desenvolvidos pelo GT de Créditos Tributários foi utilizada como premissa para o reconhecimento dos créditos tributários o conceito de que o ativo somente é reconhecido quando se tratar de recursos controlados por uma entidade, que não dependem de eventos futuros e que sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

A partir desta premissa, o GT de Créditos Tributários identificou dois grupos, dos créditos sob supervisão da RFB, que não atendiam aos critérios de reconhecimento como ativo na visão do modelo PCASP e do modelo IPSAS. Os créditos com 'exigibilidade suspensa (processo administrativo)' e 'exigibilidade suspensa (processo judicial)' não cumpriam os requisitos para reconhecimento como ativos, pois, em ambos os casos, não eram recursos controlados pela RFB e dependiam de eventos futuros para gerarem benefícios econômicos. Na prática, a suspensão de exigibilidade afeta a constituição do crédito tributário e, consequentemente, o seu reconhecimento como ativo.

Após a aprovação do relatório final do respectivo GT pelas autoridades competentes, a RFB procedeu ao desreconhecimento dos ativos relacionados com os créditos com exigibilidade suspensa, passando tais registros para contas de controle, não mais afetando o BP.

Destaca-se que, nos casos em que um crédito como exigibilidade suspensa mude para as categorias 'devedor' ou 'parcelamento', ou seja, quando estiver resolvida a situação que causou a sua suspensão e o mesmo puder ser constituído/reconstituído pela RFB, atenderão aos critérios de reconhecimento de ativos.

A partir deste exercício, os créditos tributários evidenciados no ativo se referem àqueles classificados nas categorias 'devedor' e 'parcelamento', pois atendem aos critérios de reconhecimento.

Em relação aos créditos tributários sob supervisão da PGFN, não houve depuração do estoque de ativos, conforme consignado no relatório do GT de Créditos Tributários, visto que será necessário aguardar a conclusão do estudo que está sendo realizado naquela Procuradoria e que tratará dos critérios de recuperabilidade dos créditos inscritos em dívida ativa.

Além da revisão dos registros acerca do estoque dos créditos tributários sob supervisão da RFB, o relatório supracitado propôs alteração na metodologia utilizada para a estimação de perdas (ajuste para perdas) dos referidos créditos.

A nova metodologia, em vigor a partir deste exercício, foi dividida em duas partes, em razão do que o GT definiu como macroprocesso do crédito tributário.

O ajuste para perdas passa a ser aplicado apenas aos créditos classificados na categoria 'devedor', pois, aqueles na categoria 'parcelamento' possuem 100% de recuperabilidade e quando ocorre o inadimplemento por parte do contribuinte, o crédito é transferido para a categoria 'devedor'.

Seguindo as limitações legais, os créditos devedores acima de mil reais são encaminhados para a inscrição em dívida ativa, quando ocorre o insucesso na cobrança administrativa. O mesmo não ocorre em relação aos créditos de até mil reais. Por este motivo, o relatório do GT de Créditos Tributários decidiu pela aplicação do mesmo percentual aplicado no ajuste para perdas da dívida ativa para os créditos devedores acima de mil reais.

Para os créditos de até mil reais, como as etapas do macroprocesso do crédito tributário ocorre apenas no âmbito da RFB, o relatório propôs que o ajuste para perdas destes créditos, passasse a utilizar a taxa de insucesso, apurada a partir das informações de exercícios anteriores.

Em relação à metodologia do ajuste para perdas dos créditos sob supervisão da PGFN, não houve alteração, conforme relatório do GT de Créditos Tributários, pois se faz necessário aguardar a conclusão do estudo, anteriormente citado.

Reconhecimento de passivos contingentes, provisões e passivos efetivos

O modelo anterior ao PCASP, utilizado até o exercício de 2014, era fortemente influenciado pela execução orçamentária. Deste modo, o reconhecimento de passivos estava diretamente relacionado com a execução da despesa orçamentária, sendo que o surgimento do passivo ocorria no momento da emissão do empenho.

Com a adoção do modelo PCASP, se fez necessária a alteração dos procedimentos realizados no âmbito da União em relação ao reconhecimento de passivos contingentes, provisões e passivos efetivos. A partir do modelo PCASP, o reconhecimento das obrigações passou a obedecer a lógica do regime de competência, não estando mais dependente da execução da despesa orçamentária.

Em relação a esta temática, foram implementadas na União algumas ações que modificaram os critérios e os momentos de reconhecimento dos passivos contingentes, das provisões e dos passivos efetivos. As principais ações foram: (i) o GT TN; (ii) a Portaria AGU nº 40/2015; e (iii) Reunião com as Setoriais Contábeis de Órgão Superior que supervisionam ações relacionadas com o PAC.

O GT TN teve como objetivo aprimorar e padronizar as rotinas e os procedimentos de reconhecimento, registro e controle de direitos e obrigações da STN, junto a instituições financeiras oficiais e fundos. Dentre as situações analisadas pelo referido GT, foram identificadas as seguintes situações que não estavam adequadas ao modelo PCASP:

- Ausência do registro de passivos efetivos, havendo apenas o controle da execução orçamentária (emissão de nota de empenho e inscrição em restos a pagar);
- Ausência do registro de provisões para obrigações presentes, quando havia indícios de provável futura saída de recursos e possibilidade de estimação confiável dos valores;
- Ausência da evidenciação dos passivos contingentes em relação às demandas feitas pelos credores (em especial instituições financeiras oficiais e fundos supervisionados pela União), quando não havia certeza sobre a possibilidade de futura saída de recursos e/ou sobre a confiabilidade do valor estimado; e
- Ausência do registro de ajustes para perdas de créditos não tributários a receber pela União, apesar de existir evidências de que haverá redução significativa no estoque de ativos.

O GT TN abordou essas temáticas em relação à contabilização dos seguintes processos:

- Programas decorrentes de subvenções econômicas concedidas pela União, sob a supervisão da Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional (Copec);

- Registros das ações de reestruturação de dívidas de Entes da Federação, sob supervisão da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi);
- Programa de Aceleração do Crescimento, sob supervisão da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público (Coapi);
- Programa de políticas habitacionais, sob a supervisão da Coapi;
- Reconhecimento de passivos diversos, sob a supervisão da Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais (Cofis);
- Contribuições sociais decorrentes da lei complementar nº 110/2001, sob a supervisão da Coordenação-Geral de Programa Financeira (Cofin);
- Complementação da União ao Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), sob a supervisão da Cofin.

Destaca-se que a reunião realizada em 22 de dezembro de 2015, com a participação das Setoriais Contábeis de Órgão Superior que supervisionam o PAC, foi oriunda da necessidade de disseminar na União, os procedimentos apresentados nas recomendações do GT TN.

De modo resumido, as principais recomendações contidas no relatório final do GT TN, implementadas neste exercício, foram:

- Evidenciação em notas explicativas e registro em contas de controle (esta última quando houver necessidade de controle) dos passivos contingentes;
- Registro e evidenciação em notas explicativas das provisões e dos passivos efetivos;
- Anulação da parcela de restos a pagar inscritos para atender a mais de um exercício e readequação da execução orçamentária, de modo que as despesas orçamentárias se relacionem apenas com o exercício de origem do crédito; e
- Registro e evidenciação em notas explicativas dos ajustes para perdas relacionados aos ativos que sofrerão futura redução de estoque, desde que confiavelmente estimadas tais perdas.

Outra mudança ocorrida neste exercício que se relaciona com o presente tópico, foi a edição da Portaria AGU nº 40/2015. O referido normativo estabeleceu os critérios e procedimentos a serem observados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra União, suas autarquias ou fundações públicas.

De acordo com a referida portaria, ficou estabelecida a classificação das ações, nas quais a União, suas autarquias e fundações públicas figuram no polo passivo, de acordo com o nível de risco, em:

- provável;
- possível; e
- remoto.

A classificação foi estabelecida respeitando-se aspectos relacionados com os processos judiciais.

Tal classificação permitiu a identificação dos registros e evidenciação de acordo com as práticas contábeis do modelo PCASP e do modelo das IPSAS. Os valores das ações classificadas com risco provável foram utilizados na constituição de provisões para riscos fiscais. Os valores das ações classificadas com risco possível estão evidenciados em notas explicativas. As ações classificadas com risco remoto não são evidenciadas.

A partir das informações recebidas da Procuradoria-Geral da União (PGU), a Setorial Contábil da AGU providenciou a criação de uma UG específica, a 110652 – Riscos Fiscais – PGU, e promoveu os registros e as devidas evidenciações em notas explicativas das provisões e passivos contingentes.

Ainda em relação a esta temática, destaca-se que em 30 de dezembro de 2015 foi editada a Portaria Conjunta nº 8, pela STN e pela PGF. Esta última é a responsável pelo assessoramento jurídico das Autarquias e Fundações Públicas Federais. A supracitada portaria buscou disciplinar os procedimentos para o registro e a evidenciação das obrigações relacionadas com as ações judiciais, classificadas de acordo com a Portaria AGU nº 40/2015. Entretanto, considerando o exíguo tempo para a sua implementação, a efetiva mudança nas práticas contábeis das Autarquias e Fundações Públicas Federais, acontecerá somente no exercício de 2016.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) representa os recursos já entregues pelos sócios/proprietários para o aumento do capital social de empresas, porém ainda pendente de integralização.

No modelo PCASP não há uma norma específica que descreva o tratamento para a figura do AFAC. De modo subsidiário, no modelo das IPSAS, a norma de número 28 (Financial Instruments: Presentation – Instrumentos Financeiros: Apresentação), descreve que o AFAC somente será registrado como um instrumento patrimonial se:

- O instrumento não possuir obrigação contratual de entregar caixa ou ativo financeiro à outra entidade ou trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente desfavoráveis ao emissor;
- O instrumento será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais do próprio emitente e é um não derivativo que não inclui obrigação contratual de entrega de um número variável de seus próprios instrumentos patrimoniais ou é um derivativo que será liquidado somente pelo emitente por meio de troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro, por número fixo de seus próprios instrumentos patrimoniais.

Caso o AFAC não se adeque às condições anteriormente descritas, deverá ser registrado e evidenciado como sendo um instrumento financeiro (passivo).

Na União, o Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, estabeleceu que os AFAC realizados pelas empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas estão sujeitos à correção monetária pela taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização.

Considerando esta característica, no caso tratado pelo processo administrativo RJ 2011/7085, a Comissão de Valores Mobiliários decidiu que o AFAC realizado pelo controlador (no caso, a União) deveria ser tratado como instrumento financeiro e não patrimonial, pois a correção monetária pela taxa Selic, convertia o AFAC, na prática, em instrumento de dívida.

Desta maneira, visando adequar a classificação dos adiantamentos existentes na União, após verificar se os mesmos apresentavam características que permitissem os classificar como facultativos (consequentemente, como instrumentos financeiros e não patrimoniais), foram reclassificados todos os AFAC registrados no Siafi do patrimônio líquido para o passivo não circulante.

O mesmo aconteceu ao ativo relacionado com o AFAC que, no modelo anterior, pertencia ao grupo Investimentos, no ativo não financeiro e que, pela adoção do modelo PCASP passou a compor o grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, no Ativo Não Circulante.

Ativos, passivos e superávit/déficit financeiros

O modelo PCASP, em respeito à Lei nº 4.320/1964, adota conceitos para ativos e passivos financeiros que são diferentes dos conceitos utilizados pelo modelo IPSAS.

No modelo brasileiro, os ativos e passivos financeiros são itens do patrimônio público que independem da execução orçamentária para serem realizados (ou porque nunca dependeram, como no caso das transações extraorçamentárias, ou porque já foi iniciada a execução orçamentária).

Uma mudança oriunda do modelo PCASP, em relação ao modelo anterior da União, foi a utilização de fontes de recursos nas contas correntes dos ativos e passivos financeiros registrados no Siafi. No modelo anterior, apenas algumas contas desses ativos e passivos possuíam a informação sobre a fonte de recursos.

Por este motivo, na transição do exercício de 2014 para o de 2015 no Siafi, em alguns ativos e passivos financeiros ocorreu o uso da fonte 77 – a classificar, para permitir a transposição de saldos entre tais exercícios. Ao longo do exercício, foram realizados os lançamentos necessários para os ajustes das fontes de recursos, pelas diversas unidades gestoras que compõem a União.

Em razão destes procedimentos, a apuração do superávit/déficit financeiro nas demonstrações de abertura de 2015 (utilizado como demonstrações finais de 2014 no modelo PCASP) ficou prejudicada, pois para os ativos e passivos financeiros que não possuíam as informações sobre as respectivas fontes de recursos, foi atribuída a fonte a 77 a classificar.

O efeito deste procedimento foi o aumento do superávit para o grupo de fontes de recursos ordinárias e do déficit para o grupo de fontes de recursos vinculadas.

Ademais no modelo anterior, havia contas de ativos e passivos financeiros (como por exemplo, restos a pagar não processados que constava no passivo) e que não existem no modelo PCASP.

Na transição do exercício de 2014 para o de 2015, houve inicialmente a transferência dos respectivos saldos de tais contas, havendo ajustes durante o exercício de 2015, o que também afetou o cálculo do superávit/déficit para as demonstrações com data de 31/12/2014.

Atualização dos valores relacionados com as operações do FCVS

O Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) foi instituído pela Resolução nº 25 do Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação (BNH), de 16 de junho de 1967, transferido sucessivamente para a Caixa Econômica Federal (Caixa) (Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986), para o Banco Central do Brasil (Resolução CMN nº 1.277, de 20 de março de 1987), para o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988) e, finalmente, para o Ministério da Fazenda (Lei nº 7.739, de 16 de março de 1989).

O FCVS tem como objetivos básicos:

- Garantir o limite de prazo para a amortização das dívidas contraídas pelos adquirentes de unidades habitacionais, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), respondendo pela cobertura dos saldos devedores residuais aos Agentes Financeiros;
- Assumir, em nome do mutuário, os descontos concedidos pelos Agentes Financeiros do SFH, nas liquidações antecipadas e nas transferências de contratos de financiamento habitacional, observada a legislação da regência;
- Garantir o equilíbrio do Seguro Habitacional do SFH, permanentemente e em nível nacional; e
- Liquidar as operações remanescentes do extinto Seguro de Crédito.

Dentre outras fontes de recursos (como, por exemplo, a contribuição mensal dos mutuários, a contribuição trimestral dos agentes financeiros etc.), as operações do FCVS podem ser custeadas por dotações orçamentárias da União, de acordo com Decretos-Lei nº 2.164, de 19 de setembro de 1984, e nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988 e Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000. Além disto, a Lei nº 10.150/2000, autorizou a União a realizar novações das dívidas do FCVS com as instituições financiadoras.

Na estrutura das demonstrações contábeis do MF, o FCVS é representado pelo órgão 25901, UG 170381. Na respectiva UG, devem estar registrados os ativos e passivos relacionados com as operações do FCVS.

A gestão da referida UG é realizada pela Caixa, responsável pela administração do fundo, de acordo com a Lei nº 10.150/2000.

Durante as análises dos saldos existentes na estrutura do MF, a Setorial Contábil do MF solicitou informações à Caixa sobre registros e saldos existentes na supracitada UG.

Na análise realizada, foi identificado que esses saldos se referiam a dezembro de 2007. Ocorre que a referida unidade utiliza um sistema próprio (o SICOF), que é responsável pelo registro das informações que auxiliarão a elaboração das demonstrações contábeis utilizadas nas prestações de contas do respectivo fundo.

Como o plano de contas utilizado pelo FCVS era diferente do utilizado pelo Siafi, não foram realizadas as atualizações dos saldos de ativos e passivos, desde 2007 até o exercício de 2015. Após a identificação da falta de atualização, foram realizados, no exercício de 2015, os registros necessários, tendo como contrapartida a conta de ajuste de exercícios anteriores, para reflexo dos saldos referentes a 31 de dezembro de 2014.

Além disto, foram realizados registros em ativos e passivos que impactaram o resultado do exercício, com base nos saldos do Fundo de 30 de novembro de 2015.

A seguir estão relacionados os principais ajustes realizados na UG 170381, no ano de 2015.

ATUALIZAÇÃO FCVS – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
R$ MILHARES

SITUAÇÃO	GRUPO	VALOR DO AJUSTE
Redução	Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.021.824)
Redução	Investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo	(710.401)
Redução	Outras Provisões a Curto Prazo	681.149
Aumento	Demais Obrigações a Curto Prazo	(18.166.682)
Aumento	Provisão de Longo Prazo	(4.665.280)
-	Outros	1.369.282
Efeito líquido no patrimônio líquido da UG 170381		(25.513.756)

Fonte: Siafi, 2015.

A Setorial Contábil do MF e a STN estão analisando o melhor procedimento para que as informações contábeis sobre as operações do FCVS, bem como, sobre seus respectivos ativos, passivos, VPD e VPA, estejam, frequentemente, atualizados no Siafi, a partir do exercício de 2016.

Mudança no mecanismo de cálculo da consolidação

No modelo PCASP existe um mecanismo que auxilia o processo de consolidação que compreende o quinto nível das contas padronizadas. O quinto nível está padronizado da seguinte forma:

- 1 – Consolidação;
- 2 – Intra-OFSS;
- 3 – Inter-OFSS-União;
- 4 – Inter-OFSS-Estados; e
- 5 – Inter-OFSS-Municípios.

Do ponto de vista teórico, na União, a elaboração das demonstrações consolidadas implicaria na eliminação das contas cujo quinto nível fosse igual a '2 – Intra'. Todavia, conforme foi relatado anteriormente, na prática, são realizadas compensações/eliminações entre contas que possuam o quinto nível intra e que possuam correlação. O processo de consolidação gera resíduos frutos do descasamento temporal de algumas operações ou pela ausência de correspondência biunívoca entre as contas do ativo e do passivo e as das variações patrimoniais.

No modelo anterior, vigente até o exercício de 2014, também eram utilizadas compensações/eliminações entre contas do ativo e do passivo. A principal mudança em relação às regras de consolidação do modelo anterior se refere à eliminação do investimento nas empresas estatais dependentes.

As empresas estatais dependentes integram a entidade econômica chamada União, estando, portanto, consolidadas nas DCON. No modelo anterior, a exclusão dos investimentos nestas empresas era feita por intermédio de uma conta redutora que pertencia ao grupo de participações permanentes, de modo que nas demonstrações consolidadas, o grupo de Investimentos conteria apenas os valores relativos às empresas estatais não dependentes e às empresas privadas nas quais União possua alguma participação.

No modelo PCASP, houve eliminação da referida conta, passando a ser utilizada uma regra que compensa valores da conta de investimentos e das contas de AFAC e do patrimônio líquido que possuam quinto nível igual a '2 – Intra'.

Apropriação de gastos com rodovias federais

As rodovias federais foram os primeiros e são, até o exercício de 2015, os únicos ativos de infraestrutura reconhecidos e evidenciados nas DCON. A responsabilidade pela mensuração e pelo registro é do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) tendo a supervisão da STN.

Até o exercício de 2014, a sistemática de apropriação dos gastos com as rodovias federais era a seguinte: reconhecimento diretamente apenas da despesa orçamentária com baixa imediata do ativo imobilizado (Obras em Andamento). Ao final do exercício toda a variação ocorrida nas rodovias federais implicava em ganhos ou perdas pela reavaliação de tais ativos.

A sistemática do modelo anterior implicava na inflação das variações patrimoniais, pois não considerava que parte da variação dos valores das rodovias federais foi fruto dos gastos realizados durante o exercício. Do

ponto de vista do resultado patrimonial não havia impacto, apenas a inflação dos valores reconhecidos como variações patrimoniais.

Com a adoção do modelo PCASP, houve mudança na apropriação de gastos com rodovias federais. Inicialmente, ao longo do exercício, os gastos de capital realizados para manutenção, recuperação ou construção de rodovias federais são ativados na conta Obras em Andamento.

No último trimestre, em função da reavaliação anual das rodovias federais, o Dnit identifica a parcela que efetivamente contribui para a valorização do ativo de infraestrutura e realiza a transferência desta parcela do saldo ativado na conta Obras em Andamento para a conta Estradas. A parcela restante é destinada ao resultado patrimonial do exercício, visto que não agregou valor ao respectivo ativo, de acordo com o resultado da reavaliação.

Ademais, no caso dos gastos com Obras em Andamento não tenham agregado valor às rodovias federais, além da transferência do respectivo saldo, haverá registro da VPD pela desvalorização do ativo de infraestrutura, se for o caso.

Reclassificação de depósitos restituíveis

De acordo com o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, a União está obrigada a adotar o princípio de unidade de caixa. Segundo o referido decreto:

"A realização da receita e despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade caixa." (art. 1º).

De modo expresso, o referido decreto estabelece que o conceito adotado para receita é "[...] todo e qualquer ingresso de caráter obrigatório ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extra-orçamentária, seja geral ou vinculado [...]". De modo tácito, pode-se estender as características apresentadas para caracterizar o conceito de despesa.

Deste modo, observa-se que o princípio de unidade de caixa estabelece que todos os ingressos e dispêndios da União sejam controlados em um único grupo que representará o Caixa da União. No modelo PCASP, isto ocorre mediante o uso do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no Ativo Circulante.

Com a adoção do modelo PCASP e, em especial, com a mudança na metodologia de elaboração do Balanço Financeiro (que no modelo anterior apresentava saldos de contas de ativos e passivos financeiros e que no exercício de 2015 passou a evidenciar os fluxos financeiros), foi identificado que alguns ingressos extraorçamentários não estavam compondo o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Os depósitos restituíveis são ativos financeiros de natureza extraorçamentárias e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes. Na União, os ativos e passivos financeiros extraorçamentários utilizam a fonte de recursos de código igual a 90.

Visando atender o princípio da unidade de caixa e corrigir desequilíbrios no BF, causado pela apresentação dos fluxos de tais ingressos e dispêndios, os valores constantes nas contas créditos a receber que representavam efetivo ingresso de recursos foram reclassificados para o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no subgrupo Outros Bancos.

Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada mensalmente pela STN e pelas Setoriais Contábeis, de acordo com os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.15 do Manual SiafiWeb. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes no Siafi, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

Além dos processos realizados mensalmente, no final do exercício as Setoriais Contábeis de Órgão Superior encaminham para a STN, a Declaração do Contador.

Nesta declaração, o Contador Responsável de cada órgão declara se os demonstrativos contábeis, balancete e auditores contábeis (Condesaud) constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) relativos ao exercício de 2015 estão regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, e refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Se tudo estiver de acordo, ele registra a Declaração Plena. Se houver alguma ressalva a fazer, o Contador registra a Declaração com Ressalva.

Os Órgãos Superiores deverão envidar esforços para correção dos problemas contábeis durante o exercício, que ensejem no registro de restrições contábeis, na conformidade mensal. Havendo a permanência de restrições contábeis ao final do exercício, estas deverão ser devidamente justificadas por meio da Declaração do Contador, com a finalidade de esclarecer os motivos das restrições apontadas.

Quarenta Órgãos Superiores enviaram a Declaração do Contador. Dos quarenta, oito apresentaram Declaração Plena. Os demais enviaram Declaração com Ressalva. As principais ressalvas estão apresentadas conforme quadro a seguir:

PRINCIPAIS RESTRIÇÕES DESTACADAS NAS DECLARAÇÕES DO CONTADOR DOS ÓRGÃOS SUPERIORES

RESTRIÇÃO	ÓRGÃOS
642 - Falta/evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado	15
315 - Falta/restrição da conformidade do registro de gestão	12
643 - Falta/evolução incompatível da amortização ativo intangível	12
657 - Convênios a aprovar com data expirada	12
606 - Saldos alongados/indevido contas transitórias do ativo circulante	10
656 - Convênios a comprovar com data expirada	10
674 - Saldo alongado/indevido contas transitórias passivo circulante	10

Fonte: STN, 2015.

A maior quantidade de ressalvas foi referente à restrição 642 – Falta/evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado (15 órgãos). Em algumas declarações não houve registro das justificativas para a permanência das restrições no encerramento do exercício.

Das justificativas apresentadas para que a restrição permanecesse no encerramento do exercício pode-se resumir como:

- Ausência de sistema de depreciação e controle patrimonial;
- Levantamento dos bens móveis ainda não concluído, impossibilitando o registro no sistema; e
- Inconsistência no Sipac (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos) referente à baixa de depreciação por alienação e transferência de bens.

Três restrições foram mencionadas como ressalva por doze órgãos:

- 315 – Falta/restrição da conformidade do registro de gestão;
- 643 – Falta/evolução incompatível da amortização do ativo intangível; e
- 657 – Convênios a aprovar com data expirada.

Em relação à restrição 'falta/restrição da conformidade do registro de gestão', foram apresentadas as seguintes justificativas:

- Grande volume de informações ao final do exercício, inviabilizando a conformidade do registro de gestão em tempo hábil;
- Ausência do conformista de gestão;
- bloqueio de senha;
- inexistência de substituto; e
- trabalho em regime de plantão, gerando ausências do conformista em alguns dias úteis.

Em relação à restrição 'falta/evolução incompatível da amortização do ativo intangível', foram apresentadas as seguintes justificativas:

- Inexistência de sistema informatizado que possibilite o controle, acompanhamento e mensuração dos bens intangíveis; e
- Inexistência de comissão de avaliação de patrimônio.

Em relação à restrição 'convênios a aprovar com data expirada', foram apresentadas as seguintes justificativas:

- Convênios ainda sob análise técnica/financeira/jurídica;
- No encerramento do exercício foram observadas prestação de contas já aprovadas, mas sem o lançamento de baixa nas contas apropriadas;
- existência de resíduos nas contas que deveriam ter sido baixados durante a execução dos instrumentos;
- Providências tomadas após o encerramento do exercício; e
- Falta de pessoal para análise e conclusão da prestação de contas dos convênios.

Três restrições foram mencionadas como ressalvas por dez órgãos:

- 606 – Saldos alongados/indevidos em contas transitórias do ativo circulante;
- 656 – Convênios a comprovar com data expirada; e
- 674 – Saldos alongados/indevidos em contas transitórias do passivo circulante.

Em relação à restrição 'saldos alongados/indevidos em contas transitórias do ativo circulante', foram apresentadas as seguintes justificativas:

- Intempestividade na identificação e retificação das transferências voluntárias devolvidas, bem como de Ordem Bancária (OB) cancelada; e
- Transferência de materiais entre unidades que não fizeram o registro tempestivo do recebimento.

Em relação à restrição 'convênios a comprovar com data expirada', foram apresentadas as seguintes justificativas:

- Convenentes não apresentaram a prestação de contas, ou a apresentaram de forma incompleta;
- Existência de prestação de contas já aprovada sem o devido lançamento de baixa (algumas por problemas no sistema) ou com manutenção indevida de resíduo na conta, que deveria ter sido baixado durante a execução do convênio; e
- Grande volume de processos para controle e análise.

Em relação à restrição 'saldos alongados/indevidos em contas transitórias do passivo circulante', foram apresentadas as seguintes justificativas:

- Valores de Pasep (Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público) com dificuldades para se identificar o credor;
- OB cancelada com dificuldade na obtenção de dados para retificação dos dados bancários;
- Fornecedor que encerrou suas atividades;
- Devolução de valores de convênio.

Das análises realizadas pela STN, um assunto merece especial atenção. Trata-se da ressalva aplicada pela Setorial Contábil do Ministério da Defesa, em relação às demonstrações dos seguintes órgãos:

- 52111 – Comando da Aeronáutica;
- 52121 – Comando do Exército; e
- 2131 – Comando da Marinha.

De acordo com a ressalva, as demonstrações contábeis do Ministério da Defesa, enquanto órgão superior, não refletem adequadamente a sua situação patrimonial, pois não foram evidenciados pelos supracitados órgãos:

[...] os valores decorrentes das projeções de despesas com inativos militares e das pensões vinculadas aos militares das Forças Armadas, consoante recomendação contida no Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União, sobre as contas prestadas pela Presidente da República, relativas ao exercício de 2014, aprovado pelo Acórdão nº 2.461/2015-TCU-Plenário.

Esta ressalva afeta diretamente as DCON, ora apresentadas. No tópico sobre os benefícios a empregados, apenas as informações relativas ao RPPS dos servidores civis estão sendo apresentadas, visto que os órgãos das Forças Armadas não evidenciaram no exercício de 2015, os valores relativos a tais benefícios.

Por último, destaca-se que, a implantação do novo Plano de Contas no exercício de 2015 exigiu várias mudanças nos sistemas operacionais, nas rotinas de trabalho, forma de execução dos lançamentos, realização de treinamentos etc., que se espera que estejam completamente sedimentados no final do próximo exercício, reduzindo, assim, a quantidade de ocorrências, tanto ao longo como ao final do ano.

6.2.2. Adoção inicial do modelo PCASP

Ao final do exercício de 2014 ocorreu a adoção do PCASP, pela primeira vez, na União e em suas entidades. Todavia, somente no exercício de 2015, todas as operações econômico-financeiras que impactaram o patrimônio da União foram registradas com o uso do respectivo plano de contas.

Tal fato é de grande relevância para a elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2015, em especial em relação à comparabilidade entre exercícios, sugerida pelos referidos normativos e orientações, anteriormente citados.

O novo modelo contábil adotado pela União e por suas entidades, modelo PCASP, privilegia a adoção do regime de competência, enquanto o modelo anterior era fortemente influenciado pelo regime de caixa, oriundo do controle e da execução orçamentária. As políticas contábeis mais relevantes e que foram consideradas na preparação das demonstrações contábeis estão sumarizadas nas notas que seguem a esta.

Por utilizarem regimes de contabilização diferentes, as demonstrações contábeis elaboradas sob tais regimes são, naturalmente, não comparáveis visto que os itens patrimoniais nelas evidenciados podem possuir diferentes bases de mensuração.

Em função das diferenças metodológicas em relação à mensuração dos itens que compõem o patrimônio da União, optou-se pela apresentação de valores relativos aos exercícios de 2014 e 2015 apenas no Balanço Patrimonial, quadro principal e quadros anexos, pois, no processo de transição para o modelo PCASP, foi a única demonstração cujas estrutura e bases de mensuração de seus itens sofreram modificações menos drásticas.

Nas demais demonstrações, a comparação entre os valores dos exercícios atual e anterior não é adequada em razão de mudanças de grande intensidade em suas estruturas e/ou nas bases de mensuração de seus itens ou, ainda, por serem uma inovação no modelo contábil governamental brasileiro, como é o caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Como exemplos de situações que interferem na comparabilidade dos valores, cita-se que:

- Na Demonstração das Variações Patrimoniais, o registro das receitas e despesas orçamentárias passou a observar, essencialmente, o regime de competência, bem como, as variações patrimoniais qualitativas deixaram de compor a respectiva demonstração;
- No Balanço Financeiro, as receitas e despesas orçamentárias passaram a ser evidenciadas por recursos (fonte de recursos) e não mais por natureza econômica (receitas) ou pela classificação funcional (despesas);
- No Balanço Orçamentário não há mais segregação da despesa orçamentária por tipo de crédito; e
- No Balanço Patrimonial, os atos potenciais evidenciados no Quadro de Compensação se referem apenas à parcela que resta a ser executada e, não mais o valor total dos atos potenciais registrados ao final do exercício.

Outro aspecto importante a ser destacado em relação às demonstrações contábeis consolidadas é que o exercício de 2015 foi aquele em que ocorreu a adoção inicial do modelo PCASP, na União e em suas entidades. Apesar de não existir na estrutura normativa da contabilidade governamental brasileira uma norma específica que regule os aspectos a serem evidenciados em uma adoção inicial do novo modelo contábil, buscou-se apoio na norma IPSAS 33 para descrever os principais aspectos relacionados com a adoção inicial do modelo PCASP.

De maneira resumida e considerando as principais recomendações existentes na IFRS 1, objetiva-se nas presentes demonstrações a evidenciação:

- Das reclassificações dos itens reconhecidos de acordo com o modelo contábil anterior;
- Da comparabilidade entre as informações contábeis evidenciadas nos exercícios de 2014 e 2015; e
- Da conciliação do patrimônio líquido evidenciado de acordo com o modelo contábil anterior.

Considerando a IPSAS 33 em relação à aplicação retrospectiva das políticas contábeis do modelo PCASP, ficou definido que o BP de abertura seria o referente à 31 de dezembro de 2014, vez que as restrições financeiras e tecnológicas, não permitiriam a aplicação de ajustes retrospectivos a um período mais longínquo sem afetar o custo-benefício para a União e sem adicionar valor para os usuários das informações contábeis aqui evidenciadas.

A aplicação retrospectiva implicaria na alteração da estrutura do Siafi em vários exercícios e em relação aos planos de contas, aos eventos e às demonstrações contábeis, o que não justificaria o dispêndio de recursos humanos e financeiros em tal empreitada, dado o benefício marginal de retroação de tais práticas contábeis.

Ademais, em razão dos procedimentos estabelecidos no Siafi para a transposição de saldos do exercício de 2014 para o de 2015, os ajustes necessários nos itens patrimoniais foram realizados durante o exercício de 2015, sendo apresentadas conciliações considerando estes ajustes e seus efeitos no BP de abertura, caso fosse possível registrá-los durante a transposição dos respectivos saldos do exercício de 2014.

Reclassificações do Balanço Patrimonial de 2014

No BP referente ao exercício de 2014 era adotada a segregação de ativos e passivos em financeiros e não financeiros (permanentes), de acordo com a visão proposta pela Lei nº 4.320/1964.

Os ativos e passivos financeiros são aqueles que não necessitam mais (ou nunca necessitaram) da execução orçamentária para a sua realização.

Os ativos e passivos não financeiros são aqueles que necessitam de autorização legislativa (dentre ela, a autorização orçamentária) para serem realizados.

Na adoção do modelo PCASP, a segregação de ativos e passivos passou a considerar o aspecto temporal de realização, segregando-os em circulante (itens realizáveis em até doze meses da data das demonstrações contábeis) e não circulante (itens realizáveis acima de doze meses da data das demonstrações contábeis ou com prazo indeterminado).

Todavia, apesar de no formato de divulgação do BP ser utilizada a segregação de ativos e passivos em financeiros e não financeiros, a União utilizava um plano de contas, no qual tais itens eram segregados em circulante e não circulante, de acordo com o aspecto temporal de realização dos itens. Apesar desta segregação, a classificação utilizada no plano de contas do exercício de 2014 empregava uma lógica diferente do modelo PCASP.

A seguir é apresentado o BP referente a 31/12/2014, sendo o mesmo evidenciado em dois formatos: (i) o primeiro, de acordo com o plano de contas em vigência no exercício de 2014; e (ii) o segundo, de acordo com o modelo PCASP.

BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2014
R$ MILHARES

MODELO DE ACORDO COM PLANO DE CONTAS DE 2014 *		MODELO PCASP **	
ATIVO	31/12/2014	ATIVO	31/12/2014
ATIVO CIRCULANTE	1.209.542.906	ATIVO CIRCULANTE	1.209.542.906
Disponível	611.333.472	Caixa e Equivalentes de Caixa	661.055.413
Créditos em Circulação	518.799.991	Créditos a Curto Prazo	525.897.908
Bens e Valores em Circulação	23.068.598	Invest. e Aplicações Temp. a CP	2.534.148
Valores Pendentes a Curto Prazo	56.331.772	Estoques	20.046.540
Dívida Ativa	9.073	VPD Pagas Antecipadamente	8.897
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.875.759.483	ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.875.759.483
Depósitos Realizáveis a LP	670.161	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.817.212.685
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	2.816.533.455	Investimentos	307.615.443
Investimentos	307.615.443	Imobilizado	748.662.771
Imobilizado	748.671.840	Intangível	2.257.601
Diferido	10.983	Diferido	10.983
Intangível	2.257.601		
TOTAL DO ATIVO	5.085.302.389	TOTAL DO ATIVO	5.085.302.389
PASSIVO E PATR. LÍQUIDO		PASSIVO E PATR. LÍQUIDO	
PASSIVO CIRCULANTE	878.192.025	PASSIVO CIRCULANTE	878.192.025
Depósitos	29.070.838	Obrig. Trab., Previd. e Assist. a CP	39.225.826
Obrigações em Circulação	791.442.264	Empréstimos e Financiamentos a CP	689.651.647
Valores Pendentes a Curto Prazo	57.678.923	Fornecedores e Contas a Pagar a CP	9.301.639
		Obrigações Fiscais a CP	434.470
		Obrig. de Repartição a Outros Entes	-
		Provisões de Curto Prazo	10.358.328
		Demais Obrigações a Curto Prazo	129.220.115
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.089.014.454	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.089.014.454
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	35.841.020	Obrig. Trab., Previd. e Assist. a LP	1.564.466
Obrigações Exigíveis a LP	4.040.558.128	Empréstimos e Financiamentos a LP	2.788.232.243
Receita Diferida Líquida	3.685.707	Fornecedores e Contas a Pagar a LP	99.387
Instrumentos de Dívida	8.929.599	Obrigações Fiscais a LP	103.058
		Provisões de Longo Prazo	1.241.136.500
		Demais Obrigações a Curto Prazo	54.193.093
		Resultado Diferido	3.685.707
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	118.095.910	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	118.095.910
Patrimônio / Capital	124.855.406	Patrimônio Social e Capital Social	20.519.486
Reservas	2.909.857	Adiant. p/ Futuro Aum. de Capital	1.797.094
Superávits ou Déficit Acumulados	(9.939.047)	Reservas de Capital	300.580
Ajustes de Avaliação Patrimonial	269.694	Ajustes de Avaliação Patrimonial	269.694
		Reservas de Lucros	283.708
		Demais Reservas	528.475
		Resultados Acumulados	95.173.757
		(-) Ações / Cotas em Tesouraria	(776.884)
TOTAL DO PASSIVO E PL	5.085.302.389	TOTAL DO PASSIVO E PL	5.085.302.389

Notas: *Fonte: Siafi, 2014
** Fonte: Siafi, 2015.

Conforme foi descrito anteriormente, as classificações utilizadas nos exercícios de 2014 e 2015 são diferentes entre si. Assim, por ocasião dessas mudanças na estrutura do BP, mostra-se a seguir as reclassificações ocorridas pela adoção do modelo PCASP, com destaque para as principais alterações ocorridas.

RECLASSIFICAÇÕES – BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2014
R$ MILHARES

MODELO PCASP **		ORIGEM DE ACORDO C/ O PLANO DE CONTAS DE 2014 *		NOTA
ATIVO	31/12/2014	ATIVO	31/12/2014	
ATIVO CIRCULANTE	1.209.542.906	ATIVO CIRCULANTE	1.209.542.906	
Caixa e Equivalentes de Caixa	661.055.413	Disponível	611.333.472	
		Créditos em Circulação	49.721.941	(a.1)
Créditos a Curto Prazo	525.897.908	Créditos em Circulação	469.078.050	
		Bens e Valores em Circulação	491.019	
		Dívida Ativa	9.073	
		Valores Pendentes a Curto Prazo	56.319.766	
Invest. e Aplicações Temp. a CP	2.534.148	Bens e Valores em Circulação	2.534.148	(a.2)
Estoques	20.046.540	Bens e Valores em Circulação	20.043.431	
		Valores Pendentes a Curto Prazo	3.109	
VPD Pagas Antecipadamente	8.897	Valores Pendentes a Curto Prazo	8.897	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.875.759.483	ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.875.759.483	
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.817.212.685	Depósitos Realizáveis a LP	670.161	
		Créditos Realizáveis a Longo Prazo	2.816.533.455	
		Imobilizado	9.069	(b.1)
Investimentos	307.615.443	Investimentos	307.615.443	
Imobilizado	748.662.771	Imobilizado	748.662.771	
Intangível	2.257.601	Intangível	2.257.601	
Diferido	10.983	Diferido	10.983	
TOTAL DO ATIVO	5.085.302.389	TOTAL DO ATIVO	5.085.302.389	
PASSIVO E PATR. LÍQUIDO		PASSIVO E PATR. LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE	878.192.025	PASSIVO CIRCULANTE	878.192.025	
Obrig. Trab., Previd. e Assist. a CP	39.225.826	Depósitos	1.087	
		Obrigações em Circulação	39.224.739	
Empréstimos e Financ. a CP	689.651.647	Obrigações em Circulação	689.651.647	
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	9.301.639	Obrigações em Circulação	9.301.562	
		Valores Pendentes a Curto Prazo	77	
Obrigações Fiscais a CP	434.470	Depósitos	6.562	
		Obrigações em Circulação	427.908	
Provisões de Curto Prazo	10.358.328	Obrigações em Circulação	10.358.328	
Demais Obrigações a Curto Prazo	129.220.115	Depósitos	29.063.189	(c.1)
		Obrigações em Circulação	42.478.080	(c.2)
		Valores Pendentes a Curto Prazo	57.678.846	(c.3)

Notas: *Fonte: Siafi, 2014
** Fonte: Siafi, 2015.

(continua)

(continuação)

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.089.014.454	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.089.014.454	
Obrig. Trab., Previd. e Assist. a LP	1.564.466	Obrigações Exigíveis a LP	1.564.466	
Empréstimos e Financ. a LP	2.788.232.243	Obrigações Exigíveis a LP	2.788.232.243	(d.1)
Fornecedores e Contas a Pagar a LP	99.387	Obrigações Exigíveis a LP	99.387	
Obrigações Fiscais a LP	103.058	Obrigações Exigíveis a LP	103.058	
Provisões de Longo Prazo	1.241.136.500	Obrigações Exigíveis a LP	1.241.136.500	(d.1)
Demais Obrigações a Curto Prazo	54.193.093	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	35.841.020	
		Obrigações Exigíveis a LP	9.422.474	
		Instrumentos de Dívida	8.929.599	
Resultado Diferido	3.685.707	Receita Diferida Líquida	3.685.707	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	118.095.910	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	118.095.910	
Patrimônio Social e Capital Social	20.519.486	Patrimônio / Capital	20.519.486	(e.1)
Adiant. p/ Futuro Aum. de Capital	1.797.094	Reservas	1.797.094	(e.2)
Reservas de Capital	300.580	Reservas	300.580	(e.2)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	269.694	Ajustes de Avaliação Patrimonial	269.694	
Reservas de Lucros	283.708	Reservas	283.708	(e.2)
Demais Reservas	528.475	Reservas	528.475	(e.2)
Resultados Acumulados	95.173.757	Patrimônio / Capital	105.112.804	(e.1)
		Superávits ou Déficit Acumulados	(9.939.047)	
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	(776.884)	Patrimônio / Capital	(776.884)	(e.1)
TOTAL DO PASSIVO E PL	5.085.302.389	TOTAL DO PASSIVO E PL	5.085.302.389	

Reclassificações no Ativo Circulante

Houve reclassificação de contas relativas ao limite de saque e à arrecadação que compunham o item Créditos em Circulação. Tais reclassificações envolveram as seguintes contas:

RECLASSIFICAÇÕES – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.
R$ MILHARES

Conta	Denominação	31/12/2014
112120100	Arrecadação indireta	6.168
112120200	Arrecadação direta	6.956.958
112160400	Limite de saque com vinculação de pagamento	39.736.780
112161700	Limite de saque recursos da divida	1.552.570
112162000	Limite de saque BCB	1.469.465
TOTAL		49.721.941

Fontes: Siafi, 2014 e 2015.

Os investimentos e aplicações temporárias a curto prazo eram classificados no item Bens e Valores em Circulação e a sua composição foi formada pelas seguintes contas:

RECLASSIFICAÇÕES
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO
R$ MILHARES

CONTA	DENOMINAÇÃO	31/12/2014
113210100	Títulos da dívida agrária –TDA	1.088.017
113210200	Ações *	-
113210600	Bônus	452
113340000	Títulos e valores em trânsito	1.450.378
113900000	Provisão para perdas prováveis	(4.699)
TOTAL		2.534.148

Nota: * A conta apresentava o valor de R$ 193,88.

Fontes: Siafi, 2014 e 2015.

Reclassificações no Ativo Não Circulante

Houve o remanejamento da conta denominada Títulos, Valores e Documentos Diversos (código 1.4.2.2.2.00.00), cujo saldo em 31/12/2014 era de cerca R$ 9,07 milhões e que pertencia ao item Imobilizado.

Reclassificações no Passivo Circulante

Cerca de R$ 29,1 bilhões que estavam classificados no item Depósitos e que se referem, essencialmente, à retenção de terceiros (empregados, fornecedores, convenentes e contribuintes) passaram a compor o item Demais Obrigações a Curto Prazo.

R$ 42,5 bilhões, aproximadamente, dos valores que compõem item Demais Obrigações a Curto Prazo tem origem no item Obrigações em Circulação, e estão relacionados, em sua maioria, com convênios e instrumentos congêneres, benefícios socioeducativos e transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Do item Valores Pendentes a Curto Prazo, cerca de R$ 57,7 bilhões foram reclassificados para o item Demais Obrigações a Curto Prazo e se relacionam, basicamente, com restituições, compensações de tributos e diferimento de recursos entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União.

Reclassificações no Passivo Não Circulante

As obrigações a longo prazo estavam concentradas no item Obrigações Exigíveis a Longo Prazo, importando em R$ 4 trilhões, aproximadamente. Deste montante, cerca de R$ 2,8 trilhões se referem a dívida mobiliária da União, aos títulos da dívida agrária (TDA) e a outros empréstimos e financiamentos até a data de 31/12/2014 e, por este motivo foram reclassificados para o item Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo. Cerca de R$ 1,2 trilhão, do montante do item Obrigações Exigíveis a Longo Prazo, relaciona-se com diversas provisões constituídas até 31/12/2014 e que passaram a compor o item Provisões de Longo Prazo.

RECLASSIFICAÇÕES
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO.
R$ MILHARES

CONTA	DENOMINAÇÃO	31/12/2014
222110101	Dívida mobiliária	2.647.916.183
222110102	Títulos da dívida agrária (TDA)	3.294.034
Diversas	Outros Empréstimos e Financiamento	137.022.026
TOTAL		2.788.232.243

Fontes: Siafi, 2014 e 2015.

Reclassificações no Patrimônio Líquido

O item Patrimônio / Capital, no montante de R$ 124,8 bilhões, aproximadamente, foi reclassificado para os seguintes itens:

- Patrimônio Social e Capital Social (R$ 20,5 bilhões);
- Resultados Acumulados (R$ 105,1 bilhões); e
- (-) Ações / Cotas em Tesouraria (R$ 777 milhões negativos).

O item Reservas, no montante de R$ 2,9 bilhões, foi reclassificado para os seguintes itens:

- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (R$ 1,8 bilhão);
- Reservas de Capital (R$ 300,5 milhões);
- Reservas de Lucro (R$ 283,7 milhões); e
- Demais Reservas (R$ 528,5 milhões).

O item Demais Reservas se refere, essencialmente, às reservas de reavaliação de bens imóveis e móveis.

Balanço Patrimonial de Abertura do modelo PCASP

Conforme foi descrito anteriormente, em razão do alto custo e do baixo benefício da aplicação de ajustes retrospectivos, considerando os efeitos das políticas contábeis do modelo PCASP, os ajustes foram efetuados durante o exercício de 2015 e não de maneira retrospectiva.

Na presenta nota, busca-se demonstrar quais seriam os efeitos dos referidos ajustes, caso tivesse sido possível a sua aplicação retrospectiva.

O objetivo é segregar parte das contabilizações efetuadas à contrapartida das contas Ajustes de Exercícios Anteriores que poderiam ser classificadas como ajustes retrospectivos, caso houvesse uma norma de adoção inicial do modelo PCASP (ou até de modo subsidiário das IPSAS), similar à norma IFRS 1.

Também foram destacadas alterações relevantes, mesmo que seus efeitos na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores fossem nulos, desde que representassem ajustes retrospectivos.

BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA – AJUSTES RETROSPECTIVOS

R$ MILHARES

ATIVO	ABERTURA	AJUSTES RETROSPECTIVOS	REAPRESENTAÇÃO	NOTAS
ATIVO CIRCULANTE	1.209.542.906		997.103.778	
Caixa e Equivalentes de Caixa	661.055.413	(4.018.850)	657.036.563	(a.1)
Créditos a Curto Prazo	525.897.908	(209.130.679)	316.767.229	(a.2)
Invest. e Aplic. Temporárias a Curto Prazo	2.534.148	710.401	3.244.549	(a.3)
Estoques	20.046.540		20.046.540	
VPD Pagas Antecipadamente	8.897		8.897	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.875.759.483		2.884.347.681	
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.817.212.685	(989.614.708)	1.827.597.977	(b.1)
Investimentos	307.615.443	(1.797.094)	305.818.349	(b.2)
Imobilizado	748.662.771		748.662.771	
Intangível	2.257.601		2.257.601	
Diferido	10.983		10.983	
TOTAL DO ATIVO	5.085.302.389	(1.203.850.930)	3.881.451.459	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO CIRCULANTE	878.192.025		913.925.773	
Obrig. Trab., Previd. e Assist. a Pagar a CP	39.225.826		39.225.826	
Empréstimos e Financiamentos a CP	689.651.647	140.376	689.792.023	(c.1)
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	9.301.639		9.301.639	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	434.470		434.470	
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-		-	
Provisões de Curto Prazo	10.358.328	6.702.216	17.060.544	(c.2)
Demais Obrigações a Curto Prazo	129.220.115	28.891.156	158.111.271	(c.3)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.089.014.454		4.158.239.535	
Obrig. Trab. Previd. e Assist. a Pag. de LP	1.564.466		1.564.466	
Empréstimos e Financiamentos a LP	2.788.232.243		2.788.232.243	
Fornecedores e Contas a Pagar a LP	99.387		99.387	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	103.058		103.058	
Provisões de Longo Prazo	1.241.136.500	68.750.885	1.309.887.385	(d.1)
Demais Obrigações a Longo Prazo	54.193.093	474.196	54.667.289	(d.2)
Resultado Diferido	3.685.707		3.685.707	
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.967.206.479		5.072.165.308	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Patrimônio Social e Capital Social	20.519.486		20.519.486	
Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	1.797.094	(1.797.094)	-	(b.2)
Reservas de Capital	300.580		300.580	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	269.694		269.694	
Reservas de Lucros	283.708		283.708	
Demais Reservas	528.475		528.475	
Resultados Acumulados	95.173.757	(1.307.012.665)	(1.211.838.908)	Σ
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	(776.884)		(776.884)	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	118.095.910		(1.190.713.849)	
TOTAL DO PASSIVO E PL	5.085.302.389	(1.203.850.930)	3.881.451.459	

Nota: Σ – Contrapartida dos ajustes.

Fonte: Siafi, 2015.

A seguir são apresentados os principais ajustes que poderiam ter aplicação retrospectiva, ocasionando a republicação do BP, caso fosse possível.

Alterações no Ativo Circulante

A redução de cerca de R$ 4 bilhões no item Caixa e Equivalentes de Caixa foi decorrente de:

- Acertos realizados pelo FCVS, visando compatibilizar os valores apurados no sistema Sicof, utilizado pelo respectivo fundo, e os constantes no Siafi; e
- Reclassificação dos depósitos restituíveis que não estavam no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, em atendimento ao princípio de unidade de Caixa (R$ 2,97 milhões).

ALTERAÇÕES – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.
R$ MILHARES

SITUAÇÃO	GRUPO	31/12/2014
Redução	Atualização das informações do FCVS	(4.021.824)
Aumento	Reclassificação de depósitos	2.974
TOTAL		(4.018.850)

Fonte: Siafi, 2015.

A redução de cerca de R$ 209,1 bilhões no item Créditos a Curto Prazo teve como origem:

- A mudança na metodologia para o cálculo de ajustes para perdas, referente aos créditos tributários de curto prazo. As mudanças na metodologia foram propostas no relatório final GT de Créditos Tributários e causaram aumento no ajuste para perdas na ordem de R$ 152,1 bilhões, aproximadamente;
- A Lei Complementar (LC) nº 148/2014 alterou a Lei nº 9.469/1997 e as Medidas Provisórias nos 2.185/2001 e 2.192/2001, autorizando a União a substituir encargos contratuais e conceder descontos sobre saldos devedores de Estados e Municípios, mediante aditamento contratual. Posteriormente, a LC nº 151/2015 definiu que a União está obrigada a celebrar aditamentos contratuais até 31 de janeiro de 2016 e, nos casos em que não for celebrado o aditivo, o devedor fica autorizado a efetuar os pagamentos à União nas condições previstas na LC nº 148/2014. A aplicação dos supracitados normativos, implicará na redução do estoque de ativos, o que foi refletido em aumento nos ajustes para perdas de cerca de R$ 63,3 bilhões, sendo R$ 45,1 bilhões referentes aos Estados devedores e R$ 15,2 bilhões referentes aos Municípios devedores, aproximadamente; e
- Reclassificação dos depósitos restituíveis que não estavam no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, em atendimento ao princípio de unidade de Caixa (R$ 2,97 milhões).

ALTERAÇÕES – CRÉDITOS A CURTO PRAZO.
R$ MILHARES

SITUAÇÃO	GRUPO	31/12/2014
Aumento	Ajuste para perdas de créditos tributários a receber	(148.770.284)
Aumento	Ajuste para perdas de créditos da LC nº 148/14 – Estados	(45.092.953)
Aumento	Ajuste para perdas de créditos da LC nº 148/14 – Municípios	(15.264.468)
Redução	Reclassificação de depósitos	(2.974)
TOTAL		(209.130.679)

Fonte: Siafi, 2015.

O aumento de R$ 710,4 milhões, aproximadamente, no item Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo decorreu de acertos realizados pela FCVS (UG 170381), visando compatibilizar os valores apurados no sistema Sicof e os constantes no Siafi.

Alterações no Ativo Não Circulante

A redução de cerca de R$ 989,6 bilhões no item Ativo Realizável a Longo Prazo teve como origem:

- A redução de R$ 1 trilhão, aproximadamente, do grupo Créditos Tributários a Receber, fruto do desreconhecimento dos créditos tributários com exigibilidade suspensa em virtude de processos administrativos ou judiciais, visando adequação as normas contábeis vigentes e atendendo as recomendações do relatório do GT de Créditos Tributários. Os referidos valores foram classificados como ativos contingentes e para fins administrativos foram transferidos para contas de controle; e
- A baixa do ajuste para perdas, relativo a empréstimos e financiamentos a receber, no montante de, aproximadamente, R$ 33,9 bilhões. Foi constatado que havia duplicidade do registro de tal valor, pois havia sido feito pelo Ministério da Fazenda (MF), em relação ao contrato PF1705314, de 04 de dezembro de 1997, celebrado entre este e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a apropriação de um ajuste para perdas (redutora do ativo) e um passivo. Após constatações da auditoria relativa ao exercício de 2014, optou-se pela manutenção do passivo e, consequentemente, pela reversão da conta de ajuste para perdas.

ALTERAÇÕES – ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
R$ MILHARES

SITUAÇÃO	GRUPO	31/12/2014
Redução	Créditos tributários a receber	(1.023.485.342)
Redução	Ajuste para perdas	33.870.364
TOTAL		(989.614.708)

Fonte: Siafi, 2015.

A redução de cerca de R$ 1,8 bilhão foi decorrente da reclassificação dos valores inscritos como adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC). Os valores foram reclassificados para o ativo realizável a longo prazo (nos órgãos controladores) e para o passivo não circulante (nas empresas estatais dependentes), visto possuírem características de instrumentos de dívidas, e como todos eles se referem a operação com empresas estatais dependentes, na aplicação das regras de consolidação no Siafi, implicariam em redução do saldo do grupo de investimentos.

ALTERAÇÕES – INVESTIMENTOS (RECLASSIFICAÇÃO DO AFAC)
R$ MILHARES

EMPRESA	31/12/2014
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa	1.315.679
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – Trensurb	349.845
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A – Ceitec	124.932
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	6.614
Indústria de Material Bélico do Brasil – Imbel	21
Demais	3
TOTAL	1.797.094

Fonte: Siafi, 2015.

Alterações no Passivo Circulante

O aumento de cerca de R$ 140,4 milhões no item Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo foi ocasionado pelo ajuste realizado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos, em função de convênios realizados em exercícios anteriores.

O aumento de R$ 6,7 bilhões, aproximadamente, no item Provisão a Curto Prazo se refere a:

- Registro de passivos relacionados aos créditos tributários (obrigação de repartição tributária). A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), neste exercício, passou a reconhecer os valores a serem repartidos com as entidades do Sistema S (Senai, Sesi, Sebrae, Sesc, Senac, entre outras), em função da arrecadação de contribuições sociais (aproximadamente, R$ 1,1 bilhão);
- Registro da provisão para repartição de créditos tributários diversos, visto que haverá repartição tributária a outros entes da Federação, em atendimento à Constituição Federal e demais normativos vigentes. O registro foi, também, realizado pela RFB (cerca de R$ 6,2 bilhões);
- Conforme descrito anteriormente, a LC nº 148/2014 alterou os encargos contratuais e concedeu descontos sobre os saldos devedores de Estados e Municípios. A incidência das alterações sobre os encargos será retroativa a janeiro de 2013, porém a União continuou a receber

os valores nos moldes anteriores à LC nº 148/2014. Há casos em que os Entes Federados já podem ter liquidados suas obrigações junto à União, o que implicará em futuro ressarcimento. A provisão constituída para tais casos implicou em cerca de R$ 12 milhões; e

- Reversão de valores do grupo Outros Provisões a Curto Prazo realizada pelo FCVS, visando compatibilizar os valores apurados no sistema Sicof e os constantes no Siafi (R$ 681,1 milhões, aproximadamente).

ALTERAÇÕES – PROVISÕES A CURTO PRAZO
R$ MILHARES

SITUAÇÃO	GRUPO	31/12/2014
Aumento	Repartição tributária com o Sistema S	1.127.545
Aumento	Repartição tributária com outros entes da Federação	6.243.790
Aumento	Referente à devolução de créditos da LC nº 148/2014	12.031
Redução	Outras provisões a curto prazo – FCVS	(681.150)
TOTAL		6.702.216

Fonte: Siafi, 2015.

O aumento de R$ 28,9 bilhões, aproximadamente, no item Demais Obrigações a Curto Prazo resultou das seguintes operações:

- Reconhecimento de cerca de R$ 18,2 bilhões relacionados a contratos liquidados pelo FCVS, visando compatibilizar os valores apurados no sistema Sicof e os constantes no Siafi; e
- Reconhecimento de cerca de R$ 10,7 bilhões relacionados com a obrigação da União em repassar ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS) os valores arrecadados de acordo com a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001 ("[...] contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado sem justa causa, à alíquota de dez por cento sobre o montante de todos os depósitos devidos, referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS[...]" e a "[...] contribuição social devida pelos empregadores, à alíquota de cinco décimos por cento sobre a remuneração devida, no mês anterior, a cada trabalhador [...]"). Até 2012, esteve vigente a Portaria STN/MF nº 447, de 18 de outubro de 2001, que estabelecia, dentre outros assuntos que tais recursos ingressavam diretamente na Caixa Econômica Federal (Caixa). Em 19 de abril de 2012, a Portaria STN/MF nº 447/2001 foi substituída pela Portaria STN/MF nº 278/2012, que estabeleceu que os valores passariam a ingressar na Conta Única da União, sendo tais valores, a partir do seu ingresso, remunerados de igual modo às demais disponibilidades da União, até que houvesse o seu repasse ao FGTS. Os passivos registrados representavam obrigações assumidas em exercícios anteriores, tendo ocorrido seu pagamento em 23 de dezembro de 2015.

ALTERAÇÕES – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO
R$ MILHARES

SITUAÇÃO	GRUPO	31/12/2014
Aumento	Contratos liquidados – FCVS	18.166.682
Aumento	Repasse ao FGTS – LC nº 101/2001	10.724.474
TOTAL		28.891.156

Fonte: Siafi, 2015.

Alterações no Passivo Não Circulante

O aumento de, aproximadamente, R$ 68,8 bilhões no item Provisões de Longo Prazo foi ocasionado por:

- Reconhecimento de cerca de R$ 56,4 bilhões referentes às ações judiciais com probabilidade provável de perda, conforme Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, cujos valores e características foram evidenciados na Nota Técnica CGEST/PGU (Procuradoria Geral da União) nº 002, de 21 de agosto de 2015;
- Registro da provisão para repartição de créditos tributários diversos, aproximadamente R$ 2,5 bilhões, pela RFB;
- Aumento na provisão relacionada com as operações do FCVS, cerca de R$ 4,7 bilhões, visando compatibilizar os valores apurados no sistema Sicof e os constantes no Siafi;
- Aumento na provisão para indenização trabalhista (R$ 100 milhões) realizado pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre; e
- Reconhecimento de provisão relacionada com reestrutura da dívida (cerca de R$ 5 bilhões), referente a diferença entre os saldos de cessão (Contrato de Cessão de Crédito) e de confissão (Contrato de Confissão e Composição de Dívidas) regidos pela Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. A Coordenação Geral de Haveres Financeiros (Coafi)/STN identificou que havia uma divergência entre os contratos (de cessão e de confissão) regulados pela supracitada lei, não estando tal divergência registrada no Siafi e sendo ocasionada, essencialmente: (i) pelo sistema de rateio; (ii) pela falta de sistema de amortização de contratos de cessão; e (iii) pelas taxas de juros e atualização monetária divergentes entre os contratos de confissão e cessão.

ALTERAÇÕES – PROVISÕES DE LONGO PRAZO
R$ MILHARES

SITUAÇÃO	GRUPO	VALORES EM 31/12/2014
Aumento	Riscos fiscais – ações judiciais	56.447.505
Aumento	Repartição tributária	2.540.957
Aumento	Relacionadas às operações do FCVS	4.665.280
Aumento	Indenizações trabalhistas	100.000
Aumento	Contatos regidos pela Lei nº 8.727/1993	4.997.143
TOTAL		68.750.885

Fonte: Siafi, 2015.

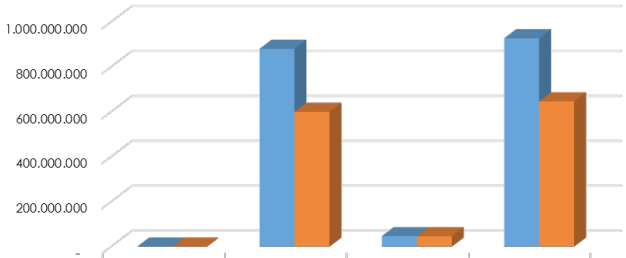
O aumento de R$ 474,2 milhões, aproximadamente, no item Demais Obrigações a Longo Prazo decorreu da atualização pela taxa Selic, do AFAC realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa), pela não atualização em exercícios anteriores.

6.2.3. Composição dos principais itens das demonstrações contábeis consolidadas

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional e moeda estrangeira. Nos gráficos a seguir, visualiza-se sua composição:

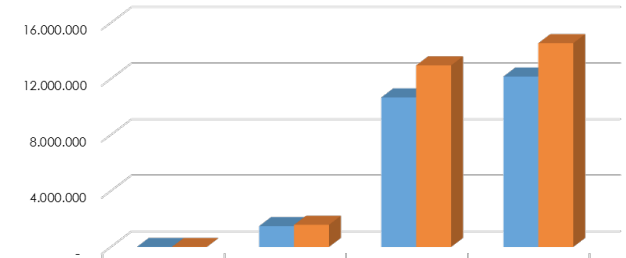
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – MOEDA NACIONAL
R$ MILHARES



	Caixa - moeda nacional	Banco - moeda nacional	Aplicações Financeiras - moeda nacional	Total
31/12/2015	139	880.181.158	46.883.681	927.064.978
31/12/2014	143	600.147.855	46.359.826	646.507.824

Fonte: Siafi, 2015.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – MOEDA ESTRANGEIRA
R$ MILHARES



	Caixa - moeda estrangeira	Banco - moeda estrangeira	Aplicações Financeiras - moeda estrangeira	Total
31/12/2015	6.493	1.487.015	10.670.591	12.164.099
31/12/2014	4.207	1.581.233	12.962.150	14.547.590

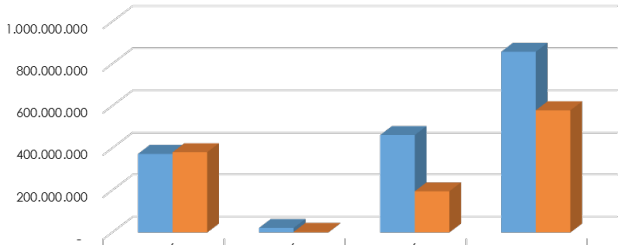
Fonte: Siafi, 2015.

Vale destacar, por seu elevado montante, a participação da Conta Única do Tesouro Nacional que integra a rubrica Bancos – Moeda Nacional em Caixa e Equivalentes de Caixa. A conta única é subdividida em três segmentos:

- a destinada à administração da dívida pública;
- a destinada à movimentação financeira do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social); e
- a destinada às demais movimentações do Tesouro Nacional.

Essa segmentação é para maior controle, e, em especial, a segmentação da movimentação financeira do INSS ocorre também por exigência constitucional, conforme preceitua o artigo 167, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, no qual veda a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais, de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social. A seguir, o gráfico demonstra os montantes por segmento.

COMPOSIÇÃO DA CONTA ÚNICA
R$ MILHARES



Fonte: Siafi, 2015.

A variação normalmente observada entre as disponibilidades do Tesouro e as destinadas à administração da Dívida Pública ocorre, principalmente, em função do procedimento utilizado para pagamento dos títulos da dívida da União.

Num primeiro momento, o Tesouro Nacional efetua os pagamentos utilizando os recursos disponíveis na subconta Tesouro, e, posteriormente, esses recursos são repostos por meio de transferência de valores da subconta Dívida Pública, o que, geralmente, causa variações de grande volume entre essas subcontas.

Entre o saldo da Conta Única registrado no Siafi e o registrado no Sisbacen (Sistema de Informações do Banco Central) há diferenças decorrentes do momento em que ocorre a efetiva transferência financeira no Sistema de Pagamentos Brasileiro, em virtude das características de alguns tipos de Ordens Bancárias (OB).

De acordo com a Coordenação-Geral de Programação Financeira (Cofin)/STN, os seguintes tipos de OB tem como característica a saída do financeiro (mensagem SPB) no dia útil posterior ao da sua emissão no Siafi, ou seja, têm natureza D+1:

- de crédito;
- de pagamento acima do limite fixado (R$ 800,00 – OBP; R$ 3.000,00 – TED; e R$ 250 mil – OB Fatura);
- de banco;
- de folha de pagamento;
- reserva com finalidade D+1;
- de aplicação; e
- de processo judicial.

Ainda segundo a Cofin/STN, destaca-se que, em virtude de tais ordens bancárias terem sido sacadas somente no exercício de 2016, o montante das mesmas não impacta os indicadores de 2015, pois o seu reflexo dependente da movimentação efetiva do financeiro.

Dentre as subcontas utilizadas, as diferenças ocorrem apenas na Conta Única do Tesouro Nacional, visto que esta é a utilizada para pagamentos, conforme descrito anteriormente. Na tabela a seguir é apresentada a conciliação utilizando-se os valores exibidos em 31/12/2015 pelo Sisbacen e pelo Siafi.

CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL
CONCILIAÇÃO SIAFI X SISBACEN
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Saldo Disponível – Sisbacen	397.473.486	407.082.510	(2,36)
OB para pagamento no dia seguinte	(20.171.868)	(22.781.904)	(11,46)
Saldo Não Pertencente ao OFSS	(4.174.555)	(3.237.390)	(28,95)
SALDO DISPONÍVEL – SIAFI	373.127.063	381.063.216	(2,08)

Fontes: Siafi, 2015 e Sisbacen, 2015.

A Conta Única do Fundo do RGPS (Regime Geral da Previdência Social) recebe transferências de recursos do INSS arrecadados por DARF (Documentos de Arrecadação Federal) e por GPS (Guia da Previdência Social), e está detalhada na tabela a seguir.

DETALHAMENTO DA CONTA ÚNICA DO FUNDO DO RGPS
R$ MILHARES

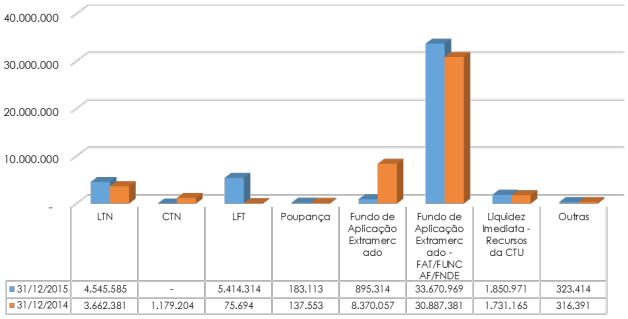
	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Conta única – Fundo do RGPS	17.200.469	(1.809.691)	(1.050,46)
Conta única – Valores a Transferir	5.165.272	5.142.784	0,44
NS Emitidas – Remuneração	(346.249)	(143.163)	141,86
TOTAL	22.019.492	3.189.930	590,28

Fonte: Siafi, 2015.

No Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional, enfatizam-se os títulos do mercado aberto com direito a resgate imediato que integram o montante das aplicações financeiras efetuadas pela União.

Entre as aplicações, a de maior volume se refere ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que compõe a rubrica Fundo de Aplicação Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE, sob supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego, com R$ 33,67 bilhões, em 31 de dezembro de 2015 (R$ 30,8 bilhões, em 31 de dezembro de 2014). A seguir, pode-se verificar a evolução das aplicações financeiras da União.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS – MOEDA NACIONAL
R$ MILHARES

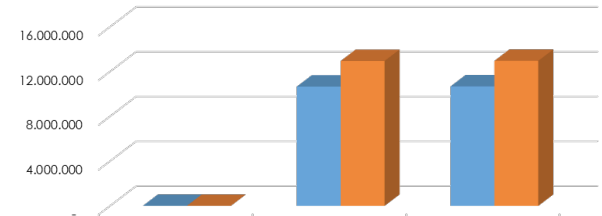


	LTN	CTN	LFT	Poupança	Fundo de Aplicação Extramercado	Fundo de Aplicação Extramercado - FAT/FUNC AF/FNDE	Liquidez Imediata - Recursos da CTU	Outras
31/12/2015	4.545.585	-	5.414.314	183.113	895.314	33.670.969	1.850.971	323.414
31/12/2014	3.662.381	1.179.204	75.694	137.553	8.370.057	30.887.381	1.731.165	316.391

Fonte: Siafi, 2015.

Em relação ao Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira, destaca-se no gráfico, a seguir, a composição e a evolução das aplicações financeiras. A principal aplicação se relaciona com operações cambias sob supervisão da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)/STN.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS – MOEDA ESTRANGEIRA
R$ MILHARES



	Liquidez Imediata	Aplicações Financeiras - Fechamento de Câmbio	Total
31/12/2015	14.643	10.655.948	10.670.591
31/12/2014	11.392	12.950.757	12.962.149

Fonte: Siafi, 2015.

Algumas entidades não pertencentes ao OFSS são autorizadas a utilizar a Conta Única como se fosse uma aplicação financeira. Na tabela a seguir são apresentadas tais entidades e os respectivos saldos aplicados na Conta Única.

RECURSOS DA CONTA ÚNICA
APLICAÇÃO POR ENTIDADES NÃO PERTENCENTES AO OFSS
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Financiadora de Estudos e Projetos	4.075.710	3.127.029	30,34
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social	966	852	13,38
Fundação Nacional do Índio - Patrimônio Indígena	26.970	19.544	38,00
Autoridade Pública Olímpica	70.910	89.965	(21,18)
Saldo Disponível – Siafi	4.174.556	3.237.390	28,95

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 02 – Créditos a Receber

Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a Curto Prazo estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir:

CRÉDITOS A CURTO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Créditos Tributários a Receber	175.976.634	165.614.468	6,26
Clientes	1.136.519	956.616	18,81
Créditos de Transferências a Receber	30	-	100,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	88.348.393	100.825.393	(12,37)
Dívida Ativa Tributária	5.983	5.983	-
Dívida Ativa não Tributária	9.459	3.090	206,12
Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	(155.520.395)	(4.857.005)	3.101,98
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	297.007.930	263.349.363	12,78
TOTAL	406.964.553	525.897.908	(22,62)

Fonte: Siafi, 2015.

Créditos Tributários a Receber

A maior parte dos Créditos Tributários a Receber é decorrente de Impostos e Contribuições e está concentrada no Ministério da Fazenda, conforme tabela a seguir:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Imposto de Renda – Pessoa Física	8.928.583	10.209.489	(12,55)
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica – Líq. Incentivos	30.740.450	34.807.640	(11,68)
Imposto de Renda – Retido na Fonte	6.148.434	8.542.668	(28,03)
Imposto sobre Produtos Industrializados	7.526.192	9.023.482	(16,59)
Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	45.150.472	40.843.012	10,55
Contribuições do Segurado	5.455.494	5.173.613	5,45
Contribuições de Empresas s/ Segurados Assalariados	16.457.686	17.697.211	(7,00)
Simples	19.561.276	2.281.931	757,22
PIS/Pasep	9.769.907	10.168.052	(3,92)
Contribuição Social s/ Lucro – Pessoa Jurídica	16.057.328	17.953.195	(10,56)
Sistema S	1.067.853	1.127.545	(5,29)
Salário Educação	1.213.798	1.303.118	(6,85)
Imposto Territorial Rural - Municípios	1.054.075	1.122.324	(6,08)
Outros créditos tributários a receber	10.941.733	9.912.756	10,38
Subtotal – Ministério da Fazenda	180.073.281	170.166.036	5,82
Outros créditos tributários a receber	182.613	171.968	6,19
Subtotal – Outros Órgãos	182.613	171.968	6,19
TOTAL	180.255.894	170.338.004	5,82

Fonte: Siafi, 2015.

Os sistemas gerenciais da Secretaria da Receita Federal do Brasil são atualizados a partir da segunda quinzena do mês, com dados referentes ao fim do mês anterior. Esse lapso temporal é devido ao grande volume de dados tratados, o que não permite uma visão on-line do estado atual dos créditos ativos.

Além disso, como os levantamentos são efetuados em diversos sistemas, existe a necessidade de se fazer a consolidação dessas informações. Assim, em geral, na última semana de cada mês é finalizado o levantamento dos créditos ativos da RFB e encaminhado para registro no Siafi.

Sendo assim, a contabilização dos créditos tributários é realizada com um mês de defasagem. O movimento registrado em dezembro de 2015 se refere à posição de novembro do mesmo ano.

A tabela a seguir apresenta os saldos dos ajustes para perdas prováveis sobre os créditos tributários administrados pela RFB.

AJUSTES PARA PERDAS PROVÁVEIS
SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – RFB – CURTO PRAZO
R$ MILHARES

CONTA	DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
112910100	Ajuste p/ Perdas Créditos Tributários	(150.359.201)	(1.588.917)	9.363,00
113910101	Ajuste p/ Perdas Infrações Legais e Contr.	(3.343.635)	(44.677)	7.384,02
TOTAL		(153.702.836)	(1.633.594)	9.308,88

Fonte: Siafi, 2015.

Para realizar o cálculo do ajuste, avaliou-se primeiramente quais eram os créditos até mil reais e acima de mil reais, para que dessa forma houvesse a definição de qual índice seria utilizado em cada caso.

A seguir, a Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac)/RFB informou o índice de insucesso da arrecadação de valores até mil reais e a Setorial Contábil do Ministério da Fazenda apurou o índice para cálculo do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa de 2015 (conforme detalhado na metodologia, aos créditos tributários será aplicado o mesmo percentual aplicado à dívida ativa), sendo, respectivamente, 55,70% e 85,70%.

Dessa forma, aplicou-se os índices, separadamente, aos valores referentes às contas 1.1.2.1.1.00.00 – Créditos Tributários a Receber e 1.1.3.8.1.07.00 – Infrações Legais/Contratuais Curto Prazo, obtendo-se assim os valores do ajuste. Na tabela a seguir, é demonstrado o cálculo:

CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDAS DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – CURTO PRAZO R$ MILHARES

CONTA	TIPO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO	VALOR	ÍNDICE	VALOR DO AJUSTE
112110000	Créd. Tribut. de CP (Devedor) de até mil reais	1.193.642	0,557	(664.859)
	Créd. Tribut. de CP (Devedor) acima de mil reais	174.672.512	0,857	(149.694.342)
TOTAL		175.866.154	-	(150.359.201)
113810700	Infrações de CP (Devedor) de até mil reais	872.912	0,557	(486.212)
	Infrações de CP (Devedor) acima de mil reais	3.334.215	0,857	(2.857.423)
	Total	4.207.127	-	(3.343.635)
TOTAL GERAL		180.073.281	-	(153.702.836)

Fonte: Divisão de Contabilidade(Ditab) / Coordenação–Geral de Programação e Logística (Copol) / RFB, 2015.

Empréstimos e Financiamentos Concedidos

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS – CURTO PRAZO R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Empréstimos Concedidos a Receber	42.826.230	52.252.510	(18,04)
Financiamentos Concedidos a Receber	14.428.321	15.387.268	(6,23)
Operações Especiais	22.658.538	23.619.660	(4,07)
Resíduo de Empréstimos Concedidos	7.876.624	9.257.188	(14,91)
Empréstimos a Conceder pelos Ag. Financeiros	308.405	228.819	34,78
Outros	250.275	79.948	213,05
TOTAL	88.348.393	100.825.393	(12,37)

Fonte: Siafi, 2015.

Dos Empréstimos Concedidos a Receber, no curto prazo, 84,32% é controlado pelo Ministério da Fazenda, por intermédio da Coafi/STN e da Cofis/STN.

A Coafi/STN, na maior parte, controla os programas amparados pelas Leis nºs 8.727/1993 e 9.496/1997 e pela MP nº 2.185/2001. O saldo controlado no curto prazo refere-se as parcelas que serão liquidadas no exercício, restando, a maior parte no ativo não circulante, onde são apropriados os juros e correções.

Importa ressaltar que, devido ao mecanismo vigente dos programas amparados pelas supracitadas leis e MP, os Estados e Municípios que possuem tais dívidas com a União podem acumular resíduo de limite de comprometimento ao longo da vigência dos refinanciamentos.

O montante dos Empréstimos Concedidos a Receber controlado pela Cofis/STN refere-se ao contrato EGF Especial, administrado pelo Banco do Brasil. No exercício houve atualização monetária positiva líquida de R$ 223,7 milhões, sendo R$ 250,6 milhões positiva e R$ 26,9 milhões negativa.

A variação de 213,05% no item Outros deve-se, em sua maior parte, à reclassificação contábil de operações de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, do Longo para o Curto Prazo, no montante de R$ 170,1 milhões.

O ajuste para perdas relacionados com o grupo Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo importou em R$ 5,1 bilhões. A maior parte é proveniente das Operações Especiais sob supervisão da Copec/STN, cerca de R$ 4,1 bilhões.

AJUSTES PARA PERDAS PROVÁVEIS SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CURTO PRAZO. R$ MILHARES

CONTA	DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
112910401	Créditos de Empréstimos Concedidos	(135.219)	(937.671)	(85,58)
112910402	Créditos de Financiamentos Concedidos	(79.088)	-	-
112910403	Operações Especiais – COPEC	(4.077.354)	(2.300.860)	77,21
TOTAL		(4.291.661)	(3.238.531)	32,52

Fonte: Siafi, 2015.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e Terceiros	138.882.838	125.618.083	10,56
Créditos por Danos ao Patrimônio	22.416.012	28.274.644	(20,72)
Depósitos Restituíveis e valores vinculados	21.427.886	25.530.080	(16,07)
Ajuste para Perdas	(4.097.371)	(1.579.482)	159,41
Outros	118.378.565	85.505.804	38,45
TOTAL	297.007.930	263.349.129	12,78

Fonte: Siafi, 2015.

A maior parte dos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo se refere a Adiantamentos Concedidos a Pessoal e Terceiros. Tais adiantamentos estão compostos por:

ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E TERCEIROS A CURTO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	7.357.666	10.480.610	(29,80)
Adiant. de Transferências Voluntárias	126.323.627	114.064.396	10,75
Suprimento de Fundos	6.234	10.874	(42,67)
Outros adiantamentos	955.272	1.062.203	(10,07)
Total	134.642.799	125.618.083	7,18
Adiant. Inter - Estados e Municípios	4.240.039	-	-
TOTAL	138.882.838	125.618.083	10,56

Fonte: Siafi, 2015.

Conforme informado na tabela anterior, percebe-se que a maior parte do aumento dos adiantamentos concedidos é referente às Transferências Voluntárias e Legais que não são controladas pelo Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv).

Em 2014, a fim de atender os procedimentos contábeis do MCASP, Parte IV, foi adequada a rotina contábil da liquidação para transferência do recurso ao convenente, concomitante ao pagamento, gerando o Ativo Permanente – Adiantamentos.

Pelo MCASP, quando da liquidação para transferência (pagamento) do recurso, a transferência deve gerar um Ativo Permanente – Adiantamento e um Passivo Financeiro – Convênios a Pagar. No pagamento, o Passivo Financeiro é baixado contra Conta Única. O Adiantamento só é baixado quando da prestação de contas pelo convenente, comprovando suas despesas, gerando a partir daí uma Variação Patrimonial Diminutiva. É demonstrado, na tabela a seguir, o valor das Transferências Voluntárias discriminado por Órgão.

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

ÓRGÃO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Ministério da Saúde	21.664.045	17.754.710	22,02
Ministério das Cidades	18.054.806	15.122.116	19,39
Ministério da Educação	16.329.741	15.827.965	3,17
Ministério da Integração Nacional	16.294.147	14.664.262	11,11
Ministério dos Transportes	11.048.883	10.689.859	3,36
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.474.374	5.051.819	8,36
Ministério do Turismo	4.834.769	4.474.383	8,05
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	4.824.923	3.704.062	30,26
Ministério da Justiça	4.813.168	5.755.334	(16,37)
Subtotal	103.338.856	93.044.510	11,06
Outros órgãos	22.984.771	21.019.886	9,35
TOTAL	126.323.627	114.064.396	10,75

Fonte: Siafi, 2015.

No item Outros, R$ 110,9 bilhões referem-se ao Resultado Positivo do BCB – Custo de Reservas do segundo semestre de 2015, conforme resultado do BCB, divulgado em 04 de janeiro de 2016. A apropriação gerou uma Variação Patrimonial Aumentativa, no mesmo valor, reconhecido como Outros Ganhos com Incorporação de Ativos.

A movimentação no semestre desse Resultado Positivo do BCB comportou-se da seguinte forma:

- Resultado BCB – Balanço Apurado: no 2° semestre de 2014 foi positivo em R$ 25,7 bilhões que, atualizado em R$ 613,8 milhões, totaliza R$ 26,3 bilhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em março/2015. Já para o 1° semestre de 2015 foi positivo em R$ 35,2 bilhões que, atualizado em R$ 835,4 milhões, totaliza R$ 36 bilhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em setembro/2015. O resultado patrimonial referente ao 2° semestre de 2015 está sendo apurado pelo Banco Central, e será disponibilizado para registro quando da aprovação das respectivas Demonstrações Financeiras pelo Conselho Monetário Nacional;
- Resultado BCB – Custos das Reservas: no 2° semestre de 2014 foi positivo em R$ 65,2 bilhões que, atualizado em R$ 1,5 bilhão, totaliza R$ 66,7 bilhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em março/2015. Para o 1° semestre de 2015 foi positivo em R$ 46,4 bilhões que, atualizado em R$ 1,1 bilhão, totaliza R$ 47,5 bilhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em setembro/2015. Para o 2° semestre de 2015 o Resultado também foi positivo em R$ 110,9 bilhões, que corresponde ao saldo de referida conta em 31/12/2015.

Para mais informações, sugere-se a leitura do item 'Resultado do Banco Central do Brasil' nos 'Tópicos Especiais'.

Créditos a Longo Prazo

Os Créditos a Longo Prazo estão constituídos conforme informações na tabela a seguir:

CRÉDITOS A LONGO PRAZO – COMPOSIÇÃO.
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Créditos Tributários a Receber	131.319.988	1.101.007.636	(88,07)
Clientes	13.852	25.803	(46,32)
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.594.329.776	1.506.618.086	5,82
Dívida Ativa Tributária	1.587.510.183	1.400.987.258	13,31
Dívida Ativa não Tributária	56.085.313	48.506.659	15,62
Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	(1.528.073.846)	(1.298.841.112)	17,65
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	23.167.312	51.516.773	(55,03)
TOTAL	1.864.352.578	2.809.821.103	(33,65)

Fonte: Siafi, 2015.

Créditos Tributários a Receber

Os Créditos Tributários a Receber estão concentrados no Ministério da Fazenda e estão assim dispostos:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER A LONGO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Imposto, taxa e contribuição de melhoria	32.410.854	24.267.731	33,56
Contribuição a receber	98.909.134	81.475.388	21,40
Imposto, taxa e contribuição de melhoria com exigib. suspensa	-	494.998.160	(100,00)
Contribuição a receber com exigibilidade suspensa	-	500.266.357	(100,00)
TOTAL	131.319.988	1.101.007.636	(88,07)

Fonte: Siafi, 2015.

Nas discussões realizadas pelo GT de Créditos Tributários, foi identificado que os créditos com exigibilidade suspensa, quer por processo administrativo, quer por judicial, não atendem ao critério para reconhecimento de ativo, pois não há garantias de fruição de benefícios econômicos futuros.

Dessa forma, realizou-se o desreconhecimento do montante de créditos em exigibilidade suspensa até então registrados e de seus respectivos ajustes para perdas prováveis.

Em seguida, realizou-se o registro dos valores atualizados destes créditos em contas de controle, que passarão a registrar o estoque destes créditos, conforme tabela a seguir.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA
R$ MILHARES

CONTA CONTÁBIL	TIPO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO	31/12/2015	AV (%)
899914601	Impostos	533.580.732	47,52
899914602	Contribuições	549.071.119	48,89
899914603	Infrações	40.318.240	3,59
TOTAL		1.122.970.091	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Empréstimos e Financiamentos Concedidos

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS – LONGO PRAZO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Empréstimos concedidos a receber	1.122.423.892	1.106.076.863	1,48
Resíduo de empréstimos concedidos	254.798.561	219.943.045	15,85
Financiamentos concedidos a receber	215.340.881	178.832.352	20,41
Outros empréstimos e financiamentos	1.766.442	1.765.827	0,03
TOTAL	1.594.329.776	1.506.618.087	5,82

Fonte: Siafi, 2015.

Dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos pela União se destacam os decorrentes dos refinanciamentos das dívidas de Estados e Municípios, geridos pela Coafi/STN, que se referem aos programas amparados pelas Leis nºs 8.727/1993 e 9.496/1997 e pela MP nº 2.185/2001 e encontram-se distribuídos nas contas contábeis de curto prazo e longo prazo.

Destacam-se também os créditos geridos pela Cofis/STN, que administram os contratos com instituições financeiras, sendo 86,6% referentes a contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Ambos estão detalhados no tópico Haveres Financeiros.

Dívida Ativa Tributária

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade.

A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como Dívida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas. Os créditos provenientes das demais origens são considerados Dívida Ativa Não Tributária.

O Ministério da Fazenda responde por 99,95% da Dívida Ativa Tributária. A gestão da Dívida Ativa está a cargo da PGFN, que se utiliza do Sistema Integrado da Dívida Ativa (Sida).

As movimentações ocorridas no Sida são registradas mensalmente no Siafi através do processamento da Fita DAU (Dívida Ativa da União). A tabela a seguir apresenta os saldos dos créditos da dívida ativa administrada pela PGFN.

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	1.586.753.842	1.400.269.521	13,32
Dívida Ativa Tributária (Não Previdenciária)	1.236.075.674	1.092.562.235	13,14
Dívida Ativa Tributária Previdenciária	350.678.168	307.707.286	13,96
Ajustes para Perdas de Dívida Ativa	(1.359.886.370)	(1.159.843.244)	17,25
Créditos por Transferência	1.778	1.778	-
TOTAL	226.869.250	240.428.055	(5,64)

Fonte: Siafi, 2015.

A comparação entre os saldos contábeis da dívida ativa tributária, constantes do Siafi, e os apresentados com base no Sida, foi objeto de apontamentos nos Relatórios e Pareceres Prévios das Contas do Governo da República de 2012 e 2013, por meio dos quais foram apontadas divergências nos saldos da DAU entre os sistemas SIDA e Siafi, em valores de aproximadamente R$ 135,4 bilhões e R$ 133,9 bilhões, respectivamente.

Nesse sentido, com a emissão da Nota Técnica nº 17/2013/CONTA/COGEF/SPOA/SE/MF, de 27 de dezembro de 2013, e posterior instituição de Grupo Técnico mediante Portaria GMF nº 310, de 4 de abril de 2014, foram sanadas as principais divergências.

Em continuidade ao processo de análise da consistência das informações contábeis da dívida ativa, foi implementado, em conjunto com a seccional contábil da PGFN, processo de verificação mensal das divergências em ambos os sistemas (Sida e Siafi), de maneira que se observa que elas voltaram a atingir o montante total de R$ 19,8 bilhões, durante o exercício de 2015.

Uma das causas dessas divergências consiste no fato de que a data de referência da extração dos dados para o Siafi apresenta as variações ocorridas em um determinado mês, com a referência do último dia desse mês, enquanto que o DW/Sida apresenta os dados registrados no sistema até em torno do 10º dia do mês subsequente.

Portanto, os valores de estoque apresentados pelo DW da PGFN e pelo Siafi não estão com a mesma data de referência, o que provoca alguma diferença no valor apurado nos dois sistemas.

Como alternativa para correção de registros da Fita DAU, foi implantada rotina contábil de registros adicionais ao seu processamento. Tais registros foram realizados por ocasião do encerramento deste exercício financeiro, de maneira que o total das divergências, em 2015, passou para cerca de R$ 0,9 bilhão, como demonstrado a seguir.

CONCILIAÇÃO: PGFN (DW/SIDA) X SIAFI
R$ MILHARES

	PGFN (DW/SIDA)	SIAFI	DIVERGÊNCIA
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	1.235.154.134	1.236.075.674	921.540

Fonte: PGFN, 2015.

A constituição do ajuste para perdas da dívida ativa tributária em 2015 ocorreu da mesma forma que os dois últimos anos anteriores, segundo definição do GT de Créditos Tributários.

Tal metodologia consiste na adoção de 100% de recuperabilidade para os créditos parcelados, garantidos e suspensos por decisão judicial e a aplicação do critério do histórico de recebimentos passados aos créditos restantes.

A classificação dos créditos da dívida ativa por situação é apresentada na tabela a seguir, que foi baseada em extração de dados do DW/Sida de 16/12/2015.

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA POR SITUAÇÃO EM 2015
R$ MILHARES

SITUAÇÃO DO ESTOQUE	VALOR CONSOLIDADO		TOTAL	% DO TOTAL
	NÃO PREVIDENCIÁRIO	PREVIDENCIÁRIO		
Sem decisão judicial, garantia ou parcelamento	1.069.170.383	287.473.070	1.356.643.453	86,41
Não ajuizado e inscrito até 5 anos	86.920.467	14.699.948	101.620.415	6,47
Não ajuizado e inscrito há mais de 5 anos	7.709.474	4.411.843	12.121.317	0,77
Ajuizados até 10 anos	677.526.971	157.872.176	835.399.147	53,21
Ajuizados há mais de 10 anos	297.013.471	110.489.103	407.502.574	25,96
Inscrições Parceladas	90.428.528	21.284.483	111.713.011	7,12
Inscrições com Garantia	39.729.632	8.387.071	48.116.703	3,06
Inscrições suspensas por Decisão Judicial	23.991.166	29.484.569	53.475.735	3,41
TOTAL	1.223.319.709	346.629.193	1.569.948.902	100,00

Fonte: CDA/PGFN. Data da extração dos dados: 16/12/2015.

Como podemos observar, em 2015, 86,41% do estoque não contava com decisão judicial, garantia ou parcelamento, ou seja, foram considerados na metodologia de perdas prováveis. A média dos recebimentos nos últimos três exercícios (2013 a 2015) sobre a média dos estoques do mesmo período foi de 0,82%, conforme demonstrado na tabela a seguir. Dessa forma, o valor do ajuste para perdas consistiu em 85,70% (resultado da multiplicação entre 86,41% x 99,18%) sobre o saldo do estoque da dívida ativa.

CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDAS DA DÍVIDA ATIVA
R$ MILHARES

EXERCÍCIOS	2013	2014	2015	MÉDIA
1. Receita Realizada	21.314.283	9.047.424	5.467.643	11.943.117
2. Estoque	1.388.445.691	1.400.269.521	1.586.753.841	1.458.489.684
3. Média percentual de recebimentos (receita realizada) sobre o estoque da dívida	0,82%			
4. Média percentual de não recebimento sobre o estoque da dívida, 100% – 0,82%	99,18%			
5. Percentual de créditos sem decisão judicial, garantia ou parcelamento	86,41%			
6. Percentual de ajuste para perdas. [5 x 4].	85,70%			
7. Saldo Estoque da Dívida Ativa Siafi	1.586.753.842			
8. Ajuste para perdas [7 x 6]	(1.359.886.370)			

Fonte: Siafi, 2015.

Destaca-se que está em andamento no âmbito da PGFN projeto que tem por objetivo a identificação do estoque irrecuperável da DAU através de critérios técnicos. Dentre os resultados esperados, deve haver maior disponibilização de informações para contribuir com a eficiência na cobrança dos créditos, podendo subsidiar futuramente o desenvolvimento de nova metodologia para o cálculo do ajuste para perdas da dívida ativa.

Dívida Ativa Não Tributária

Na tabela apresentada na continuação, é detalhada a composição da dívida ativa não tributária de acordo com o órgão responsável.

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Banco Central do Brasil	34.138.722	29.359.925	16,28
Instituto Bras. de Meio Ambiente e dos Rec. Naturais Renováveis	6.072.848	4.740.420	28,11
Fundo do Regime Geral da Previdência Social	5.516.724	-	-
Agência Nacional de Saúde Suplementar	2.640.285	1.766.189	49,49
Agência Nacional de Telecomunicações	2.552.775	2.552.775	-
Superintendência de Seguros Privados	1.255.668	1.255.668	-
Comissão de Valores Mobiliários	1.025.233	1.025.233	-
Demais	3.908.291	8.831.682	(55,75)
TOTAL	56.085.313	48.506.659	15,62

Fonte: Siafi, 2015.

O Banco Central do Brasil, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Fundo do Regime Geral da Previdência Social respondem por 81,5% de estoque da dívida ativa não tributária.

O Banco Central do Brasil é responsável por cerca 60,9% dos valores inscritos em dívida ativa não tributária. Do valor inscrito sob supervisão do BCB, foi constituído um ajuste para perdas de igual valor (R$ 34,1 bilhões, aproximadamente), de acordo com a metodologia adotada pela autarquia.

O Ibama é o segundo órgão em montante de dívida ativa não tributária, sendo responsável por 10,8%, aproximadamente. Não houve constituição de ajustes para perdas, em relação a tais créditos, por parte do Ibama.

O Fundo do RGPS é responsável por 9,8%, aproximadamente, dos valores inscritos em dívida ativa não tributária. Desse valor foi constituído um ajuste para perdas de cerca de R$ 5,3 bilhões (cerca de 96,4% do estoque).

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Crédito a Receber em Parcelas/Lote por Desapropriação	7.827.894	7.827.894	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	7.867.801	-	-
Prêmios de Seguros a Receber - FGE - LP	2.452.724	-	-
Créditos a Receber de Entidades Federais	1.150.408	26	4.424.546,15
Depósito Efetuado para Interposição de Recursos	730.671	200.917	263,67
Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial	487.038	464.404	4,87
Créditos Parcelados	427.007	368.603	15,84
Depósitos Judiciais Efetuados	400.676	285.923	40,13
Créditos por Infrações Legais/Contratuais - Longo Prazo	352.894	39.473.538	(99,11)
Outros	1.470.198	2.895.468	(49,22)
Total	23.167.311	51.516.773	(55,03)

Fonte: Siafi, 2015.

Com a implantação do modelo PCASP, a COPAR, a CCONT e a CCONF definiram nova rotina para contabilização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), decorrendo desse entendimento a reclassificação de valores antes registrados em Participações Permanentes para os Demais Créditos e Valores a Longo Prazo em 31/07/2015 e daí em diante a contabilização dos novos adiantamentos seguiu essa nova rotina.

Em 31/12/2015 foi realizada a reclassificação do curto para o longo prazo, de acordo com a competência, dos Prêmios de Seguro a Receber do Fundo de Garantia à Exportação – BNDES. Até 2014, esses valores eram registrados em uma conta genérica de outros créditos a receber a longo prazo, estando diluídos no item Outros.

A variação no item Créditos a Receber de Entidades Federais deve-se ao registro, em 31/12/2015, de valores a receber (R$ 1,15 bilhão) referentes ao adicional de tarifa aeroportuária e tarifa de embarque internacional do período de janeiro/2014 a dezembro/2015, devidos pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

A redução no item Créditos por Infrações Legais/Contratuais – Longo Prazo foi o que mais impactou o saldo em Demais Créditos e Valores a Longo Prazo e deve-se ao entendimento a que chegou o GT de Créditos Tributários, que recomendou o desreconhecimento no ativo dos créditos com exigibilidade suspensa em virtude de processos administrativos ou judiciais, com manutenção dos registros em contas de controle e registro em Notas Explicativas. O valor do ajuste foi de R$ 39,1 bilhões.

Haveres Financeiros

O grupo Empréstimos e Financiamentos Concedidos é composto principalmente pelos haveres financeiros da União junto a Estados e Municípios, haveres financeiros relativos a operações de créditos do Tesouro Nacional e créditos de gerenciamento de fundos e operações fiscais.

Haveres financeiros junto a Estados e Municípios (Coafi/STN)

Os haveres financeiros da União perante Estados e Municípios, cujo controle e acompanhamento são da competência da Coafi/STN, decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas, implementados em conformidade com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes. A seguir é apresentada a descrição desses créditos:

Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas decorrentes das Leis nos 8.727/1993 e 9.496/1997 e MP nos 2.185/2001 e 2.179/2001:

- Lei nº 8.727/93 – Consiste no refinanciamento, pela União, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta. O prazo inicial de 240 meses já se encerrou em 2014, remanescendo os pagamentos dos devedores que apresentavam ainda resíduo de limite de comprometimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos. Os recursos recebidos dessa parcela de dívida remanescente são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade, que são destinados ao pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. Adicionalmente, remanescem ainda vigentes os contratos das denominadas dívidas vincendas, cujos pagamentos são repassados integralmente para a Caixa Econômica Federal, com prazos de pagamento variados que vão até junho de 2027;

- Lei nº 9.496/97 – Consiste na consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, a ser pago no prazo de 30 anos. Integram-se a este refinanciamento os empréstimos concedidos pela União aos Estados que aderiram ao Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado nas Atividades Financeiras (Proes), amparado pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24/08/2001, e suas edições anteriores. Programa com encerramento de contratos previsto para o período de maio/2027 a outubro/2029, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, cujo saldo deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos;

- MP nº 2.185/2001 – Consiste na consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios, a ser paga no prazo de 30 anos. A grande maioria das operações do Programa deverá se encerrar entre junho/2029 a maio/2030, com exceção dos mutuários que possuírem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, cujo saldo deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos;

- MP nº 2.179/2001 – Consiste no crédito do Banco Central do Brasil adquirido pela União em 29/07/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A (BANERJ), cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16/07/1998. Programa com encerramento previsto para julho/2028.

Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

- Dívida Mobiliária de Longo Prazo (DMLP) – Consiste no acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos - parcelas de principal vencidas e vincendas e juros devidos e não pagos no período de 01/01/1991 a 15/04/1994 - do setor público brasileiro junto a credores privados estrangeiros, mediante a emissão, em 15/04/1994, de sete tipos de bônus pela União, sendo seis de principal (*Debt Conversion Bond, New Money Bond, Flirb, C-Bond, Discount Bond* e *Par Bond*) e um de juros (*El Bond*). Com exceção do *Par Bond* e do *Discount Bond*, que possuem vencimento previsto para abril de 2024, todos os demais bônus já se encontram liquidados.

Retorno de Repasses de Recursos Externos

- Acordo Brasil-França – Consiste no financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União perante a República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços. Os Acordos Brasil-França I e Brasil-França II têm finalização prevista para dezembro/2016, ao passo que o Acordo Brasil-França III se encerra em dezembro/2021;

- Pnafe – Consiste no empréstimo concedido à União pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiar o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe), com repasse dos recursos mediante a celebração de contratos de subempréstimos com os Estados e o Distrito Federal, visando o financiamento dos projetos integrantes do Programa. Seu encerramento é previsto para março/2017.

Saneamento de Instituições Financeiras Federais

- Carteira de Saneamento – Consiste nos créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na MP nº 2.196/2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa

Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Companhias Estaduais e Municipais de Saneamento. O programa apresenta grande número de contratos vigentes (169 contratos, conforme posição de 31/12/2015), porém com a maior parte dos vencimentos prevista até o final de 2016. Por outro lado, o último vencimento de contrato da Carteira de Saneamento está previsto para agosto/2034.

Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais

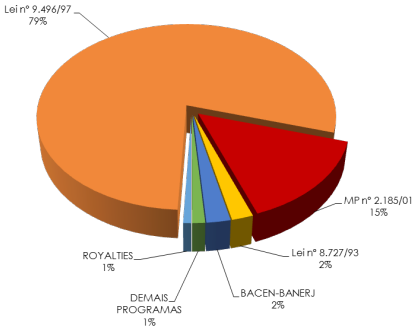
- Participações Governamentais – Consiste nos créditos originários de participações governamentais devidas ao Estado do Rio de Janeiro (originárias da exploração de petróleo e gás natural), e aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul (decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica). Os créditos foram adquiridos pela União mediante autorização concedida pelo art. 16 da Medida Provisória nº 2.181/2001, alterada pela Lei nº 10.712, de 12 de agosto de 2003. No caso dos royalties e participações especiais devidos pelo Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos estão previstos até fevereiro/2021. Por sua vez, no caso dos royalties e compensações financeiras decorrentes de exploração de recursos hídricos, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná possuem pagamentos previstos até dezembro/2020.

Outros Créditos

- BNDES – Consiste no crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no instrumento contratual, o saldo foi liquidado integralmente em 15/12/2015.

O gráfico a seguir evidencia a distribuição dos saldos dos créditos por programa com posição em 31/12/2015.

ESTOQUE DE HAVERES FINANCEIROS – COAFI/STN



Fonte: MF, 2015.

Os créditos geridos pela COAFI encontram-se distribuídos nas contas de curto prazo e longo prazo, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

CRÉDITOS DE CURTO E LONGO PRAZOS GERIDOS PELA COAFI/STN
R$ MILHARES

CONTA	DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
1124*0100	Empréstimos Concedidos	36.111.395	47.473.518	(23,93)
1124*0600	Resíduo de Empréstimos	7.876.624	9.257.188	(14,91)
1124*0401	Juros a Receber	13.757	3.232	325,65
TOTAL CP		44.001.776	56.733.938	(22,44)
1211*0301	Empréstimos Concedidos LP	287.810.069	259.991.741	10,70
1211*0318	Resíduo de Empréstimos LP	254.798.560	219.943.045	15,85
TOTAL LP		542.608.629	479.934.786	13,06
TOTAL CP+LP		586.610.405	536.668.724	9,31

Nota: * Para efeito de publicação, as aberturas dos saldos das contas do 5º nível estão consolidadas.

Fonte: Siafi, 2015.

Importa ressaltar que, devido ao mecanismo vigente dos programas amparados pelas Leis nº 9.496/97 e pela MP nº 2.185/2001, os Estados e Municípios que possuem tais dívidas com a União podem acumular resíduo de limite de comprometimento ao longo da vigência dos refinanciamentos.

Os saldos relativos aos estoques desses resíduos foram discriminados nas contas patrimoniais 1.1.2.4.4.06.00 e 1.1.2.4.5.06.00 (curto prazo), e 1.2.1.1.4.03.18 e 1.2.1.1.5.03.18 (longo prazo).

A variação positiva de 15,8% apresentada para o saldo de resíduo na conta de longo prazo se deve ao acúmulo, até 31/12/2015, do estoque de resíduo observado para os programas da Lei nº 9.496/97 e da MP nº 2.185/2001.

Mesmo com o gradual aumento das amortizações de saldo de resíduo por parte dos devedores, o efeito da atualização monetária sobre esse estoque ainda é dominante, resultando em um saldo total crescente, embora de forma mais lenta do que em períodos anteriores.

A conta Juros a Receber, de curto prazo, apresenta os registros de valores relativos a juros incidentes sobre os contratos administrados pela COAFI/STN que não foram quitados na data de vencimento e que não possuam qualquer amparo contratual para seu não pagamento.

Por este motivo, os juros a receber são qualificados como juros de inadimplência, sendo contabilizados pro rata temporis, em razão do princípio da competência. Portanto, por refletir inadimplências de caráter temporário, o saldo dessa conta apresenta uma grande oscilação.

A variação de 325,6%, na comparação dos saldos de dezembro/2014 com dezembro/2015, se deve, em sua maior parte, à contabilização de juros não pagos no âmbito do programa Lei nº 8.727/1993, como consequência da inadimplência do mutuário COHAB/Campinas.

A distribuição dos saldos dos créditos de curto prazo por programa pode ser evidenciada por meio da tabela a seguir:

CRÉDITOS DE CURTO PRAZO GERIDOS PELA COAFI/STN
DISTRIBUIÇÃO POR PROGRAMA
R$ MILHARES

PROGRAMA	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Lei nº 9.496/1997	32.398.524	41.777.374	(22,45)
MP nº 2.185/2001	6.669.468	7.130.593	(6,47)
Lei nº 8.727/1993	1.757.844	2.426.978	(27,57)
BCB-BANERJ	1.279.687	1.785.970	(28,35)
ROYALTIES	1.459.164	1.371.725	6,37
DMLP	205.004	208.862	(1,85)
BNDES-CONTRATO 517 (*)	-	1.789.503	(100.00)
CART. DE SANEAMENTO	115.407	156.357	(26,19)
PNAFE	113.230	83.474	35,65
ACORDO BRASIL-FRANÇA	3.450	3.103	11,18
TOTAL	44.001.778	56.733.939	(22,44)

Nota: * Pagamento em parcela única, realizada em 15/12/2015.

Fonte: COAFI/STN, 2015.

No caso específico da Carteira de Saneamento, a variação negativa decorre, principalmente, do encerramento de um conjunto significativo dos seus contratos no período considerado.

No caso dos programas em moeda estrangeira PNAFE e Acordo Brasil-França as variações positivas decorrem do impacto cambial, visto que os contratos são indexados à cotação do dólar (PNAFE) e do euro (Acordo Brasil-França), respectivamente. Por exemplo, o dólar avançou 43,67% na comparação entre a média das cotações de 2014 e a média de 2015.

Finalmente, em relação ao Contrato 517 com o BNDES, sua liquidação ocorreu integralmente em 15/12/2015.

CRÉDITOS DE LONGO PRAZO GERIDOS PELA COAFI/STN – DISTRIBUIÇÃO POR PROGRAMA
R$ MILHARES

PROGRAMA	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Lei nº 9.496/1997	430.437.420	380.589.437	13,10
MP nº 2.185/2001	80.071.441	67.956.754	17,83
Lei nº 8.727/1993	10.223.945	10.386.424	(1,56)
BCB-BANERJ	12.085.685	10.921.445	10,66
ROYALTIES	3.006.050	3.878.495	(22,49)
DMLP	6.079.028	5.016.210	21,19
CART. DE SANEAMENTO	607.054	1.034.163	(41,30)
PNAFE	79.563	135.102	(41,11)
ACORDO BRASIL-FRANÇA	18.442	16.757	10,06
TOTAL	542.608.628	479.934.787	13,06

Fonte: STN/COAFI, 2015.

A tabela anterior apresenta as variações dos saldos por programa nas contas de longo prazo. Com o forte avanço do IGP-DI em 2015 quando comparado com 2014, era esperado um aumento nos saldos de longo prazo dos programas amparados pela Lei nº 9.496/1997 e pela MP nº 2.185/2001, que são fortemente impactados pelas atualizações monetárias desses saldos, indexadas ao IGP-DI. O mesmo efeito do IGP-DI explica o aumento de 10,7% verificado no saldo do BCB-BANERJ.

Quanto aos *Royalties*, a maior parte dos recebimentos de contratos de cessão se refere ao Estado do Rio de Janeiro. A redução verificada em seu saldo de longo prazo ocorreu conforme o esperado, considerando os pagamentos realizados pelo ente no início de 2015.

Para a Dívida Mobiliária de Longo Prazo (DMLP), ao contrário do que era esperado após o encerramento da totalidade dos bônus do tipo C-Bond e após as amortizações extraordinárias realizadas em 2014, o saldo de longo prazo sofreu uma variação positiva de 21,2%.

O principal fator responsável por esse comportamento é a cotação do dólar, cuja variação impacta o saldo devedor desse programa. Essa variação é refletida no Siafi por meio da cotação do último dia útil do mês de referência. A cotação média em 2015, quando comparada com a de 2014, avançou em 43,67%, causando forte impacto na forma de correção cambial positiva no saldo desse programa.

Além disso, efeito cambial similar também explica o avanço de 10,1% no saldo de longo prazo do Acordo Brasil-França, que é indexado ao euro. Tal qual o dólar, o euro teve um avanço significativo quando comparadas suas cotações de 31/12/2014 com 31/12/2015, tendo variado 31,71% entre os dois períodos.

Vale ressaltar, ainda, que o efeito cambial poderia ter sido maior sobre o saldo do Acordo Brasil-França, contudo foi compensado por amortizações em razão da proximidade do encerramento do programa.

Entretanto, o mesmo efeito cambial positivo verificado na DMLP e no Acordo Brasil-França deveria também ter sido verificado no Pnafe, entretanto, as transferências de saldo realizadas em setembro/15 do longo para o curto prazo tiveram efeito preponderante, causando a redução de 41,1%. Ademais, no caso do Pnafe, restam apenas três parcelas semestrais a receber antes do encerramento do programa.

Quanto à Carteira de Saneamento, a diminuição observada não é explicada apenas pelo encerramento de contratos ocorrido durante 2015. Em 30/01/2015, a Coafi/STN procedeu à permuta com a Caixa Econômica Federal dos créditos que tinha contra o município de Mauá/SP, conforme previsão legal e contratual.

Em troca, a Coafi/STN recebeu outros ativos com condições financeiras mais adequadas, já que a dívida de Mauá, como disposto em Notas Explicativas anteriores, se caracterizava até então como ativo de difícil recebimento, estando, inclusive, inteiramente provisionada.

Entretanto, em cumprimento às condições originalmente estabelecidas no contrato de cessão de créditos firmado em 2001 entre a Caixa e a União, para a realização da troca de ativos deveria ser efetuada a substituição retroativa nos encargos incidentes sobre o saldo de Mauá. Essa alteração implicou uma redução de saldo de cerca de R$ 370,7 milhões, sendo a principal causa da redução de 41,3% identificada.

O ajuste para perdas de créditos realizáveis a longo prazo é atualizado semestralmente, em atenção à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU, mediante o Acórdão nº 1.800/2003/TCU-Plenário, o qual recomendou à STN a sua constituição, e em conformidade com o Memorando nº 3554-CCONT/GENOC, de 30/08/2004, que forneceu orientações quanto ao provisionamento dos créditos de difícil recebimento na conta contábil 1.2.2.8.0.00.00. Atualmente, os referidos valores encontram-se provisionados na conta patrimonial 1.2.1.1.1.99.02. A tabela a seguir apresenta o saldo do ajuste para perdas prováveis.

AJUSTE PARA PERDAS PROVÁVEIS – COAFI/STN
R$ MILHARES

CONTA	DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
121119902	Aj. p/ perdas de créditos real. a LP	11.162.005	7.294.963	53,01

Fonte: Siafi, 2015.

A variação positiva de 53,0%, na comparação com o saldo existente em 2014, deve-se, primeiramente, ao avanço do IGP-DI em 2015, em comparação com 2014. O indicador subiu 9,16% no acumulado do ano. Este aumento impacta diretamente os saldos dos programas atualizados pelo índice.

Outro motivo, não menos relevante para o aumento de saldo em análise, foi o provisionamento de cerca de R$ 1,7 bilhão para o Município de São Paulo, e cerca de R$ 600 milhões para o Município do Rio de Janeiro, relativos ao refinanciamento ao amparo da MP nº 2.185/2001. Ambos os municípios obtiveram decisões judiciais que lhes permitiram realizar seus pagamentos já com as novas condições definidas pela Lei Complementar nº 148/2014, ainda não regulamentada à época.

A diferença entre o que eles estariam pagando nas condições atuais e o que estão pagando nas novas condições da referida Lei Complementar, que se caracteriza como saldo de pendência jurídica, tem sido apropriada.

AJUSTE PARA PERDAS PROVÁVEIS INTER-OFSS – COAFI/STN
R$ MILHARES

CONTA	DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
121149904	Ajuste p/ perdas emprest./financ. – Estados	34.226.659	-	-
121159904	Ajuste p/perdas emprest/financ. – Municípios	55.179.047	-	-
TOTAL		89.405.706	-	-

Fonte: Siafi, 2015.

A Lei Complementar no 148/2014 prevê a alteração retroativa de indexadores das dívidas de Estados e Municípios com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/1997 e da MP no 2.185/2001, de forma que o estoque de ativos gerido pela Coafi/STN sofrerá redução.

A baixa de estoque de ativos ocorrerá a medida em que os Estados e Municípios assinarem os respectivos aditivos contratuais e após satisfeitas todas as condições e procedimentos apresentados no Decreto no 8.616/2015, que normatiza a referida Lei Complementar.

Como não é possível precisar o momento exato em que tais aditivos serão assinados, o GT TN, recomendou à Coafi/STN a constituição de ajuste para a referida baixa de estoque, conforme disposto na Nota Técnica-Conjunta Nº 23/2015/CCONF/CCONT/COAFI/STN/MF-DF, de 10 de setembro de 2015. Adicionalmente, a Coafi/STN elaborou a Nota Técnica nº 1/2016/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 07 de janeiro de 2016, por meio da qual detalhou os lançamentos contábeis de contabilização dos haveres, em linha com as recomendações do GT TN, e de acordo com orientações fornecidas pela CCONT/STN.

Nesse sentido, foram efetuados lançamentos de ajuste a crédito de duas contas retificadoras do Ativo Não Circulante, quais sejam 1.2.1.1.4.99.04 (Estados) e 1.2.1.1.5.99.04 (Municípios), após se constatar a impossibilidade de previsão exata da realização dessas baixas de ativos ao longo do exercício de 2016.

Ademais, a redução será aplicada primeiramente sobre os estoques de principal e resíduo alocados no longo prazo. Caso a redução para determinados Estados ou Municípios implique em cancelamento total de suas dívidas de longo prazo, então será aplicada a redução para seus respectivos estoques de curto prazo.

As estimativas realizadas pela Coafi/STN foram feitas com base em informações financeiras fornecidas pelo agente financeiro – Banco do Brasil.

Haveres financeiros relativos a operações de créditos do Tesouro Nacional (Copec/STN)

A tabela a seguir apresenta os haveres financeiros relativos a operações de crédito do Tesouro Nacional, que são gerenciados pela Copec/STN.

HAVERES FINANCEIROS RELATIVOS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOURO NACIONAL – COPEC/STN R$ MILHARES

CONTA	DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
112400000	Emprést. e Financ. Concedidos	10.984.629	9.426.685	16,53
112900000	Ajuste de Perdas Créditos CP	(4.077.354)	(2.300.860)	77,21
113000000	Demais Créditos e Valores a CP	7.817	-	
TOTAL		6.915.092	7.125.825	(2,96)

Fonte: Siafi, 2015.

Esses haveres são compostos de financiamentos concedidos às Instituições Financeiras referentes, principalmente, aos seguintes programas:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) concedidos aos bancos: Banco da Amazônia S.A. (Basa), Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e Banco do Brasil S.A. (BB);
- Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que tem como agente financeiro exclusivamente o Banco do Brasil; e
- transferências de recursos pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para o programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), destinado a formação de estoques públicos reguladores.

Os aumentos de saldos desses ativos se devem às novas concessões de financiamentos e às capitalizações de cálculos de juros e remuneração dos programas, de acordo com os encargos previstos em contratos. As amortizações de empréstimos realizadas pelas instituições financeiras (reembolso de principal) impactam negativamente o saldo dessa conta. Em relação ao 4º trimestre de 2014, houve um acréscimo de 16,52%.

A seguir são apresentados os créditos por programa.

CRÉDITOS GERIDOS PELA COPEC/STN – DISTRIBUIÇÃO POR PROGRAMA R$ MILHARES

PROGRAMA	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
PROEX	5.681.448	4.164.347	36,43
PRONAF	2.937.074	2.657.323	10,53
CACAU	92.014	73.256	25,61
RECOOP	60.730	89.306	(32,00)
AGF CONAB	2.157.464	2.371.487	(9,02)
Demais*	55.899	70.966	(21,23)
TOTAL	10.984.629	9.426.685	16,53

Nota: * Consolidação

Fonte: Copec / STN, 2015.

Em razão da necessidade de adequar o sistema de atualização de saldo dos financiamentos (Sistema Pósfundo O2C), trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a STN em 2015, não há registro na conta de empréstimos e financiamentos do longo prazo.

Em 2016, após a conclusão desse trabalho, os saldos referentes ao ativo de longo prazo, que hoje constam do curto, serão transferidos para a respectiva conta.

A conta ajustes para perdas em créditos de curto prazo contém os registros de ajustes de perdas que são apurados junto às instituições financeiras que têm saldo na carteira das operações de crédito. Esses registros são realizados uma vez por ano ou quando houver uma variação significativa.

Os ajustes são realizados após circularização com as instituições financeiras, que informam o índice de inadimplência atualizado. Em relação ao 4º trimestre de 2014, houve um acréscimo de 77,20%.

Haveres financeiros de gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais (Cofis/STN)

Dos empréstimos e financiamentos da União, destacam-se os créditos geridos pela Cofis/STN, que administra os saldos apresentados a seguir, acompanhados do respectivo ajuste para perdas.

CRÉDITOS DE FUNDOS E OPERAÇÕES FISCAIS GERIDOS PELA COFIS/STN R$ MILHARES

CONTA	DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
112400000	Empréstimos e Financiamentos	14.500.122	14.775.287	(1,86)
113000000	Demais Créditos	240.099	250.241	(4,05)
SUBTOTAL A CURTO PRAZO		14.740.221	15.025.528	(1,90)
121110301	Empréstimos e Financiamentos	622.480.046	659.128.857	(5,56)
121110308	Financiamentos Concedidos	-	861.997	(100,00)
121119900	Ajustes de Perdas de Créditos	(23.436.672)	(82.824.974)	71,70
121120301	Empréstimos e Financiamentos – Intra	70.203.164	-	-
121129900	Ajustes de Perdas de Créditos – Intra	(31.841.885)	-	-
SUBTOTAL A LONGO PRAZO		637.404.653	577.165.880	10,44
TOTAL		652.144.874	592.191.408	10,12

Fonte: Siafi, 2015.

Para a constituição do ajuste foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, em observância ao MCASP.

A constituição do ajuste é resultado da recomendação do Acórdão nº 1.800/2003-TCU Plenário, de 15 de dezembro de 2003.

As tabelas a seguir apresentam os saldos e os fluxos de recebimento referentes aos principais haveres financeiros geridos pela Cofis/STN.

ESTOQUE DOS PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS – COFIS/STN
R$ MILHARES

CONTRATO	TRANSAÇÕES	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
BASA - IECP - CT 1016/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	1.069.168	999.999	6,92
BB - IECP - CT 997/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	8.320.648	8.100.000	2,72
BNB - Contrato de Mútuo - CT 592/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	1.408.609	1.272.767	10,67
BNDES - Contrato de Cessão de Crédito - CT 390/PGFN/CAF	Contrato tendo o BNDESPAR como contraparte. Saldos e Fluxos previstos contratualmente. Liquidado antecipadamente em 24.12.2015.	-	2.254.004	(100,00)
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 544/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	3.002.245	2.128.218	41,07
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 577/PGFN/CAF	Em 22/12/2014 R$ 5 Bi foram desmembrados no CT 1018. Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	24.856.952	23.854.704	4,20
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 590/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	1.876.403	1.330.136	41,07
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 619/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	6.253.731	6.003.506	4,17
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 652/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	35.413.685	33.996.706	4,17
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 703/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	28.893.656	27.737.558	4,17
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 738/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	11.343.340	10.889.468	4,17
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 755/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	22.425.433	21.528.143	4,17
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 807/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	16.698.864	16.030.706	4,17
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 845/PGFN/CAF (FMM)	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	2.644.299	2.209.207	19,69
BNDES - IECP - CT 867/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	15.506.719	15.000.000	3,38
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente. Liquidado antecipadamente R$ 14,068 Bilhões em dezembro de 2014.	4.083.295	12.343.268	(66,92)
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 896/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	14.524.895	14.466.949	0,40
BNDES - Instrumento de Desmembramento - CT 897/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	8.734.680	5.941.676	47,01
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 904/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	26.906.171	25.247.857	6,57
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 922/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	199.489.755	187.600.926	6,34
BNDES - Contrato de Renegociação de Dívida - CT 923/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente.	15.277.760	14.367.264	6,34
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 962/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente. CT iniciado em 24/06/2014.	32.733.323	30.782.541	6,34
BNDES - IECP - CT 963/PGFN/CAF	CT iniciado em 24/06/2014. Renegociação do CT Híbrido S/N. Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	9.026.729	8.731.759	3,38
BNDES - IECP - CT 964/PGFN/CAF	CT iniciado em 24/06/2014. Renegociação do CT Híbrido 500. Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	7.037.173	6.807.216	3,38
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 1017/PGFN/CAF	Contrato de financiamento ao BNDES. Saldos e fluxos previstos contratualmente. CT iniciado em 17/12/2014.	31.961.776	30.056.976	6,34
BNDES - IECP - CT 1018/PGFN/CAF	CT iniciado em 22/12/2014. Oriundo de Desmembramento do CT 577. Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	5.168.906	5.000.000	3,38
CAIXA - IECP - CT 348/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	8.040.784	7.702.262	4,40
CAIXA - IECP - CT 504/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	8.225.117	7.860.402	4,64
CAIXA - PROER	Contrato oriundo do programa PROER. Sem fluxo de pagamentos.	46.038	41.835	10,05
CAIXA - IECP - CT 752/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	6.946.766	6.800.000	2,16
CAIXA - IECP - CT 754/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	6.446.801	6.310.598	2,16
CAIXA - IECP - CT 868/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	3.064.750	3.000.000	2,16
CAIXA - IECP - CT 869/PGFN/CAF	Instrumento Elegível a Capital Principal, com fluxos perpétuos previstos contratualmente.	5.107.916	5.000.000	2,16
CDRJ Sepetiba TECON S/A	Contrato de cessão de créditos da CDRJ para a União.	273.695	280.440	(2,41)
CDRJ TECON I - CT 018/PGFN/CAF	Contrato de cessão de créditos da CDRJ para a União.	70.123	74.940	(6,43)
CDRJ TECON I - CT 026/PGFN/CAF	Contrato de cessão de créditos da CDRJ para a União.	316.317	318.085	(0,56)
ELETROBRAS - ITAIPU CT 424 (BRADIES/C.PARIS)	Contrato de cessão de créditos da Eletrobrás com a Itaipu para a União.	6.515.521	5.377.624	21,16
ELETROBRAS - ITAIPU CT 425 (LFT/RGR)	Contrato de cessão de créditos da Eletrobrás com a Itaipu para a União.	14.416.360	11.898.629	21,16
ELETROBRAS - PARCELA DIFERENCIAL DE REAJUSTE	Em 2007 deixou-se de aplicar o Fator de Ajuste (pela Inflação americana) nos fluxos devidos pela Itaipu à Eletrobrás, que foram cedidos à União. Esse diferencial que a União deixou de receber é pago pela Eletrobrás neste contrato.	5.657.818	4.641.842	21,89
RFFSA 349/TN	Contratos de dívida da ex-RFFSA para com a União. Saldos vencidos e não pagos. Saldos 100% provisionados na PDD.	14.623.313	12.471.989	17,25
RFFSA 360/TN	Contratos de dívida da ex-RFFSA para com a União. Saldos vencidos e não pagos. Saldos 100% provisionados na PDD.	2.962.234	2.526.442	17,25
RFFSA CFN - CT 020/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	725	725	-
RFFSA CFN - CT 021/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	86.949	87.945	(1,13)
RFFSA FERROBAN - CT 007/PGFN/CAF	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	394.420	545.235	(27,66)

CONTRATO	TRANSAÇÕES	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
RFFSA FTC - CT 022/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	98.800	99.470	(0,67)
RFFSA MRS - CT 018/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	2.616.991	2.647.917	(1,17)
RFFSA MRS - CT 020/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	602.509	544.267	10,70
RFFSA NOVOESTE - CT 020/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	267.081	276.295	(3,33)
RFFSA NOVOESTE - CT 021/STN/COAFI	Contrato de cessão de créditos da ex-RFFSA para a União. Fluxos previstos contratualmente.	129.025	116.552	10,70
TOTAL		621.568.268	593.305.048	4,76

Fonte: Gerência de Administração de Ativos(Gerat) / Cofis / STN, 2015.

FLUXO DE RECEBIMENTO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS – HAVERES FINANCEIROS – COFIS/STN
R$ MILHARES

NATUREZA	DESCRIÇÃO DA SUBNATUREZA	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
16000201	Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB	87.242	81.369	7,22
16000201	BNDES – BNDESPAR	5.957.437	5.188.057	14,83
23009900	BNDES – BNDESPAR	16.741.571	1.007.871	1.561,08
16000201	CAIXA – instrumento elegível a capital principal	1.503.078	707.755	112,37
23009900	ELETROBRAS – ITAIPU – CT Nº 424 e 425.	3.888.435	36.605	10.522,69
23009900	ELETROBRAS – ITAIPU – CT Nº 424 e 425 – reajuste	692.792	412.311	68,03
16000201	BB – instrumento elegível a capital principal	152.364	447.065	(65,92)
16000201	BASA – instrumento elegível a capital principal	3.126	-	-
23009900	CIA. DOCAS – cessão de crédito	41.219	38.989	5,72
16000201	Rede Ferroviária Federal S/A	203	2.268	(91,05)
23009900	Rede Ferroviária Federal S/A	348.333	425.804	(18,19)
TOTAL		29.415.800	8.348.094	252,37

Fonte: Gerat / Cofis / STN, 2015.

Dentre esses haveres, encontra-se o contrato com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) registrado no Siafi sob a inscrição genérica nº PF1705314, que consiste no financiamento e cessão de créditos em caução, de 04/12/1997, celebrado nos termos da Medida Provisória nº 1.571-8, de 20/11/1997, convertida na Lei nº 9.639, de 25/5/1998.

Tal contrato concedeu ao INSS crédito no valor de R$ 6 bilhões, mediante a emissão de Letras Financeiras do Tesouro (LFT), destinado a financiar o déficit financeiro do Instituto.

Conforme a cláusula segunda, o INSS aceitou pagar a dívida objeto desse financiamento até 02/09/1998, acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa média ajustada da Selic.

Posteriormente, termo aditivo assinado em 26/10/1999 estendeu o prazo de pagamento da dívida para 26/10/2009, não havendo pagamento. Nesse sentido, o saldo do contrato vem sendo atualizado pela Selic e o respectivo ajuste para perdas registrado no balanço patrimonial.

Tendo em vista a reciprocidade dos saldos de ativo e passivo evidenciados no âmbito do MF e do INSS referentes ao contrato em comento, e considerando as regras de consolidação do Balanço Geral da União, em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União no Relatório e Parecer sobre as Contas do Presidente de 2014, em maio de 2015 foi registrada a baixa no ajuste de perdas de créditos em contrapartida com ajustes de exercícios anteriores – patrimônio líquido, no montante atualizado do contrato de R$ 33,9 bilhões, aproximadamente.

Nota 03 – Investimentos

Os investimentos da União são reunidos em três grandes grupos:

- participações permanentes;
- propriedades para investimento; e
- demais investimentos permanentes.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do item Investimentos, para os exercícios de 2015 e 2014.

INVESTIMENTOS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Participações Permanentes	285.429.475	306.835.504	(6,98)
Propriedades para Investimento	40.354	43.009	(6,17)
Demais Investimentos Permanentes	1.602.395	736.930	117,44
TOTAL	287.072.224	307.615.443	(6,68)

Fonte: Siafi, 2015.

Participações Permanentes da União

Do total das participações societárias da União cerca de 98% são geridas pela Coordenação Geral de Participações Societárias (Copar)/STN e engloba empresas públicas, fundos, organismos internacionais e adiantamento para futuro aumento de capital. A seguir, a composição do saldo de Investimentos, do Ministério da Fazenda:

INVESTIMENTOS – COMPOSIÇÃO / R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH(%)
Participações em Empresas – MEP	232.845.177	274.173.208	(15,07)
Participações em Fundos	42.811.143	28.513.650	50,14
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	-	12.052.007	(100,00)
Correção Selic - AFAC	-	1.499.454	(100,00)
Cotas FFIE Integralizadas (FSB)	-	3.135.339	(100,00)
Consolidação Balanço União	-	(24.295.011)	(100,00)
Participações em empresas (Custo)	524.749	517.536	1,39
Participações em Organismos Internacionais (Custo)	5.814.475	5.501.407	5,69
Redução ao valor Recuperável	(10.279)	(10.279)	-
Total MF	281.985.265	301.087.311	(6,34)
Outros órgãos	3.444.210	5.748.193	(40,08)
Total Investimentos Permanentes	285.429.475	306.835.504	(6,98)

Fonte: Siafi, 2015.

Até 2014, a exclusão do saldo de investimentos avaliados pelo MEP das empresas controladas que são consolidadas aos demonstrativos da União era feita por uma conta credora no grupo de investimentos – Consolidação Balanço União, que diminuía o saldo de investimentos controlados por MEP das empresas em contrapartida do Patrimônio Líquido dessas.

A partir de 1º de janeiro de 2015, o procedimento de consolidação e o processo de exclusão de ativos e passivos entre órgãos ou entidades que fazem parte do OFSS passou a ser feito por regras de consolidação que trabalham com contas contábeis que possuem o quinto nível igual a '2 – Intra', inutilizando o item Consolidação Balanço da União. Por isso o saldo do item está zerado em dezembro de 2015, já que o saldo foi transferido para as contas contábeis de quinto nível igual a '2 – Intra'.

Observa-se em 2015 uma redução de 15,07% na Participação em Empresas – MEP, influenciada, principalmente, pelas seguintes empresas:

- Petrobras (perda, R$ 20,9 bilhões);
- BNDES (perda, R$ 7,4 bilhões);
- BB (ganho, R$ 5,4 bilhões); e
- Eletrobras (Perda, R$ 2,6 bilhões).

Não obstante, ressalte-se que tal variação não foi resultado apenas de eventos ocorridos no decorrer de 2015, mas também verificados no último quadrimestre de 2014, considerando que a posição dos balanços que serviram de base para o cálculo da equivalência patrimonial é, em grande parte, de setembro de cada ano.

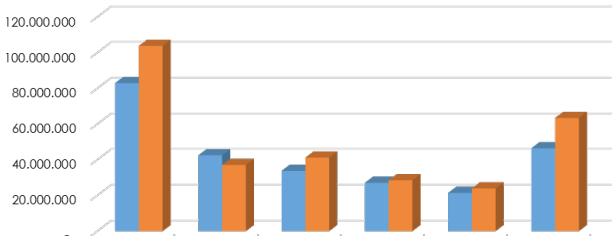
O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), bem como Correção Selic – AFAC em 2015 compõem o saldo de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, como disposto na Nota 02.

Em janeiro de 2015, com a implantação do modelo PCASP, o saldo referente às cotas do FFIE foi reclassificado para a conta contábil Demais Investimentos Permanentes.

A variação positiva na Participação em Fundos deve-se, em sua maior parte (R$ 13,5 bilhões), à atualização, em 30/12/2015, da participação acionária da União no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), com base no balanço de 31/12/2014 (R$ 6,12 bilhões) e de 30/06/2015 (R$ 7,2 bilhões) divulgados pelo Fundo.

As principais participações da União em empresas, dependentes ou não dependentes, geridas pelo Ministério da Fazenda, estão demonstradas no gráfico a seguir:

PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES PERMANENTES DA UNIÃO
R$ MILHARES



	Petrobrás	Banco do Brasil	BNDES	Caixa	Eletrobras	Outros
31/12/2015	82.994.341	42.514.778	33.793.587	27.095.219	21.416.639	46.447.252
31/12/2014	103.871.246	37.103.449	41.221.840	28.521.934	24.003.974	63.454.739

Fonte: Siafi, 2015.

Em consonância com o Acórdão do TCU nº 269/2014 – TCU/Plenário, que recomenda a divulgação do valor das participações societárias em 31 de dezembro, de modo que o usuário do Balanço Patrimonial possa compreender os efeitos da defasagem entre a data da DCON e as datas das demonstrações contábeis das empresas participadas, a Copar/STN propôs realizar esforços no sentido de proceder o registro de equivalência de todas as empresas estatais com base em setembro de cada ano.

Nesse sentido, em termos de valor de participação, 98% do saldo das empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial foi registrado com posição de 30/09/2015.

Contudo, após o encerramento do exercício, verificou-se que o registro de atualização da participação da União no Banco do Brasil por meio da equivalência patrimonial com a posição de 30/09/2015, que resultou no valor de R$ 42,5 bilhões foi efetivado em 30/11/2015 com base na informação do Patrimônio Líquido de R$ 83,8 bilhões contido em Informativo para a Imprensa – Divulgação do Resultado 3T15, disponibilizado na página da internet da empresa, que inclui os valores referentes ao Instrumento Elegível a Capital Principal (IECP), no valor de R$ 8,1 bilhões, identificados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do 3º Trimestre de 2015 divulgadas pelo Banco do Brasil.

Ocorre que, conforme o disposto na Resolução n.º 4.192/2013, do Conselho Monetário Nacional, os instrumentos elegíveis a capital principal são instrumentos de dívida, sendo reclassificados como Patrimônio Líquido apenas para fins de divulgação nas demonstrações contábeis. Dessa forma, devem ser subtraídos dessa rubrica para efeito do cálculo da equivalência patrimonial.

Nesse sentido, em 29/01/2016, a Copar/STN registrou como ajuste de exercício anterior o valor da equivalência patrimonial do Banco do Brasil, desconsiderando-se o saldo do IECP do PL, o que resultou na equivalência patrimonial de R$ 38,4 bilhões, acarretando em uma diminuição de R$ 4,1 bilhão do valor constante do Siafi em 31/12/2015.

Participações Permanentes sob a supervisão da Copar/STN

Participações Permanentes avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP)

Neste grupo de contas encontram-se as participações permanentes em empresas, na forma de ações ou cotas em empresas controladas, e para aqueles investimentos considerados relevantes, em empresas coligadas, quando:

- a investidora tiver influência na administração; ou
- quando a porcentagem de participação, direta ou indireta da investidora representar 20% ou mais do capital social da coligada (art. 247 e 248 da Lei nº 6.404/1976).

Também faz parte desse grupo de contas as participações permanentes em fundos avaliados pelo método da equivalência patrimonial e as ações preferenciais de classe especial (*golden share*) detidas em companhias que foram objeto de desestatização.

PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS – MEP – COPAR/STN
R$ MILHARES

EMPRESA		31/12/2015	31/12/2014	% DE PART. NO CAPITAL SOCIAL	DATA BASE ÚLTIMO BALANÇO UTILIZADO
NÃO INTEGRAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA UNIÃO					
17.909.518/0001-45	ABGF	44.010	46.158	100,00	30/06/2015
07.752.497/0001-43	ACS	396.117	389.755	49,46	30/06/2015
04.902.979/0001-44	BASA	966.752	849.700	51,00	30/09/2015
00.000.000/0001-91	BB	42.514.778	37.103.449	50,73	30/09/2015
07.237.373/0001-20	BNB	1.374.805	1.678.957	50,92	30/09/2015
33.657.248/0001-89	BNDES	33.793.587	41.221.840	100,00	30/09/2015
20.492.831/0001-35	BRASAGRO	4.199	4.199	35,49	31/12/2011
00.360.305/0001-04	CAIXA	27.095.219	28.521.934	100,00	30/09/2015
07.223.670/0001-16	CDC	322.067	290.505	99,93	30/06/2015
04.933.552/0001-03	CDP	371.360	389.668	100,00	30/09/2015
34.164.319/0001-74	CMB	2.103.937	1.866.256	100,00	30/09/2015
14.372.148/0001-61	CODEBA	305.979	283.713	98,36	30/09/2015
27.316.538/0001-66	CODESA	307.897	273.226	99,45	30/09/2015
44.837.524/0001-07	CODESP	1.439.216	1.493.401	99,97	30/09/2015
06.347.892/0001-88	CODOMAR	143.259	171.910	99,97	30/09/2015
42.422.253/0001-01	DATAPREV	496.769	388.218	51,00	30/06/2015
34.028.316/0001-03	ECT	1.839.125	3.459.459	100,00	30/09/2015
00.001.180/0001-26	ELETROBRAS	21.416.639	24.003.974	40,99	30/09/2015
07.689.002/0001-89	EMBRAER	*	*	-	30/09/2015
04.527.335/0001-13	EMGEA	9.618.017	9.526.153	100,00	30/09/2015
27.816.487/0001-31	EMGEPRON	116.171	109.873	100,00	30/06/2015
33.749.086/0001-09	FINEP	1.908.055	1.617.976	100,00	30/09/2015
07.607.851/0001-46	HEMOBRAS	409.958	500.560	100,00	30/09/2015
00.352.294/0001-10	INFRAERO	389.495	1.892.627	100,00	30/09/2015
33.376.989/0001-91	IRB	345.558	-	11,73	30/06/2015
00.037.457/0001-70	NOVACAP	11.158	7.035	43,88	30/06/2015
33.000.167/0001-01	PETROBRAS	82.994.341	103.871.246	28,67	30/09/2015
18.738.727/0001-36	PPSA	15.832	7.397	100,00	30/09/2015
33.683.111/0001-07	SERPRO	1.061.005	1.050.445	100,00	30/06/2015
00.359.877/0001-73	TERRACAP	1.039.872	750.067	49,00	31/12/2014
33.592.510/0001-54	VALE	**	**	-	30/09/2015
INTEGRAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA UNIÃO					
42.357.483/0001-26	CBTU	681.078	1.834.936	100,00	30/09/2015
10.770.641/0001-89	CEITEC	47.250	7.056	100,00	30/09/2015
26.461.699/0001-80	CONAB	374.700	393.030	100,00	30/09/2015
09.168.704/0001-42	EBC	1.023.820	849.122	100,00	30/09/2015
15.126.437/0001-43	EBSERH - SEDE	10.325	3.114	100,00	30/09/2015
00.348.003/0001-10	EMBRAPA	66.766	115.302	100,00	30/06/2015
06.977.747/0001-80	EPE	21.085	26.926	100,00	30/09/2015
15.763.423/0001-30	EPL	55.182	47.769	100,00	30/09/2015
87.020.517/0001-20	HOSP.CLIN.P.ALEGR	413.880	462.473	100,00	30/09/2015
00.444.232/0001-39	IMBEL	322.031	215.894	100,00	30/09/2015
90.976.853/0001-56	TRENSURB	1.245.786	1.035.481	96,14	30/09/2015
42.150.664/0001-87	VALEC	5.976.809	7.412.404	100,00	30/09/2015
TOTAL		243.083.889	274.173.208		

Notas: * Valores abaixo de mil reais (R$ 20,23 em 31/12/2015 e R$ 12,65 em 31/12/2014).
** Valores abaixo de mil reais (R$ 404,55 em 31/12/2015 e R$ 355,48 em 31/12/2014).
Fontes: Siafi, 2015; Copar / STN, 2015.

PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS – MEP – COPAR/STN
R$ MILHARES

DESCRIÇÃO		31/12/2015	31/12/2014	% DE PART. NO CAPITAL	DATA BASE ÚLTIMO BALANÇO UTILIZADO
NÃO INTEGRAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA UNIÃO					
03.190.167/0001-50	FAR	34.137.804	20.670.152	92,18	30/06/2015
11.604.264/0001-70	FGCN	4.659.766	3.866.799	98,27	30/06/2015
12.754.466/0001-61	FGEDUC	2.477.561	1.521.792	100,00	30/09/2015
10.776.997/0001-20	FGHAB	850.196	1.173.077	51,68	30/06/2015
10.993.128/0001-57	FGI	519.395	578.263	80,79	31/08/2015
10.983.890/0001-52	FGO	145.902	323.275	21,45	30/09/2015
07.676.825/0001-70	FGP	20.519	20.285	100,00	31/08/2015
INTEGRA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA UNIÃO					
02.704.906/0001-12	FND	360.007	360.007	100,00	
TOTAL		43.171.150	28.513.650		

Fontes: Siafi, 2015; COPAR/STN, 2015.

No 2° trimestre, as empresas que responderam pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial foram o BNDES (perda de R$ 10,5 bilhões) e a Caixa (perda de R$ 2,3 bilhões), em função principalmente da reclassificação contábil realizada com base em orientação expedida pelo Banco Central do Brasil, no sentido de que os Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal (IECP) fossem registrados no passivo, ao invés do patrimônio líquido, bem como a Petrobras (perda de R$ 14,8 bilhões), que apurou prejuízo líquido, além dos ajustes contábeis no patrimônio líquido da companhia nas demonstrações de encerramento do exercício de 31/12/2014.

No 3° trimestre, merece destaque o registro realizado por equivalência patrimonial do Fundo de Arrendamento Mercantil (FAR) (ganho de R$ 10,9 bilhões), com posição de 31/12/2014.

Também merece destaque o resgate pela União de 202.645.640,15 cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHAB), equivalentes a R$ 400 milhões, bem como a integralização de cotas no Fundo de Garantia e Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), mediante a transferência de 49.161.763 ações ordinárias de emissão do IRB Brasil Resseguros S/A, de titularidade da União, no valor de R$ 464 milhões, conforme autorização constante do Decreto n.° 8.495, de 27/07/2015 e Portaria MF n.° 644, de 17/08/2015.

Atenta-se também para o fato de que o estoque remanescente das ações do IRB Brasil RE, foram excluídas do FND e transferidas para o investimento por equivalência patrimonial, por se tratar de ações pertencentes ao bloco de controle.

No 4° trimestre, as empresas que responderam pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial foram:

- BNDES (ganho de R$ 3,1 bilhões);
- Petrobras (perda de R$ 6,1 bilhões); e
- Eletrobras (Perda de R$ 1,9 bilhões), em decorrência principalmente do resultado apurado, em conformidade com as informações contidas nas demonstrações publicadas pelas empresas com posição de 30/09/2015.

As informações relativas ao FAR (ganho de R$ 2,6 bilhões) foram registradas com posição de 30/06/2015, pelo fato de as demonstrações contábeis do Fundo com posição de 30/09/2015 não terem sido aprovadas em tempo hábil para registro.

Quando se compara 31/12/2014 com 31/12/2015, observa-se uma desvalorização de 11% dos investimentos permanentes da União em empresas, com uma variação líquida negativa de R$ 31 bilhões.

Essa variação foi influenciada principalmente pelas seguintes empresas:

- Petrobras (perda de R$ 20,9 bilhões);
- BNDES (perda de R$ 7,4 bilhões);
- BB (ganho de R$ 5,4 bilhões) e
- Eletrobras (perda de R$ 2,6 bilhões).

Não obstante, ressalte-se que tal variação não foi resultado apenas de eventos ocorridos no decorrer de 2015, mas também verificados no último quadrimestre de 2014, considerando que a posição dos balanços que serviram de base para o cálculo da equivalência patrimonial é, em grande parte, de setembro de cada ano.

Em relação às participações em fundos, houve uma valorização de 48,6% entre 31/12/2014 e 31/12/2015, com um ganho líquido de R$ 14,6 bilhões. Dentre os fundos que responderam pela maior parcela da variação líquida anual estão:

- FAR (ganho de R$ 13,5 bilhões),
- FGEDUC (ganho de R$ 955 milhões), e
- FGCN (ganho de R$ 793 milhões).

Quanto às empresas que realizaram aumento de capital social em 2015, se destacam:

- Infraero (R$ 386 milhões),
- Trensurb, (R$ 218 milhões), e
- CBTU (R$ 207 milhões), cujos recursos foram direcionados para investimentos nas referidas companhias.

Participações Permanentes avaliadas pelo método de custo

PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS
MÉTODO DE CUSTO – COPAR/STN
R$ MILHARES

DESCRIÇÃO		31/12/2015	31/12/2014
PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS			
06.845.747/0001-27	AGESPISA	8.431	8.431
02.808.708/0001-07	AMBEV	48.400	48.400
06.274.757/0001-50	CAEMA	1.013	1.013
61.695.227/0001-93	ELETROPAULO	84.327	84.327
13.504.675/0001-10	EMBASA	2.622	2.622
PS0000002	PRUDENTIAL FINANCIAL INCORPORATION	7.213	-
18.279.158/0001-08	RIMA	4.660	4.660
04.611.818/0001-00	RIOTRILHOS	366.689	366.689
-	Outras (*)	1.394	1.394
TOTAL EMPRESAS		524.749	517.536
PARTICIPAÇÕES EM FUNDOS			
CO1705103	AID	1.701.391	1.701.391
RB1705110	BAD	4.353	4.353
CO1705105	BID	902.837	902.837
EX0900113	BID	240.144	77.076
CO1705102	BIRD	637.934	637.934
CO1705113	CAF	133.436	133.436
CO1705115	CAF	124.255	124.255
RB1705115	CAF	199.400	49.400
CO1705111	CFI	77.166	77.166
EX1705119	CFI	49.206	49.206
CO1705112	CII	193.759	193.759
CO1705106	FAD	325.588	325.588
RB1705106	FAD	11.997	11.997
CO1705110	FAD/BAD	33.905	33.905
CO1705107	FIDA	96.929	96.929
RB1705107	FIDA	9.501	9.501
RB1705108	FOE	24.636	24.636
CO1705108	FOE/BID	810.556	810.556
CO1705114	FONPLATA	174.620	174.620
CO1705109	FUMIN	43.353	43.353
RB1705109	FUMIN	11.361	11.361
CO1705104	MIGA	8.148	8.148
TOTAL ORGANISMOS INTERNACIONAIS		5.814.475	5.501.407
TOTAL		6.339.224	6.018.943

Nota: * Designação atribuída para as empresas e fundos com valores inferiores a R$ 1 milhão.

Fontes: Siafi, 2015; Copar / STN, 2015.

No 2° trimestre, destaca-se a integralização pela União de cotas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R$ 163 milhões, o que refletiu no aumento da participação da União no patrimônio daquele Organismo Internacional.

Por sua vez, no 3° trimestre, foi verificado a integralização de cotas da Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de R$ 150 milhões.

No 4° trimestre, merece destaque o registro da participação da União de 33.186 ações da Prudential Financial Incorporation, no valor de R$ 7 milhões, referente ao processo de transferência de titularidade da embaixada do Brasil em Washington para a União, conforme extratos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Entre 2014 e 2015, observa-se uma variação positiva de 5,3% nessa rubrica, influenciada principalmente pela integralização de cotas nos organismos internacionais anteriormente citados.

Em relação aos Organismos BIRD (R$ 186,79 milhões), AID (R$ 359,95 milhões) e CFI (R$ 49,21 milhões), registre-se que a subscrição de cotas ocorreu em 2012 e 2013, mas a efetiva integralização, que demandou em desembolso financeiro por parte da União, ocorreu em 2015.

Demais Investimentos

DEMAIS INVESTIMENTOS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Bens Móveis Não Destinados a Uso	1.931	1.947	(0,82)
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	2.066	735.018	(99,72)
Cotas do FFIE Integralizadas – FSB	1.598.398	-	-
Redução ao Valor Recuperável	-	(35)	(100,00)
TOTAL	1.602.395	736.930	117,44

Fonte: Siafi, 2015.

O item Títulos e Valores Mobiliários Permanentes sofreu decréscimo em função da reclassificação contábil, em 01/01/2015, de R$ 732,9 milhões do Fundo de Garantia à Exportação – BNDES.

O Fundo Soberano do Brasil, no exercício de sua finalidade, criou o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), com o objetivo de formar poupança pública com excedente do superávit primário e absorver flutuações dos ciclos econômicos.

O FFIE tem como características:

- fundo privado, operado por instituição financeira federal, no caso o Banco do Brasil; e
- patrimônio separado do patrimônio da União, estando sujeito a direitos e obrigações próprias.

Em janeiro de 2015, com a implantação do modelo PCASP, o saldo referente às cotas do FFIE, que antes era controlado no grupo de Investimentos, junto com os investimentos em empresas controladas, foi reclassificado para a conta contábil Demais Investimentos Permanentes. O saldo, em 31 de dezembro de 2014 e no momento da reclassificação, era de R$ 3,1 bilhões. O valor do investimento foi atualizado mensalmente pelo valor das cotas, conforme o demonstrativo da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM):

MOVIMENTAÇÕES DO FUNDO FISCAL
DE INVESTIMENTOS E ESTABILIZAÇÃO (FFIE)
R$ MILHARES

SALDO EM 31/12/2014	3.135.338	VALOR DA COTA	ATUALIZAÇÃO
	N° COTAS		
Janeiro	2.664.693.538,71	1,051809	(332.589)
Fevereiro	2.664.693.538,71	1,183426	350.719
Março	2.664.693.538,71	1,165178	(48.626)
Abril	2.664.693.538,71	1,322626	419.551
Maio	2.664.693.538,71	1,184727	(367.459)
Junho	2.664.693.538,71	1,260745	202.565
Julho	2.664.693.538,71	1,173441	(232.638)
Agosto	2.664.693.538,71	1,007579	(441.972)
Setembro	2.664.693.538,71	0,912217	(254.110)
Outubro	2.664.693.538,71	0,947738	(94.652)
Novembro	2.664.693.538,71	0,969852	58.927
22/12/2015	2.664.693.538,71	0,930913	(103.760)
Resgate de cotas	(918.452.732,46)	0,930913	(855.000)
SALDO EM 22/12/2015	1.625.598		
DEZEMBRO	1.746.240.806,25	0,915337	(27.200)
SALDO EM 31/12/2015	1.598.398		

Fonte: Siafi, 2015.

Portanto, o montante de atualização negativa líquida do ano foi de R$ 681,9 milhões, apropriado em Outras Variações Diminutivas o valor de R$ 1,81 bilhão e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas o valor de R$ 1,13 bilhão

Em 22 de dezembro foi realizado resgate de cotas no valor de R$ 855 milhões, por determinação do CD do Fundo Soberano do Brasil.

Nota 04 – Imobilizado

O Imobilizado da União é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do item Imobilizado, para os exercícios de 2015 e 2014.

IMOBILIZADO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

IMOBILIZADO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
BENS MÓVEIS			
(+) Valor contábil bruto	96.100.726	84.772.680	13,36
(–) Depreciação/Amortização/Exaustão	(13.056.102)	(10.695.034)	22,08
(–) Redução ao valor recuperável	(338.970)	-	-
(=) Valor contábil líquido	82.705.654	74.077.646	11,65
BENS IMÓVEIS			
(+) Valor contábil bruto	742.399.765	676.562.932	9,73
(–) Depreciação/Amortização/Exaustão	(2.120.909)	(1.977.807)	7,24
(–) Redução ao valor recuperável		-	-
(=) Valor contábil líquido	740.278.856	674.585.125	9,74
TOTAL	822.984.510	748.662.771	9,93

Fonte: Siafi, 2015.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da União em 31/12/2015 totalizavam R$ 82,7 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

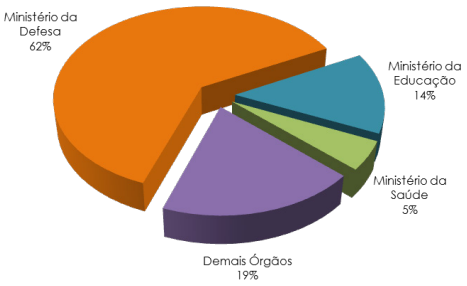
BENS MÓVEIS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

BENS MÓVEIS	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	19.408.307	17.469.691	11,10
Bens de Informática	10.975.875	10.112.752	8,53
Móveis e Utensílios	6.464.045	5.971.414	8,25
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.363.807	2.101.658	12,47
Veículos	23.210.511	21.837.359	6,29
Peças e Conjuntos de Reposição	231	-	-
Bens Móveis em Andamento	22.312.684	17.092.138	30,54
Bens Móveis em Almoxarifado	4.279.032	4.458.798	(4,03)
Armamentos	1.187.322	1.059.403	12,07
Semoventes e Equipamentos de Montaria	29.713	27.270	8,96
Demais Bens Móveis	5.869.199	4.642.197	26,43
Depreciação acumulada	(13.056.102)	(10.695.034)	22,08
Redução ao Valor Recuperável	(338.970)	-	-
TOTAL	82.705.654	74.077.646	11,65

Fonte: Siafi, 2015.

Os bens móveis estão distribuídos por Órgão Superior conforme demonstrado na figura a seguir.

BENS MÓVEIS POR ÓRGÃO SUPERIOR



Fonte: Siafi, 2015.

Dos Bens Móveis da União cerca de 62% estão registrados no Ministério da Defesa. A tabela a seguir detalha os valores por contas contábeis, sendo que a conta Bens Móveis em Andamento é a mais relevante. Desse item, pode-se destacar que a maior parte é do Comando da Marinha, sendo que R$ 12,5 bilhões estão registrados nas Unidades Gestoras 740002 e 740003 – Coordenação-Geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino com Propulsão Nuclear, UG no País e no exterior, respectivamente.

BENS MÓVEIS – MINISTÉRIO DA DEFESA – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

BENS MÓVEIS - MD	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Bens Móveis em Andamento	20.741.814	15.274.657	35,79
Veículos	17.734.098	16.811.318	5,49
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7.277.120	6.652.293	9,39
Bens Móveis em Almoxarifado	3.621.054	3.554.233	1,88
Outros Bens Móveis	6.153.160	4.745.150	29,67
Redução ao Valor Recuperável	(190.155)		-
Depreciação acumulada	(4.374.857)	(3.789.310)	15,45
TOTAL	50.962.234	43.248.341	17,84

Fonte: Siafi, 2015.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2015 totalizavam R$ 740 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme demonstrado na tabela a seguir.

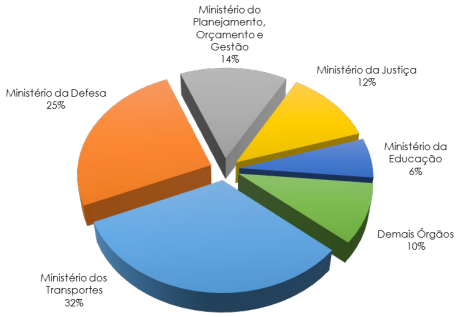
BENS IMÓVEIS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

BENS IMÓVEIS	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Bens de Uso Especial	403.750.569	366.611.104	10,13
Bens Dominicais	60.220.784	43.151.213	39,56
Bens de Uso Comum do Povo	222.491.200	218.320.572	1,91
Bens Imóveis em Andamento	48.072.936	41.050.656	17,11
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	896.928	786.683	14,01
Instalações	4.715.784	4.200.856	12,26
Demais Bens Imóveis	2.251.566	2.441.847	(7,79)
Deprec. Acum./Amort. Acumulada – Bens Imóveis	(2.120.909)	(1.977.806)	7,24
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
TOTAL	740.278.856	674.585.125	9,74

Fonte: Siafi, 2015.

Os bens imóveis estão distribuídos por Órgão superior de acordo com a figura a seguir.

BENS IMÓVEIS POR ÓRGÃO SUPERIOR



Fonte: Siafi, 2015.

Dos Bens Imóveis, cerca de 32% corresponde aos bens imóveis do Ministério dos Transportes, em especial os do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), conforme demonstrado na tabela a seguir:

BENS IMÓVEIS – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

BENS IMÓVEIS - MT	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Valec)	362.588	355.513	1,99
Departamento do Fundo da Marinha Mercante	8.201	9.746	(15,85)
Coordenação Geral e Recursos Logísticos	28.849	28.756	0,32
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)	71.624	23.824	200,64
TOTAL – BENS DE USO ESPECIAL	471.262	417.839	12,79
Dnit	222.490.839	218.319.397	1,91
TOTAL – BENS DE USO COMUM DO POVO	222.490.839	218.319.397	1,91
Valec	14.240.954	12.480.894	14,10
DNIT	554.520	503.810	10,07
Empresa de Planejamento e Logística (EPL)	50.413	27.314	84,57
Agência Nacional de Transportes Terrestres	244.038	189.677	28,66
TOTAL – BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	15.089.925	13.201.695	14,30
Outros Bens Imóveis	618.255	614.888	0,55
Depreciação Acumulada – Dnit	(495)	(495)	-
Depreciação Acumulada – Valec	(496.844)	(470.868)	5,52
Depreciação Acumulada – EPL	(12.854)	-	-
Depreciação Acumulada – Demais Órgãos	(50)	(109)	(54,13)
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(510.243)	(471.472)	8,22
TOTAL	238.160.038	232.082.347	2,62

Fonte: Siafi, 2015.

A partir do exercício de 2012, o Dnit, em obediência às Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e com o intuito de evidenciar o patrimônio público atribuído à sua administração, passou a registrar as rodovias e estradas federais.

Por rodovias federais entendem-se as vias rurais pavimentadas e por estradas, as vias rurais não pavimentadas, conforme define o Anexo I do atual Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei nº 9.503/1997.

Tangente aos critérios de mensuração das rodovias e estradas federais, esclarece-se que dos valores evidenciados o Dnit adotou como critério o valor necessário à construção de uma rodovia nova, ponderando as condições em que determinados trechos rodoviários se encontram, os quais necessitam de outros gastos com o intuito de colocá-los em condições ideais de uso, tal metodologia também é denominada de Custo Médio Gerencial.

Nos casos de vias não pavimentadas, ou seja, estradas, o critério utilizado foi de utilizar-se com o parâmetro os valores necessários à manutenção dos trechos rodoviários, como serviços de terraplanagem, dentre outros.

A maior parte das adições em Obras em Andamento é da Valec e refere-se aos pagamentos de obras de infraestruturas da Ferrovia Norte-Sul.

O Ministério da Defesa também merece destaque dentro do grupo de Bens Imóveis, já que corresponde a aproximadamente 25,18% do total do grupo. O item Bens Imóveis de Uso Especial é o de maior destaque dentro do referido órgão.

BENS IMÓVEIS – MINISTÉRIO DA DEFESA – COMPOSIÇÃO.
R$ MILHARES

BENS IMÓVEIS - MD	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Bens Imóveis de Uso Especial	177.211.081	166.167.267	6,65
Obras em Andamento	8.978.113	7.876.193	13,99
Outros Imóveis	462.443	412.968	11,98
Depreciação Acumulada	(217.046)	(326.609)	(33,55)
TOTAL	186.434.591	174.129.819	7,07

Fonte: Siafi, 2015.

Os Bens de Uso Especial são compostos, em seu maior montante, por terrenos e glebas, aeroportos e aquartelamentos.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) também se destaca no grupo dos Bens Imóveis, uma vez que representa 14,14% do total do grupo. O item Bens Dominicais é o de maior destaque dentro do referido órgão.

BENS IMÓVEIS – MP – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

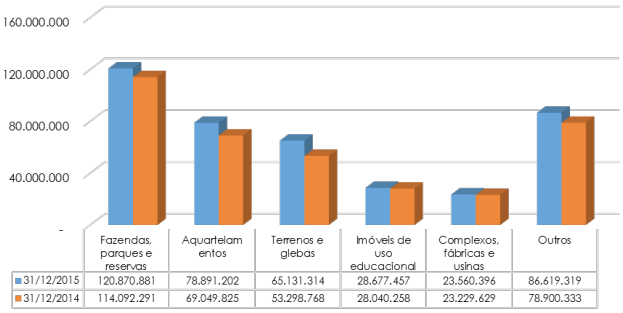
BENS IMÓVEIS - MP	31/12/2015	31/12/2014	
Bens de Uso Especial	49.929.609	36.120.357	38,23
Bens Dominicais	54.761.596	37.812.142	44,83
Bens Imóveis em Andamento	8.692	2.964	193,25
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1.407	1.407	-
Instalações	5.328	1.455	266,19
Deprec. Acum./Amort. Acumulada – Bens Imóveis	(13.866)	(16.513)	(16,03)
TOTAL	104.692.766	73.921.812	41,63

Fonte: Siafi, 2015.

Imóveis de Uso Especial

Os Bens Imóveis de Uso Especial da União apresentaram um aumento de aproximadamente R$ 37 bilhões em 2015, e é o item de maior representatividade dentre os bens imóveis da União, com cerca de 54%. O gráfico a seguir apresenta os maiores saldos:

BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.
R$ MILHARES



Fonte: Siafi, 2015.

A maior parte dos imóveis de uso especial, cerca de 98%, são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) do MP. Este sistema está integrado com o Siafi.

Assim, quando da inclusão, exclusão ou alteração de valores no SPIUnet, o sistema gera automaticamente um documento no Siafi, o qual faz os ajustes necessários nas contas contábeis que registram os saldos dos bens.

Eventuais diferenças causadas por falhas técnicas no processo de integração são corrigidas pelo procedimento de conciliação, ainda de forma manual.

Um especial destaque se refere aos bens das UG que operam com moeda estrangeira. No SPIUnet somente ocorre a conversão para a moeda nacional no momento do cadastramento do imóvel.

A sua vez, no Siafi o valor é registrado em moeda estrangeira, havendo diariamente a conversão para a moeda nacional. Esta diferença entre as metodologias de conversão dos sistemas supracitados faz com que o valor dos bens das UG que operam com moeda estrangeira apresente diferenças quando os sistemas são comparados entre si.

Na tabela a seguir, são apresentadas as diferenças localizadas entre os valores registrados no SPIUnet e no Siafi.

DIFERENÇA ENTRE OS VALORES REGISTRADOS NO SPIUNET E NO SIAFI – 2015
R$ MILHARES

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	UG	RIP	SPIUNET (I)	SIAFI (II)	DIFERENÇA (I-II)	EM USD I / 2,3426 (2013) (III)	EM REAL III X 3,9048 (2015) (IV)	CONCILIAÇÃO (II-IV)
123210102	Edifícios	120090	9707002315000	6.792	11.321	(4.529)	2.899	11.321	-
123210102	Edifícios	120091	9707002435005	8.987	14.980	(5.993)	3.836	14.980	-
123210105	Aquartelamentos	770100	9707001035003	7.865	13.109	(5.244)	3.357	13.109	-
123210105	Aquartelamentos	770200	9707001185005	6.900	11.501	(4.601)	2.945	11.501	-
123210104	Armazéns/Galpões	160065	9707001195000	1.200	1.341	(141)	-	-	(141)
123210105	Aquartelamentos	160065	9707001205006	2.250	2.515	(265)	-	-	(265)
TOTAL				33.994	54.767	(20.773)	13.038	50.911	(406)

Fontes: Siafi, 2015 e SPU, 2015.

Em relação aos bens das UG 120090, 120091, 770100 e 770200, a diferença refere-se exatamente ao que foi anteriormente explicado. Os valores registrados no SPIUnet foram convertidos em 2013 a uma taxa de R$ 2,3426, não havendo alteração até a data de 31/12/2015.

Os valores apresentados no Siafi são os valores originais em moeda estrangeira (dólar norte-americano) convertido para o Real em 31/12/2015 a uma taxa de R$ 3,9048.

Em relação a UG 160065, houve em 2015 o recebimento dos imóveis da UG 770200, sendo que a última conversão para o Real ocorreu naquela data, visto que a primeira UG não opera em moeda estrangeira.

Assim o saldo do SPIUnet utiliza uma taxa de R$ 2,3426 e o do Siafi utiliza uma taxa de R$ 2,6193. A mudança gerou uma diferença de R$ 406 mil que será ajustada no exercício de 2016.

Na continuação é apresentada a conciliação entre os saldos do SPIUnet e do Siafi.

CONCILIAÇÃO ENTRE OS VALORES REGISTRADOS NO SPIUNET E NO SIAFI
R$ MILHARES

	31/12/2015
SPIUnet – Total	395.034.044
SPIUnet – UG com moeda estrangeira	(30.544)
SPIUnet – UG com moeda nacional	395.003.500
Diferenças localizadas na conciliação	(406)
Siafi – UG com moeda estrangeira	50.911
Siafi – Total	395.054.005

Fontes: Siafi, 2015 e SPU, 2015.

Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas

No exercício de 2010, para fins de evidenciar o patrimônio da União de forma mais fidedigna, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu a Macrofunção 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, em que traz definições e procedimentos contábeis para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado.

Foi estabelecido um calendário para que os gestores adotassem gradativamente o procedimento de depreciação, amortização e exaustão dos bens, de acordo com as características dos bens. Por isso, a adoção vem progredindo a medida que os controles sobre os bens são melhores desenvolvidos e conforme a capacidade de recursos humanos de cada órgão.

A metodologia de cálculo utilizada pelo SPIUnet é o Método da Parábola de *Kuentzle*, conforme relatado no Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis, item 'Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet'.

Vale ressaltar, que não foi realizado nenhum registro contábil automático de depreciação nas empresas públicas e sociedades de economia mista, pois elas devem seguir a Lei nº 6.404/1976 e demais legislações e normativos próprios.

Destaca-se ainda, que se encontra em desenvolvimento na SPU/MP, um novo sistema que irá ser utilizado no controle dos bens imóveis sob supervisão deste. O atual sistema, o SPIUnet não foi criado com módulos que permitam o histórico de fluxos relacionados com: (i) depreciação; (ii) amortização; (iii) reavaliação; e, (iv) redução ao valor recuperável.

A lógica utilizada no SPIUnet é de estoque, o que pode ocasionar variação dos valores apurados, em especial da depreciação, pois quaisquer alterações nos parâmetros utilizados no cálculo, pode implicar em novos valores para depreciação, de acordo com a metodologia adotada.

De acordo com a SPU/MP (Ofício nº 2.048/2016-MP, de 14 de janeiro de 2016): [...] vale ressaltar que, como cerca de 30% dos imóveis ativos da base sofreram reavaliação ao longo de 2015, tais eventos podem ocasionar variações significativas na aferição da depreciação, razão pela qual o melhor mecanismo para controle e monitoramento é a implementação da metodologia nos sistemas informatizados, ação está já contemplada nos projetos de desenvolvimento desta Secretaria.

Nota 05 – Intangível

O Ativo Intangível da União, em 31/12/2015, totalizava R$ 3,16 bilhões e está distribuído em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

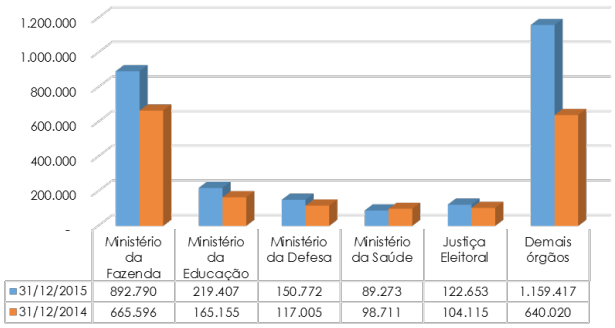
INTANGÍVEL – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

INTANGÍVEL	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Direito de Uso de Imóveis	3.976	3.275	21,40
Softwares	2.636.226	1.942.462	35,72
Amortização Acumulada - *Softwares*	(219.825)	(151.859)	44,76
Marcas e Patentes Industriais	241.444	203.164	18,84
Concessão de Direito de Uso e Comunicação	140.225	232.058	(39,57)
Direitos Autorais	1.507	1.209	24,65
Adiantamentos para Transferência de Tecnologia	404.599	5.240	7.621,53
Outros Direitos	904	22.052	(95,90)
Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(46.796)	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	(1.027)	-	-
Total	3.161.233	2.257.601	40,03

Fonte: Siafi, 2015.

No Intangível, destaca-se o item *softwares*, que representa cerca de 83,39% do grupo. Os maiores saldos de *software*, líquido da amortização acumulada, encontram-se registrados nos seguintes órgãos:

INTANGÍVEL – SOFTWARES
R$ MILHARES



	Ministério da Fazenda	Ministério da Educação	Ministério da Defesa	Ministério da Saúde	Justiça Eleitoral	Demais órgãos
31/12/2015	892.790	219.407	150.772	89.273	122.653	1.159.417
31/12/2014	665.596	165.155	117.005	98.711	104.115	640.020

Fonte: Siafi, 2015.

No âmbito do Ministério da Fazenda, relativamente aos softwares com desenvolvimento externo, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) são os principais fornecedores. Esses ativos foram mensurados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e respectivos aditivos.

Nota 06 – Empréstimos e Financiamentos

Dos valores constantes dos Empréstimos e Financiamento – Curto e Longo Prazos, apresentados nas tabelas seguintes, a maior parte está sob a gestão do Ministério da Fazenda, sendo a Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública (Codiv)/STN a responsável pelo registro e controle das operações.

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) apresentado nas demonstrações contábeis é calculado pela metodologia por apropriação. Trata-se da demonstração dos saldos de valores arrecadados (ou simplesmente reconhecidos) com os juros e deságios apropriados registrados no Siafi. Este enfoque se caracteriza por ser marcadamente contábil e atender às disposições da Lei nº 4.320/1964, associadas às exigências complementares mais recentes dadas pelos princípios de contabilidade (Resolução CFC nº 1.111/2007, atualizada pela Resolução CFC nº 1.367/2011).

Por outro lado, o estoque demonstrado no Resultado do Tesouro Nacional, Relatório Mensal da DPF (RMD), Relatório Anual da Dívida (RAD) e Plano Anual de Financiamento (PAF), é apurado utilizando-se a taxa interna de retorno média (TIR) das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos (Estoque pela TIR). Esta metodologia, que atende à demanda dos agentes econômicos, é também utilizada para cálculo de indicadores da dívida contidos naqueles relatórios. É importante ressaltar que as duas metodologias convergem e têm valores idênticos quando do pagamento/vencimentos dos títulos.

Os valores de Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo estão detalhados na tabela a seguir.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CURTO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CURTO PRAZO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Dívida Mobiliária	795.207.234	676.471.252	17,55
Títulos da Dívida Agrária – TDA	501.280	-	-
Créditos Securitizados	160	6.093	(97,37)
Contratos de Empréstimos Internos	9.149	5.862	56,07
Antecipação de Receita Orçamentária – ARO	4	-	-
Débitos de Operações Especiais	-	2.315.545	(100,00)
Empréstimos – Interno	795.717.827	678.798.752	17,22
Empréstimos – Em títulos	6.760.067	7.510.396	(9,99)
Empréstimos – Em contratos	1.084.741	2.815.711	(61,48)
Débitos de Operações Especiais	140.376	-	-
Empréstimos – Externo	7.985.184	10.326.107	(22,67)
Financiamentos do Ativo Permanente	3.744	3.271	14,46
Financiamentos para Construção de Imóveis	341	-	-
Duplicatas Descontadas	5	-	-
Financiamentos – Interno	4.090	3.271	25,04
Financiamentos do Ativo Permanente	2.248.121	523.517	329,43
Outros Financiamentos Externos	8.633	-	-
Financiamentos – Externo	2.256.754	523.517	331,08
TOTAL	805.963.855	689.651.647	16,87

Fonte: Siafi, 2015.

Por sua vez, os valores de Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo estão detalhados na tabela a seguir.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – LONGO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Empréstimos Externos – Em títulos	124.821.581	95.998.384	30,02
Empréstimos Externos – Em contratos	5.657.121	6.711.267	(15,71)
Empréstimos Externos	130.478.702	102.709.651	27,04
Dívida Mobiliária	3.161.755.112	2.647.916.183	19,41
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	2.402.221	3.294.034	(27,07)
Empréstimos Internos – Em contratos	507.401	34.289.044	(98,52)
Empréstimos Internos	3.164.664.734	2.685.499.261	17,84
Financiamentos do Ativo Permanente	3.442.739	-	-
Financiamentos Externos	3.442.739	-	-
Financiamentos do Ativo Permanente – Interno	1.200	4.200	(71,43)
Financ. p/ Construção de Imóveis Habitacionais – Interno	272	280	(2,86)
Financiamento de Capital de Giro – Interno		18.851	(100,00)
Financiamentos Internos	1.472	23.331	(93,69)
TOTAL	3.298.587.647	2.788.232.243	18,30

Fonte: Siafi, 2015.

Na tabela a seguir, apresenta-se a evolução do saldo da dívida pública federal, em mercado e em carteira do Banco Central do Brasil:

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Mercado	2.812.730.295	2.316.281.527	21,43
BCB	1.286.586.670	1.118.645.267	15,01
TOTAL	4.099.316.965	3.434.926.794	19,34

Fonte: CODIV/STN, 2015.

Mais informações sobre emissões, resgates, estoque, perfil de vencimentos e custo médio, dentre outras, relativas à Dívida Pública Federal, nela incluídas as dívidas interna e externa de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado, podem ser obtidas no Relatório Anual da Dívida, disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorio-anual-da-divida, abrangendo as principais alterações ocorridas no exercício de 2015.

Dívida Mobiliária

O incremento do saldo de curto prazo percebido no ano está ligado, principalmente, às emissões de títulos da Dívida Mobiliária por meio dos leilões tradicionais, leilões de troca, vendas de títulos do Programa Tesouro Direto.

O curto prazo movimenta-se também pelas transferências recebidas do longo prazo, como ocorrido em janeiro com os títulos denominados LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) - MERCADO, com a transferência de, aproximadamente R$ 240 bilhões, além da apropriação de juros e encargos.

Conforme Nota n° 33 Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, foram reconhecidos no item de Variações Monetárias e Cambiais, R$ 368,77 bilhões em decorrência da variação monetária interna e R$ 51,39 bilhões da variação cambial externa, ambas da dívida mobiliária.

Na continuação, apresenta-se as tabelas contendo a composição da dívida mobiliária interna (segregada em curto e longo prazos) e externa (agrupada).

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA – CURTO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA CURTO PRAZO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
LTN-DL 2376 – MERCADO	410.970.723	280.308.581	46,61
LTN-DL 2376 – BCB	198.609.673	111.893.710	77,50
NTN-B – MERCADO	92.434.003	62.489.744	47,92
NTN-B – BCB	38.055.333	21.613.465	76,07
NTN-F – MERCADO	16.018.280	7.636.318	109,76
LFT - MERCADO	14.393.465	122.715.085	(88,27)
NTN-F – BCB	10.491.793	12.726.187	(17,56)
LFT – BCB	7.798.935	54.937.312	(85,80)
Outros Títulos	6.435.029	2.150.850	199,19
TOTAL	795.207.234	676.471.252	17,55

Fonte: Siafi, 2015.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA – LONGO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA LONGO PRAZO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
NTN-B – MERCADO	734.235.954	670.211.799	9,55
LFT – MERCADO	611.454.423	295.431.486	106,97
NTN-B – BCB	397.530.560	344.259.585	15,47
LTN-DL 2376 – MERCADO	352.700.951	405.238.075	(12,96)
NTN-F – ME RCADO	314.738.909	252.721.805	24,54
LTN-DL 2376 – BCB	228.089.342	293.950.919	(22,41)
LFT – BCB	205.924.475	111.939.418	83,96
NTN-F – BCB	200.086.363	167.324.380	19,58
NTN-C – MERCADO	77.218.298	72.882.634	5,95
Outros Títulos	40.806.111	33.956.082	20,17
Valores em consolidação*	(1.030.274)	-	-
Total	3.161.755.112	2.647.916.183	19,41

Nota: * A conta de controle 8.9.9.9.1.39.02 não faz distinção de valores da Dívida Mobiliária Intra-OFSS e os que estão em mercado, portanto os valores registrados nessa linha referem-se a títulos excluídos na consolidação por ainda estarem em poder de órgãos integrantes dos OFSS.

Fonte: Siafi, 2015.

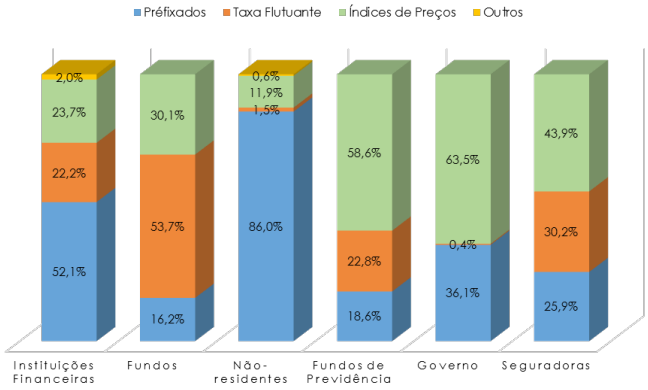
DÍVIDA MOBILIÁRIA EXTERNA – CURTO E LONGO PRAZOS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

DIVIDA MOBILIÁRIA EXTERNA CURTO E LONGO PRAZOS	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
DP1300006 – A-BOND	1.120.705	1.150.764	(2,61)
DP1300002 – DL6019	785	621	26,41
DP1300005 – EURO	5.734.613	6.062.172	(5,40)
DP1300003 – GLOBAL	111.070.650	82.640.329	34,40
DP1300004 – GLOBAL	13.654.895	13.654.895	-
TOTAL	131.581.648	103.508.781	27,12

Fonte: Siafi, 2015.

Na continuação, apresenta-se o gráfico contendo a composição da carteira de títulos públicos, por detentor, conforme informação extraída do Relatório Anual da Dívida (STN, 2015), com data-base de dezembro de 2015.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS PÚBLICOS, POR DETENTOR (DEZ/2015).
R$ MILHARES



Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015 e Selic, 2015.

Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2015, a União apresentou um saldo de R$ 15,4 bilhões de fornecedores em aberto, sendo R$ 15,3 bilhões nos fornecedores de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-os, em 2015, entre nacionais e estrangeiros.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Nacionais	15.032.831	9.301.639	61,61
Estrangeiros	234.365	-	-
Total Circulante	15.267.196	9.301.639	64,13
Nacionais	98.287	99.387	(1,11)
Total Não Circulante	98.287	99.387	(1,11)
TOTAL GERAL	15.365.483	9.401.026	63,44

Fonte: Siafi, 2015.

Na tabela a seguir, relaciona-se os órgãos contratantes com valores mais expressivos de fornecedores na data base de 31/12/2015:

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – POR ÓRGÃO CONTRATANTE
R$ MILHARES

ÓRGÃO CONTRATANTE	31/12/2015	AV (%)
Departamento. Nacional de Infraestrutura de Transportes	2.497.230	16,25
Comando da Marinha	1.294.316	8,42
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	874.949	5,69
Comando da Aeronáutica	776.768	5,06
Comando do Exército	754.422	4,91
Instituto Nacional do Seguro Social	656.386	4,27
Fundação Oswaldo Cruz	471.916	3,07
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	440.009	2,86
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	348.363	2,27
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	318.253	2,07
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	296.230	1,93
Agencia Nacional do Cinema	282.782	1,84
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	276.518	1,80
Fundo do Exército	236.619	1,54
Ministério da Saúde	227.198	1,48
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	179.483	1,17
Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	168.860	1,10
Ministério da Fazenda	135.222	0,88
Demais	5.129.959	33,39
TOTAL	15.365.483	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Na tabela a seguir, relaciona-se os 25 fornecedores mais significativos, cujos CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) foram identificados, com seus respectivos órgãos contratantes e saldo em aberto, na data base de 31/12/2015.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR
POR FORNECEDOR E ÓRGÃO CONTRATANTE
R$ MILHARES

FORNECEDORES / ÓRGÃOS CONTRATANTES	31/12/2015	AV (%)
Banco do Brasil	621.872	4,05
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	317.156	2,06
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	196.160	1,28
Ministério do Desenvolvimento Agrário	37.297	0,24
Ministério da Fazenda	35.784	0,23
Instituto Nacional do Seguro Social	18.524	0,12
Outros	16.951	0,11
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev	548.502	3,57
Instituto Nacional do Seguro Social	539.724	3,51
Fundo de Amparo ao Trabalhador	8.371	0,05
Outros	407	-
Embraer S.A.	534.869	3,48
Comando da Aeronáutica	523.904	3,41
Comando da Marinha	10.965	0,07
Caixa Econômica Federal	497.464	3,24
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	348.326	2,27
Ministério das Cidades	59.907	0,39
Ministério da Fazenda	34.026	0,22
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	18.638	0,12
Ministério do Desenvolvimento Agrário	14.287	0,09
Instituto Nacional do Seguro Social	12.261	0,08
Outros	10.019	0,07
Construtora Norberto Odebrecht S A	466.710	3,04
Comando da Marinha	466.710	3,04
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	282.270	1,84
Agência Nacional do Cinema	282.270	1,84
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	195.396	1,27
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	195.396	1,27
Itaguaí Construções Navais S/A	131.471	0,86
Comando da Marinha	131.471	0,86
CCM-Construtora Centro Minas Ltda	117.255	0,76
Departamento. Nacional de Infraestrutura de Transportes	117.055	0,76
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	200	-
Editora Ática S.A.	113.669	0,74
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	113.669	0,74
Construtora Sanches Tripoloni Ltda	111.669	0,73
Departamento. Nacional de Infraestrutura de Transportes	111.669	0,73
Iveco Latin America Ltda	108.982	0,71
Comando do Exército	108.982	0,71
Editora FTD S A	104.573	0,68
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	104.573	0,68
Centrais Elétricas Brasileiras SA	89.243	0,58
Ministério de Minas e Energia	89.243	0,58
Essor Seguros S.A.	85.874	0,56
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	85.874	0,56
Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda	85.676	0,56
Departamento. Nacional de Infraestrutura de Transportes	85.676	0,56
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A	83.909	0,55
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	83.714	0,54
Outros	195	-
Castellar Engenharia Ltda	78.958	0,51
Departamento. Nacional de Infraestrutura de Transportes	78.958	0,51
Saraiva SA Livreiros Editores	78.629	0,51
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	78.629	0,51
Torc Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda	78.422	0,51
Departamento. Nacional de Infraestrutura de Transportes	56.942	0,37
Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	21.480	0,14

FORNECEDORES / ÓRGÃOS CONTRATANTES	31/12/2015	AV (%)
Construtora Queiroz Galvão S A	74.256	0,48
Departamento. Nacional de Infraestrutura de Transportes	74.256	0,48
Editora Moderna Ltda	73.816	0,48
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	73.816	0,48
Dalka do Brasil Ltda.	73.301	0,48
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	60.967	0,40
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	12.229	0,08
Fundação Nacional de Saúde	105	-
Consórcio Tepro	70.420	0,46
Comando do Exército	70.420	0,46
Técnica Viária Construções Ltda	62.548	0,41
Departamento. Nacional de Infraestrutura de Transportes	62.548	0,41
Demais	10.595.729	68,96
Departamento. Nacional de Infraestrutura de Transportes	1.910.120	12,43
Comando da Marinha	685.171	4,46
Comando do Exército	574.965	3,74
Fundação Oswaldo Cruz	471.916	3,07
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	308.103	2,01
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	276.518	1,80
Comando da Aeronáutica	252.840	1,65
Outros	6.116.096	39,80
TOTAL	15.365.483	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 08 – Provisões

As provisões estão segregadas em dois grupos: (i) a curto prazo; e (ii) a longo prazo. No exercício de 2015, as provisões de curto prazo tiveram um aumento de 413,54%, em razão da mudança da política contábil de reconhecimento de passivos efetivos, provisões e passivos contingentes.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões, para os exercícios de 2015 e 2014.

PROVISÕES – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

PROVISÕES	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Provisões a curto prazo	53.194.350	10.358.328	413,54
Provisões a longo prazo	1.382.019.510	1.241.136.500	11,35
TOTAL	1.435.213.860	1.251.494.828	14,68

Fonte: Siafi, 2015.

Provisões a Curto Prazo

O item Provisões de Curto Prazo, do Passivo Circulante, é constituído principalmente por provisões de riscos fiscais junto a instituições financeiras e não financeiras registradas pelo Ministério da Fazenda no valor de R$ 33,7 bilhões e por provisões dos valores previstos para pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV) no decorrer do exercício de 2016 registrados, no subitem Outras Provisões a Curto Prazo, pelo valor de R$ 11,5 bilhões.

PROVISÕES A CURTO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

PROVISÕES A CURTO PRAZO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Provisão Riscos Cíveis a Curto Prazo	436.785	12.829	3.304,67
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	1.851.184	1.541.778	20,07
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	33.811.084	82.978	40.647,05
Outras Provisões a Curto Prazo	12.030.429	8.720.743	37,95
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	5.064.868	-	
TOTAL	53.194.350	10.358.328	413,54

Fonte: Siafi, 2015.

Provisões para Riscos Fiscais

Em 2015 o subitem mais relevante (63,56%) dentre as provisões de curto prazo foi o de Provisões para Riscos Fiscais, cujos os valores estão detalhados na tabela a seguir.

PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Para pagamento de autos de infração não recorridos	4.926		-
Para pagamento de autos de infração recorridos	90.178	82.978	8,68
Instituições financeiras	30.775.460		-
Instituições não financeiras	2.940.520		-
TOTAL	33.811.084	82.978	40.647,05

Fonte: Siafi, 2015.

Dos itens que compõem a Provisão para Riscos Fiscais, o valor mais relevante se refere à constituição de provisão para riscos fiscais, junto a instituições financeiras. O item é composto pela estimativa das obrigações junto às instituições financeiras referentes aos programas gerenciados pela Copec/STN, que estão assim divididos:

PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CURTO PRAZO – POR PROGRAMAS – COPEC/STN
R$ MILHARES

	VALOR	AV (%)
Álcool	64	-
PSI – Bens de Capital	14.179.990	46,08
Custeio Agropecuário	1.167.164	3,79
Comercialização – EGF	20.432	0,07
Fundos Regionais	313.807	1,02
PCD – Deficiência	500	-
Pronaf	5.435.292	17,66
Proex	4.937.918	16,04
Investimento	3.321.572	10,79
Prorenova	95.312	0,31
Pesa	699.204	2,27
Proagro	490.000	1,59
Revitaliza	33.999	0,11
Sudene	80.206	0,26
TOTAL	30.775.460	100,00

Fontes: Siafi, 2015 e Copec / STN, 2015.

Ainda em relação à Provisão para Riscos Fiscais, o segundo valor relevante se refere à constituição de provisão para riscos fiscais, junto a instituições não financeiras. A seguir é apresentada a composição do item:

PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES NÃO FINANCEIRAS – CURTO PRAZO R$ MILHARES

PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES NÃO FINANCEIRAS	VALOR	AV (%)
Fundação da Rede Ferroviária para a Seguridade Social	2.540.000	86,38
Lei Complementar nº 148/2014	400.000	13,60
Outros	520	0,02
TOTAL	2.940.520	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

A Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) foi extinta por intermédio da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 (conversão da Medida Provisória nº 353, 22 de janeiro de 2007).

A referida lei estabeleceu que a União sucederia a RFFSA nos direitos e obrigações.

Dentre as obrigações, existe o Instrumento Particular de Direitos e Obrigações entre as Partes Relativas à Adesão ao Plano de Contribuição Definida (com três termos aditivos), celebrado entre a RFFSA em Liquidação e a Fundação da Rede Ferroviária para a Seguridade Social (Refer) em 08 de fevereiro de 2001.

A referida obrigação é atualizada pela aplicação única do índice geral de preços – disponibilidade interna (IGP-DI) e seu registro foi objeto de recomendação do relatório do GT TN. A provisão constituída importou em R$ 2,5 bilhões no exercício de 2015.

Em vista das situações decorrentes da implementação das condições estabelecidas pela Lei Complementar nº 148/2014 (regulamentada pelo Decreto nº 8.616, de 29/12/2015), dentre as quais a de que alguns municípios já teriam liquidado as suas obrigações junto à União, caberá a esta a obrigação de ressarci-los em montante estimado de R$ 400 milhões, conforme valores projetados para dezembro/2016.

Tal montante foi consignado na PLOA 2016 por meio do Programa 0905, Ação 00PQ – Ressarcimento a Municípios de Dívidas Contratuais Internas assumidas e refinanciadas pela União (Lei Complementar nº 148/2014), fontes 143 e 144.

Para que as devoluções sejam efetivadas os Municípios, deverão assinar aditivos contratuais, e para isso, deverão seguir uma série de procedimentos apresentados no Decreto nº 8.616/2015.

Como não é possível precisar o momento exato em que tais aditivos serão assinados, o GT-TN, recomendou à Coafi/STN a constituição de provisão para o valor a ser devolvido, conforme disposto na Nota Técnica-Conjunta Nº 23/2015/CCONF/CCONT/COAFI/STN/MF-DF, de 10/09/2015.

Adicionalmente, a Coafi/STN elaborou a Nota Técnica Nº 1/2016/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 07/01/2016, na qual foram detalhados os lançamentos contábeis de contabilização dos haveres, em linha com as recomendações do GT TN, e de acordo com orientações fornecidas pela CCONT/STN.

Dessa forma, foram efetuados lançamentos de provisão no montante de R$ 400 milhões. A estimativa foi realizada pela COAFI/STN, com base em informações financeiras fornecidas pelo agente financeiro – Banco do Brasil. Os lançamentos foram efetuados em contas de curto prazo, em vista da grande possibilidade de realização das devoluções ao longo do exercício de 2016.

Provisões para Requisições de Pequeno Valor

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é a espécie de requisição de pagamento de quantia a que a Fazenda Pública foi condenada em processo judicial, para valores totais de até 60 salários mínimos por beneficiário, sendo encaminhada ao Tribunal de Justiça, quando a entidade devedora for sujeita ao Orçamento Geral da União.

A Provisão para Requisição de Pequeno Valor é reconhecida contabilmente conforme a projeção orçamentária de RPV do exercício a serem executados. A composição da provisão é apresentada na tabela a seguir.

PROVISÕES PARA RPV – POR ÓRGÃO R$ MILHARES

PROVISÕES PARA RPV	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Superior Tribunal de Justiça	19.018	3.567	433,17
Justiça Federal	10.895.385	7.317.153	48,90
Justiça do Trabalho	253.135	204.546	23,75
Ministério da Fazenda	109	-	-
Instituto Nacional de Seguridade Social	319.656	-	-
TOTAL	11.487.303	7.525.266	52,65

Fonte: Siafi, 2015.

No Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) constou um montante de R$ 9,2 bilhões relativo aos pagamentos de RPV (Ofício SEI nº 24194/2015-MP, de 23 de novembro de 2015) a serem executados no ano de 2016. Deste montante, R$ 9,1 bilhões foram registrados nas contas de provisões específicas para RPV, conforme detalhado na tabela anterior.

Em relação aos órgãos destacados no PLOA que não foram listados anteriormente, ressalta-se que:

- O Hospital das Clínicas de Porto Alegre procedeu o reconhecimento de tais obrigações, porém, utilizou as contas de provisão para indenizações trabalhistas (R$ 3 milhões) e para indenizações cíveis (R$ 50 mil);
- A Inventariança da Rede Ferroviária Federal S.A. realizou o reconhecimento da obrigação no grupo de provisão para indenizações trabalhistas (R$ 546 mil); e
- O Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A, reconheceu a obrigação no grupo das provisões para indenizações trabalhistas (R$ 64,5 milhões).

Provisões a Longo Prazo

Das Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante, 90% refere-se a Provisões Matemáticas Previdenciárias.

PROVISÕES A LONGO PRAZO – COMPOSIÇÃO R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	802.064	324.585	147,10
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	5.629.422	75.608	7.345,54
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo	35.092.106	2.909	1.206.228,84
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	1.243.685.997	1.208.428.654	2,92
Outras Provisões a Longo Prazo	92.022.189	32.304.746	184,86
Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo	4.787.732	-	-
TOTAL	1.382.019.510	1.241.136.500	11,35

Fonte: Siafi, 2015.

Provisões Matemáticas Previdenciárias

Considerando a necessidade de evidenciação do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União no Balanço Patrimonial, em conformidade com os procedimentos contábeis previstos no MCASP, em atendimento à Portaria STN n° 634/2013 e Portaria MPS n° 509/2013, apresenta-se, de forma discriminada, os valores das provisões previdenciárias a longo prazo, reconhecidas em 2015.

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS
R$ MILHARES

PROVISÕES	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Aposentadorias, pensões, outros benefícios concedidos	588.207.132	602.203.825	(2,32)
Contribuições do Inativo para Plano Previdenciário	(24.314.614)	(24.571.375)	(1,04)
Contribuições do Pensionista para Plano Previdenciário	(6.345.346)	(7.482.847)	(15,20)
Aposentadorias, pensões, outros benefícios a conceder	1.062.874.093	1.002.324.697	6,04
Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário	(221.914.711)	(213.966.132)	3,71
Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário	(154.820.557)	(150.079.514)	3,16
TOTAL	1.243.685.997	1.208.428.654	2,92

Fonte: Siafi, 2015.

Os valores contabilizados são suportados por avaliação atuarial do RPPS dos servidores civis da União elaborada pelo Ministério da Previdência Social (MPS), com data base de 31 de dezembro de 2015. A tabela anterior demonstra a classificação contábil disponível no sistema para a referida data base.

As Provisões Matemáticas Previdenciárias apresentam, de acordo com o resultado da avaliação atuarial, o somatório das reservas matemáticas do RPPS, dos benefícios concedidos e a conceder, significando os compromissos líquidos do plano de benefícios com projeção para 150 anos, que consideram a expectativa de reposição de servidores.

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário correspondem ao valor presente líquido das prestações futuras dos benefícios já concedidos aos atuais aposentados e pensionistas.

Para sua apuração, utiliza-se a conta contábil Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano Previdenciário do RPPS, que registra o valor presente das prestações futuras dos benefícios já concedidos, e as contas contábeis Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS (redutora), Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS (redutora), Contribuições do Pensionista (redutora), que registram o valor presente das contribuições futuras dos aposentados e pensionistas, calculadas sobre o valor de seus benefícios com prazo de vigência indeterminado.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder referem-se ao valor presente líquido das prestações futuras dos benefícios a conceder às gerações atual e futura dos servidores.

De forma simétrica as dos benefícios concedidos, correspondem à diferença entre os valores presentes das Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano e as Contribuições do Ente (redutora) e Contribuições do Ativo (redutora), que registram o valor presente das contribuições futuras do ente e dos servidores, calculadas sobre as remunerações da geração atual e futura dos servidores.

O valor de R$ 154,8 bilhões é composto de R$ 43,8 bilhões, referente a 11% da parcela dos benefícios a serem concedidos que excederem ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) somado a R$ 111 bilhões, referente à contribuição de 11% sobre o salário de contribuição do servidor ativo.

Foram utilizadas no cálculo atuarial as seguintes hipóteses biométricas, financeiras e econômicas em consonância com os parâmetros estabelecidos na Portaria MPS n°403/2008, buscando-se sua aderência às características da massa de segurados do RPPS e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do plano:

- Sobrevivência de Válidos e Inválidos: tábua atual de mortalidade elaborada para ambos os sexos pelo IBGE – 2012, extrapolada a partir da idade de 80 anos;
- Entrada em Invalidez: foi utilizada a tábua Álvaro Vindas, como limite mínimo de taxa de entrada em invalidez, em função da idade do segurado;
- Crescimento salarial: 1% ao ano, compreendido entre o tempo de contribuição transcorrido entre a data da avaliação e a data provável da aposentadoria de válidos. Esse crescimento foi calculado a partir da aplicação de uma função exponencial;
- Crescimento real dos benefícios: não foi utilizado;
- Taxa de inflação futura: não foi utilizada nos cálculos dos valores presentes atuariais e, consequentemente, na elaboração do balanço atuarial, visto que um dos pressupostos do estudo atuarial é que todas as variáveis financeiras serão influenciadas pela inflação na mesma dimensão e período;
- Reposição de servidores: foi utilizada a hipótese de reposição de servidores, no conceito de grupo aberto, à taxa de 100% de reposição (1:1), isto é, considerou-se a substituição de cada servidor aposentado ou falecido por outro servidor com as mesmas características funcionais, financeiras e pessoais (salários, idade de admissão, sexo, entre outras) do servidor que lhe deu origem;
- Alíquotas de contribuição: servidores ativos (11% sobre sua remuneração de contribuição), aposentados e pensionistas (11% sobre a parcela do benefício excedente ao teto do RGPS), União (22%), conforme estipulado pela Lei n° 10.887, de 18 de junho de 2004;
- Família-padrão; utilizou-se como estimativa do grupo familiar sobrevivente de servidores ativos e aposentados um cônjuge com a mesma idade do servidor ou servidora falecido, computando-se, entretanto, 90% da obrigação da respectiva pensão, como forma de se estimar o efeito, as projeções atuariais, daqueles servidores que não apresentam dependentes por ocasião de seu falecimento, ou que apresentam apenas dependentes temporários;
- Idade de entrada no mercado de trabalho: considerou-se que o servidor contribuiu durante todo o tempo decorrido entre a idade de 18 anos e a idade na data da posse no serviço público, para qualquer regime previdenciário, embora sem considerar possível ingresso de compensação financeira;
- Taxa de rotatividade de servidores: não considerada; e
- Taxa de juros: utilizou-se a taxa anual de juros de 6% para desconto de valores dos pagamentos de benefícios e recebimentos de contribuições.

Com relação às regras de elegibilidade aos benefícios de aposentadorias programadas (por idade, tempo de contribuição e compulsória), a data da aposentadoria o servidor foi calculada selecionando-se a mais próxima, considerando as regras constitucionais permanentes.

Para os servidores sujeitos às regras de transição, previstas nas Emendas Constitucionais nos 20/1998, 41/2003 e 47/2005, estimou-se um tempo de espera de, no máximo, 3 anos para alcançar a regra mais vantajosa de aposentadoria, exceto se o tempo faltante para essa regra for superior a esse prazo, quando se considerou como data de aposentadoria programada a data da primeira elegibilidade ao benefício.

Para todos os servidores que ingressaram após a criação das entidades fechadas de previdência complementar no âmbito da União, e para aqueles que irão repor as saídas por falecimento ou aposentação de servidores, o valor do benefício futuro foi limitado ao teto do RGPS.

Na avaliação atuarial foi adotado o método de financiamento agregado em regime financeiro de capitalização para o cálculo das provisões matemáticas prospectivas obtidas a partir dos valores presentes dos benefícios e das contribuições futuras.

Em relação ao exercício 2015, houve decréscimo nas provisões matemáticas de benefícios concedidos no importe de R$ 12,6 bilhões, nas provisões matemáticas de benefícios a conceder houve aumento na ordem de R$ 47,8 bilhões, que resultaram na elevação do déficit atuarial de R$ 1,21 trilhão para R$ 1,24 trilhão.

Provisões para Riscos Fiscais

As Provisões para Riscos Fiscais de longo prazo estão detalhadas na tabela a seguir.

PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Para pagamento de autos de infração não recorridos	15.171	2.909	421,52
Para pagamento de autos de infração recorridos	6	-	-
Instituições financeiras – subvenções econômicas	29.369.048	-	-
Instituições financeiras – reestruturação de dívidas	5.707.882	-	-
TOTAL	35.092.107	2.909	1.206.228,88

Fonte: Siafi, 2015.

Dos itens que compõem a Provisão para Riscos Fiscais, o valor mais relevante se refere à constituição de provisão para riscos fiscais, junto a instituições financeiras. Tais provisões estão separadas em dois grupos: (i) subvenções econômicas, sob a supervisão da Copec/STN; e (ii) reestruturação de dívida, sob a supervisão da Coafi/STN.

As provisões em relação aos programas gerenciados pela COPEC/STN estão assim divididas:

PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – LONGO PRAZO – POR PROGRAMAS – COPEC/STN
R$ MILHARES

PROVISÕES	VALOR	AV (%)
PSI – Bens de Capital	16.647.521	56,68
Custeio Agropecuário	1.156.585	3,94
Comercialização – EGF	6.162	0,02
Fundos Regionais	818.192	2,79
PRONAF	5.306.472	18,07
PROEX	443.952	1,51
Investimento	3.070.000	10,45
PRORENOVA	103.989	0,35
PESA	1.792.430	6,10
REVITALIZA	23.745	0,09
TOTAL	29.369.048	100,00

Fontes: Siafi, 2015 e Copec / STN, 2015.

Em relação à reestrutura de dívida, a provisão constituída foi de R$ 5,7 bilhões. A Lei nº 8.727/1993 estabeleceu diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A União celebrou, com cada um dos devedores, um Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas (Contrato de Confissão) e na sequência, firmou com os diversos credores originais, os respectivos Contratos Particulares de Cessão de Crédito (Contrato de Cessão).

O ativo registrado no Siafi relativo a Lei nº 8.727/1993 corresponde ao total dos saldos dos contratos de confissão ainda vigentes. O passivo, por sua vez, corresponde à parcela do saldo registrado no ativo e que, nas condições vigentes, será repassado aos demais credores.

Como no Siafi os valores relacionados aos saldos decorrentes dos contratos de confissão são superiores aos saldos decorrentes dos contratos de cessão, a diferença corresponde à parcela dos créditos que remanescerão com a União.

A origem da divergência decorre de três fatores principais:

- sistema de rateio;
- a falta de sistema de amortização dos contratos de cessão; e
- a taxa de juros e atualização monetária, divergentes entre os contratos de confissão e cessão.

Em que pese haver questionamentos e entendimentos jurídicos acerca dos valores devidos pela União, os passivos registrados por ela junto aos credores originários são inferiores aos ativos destes registrados junto à União.

De acordo com os controles do agente financeiro, os saldos dos contratos de cessão apresentam uma diferença de R$ 5,7 bilhões em desfavor da União (posição de 31/12/2015), valores estes que até novembro/2015 não estavam registrados no Siafi.

Nesse sentido, o GT TN recomendou à Coafi/STN a constituição de provisão para a referida diferença, conforme disposto na Nota Técnica-Conjunta Nº 23/2015/CCONF/CCONT/COAFI/STN/MF-DF, de 10 de setembro de 2015. Adicionalmente, a STN/Coafi elaborou a Nota Técnica Nº 1/2016/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 07/01/2016, por meio da qual foram detalhados os lançamentos contábeis de contabilização dos haveres, em linha com as recomendações do GT TN, e de acordo com orientações fornecidas pela CCONT/STN.

Provisões para Repartição de Créditos

A tabela a seguir apresenta as provisões para repartição dos créditos a longo prazo.

PROVISÕES PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS – LONGO PRAZO.
R$ MILHARES

PROVISÕES	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Repartição de créditos – Estados	2.246.775	-	-
Repartição de créditos – Municípios	2.540.957	-	-
TOTAL	4.787.732	-	-

Fonte: Siafi, 2015.

Esses títulos registram os passivos de prazos ou de valores incertos relacionados aos créditos tributários e não tributários reconhecidos no lançamento por parte do agente arrecadador, a serem repartidos com outros entes da Federação ou entidades.

No cálculo da provisão de longo prazo foram utilizadas as mesmas naturezas de receita utilizadas no cálculo do curto prazo, mas utilizando-se como base os valores constantes na conta 1.2.1.1.1.01.01 – Créditos de Imposto, Taxa e Contribuição de Melhoria Parcelados.

Como nos créditos de longo prazo, cujos valores são oriundos de parcelamento, não há o ajuste para perdas, o cálculo da repartição foi feito utilizando-se como base o valor do crédito relativo a cada natureza de receita, aplicando-se o percentual de repartição legalmente definido.

Outras Provisões

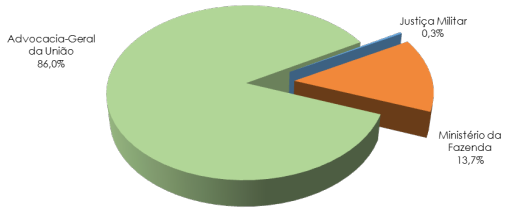
OUTRAS PROVISÕES – LONGO PRAZO
R$ MILHARES

OUTRAS PROVISÕES - LONGO PRAZO	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Provisões do FCVS	18.741.032	24.103.857	(22,25)
Provisões p/ Perdas Judiciais/Administrativas	65.628.181	-	-
Outras Provisões	7.652.976	8.200.888	(6,68)
TOTAL	92.022.189	32.304.745	184,86

Fonte: Siafi, 2015.

O principal grupo das Outras Provisões a Longo Prazo se refere às provisões relacionadas com perdas judiciais ou administrativas. A Advocacia-Geral da União (AGU) é o órgão com o valor mais relevante dentro do referido grupo, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

PROVISÕES PARA PERDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS.



Fonte: Siafi, 2015.

Em 10 de fevereiro de 2015, a Advocacia Geral da União emitiu a Portaria nº 40, decorrente de reuniões prévias entre AGU, STN e PGFN, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, considerando a necessidade de prestação de informações por parte da AGU para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no § 3º do art. 4º da LC nº 101/2000 e das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

A supracitada portaria define como será a classificação de risco de perda das ações em tramitação nos tribunais superiores ou já transitadas em julgado quanto à probabilidade de perda:

- risco provável;
- risco possível; e
- risco remoto, bem como estimará qual o impacto financeiro.

Ainda, segundo a portaria, a estimativa de impacto financeiro da ação judicial será aferida com base nos elementos constantes no processo e nas informações e documentos apresentados pelos órgãos e entidades envolvidas no processo judicial e poderá ser realizada com base nos dados e relatórios disponíveis nos sistemas informatizados da AGU quando houver elementos suficientes à adequada verificação do impacto financeiro.

Os órgãos da AGU poderão solicitar o auxílio técnico do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União para a elaboração de laudo técnico com a estimativa de impacto financeiro, desde que indiquem os parâmetros a serem considerados.

Com isso, no dia 21 de agosto de 2015, a Procuradoria-Geral da União, por meio da Nota Técnica CGEST/PGU Nº 002/2015, mensurou os valores referente aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União, seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, importando em:

- probabilidade provável: 56,4 bilhões; e
- probabilidade possível: R$ 2,1 bilhões.

Destaca-se que as ações com probabilidade possível representam passivos contingentes.

Em relação às provisões do FCVS, as mesmas podem ser segregadas de acordo com a tabela a seguir:

PROVISÕES DO FCVS – LONGO PRAZO
R$ MILHARES

PROVISÕES	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Riscos expirados	16.014.911	15.875.952	0,88
Riscos não expirados	2.726.121	8.227.905	(66,87)
TOTAL	18.741.032	24.103.857	(22,25)

Fonte: Siafi, 2015.

A reserva de riscos expirados é composta pelo montante de recursos necessários à cobertura dos compromissos com contratos liquidados por decurso de prazo ou liquidados antecipadamente ou transferidos com descontos que geraram valores de responsabilidade do Fundo, ainda não homologados e com contratos não habilitados ainda em poder dos agentes financeiros, definidos por avaliação atuarial.

A reserva de riscos não expirados compreende os valores atuariais relativos aos saldos devedores residuais de contratos de financiamentos habitacionais que ainda não foram encerrados, ou seja, os contratos ativos em fase de amortização pelos mutuários do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), definidos pela avaliação atuarial.

O FCVS opera com sistema contábil próprio e paralelamente ocorre a atualização no Siafi, por meio do órgão 25901. Considerando que a última atualização dos ativos e passivos no Siafi havia sido realizada no ano de 2008, com referência aos saldos do FCVS de 31/12/2007, em 2015 foram realizados ajustes de exercícios anteriores e registros relacionados ao resultado do exercício, de maneira que os saldos constantes nas demonstrações contábeis reflitam a posição de 30/11/2015.

Nota 09 – Atos Potenciais Ativos

O principal item que compõe os atos potenciais ativos se refere às Garantias e Contragarantias Recebidas. Este grupo compreende os avais, as fianças e hipotecas recebidos no país e no exterior, bem como, emolumentos consulares e outras garantias e contragarantias. É composto da seguinte forma:

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS
R$ MILHARES

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Garantias recebidas no País	51.801.335	49.812.221	3,99
Contragarantias recebidas no País	135.892.431	103.817.663	30,90
SUBTOTAL – PAÍS	187.693.766	153.629.884	22,17
Garantias recebidas no exterior	15.622.543	10.691.987	46,11
Contragarantias recebidas no exterior	98.748.873	61.096.104	61,63
SUBTOTAL – EXTERIOR	114.371.416	71.788.091	59,32
TOTAL	302.065.182	225.417.975	34,00

Fonte: Siafi, 2015.

A seguir são detalhadas as garantias e contragarantias recebidas de acordo com os respectivos órgãos responsáveis por tais controles:

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS	31/12/2015	AV (%)
Garantias recebidas no país	51.801.335	17,15
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	18.383.548	6,09
Agência Nacional de Energia Elétrica	8.256.445	2,73
Agência Nacional de Telecomunicações	7.508.255	2,49
Comando da Marinha	5.888.548	1,95
Ministério da Fazenda	5.212.283	1,73
Ministério da Saúde	1.739.968	0,58
Demais	4.812.288	1,58
Contragarantias recebidas no país	135.892.431	44,99
Ministério da Fazenda	135.883.158	44,98
Fundo de Garantia p/ Promoção da Competitividade	9.273	-
Garantias recebidas no exterior	15.622.543	5,17
Comando da Marinha	11.960.795	3,96
Comando da Aeronáutica	3.593.874	1,19
Demais	67.874	0,02
Contragarantias recebidas no exterior	98.748.873	32,69
Ministério da Fazenda	98.748.873	32,69
TOTAL	302.065.182	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Do montante das garantias recebidas no país pelo Ministério da Fazenda, foram efetuadas pelos mutuários da DMLP.

Entre dezembro/2014 e dezembro/2015, vários mutuários, como o Estado do Rio Grande do Sul e o do Mato Grosso do Sul, utilizaram essas garantias para abatimento de principal e liquidação de suas dívidas.

Assim, esperava-se que houvesse uma redução nesse saldo. Entretanto, o efeito positivo da desvalorização do real sobre essas garantias, que são denominadas em dólar, foi preponderante sobre o efeito negativo das amortizações. Enquanto o dólar contribuiu com uma atualização de cerca de R$ 1,4 bilhão sobre as garantias, as amortizações ocorridas entre esses dois períodos abateram esse saldo em cerca de R$ 260 milhões.

Nota 10 – Atos Potenciais Passivos e Passivos Contingentes

Atos Potenciais Passivos

Os principais itens que compõem os atos potenciais passivos são:

- Garantias e Contragarantias Concedidas; e
- Obrigações Contratuais.

As Garantias e Contragarantias Concedidas compreendem os avais, as fianças e hipotecas concedidos no país e no exterior, bem como, emolumentos consulares e outras garantias e contragarantias. É composto da seguinte forma:

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS
R$ MILHARES

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Garantias concedidas no País	194.878.971	153.418.651	27,02
Contragarantias concedidas no País	1.819	1.763	3,18
SUBTOTAL – PAÍS	194.880.790	153.420.414	27,02
Garantias concedidas no exterior	110.609.455	70.176.010	57,62
SUBTOTAL – EXTERIOR	110.609.455	70.176.010	57,62
TOTAL	305.490.245	223.596.424	36,63

Fonte: Siafi, 2015.

A seguir são detalhadas as garantias e contragarantias concedidas de acordo com os respectivos órgãos responsáveis por tais controles:

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS	31/12/2015	AV (%)
GARANTIAS CONCEDIDAS NO PAÍS	194.878.971	63,79
Ministério da Fazenda	149.545.596	48,95
Fundo de Garantia à Exportação	45.324.103	14,84
Fundo de Garantia p/ Promoção da Competitividade	9.272	-
CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS NO PAÍS	1.819	-
Comando do Exército	930	-
Justiça Militar	778	-
Demais	111	-
GARANTIAS CONCEDIDAS NO EXTERIOR	110.609.455	36,21
Ministério da Fazenda	110.609.455	36,21
TOTAL	305.490.245	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

A seguir são detalhadas as garantias e contragarantias concedidas de acordo com os respectivos beneficiários:

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS – POR BENEFICIÁRIOS
R$ MILHARES

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS	31/12/2015	AV (%)
GARANTIAS CONCEDIDAS NO PAÍS	194.878.971	63,79
Bancos Estatais – Estados/Municípios/Entidades Controladas	112.562.049	36,85
Lei nº 8.036/1990 – Risco de Operações Ativas	18.274.233	5,98
EMGEA - MP nº 2.155/2001	4.424.990	1,45
FI/FGTS-BNDES	4.130.605	1,35
Seguro de Crédito à Exportação – IRB	1.142.135	0,37
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – BB	669.828	0,22
Demais	53.675.131	17,57
CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS NO PAÍS	1.819	-
Diversos	1.819	-
GARANTIAS CONCEDIDAS NO EXTERIOR	110.609.455	36,21
Organismos Multilaterais – Estados/Municípios/Entidades Controladas	78.671.696	25,75
Organismos Multilaterais – Empresas Estatais Federais	17.110.064	5,60
Bancos Privados – Estados/Municípios/Entidades Controladas	7.443.025	2,44
Agências Governamentais – Estados/Municípios/Entidades Controladas	6.120.741	2,00
Agências Governamentais – Empresas Estatais Federais	865.823	0,28
Bancos Privados – Empresas Estatais Federais	396.058	0,13
Agências Governamentais – Empresas Privadas	2.048	-
TOTAL	305.490.245	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando a obtenção de bens e serviços com terceiros. Estão compostas da seguinte forma:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
R$ MILHARES

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Contratos de Seguros	287.565	97.345	195,41
Contratos de Serviços	121.204.447	106.639.462	13,66
Contratos de Aluguéis	2.373.584	2.184.604	8,65
Contratos de Fornecimento de Bens	35.306.195	29.747.071	18,69
Contratos de Empréstimos e Financiamentos	425	5.301	(91,98)
Contratos de Gestão	287.047	141.468	102,91
Acordo Transf. Recursos – Organismos Internacionais	300.004	299.761	0,08
TOTAL	159.759.267	139.115.012	14,84

Fonte: Siafi, 2015.

As principais obrigações contratuais da União se referem aos contratos de serviços e de fornecimento de bens. A seguir são detalhadas as obrigações relacionadas com tais contratos de acordo com os respectivos órgãos responsáveis por esses controles:

CONTRATOS DE SERVIÇOS E DE FORNECIMENTO DE BENS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

CONTRATOS	31/12/2015	AV (%)
CONTRATOS DE SERVIÇOS	121.204.447	75,87
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	46.001.228	28,79
Valec – Engenharia, Construções, Ferrovias S/A	8.214.024	5,14
Comando da Marinha	6.833.055	4,28
Comando da Aeronáutica	6.177.018	3,87
Ministério da Integração Nacional	5.325.714	3,33
Ministério da Fazenda	2.199.313	1,38
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	2.032.776	1,27
Comando do Exército	1.988.593	1,24
Fundação Oswaldo Cruz	1.941.975	1,22
Demais	40.490.751	25,35
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	35.306.195	22,10
Comando da Marinha	12.512.250	7,83
Comando da Aeronáutica	10.591.659	6,63
Ministério da Saúde	3.142.026	1,97
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	2.519.375	1,58
Comando do Exército	1.475.159	0,92
Ministério do Desenvolvimento Agrário	929.670	0,58
Demais	4.139.056	2,59
Demais Contratos	3.248.625	2,03
TOTAL	159.759.267	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Passivos Contingentes

Na tabela a seguir estão descritos os principais passivos contingentes da União, de acordo com o conceito utilizado no modelo PCASP.

PASSIVOS CONTINGENTES – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

PASSIVOS CONTINGENTES	31/12/2015	31/12/2014	AH (%)
Reestruturação de Dívidas	530.000	-	-
Assunção de Obrigações por Extinção	3.680.000	-	-
Ações Judiciais com Probabilidade Possível – PGU	2.109.110	321.850.000	(99,34)
Ações Judiciais com Probabilidade Possível – PGF	60.800.000	58.500.000	3,93
Ações Judiciais com Probabilidade Possível – PGFN	326.200.000	397.810.000	(18,00)
Demandas Judiciais – PGBC	68.668.000	-	-
Demandas Judiciais – Empresas Estatais Dependentes	2.099.000	4.098.700	(48,79)
Relacionados com o FCVS	8.463.538	-	-
Outros Riscos Fiscais	70.000	-	-
TOTAL	472.619.648	782.258.700	(39,58)

Fontes: Siafi, 2015 e Lei nº 13.242/2015.

A principal mudança em relação à informação divulgada no exercício de 2014, refere-se à mudança na metodologia dos riscos associados às ações judiciais e, por consequência, do passivo contingente, oriunda da portaria AGU nº 40/2015, que se aproximou do conceito de passivo contingente do modelo PCASP.

Riscos fiscais sob a gestão da Cofis/STN

Trata-se de passivos contingentes da União com a Caixa Econômica Federal (Caixa) pendentes de pleno reconhecimento que possibilite o andamento dos respectivos processos administrativos de regularização. A STN avalia, e está solicitando tal providência, que se faz necessária a auditoria pela Secretaria Federal de Controle Interno(SFC)/CGU-PR, com a finalidade de que sejam convalidados os valores alegados.

A Caixa pleiteia, a partir de apurações feitas internamente, as importâncias apresentadas a seguir:

- Bônus BNH: O DL nº 2.164/1984 instituiu o incentivo financeiro aos mutuários do SFH (Bônus), a ser concedido pelo BNH. Estabeleceu que deveria constar, no OGU, nos exercícios de 1985 a 1994, Cr$ 200 bilhões, para atender às despesas decorrentes do incentivo, o que só foi efetivado em parte. O DL nº 2.291/1986, norma de extinção do BNH, atribuiu à Caixa a qualidade de sucessora do Banco em todos os seus direitos e obrigações. Valor pleiteado: R$ 2,8 bilhões em 01/10/2011. Valor atualizado: R$ 3,7 bilhões, em 31/12/2015;

- Voto CMN nº 162/1995: Programa de Apoio à reestruturação e ao ajuste Fiscal dos Estados. O Voto nº 162/1995, do CMN autorizou a Caixa a realizar o refinanciamento de dívidas das Unidades Federadas, de forma a que estas alcançassem o equilíbrio orçamentário sustentável. A MP nº 2.192-70, de 24/08/2001 (MP do PROES) autorizou (artigos 24 e 25) a União a assumir as perdas da Caixa decorrentes da operacionalização do referido Voto (descompasso entre as taxas de juros de empréstimo e de captação). Valor pleiteado: R$ 397 milhões em 30/06/2011. Valor atualizado: R$ 530 milhões em 31/12/2015; e

- Produban: A MP nº 2.192-70/2001 assegurou às instituições financeiras federais que assumissem passivos, junto ao público, de instituições financeiras estaduais, a equalização da diferença existente entre o valor recebido em decorrência da operação e o valor a ser pago ao BCB. A União, como garantidora, comprometeu-se ao aporte da diferença entre os valores pagos ao BAC pela Caixa, e os valores por esta recebidos do Banco do Estado de Alagoas S.A. (Produban). Valor pleiteado: R$ 54 milhões em 30/06/2011. Valor atualizado: R$ 70 milhões em 31/12/2015.

De acordo com a Gerência de Regularização de Obrigações(Gerob)/Cofis/STN, é necessário esclarecer que eventuais diferenças encontradas no saldo das obrigações registrado no balanço da Caixa e nestas demonstrações, posição 31/12/2015, dentre outros fatores, decorrerão da metodologia de atualização. Para atualizar os passivos contingentes, atualmente a STN utiliza IPCA mais juros de 6% a.a.

Ações Judiciais com Probabilidade Provável – PGU

De acordo com a Nota Técnica CGEST/PGU Nº 002/2015, mensurou os valores referente aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União, seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que aqueles com probabilidade possível importaram em R$ 2,1 bilhões, de acordo com a Procuradoria-Geral da União (PGU).

Ações Judiciais com Probabilidade Provável – PGF

De acordo com as informações obtidas no Anexo V – Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2016) (Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015), a Procuradoria-Geral Federal (PGF) informou que as demandas judiciais contra as Autarquias e as Fundações Públicas Federais importaram em passivos contingentes no montante de R$ 60,8 bilhões.

Para os efeitos da análise do risco fiscal dos passivos contingentes, a PGF considerou os parâmetros fixados na portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. Segundo a PGF, o impacto financeiro dessas ações é estimado e revela a expectativa da repercussão econômica em caso de decisão judicial desfavorável, seja pela criação de despesa ou pela redução de receita.

Quando não especificado de forma contrária, os custos estimados computam não só as despesas iniciais com o pagamento de atrasados, mas, também, o impacto futuro da questão nas contas públicas. Assim, os impactos referidos podem ser diluídos ao longo do tempo, não sendo necessariamente realizados em um único exercício fiscal.

Ações Judiciais com Probabilidade Provável – PGFN

De acordo com as informações obtidas no Anexo V – Riscos Fiscais da LDO 2016, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou que as ações judiciais de natureza tributária importaram em passivos contingentes no montante de R$ 326,2 bilhões.

A PGFN atualizou seus riscos com base na Portaria AGU n° 40/2015. A estimativa de cálculo é fornecida pela Receita Federal do Brasil e leva em consideração a perda de arrecadação anual e uma estimativa de impacto de devolução.

Demandas Judiciais – PGBC

De acordo com as informações obtidas no Anexo V – Riscos Fiscais da LDO 2016, a Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC) avalia todas essas ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda. O risco de perda é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

Apenas as ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram classificadas como passivos contingentes. Essas ações importaram em cerca de R$ 68,7 bilhões. Destaca-se que a PGBC não avalia seus riscos com base na Portaria AGU n° 40/2015.

Demandas Judiciais – Empresas Estatais Dependentes

De acordo com as informações obtidas no Anexo V – Riscos Fiscais da LDO 2016, o Departamento de Controle das Empresas Estatais (Dest), coletou junto às empresas, informações sobre as ações judiciais em que o risco de perda foi considerado possível e, portanto, classificadas como passivos contingentes. O montante totalizou, aproximadamente, R$ 2,1 bilhões.

Os passivos contingentes das Empresas Estatais que fazem parte do Orçamento Geral da União são constituídos por demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, previdenciária e cível.

As reclamações trabalhistas totalizam R$ 808,3 milhões. Em geral, estas ações advêm de litígios por reivindicação de atualização salarial ou recomposição de perdas decorrentes de índices utilizados por ocasião dos Planos Econômicos, como as ações de reposição dos 28,8% do Plano Bresser e dos 3,17% do Plano Real.

Também estão incluídas neste grupo as demais ações relativas aos empregados como solicitações de pagamento de horas-extras, descumprimento de dissídio coletivo, pagamento de diárias, adicional noturno, adicional de periculosidade e insalubridade e incorporação de gratificação.

As lides da ordem tributária somam R$ 609,8 milhões e derivam de não recolhimento de impostos pelas Empresas, notadamente os devidos aos Estados e Municípios.

As demandas previdenciárias totalizaram R$ 20,6 milhões e correspondem aquelas em que as Empresas são acionadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias de seus empregados.

As ações cíveis se referem a pleitos de direito de natureza civil, ou seja, não-criminal, podendo se tratar de conflitos nas áreas familiar, sucessória, obrigacional ou real.

No caso das empresas estatais federais, as ações se referem a uma diversidade de questionamentos, como indenizações por danos materiais, acidentes, desapropriação, garantia de participação do impetrante em contratos de opção e leilões eletrônicos, ação de cobrança, protesto de títulos, suspensão dos efeitos dos atos administrativos, suspensão de multa, dentre outros. As ações cíveis das Estatais Federais somaram R$660,3 milhões.

Relacionados com o FCVS

Provisão para Ações Judiciais – Multiplicidade CADMUT

As ações judiciais contra o FCVS são registradas de acordo com a avaliação atuarial, requerendo a cobertura dos saldos devedores no caso de múltiplos financiamentos para contratos assinados até 05 de dezembro de 1990 (Lei n° 8.100/1990).

Esta provisão, em decorrência do julgamento pelo STJ do Recurso Especial n° 1.133.869/RN, em favor do mutuário, relativo à cobertura pelo FCVS dos contratos firmados até 05 de dezembro de 1990 e cadastrados com multiplicidade de CADMUT, somente é constituída quando da existência de ação judicial para cobertura do saldo devedor, pelo Fundo, de contrato com negativa de cobertura motivada por multiplicidade de financiamento ao mutuário.

É registrada, ainda, a expectativa de condenação em ação ordinária ajuizada contra a Caixa/FCVS, autos 34717-38.2012.401.3400, requerendo a equalização das taxas de juros dos créditos dados em pagamento pelo banco BRJ.

Provisão para Ações Judiciais do FCVS Garantia

São registradas as ações judiciais de mutuários contra as seguradoras, que tem suas operações de seguro garantidas pelo FCVS, em decorrência de sinistros de morte e invalidez permanente (MIP) e danos físicos em imóvel (DFI).

Registrada pelo coeficiente da relação entre os históricos de pagamentos efetuados e o Valor Estimado de Condenação (VEC) das ações pagas, incidente sobre o VEC total das ações que compõem o Banco de Ações Judiciais (BAJ) que contém as ações judiciais envolvendo o FCVS, informadas pelas seguradoras.

Reservas técnicas

São registradas com base em cálculos atuariais elaborados por atuário contratado pela Administradora do FCVS. O Conselho Curador do FCVS estabeleceu por meio da Resolução n° 119/2001 que as informações necessárias à elaboração do cálculo atuarial fossem fornecidas pelos agentes financeiros, na forma e modelo definidos e divulgados pela Administradora do FCVS, até o dia 31 de agosto de cada ano, posicionadas em 30 de junho do ano correspondente.

Provisão para Contratos não Validados – RNV

Representam os compromissos a serem assumidos referentes aos contratos que estão no status de Relação de Créditos Não Validados (RNV) decorrentes dos contratos com saldos residuais de financiamentos homologados e não validados pelos agentes financeiros.

Registrada pelo cálculo da média dos últimos três anos da reversão dos contratos com RNV, tanto daqueles que tinham saldo de ressarcimento do FCVS, quanto dos que estavam com negativa de cobertura, calculando-se o valor médio destas reversões, ou seja, da evolução entre o saldo do contrato com cadastramento de RNV e seu saldo após a reversão para Relação de Contatos Validados (RCV).

Nota 11 – Superávit/Déficit Financeiro

O superávit/déficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado a partir da diferença entre ativo e passivo financeiros. Este indicador propicia a análise sobre a existência ou não de recursos a serem utilizados como fonte para abertura de créditos adicionais.

No exercício de 2015, o superávit financeiro foi de cerca de R$ 754 bilhões. Em relação ao exercício anterior, houve uma variação de R$ 543,8 bilhões, aproximadamente.

A seguir é apresentada a análise sobre a variação ocorrida no superávit financeiro.

ANÁLISE DA VARIAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
R$ MILHARES

			31/12/2015
Origens (I)			
Receitas Correntes			1.325.741.287
Alienação de Bens			1.502.672
Receitas Financeiras			252.226.719
Redução de Outros Ativos Permanentes			55.099.901
Operações de Créditos Contratadas			1.027.681.228
Transferências de Capital Recebidas			95.602
Redução de Outros Passivos Financeiros			304.958.018
			2.967.305.427
Aplicações (II)			
Deduções da Receita Orçamentária			41.421.082
Despesas Correntes			1.518.408.167
Aquisição de Bens			109.765.509
Amortização/Refinanciamento da Dívida			753.868.894
			2.423.463.652
Variação do Superávit Financeiro (I-II)			543.841.775
	2015	2014	Variação
(+) Ativo Financeiro (AF)	1.078.402.635	1.158.238.567	(79.835.932)
(–) Passivo Financeiro (PF)	324.330.038	948.007.745	(623.677.707)
(=) Superávit/Déficit Financeiro (AF – PF)	754.072.597	210.230.822	543.841.775

Fonte: Siafi, 2015.

Em relação as transações que originaram recursos que contribuíram para o aumento da variação do superávit financeiro, destaca-se que:

- A receita corrente contribuiu em cerca de 44,7% dos recursos obtidos;
- A contribuição das operações de créditos contratadas foi de R$ 32,6%, aproximadamente;
- A redução de outros passivos financeiros, que representa cerca de 10,3%, relaciona-se com o cancelamento dos restos a pagar ocorridos durante o exercício (R$ 34,5 bilhões) e, principalmente, aos ajustes realizados frutos da adoção inicial do modelo PCASP, conforme relatado anteriormente; e
- 8,5% das origens estão relacionadas, em sua maioria, com o Resultado Positivo do BCB e à Remuneração das Disponibilidades do TN.

Considerando as aplicações de recursos, cerca de 93,8% foi consumido com as despesas correntes (62,7%) e com a amortização e refinanciamento da dívida (31,1%). As aplicações relacionadas com a dívida pública merecem especial destaque.

A despesa orçamentária com juros (parcela das despesas correntes) e com a amortização do principal da dívida compreende cerca de 39,7% das aplicações de recursos.

Nota 12 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Do total das variações patrimoniais aumentativas, 19% foram decorrentes de impostos, taxas e contribuições de melhoria, sendo que desse total, 98% foram relativos a impostos.

Conforme a próxima tabela, do total de impostos, o Imposto sobre o Patrimônio e a Renda foi o que mais contribuiu, representando 71% da linha relativa a Impostos.

IMPOSTOS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

IMPOSTOS	31/12/2015	AV (%)
Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza	297.660.635	71,08
Imposto sobre Produtos Industrializados	46.739.536	11,16
Imposto sobre Importação	38.441.909	9,18
Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro	34.764.880	8,30
Imposto sobre Propriedade Territorial Rural	1.017.035	0,24
Imposto sobre Exportação	123.264	0,03
Outros Impostos	6.690	-
TOTAL	418.753.949	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 13 – Contribuições

Do total das variações patrimoniais aumentativas, 32% foram decorrentes de contribuições, sendo que desse total, 98% foram relativas às Contribuições Sociais.

Conforme a próxima tabela, do total das Contribuições Sociais, as Contribuições Sociais ao RGPS representaram 49% do total do item e as Contribuições sobre a Receita ou Faturamento (PIS e Cofins), 37% do total do item.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

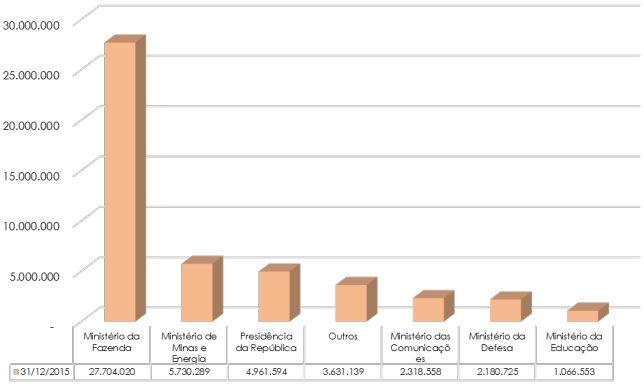
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	31/12/2015	AV (%)
Contribuições Sociais – RGPS	349.932.095	49,02
Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento (PIS e Cofins)	261.084.684	36,57
Contribuição Sobre o Lucro	60.548.840	8,48
Outras Contribuições Sociais	22.327.790	3,13
Contribuições Sociais – RPPS	14.574.484	2,04
Contribuições sobre a Receita de Concurso de Prognóstico	5.422.126	0,76
TOTAL	713.890.019	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 14 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Do total contabilizado na linha de exploração de bens, direitos e prestação de serviços, 70% foi realizado pelo Ministério da Fazenda (58%) e de Minas e Energia (12%).

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES



Fonte: Siafi, 2015.

No Ministério da Fazenda, deve-se em grande parte aos *royalties* do petróleo, arrecadado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, na Delegacia Especial de Maiores Contribuintes do Rio de Janeiro (cerca de R$ 21,4 bilhões).

No Ministério de Minas e Energia, deve-se a serviços de informações científicas e tecnológicas e retenção de área de exploração, desenvolvimento ou produção de petróleo e gás natural arrecadadas pelo escritório central da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos. Na continuação, apresenta-se a tabela com os valores por órgão.

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

MME	31/12/2015	AV (%)
Agência Nacional de Energia Elétrica	3.053.502	53,29
Departamento Nacional de Produção Mineral	1.586.920	27,69
Agência Nacional de Petróleo	1.087.365	18,98
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.426	0,04
Outros	76	-
TOTAL	5.730.289	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 15 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Grande parte desse item é composto por atualizações monetárias da dívida ativa não tributária, atualizações monetárias e juros de haveres financeiros administrados pela Coafi/STN, onde se destaca a atualização dos juros e encargos de financiamento de dívidas pela União com os Estados e Municípios, com base na Lei n° 9.496/1997, MP nos 2.192-70 e 2.185-35, ambas de 24/08/2001.

Dentre as variações patrimoniais aumentativas mais relevantes, do total registrado nessa linha de R$49,5 bilhões, destacam-se:

- R$41,85 bilhões (84% do total) referem-se às variações patrimoniais aumentativas financeiras decorrentes dos montantes de juros pagos pelos mutuários no âmbito dos programas de refinanciamento geridos pela Coafi/STN, e também das apropriações de juros efetuadas a cada mês por meio de atualizações patrimoniais no Siafi;
- R$5,5 bilhões (11% do total) foram administradas pelo Ministério da Integração Nacional e são derivadas, principalmente, da administração pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, dos empréstimos internos concedidos a entidades pertencentes ao Orçamento Fiscal e Seguridade Social de municípios.

JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS
E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

ÓRGÃO	31/12/2015	AV (%)
Ministério da Fazenda	42.514.559	85,83
Ministério da Integração Nacional	5.532.595	11,17
Ministério dos Transportes	372.105	0,75
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	304.867	0,62
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	284.804	0,57
Ministério da Educação	206.933	0,42
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	176.432	0,36
Comando da Marinha	54.265	0,11
Ministério do Desenvolvimento Agrário	46.680	0,09
Ministério do Turismo	16.711	0,03
Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	11.291	0,02
Ministério do Meio Ambiente	8.660	0,02
Demais	3.266	0,01
TOTAL	49.533.168	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

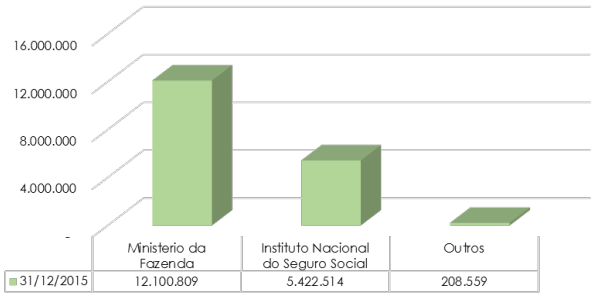
Nota 16 – Juros e Encargos de Mora

Do total registrado nesta linha de cerca de R$17,7 bilhões, R$17,09 bilhões (96%) referem-se a juros e encargos de mora sobre crédito tributário.

No Ministério da Fazenda refere-se, basicamente, às variações patrimoniais aumentativas com penalidades pecuniárias decorrentes da inobservância de normas e com rendimentos destinados à indenização pelo atraso no cumprimento da obrigação representando em aplicações impostas ao contribuinte.

A seguir, apresenta-se o gráfico com os órgãos e respectivos montantes dessa linha (valores em R$ milhares).

JUROS E ENCARGOS DE MORA – POR ÓRGÃO



Fonte: Siafi, 2015.

Nota 17 – Variações Monetárias e Cambiais

Nessa linha, foram registradas, basicamente, as variações da moeda brasileira em relação aos índices ou coeficientes aplicáveis por dispositivo legal ou contratual e a variação do valor da moeda brasileira em relação às moedas estrangeiras referentes aos empréstimos concedidos.

Em 2015, houve significativos avanços no IGP-DI – o acumulado de 2015 ficou em 9,16% - e no dólar norte-americano que passou de uma média de R$ 2,36 em 2014 para R$ 3,39 em 2015, uma variação de 43,67% – como observado no próximo quadro.

Variação em Indicadores Relacionados com Operações Monetárias e Cambiais

INDICADOR	2014	2015	VARIAÇÃO %
IGP-DI – Acumulado	4,05%	9,16%	126,17
Dólar Norte-americano – cotação média	R$ 2,36	R$ 3,39	43,67

Fonte: COAFI/STN, 2015

Esses dois indicadores servem de base para a atualização monetária e variação cambial de, pelo menos, 96% do saldo total de programas de refinanciamento controlados pela COAFI/STN. Dentre as atualizações monetárias com valores mais expressivos, destacam-se:

- R$ 104,8 bilhões registrados pela CODIV/STN, sendo R$ 85,5 bilhões de outras variações monetárias da dívida mobiliária e do resultado do BCB, decorrentes da apropriação de encargos negativos e/ou atualização mensal do valor líquido pelo IGP-M nos meses em que ocorreu deflação desse índice, nas carteiras da dívida pública em mercado e BCB, bem como da remuneração sobre o resultado positivo do BCB (art. 6°, parágrafo 4° da Lei n° 11.803/2008). Os demais, R$ 19,3 bilhões, são provenientes de outras variações cambiais, principalmente em decorrência da variação cambial negativa (valorização da moeda nacional diante da estrangeira) da dívida mobiliária externa;

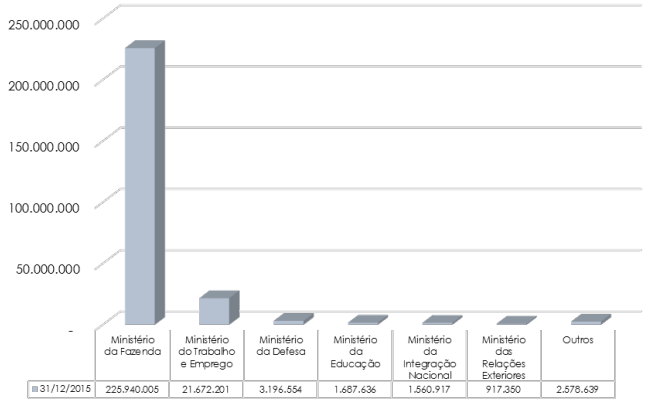
- R$ 61,6 bilhões registrados pela Cofis/STN, sendo os valores mais relevantes, os empréstimos concedidos ao BNDES (R$ 39,7 bilhões), à Itaipu (R$ 9,9 bilhões), às Centrais Elétricas Brasileiras (R$ 3 bilhões), à Caixa Econômica Federal (R$ 2,7 bilhões), à RFFSA (R$ 2,6 bilhões) e ao INSS (R$ 1,6 bilhão);

- R$ 54,8 bilhões registrados pela Coafi/STN, sendo R$ 51,7 bilhões referentes ao resultado da atualização monetária de empréstimos;

- R$ 21,7 bilhões registrados pela Coordenação Geral de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) do Ministério do Trabalho de empréstimos concedidos ao BNDES, sendo R$ 11,1 bilhões de variação cambial positiva e R$ 10,6 bilhões de juros dos empréstimos concedidos ao BNDES, decorrente da arrecadação dos 40% da contribuição do PIS/Pasep.

A seguir apresenta-se o gráfico, com os órgãos e respectivos montantes dessa linha.

VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS – POR ÓRGÃO.
R$ MILHARES

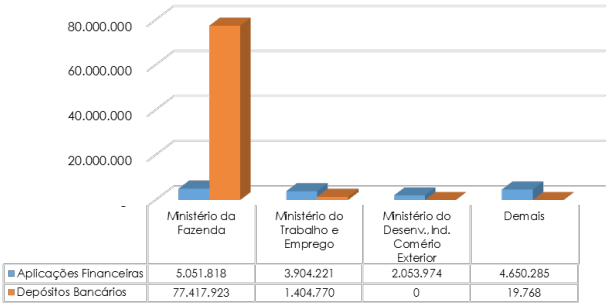


Fonte: Siafi, 2015.

Nota 18 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Do total registrado nesse item do demonstrativo de R$ 94,5 bilhões, R$ 78,8 bilhões referem-se à remuneração de depósitos bancários originários da Conta Única e R$ 15,7 bilhões das remunerações das aplicações financeiras.

REMUNERAÇÕES DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES



Fonte: Siafi, 2015.

O item Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras, no Ministério da Fazenda, encontra-se detalhado pelos seus principais valores, na tabela a seguir:

REMUNERAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS
MINISTÉRIO DA FAZENDA
R$ MILHARES

REMUNERAÇÃO	31/12/2015	AV (%)
Fundo de Garantia a Exportação	2.153.875	42,64
Fundo Soberano do Brasil	2.033.574	40,25
Fundo de Compensações e Variações Salariais	617.474	12,22
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	204.997	4,06
Superintendência de Recursos Privados	40.973	0,81
CVM	590	0,01
Outros	335	0,01
TOTAL	5.051.818	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Em relação ao Fundo Soberano do Brasil (FSB), nos termos do Art. 4º, § 1º da Lei nº 11.887/2008, os recursos do FSB, enquanto não destinados às finalidades previstas no art. 1º da Lei, ficarão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional. O montante de R$ 2,03 bilhões, aproximadamente, corresponde aos rendimentos oriundos da aplicação efetuada na Conta Única do Tesouro em 31/12/2012.

Nota 19 – Aportes ao Banco Central

Referem-se aos valores repassados pelo BCB ao Tesouro Nacional em decorrência de operações com reservas e derivativos cambiais e do Resultado Patrimonial apurado em balanço, conforme detalhado no quadro a seguir:

APORTES AO BANCO CENTRAL
R$ MILHARES

APORTES	31/12/2015	AV (%)
Balanço Apurado no 1º semestre de 2015	35.187.802	16,13
Balanço Apurado no 2º semestre de 2014	25.658.860	11,76
Custos das Reservas – 1º semestre de 2015	46.406.630	21,27
Custos das Reservas – 2º semestre de 2015	110.938.092	50,84
TOTAL	218.191.384	100,00

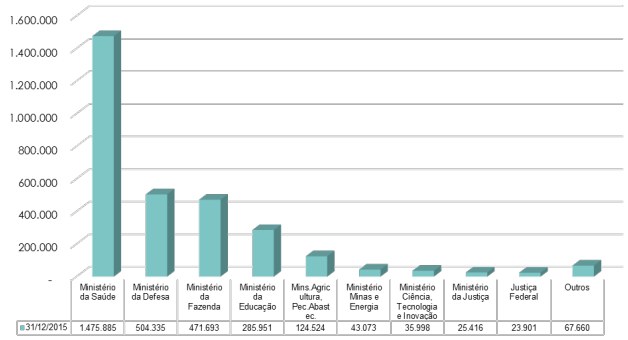
Fontes: Siafi, 2015 e CODIV / STN, 2015.

Para mais informações, sugere-se a leitura do item 'Resultado do Banco Central do Brasil' nos 'Tópicos Especiais'.

Nota 20 – Outras Transferências e Delegações Recebidas

Refere-se a doações recebidas pelos entes, deduzidas dos valores intra realizados por eles. Destaque para o Ministério da Saúde com um valor aproximado de R$ 1,48 bilhão e o Ministério da Defesa com R$ 504 milhões.

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS – POR ÓRGÃO.
R$ MILHARES



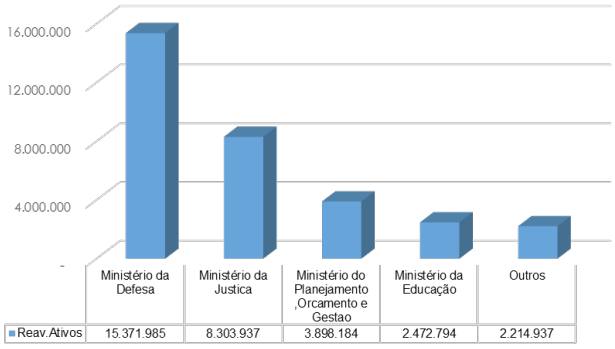
	Ministério da Saúde	Ministério da Defesa	Ministério da Fazenda	Ministério da Educação	Mins.Agric ultura, Pec.Abast ec.	Ministério Minas e Energia	Ministério Ciência, Tecnologia e Inovação	Ministério da Justiça	Justiça Federal	Outros
31/12/2015	1.475.885	504.335	471.693	285.951	124.524	43.073	35.998	25.416	23.901	67.660

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 21 – Reavaliação de Ativos

A variação ocorrida, deve-se em sua maior parte à avaliação de bens imóveis no SPIUnet ocorrida, sobretudo, nos Ministérios da Defesa (R$ 15,4 bilhões, sendo R$ 9,6 bilhões no Exército, R$ 3,3 bilhões na Aeronáutica e R$ 2,1 bilhões na Marinha), da Justiça (R$ 8,3 bilhões, sendo R$ 8,1 bilhões na Funai – Fundação Nacional do Índio) e no Ministério do Planejamento com R$ 3,9 bilhões.

REAVALIAÇÃO DE ATIVOS – POR ÓRGÃO.
R$ MILHARES



	Ministério da Defesa	Ministério da Justica	Ministério do Planejamento ,Orcamento e Gestao	Ministério da Educação	Outros
Reav.Ativos	15.371.985	8.303.937	3.898.184	2.472.794	2.214.937

Fonte: Siafi, 2015.

Conforme evidenciado na Nota 04 – Imobilizado, Bens Imóveis, a SPU/MP destacou que 30%, aproximadamente, dos imóveis ativos sofreram reavaliações ao longo do exercício, o que compreende uma parcela significativa do montante alcançado pela Reavaliação de Ativos.

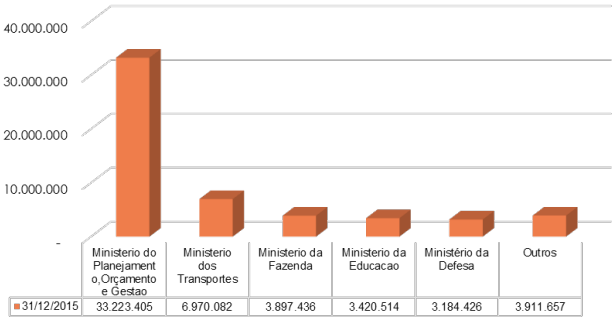
Nota 22 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Dentre os valores com Ganhos com Incorporação de Ativos, elenca-se os principais, conforme lista a seguir:

- No Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referem-se ao registro de imóveis no sistema do SPIUnet no valor aproximado de R$ 33,2 bilhões;
- No Ministério dos Transportes referem-se ao registro de aumento dos valores patrimoniais das rodovias federais de diversos Estados, no valor aproximado de R$ 6,95 bilhões;
- No Ministério da Fazenda, dentre os valores mais relevantes, destaque para o acerto do balanço da Unidade de Fundo de Compensação e Variação Salarial, com cerca de R$ 745 milhões, e ajuste de saldo do programa Proex, derivado de variações cambiais, realizado pela Copec/STN, no montante aproximado de R$ 2,79 bilhões.

A seguir, é exibido o gráfico com os principais valores por órgãos.

GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES



Fonte: Siafi, 2015.

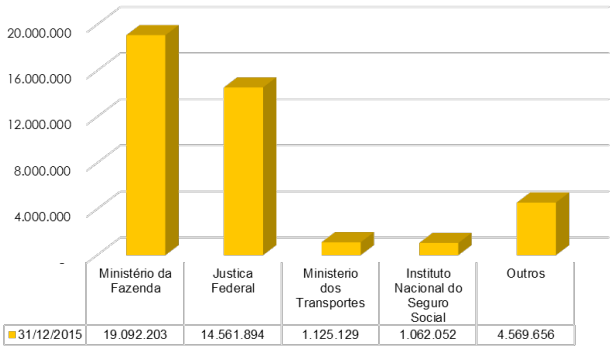
Nota 23 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

O item Desincorporações de Passivos foi impactado, principalmente, devido aos seguintes movimentos:

- No Ministério da Fazenda, em decorrência da transferência de aproximadamente R$ 18,5 bilhões do saldo das receitas decorrentes de parcelamentos e pagamentos unificados registrados no passivo e que foram reclassificados em virtude da mudança de critério contábil com a implantação do PCASP;
- Na Justiça Federal, refere-se, basicamente, à baixa de precatórios de terceiros, de benefícios previdenciários e de pessoal.

No gráfico a seguir, é possível visualizar as maiores alterações no item Desincorporações de Passivos, por órgão.

GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES



Fonte: Siafi, 2015.

Nota 24 – Resultado Positivo de Participações

Este item foi impactado pelo registro da equivalência patrimonial de investimentos, de dividendos previstos e de juros sobre capital próprio (conforme tabela). Na continuação, apresenta-se os valores por descrição dessa linha da DVP:

RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

RESULTADO	31/12/2015	AV (%)
Resultado positivo de Equivalência Patrimonial	30.428.554	71,65
Dividendos	6.342.589	14,94
Juros sobre capital próprio	5.614.034	13,22
Participações	80.832	0,19
TOTAL	42.466.009	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Em relação ao Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial, destaque para a atualização do FAR, BNDES e do Banco do Brasil, conforme tabela a seguir:

RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL POR ÓRGÃO E EMPRESAS
R$ MILHARES

ÓRGÃOS / EMPRESAS	31/12/2015	AV (%)
Ministério da Fazenda	30.426.882	99,99
FAR	13.467.652	44,26
BNDES	7.291.114	23,96
BB	5.037.165	16,55
CAIXA	1.246.618	4,10
FGCN	792.966	2,61
FGEDUC	491.748	1,62
IRB	411.093	1,35
HEMOBRAS	312.577	1,03
FINEP	290.079	0,95
TERRACAP	289.805	0,95
CMB	237.681	0,78
BASA	117.053	0,38
DATAPREV	108.551	0,36
EMGEA	91.864	0,30
CDRJ	90.351	0,30
FGHAB	77.119	0,25
PPSA	19.123	0,06
CODEBA	14.181	0,05
CODESA	10.962	0,04
SERPRO	10.560	0,03
ALCANTARA CYCLONE	6.534	0,02
ENGEPRON	5.227	0,02
NOVACAP	4.123	0,01
CODOMAR	1.331	-
EMGEPRON	1.071	-
FGP	334	-
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.101	-
EMPARN	1.101	-
Comando do Exército	392	-
Outras	392	-
Ministério da Educação	179	-
UFU – ALGAR	179	-
TOTAL	30.428.554	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Em relação ao Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial, uma ressalva se faz necessária em relação ao Banco do Brasil (BB).

Conforme foi relatado na Nota 03 – Investimentos, Participações Permanentes da União, houve em 29/01/2016 um ajuste do resultado atribuído à participação no BB, porém feita no exercício de 2016, visto que já havia ocorrido o fechamento do Siafi 2015.

Caso fosse possível o registro ainda no exercício de 2015, haveria uma redução de R$ 4,1 bilhões, aproximadamente.

É exibido na próxima tabela, a abertura da linha dos dividendos desse item do demonstrativo:

DIVIDENDOS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	AV (%)
BNDES – dividendos 2014	1.633.158	25,75
BNDES – dividendos 2015	951.889	15,01
Caixa Econômica Federal – previsão pagamento dividendos 2014	1.043.353	16,45
Caixa Econômica Federal – 1º Semestre 2015 – antecipação dividendos	1.129.277	17,80
Caixa Econômica Federal – previsão pagamento dividendos 2015	380.787	6,00
BB – previsão pagamento dividendos 1º trimestre 2015	655.723	10,34
BB – dividendos 2º trimestre 2015	20.314	0,32
BB – dividendos 2013	130.618	2,06
BNB – dividendos 2014	181.822	2,87
IRB – dividendos 2014	88.541	1,40
CMB – dividendos 2014	85.893	1,35
Outros	41.214	0,65
TOTAL	6.342.589	100,00

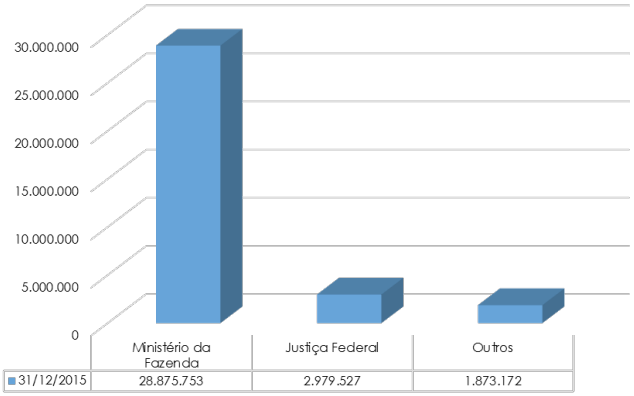
Fonte: Siafi, 2015.

Nota 25 – Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas

A reversão de provisões e ajustes para perdas importou em, aproximadamente, R$ 33,7 bilhões ao final do exercício de 2015. Deste montante, o Ministério da Fazenda foi responsável por cerca de 85,6%.

No gráfico a seguir, apresenta-se a composição deste item por órgão.

REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES PARA PERDAS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES



Fonte: Siafi, 2015.

Dos valores registrados pelo Ministério da Fazenda, as principais operações se referem a:

- R$ 26,7 bilhões ao controle do passivo atuarial do RPPS;
- R$ 1,6 bilhão às operações do FCVS; e
- R$ 624,8 milhões às operações do Fundo de Garantia à Exportação.

Nota 26 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Esse item foi impactado, principalmente, devido ao reconhecimento da inscrição da dívida ativa tributária não previdenciária, entre principal, multa, juros, atualização, encargos legais (R$ 163,3 bilhões) e ajustes negativos decorrentes das diferenças entre o sistema Sida e Siafi de aproximadamente R$ 19,8 bilhões (Ver Nota 02 – Créditos a Receber, Créditos a Longo Prazo).

Em relação ao movimento das variações patrimoniais aumentativas derivadas de fatos geradores diversos, destaque para o Ministério da Saúde com um montante de R$ 3,82 bilhões e o Ministério da Fazenda com R$ 2,49 bilhões.

No Ministério da Fazenda, refere-se às arrecadações, bem como atualizações das variações patrimoniais aumentativas pendentes de classificação e, no Ministério da Saúde, refere-se em sua maior parte às arrecadações registradas pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde (FNS) derivado das guias de recolhimento da União que tem como origem a parcela decorrente dos cinquenta por cento destinados ao FNS proveniente do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT).

Em relação ao movimento de R$ 1,13 bilhão no Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE) do Fundo Soberano do Brasil, refere-se à atualização positiva das cotas ocorrida em 2015. (Ver Nota 03 – Investimentos, Demais Investimentos).

Na sequência, é apresentada a tabela com os principais valores registrados nesse item como uma variação patrimonial aumentativa.

DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	31/12/2015	AV (%)
Dívida Ativa Tributária Não Previdenciária	143.522.890	64,11
Dívida Ativa Tributária Previdenciária	42.970.901	19,20
VPA Decorrente De Fatores Geradores Diversos	10.807.804	4,83
Restituições	14.190.688	6,34
Multas Administrativas	4.536.889	2,03
Dívida Ativa não Tributária	6.252.638	2,79
Cotas do FFIE Integralizadas (FSB)	1.126.418	0,50
Alienação de Bens Apreendidos	230.738	0,10
Indenizações	173.648	0,08
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	40.798	0,02
Outros	494	-
TOTAL	223.853.906	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 27 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais

No exercício de 2015, o total de despesas registradas nesse item, totalizou cerca de R$134,8 bilhões. Na sequência, apresenta-se a tabela com as principais rubricas.

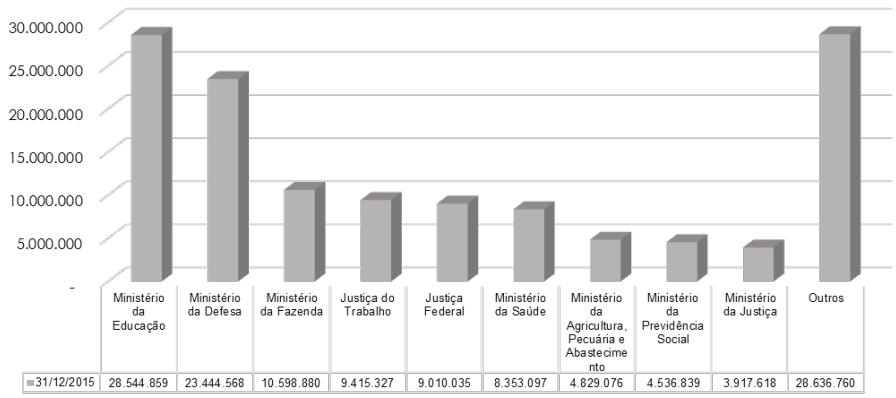
REMUNERAÇÃO A PESSOAL E ENCARGOS PATRONAIS – COMPOSIÇÃO.
R$ MILHARES

REMUNERAÇÃO A PESSOAL E ENCARGOS PATRONAIS	31/12/2015	AV (%)
Vencimentos e salários	66.743.290	49,50
Gratificações	35.084.728	26,02
13º Salário – RPPS	7.332.798	5,44
Adicionais	7.041.892	5,22
Sentenças judiciais ativos RPPS	4.485.486	3,33
Férias – RPPS	2.807.374	2,08
Contribuições previdenciárias – INSS	2.461.573	1,83
Adicional natalino	2.256.565	1,67
Abonos	1.523.397	1,13
Indenizações – RPPS	791.776	0,59
Férias – RGPS	735.703	0,55
Férias – militar	711.967	0,53
13º Salário – RGPS	562.958	0,42
FGTS	537.346	0,40
Sentenças judiciais ativos RGPS	438.731	0,33
Indenizações – Militar	340.658	0,25
Complementação Previdência	329.650	0,24
Licenças	187.829	0,14
Outros vencimentos / vantagens fixas e variáveis RPPS	119.371	0,09
Outros	336.572	0,24
TOTAL	134.829.664	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

A seguir, apresenta-se o gráfico por órgãos referente à remuneração de pessoal:

REMUNERAÇÃO DE PESSOAL – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES



Fonte: Siafi, 2015.

Os encargos patronais referem-se em sua maior parte aos valores provenientes de contribuições patronais destinadas ao custeio do plano de seguridade social do servidor público.

Cabe ressaltar que, por se tratar de operações entre entidades pertencentes aos mesmos OFFS, no valor consolidado eliminam-se as arrecadações registradas nas contas de variações patrimoniais aumentativas de contribuições patronais ao RPPS, razão pela qual ao final da tabela, exclui-se o valor de R$ 17,6 bilhões.

ENCARGOS PATRONAIS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

ÓRGÃO	31/12/2015	AV (%)
Ministério da Educação	6.046.688	28,65
Ministério da Saúde	1.791.794	8,49
Justiça do Trabalho	1.650.721	7,82
Ministério da Fazenda	1.494.569	7,08
Ministério da Agric., Pecuária e Abastecimento	1.237.118	5,86
Justiça Federal	1.148.064	5,44
Ministério da Justiça	909.376	4,31
Ministério da Previdência Social	894.913	4,24
Ministério Público da União	554.976	2,63
Outros	5.374.068	25,48
Total sem Consolidação	21.102.287	100,00
Consolidação derivado das arrecadações – conta VPA	(17.559.683)	(83,21)
TOTAL CONSOLIDADO	3.542.604	16,79

Fonte: Siafi, 2015.

O saldo de cerca de R$ 3,5 bilhões nas DCON é um exemplo dos resíduos gerados na aplicação das regras de consolidação, em função do descasamento temporal entre VPA e VPD.

No caso em tela, o reconhecimento das VPD referentes aos encargos patronais ocorre, normalmente, durante o mês de competência, estando, portanto, as VPD relativas às folhas de pagamento do exercício de 2015 totalmente apropriadas.

Todavia, o reconhecimento da VPA ocorrerá, tão somente, no momento do recolhimento dos referidos encargos, o que se verifica na maioria das vezes no início do mês imediatamente posterior ao pagamento da folha de pessoal.

As VPA do exercício de 2015 estão relacionadas com os gastos realizados entre dezembro de 2014 (a parcela não recolhida naquele ano) e novembro de 2015, e mais uma parcela que foi recolhida e processada em dezembro de 2015.

Nota 28 – Benefícios a Pessoal

Na continuação, estão apresentadas as tabelas desse item do demonstrativo segregado por regime e por órgãos, na data base de 31/12/2015.

BENEFÍCIOS A PESSOAL – POR REGIME
R$ MILHARES

REGIME/BENEFÍCIO	MILITAR	CIVIL		TOTAL
	RPPS	RGPS	RPPS	
Sentenças Judiciais	-	7.136.788	2.130.778	9.267.566
Auxílio Alimentação	380.255	295.052	3.817.513	4.492.820
Assistência à Saúde	4	43.567	1.312.011	1.355.582
Auxílio Transporte	572.794	59.441	382.928	1.015.163
Ajuda de Custo	791.068	10.218	50.910	852.196
Auxílio Creche	76.914	39.800	305.761	422.475
Auxílio Moradia	163.357	9.385	214.392	387.134
Auxílio Fardamento	344.072	-	-	344.072
Outros Benefícios a Pessoal	40.284	5.602	89.887	135.773
Indenização de Transporte	-	27	19.355	19.382
Auxílio Deficiente - Acordo Coletivo	-	3.715	-	3.715
TOTAL	2.368.748	7.603.595	8.323.535	18.295.878

Fonte: Siafi, 2015.

BENEFÍCIOS A PESSOAL – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

ÓRGÃO	31/12/2015	AV (%)
Justiça Federal	9.556.087	52,23
Ministério da Defesa	2.021.763	11,05
Ministério da Educação	1.964.103	10,74
Justiça do Trabalho	927.640	5,07
Ministério da Fazenda	856.231	4,68
Ministério da Saúde	523.073	2,86
Ministério Público da União	327.386	1,79
Outros	2.119.595	11,58
TOTAL	18.295.878	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 29 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

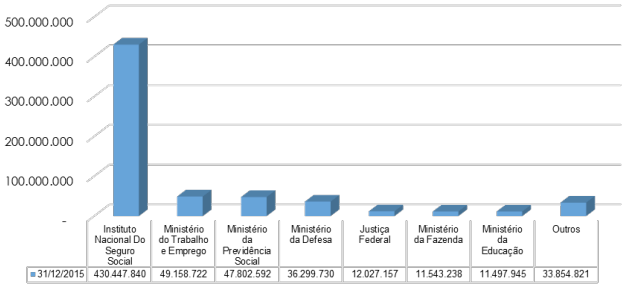
A seguir, apresenta-se a tabela com as respectivas rubricas e o gráfico por órgão.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

BENEFÍCIOS	31/12/2015	AV (%)
Aposentadorias – RGPS	292.441.456	46,23
Pensões – RGPS	105.923.578	16,74
Outros Benefícios Previdenciários – RGPS	86.423.425	13,66
Aposentadorias – RPPS	49.446.052	7,82
Benef.de Prestação Continuada aos Portadores de Deficiência	23.340.038	3,69
Reserva Remunerada e Reformas – Militar	18.972.996	3,00
Pensões – RPPS	18.546.128	2,93
Benefícios de Prestação Continuada ao Idoso	18.472.549	2,92
Pensões – Militar	17.077.837	2,70
Outras Pensões	1.432.329	0,23
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	285.368	0,04
Outros Benefícios Previdenciários – RPPS	120.695	0,02
Outros Benefícios Previdenciários – Militar	94.369	0,01
Benefícios Eventuais em Caso de Calamidade Pública	49.309	0,01
Outras Aposentadorias	5.826	-
Outros Benefícios Eventuais	90	-
TOTAL	632.632.045	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES



Fonte: Siafi, 2015.

Nota 30 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

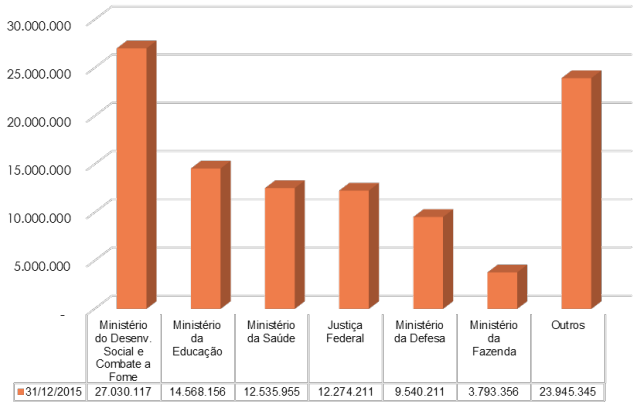
A seguir, é apresentada a tabela com as respectivas rubricas e o gráfico por órgão, dos principais valores.

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

COMPOSIÇÃO	31/12/2015	AV (%)
Serviços Assistenciais	27.320.188	26,35
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	14.924.758	14,39
Serviços Técnicos Profissionais	14.230.512	13,73
Sentenças Judiciais - Serviços Terceiros	11.644.894	11,23
Consumo de Materiais Estocados - Almoxarifado	10.511.259	10,14
Depreciação de Bens Moveis	3.476.368	3,35
Serv. de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros – Pessoa Jurídica	2.670.203	2,58
Locação e Arrendamento Mercantil Operacional	2.377.587	2,29
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	2.325.676	2,24
Serviços Educacionais E Culturais	2.171.268	2,09
Serv. Transporte, Passagem, Locomoção e Hospedagem –Pessoa Jurídica	1.505.900	1,45
Serviços Administrativos	1.395.078	1,35
Diárias	1.103.387	1,07
Serviços Prestados Diversos	540.708	0,52
Outros	7.489.564	7,22
TOTAL	103.687.350	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES



Fonte: Siafi, 2015.

Nota 31 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

De modo geral, os ajustes de obrigações decorrem principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito, realizadas pela Codiv/STN, principalmente de empréstimos e da dívida pública federal.

Mais especificamente, representam a contrapartida contábil de um acréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de um aumento na dívida pública, aumento esse decorrente de fatores extrínsecos.

Do total registrado no item de Variações Monetárias e Cambiais, R$ 368,8 bilhões foi em decorrência da variação monetária interna e R$ 51,4 bilhões da variação cambial externa, ambas da dívida mobiliária (Ver Nota 06 – Empréstimos e Financiamentos, Dívida Mobiliária).

VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	AV (%)
Dívida Mobiliária Interna	368.767.590	81,41
Dívida Mobiliária Externa	51.386.714	11,34
Outras Variações Monetárias e Cambiais	25.030.384	5,52
Dívida Contratual Externa	5.867.213	1,30
Dívida Contratual Interna	1.951.010	0,43
TOTAL	453.002.911	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	AV (%)
Dívida Mobiliária	186.287.057	98,34
Empréstimos e Financiamentos Internos	2.227.529	1,18
Dívida Contratual Interna	445.345	0,23
Dívida Contratual Externa	261.832	0,14
Empréstimos e Financiamentos Externos	201.801	0,11
TOTAL	189.423.564	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	AV (%)
Outras VPD Financeiras	36.791.026	99,39
Juros e Encargos – Indenizações e Restituições	226.039	6,1
TOTAL	37.017.065	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 32 – Transferências e Delegações Concedidas

Do total registrado neste item, 97% referem-se às transferências intergovernamentais. Decorre, basicamente, das transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios das receitas tributárias, contribuições e de outras receitas vinculadas, previstas na Constituição ou em leis específicas.

Na continuação, apresenta-se os valores das transferências intergovernamentais realizados por órgão.

TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	AV (%)
Ministério da Fazenda	177.243.499	60,48
Ministério da Saúde	63.409.831	21,64
Ministério da Educação	29.080.540	9,92
Ministério de Minas e Energia	19.561.551	6,68
Outros	3.746.807	1,28
TOTAL	293.042.228	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 33 – Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas

Na sequência, é apresentada a tabela por órgão com os principais valores:

REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTES PARA PERDAS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

ÓRGÃOS	AJUSTE DE PERDA DE CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	AJ.P/PERDAS EM EMPREST. FINANC. CONCEDIDOS	AJUSTE P/PERDAS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	DEMAIS	TOTAL
Ministério da Fazenda	200.247.623 (a)	3.241	9.097.423 (d)	4.778.797 (f)	25.081	214.152.165
Ministério da Defesa		8.630.458 (b)			497.609	9.128.067
Ministério da Educação		4.531.105 (c)		2.002	23.856	4.556.963
Ministério da Integração Nacional		450	2.428.205 (e)		55	2.428.710
Ministério do Plan., Orç. e Gestão		1.655.264		195	110.190	1.765.649
Ministério da Saúde	25.697	3.637		1.063.998	15.946	1.109.278
Ministério da Justiça		900.342			144.173	1.044.515
Outros	295	458.336	1.301	330.000	119.178	909.110
TOTAL	200.273.615	16.182.833	11.526.929	6.174.992	936.088	235.094.457

Fonte: Siafi, 2015.

Os principais fatos relacionados com a redução a valor recuperável e ajustes para perdas foram os seguintes:

- Baixa de valores da Dívida Ativa, registrados pela PGFN (Ver Nota 02 – Créditos a Receber, Créditos a Longo Prazo);
- Derivado, em sua maior parte, dos ajustes de desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet;
- Do total registrado nessa linha, R$ 3,19 bilhões foi registrado pela Universidade Federal Fluminense derivado de desvalorização de bens imóveis de uso especial no SPIUnet;
- Ajuste para perdas em empréstimos e financiamentos concedidos com destaque para os empréstimos gerenciados pela Cofis/STN (R$ 2,6 bilhões) e Coafi/STN (R$ 4,71 bilhões);
- Ajustes para perdas em créditos referentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, Norte e Centro Oeste; e
- Ajustes para perdas realizadas pelo BCB.

Nota 34 – Desincorporação de Ativos

O item Desincorporações de Ativos foi impactado, principalmente, em virtude das reduções nos valores patrimoniais de rodovias federais correspondente, em geral, ao desgaste do pavimento, conforme metodologia aplicada pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa (DPP) (redução de aproximadamente R$ 9,37 bilhões, principalmente no 4º trimestre) e à baixa de tomadas de contas especiais (cerca de R$ 7,46 bilhões), ambas registradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) do Ministério dos Transportes.

Nota 35 – Resultado Negativo de Participações

Refere-se a atualização da equivalência patrimonial decorrentes de resultados negativos. Dentre os valores mais expressivos, destaca-se:

- Petrobras com R$ 20,9 bilhões,
- BNDES com R$ 14,7 bilhões, e a
- Eletrobras com R$ 2,6 bilhões.

(Ver Nota 02 – Investimentos, Participações Permanentes da União).

Na sequência, são listados os valores registrados por empresa nessa rubrica:

RESULTADO NEGATIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL POR EMPRESAS
R$ MILHARES

EMPRESAS	31/12/2015	AV (%)
PETROBRAS	20.876.905	46,09
BNDES	14.719.367	32,50
ELETROBRAS	2.587.335	5,71
CAIXA	2.299.169	5,08
INFRAERO	1.889.021	4,17
ECT	1.620.334	3,58
HEMOBRÁS	433.179	0,96
BNB	304.152	0,67
FGO	177.373	0,39
CODESP	121.191	0,27
CODERN	75.849	0,17
FGI	58.868	0,13
CDC	39.240	0,09
CODOMAR	29.981	0,07
CDP	19.177	0,04
Transnordestina Logística S.A.	13.133	0,03
PPSA	10.688	0,02
FGIE	6.086	0,01
CDRJ	6.012	0,01
ABGF	2.149	-
IRB	1.943	-
EMPARN	727	-
CODESA	608	-
ACS-Alcântara Cyclone Space	172	-
FGP	100	-
CVRD*	-	-
TOTAL	45.292.759	100,00

Nota: * Valor inferior a R$ 1.000 (R$ 13,17 em 31/12/2015).
Fonte: Siafi, 2015.

Nota 36 – Incentivos

O item Incentivos apresentou um movimento de R$ 14,35 bilhões no exercício de 2015. As principais variações foram verificadas no item Bolsa de Estudos (País e exterior), conforme tabela a seguir:

INCENTIVOS – BOLSA DE ESTUDOS – POR ÓRGÃO
R$ MILHARES

ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	31/12/2015	AV (%)
Ministério da Educação	No país	6.698.849	48,68
Ministério da Educação	No exterior	3.172.567	23,06
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	No país	1.544.566	11,22
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	No exterior	1.134.682	8,25
Ministério da Saúde	No país	1.209.629	8,79
TOTAL		13.760.293	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 37 – Subvenções Econômicas

Destacam-se os pagamentos realizados pela Copec/STN que, em 2015, totalizaram R$ 50,27 bilhões. Além disso, há as despesas decorrentes dos registros de passivo, no valor total de R$ 60,14 bilhões, totalizando, assim, R$ 110,42 bilhões. Esses pagamentos dizem respeito principalmente à regularização de passivos financeiros junto ao Banco do Brasil e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, objeto do Acórdão TCU nº 825/2015.

Dentre os valores mais relevantes dos valores contabilizados nesse item, no exercício de 2015, destacam-se:

- Regularização de Restos a Pagar pela Copec/STN devido à implantação do PCASP, no valor aproximado de R$ 6,52 bilhões;
- Cerca de R$ 36,84 bilhões destinados a programas, tendo como o Banco do Brasil como agente financeiro, tais como o Pronaf, o Proex e demais relacionados a Bens de Capital, Microcrédito, entre outros;
- Cerca de R$ 65,82 bilhões destinados ao BNDES referentes ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI), Equalização de Bens de Capital, Investimento Rural, dentre outros; e
- R$ 10,49 bilhões destinados ao Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) relativos ao Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, cujo agente financeiro é a Caixa Econômica Federal.

Nota 38 – Constituição de Provisões

Dentre os valores mais relevantes, destacam-se:

- R$ 61,94 bilhões, realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativos às provisões matemáticas previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Civis da União, com base em informações do MPS;
- R$ 2,9 bilhões provisionados pela Justiça Federal, derivados das requisições de pequeno valor a serem pagas no exercício de 2016; e
- R$ 2,13 bilhões provisionados pela unidade de Fundo de Garantia a Exportação BNDES, do Ministério da Fazenda.

Nota 39 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Dentre os valores mais expressivos registrados neste item, destacam-se:

- Transferências de recursos para a Caixa Econômica Federal referentes à atualização monetária do FGTS (mesma remuneração das disponibilidades da União depositadas na Conta Única), decorrente dos artigos 1º e 2º da Lei Complementar 110 de 29 de junho de 2001, no montante de R$ 5,99 bilhões; e
- Atualização das cotas do Fundo Soberano do Brasil no montante de R$ 1,81 bilhão.

Nota 40 – Execução Orçamentária da Receita

No exercício de 2015 houve uma frustação média de 8,05% da arrecadação inicialmente prevista. Do montante previsto, cerca de R$ 2,88 trilhões, apenas R$ 2,66 trilhões foram arrecadados.

Do montante arrecadado, 49,8% compreenderam as receitas correntes. Dessas receitas, os tributos e as contribuições sociais alcançaram o montante de R$ 1,13 trilhão (85,3% do total das receitas correntes).

As operações de crédito (refinanciadas ou não) representam as principais receitas de capital (76,9% do total) e importaram em R$ 1,03 trilhão no exercício de 2015.

Dentre as receitas correntes, a maior frustação média ocorreu na natureza de receitas patrimoniais (37,2%). Entre as receitas de capital, a maior frustação média 76,21% ocorreu na natureza de alienação de bens.

Receitas Correntes

As principais naturezas de receitas correntes são:

- tributária, com arrecadação de R$ 424,7 bilhões; e
- de contribuições, com arrecadação de R$ 705,9 bilhões.

A seguir é apresentada a composição destes grupos de receitas:

ARRECADAÇÃO
RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE CONTRIBUIÇÕES – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

RECEITAS	31/12/2105	AV (%)
Impostos	417.304.644	36,91
Taxas	7.370.092	0,65
Contribuições Sociais	692.404.403	61,24
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	13.542.048	1,20
TOTAL	1.130.621.187	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

As receitas de contribuições sociais representam a maior parcela das receitas tributárias e de contribuição (61,24%), seguidas pelas receitas de impostos (36,91%). Na continuação é apresentada a composição de cada um desses grupos.

ARRECADAÇÃO
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

RECEITAS	31/12/2105	AV (%)
Para a Finalidade da Seguridade Social – Cofins	198.755.316	28,71
Previdenciária de Empresas – Trabalho Assalariado	110.055.555	15,89
Previdenciária dos Segurados – Trabalho Assalariado	60.232.015	8,70
Sobre o Lucro	58.332.111	8,42
Para o PIS/Pasep	52.273.566	7,55
Simples	32.010.090	4,62
Previdenciária – Órgãos Públicos	31.391.109	4,53
Previdenciária – Retenção	21.920.848	3,17
Para o Salário-Educação	19.038.636	2,75
Previdenciária de Empresas – Encargo Patronal	18.193.875	2,63
Seguro de Acidente do Trabalho	17.816.569	2,57
Previdenciária – Servidores Ativos – RPPS	17.415.013	2,52
Outros	54.969.700	7,94
TOTAL	692.404.403	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

ARRECADAÇÃO
RECEITAS DE IMPOSTOS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2105	AV (%)
Sobre a Renda – IR	294.598.896	70,60
Sobre Produtos Industrializados – IPI	47.961.113	11,49
Sobre a Importação – II	38.865.587	9,31
Sobre Operações Financeiras – IOF	34.680.211	8,31
Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	1.101.295	0,26
Sobre a Exportação – IE	97.542	0,03
TOTAL	417.304.644	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

A maior parte da arrecadação de receitas de contribuições (53,3%), cerca de R$ 369 bilhões, é oriunda da Cofins e das contribuições previdenciárias de empresas e dos segurados assalariados.

O imposto sobre a renda é responsável por 70,6% da arrecadação total das receitas tributárias, cerca de R$ 294,6 bilhões. O IR, juntamente com o IPI, respondem por cerca de 82,1% da arrecadação tributária no exercício.

Nas demais receitas correntes, faz-se necessário o destaque para as seguintes naturezas: (i) patrimonial, com arrecadação de R$ 65,8 bilhões; (ii) de serviços, com arrecadação de R$ 43,9 bilhões; e (iii) outras receitas, com arrecadação de R$ 83,4 bilhões. A seguir é apresentada, individualmente, a composição desses grupos de receitas.

ARRECADAÇÃO
RECEITA PATRIMONIAL – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

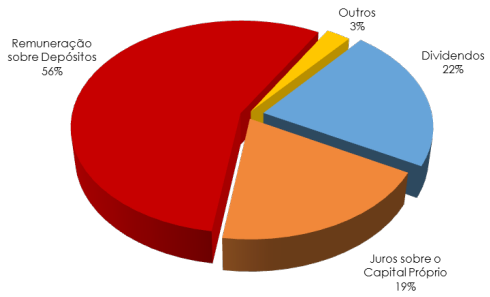
	31/12/2105	AV (%)
Imobiliárias	1.474.457	2,25
Valores Mobiliários	29.022.401	44,09
Concessões e Permissões	5.899.299	8,96
Compensações Financeiras	28.783.942	43,73
Cessão de Direitos	622.003	0,94
Outras	20.733	0,03
TOTAL	65.822.835	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Dentre as receitas patrimoniais, as relacionadas com os valores mobiliários (R$ 29 bilhões, aproximadamente) e com as compensações financeiras (R$ 28,8 bilhões, aproximadamente), respondem por cerca de 87,8% do total arrecadado no exercício, nesse grupo de receitas.

A seguir, é apresentado o gráfico contendo a composição das receitas com valores mobiliários, em relação à arrecadação do exercício de 2015.

RECEITAS COM VALORES MOBILIÁRIOS – COMPOSIÇÃO

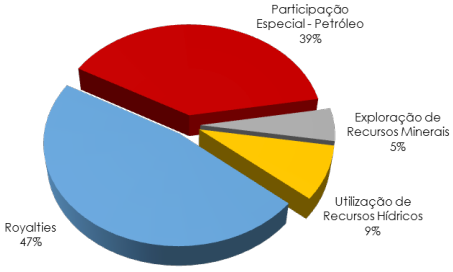


Fonte: Siafi, 2015.

Em relação às receitas com valores mobiliários, a remuneração sobre depósitos diversos representa 56,2% (cerca de R$ 16,3 bilhões) do montante arrecadado nesse grupo de receita. As receitas com dividendos (R$ 6,3 bilhões, aproximadamente) e juros sobre o capital próprio (R$ 5,6 bilhões, aproximadamente) representam 41,1% do total arrecadado das receitas com valores mobiliários.

Na continuação, apresenta-se, em gráfico, a composição das receitas com compensações financeiras, em relação à arrecadação do exercício de 2015.

RECEITAS COM COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS – COMPOSIÇÃO



Fonte: Siafi, 2015.

As receitas com royalties, cerca de R$ 13,6 bilhões, é o principal item que compõe as receitas com compensações financeiras. As receitas oriundas da participação especial na exploração de petróleo, com arrecadação de cerca de R$ 11,2 bilhões, é o segundo maior item.

Completam as receitas com compensações financeiras, as provenientes da exploração de recursos minerais (R$ 1,5 bilhão, aproximadamente) e da utilização de recursos hídricos (R$ 2,5 bilhões, aproximadamente).

Na próxima tabela, é apresentada a composição da receita de serviços.

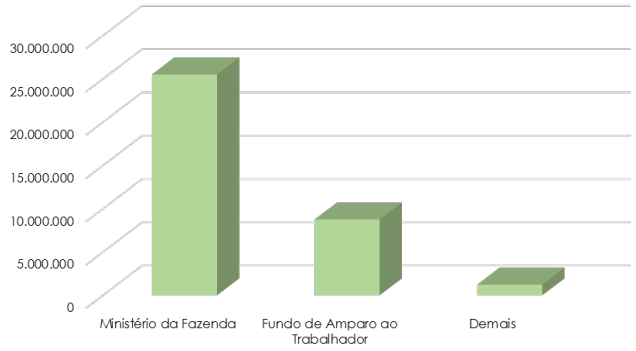
ARRECADAÇÃO – RECEITA DE SERVIÇOS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

ARRECAAÇÃO	31/12/2105	AV (%)
Financeiros – Juros de Empréstimos	26.712.961	60,79
Financeiros – Remuneração	8.741.461	19,89
Tarifas	3.880.638	8,83
Administrativos	2.160.159	4,92
Informações e Tecnologia	670.310	1,53
Outros	1.778.069	4,04
TOTAL	43.943.598	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

As principais receitas de serviços estão vinculadas à área financeira. As receitas pelos serviços financeiros alcançaram o montante de R$ 35,4 bilhões, cerca de 80,7% do montante arrecadado com as receitas de serviço, no exercício. No gráfico apresentado na sequência são detalhadas as receitas de serviços financeiros por órgão.

RECEITAS DE SERVIÇOS FINANCEIROS – POR ÓRGÃO.
R$ MILHARES



Fonte: Siafi, 2015.

Do montante de R$ 35,4 bilhões, o Ministério da Fazenda é responsável pela arrecadação de R$ 25,5 bilhões e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por R$ 8,7 bilhões.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das outras receitas correntes.

ARRECADAÇÃO – OUTRAS RECEITAS CORRENTES – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

ARRECADAÇÃO	31/12/2105	AV (%)
Multas e Juros de Mora	21.129.653	25,33
Indenizações e Restituições	6.836.997	8,20
Dívida Ativa	5.640.940	6,76
Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	25.406.973	30,46
Diversas	24.393.937	29,25
TOTAL	83.408.500	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Um destaque especial para a arrecadação da dívida ativa, pois, do montante previsto, cerca de R$ 31 bilhões, foi arrecadado apenas R$ 5,6 bilhões (18,17% do total previsto para o exercício de 2015).

O grupo de receitas vinculado à indenizações e restituições registrou um excesso de arrecadação de 258,02%.

Ainda sobre esse grupo, as multas e juros de mora representam um pouco mais de um quarto do montante total arrecadado. A seguir, apresenta-se a composição deste item.

MULTAS E JUROS DE MORA – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

MULTAS E JUROS DE MORA	31/12/2105	AV (%)
Sobre Tributos	5.641.166	26,70
Sobre Contribuições	8.168.666	38,66
Sobre a Dívida Ativa – Tributária	2.329.804	11,03
Sobre a Dívida Ativa – Não Tributária	282.266	1,34
Sobre Outras Receitas	245.468	1,16
Demais	4.462.283	21,11
TOTAL	21.129.653	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Do total arrecadado a título de multas e juros de mora, 65,4%, aproximadamente, referem-se a tributos e contribuições, incluindo a cobrança em dívida ativa.

Receitas de Capital

A principal natureza de receitas de capital se trata das operações de crédito, refinanciadas ou não. A seguir é apresentada a composição destes grupos de receitas:

ARRECADAÇÃO – OPERAÇÕES DE CRÉDITO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

ARRECADACÃO	31/12/2105	AV (%)
Operações Internas	1.025.980.133	99,83
Não refinanciadas	250.468.633	24,37
Refinanciadas	775.511.500	75,46
Operações Externas	1.701.096	0,17
Não refinanciadas	1.701.096	0,17
TOTAL	1.027.681.229	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

As operações internas são a maioria das operações de créditos realizadas pela União, respondendo por 99,83% das receitas deste grupo. Deste montante, R$ 775,5 bilhões se referem a dívidas refinanciadas.

Mais informações sobre a composição da dívida pública federal, consultar as Notas nos 06 – Empréstimos e Financiamentos e 33 –Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.

As outras receitas representam 18,9%, aproximadamente, das receitas de capital. Na sequência é apresenta a composição deste grupo.

ARRECADAÇÃO – OPERAÇÕES DE CRÉDITO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

ARRECADAÇÃO	31/12/2105	AV (%)
Resultado do Banco Central do Brasil	176.537.139	69,99
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	75.685.236	30,00
Dívida Ativa - Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	4.066	-
Dívida Ativa – Alienação Estoques de Café	278	-
TOTAL	252.226.719	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Para informações sobre o Resultado do BCB, consultar a Nota 19 – Aportes ao Banco Central e o item 'Resultado do Banco Central do Brasil' nos 'Tópicos Especiais'.

Renúncia de Receitas

De acordo com as análises realizadas pela Secretaria de Política Econômica(SPE)/MF, no exercício de 2015, foi estimado uma renúncia de receitas no montante de cerca de R$ 91 bilhões. Na tabela a seguir, são detalhados os valores estimados constante no Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios para o ano de 2015.

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS – 2015
R$ MILHARES

DISCRIMINAÇÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
AGROPECUÁRIOS						
AGF e Estoques Reguladores e Estratégicos	2.978	83.765	165.521	13.747	80.268	346.279
AGF e Estoques Reguladores e Estratégicos da Agricultura Familiar - AGF-AF	-	-	-	-	-	-
Garantia e Sustentação de Preços	4.479	35.892	532.894	41.758	15.770	630.793
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	51.518	-	-	-	-	51.518
Operações de Custeio Agropecuário	31.505	68.073	384.619	604.402	786.491	1.875.089
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	86.711	62.080	57.615	690.374	543.599	1.440.380
Operações de Empréstimo do Governo Federal - EGF	1.318	9.590	47.563	60.826	96.703	216.000
Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF						
Equalização	202.723	316.009	49.804	903.484	2.035.645	3.507.665
Financiamento	19.323	30.121	4.747	86.118	194.032	334.341
Securitização Agrícola	170	360	3.892	2.256	6.866	13.543
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - Recoop						
Equalização (Investimento)						-
Financiamento	-	54	279	1.503	7.164	9.000
Programa Especial de Saneamento de Ativos - Pesa	-	126.268	54.115	514.093	207.441	901.918
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	3.208	25.967	146.756	169.282	597.930	943.144
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé						
Equalização	101	2.373	463	132.436	7.626	143.000
Financiamento	245	5.748	1.122	320.760	18.470	346.345
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana						
Equalização		-				-
Financiamento		8.915				8.915
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	3.596	2.574	2.389	28.628	22.541	59.728
SETOR PRODUTIVO						
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	2.672.096	8.016.288	2.672.096			13.360.479
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)						
Fundo da Marinha Mercante - FMM	28.672	1.312.946	-	367.921	616.819	2.326.358
Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sist. Financeiro Nacional - PROER	-	299.226	-	813.537	-	1.112.763
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	-	-	-	(37.446)	-	(37.446)
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-	-	-	(52.437)	-	(52.437)
Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Revitaliza)	-	700	-	1.025	4.523	6.248

DISCRIMINAÇÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES - PROEX						
Equalização	-	-	-	758.271	168.081	926.352
Financiamento	5.222	2.271	1.589	142.367	75.611	227.061
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE		1.642.028				1.642.028
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	302.562	-	123.198	-	-	425.760
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste FDCO			27.559			27.559
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(6.988)	(56.750)	(23.996)	(846.868)	(265.923)	(1.200.525)
Empréstimos da União ao BNDES	1.608.308	2.829.253	2.689.882	11.264.114	4.762.007	23.153.564
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	1.004.725	357.105	2.437.537	862.029	2.656.337	7.317.734
PROGRAMAS SOCIAIS						
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	4.860	-	-	-	-	4.860
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.989.492	2.806.116	2.336.603	7.725.953	1.973.050	16.831.214
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	-	835.851	-	6.882.798	-	7.718.649
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	6.360	119.586	20.313	39.380	553.288	738.926
Fundo de Financiamento Estudantil - FIES	201.974	677.531	337.489	1.272.419	329.703	2.819.117
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte de Gás Natural	31	119	41	224	86	500
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda	211.072	1.104.881	115.371	587.959	149.205	2.168.489
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras	13	1.909	-	4.882	4.995	11.800
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	161	684	776	3.104	2.138	6.864
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	26.531	344.898	39.796	179.082	79.592	669.899
Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular						-
TOTAL	8.462.963	21.072.432	12.230.034	33.537.981	15.730.060	91.033.471

Fonte: SPE/MF, 2015.

Os valores foram estimados em agosto de 2015 para compor o Anexo II do Projeto de Lei Orçamentária do exercício de 2016, de acordo com a SPE. Na continuação, são apresentadas as estimativas para o exercício de 2016.

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS – 2016
R$ MILHARES

DISCRIMINAÇÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
AGROPECUÁRIOS						
AGF e Estoques Reguladores e Estratégicos	2.145	60.326	119.206	9.901	57.807	249.384
AGF e Estoques Reguladores e Estratégicos da Agricultura Familiar - AGF-AF	146	4.113	8.128	675	3.942	17.004
Garantia e Sustentação de Preços	22.237	178.211	2.645.914	207.338	78.300	3.132.000
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	162.000	-	-	-	-	162.000
Operações de Custeio Agropecuário	66.401	143.474	810.651	1.273.880	1.657.664	3.952.070
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	124.124	88.866	82.474	988.250	778.146	2.061.861
Operações de Empréstimo do Governo Federal - EGF	828	6.024	29.874	38.204	60.739	135.669
Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf						
Equalização	331.801	517.219	81.515	1.478.752	3.331.784	5.741.071
Financiamento	21.008	32.747	5.161	93.625	210.948	363.488
Securitização Agrícola	514	1.092	11.805	6.841	20.824	41.076
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - Recoop						
Equalização (Investimento)						-
Financiamento	-	33	168	907	4.324	5.432
Programa Especial de Saneamento de Ativos - Pesa	-	97.355	41.723	396.372	159.940	695.389
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	1.361	11.013	62.241	71.795	253.590	400.000
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé						
Equalização	101	2.373	463	132.436	7.626	143.000
Financiamento	282	6.615	1.291	369.144	21.256	398.588
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana						
Equalização		7.100				7.100
Financiamento		5.675				5.675
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	3.615	2.588	2.402	28.779	22.661	60.044

DISCRIMINAÇÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
SETOR PRODUTIVO						
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	3.204.714	9.614.143	3.204.714			16.023.571
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)						
Fundo da Marinha Mercante - FMM	35.135	1.608.908	-	450.857	755.860	2.850.760
Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sist. Financeiro Nacional - Proer	-	303.798	-	825.968	-	1.129.766
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	-	-	-	(32.142)	-	(32.142)
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-	-	-	284.860	-	284.860
Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Revitaliza)	-	621	-	909	4.012	5.541
Programa de Financiamento às Exportações - Proex						
Equalização	-	-	-	1.637.112	362.888	2.000.000
Financiamento	7.249	3.152	2.206	197.615	104.953	315.175
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE		1.999.407				1.999.407
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	435.490	-	177.325	-	-	612.815
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste FDCO			141.588			141.588
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(8.250)	(67.001)	(28.331)	(999.843)	(313.959)	(1.417.384)
Empréstimos da União ao BNDES	2.051.811	3.609.442	3.431.639	14.370.285	6.075.169	29.538.345
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	1.248.720	443.828	3.029.487	1.071.371	3.301.423	9.094.828
PROGRAMAS SOCIAIS						
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	11.487	-	-	-	-	11.487
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	2.156.396	3.041.529	2.532.627	8.374.105	2.138.575	18.243.231
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	-	1.353.622	-	11.146.378	-	12.500.000
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	6.436	121.028	20.558	39.855	559.960	747.838
Fundo de Financiamento Estudantil - FIES	300.383	1.007.647	501.925	1.892.383	490.345	4.192.684
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte de Gás Natural						-
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda	205.560	1.064.400	112.800	567.600	139.200	2.089.560
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras	16	2.374	-	6.070	6.211	14.671
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	353	1.495	1.696	6.783	4.673	15.000
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	9.901	128.713	14.851	66.832	29.703	250.000
Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular						-
TOTAL	10.401.964	25.401.927	17.046.102	45.003.897	20.328.564	118.182.455

Fonte: SPE/MF, 2015.

Em relação às receitas previdenciárias a RFB estimou que a renúncia no exercício de 2015 importou no montante de R$ 65,8 bilhões, possuindo a seguinte composição:

RENÚNCIA DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – PROJEÇÃO – 2015
R$ MILHÕES

RENÚNCIA/ MÊS	DESONERAÇÃO DA FOLHA	SIMPLES NACIONAL	FILANTRÓPICA	EXPORTAÇÃO RURAL	MEI *	DONA DE CASA
Janeiro	2.142	1.676	794	301	109	20
Fevereiro	2.002	1.673	776	364	97	21
Março	2.050	1.706	798	491	96	21
Abril	1.884	1.729	805	525	110	21
Maio	2.003	1.754	834	513	120	21
Junho	2.018	1.764	836	509	114	21
Julho	1.978	1.795	861	514	121	21
Agosto	2.097	1.813	844	472	120	21
Setembro	1.693	1.829	856	451	125	21
Outubro	1.677	1.859	859	449	126	21
Novembro	1.759	1.870	864	349	105	21
Dezembro	4.485	2.961	1580	396	105	21
TOTAL	25.788	22.429	10.707	5.334	1.348	251

Nota: * Microempresário Individual.
Fonte: RFB, 2015.

Nota 41 – Execução Orçamentária da Despesa

Houve, no exercício de 2015, economia na execução da despesa orçamentária, em média, de 10,37%. Do montante autorizado para gasto, cerca de R$ 2,94 trilhões, apenas R$ 2,38 trilhões foram realizados (empenhados).

Do montante empenhado, R$ 2,38 trilhões foram liquidados e R$ 2,27 trilhões foram pagos no exercício. Isto implicou na inscrição de restos a pagar não processados e de restos a pagar processados de R$ 77,8 bilhões e R$ 36,6 bilhões, respectivamente.

As despesas correntes representam 57%, aproximadamente, do total dos gastos realizados. A principal natureza das despesas corrente está registrada no grupo outros, representando 69,4% dos gastos correntes.

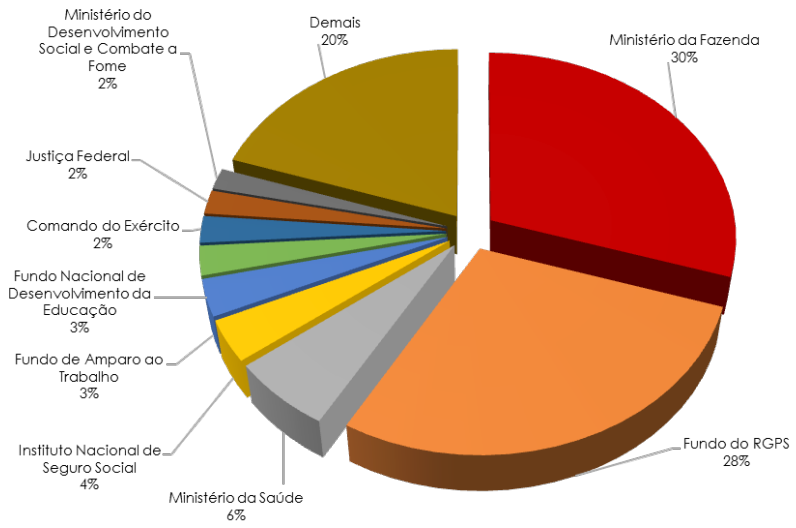
Nas despesas de capital, a principal natureza foi a amortização da dívida (refinanciada ou não) que representa 87,3% do total dos gastos de capital.

As maiores economias ocorreram nas naturezas investimentos e inversões financeiras com 42,7% e 53,3%, respectivamente. Ambas pertencem aos gastos de capital.

Despesas Correntes

Mais da metade dos gastos correntes foram realizados pelo Ministério da Fazenda e pelo Fundo do RGPS, cerca de R$ 885,5 bilhões (58,3% do total das despesas correntes). Na continuação é apresentado o gráfico contendo a execução dos gastos correntes por órgão.

EXECUÇÃO – DESPESAS CORRENTES – POR ÓRGÃO



Fonte: Siafi, 2015.

Dos R$ 453,9 bilhões de gastos correntes realizados pelo MF, os principais elementos de gastos foram os seguintes: (i) juros e encargos da dívida, R$ 207,9 bilhões; (ii) distribuição constitucional ou legal de receitas, R$ 169,8 bilhões; (iii) compensação ao RGPS, R$ 24,3 bilhões; e (iv) subvenções econômicas, R$ 23,1 bilhões.

Em relação ao Fundo do RGPS, o montante de R$ 431,6 bilhões é destinado ao custeio de benefícios da Seguridade Social do regime geral.

Conforme demonstrado anteriormente, o grupo com maior concentração de gastos nas despesas correntes é o denominado Outras Despesas Correntes. Na tabela, apresentada a seguir, é detalhada a composição desse item.

EXECUÇÃO – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31/12/2105	AV (%)
Aposentadorias do RGPS – Área Urbana	219.024.463	20,79
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	202.093.777	19,18
Contribuições	90.932.841	8,63
Pensões do RGPS – Área Urbana	82.013.978	7,78
Aposentadorias do RGPS – Área Rural	68.835.148	6,53
Seguro Desemprego e Abono Salarial	48.180.198	4,57
Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	41.794.471	3,97
Subvenções Econômicas	36.889.482	3,50
Compensação ao RGPS	24.359.370	2,31
Pensões do RGPS – Área Rural	24.007.826	2,28
Demais	215.457.104	20,46
TOTAL	1.053.588.658	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Quase metade dos gastos no grupo de Outras Despesas Correntes (48,2%, aproximadamente), cerca de R$ 508 bilhões compreendem gastos direto com benefícios sociais. Deste montante, R$ 287,9 bilhões são destinados às aposentadorias do RGPS e R$ 106 bilhões às pensões do RGPS.

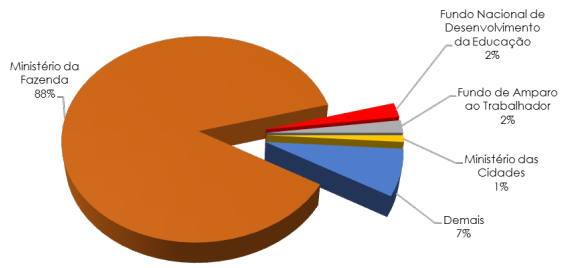
Outro item relevante deste grupo se refere à distribuição constitucional ou legal de receitas que importou em R$ 202,1 bilhões. As subvenções econômicas importaram em cerca de R$ 36,9 bilhões.

Despesas de Capital

Dos gastos de capital, 87,4% foram realizados pelo MF. Do montante executado pelo MF, cerca de R$ 755 bilhões, R$ 752,2 bilhões foram destinados à amortização do principal da dívida pública.

A seguir é apresentado o gráfico contendo os gastos de capital executados por órgão.

EXECUÇÃO – DESPESAS DE CAPITAL – POR ÓRGÃO



Fonte: Siafi, 2015.

Na continuação, passa-se ao detalhamento da composição dos gastos de capital relacionados com a amortização da dívida.

EXECUÇÃO – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	31/12/2105	AV (%)
Dívida Mobiliária – Refinanciada	569.374.792	75,53
Dívida Mobiliária	180.882.821	23,99
Dívida Contratual	3.611.282	0,48
TOTAL	753.868.895	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Quase o total do montante executado em relação aos gastos com amortização da dívida se refere à dívida mobiliária (99,52%). Mais informações sobre a composição da dívida pública federal, ver Nota 06 – Empréstimos e Financiamentos, Dívida Mobiliária, e Nota 33 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.

Na próxima tabela, é exibida a composição das despesas de capital relacionadas com os investimentos e as inversões financeiras.

EXECUÇÃO
INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS	31/12/2105	AV (%)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	65.766.311	59,92
Auxílios	12.164.370	11,08
Obras e Instalações	9.402.512	8,57
Equipamentos e Material Permanente	6.229.504	5,68
Outros	16.202.812	14,75
TOTAL	109.765.509	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

A concessão de empréstimos e financiamentos e os auxílios representam 71% dos gastos de capital classificados como investimentos e inversões financeiras

Em relação à concessão de empréstimos e financiamentos, os principais órgãos que executaram um pouco mais da metade dos gastos, cerca de 51,2% foram: (i) o Fundo de Amparo ao Trabalhador, com R$ 17 bilhões de execução; e (ii) o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, R$ 16,6 bilhões de execução.

Do total da execução dos gastos com auxílios, 74,5% foram executados pelos seguintes órgãos (i) o Ministério das Cidades, com R$ 3,9 bilhões de execução; (ii) o Fundo de Amparo ao Trabalhador, com 2,9 bilhões de execução; e (iii) o Ministério da Saúde, com R$ 2,2 bilhões de execução.

Demais Informações sobre a Execução Orçamentária da Despesa

Variação cambial incorporada a execução orçamentária da despesa

De acordo com as informações apresentadas no item referente às políticas contábeis, a moeda funcional da União é o Real. Entretanto, algumas unidades, em razão de questões operacionais, necessitam realizar operações em moedas estrangeiras e o Siafi permite o controle de tais operações.

As unidades que operam em moedas estrangeiras as utilizam como se elas fossem suas moedas funcionais. Todavia, no Siafi ocorre a conversão de valores em moedas estrangeiras para o Real, de acordo com os saldos apurados e a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Em relação à execução orçamentária, tal conversão causa diferença, gerando situações em que as despesas empenhadas, liquidadas e/ou pagas são superiores à dotação atualizada. Na verdade, na conversão não é possível a separação entre os valores executados e os ajustes de conversão, fazendo com que os ganhos ou as perdas pela variação cambial contaminem os valores da execução orçamentária da despesa.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades orçamentárias que apresentam este problema.

EXECUÇÃO – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS COM DIFERENÇAS GERADAS PELA CONVERSÃO
R$ MILHARES

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.767.352	1.853.104	2.040.484	1.454.974	1.432.428
24204 – Comissão Nacional de Energia Nuclear – Cnen	855.723	910.321	920.003	885.071	880.661
26291 – Fundo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	6.268.799	7.674.207	7.768.097	7.655.152	7.645.074
35101 – Ministério das Relações Exteriores	2.466.345	3.357.070	3.443.114	3.389.764	3.385.272
TOTAL	11.358.219	13.794.702	14.171.698	13.384.961	13.343.435

Fonte: Siafi, 2015.

A diferença entre o total da dotação atualizada e o das despesas empenhadas foi de R$ 377 milhões. Esta diferença representa 0,02% do total das despesas empenhadas pela União, no exercício de 2015. Do ponto de vista estatístico, essa diferença não é significante.

Inversão em saldos de créditos bloqueados para remanejamento

De acordo com a Macrofunção Siafi 02.11.39, até o final do exercício as unidades devem regularizar os créditos bloqueados para remanejamento. A conta contábil que controla o bloqueio é a 6.2.2.1.2.01.01 e objetiva identificar a indisponibilidade dos créditos, principalmente, em função de contingenciamentos.

No exercício de 2015, vinte UG não realizaram os ajustes necessários, conforme descrito anteriormente e são apresentadas na tabela a seguir:

CRÉDITOS BLOQUEADOS PARA REMANEJAMENTO – POR UNIDADE GESTORA
R$ MILHARES

	CONTA CORRENTE	SITUAÇÃO	VALOR
110101 – Gabinete da Vice-Presidência da República	208552801000000000319000	ii	106
	208552801880000000319000	ii	20
153080 – Universidade Federal de Pernambuco	108716901000000000319000	i	13
153114 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	108723301000000000319000	ii	83
153167 – Colégio Pedro II	108736701080000000319000		1.596
	108736701080000000319100	i	2.906
154215 – Fundação Universidade Federal do Amapá	108798201120000000319000	ii	5.500
154421 – Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	108806101000000000319000	i	*
155007 – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	208814301120000000339000	ii	6
158142 – Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica do Amazonas	108849701120000000319000	i	3.000
	108850201120000000339000	ii	50
158148 – Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica de Rondônia	208859901120000000339000	i	123
158150 – Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica do Amapá	108862801120000000339000	ii	50
158719 – Universidade Federal do Cariri	208891901120000000339000	i	64
168002 – Indústria de Material Bélico do Brasil/Gestor	110728801000000000319000	ii	125
180077 – Setorial Orçamentária Financeira – DPGE	108944401000000000338000	ii	600
275059 – Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Setorial Orçamentária	109144601000000000319000	i	146
275059 – Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Setorial Orçamentária	109145101000000000319000	ii	311
323030 – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	209170102500000000339000	ii	42
	209170202500000000339000	ii	42
495001 – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	110729201000000000319000	ii	1.000
533013 – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	109325002500000000339000	ii	444
590001 – Conselho Nacional do Ministério Público	109346701000000000319100	i	**
772001 – Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha	209353401000000000319000	i	***
TOTAL			16.227

Nota: * Valor inferior a mil reais (R$ 473 no exercício de 2015).
** Valor inferior a mil reais (R$ 0,77 no exercício de 2015).
*** Valor inferior a mil reais (R$ 0,87 no exercício de 2015).
Fonte: Siafi, 2015.

Dentre os casos relatados na tabela anterior, foi possível identificar duas situações:

- A UG possuía saldo suficiente para realizar a regularização necessária, não tendo, portanto, realizado execução com crédito bloqueado; e
- A UG não possuía saldo suficiente para realizar a regularização necessária, tendo, portanto, realizado execução com crédito bloqueado.

Do ponto de vista da União, as situações relatadas não afetaram a execução orçamentária, pois houve economia na execução da despesa no exercício. Do ponto de vista estatístico, o valor de cerca de R$ 16 milhões representa 0,0007% do total executado, não sendo, portanto, significativo.

Nota 42 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário foi superavitário em cerca de R$ 280,3 bilhões. Apesar da frustação média da arrecadação em torno de 8,05%, houve uma economia na execução da despesa de cerca de 18,9%, do total autorizado, o que contribuiu para a formação do resultado orçamentário superavitário.

Na União não ocorre a atualização da previsão inicial da receita, constante na Lei Orçamentária Anual. Todavia, para fins de evidenciação ao princípio do equilíbrio orçamentário, são detalhadas as demais fontes para a abertura de créditos durante um exercício.

Além das receitas orçamentárias (R$ 2,88 trilhões), havia disponível no exercício R$ 168,1 bilhões para a abertura de créditos adicionais oriundos do superávit financeiro do exercício anterior, do excesso de arrecadação e da reabertura de créditos adicionais.

Na tabela a seguir é apresentada a conciliação entre o montante disponível para a abertura de créditos e o montante da dotação atualizada.

CONCILIAÇÃO ENTRE RECEITA X DESPESA ORÇAMENTÁRIA
R$ MILHARES

	31/12/2105
Previsão Inicial da Receita	2.876.676.947
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	7.958.396
Créditos Adicionais Aberto com Excesso de Arrecadação	157.732.857
Créditos Adicionais Reabertos	2.374.807
Limite para Abertura de Créditos	3.044.743.007
Dotação Atualizada	(2.938.486.110)
Limite Disponível no Exercício	106.256.897

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 43 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Restos a Pagar Não Processados

Do montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP), R$ 189,5 bilhões, aproximadamente, R$ 89,3 bilhões foram pagos e R$ 32,9 bilhões foram cancelados durante o exercício de 2015. A execução média dos RPNP foi de 64,5% durante o exercício.

Em média, 85,2% dos RPNP relacionados com os gastos correntes foram pagos ou cancelados durante o exercício. Em relação aos gastos de capital, a execução média foi de 43,9% do montante em estoque.

Na tabela a seguir está detalhada a execução dos RPNP, considerando-se as principais unidades orçamentárias, de acordo com os saldos em 31/12/2015.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
R$ MILHARES

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	INSCRITOS	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Ministério das Cidades	25.520.010	8.012.566	8.000.218	6.747.789	10.772.003
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	13.120.464	5.294.022	5.244.867	91.224	7.784.373
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	9.922.532	4.832.066	3.826.211	1.056.114	5.040.207
Fundo Nacional da Saúde	10.320.323	5.076.569	5.023.771	521.871	4.774.681
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	3.088.515	215.777	215.777	2	2.872.736
Ministério do Turismo	3.331.561	570.675	519.674	55.444	2.756.443
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste	2.282.378	286.323	43.932	-	2.238.446
Fundação Nacional da Saúde	2.598.623	447.824	411.390	200.309	1.986.924
Ministério da Integração Nacional	3.867.102	2.244.785	1.794.139	165.151	1.907.812
Fundo de Compensações de Variações Salariais	1.705.798	-	-	-	1.705.798
Ministério do Esporte	2.947.722	1.225.875	1.176.498	218.239	1.552.985
Demais	110.816.276	65.162.352	63.090.480	23.827.104	23.898.692
TOTAL	189.521.304	93.368.834	89.346.957	32.883.247	67.291.100

Fonte: Siafi, 2015.

O Ministério das Cidades, o FNDE e o Dnit possuíam 35,1% do estoque de RPNP, ao final do exercício de 2015. Dentre as unidades orçamentárias com os maiores saldos de RPNP em 31/12/2015, o FDCO e o FDNE foram aqueles com a menor execução com cerca de 1,9% e 7%, respectivamente.

Restos a Pagar Não Processados Liquidados e Restos a Pagar Processados

O conjunto formato pelos RPNP liquidados e pelos Restos a Pagar Processados (RPP) possuía, no início do exercício de 2015, um estoque de R$ 38,5 bilhões. Desse montante houve a execução de 83,7%, em média, tendo ocorrido o pagamento de R$ 32,2 bilhões e o cancelamento de R$ 1,7 bilhão, aproximadamente.

Em relação aos gastos correntes, o estoque remanescente ao final do exercício de 2015 foi de apenas 2,6% do montante inicial. Em relação aos gastos de capital, o estoque remanescente representa 37,5% do estoque inicial.

Na tabela a seguir esta detalhada a execução dos RPNP liquidados e dos RPP, considerando-se as principais unidades orçamentárias, de acordo com os saldos em 31/12/2015.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS E RESTOS A PAGAR PROCESSADOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
R$ MILHARES

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	INSCRITOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Ministério da Integração Nacional	1.422.305	507.315	114.195	800.795
Ministério do Turismo	682.407	157.897	4.474	520.036
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	966.660	430.474	62.732	473.454
Ministério do Esporte	622.675	175.979	2.280	444.416
Fundo Nacional de Saúde	706.411	321.298	39.756	345.357
Fundação Nacional de Saúde	557.012	76.731	142.181	338.100
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	451.043	138.440	9.526	303.077
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba	349.326	175.826	3.001	170.499
Fundo Penitenciário Nacional	142.667	8.339	20	134.308
Ministério das Cidades	165.828	35.509	3.285	127.034
Ministério da Justiça	132.771	25.455	285	107.031
Demais	32.267.356	30.172.447	1.286.021	808.888
TOTAL	38.466.461	32.225.710	1.667.756	4.572.995

Fonte: Siafi, 2015.

O Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Turismo e o FNDCT possuíam em 31/12/2015, 39,2% do estoque formado pelos RPNP liquidados e RPP. Dentre as unidades orçamentárias especificadas na tabela anterior, o Fundo Penitenciário Nacional foi aquele com menor execução, aproximadamente, 5,86%.

Estoque de Restos a Pagar em 31/12/2015

A partir das informações obtidas no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, demonstra-se, na tabela a seguir, a composição final do estoque dos restos a pagar ao final do exercício de 2015, considerando, inclusive, aqueles que foram inscritos no exercício.

ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR EM 31/12/2015
R$ MILHARES

ESTOQUE DE RP	31/12/2105
RPNP	
Saldo Inicial em 31/12/2015	67.291.100
Transferência dos RPNP Liquidados	(4.039.876)
RPNP Inscritos em 31/12/2015	77.797.449
SALDO FINAL EM 31/12/2015	141.048.673
RPNP Liquidados e RPP	
Saldo Inicial em 31/12/2015	4.572.995
Transferência dos RPNP Liquidados	4.039.876
RPP Inscritos em 31/12/2015	36.646.963
SALDO FINAL EM 31/12/2015	45.259.834
ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR	186.308.507

Fonte: Siafi, 2015.

A seguir é apresentada a composição do estoque dos restos a pagar, a partir do ano de empenho da despesa.

ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR – COMPOSIÇÃO – POR ANO
R$ MILHARES

ANO	RPNP	RPP	TOTAL
2002	-	3.892	3.892
2003	-	16.400	16.400
2004	-	27.949	27.949
2005	122	41.223	41.345
2006	255	68.250	68.505
2007	309.172	260.457	569.629
2008	735.942	448.727	1.184.669
2009	1.781.257	427.154	2.208.411
2010	1.983.067	381.944	2.365.011
2011	3.503.526	759.271	4.262.797
2012	6.698.825	1.621.651	8.320.476
2013	19.788.533	2.048.225	21.836.758
2014	28.450.525	2.507.728	30.958.253
2015	77.797.449	36.646.963	114.444.412
Total	141.048.673	45.259.834	186.308.507

Fonte: Siafi, 2015.

Nota 44 – Receita Orçamentária

Considerando o complexo conjunto de grupos de fontes que é utilizado pela União, optou-se pela divulgação das receitas pelos valores brutos e a divulgação das deduções e ajustes em uma única linha. Esta escolha propicia, também, a divulgação dos valores brutos arrecadados da receita orçamentária, uma vez que essas informações não estão disponíveis no Balanço Orçamentário. Na sequência é apresentada a abertura das deduções (ou ajustes) da receita orçamentária divulgada no Balanço Financeiro. A coluna da análise vertical (AV) se refere à arrecadação líquida.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARRECADAÇÃO BRUTA X ARRECADAÇÃO LÍQUIDA POR GRUPOS DE FONTES DE RECURSOS
R$ MILHARES

FONTE DE RECURSOS	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES (OU AJUSTES)	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	AV (%)
ORDINÁRIAS	346.001.796	(21.012.553)	324.989.243	12,21
VINCULADAS	2.357.766.695	(20.408.529)	2.337.358.166	87,79
Educação	57.361.131	(2.302.279)	55.058.852	2,07
Seguridade Social (Exceto RGPS)	271.800.598	(118.977)	271.681.621	10,20
Operação de Crédito	1.365.046.434	(4.328.459)	1.360.717.975	51,11
Alienação de Bens e Direitos	23.115	(10)	23.105	-
Transferências Constitucionais e Legais	217.797.161	(10.677.350)	207.119.811	7,78
Previdência Social (RGPS)	327.495.964	(1.814.305)	325.681.659	12,23
Doações	448.000	(1.039)	446.961	0,02
Outros Recursos Vinc. a Órgãos e Programas	93.826.682	(1.591.180)	92.235.502	3,46
Outros Recursos Vinculados a Fundos	23.965.733	425.072	24.390.805	0,92
Demais	1.877	(2)	1.875	-
TOTAL	2.703.768.491	(41.421.082)	2.662.347.409	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Do total arrecadado, apenas 12,2% (R$ 325 bilhões, aproximadamente) é considerando como recursos ordinários, ou seja, não possuem uma vinculação específica e podem ser alocados discricionariamente pelos gestores públicos, respeitando-se a legislação vigente. As receitas com recursos vinculados à operação de crédito representam 51,1%, aproximadamente, do total arrecadado. As receitas com recursos vinculados à seguridade social importaram em cerca de R$ 597,4 bilhões (22,4% do total arrecadado).

Mais informações sobre a execução da receita orçamentária, ver a Nota 40.

Nota 45 – Despesa Orçamentária e Resultado Orçamentário

Durante o exercício de 2015, a despesa orçamentária executada importou em R$ 2,38 trilhões, aproximadamente. Na tabela exibida na continuação é apresentada a composição das despesas executadas por grupos de fontes de recursos.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA – EXECUÇÃO POR GRUPOS DE FONTES DE RECURSOS
R$ MILHARES

FONTE DE RECURSOS	31/12/2015	AV (%)
ORDINÁRIAS	287.471.131	12,07
VINCULADAS	2.094.571.439	87,93
Educação	52.908.023	2,22
Seguridade Social (Exceto RGPS)	296.027.217	12,43
Operação de Crédito	1.074.808.858	45,12
Alienação de Bens e Direitos	957	-
Transferências Constitucionais e Legais	191.733.172	8,05
Previdência Social (RGPS)	327.338.136	13,74
Doações	518.066	0,02
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	119.516.285	5,02
Outros Recursos Vinculados a Fundos	31.720.725	1,33
TOTAL	2.382.042.570	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Restringida pelo padrão de arrecadação, a execução da despesa possui comportamento semelhante ao da receita. Apenas 12,1%, aproximadamente, dos gastos foram executados em fontes de recursos ordinárias. Dos gastos executados em fontes de recursos vinculadas, o montante de cerca de 45,1% está relacionado com operações de crédito. Cerca de 26,2% dos gastos executados utilizaram fontes relacionadas com a seguridade social (R$ 623,3 bilhões, aproximadamente). Na próxima tabela é apresentado o resultado orçamentário do exercício, considerando-se a receita realizada (arrecadação líquida) e a despesa empenhada, por grupos de fontes de recursos.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO – POR GRUPOS DE FONTES DE RECURSOS
R$ MILHARES

FONTE DE RECURSOS	RECEITA REALIZADA	DESPESA EMPENHADA	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
ORDINÁRIAS	324.989.243	(287.471.131)	37.518.112
VINCULADAS	2.337.358.166	(2.094.571.439)	242.786.727
Educação	55.058.852	(52.908.023)	2.150.829
Seguridade Social (Exceto RGPS)	271.681.621	(296.027.217)	(24.345.596)
Operação de Crédito	1.360.717.975	(1.074.808.858)	285.909.117
Alienação de Bens e Direitos	23.105	(957)	22.148
Transferências Constitucionais e Legais	207.119.811	(191.733.172)	15.386.639
Previdência Social (RGPS)	325.681.659	(327.338.136)	(1.656.477)
Doações	446.961	(518.066)	(71.105)
Outros Recursos Vinc. a Órgãos e Programas	92.235.502	(119.516.285)	(27.280.783)
Outros Recursos Vinculados a Fundos	24.390.805	(31.720.725)	(7.329.920)
Demais	1.875	-	1.875
TOTAL	2.662.347.409	(2.382.042.570)	280.304.839

Fonte: Siafi, 2015.

Observa-se, a partir das informações apresentadas na tabela anterior, que foram deficitários no período os grupos de fontes relacionadas com a seguridade social (déficit de R$ 26 bilhões), com recursos vinculados a órgãos e programas (déficit de R$ 27,3 bilhões) e com recursos vinculados a fundos (déficit de R$ 7,3 bilhões). Desta forma, a execução das despesas nesses grupos de fontes de recursos somente foi possível em função da existência de recursos arrecadados em exercícios anteriores.

Dentre os grupos de fontes superavitárias, destaca-se aquele relacionado com as operações de crédito, cujo superávit alcançou R$ 286 bilhões, aproximadamente. O resultado orçamentário do exercício de 2015 foi de cerca de R$ 280,3 bilhões.

Mais informações sobre a execução da despesa orçamentária ver a Nota 41. Sobre o Resultado Orçamentário, ver a Nota 42.

Nota 46 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício alcançou o montante de R$ 280,2 bilhões e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência.

RESULTADO FINANCEIRO – 31/12/2015
R$ MILHARES

	31/12/2105
Receita Orçamentária	2.662.347.409
Despesa Orçamentária	(2.382.042.570)
	280.304.839
Transferências Financeiras Recebidas	168.513
Transferências Financeiras Concedidas	(63.971)
	104.542
Recebimentos Extraorçamentários	189.861.196
Pagamentos Extraorçamentários	(190.079.369)
	(218.173)
RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	280.191.208

Fonte: Siafi, 2015.

A principal contribuição para o resultado financeiro foi proveniente do resultado orçamentário, cuja formação foi anteriormente detalhada. Dentre os recebimentos extraorçamentários, destaca-se a inscrição de restos a pagar no montante de R$ 114,4 bilhões (cerca de 60,3% do montante total). Dentre os pagamentos extraorçamentários, destaca-se o pagamento dos restos a pagar no montante de R$ 121,6 bilhões (cerca de 64% do montante total).

Nota 47 – Pagamento de Restos a Pagar

Na tabela apresentada na continuação são detalhados os pagamentos dos restos a pagar (processados e não processados), por grupo de fontes de recursos.

PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR
POR GRUPOS DE FONTES DE RECURSOS
R$ MILHARES

	31/12/2015	AV (%)
ORDINÁRIAS	58.047.031	47,75
VINCULADAS	63.525.637	52,25
Educação	6.619.517	5,44
Seguridade Social (Exceto RGPS)	13.495.075	11,10
Operação de Crédito	8.783.371	7,22
Alienação de Bens e Direitos	23.416	0,02
Transferências Constitucionais e Legais	9.264.788	7,62
Previdência Social (RGPS)	12.956.494	10,66
Doações	44.187	0,04
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.287.651	6,82
Outros Recursos Vinculados a Fundos	4.051.138	3,33
TOTAL	121.572.668	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

O principal montante de pagamentos ocorreu com as fontes de recursos ordinárias (47,8%, aproximadamente). Em relação às fontes vinculadas, o principal destaque se refere àquelas vinculadas com a seguridade social que importaram em cerca de R$ 26,4 bilhões (21,8% do montante total).

Nota 48 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Na União, em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro e, portanto, importou em R$ 280,2 bilhões no exercício de 2015.

A seguir é apresentada a formação do aumento de caixa e equivalentes de caixa ocorrido no exercício de 2015.

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – FORMAÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	AV (%)
Atividades Operacionais	39.206.780	13,99
Atividades de Investimentos	(33.187.715)	(11,84)
Atividades de Financiamento	274.172.143	97,85
TOTAL	280.191.208	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

O principal item responsável pela geração de caixa no exercício foi o fluxo das atividades de financiamento que contribuiu com R$ 274,2 bilhões, aproximadamente. As atividades de financiamento estão relacionadas com as operações de crédito. (Mais informações sobre as operações de crédito, ver Notas 08, 31, 40, 41, 44 e 45).

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais importou em R$ 39,2 bilhões. Dentre os principais fluxos positivos se destacaram:

- receita tributária, com cerca de R$ 424,7 bilhões; e
- receita de contribuições, com cerca de R$ 705,9 bilhões.

As principais saídas de caixa dos fluxos operacionais foram:

- gastos com pessoal e demais gastos correntes na função previdência, R$ 536,2 bilhões, aproximadamente; e
- juros e encargos da dívida, R$ 208,4 bilhões.

(Mais informações sobre as receitas tributária e de contribuições, ver as Notas 12, 13, 40 e 44. Mais informações sobre os gastos com pessoal e demais gastos correntes na função previdência, ver as Notas 29, 41 e 45).

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é influenciado por receitas e despesas de natureza financeira. Com a eliminação do efeito dessas, seria obtido um fluxo de caixa líquido e negativo de R$ 2,8 bilhões, conforme demonstrado na tabela a seguir:

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
ELIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES DE NATUREZA FINANCEIRA
R$ MILHARES

	31/12/2015
Fluxo líquido das atividades operacionais	39.206.780
Receitas Financeiras	(344.207.491)
Despesas Financeiras	302.228.213
FLUXO OPERACIONAL SEM AS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	(2.772.498)

Fonte: Siafi, 2015.

Conforme demonstrado anteriormente, as atividades operacionais de natureza financeira foram responsáveis pela geração de um fluxo de caixa líquido e positivo de R$ 42 bilhões. As atividades operacionais não financeiras consumiram R$ 2,8 bilhões do caixa gerado pelas atividades operacionais financeiras.

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos foi negativo na ordem de R$ 33,2 bilhões. O principal fluxo de ingresso foi o recebimento dos empréstimos e financiamentos concedidos, cerca de R$ 55,1 bilhões. O principal fluxo de saída foi a concessão de empréstimos e financiamentos, no montante de, aproximadamente, R$ 57,9 bilhões. (Mais informações sobre a amortização dos empréstimos e financiamentos concedidos, ver as Notas 15, 40 e 44. Mais informações sobre a concessão de empréstimos e financiamentos, ver as Notas 02, 37, 41 e 45).

Nota 49 – Outras Receitas Derivadas e Originárias

Na próxima tabela, é apresentada a composição das Outras Receitas Derivadas e Originárias.

OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2015	AV (%)
Multas e Juros de Mora	21.129.653	8,13
Indenizações e Restituições	6.836.997	2,63
Receita da Dívida Ativa – Corrente	5.640.940	2,17
Receitas Decorrentes de Compensação ao RGPS	25.406.974	9,77
Receitas Correntes Diversas	24.393.936	9,38
Resultado do Banco Central	176.537.139	67,91
Receita de Dívida Ativa Prov. de Amortizações Emprest. Financ.	4.066	-
Receita de Dívida Ativa Alienação de Estoques de Café	278	-
TOTAL	259.949.983	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

O principal item desse grupo de receitas se refere ao Resultado do Banco Central que importou em, aproximadamente, R$ 176,5 bilhões. Para mais informações, sugere-se a leitura das Notas 19 e 40.

Em relação aos itens Multas e Juros de Mora e Receitas Decorrentes de Compensação ao RGPS, que, conjuntamente, representam 17,9% do montante deste grupo de receitas, recomenda-se a leitura da Nota 40 – Execução Orçamentária da Receita.

Nota 50 – Conciliação entre os Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC em relação aos do BP

O BF e a DFC são demonstrações que exibem os fluxos financeiros que afetam o item Caixa e Equivalentes de Caixa da União. Todavia, as regras de consolidação do modelo PCASP estão embasadas em saldos de contas e não nos fluxos financeiros, o que gera diferença entre os valores evidenciados nas demonstrações citadas anteriormente e aqueles evidenciados no BP.

Na continuação, apresenta-se a tabela com a conciliação entre os saldos evidenciados no BF e na DFC (não consolidado) e no BP (consolidado).

CONCILIAÇÃO ENTRE OS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DO BF E DA DFC EM RELAÇÃO AOS DO BP
R$ MILHARES

	NÃO CONSOLIDADO (A)	ELIMINADO			CONSOLIDADO (A-B)
		LIMITE DE SAQUE – DÍVIDA PÚBLICA	LIMITE DE SAQUE – DEMAIS	TOTAL (B)	
Saldo Inicial do Exercício (i)	702.344.764	1.552.571	39.736.780	41.289.351	661.055.413
Saldo Final do Exercício (ii)	982.535.972	3.478.919	39.827.976	43.306.895	939.229.077
Movimentação Líquida (ii-i)	280.191.208	1.926.348	91.196	2.017.544	278.173.664

Fonte: Siafi, 2015.

A eliminação de saldo que ocorre no BP, para o item Caixa e Equivalentes de Caixa, refere-se às contas de Limite de Saque que são utilizadas pela União para que as UG consigam operacionalizar lançamentos de recebimentos e pagamentos na Conta Única.

No BP as contas relacionadas com o Limite de Saque são compensadas com os passivos registrados na Cofin/STN, relacionados com a liberação de recursos da Conta Única para as UG.

Nota 51 – Conciliação entre os Saldos Finais da DMPL

A DMPL é uma demonstração cuja elaboração exige a montagem de uma matriz, na qual as colunas representam as contas do Patrimônio Líquido. A sua vez, na consolidação do Balanço Patrimonial são aplicadas regras que compensam/eliminam saldos das contas correlacionadas com o quinto nível 2 – Intra. Ocorre que o formato matricial da DMPL, na atual estrutura do Siafi, apenas permite a aplicação das regras de consolidação em saldos e não nas células da matriz. Deste modo, na tabela a seguir é apresentada a conciliação entre os saldos finais da DMPL.

CONCILIAÇÃO ENTRE OS SALDOS FINAIS DA DMPL
R$ MILHARES

	NÃO CONSOLIDADO (A)	EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES			CONSOLIDADO (A-B)
		ELIMINADO (B)	NÃO ELIMINADO	TOTAL	
Patrimônio e Capital Social	41.918.894	10.507.176	221.356	10.728.532	31.411.718
AFAC	-	-	-	-	-
Reservas de Capital	300.526	9.855	-	9.855	290.671
Ajustes de Aval. Patrimonial	230.138	(15.349)	-	(15.349)	245.487
Reservas de Lucro	180.679	90.622	70.799	161.421	90.057
Demais Reservas	7.366.374	6.416	-	6.416	7.359.958
Resultados Acumulados	(1.463.148.322)	-	-	-	(1.463.148.322)
Ações / Cotas em Tesouraria	(776.884)	-	-	-	(776.884)
TOTAL	(1.413.928.595)	10.598.720	292.155	10.890.875	(1.424.527.315)

Fonte: Siafi, 2015.

Em relação ao patrimônio líquido, as regras de consolidação visam a eliminação dos investimentos da União nas empresas estatais dependentes, tendo como contrapartida as contas do patrimônio líquido destas empresas. Isto decorre pois tais empresas compõem a entidade econômica União.

Todavia, há um descasamento temporal entre as informações constantes no grupo de investimentos e no do patrimônio líquido. Conforme foi relatado na Nota 03 – Investimentos, a Copar/STN utiliza as demonstrações publicadas, em sua maioria, referentes ao terceiro trimestre, visto que as demonstrações relativas às 2015 somente serão publicadas durante o primeiro trimestre de 2016. Os valores do patrimônio líquido das empresas estatais se referem a 31/12/2015.

Este descasamento temporal faz com que algumas contas do patrimônio líquido estejam superiores aos correspondentes valores no grupo de contas relativos aos investimentos da União. Deste modo, do montante total do patrimônio líquido das empresas estatais dependentes, cerca de R$ 10,9 bilhões, foi eliminado cerca de R$ 10,6 bilhões, conforme demonstrado na tabela anterior.

6.2.4. Tópicos Especiais

Partes Relacionadas

No modelo PCASP não existe uma norma específica que trate a temática das partes relacionadas. De maneira subsidiária, visando desenvolver um padrão para a divulgação das transações realizadas entre a União e suas partes relacionadas, foi utilizada a norma IPSAS 20 – *Related Party Disclosures*.

De acordo com o referido normativo, são consideradas partes relacionados se uma entidade tiver o poder de controlar a outra entidade ou exercer influência significativa sobre a outra entidade nas decisões financeiras e operacionais ou se a entidade considerada parte relacionada e outra entidade estão sujeitas ao controle comum.

Na União, nesse primeiro momento, optou-se pela evidenciação das informações relacionadas com as seguintes entidades:

- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras;
- Banco do Brasil S.A.;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- Fundo de Arrendamento Residencial – FAR;
- Caixa Econômica Federal;
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras;
- Empresas Gestora de Ativos – Emgea;
- Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN;
- Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC;
- Casa da Moeda do Brasil;
- Financiadora de Estudos e Projetos – Finep;
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT;
- Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB.

A escolha dessas entidades decorre: (i) do controle ou da influência significativa que a União possui sobre elas; (ii) do fato que elas não estão

consolidadas nas DCON, de acordo com o modelo brasileiro; e (iii) porque tais entidades representam 90,9% dos investimentos realizados pela União, de acordo com as demonstrações contábeis de 31/12/2015.

Receitas Recebidas

No exercício de 2015 foram recebidas R$ 45,1 bilhões de receitas cujos recolhedores foram as partes relacionadas da União. Na tabela a seguir, é apresentada a composição dessas receitas.

PARTES RELACIONADAS
RECEITAS RECEBIDAS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2105	AV (%)
Empréstimos e Financiamentos	23.870.192	52,91
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	11.708.403	25,95
Valores Mobiliários	5.118.841	11,35
Amortização de Bens	2.198.268	4,88
Demais	2.215.151	4,91
TOTAL	45.110.855	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

A principal receita se relaciona com empréstimos e financiamentos, representando cerca de 52,9%. A maioria destes ingressos se refere a empréstimos e financiamentos concedidos a terceiros, nos quais as partes relacionadas atuam como intermediários financeiros da União.

A seguir é apresentada a composição deste item, sendo identificada a contribuição de cada uma das partes relacionadas.

PARTES RELACIONADAS
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2105	AV (%)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	20.446.633	85,66
Caixa Econômica Federal	2.459.444	10,30
Banco do Brasil S. A.	875.898	3,67
Banco do Nordeste do Brasil S. A.	88.217	0,37
TOTAL	23.870.192	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

O BNDES foi responsável por cerca de 85,7% das receitas relacionadas com empréstimos e financiamentos. Os contratos nos quais o BNDES atua foram descritos na Nota 02 – Créditos a Receber, Haveres Financeiros.

A Caixa Econômica foi responsável por, aproximadamente, 10,3% destas receitas. Além dos contratos já especificados na Nota 02, faz-se necessário o destaque do montante relacionado como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), cerca de R$ 893,6 milhões.

A participação do Banco do Brasil foi de 3,67% das receitas relacionadas com empréstimos e financiamentos. De igual modo às partes anteriores, os contratos estão descritos na Nota 02. Destaque para os valores oriundos das linhas de crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), aproximadamente, R$ 186,5 milhões.

A exceção em relação a este item relaciona-se com o BNB. No caso desta parte relacionada, existe um instrumento híbrido de capital e dívida (conforme CT. 592/PGFN/CAF), referente ao exercício de 2014 e atualizado pela Selic.

A Nota 15 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos contém informações que estão relacionadas com as receitas recebidas de partes relacionadas referentes a empréstimos e financiamentos.

Na continuação, passa-se à análise da composição das receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio.

PARTES RELACIONADAS
DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2105	AV (%)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	4.995.958	42,67
Caixa Econômica Federal	3.398.985	29,03
Banco do Brasil S.A.	2.997.679	25,60
Banco do Nordeste do Brasil S. A.	248.606	2,12
Financiadora de Estudos e Projetos	67.175	0,57
Centras Elétricas Brasileiras S. A.	*	-
TOTAL	11.708.403	100,00

Nota: * Valor inferior a mil reais (R$ 160,34 no exercício de 2015).
Fonte: Siafi, 2015.

Todas as partes relacionadas, listadas na tabela anterior, pagaram juros sobre o capital próprio à União, no exercício de 2015, correspondendo ao montante de R$ 5,5 bilhões, aproximadamente. Com exceção da Eletrobras e da Finep, as demais partes relacionadas pagaram dividendos no montante de R$ 6,2 bilhões, aproximadamente.

Maior detalhamento sobre as receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio, recomenda-se a consulta às Nota 24 – Resultado Positivo de Participações e Nota 03 – Investimentos.

Na próxima tabela, passa-se à análise sobre a composição das receitas com valores mobiliários.

PARTES RELACIONADAS
VALORES MOBILIÁRIOS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2105	AV (%)
Caixa Econômica Federal	3.550.854	69,37
Banco do Brasil S.A.	912.327	17,82
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	651.928	12,74
Banco do Nordeste do Brasil S. A.	3.732	0,07
TOTAL	5.118.841	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

A Caixa Econômica contribuiu com 69,4%, aproximadamente, das receitas com valores mobiliários auferidos com as partes relacionadas da União. O montante de cerca de R$ 3,54 bilhões está relacionado com o refinanciamento da dívida pública federal. O restante está relacionado com a remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras.

O Banco do Brasil foi responsável por R$ 912 milhões neste grupo de receitas. R$ 855 milhões se referem a operações como Fundo Soberano do Brasil e o restante à remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras.

Nos casos do BNDES e BNB, as receitas com valores mobiliários estão relacionadas com a remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras.

Mais informações, aconselha-se a consulta à Nota 18 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras e à Nota 06 – Empréstimos e Financiamentos, Dívida Mobiliária. A seguir é apresentada a composição das receitas com amortização de bens, sendo identificada a contribuição de cada uma das partes relacionadas.

PARTES RELACIONADAS
AMORTIZAÇÃO DE BENS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2105	AV (%)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1.910.448	86,91
Banco do Brasil S.A.	277.853	12,64
Banco do Nordeste do Brasil S. A.	9.341	0,42
Caixa Econômica Federal	626	0,03
TOTAL	2.198.268	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

De igual modo às receitas com empréstimos e financiamentos, as receitas com amortização de bens são oriundas da intermediação financeira das partes relacionadas para a União.

Os valores oriundos do BNDES, Banco do Brasil e BNB se referem às operações do Fundo da Marinha Mercante (FMM) que se destina à provisão de recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, de acordo com a Lei nº 40.893, de 10 de julho de 2004.

Em relação à Caixa Econômica, tais receitas estão relacionadas com as operações: (i) do FMM, cerca de R$ 263 milhões; (ii) da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, cerca de R$ 63 milhões; e (iii) do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, cerca de R$ 300 milhões.

Pagamentos Efetuados

No exercício de 2015 foram realizados pagamentos no montante de R$ 369,5 bilhões que envolveram as partes relacionadas da União. Em muitas dessas transações, as partes relacionadas operaram como intermediários financeiros, inicialmente, recebendo o valor da União e, depois, repassando para o beneficiário final do pagamento. Na tabela a seguir, é apresentada a composição desses pagamentos.

PARTES RELACIONADAS
PAGAMENTOS EFETUADOS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2105	AV (%)
Contribuições	69.495.393	18,81
Subvenções Econômicas	49.991.015	13,53
Seguro Desemprego e Abono Salarial	47.309.729	12,80
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	39.284.223	10,63
Benefícios do RGPS	22.236.103	6,02
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	8.983.520	2,43
Constituição ou Aumento de Capital	1.070.688	0,29
Demais	131.137.045	35,49
TOTAL	369.507.716	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

O principal pagamento se refere às contribuições que são transferências, correntes ou de capital, realizadas pela União para Estados, Distrito Federal e/ou Municípios. Nesta modalidade de pagamento, as partes relacionadas atuam como intermediários financeiros da União, fazendo com que os recursos cheguem aos demais entes da federação brasileira.

No caso das contribuições, todo o montante foi operacionalizado pelo Banco do Brasil. Para mais informações sobre as transferências voluntárias da União, sugere-se a consulta à Nota 02 – Créditos a Receber, Créditos a Longo Prazo.

Na continuação, apresenta-se o detalhamento dos pagamentos efetuados a título de subvenções econômicas.

PARTES RELACIONADAS
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2105	AV (%)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	21.988.415	43,98
Banco do Brasil S.A.	18.980.411	37,97
Caixa Econômica Federal	8.842.489	17,69
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	179.700	0,36
TOTAL	49.991.015	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

As subvenções econômicas são gastos realizados pela União com o objetivo de fomentar a atividade empresarial no País. As partes relacionadas atuam como intermediários financeiros, operacionalizando programas como, por exemplo, o Pronaf, o Proex, o PSI e o PNHU.

Os principais operadores são o BNDES e o Banco do Brasil concentrando 81,95% dos gastos com subvenção econômica. Para mais informações, ver a Nota 37 – Subvenções Econômicas e a Nota 08 – Provisões, Provisões a Longo Prazo.

O seguro desemprego e o abono salarial são benefícios sociais pagos aos trabalhadores, conforme legislações específicas. Em relação às partes relacionadas, elas atuaram, novamente, como intermediários financeiros para que a União pudesse realizar o pagamento aos seus beneficiários finais.

No caso dos pagamentos relacionados com o seguro desemprego e o abono salarial, 97,8% dos gastos são operacionalizados pela Caixa Econômica (aproximadamente, R$ 46,2 bilhões) e o restante pelo Banco do Brasil (R$ 1,1 bilhão).

Uma parcela dos pagamentos relacionados com benefícios do RGPS, no montante de R$ 22,2 bilhões, foi realizada com a intermediação financeira do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do BNB, conforme demonstrado na tabela exibida na sequência.

PARTES RELACIONADAS – BENEFÍCIOS DO RGPS – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2105	AV (%)
Banco do Brasil S.A.	22.197.217	99,82
Caixa Econômica Federal	37.432	0,17
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	1.454	0,01
TOTAL	22.236.103	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Para maiores informações sobre os benefícios do RGPS e demais benefícios sociais, aconselha-se a leitura da Nota 29 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

A distribuição constitucional e legal de receitas é operacionalizada pelo Banco do Brasil. No exercício de 2015 ocorreu a transferência de R$ 9 bilhões, aproximadamente, tendo como beneficiários: (i) Estados e Distrito Federal, cerca de R$ 4,2 bilhões; e (ii) Municípios, cerca de R$ 4,8 bilhões.

A seguir é apresentada a composição dos pagamentos para constituição ou aumento de capital.

PARTES RELACIONADAS
CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL – COMPOSIÇÃO
R$ MILHARES

	31/12/2105	AV (%)
Banco do Brasil S.A.	582.876	54,44
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	487.812	45,56
TOTAL	1.070.688	100,00

Fonte: Siafi, 2015.

Nos pagamentos relacionados com a constituição ou o aumento de capital, as partes relacionadas da União, novamente, atuaram na intermediação financeira, não sendo beneficiárias diretas de tais gastos.

No caso do Banco do Brasil, esse atuou como intermediário do Fundo Nacional de Aviação Civil que realizou aumento de capital em Sociedades de Propósitos Específicos da Infraero, relacionados com os Aeroportos do Galeão e de Confins.

No caso do BNDES, esse atuou como intermediário do Fundo Setorial do Audiovisual para a participação em empresas e projetos.

Investimentos

Na tabela apresentada a seguir, é demonstrada a evolução, durante o exercício de 2015, dos investimentos da União em suas partes relacionadas.

PARTES RELACIONADAS – EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS – 2015
R$ MILHARES

	SALDO INICIAL	APORTE DE CAPITAL	RESULTADO DO MEP	SALDO FINAL
Petróleo Brasileiro S. A.	103.871.246	-	(20.876.905)	82.994.341
BNDES	41.221.840	-	(7.428.253)	33.793.587
Banco do Brasil S. A.	37.103.449	-	5.411.329	42.514.778
Caixa Econômica Federal	28.521.934	-	(1.426.715)	27.095.219
Centrais Elétricas Brasileiras S. A.	24.003.974	-	(2.587.335)	21.416.639
Fundo de Arrendamento Residencial	20.670.152	-	13.467.652	34.137.804
Empresa Gestora de Ativos	9.526.153	-	91.864	9.618.017
Fundo de Garantia para a Construção Naval	3.866.800	-	792.966	4.659.766
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	3.459.459	-	(1.620.334)	1.839.125
Casa da Moeda do Brasil	1.866.256	-	237.681	2.103.937
Banco do Nordeste do Brasil S. A.	1.678.957	-	(304.152)	1.374.805
Financiadora de Estudos e Projetos	1.617.976	-	290.079	1.908.055
FGEDUC	1.521.792	464.021	491.748	2.477.561
TOTAL	278.929.988	464.021	(13.460.375)	265.933.634

Fonte: Siafi, 2015.

Considerando-se a evolução dos investimentos da União, em relação às partes relacionadas, verifica-se que houve uma redução de R$ 13,5 bilhões, aproximadamente, quando comparados os saldos inicial e final do exercício de 2015.

As maiores reduções se referem à aplicação da equivalência patrimonial e ocorreram:

- na Petrobras, R$ 20,9 bilhões;
- no BNDES, R$ 9,4 bilhões;
- na Eletrobras, R$ 2,6 bilhões; e
- na ECT, R$ 1,6 bilhão.

Os principais aumentos, também oriundos da equivalência patrimonial, ocorreram no FAR (cerca de R$ 13,5 bilhões) e no Banco do Brasil (cerca de R$ 5,4 bilhões). Em relação ao resultado da equivalência patrimonial do Banco do Brasil, destaca-se que o seu valor deveria ter sido de R$ 1,3 bilhão, se a correção relatada na Nota 03 – Investimentos, Participações Permanentes da União, tivesse sido registrada ainda no exercício de 2015.

Destaca-se ainda que, no exercício, houve a integralização de cotas no FGEDUC por intermédio de ações ordinárias de emissão do IRB Brasil Resseguros S/A de propriedade da União.

Recomenda-se, para mais informações, a leitura das Notas 03, 24 e 35.

Remuneração do Pessoal-chave da Administração

A norma IPSAS 20 descreve que além das transações com as partes relacionadas, devem ser evidenciadas informações sobre o pessoal-chave da Administração e, em especial, da estrutura de remuneração.

No caso da União, a apresentação de informações em muitos detalhes seria inviável dado à complexidade que envolve o tema. Não existe um único sistema que reúna tais informações, pois cada Poder possui autonomia em relação à gestão de pessoal.

No caso do Poder Executivo, a gestão de pessoal é feita por intermédio do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe) que está sendo desenvolvido em substituição do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).

O sistema é supervisionado pela Secretaria de Gestão Pública (Segep) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

As informações sobre a tabela de remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo, está disponível no sítio do MP (www.planejamento.gov.br), no documento intitulado "Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios", que na data de 31/12/2015 estava disponível em sua 67ª edição.

As informações sobre as despesas com pessoal da União, distribuição por órgão e entidade da Administração Federal, número de servidores públicos, distribuição por faixa de remuneração e demais informações organizacionais estão disponíveis no documento intitulado "Boletim Estatístico de Pessoal", disponível, também, no sítio do MP e que na data de 31/12/2015 estava disponível em 324ª edição.

Ademais, destaca-se ainda dois sítios que contém informações sobre esta temática no Poder Executivo Federal. O primeiro é o Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br), no qual, dentre outras consultas disponíveis, é possível consultar, de forma individualizada, as remunerações pagas pelo Poder Executivo Federal. O segundo é o Painel do Servidor (paineldoservidor.planejamento.gov.br) que fornece informações estatísticas sobre a gestão de pessoal.

Em 2015 (dados atualizados até setembro) existiam 100.070 cargos e funções de confiança e gratificações no Poder Executivo Federal. A seguir é apresentada a distribuição de tais cargos, funções e gratificações.

QUANTITATIVO DE OCUPANTES DE CARGOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA E GRATIFICAÇÕES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

CARGOS, FUNÇÕES E GRATIFICAÇÕES	2015	2014	AV (%)
AS – Cargo Comissionado de Autoridade Pública Olímpica (APO)	32	35	(8,57)
CA – Cargo Comissionado de Assessoria	207	211	(1,90)
CAS – Cargo Comissionado de Assistência	154	163	(5,52)
CCD – Cargo Comissionado de Direção	40	41	(2,44)
CCT – Cargo Comissionado Técnico	2.095	2.004	4,54
CD – Cargo de Direção – IFES	8.117	7.930	2,36
CDE – Cargo Comissionado de Direção Executiva (APO)	1	1	-
CDT – Cargo Comissionados de Direção Técnica (APO)	4	4	-
CGE – Cargo Comissionado de Gerência Executiva (*)	582	596	(2,35)
CPA – Cargos Comissionados da Autoridade Pública Olímpica (APO)	-	1	-
CSP – Cargo Comissionado de Superintendência (APO)	12	14	(14,29)
CSU – Cargo Comissionado Supervisão (APO)	25	28	(10,71)
DAS – Direção de Assessoramento Superior	22.165	22.993	(3,60)
FCD – Função Comissionada do DNPM	207	208	(0,48)
FCI – Função Comissionada do INSS	1.683	1.668	0,90
FCT – Função Comissionada Técnica	4.864	5.040	(3,49)
FCDNIT – Função Comissionada do Dnit	465	-	-
FG – Função Gratificada – IFES	27.095	26.302	3,01
FCGE – Função Comissionada de Grandes Eventos – MJ	89	73	21,92
FGR – Função Gratificada – Lei 8.216/9117304	17.263	17.428	(0,95)
FCINPI – Função Comissionada do INPI	141	142	(0,70)
FNDE – Função Comissionada da FNDE	67	71	(5,63)
FCDPR – Função Comissionada do DPRF	48	47	2,13
FT – Função Técnica	44	52	(15,38)
FUC – Função Comissionada de Coord. Curso	9.153	8.613	6,27
GR – Gratificação de Representação	261	283	(7,77)
GSE – Gratif. Serv. Ext/Censo-96 – Temporário	1.084	1.070	1,31
GT – Gratificação Técnica – AGU	586	592	(1,01)
GTS – Gratificação Temporária – Sipam	68	67	1,49
NES – Cargo de Natureza Especial	95	96	(1,04)
RGA – ABIN (Gratif. Repres. de Gab. – Apoio (PR/VPR)	54	51	5,88
RGA – AGU (Gratif. Repres. de Gab. – Apoio (PR/VPR)	57	59	(3,39)
RGA – CGU (Gratif. Repres. de Gab. – Apoio (PR/VPR)	67	66	1,52
RGA – DF (Gratif. Repres. de Gab. – Apoio (PR/VPR)	16	24	(33,33)
RGA – MJ (Gratif. Repres. de Gab. – Apoio (PR/VPR)	34	83	(59,04)
RGA – PR (Gratif. Repres. de Gab. – Apoio (PR/VPR)	998	974	2,46
RGA – VPR (Gratif. Repres. de Gab. - Apoio (PR/VPR)	34	29	17,24
RGM – Gratif . Repres. de Gabinete (MIN)	365	389	(6,17)
RMA – EMFA (Gratif . Repres. de Gab. Apoio Militar (PR/VPR)	453	444	2,03
RMA – PR (Gratif. Repres. de Gab. Apoio Militar (PR/VPR)	851	884	(3,73)
RMA – VPR (Gratif. Repres. de Gab.e Apoio Militar (PR/VPR)	44	40	10,00
RMP – EMFA (Gratif. de Repres. de Gabinete Militar)	293	279	5,02
RMP – PR (Gratif . de Repres. de Gabinete Militar)	163	154	5,84
RMP – VPR (Gratif . de Repres. de Gabinete Militar)	10	9	11,11
TOTAL	100.070	99.234	0,84

Fonte: Adaptado de Segep/MP, 2015 [Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos-Siape (*Data Warehouse*)].

Dentre os cargos, funções e gratificações anteriormente apresentados, um grupo merece especial destaque: o DAS. As funções do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores são aqueles que mais se aproximam do conceito de pessoal-chave da administração, apresentado na IPSAS 20.

De acordo com a referida norma, o pessoal-chave da administração engloba todos os gestores da entidade e outras pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do grupo DAS.

QUANTITATIVO DOS OCUPANTES DE DAS, SEGUNDO O NÍVEL DE FUNÇÃO

NÍVEL DE FUNÇÃO	2015	2014	AV (%)
DAS-1	7.152	7.310	(2,16)
DAS-2	6.075	6.283	(3,31)
DAS-3	4.142	4.401	(5,89)
DAS-4	3.491	3.623	(3,64)
DAS-5	1.084	1.098	(1,28)
DAS-6	221	211	4,74
TOTAL	22.165	22.926	(3,32)

Fonte: Adaptado de Segep/MP, 2015 [Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos- Siape].

No exercício de 2015, observa-se que houve uma redução média 3,32% do número de ocupantes do grupo DAS. Na próxima tabela, é demonstrada a remuneração média para o grupo DAS.

QUANTITATIVO DOS OCUPANTES DE DAS POR SITUAÇÃO DE VÍNCULO, IDADE MÉDIA, REMUNERAÇÃO MÉDIA, NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO – SIAPE

NÍVEL DA FUNÇÃO	QUANTITATIVO DE OCUPANTES DE DAS			IDADE MÉDIA	REMUNERAÇÃO MÉDIA [1] (R$ CORRENTES)	NÍVEL SUPERIOR %	SEXO FEMININO %
	TOTAL	SERVIDOR DE CARREIRA [2]	SEM VÍNCULO				
DAS-1	7.152	5.360	1.792	46	8.804,00	66,1%	45,0%
DAS-2	6.075	4.558	1.517	45	10.228,24	77,9%	46,3%
DAS-3	4.142	2.961	1.181	45	10.546,42	84,8%	45,4%
DAS-4	3.491	2.465	1.026	46	13.176,14	91,6%	37,4%
DAS-5	1.084	779	305	48	14.776,98	96,2%	26,4%
DAS-6	221	149	72	52	15.906,70	96,8%	21,7%
Total	22.165	16.272	5.893	45	10.571,51	78,6%	43,1%

Notas: 1 - Servidores Efetivos e Sem Vínculo (Administração Direta , Autarquias e Fundações).

2 - No quantitativo de ocupantes por situação de vínculo, a partir de janeiro de 2013, foi considerado o conceito de servidor de carreira, previsto no art. 2º do Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005, senão vejamos: servidores ativos ou inativos, oriundos de órgão ou entidade de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas empresas públicas e sociedades de economia mista, ocupante de cargo ou emprego permanente, inclusive militar das Forças Armadas, agregado ou inativo e o militar do Distrito Federal.

Fonte: Segep/MP, 2015 [Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos-Siape. Dados extraídos do Siape, realizado a extração de dados em 28/09/2015].

Evolução da Arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em atendimento ao Acórdão 1338/2014 – TCU – Plenário, o quadro a seguir denota a evolução do pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, pelo critério de caixa, de 2011 a 2015, pelas empresas estatais que mais contribuíram para a arrecadação. Importante registrar que os dividendos/JCP recebidos em um determinado ano (regime de caixa) não podem ser comparados diretamente com o resultado daquele exercício (regime de competência), uma vez que os valores pagos em um exercício são, regra geral, relativos ao lucro declarado do exercício anterior, podendo conter ainda correção monetária. Além disso, os valores recebidos podem conter quantias referentes a resultados de exercícios anteriores registrados em reservas de lucros.

DIVIDENDOS/JCP RECEBIDOS ENTRE 2011 E 2015
R$ MILHÕES

EMPRESA	2011	2012	2013	2014	2015
Banco do Brasil	2.395,89	2.859,69	3.455,46	2.412,95	2.997,68
BNDES	6.904,70	12.937,77	6.998,66	9.079,68	4.972,00
Caixa	3.679,64	7.700,00	4.000,00	4.356,36	3.398,98
BNB	240,41	122,68	228,01	97,49	248,61
Demais	6.524,94	4.154,91	2.227,10	2.959,05	427,09
TOTAL	19.745,58	27.775,05	16.909,23	18.905,53	12.044,36

Fonte: Siafi, 2015.

Na tabela seguinte é possível analisar o comportamento dos dividendos/JCP arrecadados pelo critério caixa, em relação à receita bruta do Tesouro Nacional, ambos em valores correntes, no período de 2011 a 2015.

DIVIDENDOS/JCP RECEBIDOS ENTRE 2011 E 2015 – REGIME DE CAIXA X REGIME DE COMPETÊNCIA
R$ MILHÕES

ANO	RECEITA DE DIVIDENDOS – CRITÉRIO CAIXA (A)	RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL (B)	RELAÇÃO % (A/B)
2015	12.044,36	929.023,62	1,30%
2014	18.905,53	906.082,89	2,09%
2013	16.909,23	895.618,60	1,89%
2012	27.775,05	802.830,61	3,46%
2011	19.745,58	757.428,42	2,61%

Fonte: STN, 2015.

A tabela a seguir mostra a antecipação de dividendos e JCP em 2014 e 2015:

ANTECIPAÇÃO DE DIVIDENDOS/JCP RECEBIDOS – 2014 E 2015
R$ MILHÕES

EMPRESA	ANTECIPAÇÃO DE DIVIDENDOS/JCP	
	2014	2015
BNDES	5.181,51	3.338,84
BB	2.220,87	2.864,76
BNB	55,37	27,11
CEF	2.891,21	2.326,21
Demais	97,83	82,35

Fonte: STN, 2015.

Arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio em 2015

Em 2015, a arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pelo Tesouro Nacional, pelo critério caixa, atingiu o montante de R$ 12,04 bilhões, inferior em 36% ao volume obtido no exercício anterior, em decorrência, em parte, pelo fato de a Petrobras ter apurado prejuízo em 2014 e não ter distribuído dividendos aos seus acionistas.

Destaque para os pagamentos realizados pelas instituições financeiras federais (BNDES, CEF, BB, BNB, BASA), que contribuíram com 97% do total arrecadado.

O BNDES foi a empresa responsável pelo maior recolhimento de dividendos/JCP à União, no montante de R$ 4,97 bilhões, sendo grande parte proveniente do resultado apurado até o 1° semestre de 2015, no valor de R$ 3,34 bilhões, que foram antecipados com base em faculdade concedida ao Conselho de Administração da Instituição, nos termos do Decreto n° 4.418, de 11/10/2002, que aprova o Estatuto Social da empresa.

Do volume arrecadado em 2015, R$ 2,59 bilhões foram pagos na forma de dividendos e R$ 2,39 bilhões de JCP.

O Banco do Brasil S.A recolheu para a União o montante de cerca de R$ 3 bilhões, superior em 24% ao volume pago em 2014, em função principalmente do expressivo lucro apurado em 2015 (R$ 11,9 bilhões, até setembro de 2015, contra R$ 8,3 bilhões no mesmo período de 2014).

O Banco do Brasil vem distribuindo dividendos/JCP aos seus acionistas a cada trimestre, em consonância com o disposto no Estatuto Social da Instituição. Do total pago em 2015, R$ 2,19 bilhões referem-se à JCP e a parcela restante a dividendos.

Já a Caixa recolheu à União R$ 3,4 bilhões, dos quais R$ 2,33 bilhões decorrem de distribuição antecipada do lucro apurado no 1° semestre de 2015, em conformidade com o Decreto n° 7.973, de 28/03/2013, que aprova o Estatuto Social daquela Instituição.

Desse montante, R$ 2,55 bilhões distribuídos na forma de dividendos e R$ 0,82 bilhão de JCP.

O TCU mediante o Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República de 2014, item 5.4.4, recomendou à Secretaria do Tesouro Nacional que fossem evidenciadas, nas notas explicativas relativas às receitas de dividendos da União, a hipótese de dispensa do recolhimento de dividendos da Caixa devidos à União, utilizado para cobertura do risco de crédito e dos custos operacionais das operações de financiamento no âmbito do Programa Minha Casa Melhor, prevista no art. 3° da Lei 12.868/2013, bem como informações sobre os valores efetivamente dispensados. Em resposta, foram incluídas as seguintes considerações:

- Resultado do exercício de 2014: a referida dispensa atingiu o valor de R$ 534,37 milhões, em conformidade com os valores informados pela Caixa; e
- Quanto ao resultado do exercício de 2015, tendo em vista que o prazo para a Caixa divulgar suas demonstrações contábeis se estende até o dia 31.03.2016 e que a proposta de destinação de resultado ainda dependerá de aprovação do Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade como o Decreto n° 2.673, de 1998, não foi possível indicar o montante que porventura será objeto de dedução relativo a esse exercício. A propósito, a Caixa deverá encaminhar ao Ministro de Estado da Fazenda, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício, a informação sobre os valores referentes à cobertura do risco de crédito e aos custos operacionais das operações de financiamento de bens de consumo duráveis destinadas às pessoas físicas do referido Programa, nos termos da Resolução n° 4.393, de 19/12/2014, do Conselho Monetário Nacional.

Regime Geral de Previdência Social

A previdência social, de acordo com a Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, "[...] tem por fim assegurar aos seus beneficiários meio indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente", mediante contribuição.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com exceção de desemprego involuntário e aposentadoria por tempo de contribuição para o contribuinte individual e facultativo abrangido pelo artigo 21, § 2° da Lei n° 8.212/1991, garante a cobertura de todas as situações anteriormente descritas.

Do ponto de vista contábil, não existe no modelo PCASP uma norma que discipline qual deve ser o tratamento empregado na evidenciação dos itens patrimoniais relacionados ao RGPS. No modelo IPSAS também não existe uma norma específica para tratar os benefícios do RGPS.

A norma IPSAS 25 – *Employee Benefits* abrange o tratamento a ser utilizado em relação aos benefícios concedidos aos empegados de determinado ente público.

No caso do RGPS, apenas uma pequena parcela de beneficiários possui a relação laboral com a União. A maioria dos beneficiários do RGPS são oriundos do setor privado.

Apenas os agentes públicos não enquadrados nos regimes próprios da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios ou quando não existe regime próprio é que tais agentes podem ser beneficiários do RGPS.

Diante da inexistência de norma específica no modelo brasileiro e da impossibilidade de aplicação subsidiária das normas IPSAS e IFRS, visto que os beneficiários do RGPS não são, em sua maioria, empregados da União, buscou-se analisar a experiência internacional sobre a evidenciação da previdência social.

As referências analisadas foram os Estados Unidos e o Canadá que figuram entre as maiores economias mundiais, pertencem à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e possui sistemas similares ao RGPS.

De acordo com as demonstrações contábeis do exercício de 2014, publicados pelo governo federal norte-americano, a contabilização relativa ao Social Security (guardadas as devidas particularidades, pode ser considerado equivalente ao RGPS) segue o modelo de caixa modificado.

No modelo norte-americano são evidenciados os valores presentes das receitas e despesas futuras, estimadas para um período de 75 anos.

Por utilizar o regime de caixa modificado, há a contabilização da projeção das despesas que afetarão o *Social Security* como uma espécie de provisão matemática atuarial (passivo atuarial).

Nas normas contábeis daquele país, existe a exigência de divulgação em demonstrações contábeis separadas da *Social Security*.

A escolha norte-americana de não apresentação de tais informações nas demonstrações consolidadas do Governo Federal decorre, principalmente, por utilizarem regimes contábeis diferentes (regime de competência nas demonstrações consolidadas do Governo Federal e regime de caixa modificado nas demonstrações separadas do *Social Security*).

Segundo as demonstrações contábeis do exercício de 2014, publicados pelo governo nacional canadense, aquele país adota uma lógica semelhante à adotada pelos Estados Unidos, porém a explicação é outra.

No Canadá existe um plano de benefícios que, guardadas as devidas particularidades, é similar ao RGPS. É o *Canadian Pension Plan* (CPP). O CPP não é consolidado nas demonstrações do governo nacional, pois o governo canadense não controla tal entidade.

Todavia, o CPP possui demonstrações contábeis, nas quais são evidenciadas informações sobre o passivo atuarial. Na *Statement of Financial Position* (similar ao BP utilizado no Brasil) são apresentados os ativos e passivos relacionados com a arrecadação de contribuições e a obrigação atuarial, respectivamente.

Observa-se que, diante da experiência internacional aqui relatada, ocorre a evidenciação do passivo atuarial de regimes semelhantes ao RGPS. Todavia, não há consolidação destas informações nas demonstrações dos respectivos governos nacionais.

No Brasil está em discussão, no âmbito do Governo Federal, qual deve ser a melhor forma de evidenciação para o RGPS.

Neste exercício, na União, considerando o contexto anteriormente apresentado, não foi realizada a consolidação do passivo atuarial relacionado ao RGPS, por entender que é necessário o avanço da discussão sobre esta temática para o aperfeiçoamento do modelo contábil nacional. Entretanto, na tabela a seguir é apresentada a projeção do resultado previdenciário do RGPS para um horizonte de 45 anos.

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
R$ MILHÕES

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS		DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	
	VALOR (A)	% EM RELAÇÃO AO PIB	VALOR (B)	% EM RELAÇÃO AO PIB	VALOR (A-B)	% EM RELAÇÃO AO PIB
2016	367.263	5,93	498.100	8,04	(130.837)	2,11
2017	380.687	5,72	540.626	8,12	(159.939)	2,40
2018	409.829	5,74	585.108	8,20	(175.279)	2,46
2019	445.114	5,84	638.623	8,37	(193.510)	2,54
2020	478.463	5,84	696.191	8,49	(217.728)	2,66
2021	513.464	5,84	751.101	8,54	(237.637)	2,70
2022	551.107	5,84	816.478	8,65	(265.371)	2,81
2023	591.009	5,84	887.071	8,76	(296.062)	2,92
2024	636.543	5,84	962.897	8,83	(326.354)	2,99
2025	681.843	5,84	1.035.087	8,86	(353.244)	3,02
2026	730.007	5,84	1.119.686	8,95	(389.679)	3,12
2027	779.812	5,84	1.210.353	9,06	(430.541)	3,22
2028	832.464	5,84	1.307.777	9,17	(475.313)	3,33
2029	887.151	5,84	1.412.078	9,29	(524.926)	3,45
2030	944.195	5,84	1.524.223	9,42	(580.028)	3,59
2031	1.004.573	5,84	1.644.556	9,56	(639.983)	3,72
2032	1.066.784	5,84	1.773.693	9,70	(706.908)	3,87
2033	1.132.412	5,84	1.912.312	9,86	(779.900)	4,02
2034	1.199.765	5,84	2.061.231	10,03	(861.465)	4,19
2035	1.270.542	5,84	2.221.288	10,20	(950.746)	4,37
2036	1.344.376	5,84	2.393.567	10,39	(1.049.191)	4,56
2037	1.421.206	5,84	2.579.013	10,59	(1.157.806)	4,76
2038	1.500.892	5,84	2.778.513	10,81	(1.277.622)	4,97
2039	1.584.719	5,84	2.993.062	11,02	(1.408.343)	5,19
2040	1.673.746	5,84	3.223.783	11,24	(1.550.036)	5,41
2041	1.766.510	5,84	3.471.930	11,47	(1.705.420)	5,64
2042	1.862.847	5,84	3.738.892	11,72	(1.876.045)	5,88
2043	1.963.555	5,84	4.025.882	11,97	(2.062.327)	6,13
2044	2.067.453	5,84	4.334.106	12,24	(2.266.653)	6,40
2045	2.175.115	5,84	4.664.998	12,52	(2.489.883)	6,68
2046	2.287.750	5,84	5.019.840	12,81	(2.732.090)	6,97
2047	2.404.479	5,84	5.400.105	13,11	(2.995.626)	7,27
2048	2.525.941	5,84	5.807.491	13,42	(3.281.550)	7,58
2049	2.652.580	5,84	6.243.720	13,74	(3.591.140)	7,90
2050	2.785.084	5,84	6.710.419	14,06	(3.925.334)	8,23
2051	2.922.194	5,84	7.209.482	14,40	(4.287.289)	8,56
2052	3.063.955	5,84	7.742.864	14,75	(4.678.910)	8,91
2053	3.210.255	5,84	8.312.268	15,11	(5.102.013)	9,28
2054	3.362.684	5,84	8.919.400	15,48	(5.556.716)	9,65
2055	3.521.002	5,84	9.566.247	15,86	(6.045.245)	10,02
2056	3.686.148	5,84	10.254.902	16,24	(6.568.754)	10,40
2057	3.858.229	5,84	10.987.828	16,62	(7.129.599)	10,79
2058	4.037.724	5,84	11.766.687	17,01	(7.728.962)	11,17
2059	4.224.052	5,84	12.593.199	17,40	(8.369.148)	11,56
2060	4.418.680	5,84	13.470.665	17,79	(9.051.985)	11,96

Notas: - Projeção elaborada em 19/01/2016.
- Considera o horizonte temporal máximo da projeção demográfica do IBGE, revisão 2014.
- Considera as alterações introduzidas pela Lei 13.183/2015 e a Grade de Parâmetros da SPE/MF de 09/09/2015.
- Considera o valor do Salário Mínimo de R$ 880,00 em 2016 e índice de reajuste dos benefícios do RGPS em 11,28%
Fonte: SPPS/MPS, 2016.

De acordo com os dados anteriormente apresentados, observa-se que as receitas previdenciárias são insuficientes para a cobertura das respectivas despesas, mantendo-se no futuro as mesmas condições existentes no exercício de 2015, o que gerará déficits previdenciários nos próximos 45 anos. No quadro a seguir são apresentados os parâmetros utilizados na projeção.

PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A PROJEÇÃO DO RESULTADO PREVIDENCIÁRIO 2015

VARIÁVEIS	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB – Variação Nominal	7,05%	5,00%	6,82%	7,54%	7,18%	6,83%
PIB – Deflator	6,90%	7,63%	7,36%	5,95%	5,08%	4,74%
PIB – Variação Real	0,15%	-2,44%	-0,50%	1,50%	2,00%	2,00%
PIB – Valor em R$ bilhões	5.521,26	5.797,25	6.192,78	6.659,44	7.137,85	7.625,71
Crescimento da massa salarial	9,94%	4,33%	1,80%	2,25%	6,30%	7,35%
Crescimento vegetativo	4,00%	3,53%	3,50%	3,46%	3,42%	3,39%
Reajuste do Salário Mínimo	6,78%	8,84%	11,68%	5,36%	4,85%	6,57%
Reajuste dos demais benefícios	5,56%	6,23%	11,28%	5,36%	4,85%	5,00%
Salário Mínimo – R$	724,00	788,00	880,00	912,66	956,90	1.019,79
Novo Teto – R$	4.390,24	4.663,68	5.189,74	5.467,77	5.732,82	6.019,31
Teto em número de SM	6,06	5,92	5,90	5,99	5,99	5,90
Recup. de Crédito - R$ milhões	14.809,52	9.899,76	15.729,80	16.083,76	17.097,03	18.353,77
Precatórios e RPV Previdenciário - R$ milhões	9.169,51	9.657,00	10.575,74	11.088,39	11.642,51	12.166,12
Transf. Tesouro Nacional Comp. desoneração folha - R$ milhões	17.000,00	24.233,10	22.396,56	22.900,55	24.343,26	26.132,64
INPC	6,23%	9,77%	5,36%	4,85%	5,00%	4,50%

Notas: - Data da Projeção: 23-dez-15
- Grade de Parâmetros SPE/MF: 09-set-15
Fonte: CGEDA/DRGPS/SPPS/MPS, 2015.

Os cálculos foram realizados pelo Ministério da Previdência Social (MPS).

Integração de Saldos Contábeis e Fundação Nacional do Índio (Funai)

Existem entidades da administração indireta que não recebem recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, porém, utilizam o Siafi para registrar a sua evolução patrimonial. Cinco delas merecem especial destaque:

- 25280 – Banco Central do Brasil – Autoridade Monetária;
- 27201 – Fundação Habitacional do Exército;
- 30205 – Fundação Nacional do Índio – Patrimônio Indígena;
- 32991 – Conta de Desenvolvimento Energético;
- 32992 – Reserva Global de Reversão.

Por não pertencerem aos OFSS, essas entidades não estão consolidadas na elaboração das DCON. Com exceção do órgão 30205, os demais utilizam o Siafi, em sua modalidade parcial, integrando seus saldos contábeis, por meio da transação de Integração de Balancete. Isto ocorre, pois, essas entidades utilizam outros sistemas para registro de suas transações econômicas.

Na tabela apresentada a seguir, são evidenciados os valores dos principais grupos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais da União e das entidades supracitadas.

AGREGAÇÃO DE SALDOS – ENTIDADES PERTENCENTES AOS OFSS, ENTIDADES QUE FAZEM INTEGRAÇÃO DE SALDOS E FUNAI – PATRIMÔNIO INDÍGENA
R$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO	ITENS	ÓRGÃOS PERTENCENTES AO OFSS (DCON)	ÓRGÃOS QUE FAZEM A INTEGRAÇÃO DE BALANCETES E FUNAI (NÃO PERTENCEM AO OFSS)					TOTAL
			BCB	FUNDO HABITACIONAL DO EXÉRCITO	FUNAI	RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO	CONTA DE DESENVOLV. ENERGÉTICO	
Balanço Patrimonial	Ativo Circulante (1)	1.371.018.413	1.457.727.552	848.486	44.933	222.099	(16.507.786)	2.813.353.697
	Ativo Não Circulante (2)	2.985.633.151	1.326.146.363	2.233.632	28.857	28.694.487	25.971.013	4.368.707.503
	ATIVO (1 + 2)	4.356.651.564	2.783.873.915	3.082.118	73.790	28.916.586	9.463.227	7.182.061.200
	Passivo Circulante (3)	1.046.070.069	2.390.032.194	101.071	30	(17.035)	23.692.684	3.459.879.013
	Passivo Não Circulante (4)	4.735.108.810	248.835.663	32.587	-	21.862.063	(23.362)	5.005.815.761
	Patrimônio Líquido (5)	(1.424.527.315)	145.006.058	2.948.460	73.760	7.071.558	(14.206.095)	(1.283.633.574)
	PASSIVO + PL (3 + 4 + 5)	4.356.651.564	2.783.873.915	3.082.118	73.790	28.916.586	9.463.227	7.182.061.200
Demonstração das Variações Patrimoniais	Aumentativas (6)	2.274.106.737	5.877.430.119	6.247.854	21.084	56.297.368	47.290.880	8.261.394.042
	Diminutivas (7)	2.514.782.008	5.836.884.379	6.247.854	12.073	52.977.177	54.742.816	8.465.646.307
	RESULTADO (6 – 7)	(240.675.271)	40.545.740	-	9.011	3.320.191	(7.451.936)	(204.252.265)

Fonte: Siafi, 2015.

Resultado do Banco Central do Brasil

Quando o resultado do Banco Central do Brasil (BCB) é negativo, isto significa que a União possui uma obrigação com o BCB, devendo tal obrigação ser paga até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação das demonstrações contábeis da autarquia pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Quando o resultado é positivo, o BCB possui uma obrigação com a União, devendo quitá-la em prazo igual ao anteriormente descrito. Essas transações são reguladas pela Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001 (de acordo com a redação dada pela Lei nº 11.803, de 05 de novembro de 2008).

Na tabela a seguir, apresenta-se o impacto do Resultado do Banco Central do Brasil em relação à União.

IMPACTOS DO RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA A UNIÃO
R$ MILHARES

	RESULTADO POSITIVO		RESULTADO NEGATIVO	
	BALANÇO APURADO	CUSTOS DE RESERVAS	BALANÇO APURADO	CUSTOS DE RESERVAS
Saldo Inicial	-	65.173.472	-	-
Apropriação – Resultado do 2º semestre de 2014	25.655.376	-	-	-
Atualização – Resultado do 2º semestre de 2014	617.335	1.559.180	-	-
Recebimento de Receita – 2º semestre de 2014	(26.272.711)	(66.732.652)	-	-
Apropriação – Resultado do 1º semestre de 2015	35.184.659	46.406.630	-	-
Atualização – Resultado do 1º semestre de 2015	838.627	1.101.859	-	-
Recebimento de Receita – 1º semestre de 2015	(36.023.286)	(47.508.489)	-	-
Apropriação – Resultado do 2º semestre de 2015	-	110.938.091	-	-
SALDO FINAL	-	110.938.091	-	-

Fonte: Siafi, 2015.

A apuração dos resultados do BCB é semestral. No segundo semestre de 2014 (demonstrações aprovadas no primeiro trimestre de 2015) e no primeiro semestre de 2015 (demonstrações aprovadas no terceiro trimestre de 2015), os resultados do BCB foram positivos. Dessa forma, a Codiv/STN reconheceu os direitos da União em relação ao BCB da seguinte forma:

- Resultado BCB – Balanço Apurado: no 2º semestre de 2014 foi positivo em R$ 25,7 bilhões que, atualizado em R$ 613,8 milhões, totaliza R$ 26,3 bilhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em março/2015. Já para o 1º semestre de 2015 foi positivo em R$ 35,2 bilhões que, atualizado em R$ 835,4 milhões, totaliza R$ 36 bilhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em setembro/2015. O resultado patrimonial referente ao 2º semestre de 2015 está sendo apurado pelo Banco Central, e será disponibilizado para registro quando da aprovação das respectivas Demonstrações Financeiras pelo Conselho Monetário Nacional;
- Resultado BCB – Custos das Reservas: no 2º semestre de 2014 foi positivo em R$ 65,2 bilhões que, atualizado em R$ 1,5 bilhão, totaliza R$ 66,7 bilhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em março/2015. Para o 1º semestre de 2015 foi positivo em R$ 46,4 bilhões que, atualizado em R$ 1,1 bilhão, totaliza R$ 47,5 bilhões, cujo crédito na Conta Única ocorreu em setembro/2015. Para o 2º semestre de 2015 o Resultado também foi positivo em R$ 110,9 bilhões, que corresponde ao saldo de referida conta em 31/12/2015.

LISTA DE SIGLAS

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGU	Advocacia-Geral da União
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BCB	Banco Central do Brasil
BF	Balanço Financeiro
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União
COAPI	Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público
CODIV	Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
COFIS	Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais
COPAR	Coordenação-Geral de Participações Societária
COPEC	Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional
CP	Curto Prazo
DAU	Dívida Ativa da União
DCON	Demonstrações Contábeis Consolidadas da União
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMLP	Dívida Mobiliária de Longo Prazo
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPMFi	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
DPFe	Dívida Pública Federal Externa
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
FCVS	Fundo de Compensação das Variações Salariais
FDCO	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FSB	Fundo Soberano do Brasil
GT	Grupo de Trabalho
IFRS	International Financial Reporting Standards
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
LFT	Letra Financeira do Tesouro
LP	Longo Prazo
LTN	Letra do Tesouro Nacional
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MF	Ministério da Fazenda
NTN	Nota do Tesouro Nacional
OFSS	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIPCP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIDA	Sistema Integrado da Dívida Ativa
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TN	Secretaria do Tesouro Nacional
UG	Unidade Gestora
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa

PARTE VII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – CONTAS DE 2014 (ACÓRDÃO Nº 2461/2015 – TCU – PLENÁRIO)

Apresentam-se nesta parte, as providências adotadas pelos órgãos/ entidades da Administração Pública Federal quanto às recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União no Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Executivo do exercício de 2014.

7.1. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TCU / CONTAS DE 2014

Em 07 de outubro de 2015, o Tribunal de Contas da União emitiu pronunciamento sobre as Contas de Governo relativas ao exercício de 2014, ocasião em que o Ministro-Relator expediu 17 recomendações a órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo Federal, em decorrência das ressalvas apontadas e das informações evidenciadas no texto do respectivo Relatório Prévio. A par dessas recomendações, as unidades do Poder Executivo encaminharam os esclarecimentos adotados a seguir.

I. à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que incluam, nos projetos de lei de diretrizes orçamentárias, o rol de prioridades da administração pública federal, com suas respectivas metas, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal, que estabelece que as leis de diretrizes orçamentárias devem compreender as metas e prioridades da administração pública federal, instrumento indispensável ao monitoramento e à avaliação de seu desempenho ao longo da execução do orçamento a que se referem (item 3.2.2).

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do primeiro ano de governo é diferente dos demais, visto que neste exercício o Poder Executivo também deve enviar um Projeto de Lei de Plano Plurianual (PLPPA), até 31 de agosto, sugerindo diretrizes, objetivos e metas para um período de 4 anos ao Congresso Nacional (CN), conforme reza a Constituição.

Por isso, o PLDO de 2016 informou e quantificou a meta de resultado primário em seu texto (art. 2º), ressalvou as despesas que não são objetos de limitação e empenho (art. 3º e Anexo III), e informou que as demais prioridades e metas da administração pública federal seriam estabelecidas no Plano Plurianual conforme disposto no art. 3º:

> *Art. 3º As prioridades e metas da administração pública federal para o exercício de 2016, atendidas as despesas contidas no Anexo III e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão estabelecidas na Lei do Plano Plurianual 2016-2019.*

A remissão ao PPA busca garantir a harmonia e compatibilidade entre o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, por fim, orientará a Lei Orçamentária Anual. Ressalta-se, ainda, que fato idêntico ocorreu com o PLDO de 2012, que também dialogava com um novo PLPPA.

Além dessa especificidade, importa ressaltar que a recomendação do Tribunal de Contas sobre o PLDO é de 07 de outubro de 2015 enquanto que o PLDO teve de ser encaminhado, por força da Constituição, até 15 de abril. Não obstante, cabe destacar que a Casa Civil realiza gestões junto aos diversos órgãos no acompanhamento das observações do Egrégio Tribunal de Contas da União. Especificamente nesse caso, o Ministério do Planejamento – MP, órgão responsável pelo planejamento e coordenação das políticas de planejamento, orçamento e gestão da administração pública federal, buscou aprimorar o conjunto de informações presentes no PLDO que já havia sido encaminhado ao Congresso Nacional.

II. às empresas Araucária Nitrogenados S.A., Energética Camaçari Muricy I S.A. (ECM I) e Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (TSLE), vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, para que, quando da execução do Orçamento de Investimento, observem a dotação autorizada para as respectivas programações, em obediência à vedação estabelecida no inciso II do art. 167 da Constituição Federal; bem assim ao Ministério de Minas e Energia, no sentido de garantir a efetivação de tal cumprimento, com vistas a evitar a perda de controle dos gastos dessas entidades (item 3.3.4).

Ministério de Minas e Energia

O Ministério de Minas e Energia - MME informou que vem acompanhando a execução dos orçamentos de suas empresas estatais e tem orientado as empresas holding no sentido de observarem os valores limite estabelecidos pelas Leis Orçamentárias Anuais - LOAs, bem como somente promovam ajustes com respaldo nas Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDOs.

III. às empresas Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AmE), Araucária Nitrogenados S.A., Boa Vista Energia S.A. (BVEnergia), Energética Camaçari Muricy I S.A. (ECM I), Petrobras Netherlands B.V. (PNBV), Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (TSLE) e FURNAS – Centrais Elétricas S.A., todas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia; e à empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), vinculada ao Ministério das Comunicações, para que, quando da execução do Orçamento de Investimento, observem o valor aprovado para as respectivas fontes de financiamento na lei orçamentária ou promovam a adequação desses valores de acordo com o disposto na lei de diretrizes orçamentárias; bem assim ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério das Comunicações para que orientem suas supervisionadas no sentido de garantir a efetivação de tal cumprimento (item 3.3.4).

Ministério de Minas e Energia

Conforme informado no item anterior, o Ministério de Minas e Energia - MME ressalta que vem orientando suas empresas estatais a observarem os valores limite estabelecidos pelas Leis Orçamentárias Anuais - LOAs, bem como pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDOs, no que se refere às adequações a serem realizadas.

Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras)

Sobre o assunto, a Telebras manifestou-se por meio da CT 03/2015/0111-TB, de 28.12.2015, encaminhada à CGU mediante mensagem eletrônica do AECI/MC, de 20.1.2016, nos termos que seguem:

"(...) a suposta extrapolação de Fonte 'Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido – Tesouro – Direto' deveu-se a erro de natureza operacional no preenchimento de dados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

No exercício 2014, consta no SIOP que a Telebras possui os seguintes valores orçamentários:

EM R$ MILHÕES

FONTE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA [A]	REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA [B]	SALDO [A-B]
Geração Própria	161,0	31,4	129,6
Aporte Direto (Tesouro)	284,1	316,5	-32,4
Saldo de Exercício Anterior	267,3	183,7	83,6
Operação de Crédito Interna	275,3	240,4	34,9
TOTAL	987,7	772,0	215,7

Fonte: Siop

Porém, a distribuição demonstrada na tabela acima é decorrente de uma falha operacional, ocorrida fora do âmbito da Telebras, que reduziu a fonte "Aporte Direto (Tesouro)" e elevou a fonte "Saldo de Exercícios Anteriores".

Conforme consta no Decreto nº 8.382, de 29 de dezembro de 2014, a Participação da União no Capital Aporte Direto (Tesouro) prevista para o

exercício 2014 foi de R$ 348,8 MM, o que reforça o fato de que a distribuição da dotação no SIOP é decorrente de falha operacional. Ou seja, o valor que deveria constar na tabela acima como dotação orçamentária deveria ser R$ 348,8 e não R$284,1".

Por fim, a Telebras reafirma não ter extrapolado os limites orçamentários autorizados e ressalta que continuará e intensificará suas ações de Acompanhamento dos Dispêndios Globais (ADG) e do Orçamento de Investimento (OI).

Com efeito, o Programa de Dispêndios Globais (PDG) da Telebras, para o exercício 2014, inicialmente aprovado por meio do Decreto 8.159/2013, sofreu alteração mediante Decreto nº 8.382/2014, apresentando, em sua versão final, o valor de R$ 348.820.000 na rubrica "Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido - Participação da União no Capital (Tesouro)".

IV. ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), para que, no exercício de sua competência de acompanhar a execução orçamentária do Orçamento de Investimento das empresas estatais não dependentes, acompanhe a obediência, por parte das empresas integrantes do OI, à vedação estabelecida no inciso II do art. 167 da Constituição Federal e ao limite aprovado para as respectivas fontes de financiamento na lei orçamentária, e tome as providências necessárias para a correção de eventuais impropriedades junto às respectivas empresas durante o exercício (item 3.3.4).

Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

Sobre o assunto, o DEST informa primeiramente que manteve, ao longo de 2015, um conjunto de práticas de acompanhamento e alertas em relação à execução orçamentária das Empresas Estatais, visando melhorar seu planejamento, evitar extrapolações orçamentárias e provocar a proposição de créditos orçamentários quando necessário. São elas:

a) No início de cada ano: Envio de Ofício aos Dirigentes das empresas contendo as informações fechadas da execução de seu Orçamento de Investimento no ano anterior, por Ação, alertando sobre eventuais descumprimentos e destacando a necessidade de aprimoramentos para o próximo exercício;
Edição de Portaria, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, estabelecendo os procedimentos e prazos para a solicitação de alterações no Orçamento de Investimento do ano corrente.

b) Mensalmente: Recepção dos valores executados pelas Empresas através do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), inseridos pelas próprias empresas no dia 20 do mês subsequente ao de referência;
Análise dos valores e justificativas, mantendo-se, sempre que necessário, contato com a área responsável pelo orçamento de cada empresa buscando esclarecimentos adicionais e/ou alertando sobre a necessidade de ajustes;
Envio de Boletim de Execução do Orçamento de Investimento aos Conselheiros de Administração das empresas.

c) Bimestralmente: Envio de Ofício aos Dirigentes das empresas contendo as informações de execução de seu Orçamento de Investimento, por Ação, e alertando para a obrigatoriedade da fiel observância dos limites aprovados. Nos casos em que são constatadas extrapolações de limites, alertamos ainda para a necessidade de regularização.

d) No início do 2º semestre da cada ano: Verificação da execução e da tendência de execução orçamentária das Ações de cada empresa, alertando sua área responsável quanto à eventual necessidade de ajustes no Orçamento de Investimento e da proximidade do prazo limite para o encaminhamento de créditos que necessitem de Projeto de Lei.

Além disso, o DEST introduziu, ao longo de 2015, os seguintes aprimoramentos:

- Reforço na comunicação bimestral de execução do OI aos Dirigentes das empresas, incluindo de forma explícita os recorrentes apontamentos do Tribunal de Contas da União e a necessidade de observar o disposto no inciso II do art. 167 da Constituição Federal;
- Solicitação de informações adicionais às empresas e refinamento das projeções internas sobre a tendência de execução do Orçamento de Investimento, principalmente ao longo do 2o semestre, melhorando a crítica às propostas de Créditos Orçamentários e cobrando das empresas o envio de Créditos ou justificativa nos casos em que haja suspeita de tendência de extrapolação (em Despesas ou Fontes);
- Reforço na comunicação com as empresas, inclusive com seus Dirigentes, tratando da obrigatoriedade da observância dos limites e de ações corretivas tempestivas frente a tendências de extrapolações.

Este conjunto de práticas apresentou excelentes resultados no exercício de 2015:

- Completa eliminação das Extrapolações de Fontes de Recursos - contra 9 em 2014 (fato inédito em toda a série histórica desde 2000);
- Redução de 88% no número de Ações com Extrapolação de Despesas na comparação com 2014 (apenas 2 Ações com Extrapolações);
- Redução de 82% no valor Extrapolado (R$ 37,0 milhões - menor valor da série histórica e que representa apenas 0,05% dos investimentos executados);

Nenhuma empresa com Extrapolação sobre o valor total de investimentos aprovados - contra três em 2014.

V. à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que contemple, no processo de elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, a reavaliação das informações de desempenho para as quais foi apontada alguma deficiência nos relatórios das Contas do Governo relativos aos exercícios de 2013 e de 2014, com vistas ao aprimoramento do conjunto de indicadores e metas constantes do PPA (item 4.2.34).

A SPI tem acompanhado e respondido às recomendações da CGU e do TCU que, em sua maioria, apontam aspectos no âmbito da gestão do Plano Plurianual que necessitam de aperfeiçoamentos. No caso da recomendação constante da PCPR 2014, o processo de elaboração do PPA 2016 - 2019 buscou de fato o aperfeiçoamento tanto do ponto de vista conceitual de alguns de seus atributos, como nas orientações para a elaboração junto aos órgãos setoriais.

O processo de elaboração do Plano iniciou-se com um diagnóstico prévio que considerou as contribuições e sugestões dos diversos atores que lidam com o planejamento e gestão das políticas públicas, inclusive dos órgãos de controle, e envolveu quatro mil técnicos participantes do Governo Federal, em 120 oficinas temáticas. Contou também com a participação de mais de quatro mil representantes da sociedade civil com a realização de duas edições do Fórum Interconselhos. Dessa forma, foi construída a Dimensão Estratégica do Plano Plurianual – PPA 2016-2019, que promoveu o alinhamento estratégico necessário para a definição dos 54 Programas Temáticos com 1132 metas.

As orientações da SPI constam do guia "Orientações para Elaboração do PPA 2016 - 2019", com ênfase no aprimoramento dos Objetivos dos Programas Temáticos, no intuito de torná-los mais concretos e exequíveis ao final do Plano e, para isso, a adequada definição do conjunto de metas foi o elemento fundamental para indicar o que será feito e entregue pelo Governo, considerando como meta aquilo que é estruturante para cada política pública. A consequência foi um conjunto de metas mais estratégico e coerente com a disponibilidade de recursos. Isso pode ser verificado também até pela comparação quantitativa com o conjunto de 2.402 do PPA 2012 - 2015.

Nas oficinas de elaboração de cada programa temático, realizadas em no mínimo duas rodadas, os objetivos, metas e iniciativas foram discutidos conjuntamente pelos órgãos por eles responsáveis sob a coordenação da SPI. O conjunto dos indicadores foram também discutidos no âmbito de cada programa.

Diante das orientações da SPI voltadas aos aperfeiçoamentos necessários ao PPA e da experiência na implementação adquirida durante a gestão do PPA 2012 - 2015 por parte dos responsáveis pelos programas temáticos, as inconsistências observadas, e não apenas aquelas apontadas pelo TCU, foram tratadas..

Diante do exposto, consideramos que os esforços do MP para aperfeiçoar o PPA estiveram presentes no processo de elaboração do PPA 2016 - 2019.

VI. ao Ministério da Defesa que calcule o valor presente das projeções das pensões militares das Forças Armadas (item 5.3.1.1).

O Ministério da Defesa informou que interpôs Recurso de Reconsideração em função das determinações contidas no Acórdão nº 2.314/2015 – Plenário, o qual foi acolhido pela Egrégia Corte de Contas, resultando na suspensão dos efeitos dos itens 9.6 e 9.7 da deliberação recorrida, conforme Certidão nº 105/2015-SERUR, de 17/12/2015, expedida pela Secretaria de Recursos daquele Tribunal, com reflexo na implementação das recomendações exaradas nos Acórdãos nº 2.059/2012 - Plenário e nº 2.468/2013 - Plenário,

o que ampara o não reconhecimento e a evidenciação, nas contas relativas ao exercício de 2015, do passivo referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas.

Acrescente-se que a matéria tem sido objeto de providências e debates com órgãos do Governo, alcançados pelas deliberações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, particularmente a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) e a Casa Civil da Presidência da República (CC-PR). Desse modo, não obstante a argumentação quanto à amplitude de alcance dos efeitos suspensivos, foi constituído Grupo de Trabalho Interministerial com atribuição de realizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, "[...] estudo conjunto para avaliar as melhores práticas internacionais de prestação de contas dos encargos com militares inativos, observando os marcos normativos internacionais e nacionais, incluindo no escopo do estudo a necessidade de registros contábeis ou elaboração e divulgação de demonstrações específicas sobre a situação das despesas futuras com os militares, objetivando atendimento de recomendação do Tribunal de Contas da União exarada no Acórdão nº 2.461/2015-TCU Plenário", conforme Portaria Conjunta MF/CC-PR/MD nº 1, de 14/1/2016, publicada no Diário Oficial da União de 15/1/2016.

Registre-se, a propósito, que, por meio dos Ofícios nº 995/SG-MD e nº 996/SG-MD, ambos de 21/1/2016, a Secretaria-Geral do MD, considerando os efeitos do recurso interposto, propôs a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República que a contagem do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, fixado na Portaria Conjunta MF/CC-PR/MD nº 1, supracitada, seja iniciada a partir da data de comunicação da decisão que vier a ser adota pelo TCU, em função daquele pedido de reexame do Acórdão nº 2.314/2015 – Plenário.

VII. ao Ministério da Defesa e à Secretaria do Tesouro Nacional, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que tomem as providências necessárias para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do passivo referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas, permitindo assim a apresentação dessa informação no Balanço Patrimonial da União e a divulgação das premissas e detalhamentos em notas explicativas já para o exercício de 2015 e seguintes (item 5.3.1.1).

A Secretaria do Tesouro Nacional informou que foram realizadas três reuniões sob a coordenação da STN, com a presença de representantes do Ministério da Defesa e dos três Comandos, e da Casa Civil. As reuniões ocorreram em 18/06/15; em 03/11/15 e em 08/12/15, objetivando a discussão das providências e metodologia padrão a ser utilizada pelos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, sob a coordenação da Seori/MD para cumprimento do Acórdão. Em 28/12/15, a STN foi informada por mensagem eletrônica da Seori que por meio do Ofício 1.178/2015-TCU-SecexPrevidência, de 08/12/15, o Ministro Vital do Rego apreciou o pedido de reexame interposto pela Seori/MD e suspendeu os efeitos do item 9.6 e 9.7 do Acórdão 2.314/15, em relação ao recorrente.

VIII. à Casa Civil da Presidência da República e aos Ministérios da Defesa e da Fazenda que realizem estudo conjunto para avaliar as melhores práticas internacionais de prestação de contas dos encargos com militares inativos, incluindo no escopo do estudo a necessidade de registros contábeis ou elaboração e divulgação de demonstrações específicas sobre a situação das despesas futuras com os militares (item 5.3.1.1).

Foi constituido o GT Interministerial composto pela STN/MF; MD e CC/PR, objetivando realizar estudos para avaliar as melhores práticas internacionais na prestação de contas dos encargos de inativos militares, com os respectivos registros contábeis, por meio da Portaria Conjunta nº 1, de 14/01/16, publicada no DOU de 15/01/16.

De acordo com o art. 3º da Portaria em questão, o GTI submeterá à apreciação e deliberação dos Secretários, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação da Portaria Interministerial em comento, relatório de trabalho que conterá a descrição das atividades desenvolvidas, a análise dos dados, informações verificadas e a proposição de encaminhamentos.

IX. à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Previdência Social e ao Ministério da Fazenda, sob a coordenação do primeiro, que apresentem em até 180 dias os resultados obtidos pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta CC/MF/MPS 218/2014, especificamente no que tange:

a) aos resultados sobre a avaliação das melhores práticas internacionais de prestação de contas da previdência social e a necessidade de elaboração e divulgação de informações específicas sobre a situação atuarial da previdência social (item 5.3.1.1);

b) à inclusão do balanço atuarial do Regime Geral de Previdência Social nos relatórios de avaliação atuarial (item 5.3.1.1);

c) à inclusão do balanço atuarial do Regime Geral de Previdência Social em notas explicativas das demonstrações financeiras do Fundo do Regime Geral de Previdência Social e da União (item 5.3.1.1).

Em 19 de dezembro de 2014 foi criado um Grupo de Trabalho (GT), composto pela Casa Civil da Presidência da República, pelo, à época, Ministério da Previdência Social (MPS), pelo Ministério da Fazenda (MF) e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme Portaria Conjunta CC/MF/MPS no 218/2014, com os seguintes objetivos:

- realizar estudo em atendimento à XXI Recomendação constante do Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as Contas do Governo relativas ao exercício de 2013, emitido por intermédio do Acórdão no 1338/2014 - TCU - Plenário; e
- propor plano de ação para dar tratamento aos aspectos identificados pelo TCU no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, em atendimento à determinação 9.1.1 do Acórdão no 3414/2014 - TCU Plenário (FISC Previdência Social).

O GT, que também contou com a participação de representantes da Controladoria-Geral da União da Presidência da República (CGU/PR) e da Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP), concluiu seus trabalhos tempestivamente, encaminhando relatório final de atividades aos Ministros de Estado da Fazenda e do Trabalho e Previdência Social.

Em atendimento ao objetivo (i), foram produzidos os seguintes documentos:

- Nota sobre "Registro do passivo previdenciário de acordo com as melhores práticas internacionais"; e
- Relatório sobre "Experiência internacional referente ao cálculo e registro do passivo atuarial governamental".

A nota elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional conclui que:

"Tendo em vista o tratamento estatístico e contábil [...] explicitados e a experiência internacional observada, esta Secretaria do Tesouro Nacional registrou as provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo do RPPS no Balanço Geral da União.

Em relação ao RGPS, as práticas internacionais e os manuais de estatísticas de finanças públicas e de contabilidade aplicada ao setor público recomendam o registro dos valores referentes ao déficit atuarial do RGPS em nota explicativa. A despeito desta recomendação, dadas as dificuldades técnicas apresentadas pelo MTPS para apuração das expectativas de contribuições em um ambiente de previdência aberta como o do RGPS, o MTPS registrará, em um primeiro momento, apenas os valores referentes ao passivo atuarial do RGPS em nota explicativa das demonstrações contábeis do fundo. Adicionalmente, serão feitos estudos para verificar a viabilidade de incorporar o registro do valor presente das contribuições projetadas do RGPS, de modo a estimar o déficit atuarial desse regime." (Grifos nossos)

Quanto ao objetivo (ii) foram elaborados os seguintes documentos:

- Relatório sobre cumprimento das determinações e recomendações contidas no Acórdão no 1338/2014 - TCU Plenário e Acórdão no 3414/2014 - TCU Plenário (FISC Previdência Social), de 09/09/2015;
- Proposta de Plano de Ação para Atacar as Fragilidades Identificadas pelo Tribunal de Contas da União no Regime Geral de Previdência - Nota Técnica no 25/2015, de 09/09/2015;
- Mensagem de 30 de março de 2015, em resposta ao Ofício de Requisição nº 10 - 011/2015 - TCU, referente ao pedido de informações sobre o cumprimento da recomendação 9.15.2, contida no Acórdão 2059/2012 - TCU - Plenário, de 8/8/2012, com alterações introduzidas pelo Acórdão 2468/2013 - TCU - Plenário, de 11/09/2013;
- Nota Ministério da Fazenda sobre a desoneração da folha de pagamentos (Secretaria de Política Econômica), de abril de 2015;
- Nota Ministério da Fazenda sobre Considerações sobre Projeto de Lei Desoneração da Folha de Pagamento (Receita Federal do Brasil), de abril de 2015; e
- Tabela contendo o impacto da reoneração da folha de pagamentos

considerando o texto da Lei no 13.161/2015 (Receita Federal do Brasil), de abril de 2015.

O plano de ação apresentado pelo MTPS teve como foco "o desequilíbrio no financiamento das aposentadorias da clientela rural; as projeções de envelhecimento da população brasileira; a pouca condicionalidade na concessão de pensões por morte; e a tendência histórica de aumentar a quantidade de isenções e reduções de alíquotas previdenciárias, com complexo sistema de compensação", questões para as quais foram apresentadas as ações desenvolvidas pelo Ministério em dois eixos: o envelhecimento populacional, com ações específicas nas pensões concedidas; e a Previdência Rural, especialmente no que se refere aos segurados especiais. Além dessas ações, foram apresentadas considerações acerca da política de isenções e reduções de alíquotas previdenciárias, de competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB.

X. à Secretaria do Tesouro Nacional que:

a) com base nos critérios contábeis pertinentes e na Portaria-AGU 40/2015, promova o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de provisões e passivos contingentes relativos aos riscos fiscais decorrentes de ações judiciais impetradas contra a União (item 5.3.1.1.2).

Após a reunião realizada com AGU em 19/10/15, na qual houve a definição da responsabilidade da PGU com relação aos riscos fiscais da Administração Direta, foi criada UG específica para o reconhecimento e registro dos valores informados ao PLOA/2016, e a Setorial Contábil já realizou os devidos registros.

Assim, foi criada a UG 110652 – Riscos Fiscais - Ações Judiciais contra a União e foi registrada, conta 2.2.7.9.1.04.00 – Provisões p/perdas Judiciais/Administrativas, o valor de, aproximadamente, R$ 56,5 bilhões, referente a tais riscos no órgão 63000 – Advocacia-Geral da União.

Foi também editada a Portaria Conjunta STN/PGF n° 8, de 30/12/15, objetivando padronizar os procedimentos a serem adotados pelas Unidades Setoriais e Unidades Jurídicas das autarquias e fundações, com base nos critérios definidos pela Portaria AGU n° 40/2015.

De acordo com o art. da citada Portaria, as Setoriais Contábeis de Órgão das Autarquias e das Fundações Públicas são responsáveis pelo registro e pela evidenciação das informações sobre as ações judiciais ajuizadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas.

b) que adote as providências necessárias para garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos passivos relativos ao repasse de recursos de programas sociais junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

A STN informou que foram efetivados os registros contábeis nas contas de provisões e obrigações referentes aos programas gerenciados pela COPEC/STN junto às instituições financeiras.

Provisões:
Passivo Circulante: 2.1.7.3.1.03.01 INSTITUICOES FINANCEIRAS
Passivo Não Circulante: 2.2.7.3.1.03.01 INSTITUICOES FINANCEIRAS

Obrigações:
Passivo Circulante: 2.1.3.1.1.04.00 CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS

c) na hipótese de realização de ajuste de exercício anterior, observe as práticas contábeis aplicáveis, inclusive no que tange à readequação das informações apresentadas para fins comparativos (item 5.3.1.4).

Foi incluído no Capítulo 02.11.41 - Ajustes de Exercícios Anteriores do Manual SIAFIWeb. Por meio do Memorando n° 41/2015/SUCON/STN/MF-DF, de 01/12/2015 foi encaminhado ao conhecimento da COPAR/STN.

Foi incluída nota explicativa demonstrando quais seriam os efeitos dos ajustes de exercícios anteriores, caso tivesse sido possível a sua aplicação retrospectiva. O objetivo foi segregar parte das contabilizações efetuadas à contrapartida das contas Ajustes de Exercícios Anteriores que poderiam ser classificadas como ajustes retrospectivos, caso houvesse uma norma de adoção inicial do modelo PCASP (ou até de modo subsidiário das IPSAS), similar à norma IFRS 1.

d) aprimore os mecanismos de controle dos saldos de empréstimos e financiamentos concedidos, notadamente daqueles originários de legislação específica, apresentando, em notas explicativas ao BGU, as razões das eventuais divergências que subsistirem, a exemplo daquela observada entre os saldos no Siafi e nas demonstrações financeiras do BNDES, em 31/12/2014, para os haveres do Tesouro Nacional junto a esse banco (item 5.3.1.6).

Efetivado os registros contábeis.

A divergência de R$ 1,7 bilhão em saldos de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Tesouro ao BNDES foi identificada nos itens seguintes, tendo sido adotadas as providências seguintes.

(i) "IHCD/IECP-Provisão": destacar nas notas explicativas ao BGU, o valor provisionado de juros relativos aos contratos de IECP, que em 31.12.2014 representaram R$ 947 milhões, eventualmente não registrados pelo BNDES. Tal registro no Siafi está amparado por manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, mediante o Parecer PGFN/CAS 326/2015, que concluiu que a despesa de juros referentes aos Contratos, no âmbito de Basiléia III, deve ser registrada e provisionada.

Registro: UG 170705, Conta Contábil 122310000, Conta Corrente 33657248000189, documento 2014NL000809, de 31.12.2014, valor R$ 3.449.945.306,95.

Nota: o referido documento contempla a incorporação do valor provisionado de juros relativos aos contratos de IECP, bem como a atualização de juros no saldo devedor de todos os contratos.

(ii) "Valor informado a maior pelo BNDES": as planilhas de controle vêm sendo conciliadas com o BNDES, de modo a eliminar eventuais divergências. Tais diferenças decorrem de diferenças no cálculo dos saldos, em razão de arredondamentos, casas decimais consideradas, e cálculo pro rata de juros contratuais.

Registro: UG 170705, Conta Contábil 121110301, Conta Corrente 33657248000189, documento 2015NS000055, de 31.01.2015, valor de R$ 1.275.444.324,16.

Nota: o referido documento contempla o ajuste metodológico ref. ao CT n° 904/PGFN/CAF, bem como a atualização de juros no saldo devedor de todos os contratos.

Nota 2: em 31.12.14, o BNDES registrou valor superior para o saldo do CT n° 1.017/PGFN/CAF, iniciado em 17.12.14. Após este registro, a evolução futura do saldo contratual foi conciliada.

(iii)"Registro do Contrato n° 142 PGFN/CAF, de 23/09/2003": valor de R$ 862 milhões registrado na conta "Financiamento Concedidos" no Siafi, como haver da União, referente ao Contrato n° 142 PGFN/CAF, de 23/09/2003, havia sido registrado na conta 1.2.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, cujo saldo extinguiu-se com a quitação pelo BNDES. Registrada a Nota técnica n° 13/2015/COFIS/STN/MF-DF, de 03.12.2015, e baixado o saldo no SIAFI em 08.12.2015.

Registro: UG 170705, Conta Contábil 1.2.1.11.03.08, Conta corrente P33657248000189, documento NS000360, de 08.12.2015, valor R$ 861.997.241,27.

e) evidencie no Balanço Patrimonial os valores referentes aos ajustes de exercícios anteriores ocorridos ao longo do período de referência das demonstrações contábeis, indicando em notas explicativas a sua natureza (item 5.3.1.9).

Em atendimento à recomendação, a STN informou que em razão do alto custo financeiro que se incorreria para reabertura de sistemas (dado os ambientes já estarem encerrados) e do baixo benefício da aplicação de ajustes retrospectivos (uma vez que por outras formas é possível o usuário obter tais informações de forma mais tempestiva), considerando os efeitos das políticas contábeis do modelo PCASP, os ajustes foram efetuados durante o exercício de 2015 e não de maneira retrospectiva. No entanto, foi realizado esforço, constante do item "Balanço Patrimonial de Abertura do modelo PCASP" (ver Capítulo VI - Balanço Geral da União) das notas explicativas, de modo a demonstrar quais seriam os efeitos dos referidos ajustes, caso tivesse sido possível a sua aplicação retrospectiva.

f) aprimore as regras de consolidação do Balanço Geral da União no Siafi, bem como as orientações a respeito, de modo a identificar e excluir transações e saldos recíprocos relevantes entre os órgãos e entidades pertencentes à União (item 5.3.1.10).

Foram criados auditores contábeis específicos e transmitida orientação técnica às unidades envolvidas quanto às operações intra.

Ainda foi criada a regra de consolidação código "19" para eliminação dos saldos intra OFSS, na transação CONCONSOL, do Novo Siafi.

A partir de 2015 houve a revisão do Plano de Contas e, nesta revisão, os haveres da COFIS/STN/MF, registrados contra o INSS, foram registrados em conta de natureza intra orçamentária, atendendo ao disposto no Acordão TCU 2.461/2015. Se houver comparações entre valores de 2014 (com INSS) e de 2015 (sem INSS) será registrada nota explicativa que evidencie os valores de 2014 para manter comparabilidade com o ano de 2015.

g) evidencie, em tópico individualizado das notas explicativas, as transações da União com suas partes relacionadas, com a observância das normas contábeis aplicáveis à matéria, fazendo constar, no mínimo: a evidenciação das principais partes relacionadas, com a descrição da natureza do relacionamento; as transações relevantes ordinárias e extraordinárias ocorridas no exercício, incluindo os principais termos e as receitas e despesas decorrentes de tais transações; os ativos e passivos da União com suas partes relacionadas ao término do exercício; e a remuneração agregada do pessoal-chave da administração (item 5.3.1.11).

Foi realizada em 09/11/15 reunião de orientação técnica às Coordenações-Gerais da STN, com a presença do Setorial Contábil do MF, na qual foi apresentada listagem de Partes Relacionadas que compreendem 90% de todo o investimento da União (Petrobrás, BNDES, BB,Caixa, Eletrobrás, Correios, SERPRO, Banco da Amazônia).

Assim, foi evidenciado em nota explicativa as principais partes relacionadas, com a descrição da natureza do relacionamento; as transações relevantes ordinárias e extraordinárias ocorridas no exercício, incluindo os principais termos e as receitas e despesas decorrentes de tais transações; os ativos e passivos da União com suas partes relacionadas ao término do exercício e a remuneração agregada do pessoal-chave da administração.

h) faça constar nas Notas Explicativas do Balanço Geral da União informações referentes à renúncia de receitas financeiras e creditícias, em cumprimento ao disposto no inciso VII do art. 15 da Lei 10.180/2001 e no inciso VIII do art. 3º do Decreto 6.976/2009 (item 5.3.1.12).

A SPE enviou as informações para inclusão de Nota Explicativa ao BGU/15.

Na referida nota consta o Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios para o ano de 2015 e 2016, os quais detalham os valores estimados pela SPE. Também consta demonstrativo com os valores estimados pela RFB de Renúncia de Receitas Previdenciárias.

i) evidencie, nas notas explicativas relativas às receitas de dividendos da União, a hipótese de dispensa do recolhimento de dividendos da Caixa devidos à União, utilizado para cobertura do risco de crédito e dos custos operacionais das operações de financiamento no âmbito do Programa Minha Casa Melhor, prevista no art. 3º da Lei 12.868/2013, bem como informações sobre os valores efetivamente dispensados (item 5.4.4).

Foi realizada em 09/11/15 reunião de orientação técnica às Coordenações-Gerais da STN, com a presença do Setorial Contábil do MF, onde foi constatada a necessidade de se proceder à inclusão em Nota Explicativa.

Em atendimento à recomendação, foram incluídas as seguintes considerações:

Resultado do exercício de 2014: a referida dispensa atingiu o valor de R$ 534,37 milhões, em conformidade com os valores informados pela CAIXA; e

Quanto ao resultado do exercício de 2015, tendo em vista que o prazo para a CAIXA divulgar suas demonstrações contábeis se estende até o dia 31.03.2016 e que a proposta de destinação de resultado ainda dependerá de aprovação do Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade com o Decreto nº 2.673, de 1998, não foi possível indicar o montante que porventura será objeto de dedução relativo a esse exercício. A propósito, a CAIXA deverá encaminhar ao Ministro de Estado da Fazenda, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício, a informação sobre os valores referentes à cobertura do risco de crédito e aos custos operacionais das operações de financiamento de bens de consumo duráveis destinadas às pessoas físicas do referido Programa, nos termos da Resolução nº 4.393, de 19/12/2014, do Conselho Monetário Nacional.

j) apresente, no prazo de 90 dias, esclarecimentos sobre o motivo de o Siafi ter permitido o lançamento manual na conta 1.4.2.1.1.10.00 – Imóveis de Uso Especial, contrariando o item 3.1.1.4 da macrofunção "02.11.07 - Imóveis de Propriedade da União" do Manual Siafi, bem como as medidas corretivas e preventivas adotadas (item 5.6.1).

Foi elaborada Nota Técnica nº 7/2015/, de CCONT/SUCON/STN/MF apresentando a justificativa do fato ocorrido, em função da implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, no entanto, providências já foram adotadas no sentido de segregar as atividades das Gerências da CCONT, e ainda, permitir o maior controle de alterações de tabelas no Siafi.

Nesse sentido, objetivando fortalecer os controles administrativos, e de forma preventiva, esta STN estabeleceu, em conjunto com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), uma sistemática de troca de informações, onde a CCONT envia mensalmente um arquivo à SPU que, por sua vez, realiza a conciliação dos valores em confronto com os dados do SPIUNet. Todo esse processo é realizado de forma manual, pois a opção de automatizá-lo só será possível quando da implantação de um projeto de otimização do SPIUNet.

Ressalta-se, ainda, que adicionalmente foi criado no Tesouro Gerencial (TG) um relatório para identificar eventuais movimentações de saldos de bens imóveis de uso especial com uso de eventos não específicos da integração automática entre o SIAFI e o SPIUNet. Este relatório é executado semanalmente pela área responsável pela análise das demonstrações e auditores contábeis desta Coordenação-Geral.

Por fim, foi intensificado nos Encontros com as Setoriais Contábeis (realizado dois Encontros no último semestre) o trabalho de orientação no sentido de que os ajustes nas contas de bens imóveis de uso especial sejam sempre realizados via SPIUNet.

k) oriente e monitore as setoriais do Sistema de Contabilidade Federal com o objetivo de reduzir o número de restrições contábeis registradas no encerramento do exercício, por meio da Declaração do Contador, estimulando a correção dos problemas contábeis eventualmente existentes dentro do exercício a que se referem e o devido esclarecimento dos problemas remanescentes (item 5.6.2).

Foi providenciada a alteração do Manual SIAFIWeb - Item 9 da Macrofunção 02.03.18 - Encerramento do Exercício, bem como realizadas reuniões com Setoriais Contábeis, em 29/9 e 10/11/15 para repasse das orientações técnicas. Em 2016 estão previstas a realização de encontros periódicos com as Setoriais Contábeis.

l) monitore as justificativas acerca dos registros de restrições contábeis, de modo a dar transparência às razões pelas quais as setoriais contábeis não adotam todas as medidas necessárias para correção dos problemas contábeis eventualmente existentes dentro do exercício a que se referem e que, doravante, encaminhe uma análise consolidada das restrições contábeis e das Declarações de Contador de órgão superior junto com as prestações de contas anuais da Presidência da República (item 5.6.2).

A CCONT incluiu em Nota Explicativa ao BGU/15, análise consolidada das restrições contábeis e das Declarações do Contador de órgão superior.

Nesse sentido, no item das notas explicativas "Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas", foi apresentado Quadro com as "Principais Restrições Destacadas nas Declarações do Contador dos Órgãos Superiores", bem como análise de tais restrições.

XI. à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que adote as providências necessárias para garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos passivos relativos ao repasse de recursos de programas sociais junto à Caixa Econômica Federal (Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro Desemprego) (item 5.3.1.3).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) informou que expediu orientação aos órgãos envolvidos e disponibilizou no Siafi – Seção 021100 – Assunto 021140 – Reconhecimento de Passivos, as rotinas contábeis necessárias

para possibilitar o registro contábil dos programas pelas Unidades Gestoras desses órgãos.

O Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) cientificou que a conta suprimento mantida junto à Caixa Econômica Federal para transferência dos recursos para provimento dos programas Abono Salarial e Seguro Desemprego foi continuamente monitorada pelo MTE, à época, e os recursos necessários à cobertura dos pagamentos foram atendidos pela STN/MF.

Essa sistemática possibilitou que em 2015 não houvesse inversão de saldo (saldo negativo) da referida conta suprimento. O saldo final da conta suprimento em 31 de dezembro de 2014 foi de R$ 60,35 milhões e da conta suprimento em 31 de dezembro 2015 de R$ 712,45 milhões (R$ 249,67 do seguro-desemprego e R$ 462,78 milhões do abono salarial).

Dessa forma, entendeu-se que não há passivos relativos ao repasse de recursos de programas sociais (Abono Salarial e Seguro Desemprego) junto à Caixa Econômica Federal, a ser reconhecido, mensurado ou evidenciado.
Da mesma forma, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) informou que durante todo o exercício de 2015, a conta suprimento mantida junto à Caixa Econômica Federal para transferência dos recursos pelo MDS e utilizada por aquela instituição para cobertura dos pagamentos de benefícios do Programa Bolsa Família foi monitorada. Nos dias que antecederam o início do calendário de pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família, em cada mês, foram solicitados os recursos necessários à cobertura das respectivas folhas de pagamentos.

A STN atendeu tempestivamente as referidas solicitações e ao longo de 2015 não houve inversão de saldo (saldo negativo) da referida conta suprimento. O saldo final da conta suprimento de 2014 em 31 de dezembro foi de R$ 22.375.209,05 e da conta suprimento de 2015 em 31 de dezembro foi de R$ 104.716.940,28, não havendo, portanto, passivo a ser registrado em ambos os exercícios.

Com relação aos débitos para com a Caixa Econômica Federal relativos à operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, foram reconhecidos passivos no valor de R$ 348.326.464,92 ao término do exercício de 2015.

XII. à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com o Ministério das Cidades, que adote as providências necessárias para garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos passivos relativos ao repasse de recursos de programas sociais junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (item 5.3.1.3).

A partir de 2015 o Ministério da Fazenda passou a adotar desembolsos regulares em favor do Programa Minha Cada Minha Vida/PNHU/FGTS, em concordância com o decreto que anualmente dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo, ao qual todos os Ministérios estão sujeitos.

No sentido de garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos passivos relativos ao repasse de recursos de Programas Sociais junto ao FGTS, no exercício de 2015 foram abertos, na ação orçamentária 00CW, os seguintes Planos Orçamentários: 0001 (Remuneração do Agente Gestor do PNHU); 0002 (Concessão de Subvenção Econômica); 0003 (Remuneração dos Aportes do FGTS).

Além do anteriormente relatado, foi expedida a Medida Provisória n.º 702, de 17 de dezembro de 2015, regulamentada pela Portaria nº 130, de 23 de dezembro de 2015, da Secretaria de Orçamento Federal, que abriu crédito extraordinário em favor do Ministério das Cidades, no valor de R$ 8.989.334.525,00, o que possibilitou a quitação dos passivos existentes, junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, desde a instituição do Programa Minha Casa Minha Vida até o final do exercício de 2014, acrescidos da devida atualização pela taxa SELIC.

XIII. à Secretaria da Receita Federal do Brasil que, com base em estudo prévio, adote metodologia para mensuração do ajuste para perdas de créditos tributários a receber que melhor reflita a realidade de recebimento desses créditos (item 5.3.1.7).

A RFB está seguindo a metodologia definida pelo Grupo de Trabalho (GT) constituído pela Portaria MF nº 571, de 20/07/2015, e considerando, no âmbito do cálculo do ajuste, apenas os créditos classificados no grupo de devedores, que são subdivididos em:

I) acima de R$ 1.000,00 (mil reais) que são os valores que são encaminhados para inscrição em dívida ativa. Portanto, é o único com potencial para ser inscrito em dívida ativa, e utilizará a mesma metodologia de ajuste para perdas em uso pela PGFN para os créditos inscritos em dívida ativa.

Porém essa metodologia só será possível quando houver a definição de créditos de recuperabilidade da dívida ativa, cujos estudos estão em andamento na PGFN. Como solução temporária, até a conclusão da revisão da metodologia a ser utilizada pela PGFN, optou-se pela utilização do mesmo percentual aplicado aos créditos inscritos em dívida ativa para o cálculo de ajuste para perdas dos créditos classificados como devedores.

II) até R$ 1.000,00 (mil reais), a esses créditos não se aplica a metodologia descrita no item acima pois os mesmos não percorrerão as etapas do macroprocesso do crédito tributário na PGFN. Portanto, definiu-se critério baseado no histórico de recuperabilidade desses créditos. Verificar-se-á nos registros da RFB a taxa de sucesso na recuperabilidade dos créditos devedores e se estabelecerá o ajuste para perdas a partir da taxa de insucesso, isto é, "1 – taxa de sucesso".

XIV. à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como com outros órgãos que julgar necessários, considerando a peculiaridade de cada tipo de crédito e de acordo com as práticas contábeis aceitas, que elabore e normatize a metodologia para ajuste para perdas de créditos a receber da União (item 5.3.1.7).

Secretaria do Tesouro Nacional

A Secretaria informou que foi encaminhado o Relatório do GT instituído pela Portaria GMF nº 571, de 20/07/2015, ao GMF. A conclusão do estudo, portanto, depende dos critérios de classificação de devedores a serem definidos pela PGFN.

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Inicialmente, cabe registrar que para atender as recomendações postas no Relatório e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União sobre as Contas do Governo, referentes ao exercício de 2014, foi expedida pelo Gabinete do Ministro da Fazenda a Portaria nº 571, de 20/7/2015, constituindo GT composto por servidores da RFB, da PGFN, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda.

Por meio do referido GT foram definidos novos critérios e metodologias para o reconhecimento de ativos de créditos tributários e a contabilização do respectivo ajuste para perdas. Nesse sentido, antes de abordar o desenvolvimento de nova metodologia para o ajuste para perdas, conforme menciona a referida recomendação, houve a necessidade de se analisar os critérios de reconhecimento desses ativos, em consonância com as normas nacionais e internacionais de contabilidade do setor público.

O Grupo Técnico verificou que, em linhas gerais, após o lançamento e/ou a validação dos dados declarados à RFB, ocorre a primeira avaliação sobre a existência dos requisitos para a constituição definitiva e, consequente, exigibilidade do crédito tributário.

Caso haja interposição de recursos e/ou pedido de impugnações, os créditos têm a sua exigibilidade suspensa, não podendo ser reconhecidos como ativos, uma vez que não há garantias de fruição de benefícios econômicos. Dessa maneira, tais créditos passam a ser registrados em contas de controle e mencionados nas notas explicativas às demonstrações contábeis da União. Caso contrário, ou seja, na ausência de recursos e/ou impugnações, tem-se a constituição definitiva do crédito tributário. Tais créditos são segregados nas classificações de devedores e parcelados, esses últimos quando houvesse um pedido de parcelamento.

Logo após o reconhecimento do crédito tributário, são iniciadas as atividades relacionadas à cobrança administrativa. Durante essa fase, há novamente verificações acerca de:

(a) pedidos de parcelamento; (b) interposição de recursos e/ou pedido de impugnações; e (c) extinção do crédito, segregando-se o pagamento das demais modalidades de extinção. Nessa fase, é necessário um especial destaque em relação a:

i) se houver interposição de recursos e/ou pedido de impugnações, ocorrerá o desreconhecimento do crédito anteriormente constituído;
ii) quando houver decisão favorável à União, dos recursos e/ou impugnações anteriormente apresentados, ocorrerá o reconhecimento do crédito tributário.

Se houver resultado positivo da cobrança administrativa, ou seja, se houver pagamento por parte do devedor, ocorrerá o registro da arrecadação e o crédito será baixado. Se não houver sucesso na cobrança administrativa, passam a serem observadas as seguintes regras: i) os créditos com valores superiores a R$ 1.000,00 (mil reais) são encaminhados para que sejam inscritos na dívida ativa; e ii) os créditos com valores inferiores ao valor supracitado permanecem na cobrança administrativa da RFB, reiniciando-se essa fase para tais créditos.

Quanto ao ajuste para perdas, durante as discussões realizadas no Grupo de Trabalho, ficou evidente a forte ligação entre os créditos a receber administrados pela RFB e os administrados pela PGFN. Entretanto, também foi destacada a existência de algumas dissimilaridades entre esses créditos.

A primeira dissimilaridade se refere à classificação dos créditos tributários. Na RFB, os créditos são segregados em quatro grandes categorias: i) devedor; ii) exigibilidade suspensa (processo administrativo); iii) exigibilidade suspensa (processo judicial); e iv) parcelado. Na PGFN, os créditos são segregados em parcelados, garantidos, suspensos por decisão judicial ou em nenhuma dessas três condições.

A segunda dissimilaridade, com influência na diferença entre as classificações da RFB e da PGFN, refere-se aos procedimentos realizados pela RFB que possuem natureza distinta dos realizados pela PGFN. Por exemplo, a RFB não realiza a cobrança judicial, que é de responsabilidade da PGFN.

Como não atendem ao critério de reconhecimento como ativos, conforme já mencionado, os créditos com exigibilidade suspensa decorrentes de contencioso administrativo ou judicial passam a não ser considerados no cálculo de ajustes para perdas do crédito tributário.

Os créditos parcelados também devem ser desconsiderados no referido cálculo, todavia, por razões distintas daqueles classificados como exigibilidade suspensa, ou seja, devido ao fato de serem considerados como totalmente recuperáveis, isto é, por haver um compromisso firme de pagamento por parte dos contribuintes, o que garantiria a fruição de benefícios econômicos. No caso de inadimplência, esses créditos são reclassificados para a condição de "devedor".

Desse modo, apenas os créditos classificados no grupo de devedores foram considerados aptos a compor a base de cálculo para o ajuste para perdas. Entretanto, tal classificação possui uma característica especial que é a segregação dos valores em até ou acima de R$ 1.000,00 (mil reais). Essa subdivisão é relevante no macroprocesso do crédito tributário, pois somente os valores acima do limite citado são encaminhados para inscrição em dívida ativa, em face de portaria do Ministério da Fazenda.

Considerando que o crédito devedor acima de R$ 1.000,00 (mil reais) é o único com potencial para ser inscrito em dívida ativa, seria adequada a utilização da mesma metodologia de ajuste para perdas, em uso pela PGFN para os créditos inscritos em dívida ativa. Porém, conforme já foi descrito, as classificações utilizadas pela RFB e pela PGFN não são compatíveis.

A utilização da mesma metodologia para ambos os créditos (devedores acima de R$ 1.000,00 e dívida ativa) somente será possível quando houver a definição de novos critérios de recuperabilidade da dívida ativa, cujos estudos estão em andamento na PGFN. Primeiro, pois, somente após a identificação do nível de recuperabilidade dos créditos em dívida ativa, será possível a definição dos critérios para reconhecimento dos referidos créditos como ativos, de modo similar ao feito com os créditos sobre a gestão da RFB. Segundo, após a definição dos critérios para reconhecimento da dívida ativa, enquanto ativo, é que será possível identificar a relação custo-benefício de obtenção das informações nos sistemas e procedimentos da RFB, visando a adequação à metodologia utilizada para a dívida ativa.

Como solução temporária para a questão acima apresentada e enquanto não tiver sido realizada a revisão da metodologia utilizada pela PGFN, optou-se pela utilização do mesmo percentual aplicado aos créditos inscritos em dívida ativa, para o cálculo de ajustes para perdas dos créditos classificados como devedores e que possuem valor acima de R$ 1.000,00 (mil reais). Após a revisão da metodologia utilizada pela PGFN, far-se-á necessária a revisão do critério aqui proposto.

Para os créditos classificados como devedores e cujo montante importa em até R$ 1.000,00, foi verificado que aplicação do critério anteriormente apresentado não seria adequada. Tais créditos não são enviados para a inscrição em dívida ativa, ou seja, sua extinção ocorre no âmbito da RFB. Não sendo adequada a aplicação de um crédito que não percorrerá as etapas do macroprocesso do crédito tributário na PGFN, optou-se pela definição de um critério baseado no histórico de recuperabilidade desses créditos. A ideia é verificar, nos registros da RFB, a taxa de sucesso, isto é, a recuperabilidade efetiva dos créditos devedores em até R$ 1.000,00 (mil reais) e estabelecer o ajuste para perdas a partir da taxa de insucesso, isto é, 1 – taxa de sucesso.

Portanto, em resumo, como resultado do GT, foram aprovados os seguintes encaminhamentos em relação à contabilização dos créditos tributários na RFB e respectivo ajuste para perdas:

i) desreconhecimento no ativo dos créditos com exigibilidade suspensa em virtude de processos administrativos ou judiciais, com manutenção dos seus registros em contas de controle e menção em notas explicativas às demonstrações contábeis constantes do Balanço-Geral da União;
ii) manutenção no ativo dos créditos nas situações "parcelado" e "devedor";
iii) aplicação do mesmo percentual do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa para os créditos na situação de "devedor", cujos valores estejam acima de R$ 1.000,00 (mil reais); e
iv) aplicação da metodologia da taxa de insucesso para o cálculo do ajuste para perdas dos créditos na situação de "devedor", cujos valores estejam abaixo de R$ 1.000,00 (mil reais).

Cabe mencionar que os encaminhamentos acima já foram operacionalizados.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

A PGFN apresentou manifestação por meio do Parecer PGFN/CDA nº. 798/2015, transcrito a seguir:

"(...)
6. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) constituíram, pela Portaria nº 310, de 04 de abril de 2014, grupo de trabalho com a finalidade de desenvolver estudos e apresentar soluções relacionadas à contabilização dos créditos tributários e não tributários da Dívida Ativa, administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
7. A necessidade desse estudo foi detectada no Acórdão nº 1.338/2014 do Tribunal de Contas da União que apreciou a Prestação de Contas da Presidência da República no ano de 2013 (PCPR-2013).
(...)
9. A rigor, a formulação de um conceito de perda para os créditos públicos, inscritos em Dívida Ativa da União, exige a compreensão das normas legais que regem a execução judicial ou extrajudicial desses créditos, de modo a se evitar concepções erradas a respeito da eficiência das execuções fiscais.
10. Nesse sentido, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no ano de 2014, imprimiu esforços para construir uma metodologia a ser aplicada nas contas prestadas, que seja capaz de refletir as reais perdas ocorridas em determinado período no âmbito da Dívida Ativa da União.
11. Com efeito, à primeira vista, pode parecer factível que o cálculo do índice de perda do crédito público seja apurado com a singela divisão aritmética do valor não arrecadado sobre o montante da dívida inscrita.
12. Entretanto, essa divisão aritmética, por não considerar as normas que regem o crédito público, tampouco as variáveis jurídicas existentes na execução da Dívida Ativa da União, mostra-se incapaz de retratar um índice confiável de perdas, no âmbito da Dívida Ativa da União.
(...)
23. Diante dessas peculiaridades, é imperioso que o conceito de perda deva ser construído em bases que não sejam afetadas com legislações que suspendam a exigibilidade de cobrança do crédito público, para o alcance de índices confiáveis de perdas ocorridas.
(...)
27. Nesse sentido, destaco que foi inserido entre os projetos contemplados no Plano de Modernização Integrado do Ministério da Fazenda (PMIMF), no projeto de aprimoramento da cobrança indireta, a classificação do estoque da Dívida Ativa da União. Tal estudo está com suas atividades em curso e tem por objetivo a identificação, através de critérios técnicos, do estoque irrecuperável da DAU.
(...)
30. Atualmente, o progresso no estudo do tema recuperabilidade nos mostra não ser possível formular esse conceito antes do término do estudo de classificação do estoque da Dívida Ativa da União.
(...)
32. Ante o exposto, é forçoso reconhecer que os embrionários estudos sobre a classificação da Dívida Ativa não nos permite formular, neste momento, um conceito de recuperabilidade dos créditos oriundos da Dívida Ativa da União, pois tal conceito carece da conclusão dos estudos referidos e que ainda não foram finalizados.
33. Todavia, é possível afirmar que o índice de recuperabilidade dos créditos inscritos em DAU levará em consideração dois fatores primordiais:

a) índice de perdas (demonstrado no item anterior) e b) estoque irrecuperável (a ser estabelecido pelo estudo de Classificação).
34. Dessa forma, temos que a conjugação dessas duas variantes levarão a uma conclusão mais segura de qual seja o índice de recuperabilidade da Dívida Ativa da União.
(...)
36. Conforme exposto alhures, a definição do índice de recuperabilidade da DAU necessita dos dados que serão elaborados pelo Grupo de Trabalho de classificação do crédito e tal grupo possui um cronograma cujo termo de encerramento do projeto está definido para a data de 29 de junho de 2017, estando previstas entregas parciais durante o curso dos trabalhos, conforme cronograma anexo.
37. Da análise do cronograma, é razoável concluir que até o final do ano de 2015 seja possível estabelecer-se critérios técnicos de irrecuperabilidade, que poderá influenciar diretamente no conceito de perda, já estabelecido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
38. Na presente data, o grupo responsável pelo projeto realizou as diversas etapas, dentre as quais a identificação de variáveis aplicáveis à classificação da dívida ativa da União e verificação de estudos de objeto semelhante em outros órgãos públicos, para realização de benchmarking do tema.
39. Atualmente, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional está em tratativas para que seja firmado ato de cooperação com outros órgãos que possuam em seu corpo funcional especialistas em estatística, tendo em vista que se mostrou indispensável a análise técnica das variáveis selecionadas, a fim de que possa de fato ser estabelecida a metodologia de verificação dos créditos irrecuperáveis."

XV. à Secretaria do Patrimônio da União que aprimore a metodologia de cálculo e registro da depreciação acumulada de bens móveis e imóveis, de forma a melhor refletir a realidade patrimonial dos bens da União (item 5.3.1.8).

Vale lembrar que a demanda para que os imóveis de uso especial passassem a computar a depreciação está consignada no âmbito do Acórdão TCU n° 1338/2014-TCU-PLENARIO, a partir do qual STN e SPU compuseram Grupo de Trabalho para definir uma metodologia padrão, bem como para deliberar quanto às ações de sua aplicação aos sistemas SPIUnet e Siafi. Como resultado desse GT, foi publicada a Portaria Conjunta STN/SPU n° 703, de 10 de dezembro de 2014, mais tarde republicada como Portaria conjunta STN-SPU n° 03, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias, e fundações públicas federais. No que se refere à implementação de tais metodologias nos sistemas informatizados, a portaria definiu o prazo de dezembro de 2016, conforme Art. 8o, item II, subitem "a".

Nesse contexto, a SPU vem conduzindo o desenvolvimento e unificação de seus sistemas, por meio do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União (PMGPU), em cujo escopo estão contempladas as funcionalidades para tratamento da depreciação. O prazo consignado na portaria conjunta vem sendo monitorado a fim de garantir que as ações sejam executadas no prazo determinado.

XVI. à Caixa Econômica Federal que inclua, no documento de formalização da política de distribuição de resultados da instituição, informações sobre a hipótese de dispensa de recolhimento de dividendos da entidade em favor do Programa Minha Casa Melhor, prevista no art. 3º da Lei 12.868/2013 (item 5.4.4).

Visando atender à recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, foi incluído item específico na Política de Gerenciamento de Capital e Distribuição de Resultado da CAIXA, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração da Caixa em 17/12/2015 (Ata 383, Resolução 268/2015).

XVII. à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria do Patrimônio da União que aperfeiçoem os mecanismos de controle, incluindo as atualizações tecnológicas necessárias, para minimizar as divergências entre os saldos de bens imóveis registrados nos sistemas Spiunet e Siafi (item 5.6.1).

Secretaria do Tesouro Nacional

A CCONT tem participado da discussão do projeto de atualização do SPIUNet, conduzido pela SPU, no entanto, como são alterações em sistemas informatizados, a previsão de conclusão é ao final do exercício de 2016.

Secretaria do Patrimônio da União

Em relação ao item XVII, não obstante as ações de redesenvolvimento citadas na resposta ao item XV, foram procedidas diversas implementações no atual SPIUnet, sistema em produção no Serpro, bem como foram criados novos mecanismos de acompanhamento, que têm por objetivo minimizar as divergências de valores com o Siafi. Dentre estas ações destacamos:

- Implementação de rotina automatizada de comparação entre as bases SPIUnet e Siafi: SPU e STN estabeleceram fluxo para compartilhamento mensal de suas bases, o que possibilitou o desenvolvimento de uma rotina semiautomatizada que compara os valores, RIP a RIP, a fim de identificar inconsistências. Essa comparação tem sido realizada tempestivamente e os resultados estão armazenados no Painel de Indicadores da SPU para consulta a qualquer tempo, servindo assim como mecanismo para tratamento dos casos de divergência junto às UG's, ao Siafi e ao Serpro;

- Implementação de rotina de tratamento automático de pendências Siafi no SPIUnet: Esta implementação consistiu na construção de um robô de monitoramento de pendências Siafi no SPIUnet para reenvio automático em caso de falha de comunicação dos sistemas. Pelo mecanismo anterior, a falha era identificada, mas aguardava ação do usuário para reenvio dos dados ao Siafi. Com o novo mecanismo, o próprio sistema faz o reenvio, tão logo a comunicação seja restabelecida, o que reduz significamente o quantitativo de registros pendentes;

- Implementação de log de contabilização no SPIUnet: O processo de contabilização com o Siafi foi segmentado de forma a permitir um melhor monitoramento. Os passos definidos para o processo são: Validação Prévia de Informações no SPIUnet; Atualização da Informação no Siafi com geração da respectiva NL; e Atualização das informações no SPIUnet a partir da confirmação de contabilização do Siafi. Cada uma dessas etapas passou a ser "logada" de forma a facilitar a identificação de casos de divergência de valores devido a falhas nos middlewares de comunicação entre os sistemas, subsidiando assim a deliberação de medidas junto ao Serpro.

- Rotina conjunta de acompanhamento do fechamento do balanço anual: Essa rotina consiste de processo de monitoramento conjunto SPU/STN por ocasião do fechamento do BGU a cada fim de ano. É efetuado o acompanhamento das contabilizações pelas UG's pelas equipes da SPU e da STN, a fim de corrigir rapidamente eventuais inconsistências. Como resultado dessa medida, sem prejuízo das demais supramencionadas, em 2015 tivemos apenas inconsistências relacionadas a imóveis localizados no exterior, cujos valores de avaliação têm sido registrados em diferentes moedas (dólar e real).

Ressaltamos que o tratamento informatizado para este último caso, ou seja, a contabilização de valores em moedas distintas, também já está demandado ao Serpro. Todavia, em função de implementações emergenciais decorrentes da publicação das Leis 13.139/2015 e 13.240/2015, seu cronograma necessitou ser replanejado, devendo ser implementado somente por ocasião do lançamento do novo sistema.

ANEXOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS OFSS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	**1.197.994.305.093,29**	**1.016.575.519.213,34**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**1.013.881.045.822,43**	**839.350.850.328,64**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**817.495.279.727,77**	**553.479.750.032,66**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**14.779.353.958,95**	**11.922.851.290,83**
Créditos a Curto Prazo	**90.932.644.552,02**	**242.583.912.494,38**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**805.814.513.275,56**	**687.331.321.777,86**
Créditos Tributários a Receber	175.866.159.381,18	165.512.153.806,65	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**4.671.428.158,42**	**2.918.721.252,45**
Clientes	16.483.010,19	25.624.306,21	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**530.523,40**	**552.753,69**
Créditos de Transferências a Receber	30.000,00	-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**234.604.692,94**	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	69.486.527.204,73	80.935.911.149,34	**Provisões de Curto Prazo**	**49.950.319.065,05**	**7.525.305.118,83**
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**138.430.296.148,11**	**129.652.098.134,98**
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-154.436.555.044,08	-3.889.776.767,82			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**274.174.816.206,20**	**206.194.136.207,06**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**			
Estoques	**15.385.542.651,51**	**14.314.665.663,45**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**6.021.955,79**	**3.054.815,79**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**2.189.431.295.267,74**	**3.090.660.407.428,85**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**4.691.706.472.281,78**	**4.007.992.940.017,68**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**1.501.893.672.206,32**	**2.453.637.162.468,45**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**954.445.760,77**	**1.076.908.398,49**
Créditos a Longo Prazo	1.481.064.866.198,42	2.413.690.383.594,71	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**3.298.700.720.625,35**	**2.753.502.717.699,91**
Créditos Tributários a Receber	131.317.544.585,78	1.100.593.533.177,14	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**6.677.228,95**	**6.677.228,95**
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.278.728.012.694,84	1.173.357.932.451,05	**Provisões de Longo Prazo**	**1.340.715.303.034,41**	**1.208.428.653.500,77**
Dívida Ativa Tributária	1.586.753.841.337,57	1.400.269.520.905,59	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**51.329.325.632,30**	**44.977.983.189,56**
Dívida Ativa Não Tributária	71.251,23	16.679,42	**Resultado Diferido**	**-**	**-**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-1.515.734.603.671,00	-1.260.530.619.618,49	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**5.705.587.518.104,21**	**4.847.343.790.346,32**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	20.405.401.943,45	39.225.928.214,70	-		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	402.048.631,00	720.850.659,04	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Estoques	21.355.433,45	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**20.873.373.442,64**	**-**
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
Investimentos	**292.726.747.620,17**	**298.094.735.255,59**	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
Participações Permanentes	292.726.546.913,52	298.094.534.548,94	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**983.044,11**	**-**
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	286.387.316.379,87	292.075.585.119,11	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	6.339.230.533,65	6.018.949.429,83	**Demais Reservas**	**6.122.231.889,49**	**54.722.512,61**
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-	**Resultados Acumulados**	**-2.345.158.506.119,42**	**-740.162.586.216,74**
Propriedades para Investimento	18.079,15	18.079,15	Resultado do Exercício	-319.638.683.385,20	0,08
Propriedades para Investimento	18.079,15	18.079,15	Resultados de Exercícios Anteriores	-736.312.697.133,74	-740.162.586.216,82
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.289.207.125.600,48	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**-2.318.161.917.743,18**	**-740.107.863.704,13**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	182.627,50	182.627,50			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	182.627,50	182.627,50			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	**392.423.778.801,26**	**337.281.993.519,61**			
Bens Móveis	63.426.691.927,67	55.719.096.985,23			
Bens Móveis	71.620.635.398,50	62.281.414.218,28			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-7.967.118.892,87	-6.562.317.233,05			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-226.824.577,96	-			
Bens Imóveis	328.997.086.873,59	281.562.896.534,38			
Bens Imóveis	329.214.717.928,61	281.889.068.083,91			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-217.631.055,02	-326.171.549,53			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**2.387.096.639,99**	**1.646.516.185,20**			
Softwares	1.890.897.514,24	1.458.509.270,98			
Softwares	2.011.365.096,99	1.500.099.491,31			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-119.440.408,30	-41.590.220,33			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-1.027.174,45	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	496.115.934,45	187.924.127,92			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	497.165.031,85	187.924.127,92			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-1.049.097,40	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	83.191,30	82.786,30			
Direitos de Uso de Imóveis	83.191,30	82.786,30			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**3.387.425.600.361,03**	**4.107.235.926.642,19**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**3.387.425.600.361,03**	**4.107.235.926.642,19**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	**890.067.164.660,70**	**848.363.898.045,58**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**201.675.565.796,96**	**716.125.854.439,67**
ATIVO PERMANENTE	**2.497.358.435.700,33**	**3.258.872.028.596,61**	**PASSIVO PERMANENTE**	**5.576.670.325.606,78**	**4.252.228.112.943,80**
SALDO PATRIMONIAL	**2.390.920.291.042,71**	**861.118.040.741,28**	**SALDO PATRIMONIAL**		**-**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**304.309.826.171,21**	**206.156.789.054,26**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**377.287.670.853,81**	**294.950.911.336,50**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	**2015**	**2014**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	304.309.826.171,21	206.156.789.054,26	Execução dos Atos Potenciais Passivos	377.287.670.853,81	294.950.911.336,50
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	265.316.474.653,57	189.188.060.516,43	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	260.156.789.672,31	189.793.553.664,26
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	2.411.950.801,96	2.004.539.117,18	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	44.650.625.310,59	47.143.416.713,94
Direitos Contratuais a Executar	36.581.400.715,68	14.964.189.420,65	Obrigações Contratuais a Executar	72.480.255.870,91	58.013.940.958,30
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**304.309.826.171,21**	**206.156.789.054,26**	**TOTAL**	**377.287.670.853,81**	**294.950.911.336,50**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**108.761.727.643,60**
Recursos Vinculados	**579.629.871.220,14**
Educação	18.140.721.331,01
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-3.928.161.881,40
Operação de Crédito	510.527.978.263,15
Alienação de Bens e Direitos	43.667.899,90
Transferências Constitucionais e Legais	2.831.579.127,09
Previdência Social (RGPS)	-2.152.132.413,80
Doações	109.611.264,90
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	34.473.646.972,21
Outros Recursos Vinculados a Fundos	21.256.392.061,33
Demais Recursos	-1.673.431.404,25
TOTAL	**688.391.598.863,74**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	**1.490.326.889.959,72**	**1.307.152.022.751,21**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**1.165.378.545.955,34**	**975.801.141.117,43**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**982.535.971.633,76**	**702.344.763.951,27**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**43.293.103.832,91**	**39.225.825.717,00**
Créditos a Curto Prazo	**112.103.169.994,31**	**262.548.545.107,49**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**808.110.401.448,72**	**689.651.646.649,21**
Créditos Tributários a Receber	175.976.633.754,20	165.614.468.272,34	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**15.267.196.069,97**	**9.301.638.982,17**
Clientes	1.136.518.857,80	956.616.351,61	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**210.798.039,66**	**434.469.549,22**
Créditos de Transferências a Receber	30.000,00	-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**235.059.326,50**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	90.494.940.048,38	100.825.392.624,68	**Provisões de Curto Prazo**	**53.194.350.148,20**	**10.358.328.233,52**
Dívida Ativa Tributária	5.982.690,02	5.982.690,02	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**245.067.637.089,38**	**226.829.231.986,31**
Dívida Ativa Não Tributária	9.459.505,51	3.089.699,61			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-155.520.394.861,60	-4.857.004.530,77			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**370.862.965.267,73**	**319.669.129.203,41**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**3.205.632.294,35**	**2.534.147.801,82**			
Estoques	**21.607.523.763,56**	**20.046.539.639,40**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**11.627.006,01**	**8.897.047,82**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**3.050.266.771.455,27**	**3.875.759.482.553,16**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**4.789.143.712.216,89**	**4.089.014.454.364,16**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**1.926.439.102.980,09**	**2.817.212.685.099,71**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**1.521.815.662,97**	**1.564.465.763,82**
Créditos a Longo Prazo	1.879.568.071.236,48	2.758.304.331.774,88	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**3.338.000.727.483,90**	**2.788.232.243.367,13**
Créditos Tributários a Receber	131.319.987.717,49	1.101.007.636.346,45	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**98.287.347,52**	**99.386.851,51**
Clientes	13.852.298,81	25.803.418,41	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**103.433.645,43**	**103.057.932,25**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.664.554.465.635,69	1.506.618.086.482,93	**Provisões de Longo Prazo**	**1.382.019.510.388,47**	**1.241.136.500.415,57**
Dívida Ativa Tributária	1.587.510.182.590,81	1.400.987.258.432,97	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**67.237.751.206,00**	**54.193.093.164,69**
Dívida Ativa Não Tributária	56.085.313.299,89	48.506.659.396,37	**Resultado Diferido**	**162.186.482,60**	**3.685.706.869,19**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-1.559.915.730.306,21	-1.298.841.112.302,25	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**5.954.522.258.172,23**	**5.064.815.595.481,59**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	38.819.408.243,27	51.516.773.449,36	-		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	8.029.718.786,52	7.391.579.875,47	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Estoques	21.904.148,00	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**41.918.893.770,54**	**20.519.486.344,38**
VPDs Pagas Antecipadamente	565,82	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**1.797.094.118,84**
Investimentos	**297.670.942.585,37**	**307.615.443.146,07**	**Reservas de Capital**	**300.525.672,21**	**300.579.889,51**
Participações Permanentes	296.028.193.303,14	306.835.503.720,08	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**230.137.999,10**	**269.694.429,62**
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	289.624.779.078,39	300.751.984.172,18	**Reservas de Lucros**	**180.678.476,00**	**283.707.783,02**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	6.413.693.118,78	6.093.776.943,86	**Demais Reservas**	**7.366.373.692,18**	**528.475.051,14**
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-10.278.894,03	-10.257.395,96	**Resultados Acumulados**	**-1.463.148.321.806,08**	**95.173.756.767,46**
Propriedades para Investimento	40.353.802,04	43.009.266,38	Resultado do Exercício	-244.140.850.018,38	0,09
Propriedades para Investimento	44.866.635,31	43.009.266,38	Resultados de Exercícios Anteriores	99.100.459.614,82	95.173.756.767,37
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-4.477.991,78	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.318.107.931.402,52	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-34.841,49	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-776.884.561,19**	**-776.884.561,19**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**-1.413.928.596.757,24**	**118.095.909.822,78**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	1.602.395.480,19	736.930.159,61			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	- ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	1.602.395.480,19	736.965.001,10			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-34.841,49			
Imobilizado	**822.984.509.720,82**	**748.662.770.722,04**			
Bens Móveis	82.705.653.739,19	74.077.645.520,60			
Bens Móveis	96.100.725.706,66	84.772.679.957,36			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-13.056.101.701,25	-10.695.034.436,76			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-338.970.266,22	-			
Bens Imóveis	740.278.855.981,63	674.585.125.201,44			
Bens Imóveis	742.399.765.392,51	676.562.931.797,95			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.120.909.410,88	-1.977.806.596,51			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**3.161.233.096,71**	**2.257.600.513,06**			
Softwares	2.415.373.411,22	1.790.602.277,42			
Softwares	2.636.225.730,52	1.942.461.883,60			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-219.825.144,85	-151.859.606,18			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-1.027.174,45	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	741.883.928,36	463.722.840,01			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	788.678.638,04	463.722.840,01			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-46.794.709,68	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	3.975.757,13	3.275.395,63			
Direitos de Uso de Imóveis	3.975.757,13	3.275.395,63			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**10.983.072,28**	**10.983.072,28**			
Diferido	255.028.533,21	255.028.533,21			
(-) Amortização Acumulada	-244.045.460,93	-244.045.460,93			
TOTAL DO ATIVO	**4.540.593.661.414,99**	**5.182.911.505.304,37**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**4.540.593.661.414,99**	**5.182.911.505.304,37**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	**1.078.402.634.915,01**	**1.158.238.567.503,81**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**324.330.037.977,66**	**948.007.744.925,61**
ATIVO PERMANENTE	**3.462.191.026.499,98**	**4.024.672.937.800,56**	**PASSIVO PERMANENTE**	**5.769.863.046.414,42**	**4.301.612.470.196,65**
SALDO PATRIMONIAL	**1.553.599.422.977,09**	**66.708.709.817,89**	**SALDO PATRIMONIAL**		**-**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**354.748.486.667,03**	**301.376.423.879,87**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**601.709.549.814,45**	**437.919.596.498,85**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
Execução dos Atos Potenciais Ativos	354.748.486.667,03	301.376.423.879,87	Execução dos Atos Potenciais Passivos	601.709.549.814,45	437.919.596.498,85
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	302.065.181.877,35	225.417.974.847,84	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	305.490.245.439,40	223.596.424.042,07
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	13.599.108.763,45	10.696.655.683,44	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	72.366.396.934,18	75.208.160.615,76
Direitos Contratuais a Executar	39.084.196.026,23	65.261.793.348,59	Obrigações Contratuais a Executar	159.759.266.717,85	139.115.011.841,02
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	64.093.640.723,02	-
TOTAL	**354.748.486.667,03**	**301.376.423.879,87**	**TOTAL**	**601.709.549.814,45**	**437.919.596.498,85**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**85.455.509.170,34**
Recursos Vinculados	**668.617.087.767,01**
Educação	3.463.484.097,60
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-12.254.208.423,65
Operação de Crédito	499.054.349.747,50
Alienação de Bens e Direitos	42.710.712,90
Transferências Constitucionais e Legais	1.048.044.404,78
Previdência Social (RGPS)	-16.151.010.387,17
Doações	66.589.556,80
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	164.449.263.641,60
Outros Recursos Vinculados a Fundos	19.646.129.855,54
Demais Recursos	9.251.734.561,11
TOTAL	**754.072.596.937,35**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	**64.925.242.649,15**	**74.186.459.728,09**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**10.136.752.807,71**	**18.103.591.457,43**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**17.031.617.608,30**	**16.994.180.050,74**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**1.954.472.071,85**	**1.882.224.998,81**
Créditos a Curto Prazo	**665.229.733,04**	**637.048.082,06**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**341.250,26**	**155.000,00**
Créditos Tributários a Receber	108.147.488,46	99.987.581,13	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**5.594.150.475,56**	**2.786.552.661,71**
Clientes	380.075.107,87	376.292.599,74	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**1.393.831,85**	**1.878.452,67**
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**454.633,56**	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	161.671.368,16	151.788.741,57	**Provisões de Curto Prazo**	**257.549,72**	**1.255.531,13**
Dívida Ativa Tributária	5.982.690,02	5.982.690,02	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**2.585.682.994,91**	**13.431.524.813,11**
Dívida Ativa Não Tributária	9.455.956,53	3.089.118,03			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-102.878,00	-92.648,43			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**44.167.315.453,58**	**53.496.411.627,13**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**2.538.628.289,68**	**2.538.628.304,65**			
Estoques	**518.493.572,56**	**518.307.718,11**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**3.957.991,99**	**1.883.945,40**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**371.056.558.397,84**	**350.128.102.849,03**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**39.301.983.682,10**	**34.784.248.730,02**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**74.079.761.284,06**	**61.272.697.756,74**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**161.989.256,85**	**154.145.732,41**
Créditos a Longo Prazo	64.146.234.611,29	52.456.384.088,31	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**39.058.427.522,78**	**34.548.668.364,41**
Créditos Tributários a Receber	2.443.131,71	414.103.169,31	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**80.409.888,16**	**80.410.527,43**
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	50.973.237.661,72	40.148.561.854,30	**Provisões de Longo Prazo**	**40.544,00**	-
Dívida Ativa Tributária	756.341.253,24	717.737.527,38	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**1.116.470,31**	**1.024.105,77**
Dívida Ativa Não Tributária	50.481.489.301,97	48.422.463.774,90	**Resultado Diferido**	**-**	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-38.067.276.737,35	-37.246.482.237,58	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**49.438.736.489,81**	**52.887.840.187,45**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	9.485.329.255,52	8.368.367.140,89	-		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	447.648.136,88	447.946.527,54	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Estoques	548.714,55	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**-**	-
VPDs Pagas Antecipadamente	565,82	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**3.823,41**
Investimentos	**1.066.171.597,64**	**404.307.225,73**	**Reservas de Capital**	**4.408.852,63**	**4.463.069,93**
Participações Permanentes	1.066.095.175,38	404.230.803,47	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**181.375,85**	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1.065.160.515,92	403.283.866,30	**Reservas de Lucros**	**-**	**0,80**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	934.659,46	946.937,17	**Demais Reservas**	**818.730.264,36**	**186.421.927,29**
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-	**Resultados Acumulados**	**385.719.744.064,34**	**371.235.833.568,24**
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado do Exercício	16.875.783.837,02	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	371.144.059.553,09	371.235.833.568,24
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.300.099.325,77	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**386.543.064.557,18**	**371.426.722.389,67**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	76.422,26	76.422,26			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	76.422,26	76.422,26			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	**295.523.083.613,14**	**288.158.102.897,57**			
Bens Móveis	10.888.374.728,00	10.407.789.727,33			
Bens Móveis	12.936.693.553,45	11.905.053.472,69			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-2.047.565.026,84	-1.497.263.745,36			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-753.798,61	-			
Bens Imóveis	284.634.708.885,14	277.750.313.170,24			
Bens Imóveis	284.696.202.409,05	277.802.960.098,40			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-61.493.523,91	-52.646.928,16			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**387.541.903,00**	**292.994.968,99**			
Softwares	374.776.458,81	279.283.900,45			
Softwares	420.635.688,63	308.438.909,09			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-45.859.229,82	-29.155.008,64			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	12.708.427,19	13.654.051,54			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	12.717.903,88	13.654.051,54			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-9.476,69	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	57.017,00	57.017,00			
Direitos de Uso de Imóveis	57.017,00	57.017,00			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**435.981.801.046,99**	**424.314.562.577,12**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**435.981.801.046,99**	**424.314.562.577,12**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
ATIVO FINANCEIRO	**17.650.576.868,78**	**95.545.107.250,34**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**45.713.284.746,47**	**116.608.842.429,01**
ATIVO PERMANENTE	**418.331.224.178,21**	**328.769.455.326,78**	**PASSIVO PERMANENTE**	**40.321.212.775,02**	**-29.759.251.631,77**
SALDO PATRIMONIAL		**-**	**SALDO PATRIMONIAL**	**349.947.303.525,50**	**337.464.971.779,88**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	**2015**	**2014**
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**40.858.110.037,01**	**39.137.599.537,96**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**80.537.206.868,40**	**74.491.714.578,20**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	**2015**	**2014**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	40.858.110.037,01	39.137.599.537,96	Execução dos Atos Potenciais Passivos	80.537.206.868,40	74.491.714.578,20
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	35.431.032.051,01	35.059.998.070,78	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	7.178,66	7.178,66
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	4.817.984.078,32	3.415.020.378,77	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	13.260.270.688,61	12.709.260.814,20
Direitos Contratuais a Executar	609.093.907,68	662.581.088,41	Obrigações Contratuais a Executar	67.276.929.001,13	61.782.446.585,34
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**40.858.110.037,01**	**39.137.599.537,96**	**TOTAL**	**80.537.206.868,40**	**74.491.714.578,20**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-18.419.062.798,95**
Recursos Vinculados	**-9.643.645.078,74**
Educação	-13.748.925.524,90
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-1.854.468.431,78
Operação de Crédito	-548.277.058,98
Transferências Constitucionais e Legais	-1.407.231.424,76
Previdência Social (RGPS)	35.878.578,16
Doações	-1.702.702,23
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.606.312.860,67
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-718.761.409,61
Demais Recursos	-6.469.965,31
TOTAL	**-28.062.707.877,69**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
ATIVO CIRCULANTE	**15.010.814.319,59**	**15.131.773.264,00**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.914.468.349,29**	**2.789.117.492,75**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.634.231.961,69**	**1.578.847.084,06**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**130.879.550,23**	**142.533.760,83**
Créditos a Curto Prazo	**819.869,90**	**2.612.969,66**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**3.879,00**	-
Créditos Tributários a Receber	486.451,72	486.451,72	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**809.518.859,36**	**313.483.390,07**
Clientes	331.368,31	2.125.936,36	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**498.264,86**	**2.142.287,01**
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	**Provisões de Curto Prazo**	**82.393.126,40**	**79.344.834,59**
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**1.891.174.669,44**	**2.251.613.220,25**
Dívida Ativa Não Tributária	3.548,98	581,58			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-1.499,11	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**10.307.395.480,65**	**11.228.758.514,48**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**8.915,08**	**8.915,08**			
Estoques	**3.068.305.614,08**	**2.321.539.625,63**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**52.478,19**	**6.155,09**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**108.655.218.637,06**	**99.193.576.879,28**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**20.309.165,29**	**30.678.669,35**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**27.854.845,71**	**24.776.485,47**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**10.994.916,31**	**11.338.656,16**
Créditos a Longo Prazo	23.262.567,31	20.528.036,56	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	-	**8.922.065,29**
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**9.202.751,69**	**10.301.616,41**
Clientes	99.609,18	-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	**Provisões de Longo Prazo**	-	-
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**111.497,29**	**116.331,49**
Dívida Ativa Não Tributária	24.224.832,28	21.375.083,06	**Resultado Diferido**	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-1.061.874,15	-847.046,50	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**2.934.777.514,58**	**2.819.796.162,10**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.510.066,45	4.166.236,96	-		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	82.211,95	82.211,95	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Estoques		-	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
Investimentos	**950.133,66**	**778.991,34**	**Reservas de Capital**	**15.250.729,53**	**15.250.729,53**
Participações Permanentes	852.062,94	680.903,77	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**4.785.533,39**	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	838.267,73	659.256,62	**Reservas de Lucros**	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	13.795,21	21.647,15	**Demais Reservas**	**255.832.975,44**	**47.274.477,11**
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-	**Resultados Acumulados**	**120.455.386.203,71**	**111.443.028.774,54**
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado do Exercício	8.919.913.452,50	0,01
Propriedades para Investimento	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	111.499.479.593,47	111.443.028.774,53
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	35.993.157,74	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**120.731.255.442,07**	**111.505.553.981,18**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	98.070,72	98.087,57			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	- ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	98.070,72	98.087,57			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	**108.523.301.029,96**	**99.098.373.664,52**			
Bens Móveis	4.998.823.259,07	4.869.556.382,34			
Bens Móveis	5.952.067.185,95	5.437.226.079,19			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-842.447.040,40	-567.669.696,85			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-110.796.886,48	-			
Bens Imóveis	103.524.477.770,89	94.228.817.282,18			
Bens Imóveis	103.544.960.135,58	94.250.316.135,95			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-20.482.364,69	-21.498.853,77			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**103.112.627,73**	**69.647.737,95**			
Softwares	74.556.685,57	39.623.704,05			
Softwares	78.235.788,56	41.276.484,12			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.679.102,99	-1.652.780,07			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	28.555.942,16	30.024.033,90			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	28.560.080,95	30.024.033,90			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-4.138,79	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**123.666.032.956,65**	**114.325.350.143,28**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**123.666.032.956,65**	**114.325.350.143,28**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
ATIVO FINANCEIRO	**1.892.971.556,29**	**10.264.028.640,78**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**8.707.701.337,20**	**16.862.319.996,08**
ATIVO PERMANENTE	**121.773.061.400,36**	**104.061.321.502,50**	**PASSIVO PERMANENTE**	**316.467.810,02**	**-7.513.560.215,73**
SALDO PATRIMONIAL		**-**	**SALDO PATRIMONIAL**	**114.641.863.809,43**	**104.976.590.362,93**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	**2015**	**2014**
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**6.109.316.900,74**	**4.681.709.129,97**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**12.536.089.379,59**	**10.872.998.347,15**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
Execução dos Atos Potenciais Ativos	6.109.316.900,74	4.681.709.129,97	Execução dos Atos Potenciais Passivos	12.536.089.379,59	10.872.998.347,15
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	308.754.656,37	252.022.104,26	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	63.627,12	63.627,12
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	5.173.018.045,04	3.802.015.468,56	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	5.590.315.451,60	5.821.676.306,80
Direitos Contratuais a Executar	627.544.199,33	627.671.557,15	Obrigações Contratuais a Executar	6.945.710.300,87	5.051.258.413,23
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**6.109.316.900,74**	**4.681.709.129,97**	**TOTAL**	**12.536.089.379,59**	**10.872.998.347,15**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-1.436.075.917,90**
Recursos Vinculados	**-5.378.653.863,01**
Educação	-899.119.214,49
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-4.004.521.881,81
Operação de Crédito	-9.714.282,47
Doações	-105.515.867,79
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-171.353.601,57
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-188.276.191,71
Demais Recursos	-152.823,17
TOTAL	**-6.814.729.780,91**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	**5.558.051.596,78**	**6.213.277.235,12**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**5.417.763.522,95**	**4.982.401.740,53**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.247.897.257,69**	**1.121.863.165,98**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**548.158.606,51**	**260.024.744,83**
Créditos a Curto Prazo	**198.961.500,05**	**157.778.714,92**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**2.146.563.722,13**	**2.315.556.873,30**
Créditos Tributários a Receber	1.840.432,84	1.840.432,84	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**677.445.051,30**	**441.471.524,48**
Clientes	213.391.666,91	156.287.270,05	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**41.154.089,29**	**117.848.026,24**
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	12.168,57	18.427,83	**Provisões de Curto Prazo**	**327.934.422,56**	**212.910.209,37**
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**1.676.507.631,16**	**1.634.590.362,31**
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-16.282.768,27	-367.415,80			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**1.995.556.829,86**	**2.614.958.386,57**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**193,88**	**-4.698.659,31**			
Estoques	**2.115.262.671,82**	**2.321.029.794,56**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**373.143,48**	**2.345.832,40**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**19.977.535.995,98**	**17.184.368.890,21**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**16.116.699.819,29**	**9.036.017.238,42**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**1.294.235.522,46**	**980.946.716,82**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**47.510.657,37**	**1.614,21**
Créditos a Longo Prazo	20.450.642,10	9.344.014,37	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**345.895,02**	**246.906,96**
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**-**	**-**
Clientes	11.578.595,63	22.635.643,41	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**37.536.982,42**	**50.111.163,97**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	27.696.451,92	25.870.911,37	**Provisões de Longo Prazo**	**1.283.985.099,43**	**537.482.129,09**
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**14.587.794.701,78**	**8.340.360.145,12**
Dívida Ativa Não Tributária		-	**Resultado Diferido**	**159.526.483,27**	**107.815.279,07**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-18.824.405,45	-39.162.540,41	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**21.534.463.342,24**	**14.018.418.978,95**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.259.848.763,10	952.311.658,06	-		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	13.936.117,26	19.291.044,39	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Estoques		-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**9.889.210.849,29**	**9.789.210.849,29**
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**1.447.245.474,38**
Investimentos	**804.485.813,52**	**619.834.122,99**	**Reservas de Capital**	**18.521.354,97**	**18.521.354,97**
Participações Permanentes	762.106.134,57	574.818.061,51	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**17.546.637,79**	**60.335.004,62**
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	727.044.131,65	539.411.259,34	**Reservas de Lucros**	**180.678.476,00**	**283.707.782,22**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	43.224.230,09	43.569.029,34	**Demais Reservas**	**23.334.288,98**	**99.035.853,24**
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-8.162.227,17	-8.162.227,17	**Resultados Acumulados**	**-6.128.167.356,51**	**-2.318.829.172,34**
Propriedades para Investimento	38.775.560,44	41.431.024,78	Resultado do Exercício	-3.209.609.410,14	-
Propriedades para Investimento	43.288.393,71	41.431.024,78	Resultados de Exercícios Anteriores	-2.263.060.854,11	-2.318.829.172,34
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-4.477.991,78	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-655.497.092,26	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-34.841,49	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**4.001.124.250,52**	**9.379.227.146,38**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	3.604.118,51	3.585.036,70			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	3.604.118,51	3.619.878,19			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-34.841,49			
Imobilizado	**17.691.595.299,24**	**15.413.634.867,43**			
Bens Móveis	895.422.279,48	830.392.126,61			
Bens Móveis	2.163.976.102,36	1.957.872.389,02			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.268.553.822,88	-1.127.480.262,41			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	16.796.173.019,76	14.583.242.740,82			
Bens Imóveis	17.701.276.681,99	15.403.420.168,50			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-905.103.662,23	-820.177.427,68			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangivel	**187.219.360,76**	**169.953.182,97**			
Softwares	60.082.699,91	44.302.872,46			
Softwares	107.466.825,60	84.131.870,59			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-47.384.125,69	-39.828.998,13			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	127.132.503,65	125.646.153,31			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	136.163.649,75	125.646.153,31			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-9.031.146,10	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	4.157,20	4.157,20			
Direitos de Uso de Imóveis	4.157,20	4.157,20			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**25.535.587.592,76**	**23.397.646.125,33**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**25.535.587.592,76**	**23.397.646.125,33**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	**1.601.616.487,73**	**7.000.439.573,02**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**6.592.137.759,14**	**9.848.627.768,01**
ATIVO PERMANENTE	**23.933.971.105,03**	**16.397.206.552,31**	**PASSIVO PERMANENTE**	**17.502.471.430,49**	**7.750.880.460,76**
SALDO PATRIMONIAL		**-**	**SALDO PATRIMONIAL**	**1.440.978.403,13**	**5.798.137.896,56**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**2.630.701.195,21**	**2.720.110.576,10**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**10.893.603.837,77**	**12.359.124.270,06**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
Execução dos Atos Potenciais Ativos	2.630.701.195,21	2.720.110.576,10	Execução dos Atos Potenciais Passivos	10.893.603.837,77	12.359.124.270,06
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	842.789.656,14	807.067.033,90	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	9.270,00	9.270,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.121.761.823,37	1.398.390.755,48	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	910.128.950,78	994.608.896,39
Direitos Contratuais a Executar	666.149.715,70	514.652.786,72	Obrigações Contratuais a Executar	9.983.465.616,99	11.364.506.103,67
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**2.630.701.195,21**	**2.720.110.576,10**	**TOTAL**	**10.893.603.837,77**	**12.359.124.270,06**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-2.723.160.415,30**
Recursos Vinculados	**-2.267.360.856,11**
Educação	-28.764.514,79
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-104.910.655,87
Operação de Crédito	-85.475.875,55
Doações	126.899,40
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	164.262.141,18
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-77.766.934,89
Demais Recursos	-2.134.831.915,59
TOTAL	**-4.990.521.271,41**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	**1.411.463.021,86**	**1.519.446.004,50**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**7.441.279.288,68**	**6.513.125.990,26**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**249.200.178,36**	**289.602.805,39**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**2.269.047.369,40**	**1.819.788.707,99**
Créditos a Curto Prazo	**65.567.440,05**	**32.255.386,29**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**148.979.321,77**	**4.612.998,05**
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**2.436.234.450,20**	**1.968.868.941,28**
Clientes	96.613.033,72	61.352.208,33	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**167.220.495,34**	**312.044.265,58**
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	**Provisões de Curto Prazo**	**2.130.154.159,43**	**1.857.700.474,09**
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**289.643.492,54**	**550.110.603,27**
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-31.045.593,67	-29.096.822,04			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**650.158.852,64**	**729.119.966,94**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**			
Estoques	**445.337.152,58**	**466.874.713,50**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**1.199.398,23**	**1.593.132,38**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**7.469.681.308,57**	**7.179.242.332,39**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**2.311.094.606,02**	**1.836.076.035,29**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**653.420.293,78**	**549.837.566,66**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**346.875.071,67**	**322.071.362,55**
Créditos a Longo Prazo	24.225.298,70	20.801.125,93	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**241.233.440,75**	**171.688.330,56**
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**-**	**-**
Clientes	2.174.094,00	3.167.775,00	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**65.896.663,01**	**52.946.768,28**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	22.182.482,79	20.053.664,09	**Provisões de Longo Prazo**	**444.228.223,13**	**413.532.354,82**
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**1.210.201.208,13**	**872.987.219,75**
Dívida Ativa Não Tributária		-	**Resultado Diferido**	**2.659.999,33**	**2.849.999,33**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-131.278,09	-2.420.313,16	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**9.752.373.894,70**	**8.349.202.025,55**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	627.770.420,03	527.508.375,68	-		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	1.424.575,05	1.528.065,05	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Estoques		-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**7.448.826.918,90**	**7.022.792.935,38**
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**349.844.821,05**
Investimentos	**6.647.744,48**	**6.659.496,49**	**Reservas de Capital**	**262.344.735,08**	**262.344.735,08**
Participações Permanentes	5.064.886,49	5.075.963,02	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**206.641.407,96**	**209.359.425,00**
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	5.021.179,28	5.010.757,74	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	2.160.374,07	2.160.374,07	**Demais Reservas**	**130.586.829,40**	**125.362.836,38**
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-2.116.666,86	-2.095.168,79	**Resultados Acumulados**	**-8.919.629.455,61**	**-7.620.218.441,55**
Propriedades para Investimento	1.560.162,45	1.560.162,45	Resultado do Exercício	-1.128.807.188,50	-
Propriedades para Investimento	1.560.162,45	1.560.162,45	Resultados de Exercícios Anteriores	-7.629.839.368,00	-7.620.218.441,55
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-160.982.899,11	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**-871.229.564,27**	**349.486.311,34**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	22.695,54	23.371,02			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	- ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	22.695,54	23.371,02			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	**6.712.887.432,32**	**6.537.879.941,19**			
Bens Móveis	2.119.701.645,41	1.809.355.405,12			
Bens Móveis	3.033.595.273,82	2.739.068.224,92			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-913.893.628,41	-929.712.819,80			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	4.593.185.786,91	4.728.524.536,07			
Bens Imóveis	5.508.934.162,98	5.485.537.834,66			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-915.748.376,07	-757.013.298,59			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**85.742.765,71**	**73.882.255,77**			
Softwares	6.796.428,71	-34.974.691,78			
Softwares	10.258.706,76	4.657.907,23			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.462.278,05	-39.632.599,01			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	75.814.901,87	105.725.512,42			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	112.515.752,57	105.725.512,42			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-36.700.850,70	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	3.131.435,13	3.131.435,13			
Direitos de Uso de Imóveis	3.131.435,13	3.131.435,13			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**10.983.072,28**	**10.983.072,28**			
Diferido	255.028.533,21	255.028.533,21			
(-) Amortização Acumulada	-244.045.460,93	-244.045.460,93			
TOTAL DO ATIVO	**8.881.144.330,43**	**8.698.688.336,89**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**8.881.144.330,43**	**8.698.688.336,89**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	**568.012.610,31**	**1.658.917.029,32**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**1.095.774.826,17**	**2.444.234.738,21**
ATIVO PERMANENTE	**8.313.131.720,12**	**7.039.771.307,57**	**PASSIVO PERMANENTE**	**9.508.222.100,43**	**6.893.380.565,99**
SALDO PATRIMONIAL	**1.722.852.596,17**	**638.926.967,31**	**SALDO PATRIMONIAL**		**-**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**300.379.998,76**	**323.419.453,43**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**1.741.235.084,53**	**2.215.483.739,10**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
Execução dos Atos Potenciais Ativos	300.379.998,76	323.419.453,43	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.741.235.084,53	2.215.483.739,10
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	35.245.665,53	56.103.377,70	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	4.918.573,54	3.900.498,89	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	126.992.337,52	517.781.357,38
Direitos Contratuais a Executar	260.215.759,69	263.415.576,84	Obrigações Contratuais a Executar	1.614.242.747,01	1.697.702.381,72
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**300.379.998,76**	**323.419.453,43**	**TOTAL**	**1.741.235.084,53**	**2.215.483.739,10**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-627.516.341,07**
Recursos Vinculados	**99.754.125,21**
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-47.682.938,80
Operação de Crédito	-3.388.984,59
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	144.133.677,71
Demais Recursos	6.692.370,89
TOTAL	**-527.762.215,86**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	**202.700.005.192,05**	**205.427.013.279,05**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**88.842.121.815,50**	**125.587.236.164,28**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**145.538.163.170,00**	**144.877.744.899,95**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**1.090.418.465,42**	**23.611.192.275,97**
Créditos a Curto Prazo	**15.321.721.158,33**	**20.239.946.899,25**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**-**	**-**
Clientes	429.624.670,80	429.624.670,80	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**875.840.593,64**	**1.078.419.075,13**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	15.885.241.659,90	20.846.729.306,92	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**20.665,25**	**834,92**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-993.145.172,37	-1.036.407.078,47	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**-**
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**41.090.759.089,00**	**39.567.722.444,80**	**Provisões de Curto Prazo**	**327.022.474,69**	**703.291.825,04**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**667.041.494,10**	**666.994.895,71**	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**86.548.819.616,50**	**100.194.332.153,22**
Estoques	**82.300.957,55**	**74.582.101,01**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**19.323,07**	**22.038,33**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**353.102.109.901,77**	**353.676.481.848,08**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**40.223.581.881,11**	**39.687.152.662,41**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**347.973.361.876,60**	**348.490.158.827,76**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**-**	**-**
Créditos a Longo Prazo	336.392.726.215,66	334.289.031.918,66	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	336.887.117.187,84	334.803.336.344,42	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**1.997.478,72**	**1.997.478,72**
Dívida Ativa Não Tributária	5.596.165.507,90	5.579.527.914,41	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	**-**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-6.090.556.480,08	-6.093.832.340,17	**Provisões de Longo Prazo**	**40.101.633.947,88**	**39.575.953.487,50**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.584.952.179,86	7.036.547.794,72	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**119.950.454,51**	**109.201.696,19**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	6.995.683.481,08	7.164.579.114,38	**Resultado Diferido**	**-**	**-**
Investimentos	**2.973.380.863,00**	**3.065.939.675,90**	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**129.065.703.696,61**	**165.274.388.826,69**
Participações Permanentes	1.467.528.130,24	1.467.528.130,24	-		
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1.439.398.603,94	1.439.398.603,94	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	28.129.526,30	28.129.526,30	**Patrimônio Social e Capital Social**	**3.707.482.559,71**	**3.707.482.559,71**
Propriedades para Investimento	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
Propriedades para Investimento	-	-	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Demais Reservas**	**15.657.444,51**	**15.657.444,51**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Resultados Acumulados**	**423.790.155.954,18**	**390.882.850.857,41**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultado do Exercício	32.912.348.763,55	54.040.552.675,94
Demais Investimentos Permanentes	1.505.852.732,76	1.598.411.545,66	Resultados de Exercícios Anteriores	390.888.626.228,19	362.662.517.824,11
Demais Investimentos Permanentes	1.505.852.732,76	1.598.411.545,66	Ajustes de Exercícios Anteriores	-10.818.638,66	-25.820.219.642,64
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Outros Resultados	-398,90	
Imobilizado	**2.144.814.737,05**	**2.109.863.544,90**	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-776.884.561,19**	**-776.884.561,19**
Bens Móveis	383.449.905,75	376.639.899,56	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**426.736.411.397,21**	**393.829.106.300,44**
Bens Móveis	400.950.620,59	393.758.192,58			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-16.905.711,67	-16.523.289,85			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-595.003,17	-595.003,17			
Bens Imóveis	1.761.364.831,30	1.733.223.645,34			
Bens Imóveis	1.761.830.244,57	1.733.674.074,30			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-465.413,27	-450.428,96			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**10.552.425,12**	**10.519.799,52**			
Softwares	8.296.249,58	8.263.623,98			
Softwares	8.296.249,58	8.263.623,98			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.556.219,04	1.556.219,04			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.556.219,04	1.556.219,04			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	699.956,50	699.956,50			
Direitos de Uso de Imóveis	699.956,50	699.956,50			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
TOTAL DO ATIVO	**555.802.115.093,82**	**559.103.495.127,13**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**555.802.115.093,82**	**559.103.495.127,13**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**
ATIVO FINANCEIRO	**166.070.258.720,72**	**166.622.292.731,20**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**364.213.906.835,97**	**60.545.573.511,72**
ATIVO PERMANENTE	**389.731.856.373,10**	**392.481.202.395,93**	**PASSIVO PERMANENTE**	**125.602.457.654,17**	**125.544.346.691,68**
			SALDO PATRIMONIAL	**65.985.750.603,68**	**373.013.574.923,73**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	**2016**	**2015**	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	**2016**	**2015**
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**567.926.199,07**	**540.152.364,10**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**161.482.406.648,75**	**118.713.743.790,35**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	567.926.199,07	540.152.364,10	Execução dos Atos Potenciais Passivos	161.482.406.648,75	118.713.743.790,35
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	134.699.393,92	130.885.194,73	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	46.455.388.552,51	45.333.375.691,31
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	94.208.929,56	69.475.441,22	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	46.979.515.139,33	7.828.064.195,08
Direitos Contratuais a Executar	339.017.875,59	339.791.728,15	Obrigações Contratuais a Executar	1.692.092.455,86	1.458.663.180,94
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	66.355.410.501,05	64.093.640.723,02
TOTAL	**567.926.199,07**	**540.152.364,10**	**TOTAL**	**161.482.406.648,75**	**118.713.743.790,35**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-3.519.608.291,08**
Recursos Vinculados	**-194.624.039.824,17**
Educação	-129.232,16

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-27.152.548.681,16
Operação de Crédito	9.374.726,52
Alienação de Bens e Direitos	-957.187,00
Transferências Constitucionais e Legais	-5.345.819.334,40
Previdência Social (RGPS)	-289.004.441.840,95
Doações	64.105.578,40
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	110.564.134.178,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.894.603.571,55
Demais Recursos	14.347.638.396,61
TOTAL	**-198.143.648.115,25**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**
ATIVO CIRCULANTE	**80.380.854.112,20**	**79.936.056.968,74**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**10.016.489.664,77**	**13.051.221.157,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**19.178.674.359,60**	**18.665.849.569,99**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**3.056.944.741,83**	**2.085.351.622,08**
Créditos a Curto Prazo	**692.824.362,78**	**666.049.602,94**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**862.212,23**	**345.129,26**
Créditos Tributários a Receber	111.965.905,41	108.633.940,18	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**4.228.838.754,74**	**6.403.669.334,92**
Clientes	383.545.188,13	380.406.476,18	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**11.709.481,62**	**1.892.096,71**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	181.975.778,14	161.671.368,16	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**454.633,56**
Dívida Ativa Tributária	5.982.690,02	5.982.690,02	**Provisões de Curto Prazo**	**82.525.965,98**	**82.650.676,12**
Dívida Ativa Não Tributária	9.459.178,19	9.459.505,51	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**2.635.608.508,37**	**4.476.857.664,35**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-104.377,11	-104.377,11			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**54.277.001.224,32**	**54.474.710.934,23**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**2.538.637.204,76**	**2.538.637.204,76**			
Estoques	**3.689.612.815,27**	**3.586.799.186,64**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**4.104.145,47**	**4.010.470,18**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**484.481.508.359,71**	**479.711.777.034,90**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**39.728.241.151,37**	**39.322.292.847,39**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**76.386.373.910,74**	**74.107.616.129,77**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**172.984.173,16**	**172.984.173,16**
Créditos a Longo Prazo	65.905.793.581,80	64.169.497.178,60	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**39.464.525.263,76**	**39.058.427.522,78**
Créditos Tributários a Receber	2.443.131,71	2.443.131,71	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**89.612.639,85**	**89.612.639,85**
Clientes	99.609,38	99.609,18	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	51.812.722.755,71	50.973.237.661,72	**Provisões de Longo Prazo**	**40.544,00**	**40.544,00**
Dívida Ativa Tributária	778.440.025,92	756.341.253,24	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**1.078.530,60**	**1.227.967,60**
Dívida Ativa Não Tributária	51.458.266.828,54	50.505.714.134,25	**Resultado Diferido**	**-**	**-**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-38.146.178.769,46	-38.068.338.611,50	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**49.744.730.816,14**	**52.373.514.004,39**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	10.032.300.815,82	9.489.839.321,97	-		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	447.730.348,83	447.730.348,83	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Estoques	548.714,55	548.714,55	**Patrimônio Social e Capital Social**	**-**	**-**
VPDs Pagas Antecipadamente	449,74	565,82	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
Investimentos	**1.067.121.731,30**	**1.067.121.731,30**	**Reservas de Capital**	**19.659.582,16**	**19.659.582,16**
Participações Permanentes	1.066.947.238,32	1.066.947.238,32	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**5.046.271,71**	**4.966.909,24**
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1.065.998.783,65	1.065.998.783,65	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	948.454,67	948.454,67	**Demais Reservas**	**1.074.563.239,80**	**1.074.563.239,80**
Propriedades para Investimento	-	-	**Resultados Acumulados**	**514.018.362.562,10**	**506.175.130.268,05**
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado do Exercício	7.839.393.481,25	25.795.697.289,52
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	506.178.494.551,58	482.643.539.146,56
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	489.055,69	-2.264.106.168,03
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Outros Resultados	-14.526,42	
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**515.117.631.655,77**	**507.274.319.999,25**
Demais Investimentos Permanentes	174.492,98	174.492,98			
Demais Investimentos Permanentes	174.492,98	174.492,98			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Imobilizado	**406.475.370.940,64**	**404.046.384.643,10**			
Bens Móveis	16.031.528.609,18	15.887.197.987,07			
Bens Móveis	19.073.170.541,00	18.888.760.739,40			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-2.929.679.824,69	-2.890.012.067,24			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-111.962.107,13	-111.550.685,09			
Bens Imóveis	390.443.842.331,46	388.159.186.656,03			
Bens Imóveis	390.527.832.490,37	388.241.162.544,63			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-83.990.158,91	-81.975.888,60			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**552.641.777,03**	**490.654.530,73**			
Softwares	511.202.235,10	449.333.144,38			
Softwares	555.259.111,56	498.871.477,19			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-44.056.876,46	-49.538.332,81			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	41.382.524,93	41.264.369,35			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	41.397.206,11	41.277.984,83			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-14.681,18	-13.615,48			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	57.017,00	57.017,00			
Direitos de Uso de Imóveis	57.017,00	57.017,00			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
TOTAL DO ATIVO	**564.862.362.471,91**	**559.647.834.003,64**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**564.862.362.471,91**	**559.647.834.003,64**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	**19.280.494.099,07**	**19.543.548.425,07**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**151.475.217.599,95**	**54.420.986.083,67**
ATIVO PERMANENTE	**545.581.868.372,84**	**540.104.285.578,57**	**PASSIVO PERMANENTE**	**41.073.061.729,76**	**40.637.680.585,04**
			SALDO PATRIMONIAL	**372.314.083.142,20**	**464.589.167.334,93**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**86.122.408.537,34**	**46.967.426.937,75**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**94.234.359.816,78**	**93.073.296.247,99**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	86.122.408.537,34	46.967.426.937,75	Execução dos Atos Potenciais Passivos	94.234.359.816,78	93.073.296.247,99
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	35.800.166.518,17	35.739.786.707,38	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	70.805,78	70.805,78
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	49.352.950.674,15	9.991.002.123,36	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	18.621.083.992,75	18.850.586.140,21
Direitos Contratuais a Executar	969.291.345,02	1.236.638.107,01	Obrigações Contratuais a Executar	75.613.205.018,25	74.222.639.302,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2016	2015
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**86.122.408.537,34**	**46.967.426.937,75**	**TOTAL**	**94.234.359.816,78**	**93.073.296.247,99**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-32.674.196.316,05**
Recursos Vinculados	**-99.520.527.184,83**
Educação	-35.487.778.046,98
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-59.107.386.639,29
Operação de Crédito	-429.877.632,83
Transferências Constitucionais e Legais	-10.422.896.303,07
Previdência Social (RGPS)	35.891.590,20
Doações	78.348.437,82
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	7.211.732.760,46
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.390.232.088,17
Demais Recursos	-8.329.262,97
TOTAL	**-132.194.723.500,88**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	**87.633.796.880,85**	**86.905.571.587,38**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**22.551.775.123,59**	**25.910.263.968,63**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**20.930.494.827,21**	**20.162.947.006,04**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**6.284.175.522,00**	**4.902.557.597,99**
Créditos a Curto Prazo	**954.995.249,94**	**930.578.543,04**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**2.297.897.847,50**	**2.295.888.173,16**
Créditos Tributários a Receber	113.806.338,25	110.474.373,02	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**7.161.091.315,16**	**9.517.348.836,42**
Clientes	691.136.618,62	690.411.176,81	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**217.068.697,64**	**210.266.681,34**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	181.987.517,56	161.683.536,73	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**454.633,56**
Dívida Ativa Tributária	5.982.690,02	5.982.690,02	**Provisões de Curto Prazo**	**2.548.937.553,98**	**2.540.739.258,11**
Dívida Ativa Não Tributária	9.459.178,19	9.459.505,51	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**4.042.604.187,31**	**6.443.008.788,05**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-47.377.092,70	-47.432.739,05			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**57.371.790.785,99**	**57.120.426.616,73**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**2.538.637.398,64**	**2.538.637.398,64**			
Estoques	**5.832.374.541,13**	**6.147.399.011,04**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**5.504.077,94**	**5.583.011,89**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**512.089.949.129,01**	**507.158.994.339,45**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**58.667.722.690,09**	**57.750.087.272,70**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**78.328.608.080,55**	**76.055.271.946,01**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**568.533.946,14**	**567.369.902,20**
Créditos a Longo Prazo	65.950.791.202,80	64.214.173.119,40	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**39.714.078.918,34**	**39.300.006.858,55**
Créditos Tributários a Receber	2.443.131,71	2.443.131,71	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**90.780.416,72**	**89.612.639,85**
Clientes	13.571.475,47	13.852.298,81	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**103.433.645,43**	**103.433.645,43**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	51.863.204.194,16	51.023.116.596,43	**Provisões de Longo Prazo**	**1.738.063.239,44**	**1.728.253.866,56**
Dívida Ativa Tributária	778.440.025,92	756.341.253,24	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**16.279.810.281,58**	**15.799.223.877,51**
Dívida Ativa Não Tributária	51.458.266.828,54	50.505.714.134,25	**Resultado Diferido**	**173.022.242,44**	**162.186.482,60**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-38.165.134.453,00	-38.087.294.295,04	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**81.219.497.813,68**	**83.660.351.241,33**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	11.917.035.633,89	11.377.458.505,10	-		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	460.232.079,57	463.091.041,14	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Estoques	548.714,55	548.714,55	**Patrimônio Social e Capital Social**	**17.338.037.768,19**	**17.338.037.768,19**
VPDs Pagas Antecipadamente	449,74	565,82	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
Investimentos	**1.871.680.071,30**	**1.878.255.289,30**	**Reservas de Capital**	**300.525.672,21**	**300.525.672,21**
Participações Permanentes	1.827.543.041,38	1.834.118.259,38	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**229.234.317,46**	**229.154.954,99**
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1.791.488.876,58	1.798.064.094,58	**Reservas de Lucros**	**180.678.476,00**	**180.678.476,00**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	46.333.058,83	46.333.058,83	**Demais Reservas**	**1.227.928.922,14**	**1.228.484.358,18**
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-10.278.894,03	-10.278.894,03	**Resultados Acumulados**	**499.227.843.040,18**	**491.127.333.455,93**
Propriedades para Investimento	40.335.722,89	40.335.722,89	Resultado do Exercício	8.116.780.961,23	21.457.280.690,88
Propriedades para Investimento	44.848.556,16	44.848.556,16	Resultados de Exercícios Anteriores	491.131.253.175,50	472.750.638.924,45
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-4.477.991,78	-4.477.991,78	Ajustes de Exercícios Anteriores	-20.176.570,13	-3.080.586.159,40
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-34.841,49	-34.841,49	Outros Resultados	-14.526,42	
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**518.504.248.196,18**	**510.404.214.685,50**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	3.801.307,03	3.801.307,03			
Demais Investimentos Permanentes	3.801.307,03	3.801.307,03			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	**431.048.375.533,10**	**428.450.867.374,66**			
Bens Móveis	19.053.494.139,82	18.902.321.911,96			
Bens Móveis	24.294.205.315,23	24.086.332.115,58			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-5.128.749.068,28	-5.072.459.518,53			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-111.962.107,13	-111.550.685,09			
Bens Imóveis	411.994.881.393,28	409.548.545.462,70			
Bens Imóveis	413.909.100.176,33	411.451.373.389,60			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.914.218.783,05	-1.902.827.926,90			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**834.246.867,29**	**763.616.657,20**			
Softwares	585.557.367,19	516.212.273,00			
Softwares	681.620.105,19	616.597.009,55			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-96.062.738,00	-100.384.736,55			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	245.496.890,77	244.211.774,87			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	291.465.082,88	289.957.387,15			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-45.968.192,11	-45.745.612,28			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	3.192.609,33	3.192.609,33			
Direitos de Uso de Imóveis	3.192.609,33	3.192.609,33			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**7.038.576,77**	**10.983.072,28**			
Diferido	255.028.533,21	255.028.533,21			
(-) Amortização Acumulada	-247.989.956,44	-244.045.460,93			
TOTAL DO ATIVO	**599.723.746.009,86**	**594.064.565.926,83**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**599.723.746.009,86**	**594.064.565.926,83**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**
ATIVO FINANCEIRO	**21.711.144.584,26**	**21.713.177.523,11**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**161.702.458.487,59**	**62.108.898.668,98**
ATIVO PERMANENTE	**578.012.601.425,60**	**572.351.388.403,72**	**PASSIVO PERMANENTE**	**68.737.610.790,09**	**67.648.374.115,96**
			SALDO PATRIMONIAL	**369.283.676.732,18**	**464.307.293.141,89**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**89.509.660.118,18**	**49.898.508.131,72**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**106.944.496.243,74**	**105.708.135.170,29**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	89.509.660.118,18	49.898.508.131,72	Execução dos Atos Potenciais Passivos	106.944.496.243,74	105.708.135.170,29

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	**2016**	**2015**	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	**2016**	**2015**
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	36.676.221.200,28	36.617.822.029,05	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	80.075,78	80.075,78
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	50.921.284.992,50	11.117.682.520,27	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	19.658.677.350,77	19.887.707.428,51
Direitos Contratuais a Executar	1.912.153.925,40	2.163.003.582,40	Obrigações Contratuais a Executar	87.285.738.817,19	85.820.347.666,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**89.509.660.118,18**	**49.898.508.131,72**	**TOTAL**	**106.944.496.243,74**	**105.708.135.170,29**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-38.077.727.754,60**
Recursos Vinculados	**-101.913.720.954,04**
Educação	-36.623.820.658,61
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-59.219.757.142,25
Operação de Crédito	-418.120.558,71
Transferências Constitucionais e Legais	-10.422.896.303,07
Previdência Social (RGPS)	35.891.590,20
Doações	78.487.180,06
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.206.939.784,73
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.463.833.800,92
Demais Recursos	-2.086.611.045,47
TOTAL	**-139.991.448.708,64**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	-	-	**PASSIVO CIRCULANTE**	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Estoques	-	-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	**Provisões de Curto Prazo**	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	-	-
Investimentos	-	-	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	-	-
Participações Permanentes	-	-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	**Provisões de Longo Prazo**	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Resultado Diferido**	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	**Reservas de Capital**	-	-
Imobilizado	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-	-
Bens Móveis	-	-	**Reservas de Lucros**	-	-
Bens Móveis	-	-	**Demais Reservas**	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	**Resultados Acumulados**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
Bens Imóveis	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	-	-
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
TOTAL DO ATIVO	**-**	**-**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**-**	**-**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	**-**	**-**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**-**	**-**
ATIVO PERMANENTE	**-**	**-**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**-**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**-**	**-**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**-**	**-**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**TOTAL**	**-**	**-**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-**
Recursos Vinculados	**-**
TOTAL	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	**202.700.005.192,05**	**205.427.013.279,05**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**88.842.121.815,50**	**125.587.236.164,28**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**145.538.163.170,00**	**144.877.744.899,95**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**1.090.418.465,42**	**23.611.192.275,97**
Créditos a Curto Prazo	**15.321.721.158,33**	**20.239.946.899,25**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**-**	**-**
Clientes	429.624.670,80	429.624.670,80	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**875.840.593,64**	**1.078.419.075,13**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	15.885.241.659,90	20.846.729.306,92	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**20.665,25**	**834,92**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-993.145.172,37	-1.036.407.078,47	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**-**
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**41.090.759.089,00**	**39.567.722.444,80**	**Provisões de Curto Prazo**	**327.022.474,69**	**703.291.825,04**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**667.041.494,10**	**666.994.895,71**	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**86.548.819.616,50**	**100.194.332.153,22**
Estoques	**82.300.957,55**	**74.582.101,01**			
VPDs Pagas Antecipadamente	**19.323,07**	**22.038,33**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**353.102.109.901,77**	**353.676.481.848,08**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**40.223.581.881,11**	**39.687.152.662,41**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**347.973.361.876,60**	**348.490.158.827,76**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**-**	**-**
Créditos a Longo Prazo	336.392.726.215,66	334.289.031.918,66	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	336.887.117.187,84	334.803.336.344,42	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**1.997.478,72**	**1.997.478,72**
Dívida Ativa Não Tributária	5.596.165.507,90	5.579.527.914,41	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	**-**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-6.090.556.480,08	-6.093.832.340,17	**Provisões de Longo Prazo**	**40.101.633.947,88**	**39.575.953.487,50**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.584.952.179,86	7.036.547.794,72	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**119.950.454,51**	**109.201.696,19**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	6.995.683.481,08	7.164.579.114,38	**Resultado Diferido**	**-**	**-**
Investimentos	**2.973.380.863,00**	**3.065.939.675,90**	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**129.065.703.696,61**	**165.274.388.826,69**
Participações Permanentes	1.467.528.130,24	1.467.528.130,24	-		
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1.439.398.603,94	1.439.398.603,94	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	28.129.526,30	28.129.526,30	**Patrimônio Social e Capital Social**	**3.707.482.559,71**	**3.707.482.559,71**
Propriedades para Investimento	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
Propriedades para Investimento	-	-	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Demais Reservas**	**15.657.444,51**	**15.657.444,51**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Resultados Acumulados**	**423.790.155.954,18**	**390.882.850.857,41**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultado do Exercício	32.912.348.763,55	54.040.552.675,94
Demais Investimentos Permanentes	1.505.852.732,76	1.598.411.545,66	Resultados de Exercícios Anteriores	390.888.626.228,19	362.662.517.824,11
Demais Investimentos Permanentes	1.505.852.732,76	1.598.411.545,66	Ajustes de Exercícios Anteriores	-10.818.638,66	-25.820.219.642,64
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Outros Resultados	-398,90	
Imobilizado	**2.144.814.737,05**	**2.109.863.544,90**	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-776.884.561,19**	**-776.884.561,19**
Bens Móveis	383.449.905,75	376.639.899,56	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**426.736.411.397,21**	**393.829.106.300,44**
Bens Móveis	400.950.620,59	393.758.192,58			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-16.905.711,67	-16.523.289,85			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-595.003,17	-595.003,17			
Bens Imóveis	1.761.364.831,30	1.733.223.645,34			
Bens Imóveis	1.761.830.244,57	1.733.674.074,30			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-465.413,27	-450.428,96			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**10.552.425,12**	**10.519.799,52**			
Softwares	8.296.249,58	8.263.623,98			
Softwares	8.296.249,58	8.263.623,98			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.556.219,04	1.556.219,04			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.556.219,04	1.556.219,04			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	699.956,50	699.956,50			
Direitos de Uso de Imóveis	699.956,50	699.956,50			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
TOTAL DO ATIVO	**555.802.115.093,82**	**559.103.495.127,13**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**555.802.115.093,82**	**559.103.495.127,13**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**
ATIVO FINANCEIRO	**166.070.258.720,72**	**166.622.292.731,20**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**364.213.906.835,97**	**60.545.573.511,72**
ATIVO PERMANENTE	**389.731.856.373,10**	**392.481.202.395,93**	**PASSIVO PERMANENTE**	**125.602.457.654,17**	**125.544.346.691,68**
			SALDO PATRIMONIAL	**65.985.750.603,68**	**373.013.574.923,73**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	**2016**	**2015**	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	**2016**	**2015**
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**567.926.199,07**	**540.152.364,10**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**161.482.406.648,75**	**118.713.743.790,35**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	567.926.199,07	540.152.364,10	Execução dos Atos Potenciais Passivos	161.482.406.648,75	118.713.743.790,35
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	134.699.393,92	130.885.194,73	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	46.455.388.552,51	45.333.375.691,31
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	94.208.929,56	69.475.441,22	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	46.979.515.139,33	7.828.064.195,08
Direitos Contratuais a Executar	339.017.875,59	339.791.728,15	Obrigações Contratuais a Executar	1.692.092.455,86	1.458.663.180,94
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	66.355.410.501,05	64.093.640.723,02
TOTAL	**567.926.199,07**	**540.152.364,10**	**TOTAL**	**161.482.406.648,75**	**118.713.743.790,35**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-3.519.608.291,08**
Recursos Vinculados	**-194.624.039.824,17**
Educação	-129.232,16

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-27.152.548.681,16
Operação de Crédito	9.374.726,52
Alienação de Bens e Direitos	-957.187,00
Transferências Constitucionais e Legais	-5.345.819.334,40
Previdência Social (RGPS)	-289.004.441.840,95
Doações	64.105.578,40
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	110.564.134.178,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.894.603.571,55
Demais Recursos	14.347.638.396,61
TOTAL	**-198.143.648.115,25**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**8.823.034.217.743,7**	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**420.865.844.088,03**	-
Impostos	418.745.462.833,69	-
Taxas	2.120.381.254,34	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**397.351.426.254,12**	-
Contribuições Sociais	390.567.182.953,47	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	6.784.243.300,65	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**28.898.339.529,45**	-
Venda de Mercadorias	55.366.985,51	-
Vendas de Produtos	28.274,47	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	28.842.944.269,47	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**589.038.150.351,09**	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	42.514.278.573,55	-
Juros e Encargos de Mora	12.116.332.807,74	-
Variações Monetárias e Cambiais	234.748.176.367,83	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	78.114.910.724,46	-
Aportes do Banco Central	218.191.383.993,27	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	3.353.067.884,24	-
Transferências e Delegações Recebidas	**6.861.864.839.472,1**	-
Transferências Intragovernamentais	6.845.568.281.619,9	-
Transferências Intergovernamentais	450.629.013,49	-
Transferências das Instituições Privadas	77.999.709,05	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	19.315.618,25	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	8.764,27	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	15.748.604.747,16	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**246.697.007.376,35**	-
Reavaliação de Ativos	20.634.679.740,91	-
Ganhos com Alienação	28.908.347,68	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	50.569.294.640,03	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	175.464.124.647,73	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**278.318.610.672,57**	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	24.116.232,83	-
Resultado Positivo de Participações	43.657.186.669,43	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	30.391.342.786,83	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	204.245.964.983,48	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**9.142.690.341.559,8**	**-**
Pessoal e Encargos	**107.305.971.588,34**	**-**
Remuneração a Pessoal	80.853.946.588,66	-
Encargos Patronais	10.553.935.741,26	-
Benefícios a Pessoal	14.930.739.222,08	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	967.350.036,34	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**87.426.828.087,93**	**-**
Aposentadorias e Reformas	53.527.431.104,20	-
Pensões	31.023.286.850,35	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	7.652,30	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.876.102.481,08	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**75.645.631.106,92**	**-**
Uso de Material de Consumo	10.700.784.188,02	-
Serviços	62.554.842.545,74	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.390.004.373,16	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**742.687.613.151,32**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	189.340.245.831,60	-
Juros e Encargos de Mora	63.552.818,82	-
Variações Monetárias e Cambiais	445.547.626.718,90	-
Descontos Financeiros Concedidos	38.849.278,45	-
Aportes ao Banco Central	74.999.999.821,05	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	32.697.338.682,50	-
Transferências e Delegações Concedidas	**7.439.450.609.358,9**	**-**
Transferências Intragovernamentais	7.166.400.179.765,7	-
Transferências Intergovernamentais	254.387.784.983,39	-
Transferências a Instituições Privadas	1.250.932.321,54	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	556.706.728,52	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	1.238,70	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	16.855.004.321,00	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**426.279.072.961,52**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	224.433.431.020,14	-
Perdas com Alienação	163.641.725,07	-
Perdas Involuntárias	769.011.279,24	-
Incorporação de Passivos	156.242.335.444,54	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	**2014**
Desincorporação de Ativos	44.670.653.492,53	-
Tributárias	**337.137.217,26**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.420.400,93	-
Contribuições	317.716.816,33	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**10.086.903,50**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	10.086.903,50	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**263.547.391.184,07**	**-**
Premiações	7.658.461,13	-
Resultado Negativo de Participações	50.014.719.305,95	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.225.655.421,49	-
Subvenções Econômicas	132.306.728.699,57	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	71.581.452.832,52	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	8.411.176.463,41	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-319.656.123.816,01**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	**2014**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**11.108.775.062.254,**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**426.135.237.147,80**	**-**
Impostos	418.753.953.152,64	-
Taxas	7.381.283.783,16	-
Contribuições de Melhoria	212,00	-
Contribuições	**745.064.904.694,69**	**-**
Contribuições Sociais	731.449.702.099,44	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	13.615.202.595,25	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**48.998.603.193,20**	**-**
Venda de Mercadorias	475.598.521,55	-
Vendas de Produtos	930.127.901,09	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	47.592.876.770,56	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**647.338.453.652,40**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	49.533.168.550,03	-
Juros e Encargos de Mora	17.731.880.726,93	-
Variações Monetárias e Cambiais	264.024.421.275,17	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	94.502.759.053,13	-
Aportes do Banco Central	218.191.383.993,27	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	3.354.840.053,87	-
Transferências e Delegações Recebidas	**8.596.932.428.401,8**	**-**
Transferências Intragovernamentais	8.575.047.288.675,3	-
Transferências Intergovernamentais	584.632.776,35	-
Transferências das Instituições Privadas	691.665.125,15	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	19.315.618,25	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	2.649.185,00	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	20.586.877.021,81	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**342.712.961.658,50**	**-**
Reavaliação de Ativos	32.261.836.931,02	-
Ganhos com Alienação	120.959.672,19	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	66.304.648.979,39	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	244.025.516.075,90	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**301.592.473.506,20**	**-**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	318.519.434,81	-
Resultado Positivo de Participações	43.691.596.022,58	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	33.728.452.074,64	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	223.853.905.974,17	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**11.352.960.566.768,**	**-**
Pessoal e Encargos	**171.803.257.109,59**	**-**
Remuneração a Pessoal	131.287.059.521,34	-
Encargos Patronais	21.102.287.325,19	-
Benefícios a Pessoal	18.295.878.182,41	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.118.032.080,65	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**632.632.044.896,10**	**-**
Aposentadorias e Reformas	360.866.329.824,62	-
Pensões	142.979.872.697,40	-
Benefícios de Prestação Continuada	41.812.590.171,13	-
Benefícios Eventuais	49.395.343,55	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	86.923.856.859,40	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**103.687.350.460,16**	**-**
Uso de Material de Consumo	13.424.680.600,16	-
Serviços	86.434.982.317,75	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.827.687.542,25	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**759.237.099.444,98**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	189.423.563.868,02	-
Juros e Encargos de Mora	94.411.136,14	-
Variações Monetárias e Cambiais	455.746.557.694,51	-
Descontos Financeiros Concedidos	430.994.952,63	-
Aportes ao Banco Central	74.999.999.821,05	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	38.541.571.972,63	-
Transferências e Delegações Concedidas	**8.895.506.163.054,2**	**-**
Transferências Intragovernamentais	8.575.438.273.853,1	-
Transferências Intergovernamentais	293.042.228.100,23	-
Transferências a Instituições Privadas	4.102.271.731,92	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	587.508.455,97	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	196.204,92	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	22.335.684.708,03	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**499.590.516.831,87**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	238.821.929.226,21	-
Perdas com Alienação	184.386.871,82	-
Perdas Involuntárias	958.194.226,68	-
Incorporação de Passivos	176.579.088.534,26	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	83.046.917.972,90	-
Tributárias	**673.552.867,92**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	222.661.052,41	-
Contribuições	450.891.815,51	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**1.672.593.122,87**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	1.045.145.462,35	-
Custos dos Produtos Vendidos	627.447.660,52	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**288.157.988.980,89**	**-**
Premiações	9.891.920,13	-
Resultado Negativo de Participações	50.028.579.723,92	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	14.346.823.804,72	-
Subvenções Econômicas	133.125.346.923,95	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	76.892.949.039,63	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	13.754.397.568,54	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-244.185.504.513,97**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**734.396.495.631,5**	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**5.185.278.593,14**	-
Impostos	6.130.943,24	-
Taxas	5.179.147.437,90	-
Contribuições de Melhoria	212,00	-
Contribuições	**22.146.863.916,81**	-
Contribuições Sociais	20.781.328.332,68	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.365.535.584,13	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**11.292.740.206,32**	-
Venda de Mercadorias	55.673.927,30	-
Vendas de Produtos	120.368.307,15	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	11.116.697.971,87	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**1.695.848.615,66**	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	264.745.797,34	-
Juros e Encargos de Mora	128.507.310,67	-
Variações Monetárias e Cambiais	601.956.520,09	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	700.342.446,77	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	296.540,79	-
Transferências e Delegações Recebidas	**655.509.005.948,1**	-
Transferências Intragovernamentais	652.578.311.740,0	-
Transferências Intergovernamentais	52.249.659,15	-
Transferências das Instituições Privadas	108.536.452,86	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.769.908.096,10	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**27.816.625.454,86**	-
Reavaliação de Ativos	3.060.737.485,40	-
Ganhos com Alienação	43.772,76	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	11.296.848.608,35	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	13.458.995.588,35	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**10.750.132.896,60**	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	26.521.588,52	-
Resultado Positivo de Participações	4.016.198,81	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	57.016.678,44	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	10.662.578.430,83	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**717.193.152.765,9**	**-**
Pessoal e Encargos	**39.293.590.711,57**	**-**
Remuneração a Pessoal	31.024.745.243,88	-
Encargos Patronais	6.181.613.253,86	-
Benefícios a Pessoal	1.997.710.386,68	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	89.521.827,15	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**60.185.447.332,52**	**-**
Aposentadorias e Reformas	13.880.758.836,33	-
Pensões	4.453.618.361,92	-
Benefícios de Prestação Continuada	41.812.590.171,13	-
Benefícios Eventuais	1.531.132,58	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	36.948.830,56	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**16.262.698.387,15**	**-**
Uso de Material de Consumo	1.154.573.972,78	-
Serviços	14.450.149.896,78	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	657.974.517,59	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**4.990.360.059,41**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.731.826,38	-
Juros e Encargos de Mora	9.022.079,76	-
Variações Monetárias e Cambiais	4.581.659.251,23	-
Descontos Financeiros Concedidos	362.852.495,95	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	35.094.406,09	-
Transferências e Delegações Concedidas	**552.135.188.446,7**	**-**
Transferências Intragovernamentais	518.178.574.034,9	-
Transferências Intergovernamentais	29.957.650.707,19	-
Transferências a Instituições Privadas	1.184.293.009,34	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	20.398.376,32	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.794.272.318,97	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**40.788.624.768,04**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	10.549.815.140,69	-
Perdas com Alienação	4.865.477,82	-
Perdas Involuntárias	33.585.819,15	-
Incorporação de Passivos	3.253.770.907,94	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	26.946.587.422,44	-
Tributárias	**74.895.866,50**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.219.264,39	-
Contribuições	67.676.602,11	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**3.929.776,80**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	3.929.776,80	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**3.458.417.417,24**	**-**
Premiações	954.601,78	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.058.581.317,47	-
Subvenções Econômicas	20.367.736,23	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	378.513.761,76	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**17.203.342.865,59**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**62.544.794.380,6**	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**11.420,51**	-
Impostos	11.420,51	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**189.793.905,78**	-
Venda de Mercadorias	5.806.335,61	-
Vendas de Produtos	417.916,72	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	183.569.653,45	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**2.317.451.161,76**	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	34.589.543,23	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.216.707.989,08	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	66.153.629,45	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**47.570.383.471,1**	-
Transferências Intragovernamentais	45.708.289.748,2	-
Transferências Intergovernamentais	35.972.714,33	-
Transferências das Instituições Privadas	472.658.000,24	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	756.089,57	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.352.706.918,83	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**12.064.917.562,8**	-
Reavaliação de Ativos	8.518.720.856,50	-
Ganhos com Alienação	169.483,40	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.657.230.908,66	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.888.796.314,30	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**402.236.858,56**	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	626.760,78	-
Resultado Positivo de Participações	345.589,40	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	8.133,18	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	401.256.375,20	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**53.624.319.428,1**	**-**
Pessoal e Encargos	**11.580.200.746,5**	**-**
Remuneração a Pessoal	9.059.109.229,26	-
Encargos Patronais	1.869.446.339,06	-
Benefícios a Pessoal	642.276.685,15	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	9.368.493,08	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**4.866.345.791,77**	**-**
Aposentadorias e Reformas	3.782.177.993,02	-
Pensões	1.071.892.554,36	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	51.740,50	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.223.503,89	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**5.983.702.670,34**	**-**
Uso de Material de Consumo	989.943.293,32	-
Serviços	4.703.439.141,94	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	290.320.235,08	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**1.152.190.452,45**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	196.527,71	-
Juros e Encargos de Mora	1.070.301,74	-
Variações Monetárias e Cambiais	1.146.378.899,41	-
Descontos Financeiros Concedidos	4.544.723,59	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**13.662.308.316,6**	**-**
Transferências Intragovernamentais	12.357.326.686,0	-
Transferências Intergovernamentais	36.196.854,26	-
Transferências a Instituições Privadas	801.455,57	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	2.889.898,51	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.265.093.422,27	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**5.459.641.482,93**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.057.611.709,02	-
Perdas com Alienação	15.308.761,90	-
Perdas Involuntárias	22.347.032,38	-
Incorporação de Passivos	1.677.863.483,51	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	2.686.510.496,12	-
Tributárias	**29.651.301,57**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.057.457,56	-
Contribuições	24.593.844,01	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**897.436.155,64**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	563.727.793,95	-
Custos dos Produtos Vendidos	333.708.361,69	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**9.992.842.510,21**	**-**
Premiações	521.441,60	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	9.883.334.118,96	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	108.986.949,65	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**8.920.474.952,52**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**32.927.104.590,0**	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**5,32**	-
Impostos	-	-
Taxas	5,32	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**340.756,34**	-
Contribuições Sociais	340.756,34	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**751.707.544,64**	-
Venda de Mercadorias	322.507.214,92	-
Vendas de Produtos	53.778.229,75	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	375.422.099,97	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**160.170.894,55**	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	16.032.533,26	-
Variações Monetárias e Cambiais	26.947.087,64	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	117.191.273,65	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**27.614.587.982,6**	-
Transferências Intragovernamentais	26.959.148.471,0	-
Transferências Intergovernamentais	3.730.143,92	-
Transferências das Instituições Privadas	1.743.783,19	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	649.965.584,51	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**3.835.712.740,89**	-
Reavaliação de Ativos	5.324.767,09	-
Ganhos com Alienação	8.389.668,55	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	671.469.350,40	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.150.528.954,85	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**564.584.665,67**	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	450.869,10	-
Resultado Positivo de Participações	2.078.715,16	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	80.834.608,09	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	481.220.473,32	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**36.176.016.215,3**	**-**
Pessoal e Encargos	**7.350.294.418,77**	**-**
Remuneração a Pessoal	5.226.299.603,18	-
Encargos Patronais	1.906.285.336,08	-
Benefícios a Pessoal	193.067.976,35	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	24.641.503,16	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**3.871.080,14**	**-**
Aposentadorias e Reformas	1.473,11	-
Pensões	287.780,44	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.581.826,59	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**2.200.780.640,08**	**-**
Uso de Material de Consumo	341.588.081,11	-
Serviços	1.550.198.857,66	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	308.993.701,31	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**1.823.546.746,37**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	13.054.188,85	-
Variações Monetárias e Cambiais	338.672.671,54	-
Descontos Financeiros Concedidos	62.598,12	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.471.757.287,86	-
Transferências e Delegações Concedidas	**14.996.977.206,9**	**-**
Transferências Intragovernamentais	14.122.333.871,6	-
Transferências Intergovernamentais	33.974.911,76	-
Transferências a Instituições Privadas	137.493,02	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	3.981.107,36	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	82.797,22	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	836.467.025,94	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**7.208.180.960,41**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	36.679.211,18	-
Perdas com Alienação	570.907,03	-
Perdas Involuntárias	12.995.156,59	-
Incorporação de Passivos	5.140.802.905,56	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	2.017.132.780,05	-
Tributárias	**90.726.539,09**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	62.509.469,91	-
Contribuições	28.217.069,18	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**477.894.331,79**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	477.487.891,60	-
Custos dos Produtos Vendidos	406.440,19	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**2.023.744.291,74**	**-**
Premiações	150.000,00	-
Resultado Negativo de Participações	13.860.417,97	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	151.013.712,52	-
Subvenções Econômicas	501.932.147,23	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	1.260.628.827,16	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	96.159.186,86	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-3.248.911.625,31**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**6.522.926.776,76**	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**2.347.955,20**	-
Impostos	2.347.955,20	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**44.381,71**	-
Contribuições Sociais	44.381,71	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**860.218.641,87**	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	560.620.140,90	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	299.598.500,97	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**89.140.389,50**	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.317.150,54	-
Juros e Encargos de Mora	165.962,08	-
Variações Monetárias e Cambiais	69.908.678,03	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	16.748.598,85	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**3.444.996.816,42**	-
Transferências Intragovernamentais	3.434.775.479,20	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	290.933,01	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	9.930.404,21	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**1.030.985.668,76**	-
Reavaliação de Ativos	4.372.120,85	-
Ganhos com Alienação	37.665,00	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	289.538.624,88	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	737.037.258,03	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**1.095.192.923,30**	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	924.175.461,59	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	171.017.461,71	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**7.651.733.965,26**	**-**
Pessoal e Encargos	**2.498.126.091,27**	**-**
Remuneração a Pessoal	1.892.676.350,71	-
Encargos Patronais	582.418.751,33	-
Benefícios a Pessoal	18.315.868,85	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.715.120,38	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**442.046,83**	**-**
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	441.275,28	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	771,55	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**1.026.590.979,42**	**-**
Uso de Material de Consumo	161.052.795,41	-
Serviços	691.687.059,25	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	173.851.124,76	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**1.058.532.199,35**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	80.061.845,83	-
Juros e Encargos de Mora	1.034.993,07	-
Variações Monetárias e Cambiais	901.245.832,69	-
Descontos Financeiros Concedidos	23.255.396,03	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	52.934.131,73	-
Transferências e Delegações Concedidas	**389.884.994,42**	**-**
Transferências Intragovernamentais	280.899.622,86	-
Transferências Intergovernamentais	107.834.845,00	-
Transferências a Instituições Privadas	604.585,85	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	545.940,71	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**444.855.666,34**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	9.891.070,60	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	14.806.265,34	-
Incorporação de Passivos	111.301.555,06	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	308.856.775,34	-
Tributárias	**135.580.374,53**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	128.041.740,73	-
Contribuições	7.538.633,80	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**283.245.955,14**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	283.245.955,14	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**1.814.475.657,96**	**-**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	18.365.053,22	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	1.580.808.050,51	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	215.302.554,23	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-**	**-**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**210.334.719.295,19**	**1.449.349.523.131,8**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**12.408.967,14**	**81.755.085,60**
Impostos	-	-
Taxas	12.408.967,14	81.755.085,60
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**53.582.409.133,47**	**325.566.229.385,71**
Contribuições Sociais	52.835.557.083,82	320.100.805.675,24
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	746.852.049,65	5.465.423.710,47
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**458.502.951,00**	**7.005.803.365,14**
Venda de Mercadorias	2.135.671,20	36.244.058,21
Vendas de Produtos	30.912.048,93	194.915.032,10
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	425.455.230,87	6.774.644.274,83
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**4.270.555.850,33**	**54.037.692.239,84**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.185.686.761,65	6.751.827.028,60
Juros e Encargos de Mora	493.616.926,31	5.436.252.569,95
Variações Monetárias e Cambiais	311.504.088,49	26.360.724.632,50
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	2.279.748.073,88	15.487.412.379,95
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	1.475.628,84
Transferências e Delegações Recebidas	**136.534.447.344,85**	**1.000.928.614.711,2**
Transferências Intragovernamentais	136.502.497.545,03	1.000.798.481.616,8
Transferências Intergovernamentais	6.640.960,28	42.051.245,46
Transferências das Instituições Privadas	3.000,00	30.436.246,80
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	200,00	1.884.331,16
Outras Transferências e Delegações Recebidas	25.305.639,54	55.761.271,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**14.653.622.386,66**	**51.267.712.854,78**
Reavaliação de Ativos	39.075,22	38.001.960,27
Ganhos com Alienação	945.502,24	83.410.734,80
Ganhos com Incorporação de Ativos	43.267.860,24	1.820.266.847,07
Ganhos com Desincorporação de Passivos	14.609.369.948,96	49.326.033.312,64
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**822.772.661,74**	**10.461.715.489,50**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	53.948.381,84	266.803.983,58
Resultado Positivo de Participações	1.136.632,02	27.968.849,78
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	54.630.630,21	2.275.074.406,51
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	713.057.017,67	7.891.868.249,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**177.422.370.531,60**	**1.395.625.002.834,1**
Pessoal e Encargos	**622.802.954,46**	**3.775.073.553,09**
Remuneração a Pessoal	505.269.664,51	3.230.282.505,65
Encargos Patronais	1.048.628,36	8.587.903,60
Benefícios a Pessoal	112.087.264,81	513.768.043,30
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.397.396,78	22.435.100,54
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**59.253.799.294,61**	**480.149.110.556,91**
Aposentadorias e Reformas	30.533.060.613,39	289.675.960.417,96
Pensões	11.430.505.113,71	106.430.345.875,05
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	26.953.585,98	47.804.818,17
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.263.279.981,53	83.994.999.445,73
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**257.440.242,47**	**2.567.946.676,25**
Uso de Material de Consumo	14.284.540,99	76.738.269,52
Serviços	242.722.451,81	2.484.664.816,38
Depreciação, Amortização e Exaustão	433.249,67	6.543.590,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**610.462.106,37**	**7.524.856.836,08**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	1.327.836,50
Juros e Encargos de Mora	4.113,62	6.676.753,90
Variações Monetárias e Cambiais	4.610.572,13	3.230.974.320,74
Descontos Financeiros Concedidos	291.641,62	1.430.460,49
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	605.555.779,00	4.284.447.464,45
Transferências e Delegações Concedidas	**114.811.364.035,96**	**874.871.194.730,52**
Transferências Intragovernamentais	113.424.067.431,80	864.098.959.871,89
Transferências Intergovernamentais	1.308.565.395,61	8.518.785.798,63
Transferências a Instituições Privadas	49.953.946,26	1.665.502.866,60
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	3.532.345,26
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	112.169,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	28.777.262,29	584.301.679,14
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**1.286.303.720,64**	**19.410.140.992,63**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	231.177.853,87	2.734.501.074,58
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	334.896,31	105.448.673,98
Incorporação de Passivos	625.305.793,69	10.153.014.237,65
Desincorporação de Ativos	429.485.176,77	6.417.177.006,42

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Tributárias	**304.306,19**	**5.561.568,97**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49.713,74	412.718,89
Contribuições	254.592,45	5.148.850,08
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**579.893.870,90**	**7.321.117.919,67**
Premiações	-	607.415,62
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.043.991,28	9.874.181,06
Subvenções Econômicas	8.822.042,08	296.318.340,92
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	149.319.825,40	2.470.059.329,44
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	420.708.012,14	4.544.258.652,63
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**32.912.348.763,59**	**53.724.520.297,74**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2016	2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**131.160.911.387,8**	**796.941.290.012,2**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**451.418.486,33**	**5.185.290.013,65**
Impostos	458.273,88	6.142.363,75
Taxas	450.960.212,45	5.179.147.437,90
Contribuições de Melhoria	-	212,00
Contribuições	**4.620.269.792,57**	**22.146.863.916,81**
Contribuições Sociais	4.607.697.753,15	20.781.328.332,68
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	12.572.039,42	1.365.535.584,13
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**12.634.830.723,59**	**11.482.534.112,10**
Venda de Mercadorias	12.032.544,23	61.480.262,91
Vendas de Produtos	17.464.331,30	120.786.223,87
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12.605.333.848,06	11.300.267.625,32
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**262.715.937,21**	**4.013.299.777,42**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	35.268.048,62	264.745.797,34
Juros e Encargos de Mora	28.286.234,87	163.096.853,90
Variações Monetárias e Cambiais	95.599.102,44	2.818.664.509,17
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	103.545.570,20	766.496.076,22
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	16.981,08	296.540,79
Transferências e Delegações Recebidas	**107.796.554.804,7**	**703.079.389.419,3**
Transferências Intragovernamentais	107.335.046.471,0	698.286.601.488,2
Transferências Intergovernamentais	9.004.251,81	88.222.373,48
Transferências das Instituições Privadas	212.001.693,16	581.194.453,10
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	58.857,17	756.089,57
Outras Transferências e Delegações Recebidas	240.443.531,63	4.122.615.014,93
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**3.956.398.803,69**	**39.881.543.017,72**
Reavaliação de Ativos	970.934.853,91	11.579.458.341,90
Ganhos com Alienação	-	213.256,16
Ganhos com Incorporação de Ativos	478.413.516,28	12.954.079.517,01
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.507.050.433,50	15.347.791.902,65
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**1.438.722.839,67**	**11.152.369.755,16**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	5.234.489,28	27.148.349,30
Resultado Positivo de Participações	1.980,04	4.361.788,21
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	57.024.811,62
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.433.486.370,35	11.063.834.806,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**123.321.517.906,5**	**770.817.472.194,0**
Pessoal e Encargos	**6.454.073.647,73**	**50.873.791.458,12**
Remuneração a Pessoal	5.105.661.548,40	40.083.854.473,14
Encargos Patronais	883.376.631,84	8.051.059.592,92
Benefícios a Pessoal	454.358.902,07	2.639.987.071,83
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	10.676.565,42	98.890.320,23
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**8.590.655.619,34**	**65.051.793.124,29**
Aposentadorias e Reformas	2.148.673.463,59	17.662.936.829,35
Pensões	679.203.184,87	5.525.510.916,28
Benefícios de Prestação Continuada	5.756.114.354,74	41.812.590.171,13
Benefícios Eventuais	11.495,88	1.582.873,08
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.653.120,26	49.172.334,45
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**2.314.612.621,83**	**22.246.401.057,49**
Uso de Material de Consumo	245.512.570,33	2.144.517.266,10
Serviços	1.997.851.844,31	19.153.589.038,72
Depreciação, Amortização e Exaustão	71.248.207,19	948.294.752,67
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**516.426.284,81**	**6.142.550.511,86**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	1.928.354,09
Juros e Encargos de Mora	1.335.283,27	10.092.381,50
Variações Monetárias e Cambiais	454.025.984,89	5.728.038.150,64
Descontos Financeiros Concedidos	61.064.287,85	367.397.219,54
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	728,80	35.094.406,09
Transferências e Delegações Concedidas	**102.841.245.229,0**	**565.797.496.763,4**
Transferências Intragovernamentais	95.267.296.076,55	530.535.900.720,9
Transferências Intergovernamentais	7.335.416.245,88	29.993.847.561,45
Transferências a Instituições Privadas	36.009.915,83	1.185.094.464,91
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.067.070,46	23.288.274,83
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	201.455.920,36	4.059.365.741,24
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**1.271.800.766,44**	**46.248.266.250,97**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	187.151.824,84	11.607.426.849,71
Perdas com Alienação	346.671,17	20.174.239,72
Perdas Involuntárias	4.195.936,85	55.932.851,53
Incorporação de Passivos	914.359.740,66	4.931.634.391,45
Desincorporação de Ativos	165.746.592,92	29.633.097.918,56

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Tributárias	**16.042.747,21**	**104.547.168,07**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.878.886,00	12.276.721,95
Contribuições	13.163.861,21	92.270.446,12
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**2.834.160,11**	**901.365.932,44**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	567.657.570,75
Custos dos Produtos Vendidos	2.834.160,11	333.708.361,69
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**1.313.826.830,01**	**13.451.259.927,45**
Premiações	3.270,00	1.476.043,38
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.257.804.764,56	12.941.915.436,43
Subvenções Econômicas	-	20.367.736,23
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	56.018.795,45	487.500.711,41
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**7.839.393.481,29**	**26.123.817.818,11**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2016	2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**135.346.769.746,4**	**836.391.321.379,0**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**451.490.050,91**	**5.187.637.974,17**
Impostos	529.838,46	8.490.318,95
Taxas	450.960.212,45	5.179.147.443,22
Contribuições de Melhoria	-	212,00
Contribuições	**4.620.273.494,08**	**22.147.249.054,86**
Contribuições Sociais	4.607.701.454,66	20.781.713.470,73
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	12.572.039,42	1.365.535.584,13
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**12.845.619.242,15**	**13.094.460.298,61**
Venda de Mercadorias	101.763.152,72	383.987.477,83
Vendas de Produtos	70.431.775,38	735.184.594,52
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12.673.424.314,05	11.975.288.226,26
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**291.113.939,09**	**4.262.611.061,47**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	35.679.321,32	267.062.947,88
Juros e Encargos de Mora	30.388.360,87	179.295.349,24
Variações Monetárias e Cambiais	99.138.268,59	2.915.520.274,84
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	125.727.787,30	900.435.948,72
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	180.201,01	296.540,79
Transferências e Delegações Recebidas	**110.889.185.806,6**	**734.138.974.218,3**
Transferências Intragovernamentais	110.388.307.544,5	728.680.525.438,4
Transferências Intergovernamentais	9.053.711,64	91.952.517,40
Transferências das Instituições Privadas	212.121.277,97	583.229.169,30
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	58.857,17	756.089,57
Outras Transferências e Delegações Recebidas	279.644.415,30	4.782.511.003,65
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**4.760.523.769,89**	**44.748.241.427,37**
Reavaliação de Ativos	970.934.853,91	11.589.155.229,84
Ganhos com Alienação	1.064.516,07	8.640.589,71
Ganhos com Incorporação de Ativos	537.584.292,25	13.915.087.492,29
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.250.940.107,66	19.235.358.115,53
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**1.488.563.443,74**	**12.812.147.344,13**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	5.744.487,40	27.599.218,40
Resultado Positivo de Participações	1.980,04	6.440.503,37
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.806.099,39	1.062.034.881,30
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.481.010.876,91	11.716.072.741,06
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**127.229.988.785,2**	**814.645.222.374,7**
Pessoal e Encargos	**7.775.278.561,81**	**60.722.211.968,16**
Remuneração a Pessoal	6.101.497.644,85	47.202.830.427,03
Encargos Patronais	1.172.772.248,43	10.539.763.680,33
Benefícios a Pessoal	481.960.434,47	2.851.370.917,03
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	19.048.234,06	128.246.943,77
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**8.591.385.611,35**	**65.056.106.251,26**
Aposentadorias e Reformas	2.148.673.463,59	17.662.938.302,46
Pensões	679.265.082,30	5.526.239.972,00
Benefícios de Prestação Continuada	5.756.114.354,74	41.812.590.171,13
Benefícios Eventuais	11.495,88	1.582.873,08
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.321.214,84	52.754.932,59
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**2.693.469.283,93**	**25.473.772.676,99**
Uso de Material de Consumo	293.830.505,62	2.647.158.142,62
Serviços	2.295.994.161,84	21.395.474.955,63
Depreciação, Amortização e Exaustão	103.644.616,47	1.431.139.578,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**764.111.326,78**	**9.024.629.457,58**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	7.722.306,99	81.990.199,92
Juros e Encargos de Mora	2.776.093,96	24.181.563,42
Variações Monetárias e Cambiais	560.961.561,90	6.967.956.654,87
Descontos Financeiros Concedidos	64.935.046,84	390.715.213,69
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	127.716.317,09	1.559.785.825,68
Transferências e Delegações Concedidas	**104.097.947.428,5**	**581.184.358.964,7**
Transferências Intragovernamentais	96.451.322.592,34	544.939.134.215,4
Transferências Intergovernamentais	7.337.041.258,13	30.135.657.318,21
Transferências a Instituições Privadas	36.107.557,74	1.185.836.543,78
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.067.070,46	27.269.382,19
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	82.797,22
Outras Transferências e Delegações Concedidas	272.408.949,92	4.896.378.707,89
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**1.774.005.158,66**	**53.901.302.877,72**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	189.160.897,61	11.653.997.131,49
Perdas com Alienação	346.671,17	20.745.146,75
Perdas Involuntárias	5.456.329,57	83.734.273,46
Incorporação de Passivos	1.357.142.887,41	10.183.738.852,07
Desincorporação de Ativos	221.898.372,90	31.959.087.473,95

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Tributárias	**27.831.354,95**	**330.854.081,69**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.868.724,49	202.827.932,59
Contribuições	16.962.630,46	128.026.149,10
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**119.627.939,32**	**1.662.506.219,37**
Custo das Mercadorias Vendidas	116.791.700,41	1.045.145.462,35
Custos dos Produtos Vendidos	2.836.238,91	617.360.757,02
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**1.386.332.119,81**	**17.289.479.877,15**
Premiações	3.270,00	1.626.043,38
Resultado Negativo de Participações	6.575.218,00	13.860.417,97
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.287.898.825,14	13.111.294.202,17
Subvenções Econômicas	13.872.773,16	522.299.883,46
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	10.610.270,73	2.841.436.877,67
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	67.371.762,78	798.962.452,50
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**8.116.780.961,27**	**21.746.099.004,30**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2016	2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**-**	**-**
Pessoal e Encargos	**-**	**-**
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**-**	**-**
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**-**	**-**
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**-**	**-**
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**-**	**-**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2016	2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**210.334.719.295,19**	**1.449.349.523.131,8**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**12.408.967,14**	**81.755.085,60**
Impostos	-	-
Taxas	12.408.967,14	81.755.085,60
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**53.582.409.133,47**	**325.566.229.385,71**
Contribuições Sociais	52.835.557.083,82	320.100.805.675,24
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	746.852.049,65	5.465.423.710,47
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**458.502.951,00**	**7.005.803.365,14**
Venda de Mercadorias	2.135.671,20	36.244.058,21
Vendas de Produtos	30.912.048,93	194.915.032,10
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	425.455.230,87	6.774.644.274,83
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**4.270.555.850,33**	**54.037.692.239,84**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.185.686.761,65	6.751.827.028,60
Juros e Encargos de Mora	493.616.926,31	5.436.252.569,95
Variações Monetárias e Cambiais	311.504.088,49	26.360.724.632,50
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	2.279.748.073,88	15.487.412.379,95
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	1.475.628,84
Transferências e Delegações Recebidas	**136.534.447.344,85**	**1.000.928.614.711,2**
Transferências Intragovernamentais	136.502.497.545,03	1.000.798.481.616,8
Transferências Intergovernamentais	6.640.960,28	42.051.245,46
Transferências das Instituições Privadas	3.000,00	30.436.246,80
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	200,00	1.884.331,16
Outras Transferências e Delegações Recebidas	25.305.639,54	55.761.271,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**14.653.622.386,66**	**51.267.712.854,78**
Reavaliação de Ativos	39.075,22	38.001.960,27
Ganhos com Alienação	945.502,24	83.410.734,80
Ganhos com Incorporação de Ativos	43.267.860,24	1.820.266.847,07
Ganhos com Desincorporação de Passivos	14.609.369.948,96	49.326.033.312,64
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**822.772.661,74**	**10.461.715.489,50**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	53.948.381,84	266.803.983,58
Resultado Positivo de Participações	1.136.632,02	27.968.849,78
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	54.630.630,21	2.275.074.406,51
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	713.057.017,67	7.891.868.249,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**177.422.370.531,60**	**1.395.625.002.834,1**
Pessoal e Encargos	**622.802.954,46**	**3.775.073.553,09**
Remuneração a Pessoal	505.269.664,51	3.230.282.505,65
Encargos Patronais	1.048.628,36	8.587.903,60
Benefícios a Pessoal	112.087.264,81	513.768.043,30
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.397.396,78	22.435.100,54
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**59.253.799.294,61**	**480.149.110.556,91**
Aposentadorias e Reformas	30.533.060.613,39	289.675.960.417,96
Pensões	11.430.505.113,71	106.430.345.875,05
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	26.953.585,98	47.804.818,17
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.263.279.981,53	83.994.999.445,73
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**257.440.242,47**	**2.567.946.676,25**
Uso de Material de Consumo	14.284.540,99	76.738.269,52
Serviços	242.722.451,81	2.484.664.816,38
Depreciação, Amortização e Exaustão	433.249,67	6.543.590,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**610.462.106,37**	**7.524.856.836,08**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	1.327.836,50
Juros e Encargos de Mora	4.113,62	6.676.753,90
Variações Monetárias e Cambiais	4.610.572,13	3.230.974.320,74
Descontos Financeiros Concedidos	291.641,62	1.430.460,49
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	605.555.779,00	4.284.447.464,45
Transferências e Delegações Concedidas	**114.811.364.035,96**	**874.871.194.730,52**
Transferências Intragovernamentais	113.424.067.431,80	864.098.959.871,89
Transferências Intergovernamentais	1.308.565.395,61	8.518.785.798,63
Transferências a Instituições Privadas	49.953.946,26	1.665.502.866,60
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	3.532.345,26
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	112.169,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	28.777.262,29	584.301.679,14
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**1.286.303.720,64**	**19.410.140.992,63**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	231.177.853,87	2.734.501.074,58
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	334.896,31	105.448.673,98
Incorporação de Passivos	625.305.793,69	10.153.014.237,65
Desincorporação de Ativos	429.485.176,77	6.417.177.006,42

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Tributárias	**304.306,19**	**5.561.568,97**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49.713,74	412.718,89
Contribuições	254.592,45	5.148.850,08
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**579.893.870,90**	**7.321.117.919,67**
Premiações	-	607.415,62
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.043.991,28	9.874.181,06
Subvenções Econômicas	8.822.042,08	296.318.340,92
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	149.319.825,40	2.470.059.329,44
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	420.708.012,14	4.544.258.652,63
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**32.912.348.763,59**	**53.724.520.297,74**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2016	2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**2.217.207.061.363,55**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**1.600.832.160.626,85**	**-**
Ordinárias	**317.652.188.985,16**	**-**	**Ordinárias**	**195.106.887.836,65**	**-**
Vinculadas	**1.937.256.817.281,87**	**-**	**Vinculadas**	**1.405.725.272.790,20**	**-**
Educação	48.994.368.869,33	-	Educação	636.853.664,69	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	271.564.640.843,55	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	175.853.901.109,54	-
Operação de Crédito	1.365.044.550.394,04	-	Operação de Crédito	1.023.090.732.507,80	-
Alienação de Bens e Direitos	23.114.656,38	-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais	202.879.777.127,98	-	Transferências Constitucionais e Legais	168.993.750.966,94	-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações	23.162.169,86	-	Doações	8.453.238,98	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	35.295.471.575,53	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	28.917.219.432,59	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	13.431.731.645,20	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	8.224.361.869,66	-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-37.701.944.903,48	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**6.827.045.877.946,47**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**7.159.503.817.781,62**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	3.753.770.283.843,44	-	Resultantes da Execução Orçamentária	4.438.129.485.155,42	-
Cota Recebida	2.248.751.948.054,29	-	Cota Concedida	2.248.751.948.054,29	-
Repasse Recebido	86.019.208.928,51	-	Repasse Concedido	770.381.851.760,61	-
Sub-repasse Recebido	1.418.282.161.167,72	-	Sub-repasse Concedido	1.418.282.161.167,72	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa	302.144.559,39	-	Valores Diferidos - Baixa	302.144.559,39	-
Valores Diferidos - Inscrição	51.344,60	-	Valores Diferidos - Inscrição	51.344,60	-
Correspondência de Débitos	57.743.947,35	-	Correspondências de Créditos	57.743.947,35	-
Cota Devolvida	344.849.308,52	-	Cota Devolvida	344.849.308,52	-
Repasse Devolvido	3.469.222,27	-	Repasse Devolvido	27.702,15	-
Sub-repasse Devolvido	8.707.310,79	-	Sub-repasse Devolvido	8.707.310,79	-
Independentes da Execução Orçamentária	3.073.275.594.103,03	-	Independentes da Execução Orçamentária	2.695.967.372.626,20	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	168.459.903.598,12	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	214.451.291.547,11	-
Demais Transferências Recebidas	39.195.058.506,90	-	Demais Transferências Concedidas	36.378.464.455,57	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.865.277.933.519,27	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.444.944.023.100,13	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	342.698.478,74	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	193.593.523,39	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	25.406.960.000,00	-
Recebimentos Extraorçamentários	**103.252.667.488,04**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**123.154.098.694,48**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.634.024.509,96	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	4.099.815.288,68	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	42.072.971.757,03	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	64.840.371.998,83	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	43.809.190.581,76	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	44.473.021.409,57	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	13.736.480.639,29	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	9.740.889.997,40	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	282.501,89	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos	261,24	-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	17.346.891,14	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	619.226.186,63	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	8.545.027.827,16	-
Variação Cambial	939.552.065,02	-	Variação Cambial	576.469.695,44	-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados	166.288,17	-
Valores em Trânsito	20.434.876,93	-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão	771.908.906,76	-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	11.986.955.136,31	-			
Saldo do Exercício Anterior	**553.479.750.032,66**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**817.495.279.727,77**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	553.479.750.032,66	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	817.495.279.727,77	-
TOTAL	**9.700.985.356.830,72**	**-**	**TOTAL**	**9.700.985.356.830,72**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**2.662.347.408.994,20**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**2.382.042.570.390,32**	**-**
Ordinárias	**346.001.795.819,85**	**-**	**Ordinárias**	**287.471.130.958,63**	**-**
Vinculadas	**2.357.766.695.429,83**	**-**	**Vinculadas**	**2.094.571.439.431,69**	**-**
Educação	57.361.131.114,68	-	Educação	52.908.023.279,38	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	271.800.597.454,32	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	296.027.216.649,26	-
Operação de Crédito	1.365.046.434.244,77	-	Operação de Crédito	1.074.808.857.781,03	-
Alienação de Bens e Direitos	23.114.656,38	-	Alienação de Bens e Direitos	957.187,00	-
Transferências Constitucionais e Legais	217.797.160.959,78	-	Transferências Constitucionais e Legais	191.733.172.426,94	-
Previdência Social (RGPS)	327.495.964.234,79	-	Previdência Social (RGPS)	327.338.136.215,99	-
Doações	447.999.837,57	-	Doações	518.065.521,18	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	93.826.682.363,99	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	119.516.285.532,86	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	23.965.733.154,64	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	31.720.724.838,05	-
Demais Recursos	1.877.408,91	-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-41.421.082.255,48	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**8.535.105.875.141,03**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**8.535.001.333.123,76**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	5.016.208.313.950,40	-	Resultantes da Execução Orçamentária	5.016.208.313.950,40	-
Cota Recebida	2.248.751.948.054,29	-	Cota Concedida	2.248.751.948.054,29	-
Repasse Recebido	1.219.918.895.072,47	-	Repasse Concedido	1.219.918.895.072,47	-
Sub-repasse Recebido	1.546.803.662.177,91	-	Sub-repasse Concedido	1.546.803.662.177,91	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	1.171.440,00	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	1.171.440,00	-
Valores Diferidos - Baixa	315.123.856,99	-	Valores Diferidos - Baixa	315.123.856,99	-
Valores Diferidos - Inscrição	51.344,60	-	Valores Diferidos - Inscrição	51.344,60	-
Correspondência de Débitos	57.743.947,35	-	Correspondências de Créditos	57.743.947,35	-
Cota Devolvida	344.849.308,52	-	Cota Devolvida	344.849.308,52	-
Repasse Devolvido	3.470.343,14	-	Repasse Devolvido	3.470.343,14	-
Sub-repasse Devolvido	11.398.405,13	-	Sub-repasse Devolvido	11.398.405,13	-
Independentes da Execução Orçamentária	3.493.490.587.505,86	-	Independentes da Execução Orçamentária	3.493.386.059.173,36	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	247.083.948.345,99	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	247.057.494.448,06	-
Demais Transferências Recebidas	41.761.139.771,44	-	Demais Transferências Concedidas	41.760.213.492,56	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.203.897.985.160,83	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.203.961.955.958,06	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	747.514.227,60	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	606.395.274,68	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	25.406.973.684,77	-	Aporte ao RGPS	25.406.960.000,00	-
Recebimentos Extraorçamentários	**189.861.195.509,23**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**190.079.368.447,89**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	36.646.963.084,61	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	32.225.710.442,95	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	77.797.449.474,61	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	89.346.957.189,30	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52.871.674.287,82	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	54.010.503.542,47	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	22.545.108.662,19	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	14.496.197.273,17	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	40.611,09	-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos	2.019,89	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	19.902.438,70	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	4.561.378.564,44	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	9.327.600.384,99	-
Variação Cambial	940.270.449,04	-	Variação Cambial	580.976.103,60	-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados	1.060.662,71	-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito	25.138.926,45	-
DARF - SISCOMEX	40,00	-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão	951.663.918,83	-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	20.633.271.815,62	-			
Saldo do Exercício Anterior	**702.344.763.951,27**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**982.535.971.633,76**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	702.344.763.951,27	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	982.535.971.633,76	-
TOTAL	**12.089.659.243.595,73**	**-**	**TOTAL**	**12.089.659.243.595,73**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**38.569.518.709,15**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**185.218.599.726,36**	**-**
Ordinárias	**686.111.390,62**	**-**	**Ordinárias**	**54.939.175.096,98**	**-**
Vinculadas	**38.606.138.801,73**	**-**	**Vinculadas**	**130.279.424.629,38**	**-**
Educação	8.362.108.207,61	-	Educação	38.624.235.124,93	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	10.681.602,79	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	56.995.071.596,79	-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito	10.224.671.843,59	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais	14.917.383.831,80	-	Transferências Constitucionais e Legais	12.220.536.572,85	-
Previdência Social (RGPS)	11.528,13	-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações	92.194.084,97	-	Doações	91.601.306,05	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	11.704.628.550,64	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	9.967.808.478,62	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	3.519.130.995,79	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.155.499.706,55	-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-722.731.483,20	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**646.756.873.485,11**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**512.356.090.001,51**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	600.646.030.279,26	-	Resultantes da Execução Orçamentária	446.155.395.118,14	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	561.095.886.110,66	-	Repasse Concedido	406.604.619.667,00	-
Sub-repasse Recebido	39.549.925.720,35	-	Sub-repasse Concedido	39.549.925.720,35	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa	157.024,06	-	Valores Diferidos - Baixa	157.024,06	-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido	1.120,87	-	Repasse Devolvido	632.403,41	-
Sub-repasse Devolvido	60.303,32	-	Sub-repasse Devolvido	60.303,32	-
Independentes da Execução Orçamentária	46.110.843.205,85	-	Independentes da Execução Orçamentária	66.200.694.883,37	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	43.101.469.142,06	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	27.068.014.101,31	-
Demais Transferências Recebidas	46.015.483,34	-	Demais Transferências Concedidas	38.958.646,01	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.963.200.760,19	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	39.093.722.136,05	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	157.820,26	-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**36.333.616.859,00**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**24.047.881.767,83**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.179.121.150,64	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	4.271.587.195,98	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	21.226.418.765,64	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	14.808.446.104,63	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.555.316.255,66	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.773.625.948,22	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.372.760.687,06	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	194.222.519,00	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	235.488,87	-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos	2.281,13	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.478.630,12	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	193.930.398,74	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Arrecadação de Outra Unidade	4.138.200.155,84	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados	54.350,26	-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	1.232.081.901,10	-			
Saldo do Exercício Anterior	**16.994.180.050,74**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**17.031.617.608,30**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.994.180.050,74	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.031.617.608,30	-
TOTAL	**738.654.189.104,00**	**-**	**TOTAL**	**738.654.189.104,00**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	**985.415.554,64**	-	**Despesas Orçamentárias**	**35.493.069.507,10**	-
Ordinárias	**109.759.532,57**	-	**Ordinárias**	**9.472.392.701,74**	-
Vinculadas	**905.061.356,30**	-	**Vinculadas**	**26.020.676.805,36**	-
Educação	4.654.037,74	-	Educação	12.020.996.895,99	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	64.344,47	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	8.568.361.717,55	-
Operação de Crédito	1.883.850,73	-	Operação de Crédito	2.285.985.875,79	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações	297.571.687,01	-	Doações	406.367.186,42	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	600.887.436,35	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.490.832.058,83	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.248.133.070,78	-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-29.405.334,23	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**45.707.083.448,27**	-	**Transferências Financeiras Concedidas**	**12.356.845.791,32**	-
Resultantes da Execução Orçamentária	41.227.270.472,49	-	Resultantes da Execução Orçamentária	10.689.033.816,99	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	30.628.237.585,10	-	Repasse Concedido	88.261.579,33	-
Sub-repasse Recebido	10.588.894.464,02	-	Sub-repasse Concedido	10.588.894.464,02	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa	9.590.792,96	-	Valores Diferidos - Baixa	9.590.792,96	-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido	1.739.350,27	-
Sub-repasse Devolvido	547.630,41	-	Sub-repasse Devolvido	547.630,41	-
Independentes da Execução Orçamentária	4.479.812.975,78	-	Independentes da Execução Orçamentária	1.667.811.974,33	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.922.116.185,09	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.068.509.798,61	-
Demais Transferências Recebidas	13.724.861,81	-	Demais Transferências Concedidas	42.796.989,38	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	152.188.387,66	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	164.128.145,12	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	391.783.541,22	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	392.377.041,22	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**5.027.414.928,15**	-	**Despesas Extraorçamentárias**	**3.814.613.755,01**	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	846.072.615,88	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	557.489.500,72	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.019.162.676,28	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.110.171.344,52	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	57.334.532,17	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	83.150.141,06	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.104.845.103,82	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	63.802.768,71	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	97.619,56	-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	51.500,11	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	5.123.753,48	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Arrecadação de Outra Unidade	171.602,67	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados	8.803,08	-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito	58.572.592,59	-
DARF - SISCOMEX	40,00	-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão	117.316.154,53	-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	987.305.806,51	-			
Saldo do Exercício Anterior	**1.578.847.084,06**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**1.634.231.961,69**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.578.847.084,06	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.634.231.961,69	-
TOTAL	**53.298.761.015,12**	**-**	**TOTAL**	**53.298.761.015,12**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**926.626.349,96**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**12.879.589.816,65**	**-**
Ordinárias	**87.419.580,19**	**-**	**Ordinárias**	**5.450.234.217,77**	**-**
Vinculadas	**933.917.013,02**	**-**	**Vinculadas**	**7.429.355.598,88**	**-**
Educação		-	Educação	1.625.937.593,77	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	529.113.731,75	-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito	4.515.830.750,11	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações	10.000,00	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	933.917.013,02	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	756.173.567,96	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.289.955,29	-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-94.710.243,25	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**25.770.579.872,33**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**12.889.234.600,76**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	17.932.715.254,18	-	Resultantes da Execução Orçamentária	6.982.969.352,98	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	11.314.724.484,43	-	Repasse Concedido	364.978.583,23	-
Sub-repasse Recebido	6.617.990.769,75	-	Sub-repasse Concedido	6.617.990.769,75	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	7.837.864.618,15	-	Independentes da Execução Orçamentária	5.906.265.247,78	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.633.873.243,22	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	763.219.903,67	-
Demais Transferências Recebidas	2.290.465.981,75	-	Demais Transferências Concedidas	2.268.293.519,59	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.913.521.667,64	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.874.748.098,98	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	3.725,54	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	3.725,54	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**2.039.636.414,15**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**2.841.984.127,32**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	430.089.132,85	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	467.150.766,80	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.142.205.623,02	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.561.223.184,91	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	467.332.029,09	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	480.155.724,40	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	9.629,19	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	333.454.451,21	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	9.599,39	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	29,80	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	274.512.584,07	-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados	675.667,79	-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos	58.266.199,35	-
Demais Recebimentos		-			
Saldo do Exercício Anterior	**1.121.863.165,98**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**1.247.897.257,69**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.121.863.165,98	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.247.897.257,69	-
TOTAL	**29.858.705.802,42**	**-**	**TOTAL**	**29.858.705.802,42**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Receitas Orçamentárias	**727.078.852,20**	**-**	**Despesas Orçamentárias**	**3.639.916.574,40**	**-**
Ordinárias	**6.938.692,20**	**-**	**Ordinárias**	**1.141.816.010,17**	**-**
Vinculadas	**743.462.788,62**	**-**	**Vinculadas**	**2.498.100.564,23**	**-**
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.183.336.759,36	-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito	536.314.411,37	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	743.462.788,62	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	778.449.393,50	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-23.322.628,62	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**3.389.694.484,29**	**-**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**235.818.627,95**	**-**
Resultantes da Execução Orçamentária	2.938.443.080,73	-	Resultantes da Execução Orçamentária	196.202.024,88	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	2.759.370.536,31	-	Repasse Concedido	17.129.480,46	-
Sub-repasse Recebido	179.072.544,42	-	Sub-repasse Concedido	179.072.544,42	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	451.251.403,56	-	Independentes da Execução Orçamentária	39.616.603,07	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	442.035.987,64	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	23.398.161,03	-
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas	1.952.107,40	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	9.190.754,06	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	14.241.672,78	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	24.661,86	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	24.661,86	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**465.179.287,21**	**-**	**Despesas Extraorçamentárias**	**746.620.048,38**	**-**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	114.878.484,64	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	241.941.372,82	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	277.739.042,48	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	378.994.734,12	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	72.551.647,97	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	86.607.903,08	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	10.112,12	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	39.076.038,36	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	5.668,69	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.443,43	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	2.355.871,98	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**	ESPECIFICAÇÃO	**2015**	**2014**
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	2.761.034,08	-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados	155.553,41	-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos	33.803.578,89	-
Demais Recebimentos		-			
Saldo do Exercício Anterior	**289.602.805,39**	**-**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**249.200.178,36**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa	289.602.805,39	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	249.200.178,36	-
TOTAL	**4.871.555.429,09**	**-**	**TOTAL**	**4.871.555.429,09**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	**68.599.504.300,01**	**403.931.708.164,70**	**Despesas Orçamentárias**	**407.652.180.353,27**	**543.979.234.138,96**
Ordinárias	**3.941.891.416,47**	**27.459.377.639,11**	**Ordinárias**	**8.215.804.903,71**	**21.360.625.095,32**
Vinculadas	**65.070.924.675,90**	**379.321.298.188,29**	**Vinculadas**	**399.436.375.449,56**	**522.618.609.043,64**
Seguridade Social (Exceto RGPS)	28.453.718,94	225.210.663,51	Seguridade Social (Exceto RGPS)	32.165.739.157,93	52.897.431.734,27
Previdência Social (RGPS)	53.808.956.815,51	327.495.952.706,66	Operação de Crédito		34.155.322.392,37
Doações	35.615,88	35.071.895,73	Alienação de Bens e Direitos		957.187,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	10.301.014.536,47	44.548.314.999,83	Transferências Constitucionais e Legais	6.832.550.117,00	10.518.884.887,15
Outros Recursos Vinculados a Fundos	932.445.868,16	7.014.870.513,65	Previdência Social (RGPS)	333.901.585.605,43	327.338.136.215,99
Demais Recursos	18.120,94	1.877.408,91	Doações		11.633.789,73
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-413.311.792,36	-2.848.967.662,70	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	26.255.662.874,14	77.605.802.601,36
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	280.837.695,06	20.090.440.235,77
Transferências Financeiras Recebidas	**131.203.944.792,30**	**986.435.765.904,56**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**99.872.687.365,74**	**837.659.526.320,60**
Resultantes da Execução Orçamentária	61.342.897.870,02	599.693.571.020,30	Resultantes da Execução Orçamentária	12.265.783.708,68	114.055.228.481,99
Repasse Recebido	54.893.927.038,60	528.101.467.427,46	Repasse Concedido	5.816.740.561,77	42.462.054.001,84
Sub-repasse Recebido	6.447.164.349,74	71.585.617.511,65	Sub-repasse Concedido	6.447.164.349,74	71.585.617.511,65
Recursos Arrecadados - Recebidos	1.806.480,48	1.171.440,00	Recursos Arrecadados - Concedidos	1.806.480,48	1.171.440,00
Valores Diferidos - Baixa		3.231.480,58	Valores Diferidos - Baixa		3.231.480,58
Sub-repasse Devolvido	1,20	2.083.160,61	Repasse Devolvido	72.315,49	1.070.887,31
Independentes da Execução Orçamentária	65.940.236.922,28	361.335.221.199,49	Sub-repasse Devolvido	1,20	2.083.160,61
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	39.416.271.341,76	28.524.550.189,86	Independentes da Execução Orçamentária	87.606.903.657,06	723.604.297.838,61
Demais Transferências Recebidas	59.469.294,44	215.874.937,64	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.707.814.087,52	3.683.060.936,33
Movimentação de Saldos Patrimoniais	26.464.496.286,08	332.581.950.072,01	Demais Transferências Concedidas	278.061.114,13	3.029.747.774,61
Movimentações para Incorporação de Saldos		12.845.999,98	Movimento de Saldos Patrimoniais	84.621.028.455,41	716.871.092.805,00
Aporte ao RPPS	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos		20.396.322,67
Aporte ao RGPS	3.920.810.000,00	25.406.973.684,77	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**345.940.252.043,64**	**47.006.853.766,78**	**Despesas Extraorçamentárias**	**37.558.415.146,89**	**39.738.343.288,97**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	841.172.251,70	26.442.777.190,64	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	26.060.703.815,54	22.587.726.317,95
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	344.444.963.039,41	10.058.951.610,16	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.649.790.767,76	4.647.749.822,29
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	616.272.170,88	3.909.949.241,17	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	616.272.170,88	4.113.942.416,14
Outros Recebimentos Extraorçamentários	37.844.581,65	6.595.175.724,81	Outros Pagamentos Extraorçamentários	7.231.648.392,71	8.388.924.732,59
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	179.388,82		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		5.272,63
Passivos Transferidos	0,02		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		3.740.742.353,61
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	444,99	20.944,10	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	381.505.895,92	4.643.670.698,19
Variação Cambial	374.462,18	718.384,02	Variação Cambial	17.447,51	4.506.408,16
Valores em Trânsito	31.068.138,02	12.998.789,21	Demais Pagamentos	6.850.125.049,28	
DARF - SISCOMEX	5.148,00				
Ajuste Acumulado de Conversão	6.216.999,62	62.438.857,54			
Demais Recebimentos		6.518.998.749,94			
Saldo do Exercício Anterior	**144.877.744.899,95**	**128.880.520.812,44**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**145.538.163.170,00**	**144.877.744.899,95**
Caixa e Equivalentes de Caixa	144.877.744.899,95	128.880.520.812,44	Caixa e Equivalentes de Caixa	145.538.163.170,00	144.877.744.899,95
TOTAL	**690.621.446.035,90**	**1.566.254.848.648,48**	**TOTAL**	**690.621.446.035,90**	**1.566.254.848.648,48**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	**18.358.100.323,58**	**39.554.934.263,79**	**Despesas Orçamentárias**	**129.443.720.957,80**	**220.711.669.233,46**
Ordinárias	**59.300.286,52**	**795.870.923,19**	**Ordinárias**	**22.286.155.167,16**	**64.411.567.798,72**
Vinculadas	**18.570.514.863,31**	**39.511.200.158,03**	**Vinculadas**	**107.157.565.790,64**	**156.300.101.434,74**
Educação	1.749.441.271,83	8.366.762.245,35	Educação	28.262.396.558,59	50.645.232.020,92
Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.059.180,46	10.745.947,26	Seguridade Social (Exceto RGPS)	63.651.446.373,19	65.563.433.314,34
Operação de Crédito		1.883.850,73	Operação de Crédito		12.510.657.719,38
Transferências Constitucionais e Legais	3.094.498.412,97	14.917.383.831,80	Transferências Constitucionais e Legais	11.517.106.473,78	12.220.536.572,85
Previdência Social (RGPS)	1.134,77	11.528,13	Doações	2.832.696,04	497.968.492,47
Doações	379.213.121,61	389.765.771,98	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.620.067.020,04	11.458.640.537,45
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	13.256.298.666,29	12.305.515.986,99	Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.103.716.669,00	3.403.632.777,33
Outros Recursos Vinculados a Fundos	89.003.075,38	3.519.130.995,79			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-271.714.826,25	-752.136.817,43			
Transferências Financeiras Recebidas	**107.332.573.417,97**	**692.463.956.933,38**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**95.266.403.075,87**	**524.712.935.792,83**
Resultantes da Execução Orçamentária	66.216.125.314,24	641.873.300.751,75	Resultantes da Execução Orçamentária	48.390.992.328,30	456.844.428.935,13
Repasse Recebido	62.931.660.433,75	591.724.123.695,76	Repasse Concedido	45.096.059.013,09	406.692.881.246,33
Sub-repasse Recebido	3.282.187.776,18	50.138.820.184,37	Sub-repasse Concedido	3.282.187.776,19	50.138.820.184,37
Valores Diferidos - Baixa		9.747.817,02	Valores Diferidos - Baixa		9.747.817,02
Repasse Devolvido	60,00	1.120,87	Repasse Devolvido	10.468.494,71	2.371.753,68
Sub-repasse Devolvido	2.277.044,31	607.933,73	Sub-repasse Devolvido	2.277.044,31	607.933,73
Independentes da Execução Orçamentária	41.116.448.103,73	50.590.656.181,63	Independentes da Execução Orçamentária	46.875.410.747,57	67.868.506.857,70
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	39.438.261.930,26	47.023.585.327,15	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	27.986.150.383,42	28.136.523.899,92
Demais Transferências Recebidas	4.594.818,99	59.740.345,15	Demais Transferências Concedidas	10.006.280,68	81.755.635,39
Movimentação de Saldos Patrimoniais	509.243.843,04	3.115.389.147,85	Movimento de Saldos Patrimoniais	17.714.906.572,03	39.257.850.281,17
Movimentações para Incorporação de Saldos	1.164.347.511,44	391.941.361,48	Movimentações para Incorporação de Saldos	1.164.347.511,44	392.377.041,22
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**112.600.519.723,49**	**41.361.031.787,15**	**Despesas Extraorçamentárias**	**13.068.244.641,76**	**27.862.495.522,84**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.381.305.640,11	6.025.193.766,52	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	5.851.875.453,58	4.829.076.696,70
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	108.491.529.783,87	24.245.581.441,92	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.613.231.654,98	17.918.617.449,15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	603.126.879,28	4.612.650.787,83	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	603.126.879,28	4.856.776.089,28
Outros Recebimentos Extraorçamentários	124.557.420,23	6.477.605.790,88	Outros Pagamentos Extraorçamentários	10.653,92	258.025.287,71
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.870.438,08		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		333.108,43
Passivos Transferidos	80.373,77		Pagamento de Passivos Recebidos		2.281,13
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	12.021,05	2.530.130,23	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		199.054.152,22
Arrecadação de Outra Unidade	79.128.538,50	4.138.371.758,51	Valores Compensados	10.653,92	63.153,34
DARF - SISCOMEX	898,00	40,00	Valores em Trânsito		58.572.592,59
Ajuste Acumulado de Conversão	3.523.028,53	117.316.154,53			
Demais Recebimentos	39.942.122,30	2.219.387.707,61			
Saldo do Exercício Anterior	**18.665.849.569,99**	**18.573.027.134,80**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**19.178.674.359,60**	**18.665.849.569,99**
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.665.849.569,99	18.573.027.134,80	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.178.674.359,60	18.665.849.569,99
TOTAL	**256.957.043.035,03**	**791.952.950.119,12**	**TOTAL**	**256.957.043.035,03**	**791.952.950.119,12**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**
Receitas Orçamentárias	**18.588.772.640,34**	**41.208.639.465,95**	**Despesas Orçamentárias**	**134.490.228.768,43**	**237.231.175.624,51**
Ordinárias	**62.061.373,96**	**890.229.195,58**	**Ordinárias**	**25.547.604.471,57**	**71.003.618.026,66**
Vinculadas	**18.803.342.298,64**	**41.188.579.959,67**	**Vinculadas**	**108.942.624.296,86**	**166.227.557.597,85**
Educação	1.749.441.271,83	8.366.762.245,35	Educação	29.632.921.522,12	52.271.169.614,69
Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.059.180,46	10.745.947,26	Seguridade Social (Exceto RGPS)	63.858.980.345,23	67.275.883.805,45
Operação de Crédito		1.883.850,73	Operação de Crédito	52.190.963,24	17.562.802.880,86
Transferências Constitucionais e Legais	3.094.498.412,97	14.917.383.831,80	Transferências Constitucionais e Legais	11.517.106.473,78	12.220.536.572,85
Previdência Social (RGPS)	1.134,77	11.528,13	Doações	2.832.696,04	497.978.492,47
Doações	379.213.121,61	389.765.771,98	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.774.875.627,45	12.993.263.498,91
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	13.489.126.101,62	13.982.895.788,63	Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.103.716.669,00	3.405.922.732,62
Outros Recursos Vinculados a Fundos	89.003.075,38	3.519.130.995,79			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-276.631.032,26	-870.169.689,30			
Transferências Financeiras Recebidas	**110.348.479.194,15**	**721.624.231.290,00**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**96.413.074.294,33**	**537.837.989.021,54**
Resultantes da Execução Orçamentária	67.864.649.266,39	662.744.459.086,66	Resultantes da Execução Orçamentária	48.919.243.356,47	464.023.600.312,99
Repasse Recebido	64.078.514.423,73	605.798.218.716,50	Repasse Concedido	45.113.995.516,10	407.074.989.310,02
Sub-repasse Recebido	3.783.857.738,35	56.935.883.498,54	Sub-repasse Concedido	3.783.857.738,36	56.935.883.498,54
Valores Diferidos - Baixa		9.747.817,02	Valores Diferidos - Baixa		9.747.817,02
Repasse Devolvido	60,00	1.120,87	Repasse Devolvido	19.113.057,70	2.371.753,68
Sub-repasse Devolvido	2.277.044,31	607.933,73	Sub-repasse Devolvido	2.277.044,31	607.933,73
Independentes da Execução Orçamentária	42.483.829.927,76	58.879.772.203,34	Independentes da Execução Orçamentária	47.493.830.937,86	73.814.388.708,55
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	40.259.121.883,40	50.099.494.558,01	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	28.162.938.434,08	28.923.141.964,62
Demais Transferências Recebidas	215.694.863,87	2.350.206.326,90	Demais Transferências Concedidas	213.242.058,48	2.352.001.262,38
Movimentação de Saldos Patrimoniais	844.665.669,05	6.038.101.569,55	Movimento de Saldos Patrimoniais	17.953.302.933,86	42.146.840.052,93
Movimentações para Incorporação de Saldos	1.164.347.511,44	391.969.748,88	Movimentações para Incorporação de Saldos	1.164.347.511,44	392.405.428,62
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**116.765.806.092,98**	**43.496.488.824,04**	**Despesas Extraorçamentárias**	**14.032.207.043,54**	**31.081.741.034,07**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.889.142.697,20	6.570.161.384,01	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6.352.425.216,87	5.538.168.836,32
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	112.016.727.096,75	25.665.526.107,42	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.010.421.016,13	19.858.835.368,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	668.994.915,84	5.152.534.464,89	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	668.994.559,23	5.423.539.716,76
Outros Recebimentos Extraorçamentários	190.941.383,19	6.108.266.867,72	Outros Pagamentos Extraorçamentários	366.251,31	261.197.112,81
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.373.502,57		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		317.840,35
Passivos Transferidos	88.900,23		Pagamento de Passivos Recebidos		2.281,13
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	12.021,05	2.534.603,46	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		201.410.024,20
Arrecadação de Outra Unidade	98.624.775,12	3.861.098.140,36	Valores Compensados	366.251,31	894.374,54
DARF - SISCOMEX	1.112,50	40,00	Valores em Trânsito		58.572.592,59
Ajuste Acumulado de Conversão	3.523.028,53	117.316.154,53			
Demais Recebimentos	86.318.043,19	2.127.317.929,37			
Saldo do Exercício Anterior	**20.162.947.006,04**	**19.984.493.106,17**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**20.930.494.827,21**	**20.162.947.006,04**
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.162.947.006,04	19.984.493.106,17	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.930.494.827,21	20.162.947.006,04
TOTAL	**265.866.004.933,51**	**826.313.852.686,16**	**TOTAL**	**265.866.004.933,51**	**826.313.852.686,16**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	**Despesas Orçamentárias**	-	-
Ordinárias	-	-	**Ordinárias**	-	-
Vinculadas	-	-	**Vinculadas**	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	**Transferências Financeiras Concedidas**	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	**Despesas Extraorçamentárias**	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	**Saldo para o Exercício Seguinte**	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
TOTAL	-	-	**TOTAL**	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**
Receitas Orçamentárias	**68.599.504.300,01**	**403.931.708.164,70**	**Despesas Orçamentárias**	**407.652.180.353,27**	**543.979.234.138,96**
Ordinárias	**3.941.891.416,47**	**27.459.377.639,11**	**Ordinárias**	**8.215.804.903,71**	**21.360.625.095,32**
Vinculadas	**65.070.924.675,90**	**379.321.298.188,29**	**Vinculadas**	**399.436.375.449,56**	**522.618.609.043,64**
Seguridade Social (Exceto RGPS)	28.453.718,94	225.210.663,51	Seguridade Social (Exceto RGPS)	32.165.739.157,93	52.897.431.734,27
Previdência Social (RGPS)	53.808.956.815,51	327.495.952.706,66	Operação de Crédito		34.155.322.392,37
Doações	35.615,88	35.071.895,73	Alienação de Bens e Direitos		957.187,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	10.301.014.536,47	44.548.314.999,83	Transferências Constitucionais e Legais	6.832.550.117,00	10.518.884.887,15
Outros Recursos Vinculados a Fundos	932.445.868,16	7.014.870.513,65	Previdência Social (RGPS)	333.901.585.605,43	327.338.136.215,99
Demais Recursos	18.120,94	1.877.408,91	Doações		11.633.789,73
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-413.311.792,36	-2.848.967.662,70	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	26.255.662.874,14	77.605.802.601,36
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	280.837.695,06	20.090.440.235,77
Transferências Financeiras Recebidas	**131.203.944.792,30**	**986.435.765.904,56**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**99.872.687.365,74**	**837.659.526.320,60**
Resultantes da Execução Orçamentária	61.342.897.870,02	599.693.571.020,30	Resultantes da Execução Orçamentária	12.265.783.708,68	114.055.228.481,99
Repasse Recebido	54.893.927.038,60	528.101.467.427,46	Repasse Concedido	5.816.740.561,77	42.462.054.001,84
Sub-repasse Recebido	6.447.164.349,74	71.585.617.511,65	Sub-repasse Concedido	6.447.164.349,74	71.585.617.511,65
Recursos Arrecadados - Recebidos	1.806.480,48	1.171.440,00	Recursos Arrecadados - Concedidos	1.806.480,48	1.171.440,00
Valores Diferidos - Baixa		3.231.480,58	Valores Diferidos - Baixa		3.231.480,58
Sub-repasse Devolvido	1,20	2.083.160,61	Repasse Devolvido	72.315,49	1.070.887,31
Independentes da Execução Orçamentária	65.940.236.922,28	361.335.221.199,49	Sub-repasse Devolvido	1,20	2.083.160,61
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	39.416.271.341,76	28.524.550.189,86	Independentes da Execução Orçamentária	87.606.903.657,06	723.604.297.838,61
Demais Transferências Recebidas	59.469.294,44	215.874.937,64	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.707.814.087,52	3.683.060.936,33
Movimentação de Saldos Patrimoniais	26.464.496.286,08	332.581.950.072,01	Demais Transferências Concedidas	278.061.114,13	3.029.747.774,61
Movimentações para Incorporação de Saldos		12.845.999,98	Movimento de Saldos Patrimoniais	84.621.028.455,41	716.871.092.805,00
Aporte ao RPPS	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos		20.396.322,67
Aporte ao RGPS	3.920.810.000,00	25.406.973.684,77	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**345.940.252.043,64**	**47.006.853.766,78**	**Despesas Extraorçamentárias**	**37.558.415.146,89**	**39.738.343.288,97**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	841.172.251,70	26.442.777.190,64	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	26.060.703.815,54	22.587.726.317,95
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	344.444.963.039,41	10.058.951.610,16	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.649.790.767,76	4.647.749.822,29
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	616.272.170,88	3.909.949.241,17	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	616.272.170,88	4.113.942.416,14
Outros Recebimentos Extraorçamentários	37.844.581,65	6.595.175.724,81	Outros Pagamentos Extraorçamentários	7.231.648.392,71	8.388.924.732,59
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	179.388,82		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		5.272,63
Passivos Transferidos	0,02		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		3.740.742.353,61
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	444,99	20.944,10	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	381.505.895,92	4.643.670.698,19
Variação Cambial	374.462,18	718.384,02	Variação Cambial	17.447,51	4.506.408,16
Valores em Trânsito	31.068.138,02	12.998.789,21	Demais Pagamentos	6.850.125.049,28	
DARF - SISCOMEX	5.148,00				
Ajuste Acumulado de Conversão	6.216.999,62	62.438.857,54			
Demais Recebimentos		6.518.998.749,94			
Saldo do Exercício Anterior	**144.877.744.899,95**	**128.880.520.812,44**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**145.538.163.170,00**	**144.877.744.899,95**
Caixa e Equivalentes de Caixa	144.877.744.899,95	128.880.520.812,44	Caixa e Equivalentes de Caixa	145.538.163.170,00	144.877.744.899,95
TOTAL	**690.621.446.035,90**	**1.566.254.848.648,48**	**TOTAL**	**690.621.446.035,90**	**1.566.254.848.648,48**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**984.213.003.328,00**	**984.213.003.328,00**	**888.822.561.768,87**	**-95.390.441.559,13**
Receitas Tributárias	**436.957.779.432,00**	**436.957.779.432,00**	**419.480.669.027,62**	**-17.477.110.404,38**
Impostos	433.422.575.944,00	433.422.575.944,00	417.304.643.739,86	-16.117.932.204,14
Taxas	3.535.203.488,00	3.535.203.488,00	2.176.025.287,76	-1.359.178.200,24
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**337.726.805.255,00**	**337.726.805.255,00**	**359.843.013.591,34**	**22.116.208.336,34**
Contribuições Sociais	334.556.895.684,00	334.556.895.684,00	353.067.095.488,31	18.510.199.804,31
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	3.169.909.571,00	3.169.909.571,00	6.775.918.103,03	3.606.008.532,03
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**85.565.842.338,00**	**85.565.842.338,00**	**40.029.849.144,72**	**-45.535.993.193,28**
Receitas Imobiliárias	2.154.170.252,00	2.154.170.252,00	782.523.962,70	-1.371.646.289,30
Receitas de Valores Mobiliários	26.530.665.507,00	26.530.665.507,00	12.638.984.547,48	-13.891.680.959,52
Receita de Concessões e Permissões	7.087.491.926,00	7.087.491.926,00	1.644.721.709,29	-5.442.770.216,71
Compensações Financeiras	49.734.493.871,00	49.734.493.871,00	24.950.287.546,62	-24.784.206.324,38
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	1.940.000,00	1.940.000,00	1.940.000,00	-
Outras Receitas Patrimoniais	57.080.782,00	57.080.782,00	11.391.378,63	-45.689.403,37
Receitas Agropecuárias	**576.400,00**	**576.400,00**	**525.991,73**	**-50.408,27**
Receita da Produção Vegetal	380.000,00	380.000,00	421.091,00	41.091,00
Receita da Produção Animal e Derivados	196.400,00	196.400,00	104.900,73	-91.499,27
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	**1.775.000,00**	**1.775.000,00**	**28.274,47**	**-1.746.725,53**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	1.775.000,00	1.775.000,00	28.274,47	-1.746.725,53
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**36.289.184.188,00**	**36.289.184.188,00**	**26.555.413.496,47**	**-9.733.770.691,53**
Transferências Correntes	**530.777.450,00**	**530.777.450,00**	**420.380.375,96**	**-110.397.074,04**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	29.121.299,00	29.121.299,00	37.346.605,67	8.225.306,67
Transferências do Exterior	26.625.906,00	26.625.906,00	2.332.261,69	-24.293.644,31
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	470.194.519,00	470.194.519,00	380.648.605,96	-89.545.913,04
Transferências para o Combate à Fome	4.835.726,00	4.835.726,00	52.902,64	-4.782.823,36
Outras Receitas Correntes	**87.140.263.265,00**	**87.140.263.265,00**	**42.492.681.866,56**	**-44.647.581.398,44**
Multas e Juros de Mora	37.095.381.315,00	37.095.381.315,00	14.473.684.178,62	-22.621.697.136,38
Indenizações e Restituições	771.320.807,00	771.320.807,00	2.531.554.192,71	1.760.233.385,71
Receita da Dívida Ativa	26.894.076.361,00	26.894.076.361,00	3.018.295.480,48	-23.875.780.880,52
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	22.379.484.782,00	22.379.484.782,00	22.469.148.014,75	89.663.232,75
RECEITAS DE CAPITAL	**442.160.654.877,00**	**442.160.654.877,00**	**552.872.999.913,42**	**110.712.345.036,42**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	**273.629.992.651,00**	**273.629.992.651,00**	**252.167.844.848,96**	**-21.462.147.802,04**
Operações de Crédito Internas	270.842.101.890,00	270.842.101.890,00	250.468.632.303,65	-20.373.469.586,35
Operações de Crédito Externas	2.787.890.761,00	2.787.890.761,00	1.699.212.545,31	-1.088.678.215,69
Alienação de Bens	**4.118.045.255,00**	**4.118.045.255,00**	**521.576.171,32**	**-3.596.469.083,68**
Alienação de Bens Móveis	736.631.408,00	736.631.408,00	495.039.143,89	-241.592.264,11
Alienação de Bens Imóveis	3.381.413.847,00	3.381.413.847,00	26.537.027,43	-3.354.876.819,57
Amortização de Empréstimos	**33.400.574.683,00**	**33.400.574.683,00**	**47.882.898.791,67**	**14.482.324.108,67**
Transferências de Capital	**57.816.192,00**	**57.816.192,00**	**78.305.462,75**	**20.489.270,75**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	16.983.356,56	16.983.356,56
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	57.816.192,00	57.816.192,00	61.322.106,19	3.505.914,19
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**130.954.226.096,00**	**130.954.226.096,00**	**252.222.374.638,72**	**121.268.148.542,72**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	73.260.936.689,00	73.260.936.689,00	176.537.138.824,77	103.276.202.135,77
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	57.693.289.407,00	57.693.289.407,00	75.685.235.813,95	17.991.946.406,95
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**1.426.373.658.205,00**	**1.426.373.658.205,00**	**1.441.695.561.682,29**	**15.321.903.477,29**
REFINANCIAMENTO	**904.541.594.994,00**	**904.541.594.994,00**	**775.511.499.681,26**	**-129.030.095.312,74**
Operações de Crédito Internas	**902.028.908.307,00**	**902.028.908.307,00**	**775.511.499.681,26**	**-126.517.408.625,74**
Mobiliária	**902.028.908.307,00**	**902.028.908.307,00**	**775.511.499.681,26**	**-126.517.408.625,74**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**2.512.686.687,00**	**2.512.686.687,00**	**-**	**-2.512.686.687,00**
Mobiliária	**2.512.686.687,00**	**2.512.686.687,00**	**-**	**-2.512.686.687,00**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**2.330.915.253.199,00**	**2.330.915.253.199,00**	**2.217.207.061.363,55**	**-113.708.191.835,45**
TOTAL	**2.330.915.253.199,00**	**2.330.915.253.199,00**	**2.217.207.061.363,55**	**-113.708.191.835,45**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**159.563.718.794,00**	**159.563.718.794,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	4.310.195.721,00	4.310.195.721,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	153.137.369.837,00	153.137.369.837,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	2.116.153.236,00	2.116.153.236,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**831.028.375.201,00**	**928.792.347.593,00**	**815.689.620.135,94**	**790.691.130.241,51**	**788.615.697.362,90**	**113.102.727.457,06**
Pessoal e Encargos Sociais	**176.241.768.992,00**	**170.107.815.322,99**	**170.550.927.760,32**	**169.967.873.618,34**	**169.661.134.275,73**	**-443.112.437,33**
Juros e Encargos da Dívida	**225.237.249.558,00**	**277.332.812.416,00**	**208.353.961.040,42**	**208.353.961.040,42**	**208.352.386.721,67**	**68.978.851.375,58**
Outras Despesas Correntes	**429.549.356.651,00**	**481.351.719.854,01**	**436.784.731.335,20**	**412.369.295.582,75**	**410.602.176.365,50**	**44.566.988.518,81**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.203.645.641.038,00**	**403.032.707.042,76**	**213.245.369.935,16**	**196.170.888.072,56**	**194.612.296.441,21**	**189.787.337.107,60**
Investimentos	**46.067.350.195,00**	**46.140.753.697,00**	**21.267.541.326,74**	**6.982.566.641,28**	**5.442.666.495,68**	**24.873.212.370,26**
Inversões Financeiras	**26.236.697.949,00**	**23.352.312.344,00**	**10.011.298.902,90**	**7.221.791.725,76**	**7.221.774.715,76**	**13.341.013.441,10**
Amortização da Dívida	**1.131.341.592.894,00**	**333.539.641.001,76**	**181.966.529.705,52**	**181.966.529.705,52**	**181.947.855.229,77**	**151.573.111.296,24**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**19.766.956.652,00**	**19.766.956.652,00**	**-**	**-**	**-**	**19.766.956.652,00**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**2.054.440.972.891,00**	**1.351.592.011.287,76**	**1.028.934.990.071,10**	**986.862.018.314,07**	**983.227.993.804,11**	**322.657.021.216,66**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**746.408.502.368,24**	**571.897.170.555,75**	**571.897.170.555,75**	**571.897.170.555,75**	**174.511.331.812,49**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**725.434.061.703,00**	**558.794.266.103,70**	**558.794.266.103,70**	**558.794.266.103,70**	**166.639.795.599,30**
Dívida Mobiliária	-	724.958.620.551,00	558.794.266.103,70	558.794.266.103,70	558.794.266.103,70	166.164.354.447,30
Outras Dívidas	-	475.441.152,00	-	-	-	475.441.152,00
Amortização da Dívida Externa	**-**	**20.974.440.665,24**	**13.102.904.452,05**	**13.102.904.452,05**	**13.102.904.452,05**	**7.871.536.213,19**
Dívida Mobiliária	-	18.138.540.903,00	10.580.525.906,00	10.580.525.906,00	10.580.525.906,00	7.558.014.997,00
Outras Dívidas	-	2.835.899.762,24	2.522.378.546,05	2.522.378.546,05	2.522.378.546,05	313.521.216,19
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**2.054.440.972.891,00**	**2.098.000.513.656,00**	**1.600.832.160.626,85**	**1.558.759.188.869,82**	**1.555.125.164.359,86**	**497.168.353.029,15**
SUPERÁVIT			**616.374.900.736,70**			**-616.374.900.736,70**
TOTAL	**2.054.440.972.891,00**	**2.098.000.513.656,00**	**2.217.207.061.363,55**	**1.558.759.188.869,82**	**1.555.125.164.359,86**	**-119.206.547.707,55**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**29.450.510.647,95**	**45.524.732.884,13**	**45.075.952.386,29**	**44.870.540.535,21**	**22.181.332.137,60**	**7.923.370.859,27**
Pessoal e Encargos Sociais	**486.500.803,80**	**1.064.065.990,08**	**644.311.741,86**	**620.474.540,36**	**341.057.494,49**	**589.034.759,03**
Juros e Encargos da Dívida	**2.045.020,92**	**201.446.782,33**	**-**	**-**	**203.485.846,80**	**5.956,45**
Outras Despesas Correntes	**28.961.964.823,23**	**44.259.220.111,72**	**44.431.640.644,43**	**44.250.065.994,85**	**21.636.788.796,31**	**7.334.330.143,79**
DESPESAS DE CAPITAL	**23.305.638.266,35**	**25.958.513.624,29**	**20.853.860.025,61**	**19.969.831.463,62**	**4.853.994.415,76**	**24.440.326.011,26**
Investimentos	**21.727.936.049,52**	**17.769.599.901,65**	**15.308.655.005,03**	**14.444.162.402,75**	**1.252.346.172,34**	**23.801.027.376,08**
Inversões Financeiras	**1.577.702.216,83**	**7.219.456.120,01**	**5.545.205.020,58**	**5.525.669.060,87**	**2.632.191.232,79**	**639.298.043,18**
Amortização da Dívida	**-**	**969.457.602,63**	**-**	**-**	**969.457.010,63**	**592,00**
TOTAL	**52.756.148.914,30**	**71.483.246.508,42**	**65.929.812.411,90**	**64.840.371.998,83**	**27.035.326.553,36**	**32.363.696.870,53**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**514.064.301,85**	**1.952.222.079,23**	**2.040.472.924,19**	**129.958.968,86**	**295.854.488,03**
Pessoal e Encargos Sociais	**33.270.522,70**	**674.694.146,05**	**640.725.463,74**	**376.063,86**	**66.863.141,15**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**2.337.996,28**	**2.337.996,28**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**480.793.779,15**	**1.275.189.936,90**	**1.397.409.464,17**	**129.582.905,00**	**228.991.346,88**
DESPESAS DE CAPITAL	**2.130.389.706,88**	**2.340.115.793,62**	**2.059.342.364,49**	**179.559.042,38**	**2.231.604.093,63**
Investimentos	**1.633.937.209,40**	**2.193.542.139,79**	**1.459.794.705,93**	**179.559.042,38**	**2.188.125.600,88**
Inversões Financeiras	**496.452.497,48**	**125.500.360,44**	**578.474.365,17**	**-**	**43.478.492,75**
Amortização da Dívida	**-**	**21.073.293,39**	**21.073.293,39**	**-**	**-**
TOTAL	**2.644.454.008,73**	**4.292.337.872,85**	**4.099.815.288,68**	**309.518.011,24**	**2.527.458.581,66**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**1.518.111.712.880,00**	**1.518.111.712.880,00**	**1.325.741.286.874,79**	**-192.370.426.005,21**
Receitas Tributárias	**453.352.461.729,00**	**453.352.461.729,00**	**424.674.735.632,57**	**-28.677.726.096,43**
Impostos	444.231.598.069,00	444.231.598.069,00	417.304.643.739,86	-26.926.954.329,14
Taxas	9.120.863.660,00	9.120.863.660,00	7.370.091.892,71	-1.750.771.767,29
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**786.563.409.083,00**	**786.563.409.083,00**	**705.946.450.638,39**	**-80.616.958.444,61**
Contribuições Sociais	774.535.971.039,00	774.535.971.039,00	692.404.402.711,06	-82.131.568.327,94
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	12.027.438.044,00	12.027.438.044,00	13.542.047.927,33	1.514.609.883,33
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**104.827.942.251,00**	**104.827.942.251,00**	**65.822.835.167,58**	**-39.005.107.083,42**
Receitas Imobiliárias	2.610.997.961,00	2.610.997.961,00	1.474.456.881,66	-1.136.541.079,34
Receitas de Valores Mobiliários	36.113.251.060,00	36.113.251.060,00	29.022.401.122,32	-7.090.849.937,68
Receita de Concessões e Permissões	15.238.543.902,00	15.238.543.902,00	5.899.299.170,50	-9.339.244.731,50
Compensações Financeiras	50.387.484.106,00	50.387.484.106,00	28.783.942.530,75	-21.603.541.575,25
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	420.286.071,00	420.286.071,00	622.002.560,95	201.716.489,95
Outras Receitas Patrimoniais	57.379.151,00	57.379.151,00	20.732.901,40	-36.646.249,60
Receitas Agropecuárias	**30.262.599,00**	**30.262.599,00**	**28.485.707,22**	**-1.776.891,78**
Receita da Produção Vegetal	17.684.028,00	17.684.028,00	16.179.744,80	-1.504.283,20
Receita da Produção Animal e Derivados	12.570.086,00	12.570.086,00	12.254.931,72	-315.154,28
Outras Receitas Agropecuárias	8.485,00	8.485,00	51.030,70	42.545,70
Receitas Industriais	**1.076.547.455,00**	**1.076.547.455,00**	**800.839.334,69**	**-275.708.120,31**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	1.076.547.455,00	1.076.547.455,00	800.839.334,69	-275.708.120,31
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**53.466.437.216,00**	**53.466.437.216,00**	**43.943.597.706,21**	**-9.522.839.509,79**
Transferências Correntes	**963.062.879,00**	**963.062.879,00**	**1.115.841.900,06**	**152.779.021,06**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	176.468.517,00	176.468.517,00	458.132.177,30	281.663.660,30
Transferências do Exterior	40.125.906,00	40.125.906,00	2.332.261,69	-37.793.644,31
Transferências de Pessoas	701.940,00	701.940,00	2.640.420,73	1.938.480,73
Transferências de Convênios	740.930.790,00	740.930.790,00	652.684.137,70	-88.246.652,30
Transferências para o Combate à Fome	4.835.726,00	4.835.726,00	52.902,64	-4.782.823,36
Outras Receitas Correntes	**117.831.589.668,00**	**117.831.589.668,00**	**83.408.500.788,07**	**-34.423.088.879,93**
Multas e Juros de Mora	42.345.969.454,00	42.345.969.454,00	21.129.652.952,23	-21.216.316.501,77
Indenizações e Restituições	1.909.668.962,00	1.909.668.962,00	6.836.996.827,47	4.927.327.865,47
Receita da Dívida Ativa	31.037.872.980,00	31.037.872.980,00	5.640.940.420,62	-25.396.932.559,38
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	18.166.370.000,00	18.166.370.000,00	25.406.973.684,77	7.240.603.684,77
Receitas Correntes Diversas	24.371.708.272,00	24.371.708.272,00	24.393.936.902,98	22.228.630,98
RECEITAS DE CAPITAL	**454.023.639.568,00**	**454.023.639.568,00**	**561.094.622.438,15**	**107.070.982.870,15**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	**274.236.067.465,00**	**274.236.067.465,00**	**252.169.728.699,69**	**-22.066.338.765,31**
Operações de Crédito Internas	271.424.101.890,00	271.424.101.890,00	250.468.632.303,65	-20.955.469.586,35
Operações de Crédito Externas	2.811.965.575,00	2.811.965.575,00	1.701.096.396,04	-1.110.869.178,96
Alienação de Bens	**6.316.452.476,00**	**6.316.452.476,00**	**1.502.671.903,81**	**-4.813.780.572,19**
Alienação de Bens Móveis	2.685.938.075,00	2.685.938.075,00	1.379.306.506,11	-1.306.631.568,89
Alienação de Bens Imóveis	3.630.514.401,00	3.630.514.401,00	123.365.397,70	-3.507.149.003,30
Amortização de Empréstimos	**42.332.333.377,00**	**42.332.333.377,00**	**55.099.901.340,33**	**12.767.567.963,33**
Transferências de Capital	**179.611.538,00**	**179.611.538,00**	**95.601.842,28**	**-84.009.695,72**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	116.882.640,00	116.882.640,00	-	-116.882.640,00
Transferências do Exterior	-	-	16.983.356,56	16.983.356,56
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	3.855.226,36	3.855.226,36
Transferências de Convênios	62.728.898,00	62.728.898,00	74.763.259,36	12.034.361,36
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**130.959.174.712,00**	**130.959.174.712,00**	**252.226.718.652,04**	**121.267.543.940,04**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	73.260.936.689,00	73.260.936.689,00	176.537.138.824,77	103.276.202.135,77
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	57.693.289.407,00	57.693.289.407,00	75.685.235.813,95	17.991.946.406,95
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	4.201.145,00	4.201.145,00	4.065.765,18	-135.379,82
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	702.471,00	702.471,00	278.248,14	-424.222,86
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	45.000,00	45.000,00	-	-45.000,00
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**1.972.135.352.448,00**	**1.972.135.352.448,00**	**1.886.835.909.312,94**	**-85.299.443.135,06**
REFINANCIAMENTO	**904.541.594.994,00**	**904.541.594.994,00**	**775.511.499.681,26**	**-129.030.095.312,74**
Operações de Crédito Internas	**902.028.908.307,00**	**902.028.908.307,00**	**775.511.499.681,26**	**-126.517.408.625,74**
Mobiliária	**902.028.908.307,00**	**902.028.908.307,00**	**775.511.499.681,26**	**-126.517.408.625,74**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**2.512.686.687,00**	**2.512.686.687,00**	**-**	**-2.512.686.687,00**
Mobiliária	**2.512.686.687,00**	**2.512.686.687,00**	**-**	**-2.512.686.687,00**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**2.876.676.947.442,00**	**2.876.676.947.442,00**	**2.662.347.408.994,20**	**-214.329.538.447,80**
TOTAL	**2.876.676.947.442,00**	**2.876.676.947.442,00**	**2.662.347.408.994,20**	**-214.329.538.447,80**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**168.066.059.562,00**	**168.066.059.562,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	7.958.396.201,00	7.958.396.201,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	157.732.856.842,00	157.732.856.842,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	2.374.806.519,00	2.374.806.519,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**1.532.874.736.750,00**	**1.646.375.416.311,00**	**1.518.408.167.246,05**	**1.476.773.724.353,57**	**1.443.853.666.998,52**	**127.967.249.064,95**
Pessoal e Encargos Sociais	**256.867.677.140,00**	**257.837.607.880,99**	**256.456.644.167,30**	**255.479.446.116,35**	**255.070.795.692,06**	**1.380.963.713,69**
Juros e Encargos da Dívida	**225.248.120.644,00**	**277.346.405.644,00**	**208.362.864.732,98**	**208.362.694.169,69**	**208.360.341.749,48**	**68.983.540.911,02**
Outras Despesas Correntes	**1.050.758.938.966,00**	**1.111.191.402.786,01**	**1.053.588.658.345,77**	**1.012.931.584.067,53**	**980.422.529.556,98**	**57.602.744.440,24**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.307.728.318.308,00**	**509.623.986.590,45**	**291.736.228.916,21**	**255.573.222.334,08**	**251.846.316.604,52**	**217.887.757.674,24**
Investimentos	**83.090.584.204,00**	**80.424.536.525,00**	**37.573.716.610,11**	**13.315.686.433,37**	**9.640.124.166,21**	**42.850.819.914,89**
Inversões Financeiras	**93.287.423.376,00**	**95.655.404.099,00**	**72.191.791.797,58**	**60.286.986.079,16**	**60.254.317.092,51**	**23.463.612.301,42**
Amortização da Dívida	**1.131.350.310.728,00**	**333.544.045.966,45**	**181.970.720.508,52**	**181.970.549.821,55**	**181.951.875.345,80**	**151.573.325.457,93**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**36.073.892.384,00**	**36.073.892.384,00**	**-**	**-**	**-**	**36.073.892.384,00**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**2.876.676.947.442,00**	**2.192.073.295.285,45**	**1.810.144.396.162,26**	**1.732.346.946.687,65**	**1.695.699.983.603,04**	**381.928.899.123,19**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**746.412.815.237,55**	**571.898.174.228,06**	**571.898.174.228,06**	**571.898.174.228,06**	**174.514.641.009,49**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**725.437.370.900,00**	**558.794.266.103,70**	**558.794.266.103,70**	**558.794.266.103,70**	**166.643.104.796,30**
Dívida Mobiliária	-	724.958.620.551,00	558.794.266.103,70	558.794.266.103,70	558.794.266.103,70	166.164.354.447,30
Outras Dívidas	-	478.750.349,00	-	-	-	478.750.349,00
Amortização da Dívida Externa	**-**	**20.975.444.337,55**	**13.103.908.124,36**	**13.103.908.124,36**	**13.103.908.124,36**	**7.871.536.213,19**
Dívida Mobiliária	-	18.138.540.903,00	10.580.525.906,00	10.580.525.906,00	10.580.525.906,00	7.558.014.997,00
Outras Dívidas	-	2.836.903.434,55	2.523.382.218,36	2.523.382.218,36	2.523.382.218,36	313.521.216,19
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**2.876.676.947.442,00**	**2.938.486.110.523,00**	**2.382.042.570.390,32**	**2.304.245.120.915,71**	**2.267.598.157.831,10**	**556.443.540.132,68**
SUPERÁVIT			**280.304.838.603,88**			**-280.304.838.603,88**
TOTAL	**2.876.676.947.442,00**	**2.938.486.110.523,00**	**2.662.347.408.994,20**	**2.304.245.120.915,71**	**2.267.598.157.831,10**	**276.138.701.528,80**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**33.119.445.029,05**	**61.478.616.777,39**	**56.713.275.470,91**	**56.106.589.304,63**	**24.442.475.697,88**	**14.048.996.803,93**
Pessoal e Encargos Sociais	**561.563.104,59**	**1.256.983.497,91**	**727.157.673,06**	**703.175.648,00**	**435.113.225,78**	**680.257.728,72**
Juros e Encargos da Dívida	**2.045.216,36**	**201.482.480,46**	**-**	**-**	**203.518.455,71**	**9.241,11**
Outras Despesas Correntes	**32.555.836.708,10**	**60.020.150.799,02**	**55.986.117.797,85**	**55.403.413.656,63**	**23.803.844.016,39**	**13.368.729.834,10**
DESPESAS DE CAPITAL	**44.793.317.211,24**	**50.129.925.443,87**	**36.673.558.586,58**	**33.240.367.884,67**	**8.440.770.939,67**	**53.242.103.830,77**
Investimentos	**37.767.960.750,48**	**34.880.582.293,79**	**27.659.445.902,10**	**24.921.144.773,18**	**3.099.928.284,01**	**44.627.469.987,08**
Inversões Financeiras	**7.025.356.460,76**	**14.279.881.532,39**	**9.014.112.684,48**	**8.319.223.111,49**	**4.371.381.629,97**	**8.614.633.251,69**
Amortização da Dívida	**-**	**969.461.617,69**	**-**	**-**	**969.461.025,69**	**592,00**
TOTAL	**77.912.762.240,29**	**111.608.542.221,26**	**93.386.834.057,49**	**89.346.957.189,30**	**32.883.246.637,55**	**67.291.100.634,70**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**906.871.760,61**	**27.250.366.707,72**	**27.141.784.905,84**	**281.680.817,47**	**733.772.745,02**
Pessoal e Encargos Sociais	**39.330.231,88**	**980.499.615,76**	**941.859.901,20**	**2.811.408,99**	**75.158.537,45**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**2.337.996,28**	**2.337.996,28**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**867.541.528,73**	**26.267.529.095,68**	**26.197.587.008,36**	**278.869.408,48**	**658.614.207,57**
DESPESAS DE CAPITAL	**4.127.950.895,77**	**6.181.271.218,79**	**5.083.925.537,11**	**1.386.074.192,51**	**3.839.222.384,94**
Investimentos	**2.919.207.940,30**	**5.485.013.899,76**	**4.388.940.768,07**	**372.581.568,62**	**3.642.699.503,37**
Inversões Financeiras	**1.208.742.955,47**	**675.184.025,64**	**673.911.475,65**	**1.013.492.623,89**	**196.522.881,57**
Amortização da Dívida	**-**	**21.073.293,39**	**21.073.293,39**	**-**	**-**
TOTAL	**5.034.822.656,38**	**33.431.637.926,51**	**32.225.710.442,95**	**1.667.755.009,98**	**4.572.995.129,96**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**39.402.160.957,00**	**39.402.160.957,00**	**37.502.315.876,08**	**-1.899.845.080,92**
Receitas Tributárias	**5.556.603.000,00**	**5.556.603.000,00**	**5.165.654.393,69**	**-390.948.606,31**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	5.556.603.000,00	5.556.603.000,00	5.165.654.393,69	-390.948.606,31
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**24.593.997.763,00**	**24.593.997.763,00**	**20.603.473.815,66**	**-3.990.523.947,34**
Contribuições Sociais	24.589.417.778,00	24.589.417.778,00	20.597.251.681,89	-3.992.166.096,11
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	4.579.985,00	4.579.985,00	6.222.133,77	1.642.148,77
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**4.636.822.688,00**	**4.636.822.688,00**	**5.940.102.297,60**	**1.303.279.609,60**
Receitas Imobiliárias	145.004.924,00	145.004.924,00	152.509.351,20	7.504.427,20
Receitas de Valores Mobiliários	535.867.814,00	535.867.814,00	664.135.029,39	128.267.215,39
Receita de Concessões e Permissões	3.192.465.682,00	3.192.465.682,00	973.303.661,56	-2.219.162.020,44
Compensações Financeiras	499.823.249,00	499.823.249,00	3.712.177.516,64	3.212.354.267,64
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	263.408.666,00	263.408.666,00	436.676.428,48	173.267.762,48
Outras Receitas Patrimoniais	252.353,00	252.353,00	1.300.310,33	1.047.957,33
Receitas Agropecuárias	**13.431.902,00**	**13.431.902,00**	**11.243.155,10**	**-2.188.746,90**
Receita da Produção Vegetal	5.238.841,00	5.238.841,00	4.543.763,74	-695.077,26
Receita da Produção Animal e Derivados	8.184.576,00	8.184.576,00	6.654.660,65	-1.529.915,35
Outras Receitas Agropecuárias	8.485,00	8.485,00	44.730,71	36.245,71
Receitas Industriais	**106.657.363,00**	**106.657.363,00**	**116.779.351,73**	**10.121.988,73**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	106.657.363,00	106.657.363,00	116.779.351,73	10.121.988,73
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**2.886.545.308,00**	**2.886.545.308,00**	**2.870.092.076,80**	**-16.453.231,20**
Transferências Correntes	**100.579.360,00**	**100.579.360,00**	**161.367.194,52**	**60.787.834,52**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	14.717.180,00	14.717.180,00	93.537.363,26	78.820.183,26
Transferências do Exterior	11.100.000,00	11.100.000,00	-	-11.100.000,00
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	74.762.180,00	74.762.180,00	67.829.831,26	-6.932.348,74
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**1.507.523.573,00**	**1.507.523.573,00**	**2.633.603.590,98**	**1.126.080.017,98**
Multas e Juros de Mora	1.081.706.792,00	1.081.706.792,00	1.455.687.161,71	373.980.369,71
Indenizações e Restituições	278.721.872,00	278.721.872,00	1.020.604.751,59	741.882.879,59
Receita da Dívida Ativa	108.197.387,00	108.197.387,00	127.979.012,90	19.781.625,90
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	38.897.522,00	38.897.522,00	29.332.664,78	-9.564.857,22
RECEITAS DE CAPITAL	**2.211.988.848,00**	**2.211.988.848,00**	**1.067.202.833,07**	**-1.144.786.014,93**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	**587.774.814,00**	**587.774.814,00**	**-**	**-587.774.814,00**
Operações de Crédito Internas	582.000.000,00	582.000.000,00	-	-582.000.000,00
Operações de Crédito Externas	5.774.814,00	5.774.814,00	-	-5.774.814,00
Alienação de Bens	**50.810.220,00**	**50.810.220,00**	**26.225.453,08**	**-24.584.766,92**
Alienação de Bens Móveis	4.665.949,00	4.665.949,00	2.316.483,46	-2.349.465,54
Alienação de Bens Imóveis	46.144.271,00	46.144.271,00	23.908.969,62	-22.235.301,38
Amortização de Empréstimos	**1.454.448.033,00**	**1.454.448.033,00**	**1.041.330.441,13**	**-413.117.591,87**
Transferências de Capital	**118.910.781,00**	**118.910.781,00**	**-353.061,14**	**-119.263.842,14**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	116.882.640,00	116.882.640,00	-	-116.882.640,00
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	2.028.141,00	2.028.141,00	-353.061,14	-2.381.202,14
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**45.000,00**	**45.000,00**	**-**	**-45.000,00**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	45.000,00	45.000,00	-	-45.000,00
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**41.614.149.805,00**	**41.614.149.805,00**	**38.569.518.709,15**	**-3.044.631.095,85**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**41.614.149.805,00**	**41.614.149.805,00**	**38.569.518.709,15**	**-3.044.631.095,85**
DÉFICIT			**146.649.081.017,21**	**146.649.081.017,21**
TOTAL	**41.614.149.805,00**	**41.614.149.805,00**	**185.218.599.726,36**	**143.604.449.921,36**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**5.719.590.994,00**	**5.719.590.994,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	1.786.229.123,00	1.786.229.123,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	3.811.922.276,00	3.811.922.276,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	121.439.595,00	121.439.595,00	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**111.235.610.286,00**	**117.866.122.238,00**	**155.259.544.189,42**	**145.814.623.458,41**	**142.326.361.787,34**	**-37.393.421.951,42**
Pessoal e Encargos Sociais	**51.615.016.781,00**	**56.712.595.891,00**	**55.422.453.145,29**	**55.225.708.539,72**	**55.205.870.754,06**	**1.290.142.745,71**
Juros e Encargos da Dívida	**2.790.300,00**	**2.738.773,00**	**610.472,85**	**439.909,56**	**439.909,56**	**2.128.300,15**
Outras Despesas Correntes	**59.617.803.205,00**	**61.150.787.574,00**	**99.836.480.571,28**	**90.588.475.009,13**	**87.120.051.123,72**	**-38.685.692.997,28**
DESPESAS DE CAPITAL	**41.503.959.313,00**	**44.296.246.250,00**	**29.959.055.536,94**	**18.177.557.502,31**	**16.486.698.022,74**	**14.337.190.713,06**
Investimentos	**26.158.213.189,00**	**24.437.236.101,00**	**11.915.381.927,83**	**4.014.122.120,31**	**2.325.979.077,29**	**12.521.854.173,17**
Inversões Financeiras	**15.338.196.124,00**	**19.854.769.346,00**	**18.039.482.806,11**	**14.159.415.265,97**	**14.156.698.829,42**	**1.815.286.539,89**
Amortização da Dívida	**7.550.000,00**	**4.240.803,00**	**4.190.803,00**	**4.020.116,03**	**4.020.116,03**	**50.000,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**6.453.831.063,00**	**6.453.831.063,00**	**-**	**-**	**-**	**6.453.831.063,00**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**159.193.400.662,00**	**168.616.199.551,00**	**185.218.599.726,36**	**163.992.180.960,72**	**158.813.059.810,08**	**-16.602.400.175,36**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**3.309.197,00**	**-**	**-**	**-**	**3.309.197,00**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**3.309.197,00**	**-**	**-**	**-**	**3.309.197,00**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	3.309.197,00	-	-	-	3.309.197,00
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**159.193.400.662,00**	**168.619.508.748,00**	**185.218.599.726,36**	**163.992.180.960,72**	**158.813.059.810,08**	**-16.599.090.978,36**
TOTAL	**159.193.400.662,00**	**168.619.508.748,00**	**185.218.599.726,36**	**163.992.180.960,72**	**158.813.059.810,08**	**-16.599.090.978,36**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**1.955.868.830,29**	**7.325.680.205,18**	**6.661.504.547,33**	**6.526.129.541,63**	**933.554.401,83**	**1.821.865.092,01**
Pessoal e Encargos Sociais	**60.404.864,02**	**61.691.601,46**	**28.740.202,14**	**28.740.202,14**	**65.505.230,25**	**27.851.033,09**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**32.413,47**	**-**	**-**	**32.413,47**	**-**
Outras Despesas Correntes	**1.895.463.966,27**	**7.263.956.190,25**	**6.632.764.345,19**	**6.497.389.339,49**	**868.016.758,11**	**1.794.014.058,92**
DESPESAS DE CAPITAL	**11.297.906.027,82**	**13.782.442.804,99**	**10.008.329.760,71**	**8.282.316.563,00**	**1.363.273.838,74**	**15.434.758.431,07**
Investimentos	**10.554.424.829,48**	**12.894.717.237,51**	**8.746.239.400,36**	**7.452.856.226,42**	**1.358.723.165,94**	**14.637.562.674,63**
Inversões Financeiras	**743.481.198,34**	**887.721.552,42**	**1.262.090.360,35**	**829.460.336,58**	**4.546.657,74**	**797.195.756,44**
Amortização da Dívida	**-**	**4.015,06**	**-**	**-**	**4.015,06**	**-**
TOTAL	**13.253.774.858,11**	**21.108.123.010,17**	**16.669.834.308,04**	**14.808.446.104,63**	**2.296.828.240,57**	**17.256.623.523,08**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**112.420.635,48**	**2.156.576.594,28**	**2.107.449.479,87**	**60.902.789,37**	**100.644.960,52**
Pessoal e Encargos Sociais	**2.719.512,03**	**159.719.061,12**	**158.507.420,63**	**1.787.929,87**	**2.143.222,65**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	**109.701.123,45**	**1.996.857.533,16**	**1.948.942.059,24**	**59.114.859,50**	**98.501.737,87**
DESPESAS DE CAPITAL	**338.404.686,10**	**2.277.876.663,21**	**2.164.137.716,11**	**19.830.709,64**	**432.312.923,56**
Investimentos	**338.372.685,47**	**2.271.250.187,14**	**2.159.947.564,67**	**19.830.408,08**	**429.844.899,86**
Inversões Financeiras	**32.000,63**	**6.626.476,07**	**4.190.151,44**	**301,56**	**2.468.023,70**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**450.825.321,58**	**4.434.453.257,49**	**4.271.587.195,98**	**80.733.499,01**	**532.957.884,08**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**877.237.439,00**	**877.237.439,00**	**967.955.701,42**	**90.718.262,42**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**103.319.149,00**	**103.319.149,00**	**109.363.740,95**	**6.044.591,95**
Receitas Imobiliárias	45.715.344,00	45.715.344,00	41.985.769,45	-3.729.574,55
Receitas de Valores Mobiliários	57.461.330,00	57.461.330,00	61.253.484,57	3.792.154,57
Receita de Concessões e Permissões	141.408,00	141.408,00	127.108,64	-14.299,36
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	1.067,00	1.067,00	5.997.378,29	5.996.311,29
Receitas Agropecuárias	**278.749,00**	**278.749,00**	**223.264,15**	**-55.484,85**
Receita da Produção Vegetal	258.339,00	258.339,00	123.770,38	-134.568,62
Receita da Produção Animal e Derivados	20.410,00	20.410,00	99.193,77	78.783,77
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	300,00	300,00
Receitas Industriais	**948.540,00**	**948.540,00**	**359.598,22**	**-588.941,78**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	948.540,00	948.540,00	359.598,22	-588.941,78
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**415.121.152,00**	**415.121.152,00**	**140.559.456,19**	**-274.561.695,81**
Transferências Correntes	**250.895.477,00**	**250.895.477,00**	**487.647.930,77**	**236.752.453,77**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	73.000.991,00	73.000.991,00	296.811.961,57	223.810.970,57
Transferências do Exterior	2.400.000,00	2.400.000,00	-	-2.400.000,00
Transferências de Pessoas	600.000,00	600.000,00	756.089,57	156.089,57
Transferências de Convênios	174.894.486,00	174.894.486,00	190.079.879,63	15.185.393,63
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**106.674.372,00**	**106.674.372,00**	**229.801.711,14**	**123.127.339,14**
Multas e Juros de Mora	2.435.127,00	2.435.127,00	5.940.835,96	3.505.708,96
Indenizações e Restituições	103.619.973,00	103.619.973,00	219.211.257,01	115.591.284,01
Receita da Dívida Ativa	-	-	9.980,56	9.980,56
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	619.272,00	619.272,00	4.639.637,61	4.020.365,61
RECEITAS DE CAPITAL	**5.544.423,00**	**5.544.423,00**	**17.459.853,22**	**11.915.430,22**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	**-**	**-**	**1.883.850,73**	**1.883.850,73**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	1.883.850,73	1.883.850,73
Alienação de Bens	**3.559.858,00**	**3.559.858,00**	**1.781.788,18**	**-1.778.069,82**
Alienação de Bens Móveis	3.559.858,00	3.559.858,00	1.780.976,18	-1.778.881,82
Alienação de Bens Imóveis	-	-	812,00	812,00
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**1.984.565,00**	**1.984.565,00**	**13.794.214,31**	**11.809.649,31**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	1.984.565,00	1.984.565,00	13.794.214,31	11.809.649,31
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**882.781.862,00**	**882.781.862,00**	**985.415.554,64**	**102.633.692,64**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**882.781.862,00**	**882.781.862,00**	**985.415.554,64**	**102.633.692,64**
DÉFICIT			**34.507.653.952,46**	**34.507.653.952,46**
TOTAL	**882.781.862,00**	**882.781.862,00**	**35.493.069.507,10**	**34.610.287.645,10**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**698.257.338,00**	**698.257.338,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	70.324.999,00	70.324.999,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	627.932.339,00	627.932.339,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**27.753.619.921,00**	**30.012.967.752,01**	**34.003.886.059,64**	**31.810.203.380,91**	**31.080.021.384,44**	**-3.990.918.307,63**
Pessoal e Encargos Sociais	**15.430.014.858,00**	**16.091.405.913,00**	**15.795.265.557,69**	**15.771.807.803,14**	**15.763.010.925,94**	**296.140.355,31**
Juros e Encargos da Dívida	**207.412,00**	**207.412,00**	**188.365,63**	**188.365,63**	**188.365,63**	**19.046,37**
Outras Despesas Correntes	**12.323.397.651,00**	**13.921.354.427,01**	**18.208.432.136,32**	**16.038.207.212,14**	**15.316.822.092,87**	**-4.287.077.709,31**
DESPESAS DE CAPITAL	**3.183.041.925,00**	**3.057.237.928,69**	**1.488.179.775,15**	**662.699.777,60**	**546.809.158,19**	**1.569.058.153,54**
Investimentos	**3.154.415.209,00**	**3.029.534.885,00**	**1.475.137.524,54**	**651.075.777,60**	**535.185.158,19**	**1.554.397.360,46**
Inversões Financeiras	**27.458.882,00**	**27.538.882,00**	**13.042.250,61**	**11.624.000,00**	**11.624.000,00**	**14.496.631,39**
Amortização da Dívida	**1.167.834,00**	**164.161,69**	**-**	**-**	**-**	**164.161,69**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**30.936.661.846,00**	**33.070.205.680,70**	**35.492.065.834,79**	**32.472.903.158,51**	**31.626.830.542,63**	**-2.421.860.154,09**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**1.003.672,31**	**1.003.672,31**	**1.003.672,31**	**1.003.672,31**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**1.003.672,31**	**1.003.672,31**	**1.003.672,31**	**1.003.672,31**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	1.003.672,31	1.003.672,31	1.003.672,31	1.003.672,31	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**30.936.661.846,00**	**33.071.209.353,01**	**35.493.069.507,10**	**32.473.906.830,82**	**31.627.834.214,94**	**-2.421.860.154,09**
TOTAL	**30.936.661.846,00**	**33.071.209.353,01**	**35.493.069.507,10**	**32.473.906.830,82**	**31.627.834.214,94**	**-2.421.860.154,09**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**698.589.526,31**	**2.474.793.075,98**	**2.151.672.107,13**	**1.986.265.744,96**	**151.983.968,12**	**1.035.132.889,21**
Pessoal e Encargos Sociais	**8.002.478,51**	**53.246.874,87**	**1.353.971,96**	**1.237.534,56**	**22.078.160,99**	**37.933.657,83**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**690.587.047,80**	**2.421.546.201,11**	**2.150.318.135,17**	**1.985.028.210,40**	**129.905.807,13**	**997.199.231,38**
DESPESAS DE CAPITAL	**2.224.764.140,65**	**1.416.324.143,14**	**1.187.006.031,81**	**1.123.905.599,56**	**247.131.397,58**	**2.270.051.286,65**
Investimentos	**2.221.210.883,65**	**1.416.321.093,14**	**1.187.002.981,81**	**1.123.902.549,56**	**244.506.926,58**	**2.269.122.500,65**
Inversões Financeiras	**3.553.257,00**	**3.050,00**	**3.050,00**	**3.050,00**	**2.624.471,00**	**928.786,00**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**2.923.353.666,96**	**3.891.117.219,12**	**3.338.678.138,94**	**3.110.171.344,52**	**399.115.365,70**	**3.305.184.175,86**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**85.330.338,96**	**433.233.492,15**	**403.775.038,62**	**44.462.764,11**	**70.326.028,38**
Pessoal e Encargos Sociais	**51.066,61**	**63.875.770,75**	**63.717.670,81**	**152.534,88**	**56.631,67**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	**85.279.272,35**	**369.357.721,40**	**340.057.367,81**	**44.310.229,23**	**70.269.396,71**
DESPESAS DE CAPITAL	**558.001.978,62**	**113.416.594,64**	**153.714.462,10**	**158.401.283,12**	**359.302.828,04**
Investimentos	**558.001.978,62**	**113.416.594,64**	**153.714.462,10**	**158.401.283,12**	**359.302.828,04**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**643.332.317,58**	**546.650.086,79**	**557.489.500,72**	**202.864.047,23**	**429.628.856,42**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**1.363.073.400,00**	**1.363.073.400,00**	**915.100.167,91**	**-447.973.232,09**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**88,44**	**88,44**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	88,44	88,44
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**177.911.013,00**	**177.911.013,00**	**242.675.515,70**	**64.764.502,70**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	177.911.013,00	177.911.013,00	242.675.515,70	64.764.502,70
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**74.266.988,00**	**74.266.988,00**	**113.967.308,41**	**39.700.320,41**
Receitas Imobiliárias	12.840.003,00	12.840.003,00	12.462.021,17	-377.981,83
Receitas de Valores Mobiliários	60.388.671,00	60.388.671,00	100.630.062,25	40.241.391,25
Receita de Concessões e Permissões	1.038.314,00	1.038.314,00	749.206,85	-289.107,15
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	126.018,14	126.018,14
Receitas Agropecuárias	**15.975.548,00**	**15.975.548,00**	**16.493.296,24**	**517.748,24**
Receita da Produção Vegetal	11.806.848,00	11.806.848,00	11.091.119,68	-715.728,32
Receita da Produção Animal e Derivados	4.168.700,00	4.168.700,00	5.396.176,57	1.227.476,57
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	5.999,99	5.999,99
Receitas Industriais	**92.822.389,00**	**92.822.389,00**	**70.963.415,50**	**-21.858.973,50**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	92.822.389,00	92.822.389,00	70.963.415,50	-21.858.973,50
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**882.914.261,00**	**882.914.261,00**	**316.887.246,04**	**-566.027.014,96**
Transferências Correntes	**7.272.829,00**	**7.272.829,00**	**2.883.619,94**	**-4.389.209,06**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	7.272.829,00	7.272.829,00	2.883.619,94	-4.389.209,06
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**111.910.372,00**	**111.910.372,00**	**151.229.677,64**	**39.319.305,64**
Multas e Juros de Mora	5.098.373,00	5.098.373,00	4.315.661,53	-782.711,47
Indenizações e Restituições	104.362.385,00	104.362.385,00	143.246.375,79	38.883.990,79
Receita da Dívida Ativa	-	-	22.565,68	22.565,68
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	2.449.614,00	2.449.614,00	3.645.074,64	1.195.460,64
RECEITAS DE CAPITAL	**1.943.679.693,00**	**1.943.679.693,00**	**11.526.182,05**	**-1.932.153.510,95**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	**18.300.000,00**	**18.300.000,00**	**-**	**-18.300.000,00**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	18.300.000,00	18.300.000,00	-	-18.300.000,00
Alienação de Bens	**1.924.479.693,00**	**1.924.479.693,00**	**11.526.182,05**	**-1.912.953.510,95**
Alienação de Bens Móveis	1.904.569.701,00	1.904.569.701,00	6.267.714,56	-1.898.301.986,44
Alienação de Bens Imóveis	19.909.992,00	19.909.992,00	5.258.467,49	-14.651.524,51
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**900.000,00**	**900.000,00**	**-**	**-900.000,00**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	900.000,00	900.000,00	-	-900.000,00
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**3.306.753.093,00**	**3.306.753.093,00**	**926.626.349,96**	**-2.380.126.743,04**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**3.306.753.093,00**	**3.306.753.093,00**	**926.626.349,96**	**-2.380.126.743,04**
DÉFICIT			**11.952.963.466,69**	**11.952.963.466,69**
TOTAL	**3.306.753.093,00**	**3.306.753.093,00**	**12.879.589.816,65**	**9.572.836.723,65**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**86.789.690,00**	**86.789.690,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	66.730.000,00	66.730.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	20.059.690,00	20.059.690,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**8.620.550.883,00**	**9.899.039.944,00**	**10.215.222.943,88**	**9.680.144.731,41**	**9.464.681.882,22**	**-316.182.999,88**
Pessoal e Encargos Sociais	**6.235.830.212,00**	**7.208.839.083,00**	**6.960.197.784,96**	**6.843.355.877,42**	**6.780.477.830,28**	**248.641.298,04**
Juros e Encargos da Dívida	**1.676.998,00**	**1.676.998,00**	**9.687,20**	**9.687,20**	**9.687,20**	**1.667.310,80**
Outras Despesas Correntes	**2.383.043.673,00**	**2.688.523.863,00**	**3.255.015.471,72**	**2.836.779.166,79**	**2.684.194.364,74**	**-566.491.608,72**
DESPESAS DE CAPITAL	**5.676.108.989,00**	**5.316.929.260,00**	**2.664.366.872,77**	**2.057.239.462,22**	**1.842.613.178,56**	**2.652.562.387,23**
Investimentos	**3.469.248.989,00**	**2.914.929.260,00**	**1.891.260.836,62**	**1.325.601.508,20**	**1.117.574.290,63**	**1.023.668.423,38**
Inversões Financeiras	**2.206.860.000,00**	**2.402.000.000,00**	**773.106.036,15**	**731.637.954,02**	**725.038.887,93**	**1.628.893.963,85**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**132.923.763,00**	**132.923.763,00**	**-**	**-**	**-**	**132.923.763,00**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**14.429.583.635,00**	**15.348.892.967,00**	**12.879.589.816,65**	**11.737.384.193,63**	**11.307.295.060,78**	**2.469.303.150,35**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**14.429.583.635,00**	**15.348.892.967,00**	**12.879.589.816,65**	**11.737.384.193,63**	**11.307.295.060,78**	**2.469.303.150,35**
TOTAL	**14.429.583.635,00**	**15.348.892.967,00**	**12.879.589.816,65**	**11.737.384.193,63**	**11.307.295.060,78**	**2.469.303.150,35**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**118.650.733,99**	**386.759.547,66**	**332.155.975,41**	**313.041.416,01**	**38.764.447,76**	**153.604.417,88**
Pessoal e Encargos Sociais	**3.856.126,34**	**35.122.581,13**	**13.518.073,58**	**13.518.073,58**	**4.795.080,00**	**20.665.553,89**
Juros e Encargos da Dívida	**195,44**	**3.284,66**	**-**	**-**	**195,44**	**3.284,66**
Outras Despesas Correntes	**114.794.412,21**	**351.633.681,87**	**318.637.901,83**	**299.523.342,43**	**33.969.172,32**	**132.935.579,33**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.170.224.380,38**	**1.911.364.767,62**	**1.606.767.055,85**	**1.248.181.768,90**	**188.066.115,44**	**1.645.341.263,66**
Investimentos	**1.169.850.750,50**	**1.828.749.880,17**	**1.565.250.337,43**	**1.206.997.004,77**	**162.636.506,37**	**1.628.967.119,53**
Inversões Financeiras	**373.629,88**	**82.614.887,45**	**41.516.718,42**	**41.184.764,13**	**25.429.609,07**	**16.374.144,13**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**1.288.875.114,37**	**2.298.124.315,28**	**1.938.923.031,26**	**1.561.223.184,91**	**226.830.563,20**	**1.798.945.681,54**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**10.862.890,85**	**154.641.715,82**	**148.106.189,46**	**2.850.854,09**	**14.547.563,12**
Pessoal e Encargos Sociais	**193.300,13**	**44.065.149,18**	**43.499.894,11**	**481.597,27**	**276.957,93**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	**10.669.590,72**	**110.576.566,64**	**104.606.295,35**	**2.369.256,82**	**14.270.605,19**
DESPESAS DE CAPITAL	**180.554.148,03**	**409.786.046,87**	**319.044.577,34**	**4.266.736,44**	**267.028.881,12**
Investimentos	**178.942.174,46**	**403.962.279,76**	**314.075.794,93**	**3.314.665,46**	**265.513.993,83**
Inversões Financeiras	**1.611.973,57**	**5.823.767,11**	**4.968.782,41**	**952.070,98**	**1.514.887,29**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**191.417.038,88**	**564.427.762,69**	**467.150.766,80**	**7.117.590,53**	**281.576.444,24**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**861.996.477,00**	**861.996.477,00**	**727.038.109,50**	**-134.958.367,50**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**23.098.715,00**	**23.098.715,00**	**30.194.195,54**	**7.095.480,54**
Receitas Imobiliárias	8.817.104,00	8.817.104,00	12.071.348,96	3.254.244,96
Receitas de Valores Mobiliários	11.581.327,00	11.581.327,00	16.794.955,29	5.213.628,29
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	2.700.284,00	2.700.284,00	1.327.891,29	-1.372.392,71
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	**578.324.124,00**	**578.324.124,00**	**417.773.268,02**	**-160.550.855,98**
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	578.324.124,00	578.324.124,00	417.773.268,02	-160.550.855,98
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**258.444.395,00**	**258.444.395,00**	**257.851.275,47**	**-593.119,53**
Transferências Correntes	**489.000,00**	**489.000,00**	**290.933,01**	**-198.066,99**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	489.000,00	489.000,00	290.933,01	-198.066,99
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**1.640.243,00**	**1.640.243,00**	**20.928.437,46**	**19.288.194,46**
Multas e Juros de Mora	1.009.408,00	1.009.408,00	1.187.314,93	177.906,93
Indenizações e Restituições	27.178,00	27.178,00	19.126.522,30	19.099.344,30
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	603.657,00	603.657,00	614.600,23	10.943,23
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**40.742,70**	**40.742,70**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	**-**	**-**	**40.742,70**	**40.742,70**
Alienação de Bens Móveis	-	-	40.742,70	40.742,70
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**861.996.477,00**	**861.996.477,00**	**727.078.852,20**	**-134.917.624,80**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**861.996.477,00**	**861.996.477,00**	**727.078.852,20**	**-134.917.624,80**
DÉFICIT			**2.912.837.722,20**	**2.912.837.722,20**
TOTAL	**861.996.477,00**	**861.996.477,00**	**3.639.916.574,40**	**2.777.920.097,40**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**17.270.419,00**	**17.270.419,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	1.370.419,00	1.370.419,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	15.900.000,00	15.900.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**2.958.516.788,00**	**3.461.416.590,00**	**3.507.696.532,02**	**3.315.902.411,39**	**3.220.352.019,58**	**-46.279.942,02**
Pessoal e Encargos Sociais	**1.889.553.020,00**	**2.279.339.048,00**	**2.240.668.509,48**	**2.228.155.027,28**	**2.219.760.762,12**	**38.670.538,52**
Juros e Encargos da Dívida	**6.196.376,00**	**8.970.045,00**	**8.095.166,88**	**8.095.166,88**	**7.317.065,42**	**874.878,12**
Outras Despesas Correntes	**1.062.767.392,00**	**1.173.107.497,00**	**1.258.932.855,66**	**1.079.652.217,23**	**993.274.192,04**	**-85.825.358,66**
DESPESAS DE CAPITAL	**445.496.351,00**	**420.913.351,00**	**132.220.042,38**	**46.275.120,53**	**26.947.027,70**	**288.693.308,62**
Investimentos	**445.496.351,00**	**420.913.351,00**	**132.220.042,38**	**46.275.120,53**	**26.947.027,70**	**288.693.308,62**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**3.404.013.139,00**	**3.882.329.941,00**	**3.639.916.574,40**	**3.362.177.531,92**	**3.247.299.047,28**	**242.413.366,60**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**3.404.013.139,00**	**3.882.329.941,00**	**3.639.916.574,40**	**3.362.177.531,92**	**3.247.299.047,28**	**242.413.366,60**
TOTAL	**3.404.013.139,00**	**3.882.329.941,00**	**3.639.916.574,40**	**3.362.177.531,92**	**3.247.299.047,28**	**242.413.366,60**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**111.076.711,41**	**191.065.381,13**	**153.384.155,89**	**151.046.441,84**	**5.792.173,99**	**145.303.476,71**
Pessoal e Encargos Sociais	**519.432,08**	**14.262.064,96**	**10.836.289,66**	**10.807.903,50**	**1.664.795,86**	**2.308.797,68**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**110.557.279,33**	**176.803.316,17**	**142.547.866,23**	**140.238.538,34**	**4.127.378,13**	**142.994.679,03**
DESPESAS DE CAPITAL	**551.157.151,17**	**193.747.331,53**	**283.104.611,13**	**227.948.292,28**	**2.551.124,86**	**514.405.065,56**
Investimentos	**551.157.151,17**	**193.747.331,53**	**283.104.611,13**	**227.948.292,28**	**2.551.124,86**	**514.405.065,56**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**662.233.862,58**	**384.812.712,66**	**436.488.767,02**	**378.994.734,12**	**8.343.298,85**	**659.708.542,27**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**12.740.744,51**	**78.801.242,87**	**69.246.928,51**	**1.775.847,91**	**20.519.210,96**
Pessoal e Encargos Sociais	**3.095.020,33**	**30.030.317,39**	**27.309.019,06**	-	**5.816.318,66**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	**9.645.724,18**	**48.770.925,48**	**41.937.909,45**	**1.775.847,91**	**14.702.892,30**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.518.312,96**	**176.121.239,70**	**172.694.444,31**	**606.012,38**	**4.339.095,97**
Investimentos	**1.518.312,96**	**176.121.239,70**	**172.694.444,31**	**606.012,38**	**4.339.095,97**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**14.259.057,47**	**254.922.482,57**	**241.941.372,82**	**2.381.860,29**	**24.858.306,93**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**466.899.514.552,00**	**466.899.514.552,00**	**67.465.204.938,18**	**-399.434.309.613,82**
Receitas Tributárias	**8.550.438.594,00**	**8.550.438.594,00**	**4.455.142,86**	**-8.545.983.451,14**
Impostos	8.540.687.647,00	8.540.687.647,00	-	-8.540.687.647,00
Taxas	9.750.947,00	9.750.947,00	4.455.142,86	-5.295.804,14
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**402.336.946.667,00**	**402.336.946.667,00**	**54.077.006.324,61**	**-348.259.940.342,39**
Contribuições Sociais	394.792.767.900,00	394.792.767.900,00	53.316.540.677,62	-341.476.227.222,38
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	7.544.178.767,00	7.544.178.767,00	760.465.646,99	-6.783.713.120,01
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**17.576.959.215,00**	**17.576.959.215,00**	**2.696.406.859,70**	**-14.880.552.355,30**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	229.390.269,00	229.390.269,00	86.782.412,50	-142.607.856,50
Valores Mobiliários	11.187.485.350,00	11.187.485.350,00	2.560.483.906,01	-8.627.001.443,99
Delegação de Serviços Públicos	5.946.075.031,00	5.946.075.031,00	4.982.786,14	-5.941.092.244,86
Exploração de Recursos Naturais	97.005.106,00	97.005.106,00	19.598.037,24	-77.407.068,76
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	117.003.459,00	117.003.459,00	24.559.717,81	-92.443.741,19
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita Industrial	**206.367.827,00**	**206.367.827,00**	**30.912.023,97**	**-175.455.803,03**
Receitas de Serviços	**15.936.638.845,00**	**15.936.638.845,00**	**6.209.266.717,05**	**-9.727.372.127,95**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	214.327.593,00	214.327.593,00	21.448.069,30	-192.879.523,70
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	3.007.911.555,00	3.007.911.555,00	607.996.186,19	-2.399.915.368,81
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	1.408.148.373,00	1.408.148.373,00	122.116.264,92	-1.286.032.108,08
Serviços e Atividades Financeiras	11.292.819.395,00	11.292.819.395,00	5.456.594.602,39	-5.836.224.792,61
Outros Serviços	13.431.929,00	13.431.929,00	1.111.594,25	-12.320.334,75
Transferências Correntes	**145.141.498,00**	**145.141.498,00**	**6.644.160,28**	**-138.497.337,72**
Outras Receitas Correntes	**22.147.021.906,00**	**22.147.021.906,00**	**4.440.513.709,71**	**-17.706.508.196,29**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.039.080.788,00	1.039.080.788,00	120.812.555,69	-918.268.232,31
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.922.278.451,00	1.922.278.451,00	240.227.164,44	-1.682.051.286,56
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	122.262.490,00	122.262.490,00	3.111.407,89	-119.151.082,11
Demais Receitas Correntes	19.063.400.177,00	19.063.400.177,00	4.076.362.581,69	-14.987.037.595,31
RECEITAS DE CAPITAL	**7.666.408.298,00**	**7.666.408.298,00**	**1.134.299.361,83**	**-6.532.108.936,17**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	**226.364.345,00**	**226.364.345,00**	**1.864.462,56**	**-224.499.882,44**
Alienação de Bens Móveis	20.435.490,00	20.435.490,00	347.946,24	-20.087.543,76
Alienação de Bens Imóveis	205.928.855,00	205.928.855,00	1.516.516,32	-204.412.338,68
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**7.411.149.833,00**	**7.411.149.833,00**	**1.132.434.899,27**	**-6.278.714.933,73**
Transferências de Capital	**28.894.120,00**	**28.894.120,00**	**-**	**-28.894.120,00**
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**474.565.922.850,00**	**474.565.922.850,00**	**68.599.504.300,01**	**-405.966.418.549,99**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Externo	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**474.565.922.850,00**	**474.565.922.850,00**	**68.599.504.300,01**	**-405.966.418.549,99**
DÉFICIT			**339.052.676.053,26**	**339.052.676.053,26**
TOTAL	**474.565.922.850,00**	**474.565.922.850,00**	**407.652.180.353,27**	**-66.913.742.496,73**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**6.400.000,00**	**6.400.000,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	3.200.000,00	3.200.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	3.200.000,00	3.200.000,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**612.540.341.609,00**	**612.541.147.269,00**	**384.030.428.735,66**	**59.376.711.159,47**	**58.543.894.672,46**	**228.510.718.533,34**
Pessoal e Encargos Sociais	**10.976.770.510,00**	**10.976.770.510,00**	**2.179.781.418,29**	**2.007.926.228,22**	**1.897.417.519,22**	**8.796.989.091,71**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**601.563.571.099,00**	**601.564.376.759,00**	**381.850.647.317,37**	**57.368.784.931,25**	**56.646.477.153,24**	**219.713.729.441,63**
DESPESAS DE CAPITAL	**45.708.927.014,00**	**45.711.327.014,00**	**23.621.751.617,61**	**3.830.506.154,39**	**3.822.150.389,70**	**22.089.575.396,39**
Investimentos	**2.621.136.605,00**	**2.623.536.605,00**	**115.578.768,05**	**8.968.878,33**	**613.113,64**	**2.507.957.836,95**
Inversões Financeiras	**43.087.790.409,00**	**43.087.790.409,00**	**23.506.172.849,56**	**3.821.537.276,06**	**3.821.537.276,06**	**19.581.617.559,44**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**25.921.848.385,00**	**25.921.848.385,00**	**-**	**-**	**-**	**25.921.848.385,00**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**684.171.117.008,00**	**684.174.322.668,00**	**407.652.180.353,27**	**63.207.217.313,86**	**62.366.045.062,16**	**276.522.142.314,73**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**684.171.117.008,00**	**684.174.322.668,00**	**407.652.180.353,27**	**63.207.217.313,86**	**62.366.045.062,16**	**276.522.142.314,73**
TOTAL	**684.171.117.008,00**	**684.174.322.668,00**	**407.652.180.353,27**	**63.207.217.313,86**	**62.366.045.062,16**	**276.522.142.314,73**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**2.890.971.864,01**	**4.270.638.567,15**	**2.638.453.248,91**	**2.578.016.551,41**	**32.098.486,47**	**4.551.495.393,28**
Pessoal e Encargos Sociais	**2.463.927,20**	**44.586.159,11**	**6.727.774,04**	**6.727.774,04**	**-**	**40.322.312,27**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**2.888.507.936,81**	**4.226.052.408,04**	**2.631.725.474,87**	**2.571.288.777,37**	**32.098.486,47**	**4.511.173.081,01**
DESPESAS DE CAPITAL	**8.591.220.216,34**	**5.788.537.055,80**	**1.089.875.554,69**	**1.071.774.216,35**	**747.734.446,10**	**12.560.248.609,69**
Investimentos	**1.672.775.329,62**	**596.192.387,40**	**106.904.583,29**	**88.803.244,95**	**68.286.863,07**	**2.111.877.609,00**
Inversões Financeiras	**6.918.444.886,72**	**5.192.344.668,40**	**982.970.971,40**	**982.970.971,40**	**679.447.583,03**	**10.448.371.000,69**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**11.482.192.080,35**	**10.059.175.622,95**	**3.728.328.803,60**	**3.649.790.767,76**	**779.832.932,57**	**17.111.744.002,97**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**231.880.494,01**	**26.394.619.144,08**	**25.921.387.774,45**	**158.557.970,57**	**546.553.893,07**
Pessoal e Encargos Sociais	**2.265,39**	**2.004.106,52**	**2.004.106,52**	**-0,01**	**2.265,40**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-0,01**	**0,01**
Outras Despesas Correntes	**231.878.228,62**	**26.392.615.037,56**	**25.919.383.667,93**	**158.557.970,59**	**546.551.627,66**
DESPESAS DE CAPITAL	**544.634.562,62**	**473.976.276,01**	**139.316.041,09**	**10.007.016,50**	**869.287.781,04**
Investimentos	**395.573.084,79**	**208.248.166,78**	**104.211.797,17**	**10.007.016,52**	**489.602.437,88**
Inversões Financeiras	**149.061.477,83**	**265.728.109,23**	**35.104.243,92**	**-0,01**	**379.685.343,15**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-0,01**	**0,01**
TOTAL	**776.515.056,63**	**26.868.595.420,09**	**26.060.703.815,54**	**168.564.987,07**	**1.415.841.674,11**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**36.915.068.159,00**	**36.915.068.159,00**	**18.219.976.385,91**	**-18.695.091.773,09**
Receitas Tributárias	**3.509.914.696,00**	**3.509.914.696,00**	**442.544.340,65**	**-3.067.370.355,35**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	3.509.914.696,00	3.509.914.696,00	442.544.340,65	-3.067.370.355,35
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**24.155.560.303,00**	**24.155.560.303,00**	**4.558.198.785,69**	**-19.597.361.517,31**
Contribuições Sociais	24.148.970.672,00	24.148.970.672,00	4.558.196.409,07	-19.590.774.262,93
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	6.589.631,00	6.589.631,00	2.376,62	-6.587.254,38
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**3.110.445.424,00**	**3.110.445.424,00**	**12.240.090.463,30**	**9.129.645.039,30**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	884.237.515,00	884.237.515,00	131.046.784,20	-753.190.730,80
Valores Mobiliários	609.615.404,00	609.615.404,00	97.753.105,59	-511.862.298,41
Delegação de Serviços Públicos	531.607.250,00	531.607.250,00	7.310.304,70	-524.296.945,30
Exploração de Recursos Naturais	663.154.206,00	663.154.206,00	11.905.746.553,89	11.242.592.347,89
Exploração do Patrimônio Intangível	5.500,00	5.500,00	300,00	-5.200,00
Cessão de Direitos	421.825.549,00	421.825.549,00	97.730.800,37	-324.094.748,63
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	502.614,55	502.614,55
Receita Agropecuária	**13.193.643,00**	**13.193.643,00**	**1.391.630,59**	**-11.802.012,41**
Receita Industrial	**114.804.225,00**	**114.804.225,00**	**14.318.647,87**	**-100.485.577,13**
Receitas de Serviços	**3.546.011.494,00**	**3.546.011.494,00**	**451.542.572,25**	**-3.094.468.921,75**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.145.779.687,00	3.145.779.687,00	404.853.274,03	-2.740.926.412,97
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	70.810.232,00	70.810.232,00	7.262.020,17	-63.548.211,83
Serviços e Atividades Financeiras	319.846.057,00	319.846.057,00	35.314.699,84	-284.531.357,16
Outros Serviços	9.575.518,00	9.575.518,00	4.112.578,21	-5.462.939,79
Transferências Correntes	**340.713.275,00**	**340.713.275,00**	**220.875.435,15**	**-119.837.839,85**
Outras Receitas Correntes	**2.124.425.099,00**	**2.124.425.099,00**	**291.014.510,41**	**-1.833.410.588,59**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.352.372.541,00	1.352.372.541,00	176.715.615,43	-1.175.656.925,57
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	345.571.257,00	345.571.257,00	102.963.965,41	-242.607.291,59
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	364.955.834,00	364.955.834,00	924,48	-364.954.909,52
Demais Receitas Correntes	61.525.467,00	61.525.467,00	11.334.005,09	-50.191.461,91
RECEITAS DE CAPITAL	**1.713.438.740,00**	**1.713.438.740,00**	**138.123.937,67**	**-1.575.314.802,33**
Operações de Crédito	**478.824.597,00**	**478.824.597,00**	**-**	**-478.824.597,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	473.944.590,00	473.944.590,00	-	-473.944.590,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	4.880.007,00	4.880.007,00	-	-4.880.007,00
Alienação de Bens	**45.112.863,00**	**45.112.863,00**	**2.338.141,97**	**-42.774.721,03**
Alienação de Bens Móveis	3.761.281,00	3.761.281,00	589.278,58	-3.172.002,42
Alienação de Bens Imóveis	41.351.582,00	41.351.582,00	1.748.863,39	-39.602.718,61
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**1.052.883.651,00**	**1.052.883.651,00**	**135.673.818,57**	**-917.209.832,43**
Transferências de Capital	**136.617.629,00**	**136.617.629,00**	**111.977,13**	**-136.505.651,87**
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**38.628.506.899,00**	**38.628.506.899,00**	**18.358.100.323,58**	**-20.270.406.575,42**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Externo	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**38.628.506.899,00**	**38.628.506.899,00**	**18.358.100.323,58**	**-20.270.406.575,42**
DÉFICIT			**111.085.620.634,22**	**111.085.620.634,22**
TOTAL	**38.628.506.899,00**	**38.628.506.899,00**	**129.443.720.957,80**	**90.815.214.058,80**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**4.000.000,00**	**4.000.000,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	2.000.000,00	2.000.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	2.000.000,00	2.000.000,00	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**136.599.254.065,00**	**136.708.544.500,00**	**125.008.779.726,27**	**19.868.395.814,45**	**16.501.033.204,37**	**11.699.764.773,73**
Pessoal e Encargos Sociais	**71.338.934.067,00**	**71.338.934.067,00**	**46.363.748.466,50**	**8.569.294.674,59**	**5.722.516.834,77**	**24.975.185.600,50**
Juros e Encargos da Dívida	**2.493.146,00**	**2.493.146,00**	**-**	**-**	**-**	**2.493.146,00**
Outras Despesas Correntes	**65.257.826.852,00**	**65.367.117.287,00**	**78.645.031.259,77**	**11.299.101.139,86**	**10.778.516.369,60**	**-13.277.913.972,77**
DESPESAS DE CAPITAL	**36.427.742.917,00**	**36.424.142.917,00**	**4.434.941.231,53**	**1.083.795.359,48**	**1.069.852.329,45**	**31.989.201.685,47**
Investimentos	**15.575.570.787,00**	**15.577.570.787,00**	**151.943.429,81**	**43.404.630,24**	**29.606.355,31**	**15.425.627.357,19**
Inversões Financeiras	**20.844.122.130,00**	**20.844.122.130,00**	**4.282.997.801,72**	**1.040.390.729,24**	**1.040.245.974,14**	**16.561.124.328,28**
Amortização da Dívida	**8.050.000,00**	**2.450.000,00**	**-**	**-**	**-**	**2.450.000,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**6.945.066.328,00**	**6.945.066.328,00**	**-**	**-**	**-**	**6.945.066.328,00**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**179.972.063.310,00**	**180.077.753.745,00**	**129.443.720.957,80**	**20.952.191.173,93**	**17.570.885.533,82**	**50.634.032.787,20**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**5.600.000,00**	**-**	**-**	**-**	**5.600.000,00**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**5.600.000,00**	**-**	**-**	**-**	**5.600.000,00**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	5.600.000,00	-	-	-	5.600.000,00
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**179.972.063.310,00**	**180.083.353.745,00**	**129.443.720.957,80**	**20.952.191.173,93**	**17.570.885.533,82**	**50.639.632.787,20**
TOTAL	**179.972.063.310,00**	**180.083.353.745,00**	**129.443.720.957,80**	**20.952.191.173,93**	**17.570.885.533,82**	**50.639.632.787,20**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**2.561.395.053,64**	**11.649.985.616,11**	**5.827.041.111,49**	**5.125.890.577,62**	**48.354.769,14**	**9.037.135.322,99**
Pessoal e Encargos Sociais	**65.668.253,52**	**220.202.360,12**	**81.265.107,33**	**78.471.271,77**	**9.302.760,03**	**198.096.581,84**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**170.563,29**	**47.867,15**	**47.867,15**	**-**	**122.696,14**
Outras Despesas Correntes	**2.495.726.800,12**	**11.429.612.692,70**	**5.745.728.137,01**	**5.047.371.438,70**	**39.052.009,11**	**8.838.916.045,01**
DESPESAS DE CAPITAL	**15.915.696.087,76**	**12.606.978.032,18**	**2.434.868.414,99**	**1.487.341.077,36**	**39.330.477,07**	**26.996.002.565,51**
Investimentos	**15.550.201.569,09**	**8.725.321.554,46**	**1.893.727.322,00**	**947.165.892,08**	**37.673.827,68**	**23.290.683.403,79**
Inversões Financeiras	**365.494.518,67**	**3.881.485.790,75**	**541.098.025,70**	**540.132.117,99**	**1.656.649,39**	**3.705.191.542,04**
Amortização da Dívida	**-**	**170.686,97**	**43.067,29**	**43.067,29**	**-**	**127.619,68**
TOTAL	**18.477.091.141,40**	**24.256.963.648,29**	**8.261.909.526,48**	**6.613.231.654,98**	**87.685.246,21**	**36.033.137.888,50**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**170.970.988,90**	**4.520.069.743,23**	**3.424.497.472,23**	**7.359.063,66**	**1.259.184.196,24**
Pessoal e Encargos Sociais	**2.199.854,32**	**28.751.100,26**	**16.182.223,74**	**193.498,69**	**14.575.232,15**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**0,01**	**-0,01**
Outras Despesas Correntes	**168.771.134,58**	**4.491.318.642,97**	**3.408.315.248,49**	**7.165.564,96**	**1.244.608.964,10**
DESPESAS DE CAPITAL	**791.615.751,60**	**3.595.863.728,94**	**2.427.377.981,35**	**10.667.342,01**	**1.949.434.157,18**
Investimentos	**789.147.727,90**	**3.160.517.268,62**	**2.324.340.505,27**	**10.667.341,99**	**1.614.657.149,26**
Inversões Financeiras	**2.468.023,70**	**435.346.460,32**	**103.037.476,08**	**0,01**	**334.777.007,93**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**0,01**	**-0,01**
TOTAL	**962.586.740,50**	**8.115.933.472,17**	**5.851.875.453,58**	**18.026.405,67**	**3.208.618.353,42**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**38.785.857.386,00**	**38.785.857.386,00**	**18.448.301.731,03**	**-20.337.555.654,97**
Receitas Tributárias	**3.509.914.696,00**	**3.509.914.696,00**	**442.542.932,18**	**-3.067.371.763,82**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	3.509.914.696,00	3.509.914.696,00	442.542.932,18	-3.067.371.763,82
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**24.379.993.366,00**	**24.379.993.366,00**	**4.558.291.493,72**	**-19.821.701.872,28**
Contribuições Sociais	24.148.970.672,00	24.148.970.672,00	4.558.196.409,07	-19.590.774.262,93
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	231.022.694,00	231.022.694,00	95.084,65	-230.927.609,35
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**3.240.129.160,00**	**3.240.129.160,00**	**12.261.766.635,67**	**9.021.637.475,67**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	911.990.592,00	911.990.592,00	134.651.746,71	-777.338.845,29
Valores Mobiliários	711.546.063,00	711.546.063,00	115.426.833,36	-596.119.229,64
Delegação de Serviços Públicos	531.607.250,00	531.607.250,00	7.707.786,79	-523.899.463,21
Exploração de Recursos Naturais	663.154.206,00	663.154.206,00	11.905.746.553,89	11.242.592.347,89
Exploração do Patrimônio Intangível	5.500,00	5.500,00	300,00	-5.200,00
Cessão de Direitos	421.825.549,00	421.825.549,00	97.730.800,37	-324.094.748,63
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	502.614,55	502.614,55
Receita Agropecuária	**28.597.738,00**	**28.597.738,00**	**2.354.412,01**	**-26.243.325,99**
Receita Industrial	**942.985.476,00**	**942.985.476,00**	**95.091.006,56**	**-847.894.469,44**
Receitas de Serviços	**4.057.488.561,00**	**4.057.488.561,00**	**516.013.610,64**	**-3.541.474.950,36**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.277.096.307,00	3.277.096.307,00	430.573.278,51	-2.846.523.028,49
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	242.467.251,00	242.467.251,00	26.057.005,36	-216.410.245,64
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	208.489.253,00	208.489.253,00	19.380.669,71	-189.108.583,29
Serviços e Atividades Financeiras	319.846.057,00	319.846.057,00	35.477.919,77	-284.368.137,23
Outros Serviços	9.589.693,00	9.589.693,00	4.524.737,29	-5.064.955,71
Transferências Correntes	**359.235.783,00**	**359.235.783,00**	**221.044.480,80**	**-138.191.302,20**
Outras Receitas Correntes	**2.267.512.606,00**	**2.267.512.606,00**	**351.197.159,45**	**-1.916.315.446,55**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.356.355.205,00	1.356.355.205,00	177.093.803,90	-1.179.261.401,10
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	484.623.084,00	484.623.084,00	162.097.331,39	-322.525.752,61
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	364.965.892,00	364.965.892,00	2.083,94	-364.963.808,06
Demais Receitas Correntes	61.568.425,00	61.568.425,00	12.003.940,22	-49.564.484,78
RECEITAS DE CAPITAL	**4.398.130.391,00**	**4.398.130.391,00**	**140.470.909,31**	**-4.257.659.481,69**
Operações de Crédito	**488.824.597,00**	**488.824.597,00**	**-**	**-488.824.597,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	473.944.590,00	473.944.590,00	-	-473.944.590,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	14.880.007,00	14.880.007,00	-	-14.880.007,00
Alienação de Bens	**58.007.434,00**	**58.007.434,00**	**4.685.113,61**	**-53.322.320,39**
Alienação de Bens Móveis	6.561.994,00	6.561.994,00	775.992,27	-5.786.001,73
Alienação de Bens Imóveis	51.445.440,00	51.445.440,00	3.909.121,34	-47.536.318,66
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**3.702.883.651,00**	**3.702.883.651,00**	**135.673.818,57**	**-3.567.209.832,43**
Transferências de Capital	**137.603.415,00**	**137.603.415,00**	**111.977,13**	**-137.491.437,87**
Outras Receitas de Capital	**10.811.294,00**	**10.811.294,00**	**-**	**-10.811.294,00**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	10.811.294,00	10.811.294,00	-	-10.811.294,00
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**43.183.987.777,00**	**43.183.987.777,00**	**18.588.772.640,34**	**-24.595.215.136,66**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Externo	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**43.183.987.777,00**	**43.183.987.777,00**	**18.588.772.640,34**	**-24.595.215.136,66**
DÉFICIT			**115.901.456.128,09**	**115.901.456.128,09**
TOTAL	**43.183.987.777,00**	**43.183.987.777,00**	**134.490.228.768,43**	**91.306.240.991,43**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**126.300.000,00**	**126.300.000,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	63.150.000,00	63.150.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	63.150.000,00	63.150.000,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**150.103.282.237,00**	**150.213.197.581,00**	**129.984.582.951,92**	**21.361.486.654,51**	**17.496.481.940,91**	**20.228.614.629,08**
Pessoal e Encargos Sociais	**81.549.469.958,00**	**81.549.469.958,00**	**50.616.025.618,83**	**9.780.937.396,96**	**6.527.801.718,37**	**30.933.444.339,17**
Juros e Encargos da Dívida	**11.236.448,00**	**11.236.448,00**	**-**	**-**	**-**	**11.236.448,00**
Outras Despesas Correntes	**68.542.575.831,00**	**68.652.491.175,00**	**79.368.557.333,09**	**11.580.549.257,55**	**10.968.680.222,54**	**-10.716.066.158,09**
DESPESAS DE CAPITAL	**41.675.099.741,00**	**41.732.649.741,00**	**4.505.645.816,51**	**1.112.015.017,17**	**1.087.877.033,57**	**37.227.003.924,49**
Investimentos	**17.993.497.372,00**	**18.056.647.372,00**	**185.134.166,08**	**47.906.361,70**	**33.844.583,25**	**17.871.513.205,92**
Inversões Financeiras	**23.673.552.369,00**	**23.673.552.369,00**	**4.320.511.650,43**	**1.064.108.655,47**	**1.054.032.450,32**	**19.353.040.718,57**
Amortização da Dívida	**8.050.000,00**	**2.450.000,00**	**-**	**-**	**-**	**2.450.000,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**7.268.322.311,00**	**7.268.322.311,00**	**-**	**-**	**-**	**7.268.322.311,00**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**199.046.704.289,00**	**199.214.169.633,00**	**134.490.228.768,43**	**22.473.501.671,68**	**18.584.358.974,48**	**64.723.940.864,57**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**5.600.000,00**	**-**	**-**	**-**	**5.600.000,00**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**5.600.000,00**	**-**	**-**	**-**	**5.600.000,00**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	5.600.000,00	-	-	-	5.600.000,00
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**199.046.704.289,00**	**199.219.769.633,00**	**134.490.228.768,43**	**22.473.501.671,68**	**18.584.358.974,48**	**64.729.540.864,57**
TOTAL	**199.046.704.289,00**	**199.219.769.633,00**	**134.490.228.768,43**	**22.473.501.671,68**	**18.584.358.974,48**	**64.729.540.864,57**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**2.838.850.674,78**	**12.376.857.949,21**	**6.109.940.212,54**	**5.372.013.168,60**	**55.598.683,18**	**9.788.096.772,21**
Pessoal e Encargos Sociais	**88.614.218,93**	**349.557.749,86**	**161.965.333,47**	**158.925.433,90**	**11.548.101,91**	**267.698.432,98**
Juros e Encargos da Dívida	**3.284,66**	**170.563,29**	**47.867,15**	**47.867,15**	**-**	**125.980,80**
Outras Despesas Correntes	**2.750.233.171,19**	**12.027.129.636,06**	**5.947.927.011,92**	**5.213.039.867,55**	**44.050.581,27**	**9.520.272.358,43**
DESPESAS DE CAPITAL	**17.661.700.811,18**	**13.300.050.364,58**	**2.687.966.298,90**	**1.638.407.847,53**	**41.252.201,51**	**29.282.091.126,72**
Investimentos	**17.280.164.102,67**	**9.376.925.804,73**	**2.127.617.580,23**	**1.080.949.437,38**	**39.594.252,12**	**25.536.546.217,90**
Inversões Financeiras	**381.536.708,51**	**3.922.953.872,88**	**560.305.651,38**	**557.415.342,86**	**1.657.949,39**	**3.745.417.289,14**
Amortização da Dívida	**-**	**170.686,97**	**43.067,29**	**43.067,29**	**-**	**127.619,68**
TOTAL	**20.500.551.485,96**	**25.676.908.313,79**	**8.797.906.511,44**	**7.010.421.016,13**	**96.850.884,69**	**39.070.187.898,93**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**206.326.412,42**	**4.852.535.316,00**	**3.663.593.674,07**	**10.351.655,82**	**1.384.916.398,53**
Pessoal e Encargos Sociais	**8.293.130,91**	**100.051.798,72**	**79.492.944,43**	**2.454.285,20**	**26.397.700,00**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**778.101,46**	**-**	**0,01**	**778.101,45**
Outras Despesas Correntes	**198.033.281,51**	**4.751.705.415,82**	**3.584.100.729,64**	**7.897.370,61**	**1.357.740.597,08**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.062.695.079,25**	**4.243.559.711,23**	**2.688.831.542,80**	**11.088.695,85**	**2.606.334.551,83**
Investimentos	**1.058.712.168,26**	**3.801.282.230,53**	**2.580.365.453,06**	**11.075.591,99**	**2.268.553.353,74**
Inversões Financeiras	**3.982.910,99**	**442.277.480,70**	**108.466.089,74**	**13.103,85**	**337.781.198,10**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**0,01**	**-0,01**
TOTAL	**1.269.021.491,67**	**9.096.095.027,23**	**6.352.425.216,87**	**21.440.351,67**	**3.991.250.950,36**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**466.899.514.552,00**	**466.899.514.552,00**	**67.465.204.938,18**	**-399.434.309.613,82**
Receitas Tributárias	**8.550.438.594,00**	**8.550.438.594,00**	**4.455.142,86**	**-8.545.983.451,14**
Impostos	8.540.687.647,00	8.540.687.647,00	-	-8.540.687.647,00
Taxas	9.750.947,00	9.750.947,00	4.455.142,86	-5.295.804,14
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**402.336.946.667,00**	**402.336.946.667,00**	**54.077.006.324,61**	**-348.259.940.342,39**
Contribuições Sociais	394.792.767.900,00	394.792.767.900,00	53.316.540.677,62	-341.476.227.222,38
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	7.544.178.767,00	7.544.178.767,00	760.465.646,99	-6.783.713.120,01
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**17.576.959.215,00**	**17.576.959.215,00**	**2.696.406.859,70**	**-14.880.552.355,30**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	229.390.269,00	229.390.269,00	86.782.412,50	-142.607.856,50
Valores Mobiliários	11.187.485.350,00	11.187.485.350,00	2.560.483.906,01	-8.627.001.443,99
Delegação de Serviços Públicos	5.946.075.031,00	5.946.075.031,00	4.982.786,14	-5.941.092.244,86
Exploração de Recursos Naturais	97.005.106,00	97.005.106,00	19.598.037,24	-77.407.068,76
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	117.003.459,00	117.003.459,00	24.559.717,81	-92.443.741,19
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita Industrial	**206.367.827,00**	**206.367.827,00**	**30.912.023,97**	**-175.455.803,03**
Receitas de Serviços	**15.936.638.845,00**	**15.936.638.845,00**	**6.209.266.717,05**	**-9.727.372.127,95**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	214.327.593,00	214.327.593,00	21.448.069,30	-192.879.523,70
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	3.007.911.555,00	3.007.911.555,00	607.996.186,19	-2.399.915.368,81
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	1.408.148.373,00	1.408.148.373,00	122.116.264,92	-1.286.032.108,08
Serviços e Atividades Financeiras	11.292.819.395,00	11.292.819.395,00	5.456.594.602,39	-5.836.224.792,61
Outros Serviços	13.431.929,00	13.431.929,00	1.111.594,25	-12.320.334,75
Transferências Correntes	**145.141.498,00**	**145.141.498,00**	**6.644.160,28**	**-138.497.337,72**
Outras Receitas Correntes	**22.147.021.906,00**	**22.147.021.906,00**	**4.440.513.709,71**	**-17.706.508.196,29**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.039.080.788,00	1.039.080.788,00	120.812.555,69	-918.268.232,31
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.922.278.451,00	1.922.278.451,00	240.227.164,44	-1.682.051.286,56
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	122.262.490,00	122.262.490,00	3.111.407,89	-119.151.082,11
Demais Receitas Correntes	19.063.400.177,00	19.063.400.177,00	4.076.362.581,69	-14.987.037.595,31
RECEITAS DE CAPITAL	**7.666.408.298,00**	**7.666.408.298,00**	**1.134.299.361,83**	**-6.532.108.936,17**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	**226.364.345,00**	**226.364.345,00**	**1.864.462,56**	**-224.499.882,44**
Alienação de Bens Móveis	20.435.490,00	20.435.490,00	347.946,24	-20.087.543,76
Alienação de Bens Imóveis	205.928.855,00	205.928.855,00	1.516.516,32	-204.412.338,68
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**7.411.149.833,00**	**7.411.149.833,00**	**1.132.434.899,27**	**-6.278.714.933,73**
Transferências de Capital	**28.894.120,00**	**28.894.120,00**	**-**	**-28.894.120,00**
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**474.565.922.850,00**	**474.565.922.850,00**	**68.599.504.300,01**	**-405.966.418.549,99**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Externo	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**474.565.922.850,00**	**474.565.922.850,00**	**68.599.504.300,01**	**-405.966.418.549,99**
DÉFICIT			**339.052.676.053,26**	**339.052.676.053,26**
TOTAL	**474.565.922.850,00**	**474.565.922.850,00**	**407.652.180.353,27**	**-66.913.742.496,73**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**6.400.000,00**	**6.400.000,00**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	3.200.000,00	3.200.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	3.200.000,00	3.200.000,00	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**612.540.341.609,00**	**612.541.147.269,00**	**384.030.428.735,66**	**59.376.711.159,47**	**58.543.894.672,46**	**228.510.718.533,34**
Pessoal e Encargos Sociais	**10.976.770.510,00**	**10.976.770.510,00**	**2.179.781.418,29**	**2.007.926.228,22**	**1.897.417.519,22**	**8.796.989.091,71**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**601.563.571.099,00**	**601.564.376.759,00**	**381.850.647.317,37**	**57.368.784.931,25**	**56.646.477.153,24**	**219.713.729.441,63**
DESPESAS DE CAPITAL	**45.708.927.014,00**	**45.711.327.014,00**	**23.621.751.617,61**	**3.830.506.154,39**	**3.822.150.389,70**	**22.089.575.396,39**
Investimentos	**2.621.136.605,00**	**2.623.536.605,00**	**115.578.768,05**	**8.968.878,33**	**613.113,64**	**2.507.957.836,95**
Inversões Financeiras	**43.087.790.409,00**	**43.087.790.409,00**	**23.506.172.849,56**	**3.821.537.276,06**	**3.821.537.276,06**	**19.581.617.559,44**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**25.921.848.385,00**	**25.921.848.385,00**	**-**	**-**	**-**	**25.921.848.385,00**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**684.171.117.008,00**	**684.174.322.668,00**	**407.652.180.353,27**	**63.207.217.313,86**	**62.366.045.062,16**	**276.522.142.314,73**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**684.171.117.008,00**	**684.174.322.668,00**	**407.652.180.353,27**	**63.207.217.313,86**	**62.366.045.062,16**	**276.522.142.314,73**
TOTAL	**684.171.117.008,00**	**684.174.322.668,00**	**407.652.180.353,27**	**63.207.217.313,86**	**62.366.045.062,16**	**276.522.142.314,73**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**2.890.971.864,01**	**4.270.638.567,15**	**2.638.453.248,91**	**2.578.016.551,41**	**32.098.486,47**	**4.551.495.393,28**
Pessoal e Encargos Sociais	**2.463.927,20**	**44.586.159,11**	**6.727.774,04**	**6.727.774,04**	**-**	**40.322.312,27**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**2.888.507.936,81**	**4.226.052.408,04**	**2.631.725.474,87**	**2.571.288.777,37**	**32.098.486,47**	**4.511.173.081,01**
DESPESAS DE CAPITAL	**8.591.220.216,34**	**5.788.537.055,80**	**1.089.875.554,69**	**1.071.774.216,35**	**747.734.446,10**	**12.560.248.609,69**
Investimentos	**1.672.775.329,62**	**596.192.387,40**	**106.904.583,29**	**88.803.244,95**	**68.286.863,07**	**2.111.877.609,00**
Inversões Financeiras	**6.918.444.886,72**	**5.192.344.668,40**	**982.970.971,40**	**982.970.971,40**	**679.447.583,03**	**10.448.371.000,69**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**11.482.192.080,35**	**10.059.175.622,95**	**3.728.328.803,60**	**3.649.790.767,76**	**779.832.932,57**	**17.111.744.002,97**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**231.880.494,01**	**26.394.619.144,08**	**25.921.387.774,45**	**158.557.970,57**	**546.553.893,07**
Pessoal e Encargos Sociais	**2.265,39**	**2.004.106,52**	**2.004.106,52**	**-0,01**	**2.265,40**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-0,01**	**0,01**
Outras Despesas Correntes	**231.878.228,62**	**26.392.615.037,56**	**25.919.383.667,93**	**158.557.970,59**	**546.551.627,66**
DESPESAS DE CAPITAL	**544.634.562,62**	**473.976.276,01**	**139.316.041,09**	**10.007.016,50**	**869.287.781,04**
Investimentos	**395.573.084,79**	**208.248.166,78**	**104.211.797,17**	**10.007.016,52**	**489.602.437,88**
Inversões Financeiras	**149.061.477,83**	**265.728.109,23**	**35.104.243,92**	**-0,01**	**379.685.343,15**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-0,01**	**0,01**
TOTAL	**776.515.056,63**	**26.868.595.420,09**	**26.060.703.815,54**	**168.564.987,07**	**1.415.841.674,11**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	54.722.512,61	-740.162.586.216,82	-	-	-740.107.863.704,21
Variação Cambial	-	-	-	-	67.973,31	3.849.889.085,85	-	-	3.849.957.059,16
Ajustes de Exercício Anterior	20.873.373.442,64	-	-	-	-	-	-	-	-1.268.313.055.987,85
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-1.036.362,33	-	-	-1.036.362,33
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	6.067.441.403,57	-27.504.755,42	-	-	6.039.936.648,15
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	983.044,11	-	983.044,11
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-320.714.249.815,58	-	-	-320.714.249.815,58
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	1.065.970.944,39	-	-	1.065.970.944,39
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	17.440.430,98	-	-	17.440.430,98
Saldo Final do Exercício 2015	20.873.373.442,64	-	-	-	6.122.231.889,49	-	983.044,11	-	-2.318.161.917.743,18

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	20.519.486.344,38	1.797.094.118,84	300.579.889,51	283.707.783,02	528.475.051,14	95.173.756.767,37	269.694.429,62	-776.884.561,19	118.095.909.822,69
Variação Cambial	-	-	-	-	67.973,31	3.972.329.473,58	-	-	3.972.397.446,89
Ajustes de Exercício Anterior	21.091.804.680,72	-3.021,81	-	-	-	-	6.109.930,96	-	-1.288.984.588.786,20
Aumento/Redução de Capital	307.602.745,44	-1.797.070.355,36	-	-100.000.000,00	-	-8.269.881.826,04	-	-	-9.859.349.435,96
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	6.842.870.756,56	-102.138.042,12	-	-	6.740.732.714,44
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	9.069.688,83	-45.571.019,78	-	-36.501.330,95
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-245.245.301.799,67	-	-	-245.245.301.799,67
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-54.217,30	-50.963.066,13	-	1.449.030.191,42	-	-	1.398.012.907,99
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	47.933.759,11	-	-71.677.290,74	-	-	-23.743.531,63
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-20.741,67	-	-	-5.040.088,83	18.991.407,36	-95.341,70	-	13.835.235,16
Saldo Final do Exercício 2015	41.918.893.770,54	-	300.525.672,21	180.678.476,00	7.366.373.692,18	-	230.137.999,10	-776.884.561,19	-1.413.928.596.757,24
Total Consolidado	31.411.717.849,93	-	290.671.518,48	90.056.956,55	7.359.957.789,98	-	245.487.092,70	-776.884.561,19	-1.424.527.315.159,63

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	3.823,41	4.463.069,93	0,80	186.421.927,29	371.235.833.568,24	-	-	371.426.722.389,67
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-3.021,81	-	-	-	-2.381.141.183,62	-	-	-2.381.144.205,43
Aumento/Redução de Capital	-	-801,60	-	-	-	-435.323,71	-	-	-436.125,31
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	632.308.337,07	-101.287.298,10	-	-	531.021.038,97
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	181.375,85	-	181.375,85
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	17.200.031.815,73	-	-	17.200.031.815,73
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-54.217,30	-0,80	-	94.301.514,37	-	-	94.247.296,27
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-327.559.028,57	-	-	-327.559.028,57
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	4.408.852,63	-	818.730.264,36	385.719.744.064,34	181.375,85	-	386.543.064.557,18

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	15.250.729,53	-	47.274.477,11	111.443.028.774,53	-	-	111.505.553.981,17
Variação Cambial	-	-	-	-	-	56.450.818,94	-	-	56.450.818,94
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	1.318.612,97	-	-	1.318.612,97
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	208.558.498,33	35.654.588,73	-	-	244.213.087,06
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	4.785.533,39	-	4.785.533,39
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	8.871.381.951,72	-	-	8.871.381.951,72
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	48.112.956,82	-	-	48.112.956,82
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-561.500,00	-	-	-561.500,00
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	15.250.729,53	-	255.832.975,44	120.455.386.203,71	4.785.533,39	-	120.731.255.442,07

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	9.789.210.849,29	1.447.245.474,38	18.521.354,97	283.707.782,22	99.035.853,24	-2.318.829.172,34	60.335.004,62	-	9.379.227.146,38
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-795.746.245,09	6.109.930,96	-	-789.636.314,13
Aumento/Redução de Capital	100.000.000,00	-1.447.224.732,71	-	-100.000.000,00	-	-6.109.930,96	-	-	-1.453.334.663,67
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-70.661.475,43	475.870,20	-	-	-70.185.605,23
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	9.069.688,83	-48.802.956,09	-	-39.733.267,26
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-3.196.671.389,15	-	-	-3.196.671.389,15
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-50.963.065,33	-	239.190.667,51	-	-	188.227.602,18
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	47.933.759,11	-	-71.677.290,74	-	-	-23.743.531,63
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-20.741,67	-	-	-5.040.088,83	12.130.445,23	-95.341,70	-	6.974.273,03
Saldo Final do Exercício 2015	9.889.210.849,29	-	18.521.354,97	180.678.476,00	23.334.288,98	-6.128.167.356,51	17.546.637,79	-	4.001.124.250,52

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	7.022.792.935,38	349.844.821,05	262.344.735,08	-	125.362.836,38	-7.620.218.441,55	209.359.425,00	-	349.486.311,34
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	218.431.238,08	-	-	-	-	-166.322.031,78	-	-	52.109.206,30
Aumento/Redução de Capital	207.602.745,44	-349.844.821,05	-	-	-	-	-	-	-142.242.075,61
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	5.223.993,02	-5.790.475,26	-	-	-566.482,24
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-2.718.017,04	-	-2.718.017,04
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-1.128.807.188,50	-	-	-1.128.807.188,50
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	1.508.681,48	-	-	1.508.681,48
Saldo Final do Exercício 2015	7.448.826.918,90	-	262.344.735,08	-	130.586.829,40	-8.919.629.455,61	206.641.407,96	-	-871.229.564,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	3.707.482.559,71	-	-	-	15.657.444,51	362.596.528.255,31	-	-776.884.561,19	365.542.783.698,34
Variação Cambial	-	-	-	-	-	65.989.568,79	-	-	65.989.568,79
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-17.554.180.098,06	-	-	-17.554.180.098,06
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-8.262.300.209,04	-	-	-8.262.300.209,04
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-3.685.972,27	-	-	-3.685.972,27
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	53.723.012.826,11	-	-	53.723.012.826,11
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	1.454.108,33	-	-	1.454.108,33
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	316.032.378,24	-	-	316.032.378,24
Saldo Final do Exercício 2015	3.707.482.559,71	-	-	-	15.657.444,51	390.882.850.857,41	-	-776.884.561,19	393.829.106.300,44

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	3.823,41	19.713.799,46	0,80	233.696.404,40	482.678.862.342,77	-	-	482.932.276.370,84
Variação Cambial	-	-	-	-	-	56.450.818,93	-	-	56.450.818,93
Ajustes de Exercício Anterior	-	-3.021,81	-	-	-	-2.379.822.570,65	-	-	-2.379.825.592,46
Aumento/Redução de Capital	-	-801,60	-	-	-	-435.323,71	-	-	-436.125,31
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	840.866.835,40	-65.632.709,37	-	-	775.234.126,03
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	4.966.909,24	-	4.966.909,24
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	26.071.413.767,45	-	-	26.071.413.767,45
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-54.217,30	-0,80	-	142.414.471,19	-	-	142.360.253,09
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-328.120.528,57	-	-	-328.120.528,57
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	19.659.582,16	-	1.074.563.239,80	506.175.130.268,04	4.966.909,24	-	507.274.319.999,24

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	16.812.003.784,67	1.797.094.118,84	300.579.889,51	283.707.783,02	458.095.094,02	472.739.814.728,88	269.694.429,62	-	492.660.989.828,56
Variação Cambial	-	-	-	-	-	56.450.818,94	-	-	56.450.818,94
Ajustes de Exercício Anterior	218.431.238,08	-3.021,81	-	-	-	-3.341.890.847,52	6.109.930,96	-	-3.117.352.700,29
Aumento/Redução de Capital	307.602.745,44	-1.797.070.355,36	-	-100.000.000,00	-	-6.545.254,67	-	-	-1.596.012.864,59
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	775.429.352,99	-70.947.314,43	-	-	704.482.038,56
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	9.069.688,83	-46.554.063,89	-	-37.484.375,06
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	21.745.935.189,80	-	-	21.745.935.189,80
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-54.217,30	-50.963.066,13	-	381.605.138,70	-	-	330.587.855,27
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	47.933.759,11	-	-71.677.290,74	-	-	-23.743.531,63
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-20.741,67	-	-	-5.040.088,83	-314.481.401,86	-95.341,70	-	-319.637.574,06
Saldo Final do Exercício 2015	17.338.037.768,19	-	300.525.672,21	180.678.476,00	1.228.484.358,18	491.127.333.455,93	229.154.954,99	-	510.404.214.685,50

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	3.707.482.559,71	-	-	-	15.657.444,51	365.762.610.034,57	-	-776.884.561,19	368.708.865.477,60
Variação Cambial	-	-	-	-	-	65.989.568,79	-	-	65.989.568,79
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-17.466.809.289,81	-	-	-17.466.809.289,81
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-8.262.300.209,04	-	-	-8.262.300.209,04
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-767.739,61	-	-	-767.739,61
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	55.242.959.679,59	-	-	55.242.959.679,59
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-53.363,27	-	-	-53.363,27
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	3.707.482.559,71	-	-	-	15.657.444,51	395.341.628.681,22	-	-776.884.561,19	398.287.884.124,25

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	-3.166.081.779,26	-	-	-3.166.081.779,26
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-87.370.808,25	-	-	-87.370.808,25
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-2.918.232,66	-	-	-2.918.232,66
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-1.519.946.853,48	-	-	-1.519.946.853,48
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	1.507.471,60	-	-	1.507.471,60
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	316.032.378,24	-	-	316.032.378,24
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	-4.458.777.823,81	-	-	-4.458.777.823,81

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**-33.787.937.179,24**	**-**
INGRESSOS	**8.025.636.203.073,22**	**-**
Receitas Derivadas e Originárias	**1.140.624.556.031,63**	**-**
Receita Tributária	419.480.669.027,62	-
Receita de Contribuições	359.843.013.591,34	-
Receita Patrimonial	39.402.791.113,98	-
Receita Agropecuária	525.991,73	-
Receita Industrial	28.274,47	-
Receita de Serviços	26.555.413.496,47	-
Remuneração das Disponibilidades	76.312.293.844,69	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	219.029.820.691,33	-
Transferências Correntes Recebidas	**420.380.375,96**	**-**
Intergovernamentais	11.116.822,83	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	6.588.079,14	-
Dos Municípios	4.528.743,69	-
Intragovernamentais	328.908.869,75	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	80.354.683,38	-
Outros Ingressos das Operações	**6.884.591.266.665,63**	**-**
Ingressos Extraorçamentários	43.809.190.581,76	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos	261,24	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	17.346.891,14	-
Transferências Financeiras Recebidas	6.827.045.877.946,47	-
Arrecadação de Outra Unidade		-
Variação Cambial	939.552.065,02	-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito	20.434.876,94	-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão	771.908.906,75	-
Demais Recebimentos	11.986.955.136,31	-
DESEMBOLSOS	**-8.059.424.140.252,46**	**-**
Pessoal e Demais Despesas	**-333.529.195.512,49**	**-**
Legislativo	-6.045.072.439,38	-
Judiciário	-26.000.255.937,42	-
Essencial à Justiça	-4.986.098.847,62	-
Administração	-15.385.666.753,91	-
Defesa Nacional	-30.672.037.773,37	-
Segurança Pública	-7.036.843.123,97	-
Relações Exteriores	-2.945.251.557,47	-
Assistência Social	-26.985.918.857,24	-
Previdência Social	-79.202.423.626,87	-
Saúde	-20.891.837.106,37	-
Trabalho	-1.676.233.388,65	-
Educação	-513.185.367,20	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-191.931.518,94	-
Direitos da Cidadania	-172.776.801,73	-
Urbanismo	-91.867.168,78	-
Habitação	-1.554.188,32	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-319.395.781,17	-
Ciência e Tecnologia	-958.987.652,25	-
Agricultura	-21.020.397.432,47	-
Organização Agrária	-762.306.138,98	-
Indústria	-206.686.302,53	-
Comércio e Serviços	-969.066.703,55	-
Comunicações	-148.067.466,81	-
Energia	-248.936.770,91	-
Transporte	-431.450.620,27	-
Desporto e Lazer	-302.418.366,44	-
Encargos Especiais	-85.362.810.321,76	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	282.501,89	-
Juros e Encargos da Dívida	**-208.354.724.717,95**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-200.025.884.886,24	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-8.256.054.804,68	-
Outros Encargos da Dívida	-72.785.027,03	-
Transferências Concedidas	**-303.822.490.833,43**	**-**
Intergovernamentais	-261.325.075.155,24	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-111.471.902.873,32	-
A Municípios	-149.853.172.281,92	-
Intragovernamentais	-36.754.632.248,92	-
Outras Transferências Concedidas	-5.742.783.429,27	-
Outros Desembolsos das Operações	**-7.213.717.729.188,59**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-44.473.021.409,57	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-7.159.503.817.781,62	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-619.226.186,63	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-8.545.027.827,16	-
Variação Cambial	-576.469.695,44	-
Valores Compensados	-166.288,17	-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**23.645.480.281,60**	**-**
INGRESSOS	**48.404.474.962,99**	**-**
Alienação de Bens	**521.576.171,32**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**47.882.898.791,67**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 01 - ADM. DIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	**-24.758.994.681,39**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-10.509.990.158,07**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-9.842.956.739,55**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-4.406.047.783,77**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**274.157.986.592,75**	**-**
INGRESSOS	**1.027.757.649.992,97**	**-**
Operações de Crédito	**1.027.679.344.530,22**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**78.305.462,75**	**-**
Intergovernamentais	59.776.027,38	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	59.776.027,38	-
Intragovernamentais	1.546.078,81	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	16.983.356,56	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-753.599.663.400,22**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-753.599.663.400,22**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**264.015.529.695,11**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**553.479.750.032,66**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**817.495.279.727,77**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**39.206.779.361,10**	**-**
INGRESSOS	**10.188.490.663.617,86**	**-**
Receitas Derivadas e Originárias	**1.576.852.163.626,77**	**-**
Receita Tributária	424.674.735.632,57	-
Receita de Contribuições	705.946.450.638,39	-
Receita Patrimonial	49.522.955.032,50	-
Receita Agropecuária	28.485.707,22	-
Receita Industrial	800.839.334,69	-
Receita de Serviços	43.943.597.706,21	-
Remuneração das Disponibilidades	91.985.115.949,03	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	259.949.983.626,16	-
Transferências Correntes Recebidas	**1.115.841.900,06**	**-**
Intergovernamentais	73.187.765,51	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	30.635.290,48	-
Dos Municípios	42.552.475,03	-
Intragovernamentais	346.717.254,41	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	695.936.880,14	-
Outros Ingressos das Operações	**8.610.522.658.091,03**	**-**
Ingressos Extraorçamentários	52.871.674.287,82	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	19.902.438,70	-
Transferências Financeiras Recebidas	8.535.105.875.141,03	-
Arrecadação de Outra Unidade		-
Variação Cambial	940.270.449,04	-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX	40,00	-
Ajuste Acumulado de Conversão	951.663.918,82	-
Demais Recebimentos	20.633.271.815,62	-
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Pessoal e Demais Despesas	**-973.769.872.389,76**	**-**
Legislativo	-6.053.395.028,63	-
Judiciário	-26.003.742.016,26	-
Essencial à Justiça	-4.989.435.000,59	-
Administração	-18.990.896.974,93	-
Defesa Nacional	-32.210.111.258,37	-
Segurança Pública	-7.162.344.942,34	-
Relações Exteriores	-2.956.495.614,38	-
Assistência Social	-69.004.586.496,82	-
Previdência Social	-536.188.381.972,41	-
Saúde	-29.706.475.374,00	-
Trabalho	-49.415.414.262,18	-
Educação	-52.067.553.039,86	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-900.547.977,51	-
Direitos da Cidadania	-727.307.729,00	-
Urbanismo	-1.071.678.332,95	-
Habitação	-2.201.342,32	-
Saneamento	-1.350.346,85	-
Gestão Ambiental	-1.841.928.730,64	-
Ciência e Tecnologia	-5.627.075.850,53	-
Agricultura	-24.869.525.105,65	-
Organização Agrária	-1.825.463.316,53	-
Indústria	-1.552.627.411,44	-
Comércio e Serviços	-1.047.474.521,96	-
Comunicações	-934.940.652,85	-
Energia	-1.687.460.429,05	-
Transporte	-2.710.154.644,20	-
Desporto e Lazer	-355.729.951,48	-
Encargos Especiais	-93.865.533.454,94	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-40.611,09	-
Juros e Encargos da Dívida	**-208.362.679.745,76**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-200.033.143.617,41	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-8.256.319.250,52	-
Outros Encargos da Dívida	-73.216.877,83	-
Transferências Concedidas	**-363.643.338.792,94**	**-**
Intergovernamentais	-304.584.125.674,35	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-130.077.810.251,86	-
A Municípios	-174.506.315.422,49	-
Intragovernamentais	-50.995.160.304,90	-
Outras Transferências Concedidas	-8.064.052.813,69	-
Outros Desembolsos das Operações	**-8.603.507.993.328,30**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-54.010.503.542,47	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos	-2.019,89	-
Transferências Financeiras Concedidas	-8.535.001.333.123,76	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-4.561.378.564,44	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-9.327.600.384,99	-
Variação Cambial	-580.976.103,60	-
Valores Compensados	-1.060.662,71	-
Valores em Trânsito	-25.138.926,44	-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-33.187.714.713,28**	**-**
INGRESSOS	**56.602.573.244,14**	**-**
Alienação de Bens	**1.502.671.903,81**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**55.099.901.340,33**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	**-89.790.287.957,42**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-22.216.756.924,32**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-57.937.059.271,48**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-9.636.471.761,62**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**274.172.143.034,67**	**-**
INGRESSOS	**1.027.776.830.223,23**	**-**
Operações de Crédito	**1.027.681.228.380,95**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**95.601.842,28**	**-**
Intergovernamentais	73.217.180,55	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-353.061,14	-
Dos Municípios	73.570.241,69	-
Intragovernamentais	1.546.078,81	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	20.838.582,92	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-753.604.687.188,56**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-753.604.687.188,56**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**280.191.207.682,49**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**702.344.763.951,27**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**982.535.971.633,76**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**18.575.528.407,57**	-
INGRESSOS	**694.187.266.303,91**	-
Receitas Derivadas e Originárias	**37.340.948.681,56**	-
Receita Tributária	5.165.654.393,69	-
Receita de Contribuições	20.603.473.815,66	-
Receita Patrimonial	5.280.129.595,42	-
Receita Agropecuária	11.243.155,10	-
Receita Industrial	116.779.351,73	-
Receita de Serviços	2.870.092.076,80	-
Remuneração das Disponibilidades	659.972.702,18	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.633.603.590,98	-
Transferências Correntes Recebidas	**161.367.194,52**	-
Intergovernamentais	47.986.624,73	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	19.800.505,12	-
Dos Municípios	28.186.119,61	-
Intragovernamentais	5.567.757,00	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	107.812.812,79	-
Outros Ingressos das Operações	**656.684.950.427,83**	-
Ingressos Extraorçamentários	4.555.316.255,66	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.478.630,12	-
Transferências Financeiras Recebidas	646.756.873.485,11	-
Arrecadação de Outra Unidade	4.138.200.155,84	-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos	1.232.081.901,10	-
DESEMBOLSOS	**-675.611.737.896,34**	-
Pessoal e Demais Despesas	**-112.313.446.766,40**	-
Legislativo	-22.686,84	-
Judiciário	-2.952.576,18	-
Essencial à Justiça	-624.095,13	-
Administração	-1.900.606.636,84	-
Defesa Nacional	-14.320.672,97	-
Segurança Pública	-6.183.871,54	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-41.693.895.001,67	-
Previdência Social	-25.148.842.104,03	-
Saúde	-1.972.482.575,74	-
Trabalho	-3.029.616,64	-
Educação	-33.168.530.368,48	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-461.302.657,81	-
Direitos da Cidadania	-51.004.348,50	-
Urbanismo	-2.148.187,51	-
Habitação	-489.642,00	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-1.490.963.994,64	-
Ciência e Tecnologia	-641.613.416,75	-
Agricultura	-11.564.504,21	-
Organização Agrária	-988.026.366,91	-
Indústria	-902.168.267,11	-
Comércio e Serviços	-77.468.596,28	-
Comunicações	-377.482.442,47	-
Energia	-1.355.489.468,62	-
Transporte	-1.968.941.135,64	-
Desporto e Lazer	-44.897.197,65	-
Encargos Especiais	-28.160.845,37	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-235.488,87	-
Juros e Encargos da Dívida	**-439.909,56**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-334.455,47	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-95.472,85	-
Outros Encargos da Dívida	-9.981,24	-
Transferências Concedidas	**-45.974.148.240,52**	**-**
Intergovernamentais	-33.494.369.745,83	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-11.956.555.325,59	-
A Municípios	-21.537.814.420,24	-
Intragovernamentais	-10.770.422.018,20	-
Outras Transferências Concedidas	-1.709.356.476,49	-
Outros Desembolsos das Operações	**-517.323.702.979,86**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-4.773.625.948,22	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos	-2.281,13	-
Transferências Financeiras Concedidas	-512.356.090.001,51	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-193.930.398,74	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores Compensados	-54.350,26	-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-18.533.717.672,84**	**-**
INGRESSOS	**1.067.555.894,21**	**-**
Alienação de Bens	**26.225.453,08**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**1.041.330.441,13**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 03 - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	**-19.601.273.567,05**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-6.029.820.861,84**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-9.892.648.897,52**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-3.678.803.807,69**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-4.373.177,17**	**-**
INGRESSOS	**-353.061,14**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-353.061,14**	**-**
Intergovernamentais	-353.061,14	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-353.061,14	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-4.020.116,03**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-4.020.116,03**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**37.437.557,56**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**16.994.180.050,74**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**17.031.617.608,30**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**1.312.025.027,13**	-
INGRESSOS	**47.837.218.785,68**	-
Receitas Derivadas e Originárias	**480.307.770,65**	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	48.276.834,66	-
Receita Agropecuária	223.264,15	-
Receita Industrial	359.598,22	-
Receita de Serviços	140.559.456,19	-
Remuneração das Disponibilidades	61.086.906,29	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	229.801.711,14	-
Transferências Correntes Recebidas	**487.647.930,77**	-
Intergovernamentais	12.944.481,20	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	3.106.869,47	-
Dos Municípios	9.837.611,73	-
Intragovernamentais	1.289.359,76	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	473.414.089,81	-
Outros Ingressos das Operações	**46.869.263.084,26**	-
Ingressos Extraorçamentários	57.334.532,17	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	51.500,11	-
Transferências Financeiras Recebidas	45.707.083.448,27	-
Arrecadação de Outra Unidade	171.602,67	-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX	40,00	-
Ajuste Acumulado de Conversão	117.316.154,53	-
Demais Recebimentos	987.305.806,51	-
DESEMBOLSOS	**-46.525.193.758,55**	-
Pessoal e Demais Despesas	**-31.385.140.277,90**	-
Legislativo	-202.072,33	-
Judiciário	-533.502,66	-
Essencial à Justiça	-2.557.182,14	-
Administração	-1.256.356.237,18	-
Defesa Nacional	-15.908.183,77	-
Segurança Pública	-3.037.223,77	-
Relações Exteriores	-11.244.056,91	-
Assistência Social	-6.322.527,18	-
Previdência Social	-5.069.616.672,86	-
Saúde	-5.430.789.841,61	-
Trabalho	-73.284.516,63	-
Educação	-15.992.849.165,56	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-237.513.336,37	-
Direitos da Cidadania	-386.036.888,58	-
Urbanismo	-10.077.867,61	-
Habitação	-43.440,00	-
Saneamento	-1.350.346,85	-
Gestão Ambiental	-5.869.893,61	-
Ciência e Tecnologia	-2.777.583.032,36	-
Agricultura	-9.034.697,86	-
Organização Agrária	-70.783.013,74	-
Indústria	-7.093.689,67	-
Comércio e Serviços	-939.222,13	-
Comunicações	-6.018.436,14	-
Energia	-30.552,40	-
Transporte	-1.551.554,03	-
Desporto e Lazer	-8.414.387,39	-
Encargos Especiais	-1.117,00	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-97.619,56	-
Juros e Encargos da Dívida	**-188.365,63**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-159.744,90	-
Outros Encargos da Dívida	-28.620,73	-
Transferências Concedidas	**-2.636.164.033,49**	**-**
Intergovernamentais	-617.992.740,07	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-138.141.915,45	-
A Municípios	-479.850.824,62	-
Intragovernamentais	-1.944.489.786,35	-
Outras Transferências Concedidas	-73.681.507,07	-
Outros Desembolsos das Operações	**-12.503.701.081,53**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-83.150.141,06	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-12.356.845.791,32	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-5.123.753,48	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores Compensados	-8.803,08	-
Valores em Trânsito	-58.572.592,59	-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-1.271.314.542,23**	**-**
INGRESSOS	**1.781.788,18**	**-**
Alienação de Bens	**1.781.788,18**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 04 - FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	**-1.273.096.330,41**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-1.087.378.220,97**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-185.718.109,44**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**14.674.392,73**	**-**
INGRESSOS	**15.678.065,04**	**-**
Operações de Crédito	**1.883.850,73**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**13.794.214,31**	**-**
Intergovernamentais	13.794.214,31	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	13.794.214,31	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-1.003.672,31**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-1.003.672,31**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**55.384.877,63**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**1.578.847.084,06**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**1.634.231.961,69**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**3.391.718.353,84**	**-**
INGRESSOS	**27.153.012.099,13**	**-**
Receitas Derivadas e Originárias	**912.216.547,97**	**-**
Receita Tributária	88,44	-
Receita de Contribuições	242.675.515,70	-
Receita Patrimonial	14.517.277,65	-
Receita Agropecuária	16.493.296,24	-
Receita Industrial	70.963.415,50	-
Receita de Serviços	316.887.246,04	-
Remuneração das Disponibilidades	99.450.030,76	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	151.229.677,64	-
Transferências Correntes Recebidas	**2.883.619,94**	**-**
Intergovernamentais	1.139.836,75	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	1.139.836,75	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	1.743.783,19	-
Outros Ingressos das Operações	**26.237.911.931,22**	**-**
Ingressos Extraorçamentários	467.332.029,09	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	29,80	-
Transferências Financeiras Recebidas	25.770.579.872,33	-
Arrecadação de Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos		-
DESEMBOLSOS	**-23.761.293.745,29**	**-**
Pessoal e Demais Despesas	**-8.558.999.254,89**	**-**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-368.255.381,21	-
Defesa Nacional	-189.908.122,94	-
Segurança Pública	-4.441,72	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-311.108.517,76	-
Previdência Social	-753.140,31	-
Saúde	-234.581.547,04	-
Trabalho	-559.987,65	-
Educação	-2.392.988.138,62	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-3.370.469,15	-
Direitos da Cidadania	-1.983.370,80	-
Urbanismo	-803.363,14	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-25.653.403,19	-
Ciência e Tecnologia	-69.129.710,71	-
Agricultura	-3.727.281.665,93	-
Organização Agrária	-4.242.320,19	-
Indústria	-430.768.813,34	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-403.173.771,71	-
Energia	-83.003.637,12	-
Transporte	-211.007.882,68	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-100.431.169,07	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	9.599,39	-
Juros e Encargos da Dívida	**-9.687,20**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-9.228,09	-
Outros Encargos da Dívida	-459,11	-
Transferências Concedidas	**-1.499.440.026,83**	**-**
Intergovernamentais	-133.416.409,87	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-68.467.395,80	-
A Municípios	-64.949.014,07	-
Intragovernamentais	-1.354.187.498,73	-
Outras Transferências Concedidas	-11.836.118,23	-
Outros Desembolsos das Operações	**-13.702.844.776,37**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-480.155.724,40	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-12.889.234.600,76	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-274.512.584,07	-
Variação Cambial		-
Valores Compensados	-675.667,79	-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos	-58.266.199,35	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-3.265.684.262,13**	**-**
INGRESSOS	**11.526.182,05**	**-**
Alienação de Bens	**11.526.182,05**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 05 - EMPRESAS PÚBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	**-3.277.210.444,18**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-1.998.384.184,56**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-1.278.826.259,62**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**126.034.091,71**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**1.121.863.165,98**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**1.247.897.257,69**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**387.146.394,56**	-
INGRESSOS	**4.189.288.685,19**	-
Receitas Derivadas e Originárias	**726.747.176,49**	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	13.399.240,25	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	417.773.268,02	-
Receita de Serviços	257.851.275,47	-
Remuneração das Disponibilidades	16.794.955,29	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	20.928.437,46	-
Transferências Correntes Recebidas	**290.933,01**	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	290.933,01	-
Outros Ingressos das Operações	**3.462.250.575,69**	-
Ingressos Extraorçamentários	72.551.647,97	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.443,43	-
Transferências Financeiras Recebidas	3.389.694.484,29	-
Arrecadação de Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos		-
DESEMBOLSOS	**-3.802.142.290,63**	-
Pessoal e Demais Despesas	**-3.291.175.474,58**	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-806.616,49	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-21.131.209,81	-
Saúde	-1.176.591.397,57	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-23.728,75	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-889.770.967,64	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-836.497.541,85	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-366.359.681,16	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	5.668,69	-
Juros e Encargos da Dívida	**-7.317.065,42**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-6.924.275,70	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-392.789,72	-
Transferências Concedidas	**-142.147.181,24**	**-**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-141.542.595,39	-
Outras Transferências Concedidas	-604.585,85	-
Outros Desembolsos das Operações	**-361.502.569,39**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-86.607.903,08	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	-235.818.627,95	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-2.355.871,98	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-2.761.034,08	-
Variação Cambial		-
Valores Compensados	-155.553,41	-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos	-33.803.578,89	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-427.549.021,59**	**-**
INGRESSOS	**40.742,70**	**-**
Alienação de Bens	**40.742,70**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 06 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2015	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	**-427.589.764,29**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-407.278.630,57**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-20.311.133,72**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-40.402.627,03**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**289.602.805,39**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**249.200.178,36**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**4.405.081.017,30**	**49.328.298.357,24**
INGRESSOS	**199.323.087.094,19**	**1.393.751.550.134,87**
Receitas Derivadas e Originárias	**67.458.560.777,90**	**396.767.387.418,47**
Receita Tributária	4.455.142,86	28.412.122,82
Receita de Contribuições	54.077.006.324,61	325.257.287.715,69
Receita Patrimonial	420.028.868,55	4.763.840.970,54
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	30.912.023,97	194.935.426,75
Receita de Serviços	6.209.266.717,05	13.802.794.155,24
Remuneração das Disponibilidades	2.276.377.991,15	14.835.517.509,82
Outras Receitas Derivadas e Originárias	4.440.513.709,71	37.884.599.517,61
Transferências Correntes Recebidas	**6.644.160,28**	**43.271.845,86**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	6.640.960,28	10.951.267,90
Outras Transferências Correntes Recebidas	3.200,00	32.320.577,96
Outros Ingressos das Operações	**131.857.882.156,01**	**996.940.890.870,54**
Ingressos Extraorçamentários	616.272.170,88	3.909.949.241,17
Passivos Transferidos	0,02	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	444,99	20.944,10
Transferências Financeiras Recebidas	131.203.944.792,30	986.435.765.904,56
Variação Cambial	374.462,18	718.384,02
Valores em Trânsito	31.068.138,02	12.998.789,21
DARF - SISCOMEX	5.148,00	
Ajuste Acumulado de Conversão	6.216.999,62	62.438.857,54
Demais Recebimentos		6.518.998.749,94
DESEMBOLSOS	**-194.918.006.076,89**	**-1.344.423.251.777,63**
Pessoal e Demais Despesas	**-85.673.520.405,31**	**-484.691.915.103,50**
Legislativo	-821.132,15	-8.097.830,08
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-154.875,70
Administração	-4.080.386,22	-79.205.349,30
Defesa Nacional	-300.797.826,12	-1.317.936.505,32
Segurança Pública	-19.360.080,64	-116.276.281,34
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-525.840,00	-7.341.592,97
Previdência Social	-70.823.394.445,51	-426.745.615.218,53
Saúde	-96.452,83	-192.905,67
Trabalho	-13.254.266.259,07	-47.662.306.752,61
Educação	-	-
Cultura	-752.400,00	-6.406.266,49
Direitos da Cidadania	-19.073.505,23	-115.506.319,39
Urbanismo	-8.934.305,07	-77.010.778,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Habitação	-	-114.072,00
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-966,31	-45.658,03
Ciência e Tecnologia	-1.715.264,18	-343.264.496,61
Agricultura	-8.482.234,58	-101.246.805,18
Organização Agrária	-	-105.476,71
Indústria	-1.474.161,80	-5.910.338,79
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-73.886,88	-198.535,72
Energia	-	-
Transporte	-145.012.131,20	-97.203.451,58
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-1.084.838.516,34	-8.007.770.320,58
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	179.388,82	-5.272,63
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-1.523.877.742,25**	**-9.568.948.477,43**
Intergovernamentais	-1.434.067.938,87	-9.013.271.623,34
A Estados e/ou Distrito Federal	-1.072.325.910,42	-6.442.742.741,70
A Municípios	-361.742.028,45	-2.570.528.881,64
Intragovernamentais	-5.610.361,13	-29.886.157,31
Outras Transferências Concedidas	-84.199.442,25	-525.790.696,78
Outros Desembolsos das Operações	**-107.720.607.929,33**	**-850.162.388.196,70**
Dispêndios Extraorçamentários	-616.272.170,88	-4.113.942.416,14
Transferências Financeiras Concedidas	-99.872.687.365,74	-837.659.526.320,60
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-3.740.742.353,61
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-381.505.895,92	-4.643.670.698,19
Variação Cambial	-17.447,51	-4.506.408,16
Demais Pagamentos	-6.850.125.049,28	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-3.744.662.747,25**	**-33.334.929.496,09**
INGRESSOS	**1.134.299.361,83**	**7.117.193.674,01**
Alienação de Bens	**1.864.462,56**	**941.521.566,48**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**1.132.434.899,27**	**6.175.672.107,53**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-4.878.962.109,08**	**-40.452.123.170,10**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-367.594.904,56**	**-2.183.904.868,31**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-4.503.915.037,89**	**-38.201.453.634,41**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-7.452.166,63**	**-66.764.667,38**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**3.855.226,36**
INGRESSOS	**-**	**3.855.226,36**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 07 - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**3.855.226,36**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	3.855.226,36
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**660.418.270,05**	**15.997.224.087,51**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**144.877.744.899,95**	**128.880.520.812,44**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**145.538.163.170,00**	**144.877.744.899,95**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**4.246.195.061,64**	**19.887.553.434,70**
INGRESSOS	**126.277.779.017,27**	**742.024.485.089,59**
Receitas Derivadas e Originárias	**17.999.100.950,76**	**37.821.256.452,21**
Receita Tributária	442.544.340,65	5.165.654.393,69
Receita de Contribuições	4.558.198.785,69	20.603.473.815,66
Receita Patrimonial	12.142.601.093,29	5.328.406.430,08
Receita Agropecuária	1.391.630,59	11.466.419,25
Receita Industrial	14.318.647,87	117.138.949,95
Receita de Serviços	451.542.572,25	3.010.651.532,99
Remuneração das Disponibilidades	97.489.370,01	721.059.608,47
Outras Receitas Derivadas e Originárias	291.014.510,41	2.863.405.302,12
Transferências Correntes Recebidas	**220.290.787,11**	**649.015.125,29**
Intergovernamentais	8.728.055,79	60.931.105,93
Dos Estados e/ou Distrito Federal	2.663.892,29	22.907.374,59
Dos Municípios	6.064.163,50	38.023.731,34
Intragovernamentais	-	6.857.116,76
Outras Transferências Correntes Recebidas	211.562.731,32	581.226.902,60
Outros Ingressos das Operações	**108.058.387.279,40**	**703.554.213.512,09**
Ingressos Extraorçamentários	603.126.879,28	4.612.650.787,83
Passivos Transferidos	80.373,77	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	12.021,05	2.530.130,23
Transferências Financeiras Recebidas	107.332.573.417,97	692.463.956.933,38
Arrecadação de Outra Unidade	79.128.538,50	4.138.371.758,51
DARF - SISCOMEX	898,00	40,00
Ajuste Acumulado de Conversão	3.523.028,53	117.316.154,53
Demais Recebimentos	39.942.122,30	2.219.387.707,61
DESEMBOLSOS	**-122.031.583.955,63**	**-722.136.931.654,89**
Pessoal e Demais Despesas	**-17.689.158.323,91**	**-143.698.587.044,30**
Legislativo	-	-224.759,17
Judiciário	-358.623,88	-3.486.078,84
Essencial à Justiça	-468.200,00	-3.181.277,27
Administração	-301.584.949,87	-3.156.962.874,02
Defesa Nacional	-2.692.643,77	-30.228.856,74
Segurança Pública	-821.937,00	-9.221.095,31
Relações Exteriores	-807.069,21	-11.244.056,91
Assistência Social	-7.276.837.939,02	-41.700.217.528,85
Previdência Social	-2.537.061.916,60	-30.218.458.776,89
Saúde	-875.282.346,17	-7.403.272.417,35
Trabalho	-8.406.137,08	-76.314.133,27
Educação	-5.423.557.491,20	-49.161.379.534,04
Cultura	-68.694.889,38	-698.815.994,18
Direitos da Cidadania	-51.346.955,59	-437.041.237,08
Urbanismo	-460.923,32	-12.226.055,12
Habitação	-952.393,60	-533.082,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Saneamento	-58.625,69	-1.350.346,85
Gestão Ambiental	-149.477.695,74	-1.496.833.888,25
Ciência e Tecnologia	-356.082.553,96	-3.419.196.449,11
Agricultura	-4.162.143,39	-20.599.202,07
Organização Agrária	-91.494.110,53	-1.058.809.380,65
Indústria	-95.257.725,66	-909.261.956,78
Comércio e Serviços	-7.598.068,22	-78.407.818,41
Comunicações	-39.264.963,21	-383.500.878,61
Energia	-129.588.372,43	-1.355.520.021,02
Transporte	-265.314.745,95	-1.970.492.689,67
Desporto e Lazer	-331.503,69	-53.311.585,04
Encargos Especiais	-3.063.837,83	-28.161.962,37
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.870.438,08	-333.108,43
Juros e Encargos da Dívida	**-47.867,15**	**-628.275,19**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-46.583,75	-334.455,47
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-255.217,75
Outros Encargos da Dívida	-1.283,40	-38.601,97
Transferências Concedidas	**-8.471.819.354,51**	**-48.610.312.274,01**
Intergovernamentais	-7.104.045.909,45	-34.112.362.485,90
A Estados e/ou Distrito Federal	-2.361.580.140,86	-12.094.697.241,04
A Municípios	-4.742.465.768,59	-22.017.665.244,86
Intragovernamentais	-1.117.899.007,53	-12.714.911.804,55
Outras Transferências Concedidas	-249.874.437,53	-1.783.037.983,56
Outros Desembolsos das Operações	**-95.870.558.410,06**	**-529.827.404.061,39**
Dispêndios Extraorçamentários	-603.126.879,28	-4.856.776.089,28
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-1.017.800,99	
Pagamento de Passivos Recebidos		-2.281,13
Transferências Financeiras Concedidas	-95.266.403.075,87	-524.712.935.792,83
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-199.054.152,22
Valores Compensados	-10.653,92	-63.153,34
Valores em Trânsito		-58.572.592,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-3.735.041.630,90**	**-19.805.032.215,07**
INGRESSOS	**138.011.960,54**	**1.069.337.682,39**
Alienação de Bens	**2.338.141,97**	**28.007.241,26**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**135.673.818,57**	**1.041.330.441,13**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-3.873.053.591,44**	**-20.874.369.897,46**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-1.234.514.690,40**	**-7.117.199.082,81**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-1.141.495.506,32**	**-9.892.648.897,52**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-1.497.043.394,72**	**-3.864.521.917,13**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**68.909,84**	**10.301.215,56**
INGRESSOS	**111.977,13**	**15.325.003,90**
Operações de Crédito	**-**	**1.883.850,73**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 08 - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Transferências de Capital Recebidas	**111.977,13**	**13.441.153,17**
Intergovernamentais	111.977,13	13.441.153,17
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-353.061,14
Dos Municípios	111.977,13	13.794.214,31
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-43.067,29**	**-5.023.788,34**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-43.067,29**	**-5.023.788,34**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**511.222.340,58**	**92.822.435,19**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**18.665.849.569,99**	**18.573.027.134,80**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**19.178.674.359,60**	**18.665.849.569,99**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**4.920.695.623,27**	**23.666.418.183,10**
INGRESSOS	**129.653.759.073,60**	**772.997.442.477,52**
Receitas Derivadas e Originárias	**18.227.257.250,23**	**39.460.220.176,67**
Receita Tributária	442.542.932,18	5.165.654.482,13
Receita de Contribuições	4.558.291.493,72	20.846.149.331,36
Receita Patrimonial	12.146.603.537,89	5.356.322.947,98
Receita Agropecuária	2.354.412,01	27.959.715,49
Receita Industrial	95.091.006,56	605.875.633,47
Receita de Serviços	516.013.610,64	3.585.390.054,50
Remuneração das Disponibilidades	115.163.097,78	837.304.594,52
Outras Receitas Derivadas e Originárias	351.197.159,45	3.035.563.417,22
Transferências Correntes Recebidas	**220.459.832,76**	**652.189.678,24**
Intergovernamentais	8.777.516,63	62.070.942,68
Dos Estados e/ou Distrito Federal	2.713.353,13	24.047.211,34
Dos Municípios	6.064.163,50	38.023.731,34
Intragovernamentais	-	6.857.116,76
Outras Transferências Correntes Recebidas	211.682.316,13	583.261.618,80
Outros Ingressos das Operações	**111.206.041.990,61**	**732.885.032.622,61**
Ingressos Extraorçamentários	668.994.915,84	5.152.534.464,89
Passivos Transferidos	88.900,23	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	12.021,05	2.534.603,46
Transferências Financeiras Recebidas	110.348.479.194,15	721.624.231.290,00
Arrecadação de Outra Unidade	98.624.775,12	3.861.098.140,36
DARF - SISCOMEX	1.112,50	40,00
Ajuste Acumulado de Conversão	3.523.028,53	117.316.154,53
Demais Recebimentos	86.318.043,19	2.127.317.929,37
DESEMBOLSOS	**-124.733.063.450,33**	**-749.331.024.294,42**
Pessoal e Demais Despesas	**-18.972.471.743,89**	**-155.548.761.773,77**
Legislativo	-	-224.759,17
Judiciário	-358.623,88	-3.486.078,84
Essencial à Justiça	-468.200,00	-3.181.277,27
Administração	-348.096.066,81	-3.526.024.871,72
Defesa Nacional	-16.948.088,05	-220.136.979,68
Segurança Pública	-949.738,02	-9.225.537,03
Relações Exteriores	-807.069,21	-11.244.056,91
Assistência Social	-7.297.819.283,84	-42.011.326.046,61
Previdência Social	-2.539.067.365,76	-30.240.343.127,01
Saúde	-1.042.289.141,45	-8.814.445.361,96
Trabalho	-8.468.416,54	-76.874.120,92
Educação	-5.699.555.928,90	-51.554.367.672,66
Cultura	-69.544.566,88	-702.210.192,08
Direitos da Cidadania	-51.433.265,06	-439.024.607,88
Urbanismo	-119.350.070,78	-902.800.385,90
Habitação	-952.393,60	-533.082,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Saneamento	-58.625,69	-1.350.346,85
Gestão Ambiental	-152.847.218,81	-1.522.487.291,44
Ciência e Tecnologia	-438.311.598,72	-4.324.823.701,67
Agricultura	-361.669.410,78	-3.747.880.868,00
Organização Agrária	-91.920.261,62	-1.063.051.700,84
Indústria	-155.370.935,90	-1.340.030.770,12
Comércio e Serviços	-7.598.068,22	-78.407.818,41
Comunicações	-95.106.127,85	-786.674.650,32
Energia	-140.467.387,91	-1.438.523.658,14
Transporte	-288.868.083,62	-2.181.500.572,35
Desporto e Lazer	-331.503,69	-53.311.585,04
Encargos Especiais	-46.187.804,87	-494.952.812,60
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.373.502,57	-317.840,35
Juros e Encargos da Dívida	**-47.867,15**	**-7.955.027,81**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-46.583,75	-7.258.731,17
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-264.445,84
Outros Encargos da Dívida	-1.283,40	-431.850,80
Transferências Concedidas	**-8.677.090.933,43**	**-50.251.899.482,08**
Intergovernamentais	-7.112.769.012,03	-34.245.778.895,77
A Estados e/ou Distrito Federal	-2.366.018.278,09	-12.163.164.636,84
A Municípios	-4.746.750.733,94	-22.082.614.258,93
Intragovernamentais	-1.312.996.957,80	-14.210.641.898,67
Outras Transferências Concedidas	-251.324.963,60	-1.795.478.687,64
Outros Desembolsos das Operações	**-97.083.452.905,86**	**-543.522.408.010,76**
Dispêndios Extraorçamentários	-668.994.559,23	-5.423.539.716,76
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-1.017.800,99	
Pagamento de Passivos Recebidos		-2.281,13
Transferências Financeiras Concedidas	-96.413.074.294,33	-537.837.989.021,54
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-201.410.024,20
Valores Compensados	-366.251,31	-894.374,54
Valores em Trânsito		-58.572.592,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-4.154.819.160,97**	**-23.498.265.498,79**
INGRESSOS	**140.358.932,18**	**1.080.904.607,14**
Alienação de Bens	**4.685.113,61**	**39.574.166,01**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**135.673.818,57**	**1.041.330.441,13**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-4.295.178.093,15**	**-24.579.170.105,93**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-1.508.868.465,05**	**-9.522.861.897,94**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-1.141.495.506,32**	**-9.892.648.897,52**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-1.644.814.121,78**	**-5.163.659.310,47**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**68.909,84**	**10.301.215,56**
INGRESSOS	**111.977,13**	**15.325.003,90**
Operações de Crédito	**-**	**1.883.850,73**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 09 - ADM. INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Transferências de Capital Recebidas	**111.977,13**	**13.441.153,17**
Intergovernamentais	111.977,13	13.441.153,17
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-353.061,14
Dos Municípios	111.977,13	13.794.214,31
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-43.067,29**	**-5.023.788,34**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-43.067,29**	**-5.023.788,34**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**765.945.372,14**	**178.453.899,87**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**20.162.947.006,04**	**19.984.493.106,17**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**20.930.494.827,21**	**20.162.947.006,04**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	-	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-**	**-**
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-**	**-**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-**	**-**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 71 - FUNDOS DA ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**4.405.081.017,30**	**49.328.298.357,24**
INGRESSOS	**199.323.087.094,19**	**1.393.751.550.134,87**
Receitas Derivadas e Originárias	**67.458.560.777,90**	**396.767.387.418,47**
Receita Tributária	4.455.142,86	28.412.122,82
Receita de Contribuições	54.077.006.324,61	325.257.287.715,69
Receita Patrimonial	420.028.868,55	4.763.840.970,54
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	30.912.023,97	194.935.426,75
Receita de Serviços	6.209.266.717,05	13.802.794.155,24
Remuneração das Disponibilidades	2.276.377.991,15	14.835.517.509,82
Outras Receitas Derivadas e Originárias	4.440.513.709,71	37.884.599.517,61
Transferências Correntes Recebidas	**6.644.160,28**	**43.271.845,86**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	6.640.960,28	10.951.267,90
Outras Transferências Correntes Recebidas	3.200,00	32.320.577,96
Outros Ingressos das Operações	**131.857.882.156,01**	**996.940.890.870,54**
Ingressos Extraorçamentários	616.272.170,88	3.909.949.241,17
Passivos Transferidos	0,02	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	444,99	20.944,10
Transferências Financeiras Recebidas	131.203.944.792,30	986.435.765.904,56
Variação Cambial	374.462,18	718.384,02
Valores em Trânsito	31.068.138,02	12.998.789,21
DARF - SISCOMEX	5.148,00	
Ajuste Acumulado de Conversão	6.216.999,62	62.438.857,54
Demais Recebimentos		6.518.998.749,94
DESEMBOLSOS	**-194.918.006.076,89**	**-1.344.423.251.777,63**
Pessoal e Demais Despesas	**-85.673.520.405,31**	**-484.691.915.103,50**
Legislativo	-821.132,15	-8.097.830,08
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-154.875,70
Administração	-4.080.386,22	-79.205.349,30
Defesa Nacional	-300.797.826,12	-1.317.936.505,32
Segurança Pública	-19.360.080,64	-116.276.281,34
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-525.840,00	-7.341.592,97
Previdência Social	-70.823.394.445,51	-426.745.615.218,53
Saúde	-96.452,83	-192.905,67
Trabalho	-13.254.266.259,07	-47.662.306.752,61
Educação	-	-
Cultura	-752.400,00	-6.406.266,49
Direitos da Cidadania	-19.073.505,23	-115.506.319,39
Urbanismo	-8.934.305,07	-77.010.778,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
25/02/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Habitação	-	-114.072,00
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-966,31	-45.658,03
Ciência e Tecnologia	-1.715.264,18	-343.264.496,61
Agricultura	-8.482.234,58	-101.246.805,18
Organização Agrária	-	-105.476,71
Indústria	-1.474.161,80	-5.910.338,79
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-73.886,88	-198.535,72
Energia	-	-
Transporte	-145.012.131,20	-97.203.451,58
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-1.084.838.516,34	-8.007.770.320,58
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	179.388,82	-5.272,63
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-1.523.877.742,25**	**-9.568.948.477,43**
Intergovernamentais	-1.434.067.938,87	-9.013.271.623,34
A Estados e/ou Distrito Federal	-1.072.325.910,42	-6.442.742.741,70
A Municípios	-361.742.028,45	-2.570.528.881,64
Intragovernamentais	-5.610.361,13	-29.886.157,31
Outras Transferências Concedidas	-84.199.442,25	-525.790.696,78
Outros Desembolsos das Operações	**-107.720.607.929,33**	**-850.162.388.196,70**
Dispêndios Extraorçamentários	-616.272.170,88	-4.113.942.416,14
Transferências Financeiras Concedidas	-99.872.687.365,74	-837.659.526.320,60
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-3.740.742.353,61
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-381.505.895,92	-4.643.670.698,19
Variação Cambial	-17.447,51	-4.506.408,16
Demais Pagamentos	-6.850.125.049,28	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-3.744.662.747,25**	**-33.334.929.496,09**
INGRESSOS	**1.134.299.361,83**	**7.117.193.674,01**
Alienação de Bens	**1.864.462,56**	**941.521.566,48**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**1.132.434.899,27**	**6.175.672.107,53**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-4.878.962.109,08**	**-40.452.123.170,10**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-367.594.904,56**	**-2.183.904.868,31**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-4.503.915.037,89**	**-38.201.453.634,41**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-7.452.166,63**	**-66.764.667,38**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**3.855.226,36**
INGRESSOS	**-**	**3.855.226,36**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - 79 - FUNDOS DA ADM. INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2016	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
25/02/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**3.855.226,36**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	3.855.226,36
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**660.418.270,05**	**15.997.224.087,51**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**144.877.744.899,95**	**128.880.520.812,44**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**145.538.163.170,00**	**144.877.744.899,95**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

2015

BRASÍLIA, ABRIL DE 2016

INFORMAÇÕES ADICIONAIS À PCPR 2015

APRESENTAÇÃO 5

1. EXECUÇÃO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA 6

2. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) 12

3. RECEITAS 19
- 3.1. JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DA RECEITA - 2014/2015 19
- 3.2. CRÉDITOS ADICIONAIS (RESUMO) 21
- 3.3. RENÚNCIAS DE RECEITAS FEDERAIS 21
- 3.4. REALIZAÇÃO DA RECEITA 23
  - 3.4.1. Realização da Receita - Por Natureza da Receita 23
  - 3.4.2. Realização da Receita - Por Região, UF e Origem da Receita (Capital) 34
  - 3.4.3. Realização da Receita - Por Região, UF e Origem da Receita (Corrente) 35

4. DESPESA 36
- 4.1. DOTAÇÃO DA DESPESA 36
  - 4.1.1. Dotação da Despesa por Função e Subfunção 36
  - 4.1.2. Dotação da Despesa por Poder e Órgão 44
  - 4.1.3. Dotação da Despesa por Programa Regionalizado 51
  - 4.1.4. Dotação da Despesa por Fonte de Recursos 60
- 4.2. EXECUÇÃO DA DESPESA 62
  - 4.2.1. Execução da Despesa por Função e Subfunção 62
  - 4.2.2. Execução da Despesa por Poder e Órgão 69
  - 4.2.3. Execução da Despesa por Programa Regionalizado 75
  - 4.2.4. Execução da Despesa por Fonte de Recursos83

5. RELATÓRIOS DE CUSTOS 85
- 5.1. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA 85
- 5.2. MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCIDADES 92
- 5.3. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI 95
- 5.4. MINISTÉRIO DA DEFESA - MD 103
- 5.5. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA 114
- 5.6. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS 119
- 5.7. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC 125
- 5.8. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ 136
- 5.9. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA 140
- 5.10. MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS 148
- 5.11. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS (PARTE PREVIDÊNCIA) 163
- 5.12. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS (PARTE TABALHO) 177
- 5.13. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT 184

6. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS 187

7. ESTIMATIVA DA CARGA TRIBUTÁRIA 193

8. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (DEMONSTRATIVOS) 194

9. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 195
- 9.1. DEMONSTRATIVOS POR ÓRGÃO SUPERIOR 195
- 9.2. DEMONSTRATIVOS POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO 195

APRESENTAÇÃO

As informações adicionais à Prestação de Contas da Presidenta da República têm por objetivo apresentar, de forma detalhada, ações de governo específicas executadas durante o exercício e demonstrativos necessários ao entendimento das informações apresentadas no volume impresso.

Nesta Parte, constam, por exemplo, informações referentes à execução transversal do Plano Brasil Sem Miséria e demonstrativos relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento.

São apresentados, ainda: dados da receita e da despesa, estimativa da carga tributária, relatório acerca do financiamento com recursos externos e relatórios de custos de programas/objetivos executados por diversos ministérios.

Além disso, são disponibilizados para *download* (dados abertos) demonstrativos detalhados da execução da despesa e realização da receita, do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais e balanços por Órgão Superior e Tipo de Administração, de todos os Poderes da União.

1. EXECUÇÃO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

O Plano Brasil sem Miséria (BSM) tem como objetivos: promover o alívio imediato da situação de pobreza por via da garantia de renda; promover o acesso a serviços públicospara melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; possibilitar a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre do campo e da cidade aumentando as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda.

O Plano é composto por 36 ações orçamentárias executadas por seis órgãos distintos. Em 2015, o valor empenhado total do BSM foi de R$ 31.732.975.810 numa dotação atual de R$ 33.466.885.872, o que corresponde a um índice de empenho de 94,82%.

O quadro a seguir demonstra o resultado do Brasil sem Miséria, tendo como referência as ações priorizadas pela condução do Plano, a partir de definições do Comitê Gestor e do Grupo Interministerial de Acompanhamento (GIA). Com a priorização, tais ações passaram a ter o processo de coleta de informações mais frequente e tornaram-se ações necessariamente presentes nos relatórios de monitoramento divulgados. Para as outras ações, os processos de monitoramento são mais ou menos intensificados, de acordo com a avaliação da situação e do risco relativo à execução.

RESULTADOS DAS AÇÕES PRIORIZADAS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA EM 2015

AÇÃO	RESULTADOS 2015	RESULTADOS 2011-2015
Busca Ativa	237 mil Famílias (nov/15)	1,62 milhão de famílias (nov/15)
Bolsa Família	13,9 milhões de famílias atendidas (dez/15) e 22 milhões de pessoas superaram a extrema pobreza	13,9 milhões de famílias atendidas (dez/15) e 22 milhões de pessoas superaram a extrema pobreza
Pronatec Brasil sem Miséria	67 mil alunos matriculados (set/15)	1,79 milhão de alunos matriculados (set/15)
Inclusão no campo: Ater, sementes, fomento	Fomento pago a 46,4 mil famílias (nov/15)	Assistência técnica para 358 mil famílias e fomento pago a 183,8 mil famílias (nov/15)
Água para todos	Entrega de 120 mil cisternas de 1ª água e 53,4 mil cisternas de 2ª água (nov/15)	Entrega de 901,4 mil cisternas de 1ª água e 158 mil cisternas de 2ª água
Bolsa Verde	3,1 mil famílias atendidas (nov/15)	75,1 mil famílias atendidas (nov/15)

Fonte das informações: Siop e Relatórios Gerenciais do BSM

A análise do percentual de recursos empenhados em relação à dotação orçamentária deve levar em consideração que, no decorrer de 2015, o Decreto nº 8.456 e os subsequentes que o alteraram[1] estabeleceram limites aos órgãos do Poder Executivo, como o MDS, para empenhar as dotações orçamentárias. Os limites estabelecidos pelos Decretos impactaram em algumas ações que compõem o Plano Brasil sem Miséria. Para essas ações o valor empenhado ficou no limite orçamentário de fato disponibilizado para empenho.

Além disso, as ações que constituem o Brasil Sem Miséria apoiam-se, em sua maioria, em parcerias com outros órgãos e entes federativos. Isso permite alcançar uma sinergia que possibilita o alcance das metas a um custo inferior ao inicialmente previsto. Contudo, algumas vezes essas parcerias requerem procedimentos burocráticos que tornam a operacionalização mais complexa. Assim, o desempenho orçamentário na execução do BSM não pode prescindir das justificativas apresentadas abaixo, pelos órgãos executores, para cada uma das ações.

1 Decreto nº 8.581, de 3 de dezembro de 2015; Decreto nº 8.580, de 27 de novembro de 2015; Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015; Decreto nº 8.480, de 7 de julho de 2015; Decreto nº 8.478, de 3 de julho de 2015 e; Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO BSM

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO	DOTAÇÃO ATUAL (R$ MIL)	EMPENHADO (R$ MIL)	EMP. / DOT. ATUAL (%)
MAPA	2042 – Inovações para a Agropecuária	8924 – Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária	10.510.547	6.471.890	61,58%
MTE	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20YT – Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e Suas Redes de Cooperação	61.000.000	33.402.449	54,76%
MTE	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20ZL – Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	16.000.000	11.945.854	74,66%
MTE	2067 – Resíduos Sólidos	8274 – Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos	42.500.000	7.178.083	16,89%
MMA	2018 – Biodiversidade	20VP – Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza – Bolsa Verde	101.202.880	95.530.340	94,39%
MMA	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	8695 - Dessalinização de Água - Água Doce – Plano Brasil sem Miséria	35.320.861	166.000	0,47%
MDA	2012 – Agricultura Familiar	210O – Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	181.892.741	20.840.899	11,46%
MDA	2012 – Agricultura Familiar	210S – Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	148.400.000	110.923.738	74,75%
MDA	2012 – Agricultura Familiar	210W – Apoio a Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	8.712.050	5.852.751	67,18%
MDA	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	2B81 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA	22.000.000	13.931.928	63,33%
MI	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20N7 – Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais – APLs – Plano Brasil sem Miséria	33.592.960	30.471.900	90,71%
MI	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20N8 – Promoção de Iniciativas para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica – Plano Brasil sem Miséria	9.174.000	8.877.296	96,77%
MI	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20N9 – Apoio Ao Associativismo e Cooperativismo – Plano Brasil sem Miséria	1.700.000	974.518	57,32%
MI	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	12QC – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria	117.720.000	114.420.959	97,20%
MDS	2019 – Bolsa Família	20IT – Aperfeiçoamento da disseminação de informações do PBF e do Cadastro Único.	12.500.000	10.668.381	85,35%
MDS	2019 – Bolsa Família	6414 – Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único	25.300.000	17.593.695	69,54%
MDS	2019 – Bolsa Família	8442 – Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza(Lei nº 10.836, de 2004)	26.915.890.000	26.915.890.000	100,00%
MDS	2019 – Bolsa Família	8446 – Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	535.000.000	535.000.000	100,00%
MDS	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20GG – Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores	1.000.000	0	0,00%
MDS	2030 – Educação Básica	20TR – Apoio à Manutenção da Educação Infantil (MDS)	921.310.165	418.897.848	45,47%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	20V5 – Ações Complementares de Proteção Social Básica	39.031.831	0	0,00%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	2A60 – Serviços de Proteção Social Básica	1.514.033.008	1.452.695.764	95,95%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	2A65 – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	510.061.097	459.456.049	90,08%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	2A69 – Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	310.507.047	268.534.190	86,48%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	2B30 – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	46.365.000	462.525	1%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	2B31 – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	10.912.500	475.000	4,35%
MDS	2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	8893 – Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – Suas	209.926.471	144.350.397	68,76%
MDS	2062 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	8662 – Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho	7.000.000	5.266.050	75,23%
MDS	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	20GD – Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	213.132.705	140.168.729	65,77%
MDS	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	78.260.800	41.027.454	52,42%
MDS	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	2798 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	609.360.875	495.170.050	81,26%
MDS	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	8929 – Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio a Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos	58.071.790	9.662.807	16,64%
MDS	2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	8948 – Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	266.525.280	185.006.587	69,41%
MDS	2122 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4641 – Publicidade de Utilidade Pública	15.532.696	10.299.607	66,31%
MDS	2122 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4923 – Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	11.751.491	5.369.007	45,69%
EFU (MF)	0911 – Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros	00M4 – Remuneração a Agentes Financeiros	365.687.077	155.993.065	42,66%
		TOTAL	33.466.885.872	31.732.975.810	94,82%

Fonte: Siop acesso público, MP. Posição Siafi Gerencial de 29/01/2016.

Ações com empenho abaixo de 100% – Justificativas

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

Ação 8924 – Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária

A Embrapa atua no BSM desenvolvendo 17 projetos de inclusão produtiva rural. Desses projetos, 12 são denominados Territoriais e cinco são denominados Transversais, abordando os seguintes temas:

- Material Propagativo de Mandioca;
- Galinha Caipira;
- Captação e Manejo de Água de Chuva;
- Informação Tecnológica; e
- Monitoramento e Avaliação.

No exercício de 2015, a execução orçamentária das ações do BSM foi afetada devido ao atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) ocorrida em meados de março, aos limites restritivos de empenho recebidos pela Embrapa, ao limite de cotas de viagens reduzido, e, ainda, devido à publicação da Portaria nº 172, de 27 de maio de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que estabeleceu limite para a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens no âmbito dos órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo Federal. Vale ressaltar que o orçamento destinado a investimento também não foi autorizado para o uso da Embrapa em 2015.

Essas restrições e o atraso no repasse orçamentário impactaram a execução dos projetos territoriais e transversais. No caso dos projetos territoriais, destacadamente nos Biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, alguns deles se encerraram no meio do ano e não conseguiram usar o recurso a tempo de manter o cronograma planejado.

Em relação aos projetos transversais, além das razões mencionadas, existem questões de ordem jurídica da Embrapa que a impedem de implementar parte das soluções tecnológicas (a exemplo de: cisternas, galinheiros, unidades de multiplicação rápida de mandioca) propostas nos projetos, por se tratarem de instalação de infraestrutura em propriedades privadas, o que caracteriza benfeitorias em áreas de terceiros.

No que tange ao projeto transversal de água, visando solucionar o gargalo para viabilização da instalação das tecnologias hídricas, foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), com prazo de vigência de outubro de 2014 a maio de 2017.

O objetivo é garantir a implantação do Projeto "Transversal Água – Captação e manejo de água de Chuva para produção de alimentos" em comunidades rurais dos Territórios da Cidadania beneficiadas com as ações de desenvolvimento do Plano Brasil sem Miséria.

No entanto, o Acordo teve dificuldades na sua operacionalização em razão de alguns ajustes que precisaram ser feitos nos termos de convênio entre Estados e Entidades Executoras.

Ademais, porque algumas Entidades Executoras atuaram em áreas/famílias diferentes das trabalhadas pela Embrapa.

Em síntese, os principais entraves que impediram a execução da totalidade do orçamento no exercício passado e que foram relatados pelas Unidades Executoras da Embrapa do BSM constam abaixo.

- Atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) — situação que impactou a Embrapa como um todo e não só em relação ao Brasil sem Miséria;
- Restrição do limite para emissão de notas de empenho recebido pela Embrapa;
- Limite de cotas de viagens reduzido, o que impacta significativamente nas atividades planejadas, a exemplo das capacitações, em que parte das ações compreende as naturezas de despesas abrangidas (diárias e despesas com locomoção);
- Portaria nº 172, de 27 de maio de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que estabelece limite para a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo;
- Regulamentações jurídicas e normas a serem seguidas – dificultam e/ou prejudicam os processos de compras e contratação dos serviços para viabilizar as ações e atividades dos projetos;
- Desconexão entre a descentralização orçamentária para Embrapa e as atividades planejadas com as famílias e comunidades; e
- Entidades Executoras nos Estados, relativas ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Embrapa e MDS, atuaram em áreas/famílias diferentes das trabalhadas pela Embrapa.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Ação 20YT – Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação.

Ação 20ZL – Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária.

Ação 8274 – Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos.

Apesar de os percentuais de empenhos em relação à dotação atual das ações acima terem ficado abaixo de 100%, o percentual de empenho dos valores disponíveis para essas ações correspondeu a 100%. Portanto, a razão impeditiva para maiores empenhos resultou do contingenciamento orçamentário, limitando a execução orçamentária das ações.

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Ação 20VP – Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza – Bolsa Verde.

Também denominada Programa Bolsa Verde, esta ação apresentou percentual de empenho sobre o total da dotação de 95%. Diversos fatores contribuíram para que não se pudesse atingir o desejável índice de 100% de empenho dos recursos da ação.

Antes de mencionar as razões para o resultado apurado, cabe mencionar que aproximadamente 88% da dotação orçamentária da ação se referem ao pagamento do benefício. Os restantes 12% se direcionam às ações de operacionalização, cadastramento de famílias, monitoramento, entre outras atividades.

A dotação orçamentária da ação para 2015 previa o pagamento do benefício a 80 mil famílias, número que o Programa tinha como meta alcançar até o fim de 2015. Diversos fatores, entretanto, impediram a ampliação do número de famílias beneficiárias do Programa no montante esperado e, consequentemente, reduziram a execução orçamentária.

A conhecida dispersão das famílias no território, os fluxos migratórios, as dificuldades logísticas dos trabalhos de campo para alcançá-las, as divergências cadastrais entre os diversos parceiros são fatores relevantes que contribuem para as dificuldades na ampliação do número de famílias beneficiárias do Programa.

A execução do Programa também requer uma série de critérios e procedimentos obrigatórios, tais como:

- a análise do perfil socioeconômico das famílias por meio de cruzamento no banco de dados do Cadastro Único (Cadúnico), gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a verificação das famílias indicadas para receberem o benefício – se habitam as áreas que estão em conformidade legal e cadastradas no Programa;
- diagnóstico ambiental e monitoramento das unidades territoriais (Unidades de Conservação, Projetos de Assentamento, localidades ribeirinhas);
- a gestão do banco de dados;
- a elaboração das folhas de pagamento; e
- além de outros critérios que consistem em processos volumosos e complexos frente aos limitados recursos humanos disponíveis.

Estão em curso, entretanto, ações que já apresentam resultados positivos, mesmo antes de sua conclusão, a exemplo do censo extrativista, que está sendo realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e do desenvolvimento do SisBolsaVerde, que está sendo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Ambos têm uma contribuição relevante para a ampliação do número de famílias beneficiárias do Programa.

De qualquer forma, é natural que o ritmo e o volume de novas inclusões se reduzam. Especialmente porque foi atingida a marca das 74.522 famílias, cerca da metade do público conhecido. A própria dinâmica territorial e as divergências cadastrais também são responsáveis por essa redução.

Ação 8695 – Dessalinização de Água – Água Doce – Plano Brasil sem Miséria.

Os recursos previstos na LOA 2015 para ação 8695 – Dessalinização de Água - Água Doce – Plano Brasil sem Miséria visam apoiar a implementação do Programa Água Doce, cujo objeto é estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados técnicos, ambientais e sociais na gestão de sistemas de dessalinização, prioritariamente em comunidades rurais do semiárido brasileiro.

Para tanto foram formalizados, no âmbito do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015, nove convênios com os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, visando à recuperação/implantação de 1200 sistemas de dessalinização ambientalmente sustentáveis. Esses totalizam aproximadamente R$ 240 milhões de reais e que beneficiará cerca de 500 mil pessoas com acesso à água de qualidade para consumo humano.

A LOA 2015 (dotação inicial) previa um montante de R$ 68,651 milhões para a ação, com o objetivo de dar continuidade às ações do Programa Água Doce. No entanto, tendo em vista redução dos limites para a ação 8695, restou um saldo de R$ 166 mil reais que foiintegralmente executado. A redução do limite comprometeu a execução das metas para o ano de 2015.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

As ações do MDA no BSM sofreram contingenciamentos em 2015 e, por isso, não puderam alcançar maior taxa de empenho em relação à dotação existente. Quando se consideram apenas os recursos disponíveis, a execução orçamentária das ações do MDA foi muito próxima dos 100%, exceto no caso da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) quilombola e Indígena.

Ação 210O–Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para Agricultura Familiar.

Em 2015, não foram lançadas novas chamadas para quilombolas. Em novembro de 2014 foi lançada a Chamada de Ater 006/2014, com 7 lotes contemplandoAmapá, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais e Pará, que visou selecionar entidades para prestação de serviço de Ater destinado a famílias quilombolas em situação de extrema pobreza, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, compreendendo o planejamento, a execução e a avaliação de atividades individuais e coletivas, com vistas à inclusão produtiva, promoção da segurança alimentar e incremento da renda.

Na primeira publicação, todos os lotes foram frustrados. Em agosto de 2015, republicou-se a chamada com os seguintes resultados: 3 lotes frustrados e 4 lotes, referentes à execução em 2015, em fase de contratação.

Ação 210S – AssistênciaTécnica e Extensão Rural para Reforma Agrária.

Em 2014 foram lançadas chamadas públicas como parte das ações de inclusão produtiva rural e do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto n° 7.492, de 02 de junho de 2011.

As chamadas 03/2014 e 08/2014 referentes a execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nas Terras Indígenas foram frustradas na 1ª publicação em dezembro de 2014 e republicadas em junho de 2015.

A chamada 07/2014 está em fase de contratação. Em janeiro de 2015 lançou-se a Chamada 01/2015, com oito lotes contemplando os estados do Ceará, Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco. Após duas publicações desta chamada, sete estão em fase de contratação, ocorrendo frustração no oitavo lote.

Ação 210W – Apoio a Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais

As atividades tiveram início no segundo semestre do ano de 2015, fator que ocasionou a utilização inferior do valor disponibilizado. Outro fato refere-se à greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), parceiros direto do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que recebem recursos dessa ação via Termo de Execução Descentralizada para atuação nos mutirões do PNDTR.

Com a greve, o BSM contou com menos participação dos servidores do INSS nos mutirões itinerantes e consequentemente, menor oferta de serviços previdenciários no ano e também menor utilização dos recursos financeiros.

O Ministério da Justiça (MJ) optou por não participar mais da parceria para o PNDTR, o não firmamento do acordo de cooperação técnica e do Termo de Execução Descentralizada com o MJ também prejudicou a execução orçamentária do Programa de Documentação, pois dificultou a emissão da Carteira de Identidade, principal documento demandado, ocasionando cancelamento de vários mutirões.

Para solucionar esse entrave, buscou-se firmar acordos de cooperação técnica diretamente com cada estado da federação, concretizado em 12 estados. Mesmo diante de tantas dificuldades, em 2015 houve a emissão de 226.239 documentos a partir dessa Ação Orçamentária.

Ação 2B81 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA

A ação trata de recursos utilizados na compra direta, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, ou para formação de estoque pelas próprias organizações de agricultores familiares, bem como para a cobertura de despesas necessárias para a execução.Os valores disponibilizados para a execução desta ação foram reduzidos, possibilitando o empenho de 63% da dotação inicial.

Ministério da Integração (MI)

Ação 20N7 – Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais (APLs) – Plano Brasil sem Miséria.

Ação 20N8 – Promoção de Iniciativas para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica – Plano Brasil sem Miséria.

Ação 20N9 – Apoio ao Associativismo e Cooperativismo – Plano Brasil sem Miséria.

Todas as ações (20N7, 20N8 e 20N9) sofreram os efeitos docontingenciamento. Do limite disponível, observou-se execução próxima a 100%. A celebração do convênio é precedida da análise e manifestação conclusiva pelos setores técnico e jurídico do órgão ou da entidade concedente, segundo suas respectivas competências, quanto ao atendimento das exigências formais, legais e constantes desta. Assim, a liberação tardia do limite de recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios impactou diretamente na quantidade de propostas selecionadas pelos órgãos e casos onde os proponentes selecionados não obtiveram tempo suficiente para adequar suas propostas àscondições de celebração exigidas.

Ação 12QC – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria.

Ao fim do exercício de 2015, a demanda de recursos orçamentários desta ação referia-se a despesas de investimento. Os 2,8% dos recursos restantes para o empenho de 100% da Ação não foram empenhados, pois o montante disponível tratava-se de despesas de custeio, não sendopossível o empenho total dos recursos.

Ressalta-se, ainda, que a liberação do limite orçamentário restante ocorreu apenas no último dia do ano, já estando o prazo expirado para solicitação de alteração no orçamento.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Ação 20IT – Aperfeiçoamento da disseminação de informações do PBF e do Cadastro Único.

A execução parcial dos recursos alocados na ação 20IT (85,35%) decorreu dos limites impostos pelos Decretos nºs 8456 e 8496 de 2015. A principal despesa custeada por esta ação em 2015 decorreu dos serviços de impressão, manuseio e postagem de correspondência padronizada com dados variáveis, contratados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Ação 6414 – Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo

A execução parcial dos recursos alocados na ação 6414 (69,54%) decorreu de situações conjunturais supervenientes ocorridas ao longo de 2015. Os limites impostos pelos Decretos de programação nºs 8456 e 8496 de 2015 impactaram no andamento dos processos de contratação e na manutenção dos contratos em vigor, refletindo, assim na execução orçamentária da ação.

A escassez de limites afetou a condução do contrato da fábrica de Software, como também na conclusão do processo de aquisição de estações de trabalho de alto desempenho.

Outro fator impactante foi a necessidade de adequação dos Termos de Referência de contratação de consultorias de Pessoas Físicas e Jurídicas a um novo modelo de contratação definidos pelo BIRD, o que só ocorreu ao longo do segundo semestre de 2015.

Para tanto, houve necessidade de se postergar a contratação de consultorias de apoio à Senarc na área de TI devido às dificuldades na execução do contrato de Fábrica de Software do MDS, uma vez que os produtos que seriam demandados e desenvolvidos pela fábrica serviriam de insumos para as consultorias.

Somado a esses fatores, cabe considerar os aditamentos realizados para os Termos de Execução Descentralizada do IBGE e do Sipam motivados pela alteração do cronograma físico-financeiro e da previsão orçamentária global para menor, reduzindo, assim, valor orçado para 2015.

Ação 20GG – Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores.

Todos os recursos desta ação foram contingenciados, impedindo a realização de qualquer empenho.

Ação 20TR–Apoio à Manutenção da Educação Infantil (MDS).

Em 2015, os recursos da ação 20TR foram contingenciados e reduzidos a menos da metade de sua dotação final. Dos R$ 921,3 milhões existentes em dotação, apenas R$ 440 milhões foram efetivamente disponibilizados para empenho.

Neste cenário, o Ministério optou por reconsiderar e modificar os critérios de elegibilidade dos municípios a serem contemplados, de forma a aperfeiçoar a medida, permitindo ainda ajustar as normas da ação à sua disponibilidade financeira.

Utilizaram-se critérios de cobertura de crianças do Programa Bolsa Família em creches, aumento de cobertura e uso dos recursos transferidos, de modo a beneficiar os municípios que se esforçaram por atingir os objetivos da Lei 12.722/2012 e evitar a transferência de recursos a municípios que não conseguiram utilizar os recursos.

Assim, a partir da publicação das novas regras – pela Medida Provisória n.º 705/2015, pelo Decreto 6.819/2015 e pela Resolução do FNDE n.º 19/2015 –a meta física da ação para 2015 foi diminuída para se adequar às novas regras e ao limite financeiro estabelecido.

Com a publicação do novo arcabouço normativo, o MDS conseguiu cumprir com o objetivo de incentivar a matrícula de crianças do Bolsa Família e reduzir a desigualdade no acesso à creche, ao tempo em que evitou a necessidade de reconhecimento de dívida da ordem de R$ 481 milhões, valor superior ao orçamento previsto para a ação em 2016.

No entanto, com o elevado contingenciamento definido sobre a ação, com o tempo necessário para efetuar os ajustes normativos e com a não liberação dos recursos financeiros, não foi possível realizar os pagamentos ainda no ano de 2015. Esses recursos, contudo, foram empenhados no valor de R$ 418,9 milhões – o que representa 95,1% do montante não contingenciado da ação, inscritos em restos a pagar e serão executados em 2016.

Por fim, cabe explicar que, do valor total empenhado, a parcela já liquidada e paga em 2015, equivalente a R$ 13 milhões, se referiu a reconhecimento de dívida de 2013 e representou atendimento de 8.829 crianças. Como não havia recursos em restos a pagar para 2015, foi utilizado o orçamento do próprio ano para realizar estes pagamentos.

Ação 20V5 – Ações Complementares de Proteção Social Básica

Em 2015, os recursos alocados nesta ação não foram executados, em razão da priorização da execução orçamentária nas ações de manutenção dos serviços. As ações complementares foram mantidas pelos entes com recursos descentralizados em anos anteriores.

Ação 2A60 – Serviços de Proteção Social Básica.

A execução de recursos desta ação obteve um bom nível de execução global, totalizando 96% da dotação. O valor residual não empenhado decorre do fluxo de entrada e saída dos entes nos pagamentos mensais, em virtude de eventuais bloqueios ou suspensões.Isso acontece em razão do não atendimento a exigências normativas, da execução de serviços em nível inferior ao limite pactuado e do monitoramento da execução financeira dos recursos federais pelos entes beneficiados.

Ação 2A65 – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Ação 2A69 – Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Em relação à Proteção Social Especial (ações 2A65 e 2A69), em 2013 e 2014 foram pactuadas expansões em vários serviços a serem ofertados pelos entes parceiros. Embora estejam autorizados na LOA, a efetiva execução desses recursos depende da implementação das ações pelos entes.

Além disso, a exemplo da ação 2A60, parte da dotação restante decorre do fluxo de entrada e saída dos entes nos pagamentos mensais em virtude de eventuais bloqueios ou suspensões. Isso acontece em razão do não atendimento a exigências normativas, da execução de serviços em nível inferior ao limite pactuado e do monitoramento da execução financeira dos recursos federais pelos entes beneficiados.

Quanto à Ação 2A65 chegou-se a um percentual de execução de 90%, quanto à Ação 2A69 este valor foi de 86%.

Ação 2B30 – Estruturaçãoda Rede de Serviços de Proteção Social Básica.

Ação 2B31 – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial.

As ações 2B30 e 2B31 são implementadas por meio de convênios e contratos de repasse firmados com outros entes. Nesse sentido, o atendimento dos requisitos à celebração dos instrumentos, liberação e execução dos recursos, depende também dos entes parceiros. Em 2015, a execução dessas ações foi reduzida, diante da diretriz de priorização da execução dos serviços continuados, sendo adiados esses investimentos para momento fiscal mais favorável. Sobre a Ação 2B30 a execução foi próxima a 1%, já a Ação 2B31 a execução aproximou-se de 5%.

Ação 8893 – Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Esta ação contempla as transferências aos entes federados como mecanismos de incentivos baseados no desempenho apresentado pela gestão local/regional do Suas (IGD-Suas), bem como a execução direta de atividades meio. Como o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) remunera proporcionalmente aos índices de gestão dos entes, o montante empenhado no exercício reflete alguma flutuação na apuração desses índices.

Quanto às demais atividades-meio executadas nesta ação, foram fortemente contingenciadas para atender ao esforço fiscal do exercício, seguindo a diretriz de concentrar os recursos disponíveis nas ações finalísticas continuadas. A execução da Ação girou em torno de 70%.

Ação 8662 – Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificados em Situação de Trabalho.

Esta ação responde apenas ao pagamento do número residual de benefícios a famílias que não atendem aos critérios do Programa Bolsa Família. Nesse sentido, sua execução apresenta uma trajetória descendente, ratificada no exercício de 2015. A execução da Ação girou em torno de 75%.

Ação 20GD– Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.

Em 2015, a dotação orçamentária atual da Ação 20GD foi de R$ 213,1 milhões, tendo sido empenhados R$ 140,2 milhões o que corresponde a 65,8% da dotação atual e à totalidade do limite orçamentário de fato disponibilizado no decorrer de 2015.

A ação 20GD foi executada, até 2015, com base em três Planos Orçamentários (P.O.) sob a responsabilidade do MDS:

- 0002 – Fomento às Atividades Produtivas Rurais – BSM;
- 0003 – Apoio a Estruturação da Produção Familiar; e
- 0004 – Apoio às ações de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.

O indicador físico da execução da ação 20GD é medido em função do acumulado a partir das metas físicas do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (P.O. 0002) e das ações direcionadas ao atendimento exclusivo de Povos e Comunidades Tradicionais (P.O. 0004). Apenas o P.O. 0002 integra o Plano Brasil sem Miséria, sendo este o P.O. com maior volume de recursos orçamentários da Ação 20GD. Quanto ao P.O. 0002 sua execução girou em torno de 76%.

Ação 2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos.

A ação de distribuição de alimentos atende a um público pré-definido, que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional. A partir do segundo semestre de 2015 passou a exigir-se o Cadúnico dessas famílias, com exceção das indígenas, o que reduziu o público beneficiário e, consequentemente, os recursos necessários para seu atendimento.

A ação atende também famílias em regiões em situação de emergência ou calamidade pública, que as colocam em situação de vulnerabilidade momentânea. Dessa forma, 52% da dotação orçamentária disponível da Ação foram empenhados, o que corresponde a 100% do limite orçamentário disponibilizado, e que atendeu à necessidade no exercício.

Ação 2798 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Da dotação inicial da Ação 2798 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, no montante de R$ 782 milhões houve um cancelamento de R$ 173 milhões passando a uma dotação atual de R$ 609 milhões. O valor empenhado foi de R$ 495 milhões o que representa 81,26% da dotação atual, porém, 100% do limite orçamentário efetivamente disponibilizado.

Ação 8929 – Apoio à Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos.

Da dotação inicial da Ação 8929, no montante de R$ 72,6 milhões houve um cancelamento de R$ 14,5 milhões passando a uma dotação atual de R$ 58,1 milhões. O valor empenhado foi de R$ 9,7 milhões o que representa 16% da dotação atual, no entanto, 100% do limite orçamentário que foi efetivamente disponibilizado.

Ação 8948 – Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural.

Esta ação é executada por meio de dois Planos Orçamentários (P.O.) sob responsabilidade do MDS: 0001 – Acesso à Água para Consumo Humano e 0002 – Acesso à Água para a Produção de Alimentos.

A dotação orçamentária inicial da Ação 8948 foi de R$346,5 milhões, chegando à dotação atual de R$ 266,5 milhões, após o cancelamento de R$ 80 milhões. Foram empenhados 69,41% da dotação atual (empenho de 99%, em relação à dotação atual, para o P.O. 0001 e de 42% para o P.O. 0002).

Os valores empenhados, no entanto, correspondem à totalidade do limite orçamentário de fato disponibilizado no decorrer de 2015. É importante registrar que, mesmo com as limitações na disponibilidade de recursos, foi possível cumprir em 2015 as metas físicas de execução de tecnologias sociais de acesso à água no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, conforme explicado a seguir.

Os resultados em termos de execução física em 2015 são decorrentes de recursos repassados em anos anteriores e que ainda estavam disponíveis para utilização pelos parceiros; e de recursos repassados em 2015, mas para pagamento de Restos a Pagar de anos anteriores. Os pagamentos a partir de 2015 foram realizados apenas ao final do ano, o que, juntamente com as explicações acima, justificam que não seja observada execução física decorrentes da dotação atual.

Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública.

A diferença da execução se dá porque os pagamentos referentes à veiculação da campanha de Revisão Cadastral realizada no ano de 2015 ainda estão sendo efetuados, conforme são recebidas as notas fiscais. A previsão é executar próximo a 100% do valor empenhado. Quanto à Ação 4641 sua execução girou em torno de 66%.

Ação 4923 – Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No âmbito da ação 4923, exercício de 2015, estava previsto um conjunto de pesquisas avaliativas que permitiriam aferir as condições de vida da população brasileira, público-alvo das ações do MDS. No entanto, a principal pesquisa contratada – Pesquisa Painel de Mobilidade Ocupacional e Acesso a Programas Sociais – apresentou diversos problemas na execução do contrato, resultando na rescisão unilateral por parte do MDS. Somente nessa atividade estava previsto o pagamento de produtos no montante aproximado de R$ 2 milhões, que não foram entregues pela contratada, com a execução de 46%.

Outro fator impactante na baixa execução da ação 4923 foi o recurso transferido por meio de Termo de Execução Descentralizada para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a execução da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio (Pnad) 2015. Por conta de problemas técnicos apresentados na execução da pesquisa, bem como no repasse dos recursos, o cronograma inicial foi alterado e parte dos recursos repassados não foram executados.

Vale destacar que o contingenciamento de gastos em despesas de custeio – passagens, material de consumo e serviços de terceiros – impactam diretamente nessa ação, uma vez que seus produtos estão concentrados na produção, na disponibilização e no consumo de conteúdo técnico para os agentes públicos e sociais nas três esferas de governo.

Ação 00M4 – Remuneração a Agentes Financeiros

Os recursos orçamentários vinculados ao programa 0911 – Remuneração de Agentes Financeiros, no Plano Orçamentário – 000F – Operacionalização das Ações de Transferência de Renda e do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal – MDS, sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda (MF), sendo sua descentralização para o MDS regida pelo Decreto n.º 8.535, de 01 de outubro de 2015, são destinados ao pagamento dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal – Caixa na operacionalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, por intermédio de contrato celebrado entre as partes.

Este contrato estabelece desembolsos mensais e que o MDS efetue os respectivos pagamentos pelos serviços prestados até o dia 25 (vinte cinco), ou primeiro dia útil seguinte, quando o dia 25 for um sábado, domingo ou feriado, do mês subsequente ao mês em que é apresentada a fatura dos serviços prestados, com previsão de pagamento de atualização monetária pelos dias em que ocorrer atrasos nos desembolsos dos serviços prestados.

Para 2015, foram aprovados pela LOA e créditos adicionais o valor de R$ 365,7 milhões. No decorrer do exercício de 2015, foram empenhadose integralmente liquidado o valor de R$ 156 milhões, sendo deste valor pago no montante de R$147,6 milhões e sua diferença inscrita em restos a pagar processado em 2015 no valor de R$8,4 milhões.

2. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – foi criado em 2007, e, sob a coordenação da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – Sepac –, promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do País, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

Em 2015, destacou-se como um programa consolidado, com uma carteira de cerca de 37 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo. Essa é a essência de um programa sequenciado de obras que gera desenvolvimento e oferece melhor qualidade de vida aos brasileiros.

Continuar apostando na conclusão dos projetos e obras de infraestrutura em todos os setores nos próximos anos é o grande desafio do PAC, só assim será possível entregar a cada cidadão um País melhor para se viver.

Em atendimento ao comando da Norma de Execução nº 03, de 04 de dezembro de 2015, que regulamenta a Portaria CGU nº 50.123 de 20 de novembro de 2015, a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – Sepac – vem, por meio dos demonstrativos a seguir, prestar contas acerca da execução das ações do PAC no exercício de 2015.

Como pode ser visto na tabela a seguir, a Dotação final para o PAC em 2015 foi da ordem de R$ 67 bilhões. No entanto, o Limite de Empenho final foi de aproximadamente R$ 41,5 bilhões, conforme Portaria nº 145, de 30 de dezembro de 2015, da Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

O valor do limite é estipulado por órgão, que faz a gestão interna do recurso conforme diretrizes definidas para cada política.

Considerando o limite estabelecido, os órgãos que participam do PAC alcançaram, no geral, índice de 101,3% de empenho (vide coluna K), o que comprova a otimização do uso do orçamento sob monitoramento desta Sepac.

Vale notar que o valor empenhado supera 100% por conta da correção cambial de contratos firmados em dólar, em especial os executados pelo Ministério da Defesa.

Importante lembrar que o processo de orçamentação brasileiro é apenas autorizativo, posto que baseia-se numa estimativa de gasto elaborada alguns meses antes da sanção presidencial, a depender do processo de votação no Congresso Nacional.

Além disso, a condução das políticas públicas ocorre em ambiente difuso, com atuação de diversos atores sociais e instituições democráticas de interesses diversos.

Tais fatores explicam os valores empenhados em 2015 inferiores a 100% do limite estabelecido para alguns Ministérios, o que não impede a busca da Sepac em atingir as metas declaradas pelo Governo Federal para o programa, conforme demonstrado.

Por fim, vale frisar que o remanejamento do orçamento PAC é instrumento importante para a gestão do programa, pois permite alocar de forma tempestiva os recursos conforme prioridades sociais.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2015
BASE: 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - VALORES EM RE MILHÕES

ÓRGÃO	2013		2014		2015		LIMITE ORÇAM		LIMITE FINANC		EXECUÇÃO 2015								2016		
	EMP	PG TOTAL	EMP	PG TOTAL	LOA	DOT ATUAL	DECRETO INICIAL A	ATUAL B	PORTARIA MF 340 (INICIAL) C	ATUAL D	DESPESA EMP E	RESTOS A PAGAR PG F	PG INSC. LIQ. G	PG H	A PAGAR I	TOTAL J	ORÇ. K = E / B	FIN. L = J / D	PLOA ENC.	PLOA AJUSTE	AUTÓGRAFO
Agricultura	676,4	5,2	-	324,9	-	-	-	-	66,6	243,1	-	-	345,6	225,1	120,4	225,1	-	92,6%	-	-	-
Cidades (Demais)	5.956,0	2.578,1	3.126,0	2.913,5	6.850,1	5.489,9	3.378,9	2.576,8	2.644,1	3.012,5	2.576,6	324,3	12.050,8	2.484,4	9.566,4	2.808,7	100,0%	93,2%	2.045,3	1.783,4	1.300,0
Cidades (Minha Casa, Minha Vida)*	14.669,6	14.027,2	16.690,0	17.430,7	19.913,5	24.546,2	9.640,4	16.507,4	13.027,0	20.624,3	16.506,9	15.398,2	5.602,6	5.311,0	291,6	20.709,2	100,0%	100,4%	15.490,0	10.148,4	6.919,0
Ciência e Tecnologia	69,8	29,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	403,4	351,8	279,1
Comunicações	50,7	13,5	37,4	30,5	993,0	850,4	696,6	441,1	380,0	391,1	441,1	387,4	37,4	2,5	34,9	389,9	100,0%	99,7%	696,6	607,4	457,4
Cultura	497,5	235,6	105,5	259,1	170,5	170,5	115,5	85,0	150,0	124,0	85,0	30,0	376,5	92,7	283,8	122,7	100,0%	98,9%	115,5	100,7	67,8
Defesa	4.481,8	4.094,4	4.600,0	6.019,9	6.146,0	6.022,5	4.284,6	4.169,1	2.799,6	3.660,2	4.700,9	1.600,2	2.375,2	1.833,9	541,2	3.434,1	112,8%	93,8%	4.584,6	4.584,6	4.603,9
Des. Agrário	3.462,0	1.317,2	3,9	3.399,7	380,0	380,0	-	-	-	-	-	-	0,0	-	0,0	-	-	-	-	-	-
Des. Social e Combate à Fome	816,8	366,3	572,8	714,1	346,5	266,5	210,0	180,0	175,0	208,6	185,0	26,6	590,6	164,6	425,9	191,2	102,8%	91,7%	210,0	183,1	154,1
Educação	5.269,2	1.285,5	5.609,5	3.477,9	7.115,0	6.426,1	3.516,8	2.237,6	1.900,0	1.773,0	2.239,7	212,9	8.595,1	1.560,2	7.034,8	1.773,1	100,1%	100,0%	1.300,0	1.133,6	1.617,0
Enc. Fin. União (Minha Casa, Minha Vida)	80,0	160,0	80,0	-	80,0	80,0	80,0	-	-	-	-	-	80,0	-	80,0	-	-	-	80,0	69,8	52,1
Esportes	1.312,4	14,8	1.210,2	801,2	1.518,9	1.640,1	1.323,5	952,9	1.239,0	1.217,2	953,7	262,4	1.633,0	878,6	754,4	1.141,1	100,1%	93,7%	650,5	644,0	493,9
Integração Nacional	4.662,5	3.663,5	4.697,0	3.876,2	3.787,0	4.031,6	2.969,0	2.295,0	3.927,0	3.525,2	2.288,1	1.071,1	4.706,9	2.359,7	2.347,2	3.430,8	99,7%	97,3%	3.569,0	3.365,0	2.953,7
Justiça	-	22,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas e Energia	360,3	256,7	158,2	288,2	199,4	194,4	153,7	129,7	141,0	105,0	129,6	23,6	98,9	76,1	22,8	99,7	100,0%	94,9%	155,5	135,6	127,1
Op. Oficiais de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,3	-	6,3	-	-	-	-	-	-
Planejamento	0,8	963,9	0,7	725,3	2,0	2,0	1,0	0,8	29,8	29,8	0,8	0,5	23,0	21,1	1,9	21,7	94,3%	72,7%	1,0	0,9	0,8
Saúde	2.231,4	1.651,5	1.408,5	1.983,0	1.370,6	1.443,3	1.075,6	850,3	1.075,6	1.295,6	850,2	641,5	2.789,6	652,2	2.137,5	1.293,7	100,0%	99,9%	670,6	670,6	909,7
Sec. de Aviação Civil	2.048,6	2.204,6	2.051,8	1.975,5	2.588,3	2.660,3	1.941,1	1.900,4	2.372,0	2.012,5	1.899,2	1.564,6	799,3	445,8	353,5	2.010,4	99,9%	99,9%	1.815,5	1.559,5	1.652,4
Sec. de Portos	577,0	205,5	508,5	391,2	885,8	885,8	736,5	606,9	606,9	506,9	606,7	120,4	723,7	340,8	382,9	461,2	100,0%	91,0%	1.125,5	981,4	852,2
Sec. Pol. para as Mulheres	87,0	16,1	18,7	64,9	-	-	-	-	10,5	25,5	-	-	36,1	22,4	13,7	22,4	-	87,7%	-	-	-
Transportes	14.228,7	11.596,4	12.725,0	12.956,2	13.270,6	12.216,8	9.167,3	8.638,0	9.864,2	10.355,2	8.636,5	2.512,9	11.820,4	6.336,6	5.483,9	8.849,5	100,0%	85,5%	9.497,3	7.777,1	8.138,7
Turismo	1.603,1	7,4	-	67,8	-	-	-	-	83,2	304,1	-	-	1.660,1	275,0	1.385,1	275,0	-	90,4%	-	-	-
Desenvolvimeno, Ind. e Comércio Ext.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150,0
TOTAL	63.141,6	44.714,8	53.603,6	57.699,8	65.617,3	67.306,5	39.290,6	41.571,0	40.491,6	49.413,9	42.100,1	24.176,4	54.351,0	23.082,9	31.268,4	47.259,3	101,3%	95,6%	42.410,5	34.097,0	30.728,9

(*) PMCMV: colunas de execução 2015 e de limites (orçamentário atual e financeiro atual) incluem Crédito Extraordinário FGTS no valor de R$ 9,0 bilhões.

A seguir, outros demonstrativos da execução orçamentária e financeira do Programa de Aceleração do Crescimento.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2015 (DESPESA POR EIXO)

SIAFI: 31 de dezembro de 2015

R$ milhões correntes

EIXO	EMPENHADO 2007 A 2014 A	PGT TOTAL 2007 A 2014 B	DOTAÇÃO 2015				EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2015								2016
							DESPESA			RESTOS A PAGAR				PG	
			PLOA	LOA	DOTAÇÃO ATUAL C	DESBLOQ	EMP E	LIQ F	PG G	INSC. H	CANC. I	PG J	A PG K	TOTAL L = G + J	PLOA
EIXO DEFESA	13.410,2	12.568,2	5.373,5	5.828,9	5.705,4	4.039,4	4.404,5	4.404,5	1.303,8	2.370,2	4,5	1.830,0	535,7	3.133,8	4.426,6
EIXO INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA	1.569,2	1.364,5	197,0	194,4	189,4	145,5	126,4	126,4	21,1	152,5	54,7	75,1	22,7	96,2	548,9
EIXO INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA	114.370,5	97.366,5	17.594,5	16.860,8	15.728,4	12.139,1	10.786,2	10.786,2	4.063,4	14.443,7	1.252,5	6.990,5	6.200,7	11.053,9	12.131,8
EIXO INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA	161.869,4	115.952,7	41.506,1	42.436,9	45.200,2	27.577,1	26.390,9	26.390,9	18.646,3	42.473,9	7.478,7	12.889,7	22.105,5	31.536,0	24.956,0
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	976,2	758,5	310,6	296,3	483,1	417,8	392,0	392,0	141,8	227,8	17,0	169,0	41,8	310,7	347,2
PAC SICONV	3.656,8	478,6	-	-	-	-	-	-	-	3.496,2	6,0	1.128,6	2.361,6	1.128,6	-
TOTAL	**295.852,3**	**228.489,0**	**64.981,6**	**65.617,3**	**67.306,5**	**44.318,9**	**42.100,1**	**42.100,1**	**24.176,4**	**63.164,3**	**8.813,3**	**23.082,9**	**31.268,1**	**47.259,3**	**42.410,5**

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2015 (DESPESA POR ÓRGÃO)

SIAFI: 31 de dezembro de 2015

R$ milhões correntes

ÓRGÃO	EMPENHADO 2007 A 2014 A	PGT TOTAL 2007 A 2014 B	DOTAÇÃO 2015				EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2015												2016
							DESPESA					RESTOS A PAGAR					PG	%	
			PLOA	LOA	DOTAÇÃO ATUAL C	DESBLOQ	EMP E	% E/C	LIQ F	PG G	% G/C	INSC. H	CANC. I	PG J	% J/(H+I)	A PG K	TOTAL L = G + J	L/(C+H+I)	PLOA
Agricultura	676,4	330,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	345,8	0,2	225,1	65,1	120,4	225,1	65,2	-
Cidades	101.680,5	75.536,4	25.631,8	26.763,6	30.036,1	19.482,1	19.083,5	63,5	19.083,5	15.722,5	52,3	24.383,9	6.730,5	7.795,4	25,1	9.858,0	23.517,8	49,3	17.535,3
Ciência, Tecnologia e Inovação	178,8	52,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	403,4
Comunicações	88,1	44,0	996,6	993,0	850,4	441,3	441,1	51,9	441,1	387,4	45,6	37,4	-	2,5	6,7	34,9	389,9	43,9	696,6
Cultura	1.095,8	612,0	170,5	170,5	170,5	85,5	85,0	49,9	85,0	30,0	17,6	379,7	3,3	92,7	24,2	283,8	122,7	22,4	115,5
Defesa	14.937,8	14.086,3	5.725,6	6.146,0	6.022,5	4.335,8	4.700,9	78,1	4.700,9	1.600,2	26,6	2.379,6	4,5	1.833,9	76,9	541,2	3.434,1	40,9	4.584,6
Des. Agrário	4.935,5	4.928,3	400,0	380,0	380,0	-	-	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	0,0	-
Des. Social e Combate à Fome	2.190,0	1.692,7	350,0	346,5	266,5	195,3	185,0	69,4	185,0	26,6	10,0	596,4	5,8	164,6	27,3	425,9	191,2	22,3	210,0
Educação	17.678,7	9.515,8	7.000,0	7.115,0	6.426,1	2.829,2	2.239,7	34,9	2.239,7	212,9	3,3	8.647,1	52,0	1.560,2	17,9	7.034,8	1.773,1	11,8	1.300,0
Encargos Fin. da União	1.070,0	910,0	80,0	80,0	80,0	-	-	0,0	-	-	0,0	160,0	80,0	-	0,0	80,0	-	0,0	80,0
Esporte	2.522,6	816,0	1.519,9	1.518,9	1.640,1	996,1	953,7	58,1	953,7	262,4	16,0	1.833,7	200,7	878,6	43,2	754,4	1.141,1	34,9	650,5
Integração Nacional	25.045,5	19.284,9	4.130,5	3.787,0	4.031,6	2.364,2	2.288,1	56,8	2.288,1	1.071,1	26,6	4.873,5	166,6	2.359,7	46,8	2.347,2	3.430,8	39,3	3.569,0
Justiça	22,3	22,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meio Ambiente	40,1	40,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas e Energia	1.586,6	1.380,7	202,0	199,4	194,4	148,7	129,6	66,7	129,6	23,6	12,1	153,7	54,7	76,1	36,5	22,8	99,7	34,0	155,5
Op. Oficiais de Crédito	544,3	652,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,3	-	-	0,0	6,3	-	0,0	-
Planejamento	1.716,0	1.691,8	2,0	2,0	2,0	0,9	0,8	38,5	0,8	0,5	26,3	25,8	2,8	21,1	73,9	1,9	21,7	86,7	1,0
Saúde	11.157,5	6.893,3	1.300,6	1.370,6	1.443,3	925,5	850,2	58,9	850,2	641,5	44,4	3.032,8	243,2	652,2	19,9	2.137,4	1.293,7	30,6	670,6
Sec. de Aviação Civil	5.543,6	4.873,2	2.481,5	2.588,3	2.660,3	1.939,6	1.899,2	71,4	1.899,2	1.564,6	58,8	870,5	71,2	445,8	47,3	353,5	2.010,4	58,1	1.815,5
Sec. de Portos	5.571,3	4.647,4	890,5	885,8	885,8	672,6	606,7	68,5	606,7	120,4	13,6	867,3	143,7	340,8	33,7	382,9	461,2	28,7	1.125,5
Sec. Pol. para as Mulheres	105,7	80,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,1	0,0	22,4	61,9	13,7	22,4	61,9	-
Trabalho e Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes	95.862,1	80.323,5	14.100,0	13.270,6	12.216,8	9.902,1	8.636,5	70,7	8.636,5	2.512,9	20,6	12.871,2	1.050,8	6.336,6	45,5	5.483,8	8.849,5	36,8	9.497,3
Turismo	1.603,1	75,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.663,4	3,3	275,0	16,5	1.385,1	275,0	16,6	-
TOTAL	**295.852,3**	**228.489,0**	**64.981,6**	**65.617,3**	**67.306,5**	**44.318,9**	**42.100,1**	**62,5**	**42.100,1**	**24.176,4**	**35,9**	**63.164,3**	**8.813,3**	**23.082,9**	**32,1**	**31.268,1**	**47.259,3**	**38,8**	**42.410,5**

INCLUSO NO VALOR ACIMA O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

R$ milhões correntes

ÓRGÃO	EMPENHADO 2007 A 2014 A	PGT TOTAL 2007 A 2014 B	DOTAÇÃO 2015				EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2015												2016
							DESPESA					RESTOS A PAGAR					PG	%	
			PLOA	LOA	DOTAÇÃO ATUAL C	DESBLOQ	EMP E	% E/C	LIQ F	PG G	% G/C	INSC. H	CANC. I	PG J	% J/(H+I)	A PG K	TOTAL L = G + J	L/(C+H+I)	PLOA
Cidades	66.005,6	53.315,3	18.600,0	19.913,5	24.546,2	16.561,4	16.506,9	67,2	16.506,9	15.398,2	62,7	12.245,9	6.643,3	5.311,0	28,1	291,6	20.709,2	68,7	15.490,0
Encargos Fin. da União	1.070,0	910,0	80,0	80,0	80,0	-	-	0,0	-	-	0,0	160,0	80,0	-	0,0	80,0	-	0,0	80,0
TOTAL	**67.075,6**	**54.225,3**	**18.680,0**	**19.993,5**	**24.626,2**	**16.561,4**	**16.506,9**	**67,0**	**16.506,9**	**15.398,2**	**62,5**	**12.405,9**	**6.723,3**	**5.311,0**	**27,8**	**371,6**	**20.709,2**	**68,3**	**15.570,0**

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2015 (DESPESA AGREGADA)

SIAFI: 31 de dezembro de 2015
R$ 1,00 (valores correntes)

ÓRGÃO / AGREGADOR / AÇÃO / LOCALIZADOR DE GASTO	EMPENHADO 2007 A 2014	PGT TOTAL 2007 A 2014	DOTAÇÃO 2015			DESPESA 2015			RESTOS A PAGAR 2015			2015	2016
			LOA	DOT ATUAL	DESBLOQ	EMP	LIQ	PG	INSC.	CANC.	PG	PG TOTAL	PLOA
Total Global	295.852.257.515	228.489.000.864	65.617.263.589	67.306.469.556	44.318.861.680	42.100.086.176	42.100.086.176	24.176.384.069	63.164.306.438	8.813.329.543	23.082.873.434	47.259.257.503	42.410.457.497
Agricultura Total	676.369.016	330.061.128	-	-	-	-	-	-	345.763.176	194.915	225.140.149	225.140.149	-
Infraestrutura Agropecuária Total	191.949.906	73.587.344	-	-	-	-	-	-	118.382.325	191.056	85.335.508	85.335.508	-
Infraestrutura Agropecuária (E) Total	484.419.110	256.473.784	-	-	-	-	-	-	227.380.851	3.859	139.804.641	139.804.641	-
Cidades Total	101.680.525.108	75.536.406.349	26.763.603.385	30.036.113.504	19.482.072.612	19.083.487.497	19.083.487.497	15.722.457.608	24.383.908.362	6.730.517.819	7.795.391.376	23.517.848.984	17.535.300.000
Drenagem Urbana Total	4.131.190.705	2.329.108.980	839.528.127	652.575.315	345.893.154	345.893.151	345.893.151	103.720.715	1.537.233.265	3.045.513	248.476.936	352.197.651	170.076.385
Habitação e Urbanização Total	11.462.934.207	7.446.322.664	602.566.000	531.415.600	324.828.935	324.828.869	324.828.869	2.343.650	3.406.568.091	11.244.175	310.532.437	312.876.087	268.339.003
Infraestrutura Urbana Total	332.742.475	14.926.801	-	-	-	-	-	-	350.869.964	46.628	108.783.412	108.783.412	-
Infraestrutura Urbana (E) Total	1.068.967.905	44.871.361	-	-	-	-	-	-	1.023.513.896	712.728	388.261.256	388.261.256	-
Minha Casa, Minha Vida Total	66.005.562.680	53.315.257.894	19.913.524.768	24.546.211.541	16.561.443.710	16.506.936.773	16.506.936.773	15.398.156.179	12.245.939.956	6.643.305.974	5.311.029.855	20.709.186.035	15.490.000.000
Mobilidade Urbana Total	5.622.673.885	3.820.600.188	3.802.047.690	2.786.279.952	1.405.431.809	1.067.956.523	1.067.956.523	68.967.426	1.905.712.986	22.920.757	712.781.879	781.749.305	964.041.750
Riscos e Desastres Naturais - PAC Cheia Total	884.288.997	320.115.953	167.130.000	147.900.000	144.457.008	144.366.647	144.366.647	-	558.124.635	-	82.806.474	82.806.474	38.238.500
Saneamento Total	12.127.497.822	8.211.543.740	1.430.996.800	1.328.218.296	675.205.996	675.015.076	675.015.076	148.009.191	3.345.727.665	49.197.980	627.331.083	775.340.274	586.604.362
zGAP do PAC Total	44.666.431	33.658.769	7.810.000	43.512.800	24.812.000	18.490.457	18.490.457	1.260.447	10.217.903	44.064	5.388.044	6.648.491	18.000.000
Ciência, Tecnologia e Inovação Total	178.830.462	51.955.063	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	403.431.000
Fonte de Luz Síncrotron - SIRIUS Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	275.530.000
Produção de Concentrado de Urânio Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.900.000
Reator Multipropósito Brasileiro - RMB Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77.001.000
Riscos e Desastres Naturais - Monitoramento Total	178.830.462	51.955.063	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicações Total	88.093.579	44.015.994	993.017.000	850.444.442	441.306.932	441.120.207	441.120.207	387.414.553	37.418.879	-	2.502.759	389.917.312	696.600.000
Cabo Submarino Total	-	-	50.000.000	50.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	-	-	-	-	-	115.600.000
Inclusão Digital Total	88.093.579	44.015.994	46.417.000	46.417.000	39.706.932	39.520.207	39.520.207	602.204	37.418.879	-	2.502.759	3.104.963	46.417.000
Infraestrutura de Comunicações de Dados Total	-	-	500.000.000	357.427.442	-	-	-	-	-	-	-	-	13.483.000
Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicação SGDC Total	-	-	396.600.000	396.600.000	396.600.000	396.600.000	396.600.000	386.812.349	-	-	-	386.812.349	521.100.000
Cultura Total	1.095.847.347	611.950.502	170.500.000	170.500.000	85.500.000	85.024.999	85.024.999	29.962.630	379.732.799	3.264.607	92.696.018	122.658.648	115.500.000
Cidades Históricas Total	152.972.893	99.582.764	170.000.000	170.000.000	85.000.000	84.524.999	84.524.999	29.962.630	103.609.791	3.264.607	54.988.112	84.950.742	115.000.000
Praças do PAC Total	942.042.501	512.048.519	-	-	-	-	-	-	275.610.275	-	37.654.150	37.654.150	-
zGAP do PAC Total	831.952	319.220	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	-	512.732	-	53.756	53.756	500.000
Defesa Total	14.937.798.054	14.086.304.234	6.146.000.000	6.022.532.692	4.335.782.269	4.700.925.506	4.700.925.506	1.600.171.843	2.379.646.397	4.461.881	1.833.944.403	3.434.116.246	4.584.600.000
Administração - Projeto H-X BR Total	2.047.492.331	1.785.506.182	598.867.138	598.867.138	323.400.000	358.720.761	358.720.761	92.126.419	570.893.325	-	566.399.175	658.525.595	467.400.000
Administração - Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicação SGDC Total	-	-	317.100.000	317.100.000	296.400.540	296.400.540	296.400.540	296.400.540	-	-	-	296.400.540	158.000.000
Aeronáutica - Aquisição de Caças FX-2 Total	-	-	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.297.060.289	1.297.060.289	195.240.000	-	-	-	195.240.000	1.533.000.000
Aeronáutica - Aquisição do Cargueiro Tático Militar KC-390 Total	-	-	400.000.000	310.575.757	150.575.757	150.575.757	150.575.757	39.107.439	-	-	-	39.107.439	1.000.000
Aeronáutica - Controle e Fiscalização Total	312.067.562	480.601.894	-	-	-	-	-	-	21.221.642	-	19.345.240	19.345.240	-
Aeronáutica - PAC Equipamentos - Aquisição de Caminhões Diversos Total	93.649.000	91.131.461	-	-	-	-	-	-	2.517.539	-	2.517.539	2.517.539	-
Aeronáutica - Projeto Desenvolvimento KC-X Total	3.042.201.071	3.042.201.071	770.958.654	860.382.897	860.382.897	863.776.834	863.776.834	465.476.219	-	-	-	465.476.219	577.000.000
Exército - PAC Equipamentos - Aquisição de Blindados, Mísseis e Caminhões Dive	1.423.116.569	1.378.133.604	330.006.252	330.006.252	186.695.547	186.497.289	186.497.289	53.545.792	44.994.130	43.831	26.440.855	79.986.647	190.240.000
Exército - SISFRON Total	256.059.115	63.577.561	495.000.000	495.000.000	160.382.030	160.356.069	160.356.069	6.124.871	192.481.555	156.240	121.867.205	127.992.076	185.000.000
Exército - Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 Total	222.547.290	37.385.450	115.600.000	115.600.000	55.345.498	55.345.031	55.345.031	3.537.472	185.161.840	8.802	83.926.556	87.464.028	70.360.000
Marinha - PAC Equipamentos - Aquisição de Caminhões Diversos Total	106.552.561	105.786.441	-	-	-	-	-	-	766.120	-	606.698	606.698	-
Marinha - PROSUB Total	6.468.690.212	6.366.989.588	1.771.707.956	1.648.240.648	1.052.600.000	1.078.179.623	1.078.179.623	371.168.085	1.050.894.710	203.186	881.287.561	1.252.455.646	1.152.600.000
Marinha - Tecnologia Total	965.422.343	734.990.982	346.760.000	346.760.000	250.000.000	254.013.314	254.013.314	77.445.006	310.715.536	4.049.821	131.553.572	208.998.578	250.000.000
Des. Agrário Total	4.935.543.754	4.928.321.581	380.000.000	380.000.000	-	-	-	-	104	-	-	-	-
Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial Total	2.572.657.416	2.567.800.281	-	-	-	-	-	-	98	-	-	-	-
Desenvolvimento de Territórios Rurais Total	1.303.842.108	1.301.477.073	380.000.000	380.000.000	-	-	-	-	3	-	-	-	-
PAC Equipamentos - Aquisição de Motoniveladora e Retroescavadeira Total	1.059.044.230	1.059.044.227	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Des. Social e Combate à Fome Total	2.189.969.340	1.692.695.699	346.525.280	266.525.280	195.327.768	185.006.587	185.006.587	26.587.801	596.371.379	5.790.182	164.635.910	191.223.711	210.012.270
Água para Todos - BSM Total	2.189.969.340	1.692.695.699	346.525.280	266.525.280	195.327.768	185.006.587	185.006.587	26.587.801	596.371.379	5.790.182	164.635.910	191.223.711	210.012.270
Educação Total	17.678.670.722	9.515.756.693	7.115.000.000	6.426.134.468	2.829.151.137	2.239.699.997	2.239.699.997	212.871.384	8.647.093.145	52.007.391	1.560.236.217	1.773.107.601	1.300.000.000
Caminho da Escola Total	1.499.893.700	1.097.307.072	479.200.000	479.200.000	479.200.000	-	-	-	516.696.639	1.505.620	285.959.434	285.959.434	-
Infraestrutura para Educação Básica Total	5.326.248.600	3.945.677.477	1.697.590.000	1.642.401.997	1.582.401.997	1.582.396.368	1.582.396.368	186.792.727	1.827.107.517	32.383.631	618.195.690	804.988.417	750.000.000
Proinfância - Creches e Pré-escolas Total	7.340.358.066	2.884.784.863	3.882.610.000	3.771.283.588	513.249.140	403.003.628	403.003.628	10.116.392	4.418.802.533	9.050.414	314.625.237	324.741.628	550.000.000
Quadras Esportivas Escolares Total	3.512.170.356	1.587.987.281	1.055.600.000	533.248.883	254.300.000	254.300.000	254.300.000	15.962.265	1.884.486.455	9.067.725	341.455.857	357.418.122	-
Encargos Fin. da União Total	1.070.000.000	910.000.000	80.000.000	80.000.000	-	-	-	-	160.000.000	80.000.000	-	-	80.000.000
Minha Casa, Minha Vida Total	1.070.000.000	910.000.000	80.000.000	80.000.000	-	-	-	-	160.000.000	80.000.000	-	-	80.000.000
Esporte Total	2.522.610.403	815.964.208	1.518.942.400	1.640.075.905	996.106.103	953.666.809	953.666.809	262.445.827	1.833.739.057	200.740.841	878.633.952	1.141.079.779	650.500.000
Centro de Iniciação ao Esporte - CIE Total	299.500.000	100.000	188.000.000	188.000.000	72.557.603	71.119.149	71.119.149	6.060.222	299.400.000	199.600.000	14.681.339	20.741.561	50.000.000
Infraestrutura Esportiva Total	238.909.389	28.263.317	-	-	-	-	-	-	361.985.500	900.000	49.198.428	49.198.428	-
Infraestrutura Esportiva (E) Total	373.530.250	7.946.253	-	-	-	-	-	-	365.577.747	88.968	114.964.661	114.964.661	-
Olimpíadas 2016 Total	1.610.170.764	779.273.461	1.330.442.400	1.451.575.905	923.048.500	882.047.661	882.047.661	256.385.605	806.656.987	151.873	699.708.705	956.094.309	600.000.000
zGAP do PAC Total	500.000	381.176	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	-	118.824	-	80.820	80.820	500.000
Integração Nacional Total	25.045.512.832	19.284.902.017	3.787.014.646	4.031.585.298	2.364.171.389	2.288.095.292	2.288.095.292	1.071.067.869	4.873.532.815	166.648.744	2.359.712.504	3.430.780.373	3.569.039.088
Água para Todos - BSM Total	3.214.382.700	2.206.211.818	439.720.000	149.720.000	116.350.000	114.986.242	114.986.242	15.008.501	1.125.784.198	7.312.638	246.777.983	261.786.484	268.104.230
Barragens, Adutoras e Sistemas de Abastecimento de Água Total	4.401.942.021	3.967.010.870	512.412.754	291.024.758	197.961.405	192.228.710	192.228.710	106.479.412	499.911.573	3.561.222	263.575.489	370.054.901	266.820.365
Drenagem Urbana Total	423.070.019	343.723.309	100.000	100.000	-	-	-	-	50.822.993	5.475.021	4.808.022	4.808.022	-
Estudos e Projetos Total	86.168.152	31.727.836	30.400.000	18.700.000	304.783	290.968	290.968	6.184	14.464.186	529.964	4.499.602	4.505.786	23.200.000
Hidrovias / Obras e Manutenção Total	65.142.761	43.754.328	-	-	-	-	-	-	1.060.290	42.840	1.008.744	1.008.744	-

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2015 (DESPESA AGREGADA)

SIAFI: 31 de dezembro de 2015
R$ 1,00 (valores correntes)

ÓRGÃO / AGREGADOR / AÇÃO / LOCALIZADOR DE GASTO	EMPENHADO 2007 A 2014	PGT TOTAL 2007 A 2014	DOTAÇÃO 2015			DESPESA 2015			RESTOS A PAGAR 2015			2015	2016
			LOA	DOT ATUAL	DESBLOQ	EMP	LIQ	PG	INSC.	CANC.	PG	PG TOTAL	PLOA
Infraestrutura para Desenvolvimento Local (E) Total	60.169.561	19.439.930	-	-	-	-	-	-	40.032.298	726.011	11.632.831	11.632.831	-
Irrigação Total	3.136.468.018	2.519.703.355	284.327.170	192.536.131	73.822.999	73.786.501	73.786.501	20.361.225	568.395.340	79.308.578	169.833.648	190.194.873	156.771.402
Projetos Estruturantes do PISF Total	1.758.090.856	1.273.808.053	711.285.462	493.658.489	204.933.565	181.916.138	181.916.138	77.109.750	428.781.422	772.000	362.708.142	439.817.892	426.850.000
Riscos e Desastres Naturais - PAC Cheia Total	446.020.471	307.236.032	262.450.764	82.550.764	56.133.000	56.133.000	56.133.000	35.164.132	121.584.440	9.800.000	15.648.060	50.812.192	108.712.417
Riscos e Desastres Naturais - PAC Seca Total	1.442.713.021	827.505.471	463.398.100	304.036.660	81.523.912	71.814.528	71.814.528	19.649.851	526.057.539	10.063.026	184.965.740	204.615.591	243.584.754
São Francisco/Integração de Bacias Total	7.546.714.451	5.909.013.266	844.059.224	2.309.857.324	1.504.196.188	1.485.389.894	1.485.389.894	769.856.852	1.137.155.800	2.336.820	1.000.817.801	1.770.674.653	1.841.717.370
São Francisco/Operação Total	-	-	81.000.000	57.500.000	56.550.000	39.455.429	39.455.429	15.504.755	-	-	-	15.504.755	149.474.000
São Francisco/Revitalização Total	2.424.814.522	1.809.641.874	141.300.000	114.840.000	59.796.463	59.794.190	59.794.190	8.817.555	345.378.111	45.785.719	89.793.323	98.610.878	73.231.492
zGAP do PAC Total	39.816.279	26.125.877	16.561.172	17.061.172	12.599.074	12.299.692	12.299.692	3.109.651	14.104.625	934.904	3.643.119	6.752.770	10.573.058
Justiça Total	22.274.635	22.274.633	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PAC Equipamentos - Aquisição de Motocicletas para PRF Total	22.274.635	22.274.633	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meio Ambiente Total	40.100.000	40.100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ANA - Recursos Hídricos Total	40.100.000	40.100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas e Energia Total	1.586.555.682	1.380.674.547	199.385.641	194.385.641	148.742.085	129.644.011	129.644.011	23.558.752	153.668.545	54.745.444	76.093.005	99.651.756	155.519.326
ANP Total	666.284.382	624.418.431	122.210.000	122.210.000	87.764.471	87.764.471	87.764.471	1.890.712	54.504.917	42.400.377	12.104.541	13.995.253	93.700.000
CPRM e Estudos da ZPTM Total	831.781.723	681.411.148	57.405.641	52.405.641	52.405.641	34.436.714	34.436.714	15.534.436	93.979.216	12.323.604	58.939.355	74.473.791	41.239.326
Estudos da EPE Total	71.111.725	58.658.943	14.790.000	14.790.000	5.302.306	4.223.667	4.223.667	3.691.194	4.046.000	2.606	4.043.394	7.734.588	10.500.000
zGAP do PAC Total	17.377.851	16.186.025	4.980.000	4.980.000	3.269.667	3.219.160	3.219.160	2.442.410	1.138.412	18.858	1.005.715	3.448.125	10.080.000
Op. Oficiais de Crédito Total	544.319.000	652.249.390	-	-	-	-	-	-	6.259.053	-	-	-	-
Habitação Total	544.319.000	652.249.390	-	-	-	-	-	-	6.259.053	-	-	-	-
Planejamento Total	1.715.953.756	1.691.804.533	1.961.000	1.961.000	865.835	754.544	754.544	514.943	25.808.503	2.784.591	21.141.922	21.656.865	1.000.000
PAC Equipamentos - Apoio à Aquisição de Equipamentos Total	1.713.000.000	1.687.625.802	-	-	-	-	-	-	25.374.198	2.458.725	21.091.532	21.091.532	-
zGAP do PAC Total	2.953.756	4.178.731	1.961.000	1.961.000	865.835	754.544	754.544	514.943	434.305	325.866	50.390	565.333	1.000.000
Saúde Total	11.157.511.857	6.893.340.259	1.370.567.000	1.443.284.712	925.479.121	850.212.263	850.212.263	641.462.775	3.032.771.736	243.166.250	652.245.640	1.293.708.415	670.630.000
Construção de Unidades Básicas de Saúde - UBS Total	2.589.260.591	2.158.487.053	634.167.000	716.464.712	526.430.522	456.246.116	456.246.116	437.412.530	430.773.538	266.667	99.212.216	536.624.746	498.630.000
Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	1.026.841.708	541.940.331	131.400.000	121.820.000	84.385.588	79.305.587	79.305.587	74.345.587	484.756.808	9.020.570	200.248.896	274.594.484	102.000.000
PAC Equipamentos - Aquisição de Ambulância Total	154.117.500	123.430.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PAC Equipamentos - Aquisição de Unidade Odonto Móvel Total	15.719.200	15.719.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saneamento Total	7.371.572.858	4.053.763.675	605.000.000	605.000.000	314.663.011	314.660.560	314.660.560	129.704.658	2.117.241.389	233.879.013	352.784.528	482.489.186	70.000.000
Sec. de Aviação Civil Total	5.543.570.977	4.873.164.715	2.588.339.583	2.660.308.120	1.939.623.942	1.899.183.230	1.899.183.230	1.564.560.177	870.517.054	71.173.595	445.807.574	2.010.367.751	1.815.536.226
Aviação Regional Total	314.951.942	195.439.636	660.812.469	260.812.469	116.345.225	96.102.513	96.102.513	40.895.041	269.623.098	68.451.168	83.645.440	124.540.481	100.000.000
Estudo e Pesquisa Total	17.561.407	7.587.205	11.642.000	11.642.000	-	-	-	-	9.974.202	-	7.700.000	7.700.000	6.000.000
Investimentos Aeroportuários Total	3.723.345.253	3.417.733.247	1.468.126.532	1.296.421.774	969.950.954	969.950.954	969.950.954	705.529.424	355.612.005	-	122.113.627	827.643.051	743.695.236
Sociedades de Propósito Específico - SPE Total	1.445.782.655	1.228.619.282	404.400.582	1.048.073.877	810.083.346	790.083.346	790.083.346	790.083.346	217.163.373	-	217.163.373	1.007.246.719	922.482.990
zGAP do PAC Total	41.929.720	23.785.344	43.358.000	43.358.000	43.244.417	43.046.417	43.046.417	28.052.366	18.144.375	2.722.428	15.185.134	43.237.500	43.358.000
Sec. de Portos Total	5.571.279.973	4.647.351.421	885.800.240	885.800.240	672.640.441	606.746.099	606.746.099	120.380.399	867.336.840	143.653.566	340.810.738	461.191.137	1.125.470.000
Cia Docas da Bahia Total	114.366.687	63.650.000	16.800.000	34.503.000	13.000.000	13.000.000	13.000.000	-	52.116.687	-	4.866.687	4.866.687	27.800.000
Cia Docas de São Paulo Total	609.048.030	513.575.288	127.560.000	197.830.000	178.000.000	171.800.000	171.800.000	70.618.884	101.893.507	-	74.973.000	145.591.884	114.600.000
Cia Docas do Ceará Total	258.600.000	232.100.000	11.640.000	23.940.000	21.493.031	21.493.031	21.493.031	16.993.031	26.500.000	-	20.500.000	37.493.031	2.200.000
Cia Docas do Espírito Santo Total	263.521.470	199.912.483	12.980.000	59.980.000	50.500.000	50.500.000	50.500.000	18.551.200	70.211.000	-	45.828.400	64.379.600	24.900.000
Cia Docas do Pará Total	187.340.781	159.658.781	1.800.000	800.000	-	-	-	-	27.682.000	26.632.000	-	-	200.000
Cia Docas do Rio de Janeiro Total	500.542.279	446.408.294	2.800.000	17.800.000	9.000.000	-	-	-	79.650.000	-	-	-	400.000
Cia Docas do Rio Grande do Norte Total	345.920.578	340.071.373	2.160.000	160.000	-	-	-	-	19.072.849	1.300.000	17.272.849	17.272.849	300.000
Dragagem Total	1.675.913.818	1.320.851.466	426.700.000	374.584.974	315.225.282	271.912.858	271.912.858	872.294	205.490.907	72.127.669	15.224.517	16.096.811	797.896.364
Estudos e Projetos Total	132.558.050	104.488.243	21.664.880	28.779.906	17.505.501	10.393.745	10.393.745	7.504.766	20.050.196	13.761	16.099.680	23.604.446	39.930.020
Modernização Portuária (PSP e CI) Total	199.566.099	173.666.042	125.624.160	76.351.160	22.608.427	22.608.427	22.608.427	5.798.888	25.900.056	-	21.625.801	27.424.689	38.943.616
Obras Diretas e Delegadas Total	1.161.123.526	1.009.306.282	91.000.000	45.000.000	19.237.000	19.237.000	19.237.000	-	196.023.946	38.485.619	100.303.196	100.303.196	54.800.000
Portos Fluviais Total	49.770.000	26.495.410	23.120.000	4.120.000	4.120.000	4.120.000	4.120.000	-	23.274.590	4.770.000	10.222.334	10.222.334	6.500.000
zGAP do PAC Total	73.008.656	57.167.759	21.951.200	21.951.200	21.951.200	21.681.039	21.681.039	41.336	19.471.103	324.517	13.894.274	13.935.611	17.000.000
Sec. Pol. para as Mulheres Total	105.698.285	80.942.658	-	-	-	-	-	-	36.116.688	17.368	22.354.525	22.354.525	-
Casa da Mulher Brasileira Total	18.733.334	7.084.516	-	-	-	-	-	-	11.648.818	-	11.648.818	11.648.818	-
Políticas para as Mulheres Total	86.964.951	73.858.142	-	-	-	-	-	-	24.467.870	17.368	10.705.708	10.705.708	-
Transportes Total	95.862.129.584	80.323.544.893	13.270.607.414	12.216.818.254	9.902.092.046	8.636.519.137	8.636.519.137	2.512.927.508	12.871.206.061	1.050.845.505	6.336.555.343	8.849.482.851	9.497.319.587
Adequação de Rodovias Total	20.958.580.354	17.688.164.014	3.204.048.880	2.122.462.294	1.431.661.323	1.186.329.851	1.186.329.851	215.002.400	3.114.479.564	143.190.644	1.448.112.701	1.663.115.101	1.273.300.000
Centro Nacinal de Supervisão Operacional - CNSO Total	-	-	-	23.204.000	22.704.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Rodovias Total	237.360.000	182.999.000	753.300.001	753.300.001	248.302.677	248.302.677	248.302.677	-	54.361.000	-	54.361.000	54.361.000	2.000.000
Conservação e Manutenção da Malha Total	35.205.735.666	28.903.909.874	3.340.570.000	4.195.539.393	3.928.983.681	3.465.782.263	3.465.782.263	456.379.137	5.068.239.248	573.338.246	2.659.357.134	3.115.736.271	4.000.000.000
Construção e Pavimentação de Rodovias Total	18.496.263.268	15.607.974.403	2.353.760.011	1.687.569.165	1.158.029.159	973.648.187	973.648.187	255.597.532	2.111.196.057	180.762.273	866.786.374	1.122.383.906	1.023.600.000
Controle de Peso e Velocidade Total	1.216.418.273	957.275.176	302.637.141	281.552.127	278.636.212	278.636.166	278.636.166	23.321.192	252.307.661	7.375.316	198.778.248	222.099.441	302.700.000
Estudos e Pesquisas Total	2.410.882.925	1.794.699.195	478.303.800	503.810.192	385.341.021	379.355.383	379.355.383	77.636.079	563.043.010	46.764.396	250.276.020	327.912.099	418.201.413
Ferrovia FICO Total	12.617.366	5.517.719	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ferrovia FIOL - Caetité/BA - Barreiras/BA Total	850.968.045	313.972.993	507.528.000	128.347.887	128.347.887	110.301.307	110.301.307	79.755.760	374.056.280	4.907.817	151.449.810	231.205.570	306.000.000
Ferrovia FIOL - Ilhéus/BA - Caetité/BA Total	2.687.844.172	2.314.948.517	668.322.000	531.121.159	531.121.159	519.376.682	519.376.682	373.523.575	228.072.192	4.004.633	183.065.572	556.589.146	405.058.943
Ferrovia FNS - Açailândia/MA - Palmas/TO Total	1.603.514.298	1.663.465.859	774.000	774.000	774.000	774.000	774.000	761.837	14.333.600	24.801	3.208	765.045	20.000.000
Ferrovia FNS - Manutenção e Operação da Malha Total	-	-	45.000.000	45.000.000	45.000.000	45.000.000	45.000.000	40.277.424	-	-	-	40.277.424	41.000.000
Ferrovia FNS - Ouroverde/GO - Estrela D'Oeste/SP Total	3.818.974.080	3.437.626.890	517.500.000	712.811.980	712.811.980	538.274.872	538.274.872	430.653.008	329.159.612	1.701.407	273.468.750	704.121.759	788.279.144
Ferrovia FNS - Palmas/TO - Anápolis/GO Total	4.407.728.973	4.195.573.491	1.548.000	94.932.629	85.632.159	61.995.120	61.995.120	19.923.795	117.305.469	6.395.042	47.107.435	67.031.230	38.000.000
Ferrovia FNS - Recuperação de Áreas Degradadas Total	-	-	774.000	774.000	-	-	-	-	-	-	-	-	65.000.000

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2015 (DESPESA AGREGADA)

SIAFI: 31 de dezembro de 2015
R$ 1,00 (valores correntes)

ÓRGÃO / AGREGADOR / AÇÃO / LOCALIZADOR DE GASTO	EMPENHADO 2007 A 2014	PGT TOTAL 2007 A 2014	DOTAÇÃO 2015			DESPESA 2015			RESTOS A PAGAR 2015			2015	2016
			LOA	DOT ATUAL	DESBLOQ	EMP	LIQ	PG	INSC.	CANC.	PG	PG TOTAL	PLOA
Ferrovia Transnordestina Total	631.405.138	618.229.743	302.660.000	501.800.000	501.800.000	420.003.665	420.003.665	420.003.665	15.780.219	10.612.459	721.307	420.724.973	307.000.000
Ferrovias - Concessão Total	-	-	900.000	900.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ferrovias - Obras e Manutenção Total	549.087.353	384.696.891	225.768.571	78.894.770	9.550.000	6.595.572	6.595.572	417.996	87.339.559	27.515.410	11.830.195	12.248.191	39.000.000
Hidrovia do Tietê Total	305.328.782	96.945.345	78.300.000	11.659.643	9.608.000	9.608.000	9.608.000	-	194.790.166	-	2.665.468	2.665.468	62.000.000
Hidrovias / Obras e Manutenção Total	185.878.498	82.514.273	120.429.000	113.263.200	35.918.285	32.148.811	32.148.811	5.069.062	103.897.548	31.624.218	37.321.312	42.390.373	110.000.000
Portos Fluviais Total	554.669.129	459.531.137	78.840.000	78.840.000	77.815.792	68.906.309	68.906.309	8.240.682	56.642.949	-	21.594.516	29.835.198	50.000.000
TAV (Trem de Alta Velocidade) - EPL Total	8.404.512	8.082.512	91.000.000	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tucuruí - Eclusas Total	965.377.186	1.010.769.533	-	-	-	-	-	-	22.547.025	-	-	-	-
zGAP do PAC Total	755.091.567	596.648.327	198.644.010	349.261.814	310.054.711	291.480.272	291.480.272	106.364.364	163.654.904	12.628.842	129.656.290	236.020.654	246.180.087
Turismo Total	1.603.093.149	75.220.348	-	-	-	-	-	-	1.663.415.848	3.316.845	274.971.400	274.971.400	-
Infraestrutura Turística Total	1.176.972.924	66.470.073	-	-	-	-	-	-	1.242.864.092	1.406.105	131.148.899	131.148.899	-
Infraestrutura Turística (E) Total	426.120.224	8.750.275	-	-	-	-	-	-	420.551.756	1.910.740	143.822.501	143.822.501	-

3. RECEITAS

3.1. JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DA RECEITA - 2014/2015

A tabela abaixo apresenta a arrecadação realizada por natureza da receita, explicitando a variação dos montantes arrecadados em relação ao exercício de 2014 e as razões de variações nominais superiores a 30%.

NATUREZA RECEITA	DENOMINAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO PERCENTUAL	RAZÕES DA VARIAÇÃO
11120411	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPF	586.525.331,78	86.776.547,30	575,9%	Reclassificação de Receitas da Lei 11.941/09.
11120423	IRPJ - SIMPLES FEDERAL E NACIONAL	3.826.526.565,86	2.939.658.002,51	30,2%	Ampliação do Simples Nacional, por meio da LC 147/2014, para outros setores.
11120432	RETIDO NAS FONTES - CAPITAL	53.648.380.889,59	41.210.965.630,12	30,2%	Crescimento da taxa de juros com influência nas aplicações sobre renda fixa e crescimento da arrecadação nas operações de Swap.
12100102	RECEITA DE PARCELAMENTOS - COFINS	589.385.787,58	1.282.227.976,50	-54,0%	Reclassificação de Receitas, no mês de dezembro de 2014.
12103007	CONTR.PREV.REG.PARCELAMENTO DE DEBITOS - RGPS	3.611.246.813,02	6.593.977.666,35	-45,2%	Efeitos da Lei 12.996/14 e 13.043/14, na arrecadação de 2014.
12202802	CONTR.REL.ATIV.COM.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB	3.001.713.824,35	16.550.165,94	18.037,1%	Restabelecimento parcial das alíquotas da Cide Combustível por meio do Decreto nº 8.395, de 28 de janeiro de 2015.
13220001	DIVIDENDOS	6.337.367.786,45	12.306.025.751,45	-48,5%	A arrecadação de dividendos ao Tesouro Nacional foi inferior ao montante apurado em 2014, em decorrência, principalmente, pela menor distribuição de dividendos do BNDES neste ano, bem como pelo fato de Petrobras e Eletrobras terem apurado prejuízo em 2014 e não terem distribuído dividendos aos seus acionistas.
13310106	OUTORGA SERVICOS INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA	2.474.880.128,79	1.459.955.152,96	69,5%	A variação positiva em 2015 deveu-se ao início dos pagamentos das parcelas referentes as receitas de concessões dos aeroportos internacionais do Galeão/RJ e Confins/MG, em conformidade com os contratos assinados em 2014.
13310201	RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO	2.234.027.880,04	5.657.332.956,88	-60,5%	Em decorrência da Licitação para autorização de uso de faixa de 700 Mhz (Edital n.º 002/2014-SOR/SPR/CD) ocorrida em setembro de 2014, e a opção das empresas vencedoras por efetuarem o pagamento dos valores devidos à vista em dezembro, por este fato, a arrecadação em 2014 desta receita foi maior que em 2015.
13330500	RECEITA DA CESSAO DE USO DE BENS DA UNIAO	581.317.384,28	142.039.781,81	309,3%	Essa receita da Aneel só teve sua arrecadação implementada em outubro/2014. Isso explica a arrecadação baixa naquele ano. Antes dessa data a arrecadação era feita diretamente na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, gerenciada pela Eletrobrás. A mudança aconteceu por força do Decreto nº 8.299/2014, que alterou o Decreto nº 4541/2002.
13441212	ROYAL.MIN.PROD.PETRO.PLATA. COM.ANTES 3/12/12	4.135.557.615,41	6.499.060.207,57	-36,4%	Em relação aos royalties referentes à produção fora do pré-sal (naturezas de receitas 13441212 e 13442212), a queda na arrecadação entre 2014 e 2015 pode ser explicada pela combinação dos fatores a seguir: Variação na produção (-6,82%), no preço do petróleo (-47,27%) e no câmbio (+38,68%). Adicionalmente, deve-se considerar que a metodologia de cálculo do preço mínimo do petróleo para fins de participações governamentais não considera apenas o valor do Brent, mas também o valor dos derivados do petróleo, o que ocasionou uma redução no preço do petróleo no Brasil em relação ao petróleo de referência (em 2014 o preço médio do petróleo no Brasil era equivalente 88% do valor do Brent, caindo em 2015 para 81%). A combinação destes quatro fatores gera um impacto total de 37 %, o que explica a redução entre 36 e 37% nestas receitas.
13442212	ROY.EXCED.PROD.PETRO.PLATA. COM.ANTES 3/12/12	4.048.614.347,45	6.390.037.989,47	-36,6%	Em relação aos royalties referentes à produção fora do pré-sal (naturezas de receitas 13441212 e 13442212), a queda na arrecadação entre 2014 e 2015 pode ser explicada pela combinação dos fatores a seguir: Variação na produção (-6,82%), no preço do petróleo (-47,27%) e no câmbio (+38,68%). Adicionalmente, deve-se considerar que a metodologia de cálculo do preço mínimo do petróleo para fins de participações governamentais não considera apenas o valor do Brent, mas também o valor dos derivados do petróleo, o que ocasionou uma redução no preço do petróleo no Brasil em relação ao petróleo de referência (em 2014 o preço médio do petróleo no Brasil era equivalente 88% do valor do Brent, caindo em 2015 para 81%). A combinação destes quatro fatores gera um impacto total de 37 %, o que explica a redução entre 36 e 37% nestas receitas.
13443211	PART.ESP.PROD.PETRO.PLATA.COM. ANTES 3/12/12-PRÉ-SAL	5.418.432.474,00	3.292.756.440,62	64,6%	Já a Participação Especial não varia proporcionalmente com os fatores mencionados acima, pois sua base de cálculo é a receita líquida (receita da produção deduzidos os custos), sobre a qual incidem alíquotas progressivas em relação à produção (no caso dos royalties a alíquota é fixa). Já nos campos do pré-sal (13443211) ocorre o oposto, devido ao substancial aumento da produção neste horizonte (+81%). Nos maiores campos (Lula e Sapinhoá) a receita líquida se elevou mesmo com a queda nos preços e alta nos custos, e adicionalmente esta elevação na produção ocasiona o mesmo efeito na alíquota da PE, fazendo com que a composição dos dois fatores (maior alíquota aplicada em maior receita líquida) ocasione um impacto considerável na Participação Especial destes campos. Se considerarmos apenas Lula e Sapinhoá, observa-se uma diferença de 1,4 bilhão de reais no primeiro e um bilhão no segundo na comparação entre a PE de 2014 e 2015, o que já explica a diferença no valor apurado entre estes dois períodos (2,125 bilhões a mais).
13443212	PART.ESP.PROD.PETR.PLATA.COM ANTES DE 3/12/12 – DEMAIS SITUAÇÕES	5.842.673.634,66	13.591.845.022,10	-57,0%	Já a Participação Especial não varia proporcionalmente com os fatores mencionados acima, pois sua base de cálculo é a receita líquida (receita da produção deduzidos os custos), sobre a qual incidem alíquotas progressivas em relação à produção (no caso dos royalties a alíquota é fixa). Para os campos fora da área do pré-sal (13443212), como houve redução na produção (-6,82%), há uma consequente queda de alíquotas. Mas o principal fator é que a queda na receita bruta (na mesma proporção da queda dos royalties, de -36%), foi acompanhada por uma alta nos custos, que são em maior parte fixos e atrelados ao dólar (alta de quase 39%), ocasionando uma redução significativa na receita líquida destes campos, e consequentemente na Participação Especial.
16003301	TARIF USO COMUN E AUX. NAVEGACAO AEREA EM ROTA	2.160.158.552,44	1.443.777.628,88	49,6%	No início do segundo semestre de 2015 houve um reajuste nas tarifas de uso de comunicações e auxílio a navegação aérea, no valor de 72%, o que causou a elevação do valor arrecadado em 2015 em relação a 2014.
19123004	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. EMPRESA OPT. SIMPLES	1.106.982.814,11	632.067.844,46	75,1%	Regularização, para adesão no Simples Nacional.
19125502	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENT COFINS	593.953.338,00	1.077.714.094,28	-44,9%	Efeitos da Lei 12.996/14 e 13.043/14, na arrecadação de 2014.
19220220	RESTIT.BENEF.NAO DESEMB. - RECURSOS PROPRIOS	1.045.165.787,20	46.184.281,71	2.163,0%	O aumento de receita nesta rubrica deveu-se ao recolhimento em 2015 da CAIXA ao FAT, referente a restituição de benefícios não desembolsados dos exercícios de 2013 e 2014 que totalizou R$ 1.017.635.765,70.
19320107	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.REG. DE PARC.DEBITOS	1.351.239.160,97	3.127.563.567,09	-56,8%	Efeitos da Lei 12.996/14 e 13.043/14, na arrecadação de 2014.

NATUREZA RECEITA	DENOMINAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO PERCENTUAL	RAZÕES DA VARIAÇÃO
19909600	VARIACAO CAMBIAL	5.202.148.188,47	1.122.190.319,77	363,6%	A receita registra as variações cambiais apuradas nas transações relativas à dívida pública federal efetuadas em moeda estrangeira. Com base no Decreto 3.180/99 e Circular BCB 3.691/13, o Tesouro Nacional efetua compra antecipada de moeda estrangeira para liquidação futura dos compromissos da dívida externa, tendo como base as taxas de câmbio praticadas pelo mercado no momento da compra. Como se trata de uma compra para liquidação de um compromisso futuro, a execução da despesa somente ocorre na data do efetivo vencimento de cada compromisso da dívida externa, sendo o registro da despesa efetuado com base na taxa cambial do dia do vencimento. Desta forma, dado ao tempo decorrido entre a compra e a efetiva despesa, apura-se uma variação cambial que pode ser positiva ou negativa. Assim, a variação verificada no período é influenciada pelo volume de operações realizadas e pela variação das taxas de câmbio, nos 2(dois) momentos. Como as taxas ao longo de 2015 (momento de alguns vencimentos/despesas) se situaram num patamar maior em relação ao ano de 2014 (momento de algumas compras futuras), a receita não financeira de variação cambial apurada no ano de 2015 foi maior em relação ao ano anterior.
19909900	OUTRAS RECEITAS	2.878.778.077,05	1.394.264.821,43	106,5%	Diferença gerada no Tesouro Nacional relativo a variação dos Encargos da dívida interna. A variação ocorrida entre o exercício de 2014 e 2015 ocorreu devido aos leilões de compra substanciais do título NTN-F em 2015 (gerando encargos negativos) e não que teve grandes vencimentos/leilões de compra na mesma proporção em 2014 do referido título.
21110100	TIT.RESP.T.N.-REFINANC.DIVIDA PUBLICA FEDERAL	771.117.711.060,95	548.491.208.660,31	40,6%	Relativamente às receitas de operações de crédito internas registradas em e em Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal e em Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional Outras Aplicações, cabe esclarecer que as receitas de capital decorrentes das emissões de títulos públicos, internos ou externos, podem a critério do gestor e, em vista das disponibilidades de outras fontes de receitas e das despesas orçamentárias autorizadas para este fim —serem classificadas para refinanciamento da dívida (Fonte 143 - Refinanciamento) ou pagamento de juros e outros encargos da dívida (Fonte 144 – Outras Aplicações). Desta forma, a variação verificada pode decorrer da opção feita pelo gestor quando da classificação dos recursos ingressados, obviamente destinando tais recursos, conforme a necessidade da execução da despesa em principal fonte 0143 (refinanciamento) ou em juros e encargos fonte 0144 (outras aplicações).
22110000	ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS	855.000.000,00	381.607,61	223.952,1%	A variação entre 2015 e 2014 está associado ao resgate de cotas do FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização, ocorrido em 22/12/2015, no valor de R$ 855.000.000,00, conforme autorização do Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil – CDFSB e despacho do Secretário do Tesouro Nacional. Os recursos ingressaram na Conta Única do TN e foram na mesma data aplicados.
23004000	AMORT. REFINANC. - DIVIDAS E OP MEDIO E DE LP	2.193.765.291,73	232.170.915,55	844,9%	A variação apontada é explicada pelo recebimento em 2015 da parcela única, prevista em contrato, do programa de refinanciamento do BNDES, liquidando integralmente o saldo daquele crédito.
23007002	AMORTIZACOES DE CONTRATOS	26.634.055.395,03	6.209.471.759,22	328,9%	A variação desta receita tem fundamento principalmente por três fatores: 1) o valor de R$ 15.766.545.524,19, deve-se a um acordo entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para liquidação antecipada de contratos de financiamento. Desse modo, o Banco liquidou, em dezembro de 2015, o Contrato de Cessão de Crédito - CT 390/PGFN/CAF, indexado à SELIC, com um pagamento antecipado de R$ 1.698.225.524,19, em 24.12.2015, e amortizou antecipadamente R$ 14.068.320.000,00 do Contrato de Renegociação de Dívida - CT 895/PGFN/CAF, indexado ao Dólar mais 4,47%, com quatro pagamentos entre 24.12.2015 e 31.12.2015; (2) valor de R$ 4.132.311.031,63, deve-se ao fluxo de recebimentos referente aos Contratos Eletrobras – Itaipu de nº 424 e 425 que, no ano de 2014, foram cedidos à EMGEA e, no ano de 2015, foram recebidos integralmente pelo Tesouro Nacional; (3) valor de R$ 525.727.079,99, deve-se à correção dos índices dos contratos e eventuais diferenças nos valores realizados no ano.
25301000	RES.BCO CENTRAL-OPER.C/RESERV.E DER.CAMBIAIS	114.241.141.596,09	16.229.508.115,07	603,9%	A receita destina-se a registrar os resultados positivos do Banco Central e que são transferidos para o Tesouro Nacional, conforme Lei 11.803 de 5/11/2008. Esclarecimentos sobre os valores dos resultados alcançados serão prestados pela Autoridade Monetária, quando da divulgação de seu balanço anual.
25302000	RESULTADO DO BANCO CENTRAL-DEMAIS OPERAÇÕES	62.295.997.228,68	19.924.146.544,16	212,7%	A receita destina-se a registrar os resultados positivos do Banco Central e que são transferidos para o Tesouro Nacional, conforme Lei 11.803 de 5/11/2008. Esclarecimentos sobre os valores dos resultados alcançados serão prestados pela Autoridade Monetária, quando da divulgação de seu balanço anual.
79500000	RECEITAS DECOR.APORTE PER.P/ COMP.RGPS	25.406.973.684,77	18.052.000.100,83	40,7%	Os valores classificados em 2015 e 2014 relativos a esta receita, de que trata os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011, são estipulados nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais - LOA, conforme estimativas anuais efetuadas pela SRFB e adotadas na LOA.

3.2. CRÉDITOS ADICIONAIS (RESUMO)

ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (OFSS) - 2015
EM R$ MILHÕES

Créditos Adicionais	2015
Crédito Suplementar	257.294
Crédito Especial	1.724
Abertos no Exercício	1.493
Reabertos	231
Crédito Extraordinário	53.341
Abertos no Exercício	51.196
Reabertos	2.144
Total Bruto	312.358
Cancelamentos	250.549
Suplementares	245.312
Especiais	522
Extraordinários	4.714
Total Líquido	61.809
Dotação Inicial (LOA)	2.876.677
Dotação Final (LOA+Créditos 31/12)	2.938.486
Total Líquido de Créditos Adicionais	61.809
Fonte/Elaboração: SEAGE/SOF/MP	

3.3. RENÚNCIAS DE RECEITAS FEDERAIS

Secretaria da Receita Federal do Brasil

RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS
UNIDADE: R$ MILHÕES

RENÚNCIAS	VALOR/ANO	2011	2012	2013	2014	2015
Tributárias	Valor Previsto	116.083	145.977	170.008	192.669	219.827
	Valor Realizado	131.968	151.746	180.862	195.269	-
Previdenciárias	Valor Previsto	21.156	24.412	33.743	57.093	62.518
	Valor Realizado	20.438	30.664	44.769	58.633	-
TOTAL	VALOR PREVISTO	137.239	170.390	203.751	249.761	282.345
	VALOR REALIZADO	152.406	182.410	225.630	253.902	-

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil

Secretaria de Política Econômica

De acordo com as análises realizadas pela Secretaria de Política Econômica(SPE)/MF, no exercício de 2015, foi estimado uma renúncia de receitas no montante de cerca de R$ 91 bilhões. Na tabela a seguir, são detalhados os valores estimados constante no Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios para o ano de 2015.

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS – 2015 / R$ MILHARES

DISCRIMINAÇÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
AGROPECUÁRIOS						
AGF e Estoques Reguladores e Estratégicos	2.978	83.765	165.521	13.747	80.268	346.279
AGF e Estoques Reguladores e Estratégicos da Agricultura Familiar - AGF-AF	-	-	-	-	-	-
Garantia e Sustentação de Preços	4.479	35.892	532.894	41.758	15.770	630.793
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	51.518	-	-	-	-	51.518
Operações de Custeio Agropecuário	31.505	68.073	384.619	604.402	786.491	1.875.089
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	86.711	62.080	57.615	690.374	543.599	1.440.380
Operações de Empréstimo do Governo Federal - EGF	1.318	9.590	47.563	60.826	96.703	216.000
PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF						
Equalização	202.723	316.009	49.804	903.484	2.035.645	3.507.665
Financiamento	19.323	30.121	4.747	86.118	194.032	334.341
Securitização Agrícola	170	360	3.892	2.256	6.866	13.543
PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - RECOOP						
Equalização (Investimento)						-
Financiamento	-	54	279	1.503	7.164	9.000
Programa Especial de Saneamento de Ativos - Pesa	-	126.268	54.115	514.093	207.441	901.918
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	3.208	25.967	146.756	169.282	597.930	943.144
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA - FUNCAFÉ						
Equalização	101	2.373	463	132.436	7.626	143.000
Financiamento	245	5.748	1.122	320.760	18.470	346.345
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA LAVOURA CACAUEIRA BAIANA						
Equalização		-				-
Financiamento		8.915				8.915
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	3.596	2.574	2.389	28.628	22.541	59.728
SETOR PRODUTIVO						
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	2.672.096	8.016.288	2.672.096			13.360.479
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)						
Fundo da Marinha Mercante - FMM	28.672	1.312.946	-	367.921	616.819	2.326.358
Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sist. Financeiro Nacional - Proer	-	299.226	-	813.537	-	1.112.763
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	-	-	-	(37.446)	-	(37.446)
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-	-	-	(52.437)	-	(52.437)
Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Revitaliza)	-	700	-	1.025	4.523	6.248
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES - PROEX						
Equalização	-	-	-	758.271	168.081	926.352
Financiamento	5.222	2.271	1.589	142.367	75.611	227.061
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE		1.642.028				1.642.028
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	302.562	-	123.198	-	-	425.760
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste FDCO			27.559			27.559
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(6.988)	(56.750)	(23.996)	(846.868)	(265.923)	(1.200.525)
Empréstimos da União ao BNDES	1.608.308	2.829.253	2.689.882	11.264.114	4.762.007	23.153.564
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	1.004.725	357.105	2.437.537	862.029	2.656.337	7.317.734
PROGRAMAS SOCIAIS						
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	4.860	-	-	-	-	4.860
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.989.492	2.806.116	2.336.603	7.725.953	1.973.050	16.831.214
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	-	835.851	-	6.882.798	-	7.718.649
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	6.360	119.586	20.313	39.380	553.288	738.926
Fundo de Financiamento Estudantil - FIES	201.974	677.531	337.489	1.272.419	329.703	2.819.117
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte de Gás Natural	31	119	41	224	86	500
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda	211.072	1.104.881	115.371	587.959	149.205	2.168.489
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras	13	1.909	-	4.882	4.995	11.800
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	161	684	776	3.104	2.138	6.864
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	26.531	344.898	39.796	179.082	79.592	669.899
Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular						-
TOTAL	8.462.963	21.072.432	12.230.034	33.537.981	15.730.060	91.033.471

Fonte: SPE/MF, 2015.

3.4. REALIZAÇÃO DA RECEITA

Todos os demonstrativos da Realização da Receita podem ser baixados pelo link **REALIZAÇÃO DA RECEITA**

3.4.1. Realização da Receita - Por Natureza da Receita

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Exercício de 2015

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.481.220.593.450,00	1.321.080.588.836,13	(38.565.787.226,58)	1.282.514.801.609,55	198.705.791.840,45
1100.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	453.352.263.181,00	447.829.268.252,69	(23.154.640.966,94)	424.674.627.285,75	28.677.635.895,25
1110.00.00	IMPOSTOS	444.231.471.046,00	440.436.253.595,69	(23.131.569.262,76)	417.304.684.332,93	26.926.786.713,07
1111.00.00	IMPOSTOS SOBRE O COMERCIO EXTERIOR	47.730.455.574,00	38.966.219.043,25	(3.090.634,67)	38.963.128.408,58	8.767.327.165,42
1111.01.00	IMPOSTO SOBRE A IMPORTACAO	47.452.176.809,00	38.939.185.416,21	(73.598.630,02)	38.865.586.786,19	8.586.590.022,81
1111.01.01	REC.DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A IMPORT.	47.440.510.811,00	38.936.507.803,43	(73.598.630,02)	38.862.909.173,41	8.577.601.637,59
1111.01.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO IMPORTACAO	11.665.998,00	2.677.612,78	-	2.677.612,78	8.988.385,22
1111.02.00	IMPOSTO SOBRE A EXPORTACAO	278.278.765,00	27.031.627,04	70.507.995,35	97.541.622,39	180.737.142,61
1111.02.01	REC. DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A EXPORTACAO	277.513.865,00	24.096.546,89	70.507.995,35	94.604.542,24	182.909.322,76
1111.02.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO EXPORTACAO	764.900,00	2.937.080,15	-	2.937.080,15	(2.172.180,15)
1112.00.00	INPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	303.161.010.170,00	318.306.136.516,16	(22.605.901.573,45)	295.700.234.942,71	7.460.775.227,29
1112.01.00	INPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	867.808.117,00	1.101.302.005,41	(6.581,26)	1.101.295.424,15	(233.487.307,15)
1112.01.01	ITR - MUNICIPIOS CONVENIADOS	722.029.550,00	927.863.812,56	-	927.863.812,56	(205.834.262,56)
1112.01.02	ITR - MUNICIPIOS NAO-CONVENIADOS	145.778.567,00	173.438.192,85	(6.581,26)	173.431.611,59	(27.653.044,59)
1112.04.00	IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQ.NAT.	302.293.202.053,00	317.204.834.510,75	(22.605.894.992,19)	294.598.939.518,56	7.694.262.534,44
1112.04.10	PESSOAS FISICAS	29.340.830.129,00	26.373.783.755,84	(349.435.901,71)	26.024.347.854,13	3.316.482.274,87
1112.04.11	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRFF	126.491.348,00	586.525.331,78	-	586.525.331,78	(460.033.983,78)
1112.04.21	PESSOAS JURIDICAS - LIQUIDA DE INCENTIVOS	106.159.006.449,00	106.484.918.822,18	(6.930.888.041,28)	99.554.030.780,90	6.604.975.668,10
1112.04.22	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPJ	858.020.290,00	365.940.205,21	310.083.224,20	676.023.429,41	181.996.860,59
1112.04.23	IRPJ - SIMPLES FEDERAL E NACIONAL	3.136.735.238,00	3.827.532.673,24	(1.006.107,38)	3.826.526.565,86	(689.791.327,86)
1112.04.31	RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	84.011.617.089,00	93.254.508.889,37	(17.504.195.727,61)	75.750.313.161,76	8.261.303.927,24
1112.04.32	RETIDO NAS FONTES - CAPITAL	43.650.327.344,00	52.469.067.550,55	1.179.313.339,04	53.648.380.889,59	(9.998.053.545,59)
1112.04.33	RETIDO NAS FONTES - REMESSA AO EXTERIOR	23.722.452.248,00	24.027.983.470,46	621.146.037,05	24.649.129.507,51	(926.677.259,51)
1112.04.34	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS	11.174.952.789,00	9.758.483.759,11	69.088.185,50	9.827.571.944,61	1.347.380.844,39
1112.04.35	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRRF	112.769.129,00	56.090.053,01	-	56.090.053,01	56.679.075,99
1113.00.00	INPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	93.340.005.302,00	83.163.898.036,28	(522.577.054,64)	82.641.320.981,64	10.698.684.320,36
1113.01.00	INPOSTO S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI	58.007.408.468,00	48.652.843.195,43	(691.733.536,45)	47.961.109.658,98	10.046.298.809,02
1113.01.01	IPI - PRODUTOS DO FUMO	6.671.635.726,00	5.682.471.699,89	(798.971,27)	5.681.672.728,62	989.962.997,38
1113.01.02	IPI - BEBIDAS	4.313.309.796,00	2.547.994.910,83	46.374.201,05	2.594.369.111,88	1.718.940.684,12
1113.01.03	IPI - VEICULOS	5.191.249.168,00	4.049.682.227,24	308.841.780,56	4.358.524.007,80	832.725.160,20
1113.01.04	IPI - VINCULADOS A IMPORTACAO	22.890.653.461,00	16.820.717.356,29	(18.322.223,56)	16.802.395.132,73	6.088.258.328,27
1113.01.09	IPI - OUTROS PRODUTOS	18.073.390.885,00	18.973.783.713,58	(1.027.713.755,37)	17.946.069.958,21	127.320.926,79
1113.01.10	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IPI	321.548.356,00	137.109.070,82	-	137.109.070,82	184.439.285,18
1113.01.11	IPI - SIMPLES FEDERAL E NACIONAL	545.621.076,00	441.084.216,78	(114.567,86)	440.969.648,92	104.651.427,08
1113.03.00	IMPOSTO S/OP.CRED,CAMB,SEG,OU REL.TIT.VAL.MOB	35.332.596.834,00	34.511.054.840,85	169.156.481,81	34.680.211.322,66	652.385.511,34
1113.03.01	IOF - COMERCIALIZACAO DO OURO	7.789.341,00	18.929.746,27	(300.694,93)	18.629.051,34	(10.839.710,34)
1113.03.09	IOF - DEMAIS OPERACOES	35.301.961.608,00	34.482.701.691,89	169.458.181,48	34.652.159.873,37	649.801.734,63
1113.03.10	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IOF	22.845.885,00	9.423.402,69	(1.004,74)	9.422.397,95	13.423.487,05
1120.00.00	TAXAS	9.120.792.135,00	7.393.014.657,00	(23.071.704,18)	7.369.942.952,82	1.750.849.182,18
1121.00.00	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	6.036.046.334,00	5.672.449.997,53	(9.040.652,40)	5.663.409.345,13	372.636.988,87
1121.02.00	TAXA DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	3.370.492.700,00	3.036.023.619,89	(25.998,09)	3.035.997.621,80	334.495.078,20
1121.02.01	TAXA DE FISCALIZACAO DE INSTALACAO	313.578.703,00	404.702.987,38	(20.412,40)	404.682.574,98	(91.103.871,98)
1121.02.02	TAXA DE FISCALIZACAO DE FUNCIONAMENTO	3.056.913.997,00	2.631.320.632,51	(5.585,69)	2.631.315.046,82	425.598.950,18
1121.03.00	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZ. DE PROD.QUIMICOS	26.832.399,00	32.294.428,68	(147.171,21)	32.147.257,47	(5.314.858,47)
1121.04.00	TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	62.248.065,00	68.664.696,19	(449.072,19)	68.215.624,00	(5.967.559,00)
1121.04.01	TX.DO DEPART.DE POLICIA FEDERAL - SEG.PRIVADA	49.341.546,00	56.891.830,99	(393.315,11)	56.498.515,88	(7.156.969,88)
1121.04.02	TX.DO DEPART.DE POLICIA FED. - SIST.NAC.ARMAS	12.906.519,00	11.772.865,20	(55.757,08)	11.717.108,12	1.189.410,88
1121.05.00	TAXAS DECORRENTES DE SERVICOS DE MIGRACAO	450.689.257,00	508.271.342,33	(2.293.490,25)	505.977.852,08	(55.288.595,08)
1121.10.00	TX.LIC.,CONTR, FISC.MAT NUC,RADIOATIVO INSTAL.	8.285.600,00	6.036.273,29	(43.734,56)	5.992.538,73	2.293.061,27
1121.11.00	TX.FISCALIZ. E CONTR. DA PREV.COMPL - TAFIC	55.041.898,00	52.713.085,72	(364.222,07)	52.348.863,65	2.693.034,35
1121.13.00	TAXA DE FISCALIZACAO PROD.CONTR.MIN.EXERCITO	23.690.692,00	22.045.680,41	(74.113,22)	21.971.567,19	1.719.124,81
1121.14.00	TAXA FISCAL.MERC.:TITULOS E VAL. MOBILIARIOS	270.582.085,00	282.832.697,98	(789.952,97)	282.042.745,01	(11.460.660,01)
1121.15.00	TAXA FISCAL.MERC:SEG.CAP.PREVID.PRIV.ABERTA	187.873.468,00	174.770.296,78	-	174.770.296,78	13.103.171,22
1121.16.00	TAXA FISCAL. DOS SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	436.853.751,00	458.318.196,09	(1.409.252,16)	456.908.943,93	(20.055.192,93)
1121.17.00	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	331.142.801,00	457.777.152,19	(1.640.105,17)	456.137.047,02	(124.994.246,02)
1121.20.00	TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR	98.133.732,00	113.367.767,06	(364.734,79)	113.003.032,27	(14.869.300,27)
1121.20.01	TAXA POR PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE	87.309.718,00	100.351.042,74	(269.337,06)	100.081.705,68	(12.771.987,68)
1121.20.02	TAXA POR REGISTRO DE PRODUTO	2.639.416,00	2.848.277,46	(25.705,26)	2.822.572,20	(183.156,20)
1121.20.03	TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE PRODUTO	5.750.732,00	8.808.929,69	(55.502,72)	8.753.426,97	(3.002.694,97)
1121.20.04	TAXA POR REGISTRO DE OPERADORA	77.449,00	128.608,91	(7.189,75)	121.419,16	(43.970,16)
1121.20.05	TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE OPERADORA	1.783.929,00	743.441,40	(6.500,00)	736.941,40	1.046.987,60
1121.20.06	TAXA POR PEDIDO DE REAJ.DE CONTRAPR.PENCUNAR	572.488,00	487.466,86	(500,00)	486.966,86	85.521,14
1121.21.00	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	178.090.656,00	164.311.738,86	(1.132.292,13)	163.179.446,73	14.911.209,27
1121.22.00	TAXA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - TSA	527.929.421,00	286.848.313,45	(16.680,59)	286.831.632,86	241.097.788,14

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1121.24.00	TX DE FISCALIZ.S/ DISTRIB. GRAT.PREM. SORTEIO	8.159.809,00	8.174.708,61	(289.833,00)	7.884.875,61	274.933,39
1122.00.00	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	3.084.745.801,00	1.720.564.659,47	(14.031.051,78)	1.706.533.607,69	1.378.212.193,31
1122.01.00	EMOLUMENTOS CONSULARES	228.976.338,00	291.780.592,77	-	291.780.592,77	(62.804.254,77)
1122.02.00	TX PEDIDO VISTO EM CONTRATO TRAB. ESTRANGEIRO	1.249.832,00	721.009,35	-	721.009,35	528.822,65
1122.03.00	TX SIST.CONTR. ARREC.ADIC.FRETE REN.MAR.MERC.	29.386.791,00	27.620.819,50	(2.478,90)	27.618.340,60	1.768.450,40
1122.04.00	TAXA DE AVALIACAO DO ENSINO SUPERIOR	56.209.385,00	38.771.117,53	(1.120.560,00)	37.650.557,53	18.558.827,47
1122.07.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS DA JUSTICA DO DF	-	23.193.929,01	-	23.193.929,01	(23.193.929,01)
1122.08.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	1.883.432.964,00	605.496.238,93	(7.245.282,67)	598.250.956,26	1.285.182.007,74
1122.11.00	TX UTIL. SISTEMA INT.COM.EXTER.-SISCOMEX	819.561.932,00	598.011.267,98	(9.009,92)	598.002.258,06	221.559.673,94
1122.12.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRAT.	22.028.959,00	18.318.750,00	(90.000,00)	18.228.750,00	3.800.209,00
1122.12.01	EMOLUMENTOS/CUSTAS APRECIACAO ATOS E CONTRATO	22.028.959,00	18.318.750,00	(90.000,00)	18.228.750,00	3.800.209,00
1122.15.00	TAXA MILITAR	3.107.924,00	2.963.789,85	-	2.963.789,85	144.134,15
1122.19.00	TAXA DE CLASSIFICACAO DE PRODUTOS VEGETAIS	9.330.088,00	6.873.810,68	(19.667,07)	6.854.143,61	2.475.944,39
1122.21.00	TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	4.813.845,00	74.896.491,63	-	74.896.491,63	(70.082.646,63)
1122.22.00	TAXA DE SERVICOS DE PESCA E AQUICULTURA	18.249.398,00	15.058.612,14	(3.440,59)	15.055.171,55	3.194.226,45
1122.99.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	8.398.345,00	16.858.230,10	(5.540.612,63)	11.317.617,47	(2.919.272,47)
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	768.206.926.757,00	691.073.662.606,88	(2.687.026.191,73)	688.386.636.415,15	79.820.290.341,85
1210.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS	756.179.609.226,00	677.604.999.944,08	(2.760.390.921,86)	674.844.609.022,22	81.335.000.203,78
1210.01.00	CONTRIBUICOES PARA FINANC. SEGURIDADE SOCIAL	213.018.706.031,00	198.466.770.352,04	877.931.804,76	199.344.702.156,80	13.674.003.874,20
1210.01.01	REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. P FIN. SEG. SOCIAL	211.682.221.887,00	197.877.384.564,46	877.931.804,76	198.755.316.369,22	12.926.905.517,78
1210.01.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS - COFINS	1.336.484.144,00	589.385.787,58	-	589.385.787,58	747.098.356,42
1210.02.00	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	20.418.411.982,00	19.188.954.696,35	(150.318.458,92)	19.038.636.237,43	1.379.775.744,57
1210.04.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO SINDICAL	1.119.436.538,00	598.644.880,26	-	598.644.880,26	520.791.657,74
1210.05.00	CONTRIBUICAO PARA O ENSINO AEROVIARIO	198.076.741,00	219.515.551,26	-	219.515.551,26	(21.438.810,26)
1210.06.00	CONTRIBUICAO PARA DESENV.ENS.PROFIS.MARITIMO	166.447.386,00	162.202.528,60	(5.665.054,03)	156.537.474,57	9.909.911,43
1210.09.00	CONTRIBUICAO S/ARREC.FUNDOS INVEST.REGIONAIS	5.628.156,00	32.435,66	-	32.435,66	5.595.720,34
1210.13.00	CONTRIB.PROVIS.MOV.TR.VLR.CR.DIR.NAT.FIN.	-	10.176,70	129.350,66	139.527,36	(139.527,36)
1210.13.01	REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. S/ MOV. FINANCEIRA	-	10.176,70	129.350,66	139.527,36	(139.527,36)
1210.15.00	CONTRIB.PARA CUSTEIO DAS PENSOES MILITARES	2.527.759.000,00	2.649.785.798,67	(3.217,47)	2.649.782.581,20	(122.023.581,20)
1210.17.00	CONT.S/REC. SORTEIOS REALIZ. P/ ENT. FILANTR.	487.966,00	327.964,04	(639,42)	327.324,62	160.641,38
1210.18.00	CONTRIBUICOES S/ RECEITA CONCURSO PROGNOSTICO	4.764.215.040,00	5.421.817.453,75	(17.881,11)	5.421.799.572,64	(657.584.532,64)
1210.18.01	CONTRIBUICAO S/RECEITA DA LOTERIAL FEDERAL	75.010.849,00	71.855.645,97	-	71.855.645,97	3.155.203,03
1210.18.02	CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIA ESPORTIVA	36.298.838,00	40.723.593,29	-	40.723.593,29	(4.424.755,29)
1210.18.04	CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIAS DE NUMEROS	4.278.561.467,00	4.924.328.577,11	-	4.924.328.577,11	(645.767.110,11)
1210.18.05	CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIA INSTANTANEA	56.513.674,00	15.010.443,03	-	15.010.443,03	41.503.230,97
1210.18.06	PREMIOS PRESCRITOS DE LOTERIAS FEDERAIS	269.363.724,00	330.084.002,14	-	330.084.002,14	(60.720.278,14)
1210.18.08	CONTR.S/REC.CONC.PROG.DEST.PRAT.DESP-MOD.FUTE	42.163.387,00	33.678.543,38	(6.495,13)	33.672.048,25	8.491.338,75
1210.18.09	OUTROS PREMIOS PRESCRITOS	6.303.101,00	6.136.648,83	(11.385,98)	6.125.262,85	177.838,15
1210.29.00	CONTRIB. REGIME PROPRIO PREVID. SERV. PUBLICO	12.128.902.227,00	11.930.608.041,59	(6.017.072,47)	11.924.590.969,12	204.311.257,88
1210.29.07	CONTR.DO SERV. ATIVO CIVIL P/ REGIME PROPRIO	8.945.261.529,00	8.767.783.224,27	(45.184,73)	8.767.738.039,54	177.523.489,46
1210.29.09	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL - RPPS	2.397.159.173,00	2.321.009.485,25	(82.222,53)	2.320.927.262,72	76.231.910,28
1210.29.11	CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA CIVIL - RPPS	699.142.981,00	638.659.335,08	1.074,39	638.660.409,47	60.482.571,53
1210.29.17	CONTR.SERV.ATIVO CIVIL-PAGTO SENT. JUDICIAIS	46.299.835,00	136.775.403,91	(3.492.486,75)	133.282.917,16	(86.983.082,16)
1210.29.18	CONTR.SERV.INAT.CIVIL - PAGTO SENT. JUDICIAIS	33.117.887,00	55.614.694,81	(2.312.185,57)	53.302.509,24	(20.184.622,24)
1210.29.19	CONTR.PENSIONISTA CIVIL-PAGTO SENT. JUDICIAIS	7.920.822,00	10.765.898,27	(86.067,28)	10.679.830,99	(2.759.008,99)
1210.30.00	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS P/ O RGPS	368.334.607.820,00	319.764.227.037,36	(1.806.074.196,81)	317.958.152.840,55	50.376.454.979,45
1210.30.01	CONTRIB. PREV. SEGURADO OBRIG. -CONTR. INDIV.	7.972.743.326,00	7.499.458.962,96	(11.981.369,42)	7.487.477.593,54	485.265.732,46
1210.30.02	CONTRIBUICOES DO SEGURADO - ASSALARIADO	68.357.442.949,00	60.238.211.650,22	(6.196.622,24)	60.232.015.027,98	8.125.427.921,02
1210.30.03	CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS	128.132.830.188,00	110.087.654.139,98	(32.098.719,01)	110.055.555.420,97	18.077.274.767,03
1210.30.04	SIMPLES	35.487.319.280,00	32.015.751.603,30	(5.662.015,24)	32.010.089.588,06	3.477.229.691,94
1210.30.05	EMPRESAS - ESPETACULOS ESPORTIVOS	145.074.003,00	145.455.837,78	-	145.455.837,78	(381.834,78)
1210.30.06	CONTRIBUICAO SOBRE PRODUCAO RURAL	4.214.916.896,00	3.814.432.007,47	(30.599,78)	3.814.401.407,69	400.515.488,31
1210.30.07	CONTR.PREV.REG.PARCELAMENTO DE DEBITOS - RGPS	6.266.581.032,00	3.773.556.785,48	(162.309.972,46)	3.611.246.813,02	2.655.334.218,98
1210.30.08	SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	18.608.251.763,00	17.815.286.538,53	1.282.018,40	17.816.568.556,93	791.683.206,07
1210.30.09	RECLAMATORIA TRABALHISTA	2.984.864.587,00	2.526.327.480,11	(7.569.383,60)	2.518.758.096,51	466.106.490,49
1210.30.10	CONTRIB. DEBITOS / PARCELAMENTOS - MUNICIPIOS	-	-	(30.423.818,84)	(30.423.818,84)	30.423.818,84
1210.30.11	CONTRIBUICAO PREVID.SEGURADO OBRIG.-EMPRESAR.	568.291,00	-	(221.647,09)	(221.647,09)	789.938,09
1210.30.12	CONTRIBUICAO PREVID. DO SEGURADO FACULTATIVO	1.810.389.055,00	1.641.282.938,58	(1.182.410,15)	1.640.100.528,43	170.288.526,57
1210.30.13	CONTRIBUICAO PREVID. DO SEGURADO ESPECIAL	9.521.607,00	7.667.385,59	(8.641,48)	7.658.744,11	1.862.862,89
1210.30.14	CONTRIBUICAO PREVID. DO SEG.OBRIG.-EMP.DOMEST	3.518.770.718,00	2.360.622.201,23	(436.234,87)	2.360.185.966,36	1.158.584.751,64
1210.30.15	CONTRIB. PREV. DOS ORGAOS DO PODER PUBLICO	36.028.221.337,00	31.408.541.290,22	(17.432.089,56)	31.391.109.200,66	4.637.112.136,34
1210.30.16	CONTRIB. PREV. DAS ENTIDADES FILANTROPICAS	3.475.199.528,00	3.261.003.754,62	(1.865.126,75)	3.259.138.627,87	216.060.900,13
1210.30.17	CONTRIB.PREV.-RET. S/NOTA FISCAL- SUBROGACAO	30.717.235.442,00	22.058.394.773,29	(137.546.279,52)	21.920.848.493,77	8.796.386.948,23
1210.30.20	CERTIFICADOS DA DIVIDA PUBLICA - CDP	-	-	(72.604,69)	(72.604,69)	72.604,69
1210.30.21	CONTR.PREV.NA FORMA DE DEP.JUD.,REC. E CUSTAS	1.324.628.265,00	2.278.903.336,50	(1.359.920.822,28)	918.982.514,22	405.645.750,78
1210.30.22	CONTRIB.PREVID. DAS COOP.TRAB. DESC.COOPERADO	-	-	(386.791,13)	(386.791,13)	386.791,13
1210.30.23	RECEITA DE PARC - CONTR. EMP/TRAB SEG. SOCIAL	523.114.212,00	578.292.877,55	(186.058,66)	578.106.818,89	(54.992.606,89)

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1210.30.24	CONTR.PREV. EMPRESA S/ SEGURADO S/REC.BRUTA	18.318.122.301,00	18.162.984.903,51	30.890.040,22	18.193.874.943,73	124.247.357,27
1210.30.99	OUTRAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	438.813.040,00	90.398.570,44	(62.715.048,66)	27.683.521,78	411.129.518,22
1210.31.00	CONTRIBUICOES P/O FUNDO DE SAUDE - PMDF/BMDF	20.615.301,00	26.458.255,04	-	26.458.255,04	(5.842.954,04)
1210.31.01	CONTRIBUICOES P/O FUNDO DE SAUDE - PMDF	12.883.385,00	17.962.421,65	-	17.962.421,65	(5.079.036,65)
1210.31.02	CONTRIBUICOES P/O FUNDO DE SAUDE - BMDF	7.731.916,00	8.495.833,39	-	8.495.833,39	(763.917,39)
1210.32.00	CONTRIBUICOES RURAIS	1.615.699.110,00	1.616.345.471,07	(42.817.437,21)	1.573.528.033,86	42.171.076,14
1210.32.01	CONTRIBUICAO INDUSTRIAL RURAL	325.347.988,00	331.263.891,14	(8.669.152,64)	322.594.738,50	2.753.249,50
1210.32.03	ADICIONAL A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	1.290.351.122,00	1.285.081.579,93	(34.148.284,57)	1.250.933.295,36	39.417.826,64
1210.37.00	CONTRIBUICOES PARA O PIS/PASEP	56.737.609.547,00	52.704.479.584,89	(262.347.428,79)	52.442.132.156,10	4.295.477.390,90
1210.37.01	REC.DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP	56.422.000.966,00	52.535.784.910,38	(262.286.263,66)	52.273.498.646,72	4.148.502.319,28
1210.37.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS - PIS/PASEP	315.608.581,00	168.694.674,51	(61.165,13)	168.633.509,38	146.975.071,62
1210.38.00	CONTRIB.SOCIAL S/ LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	70.926.700.603,00	60.061.216.198,38	(1.365.189.911,67)	58.696.026.286,71	12.230.674.316,29
1210.38.01	REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB S/LUCRO PJ	70.346.269.360,00	59.861.159.214,51	(1.529.048.396,07)	58.332.110.818,44	12.014.158.541,56
1210.38.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS - CSSL PJ	580.431.243,00	200.056.983,87	163.858.484,40	363.915.468,27	216.515.774,73
1210.45.00	CONTRIBUICAO SOBRE JOGOS DE BINGO	-	49,61	(664,38)	(614,77)	614,77
1210.47.00	CONTR.REL.A DESPED.DE EMPREG. S/ JUSTA CAUSA	4.113.281.609,00	4.700.232.487,27	-	4.700.232.487,27	(586.950.878,27)
1210.48.00	CONTR. SOBRE REMUNERACAO DEVIDA AO TRABALH.	77.737.835,00	92.920.450,66	-	92.920.450,66	(15.182.615,66)
1210.99.00	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	5.286.334,00	450.530,88	(115,00)	450.415,88	4.835.918,12
1220.00.00	CONTRIB. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	12.027.317.531,00	13.468.662.662,80	73.364.730,13	13.542.027.392,93	(1.514.709.861,93)
1220.01.00	CONTRIBUICAO PARA O PIN	30.512.776,00	12.481,37	-	12.481,37	30.500.294,63
1220.02.00	CONTRIBUICAO PARA O PROTERRA	20.342.203,00	8.321,02	-	8.321,02	20.333.881,98
1220.03.00	CONTRIBUICOES DESENV.APERF.ATIVID.FISCALIZ.	622.542.804,00	158.408.113,40	(168.277,46)	158.239.835,94	464.302.968,06
1220.03.01	SELO ESPECIAL DE CONTROLE	428.909.437,00	-	-	-	428.909.437,00
1220.03.02	LOJAS FRANCAS ENTREP.ADUAN. DEP.ALFANDEGADOS	193.633.367,00	158.408.113,40	(168.277,46)	158.239.835,94	35.393.531,06
1220.05.00	CONTRIBUICAO S/ APOSTAS EM COMPET. HIPICAS	803.072,00	618.501,77	(480,52)	618.021,25	185.050,75
1220.06.00	CONTRIB.P/DESENV.DA IND.CINEMATOGRAF.NACIONAL	1.515.658.172,00	1.062.274.522,28	(494.814,38)	1.061.779.707,90	453.878.464,10
1220.06.01	RECEITA REMESSA DE REND. EXPLORACAO DE OBRAS	18.653.688,00	9.658.273,17	(56,20)	9.658.216,97	8.995.471,03
1220.06.02	RECEITA VEICULACAO DE OBRAS CINEMATOGRAFICAS	118.089.907,00	102.622.686,43	(444.717,95)	102.177.968,48	15.911.938,52
1220.06.03	REC.DIST.AUDIOVISUAIS POR PRESTADOR DE SERV.	1.378.914.577,00	949.993.562,68	(50.040,23)	949.943.522,45	428.971.054,55
1220.18.00	COTA-PARTE ADIC.FRETE P/ RENOV.MARIN.MERCANTE	4.098.609.053,00	3.012.722.974,34	(8.986.626,58)	3.003.736.347,76	1.094.872.705,24
1220.24.00	CONTRIBUICAO S/REC.CONCESS.PERMISS.ENERG.ELET	822.017.367,00	890.714.569,64	(363.627,75)	890.350.941,89	(68.333.574,89)
1220.25.00	CONTRIBUICAO P/ LIC.USO,AQUIS.OU TRANSF.TECN.	2.621.984.692,00	2.880.153.653,83	103.272.822,85	2.983.426.476,68	(361.441.784,68)
1220.26.00	CONTRIB. REC. EMPR. PREST. SERV. TELECOMUNIC.	1.775.619.414,00	1.656.713.051,00	(153.156,41)	1.656.559.894,59	119.059.519,41
1220.26.01	CON. S/REC.OPER.BRUTA DECOR.PRES.SERV.TELECOM	1.138.807.982,00	1.075.997.362,31	(152.414,04)	1.075.844.948,27	62.963.033,73
1220.26.02	CON. S/REC.OPER.BRUTA EMPR.PREST.SERV.TELECOM	636.811.432,00	580.715.688,69	(742,37)	580.714.946,32	56.096.485,68
1220.28.00	CONT.REL.AT.IMP.COM.PETR.DER.GAS NAT.ALC.CARB	7.325.350,00	3.289.923.955,31	(19.726.800,22)	3.270.197.155,09	(3.262.871.805,09)
1220.28.01	CONTR.REL.ATIV.IMP.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB	-	285.893.421,67	(19.726.718,46)	266.166.703,21	(266.166.703,21)
1220.28.02	CONTR.REL.ATIV.COM.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB	7.274.864,00	3.001.713.906,11	(81,76)	3.001.713.824,35	(2.994.438.960,35)
1220.28.03	RECEITA DE PARCELAMENTOS - CIDE COMBUSTIVEL	50.486,00	2.316.627,53	-	2.316.627,53	(2.266.141,53)
1220.30.00	CONTRIBUICAO PARA FOMENTO DA RADIODIFUSAO PUB	228.091.043,00	311.109.532,32	(1.309,40)	311.108.222,92	(83.017.179,92)
1220.41.00	CONTRIBUICAO-EMPRESAS INSTALADAS NA AMAZONIA	75.194.847,00	52.959.634,16	(13.000,00)	52.946.634,16	22.248.212,84
1220.41.01	CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - PRINCIPAL	58.353.788,00	44.805.428,88	(13.000,00)	44.792.428,88	13.561.359,12
1220.41.02	CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - EXCEDENTE	453.347,00	244.004,72	-	244.004,72	209.342,28
1220.41.03	CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - RESIDUAL	5.086.134,00	7.374.520,23	-	7.374.520,23	(2.288.386,23)
1220.41.04	CONTR-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA-PARCELAMENTO	11.301.578,00	535.680,33	-	535.680,33	10.765.897,67
1220.42.00	CONTR.-EMPRESAS INSTALADAS DEMAIS REGIOES	208.616.738,00	153.043.352,36	-	153.043.352,36	55.573.385,64
1220.42.01	CONTR-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-PRINCIPAL	128.361.321,00	117.360.411,07	-	117.360.411,07	11.000.909,93
1220.42.02	CONTR-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-EXCEDENTE	144.366,00	266.040,90	-	266.040,90	(121.674,90)
1220.42.03	CONTR-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-RESIDUAL	3.477.923,00	5.560.858,09	-	5.560.858,09	(2.082.935,09)
1220.42.04	CONTR-EMP.INSTAL.DEMAIS REGIOES-PARCELAMENTO	76.633.128,00	29.856.042,30	-	29.856.042,30	46.777.085,70
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	104.798.417.895,00	66.215.202.275,71	(405.838.897,18)	65.809.363.378,53	38.989.054.516,47
1310.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	2.608.156.556,00	1.478.753.995,00	(7.399.345,77)	1.471.354.649,23	1.136.801.906,77
1311.00.00	ALUGUEIS	155.667.195,00	142.275.766,95	(1.635.042,33)	140.640.724,62	15.026.470,38
1312.00.00	ARRENDAMENTOS	209.944.209,00	404.667.682,88	(1.143.105,26)	403.524.577,62	(193.580.368,62)
1313.00.00	FOROS	365.296.055,00	129.537.946,89	(30.094,04)	129.507.852,85	235.788.202,15
1314.00.00	LAUDEMIOS	1.659.593.310,00	339.112.593,48	(667.710,14)	338.444.883,34	1.321.148.426,66
1315.00.00	TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	217.655.787,00	463.090.890,70	(3.861.381,07)	459.229.509,63	(241.573.722,63)
1315.10.00	TAXA DE OCUPACAO DE TERRENOS DA UNIAO	19.956,00	22.313,34	-	22.313,34	(2.357,34)
1315.20.00	TAXA OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	76.736.925,00	79.690.752,93	(272.411,47)	79.418.341,46	(2.681.416,46)
1315.30.00	TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	140.898.906,00	383.377.824,43	(3.588.969,60)	379.788.854,83	(238.889.948,83)
1319.00.00	OUTRAS RECEITAS DE BENS IMOVEIS	-	69.114,10	(62.012,93)	7.101,17	(7.101,17)
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	36.086.735.891,00	29.660.786.027,16	(648.602.899,45)	29.012.183.127,71	7.074.552.763,29
1321.00.00	JUROS DE TITULOS DE RENDA	582.085.846,00	681.389.239,54	-	681.389.239,54	(99.303.393,54)
1322.00.00	DIVIDENDOS, PARTICIP. JUROS S/CAPITAL PROPRIO	24.993.754.935,00	12.050.958.255,10	(20.044.502,01)	12.030.913.753,09	12.962.841.181,91
1322.00.01	DIVIDENDOS	24.925.383.923,00	6.337.640.500,49	(272.714,04)	6.337.367.786,45	18.588.016.136,55
1322.00.02	PARTICIPACOES	68.371.012,00	79.843.177,09	-	79.843.177,09	(11.472.165,09)
1322.00.03	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO	-	5.633.474.577,52	(19.771.787,97)	5.613.702.789,55	(5.613.702.789,55)

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1325.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	8.959.094.902,00	15.118.832.464,36	(627.622.601,15)	14.491.209.863,21	(5.532.114.961,21)
1326.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS ESPECIAIS	1.390.709.338,00	1.404.769.956,22	-	1.404.769.956,22	(14.060.618,22)
1327.00.00	REMUNERACAO DE SALDOS NAO DESEMBOLSADOS	161.090.870,00	404.836.111,94	(935.796,29)	403.900.315,65	(242.809.445,65)
1330.00.00	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	15.238.376.120,00	5.903.085.461,43	(3.937.852,94)	5.899.147.608,49	9.339.228.511,51
1331.00.00	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS	6.914.839.646,00	4.831.497.624,29	(3.034.530,90)	4.828.463.093,39	2.086.376.552,61
1331.01.00	RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE TRANSPORT	2.616.607.907,00	2.510.193.157,38	(40,00)	2.510.193.117,38	106.414.789,62
1331.01.01	RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TRANSP. FERROV.	33.767.907,00	33.820.476,77	(40,00)	33.820.436,77	(52.529,77)
1331.01.02	REC.OUT.SERV.TRANSP.ROD.INTEREST.INTERNAC.PAS	-	1.492.551,82	-	1.492.551,82	(1.492.551,82)
1331.01.06	OUTORGA SERVICOS INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA	2.582.840.000,00	2.474.880.128,79	-	2.474.880.128,79	107.959.871,21
1331.02.00	RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE COMUNIC.	4.298.231.739,00	2.321.304.466,91	(3.034.490,90)	2.318.269.976,01	1.979.961.762,99
1331.02.01	RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO	4.195.000.000,00	2.234.042.843,44	(14.963,40)	2.234.027.880,04	1.960.972.119,96
1331.02.02	REC.OUT.SERV.RADIODIFUSAO SONORA SONS IMAGENS	-	31.348.728,28	(178.524,18)	31.170.204,10	(31.170.204,10)
1331.02.03	REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIODIFREQUENCIA	76.173.840,00	41.324.668,47	(2.827.260,62)	38.497.407,85	37.676.432,15
1331.02.04	REC.TRANS.CONC.PERM.AUT.TELECOM.USO RADIOFREQ	-	92.610,00	(412,16)	92.197,84	(92.197,84)
1331.02.05	REC.TRANSF.CONC/PERM/AUTOR-RODOVIAS OU OBRAS	1.547.899,00	1.161.581,16	-	1.161.581,16	386.317,84
1331.02.06	OUTORG DIREITO EXPLORACAO SATELITE BRASILEIRO	25.510.000,00	-	-	-	25.510.000,00
1331.02.99	OUTRAS RECEITAS CONC. PERM. - SERV. COMUNIC	-	13.334.035,56	(13.330,54)	13.320.705,02	(13.320.705,02)
1332.00.00	REC. CONCESSAO PERMISSAO - EXPLOR. RECUR NAT	7.478.318.578,00	474.962.926,65	(39.727,87)	474.923.198,78	7.003.395.379,22
1332.01.00	REC. OUTOR. SERV. EXPL. PROD PETR. GAS NATURA	7.300.000.000,00	341.213.794,32	-	341.213.794,32	6.958.786.205,68
1332.01.01	BONUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSAO	1.081.000.000,00	120.363.596,73	-	120.363.596,73	960.636.403,27
1332.01.02	PAGAMENTO P/ RETENCAO AREA EXPLORACAO OU PROD	219.000.000,00	220.850.197,59	-	220.850.197,59	(1.850.197,59)
1332.01.03	BONUS ASSINATURA CONTRATO PARTILHA PRODUCAO	6.000.000.000,00	-	-	-	6.000.000.000,00
1332.02.00	REC. OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE REC. HIDR.	56.255.064,00	60.947.078,58	(26.211,29)	60.920.867,29	(4.665.803,29)
1332.03.00	REC. OUTORGA DIREITOS DE EXPL. E PRESQ. MINER	117.783.680,00	66.035.112,22	(0,16)	66.035.112,06	51.748.567,94
1332.04.00	RECEITA DE CONCESSAO FLORESTAL	4.279.834,00	6.766.941,53	(13.516,42)	6.753.425,11	(2.473.591,11)
1332.04.01	REC. CONCESS. FLORESTAS NACIONAIS - VALOR MIN	-	1.346.649,39	(794,57)	1.345.854,82	(1.345.854,82)
1332.04.02	REC. CONCESS. FLOREST. NACION. - DEMAIS VALOR	4.279.834,00	5.252.949,45	(12.721,85)	5.240.227,60	(960.393,60)
1332.04.05	REC. CUSTOS DE EDITAL DE CONCESSAO FLORESTAL	-	167.342,69	-	167.342,69	(167.342,69)
1333.00.00	REC. CONCESS. PERMISS. - DIR. USO DE BENS PUB	845.217.896,00	596.624.910,49	(863.594,17)	595.761.316,32	249.456.579,68
1333.01.00	REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	5.204.165,00	12.749.001,09	(348.590,41)	12.400.410,68	(7.196.245,68)
1333.04.00	PERMISSAO DE USO AREA DA UNIAO CURTA DURACAO	-	2.555.325,12	(515.003,76)	2.040.321,36	(2.040.321,36)
1333.05.00	RECEITA DA CESSAO DE USO DE BENS DA UNIAO	840.000.000,00	581.317.384,28	-	581.317.384,28	258.682.615,72
1333.06.00	REC. CESSAO USO IMAGEM E REPROD BENS	13.731,00	3.200,00	-	3.200,00	10.531,00
1340.00.00	COMPENSACOES FINANCEIRAS	50.387.484.106,00	28.154.187.125,31	629.755.405,44	28.783.942.530,75	21.603.541.575,25
1340.01.00	UTIL.RECURSO HIDRICOS - ITAIPU	513.587.782,00	801.208.133,13	-	801.208.133,13	(287.620.351,13)
1340.02.00	UTIL.RECURSO HIDRICOS - DEMAIS EMPRESAS	2.440.868.880,00	1.673.618.454,81	(0,01)	1.673.618.454,80	767.250.425,20
1340.03.00	EXPLORACAO DE RECURSOS MINERAIS	2.286.427.163,00	1.496.160.296,62	-	1.496.160.296,62	790.266.866,38
1344.00.00	REC PROD PETRO/GAS/OUTRO - CONTRATO CONCESSAO	45.146.600.281,00	24.183.200.240,75	629.755.405,45	24.812.955.646,20	20.333.644.634,80
1344.11.00	ROYAL.MIN.PROD.PETRO EM TERRA - CONTR CONCESS	904.285.899,00	556.978.842,68	-	556.978.842,68	347.307.056,32
1344.12.00	ROYAL.MIN.PROD.PETRO.PLATAF - CONTR CONCESSAO	11.171.904.919,00	6.302.634.866,59	197.697,76	6.302.832.564,35	4.869.072.354,65
1344.12.11	ROYAL.MIN.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	3.425.362.776,00	2.100.756.986,75	(25.365,78)	2.100.731.620,97	1.324.631.155,03
1344.12.12	ROYAL.MIN.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	7.746.542.143,00	4.135.334.551,87	223.063,54	4.135.557.615,41	3.610.984.527,59
1344.12.20	ROYAL.MIN.PETRO.PLATA.COM.A PARTIR DE 3/12/12	-	66.543.327,97	-	66.543.327,97	(66.543.327,97)
1344.21.00	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA QQ SITUACAO	814.775.168,00	486.174.689,24	0,01	486.174.689,25	328.600.478,75
1344.22.00	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.PLATA.CONTR.CONCESSAO	11.063.928.289,00	6.206.092.806,62	(229.365,36)	6.205.863.441,26	4.858.064.847,74
1344.22.11	ROY.EXCED.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	3.415.823.719,00	2.091.591.542,34	(6.119,90)	2.091.585.422,44	1.324.238.296,56
1344.22.12	ROY.EXCED.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	7.648.104.570,00	4.048.837.592,91	(223.245,46)	4.048.614.347,45	3.599.490.222,55
1344.22.20	ROY.EXCED.PROD.PETRO.COM.A PARTIR DE 3/12/12	-	65.663.671,37	-	65.663.671,37	(65.663.671,37)
1344.31.00	PART.ESPECIAL.PROD.PETRO.TERRA QQ SITUACAO	361.896.714,00	-	-	-	361.896.714,00
1344.32.00	PARTICIPACAO ESPECIAL PROD.PETRO.PLATAFORMA	20.829.809.292,00	10.631.319.035,62	629.787.073,04	11.261.106.108,66	9.568.703.183,34
1344.32.11	PART.ESP.PROD.PETRO.PLATA.COM.ANTES 3/12/12	9.456.469.241,00	4.788.642.335,39	629.790.138,61	5.418.432.474,00	4.038.036.767,00
1344.32.12	PART.ESP.PROD.PETR.PLATA.COM ANTES DE 3/12/12	11.373.340.051,00	5.842.676.700,23	(3.065,57)	5.842.673.634,66	5.530.666.416,34
1360.00.00	RECEITA DE CESSAO DE DIREITOS	420.286.071,00	631.789.754,06	(9.787.193,11)	622.002.560,95	(201.716.489,95)
1361.00.00	RECEITA CESSAO DIREITO OPERACIONALIZACAO PGTO	420.286.071,00	631.789.754,06	(9.787.193,11)	622.002.560,95	(201.716.489,95)
1361.01.00	RECEITA CESSAO DIR.OPERACIONALIZACAO FOPAG	154.177.121,00	195.112.302,12	(9.786.169,65)	185.326.132,47	(31.149.011,47)
1361.02.00	REC.CESSAO DIR.OPER.FOPAG DE BENEFICIOS	263.408.666,00	436.677.451,94	(1.023,46)	436.676.428,48	(173.267.762,48)
1361.03.00	REC.CESSAO DIR.OPER.DE PGTO A FORNECEDORES	2.700.284,00	-	-	-	2.700.284,00
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	57.379.151,00	386.599.912,75	(365.867.011,35)	20.732.901,40	36.646.249,60
1391.00.00	ROYALTIES - PROPRIEDADE INTELECTUAL	-	1.917.816,01	-	1.917.816,01	(1.917.816,01)
1399.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-	384.732.496,35	(365.867.011,35)	18.865.485,00	(18.865.485,00)
1400.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	30.262.599,00	29.229.614,97	(743.907,75)	28.485.707,22	1.776.891,78
1410.00.00	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	17.684.028,00	16.482.139,24	(302.394,44)	16.179.744,80	1.504.283,20
1420.00.00	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	12.570.086,00	12.696.445,03	(441.513,31)	12.254.931,72	315.154,28
1490.00.00	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	8.485,00	51.030,70	-	51.030,70	(42.545,70)
1500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	812.699.165,00	649.244.838,25	(23.620.527,13)	625.624.311,12	187.074.853,88
1520.00.00	RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	812.699.165,00	649.244.838,25	(23.620.527,13)	625.624.311,12	187.074.853,88
1520.12.00	RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA	588.956.274,00	443.703.220,09	(23.284.607,85)	420.418.612,24	168.537.661,76

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1520.20.00	RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA	30.685.224,00	16.364.173,35	(15,64)	16.364.157,71	14.321.066,29
1520.21.00	RECEITA DA INDUST.PROD.FARMAC. E VETERINARIOS	97.014.586,00	105.433.946,47	(253.314,76)	105.180.631,71	(8.166.045,71)
1520.21.01	RECEITA DA INDUST. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS	97.014.586,00	105.433.946,47	(253.314,76)	105.180.631,71	(8.166.045,71)
1520.22.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD. FARMOQUIMICOS	1.601.831,00	2.283.326,25	-	2.283.326,25	(681.495,25)
1520.26.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	2.966.747,00	3.007.934,37	(5,32)	3.007.929,05	(41.182,05)
1520.27.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS	406.716,00	332.489,47	(71.125,60)	261.363,87	145.352,13
1520.29.00	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	86.497.034,00	67.541.896,27	(11.457,96)	67.530.438,31	18.966.595,69
1520.30.00	RECEITA DA INDUSTRIA ELETRONICA	2.060.060,00	4.573.348,52	-	4.573.348,52	(2.513.288,52)
1520.99.00	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	2.510.693,00	6.004.503,46	-	6.004.503,46	(3.493.810,46)
1600.00.00	RECEITA DE SERVICOS	53.401.290.419,00	45.967.550.539,43	(2.081.145.766,24)	43.886.404.773,19	9.514.885.645,81
1600.01.00	SERVICOS COMERCIAIS	93.198.659,00	124.534.518,78	(383.470,18)	124.151.048,60	(30.952.389,60)
1600.01.01	SERVICOS DE COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS	5.693.684,00	5.586.645,80	(9,00)	5.586.636,80	107.047,20
1600.01.02	SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.E PUBLICID.	16.701.809,00	10.720.572,98	(310.105,39)	10.410.467,59	6.291.341,41
1600.01.03	SERVICOS DE COMERC. E DISTRIB. PROD. AGROPEC.	3.453.749,00	7.684.730,44	(39.689,37)	7.645.041,07	(4.191.292,07)
1600.01.06	SERV.COMERCIAIS DE PROD.DADOS E MAT.INFORMATI	58.299.982,00	53.244.328,60	(27.088,72)	53.217.239,88	5.082.742,12
1600.01.10	RECEITA DE COMERCIALIZACAO DE FARDAMENTOS	8.996.004,00	10.401.652,71	(6.577,70)	10.395.075,01	(1.399.071,01)
1600.01.99	OUTROS SERVICOS COMERCIAIS	53.431,00	36.896.588,25	-	36.896.588,25	(36.843.157,25)
1600.02.00	SERVICOS FINANCEIROS	44.082.082.263,00	37.314.315.944,79	(1.854.537.211,52)	35.459.778.733,27	8.622.303.529,73
1600.02.01	JUROS DE EMPRESTIMOS	35.568.778.766,00	28.567.498.440,55	(1.854.537.211,52)	26.712.961.229,03	8.855.817.536,97
1600.02.03	SERV.FINANC.DE COMPENS.DE VARIACOES SALARIAIS	93.518,00	47.791,45	-	47.791,45	45.726,55
1600.02.06	SERVICOS DE REMUNERACAO REP. PROG.DES.ECONOM.	8.144.239.578,00	8.741.460.614,46	-	8.741.460.614,46	(597.221.036,46)
1600.02.99	OUTROS SERVICOS FINANCEIROS	368.970.401,00	5.309.098,33	-	5.309.098,33	363.661.302,67
1600.03.00	SERVICOS DE TRANSPORTE	260.112.485,00	259.255.063,35	(5.604,67)	259.249.458,68	863.026,32
1600.03.01	SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	483.840,00	478.904,93	(188,00)	478.716,93	5.123,07
1600.03.02	SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	258.090.164,00	257.390.836,53	(3.003,77)	257.387.832,76	702.331,24
1600.03.03	SERVICOS DE TRANSPORTE HIDROVIARIO	23.094,00	6.401,94	-	6.401,94	16.692,06
1600.03.04	SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO	1.515.387,00	1.311.050,11	(2.412,90)	1.308.637,21	206.749,79
1600.03.99	OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	-	67.869,84	-	67.869,84	(67.869,84)
1600.04.00	SERVICOS DE COMUNICACAO	79.410.225,00	73.734.459,62	(744.729,19)	72.989.730,43	6.420.494,57
1600.04.01	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	24.443.497,00	20.643.393,07	(744.729,19)	19.898.663,88	4.544.833,12
1600.04.02	SERVICOS DE RADIODIFUSAO	54.456.618,00	45.024.109,54	-	45.024.109,54	9.432.508,46
1600.04.03	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACAO	510.110,00	8.066.957,01	-	8.066.957,01	(7.556.847,01)
1600.05.00	SERVICOS DE SAUDE	940.589.254,00	396.554.873,75	(30.077.976,34)	366.476.897,41	574.112.356,59
1600.05.01	SERVICOS HOSPITALARES	859.067.286,00	318.737.950,37	(29.055.806,65)	289.682.143,72	569.385.142,28
1600.05.03	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	3.395.161,00	2.736.956,52	(1.022.169,69)	1.714.786,83	1.680.374,17
1600.05.05	SERV ASSIST SAUDE SUPLEMENTAR SERVIDOR CIVIL	78.125.753,00	74.140.890,63	-	74.140.890,63	3.984.862,37
1600.05.99	OUTROS SERVICOS DE SAUDE	1.054,00	939.076,23	-	939.076,23	(938.022,23)
1600.06.00	SERVICOS PORTUARIOS	1.437.295,00	392.884,81	-	392.884,81	1.044.410,19
1600.07.00	SERVICOS DE ARMAZENAGEM	21.939.243,00	21.630.584,42	(920.582,78)	20.710.001,64	1.229.241,36
1600.08.00	SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	50.719.562,00	52.859.592,11	(50.552,82)	52.809.039,29	(2.089.477,29)
1600.11.00	SERVICOS DE METROLOGIA E CERTIFICACAO	551.412.942,00	491.971.839,68	(317.640,74)	491.654.198,94	59.758.743,06
1600.11.01	METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	511.911.377,00	452.638.064,05	(236.315,80)	452.401.748,25	59.509.628,75
1600.11.02	METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL	2.652.326,00	2.722.769,89	(573,83)	2.722.196,06	(69.870,06)
1600.11.03	METROLOGIA LEGAL	3.780.051,00	1.827.732,87	(1.822,10)	1.825.910,77	1.954.140,23
1600.11.04	CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS	33.009.046,00	34.767.201,92	(78.929,01)	34.688.272,91	(1.679.226,91)
1600.11.05	INFORMACAO TECNOLOGICA	60.142,00	16.070,95	-	16.070,95	44.071,05
1600.12.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA	17.191.346,00	8.858.224,42	(50.048,05)	8.808.176,37	8.383.169,63
1600.13.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	1.285.616.307,00	1.127.125.606,93	(9.248.425,98)	1.117.877.180,95	167.739.126,05
1600.14.00	SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	174.072.462,00	188.918.432,45	(829.595,90)	188.088.836,55	(14.016.374,55)
1600.15.00	SERVICOS DE METEOROLOGIA	-	218,40	-	218,40	(218,40)
1600.16.00	SERVICOS EDUCACIONAIS	212.336.687,00	166.963.225,23	(5.646.001,88)	161.317.223,35	51.019.463,65
1600.17.00	SERVICOS AGROPECUARIOS	10.680.521,00	11.779.919,70	(46.090,14)	11.733.829,56	(1.053.308,56)
1600.18.00	SERVICOS DE REPARACAO,MANUTENCAO E INSTALACAO	5.524.811,00	4.090.328,18	(59.878,37)	4.030.449,81	1.494.361,19
1600.19.00	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	59.355.227,00	74.352.704,53	(59.255,82)	74.293.448,71	(14.938.221,71)
1600.20.00	SERVICOS CONSULT.ASSIST.TEC. ANALISE PROJETOS	111.648.276,00	28.997.184,79	(152.344,00)	28.844.840,79	82.803.435,21
1600.20.01	SERV.CONS,ASS.TEC.E AN.PROJ-APLICACOES LIVRES	95.896.320,00	28.135.744,90	(152.344,00)	27.983.400,90	67.912.919,10
1600.20.02	SERV.CONS,ASS.TEC.E AN.PROJ-ATIV.PESQ.DESENV.	15.751.956,00	861.439,89	-	861.439,89	14.890.516,11
1600.21.00	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	64.283.943,00	50.722.185,15	(184.301,69)	50.537.883,46	13.746.059,54
1600.22.00	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	200.315.668,00	99.504.744,82	(8.708.728,77)	90.796.016,05	109.519.651,95
1600.23.00	SERVICOS REG. MARCAS,PAT.TRANSF.DE TECNOLOGIA	310.691.868,00	295.694.974,10	(3.002.098,40)	292.692.875,70	17.998.992,30
1600.23.01	SERVICOS DE PATENTES	154.377.343,00	135.020.242,11	(234.450,37)	134.785.791,74	19.591.551,26
1600.23.02	SERVICOS DE REGISTRO DE MARCAS	119.406.619,00	138.488.409,56	(357.188,07)	138.131.221,49	(18.724.602,49)
1600.23.03	SERVICOS DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	17.838.674,00	15.443.202,02	(484.434,38)	14.958.767,64	2.879.906,36
1600.23.04	SERVICOS DE REGISTRO INDICACOES GEOGRAFICAS	12.925,00	10.422,00	-	10.422,00	2.503,00
1600.23.05	SERVICOS DE REGISTRO PROGRAMA DE COMPUTADOR	429.880,00	394.689,00	(5.042,00)	389.647,00	40.233,00
1600.23.06	SERVICOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL	4.428.090,00	4.279.878,00	(19.509,00)	4.260.369,00	167.721,00
1600.23.07	SERV. PROTECAO TOPOGRAFIAS CIRCUITOS INTEGRAD	1.376,00	2.679,00	-	2.679,00	(1.303,00)

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1600.23.08	SERVICOS DE REMESSA DE DEPOSITOS OFICIAIS	871.961,00	2.010.549,93	(1.901.474,58)	109.075,35	762.885,65
1600.23.99	OUTROS SERV.REGIST.MARCAS,PATENTES,TRANSF.TEC	13.325.000,00	44.902,48	-	44.902,48	13.280.097,52
1600.24.00	SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO	41.985.672,00	38.004.722,09	(120.517,61)	37.884.204,48	4.101.467,52
1600.25.00	SERVICO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG	408.585.549,00	745.754.449,43	(161.225.116,71)	584.529.332,72	(175.943.783,72)
1600.26.00	SERVICOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	7.031.331,00	3.963.724,52	(14.205,33)	3.949.519,19	3.081.811,81
1600.28.00	SERVICOS DE GEOPROCESSAMENTO	276.341,00	967.092,18	(51.146,02)	915.946,16	(639.605,16)
1600.30.00	TARIFA DE UTILIZACAO DE FAROIS	105.978.588,00	151.783.144,26	(266.727,45)	151.516.416,81	(45.537.828,81)
1600.31.00	TARIFA E ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	1.574.762.441,00	1.022.005.412,74	(401.489,63)	1.021.603.923,11	553.158.517,89
1600.31.01	TARIFA AEROPORTUARIA	1.342.756,00	577.770,35	(14.873,96)	562.896,39	779.859,61
1600.31.02	ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	1.166.984.698,00	679.317.808,30	(386.615,67)	678.931.192,63	488.053.505,37
1600.31.03	PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL	406.434.987,00	342.109.834,09	-	342.109.834,09	64.325.152,91
1600.32.00	SERVICOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL	14.460.005,00	12.234.602,68	(0,07)	12.234.602,61	2.225.402,39
1600.33.00	TARIFAS USO COMUN.AUX.A NAVEG.AEREA EM ROTA	1.487.195.822,00	2.160.178.053,30	-	2.160.178.053,30	(672.982.231,30)
1600.33.01	TARIF USO COMUN E AUX.NAVEGACAO AEREA EM ROTA	1.484.636.184,00	2.160.158.552,44	-	2.160.158.552,44	(675.522.368,44)
1600.33.02	ADICIONAL S/ TARIFA USO COM E AUX NAVEG AEREA	2.559.638,00	19.500,86	-	19.500,86	2.540.137,14
1600.35.00	SERVICO DE COMPENSACAO DE VARIACOES SALARIAIS	115.720,00	-	-	-	115.720,00
1600.36.00	PREST. DE SERV. PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL	192.746.512,00	194.395.382,99	-	194.395.382,99	(1.648.870,99)
1600.36.01	TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE INFORM.DO BACEN	159.532.162,00	156.622.386,55	-	156.622.386,55	2.909.775,45
1600.36.02	TARIFA PELO USO DO SIST.DE TRANSF. RES. BACEN	33.214.350,00	37.772.996,44	-	37.772.996,44	(4.558.646,44)
1600.37.00	GARANTIAS E AVAIS	456.885.116,00	411.990.391,83	(1.580.475,80)	410.409.916,03	46.475.199,97
1600.37.02	CONCESSAO GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA	74.000.000,00	151.460.866,70	(1.580.475,80)	149.880.390,90	(75.880.390,90)
1600.37.03	COMISSOES PELA PRESTACAO DE GARANTIA	-	36.409.580,51	-	36.409.580,51	(36.409.580,51)
1600.37.05	RECEITA DE SEGURO DE CREDITO AA EXPORTACAO	382.885.116,00	224.119.944,62	-	224.119.944,62	158.765.171,38
1600.38.00	CREDENCIAMENTO EMP.PREST.SERVICOS DE VISTORIA	279.300,00	9.569,43	(108.738,43)	(99.169,00)	378.469,00
1600.39.00	SERVICOS VETERINARIOS	726.933,00	1.395.805,75	(40,00)	1.395.765,75	(668.832,75)
1600.40.00	CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO DE PROD. TELECOM.	-	1.997.631,33	(413,86)	1.997.217,47	(1.997.217,47)
1600.50.00	TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	543.863.277,00	392.089.542,87	(1.372.492,33)	390.717.050,54	153.146.226,46
1600.56.00	CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO ATIVIDADE MINERAL	4.709.589,00	7.256.712,91	(272.031,52)	6.984.681,39	(2.275.092,39)
1600.70.00	TAR.COMP.UTIL.ATIV.PESQ.INOV.-INST.CIEN.TEC.	366.098,00	170.609,91	-	170.609,91	195.488,09
1600.70.01	COMP.LAB.AFINS.C/MICR.EMP.PEQ.PORT.ATIV.INOV.	366.098,00	103.804,63	-	103.804,63	262.293,37
1600.70.02	UTIL.LAB.P/EMP.NAC+ORG.DIR.PRIV.S/LUC.ATIV.PQ	-	66.805,28	-	66.805,28	(66.805,28)
1600.99.00	OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	28.703.081,00	31.096.181,20	(707.834,24)	30.388.346,96	(1.685.265,96)
1700.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	963.062.879,00	1.137.223.452,90	(21.381.552,84)	1.115.841.900,06	(152.779.021,06)
1730.00.00	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	176.468.517,00	460.290.731,14	(2.158.553,84)	458.132.177,30	(281.663.660,30)
1740.00.00	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	40.125.906,00	2.332.261,69	-	2.332.261,69	37.793.644,31
1750.00.00	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	701.940,00	2.647.812,45	(7.391,72)	2.640.420,73	(1.938.480,73)
1760.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	740.930.790,00	671.899.744,98	(19.215.607,28)	652.684.137,70	88.246.652,30
1761.00.00	TRANSFERENCIAS CONVENIOS DA UNIAO E ENTIDADES	388.955.489,00	347.210.776,41	(493.522,00)	346.717.254,41	42.238.234,59
1762.00.00	TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES	115.885.839,00	35.801.012,77	(5.165.722,29)	30.635.290,48	85.250.548,52
1763.00.00	TRANSF.CONV.DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADEDES	92.619.452,00	47.583.870,00	(5.031.394,97)	42.552.475,03	50.066.976,97
1764.00.00	TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	143.470.010,00	241.304.085,80	(8.524.968,02)	232.779.117,78	(89.309.107,78)
1770.00.00	TRANSFERENCIAS PARA O COMBATE A FOME	4.835.726,00	52.902,64	-	52.902,64	4.782.823,36
1772.00.00	PROVENIENTES DE PESSOAS JURIDICAS	34.756,00	190,00	-	190,00	34.566,00
1773.00.00	PROVENIENTES DE PESSOAS FISICAS	11.606,00	8.764,27	-	8.764,27	2.841,73
1774.00.00	PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS	4.789.364,00	43.948,37	-	43.948,37	4.745.415,63
1800.00.00	RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	-	13.935.578.053,49	(4.701.852.897,51)	9.233.725.155,98	(9.233.725.155,98)
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	99.655.670.555,00	54.243.629.201,81	(5.489.536.519,26)	48.754.092.682,55	50.901.577.872,45
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	42.343.246.982,00	20.677.519.657,43	441.488.304,63	21.119.007.962,06	21.224.239.019,94
1911.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	7.114.956.996,00	5.320.560.173,68	320.478.714,27	5.641.038.887,95	1.473.918.108,05
1911.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/A IMPORTACAO	171.575.805,00	66.721.706,76	784.429,81	67.506.136,57	104.069.668,43
1911.01.01	REC. MULTA E JUROS MORA IMPOSTO S/ IMPORTACAO	160.335.498,00	62.509.313,10	784.429,81	63.293.742,91	97.041.755,09
1911.01.02	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA IMP IMP	11.240.307,00	4.212.393,66	-	4.212.393,66	7.027.913,34
1911.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA-IMP.RENDA E PROV. NAT.	5.653.300.524,00	4.532.079.190,03	299.189.210,66	4.831.268.400,69	822.032.123,31
1911.02.01	MULTAS E JUROS DE MORA - IRPF	1.372.396.919,00	1.426.997.293,49	22.223.795,80	1.449.221.089,29	(76.824.170,29)
1911.02.02	MULTA E JUROS DE MORA - IRPJ	2.686.652.610,00	1.542.642.254,27	255.272.469,79	1.797.914.724,06	888.737.885,94
1911.02.03	MULTA E JUROS DE MORA - IRRF	569.953.678,00	477.918.887,09	21.764.306,28	499.683.193,37	70.270.484,63
1911.02.04	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRPJ	792.084.793,00	465.082.543,87	(2.686,58)	465.079.857,29	327.004.935,71
1911.02.05	REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA IR FONTE	87.015.572,00	62.412.941,52	-	62.412.941,52	24.602.630,48
1911.02.06	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRPF	114.762.756,00	455.097.597,01	-	455.097.597,01	(340.334.841,01)
1911.02.07	MULTA E JUROS DE MORA SIMPLES FED. E NAC-IRPJ	30.434.196,00	101.927.672,78	(68.674,63)	101.858.998,15	(71.424.802,15)
1911.03.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPI	734.226.063,00	433.651.944,23	10.800.367,78	444.452.312,01	289.773.750,99
1911.03.01	REC. MULTA E JUROS MORA IMP PROD IND - IPI	401.749.383,00	258.482.948,05	10.808.258,63	269.291.206,68	132.458.176,32
1911.03.02	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IPI	323.021.266,00	155.952.177,89	-	155.952.177,89	167.069.088,11
1911.03.03	MULTA E JUROS DE MORA-SIMPLES FED. E NAC.-IPI	9.455.414,00	19.216.818,29	(7.890,85)	19.208.927,44	(9.753.513,44)
1911.04.00	MULTAS E JUROS DE MORA IMP.OP.CRED.CAMBIO SEG	270.374.256,00	180.721.958,13	7.874.151,98	188.596.110,11	81.778.145,89
1911.04.01	REC. MULTA E JUROS MORA IMP OP CRED - IOF	256.726.354,00	172.327.249,97	7.879.924,47	180.207.174,44	76.519.179,56
1911.04.02	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IOF	13.647.902,00	8.394.708,16	(5.772,49)	8.388.935,67	5.258.966,33

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1911.07.00	MULTAS E JUROS DE MORA IMPOSTO S/A EXPORTACAO	5.030.345,00	5.849.281,96	645.435,22	6.494.717,18	(1.464.372,18)
1911.07.01	REC. MULTA E JUROS MORA IMP EXPORTACAO	1.994.057,00	619.511,45	645.435,22	1.264.946,67	729.110,33
1911.07.02	REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA DO IMP EXP	3.036.288,00	5.229.770,51	-	5.229.770,51	(2.193.482,51)
1911.08.00	MULTAS E JUROS DE MORA IMP. PROP.TERRIT.RURAL	86.542.715,00	69.795.910,82	(9.069,43)	69.786.841,39	16.755.873,61
1911.08.01	MULTA E JUROS DE MORA DO ITR MUNICIPIOS CONVE	77.325.763,00	56.965.000,86	-	56.965.000,86	20.360.762,14
1911.08.02	MULTA E JUROS DE MORA DO ITR - MUNIC NAO CONV	9.216.952,00	12.830.909,96	(9.069,43)	12.821.840,53	(3.604.888,53)
1911.31.00	MULT E JUR MORA DA TAXA DE FISC DAS TELECOMUN	1.679.342,00	2.666.893,94	-	2.666.893,94	(987.551,94)
1911.31.01	MULT.JUR MORA DA TAXA DE FISC DE INSTALACAO	373.102,00	1.506.226,82	-	1.506.226,82	(1.133.124,82)
1911.31.02	MULT.JUR MOR DA TAXA DE FISC DE FUNCIONAMENTO	1.306.240,00	1.160.667,12	-	1.160.667,12	145.572,88
1911.32.00	MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISC. PROD. MEX	313.407,00	279.243,00	-	279.243,00	34.164,00
1911.34.00	MUL.JUR.MORA TX FISC.MERC.SEG.CAPIT.PREV.ABER	133.752,00	62.769,81	(4.795,03)	57.974,78	75.777,22
1911.35.00	MUL.JUR.MORA TX FISC.VIGILANCIA SANITARIA	4.046,00	4.452,01	-	4.452,01	(406,01)
1911.36.00	MUL.JUR.MORA TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR	13.044.490,00	13.789.400,00	(89.564,24)	13.699.835,76	(655.345,76)
1911.37.00	MUL.JUR.MORA TX FISC.MERC.TIT. E VAL. MOBILI.	8.768,00	5.999,61	-	5.999,61	2.768,39
1911.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	178.723.483,00	14.931.423,38	1.288.547,52	16.219.970,90	162.503.512,10
1911.99.01	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	40.721.083,00	4.345.146,15	1.288.547,52	5.633.693,67	35.087.389,33
1911.99.02	REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA OUTROS TRIB	138.002.400,00	10.586.277,23	-	10.586.277,23	127.416.122,77
1912.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES	8.733.974.295,00	7.838.239.894,18	320.070.111,24	8.158.310.005,42	575.664.289,58
1912.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIB. PREVIDENC.	1.095.550.472,00	863.380.037,30	108.955.887,99	972.335.925,29	123.214.546,71
1912.01.01	MULTAS E MORA DA CONTR. FINAC.PREV. - COFINS	999.510.129,00	810.507.164,89	108.959.525,10	919.466.689,99	80.043.439,01
1912.01.02	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA COFINS	96.040.343,00	52.872.872,41	(3.637,11)	52.869.235,30	43.171.107,70
1912.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA CONT.SALARIO-EDUCACAO	2.108.593,00	44.781.522,80	5.995,99	44.787.518,79	(42.678.925,79)
1912.03.00	MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE	2.112.229,00	5.657.307,91	(105.501,67)	5.551.806,24	(3.439.577,24)
1912.03.01	REC.MULTA/MORA CONTR S/ CIDE - COMBUSTIVEL	1.695.019,00	3.262.940,67	(105.501,67)	3.157.439,00	(1.462.420,00)
1912.03.02	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE	417.210,00	2.394.367,24	-	2.394.367,24	(1.977.157,24)
1912.07.00	MULTA E JUROS DE MORA DA CPMF	-	200.451,79	(9.128,01)	191.323,78	(191.323,78)
1912.07.01	REC.MULTA/MORA CONTR S/MOV.FIN - CPMF	-	200.451,79	(9.128,01)	191.323,78	(191.323,78)
1912.10.00	MULTAS/JUROS DAS CONTRIB. S/ SERV. TELECOMUN.	5.811.896,00	6.753.114,36	(29.882,93)	6.723.231,43	(911.335,43)
1912.10.01	MULT.JUR MOR DA CONTRIB S/REC OP BRT SERV TEL	5.746.170,00	6.475.705,26	(29.882,93)	6.445.822,33	(699.652,33)
1912.10.02	MULT.JUR MOR CONTRIB P/ FOMENTO RADIODIFUSAO	65.726,00	277.409,10	-	277.409,10	(211.683,10)
1912.29.00	MULTA/JUROS MORA CONTR.REG.PROP. PREV. SERV.	1.538.035,00	3.982.287,13	(1.323,42)	3.980.963,71	(2.442.928,71)
1912.29.02	MULTAS/JUROS CONTR.SERVIDOR REGIME PROP.PREV	1.538.035,00	3.982.287,13	(1.323,42)	3.980.963,71	(2.442.928,71)
1912.30.00	MULTAS E JUROS DE MORA CONT.PARA O RGPS	2.670.691.639,00	3.890.967.059,38	1.364.613,77	3.892.331.673,15	(1.221.640.034,15)
1912.30.01	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEG.OBRIGAT.C.INDIV.	39.648.579,00	102.957.117,66	(1.919.637,50)	101.037.480,16	(61.388.901,16)
1912.30.02	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEGURADO ASSALARIADO	440.206.672,00	465.256.377,39	14.927,16	465.271.304,55	(25.064.632,55)
1912.30.03	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA S/SEG.ASSAL.	591.483.101,00	1.009.255.614,17	173.507,88	1.009.429.122,05	(417.946.021,05)
1912.30.04	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA OPT. SIMPLES	618.262.175,00	1.107.052.371,02	(69.556,91)	1.106.982.814,11	(488.720.639,11)
1912.30.05	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ ESPET. DESPORTIVO	298.597,00	440.936,95	-	440.936,95	(142.339,95)
1912.30.06	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ PRODUCAO RURAL	12.908.301,00	22.138.374,98	(4,07)	22.138.370,91	(9.230.069,91)
1912.30.07	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EM REG. PARCEL. DEB.	138.210.291,00	316.281.014,79	-	316.281.014,79	(178.070.723,79)
1912.30.08	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.P/SEG.ACIDENTE TRAB.	95.894.828,00	125.505.082,49	223.130,49	125.728.212,98	(29.833.384,98)
1912.30.09	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ RECLAM. TRABALH.	43.198.986,00	35.807.478,30	(10.528,21)	35.796.950,09	7.402.035,91
1912.30.12	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEG. FACULTATIVO	397.900,00	326.911,53	-	326.911,53	70.988,47
1912.30.13	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEGURADO ESPECIAL	3.019,00	6.415,02	(62,67)	6.352,35	(3.333,35)
1912.30.14	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. SEG.OBRIG.-EMPR.DOM	1.527.841,00	1.306.512,66	(229,44)	1.306.283,22	221.557,78
1912.30.15	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ORGAOS PODER PUBL.	300.253.047,00	314.637.712,91	-	314.637.712,91	(14.384.665,91)
1912.30.16	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ENTIDADES FILANTR.	29.461.480,00	27.172.236,61	-	27.172.236,61	2.289.243,39
1912.30.17	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. RET.S/NF-SUBROGACAO	247.855.533,00	200.196.627,92	(3.482,33)	200.193.145,59	47.662.387,41
1912.30.21	MULTAS/J.MORA DA CONTR.PREV. DEP.JUD/REC/CUST	242.362,00	0,74	-	0,74	242.361,26
1912.30.24	MULTAS/J.MORA DA CONTR.PREV.EMPRESA S/ASSALAR	77.450.847,00	126.084.694,37	2.784.584,62	128.869.278,99	(51.418.431,99)
1912.30.99	MULTAS E J. MORA DE OUTRAS CONTR. PREVIDENC.	33.388.080,00	36.541.579,87	171.964,75	36.713.544,62	(3.325.464,62)
1912.31.00	MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIB. DO PIS/PASEP	312.284.651,00	279.354.064,46	17.004.223,29	296.358.287,75	15.926.363,25
1912.31.01	REC.MULTA/MORA CONTR PIS/PASEP	285.675.321,00	262.457.949,19	17.004.223,29	279.462.172,48	6.213.148,52
1912.31.02	REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA PIS/PASEP	26.609.330,00	16.896.115,27	-	16.896.115,27	9.713.214,73
1912.32.00	MULTAS E JUROS S/CONTR.SOCIAL S/LUCRO DE PJ	673.324.938,00	391.821.703,68	96.929.418,98	488.751.122,66	184.573.815,34
1912.32.01	REC.MULTA/MORA CONTR SOCIAL S/LUCRO PJ	610.790.470,00	367.633.112,88	97.224.553,53	464.857.666,41	145.932.803,59
1912.32.02	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CSLPJ	62.534.468,00	24.188.590,80	(295.134,55)	23.893.456,25	38.641.011,75
1912.33.00	MULTA E JUROS DE MORA S/CONT.DOS CONC.E PROG.	50.755,00	47.553,99	(41,28)	47.512,71	3.242,29
1912.33.07	MULTAS JUR.MORA DA CONTR. SOBRE OUT.CONC.PROG	50.755,00	47.553,99	(41,28)	47.512,71	3.242,29
1912.34.00	MUL.JUR.MORA CONT.REC.CONCES.ENERGIA ELETRICA	1.939.891,00	697.031,69	(1.220,74)	695.810,95	1.244.080,05
1912.36.00	MUL.JUR.MORA CONTR.S/REC.SORTEIOS ENT.FILANTR	103.690,00	124.317,53	(34.344,89)	89.972,64	13.717,36
1912.51.00	MUL.JUR.MORA CONT. S/ APOSTA COMPET. HIPICAS	-	123,50	-	123,50	(123,50)
1912.52.00	MUL.JU.MORA COTA-PARTE FRETE REN.MAR.MERCANTE	-	70.957,74	(3.942,35)	67.015,39	(67.015,39)
1912.55.00	JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. DE CONTRIB.	3.938.959.948,00	2.329.422.253,95	95.577.271,81	2.424.999.525,76	1.513.960.422,24
1912.55.01	JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. FIN. SEG.SOCIAL	1.061.256.223,00	626.789.150,48	73.004.687,46	699.793.837,94	361.462.385,06
1912.55.02	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENT COFINS	1.027.644.767,00	593.953.338,00	-	593.953.338,00	433.691.429,00
1912.55.03	JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.S/ MOVIM. FINANC	-	11,18	40.847,50	40.858,68	(40.858,68)

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1912.55.05	JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. P/ PIS/PASEP	341.800.859,00	304.131.520,78	17.505.820,69	321.637.341,47	20.163.517,53
1912.55.06	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAM PIS/PASEP	266.396.551,00	177.565.732,65	-	177.565.732,65	88.830.818,35
1912.55.07	JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.SOC. S/LUCRO PJ	794.428.567,00	399.715.840,48	5.025.916,16	404.741.756,64	389.686.810,36
1912.55.08	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENTO CSLL	447.432.981,00	227.266.660,38	-	227.266.660,38	220.166.320,62
1912.56.00	MULTA/JUROS DE COMPENS. FINANCEIRAS RG/RPPS	-	1.146.798,56	-	1.146.798,56	(1.146.798,56)
1912.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA - OUTRAS CONTRIBUICOES	29.497.558,00	19.833.308,41	418.084,70	20.251.393,11	9.246.164,89
1912.99.01	MULTAS E JUROS DE MORA OUTRAS CONTRIBUICOES	6.561.639,00	17.316.501,92	418.084,70	17.734.586,62	(11.172.947,62)
1912.99.02	PARC - MULTAS/JUROS DE MORA OUTRAS CONTRIB	22.935.919,00	2.516.806,49	-	2.516.806,49	20.419.112,51
1913.00.00	MUL. E JUR. MORA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	2.064.436.561,00	1.165.732.244,32	43.950.567,21	1.209.682.811,53	854.753.749,47
1913.01.00	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMPOSTO IMPORTACAO	10.996.510,00	5.299.019,06	8.415,41	5.307.434,47	5.689.075,53
1913.01.01	REC.MULTA/MORA DIV ATIVA IMP S/IMPORTACAO.	6.478.834,00	2.714.877,45	8.415,41	2.723.292,86	3.755.541,14
1913.01.02	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA II	4.517.676,00	2.584.141,61	-	2.584.141,61	1.933.534,39
1913.02.00	MUL. JUR.MORA DIV.ATIVA IR S/PROV.QQ.NATUREZA	1.713.136.570,00	1.031.221.782,87	43.352.838,84	1.074.574.621,71	638.561.948,29
1913.02.01	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-PESSOA FISICA	448.403.724,00	357.905.371,41	35.527.313,52	393.432.684,93	54.971.039,07
1913.02.02	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-PESSOA JURIDICA	438.254.585,00	148.989.281,78	7.600.299,21	156.589.580,99	281.665.004,01
1913.02.03	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-RETIDO NA FONTE	394.109.836,00	42.504.480,74	225.226,11	42.729.706,85	351.380.129,15
1913.02.04	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRPJ	299.389.897,00	184.839.544,89	-	184.839.544,89	114.550.352,11
1913.02.05	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRRF	63.832.403,00	37.109.359,72	-	37.109.359,72	26.723.043,28
1913.02.06	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRPF	67.975.037,00	256.947.757,38	-	256.947.757,38	(188.972.720,38)
1913.02.07	MULTAS DIVIDA ATIVA IRPJ - SIMPLES NACIONAL	337.712,00	915.097,37	-	915.097,37	(577.385,37)
1913.02.08	JUROS MORA DIVIDA ATIVA IRPJ SIMPLES NACIONAL	833.376,00	2.010.889,58	-	2.010.889,58	(1.177.513,58)
1913.03.00	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMP. PROD.INDUSTR.	302.468.587,00	112.799.717,52	551.075,43	113.350.792,95	189.117.794,05
1913.03.01	REC.MULTA/MORA DIV ATIVA IMP S/PROD INDUS-IPI	109.589.490,00	18.960.551,58	551.075,43	19.511.627,01	90.077.862,99
1913.03.02	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IPI	192.571.887,00	93.042.548,33	-	93.042.548,33	99.529.338,67
1913.03.03	MULTAS DIVIDA ATIVA DO IPI - SIMPLES NACIONAL	94.619,00	251.448,19	-	251.448,19	(156.829,19)
1913.03.04	JURO MORA DIVIDA ATIVA IPI - SIMPLES NACIONAL	212.591,00	545.169,42	-	545.169,42	(332.578,42)
1913.04.00	MUL.JUR.MORA DIV.AT.IMP.OP.CR.CAM.SEG.VAL.MOB	5.363.754,00	765.914,98	-	765.914,98	4.597.839,02
1913.04.01	REC. MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DO IOF	4.684.537,00	311.531,05	-	311.531,05	4.373.005,95
1913.04.02	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IOF	679.217,00	454.383,93	-	454.383,93	224.833,07
1913.07.00	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMPOSTO EXPORTACAO	4.035.766,00	4.689.432,61	37.982,50	4.727.415,11	(691.649,11)
1913.07.01	REC. MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DO IE	298.115,00	298.305,61	37.982,50	336.288,11	(38.173,11)
1913.07.02	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IE	3.737.651,00	4.391.127,00	-	4.391.127,00	(653.476,00)
1913.08.00	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMP.PROP.TER.RURAL	7.433.116,00	8.161.070,35	-	8.161.070,35	(727.954,35)
1913.08.01	MULTAS J.MORA DIV.ATIVA ITR-MUNIC.CONVENIADOS	111.329,00	-	-	-	111.329,00
1913.08.02	MULTAS J.MORA DIV.ATIVA ITR-MUNIC.NAO CONVEN.	7.321.787,00	8.161.070,35	-	8.161.070,35	(839.283,35)
1913.09.00	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA TX FISC.TELECOMUN.	20.371,00	20.920,10	-	20.920,10	(549,10)
1913.09.01	MULT.JUR MOR DIV ATIV TAXA FISC DE INSTALACAO	20.371,00	20.920,10	-	20.920,10	(549,10)
1913.99.00	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	20.981.887,00	2.774.386,83	255,03	2.774.641,86	18.207.245,14
1914.00.00	MUL.E JUR.MORA DA DIV.ATIVA DAS CONTRIBUICOES	2.494.978.505,00	1.118.998.036,47	1.123.094,90	1.120.121.131,37	1.374.857.373,63
1914.01.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTRIB. PREVIDENC.	155.227.720,00	77.049.643,06	727.300,48	77.776.943,54	77.450.776,46
1914.01.01	MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. FIN.SEG.SOCIAL	113.274.859,00	52.599.569,77	727.300,48	53.326.870,25	59.947.988,75
1914.01.02	REC PARC - MULTA/JUROS MORA DIV ATIVA COFINS	41.952.861,00	24.450.073,29	-	24.450.073,29	17.502.787,71
1914.02.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONT.SALAR.EDUCACAO	-	395.485,95	-	395.485,95	(395.485,95)
1914.03.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTRIB.MOV.FINAN.	-	2.456.925,84	392,93	2.457.318,77	(2.457.318,77)
1914.03.01	MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. S/ MOV. FINANC	-	2.340.140,49	392,93	2.340.533,42	(2.340.533,42)
1914.03.02	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CPMF	-	116.785,35	-	116.785,35	(116.785,35)
1914.04.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA DO RGPS	163.878.368,00	145.969.380,14	176.985,28	146.146.365,42	17.732.002,58
1914.04.01	MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OB.C.I.	338.799,00	188.213,57	-	188.213,57	150.585,43
1914.04.02	MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ASSALAR	34.734.268,00	18.834.382,44	-	18.834.382,44	15.899.885,56
1914.04.03	MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR.SEG.AS	67.008.904,00	41.295.867,03	18.927,07	41.314.794,10	25.694.109,90
1914.04.04	MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR-SIMPLE	45.802.227,00	68.004.882,00	35.522,79	68.040.404,79	(22.238.177,79)
1914.04.05	MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.ESPET.DESPO	3.011.494,00	35.825,97	-	35.825,97	2.975.668,03
1914.04.08	MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ACI.TRA	8.588.137,00	4.571.041,61	-	4.571.041,61	4.017.095,39
1914.04.11	MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.EMP	71.682,00	13.173,63	-	13.173,63	58.508,37
1914.04.13	MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ESPECIA	27.824,00	399.170,35	-	399.170,35	(371.346,35)
1914.04.14	MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.-EMP.DOM	55.034,00	44.294,98	-	44.294,98	10.739,02
1914.04.15	MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ORG.POD.PUBL	4.227.820,00	2.464.337,26	-	2.464.337,26	1.763.482,74
1914.04.17	MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV-RET.N.F.-SUBROGA	-	305.740,34	-	305.740,34	(305.740,34)
1914.04.24	MUL.JUR.DA.CONTR.PREV.EMPRESAS S/ REC.BRUTA	-	856.407,02	9.211,23	865.618,25	(865.618,25)
1914.04.99	MULTAS J.M.DIV.AT.DE OUTRA CONTRIB.PREVIDENC.	12.179,00	8.956.043,94	113.324,19	9.069.368,13	(9.057.189,13)
1914.05.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA PIS/PASEP	56.112.848,00	23.280.235,57	(5.385.865,87)	17.894.369,70	38.218.478,30
1914.05.01	MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. P/ PIS/PASEP	37.099.457,00	18.083.204,49	188.547,99	18.271.752,48	18.827.704,52
1914.05.02	REC PARC - MULTA/JUROS MORA DIV ATI PIS/PASEP	19.013.391,00	5.197.031,08	(5.574.413,86)	(377.382,78)	19.390.773,78
1914.06.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTR.SOC.LUCRO PJ.	70.098.656,00	29.218.231,70	224.986,63	29.443.218,33	40.655.437,67
1914.06.01	MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. SOC. LUCRO PJ	55.535.019,00	24.003.929,14	224.986,63	24.228.915,77	31.306.103,23
1914.06.02	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CSLL	14.563.637,00	5.214.302,56	-	5.214.302,56	9.349.334,44
1914.10.00	MULT.J.MORA DIV.AT.COTA ADIC.FR.MARINHA MERC.	3.396.871,00	796.976,15	75.064,11	872.040,26	2.524.830,74

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1914.11.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE	232.415,00	1.432.697,07	-	1.432.697,07	(1.200.282,07)
1914.11.01	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE - COMBUSTIVEL	-	10.532,91	-	10.532,91	(10.532,91)
1914.11.02	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CIDE	232.415,00	1.422.164,16	-	1.422.164,16	(1.189.749,16)
1914.12.00	JUROS DE MORA DO FUNDAF - DIV.ATIVA DAS CONTR	1.827.540.629,00	826.498.685,88	5.305.602,45	831.804.288,33	995.736.340,67
1914.12.01	JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA DA COFINS	463.279.060,00	123.991.569,90	3.829.242,67	127.820.812,57	335.458.247,43
1914.12.02	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARC DIV AT COFINS	634.547.724,00	411.061.242,21	-	411.061.242,21	223.486.481,79
1914.12.03	JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA DA CPMF	-	11.905.748,70	1.286,47	11.907.035,17	(11.907.035,17)
1914.12.04	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARC DIV ATIV CPMF	-	955.844,91	-	955.844,91	(955.844,91)
1914.12.05	JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA PIS/PASEP	151.894.962,00	56.720.436,97	636.718,12	57.357.155,09	94.537.806,91
1914.12.06	JUROS MORA FUNDAF - REC PARC DIV AT PIS/PASEP	162.023.808,00	94.588.640,43	-	94.588.640,43	67.435.167,57
1914.12.07	JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA CSLL	221.433.499,00	55.320.962,00	838.355,19	56.159.317,19	165.274.181,81
1914.12.08	JUROS MORA FUNDAF - REC PARC DIV ATIV DA CSLL	194.361.576,00	71.954.240,76	-	71.954.240,76	122.407.335,24
1914.99.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATI.OUTRAS CONTRIBUICOES	218.490.998,00	11.899.775,11	(1.371,11)	11.898.404,00	206.592.594,00
1914.99.01	MULTA E JURO DE MORA DIV.ATIV.OUTRAS CONTRIB.	146.009.649,00	5.705.766,15	1.174,44	5.706.940,59	140.302.708,41
1914.99.02	PARC - MULTAS/JUROS MORA DIV ATI OUTRAS CONTR	72.481.349,00	6.194.008,96	(2.545,55)	6.191.463,41	66.289.885,59
1915.00.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	9.505.892.841,00	351.517.487,80	(69.251.314,33)	282.266.173,47	9.223.626.667,53
1915.01.00	MULT.J.MORA DIV.AT. MULTAS INFR.A LEG. TRAB.	21.028.986,00	14.067.061,55	-	14.067.061,55	6.961.924,45
1915.03.00	MULT.J.MORA DIV.AT.OUTOR.DIR.EXPL.E PESQ.MIN.	-	2.604,30	-	2.604,30	(2.604,30)
1915.04.00	MULT.J.MORA DIV.AT.MULT.PREV.LEGIS.MINERARIA	2.789,00	6.407,92	-	6.407,92	(3.618,92)
1915.05.00	MULT.J.MORA DIV.AT.SERVI.INSP.FISC.ATIV.MINER	-	115,35	-	115,35	(115,35)
1915.08.00	MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.COD.BRAS.AERONAUTICA	147.107,00	191.180,07	(80,43)	191.099,64	(43.992,64)
1915.09.00	MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.SERV.INSP.E FISCALIZ	-	20,06	-	20,06	(20,06)
1915.12.00	MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.CONTRIB.P/IND.CINEMA	-	43,64	-	43,64	(43,64)
1915.18.00	MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.-LEGISL.LUBR/COMBUST	4.264.268,00	11.849.753,96	(1.463.006,32)	10.386.747,64	(6.122.479,64)
1915.20.00	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA TX FISCAL./INFRACAO	111.037,00	15.477,55	(940,26)	14.537,29	96.499,71
1915.20.02	MULTAS JUR.MORA.DIV.ATIV.-AUTO DE INFRACAO	111.037,00	15.477,55	(940,26)	14.537,29	96.499,71
1915.99.00	OUTRAS MULT. E J.MORA DIV.AT. DE OUTRAS REC.	9.480.338.654,00	325.384.823,40	(67.787.287,32)	257.597.536,08	9.222.741.117,92
1915.99.01	OUTRAS MULT.JUR.MORA DIV.ATIV.OUTR.RECEITAS	9.012.990.371,00	259.625.794,10	(67.787.287,32)	191.838.506,78	8.821.151.864,22
1915.99.02	PARCEL-OUTRAS MULTA/J DE MORA DIV AT OUT REC	467.348.283,00	65.759.029,30	-	65.759.029,30	401.589.253,70
1918.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA-OUTRAS RECEITAS	811.282.093,00	306.281.924,06	(60.834.639,00)	245.447.285,06	565.834.807,94
1918.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS	284.799,00	208.016,62	(5.241,54)	202.775,08	82.023,92
1918.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS	363.534,00	194.467,33	(14.845,78)	179.621,55	183.912,45
1918.03.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDEMIOS	1.916.063,00	2.001.734,41	(166,33)	2.001.568,08	(85.505,08)
1918.04.00	MULTAS JUR.MORA ALIEN.BENS IMOVEIS DOM. UNIAO	-	23,13	(33.649,59)	(33.626,46)	33.626,46
1918.04.01	MULTA ALIEN.BENS IMOVEIS DOM.UNIAO	-	13,14	(33.522,09)	(33.508,95)	33.508,95
1918.04.02	JUROS ALIEN.BENS IMOVEIS DOM.UNIAO	-	9,99	(127,50)	(117,51)	117,51
1918.05.00	MUL.JUR. MORA ALIEN. DE OUTROS BENS IMOVEIS	-	52.241,63	-	52.241,63	(52.241,63)
1918.06.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE PARCELAMENTO	-	1.056.403,22	(3.600,56)	1.052.802,66	(1.052.802,66)
1918.07.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS	7.137.107,00	6.691.182,07	119,17	6.691.301,24	445.805,76
1918.08.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO	18.116.696,00	16.808.636,47	2.648,51	16.811.284,98	1.305.411,02
1918.09.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE DIVIDENDOS	302.204,00	34.952.165,42	-	34.952.165,42	(34.649.961,42)
1918.11.00	MULT.JUROS MORA REC.DIR.ANTIDUMPING DIR.COMP	1.372.020,00	1.243.880,70	83.996,24	1.327.876,94	44.143,06
1918.12.00	MULT. JUROS MORA REC.DECORR. BENS APREENDIDOS	178.078,00	531.659,65	(2.973,81)	528.685,84	(350.607,84)
1918.14.00	MULT.J.MORA REC. EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS	-	15.056,85	-	15.056,85	(15.056,85)
1918.15.00	MULT.J.MORA OUTORG.DIR.EXPLOR.E PESQU.MINERAL	-	1.170,12	-	1.170,12	(1.170,12)
1918.17.00	MULT.J.MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO	11.876,00	30.956,36	-	30.956,36	(19.080,36)
1918.17.01	MULTA MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO	11.876,00	26.650,03	-	26.650,03	(14.774,03)
1918.17.02	JUROS MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO	-	4.306,33	-	4.306,33	(4.306,33)
1918.18.00	MULT.J.MORA INDEN.POSSE OU OCUP.ILIC.BENS UNI	34.344,00	73.074,53	-	73.074,53	(38.730,53)
1918.18.01	MULTA INDEN.POSSE OU OCUP.ILICITA BENS UNIAO	34.344,00	67.511,33	-	67.511,33	(33.167,33)
1918.18.02	JUROS INDEN.POSSE OU OCUP.ILICITA BENS UNIAO	-	5.563,20	-	5.563,20	(5.563,20)
1918.19.00	MULTAS E JUROS - AUTO DE INFRACAO PREV COMPL	-	17.164,77	-	17.164,77	(17.164,77)
1918.20.00	MULT.J.MORA REC.SUSPENSAO DIR.PROPR.INTELEC	-	15.345,49	(15.251,88)	93,61	(93,61)
1918.21.00	MULT.J.MORA RESSARC.DE ACOES REGRES.REL.TRAB.	5.871,00	59.610,55	-	59.610,55	(53.739,55)
1918.24.00	MULT.JUR.MOR.REC.CONCESSAO E OUTORGA AREA TEL	-	2.056.549,71	-	2.056.549,71	(2.056.549,71)
1918.24.01	MULT.JUR MORA DA OUTORGA DOS SERV DE TELECOM	-	1.613.788,38	-	1.613.788,38	(1.613.788,38)
1918.24.02	MULT.JUR MORA DA OUTORGA DOS SERV DE RADIODIF	-	2.112,98	-	2.112,98	(2.112,98)
1918.24.03	MULT.JUR.MOR OUTORGA DIR USO RADIOFREQUENCIA	-	393.020,06	-	393.020,06	(393.020,06)
1918.24.07	MULT.JUR.MOR.OUTRAS RECEITAS CONCES E PERMISS	-	47.628,29	-	47.628,29	(47.628,29)
1918.25.00	MULT.JUR.MOR.S/MULTAS - LEI GERAL DAS TELECOM	13.601.875,00	8.787.420,54	-	8.787.420,54	4.814.454,46
1918.27.00	MULT.JUR.MOR.SERV.CERT.HOMOLOG.PROD.TELECOMUN	-	28,42	-	28,42	(28,42)
1918.99.00	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	767.957.626,00	231.485.136,07	(60.845.673,43)	170.639.462,64	597.318.163,36
1919.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	11.617.725.691,00	4.576.189.896,92	(114.048.229,66)	4.462.141.667,26	7.155.584.023,74
1919.01.00	MULTAS PREVISTA NA LEGISLACAO DE METROLOGIA	235.381.261,00	231.053.337,93	(198.824,20)	230.854.513,73	4.526.747,27
1919.02.00	MULTAS DO REGULAMENTO P/ O TRAFEGO MARITIMO	4.284.622,00	4.865.757,42	(1.880,00)	4.863.877,42	(579.255,42)
1919.03.00	MULTA DE POLUICAO DE AGUAS	104.560,00	164.922,49	-	164.922,49	(60.362,49)
1919.06.00	MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS	36.361.355,00	48.017.591,13	(52.778,62)	47.964.812,51	(11.603.457,51)

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1919.08.00	MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVICO MILITAR	4.199.121,00	4.165.553,03	-	4.165.553,03	33.567,97
1919.09.00	MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUN.	79.539.297,00	30.533.394,67	(875.407,65)	29.657.987,02	49.881.309,98
1919.10.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SANITARIA	29.352.131,00	28.972.081,76	(280.677,36)	28.691.404,40	660.726,60
1919.12.00	MULTAS PREVISTAS LEGIS.DE REGISTRO COMERCIO	-	347,00	-	347,00	(347,00)
1919.13.00	MUL. PREVISTAS NA LEGIS LUBRIF.E COMBUSTIVEIS	43.420.710,00	63.634.315,63	(9.094.317,09)	54.539.998,54	(11.119.288,54)
1919.14.00	MULTAS POR INFRACAO A LEGIS. TRABALHISTA	374.833.073,00	397.134.757,49	(588.720,71)	396.546.036,78	(21.712.963,78)
1919.15.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAC. DE TRANSITO	781.319.535,00	1.225.868.498,41	(77.935.837,54)	1.147.932.660,87	(366.613.125,87)
1919.16.00	MUL. PREVISTAS NA LEG.SEG.DESEMP.AB. SALAR.	42.409.167,00	53.230.916,28	255.100,84	53.486.017,12	(11.076.850,12)
1919.18.00	MULTAS S/ FISCALIZACAO REDE DE PROD.ORGANICA	10.000,00	20.000,00	(15.000,00)	5.000,00	5.000,00
1919.26.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGIS.DEFESA DIR. DIFUSOS	156.481.463,00	562.600.614,62	(117.599,11)	562.483.015,51	(406.001.552,51)
1919.26.01	MUL.PREV.LEGISL.S/DIREITOS DIFUSOS TRABALHIST	4.619.260,00	7.439.901,48	-	7.439.901,48	(2.820.641,48)
1919.26.02	MUL.PREV.LEGISL.S/DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	151.862.203,00	555.160.713,14	(117.599,11)	555.043.114,03	(403.180.911,03)
1919.27.00	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	97.540.149,00	137.705.053,93	(18.464.612,77)	119.240.441,16	(21.700.292,16)
1919.28.00	MULTAS DEC.OP.TRANSP.ROD.PASSAGEIROS E CARGAS	63.001.881,00	91.218.869,15	(820.811,55)	90.398.057,60	(27.396.176,60)
1919.30.00	MULTAS PREVISTAS NO COD.BRAS. DE AERONAUTICA	15.154.994,00	18.992.414,89	(17.400,00)	18.975.014,89	(3.820.020,89)
1919.31.00	MULTA DE TARIFA PEDAGIO	4.650.000,00	3.195.332,62	(15.738,46)	3.179.594,16	1.470.405,84
1919.32.00	MULTA APLICADA NO AMBITO DE PROCESSO JUDICIAL	8.519.183,00	8.710.963,16	(63.276,27)	8.647.686,89	(128.503,89)
1919.32.10	MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS PENAIS CONDEN	8.519.183,00	8.710.963,16	(63.276,27)	8.647.686,89	(128.503,89)
1919.33.00	MULTA DE QUEBRA DE FIANCA	4.619.744,00	1.527.790,64	(54.887,76)	1.472.902,88	3.146.841,12
1919.34.00	MUL. PREVISTAS EM LEI P/INFR.SET ENERGIA ELET	227.588.623,00	215.278.310,49	(1.063.264,39)	214.215.046,10	13.373.576,90
1919.35.00	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	181.049.974,00	99.286.343,88	(1.312.658,66)	97.973.685,22	83.076.288,78
1919.35.10	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS	180.852.063,00	99.186.030,80	(1.311.501,96)	97.874.528,84	82.977.534,16
1919.35.20	MULTAS JUDICIAIS POR DANOS AMBIENTAIS	197.911,00	100.313,08	(1.156,70)	99.156,38	98.754,62
1919.36.00	MULTA E DE SEGURANCA PRIVADA	17.812.379,00	28.823.077,15	(223.007,89)	28.600.069,26	(10.787.690,26)
1919.37.00	MULTA POR ATO ATENTATORIO AO EXERC JURISDICAO	273.911,00	1.080.338,26	(3.563,08)	1.076.775,18	(802.864,18)
1919.41.00	MULTAS POR INFRACOES A LEG. CINEMATOGRAFICA	1.189.429,00	1.122.405,98	(58.026,88)	1.064.379,10	125.049,90
1919.48.00	MUL.APLIC.PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	2.153.433,00	5.945.037,79	(139.667,04)	5.805.370,75	(3.651.937,75)
1919.49.00	MULT.PREV. LEG. S/ REG. PREV. PRIV. COMPLEM.	290.244,00	379.969,74	(7.719,70)	372.250,04	(82.006,04)
1919.50.00	MULTAS POR AUTOS DE INFRACAO	155.191.461,00	223.930.993,16	(10.409.002,96)	213.521.990,20	(58.330.529,20)
1919.51.00	MULTA PELO DESCUMP.DE OBRIG ACESSORIA PREVID.	19.269.121,00	55.674.805,52	229.838,01	55.904.643,53	(36.635.522,53)
1919.51.10	MULTAS POR ATRASO INFORM. DA GUIA FGTS E PREV	19.065.027,00	55.193.523,60	236.843,10	55.430.366,70	(36.365.339,70)
1919.51.40	MULTA AUSENCIA DESC.FOLHA BENEF PAGOS INDEV.	-	10,26	-	10,26	(10,26)
1919.51.50	MULTA LITIG. MA-FE PROC.JUDIC CONTRA SEG SOC	204.094,00	481.271,66	(7.005,09)	474.266,57	(270.172,57)
1919.52.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO MINERARIA	13.277.292,00	11.362.276,38	-	11.362.276,38	1.915.015,62
1919.53.00	MULTAS DECORRENTES DE SERVICOS DE MIGRACAO	15.723.721,00	12.807.073,90	(67.226,18)	12.739.847,72	2.983.873,28
1919.99.00	OUTRAS MULTAS	9.002.723.857,00	1.008.886.752,42	7.348.737,36	1.016.235.489,78	7.986.488.367,22
1920.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.903.649.008,00	7.947.340.934,25	(1.112.913.482,86)	6.834.427.451,39	(4.930.778.443,39)
1921.00.00	INDENIZACOES	302.866.825,00	942.037.616,78	(824.349.906,22)	117.687.710,56	185.179.114,44
1921.06.00	INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO	11.320.403,00	6.433.751,74	(2.052.460,05)	4.381.291,69	6.939.111,31
1921.07.00	INDENIZ. POSSE OU OCUPACAO ILIC. BENS UNIAO	3.836.893,00	3.324.108,66	-	3.324.108,66	512.784,34
1921.99.00	OUTRAS INDENIZACOES	287.709.529,00	932.279.756,38	(822.297.446,17)	109.982.310,21	177.727.218,79
1922.00.00	RESTITUICOES	1.600.782.183,00	7.004.293.979,52	(288.563.576,64)	6.715.730.402,88	(5.114.948.219,88)
1922.01.00	RESTITUICOES DE CONVENIOS	16.735.032,00	1.600.207.203,99	(28.865.892,90)	1.571.341.311,09	(1.554.606.279,09)
1922.01.10	RESTITUICOES DE CONVENIOS - PRIMARIAS	16.735.032,00	1.600.201.810,00	(28.863.980,69)	1.571.337.829,31	(1.554.602.797,31)
1922.01.20	RESTITUICOES DE CONVENIOS - FINANCEIRAS	-	5.393,99	(1.912,21)	3.481,78	(3.481,78)
1922.02.00	RESTITUICOES DE BENEFICIOS NAO DESEMBOLSADOS	180.019.580,00	2.129.344.820,77	(105.428,17)	2.129.239.392,60	(1.949.219.812,60)
1922.02.20	RESTIT.BENEF.NAO DESEMB. - RECURSOS PROPRIOS	3.518.503,00	1.045.165.787,20	-	1.045.165.787,20	(1.041.647.284,20)
1922.02.30	RESTIT.BENEF.PREVIDENCIARIOS - ORIUNDOS FRAUD	-	107.366,98	-	107.366,98	(107.366,98)
1922.02.40	RESTIT.BENEF.PREVIDENCIARIOS - ORIUNDOS ERROS	773.498,00	12.153,99	-	12.153,99	761.344,01
1922.02.50	RESTIT.BENEF.PAGOS INDEV. P/BANCO DEPOSITARIO	31.331.732,00	41.782.580,86	-	41.782.580,86	(10.450.848,86)
1922.02.91	RESTIT.BENEF. - ORIUNDOS ENC PREVID DA UNIAO	-	4.082.810,53	-	4.082.810,53	(4.082.810,53)
1922.02.92	RESTIT.BENEF.ASSISTEN. PREST. CONTINUADA REND	-	6.597.916,85	-	6.597.916,85	(6.597.916,85)
1922.02.93	OUTRAS RESTITUICOES DE BENEFICIOS PREVIDENC.	144.395.847,00	1.031.596.204,36	(105.428,17)	1.031.490.776,19	(887.094.929,19)
1922.03.00	RESTITUICAO DE CONTRIB. PREVID.COMPLEMENTARES	187.202.358,00	-	-	-	187.202.358,00
1922.05.00	RESSARC.P/ OPER.SEGUR.PRIVADOS ASSIST.SAUDE	150.000.000,00	355.605.020,74	-	355.605.020,74	(205.605.020,74)
1922.06.00	RESSARC.CUSTO DISPONIBILIZACAO DE MEDICAMENTO	49.200.000,00	41.301.856,96	(40.100,00)	41.261.756,96	7.938.243,04
1922.07.00	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	45.923.516,00	1.848.366.883,34	(32.167.032,34)	1.816.199.851,00	(1.770.276.335,00)
1922.08.00	RESSARC. DE PGTO HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS	25.859.003,00	37.041.040,42	(171.619,82)	36.869.420,60	(11.010.417,60)
1922.09.00	RESSAR DESP PORTE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS	15.534.463,00	14.028.746,17	(7.098,52)	14.021.647,65	1.512.815,35
1922.10.00	COMP.FIN.REGIME GERAL E PROPRIO PREV.SERV.	6.080.949,00	40.796.346,26	-	40.796.346,26	(34.715.397,26)
1922.10.01	REC.COMPENS.FINANC.ENTRE O RG/RPPS-PRINCIPAL	5.978.442,00	40.218.847,04	-	40.218.847,04	(34.240.405,04)
1922.10.02	REC.COMPENS.FINANC.ENTRE RG/RPPS-PARCELAMENTO	102.507,00	577.499,22	-	577.499,22	(474.992,22)
1922.11.00	RESTIT.PARC.SEGURO DESEMPREGO RECEB INDEVIDAM	375.680.104,00	166.364.281,58	(57.139,23)	166.307.142,35	209.372.961,65
1922.20.00	RECUPERACAO DE SINISTROS	5.471.652,00	10.750.364,35	(2.722.022,18)	8.028.342,17	(2.556.690,17)
1922.21.00	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE DEPORTACAO	-	70.529,79	-	70.529,79	(70.529,79)
1922.22.00	RESSARC. ACOES REGRES. ORIUNDAS DA REL. TRAB.	2.830.063,00	6.258.804,88	-	6.258.804,88	(3.428.741,88)
1922.23.00	RESTITUICAO DE RECURSOS DE FOMENTO	1.469.223,00	10.965.483,40	-	10.965.483,40	(9.496.260,40)

Natureza de Receita	Especificação	Previsão da Receita	Arrecadação Bruta	Deduções da Receita	Arrecadação Líquida	Previsão - Arrecadação Líquida
1922.30.00	DEV.RECURSOS DE RESTITUICOES/INCENTIVOS DO IR	237.817.643,00	-	-	-	237.817.643,00
1922.99.00	OUTRAS RESTITUICOES	300.958.597,00	743.192.596,87	(224.427.243,48)	518.765.353,39	(217.806.756,39)
1923.00.00	RETORNO DE INVESTIMENTOS	-	1.009.337,95	-	1.009.337,95	(1.009.337,95)
1923.01.00	RET.INVEST.MEDIANTE PARTIC. EM EMPR./PROJETOS	-	1.009.337,95	-	1.009.337,95	(1.009.337,95)
1930.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	31.037.872.980,00	6.692.576.457,15	(1.051.636.036,53)	5.640.940.420,62	25.396.932.559,38
1931.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	17.239.407.891,00	2.463.399.774,30	(1.340.130.032,28)	1.123.269.742,02	16.116.138.148,98
1931.01.00	RECEITA DIV.ATIVA IMP. RENDA E PROV. QQ NAT.	5.453.186.225,00	919.920.052,06	598.201.922,30	1.518.121.974,36	3.935.064.250,64
1931.01.01	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESSOA FISICA	467.852.840,00	377.624.457,49	30.421.947,74	408.046.405,23	59.806.434,77
1931.01.02	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESS.JURIDICA	4.245.708.569,00	160.270.995,24	567.500.113,11	727.771.108,35	3.517.937.460,65
1931.01.03	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA RETIDO FONTE	376.854.411,00	44.364.505,12	279.861,45	44.644.366,57	332.210.044,43
1931.01.04	RECEITA PARCELAMENTOS - DIVIDA ATIVA DO IRPJ	251.393.546,00	125.880.564,51	-	125.880.564,51	125.512.981,49
1931.01.05	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRRF	67.420.659,00	32.040.318,81	-	32.040.318,81	35.380.340,19
1931.01.06	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRPF	43.956.200,00	179.739.210,89	-	179.739.210,89	(135.783.010,89)
1931.02.00	RECEITA DIV.ATIVA DO IPI	470.920.394,00	87.232.813,49	365.752,31	87.598.565,80	383.321.828,20
1931.02.01	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPI - PRINCIPAL	278.562.487,00	17.957.769,50	365.752,31	18.323.521,81	260.238.965,19
1931.02.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IPI	192.357.907,00	69.275.043,99	-	69.275.043,99	123.082.863,01
1931.03.00	RECEITA DIVIDA ATIVA DO IOF	7.076.529,00	837.481,91	-	837.481,91	6.239.047,09
1931.03.01	REC.DIVIDA ATIVA IOF - PRINCIPAL	6.374.584,00	365.643,97	-	365.643,97	6.008.940,03
1931.03.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IOF	701.945,00	471.837,94	-	471.837,94	230.107,06
1931.04.00	RECEITA DIVIDA ATIVA DO ITR	8.429.938,00	3.681.988,44	(5.653,75)	3.676.334,69	4.753.603,31
1931.04.02	REC.DIVIDA ATIVA DO ITR-MUNIC.NAO CONVENIADOS	8.429.938,00	3.681.988,44	(5.653,75)	3.676.334,69	4.753.603,31
1931.05.00	RECEITA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO S/ IMPORTACAO	342.067.417,00	4.428.431,44	3.820,53	4.432.251,97	337.635.165,03
1931.05.01	REC.DIVIDA ATIVA IMP.IMPORTACAO - PRINCIPAL	338.727.423,00	3.405.463,53	3.820,53	3.409.284,06	335.318.138,94
1931.05.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO II	3.339.994,00	1.022.967,91	-	1.022.967,91	2.317.026,09
1931.06.00	RECEITA DA DIV.ATIVA DO IMPOSTO S/ EXPORTACAO	885.828,00	1.763.337,71	35.135,01	1.798.472,72	(912.644,72)
1931.06.01	REC.DIVIDA ATIVA IMP.EXPORTACAO - PRINCIPAL	216.956,00	241.339,34	35.135,01	276.474,35	(59.518,35)
1931.06.02	REC DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IMP EXP	668.872,00	1.521.998,37	-	1.521.998,37	(853.126,37)
1931.07.00	RECEITA DA DIV.ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	1.929.603,00	1.336.872,72	58.382,57	1.395.255,29	534.347,71
1931.08.00	RECEITA DIV.ATIVA DA TAXA DE FISC. TELECOM.	-	121.520,99	(1.505,71)	120.015,28	(120.015,28)
1931.08.01	RECEITA DIV.ATIV TX FISCALIZ DE INSTALACAO	-	26.425,19	-	26.425,19	(26.425,19)
1931.08.02	RECEITA DIV.ATIV TX FISCALIZ DE FUNCIONAMENTO	-	95.095,80	(1.505,71)	93.590,09	(93.590,09)
1931.36.00	RECEITA DA DIV.ATIVA TAXA DE SAUDE SUPLEM.	-	-	(3.055,30)	(3.055,30)	3.055,30
1931.99.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	10.954.911.957,00	1.444.077.275,54	(1.938.784.830,24)	(494.707.554,70)	11.449.619.511,70
1931.99.01	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	10.954.869.948,00	1.444.073.297,10	(1.938.784.830,24)	(494.711.533,14)	11.449.581.481,14
1931.99.02	PARCELAMENTOS - RECEITA DIV ATIV OUTROS TRIB	42.009,00	3.978,44	-	3.978,44	38.030,56
1932.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	13.798.465.089,00	4.229.176.682,85	288.493.995,75	4.517.670.678,60	9.280.794.410,40
1932.01.00	REC.DIV.ATIVA CONT.EMPREG.TRAB. P/SEG.SOC.	2.954.240.627,00	2.498.828.857,44	(9.895.890,35)	2.488.932.967,09	465.307.659,91
1932.01.01	REC.DIV.ATIVA CONT.SEG.OBRIG.-CONTR.INDIVIDUA	219.832,00	116.574,94	-	116.574,94	103.257,06
1932.01.02	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEGURADO ASSALARIADO	446.257.322,00	81.001.756,43	(1.580,03)	81.000.176,40	365.257.145,60
1932.01.03	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.S/SEG.ASSALARIAD	977.675.839,00	152.607.670,73	15.993,00	152.623.663,73	825.052.175,27
1932.01.04	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.OPTANTE-SIMPLES	46.199.915,00	95.570.660,62	24.746,20	95.595.406,82	(49.395.491,82)
1932.01.05	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SOBRE ESPETAC.ESPORT.	2.027.338,00	56.285,92	-	56.285,92	1.971.052,08
1932.01.07	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.REG. DE PARC.DEBITOS	1.232.296.678,00	1.350.650.957,45	588.203,52	1.351.239.160,97	(118.942.482,97)
1932.01.08	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEG.ACIDENTE DO TRAB.	115.837.920,00	18.868.130,92	-	18.868.130,92	96.969.789,08
1932.01.11	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEGURADO OBRIG.EMPRES	28.824,00	4.913,03	-	4.913,03	23.910,97
1932.01.13	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. DO SEGURADO ESPECIAL	54.567,00	460.613,81	-	460.613,81	(406.046,81)
1932.01.14	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEG.OBRIG.EMPR. DOM.	51.391,00	35.939,29	-	35.939,29	15.451,71
1932.01.15	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.ORGAOS DO PODER PUBL.	2.045.041,00	-	-	-	2.045.041,00
1932.01.17	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV-RET. S/ N.F.- SUBROG.	-	228.544,65	-	228.544,65	(228.544,65)
1932.01.21	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.-DEP.JUD,REC.E C.JUD.	19.369.112,00	17.904.899,09	(10.752.866,10)	7.152.032,99	12.217.079,01
1932.01.22	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.- PARCELAMENTOS	112.176.848,00	775.441.025,83	-	775.441.025,83	(663.264.177,83)
1932.01.24	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPRESA SOBRE REC.BRT	-	2.830.810,43	26.406,34	2.857.216,77	(2.857.216,77)
1932.01.99	REC.DIV.ATIVA OUTRAS CONTRIBUICOES PREVIDENC.	-	3.050.074,30	203.206,72	3.253.281,02	(3.253.281,02)
1932.02.00	REC DIV.AT. DA CONTR. P/ FINANC. SEG. SOCIAL	5.450.788.004,00	534.616.222,57	(3.318.123,95)	531.298.098,62	4.919.489.905,38
1932.02.01	REC.DIVIDA ATIVA COFINS - PRINCIPAL	4.778.311.386,00	199.220.323,91	(3.318.123,95)	195.902.199,96	4.582.409.186,04
1932.02.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIV DA COFINS	672.476.618,00	335.395.898,66	-	335.395.898,66	337.080.719,34
1932.03.00	REC. DA DIVIDA ATIVA DO SALARIO-EDUCACAO	-	278.286,39	-	278.286,39	(278.286,39)
1932.04.00	REC. DA DIVIDA ATIVA DA CONTRIB.MOV.FINANC.	-	5.108.469,20	330,64	5.108.799,84	(5.108.799,84)
1932.04.01	REC.DIVIDA ATIVA CPMF - PRINCIPAL	-	3.583.149,20	846,74	3.583.995,94	(3.583.995,94)
1932.04.02	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CPMF	-	1.525.320,00	(516,10)	1.524.803,90	(1.524.803,90)
1932.05.00	REC. DA DIV.AT. DAS CONTR. PARA O PIS/PASEP	1.117.551.081,00	148.022.438,50	(294.150,47)	147.728.288,03	969.822.792,97
1932.05.01	REC. DA DIVIDA ATIVA CONTRIB. P/PIS E PASEP	934.181.739,00	69.527.994,14	(294.150,47)	69.233.843,67	864.947.895,33
Total		**2.876.676.947.442,00**	**2.703.768.491.249,68**	**(41.421.082.255,48)**	**2.662.347.408.994,20**	**214.329.538.447,80**

3.4.2. Realização da Receita - Por Região, UF e Origem da Receita (Capital)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Exercício de 2015
Realização da Receita de Capital (inclui Receitas de Capital Intraorçamentárias) por Região, UF e Origem da Receita

ESPECIFICAÇÃO	OPERACOES DE CREDITO	ALIENACAO DE BENS	AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	SOMA DE RECEITAS DE CAPITAL
CENTRO-OESTE	4.393.788.620,31	264.357,00	162.475.120,48	13.758.214,31	-	4.570.286.312,10
DISTRITO FEDERAL	4.393.788.620,31	169.957,00	-	13.758.214,31	-	4.407.716.791,62
MATO GROSSO DO SUL	-	94.400,00	-	-	-	94.400,00
MATO GROSSO	-	-	162.475.120,48			162.475.120,48
NORDESTE	1.023.287.439.760,64	1.501.872.060,53	54.937.426.219,85	81.843.627,97	252.226.718.652,04	1.332.035.300.321,03
BAHIA	-	3.037.912,64	-	-	-	3.037.912,64
CEARA	1.022.819.735.126,28	1.496.832.058,70	52.339.087.620,35	82.160.689,11	252.226.718.652,04	1.328.964.534.146,48
PERNAMBUCO	-	312.166,00	-	-		312.166,00
RIO GRANDE DO NORTE	-	729.195,78	-	(317.061,14)	-	412.134,64
PARAIBA	-	5.800,00	143.029.725,79	-	-	143.035.525,79
PIAUI	467.704.634,36	954.927,41	2.455.308.873,71	-	-	2.923.968.435,48
NORTE	-	240.096,13	-	-	-	240.096,13
AMAZONAS	-	92.746,13	-	-	-	92.746,13
PARA	-	2.500,00	-	-	-	2.500,00
RONDONIA	-	144.850,00	-	-	-	144.850,00
SUDESTE	-	103.587,40	-	-	-	103.587,40
MINAS GERAIS	-	53.299,00	-	-	-	53.299,00
RIO DE JANEIRO	-	50.288,40	-	-	-	50.288,40
SUL	-	191.802,75	-	-	-	191.802,75
PARANA	-	109.202,75	-	-	-	109.202,75
RIO GRANDE DO SUL	-	82.600,00	-	-	-	82.600,00
TOTAL	1.027.681.228.380,95	1.502.671.903,81	55.099.301.340,33	95.601.842,28	252.226.718.652,04	1.336.606.122.119,41

3.4.3. Realização da Receita - Por Região, UF e Origem da Receita (Corrente)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Exercício de 2015
Realização da Receita Corrente (inclui Receitas Correntes Intraorçamentárias) por Região, UF e Origem da Receita

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA TRIBUTÁRIA	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	RECEITA PATRIMONIAL	RECEITA AGROPECUÁRIA	RECEITA INDUSTRIAL	RECEITA DE SERVIÇOS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES
CENTRO-OESTE	423.812.022.963,10	701.888.455.073,56	59.975.917.863,00	21.222.060,38	260.837.009,44	41.116.256.424,55	1.038.391.068,17	9.233.756.047,20	72.957.020.686,52	1.310.303.879.195,92
DISTRITO FEDERAL	423.812.022.963,10	701.888.455.073,56	59.972.600.060,54	20.755.902,32	260.809.677,41	41.061.575.492,87	1.030.040.037,34	9.233.756.047,20	72.953.941.639,68	1.310.233.956.894,02
GOIAS	-	-	781.973,65	296.930,55	27.332,03	20.330.995,90	-	-	1.070.750,12	22.507.982,25
MATO GROSSO	-	-	1.730.492,37	42.955,63	-	11.840.295,31	-	-	993.409,99	14.607.153,30
MATO GROSSO DO SUL	-	-	805.336,44	126.271,88	-	22.509.640,47	8.351.030,83	-	1.014.886,73	32.807.166,35
NORDESTE	-	-	86.896.276,79	1.290.696,24	83.675,56	137.299.633,80	6.334.202,77	-	40.343.270,86	272.247.756,02
ALAGOAS	-	-	854.935,21	113.250,10	-	6.529.092,68	2.830.800,00	-	843.803,86	11.171.881,85
BAHIA	-	-	4.522.807,25	547.063,25	70.398,62	26.076.394,67	339.077,76	-	2.100.536,74	33.656.278,29
CEARA	-	-	3.244.124,29	302.580,75	13.276,94	5.879.820,91	442.257,01	-	11.790.868,57	21.672.928,47
MARANHAO	-	-	1.728.267,76	46.376,25	-	10.660.346,98	-	-	1.878.547,86	14.313.538,85
PARAIBA	-	-	1.221.842,90	33.498,19	-	5.851.582,92	-	-	1.553.562,80	8.660.486,81
PERNAMBUCO	-	-	65.675.676,29	120.220,36	-	47.834.045,76	2.722.068,00	-	17.867.978,47	134.219.988,88
PIAUI	-	-	305.216,25	-	-	5.956.623,11	-	-	2.194.621,66	8.456.461,02
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	8.637.429,55	123.202,34	-	26.221.499,00	-	-	1.258.119,98	36.240.250,87
SERGIPE	-	-	705.977,29	4.505,00	-	2.290.227,77	-	-	855.230,92	3.855.940,98
NORTE	286.831.632,86	-	9.387.674,43	259.958,74	18.890,01	31.688.133,60	5.279.732,67	-	30.155.179,17	363.621.201,48
ACRE	-	-	426.181,55	-	-	2.298.815,50	950.000,00	-	372.946,34	4.047.943,39
AMAPA	-	-	339.026,31	-	-	1.354.513,34	-	-	624.126,18	2.317.665,83
AMAZONAS	286.831.632,86	-	6.051.961,76	11.766,00	-	6.179.103,01	970.475,40	-	21.959.927,99	322.004.867,02
PARA	-	-	2.006.771,19	25.258,95	-	19.361.883,29	3.183.721,27	-	4.933.165,91	29.510.800,61
RONDONIA	-	-	173.734,71	54.510,09	-	507.525,98	175.536,00	-	446.640,79	1.357.947,57
RORAIMA	-	-	187.490,41	-	-	1.583.715,33	-	-	398.230,07	2.169.435,81
TOCANTINS	-	-	202.506,10	168.423,70	18.890,01	2.402.577,15	-	-	1.419.141,89	4.211.540,85
SUDESTE	575.881.036,61	4.057.995.564,83	5.696.752.793,10	3.896.656,35	534.184.698,42	2.398.158.474,69	54.852.667,94	(30.891,22)	1.121.719.253,82	14.443.412.254,54
ESPIRITO SANTO	-	-	5.863.167,47	583.984,65	636.272,68	22.776.637,14	15.449.201,99	-	2.450.676,86	47.759.940,79
MINAS GERAIS	-	-	19.722.504,58	2.930.636,05	2.455.328,09	135.621.983,58	34.184.122,99	-	5.763.318,57	200.668.493,86
RIO DE JANEIRO	575.881.036,61	4.057.995.564,83	5.664.061.756,31	384.035,65	531.092.497,65	2.223.131.799,07	4.392.132,16	(30.891,22)	1.111.791.078,15	14.168.824.785,41
SÃO PAULO	-	-	7.115.369,54	-	-	16.628.274,90	827.210,80	-	1.580.180,24	26.159.034,48
SUL	-	-	53.880.560,26	1.814.335,51	5.715.061,26	260.195.039,57	10.984.228,51	-	25.537.241,72	358.126.466,83
PARANA	-	-	11.439.980,27	260.994,40	160.267,09	60.445.314,60	8.069.508,06	-	3.731.181,78	84.107.246,20
RIO GRANDE DO SUL	-	-	38.781.007,55	1.204.054,80	4.885.212,78	182.318.433,76	2.587.887,41	-	17.678.021,15	247.454.617,45
SANTA CATARINA	-	-	3.659.572,44	349.286,31	669.581,39	17.431.291,21	326.833,04	-	4.128.038,79	26.564.603,18
Total Geral	**424.674.735.632,57**	**705.946.450.638,39**	**65.822.835.167,58**	**28.485.707,22**	**800.839.334,69**	**43.943.597.706,21**	**1.115.841.900,06**	**9.233.725.155,98**	**74.174.775.632,09**	**1.325.741.266.874,79**

4. DESPESA

4.1. DOTAÇÃO DA DESPESA

Todos os demonstrativos da Dotação da Despesa podem ser acessados pelo link **DOTAÇÃO DA DESPESA**

4.1.1. Dotação da Despesa por Função e Subfunção

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015

DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
04	ADMINISTRACAO	REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	290.361.210,00	727.101,00		0,00	290.361.210,00
		PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	97.529.213,00			0,00	95.733.357,00
		ADMINISTRACAO GERAL	20.784.659.077,00	1.458.940.387,00		0,00	19.099.312.170,00
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	75.364.359,00	1.494.965,00		0,00	76.159.324,00
		CONTROLE INTERNO	76.142.698,00	16.416.675,00		0,00	86.594.004,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	547.111.995,00	1.013.300,00		0,00	458.122.561,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.176.503.825,00	51.020.000,00		0,00	2.148.503.825,00
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	115.638.378,00	750.000,00		0,00	113.418.378,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	26.382.498,00			0,00	25.948.233,00
		ADMINISTRACAO DE RECEITAS	60.000.000,00				60.000.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	295.739.795,00				291.769.491,00
		DEFESA CIVIL	970.000,00	8.000,00		0,00	970.000,00
		ATENCAO BASICA	316.029.348,00	58.047.668,00			287.785.261,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	448.620.784,00	62.522.447,00			463.086.475,00
		RELACOES DE TRABALHO	305.000,00				305.000,00
		ENSINO SUPERIOR	39.484.000,00			0,00	39.484.000,00
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	26.765.831,00	3.410.001,00			26.782.880,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	8.000.000,00				8.000.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	55.686.052,00	1.900.000,00		0,00	53.989.052,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	6.147.000,00			0,00	6.147.000,00
		PRODUCAO INDUSTRIAL	38.000.000,00			0,00	38.000.000,00
		TELECOMUNICACOES	65.615.000,00				65.615.000,00
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	29.992.000,00				29.992.000,00
		RESERVA DE CONTINGENCIA	5.578.068.469,00				5.578.068.469,00
20	AGRICULTURA	ADMINISTRACAO GERAL	4.866.622.379,00	558.898.540,00		0,00	5.402.220.919,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	116.627.061,00	3.903.486,00		0,00	117.262.154,00
		COMUNICACAO SOCIAL	19.509.926,00	2.777.625,00			22.287.551,00
		ATENCAO BASICA	91.289.544,00	27.805.796,00			116.795.340,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	205.046.628,00	24.585.731,00			223.463.168,00
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	3.513.275,00			0,00	3.513.275,00
		METEOROLOGIA	39.143.110,00	352.390,00		0,00	39.143.110,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.813.626,00				5.813.626,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	438.304.862,00			0,00	438.304.862,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	82.493.368,00			0,00	82.493.368,00
		ABASTECIMENTO	10.559.296.016,00	662.000.000,00		0,00	9.776.706.536,00
		EXTENSAO RURAL	44.538.716,00				27.046.585,00
		IRRIGACAO	401.858.190,00	85.790.169,00		0,00	337.653.210,00
		PROMOCAO DA PROD. AGROPECUARIA	10.938.042.069,00	678.550.756,00	145.000.000,00	121.461.480,00	11.841.433.781,00
		DEFESA AGROPECUARIA	347.685.612,00	11.000.000,00		0,00	343.835.612,00
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	5.741.818,00			0,00	5.741.818,00
		PROMOCAO COMERCIAL	29.716.294,00			0,00	29.716.294,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
08	ASSISTENCIA SOCIAL	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	13.991.491,00	80.000,00			13.991.491,00
		ADMINISTRACAO GERAL	212.487.632,00	9.620.000,00		0,00	195.811.523,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	29.360.644,00				29.360.644,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	77.281.866,00	2.000.000,00		0,00	74.081.866,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	600.000,00				600.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	17.532.696,00				15.532.696,00
		COOPERACAO INTERNACIONAL	6.110.121,00				6.110.121,00
		ASSISTENCIA AO IDOSO	18.834.762.377,00				18.459.762.377,00
		ASSIST. PORTADOR DEFICIENCIA	22.702.221.239,00	651.200.000,00			23.353.421.239,00
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	30.930.815.539,00	60.261.000,00	400.000,00	0,00	30.572.428.616,00
		ATENCAO BASICA	1.023.672,00				1.023.672,00
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	807.462.913,00			0,00	633.928.740,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	3.813.204,00				3.813.204,00
		FOMENTO AO TRABALHO	1.000.000,00				1.000.000,00
		EDUCACAO INFANTIL	642.692.960,00	278.617.205,00			921.310.165,00
		SANEAMENTO BASICO RURAL	348.525.280,00			0,00	268.525.280,00
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.700.658,00				6.700.658,00
		ADMINISTRACAO GERAL	2.070.868.870,00	119.430.505,00		0,00	2.174.694.714,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	12.870.103,00	898.000,00		0,00	14.370.103,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	61.201.981,00			0,00	63.191.981,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	4.000.000,00				4.000.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	10.000.000,00				10.000.000,00
		DEFESA CIVIL	200.000,00				200.000,00
		COOPERACAO INTERNACIONAL	5.712.447,00				5.712.447,00
		ATENCAO BASICA	36.433.272,00	5.501.022,00			41.560.658,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	75.539.544,00	3.037.000,00			74.576.544,00
		CONTROLE AMBIENTAL	7.389.700,00			0,00	7.389.700,00
		RECUPERACAO AREAS DEGRADADAS	5.811.155,00			0,00	1.611.155,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	4.699.821.782,00	149.281.764,00		0,00	4.721.291.099,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	2.522.564.076,00	22.480.861,00		0,00	2.519.136.222,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	39.236.872,00	150.000,00		0,00	40.402.413,00
		PRODUCAO INDUSTRIAL	567.744.053,00	37.489.061,00		0,00	641.188.114,00
		MINERACAO	32.469.535,00			0,00	12.969.535,00
		PROMOCAO COMERCIAL	219.734.582,00	444.000,00		7.000.000,00	227.178.582,00
		COMBUSTIVEIS MINERAIS	29.001.456,00			0,00	30.291.456,00
23	COMERCIO E SERVICOS	ADMINISTRACAO GERAL	141.989.873,00	3.117.403,00		0,00	144.782.276,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	2.025.000,00				2.025.000,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	23.000.000,00			0,00	23.000.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	1.150.000,00				1.150.000,00
		ATENCAO BASICA	1.381.488,00	30.000,00			1.408.887,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	2.844.648,00	5.500,00			2.850.148,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.000.000,00				5.000.000,00
		PROMOCAO COMERCIAL	85.672.614,00			0,00	85.532.614,00
		COMERCIO EXTERIOR	3.643.222.963,00			0,00	3.643.222.963,00
		TURISMO	1.780.651.810,00	16.760.000,00		170.670.000,00	1.952.101.810,00
24	COMUNICACOES	ADMINISTRACAO GERAL	859.920.604,00	90.706.448,00		0,00	950.627.052,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	27.278.898,00			0,00	27.278.898,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	60.597.171,00			0,00	60.597.171,00
		COMUNICACAO SOCIAL	9.500.000,00				9.500.000,00
		ATENCAO BASICA	12.447.708,00				11.647.708,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	14.191.812,00	926.000,00			15.117.812,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	39.594.962,00				39.594.962,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.000.000,00				5.000.000,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	252.000.000,00			0,00	252.000.000,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	67.324.186,00			0,00	67.324.186,00
		TELECOMUNICACOES	162.834.321,00	15.098.915,00		0,00	177.374.321,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
13	CULTURA	ADMINISTRACAO GERAL	670.584.043,00	48.292.654,00		0,00	714.978.302,00
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	900.000,00			0,00	900.000,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	1.000.000,00				800.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.344.400,00				5.344.400,00
		COMUNICACAO SOCIAL	14.400.000,00				14.400.000,00
		ATENCAO BASICA	9.652.920,00	12.000,00			9.644.920,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	23.138.076,00	252.500,00			23.390.576,00
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	276.032.645,00			0,00	258.188.419,00
		DIFUSAO CULTURAL	962.410.541,00	32.762.584,00	850.000,00	2.500.000,00	964.429.167,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	6.750.000,00				5.055.000,00
		PROMOCAO COMERCIAL	800.231.953,00			0,00	800.231.953,00
05	DEFESA NACIONAL	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.800.000,00			0,00	1.800.000,00
		ADMINISTRACAO GERAL	21.924.509.882,99	2.741.932.312,00		0,00	24.595.470.419,99
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	103.104.099,00	5.656.397,00		0,00	99.044.099,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	86.000.000,00			0,00	71.000.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	133.983.000,00	331.085,00		0,00	133.983.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	2.650.000,00			0,00	2.650.000,00
		DEFESA AEREA	6.125.567.987,00	103.611.806,00		10.000.000,00	6.143.255.550,00
		DEFESA NAVAL	3.601.029.146,00	10.387.655,00		0,00	3.478.143.532,00
		DEFESA TERRESTRE	2.917.253.131,00	130.863.481,00		231.216.643,00	3.131.647.991,00
		DEFESA CIVIL	0,00			115.501.462,00	115.501.462,00
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	7.118.528,00			0,00	7.118.528,00
		COOPERACAO INTERNACIONAL	326.809.200,00			0,00	281.259.200,00
		ASSIST. CRIANCA E ADOLESCENTE	2.400.000,00			0,00	2.400.000,00
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	919.868.050,00	55.821.734,00		136.250.000,00	1.111.639.784,00
		ATENCAO BASICA	2.313.717.279,00	15.854.311,00			2.316.807.279,00
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	65.239.995,00			0,00	65.239.995,00
		SUPORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	10.315.605,00			0,00	10.315.605,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	3.442.907.205,00	114.870.049,00			3.454.757.010,00
		EMPREGABILIDADE	10.000.000,00			0,00	10.000.000,00
		ENSINO PROFISSIONAL	112.826.000,00	20.255.708,00		0,00	132.826.000,00
		ENSINO SUPERIOR	18.300.000,00			0,00	18.300.000,00
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	4.000.000,00			0,00	4.000.000,00
		EDUCACAO BASICA	12.132.104,00	48.608,00		0,00	12.180.712,00
		HABITACAO URBANA	251.840.825,00			0,00	247.089.989,00
		CONTROLE AMBIENTAL	83.242.000,00	20.607.083,00		0,00	83.242.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	128.230.300,00			0,00	128.230.300,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	410.905.000,00			0,00	409.102.748,00
		TELECOMUNICACOES	349.614.291,00			0,00	346.514.291,00
27	DESPORTO E LAZER	ADMINISTRACAO GERAL	148.279.165,00	4.240.000,00		0,00	125.524.341,00
		COMUNICACAO SOCIAL	36.429.357,00			10.000.000,00	46.429.357,00
		ATENCAO BASICA	561.120,00				561.120,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.593.204,00				1.593.204,00
		DESPORTO DE RENDIMENTO	1.959.187.299,00	151.073.991,00	106.000.000,00	0,00	1.973.066.941,00
		DESPORTO COMUNITARIO	1.107.631.394,00	24.003.830,00	7.600.000,00	156.846.000,00	1.277.857.389,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
14	DIREITOS DA CIDADANIA	ACAO LEGISLATIVA	1.050.000,00				1.050.000,00
		ADMINISTRACAO GERAL	523.158.783,00	27.817.585,00		0,00	546.919.368,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	102.064.396,00	1.170.000,00		0,00	102.064.396,00
		COMUNICACAO SOCIAL	16.594.490,00				14.594.490,00
		ASSISTENCIA AO IDOSO	14.443.700,00	3.337.300,00		0,00	17.781.000,00
		ASSIST. PORTADOR DEFICIENCIA	8.782.627,00	650.000,00		0,00	8.782.627,00
		ASSIST. CRIANCA E ADOLESCENTE	197.064.600,00	11.781.172,00		0,00	208.845.772,00
		ATENCAO BASICA	13.192.860,00	42.000,00			12.734.860,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	26.967.348,00	350.600,00			26.052.690,00
		CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	331.045.019,00	16.997.149,00	500.000,00	0,00	331.545.019,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	879.996.042,00	22.322.292,00	150.000,00	15.000.000,00	891.611.109,00
		ASSISTENCIA POVOS INDIGENAS	40.014.709,00	1.300.000,00		0,00	40.014.709,00
		OUTRAS TRANSFERENCIAS	300.000,00				300.000,00
12	EDUCACAO	ADMINISTRACAO GERAL	5.546.556.103,00	946.989.773,00		0,00	6.469.898.154,00
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	191.261.760,00	38.252.352,00		631.885.888,00	861.400.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	124.333.496,00	5.721.298,00		0,00	122.161.373,00
		COMUNICACAO SOCIAL	31.000.000,00				31.000.000,00
		ATENCAO BASICA	588.598.869,00	13.019.606,00			558.143.748,00
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	5.755.009.336,00	851.703.491,00		0,00	6.392.349.891,00
		SUPORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	3.000.000,00				3.000.000,00
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	3.790.436.284,00				3.775.436.284,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.435.888.789,00	123.634.160,00			1.537.930.745,00
		ENSINO PROFISSIONAL	12.758.842.063,00	1.474.928.678,00		0,00	14.069.708.369,00
		ENSINO SUPERIOR	31.270.005.633,00	3.551.138.898,00	17.204.001,00	35.862.575,00	34.387.013.591,00
		EDUCACAO INFANTIL	3.902.610.000,00	34.000.000,00		0,00	3.825.283.588,00
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	466.000.000,00	49.400.000,00			486.000.000,00
		EDUCACAO BASICA	9.468.778.253,00	627.756.520,00		0,00	9.217.161.105,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	642.393.882,00	8.538.776,00			481.700.000,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	221.682.377,00	63.000.000,00		0,00	284.682.377,00
		SERVICOS FINANCEIROS	12.389.786.541,00			4.200.000.000,00	16.589.786.541,00
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00			400.000.000,00	400.000.000,00
		TRANSFERENCIAS EDUCACAO BASICA	16.496.782.167,00	390.726.009,00		0,00	16.008.508.176,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	COOPERACAO INTERNACIONAL				7.002.259,00	7.002.259,00
		REFINANCIAMENTO DIVIDA INTERNA	845.450.258.299,00	35.983.776.538,00			724.958.620.551,00
		REFINANCIAMENTO DIVIDA EXTERNA	18.138.540.903,00				18.138.540.903,00
		SERVICO DA DIVIDA INTERNA	424.612.504.266,00	157.178.187.955,00			545.806.915.683,00
		SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	11.897.127.904,00	2.114.568.722,00			13.899.189.711,00
		OUTRAS TRANSFERENCIAS	205.498.185.312,00	1.806.561.757,00		15.329.410,00	203.259.457.060,00
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	162.435.587.547,00	10.359.151.673,00	1.107.560.303,00	40.381.947.182,00	193.057.335.307,00
		TRANSFERENCIAS EDUCACAO BASICA	47.364.420.736,00	65.290.700,00			47.429.711.436,00
25	ENERGIA	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.136.224,00			0,00	6.136.224,00
		ADMINISTRACAO GERAL	734.838.686,00	49.163.865,00		0,00	783.882.551,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	163.376.348,00			0,00	158.768.594,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	8.070.896,00				7.640.896,00
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	10.939.274,00			0,00	9.165.824,00
		COMUNICACAO SOCIAL	3.600.000,00				3.570.000,00
		ATENCAO BASICA	4.837.608,00	85.115,00			4.922.723,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	11.279.232,00	221.200,00			11.500.432,00
		CONTROLE AMBIENTAL	1.210.000,00				1.210.000,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	20.512.054,00			0,00	20.512.054,00
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	2.863.383,00				2.290.707,00
		ENERGIA ELETRICA	1.149.618.163,00			0,00	1.147.313.821,00
		COMBUSTIVEIS MINERAIS	136.500.000,00			0,00	136.500.000,00
		BIOCOMBUSTIVEIS	43.778.000,00				43.778.000,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
03	ESSENCIAL A JUSTICA	CONTROLE EXTERNO	42.799.000,00	2.600.000,00		1.033.333,00	39.299.000,00
		DEF.INT.PUBLICO NO PROC.JUDIC.	1.071.681.682,00	89.727.452,00	3.140.000,00	24.118.194,00	1.062.653.013,00
		REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	334.402.320,00	66.880.464,00		0,00	401.282.784,00
		ADMINISTRACAO GERAL	4.156.528.052,00	631.123.026,00	10.727.000,00	23.208.792,00	4.583.746.085,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	48.312.469,00			1.666.667,00	40.207.469,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	115.000.000,00			0,00	102.375.680,00
		COMUNICACAO SOCIAL	47.283.293,00			26.667,00	37.344.863,00
		ATENCAO BASICA	118.826.232,00	794.430,00			117.755.662,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	235.118.616,00	26.547.667,00			260.141.853,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	292.100.000,00	1.200.000,00		1.400.000,00	291.100.000,00
18	GESTAO AMBIENTAL	ADMINISTRACAO GERAL	1.410.481.637,00	92.245.332,00		0,00	1.499.407.991,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	89.286.000,00			0,00	84.768.000,00
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	750.000,00				750.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	3.502.500,00	92.500,00		0,00	3.257.500,00
		COMUNICACAO SOCIAL	2.000.000,00				2.000.000,00
		ATENCAO BASICA	22.316.424,00				21.246.424,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	36.589.560,00	1.034.000,00			37.623.560,00
		EMPREGABILIDADE	14.750.000,00				14.750.000,00
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	1.151.664.017,00	68.241.795,00		0,00	1.021.418.410,00
		CONTROLE AMBIENTAL	122.741.108,00			0,00	115.225.821,00
		RECUPERACAO AREAS DEGRADADAS	29.063.040,00				29.043.040,00
		RECURSOS HIDRICOS	3.923.670.511,00	878.137.326,00		732.815.000,00	4.477.369.067,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	2.606.941,00	900.000,00		0,00	2.606.941,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	4.894.549,00			0,00	4.579.549,00
		IRRIGACAO	2.500.000,00			0,00	2.000.000,00
		BIOCOMBUSTIVEIS	100.000,00				100.000,00
16	HABITACAO	ADMINISTRACAO GERAL	800.000,00				800.000,00
		INFRA-ESTRUTURA URBANA	79.283.000,00			0,00	39.283.000,00
		HABITACAO URBANA	102.765.917,00	40.000.000,00		0,00	142.765.917,00
22	INDUSTRIA	ADMINISTRACAO GERAL	1.569.393.407,00	77.152.785,00		0,00	1.636.510.919,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	10.191.584,00				10.191.584,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	13.939.000,00			0,00	13.939.000,00
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	19.882.500,00			0,00	19.882.500,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.500.000,00				1.500.000,00
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	1.100.000,00				1.100.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	3.358.000,00				3.358.000,00
		ATENCAO BASICA	21.365.916,00	5.324.000,00			25.910.124,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	41.823.600,00	5.364.045,00			47.166.441,00
		EMPREGABILIDADE	71.019.200,00	1.753.000,00		0,00	71.019.200,00
		RECURSOS HIDRICOS	6.635.000,00			0,00	6.635.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.950.000,00				1.950.000,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	3.396.680,00				3.396.680,00
		PROMOCAO INDUSTRIAL	131.397.693,00	4.345.000,00		0,00	130.225.135,00
		MINERACAO	75.247.305,00			0,00	70.204.999,00
		PROPRIEDADE INDUSTRIAL	4.056.237,00			0,00	2.556.237,00
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	682.508.100,00			0,00	682.508.100,00
		PROMOCAO COMERCIAL	12.324.000,00			0,00	12.324.000,00
		COMERCIO EXTERIOR	10.000.000,00				10.000.000,00
02	JUDICIARIA	CONTROLE EXTERNO	86.201.157,00			3.329.865,00	86.201.157,00
		ACAO JUDICIARIA	2.617.320.539,00	275.357.527,00	15.000,00	115.933.670,00	2.733.650.196,00
		ADMINISTRACAO GERAL	24.909.711.136,00	3.360.448.001,00	71.284.829,00	275.544.842,00	26.668.139.078,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	437.340.477,00	14.650.414,00		71.889.981,00	403.945.973,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	14.291.140,00	1.050.000,00		796.230,00	12.897.240,00
		COMUNICACAO SOCIAL	122.875.544,00	5.392.786,00		6.577.934,00	117.236.610,00
		PREVIDENCIA ESPECIAL	0,00		9.456,00		9.456,00
		ATENCAO BASICA	865.427.570,00	37.432.982,00			844.710.762,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.263.788.229,00	169.707.733,00			1.351.295.658,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
01	LEGISLATIVA	ACAO LEGISLATIVA	1.012.914.787,00	28.605.612,00		44.393.469,00	1.027.888.623,00
		CONTROLE EXTERNO	232.968.800,00			9.937.045,00	223.712.595,00
		ADMINISTRACAO GERAL	5.426.116.550,00	197.967.430,00		55.133.334,00	5.580.995.411,00
		COMUNICACAO SOCIAL	159.583.778,00	16.873.707,00		11.000.000,00	157.068.764,00
		ATENCAO BASICA	249.856.680,00	7.205.612,00			241.756.680,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	283.872.873,00	6.935.800,00			276.268.673,00
21	ORGANIZACAO AGRARIA	ADMINISTRACAO GERAL	848.008.239,00	78.096.616,00		0,00	926.104.855,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	3.600.000,00				3.600.000,00
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	849.819.031,00			61.175.000,00	910.244.031,00
		COMUNICACAO SOCIAL	13.600.000,00				13.600.000,00
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	203.000.000,00			243.274.009,00	446.274.009,00
		ATENCAO BASICA	20.695.212,00	10.000,00			19.205.212,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	33.927.636,00	550.000,00			32.977.636,00
		ENSINO PROFISSIONAL	32.550.000,00				32.550.000,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	3.402.849,00			0,00	3.402.849,00
		ABASTECIMENTO	32.843.942,00			0,00	32.843.942,00
		EXTENSAO RURAL	1.091.001.573,00			0,00	1.066.676.462,00
		REFORMA AGRARIA	2.412.171.973,00			0,00	2.392.171.973,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL	REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	28.632.000,00				28.632.000,00
		ADMINISTRACAO GERAL	5.418.830.441,00	283.809.016,00	531.489,00	0,00	5.649.785.989,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	8.271.016,00			0,00	6.371.016,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	232.843.503,00	129.576.587,00			362.420.090,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	23.327.558,00				14.776.038,00
		COMUNICACAO SOCIAL	22.904.977,00				14.999.213,00
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	171.515.600,00	33.213.120,00			202.331.720,00
		PREVIDENCIA BASICA	428.544.354.611,00	3.875.579.928,00		0,00	431.707.426.579,00
		PREVIDENCIA REGIME ESTATUTARIO	91.809.807.005,00	9.574.993.051,00		0,00	100.126.978.934,00
		PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	1.105.928,00				1.105.928,00
		PREVIDENCIA ESPECIAL	3.178.795.862,00	213.117.595,00	164.184,00		3.140.384.628,00
		ATENCAO BASICA	171.549.008,00				139.566.008,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	247.442.304,00	300.000,00			224.242.304,00
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	19.500.000,00				12.100.000,00
07	RELACOES EXTERIORES	ADMINISTRACAO GERAL	1.210.856.628,00	430.105.553,00		20.000.000,00	1.660.962.181,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	27.692.469,00				27.692.469,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	4.004.000,00			0,00	4.004.000,00
		RELACOES DIPLOMATICAS	722.580.295,01	128.729.970,00		280.000.000,00	1.131.310.265,01
		COOPERACAO INTERNACIONAL	56.101.200,00				56.101.200,00
		ATENCAO BASICA	105.457.740,00	16.800.000,00			122.257.740,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	7.767.492,00				7.767.492,00
		DIFUSAO CULTURAL	30.971.705,00			0,00	30.971.705,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	11.152.000,00			0,00	11.152.000,00
		PROMOCAO COMERCIAL	17.351.955,00				17.351.955,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.632.559.872,00				30.501.842.947,00
17	SANEAMENTO	SANEAMENTO BASICO URBANO	2.793.006.313,00	60.000.000,00		0,00	2.480.716.741,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
10	SAUDE	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	33.742.000,00			0,00	33.742.000,00
		ADMINISTRACAO GERAL	11.888.849.673,00	692.711.256,00	2.000.000,00	0,00	12.029.394.670,00
		CONTROLE INTERNO	5.890.000,00			0,00	5.890.000,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	60.068.800,00			0,00	60.068.800,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	586.315.000,00	149.000.000,00		0,00	495.315.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.524.150.000,00	235.522.220,00		0,00	1.098.852.220,00
		COMUNICACAO SOCIAL	234.560.000,00			0,00	234.260.000,00
		ATENCAO BASICA	22.216.847.722,00	422.177.492,00	100.000,00	0,00	21.218.599.322,00
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	54.144.458.173,00	1.378.958.523,00	1.760.000,00	2.532.952.388,00	54.056.099.271,00
		SUPORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	11.966.122.900,00	2.091.920.395,00		200.000.000,00	13.394.475.695,00
		VIGILANCIA SANITARIA	377.840.000,00	2.197.600,00		0,00	377.840.000,00
		VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	5.398.940.000,00	677.046.128,00		0,00	5.649.612.000,00
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	69.490.000,00	1.560.000,00		0,00	69.490.000,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	541.224.452,00	17.865.289,00			518.360.584,00
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	7.803.955,00			0,00	7.803.955,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	124.000.000,00			0,00	123.700.000,00
		ASSISTENCIA POVOS INDIGENAS	1.331.180.000,00	160.000.000,00		0,00	1.440.180.000,00
		SANEAMENTO BASICO RURAL	227.614.267,00	10.000.000,00		0,00	226.743.363,00
		SANEAMENTO BASICO URBANO	1.092.546.961,00	1.812.710,00		0,00	1.092.109.671,00
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	13.800.000,00			0,00	13.800.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	399.323.150,00	32.546.765,00		0,00	431.389.915,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	499.204.926,00	600.000,00		0,00	383.146.926,00
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	46.546.374,00	780.000,00		0,00	46.546.374,00
06	SEGURANCA PUBLICA	ADMINISTRACAO GERAL	5.710.349.309,00	539.496.177,00		0,00	6.200.009.274,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	36.914.080,00			0,00	30.672.716,00
		COMUNICACAO SOCIAL	200.000,00				200.000,00
		POLICIAMENTO	2.239.549.191,00	176.979.477,00	2.300.000,00	0,00	2.066.690.913,00
		DEFESA CIVIL	245.030.426,00			1.611.512.379,00	1.847.623.537,00
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	202.293.212,00	130.000.000,00	118.000.000,00	0,00	442.093.212,00
		ATENCAO BASICA	90.019.962,00				83.519.962,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	144.041.704,00	445.000,00			136.420.006,00
11	TRABALHO	ADMINISTRACAO GERAL	1.691.024.733,00	44.518.950,00		0,00	1.729.443.683,00
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	39.814.981,00			0,00	39.814.981,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	63.300.632,00			0,00	63.300.632,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	164.302.013,00				164.052.013,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.850.000,00			0,00	2.850.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	17.265.000,00				17.265.000,00
		ATENCAO BASICA	35.709.360,00				32.509.360,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	47.046.374.251,00	1.568.111.361,00			48.612.485.612,00
		RELACOES DE TRABALHO	26.644.807,00	1.000.000,00		0,00	26.053.607,00
		EMPREGABILIDADE	200.780.947,00			0,00	195.980.947,00
		FOMENTO AO TRABALHO	19.097.702.525,00	3.359.418,00		0,00	19.030.689.943,00
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	17.502.026,00				17.502.026,00
		DIFUSAO CULTURAL	100.000,00				100.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	11.606.975,00	1.622.000,00		0,00	13.228.975,00
		PROMOCAO INDUSTRIAL	25.260.000,00	106.500,00		0,00	25.260.000,00

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
26	TRANSPORTE	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	592.725.792,00	104.535.306,00		0,00	574.724.210,00
		ADMINISTRACAO GERAL	2.365.367.864,00	250.299.933,00	419.508,00	0,00	2.610.317.847,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	148.124.675,00	1.586.000,00		0,00	146.918.472,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	13.414.720,00	3.800.000,00		0,00	13.414.720,00
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	1.120.000,00				1.120.000,00
		COMUNICACAO SOCIAL	26.460.000,00				24.560.000,00
		ATENCAO BASICA	52.342.980,00	1.535.000,00			51.038.736,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	56.665.236,00	2.728.000,00			58.332.276,00
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	400.000,00				400.000,00
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.000.000,00				1.000.000,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	500.000,00	22.704.000,00			23.204.000,00
		PROMOCAO INDUSTRIAL	6.305.551.885,00			0,00	6.305.551.885,00
		TRANSPORTE AEREO	889.277.978,00	65.098.147,00		0,00	489.277.978,00
		TRANSPORTE RODOVIARIO	10.559.232.937,00	2.026.182.968,00	2.800.000,00	0,00	9.645.019.884,00
		TRANSPORTE FERROVIARIO	2.612.908.698,00	514.725.133,00	65.031.000,00	0,00	2.452.158.123,00
		TRANSPORTE HIDROVIARIO	1.156.774.868,00	148.666.381,00		19.000.000,00	987.145.685,00
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.254.200.001,00			0,00	1.254.200.001,00
15	URBANISMO	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.271.178,00				1.016.943,00
		ADMINISTRACAO GERAL	625.039.714,00	123.181.875,00		0,00	746.388.589,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.300.000,00				1.040.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.939.000,00	3.723,00			2.792.723,00
		COMUNICACAO SOCIAL	14.200.000,00				13.340.000,00
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	415.257.052,00	16.232.160,00		85.785.000,00	515.774.212,00
		ATENCAO BASICA	12.454.128,00	9.410.665,00			21.864.793,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	43.149.445,00	12.155.000,00			55.283.241,00
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	480.000,00				384.000,00
		INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.205.089.989,00	219.276.332,00		259.786.000,00	4.591.613.625,00
		SERVICOS URBANOS	163.974.419,00	11.000.000,00		0,00	162.261.996,00
		TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	4.474.960.598,00	450.000,00	61.150.000,00	0,00	3.458.450.860,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	3.000.000,00	700.000,00		0,00	3.000.000,00
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	150.000,00				150.000,00
		Total	2.876.676.947.442,00	257.296.092.439,00	1.724.696.770,00	53.340.762.698,00	2.938.486.110.523,00

Fonte: Tesouro Gerencial

4.1.2. Dotação da Despesa por Poder e Órgão

a) Poder Executivo

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
20000	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	ADMINISTRACAO DIRETA	20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.297.085.864,00	48.579.575,00		0,00	8.330.603.733,00
			60000	GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	11.895.056,00	546.198,00		0,00	12.315.056,00
			61000	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	18.749.496,00			0,00	17.411.496,00
			62000	SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL	56.015.266,00	2.808.430,00		0,00	57.823.696,00
			64000	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	355.044.413,00	7.544.974,00	150.000,00	0,00	357.316.962,00
			65000	SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES	260.387.406,00	20.982.223,00		0,00	266.413.888,00
			66000	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	826.528.212,00	86.942.437,00		0,00	904.573.152,00
			67000	SEC.DE POLITICAS DE PROMOCAO DA IGUALD. RACIAL	75.232.571,00	4.943.324,00		0,00	76.703.049,00
			68000	SECRETARIA DE PORTOS	987.021.727,00	369.897.213,00	419.508,00	0,00	991.465.448,00
			69000	SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	99.812.527,00	1.292.403,00		0,00	99.057.930,00
		AUTARQUIA	24208	INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI	19.880.197,00	2.721.300,00		0,00	20.884.657,00
			62201	AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	635.847.949,00	21.662.841,00		0,00	654.418.587,00
			68201	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	111.944.933,00	18.074.320,00		0,00	127.543.484,00
		FUNDACAO	61201	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	328.820.982,00	17.022.511,00		0,00	342.246.493,00
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A.-EBC	627.526.080,00	104.657.764,00		0,00	732.183.844,00
		FUNDOS	20116	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	411.565.364,00	2.314.589,00		0,00	413.879.953,00
			62901	FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	4.686.422.043,00	713.915.131,00	137.213.688,00	0,00	4.823.635.731,00
			64901	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	22.744.490,00	11.781.172,00			34.525.662,00
			64902	FUNDO NACIONAL DO IDOSO	12.193.700,00	3.337.300,00		0,00	15.531.000,00
20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	ADMINISTRACAO DIRETA	20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	32.147.578.326,00	3.189.304.923,00	531.489,00	11.114.916,00	18.632.113.553,00
		FUNDACAO	20202	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	49.785.979,00	4.690.211,00		0,00	51.541.925,00
		FUNDACAO	25205	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	2.089.615.659,00	94.664.805,00		0,00	2.164.274.464,00
22000	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	ADMINISTRACAO DIRETA	22000	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	5.695.148.594,00	334.382.214,00		743.461.480,00	6.683.712.336,00
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	22202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	2.864.278.179,00	344.382.033,00		0,00	3.208.366.410,00
			22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	3.135.023.732,00	138.040.905,00		0,00	3.176.599.768,00
		FUNDOS	22905	FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	4.325.104.304,00			0,00	4.325.104.304,00
24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	ADMINISTRACAO DIRETA	24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	1.767.352.492,00	85.751.518,00		0,00	2.508.251.226,00
		AUTARQUIA	20301	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	855.722.690,00	54.597.935,00		0,00	946.550.515,00
		AUTARQUIA	20402	AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	295.396.050,00	420.000,00		0,00	249.428.196,00
		FUNDACAO	20501	CONSELHO NACIONAL DE DES. CIENT.E TECNOLOGICO	1.963.714.975,01	57.958.887,00		0,00	2.021.326.406,01
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	24209	CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A	114.628.592,00	408.133,00		0,00	115.036.725,00
		ECONOMIA MISTA	20302	NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	309.430.912,00	80.348.916,00		0,00	388.279.828,00
		ECONOMIA MISTA	20303	INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	810.530.035,00	55.482.611,00		0,00	845.612.646,00
		FUNDOS	24901	FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO	4.692.703.131,99	96.800.000,00		0,00	4.010.212.228,99

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
25000	MINISTERIO DA FAZENDA	ADMINISTRACAO DIRETA	25000	MINISTERIO DA FAZENDA	1.603.704.440.121,00	205.142.771.728,00	745.150.000,00	19.790.097.136,00	1.631.041.219.851,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	90000	RESERVA DE CONTINGENCIA	11.700.783.424,00				11.570.066.499,00
		AUTARQUIA	25201	BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	2.953.796.672,00	194.719.256,00		0,00	3.126.475.404,00
		AUTARQUIA	25203	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	325.591.241,00	9.983.274,00		0,00	334.749.091,00
		AUTARQUIA	25208	SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS	233.469.024,00	7.446.288,00		0,00	240.844.558,00
		FUNDOS	25901	FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS	754.894.919,00				754.894.919,00
		FUNDOS	25904	FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	245.097.979,00				245.097.979,00
		FUNDOS	25914	FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO	2.620.023.357,00	18.000.000,00			2.638.023.357,00
		FUNDOS	25915	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	12.399.541.239,00	427.862.383,00			12.399.541.239,00
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	ADMINISTRACAO DIRETA	26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	2.222.869.589,00	78.540.838,00		0,00	2.284.307.675,00
		AUTARQUIA	26201	COLEGIO PEDRO II	538.780.755,00	46.821.434,00		0,00	584.753.990,00
		AUTARQUIA	26231	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	768.098.389,00	63.866.425,00		0,00	829.790.421,00
		AUTARQUIA	26232	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1.468.884.441,00	77.523.913,00		0,00	1.533.207.683,00
		AUTARQUIA	26233	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.421.969.147,00	90.413.728,00		0,00	1.510.935.071,00
		AUTARQUIA	26234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	896.406.975,00	117.680.691,00		0,00	990.210.606,00
		AUTARQUIA	26235	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	1.172.806.926,00	118.661.263,00		0,00	1.259.867.627,00
		AUTARQUIA	26236	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.758.292.804,00	125.940.808,00		0,00	1.882.335.880,00
		AUTARQUIA	26237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	850.732.788,00	162.588.679,00		0,00	982.248.367,00
		AUTARQUIA	26238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1.884.761.435,00	144.890.512,00		0,00	2.026.540.426,00
		AUTARQUIA	26239	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	1.176.237.415,00	61.463.377,00		0,00	1.236.228.769,00
		AUTARQUIA	26240	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	1.440.990.574,00	131.735.889,00		0,00	1.559.652.963,00
		AUTARQUIA	26241	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	1.428.708.386,00	171.239.870,00		0,00	1.592.356.012,00
		AUTARQUIA	26242	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1.424.591.667,00	152.869.312,00		0,00	1.557.631.387,00
		AUTARQUIA	26243	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.476.095.607,00	98.207.330,00		0,00	1.569.977.061,00
		AUTARQUIA	26244	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.499.492.158,00	144.258.754,00		0,00	1.641.817.632,00
		AUTARQUIA	26245	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	3.137.785.826,00	286.886.498,00		0,00	3.387.785.085,00
		AUTARQUIA	26246	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.364.727.449,00	147.140.874,00		0,00	1.507.534.583,00
		AUTARQUIA	26247	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	1.094.897.109,00	82.234.016,00		0,00	1.172.862.337,00
		AUTARQUIA	26248	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	481.782.700,00	66.402.637,00		0,00	546.433.822,00
		AUTARQUIA	26249	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	516.652.656,00	65.164.998,00		0,00	565.586.654,00
		AUTARQUIA	26252	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	591.404.744,00	71.961.759,00		0,00	658.481.753,00
		AUTARQUIA	26253	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	157.951.957,00	17.473.369,00		0,00	175.262.175,00
		AUTARQUIA	26254	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	416.840.352,00	35.795.426,00		0,00	451.064.078,00
		AUTARQUIA	26255	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	203.372.680,00	16.311.297,00		0,00	215.683.977,00
		AUTARQUIA	26256	CENTRO FED.EDUC.TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA	305.104.611,00	33.092.123,00		0,00	337.184.271,00
		AUTARQUIA	26257	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	357.989.608,00	42.170.798,00		0,00	400.043.310,00
		AUTARQUIA	26258	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	781.181.965,00	70.034.900,00		0,00	848.166.865,00
		AUTARQUIA	26260	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	183.888.963,00	12.713.291,00		0,00	195.570.642,00
		AUTARQUIA	26261	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	171.844.045,00	17.339.186,00		0,00	188.908.883,00
		AUTARQUIA	26262	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	995.136.329,00	122.585.584,00		0,00	1.108.682.222,00
		AUTARQUIA	26263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	331.274.648,00	20.952.053,00		0,00	352.109.020,00
		AUTARQUIA	26264	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	245.592.026,00	12.218.080,00		0,00	257.760.019,00
		AUTARQUIA	26267	UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	118.864.362,00	29.056.294,00		0,00	145.920.656,00
		AUTARQUIA	26290	INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	1.166.186.192,00	392.064.868,00		35.862.575,00	1.420.744.977,00
		AUTARQUIA	26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	61.300.596.724,00	797.799.409,00	17.204.001,00	5.231.885.888,00	65.381.136.784,00
		AUTARQUIA	26351	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	206.623.067,00	26.078.535,00		0,00	227.102.093,00
		AUTARQUIA	26402	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	311.071.047,00	64.940.284,00		0,00	375.822.394,00
		AUTARQUIA	26403	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	253.335.478,00	58.691.569,00		0,00	311.907.903,00

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
		AUTARQUIA	26404	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO	214.101.778,00	31.094.588,00		0,00	243.242.746,00
		AUTARQUIA	26405	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	420.674.633,00	105.750.582,00		0,00	523.978.408,00
		AUTARQUIA	26406	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	451.472.124,00	88.318.982,00		0,00	534.146.182,00
		AUTARQUIA	26407	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	216.960.964,00	50.833.467,00		0,00	267.794.431,00
		AUTARQUIA	26408	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	395.555.101,00	58.256.875,00		0,00	453.535.948,00
		AUTARQUIA	26409	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	271.498.705,00	53.341.163,00		0,00	319.678.404,00
		AUTARQUIA	26410	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	234.771.645,00	18.463.490,00		0,00	253.052.146,00
		AUTARQUIA	26411	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	214.786.124,00	34.601.044,00		0,00	248.713.948,00
		AUTARQUIA	26412	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	221.495.652,00	34.241.265,00		0,00	255.697.705,00
		AUTARQUIA	26413	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO	197.699.300,00	8.171.886,00		0,00	205.486.186,00
		AUTARQUIA	26414	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	303.580.940,00	60.634.206,00		0,00	360.915.146,00
		AUTARQUIA	26415	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL	88.011.841,00	24.026.395,00		0,00	112.038.236,00
		AUTARQUIA	26416	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	274.014.372,00	38.501.864,00		0,00	312.269.716,00
		AUTARQUIA	26417	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA	363.751.559,00	79.377.338,00		0,00	442.824.813,00
		AUTARQUIA	26418	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO	374.134.489,00	70.729.463,00		0,00	444.148.854,00
		AUTARQUIA	26419	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	300.249.997,00	29.257.776,00	14.184,00	0,00	329.118.764,00
		AUTARQUIA	26420	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	183.987.934,00	52.735.610,00		0,00	236.101.140,00
		AUTARQUIA	26421	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	156.417.194,00	17.127.789,00		0,00	173.544.983,00
		AUTARQUIA	26422	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE	243.392.024,00	43.230.035,00		0,00	283.593.937,00
		AUTARQUIA	26423	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	202.913.371,00	40.066.151,00		0,00	242.854.926,00
		AUTARQUIA	26424	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS	170.433.983,00	35.446.514,00		0,00	205.844.229,00
		AUTARQUIA	26425	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	87.736.195,00	9.044.065,00		0,00	96.744.356,00
		AUTARQUIA	26426	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	65.620.705,00	9.932.399,00		0,00	75.503.104,00
		AUTARQUIA	26427	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	462.398.415,00	26.314.323,00		0,00	488.264.250,00
		AUTARQUIA	26428	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	159.920.210,00	16.299.260,00		0,00	176.122.554,00
		AUTARQUIA	26429	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS	306.510.811,00	45.291.569,00		0,00	351.376.188,00
		AUTARQUIA	26430	INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC. DO S.PERNAMBUCANO	132.320.910,00	13.094.436,00		0,00	145.235.394,00
		AUTARQUIA	26431	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI	257.749.974,00	79.764.298,00		0,00	337.514.272,00
		AUTARQUIA	26432	INSTITUTO FEDERAL DO PARANA	210.149.157,00	66.967.616,00		0,00	277.116.773,00
		AUTARQUIA	26433	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	270.260.077,00	53.959.276,00		0,00	323.513.785,00
		AUTARQUIA	26434	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	287.119.830,00	69.151.497,00		0,00	356.062.247,00
		AUTARQUIA	26435	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	408.891.545,00	106.483.525,00		0,00	511.774.967,00
		AUTARQUIA	26436	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC. SUL-RIO-GRANDENSE	306.659.465,00	53.137.819,00		0,00	357.482.997,00
		AUTARQUIA	26437	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	103.940.311,00	9.515.240,00		0,00	113.155.551,00
		AUTARQUIA	26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	392.278.890,00	59.273.738,00		0,00	448.867.003,00
		AUTARQUIA	26439	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	472.072.177,00	183.239.958,00		0,00	629.612.135,00
		AUTARQUIA	26440	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	242.914.153,00	21.519.766,00		0,00	254.267.919,00
		AUTARQUIA	26441	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	179.239.023,00	4.134.999,00		0,00	170.546.662,00
		AUTARQUIA	26442	UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA	123.501.254,00	23.708.207,00		0,00	135.728.411,00
		AUTARQUIA	26447	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	92.265.319,00	1.156.334,00		0,00	80.777.653,00
		AUTARQUIA	26448	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARA	92.783.801,00	4.243.982,00		0,00	96.887.783,00
		AUTARQUIA	26449	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	71.663.269,00	19.825.539,00		0,00	91.488.808,00
		AUTARQUIA	26450	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	62.520.660,00	5.536.369,00		0,00	67.757.029,00
		FUNDACAO	26230	FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	142.613.735,00	21.300.405,00		0,00	163.433.911,00
		FUNDACAO	26250	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	183.622.690,00	16.937.773,00		0,00	200.560.463,00
		FUNDACAO	26251	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	303.715.260,00	7.617.027,00		0,00	308.332.287,00
		FUNDACAO	26266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	243.524.489,00	24.322.253,00		0,00	267.783.754,00
		FUNDACAO	26268	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	237.873.126,00	18.895.203,00		0,00	256.768.329,00

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
		FUNDACAO	26269	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO	395.354.191,00	43.214.687,00		0,00	431.539.686,00
		FUNDACAO	26270	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	660.156.311,00	54.482.999,00		0,00	713.110.979,00
		FUNDACAO	26271	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	1.791.142.739,00	183.210.647,00		0,00	1.915.804.358,00
		FUNDACAO	26272	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	699.595.229,00	70.327.323,00		0,00	758.973.138,00
		FUNDACAO	26273	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	461.388.199,00	48.092.925,00		0,00	508.639.260,00
		FUNDACAO	26274	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	1.060.169.337,00	127.205.274,00		0,00	1.161.286.559,00
		FUNDACAO	26275	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	310.370.390,00	28.251.470,00		0,00	338.445.632,00
		FUNDACAO	26276	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	788.289.868,00	65.492.000,00		0,00	848.931.868,00
		FUNDACAO	26277	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	357.371.162,00	24.817.596,00		0,00	376.475.905,00
		FUNDACAO	26278	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	634.267.954,00	70.877.680,00		0,00	683.553.142,00
		FUNDACAO	26279	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	669.470.655,00	56.411.352,00		0,00	725.421.695,00
		FUNDACAO	26280	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	529.802.570,00	34.237.923,00		0,00	561.095.185,00
		FUNDACAO	26281	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	639.392.836,00	48.580.157,00		0,00	687.622.993,00
		FUNDACAO	26282	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	736.486.044,00	63.969.708,00		0,00	795.433.660,00
		FUNDACAO	26283	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	659.571.900,00	68.299.731,00		0,00	724.396.327,00
		FUNDACAO	26284	FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	106.504.459,00	21.475.544,00		0,00	123.479.587,00
		FUNDACAO	26285	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	254.267.171,00	38.346.406,00		0,00	283.038.546,00
		FUNDACAO	26286	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	174.709.741,00	17.326.791,00		0,00	190.986.532,00
		FUNDACAO	26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	6.268.799.399,00	1.405.407.927,00		0,00	7.433.665.299,00
		FUNDACAO	26292	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	120.560.913,00	6.313.465,00		0,00	126.824.240,00
		FUNDACAO	26350	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	270.863.636,00	14.602.104,00		0,00	285.222.976,00
		FUNDACAO	26352	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	244.540.851,00	19.748.440,00		0,00	264.230.419,00
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	26294	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	918.793.382,00	148.718.071,00		0,00	1.019.161.453,00
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	26443	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	1.921.186.033,00	454.679.513,00		0,00	2.284.875.196,00
28000	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	ADMINISTRACAO DIRETA	28000	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	851.255.701,00	4.292.379,00		0,00	852.865.345,00
		AUTARQUIA	20603	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	796.812.788,00	30.151.590,00		0,00	823.768.830,00
		AUTARQUIA	30203	INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA	1.125.069.075,00	11.803.236,00		0,00	1.136.651.811,00
		AUTARQUIA	30204	INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	389.672.000,00	19.413.910,00		0,00	401.570.984,00
		FUNDOS	28500	FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE	136.530.012,00	1.314.618,00			137.844.630,00
29000	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	29000	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	530.241.156,00	24.666.911,00		1.400.000,00	532.037.156,00
30000	MINISTERIO DA JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	30000	MINISTERIO DA JUSTICA	1.436.838.477,00	159.960.602,00	118.000.000,00	15.000.000,00	1.494.742.028,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	30108	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	5.393.783.897,00	533.429.178,00		0,00	5.846.891.128,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	30802	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ	3.284.881.853,00	320.476.769,00		0,00	3.541.442.839,00
		AUTARQUIA	30211	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	31.489.303,00	4.758.916,00		0,00	36.248.219,00
		FUNDACAO	30202	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	639.328.999,00	18.229.631,00		0,00	653.323.371,00
		FUNDOS	30905	SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR FUNDO	169.066.412,00	151.698,00		0,00	169.066.412,00
		FUNDOS	30907	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL	541.815.608,00	16.997.149,00	500.000,00	0,00	542.315.608,00
		FUNDOS	30911	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	926.630.479,00	48.151.659,00	2.300.000,00	0,00	876.240.423,00
		FUNDOS	30912	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	330.157.620,00	400.000,00		0,00	324.357.620,00
32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	ADMINISTRACAO DIRETA	32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	37.387.049.795,00	557.254.551,00		0,00	37.943.750.862,00
		AUTARQUIA	32205	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	711.692.890,00	24.975.843,00		0,00	736.668.733,00
		AUTARQUIA	32210	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA	1.549.521.670,00	16.410.073,00		0,00	1.556.443.521,00
		AUTARQUIA	32263	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	466.164.481,00	27.572.124,00		0,00	489.354.657,00
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	29208	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	511.719.349,00	46.143.291,00		0,00	552.799.130,00
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	32314	EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA	111.386.900,00	8.070.000,00		0,00	119.456.900,00

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	ADMINISTRACAO DIRETA	33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	373.601.419,00	16.647.049,00	368.258.333,00	0,00	739.619.625,00
		AUTARQUIA	33206	SUPERINT.NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	63.760.011,00	60.000,00		0,00	63.820.011,00
		AUTARQUIA	37202	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	13.938.915.824,00	893.372.519,00		0,00	14.426.782.953,00
		FUNDOS	37904	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL	436.289.681.023,00	4.436.134.283,00			440.090.564.912,00
34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	5.940.517.748,00	804.087.622,00	13.867.000,00	49.020.320,00	5.994.361.998,00
35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	ADMINISTRACAO DIRETA	35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.466.345.066,01	590.724.562,00		300.000.000,00	3.357.069.628,01
		FUNDACAO	35201	FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	18.157.318,00	365.330,00		0,00	18.522.648,00
36000	MINISTERIO DA SAUDE	ADMINISTRACAO DIRETA	36000	MINISTERIO DA SAUDE	112.452.089.830,00	5.901.504.310,00	3.860.000,00	2.732.952.388,00	112.663.430.094,00
		AUTARQUIA	36212	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	809.967.860,00	34.660.488,00		0,00	842.328.348,00
		AUTARQUIA	36213	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	284.624.074,00	13.757.238,00		0,00	297.081.312,00
		FUNDACAO	36201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	2.312.590.260,00	221.924.415,00		0,00	2.518.309.329,00
		FUNDACAO	36211	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	4.154.721.551,00	15.058.835,00		0,00	3.716.208.212,00
		ECONOMIA MISTA	36210	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	1.010.550.368,00	106.298.126,00		0,00	1.116.848.494,00
38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	ADMINISTRACAO DIRETA	38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	6.939.880.891,00	730.090.952,00	591.200,00	10.990.000.000,00	18.654.665.343,00
		FUNDACAO	37201	FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.	109.966.454,00	3.859.154,00		0,00	113.375.608,00
		FUNDOS	38901	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	66.348.801.782,00	1.579.485.779,00		0,00	67.915.215.561,00
39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	ADMINISTRACAO DIRETA	39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	3.534.457.837,00	17.032.811,00	1.347.082,00	0,00	3.300.433.073,00
		AUTARQUIA	39250	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	1.305.629.492,00	102.685.362,00		0,00	1.399.414.854,00
		AUTARQUIA	39252	DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	12.174.249.846,00	2.282.989.140,00	67.831.000,00	19.000.000,00	11.605.125.902,00
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	29209	VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A	2.362.524.413,00	547.850.411,00		0,00	2.368.735.590,00
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	39253	EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S.A-EPL	288.109.420,00	800.000,00		0,00	166.076.216,00
		FUNDOS	49901	DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE	6.632.931.035,00			0,00	6.632.931.035,00
41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	ADMINISTRACAO DIRETA	41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	2.243.699.129,00	5.875.915,00		0,00	2.091.643.571,00
		AUTARQUIA	41231	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	5.677.223.857,00	17.875.658,00		0,00	5.695.099.515,00
		FUNDOS	41232	FUNDO DE UNIVERS.DOS SERV. DE TELECOMUNICOES	3.100.152.274,00				3.100.152.274,00
		FUNDOS	41903	FUNDO P/ O DESENVOLV.TEC. DAS TELECOMUNICACOES	516.161.814,00			0,00	516.161.814,00
42000	MINISTERIO DA CULTURA	ADMINISTRACAO DIRETA	42000	MINISTERIO DA CULTURA	534.423.200,00	25.165.958,00		2.500.000,00	536.755.200,00
		AUTARQUIA	20203	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	135.211.239,00	12.434.315,00		0,00	144.552.159,00
		AUTARQUIA	20411	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	445.297.203,00	19.288.115,00		0,00	452.621.031,00
		AUTARQUIA	42207	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	185.461.188,00	10.432.862,00	250.000,00	0,00	191.044.050,00
		FUNDACAO	20403	FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	38.735.599,00	5.290.000,00		0,00	43.935.599,00
		FUNDACAO	20404	FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	105.483.757,00	3.795.000,00		0,00	108.178.757,00
		FUNDACAO	20408	FUNDACAO CULTURAL PALMARES	26.549.796,00	1.610.500,00		0,00	27.580.296,00
		FUNDACAO	20412	FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	138.545.546,00	1.596.512,00		0,00	139.542.049,00
		FUNDOS	34902	FUNDO NACIONAL DE CULTURA	1.881.237.022,00	10.750.000,00	600.000,00	0,00	1.881.687.022,00
44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	ADMINISTRACAO DIRETA	44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	565.056.314,00	17.601.915,00		0,00	537.976.247,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	44208	SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	94.621.540,00	16.882.235,00		1.732.274,00	109.628.315,00
		AUTARQUIA	20701	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV.	1.326.831.742,00	92.631.643,00		0,00	1.404.432.274,00
		AUTARQUIA	44205	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	442.230.011,00	11.499.599,00		0,00	452.643.350,00
		AUTARQUIA	44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	63.219.295,00	4.544.862,00		0,00	66.176.277,00
		AUTARQUIA	44207	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	601.932.068,00	94.560.814,00		0,00	688.009.082,00
		FUNDOS	44204	FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	36.367.966,00			0,00	36.367.966,00
		FUNDOS	44902	FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA	400.000.000,00			0,00	400.000.000,00
49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	ADMINISTRACAO DIRETA	49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	2.299.343.142,00	24.500.111,00		304.449.009,00	2.603.790.131,00
		AUTARQUIA	22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	4.785.402.026,00	103.956.966,00		0,00	4.760.611.116,00
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	ADMINISTRACAO DIRETA	51000	MINISTERIO DO ESPORTE	3.450.128.834,00	187.674.611,00	113.600.000,00	166.846.000,00	3.629.836.437,00

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
52000	MINISTERIO DA DEFESA	ADMINISTRACAO DIRETA	52000	MINISTERIO DA DEFESA	3.186.656.938,00	89.730.758,00		482.968.105,00	3.675.461.358,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	52111	COMANDO DA AERONAUTICA	19.026.016.804,00	1.473.407.399,00		10.000.000,00	20.288.042.452,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	52121	COMANDO DO EXERCITO	32.800.017.139,00	3.290.340.659,00		0,00	35.870.074.962,00
		ADMINISTRACAO DIRETA	52131	COMANDO DA MARINHA	21.408.701.151,99	1.634.526.705,00		0,00	22.843.365.077,99
		AUTARQUIA	31280	CAIXA DE CONSTRUCOES DE CASAS P/PESSOAL DA MB	226.661.226,00	275.000,00		0,00	226.936.226,00
		AUTARQUIA	52211	CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	7.815.506,00	166.506,00		0,00	7.982.012,00
		FUNDACAO	52222	FUNDACAO OSORIO	16.220.116,00	1.567.350,00		0,00	17.787.466,00
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	52221	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL	227.856.694,00	18.039.751,00		0,00	245.896.445,00
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	52233	AMAZONIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.	222.533.949,00	36.756.457,00		0,00	255.421.119,00
		FUNDOS	52132	COMANDO DA MARINHA - FUNDO NAVAL	736.729.254,00	9.648.749,00		0,00	737.060.948,00
		FUNDOS	52133	COM.MARINHA - FUNDO DESENV.ENS.PROF.MARITIMO	239.261.649,00	20.255.708,00		0,00	259.261.649,00
		FUNDOS	52904	FUNDO DO EXERCITO	1.338.179.667,00	55.000.000,00		0,00	1.383.179.667,00
		FUNDOS	52911	FUNDO AERONAUTICO	2.336.923.064,00	8.799.691,00		0,00	2.339.222.755,00
53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	ADMINISTRACAO DIRETA	53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	4.118.233.437,00	886.747.975,00		2.423.112.379,00	6.232.372.498,00
		AUTARQUIA	22204	DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	1.293.144.518,00	77.059.147,00		2.000.000,00	1.240.161.772,00
		AUTARQUIA	53202	SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	127.779.876,00	4.770.492,00		2.000.000,00	132.353.368,00
		AUTARQUIA	53203	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	88.958.706,00	3.732.416,00		0,00	92.690.323,00
		AUTARQUIA	53207	SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	231.811.782,00	5.055.000,00		5.000.000,00	236.816.782,00
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	22203	CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA	1.124.016.912,00	89.798.273,00		5.000.000,00	1.104.284.171,00
		FUNDOS	53901	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	2.249.195.321,00			0,00	2.249.195.321,00
		FUNDOS	53902	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	2.249.195.321,00			0,00	2.249.195.321,00
		FUNDOS	53903	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	6.747.585.970,00			0,00	6.747.585.970,00
		FUNDOS	53904	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	1.397.512.880,00			0,00	1.397.512.880,00
		FUNDOS	53905	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	2.022.481.635,00			0,00	2.022.481.635,00
		FUNDOS	74919	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	1.102.853.841,00			0,00	1.102.853.841,00
54000	MINISTERIO DO TURISMO	ADMINISTRACAO DIRETA	54000	MINISTERIO DO TURISMO	1.608.944.296,00	16.790.000,00		170.670.000,00	1.779.695.855,00
		AUTARQUIA	20604	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	285.828.463,00	2.639.526,00		0,00	287.535.697,00
		FUNDOS	54901	FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR	44.081.358,00			0,00	44.081.358,00
55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	ADMINISTRACAO DIRETA	55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	30.334.013.422,00	291.318.205,00		0,00	29.998.933.422,00
		FUNDOS	55001	FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	44.999.537.125,00	883.360.357,00	400.000,00	0,00	45.419.705.779,00
56000	MINISTERIO DAS CIDADES	ADMINISTRACAO DIRETA	56000	MINISTERIO DAS CIDADES	30.800.580.863,00	330.164.826,00		9.249.120.525,00	34.561.378.954,00
		ECONOMIA MISTA	29205	EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	241.372.365,00	28.412.806,00		0,00	269.313.967,00
		ECONOMIA MISTA	29214	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1.032.129.459,00	232.378.547,00	61.150.000,00	0,00	1.262.275.006,00
		FUNDOS	56901	FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	982.362.524,00	11.700.000,00		0,00	982.362.524,00
		FUNDOS	56902	FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL	182.848.917,00	40.000.000,00		0,00	182.848.917,00
58000	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	ADMINISTRACAO DIRETA	58000	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	773.151.677,00	9.374.986,00		0,00	774.623.177,00
59000	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	ADMINISTRACAO DIRETA	59000	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	91.450.780,00	2.600.000,00		1.033.333,00	80.702.259,00
63000	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	63000	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	2.965.711.427,00	298.552.434,00		0,00	3.250.639.541,00

Fonte: Tesouro Gerencial

b) Poder Legislativo

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	ADMINISTRACAO DIRETA	01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	5.198.582.638,00	353.493.446,00		30.589.515,00	5.210.728.128,00
		FUNDOS	01901	FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	163.743.169,00			50.303.955,00	163.755.643,00
02000	SENADO FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	02000	SENADO FEDERAL	3.916.377.597,00	207.872.081,00		21.666.666,00	3.916.658.698,00
03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.823.516.700,00	100.318.257,00		17.903.712,00	1.823.516.700,00

Fonte: Tesouro Gerencial

c) Poder Judiciário

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	603.855.678,00	71.836.281,00		15.888.082,00	623.205.678,00
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	1.301.664.660,00	144.162.645,00		18.807.864,00	1.340.808.280,00
12000	JUSTICA FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	12000	JUSTICA FEDERAL	10.192.650.978,00	904.721.233,00	46.806.861,00	109.995.495,00	10.222.727.135,00
13000	JUSTICA MILITAR	ADMINISTRACAO DIRETA	13000	JUSTICA MILITAR	464.278.536,00	39.536.121,00		5.317.981,00	475.802.032,00
14000	JUSTICA ELEITORAL	ADMINISTRACAO DIRETA	14000	JUSTICA ELEITORAL	6.564.757.818,00	491.529.282,00	19.035.339,00	127.111.562,00	6.606.911.986,00
15000	JUSTICA DO TRABALHO	ADMINISTRACAO DIRETA	15000	JUSTICA DO TRABALHO	16.676.696.355,00	2.920.540.402,00	5.617.085,00	152.337.833,00	17.558.075.233,00
16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	ADMINISTRACAO DIRETA	16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	2.295.592.718,00	244.698.771,00		24.352.227,00	2.319.178.335,00
17000	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	17000	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	285.360.365,00	10.620.604,00		20.261.478,00	283.317.325,00

Fonte: Tesouro Gerencial

d) TOTAL

DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
2.876.676.947.442,00	257.296.092.439,00	1.724.696.770,00	53.340.762.698,00	2.938.486.110.523,00

Fonte: Tesouro Gerencial

4.1.3. Dotação da Despesa por Programa Regionalizado

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR REGIÃO E PROGRAMA

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
CENTRO-OESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	22.523.474.292,00	1.309.742.507,00			23.809.340.605,00
CENTRO-OESTE	0550	CONTROLE EXTERNO	35.500.000,00	9.000.000,00		5.166.666,00	44.500.000,00
CENTRO-OESTE	0551	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.350.118.548,00	26.924.931,00		21.666.666,00	2.331.606.042,00
CENTRO-OESTE	0553	ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	3.761.788.110,00	193.010.583,00		80.893.470,00	3.908.406.657,00
CENTRO-OESTE	0565	PRESTACAO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	475.247.627,00	50.815.204,00		15.888.082,00	503.575.678,00
CENTRO-OESTE	0566	PRESTACAO JURISDICIONAL MILITAR	2.000.000,00			666.667,00	2.000.000,00
CENTRO-OESTE	0567	PRESTACAO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.863.629.974,00	193.134.771,00		24.352.227,00	1.970.545.092,00
CENTRO-OESTE	0568	PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	940.194.973,00	94.972.095,00		8.632.403,00	1.002.853.705,00
CENTRO-OESTE	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	106.532.147,00	6.350.000,00	19.761.724,00	24.833.321,00	90.876.115,00
CENTRO-OESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	600.115.407,00	33.038.127,00	1.380.000,00	4.345.579,00	593.830.667,00
CENTRO-OESTE	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	764.411.718,00	109.174.486,00	13.000,00	10.311.374,00	858.728.438,00
CENTRO-OESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	582.447.138,00	111.091.371,00	2.000.000,00	6.374.999,00	681.525.079,00
CENTRO-OESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	48.407.809,00	1.554.709,00			43.961.559,00
CENTRO-OESTE	0902	OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	200.000,00				200.000,00
CENTRO-OESTE	0903	OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	12.399.541.239,00	427.862.383,00			12.399.541.239,00
CENTRO-OESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	749.984.073,00	12.146.877,00	14.379.331,00		89.119.857,00
CENTRO-OESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	341.825,00	61.257,00			403.082,00
CENTRO-OESTE	1389	CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUD	57.655.033,00			1.066.667,00	57.655.033,00
CENTRO-OESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	2.100.000,00				2.100.000,00
CENTRO-OESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	4.700.000,00			0,00	4.700.000,00
CENTRO-OESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	62.357.514,00				62.357.514,00
CENTRO-OESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	4.957.604.044,00	193.011.122,00	2.560.000,00	50.000.000,00	4.893.729.444,00
CENTRO-OESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	2.600.000,00	200.000,00			2.600.000,00
CENTRO-OESTE	2018	BIODIVERSIDADE	600.000,00				600.000,00
CENTRO-OESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	20.300.000,00				20.200.000,00
CENTRO-OESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	750.000,00				750.000,00
CENTRO-OESTE	2022	COMBUSTIVEIS	800.000,00			0,00	800.000,00
CENTRO-OESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	5.000.000,00				5.000.000,00
CENTRO-OESTE	2026	CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	9.040.000,00				9.040.000,00
CENTRO-OESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	40.366.899,00	100.000,00	250.000,00	0,00	40.466.899,00
CENTRO-OESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	194.112.034,00				194.112.034,00
CENTRO-OESTE	2030	EDUCACAO BASICA	81.791.693,00			0,00	81.791.693,00
CENTRO-OESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	393.609.032,00	6.943.544,00		0,00	397.552.576,00
CENTRO-OESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.233.692.148,00	151.074.031,00		0,00	1.345.966.179,00
CENTRO-OESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	19.514.600,00	300.000,00			19.514.600,00
CENTRO-OESTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	141.272.259,00				139.772.259,00
CENTRO-OESTE	2038	DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	36.000.000,00				36.000.000,00
CENTRO-OESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	57.898.926,00			0,00	52.239.062,00
CENTRO-OESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	720.000,00				720.000,00
CENTRO-OESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	1.130.000,00				1.130.000,00
CENTRO-OESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	400.000,00				400.000,00
CENTRO-OESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	750.000,00				750.000,00
CENTRO-OESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	2.650.000,00				2.650.000,00
CENTRO-OESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	333.142.240,00	12.333.412,00			345.475.652,00
CENTRO-OESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	3.000.000,00			0,00	3.000.000,00
CENTRO-OESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	41.432.182,00			0,00	41.432.182,00
CENTRO-OESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	6.362.300,00		800.000,00		6.362.300,00
CENTRO-OESTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.500.000,00				1.500.000,00
CENTRO-OESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	6.246.826,00				6.246.826,00
CENTRO-OESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	500.000,00				500.000,00
CENTRO-OESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	450.000,00				450.000,00
CENTRO-OESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	2.000.000,00			0,00	2.000.000,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
CENTRO-OESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	40.934.482,00				38.934.482,00
CENTRO-OESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	63.919.400,00	3.445.000,00		0,00	66.484.400,00
CENTRO-OESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	250.000,00				250.000,00
CENTRO-OESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	271.334.000,00	229.323.300,00		0,00	500.657.300,00
CENTRO-OESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.203.402.721,00	151.630.000,00	1.800.000,00	0,00	1.097.607.197,00
CENTRO-OESTE	2076	TURISMO	76.591.264,00				76.591.264,00
CENTRO-OESTE	2100	CONTROLE DA ATUACAO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINIST	41.856.151,00				38.594.424,00
CENTRO-OESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	140.667.104,00	9.237.244,00		0,00	148.268.100,00
CENTRO-OESTE	2102	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DIREITOS HU	987.588,00				987.588,00
CENTRO-OESTE	2103	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS D	393.948,00				393.948,00
CENTRO-OESTE	2104	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS P	11.377.057,00	5.776.482,00			17.153.539,00
CENTRO-OESTE	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	114.250.511,00	2.676.933,00			116.779.988,00
CENTRO-OESTE	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	92.537.364,00	9.992.500,00			102.519.864,00
CENTRO-OESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	223.898.544,00	10.161.105,00		0,00	233.459.649,00
CENTRO-OESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	4.033.252.036,00	471.208.526,00		0,00	4.424.268.375,00
CENTRO-OESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	867.916.327,00	130.333.701,00		0,00	981.350.028,00
CENTRO-OESTE	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	265.938.405,00	26.871.729,00		0,00	285.810.134,00
CENTRO-OESTE	2113	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PESCA E AQU	39.484.091,00	1.471.500,00			40.955.591,00
CENTRO-OESTE	2114	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA	10.441.620,00	100.000,00			10.541.620,00
CENTRO-OESTE	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	6.807.011.368,00	389.507.532,00			7.054.758.872,00
CENTRO-OESTE	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	47.481.511,00	7.803.347,00			55.216.014,00
CENTRO-OESTE	2117	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACO	96.042.219,00	3.417.000,00		0,00	98.659.219,00
CENTRO-OESTE	2118	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS RELACOES E	641.304,00				641.304,00
CENTRO-OESTE	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	481.650.358,00	21.298.011,00		0,00	502.242.937,00
CENTRO-OESTE	2120	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	61.477.651,00	560.000,00			62.037.651,00
CENTRO-OESTE	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	168.132.351,00	1.160.000,00			169.074.234,00
CENTRO-OESTE	2122	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	4.836.876,00				4.836.876,00
CENTRO-OESTE	2123	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO ESPORTE	36.925.022,00	740.000,00			37.665.022,00
CENTRO-OESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	179.425.772,00	19.296.443,00		0,00	198.722.215,00
CENTRO-OESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	31.761.703,00	1.450.000,00		0,00	33.211.703,00
CENTRO-OESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	233.535.706,00	4.246.811,00		0,00	235.375.013,00
CENTRO-OESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	1.000.000,00				1.000.000,00
CENTRO-OESTE	2128	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TURISMO	35.542.782,00	30.000,00			35.572.782,00
NORDESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	3.821.961.714,00	442.073.108,00			4.261.985.766,00
NORDESTE	0550	CONTROLE EXTERNO	6.200.000,00	60.000,00		2.066.667,00	4.787.915,00
NORDESTE	0566	PRESTACAO JURISDICIONAL MILITAR	2.000.000,00			666.667,00	2.000.000,00
NORDESTE	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	134.071.890,00	16.636.136,00	12.912.759,00	13.201.376,00	108.148.276,00
NORDESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	1.196.536.394,00	77.310.474,00	12.733.912,00	20.682.105,00	1.270.797.027,00
NORDESTE	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	2.517.368.623,00	331.435.398,00	2.100.000,00	41.389.935,00	2.829.715.577,00
NORDESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	54.075.602,00	10.950.000,00	1.927.000,00	3.821.667,00	59.869.490,00
NORDESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	70.311.162,00	2.127.582,00			72.395.755,00
NORDESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	94.909.993,00	59.563.900,00	49.030.327,00	0,00	172.004.220,00
NORDESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.235.454,00				1.235.454,00
NORDESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	3.170.000,00				3.170.000,00
NORDESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	183.062.305,00	20.216.387,00		0,00	155.844.266,00
NORDESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	166.484.180,00				166.484.180,00
NORDESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	19.346.646.238,00	472.123.474,00	600.000,00	500.000.000,00	18.956.892.266,00
NORDESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	3.100.000,00				3.100.000,00
NORDESTE	2017	AVIACAO CIVIL	1.500.000,00				1.500.000,00
NORDESTE	2018	BIODIVERSIDADE	362.300,00				362.300,00
NORDESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	35.049.301,00				35.049.301,00
NORDESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	12.950.000,00				12.950.000,00
NORDESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	6.152.300,00				6.152.300,00
NORDESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	45.606.900,00	1.830.000,00			45.606.900,00
NORDESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	387.724.011,00	5.000.000,00		0,00	392.724.011,00
NORDESTE	2030	EDUCACAO BASICA	242.240.607,00			0,00	242.240.607,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
NORDESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	1.265.407.770,00	25.908.617,00		0,00	1.287.721.387,00
NORDESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	2.467.879.977,00	113.316.123,00	17.204.001,00	0,00	2.539.739.470,00
NORDESTE	2033	ENERGIA ELETRICA	22.850.000,00				22.500.000,00
NORDESTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	500.000,00				500.000,00
NORDESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	203.488.900,00	2.840.300,00	4.500.000,00		208.588.900,00
NORDESTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	492.523.371,00	200.000,00			492.523.371,00
NORDESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	194.395.181,00			0,00	190.795.181,00
NORDESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	1.482.300,00				1.482.300,00
NORDESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	7.000.000,00				7.000.000,00
NORDESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	300.000,00				300.000,00
NORDESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.531.590,00				6.531.590,00
NORDESTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	117.183.455,00		61.150.000,00		178.333.455,00
NORDESTE	2049	MORADIA DIGNA	38.338.917,00				38.338.917,00
NORDESTE	2051	OFERTA DE AGUA	1.272.070.165,00	42.624.493,00		0,00	950.784.777,00
NORDESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	8.632.913,00				8.632.913,00
NORDESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	1.153.316.672,00	57.002.000,00			1.209.958.944,00
NORDESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	84.800.000,00			0,00	76.800.000,00
NORDESTE	2056	POLITICA ESPACIAL	15.000.000,00			0,00	15.000.000,00
NORDESTE	2057	POLITICA EXTERNA	500.000,00				500.000,00
NORDESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	2.930.000,00				2.930.000,00
NORDESTE	2059	POLITICA NUCLEAR	25.212.807,00			0,00	7.212.807,00
NORDESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	9.062.300,00				9.062.300,00
NORDESTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.150.000,00				1.150.000,00
NORDESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	27.396.247,00				27.396.247,00
NORDESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	300.000,00				300.000,00
NORDESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.929.200,00				1.929.200,00
NORDESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	650.000,00				650.000,00
NORDESTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	4.330.000,00				4.330.000,00
NORDESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	233.428.405,00			0,00	233.428.405,00
NORDESTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.300.000,00				4.300.000,00
NORDESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	162.506.482,00	350.000,00	500.000,00		162.506.482,00
NORDESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	2.640.000,00				2.640.000,00
NORDESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	1.258.540.000,00			0,00	662.159.046,00
NORDESTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	102.000.000,00			0,00	20.000.000,00
NORDESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	3.158.670.401,00	474.090.127,00		0,00	2.908.160.675,00
NORDESTE	2076	TURISMO	408.411.914,00	1.050.000,00			409.311.914,00
NORDESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	4.854.356,00	2.215.000,00		0,00	4.713.050,00
NORDESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	1.712.300,00				1.712.300,00
NORDESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	8.489.382.572,00	1.197.673.514,00		0,00	9.628.171.431,00
NORDESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	71.500.000,00	9.900.000,00		0,00	78.850.000,00
NORDESTE	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	200.000,00				200.000,00
NORDESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	550.000,00			0,00	550.000,00
NORDESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	5.569.236,00			0,00	5.569.236,00
NORDESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	4.000.000,00			0,00	4.000.000,00
NORDESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	11.817.481,00				11.817.481,00
NORTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	2.069.862.919,00	1.110.863.131,00			2.395.231.050,00
NORTE	0550	CONTROLE EXTERNO	2.200.000,00	60.000,00		733.334,00	2.260.000,00
NORTE	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	74.994.300,00		3.350.000,00	1.157.333,00	36.862.300,00
NORTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	516.847.217,00	71.192.890,00	124.940,00	8.835.850,00	576.070.469,00
NORTE	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	31.517.889,00	5.299.590,00	53.548,00	4.875.962,00	29.695.235,00
NORTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	50.036.600,00	480.000,00	800.000,00	2.308.099,00	49.336.600,00
NORTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	14.715.737,00	1.071.605,00			15.786.688,00
NORTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	3.827.466,00	367,00	24.227.925,00	0,00	27.055.758,00
NORTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	541.668,00				501.668,00
NORTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	2.480.000,00				2.480.000,00
NORTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	10.800.000,00	25.797.000,00		0,00	35.337.000,00
NORTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	96.969.337,00				96.969.337,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
NORTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	6.265.046.629,00	42.456.725,00		10.000.000,00	5.514.063.319,00
NORTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	2.200.000,00				1.000.000,00
NORTE	2018	BIODIVERSIDADE	162.300,00				162.300,00
NORTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	17.912.300,00				17.312.300,00
NORTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	702.300,00				702.300,00
NORTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	21.271.266,00				21.271.266,00
NORTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	11.478.600,00				11.478.600,00
NORTE	2028	DEFESA AGROPECUARIA	1.700.000,00				1.700.000,00
NORTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	108.182.844,00	1.753.000,00			108.182.844,00
NORTE	2030	EDUCACAO BASICA	137.088.431,00	382.807,00		0,00	137.388.431,00
NORTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	492.494.613,00	3.239.000,00		0,00	495.733.613,00
NORTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.030.783.030,00	30.492.097,00		0,00	1.057.255.127,00
NORTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	250.000,00				250.000,00
NORTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	49.040.500,00				49.040.500,00
NORTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	143.272.996,00				142.772.996,00
NORTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	28.500.000,00				28.500.000,00
NORTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	1.785.000,00				1.785.000,00
NORTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	500.000,00				500.000,00
NORTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	111.470.367,00				111.470.367,00
NORTE	2049	MORADIA DIGNA	31.000.000,00				31.000.000,00
NORTE	2051	OFERTA DE AGUA	1.000.000,00				1.000.000,00
NORTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	50.557.920,00				50.557.920,00
NORTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	435.296.935,00	6.616.000,00			441.912.935,00
NORTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	787.790.350,00	600.000,00			788.390.350,00
NORTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	3.500.000,00				3.500.000,00
NORTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	800.000,00				800.000,00
NORTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	1.172.811,00				1.172.811,00
NORTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	200.000,00				200.000,00
NORTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	650.000,00				650.000,00
NORTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	500.000,00				500.000,00
NORTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	21.304.900,00				21.304.900,00
NORTE	2067	RESIDUOS SOLIDOS	200.000,00				200.000,00
NORTE	2068	SANEAMENTO BASICO	157.705.367,00	1.762.710,00			159.018.077,00
NORTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.000.000,00				1.000.000,00
NORTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	159.310.000,00			0,00	155.260.000,00
NORTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	774.000,00			0,00	774.000,00
NORTE	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	142.746.668,00	10.789.407,00		19.000.000,00	141.306.668,00
NORTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	2.000.000,00			0,00	2.000.000,00
NORTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.824.312.724,00	360.288.715,00		0,00	1.843.540.004,00
NORTE	2076	TURISMO	164.412.300,00				164.412.300,00
NORTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	250.000,00			0,00	0,00
NORTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	900.000,00				900.000,00
NORTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	2.538.273.263,00	306.482.707,00		0,00	2.827.754.502,00
NORTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	1.270.168.775,00	818.646.920,00		0,00	1.343.873.653,00
NORTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	100.000,00			0,00	100.000,00
NORTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	2.312.300,00				2.312.300,00
SUDESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	6.848.649.888,00	1.348.360.149,00			7.814.590.037,00
SUDESTE	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	73.183.250,00	4.270.169,00	10.767.378,00	16.477.749,00	84.252.628,00
SUDESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	1.252.889.943,00	102.160.353,00	2.669.031,00	7.080.573,00	1.325.216.293,00
SUDESTE	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	5.004.747.618,00	713.127.194,00	900.000,00	24.994.632,00	5.699.133.254,00
SUDESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	68.043.079,00	8.597.000,00	6.000.000,00	5.441.026,00	71.703.953,00
SUDESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	128.997.361,00	5.242.627,00			134.180.446,00
SUDESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	156.908.228,00	163.864.516,00	44.675.832,00	0,00	334.948.576,00
SUDESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.771.060,00	83.950,00			1.848.010,00
SUDESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	3.550.000,00				3.550.000,00
SUDESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	23.400.000,00			0,00	14.500.000,00
SUDESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	198.864.621,00	1.840.000,00			198.864.621,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
SUDESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	27.476.571.765,00	314.627.786,00	700.000,00	250.000.000,00	25.911.808.573,00
SUDESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	16.375.000,00	200.000,00			16.375.000,00
SUDESTE	2018	BIODIVERSIDADE	5.750.000,00	1.198.800,00			5.250.000,00
SUDESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	4.200.000,00	350.000,00			4.200.000,00
SUDESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	17.931.700,00	287.000,00		0,00	16.931.700,00
SUDESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	23.196.300,00				22.986.300,00
SUDESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	59.263.103,00	1.050.000,00	400.000,00	1.500.000,00	60.413.103,00
SUDESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	59.986.850,00	1.500.000,00			59.986.850,00
SUDESTE	2030	EDUCACAO BASICA	338.954.437,00	260.107,00		0,00	338.900.993,00
SUDESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	1.089.783.308,00	50.938.469,00		0,00	1.104.542.941,00
SUDESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	2.901.295.947,00	345.623.264,00		0,00	3.092.165.637,00
SUDESTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	800.000,00				800.000,00
SUDESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	234.025.745,00	8.513.530,00	109.100.000,00		342.875.745,00
SUDESTE	2036	FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCEND	1.300.000,00				1.300.000,00
SUDESTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	467.270.722,00	2.360.000,00	400.000,00		469.470.722,00
SUDESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	29.200.000,00				29.200.000,00
SUDESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	600.000,00				600.000,00
SUDESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	3.400.000,00				3.400.000,00
SUDESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	500.000,00	17.500,00		0,00	500.000,00
SUDESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	800.000,00				800.000,00
SUDESTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	99.153.034,00				99.153.034,00
SUDESTE	2049	MORADIA DIGNA	8.200.000,00				8.200.000,00
SUDESTE	2050	MUDANCAS CLIMATICAS	5.354.300,00				5.354.300,00
SUDESTE	2051	OFERTA DE AGUA	184.817.793,00			0,00	162.273.701,00
SUDESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	5.527.087,00	365.726,00			5.892.813,00
SUDESTE	2053	PETROLEO E GAS	1.000.000,00			0,00	1.000.000,00
SUDESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	831.692.972,00	52.004.920,00			883.567.584,00
SUDESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	370.828.276,00			0,00	320.728.276,00
SUDESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	57.640.000,00			224.970.494,00	282.310.494,00
SUDESTE	2059	POLITICA NUCLEAR	1.151.000,00			0,00	2.351.000,00
SUDESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	16.904.600,00				16.904.600,00
SUDESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	8.697.390,00				8.697.390,00
SUDESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	400.000,00				400.000,00
SUDESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	8.112.000,00	362.000,00			8.112.000,00
SUDESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.180.000,00				1.180.000,00
SUDESTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	3.250.000,00				3.250.000,00
SUDESTE	2067	RESIDUOS SOLIDOS	400.000,00				400.000,00
SUDESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	159.374.600,00	50.000,00			159.174.600,00
SUDESTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	808.834,00				808.834,00
SUDESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	103.565.800,00	1.361.456,00	1.500.000,00	0,00	101.439.550,00
SUDESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	4.300.000,00				4.300.000,00
SUDESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	452.313.810,00	11.663.664,00	65.031.000,00	0,00	503.197.950,00
SUDESTE	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	78.300.000,00			0,00	11.659.643,00
SUDESTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	107.200.000,00	89.584.974,00		0,00	178.584.974,00
SUDESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.658.559.821,00	336.924.126,00		0,00	1.444.185.637,00
SUDESTE	2076	TURISMO	93.512.950,00				92.882.950,00
SUDESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	200.000,00			0,00	0,00
SUDESTE	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	726.007.910,00	74.373.688,00			796.881.598,00
SUDESTE	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	202.269.905,00	14.879.315,00		0,00	216.049.220,00
SUDESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	224.936.725,00	36.508.176,00			257.834.901,00
SUDESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	10.863.748.887,00	1.336.471.821,00		0,00	12.165.149.209,00
SUDESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	185.085.756,00	31.816.174,00		0,00	159.563.282,00
SUDESTE	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	1.500.000,00				1.500.000,00
SUDESTE	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	63.109.303,00	1.477.900,00			64.587.203,00
SUDESTE	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	1.181.469.441,00	91.333.370,00		0,00	1.271.102.811,00
SUDESTE	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	69.800.701,00	4.020.000,00			73.820.701,00
SUDESTE	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	182.828.379,00	1.500.000,00		0,00	184.328.379,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
SUDESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	44.161.234,00	908.334,00		0,00	44.980.868,00
SUDESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	3.155.783,00			0,00	3.155.783,00
SUDESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	900.000,00			0,00	900.000,00
SUDESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	54.306.056,00	457.000,00			54.313.056,00
SUL	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	2.502.496.765,00	329.022.851,00			2.821.691.375,00
SUL	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	31.050.000,00	7.200.000,00		10.350.001,00	30.680.526,00
SUL	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	536.593.155,00	42.372.111,00	2.118.000,00	4.386.668,00	579.817.266,00
SUL	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	2.045.125.762,00	337.582.758,00	2.400.537,00	25.487.868,00	2.334.833.916,00
SUL	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	34.100.000,00		3.140.000,00	4.366.667,00	39.056.667,00
SUL	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	200.213.700,00	17.613.774,00			198.744.194,00
SUL	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.172.396,00	210.900,00	14.184,00		2.397.480,00
SUL	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.170.049,00				1.151.812,00
SUL	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	21.315.848,00				21.315.848,00
SUL	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	38.000.000,00	3.200.000,00		0,00	7.000.000,00
SUL	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	158.140.278,00	1.850.000,00			159.990.278,00
SUL	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	9.818.545.036,00	119.148.823,00		0,00	9.780.808.036,00
SUL	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	900.000,00				800.000,00
SUL	2020	CIDADANIA E JUSTICA	500.000,00				350.000,00
SUL	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	38.474.600,00				38.474.600,00
SUL	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	1.600.000,00				1.600.000,00
SUL	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	37.832.300,00	100.000,00		1.000.000,00	38.672.300,00
SUL	2028	DEFESA AGROPECUARIA	1.850.000,00				0,00
SUL	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	51.107.000,00				51.107.000,00
SUL	2030	EDUCACAO BASICA	76.566.336,00	5.000.000,00		0,00	76.566.336,00
SUL	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	548.823.457,00	14.909.974,00		0,00	555.715.014,00
SUL	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.703.289.634,00	206.807.967,00		0,00	1.848.997.601,00
SUL	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	96.635.200,00	100.000,00			96.635.200,00
SUL	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	240.948.798,00	700.000,00			234.748.798,00
SUL	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	90.300.000,00			0,00	64.500.000,00
SUL	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	700.000,00				700.000,00
SUL	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	47.360.000,00				47.360.000,00
SUL	2049	MORADIA DIGNA	3.150.000,00				3.150.000,00
SUL	2051	OFERTA DE AGUA	79.737.000,00	17.000.000,00		0,00	60.845.600,00
SUL	2052	PESCA E AQUICULTURA	3.250.000,00				3.250.000,00
SUL	2054	PLANEJAMENTO URBANO	364.204.167,00	23.400.000,00			387.604.167,00
SUL	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	500.000,00				500.000,00
SUL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	31.780.000,00				31.780.000,00
SUL	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	2.320.000,00				2.320.000,00
SUL	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.700.000,00				1.700.000,00
SUL	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	8.501.316,00				8.501.316,00
SUL	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	650.000,00				650.000,00
SUL	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.450.000,00		150.000,00		1.600.000,00
SUL	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	500.000,00				500.000,00
SUL	2067	RESIDUOS SOLIDOS	190.000,00				190.000,00
SUL	2068	SANEAMENTO BASICO	18.354.300,00				18.354.300,00
SUL	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	400.000,00				400.000,00
SUL	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	76.352.300,00			0,00	76.252.300,00
SUL	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	650.000,00				650.000,00
SUL	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	105.133.333,00			0,00	76.818.103,00
SUL	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	33.950.000,00			0,00	33.950.000,00
SUL	2074	TRANSPORTE MARITIMO	128.000.000,00	45.000.000,00		0,00	131.000.000,00
SUL	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	2.299.441.467,00	642.450.000,00	1.000.000,00	0,00	1.950.965.582,00
SUL	2076	TURISMO	84.295.500,00	510.000,00			84.805.500,00
SUL	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	38.830.638,00	408.133,00			39.238.771,00
SUL	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	100.000,00				100.000,00
SUL	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	6.155.341.775,00	828.184.550,00		0,00	6.964.166.816,00
SUL	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	19.200.000,00			0,00	16.800.000,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
SUL	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	877.735.213,00	97.388.189,00			975.123.402,00
SUL	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	212.480.460,00	26.277.403,00		0,00	238.286.659,00
SUL	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	27.773.040,00				27.773.040,00
SUL	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	100.000,00			0,00	100.000,00
SUL	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	2.083.938,00			0,00	2.083.938,00
SUL	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	248.302.677,00			0,00	248.302.677,00
Não informada	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	55.206.225.991,00	5.060.560.460,00			60.175.818.145,00
Não informada	0550	CONTROLE EXTERNO	1.209.506.810,00	28.532.647,00		9.937.045,00	1.216.130.132,00
Não informada	0553	ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	1.050.000,00				1.050.000,00
Não informada	0566	PRESTACAO JURISDICIONAL MILITAR	272.866.266,00	18.021.820,00		3.984.647,00	289.900.231,00
Não informada	0568	PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	45.150.000,00	13.000.000,00		10.175.461,00	45.150.000,00
Não informada	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	8.261.048.994,00	713.077.081,00	15.000,00	43.975.715,00	8.815.144.172,00
Não informada	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	662.367.567,00	77.251.896,00		81.780.787,00	637.488.506,00
Não informada	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	2.630.735.900,00	835.996.286,00		45.278.062,00	2.217.825.521,00
Não informada	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	4.218.412.771,00	574.299.251,00		26.707.862,00	4.500.258.776,00
Não informada	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	23.666.802.627,00	1.807.320.303,00	368.258.333,00		24.762.176.883,00
Não informada	0902	OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	43.589.595.871,00	3.359.418,00		4.200.000.000,00	47.792.955.289,00
Não informada	0903	OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	225.880.900.623,00	1.443.990.074,00		15.329.410,00	227.340.220.107,00
Não informada	0905	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS EAMORT	424.612.504.266,00	157.178.187.955,00			545.806.915.683,00
Não informada	0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	11.897.127.904,00	2.114.568.722,00			13.899.189.711,00
Não informada	0907	OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	845.450.258.299,00	35.983.776.538,00			724.958.620.551,00
Não informada	0908	OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA	18.138.540.903,00				18.138.540.903,00
Não informada	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	115.729.334.097,00	8.208.707.607,00	6.938.300,00	31.788.500.000,00	136.971.348.468,00
Não informada	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	897.076.522,00	26.008.895,00	591.200,00	1.466.544,00	904.285.323,00
Não informada	0911	OPERACOES ESPECIAIS - REMUNERACAO DE AGENTES FINANCEIROS	631.079.821,00	169.389.434,00			797.469.255,00
Não informada	0913	OPERACOES ESPECIAIS - PARTICIPACAO DO BRASIL EM ORGANISMOS F	34.500.000,00		600.150.000,00	9.648.372,00	644.298.372,00
Não informada	0999	RESERVA DE CONTINGENCIA	36.210.628.341,00				36.079.911.416,00
Não informada	1389	CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUD	218.074.145,00	10.620.604,00		19.194.811,00	225.280.749,00
Não informada	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	6.001.312.558,00	600.000.000,00		243.274.009,00	6.820.261.456,00
Não informada	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	144.395.885,00	36.576.782,00		0,00	122.271.944,00
Não informada	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	15.530.975.048,00	736.847.420,00	145.000.000,00	121.461.480,00	15.047.619.423,00
Não informada	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	29.964.222.449,00	3.857.815.453,00		1.922.952.388,00	32.938.398.969,00
Não informada	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	215.510.683,00	12.890.808,00		0,00	215.395.750,00
Não informada	2017	AVIACAO CIVIL	1.508.371.653,00	70.241.836,00		0,00	1.105.579.450,00
Não informada	2018	BIODIVERSIDADE	344.570.020,00	56.169.063,00		0,00	387.743.403,00
Não informada	2019	BOLSA FAMILIA	27.691.890.000,00	2.000.000,00		0,00	27.488.690.000,00
Não informada	2020	CIDADANIA E JUSTICA	711.332.650,00	31.770.125,00		16.400.000,00	738.522.290,00
Não informada	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	5.700.502.761,00	152.057.904,00		0,00	5.771.958.415,00
Não informada	2022	COMBUSTIVEIS	112.916.292,00			0,00	112.916.292,00
Não informada	2023	COMERCIO E SERVICOS	35.788.194,00			0,00	35.648.194,00
Não informada	2024	COMERCIO EXTERIOR	3.707.239.963,00			0,00	3.707.239.963,00
Não informada	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	585.747.318,00	15.098.915,00		0,00	602.487.318,00
Não informada	2026	CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	345.925.124,00	914.733,00		0,00	341.617.115,00
Não informada	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	1.846.212.481,00	29.682.584,00	200.000,00	0,00	1.826.401.881,00
Não informada	2028	DEFESA AGROPECUARIA	448.437.434,00	11.000.000,00		0,00	445.072.527,00
Não informada	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	5.367.588.681,00	13.371.160,00		153.960.000,00	5.529.504.841,00
Não informada	2030	EDUCACAO BASICA	33.638.884.027,00	1.346.325.302,00		0,00	33.076.505.607,00
Não informada	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	4.269.760.927,00			0,00	4.159.490.808,00
Não informada	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	6.604.114.822,00	1.617.133.118,00		35.862.575,00	7.991.059.268,00
Não informada	2033	ENERGIA ELETRICA	1.179.969.156,00			0,00	1.171.060.934,00
Não informada	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	85.415.105,00	665.846,00		0,00	85.415.105,00
Não informada	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	2.464.113.748,00	163.323.991,00		156.846.000,00	2.534.269.385,00
Não informada	2036	FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCEND	289.738.055,00	9.699.932,00		0,00	288.970.253,00
Não informada	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	42.881.440.230,00	707.200.000,00		0,00	43.139.753.306,00
Não informada	2038	DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	638.445.823,00	69.793.764,00		0,00	702.945.027,00
Não informada	2039	GESTAO DA POLITICA ECONOMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINAN	592.757.372,00	7.794.965,00		0,00	583.094.481,00
Não informada	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	1.320.701.371,00			1.611.512.379,00	2.563.200.738,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
Não informada	2041	GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMA	100.142.105,00			0,00	94.099.799,00
Não informada	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	544.329.371,00			0,00	544.329.371,00
Não informada	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	47.452.026,00	1.000.000,00		0,00	43.654.028,00
Não informada	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	22.484.709,00	1.972.000,00		0,00	20.092.281,00
Não informada	2046	MAR, ZONA COSTEIRA E ANTARTIDA	129.590.300,00			0,00	129.470.300,00
Não informada	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	33.365.620,00	1.312.558,00		0,00	34.678.178,00
Não informada	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	3.948.139.459,00	11.700.000,00		0,00	2.869.965.721,00
Não informada	2049	MORADIA DIGNA	20.516.640.768,00	40.000.000,00		8.989.334.525,00	25.078.177.141,00
Não informada	2050	MUDANCAS CLIMATICAS	408.182.695,00			0,00	407.716.695,00
Não informada	2051	OFERTA DE AGUA	1.513.259.353,00	787.598.100,00		732.815.000,00	2.760.807.013,00
Não informada	2052	PESCA E AQUICULTURA	582.655.824,00	3.903.486,00		0,00	584.655.824,00
Não informada	2053	PETROLEO E GAS	177.399.720,00			0,00	177.399.720,00
Não informada	2054	PLANEJAMENTO URBANO	409.704.600,00	67.920.000,00		259.786.000,00	733.579.682,00
Não informada	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	7.483.631.653,00	23.551.965,00		0,00	7.448.803.060,00
Não informada	2056	POLITICA ESPACIAL	279.757.616,00			0,00	211.369.762,00
Não informada	2057	POLITICA EXTERNA	1.151.641.155,01	128.729.970,00		280.000.000,00	1.514.821.125,01
Não informada	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	15.170.693.106,00	371.310.949,00		267.997.611,00	15.367.600.365,00
Não informada	2059	POLITICA NUCLEAR	598.876.216,00	42.149.782,00		0,00	679.620.277,00
Não informada	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	282.849.578,00	400.000,00		0,00	277.849.578,00
Não informada	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	429.058.129.074,00	4.044.069.797,00		0,00	432.365.723.822,00
Não informada	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	152.200.010,00	11.781.172,00		0,00	163.981.182,00
Não informada	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	21.732.627,00	650.000,00		0,00	21.732.627,00
Não informada	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	121.669.011,00	5.247.725,00		0,00	123.410.311,00
Não informada	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.540.093.961,00	172.470.000,00		0,00	1.649.093.961,00
Não informada	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	2.475.835.111,00			0,00	2.455.085.111,00
Não informada	2067	RESIDUOS SOLIDOS	77.892.628,00			0,00	77.535.774,00
Não informada	2068	SANEAMENTO BASICO	2.524.921.707,00	60.000.000,00		0,00	2.395.984.947,00
Não informada	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2.232.208.505,00	32.561.000,00		0,00	1.505.294.118,00
Não informada	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	2.168.847.240,00	318.820.170,00	118.000.000,00	0,00	2.234.158.848,00
Não informada	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	47.829.707.315,00	1.570.476.361,00		0,00	49.323.170.476,00
Não informada	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	537.688.992,00	273.038.169,00		0,00	720.727.161,00
Não informada	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	121.867.000,00	3.292.000,00		0,00	119.433.200,00
Não informada	2074	TRANSPORTE MARITIMO	352.240.240,00	7.115.026,00		0,00	218.582.266,00
Não informada	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	476.974.086,00	62.386.000,00		0,00	464.275.072,00
Não informada	2076	TURISMO	958.527.882,00	15.200.000,00		170.670.000,00	1.129.197.882,00
Não informada	2100	CONTROLE DA ATUACAO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINIST	44.549.000,00	2.600.000,00		1.033.333,00	41.049.000,00
Não informada	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	4.763.249.474,00	326.553.591,00	419.508,00	0,00	5.066.081.435,00
Não informada	2102	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DIREITOS HU	56.848.826,00	4.622.549,00		0,00	60.471.375,00
Não informada	2103	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS D	19.163.685,00	4.277.478,00		0,00	20.634.163,00
Não informada	2104	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS P	8.324.666,00	1.914.933,00		0,00	9.989.599,00
Não informada	2105	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA	5.063.350.234,00	608.596.192,00		0,00	5.644.177.235,00
Não informada	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	1.323.853.285,00	50.509.773,00		0,00	1.358.032.217,00
Não informada	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	428.312.170,00	23.685.339,00		0,00	449.189.114,00
Não informada	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	26.545.820.548,99	2.842.757.962,00		0,00	29.197.217.344,99
Não informada	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	2.738.724.743,00	399.126.228,00		631.885.888,00	3.593.155.445,00
Não informada	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	12.146.304.158,00	344.663.629,00		0,00	12.304.298.287,00
Não informada	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	973.295.714,00	66.134.403,00		0,00	1.028.238.609,00
Não informada	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	5.876.323.139,00	524.688.191,00		0,00	6.336.643.162,00
Não informada	2113	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PESCA E AQU	79.634.152,00	4.000.000,00		0,00	79.634.152,00
Não informada	2114	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA	5.828.455.287,00	278.308.854,00		0,00	5.990.524.664,00
Não informada	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	2.824.184.616,00	117.411.229,00		0,00	2.437.295.845,00
Não informada	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	727.578.703,00	111.164.513,00		0,00	836.350.216,00
Não informada	2117	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACO	463.004.855,00	16.675.658,00		0,00	479.680.513,00
Não informada	2118	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS RELACOES E	1.350.253.025,00	446.905.553,00		20.000.000,00	1.817.158.578,00
Não informada	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	893.165.174,00	90.044.595,00		0,00	978.728.565,00
Não informada	2120	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	854.753.436,00	78.096.616,00		0,00	929.850.052,00
Não informada	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	658.896.546,00	19.388.404,00		0,00	672.067.890,00

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
Não informada	2122	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	256.071.101,00	9.700.000,00		0,00	237.394.992,00
Não informada	2123	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO ESPORTE	149.937.824,00	3.500.000,00		10.000.000,00	136.443.000,00
Não informada	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	1.246.586.605,00	73.089.555,00		0,00	1.313.883.684,00
Não informada	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	6.083.429.825,00	67.009.596,00		0,00	3.700.002.559,00
Não informada	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	2.792.150.733,00	324.390.357,00		0,00	3.038.548.502,00
Não informada	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	1.747.414.752,00	44.425.450,00		0,00	1.780.883.702,00
Não informada	2128	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TURISMO	93.994.290,00	1.830.500,00		0,00	95.497.189,00
TOTAL			2.876.676.947.442,00	257.296.092.439,00	1.724.696.770,00	53.340.762.698,00	2.938.486.110.523,00

Fonte: Tesouro Gerencial

4.1.4. Dotação da Despesa por Fonte de Recursos

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSO

FONTE RECURSOS		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
00	RECURSOS ORDINARIOS	360.985.297.651,01	25.392.190.374,00	975.993.103,00	47.931.765.309,00	400.210.832.337,01
01	IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	187.761.462.871,00			0,00	187.761.462.871,00
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	884.840.264,00	326.453.498,00			1.211.293.762,00
06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	16.492.241,00				16.492.241,00
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	6.987.605.538,00	309.094.837,00		0,00	6.647.369.732,00
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	6.429.633,00	833.172.029,00		5.597.136,00	845.198.798,00
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	50.815.619.938,00	701.339.636,00		0,00	47.256.080.553,00
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	20.420.520.575,00	656.895.638,00		0,00	20.765.400.575,00
15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	40.683.983,00			0,00	40.683.983,00
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	56.255.064,00				56.255.064,00
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	3.816.074.421,00	46.890.205,00	1.000.000,00	151.879.638,00	4.209.249.382,00
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	7.789.341,00	12.005.859,00			19.795.200,00
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	4.502.525,00			0,00	4.502.525,00
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	2.022.207.200,00				2.022.207.200,00
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	1.885.855.117,00	96.417.324,00	4.681.694,00		1.888.901.713,00
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	10.040.219.320,00	1.221.302.174,00	81.016.225,00	623.732.274,00	11.916.269.993,00
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	1.212.721.480,00			0,00	1.212.721.480,00
31	SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF	498.034.242,00				498.034.242,00
32	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	6.250.721.551,00	101.209.434,00		0,00	7.781.720.551,00
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	54.878.903,00			0,00	53.594.003,00
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	2.683.276.129,00	263.623.832,00		0,00	2.946.899.961,00
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	3.285.841.858,00			0,00	3.285.841.858,00
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	62.917.090,00	1.800.000,00		0,00	92.541.747,00
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	46.954.620.157,00	3.359.418,00			44.266.321.512,00
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	2.296.285.724,00	4.000.000,00		0,00	2.296.285.724,00
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	38.158.994.742,99			0,00	70.932.995.205,99
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL	904.541.594.994,00	36.068.034.648,00			747.639.479.681,00
44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	273.480.061.582,00	54.129.180.431,00			324.054.980.235,00
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	6.000.000,00			0,00	6.000.000,00
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA	472.487.358,00	4.040.000,00		0,00	476.163.768,00
49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS	758.699.055,00			10.000.000,00	1.768.699.055,00
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	13.271.363.102,00	709.772.879,00		1.605.490,00	13.894.024.663,00
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	59.372.327.214,00	3.734.914.609,00		974.952.388,00	59.338.950.758,00
52	RESULTADO DO BACEN	73.260.936.689,00	103.276.202.136,00			176.537.138.825,00
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	175.786.497.637,00	2.821.365.910,00		1.758.000.000,00	173.410.776.737,00
54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	374.336.642.685,00	600.000.000,00			327.338.313.685,00
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	12.130.440.262,00	67.142.947,00			11.473.440.262,00
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	1.110.365.278,00			0,00	1.110.365.278,00
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	5.453.951.230,00				5.453.951.230,00
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	21.930.199.400,00	166.097.000,00			22.096.296.400,00
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	3.500.487.533,00			0,00	3.500.487.533,00
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	21.333.812,00				21.333.812,00
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	576.000.000,00			0,00	576.000.000,00
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	18.358.051.931,00	140.203.053,00			17.446.051.931,00
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	2.164.617.010,00	92.137.000,00			2.256.754.010,00
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	4.613.787.046,00	14.540.000,00		0,00	3.299.226.583,00
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	42.409.822.682,00				44.362.536.682,00
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	5.499.706.830,00	263.623.526,00	591.200,00	0,00	5.650.291.443,00
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	961.233.441,00			0,00	961.233.441,00
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.509.431.959,00	21.534.708,00		0,00	2.132.768.115,00
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	7.766.143.408,00	2.000.000,00		0,00	21.566.143.408,00
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	0,00				1.271.000,00

FONTE RECURSOS		DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO ATUALIZADA
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	28.997.337.576,00	1.729.781.492,00		966.686.470,00	34.391.892.208,00
81	RECURSOS DE CONVENIOS	803.659.688,00	400.027.102,00	5.067.085,00	70.468.418,00	1.119.850.859,00
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	271.180.533,00	914.733,00			271.180.533,00
84	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	3.352.815.555,00	591.443.907,00			9.910.259.462,00
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	8.025.282.883,00	875.679.524,00	56.197.463,00	0,00	7.511.144.238,00
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	656.913.895,00			0,00	656.913.895,00
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	57.693.289.407,00	20.054.187.495,00	600.150.000,00	846.075.575,00	73.084.481.335,00
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	43.681.759,00			0,00	43.681.759,00
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	4.835.726,00			0,00	5.014.101,00
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	40.125.906,00	11.750.000,00		0,00	45.531.081,00
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	266.060.300,00	607.121.081,00		0,00	870.451.787,00
97	DIVIDENDOS ± UNIAO	25.019.434.517,00	944.644.000,00			25.964.078.517,00
TOTAL		2.876.676.947.442,00	257.296.092.439,00	1.724.696.770,00	53.340.762.698,00	2.938.486.110.523,00

Fonte: Tesouro Gerencial

4.2. EXECUÇÃO DA DESPESA

Todos os demonstrativos da Execução da Despesa podem ser acessados pelo link **EXECUÇÃO DA DESPESA**

4.2.1. Execução da Despesa por Função e Subfunção

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
04	ADMINISTRACAO	REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	290.361.210,00	281.702.388,00	8.658.822,00	31.715.922,21
		PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	95.733.357,00	61.594.560,32	34.138.796,68	3.897.321,01
		ADMINISTRACAO GERAL	19.099.312.170,00	18.114.512.446,58	984.799.723,42	416.228.613,91
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	76.159.324,00	33.424.861,79	42.734.462,21	6.843.144,58
		CONTROLE INTERNO	86.594.004,00	85.925.417,01	668.586,99	27.413.503,94
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	458.122.561,00	191.067.573,34	267.054.987,66	76.803.827,87
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.148.503.825,00	1.756.063.297,11	392.440.527,89	334.076.322,85
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	113.418.378,00	49.399.708,77	64.018.669,23	16.131.649,05
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	25.948.233,00	9.860.274,47	16.087.958,53	3.550.814,39
		ADMINISTRACAO DE RECEITAS	60.000.000,00	12.448.288,58	47.551.711,42	3.990.015,91
		COMUNICACAO SOCIAL	291.769.491,00	276.895.729,65	14.873.761,35	104.113.765,86
		DEFESA CIVIL	970.000,00	871.182,19	98.817,81	247.870,41
		ATENCAO BASICA	287.785.261,00	272.446.065,06	15.339.195,94	8.285.802,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	463.086.475,00	446.401.411,73	16.685.063,27	18.309.735,78
		RELACOES DE TRABALHO	305.000,00	2.000,00	303.000,00	2.000,00
		ENSINO SUPERIOR	39.484.000,00	16.765.795,81	22.718.204,19	229.985,75
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	26.782.880,00	24.301.255,96	2.481.624,04	7.655.352,19
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00	
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	53.989.052,00	48.064.144,48	5.924.907,52	7.413.475,33
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	6.147.000,00	6.031.280,05	115.719,95	1.759.130,50
		PRODUCAO INDUSTRIAL	38.000.000,00	37.991.519,01	8.480,99	1.643.419,80
		TELECOMUNICACOES	65.615.000,00	58.561.893,53	7.053.106,47	47.446.313,15
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	29.992.000,00	11.653.519,88	18.338.480,12	
		RESERVA DE CONTINGENCIA	5.578.068.469,00	0,00	5.578.068.469,00	
20	AGRICULTURA	ADMINISTRACAO GERAL	5.402.220.919,00	5.286.710.546,82	115.510.372,18	101.098.104,72
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	117.262.154,00	45.046.266,11	72.215.887,89	15.729.337,11
		COMUNICACAO SOCIAL	22.287.551,00	16.674.772,96	5.612.778,04	3.222.051,71
		ATENCAO BASICA	116.795.340,00	115.706.080,74	1.089.259,26	1.293.636,03
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	223.463.168,00	220.856.942,10	2.606.225,90	760.092,26
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	3.513.275,00	3.261.957,01	251.317,99	2.172.819,73
		METEOROLOGIA	39.143.110,00	33.212.540,04	5.930.569,96	2.476.889,95
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.813.626,00	5.813.626,00	0,00	5.813.626,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	438.304.862,00	300.675.285,15	137.629.576,85	104.758.375,49
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	82.493.368,00	29.091.280,96	53.402.087,04	13.919.484,08
		ABASTECIMENTO	9.776.706.536,00	5.493.587.885,14	4.283.118.650,86	774.185.364,85
		EXTENSAO RURAL	27.046.585,00	26.311.554,50	735.030,50	14.541.998,33
		IRRIGACAO	337.653.210,00	157.816.467,70	179.836.742,30	66.937.476,14
		PROMOCAO DA PROD. AGROPECUARIA	11.841.433.781,00	9.729.432.003,43	2.112.001.777,57	1.913.568.706,41
		DEFESA AGROPECUARIA	343.835.612,00	150.918.738,36	192.916.873,64	47.244.689,41
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	5.741.818,00	5.391.642,56	350.175,44	4.151.874,05
		PROMOCAO COMERCIAL	29.716.294,00	8.874.767,02	20.841.526,98	102.802,50
08	ASSISTENCIA SOCIAL	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	13.991.491,00	6.755.829,38	7.235.661,62	2.118.192,79
		ADMINISTRACAO GERAL	195.811.523,00	181.317.901,65	14.493.621,35	18.552.669,21
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	29.360.644,00	18.477.839,43	10.882.804,57	2.602.547,03
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	74.081.866,00	66.375.560,73	7.706.305,27	13.618.372,35
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	600.000,00	252.447,80	347.552,20	42.964,40
		COMUNICACAO SOCIAL	15.532.696,00	10.299.607,00	5.233.089,00	1.639.860,85
		COOPERACAO INTERNACIONAL	6.110.121,00	2.372.388,24	3.737.732,76	70.000,00
		ASSISTENCIA AO IDOSO	18.459.762.377,00	18.459.752.805,44	9.571,56	5.032,27
		ASSIST. PORTADOR DEFICIENCIA	23.353.421.239,00	23.342.111.380,32	11.309.858,68	1.490.375,03
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	30.572.428.616,00	30.023.513.660,94	548.914.955,06	1.763.661.326,09
		ATENCAO BASICA	1.023.672,00	907.000,00	116.672,00	65.730,65
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	633.928.740,00	510.292.033,38	123.636.706,62	144.136.472,97
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	3.813.204,00	3.805.000,00	8.204,00	253.678,90
		FOMENTO AO TRABALHO	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		EDUCACAO INFANTIL	921.310.165,00	418.897.847,93	502.412.317,07	405.749.012,69
		SANEAMENTO BASICO RURAL	268.525.280,00	186.005.108,06	82.520.171,94	159.417.307,06
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.700.658,00	6.577.230,30	123.427,70	397.000,00
		ADMINISTRACAO GERAL	2.174.694.714,00	2.128.628.021,18	46.066.692,82	69.756.967,25
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	14.370.103,00	13.422.665,69	947.437,31	3.515.728,18
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	63.191.981,00	16.751.683,37	46.440.297,63	14.302.371,42
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	4.000.000,00	3.809.758,49	190.241,51	179.539,99
		COMUNICACAO SOCIAL	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	1.369.104,24
		DEFESA CIVIL	200.000,00	199.098,67	901,33	29.013,52
		COOPERACAO INTERNACIONAL	5.712.447,00	3.436.519,26	2.275.927,74	1.896.313,26
		ATENCAO BASICA	41.560.658,00	40.716.813,37	843.844,63	2.476.364,42
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	74.576.544,00	73.676.872,08	899.671,92	2.847.704,43
		CONTROLE AMBIENTAL	7.389.700,00	5.816.323,98	1.573.376,02	649.201,49
		RECUPERACAO AREAS DEGRADADAS	1.611.155,00	720.637,11	890.517,89	36.012,73
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	4.721.291.099,00	2.828.314.491,68	1.892.976.607,32	961.468.012,27
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	2.519.136.222,00	1.938.030.416,23	581.105.805,77	325.819.214,17
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	40.402.413,00	29.260.526,86	11.141.886,14	9.669.329,03
		PRODUCAO INDUSTRIAL	641.188.114,00	521.718.502,95	119.469.611,05	158.084.763,96
		MINERACAO	12.969.535,00	11.687.264,75	1.282.270,25	5.444.934,13
		PROMOCAO COMERCIAL	227.178.582,00	53.734.130,83	173.444.451,17	53.697.680,83
		COMBUSTIVEIS MINERAIS	30.291.456,00	15.533.385,89	14.758.070,11	3.408.491,32
23	COMERCIO E SERVICOS	ADMINISTRACAO GERAL	144.782.276,00	130.446.519,87	14.335.756,13	15.677.944,74
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	2.025.000,00	1.024.634,76	1.000.365,24	78.087,55
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	23.000.000,00	13.558.614,46	9.441.385,54	13.346.836,05
		COMUNICACAO SOCIAL	1.150.000,00	49.505,34	1.100.494,66	1.396,83
		ATENCAO BASICA	1.408.887,00	1.256.725,17	152.161,83	149.607,25
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	2.850.148,00	2.644.850,28	205.297,72	90.684,88
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.000.000,00	150.344,92	4.849.655,08	109.403,04
		PROMOCAO COMERCIAL	85.532.614,00	45.997.940,09	39.534.673,91	18.132.476,01
		COMERCIO EXTERIOR	3.643.222.963,00	3.432.735.625,61	210.487.337,39	2.535.919.172,27
		TURISMO	1.952.101.810,00	707.604.734,25	1.244.497.075,75	552.941.710,22
24	COMUNICACOES	ADMINISTRACAO GERAL	950.627.052,00	899.248.855,93	51.378.196,07	40.804.491,00
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	27.278.898,00	17.902.582,50	9.376.315,50	4.462.090,41
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	60.597.171,00	52.951.480,11	7.645.690,89	50.060.668,75
		COMUNICACAO SOCIAL	9.500.000,00	1.000,00	9.499.000,00	1.000,00
		ATENCAO BASICA	11.647.708,00	10.077.781,60	1.569.926,40	214.722,11
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	15.117.812,00	14.072.316,30	1.045.495,70	350.970,35
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	39.594.962,00	26.208.932,58	13.386.029,42	3.218.922,37
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.000.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	252.000.000,00	252.000.000,00	0,00	
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	67.324.186,00	38.610.901,08	28.713.284,92	38.457.623,02
		TELECOMUNICACOES	177.374.321,00	132.415.799,98	44.958.521,02	23.796.408,86
13	CULTURA	ADMINISTRACAO GERAL	714.978.302,00	669.457.248,36	45.521.053,64	48.423.446,73
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	900.000,00	0,00	900.000,00	
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	800.000,00	526.525,34	273.474,66	209.111,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.344.400,00	4.154.323,96	1.190.076,04	495.117,26
		COMUNICACAO SOCIAL	14.400.000,00	8.400.000,00	6.000.000,00	7.462.687,52
		ATENCAO BASICA	9.644.920,00	7.329.663,01	2.315.256,99	1.325.162,07
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	23.390.576,00	20.733.803,02	2.656.772,98	7.906,76
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	258.188.419,00	127.554.296,19	130.634.122,81	56.096.630,44
		DIFUSAO CULTURAL	964.429.167,00	524.449.639,74	439.979.527,26	352.504.645,40
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	5.055.000,00	4.434.161,35	620.838,65	4.434.161,35
		PROMOCAO COMERCIAL	800.231.953,00	500.000.000,00	300.231.953,00	500.000.000,00
05	DEFESA NACIONAL	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.800.000,00	952.339,72	847.660,28	115.872,29
		ADMINISTRACAO GERAL	24.595.470.419,99	23.682.877.858,85	912.592.561,14	261.478.722,03
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	99.044.099,00	34.934.057,76	64.110.041,24	6.532.124,44
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	71.000.000,00	29.013.524,49	41.986.475,51	22.465.265,42
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	133.983.000,00	114.711.472,13	19.271.527,87	20.507.715,46

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		COMUNICACAO SOCIAL	2.650.000,00	1.893.825,11	756.174,89	256.402,44
		DEFESA AEREA	6.143.255.550,00	3.462.904.592,78	2.680.350.957,22	959.778.757,10
		DEFESA NAVAL	3.478.143.532,00	1.445.619.484,43	2.032.524.047,57	345.957.984,36
		DEFESA TERRESTRE	3.131.647.991,00	1.771.973.567,60	1.359.674.423,40	766.838.078,10
		DEFESA CIVIL	115.501.462,00	8.530.449,54	106.971.012,46	8.529.222,96
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	7.118.528,00	5.910.876,26	1.207.651,74	450.772,95
		COOPERACAO INTERNACIONAL	281.259.200,00	181.383.800,00	99.875.400,00	70.718.083,80
		ASSIST. CRIANCA E ADOLESCENTE	2.400.000,00	1.542.965,05	857.034,95	411.130,29
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.111.639.784,00	388.674.454,95	722.965.329,05	327.086.446,41
		ATENCAO BASICA	2.316.807.279,00	2.275.973.644,90	40.833.634,10	368.286.111,20
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	65.239.995,00	60.071.730,68	5.168.264,32	10.822.989,49
		SUPORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	10.315.605,00	8.555.897,87	1.759.707,13	2.936.658,72
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	3.454.757.010,00	3.328.103.543,00	126.653.467,00	509.403.831,84
		EMPREGABILIDADE	10.000.000,00	8.983.565,00	1.016.435,00	2.446.584,29
		ENSINO PROFISSIONAL	132.826.000,00	80.899.503,44	51.926.496,56	8.919.243,99
		ENSINO SUPERIOR	18.300.000,00	7.956.672,85	10.343.327,15	5.132.563,25
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	4.000.000,00	2.751.811,26	1.248.188,74	404.011,08
		EDUCACAO BASICA	12.180.712,00	12.126.880,72	53.831,28	831.613,23
		HABITACAO URBANA	247.089.989,00	233.193.005,42	13.896.983,58	65.680.116,79
		CONTROLE AMBIENTAL	83.242.000,00	51.716.297,10	31.525.702,90	26.267.410,04
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	128.230.300,00	16.166.604,97	112.063.695,03	8.712.698,92
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	409.102.748,00	221.912.662,10	187.190.085,90	134.833.779,57
		TELECOMUNICACOES	346.514.291,00	322.446.084,31	24.068.206,69	5.106.862,74
27	DESPORTO E LAZER	ADMINISTRACAO GERAL	125.524.341,00	121.704.791,64	3.819.549,36	19.755.835,02
		COMUNICACAO SOCIAL	46.429.357,00	46.429.357,00	0,00	29.650.647,90
		ATENCAO BASICA	561.120,00	495.072,00	66.048,00	229.215,85
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.593.204,00	1.533.534,19	59.669,81	
		DESPORTO DE RENDIMENTO	1.973.066.941,00	1.334.908.182,06	638.158.758,94	884.599.165,05
		DESPORTO COMUNITARIO	1.277.857.389,00	524.769.050,54	753.088.338,46	429.605.491,49
14	DIREITOS DA CIDADANIA	ACAO LEGISLATIVA	1.050.000,00	475.689,67	574.310,33	464.089,67
		ADMINISTRACAO GERAL	546.919.368,00	517.469.306,78	29.450.061,22	34.116.276,90
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	102.064.396,00	22.840.063,44	79.224.332,56	8.571.101,99
		COMUNICACAO SOCIAL	14.594.490,00	6.660.750,80	7.933.739,20	6.602.866,86
		ASSISTENCIA AO IDOSO	17.781.000,00	3.430.454,13	14.350.545,87	1.864.989,75
		ASSIST. PORTADOR DEFICIENCIA	8.782.627,00	4.922.622,64	3.860.004,36	3.394.414,92
		ASSIST. CRIANCA E ADOLESCENTE	208.845.772,00	45.813.035,05	163.032.736,95	39.180.535,82
		ATENCAO BASICA	12.734.860,00	11.127.671,94	1.607.188,06	819.484,99
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	26.052.690,00	24.963.573,51	1.089.116,49	350.663,33
		CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	331.545.019,00	256.867.118,93	74.677.900,07	213.026.585,07
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	891.611.109,00	旺89.524.645,45	502.086.463,55	256.509.441,27
		ASSISTENCIA POVOS INDIGENAS	40.014.709,00	29.292.721,80	10.721.987,20	10.065.450,61
		OUTRAS TRANSFERENCIAS	300.000,00	0,00	300.000,00	
12	EDUCACAO	ADMINISTRACAO GERAL	6.469.898.154,00	6.182.121.137,68	287.777.016,32	191.336.033,27
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	861.400.000,00	861.399.999,96	0,04	84.644.655,77
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	122.161.373,00	73.496.280,61	48.665.092,39	11.547.323,11
		COMUNICACAO SOCIAL	31.000.000,00	23.117.622,53	7.882.377,47	7.177.387,40
		ATENCAO BASICA	558.143.748,00	530.106.026,27	28.037.721,73	4.900.619,25
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	6.392.349.891,00	6.012.786.426,97	379.563.464,03	280.620.891,18
		SUPORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	3.775.436.284,00	3.771.412.786,12	4.023.497,88	6.777.513,86
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.537.930.745,00	1.495.130.161,00	42.800.584,00	3.940.036,07
		ENSINO PROFISSIONAL	14.069.708.369,00	12.429.502.469,68	1.640.205.899,32	2.009.360.507,87
		ENSINO SUPERIOR	34.387.013.591,00	28.875.918.234,78	5.511.095.356,22	1.511.202.166,66
		EDUCACAO INFANTIL	3.825.283.588,00	442.506.636,65	3.382.776.951,35	392.887.236,97
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	486.000.000,00	322.014.999,73	163.985.000,27	184.094.825,97
		EDUCACAO BASICA	9.217.161.105,00	7.447.637.811,93	1.769.523.293,07	2.695.090.227,61
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	481.700.000,00	321.581.896,64	160.118.103,36	172.266.771,96
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	284.682.377,00	90.316.802,35	194.365.574,65	1.986.195,36

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		SERVICOS FINANCEIROS	16.589.786.541,00	16.589.786.531,00	10,00	2.656.412.618,02
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	400.000.000,00	400.000.000,00	0,00	400.000.000,00
		TRANSFERENCIAS EDUCACAO BASICA	16.008.508.176,00	14.931.072.098,56	1.077.436.077,44	2.800.302.046,49
28	ENCARGOS ESPECIAIS	COOPERACAO INTERNACIONAL	7.002.259,00	0,00	7.002.259,00	
		REFINANCIAMENTO DIVIDA INTERNA	724.958.620.551,00	558.794.266.103,70	166.164.354.447,30	
		REFINANCIAMENTO DIVIDA EXTERNA	18.138.540.903,00	10.580.525.906,00	7.558.014.997,00	
		SERVICO DA DIVIDA INTERNA	545.806.915.683,00	382.004.451.884,11	163.802.463.798,89	341.250,26
		SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	13.899.189.711,00	10.852.515.575,75	3.046.674.135,25	
		OUTRAS TRANSFERENCIAS	203.259.457.060,00	174.308.939.961,44	28.950.517.098,56	8.686.559.295,13
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	193.057.335.307,00	117.854.100.924,25	75.203.234.382,75	5.958.401.206,45
		TRANSFERENCIAS EDUCACAO BASICA	47.429.711.436,00	44.695.211.436,00	2.734.500.000,00	2.650.749.274,99
25	ENERGIA	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.136.224,00	1.613.143,48	4.523.080,52	652.577,72
		ADMINISTRACAO GERAL	783.882.551,00	703.518.628,24	80.363.922,76	31.172.551,06
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	158.768.594,00	119.028.937,60	39.739.656,40	14.772.425,89
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	7.640.896,00	3.912.338,12	3.728.557,88	731.093,32
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	9.165.824,00	8.855.655,23	310.168,77	2.483.177,17
		COMUNICACAO SOCIAL	3.570.000,00	3.500.000,00	70.000,00	
		ATENCAO BASICA	4.922.723,00	4.576.905,39	345.817,61	888.093,81
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	11.500.432,00	10.971.908,11	528.523,89	199.633,57
		CONTROLE AMBIENTAL	1.210.000,00	0,00	1.210.000,00	
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	20.512.054,00	14.932.521,79	5.579.532,21	9.752.170,16
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	2.290.707,00	1.716.760,75	573.946,25	301.992,94
		ENERGIA ELETRICA	1.147.313.821,00	886.493.613,66	260.820.207,34	132.789.190,87
		COMBUSTIVEIS MINERAIS	136.500.000,00	91.650.710,45	44.849.289,55	89.634.106,14
		BIOCOMBUSTIVEIS	43.778.000,00	35.617.018,57	8.160.981,43	
03	ESSENCIAL A JUSTICA	CONTROLE EXTERNO	39.299.000,00	30.892.916,56	8.406.083,44	5.370.344,00
		DEF.INT.PUBLICO NO PROC.JUDIC.	1.062.653.013,00	1.009.587.740,97	53.065.272,03	220.384.052,96
		REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	401.282.784,00	383.406.123,65	17.876.660,35	42.439.105,13
		ADMINISTRACAO GERAL	4.583.746.085,00	4.379.974.367,20	203.771.717,80	168.381.635,76
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	40.207.469,00	295.800,00	39.911.669,00	295.800,00
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	102.375.680,00	12.375.461,00	90.000.219,00	12.212.441,00
		COMUNICACAO SOCIAL	37.344.863,00	24.647.471,87	12.697.391,13	8.012.375,72
		ATENCAO BASICA	117.755.662,00	117.028.431,21	727.230,79	4.099.848,41
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	260.141.853,00	258.908.111,12	1.233.741,88	1.907.632,93
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	291.100.000,00	235.968.446,67	55.131.553,33	50.210.778,35
18	GESTAO AMBIENTAL	ADMINISTRACAO GERAL	1.499.407.991,00	1.454.591.524,42	44.816.466,58	54.018.164,37
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	84.768.000,00	76.013.569,28	8.754.430,72	11.173.618,87
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	750.000,00	190.083,00	559.917,00	150.000,00
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	3.257.500,00	1.673.914,95	1.583.585,05	818.783,34
		COMUNICACAO SOCIAL	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	
		ATENCAO BASICA	21.246.424,00	19.747.566,60	1.498.857,40	359.322,35
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	37.623.560,00	34.969.963,38	2.653.596,62	
		EMPREGABILIDADE	14.750.000,00	0,00	14.750.000,00	
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	1.021.418.410,00	728.416.394,33	293.002.015,67	431.676.764,55
		CONTROLE AMBIENTAL	115.225.821,00	79.290.918,34	35.934.902,66	8.544.299,89
		RECUPERACAO AREAS DEGRADADAS	29.043.040,00	14.368.761,66	14.674.278,34	13.954.943,37
		RECURSOS HIDRICOS	4.477.369.067,00	2.426.628.473,87	2.050.740.593,13	1.204.132.546,48
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	2.606.941,00	2.604.609,38	2.331,62	640.271,22
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	4.579.549,00	735.628,99	3.843.920,01	411.674,94
		IRRIGACAO	2.000.000,00	790.317,61	1.209.682,39	537.697,75
		BIOCOMBUSTIVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00	
16	HABITACAO	ADMINISTRACAO GERAL	800.000,00	80.000,00	720.000,00	31.706,00
		INFRA-ESTRUTURA URBANA	39.283.000,00	14.528.055,20	24.754.944,80	12.940.661,18
		HABITACAO URBANA	142.765.917,00	54.000.374,29	88.765.542,71	53.244.118,59
22	INDUSTRIA	ADMINISTRACAO GERAL	1.636.510.919,00	1.491.663.072,68	144.847.846,32	59.725.893,88
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	10.191.584,00	2.930.322,51	7.261.261,49	1.024.447,43
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	13.939.000,00	11.541.324,45	2.397.675,55	2.859.911,40
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	19.882.500,00	12.878.187,33	7.004.312,67	4.898.728,36

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.500.000,00	1.182.874,51	317.125,49	253.834,72
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	1.100.000,00	596.048,11	503.951,89	428.587,30
		COMUNICACAO SOCIAL	3.358.000,00	7.300,00	3.350.700,00	
		ATENCAO BASICA	25.910.124,00	24.209.827,41	1.700.296,59	380.157,25
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	47.166.441,00	44.009.549,38	3.156.891,62	67.999,92
		EMPREGABILIDADE	71.019.200,00	10.087.736,00	60.931.464,00	10.087.736,00
		RECURSOS HIDRICOS	6.635.000,00	5.883.525,61	751.474,39	2.834.504,91
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.950.000,00	0,00	1.950.000,00	
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	3.396.680,00	2.646.016,33	750.663,67	918.465,03
		PROMOCAO INDUSTRIAL	130.225.135,00	31.441.298,49	98.783.836,51	6.632.990,93
		MINERACAO	70.204.999,00	50.848.013,34	19.356.985,66	31.938.251,03
		PROPRIEDADE INDUSTRIAL	2.556.237,00	0,00	2.556.237,00	
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	682.508.100,00	514.408.314,63	168.099.785,37	81.653.693,28
		PROMOCAO COMERCIAL	12.324.000,00	8.877.296,08	3.446.703,92	8.188.104,89
		COMERCIO EXTERIOR	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	8.884.669,61
02	JUDICIARIA	CONTROLE EXTERNO	86.201.157,00	51.891.121,06	34.310.035,94	12.447.696,11
		ACAO JUDICIARIA	2.733.650.196,00	2.608.898.582,53	124.751.613,47	695.555.165,68
		ADMINISTRACAO GERAL	26.668.139.078,00	25.774.129.351,99	894.009.726,01	955.849.940,65
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	403.945.973,00	220.452.164,95	183.493.808,05	105.847.796,40
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	12.897.240,00	11.588.053,22	1.309.186,78	1.013.743,86
		COMUNICACAO SOCIAL	117.236.610,00	92.415.315,59	24.821.294,41	16.374.840,09
		PREVIDENCIA ESPECIAL	9.456,00	9.456,00	0,00	
		ATENCAO BASICA	844.710.762,00	843.451.449,17	1.259.312,83	67.930.852,37
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	1.351.295.658,00	1.343.761.283,91	7.534.374,09	6.170.156,05
01	LEGISLATIVA	ACAO LEGISLATIVA	1.027.888.623,00	854.146.378,14	173.742.244,86	185.179.770,43
		CONTROLE EXTERNO	223.712.595,00	190.500.661,79	33.211.933,21	50.003.882,53
		ADMINISTRACAO GERAL	5.580.995.411,00	5.428.587.013,18	152.408.397,82	65.212.520,01
		COMUNICACAO SOCIAL	157.068.764,00	116.698.421,89	40.370.342,11	33.105.912,21
		ATENCAO BASICA	241.756.680,00	239.653.621,15	2.103.058,85	10.379.222,45
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	276.268.673,00	274.265.332,67	2.003.340,33	606.435,82
21	ORGANIZACAO AGRARIA	ADMINISTRACAO GERAL	926.104.855,00	873.028.678,89	53.076.176,11	60.055.351,69
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	3.600.000,00	1.644.215,18	1.955.784,82	102.402,16
		ORDENAMENTO TERRITORIAL	910.244.031,00	166.303.494,79	743.940.536,21	141.862.097,22
		COMUNICACAO SOCIAL	13.600.000,00	7.997,92	13.592.002,08	
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	446.274.009,00	446.274.009,00	0,00	65.669.458,11
		ATENCAO BASICA	19.205.212,00	19.030.806,93	174.405,07	639.380,40
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	32.977.636,00	32.913.227,61	64.408,39	1.846.798,40
		ENSINO PROFISSIONAL	32.550.000,00	26.527.055,82	6.022.944,18	12.792.413,53
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	3.402.849,00	1.548.099,78	1.854.749,22	164.302,26
		ABASTECIMENTO	32.843.942,00	20.976.110,37	11.867.831,63	377.790,02
		EXTENSAO RURAL	1.066.676.462,00	511.027.172,76	555.649.289,24	377.529.320,55
		REFORMA AGRARIA	2.392.171.973,00	991.863.181,74	1.400.308.791,26	704.685.845,07
09	PREVIDENCIA SOCIAL	REPRES. JUD. E EXTRAJUDICIAL	28.632.000,00	28.548.155,41	83.844,59	220.704,37
		ADMINISTRACAO GERAL	5.649.785.989,00	5.574.507.858,66	75.278.130,34	17.242.783,76
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	6.371.016,00	3.166.349,38	3.204.666,62	84.986,80
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	362.420.090,00	362.032.819,65	387.270,35	
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	14.776.038,00	4.697.878,29	10.078.159,71	254.286,50
		COMUNICACAO SOCIAL	14.999.213,00	13.002.313,17	1.996.899,83	3.744.337,27
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	202.331.720,00	167.732.082,10	34.599.637,90	4.941.991,96
		PREVIDENCIA BASICA	431.707.426.579,00	431.666.356.655,66	41.069.923,34	345.785.186,23
		PREVIDENCIA REGIME ESTATUTARIO	100.126.978.934,00	99.964.903.006,46	162.075.927,54	85.697.760,15
		PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	1.105.928,00	694.503,13	411.424,87	194.517,37
		PREVIDENCIA ESPECIAL	3.140.384.628,00	3.066.376.070,64	74.008.557,36	136.695.971,44
		ATENCAO BASICA	139.566.008,00	138.199.632,09	1.366.375,91	1.904.207,94
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	224.242.304,00	219.329.963,98	4.912.340,02	33.508,32
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	12.100.000,00	6.866.028,20	5.233.971,80	60.189,71
07	RELACOES EXTERIORES	ADMINISTRACAO GERAL	1.660.962.181,00	1.212.957.987,75	448.004.193,25	16.615.108,61
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	27.692.469,00	60.830,09	27.631.638,91	

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	4.004.000,00	2.650.275,81	1.353.724,19	9.681,94
		RELACOES DIPLOMATICAS	1.131.310.265,01	11.696.612.641,21	(10.565.302.376,20)	1.615.809.390,28
		COOPERACAO INTERNACIONAL	56.101.200,00	30.462.958,05	25.638.241,95	630.115,46
		ATENCAO BASICA	122.257.740,00	36.703.713,07	85.554.026,93	20.000,00
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	7.767.492,00	6.698.050,31	1.069.441,69	
		DIFUSAO CULTURAL	30.971.705,00	353.448.357,01	(322.476.652,01)	101.032.519,77
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	11.152.000,00	5.811.598,14	5.340.401,86	1.276.856,53
		PROMOCAO COMERCIAL	17.351.955,00	202.967.995,54	(185.616.040,54)	1.348.898,06
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.501.842.947,00	0,00	30.501.842.947,00	
17	SANEAMENTO	SANEAMENTO BASICO URBANO	2.480.716.741,00	1.093.555.474,56	1.387.161.266,44	833.202.878,80
		PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	33.742.000,00	15.421.730,94	18.320.269,06	8.564.061,52
		ADMINISTRACAO GERAL	12.029.394.670,00	10.939.719.688,07	1.089.674.981,93	542.423.166,59
		CONTROLE INTERNO	5.890.000,00	1.039.100,50	4.850.899,50	969.424,31
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	60.068.800,00	38.410.318,92	21.658.481,08	6.234.078,06
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	495.315.000,00	391.965.226,87	103.349.773,13	54.451.963,18
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.098.852.220,00	1.054.813.827,84	44.038.392,16	64.280.447,32
		COMUNICACAO SOCIAL	234.260.000,00	168.838.318,04	65.421.681,96	61.979.287,90
		ATENCAO BASICA	21.218.599.322,00	19.255.952.463,80	1.962.646.858,20	906.315.481,60
		ASSIST. HOSP E AMBULATORIAL	54.056.099.271,00	48.330.992.463,38	5.725.106.807,62	1.883.911.008,71
		SUPORTE PROFILAT. TERAPEUTICO	13.394.475.695,00	12.998.655.248,94	395.820.446,06	1.820.365.129,65
		VIGILANCIA SANITARIA	377.840.000,00	319.511.134,24	58.328.865,76	11.829.422,76
10	SAUDE	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	5.649.612.000,00	5.475.443.443,80	174.168.556,20	1.453.122.011,19
		ALIMENTACAO E NUTRICAO	69.490.000,00	31.207.174,25	38.282.825,75	2.286.598,27
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	518.360.584,00	512.354.137,71	6.006.446,29	4.837.412,58
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	7.803.955,00	7.799.460,38	4.494,62	7.179,90
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	123.700.000,00	78.796.688,25	44.903.311,75	16.383.306,75
		ASSISTENCIA POVOS INDIGENAS	1.440.180.000,00	1.343.176.341,52	97.003.658,48	129.975.991,86
		SANEAMENTO BASICO RURAL	226.743.363,00	125.823.590,44	100.919.772,56	103.178.182,90
		SANEAMENTO BASICO URBANO	1.092.109.671,00	458.389.279,06	633.720.391,94	322.231.709,49
		PRESERV CONSERV AMBIENTAL	13.800.000,00	10.747.775,02	3.052.224,98	9.659.105,03
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	431.389.915,00	345.877.022,28	85.512.892,72	32.794.860,17
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	383.146.926,00	150.920.516,54	232.226.409,46	27.362.721,62
		DIFUSAO CONHEC CIENT TECNOLOG	46.546.374,00	37.163.104,94	9.383.269,06	3.553.310,44
		ADMINISTRACAO GERAL	6.200.009.274,00	6.084.039.688,34	115.969.585,66	212.698.813,59
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	30.672.716,00	18.694.952,80	11.977.763,20	3.599.685,43
		COMUNICACAO SOCIAL	200.000,00	0,00	200.000,00	
06	SEGURANCA PUBLICA	POLICIAMENTO	2.066.690.913,00	1.175.994.695,71	890.696.217,29	491.566.721,34
		DEFESA CIVIL	1.847.623.537,00	1.369.176.844,98	478.446.692,02	357.609.220,76
		INFORMACAO E INTELIGENCIA	442.093.212,00	177.514.996,00	264.578.216,00	100.164.007,34
		ATENCAO BASICA	83.519.962,00	79.987.542,01	3.532.419,99	361.957,86
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	136.420.006,00	130.428.963,39	5.991.042,61	100.100,00
		ADMINISTRACAO GERAL	1.729.443.683,00	1.678.058.992,84	51.384.690,16	80.382.934,60
		ADMINISTRACAO FINANCEIRA	39.814.981,00	30.705.104,87	9.109.876,13	10.043.024,18
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	63.300.632,00	31.184.563,68	32.116.068,32	8.261.186,23
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	164.052.013,00	99.225.662,42	64.826.350,58	14.750.828,20
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.850.000,00	618.836,96	2.231.163,04	188.291,85
		COMUNICACAO SOCIAL	17.265.000,00	15.866.648,62	1.398.351,38	4.230.296,23
		ATENCAO BASICA	32.509.360,00	29.656.223,60	2.853.136,40	317.009,65
11	TRABALHO	PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	48.612.485.612,00	48.223.283.912,31	389.201.699,69	1.742.739.530,46
		RELACOES DE TRABALHO	26.053.607,00	13.038.581,05	13.015.025,95	5.529.348,82
		EMPREGABILIDADE	195.980.947,00	92.388.150,65	103.592.796,35	67.152.228,22
		FOMENTO AO TRABALHO	19.030.689.943,00	17.120.466.938,83	1.910.223.004,17	38.224.319,38
		EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	17.502.026,00	584.953,00	16.917.073,00	
		DIFUSAO CULTURAL	100.000,00	0,00	100.000,00	
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	13.228.975,00	7.686.819,44	5.542.155,56	5.418.102,12
		PROMOCAO INDUSTRIAL	25.260.000,00	106.500,00	25.153.500,00	106.500,00
26	TRANSPORTE	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	574.724.210,00	371.453.306,60	203.270.903,40	261.696.324,42
		ADMINISTRACAO GERAL	2.610.317.847,00	2.427.024.253,45	183.293.593,55	365.510.221,67

FUNÇÃO GOVERNO		SUBFUNÇÃO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	146.918.472,00	93.686.228,86	53.232.243,14	21.507.914,57
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	13.414.720,00	5.072.221,64	8.342.498,36	4.241.663,52
		ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	1.120.000,00	1.120.000,00	0,00	105.863,91
		COMUNICACAO SOCIAL	24.560.000,00	2.100.000,00	22.460.000,00	2.065.989,67
		ATENCAO BASICA	51.038.736,00	47.487.553,03	3.551.182,97	1.796.777,01
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	58.332.276,00	54.512.521,45	3.819.754,55	2.078.757,01
		PATRIMONIO HIST ARTIST ARQUEO	400.000,00	0,00	400.000,00	
		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	23.204.000,00	0,00	23.204.000,00	
		PROMOCAO INDUSTRIAL	6.305.551.885,00	5.025.352.178,31	1.280.199.706,69	6.606.196,92
		TRANSPORTE AEREO	489.277.978,00	149.602.340,37	339.675.637,63	99.651.624,76
		TRANSPORTE RODOVIARIO	9.645.019.884,00	5.958.503.889,07	3.686.515.994,93	3.470.096.586,36
		TRANSPORTE FERROVIARIO	2.452.158.123,00	1.713.981.148,73	738.176.974,27	173.708.132,45
		TRANSPORTE HIDROVIARIO	987.145.685,00	706.863.016,65	280.282.668,35	613.810.981,24
		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.254.200.001,00	248.302.677,00	1.005.897.324,00	248.302.677,00
15	URBANISMO	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.016.943,00	60.122,77	956.820,23	15.807,06
		ADMINISTRACAO GERAL	746.388.589,00	709.558.176,90	36.830.412,10	22.965.020,45
		TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.040.000,00	0,00	1.040.000,00	
		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.792.723,00	1.869.582,53	923.140,47	481.545,51
		COMUNICACAO SOCIAL	13.340.000,00	1.318.940,65	12.021.059,35	1.224.482,70
		ASSISTENCIA COMUNITARIA	515.774.212,00	206.144.085,37	309.630.126,63	203.713.069,68
		ATENCAO BASICA	21.864.793,00	21.406.259,98	458.533,02	578.173,76
		PROTECAO E BENEF. TRABALHADOR	55.283.241,00	54.594.763,60	688.477,40	2.118.877,59
		DIR INDIV COLETIVOS DIFUSOS	384.000,00	0,00	384.000,00	
		INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.591.613.625,00	1.895.361.469,98	2.696.252.155,02	1.886.842.352,85
		SERVICOS URBANOS	162.261.996,00	114.540.847,82	47.721.148,18	31.504.992,31
		TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3.458.450.860,00	1.365.930.822,94	2.092.520.037,06	1.037.678.674,35
		DESENV TECNOLOGICO ENGENHARIA	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	
		NORMALIZACAO E QUALIDADE	150.000,00	0,00	150.000,00	
Total			2.938.486.110.523,00	2.385.120.788.421,40	553.365.322.101,60	77.796.570.307,69

Fonte: Tesouro Gerencial

Total	2.938.486.110.523,00	2.385.120.788.421,40	553.365.322.101,60	77.796.570.307,69

4.2.2. Execução da Despesa por Poder e Órgão

a) Poder Executivo

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
20000	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	ADMINISTRACAO DIRETA	20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.330.603.733,00	(21.363.121,78)	1.253.753.871,69	188.384.471,76
		ADMINISTRACAO DIRETA	60000	GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	12.315.056,00	(886.006,93)	9.631.772,37	519.159,91
		ADMINISTRACAO DIRETA	61000	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	17.411.496,00	(4.218.681,65)	11.677.093,00	
		ADMINISTRACAO DIRETA	62000	SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL	57.823.696,00	91.044.370,88	126.905.243,63	47.270.124,01
		ADMINISTRACAO DIRETA	64000	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	357.316.962,00	(3.512.186,01)	149.875.753,38	71.158.448,52
		ADMINISTRACAO DIRETA	65000	SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES	266.413.888,00	(14.901.140,10)	130.087.131,13	58.373.556,27
		ADMINISTRACAO DIRETA	66000	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	904.573.152,00	(23.735.020,56)	875.632.401,66	28.020.375,12
		ADMINISTRACAO DIRETA	67000	SEC.DE POLITICAS DE PROMOCAO DA IGUALD.RACIAL	76.703.049,00	(15.062.845,61)	15.486.236,02	8.379.525,97
		ADMINISTRACAO DIRETA	68000	SECRETARIA DE PORTOS	991.465.448,00	(12.747.015,84)	661.092.206,01	500.242.774,76
		ADMINISTRACAO DIRETA	69000	SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	99.057.930,00	(1.466.937,63)	64.979.007,07	19.961.671,45
		AUTARQUIA	24208	INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI	20.884.657,00	(1.201.074,50)	17.806.489,11	893.994,26
		AUTARQUIA	62201	AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	654.418.587,00	(1.531.909,02)	461.747.750,06	20.220.302,07
		AUTARQUIA	68201	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	127.543.484,00	(2.242.174,30)	120.531.392,52	4.633.884,78
		FUNDACAO	61201	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	342.246.493,00	2.404.747,82	332.112.601,17	9.198.375,15
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A.-EBC	732.183.844,00	2.864.327,91	561.136.538,96	32.072.275,94
		FUNDOS	20116	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	413.879.953,00	7.836.798,23	191.191.584,36	8.356.891,60
		FUNDOS	62901	FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	4.823.635.731,00	(143.965.717,08)	1.917.222.461,00	326.635.855,97
		FUNDOS	64901	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	34.525.662,00	(4.093.575,07)	12.801.378,13	6.303.074,01
		FUNDOS	64902	FUNDO NACIONAL DO IDOSO	15.531.000,00		2.567.954,13	1.002.489,75
20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	ADMINISTRACAO DIRETA	20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	18.632.113.553,00	(10.806.479.642,67)	6.534.897.486,05	157.265.283,79
		FUNDACAO	20202	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	51.541.925,00	1.582.789,88	48.723.909,35	7.327.294,02
		FUNDACAO	25205	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	2.164.274.464,00	(11.179.037,72)	2.114.225.488,40	22.500.000,55
22000	MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	ADMINISTRACAO DIRETA	22000	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	6.683.712.336,00	(11.148.652,57)	4.780.862.124,17	419.861.939,38
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	22202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	3.208.366.410,00	6.535.395,67	3.020.882.964,37	164.264.553,98
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	3.176.599.768,00	834.396.401,44	2.144.159.718,46	74.243.587,76
		FUNDOS	22905	FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	4.325.104.304,00	(2.199.001,48)	4.104.716.839,43	988.701.393,89
24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	ADMINISTRACAO DIRETA	24000	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	2.508.251.226,00	87.187.925,66	2.127.488.506,14	631.351.495,57
		AUTARQUIA	20301	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	946.550.515,00	(6.067.047,43)	913.953.090,80	34.497.467,44
		AUTARQUIA	20402	AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	249.428.196,00	(163.569.318,42)	57.273.735,83	41.251.734,30
		FUNDACAO	20501	CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	2.021.326.406,01	373.418.042,49	2.403.050.388,36	527.845.420,90
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	24209	CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A	115.036.725,00		91.481.177,25	14.713.692,93
		ECONOMIA MISTA	20302	NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	388.279.828,00	1.806.012,81	371.547.184,68	
		ECONOMIA MISTA	20303	INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	845.612.646,00	(17.129.480,46)	699.789.198,98	157.096.528,12
		FUNDOS	24901	FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO	4.010.212.228,99	(1.103.504.298,30)	1.681.256.824,63	125.970.575,04
25000	MINISTERIO DA FAZENDA	ADMINISTRACAO DIRETA	25000	MINISTERIO DA FAZENDA	1.631.041.219.851,00	(1.819.226.886,20)	1.208.936.607.082,75	13.996.715.326,97
		ADMINISTRACAO DIRETA	90000	RESERVA DE CONTINGENCIA	11.570.066.499,00			
		AUTARQUIA	25201	BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	3.126.475.404,00	(23.155.552,53)	2.956.264.556,95	
		AUTARQUIA	25203	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	334.749.091,00	(435.680,04)	212.989.996,68	5.621.718,37
		AUTARQUIA	25208	SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS	240.844.558,00	(3.270.164,27)	197.896.207,45	2.328.033,59
		FUNDOS	25901	FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS	754.894.919,00		754.894.919,00	120.367.161,88
		FUNDOS	25904	FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	245.097.979,00		11.653.519,88	
		FUNDOS	25914	FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO	2.638.023.357,00	13.501.900,64	126.501.599,59	4.105.651,48
		FUNDOS	25915	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	12.399.541.239,00	0,00	12.398.266.262,39	133.596.474,67
		FUNDOS	25916	FUNDO CONTIGENTE DA EXTINTA RFFSA-FCMP.		54.902.485,00	54.902.485,00	42.237.785,21

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		FUNDOS	71902	FUNDO SOBERANO DO BRASIL		270.632,50	268.655,78	31.837,43
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	ADMINISTRACAO DIRETA	26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	2.284.307.675,00	(509.993.009,74)	1.196.672.389,32	309.421.549,19
		AUTARQUIA	26201	COLEGIO PEDRO II	584.753.990,00	(1.250.620,36)	566.500.708,42	26.892.967,84
		AUTARQUIA	26231	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	829.790.421,00	61.249.728,76	842.157.404,17	44.558.087,93
		AUTARQUIA	26232	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1.533.207.683,00	252.240.809,94	1.666.184.223,32	56.596.662,63
		AUTARQUIA	26233	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.510.935.071,00	124.010.510,20	1.492.337.253,74	64.930.033,77
		AUTARQUIA	26234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	990.210.606,00	72.393.690,79	979.720.625,55	45.328.739,75
		AUTARQUIA	26235	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	1.259.867.627,00	82.318.160,64	1.223.687.846,38	45.068.369,07
		AUTARQUIA	26236	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.882.335.880,00	77.202.812,62	1.897.906.420,64	39.881.611,94
		AUTARQUIA	26237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	982.248.367,00	39.841.894,65	864.103.132,46	52.957.199,23
		AUTARQUIA	26238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2.026.540.426,00	235.368.968,12	2.174.446.442,01	75.139.988,42
		AUTARQUIA	26239	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	1.236.228.769,00	59.946.151,83	1.229.638.648,08	34.558.605,21
		AUTARQUIA	26240	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	1.559.652.963,00	32.952.297,63	1.512.257.507,59	62.075.097,83
		AUTARQUIA	26241	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	1.592.356.012,00	154.650.055,66	1.634.817.752,66	35.692.411,04
		AUTARQUIA	26242	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1.557.631.387,00	96.478.191,45	1.582.203.537,43	70.756.811,18
		AUTARQUIA	26243	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.569.977.061,00	76.861.701,79	1.531.110.582,22	70.042.364,21
		AUTARQUIA	26244	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.641.817.632,00	30.444.811,73	1.590.160.709,72	47.538.909,29
		AUTARQUIA	26245	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	3.387.785.085,00	177.593.754,36	3.466.337.063,21	81.026.490,04
		AUTARQUIA	26246	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.507.534.583,00	116.474.828,84	1.540.241.774,63	92.130.311,47
		AUTARQUIA	26247	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	1.172.862.337,00	27.855.021,31	1.152.440.131,69	31.736.469,00
		AUTARQUIA	26248	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	546.433.822,00	8.470.066,18	529.881.608,10	20.687.393,73
		AUTARQUIA	26249	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	565.586.654,00	5.741.248,22	555.524.269,32	20.230.287,55
		AUTARQUIA	26252	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	658.481.753,00	27.621.940,63	654.243.503,93	25.581.706,26
		AUTARQUIA	26253	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	175.262.175,00	7.964.356,06	175.166.479,48	11.160.741,71
		AUTARQUIA	26254	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	451.064.078,00	95.161.265,20	503.529.249,29	36.736.370,96
		AUTARQUIA	26255	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	215.683.977,00	1.711.637,61	198.692.569,61	8.044.217,93
		AUTARQUIA	26256	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	337.184.271,00	(452.969,75)	320.812.008,80	18.573.718,57
		AUTARQUIA	26257	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	400.043.310,00	(692.903,25)	379.207.353,18	9.002.226,48
		AUTARQUIA	26258	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	848.166.865,00	(2.639.549,24)	764.650.833,80	48.883.108,61
		AUTARQUIA	26260	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	195.570.642,00	1.545.169,97	185.999.177,67	9.563.505,70
		AUTARQUIA	26261	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	188.908.883,00	1.289.323,48	178.217.438,40	12.237.192,03
		AUTARQUIA	26262	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	1.108.682.222,00	103.449.037,13	1.181.865.251,72	41.243.171,55
		AUTARQUIA	26263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	352.109.020,00	12.134.989,92	307.470.118,79	30.980.574,29
		AUTARQUIA	26264	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	257.760.019,00	1.832.209,74	229.270.257,94	19.085.211,54
		AUTARQUIA	26267	UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	145.920.656,00	208.726,92	125.127.054,77	10.857.202,78
		AUTARQUIA	26290	INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	1.420.744.977,00	(26.945.409,17)	1.285.684.166,69	450.606.237,96
		AUTARQUIA	26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	65.381.136.784,00	(399.970.822,46)	58.169.849.203,91	11.172.116.769,93
		AUTARQUIA	26331	CENTRO FED.EDUCACAO TECNOLOGICA S.VICENTE SUL		0,00		
		AUTARQUIA	26351	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	227.102.093,00	1.447.921,29	210.407.803,41	5.657.757,59
		AUTARQUIA	26402	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	375.822.394,00	5.269.795,61	320.468.785,44	22.396.171,89
		AUTARQUIA	26403	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	311.907.903,00	3.311.027,06	286.607.554,38	28.179.783,35
		AUTARQUIA	26404	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO	243.242.746,00	812.977,17	223.669.151,05	24.762.468,61
		AUTARQUIA	26405	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	523.978.408,00	4.623.160,36	489.286.098,29	38.862.004,69
		AUTARQUIA	26406	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP. SANTO	534.146.182,00	7.524.731,58	517.546.329,08	24.172.317,19
		AUTARQUIA	26407	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	267.794.431,00	2.961.638,54	246.010.556,24	30.648.732,72
		AUTARQUIA	26408	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	453.535.948,00	16.574.932,39	429.378.550,38	32.210.740,84
		AUTARQUIA	26409	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	319.678.404,00	27.996.432,67	320.886.180,20	44.580.657,47
		AUTARQUIA	26410	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	253.052.146,00	4.399.450,32	192.480.293,15	26.023.601,35
		AUTARQUIA	26411	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	248.713.948,00	4.983.303,31	233.926.875,46	20.741.354,36
		AUTARQUIA	26412	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	255.697.705,00	12.312.344,07	242.062.093,94	30.362.808,21
		AUTARQUIA	26413	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA. MINEIRO	205.486.186,00	439.913,84	183.850.908,95	16.106.790,15
		AUTARQUIA	26414	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	360.915.146,00	2.615.593,48	332.252.442,65	42.278.562,41

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		AUTARQUIA	26415	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL	112.038.236,00	1.507.382,47	101.978.417,57	11.225.877,39
		AUTARQUIA	26416	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	312.269.716,00	7.138.281,00	294.407.062,50	35.854.194,53
		AUTARQUIA	26417	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA	442.824.813,00	9.571.683,55	412.825.402,57	32.184.331,87
		AUTARQUIA	26418	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO	444.148.854,00	6.424.669,44	429.281.417,55	31.830.672,79
		AUTARQUIA	26419	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	329.118.764,00	3.775.648,80	308.800.124,21	21.990.081,44
		AUTARQUIA	26420	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FARROUPILHA	236.101.140,00	6.086.195,23	224.216.531,44	19.063.935,75
		AUTARQUIA	26421	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	173.544.983,00	4.281.846,42	142.458.051,83	16.738.785,63
		AUTARQUIA	26422	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. CATARINENSE	283.593.937,00	649.257,02	260.751.037,10	22.293.380,56
		AUTARQUIA	26423	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	242.854.926,00	8.797.684,50	222.407.044,37	27.097.417,31
		AUTARQUIA	26424	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS	205.844.229,00	658.676,42	187.430.743,33	26.864.239,10
		AUTARQUIA	26425	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	96.744.356,00	8.963.474,31	89.280.931,85	15.779.756,91
		AUTARQUIA	26426	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	75.503.104,00	1.024.276,30	55.391.293,62	8.011.710,39
		AUTARQUIA	26427	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	488.264.250,00	6.346.585,46	456.132.270,89	38.440.939,44
		AUTARQUIA	26428	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	176.122.554,00	2.267.960,96	151.703.587,64	23.036.640,92
		AUTARQUIA	26429	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS	351.376.188,00	3.556.816,73	339.464.170,97	12.955.381,10
		AUTARQUIA	26430	INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO	145.235.394,00	5.156.998,07	134.962.019,20	11.596.964,73
		AUTARQUIA	26431	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI	337.514.272,00	2.728.738,93	304.571.237,31	21.243.264,13
		AUTARQUIA	26432	INSTITUTO FEDERAL DO PARANA	277.116.773,00	9.178.290,54	262.375.771,83	25.045.125,92
		AUTARQUIA	26433	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	323.513.785,00	11.756.502,57	303.844.095,76	34.405.495,02
		AUTARQUIA	26434	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	356.062.247,00	8.032.755,83	332.652.172,60	21.888.923,20
		AUTARQUIA	26435	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	511.774.967,00	4.262.814,55	471.559.775,75	41.629.607,02
		AUTARQUIA	26436	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	357.482.997,00	2.183.461,02	340.838.563,52	17.983.891,69
		AUTARQUIA	26437	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	113.155.551,00	1.992.611,55	105.973.555,36	14.042.114,58
		AUTARQUIA	26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA. CATARINA	448.867.003,00	8.820.142,74	414.522.469,99	29.930.846,38
		AUTARQUIA	26439	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	629.612.135,00	11.567.277,70	597.994.620,28	62.427.893,52
		AUTARQUIA	26440	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	254.267.919,00	12.859.896,14	219.850.621,86	23.961.231,33
		AUTARQUIA	26441	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	170.546.662,00	2.811.516,02	147.030.313,40	21.624.528,31
		AUTARQUIA	26442	UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA	135.728.411,00	147.586,55	102.026.388,46	19.260.012,89
		AUTARQUIA	26447	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	80.777.653,00	(22.946.005,71)	40.116.407,17	10.136.206,00
		AUTARQUIA	26448	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARA	96.887.783,00	(562.704,38)	77.834.040,33	11.993.482,33
		AUTARQUIA	26449	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	91.488.808,00	18.860,35	72.896.271,43	12.805.202,30
		AUTARQUIA	26450	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	67.757.029,00	(13.942.057,38)	42.855.705,05	7.668.937,80
		FUNDACAO	26230	FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	163.433.911,00	59.717.737,07	209.348.199,00	31.707.260,18
		FUNDACAO	26250	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	200.560.463,00	840.167,85	176.137.493,41	18.953.236,84
		FUNDACAO	26251	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	308.332.287,00	17.251.329,37	298.611.305,57	23.322.841,47
		FUNDACAO	26266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	267.783.754,00	1.337.214,46	249.340.679,71	11.705.840,55
		FUNDACAO	26268	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	256.768.329,00	1.198.241,84	231.503.843,46	22.569.649,31
		FUNDACAO	26269	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO	431.539.686,00	29.575.194,84	440.527.038,97	9.556.475,06
		FUNDACAO	26270	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	713.110.979,00	37.506.533,60	699.519.002,56	34.788.607,07
		FUNDACAO	26271	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	1.915.804.358,00	88.163.784,66	1.680.408.145,90	102.730.518,52
		FUNDACAO	26272	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	758.973.138,00	128.925.128,05	831.358.697,87	43.284.302,02
		FUNDACAO	26273	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	508.639.260,00	34.598.145,47	499.006.112,54	28.432.391,16
		FUNDACAO	26274	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	1.161.286.559,00	145.961.369,32	1.264.562.476,37	30.820.127,32
		FUNDACAO	26275	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	338.445.632,00	6.395.530,77	284.764.477,07	24.139.160,69
		FUNDACAO	26276	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	848.931.868,00	49.620.314,49	826.699.711,62	34.860.883,18
		FUNDACAO	26277	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	376.475.905,00	4.420.459,92	364.165.882,76	11.802.533,88
		FUNDACAO	26278	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	683.553.142,00	56.761.067,00	711.437.416,04	33.158.426,01
		FUNDACAO	26279	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	725.421.695,00	25.151.749,27	700.588.210,84	44.767.917,57
		FUNDACAO	26280	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	561.095.185,00	21.341.075,17	536.958.779,55	17.955.543,61
		FUNDACAO	26281	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	687.622.993,00	18.414.607,35	617.773.191,21	22.993.515,36
		FUNDACAO	26282	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	795.433.660,00	8.048.605,48	777.354.772,06	17.456.952,03
		FUNDACAO	26283	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	724.396.327,00	34.347.489,24	699.432.722,32	30.303.782,83

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		FUNDACAO	26284	FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	123.479.587,00	28.891.479,64	135.648.247,37	14.083.867,77
		FUNDACAO	26285	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	283.038.546,00	2.832.912,95	268.020.686,64	18.127.057,89
		FUNDACAO	26286	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	190.986.532,00	10.053.428,73	156.138.929,68	29.025.876,56
		FUNDACAO	26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	7.433.665.299,00	(3.061.806.998,42)	4.707.970.294,62	58.989.735,39
		FUNDACAO	26292	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	126.824.240,00	(163.706,00)	117.317.585,66	6.089.127,95
		FUNDACAO	26350	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	285.222.976,00	40.949.793,87	265.354.509,46	39.250.302,05
		FUNDACAO	26352	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	264.230.419,00	5.996.527,78	248.361.729,93	35.076.305,53
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	26294	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	1.019.161.453,00	221.973.566,52	1.234.239.575,39	27.785.358,85
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	26443	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	2.284.875.196,00	(87.268.806,55)	2.093.684.423,54	211.651.737,32
28000	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	ADMINISTRACAO DIRETA	28000	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	852.865.345,00	(1.931.573,87)	331.870.180,91	35.441.808,86
		AUTARQUIA	20603	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	823.768.830,00	(259.949.624,40)	168.716.883,54	14.436.518,44
		AUTARQUIA	30203	INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA	1.136.651.811,00	(4.516.849,73)	838.681.042,60	86.350.031,89
		AUTARQUIA	30204	INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	401.570.984,00	(11.457.150,00)	321.847.333,96	6.352.828,59
		FUNDOS	28500	FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE	137.844.630,00		7.040.434,00	
29000	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	29000	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	532.037.156,00	(2.025.961,46)	465.885.297,34	50.004.068,35
30000	MINISTERIO DA JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	30000	MINISTERIO DA JUSTICA	1.494.742.028,00	32.442.831,01	860.648.350,47	170.192.209,67
		ADMINISTRACAO DIRETA	30108	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	5.846.891.128,00	11.457.000,50	5.634.479.402,55	290.790.740,07
		ADMINISTRACAO DIRETA	30802	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ	3.541.442.839,00	5.148.835,53	3.469.366.813,52	160.485.454,85
		AUTARQUIA	30211	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	36.248.219,00	(388.713,01)	32.317.342,53	3.829.647,57
		FUNDACAO	30202	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	653.323.371,00	17.966.398,66	557.797.356,54	46.802.163,49
		FUNDOS	30905	SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR FUNDO	169.066.412,00	(308.030,06)	3.526.844,01	
		FUNDOS	30907	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL	542.315.608,00	(8.914.906,23)	256.274.444,58	212.584.853,07
		FUNDOS	30911	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	876.240.423,00	(65.743.630,14)	311.654.565,61	195.568.765,88
		FUNDOS	30912	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	324.357.620,00	(23.664.827,97)	127.055.191,41	117.524.260,30
32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	ADMINISTRACAO DIRETA	32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	37.943.750.862,00	702.805.669,68	20.653.986.773,12	985.503.348,31
		AUTARQUIA	32205	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	736.668.733,00	52.922.248,15	467.595.862,89	101.291.663,93
		AUTARQUIA	32210	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA	1.556.443.521,00	3.201.419,54	1.130.768.391,05	157.278.929,75
		AUTARQUIA	32263	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	489.354.657,00	(7.073.958,57)	298.784.878,49	11.430.978,55
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	29208	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	552.799.130,00	30.861.033,24	539.686.931,58	75.487.492,95
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	32314	EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA	119.456.900,00		97.269.480,06	4.283.161,70
33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	ADMINISTRACAO DIRETA	33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	739.619.625,00	18.228.335,53	707.336.046,87	20.272.416,90
		AUTARQUIA	33206	SUPERINT.NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	63.820.011,00	(481.799,23)	54.085.085,10	4.061.853,12
		AUTARQUIA	37202	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	14.426.782.953,00	41.239.399.144,74	55.480.626.986,76	218.600.083,92
		FUNDOS	37904	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL	440.090.564.912,00	(8.461.671.181,00)	431.627.052.035,94	355.397.517,31
34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	5.994.361.998,00	(2.118.477,10)	5.701.705.280,42	399.009.064,27
35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	ADMINISTRACAO DIRETA	35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	3.357.069.628,01	10.599.533.139,81	14.043.175.380,80	1.810.399.262,72
		FUNDACAO	35201	FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	18.522.648,00	(4.883,93)	13.091.429,35	1.268.520,03
36000	MINISTERIO DA SAUDE	ADMINISTRACAO DIRETA	36000	MINISTERIO DA SAUDE	112.663.430.094,00	(4.868.597.708,68)	98.024.163.700,66	5.905.691.828,46
		AUTARQUIA	36212	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	842.328.348,00	(80.183.060,58)	678.727.519,32	24.295.829,47
		AUTARQUIA	36213	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	297.081.312,00	0,00	272.712.046,41	17.020.301,42
		FUNDACAO	36201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	2.518.309.329,00	2.637.887.030,87	4.939.507.444,35	662.429.863,93
		FUNDACAO	36211	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	3.716.208.212,00	(60.556.697,37)	2.842.325.353,85	493.814.388,00
		ECONOMIA MISTA	36210	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	1.116.848.494,00	190.417.313,93	1.297.609.711,63	36.953.553,51
38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	ADMINISTRACAO DIRETA	38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	18.654.665.343,00	867.087,46	18.193.238.578,80	45.187.547,39
		FUNDACAO	37201	FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.	113.375.608,00	(4.172.135,00)	103.872.579,82	6.356.472,12
		FUNDOS	38901	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	67.915.215.561,00	(6.884.761,90)	65.736.001.544,67	1.912.902.848,85
39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	ADMINISTRACAO DIRETA	39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	3.300.433.073,00	(10.923.356,87)	3.225.128.762,64	32.114.873,97
		AUTARQUIA	39250	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	1.399.414.854,00	(2.522.846,50)	772.829.031,29	401.824.922,01
		AUTARQUIA	39252	DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	11.605.125.902,00	(87.391.754,22)	7.301.600.642,36	3.901.331.812,30
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	29209	VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A	2.368.735.590,00		1.949.047.112,61	202.683.600,10

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	39253	EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S.A-EPL	166.076.216,00	(168.000,00)	62.451.983,27	14.457.276,62
		FUNDOS	49901	DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE	6.632.931.035,00	(80.584,98)	5.252.636.024,38	192.111.792,54
41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	ADMINISTRACAO DIRETA	41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	2.091.643.571,00	(4.245.786,54)	1.626.936.748,57	125.614.113,99
		AUTARQUIA	41231	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	5.695.099.515,00	(53.300,00)	449.731.779,16	23.242.584,03
		FUNDOS	41232	FUNDO DE UNIVERS.DOS SERV. DE TELECOMUNICOES	3.100.152.274,00		51.419,00	
		FUNDOS	41903	FUNDO P/ O DESENVOLV.TEC.DAS TELECOMUNICACOES	516.161.814,00	242.831,00	252.280.789,95	
42000	MINISTERIO DA CULTURA	ADMINISTRACAO DIRETA	42000	MINISTERIO DA CULTURA	536.755.200,00	(34.640.686,28)	312.952.305,94	99.215.162,40
		AUTARQUIA	20203	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	144.552.159,00	643.663.821,67	786.020.978,06	671.188.703,38
		AUTARQUIA	20411	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	452.621.031,00	4.051.358,74	363.759.324,71	57.947.625,54
		AUTARQUIA	42207	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	191.044.050,00	5.263.365,46	154.854.047,79	25.547.904,35
		FUNDACAO	20403	FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	43.935.599,00	1.304.370,00	43.589.538,21	2.716.263,56
		FUNDACAO	20404	FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	108.178.757,00	3.713.016,42	100.700.853,90	9.383.232,65
		FUNDACAO	20408	FUNDACAO CULTURAL PALMARES	27.580.296,00	2.451.441,47	23.071.905,00	4.895.433,80
		FUNDACAO	20412	FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	139.542.049,00	32.617.111,01	157.499.260,74	40.454.153,26
		FUNDOS	34902	FUNDO NACIONAL DE CULTURA	1.881.687.022,00	(702.509.059,04)	36.655.513,70	31.027.185,59
44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	ADMINISTRACAO DIRETA	44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	537.976.247,00	31.506.145,44	344.933.246,35	24.840.673,27
		ADMINISTRACAO DIRETA	44208	SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	109.628.315,00	(28.485.756,34)	15.935.240,64	7.693.675,76
		AUTARQUIA	20701	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT. RENOVAV.	1.404.432.274,00	(44.804.539,40)	1.299.827.904,19	28.077.246,85
		AUTARQUIA	44205	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	452.643.350,00	(47.309.353,32)	363.765.984,85	96.365.570,14
		AUTARQUIA	44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	66.176.277,00	1.299.551,61	64.975.967,75	3.585.498,55
		AUTARQUIA	44207	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	688.009.082,00	(4.304.012,85)	588.681.951,23	52.149.661,15
		FUNDOS	44204	FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	36.367.966,00	(1.315.187,92)	2.390.962,85	2.364.249,60
		FUNDOS	44902	FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA	400.000.000,00	(5.378.881,12)	362.234.132,09	362.234.132,09
49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	ADMINISTRACAO DIRETA	49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	2.603.790.131,00	(228.814.567,50)	1.002.757.317,47	465.211.741,99
		AUTARQUIA	22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	4.760.611.116,00	(1.013.224.349,66)	2.334.167.597,08	853.801.930,06
		FUNDOS	49001	FUNDO TERRAS E DA REF.AGRARIA-BANCO DA TERRA		168.000.000,00	168.000.000,00	
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	ADMINISTRACAO DIRETA	51000	MINISTERIO DO ESPORTE	3.629.836.437,00	(233.117.196,86)	1.971.823.641,16	1.258.360.168,57
52000	MINISTERIO DA DEFESA	ADMINISTRACAO DIRETA	52000	MINISTERIO DA DEFESA	3.675.461.358,00	(1.275.878.351,79)	1.148.004.907,64	365.101.621,10
		ADMINISTRACAO DIRETA	52111	COMANDO DA AERONAUTICA	20.288.042.452,00	678.372.785,82	20.135.055.555,77	1.474.904.186,78
		ADMINISTRACAO DIRETA	52121	COMANDO DO EXERCITO	35.870.074.962,00	1.253.992.809,18	35.898.569.612,24	1.588.221.135,12
		ADMINISTRACAO DIRETA	52131	COMANDO DA MARINHA	22.843.365.077,99	(476.521.378,78)	20.372.320.958,48	677.825.772,45
		AUTARQUIA	31280	CAIXA DE CONSTRUCOES DE CASAS P/ PESSOAL DA MB	226.936.226,00	(2.555.287,12)	203.722.866,24	53.655.998,47
		AUTARQUIA	52211	CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	7.982.012,00		3.079.663,47	196.777,59
		FUNDACAO	52222	FUNDACAO OSORIO	17.787.466,00	16.432,20	16.938.822,14	155.088,04
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	52221	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL	245.896.445,00	2.190.025,19	214.744.219,38	22.494.220,69
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	52233	AMAZONIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.	255.421.119,00	(218.126.939,90)	34.657.426,30	5.847.464,77
		FUNDOS	52132	COMANDO DA MARINHA - FUNDO NAVAL	737.060.948,00	(44.165.697,43)	563.334.753,22	66.725.711,49
		FUNDOS	52133	COM.MARINHA - FUNDO DESENV.ENS.PROF. MARITIMO	259.261.649,00	(8.372.211,14)	87.004.628,39	9.888.171,49
		FUNDOS	52904	FUNDO DO EXERCITO	1.383.179.667,00	(131.980.090,50)	1.108.553.514,24	121.237.547,84
		FUNDOS	52911	FUNDO AERONAUTICO	2.339.222.755,00	(2.055.203.989,68)		
53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	ADMINISTRACAO DIRETA	53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	6.232.372.498,00	(1.182.069.003,02)	2.553.609.987,69	1.262.412.706,23
		AUTARQUIA	22204	DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	1.240.161.772,00	(1.114.517,07)	956.223.549,39	159.860.727,81
		AUTARQUIA	53202	SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	132.353.368,00	(1.650.610,63)	63.823.432,18	25.004.618,58
		AUTARQUIA	53203	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	92.690.323,00	14.511.700,13	67.031.588,79	3.509.352,90
		AUTARQUIA	53207	SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	236.816.782,00	(5.290,04)	60.249.825,11	38.767.381,39
		EMPRESA PUBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	22203	CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA	1.104.284.171,00	137.084.894,90	836.148.265,48	292.221.199,41
		FUNDOS	53901	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM. DO NORTE	2.249.195.321,00		2.103.776.970,17	75.260.659,55
		FUNDOS	53902	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	2.249.195.321,00		2.103.776.970,17	75.260.659,55
		FUNDOS	53903	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM. DO NORDESTE	6.747.585.970,00		6.311.330.946,81	225.781.978,45
		FUNDOS	53904	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	1.397.512.880,00		0,00	

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
		FUNDOS	53905	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	2.022.481.635,00		2.022.481.635,00	2.022.481.635,00
		FUNDOS	74919	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	1.102.853.841,00		1.102.853.840,16	1.102.853.840,16
54000	MINISTERIO DO TURISMO	ADMINISTRACAO DIRETA	54000	MINISTERIO DO TURISMO	1.779.695.855,00	(4.612.040,80)	510.245.741,41	412.189.939,62
		AUTARQUIA	20604	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	287.535.697,00	(2.993.340,19)	132.218.951,98	35.469.058,54
		FUNDOS	54901	FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/ METUR	44.081.358,00		44.081.358,00	44.081.358,00
55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	ADMINISTRACAO DIRETA	55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	29.998.933.422,00	(1.138.163.542,60)	27.887.827.914,72	1.011.952.242,00
		FUNDOS	55001	FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	45.419.705.779,00	(42.212.750.901,06)	2.868.824.740,32	1.053.815.879,43
56000	MINISTERIO DAS CIDADES	ADMINISTRACAO DIRETA	56000	MINISTERIO DAS CIDADES	34.561.378.954,00	(19.640.515,42)	20.588.607.010,86	4.768.016.520,48
		ECONOMIA MISTA	29205	EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	269.313.967,00	15.306.811,56	279.311.806,73	9.645.913,79
		ECONOMIA MISTA	29214	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1.262.275.006,00	474.297,35	991.658.672,38	74.043.047,06
		FUNDOS	56901	FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	982.362.524,00	(4.359.077,12)	113.607.723,11	32.275.976,16
		FUNDOS	56902	FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL	182.848.917,00	(4.083.735,04)	64.524.694,45	62.132.750,73
58000	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	ADMINISTRACAO DIRETA	58000	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	774.623.177,00	(11.649.422,09)	148.769.296,62	46.958.050,82
59000	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	ADMINISTRACAO DIRETA	59000	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	80.702.259,00	(1.144.237,48)	68.645.131,32	6.719.999,85
63000	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	63000	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	3.250.639.541,00	(1.815.839,82)	3.135.262.459,14	56.724.716,98

Fonte: Tesouro Gerencial

b) Poder Legislativo

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	ADMINISTRACAO DIRETA	01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	5.210.728.128,00	42.908,92	5.079.344.542,43	124.468.112,11
		FUNDOS	01901	FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	163.755.643,00	(13.118,60)	14.348.791,52	3.504.734,55
02000	SENADO FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	02000	SENADO FEDERAL	3.916.658.698,00	(20.046.110,95)	3.800.179.036,05	110.161.318,13
		FUNDOS	02001	FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL		20.942.609,26	17.177.242,07	16.988.445,00
03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	ADMINISTRACAO DIRETA	03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.823.516.700,00	(926.536,37)	1.782.118.728,27	100.168.543,45

Fonte: Tesouro Gerencial

c) Poder Judiciário

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

ÓRGÃO SUPERIOR		TIPO ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO		DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	623.205.678,00	833.066,99	559.410.056,51	28.339.212,12
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	1.340.808.280,00	85.815.609,97	1.347.525.760,20	109.676.177,94
12000	JUSTICA FEDERAL	ADMINISTRACAO DIRETA	12000	JUSTICA FEDERAL	10.222.727.135,00	22.701.519.808,54	32.465.428.986,92	705.401.635,77
13000	JUSTICA MILITAR	ADMINISTRACAO DIRETA	13000	JUSTICA MILITAR	475.802.032,00	(2.271.302,48)	464.980.870,51	24.231.920,73
14000	JUSTICA ELEITORAL	ADMINISTRACAO DIRETA	14000	JUSTICA ELEITORAL	6.606.911.986,00	(959.412,56)	6.310.299.712,12	570.543.283,29
15000	JUSTICA DO TRABALHO	ADMINISTRACAO DIRETA	15000	JUSTICA DO TRABALHO	17.558.075.233,00	427.438.382,16	17.603.361.521,56	518.766.449,59
16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	ADMINISTRACAO DIRETA	16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	2.319.178.335,00	0,00	2.291.466.293,50	133.106.391,28
17000	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	ADMINISTRACAO DIRETA	17000	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	283.317.325,00	(1.150.378,96)	150.083.580,90	48.950.027,38

Fonte: Tesouro Gerencial

d) Total

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER, ÓRGÃO SUPERIOR, TIPO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO SUBORDINADO

DOTACAO ATUALIZADA	MOVIMENTACAO LIQ. CREDITOS (RECEB (-) CONCED)	DESPESAS EXECUTADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
2.938.486.110.523,00	3.075.586.644,67	2.385.120.788.421,40	77.796.570.307,69

4.2.3. Execução da Despesa por Programa Regionalizado

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR REGIÃO E PROGRAMA

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
CENTRO-OESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	23.809.340.605,00	23.768.854.533,30	40.486.071,70	36.527.129,22
CENTRO-OESTE	0550	CONTROLE EXTERNO	44.500.000,00	41.196.128,43	3.303.871,57	38.678.618,38
CENTRO-OESTE	0551	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.331.606.042,00	2.246.959.793,51	84.646.248,49	126.233.427,32
CENTRO-OESTE	0553	ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	3.908.406.657,00	3.629.690.076,17	278.716.580,83	118.032.744,14
CENTRO-OESTE	0565	PRESTACAO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	503.575.678,00	438.696.710,63	64.878.967,37	27.959.880,06
CENTRO-OESTE	0566	PRESTACAO JURISDICIONAL MILITAR	2.000.000,00	1.476.353,23	523.646,77	1.469.034,32
CENTRO-OESTE	0567	PRESTACAO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.970.545.092,00	1.942.833.050,50	27.712.041,50	126.579.956,85
CENTRO-OESTE	0568	PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	1.002.853.705,00	950.914.690,69	51.939.014,31	77.547.887,20
CENTRO-OESTE	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	90.876.115,00	14.446.275,61	76.429.839,39	11.693.259,78
CENTRO-OESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	593.830.667,00	571.265.138,95	22.565.528,05	39.586.986,77
CENTRO-OESTE	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	858.728.438,00	830.869.416,91	27.859.021,09	34.634.357,83
CENTRO-OESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	681.525.079,00	651.324.950,56	30.200.128,44	40.293.621,22
CENTRO-OESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	43.961.559,00	43.554.521,67	407.037,33	748.958,65
CENTRO-OESTE	0902	OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	200.000,00		200.000,00	
CENTRO-OESTE	0903	OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	12.399.541.239,00	12.398.266.262,39	1.274.976,61	133.596.474,67
CENTRO-OESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	89.119.857,00	56.438.633,07	32.681.223,93	538.291,15
CENTRO-OESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	403.082,00	252.724,42	150.357,58	263,40
CENTRO-OESTE	1389	CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUD	57.655.033,00	2.105.654,11	55.549.378,89	1.955.008,85
CENTRO-OESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	2.100.000,00	900.000,00	1.200.000,00	900.000,00
CENTRO-OESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	4.700.000,00		4.700.000,00	
CENTRO-OESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	62.357.514,00	9.590.802,00	52.766.712,00	9.590.802,00
CENTRO-OESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	4.893.729.444,00	4.259.523.893,49	634.205.550,51	204.046.460,34
CENTRO-OESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	2.600.000,00	1.367.509,43	1.232.490,57	1.367.509,43
CENTRO-OESTE	2018	BIODIVERSIDADE	600.000,00		600.000,00	
CENTRO-OESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	20.200.000,00		20.200.000,00	
CENTRO-OESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	750.000,00	200.000,00	550.000,00	175.788,00
CENTRO-OESTE	2022	COMBUSTIVEIS	800.000,00	400.167,51	399.832,49	118.545,54
CENTRO-OESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	5.000.000,00	3.900.000,00	1.100.000,00	3.900.000,00
CENTRO-OESTE	2026	CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	9.040.000,00	8.000.000,00	1.040.000,00	5.958.836,41
CENTRO-OESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	40.466.899,00	5.629.293,92	34.837.605,08	4.427.348,35
CENTRO-OESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	194.112.034,00	27.074.184,00	167.037.850,00	27.074.184,00
CENTRO-OESTE	2030	EDUCACAO BASICA	81.791.693,00	27.805.281,67	53.986.411,33	21.591.976,72
CENTRO-OESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	397.552.576,00	299.749.267,34	97.803.308,66	111.441.966,24
CENTRO-OESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.345.966.179,00	760.837.838,46	585.128.340,54	162.033.252,04
CENTRO-OESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	19.514.600,00	6.599.731,00	12.914.869,00	6.599.731,00
CENTRO-OESTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	139.772.259,00	113.002.557,30	26.769.701,70	45.144.892,04
CENTRO-OESTE	2038	DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	36.000.000,00	21.000,15	35.978.999,85	732,91
CENTRO-OESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	52.239.062,00	567.917,13	51.671.144,87	155.297,10
CENTRO-OESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	720.000,00	299.915,00	420.085,00	299.915,00
CENTRO-OESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	1.130.000,00	250.000,00	880.000,00	250.000,00
CENTRO-OESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	400.000,00	100.000,00	300.000,00	100.000,00
CENTRO-OESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	750.000,00	750.000,00	0,00	750.000,00
CENTRO-OESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	2.650.000,00	1.495.000,00	1.155.000,00	1.495.000,00
CENTRO-OESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	345.475.652,00	110.396.440,11	235.079.211,89	110.396.440,11
CENTRO-OESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	3.000.000,00	615.408,38	2.384.591,62	
CENTRO-OESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	41.432.182,00	549.947,58	40.882.234,42	311.118,23
CENTRO-OESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	6.362.300,00	2.912.387,00	3.449.913,00	2.912.387,00
CENTRO-OESTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.500.000,00		1.500.000,00	
CENTRO-OESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	6.246.826,00	4.107.750,74	2.139.075,26	3.211.907,74
CENTRO-OESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	500.000,00	100.000,00	400.000,00	100.000,00
CENTRO-OESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	450.000,00	82.632,00	367.368,00	82.632,00
CENTRO-OESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	2.000.000,00		2.000.000,00	

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
CENTRO-OESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	38.934.482,00	5.030.000,00	33.904.482,00	5.030.000,00
CENTRO-OESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	66.484.400,00	48.506.678,76	17.977.721,24	43.918.590,75
CENTRO-OESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	250.000,00		250.000,00	
CENTRO-OESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	500.657.300,00	344.309.364,11	156.347.935,89	40.967.105,10
CENTRO-OESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.097.607.197,00	722.942.875,63	374.664.321,37	398.691.831,43
CENTRO-OESTE	2076	TURISMO	76.591.264,00	18.099.699,00	58.491.565,00	18.003.699,00
CENTRO-OESTE	2100	CONTROLE DA ATUACAO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINIST	38.594.424,00	37.488.683,86	1.105.740,14	1.021.697,83
CENTRO-OESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	148.268.100,00	134.837.576,23	13.430.523,77	8.330.237,25
CENTRO-OESTE	2102	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DIREITOS HU	987.588,00	719.354,89	268.233,11	33.438,50
CENTRO-OESTE	2103	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS D	393.948,00	243.234,40	150.713,60	
CENTRO-OESTE	2104	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS P	17.153.539,00	17.058.450,48	95.088,52	1.057.382,75
CENTRO-OESTE	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	116.779.988,00	116.478.781,32	301.206,68	6.093.892,24
CENTRO-OESTE	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	102.519.864,00	98.086.939,29	4.432.924,71	271.471,48
CENTRO-OESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	233.459.649,00	222.074.411,72	11.385.237,28	2.772.190,17
CENTRO-OESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	4.424.268.375,00	4.280.499.227,24	143.769.147,76	145.223.441,98
CENTRO-OESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	981.350.028,00	957.859.316,88	23.490.711,12	20.408.105,56
CENTRO-OESTE	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	285.810.134,00	277.221.553,99	8.588.580,01	1.368.809,23
CENTRO-OESTE	2113	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PESCA E AQU	40.955.591,00	39.833.212,25	1.122.378,75	2.975.513,01
CENTRO-OESTE	2114	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA	10.541.620,00	9.209.866,55	1.331.753,45	562.105,20
CENTRO-OESTE	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	7.054.758.872,00	6.991.145.415,28	63.613.456,72	1.032.134,35
CENTRO-OESTE	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	55.216.014,00	51.932.172,27	3.283.841,73	1.561.210,09
CENTRO-OESTE	2117	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACO	98.659.219,00	90.577.750,04	8.081.468,96	270.000,00
CENTRO-OESTE	2118	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS RELACOES E	641.304,00	491.729,88	149.574,12	
CENTRO-OESTE	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	502.242.937,00	495.653.346,16	6.589.590,84	4.016.413,80
CENTRO-OESTE	2120	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	62.037.651,00	61.284.095,47	753.555,53	3.107.148,81
CENTRO-OESTE	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	169.074.234,00	163.753.463,64	5.320.770,36	465.837,50
CENTRO-OESTE	2122	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	4.836.876,00	4.712.000,00	124.876,00	319.409,55
CENTRO-OESTE	2123	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO ESPORTE	37.665.022,00	34.732.922,60	2.932.099,40	409.571,40
CENTRO-OESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	198.722.215,00	191.560.759,86	7.161.455,14	528.059,98
CENTRO-OESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	33.211.703,00	22.184.150,14	11.027.552,86	852.815,97
CENTRO-OESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	235.375.013,00	220.305.836,33	15.069.176,67	3.204.838,65
CENTRO-OESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	1.000.000,00	997.452,00	2.548,00	997.452,00
CENTRO-OESTE	2128	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TURISMO	35.572.782,00	32.748.548,25	2.824.233,75	636.335,78
NORDESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	4.261.985.766,00	4.247.794.481,26	14.191.284,74	2.612.123,03
NORDESTE	0550	CONTROLE EXTERNO	4.787.915,00	4.780.537,90	7.377,10	4.531.458,98
NORDESTE	0566	PRESTACAO JURISDICIONAL MILITAR	2.000.000,00		2.000.000,00	
NORDESTE	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	108.148.276,00	43.330.509,96	64.817.766,04	34.443.217,54
NORDESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	1.270.797.027,00	1.211.553.029,79	59.243.997,21	75.158.843,54
NORDESTE	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	2.829.715.577,00	2.730.751.561,24	98.964.015,76	85.422.823,37
NORDESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	59.869.490,00	43.236.803,16	16.632.686,84	36.795.851,16
NORDESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	72.395.755,00	70.761.420,97	1.634.334,03	2.126.119,38
NORDESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	172.004.220,00	34.676.316,70	137.327.903,30	17.504.319,08
NORDESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.235.454,00	893.821,36	341.632,64	127.106,00
NORDESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	3.170.000,00	949.489,00	2.220.511,00	949.489,00
NORDESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	155.844.266,00	49.282.872,84	106.561.393,16	27.107.135,48
NORDESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	166.484.180,00	44.783.176,97	121.701.003,03	44.283.176,97
NORDESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	18.956.892.266,00	17.129.638.602,90	1.827.253.663,10	715.994.360,54
NORDESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	3.100.000,00	1.586.824,70	1.513.175,30	1.586.824,70
NORDESTE	2017	AVIACAO CIVIL	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
NORDESTE	2018	BIODIVERSIDADE	362.300,00		362.300,00	
NORDESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	35.049.301,00	683.774,88	34.365.526,12	683.774,88
NORDESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	12.950.000,00	900.000,00	12.050.000,00	900.000,00
NORDESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	6.152.300,00	3.800.000,00	2.352.300,00	3.800.000,00
NORDESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	45.606.900,00	8.625.084,90	36.981.815,10	5.035.906,50
NORDESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	392.724.011,00	126.358.271,49	266.365.739,51	124.125.330,19
NORDESTE	2030	EDUCACAO BASICA	242.240.607,00	38.725.085,00	203.515.522,00	26.053.224,20
NORDESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	1.287.721.387,00	939.353.426,15	348.367.960,85	298.064.559,31

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
NORDESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	2.539.739.470,00	1.716.234.013,79	823.505.456,21	379.801.926,86
NORDESTE	2033	ENERGIA ELETRICA	22.500.000,00		22.500.000,00	
NORDESTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	500.000,00		500.000,00	
NORDESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	208.588.900,00	60.127.571,42	148.461.328,58	60.127.571,42
NORDESTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	492.523.371,00	470.159.145,84	22.364.225,16	54.393.753,82
NORDESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	190.795.181,00	1.862.137,00	188.933.044,00	1.862.137,00
NORDESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	1.482.300,00		1.482.300,00	
NORDESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	7.000.000,00	790.000,00	6.210.000,00	790.000,00
NORDESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	300.000,00	299.773,96	226,04	299.773,96
NORDESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.531.590,00	2.400.000,00	4.131.590,00	2.400.000,00
NORDESTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	178.333.455,00	988.602,72	177.344.852,28	988.602,72
NORDESTE	2049	MORADIA DIGNA	38.338.917,00	300.000,00	38.038.917,00	300.000,00
NORDESTE	2051	OFERTA DE AGUA	950.784.777,00	333.549.902,85	617.234.874,15	165.849.597,98
NORDESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	8.632.913,00	3.336.816,48	5.296.096,52	2.431.491,53
NORDESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	1.209.958.944,00	362.509.681,99	847.449.262,01	362.509.681,99
NORDESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	76.800.000,00	32.367.202,47	44.432.797,53	4.824.174,35
NORDESTE	2056	POLITICA ESPACIAL	15.000.000,00	14.548.966,54	451.033,46	13.131.812,80
NORDESTE	2057	POLITICA EXTERNA	500.000,00		500.000,00	
NORDESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	2.930.000,00	199.980,00	2.730.020,00	199.980,00
NORDESTE	2059	POLITICA NUCLEAR	7.212.807,00	7.210.805,00	2.002,00	5.166.619,52
NORDESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	9.062.300,00	3.038.544,00	6.023.756,00	3.038.544,00
NORDESTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.150.000,00		1.150.000,00	
NORDESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	27.396.247,00	6.040.567,40	21.355.679,60	5.239.913,40
NORDESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	300.000,00		300.000,00	
NORDESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.929.200,00	840.000,00	1.089.200,00	840.000,00
NORDESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	650.000,00	250.000,00	400.000,00	
NORDESTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	4.330.000,00	2.444.231,00	1.885.769,00	2.444.231,00
NORDESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	233.428.405,00	52.688.840,00	180.739.565,00	52.688.840,00
NORDESTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.300.000,00	2.398.521,44	1.901.478,56	2.398.521,44
NORDESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	162.506.482,00	5.600.000,00	156.906.482,00	5.600.000,00
NORDESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	2.640.000,00		2.640.000,00	
NORDESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	662.159.046,00	629.677.988,53	32.481.057,47	86.677.952,05
NORDESTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	20.000.000,00		20.000.000,00	
NORDESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	2.908.160.675,00	1.443.577.981,83	1.464.582.693,17	929.228.905,84
NORDESTE	2076	TURISMO	409.311.914,00	63.024.700,24	346.287.213,76	62.354.700,24
NORDESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	4.713.050,00	4.613.050,00	100.000,00	3.604.466,01
NORDESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	1.712.300,00	749.220,25	963.079,75	749.220,25
NORDESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	9.628.171.431,00	9.460.830.573,27	167.340.857,73	14.732.568,87
NORDESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	78.850.000,00	62.415.567,01	16.434.432,99	42.692.740,35
NORDESTE	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	200.000,00		200.000,00	
NORDESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	550.000,00		550.000,00	
NORDESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	5.569.236,00		5.569.236,00	
NORDESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	4.000.000,00		4.000.000,00	
NORDESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	11.817.481,00		11.817.481,00	
NORTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	2.395.231.050,00	2.389.875.805,76	5.355.244,24	229.059,62
NORTE	0550	CONTROLE EXTERNO	2.260.000,00	260.000,00	2.000.000,00	260.000,00
NORTE	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	36.862.300,00	2.727.129,24	34.135.170,76	1.902.737,99
NORTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	576.070.469,00	528.798.318,00	47.272.151,00	62.372.667,89
NORTE	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	29.695.235,00	18.151.764,63	11.543.470,37	12.635.311,12
NORTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	49.336.600,00	28.510.528,22	20.826.071,78	27.950.008,12
NORTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	15.786.688,00	15.550.241,00	236.447,00	217.773,35
NORTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	27.055.758,00	2.376.281,16	24.679.476,84	1.191.613,00
NORTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	501.668,00	384.674,63	116.993,37	6.300,00
NORTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	2.480.000,00	900.000,00	1.580.000,00	900.000,00
NORTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	35.337.000,00	16.575.321,00	18.761.679,00	16.575.321,00
NORTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	96.969.337,00	19.449.564,29	77.519.772,71	19.449.564,29
NORTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	5.514.063.319,00	4.481.972.981,43	1.032.090.337,57	320.653.432,73

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
NORTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	1.000.000,00		1.000.000,00	
NORTE	2018	BIODIVERSIDADE	162.300,00	129.681,58	32.618,42	100.000,00
NORTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	17.312.300,00	950.000,00	16.362.300,00	950.000,00
NORTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	702.300,00	0,00	702.300,00	
NORTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	21.271.266,00	262.300,00	21.008.966,00	262.300,00
NORTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	11.478.600,00	1.067.850,00	10.410.750,00	1.067.850,00
NORTE	2028	DEFESA AGROPECUARIA	1.700.000,00		1.700.000,00	
NORTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	108.182.844,00	17.183.335,52	90.999.508,48	17.183.335,52
NORTE	2030	EDUCACAO BASICA	137.388.431,00	28.499.751,62	108.888.679,38	13.052.344,94
NORTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	495.733.613,00	353.531.156,24	142.202.456,76	132.336.392,62
NORTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.057.255.127,00	698.010.853,03	359.244.273,97	174.464.243,12
NORTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	250.000,00		250.000,00	
NORTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	49.040.500,00	15.295.247,90	33.745.252,10	15.295.247,90
NORTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	142.772.996,00	121.607.551,72	21.165.444,28	9.938.840,76
NORTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	28.500.000,00		28.500.000,00	
NORTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	1.785.000,00		1.785.000,00	
NORTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	500.000,00		500.000,00	
NORTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	111.470.367,00	500.000,00	110.970.367,00	500.000,00
NORTE	2049	MORADIA DIGNA	31.000.000,00	1.000.000,00	30.000.000,00	1.000.000,00
NORTE	2051	OFERTA DE AGUA	1.000.000,00	250.000,00	750.000,00	250.000,00
NORTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	50.557.920,00	2.799.887,00	47.758.033,00	2.799.887,00
NORTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	441.912.935,00	85.854.998,46	356.057.936,54	85.854.998,46
NORTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	788.390.350,00	191.922.813,24	596.467.536,76	191.922.813,24
NORTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	3.500.000,00	373.000,00	3.127.000,00	373.000,00
NORTE	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	800.000,00		800.000,00	
NORTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	1.172.811,00	1.058.897,96	113.913,04	829.927,96
NORTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	200.000,00		200.000,00	
NORTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	650.000,00	250.163,20	399.836,80	250.163,20
NORTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	500.000,00	214.400,00	285.600,00	214.400,00
NORTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	21.304.900,00	14.409.925,40	6.894.974,60	14.409.925,40
NORTE	2067	RESIDUOS SOLIDOS	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
NORTE	2068	SANEAMENTO BASICO	159.018.077,00	36.425.979,00	122.592.098,00	36.425.979,00
NORTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.000.000,00		1.000.000,00	
NORTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	155.260.000,00	1.242.000,00	154.018.000,00	1.242.000,00
NORTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	774.000,00	774.000,00	0,00	
NORTE	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	141.306.668,00	94.125.497,90	47.181.170,10	83.560.344,04
NORTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	2.000.000,00		2.000.000,00	
NORTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.843.540.004,00	1.120.243.299,02	723.296.704,98	732.724.810,43
NORTE	2076	TURISMO	164.412.300,00	7.635.331,00	156.776.969,00	7.535.331,00
NORTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	0,00	0,00	0,00	
NORTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	900.000,00	499.988,43	400.011,57	499.988,43
NORTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	2.827.754.502,00	2.787.670.130,05	40.084.371,95	3.985.884,08
NORTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	1.343.873.653,00	1.328.814.401,48	15.059.251,52	6.329.010,84
NORTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	100.000,00		100.000,00	
NORTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	2.312.300,00		2.312.300,00	
SUDESTE	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	7.814.590.037,00	7.794.222.534,39	20.367.502,61	12.186.411,18
SUDESTE	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	84.252.628,00	20.203.678,57	64.048.949,43	16.658.229,67
SUDESTE	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	1.325.216.293,00	1.290.537.020,43	34.679.272,57	61.965.449,55
SUDESTE	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	5.699.133.254,00	5.611.697.071,88	87.436.182,12	176.058.016,11
SUDESTE	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	71.703.953,00	50.454.374,14	21.249.578,86	40.662.149,86
SUDESTE	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	134.180.446,00	127.803.013,18	6.377.432,82	3.547.573,83
SUDESTE	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	334.948.576,00	223.030.588,29	111.917.987,71	133.140.928,72
SUDESTE	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.848.010,00	1.259.219,00	588.791,00	12.847,41
SUDESTE	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	3.550.000,00	2.630.000,00	920.000,00	2.630.000,00
SUDESTE	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	14.500.000,00	561.471,97	13.938.528,03	461.700,00
SUDESTE	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	198.864.621,00	39.302.776,65	159.561.844,35	39.302.776,65
SUDESTE	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	25.911.808.573,00	23.772.009.422,40	2.139.799.150,60	1.017.035.086,27

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
SUDESTE	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	16.375.000,00	1.844.532,20	14.530.467,80	1.844.532,20
SUDESTE	2018	BIODIVERSIDADE	5.250.000,00	1.897.884,84	3.352.115,16	1.765.338,67
SUDESTE	2020	CIDADANIA E JUSTICA	4.200.000,00	1.249.904,80	2.950.095,20	1.249.904,80
SUDESTE	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	16.931.700,00	5.957.930,57	10.973.769,43	3.947.364,53
SUDESTE	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	22.986.300,00	1.000.000,00	21.986.300,00	1.000.000,00
SUDESTE	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	60.413.103,00	12.632.724,29	47.780.378,71	11.832.571,40
SUDESTE	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	59.986.850,00	25.450.285,58	34.536.564,42	25.042.568,93
SUDESTE	2030	EDUCACAO BASICA	338.900.993,00	177.811.410,47	161.089.582,53	72.482.716,65
SUDESTE	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	1.104.542.941,00	802.935.077,45	301.607.863,55	259.793.824,17
SUDESTE	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	3.092.165.637,00	2.316.473.620,86	775.692.016,14	378.273.314,77
SUDESTE	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	800.000,00		800.000,00	
SUDESTE	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	342.875.745,00	79.374.123,10	263.501.621,90	79.075.033,10
SUDESTE	2036	FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCEND	1.300.000,00		1.300.000,00	
SUDESTE	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	469.470.722,00	401.888.148,57	67.582.573,43	123.951.681,16
SUDESTE	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	29.200.000,00	2.420.000,00	26.780.000,00	2.420.000,00
SUDESTE	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	600.000,00	200.000,00	400.000,00	200.000,00
SUDESTE	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	3.400.000,00	1.000.000,00	2.400.000,00	1.000.000,00
SUDESTE	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	500.000,00	200.000,00	300.000,00	200.000,00
SUDESTE	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	800.000,00		800.000,00	
SUDESTE	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	99.153.034,00	2.190.000,00	96.963.034,00	2.190.000,00
SUDESTE	2049	MORADIA DIGNA	8.200.000,00		8.200.000,00	
SUDESTE	2050	MUDANCAS CLIMATICAS	5.354.300,00		5.354.300,00	
SUDESTE	2051	OFERTA DE AGUA	162.273.701,00	1.997.662,67	160.276.038,33	1.483.763,22
SUDESTE	2052	PESCA E AQUICULTURA	5.892.813,00	1.702.681,45	4.190.131,55	595.969,85
SUDESTE	2053	PETROLEO E GAS	1.000.000,00		1.000.000,00	
SUDESTE	2054	PLANEJAMENTO URBANO	883.567.584,00	384.178.512,66	499.389.071,34	384.178.512,66
SUDESTE	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	320.728.276,00	81.883.910,63	238.844.365,37	13.418.423,62
SUDESTE	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	282.310.494,00	209.211.576,38	73.098.917,62	40.822.227,15
SUDESTE	2059	POLITICA NUCLEAR	2.351.000,00		2.351.000,00	
SUDESTE	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	16.904.600,00	8.754.687,00	8.149.913,00	8.754.687,00
SUDESTE	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	8.697.390,00	2.829.991,64	5.867.398,36	2.589.456,64
SUDESTE	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	400.000,00		400.000,00	
SUDESTE	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	8.112.000,00	4.045.000,00	4.067.000,00	3.200.000,00
SUDESTE	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.180.000,00		1.180.000,00	
SUDESTE	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	3.250.000,00	1.738.930,60	1.511.069,40	1.738.930,60
SUDESTE	2067	RESIDUOS SOLIDOS	400.000,00	250.000,00	150.000,00	250.000,00
SUDESTE	2068	SANEAMENTO BASICO	159.174.600,00	7.120.709,00	152.053.891,00	7.120.709,00
SUDESTE	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	808.834,00		808.834,00	
SUDESTE	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	101.439.550,00	12.056.777,06	89.382.772,94	12.056.777,06
SUDESTE	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	4.300.000,00		4.300.000,00	
SUDESTE	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	503.197.950,00	219.239.409,45	283.958.540,55	19.855.368,18
SUDESTE	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	11.659.643,00	9.608.000,00	2.051.643,00	9.608.000,00
SUDESTE	2074	TRANSPORTE MARITIMO	178.584.974,00	111.344.843,88	67.240.130,12	110.472.550,32
SUDESTE	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.444.185.637,00	1.031.316.866,32	412.868.770,68	499.894.994,58
SUDESTE	2076	TURISMO	92.882.950,00	24.351.204,30	68.531.745,70	23.291.204,30
SUDESTE	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	0,00	0,00	0,00	
SUDESTE	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	796.881.598,00	784.398.704,27	12.482.893,73	2.476.247,45
SUDESTE	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	216.049.220,00	200.372.536,25	15.676.683,75	8.478.964,54
SUDESTE	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	257.834.901,00	251.853.144,63	5.981.756,37	4.586.497,58
SUDESTE	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	12.165.149.209,00	12.021.150.122,67	143.999.086,33	24.434.530,39
SUDESTE	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	159.563.282,00	136.116.327,32	23.446.954,68	11.706.714,28
SUDESTE	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
SUDESTE	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	64.587.203,00	63.601.509,81	985.693,19	256.360,36
SUDESTE	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	1.271.102.811,00	1.253.915.027,72	17.187.783,28	2.934.856,56
SUDESTE	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	73.820.701,00	68.906.983,08	4.913.717,92	1.208.234,35
SUDESTE	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	184.328.379,00	172.428.424,76	11.899.954,24	16.618,78
SUDESTE	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	44.980.868,00	42.657.383,00	2.323.485,00	370.735,61

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
SUDESTE	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	3.155.783,00	0,01	3.155.782,99	0,01
SUDESTE	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	900.000,00		900.000,00	
SUDESTE	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	54.313.056,00	51.961.661,68	2.351.394,32	
SUL	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	2.821.691.375,00	2.815.110.515,34	6.580.859,66	12.935.044,08
SUL	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	30.680.526,00	19.310.080,95	11.370.445,05	17.051.659,47
SUL	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	579.817.266,00	571.869.064,54	7.948.201,46	25.432.741,66
SUL	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	2.334.833.916,00	2.303.598.329,33	31.235.586,67	58.379.991,50
SUL	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	39.056.667,00	26.419.978,66	12.636.688,34	12.337.330,54
SUL	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	198.744.194,00	188.801.493,33	9.942.700,67	370,08
SUL	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.397.480,00	1.986.840,39	410.639,61	
SUL	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	1.151.812,00	744.101,19	407.710,81	60.531,43
SUL	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	21.315.848,00	100.000,00	21.215.848,00	100.000,00
SUL	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	7.000.000,00	1.800.000,00	5.200.000,00	1.800.000,00
SUL	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	159.990.278,00	56.155.512,96	103.834.765,04	55.802.185,64
SUL	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	9.780.808.036,00	8.973.418.864,76	807.389.171,24	389.507.012,30
SUL	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	800.000,00	300.000,00	500.000,00	300.000,00
SUL	2020	CIDADANIA E JUSTICA	350.000,00		350.000,00	
SUL	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	38.474.600,00	800.000,00	37.674.600,00	800.000,00
SUL	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	1.600.000,00	1.100.000,00	500.000,00	1.100.000,00
SUL	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	38.672.300,00	2.365.920,00	36.306.380,00	2.365.920,00
SUL	2028	DEFESA AGROPECUARIA	0,00		0,00	
SUL	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	51.107.000,00	19.391.833,20	31.715.166,80	19.129.533,20
SUL	2030	EDUCACAO BASICA	76.566.336,00	21.542.266,54	55.024.069,46	16.401.528,64
SUL	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	555.715.014,00	420.795.164,54	134.919.849,46	123.751.060,04
SUL	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.848.997.601,00	1.309.819.083,27	539.178.517,73	266.224.533,52
SUL	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	96.635.200,00	39.208.585,00	57.426.615,00	39.208.585,00
SUL	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	234.748.798,00	216.834.613,75	17.914.184,25	97.042.198,45
SUL	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	64.500.000,00	25.400.000,00	39.100.000,00	3.053.496,34
SUL	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	700.000,00	299.055,00	400.945,00	268.745,00
SUL	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	47.360.000,00	1.450.000,00	45.910.000,00	1.450.000,00
SUL	2049	MORADIA DIGNA	3.150.000,00		3.150.000,00	
SUL	2051	OFERTA DE AGUA	60.845.600,00	31.000.000,00	29.845.600,00	22.000.000,00
SUL	2052	PESCA E AQUICULTURA	3.250.000,00	100.000,00	3.150.000,00	100.000,00
SUL	2054	PLANEJAMENTO URBANO	387.604.167,00	181.393.961,34	206.210.205,66	181.393.961,34
SUL	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	500.000,00		500.000,00	
SUL	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	31.780.000,00	266.395,45	31.513.604,55	266.395,45
SUL	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	2.320.000,00	934.980,00	1.385.020,00	934.980,00
SUL	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	1.700.000,00		1.700.000,00	
SUL	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	8.501.316,00	4.184.666,21	4.316.649,79	3.512.513,21
SUL	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	650.000,00	500.000,00	150.000,00	500.000,00
SUL	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.600.000,00	1.027.980,25	572.019,75	829.980,25
SUL	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	500.000,00	300.000,00	200.000,00	300.000,00
SUL	2067	RESIDUOS SOLIDOS	190.000,00	118.328,76	71.671,24	116.672,36
SUL	2068	SANEAMENTO BASICO	18.354.300,00	7.742.575,00	10.611.725,00	7.742.575,00
SUL	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00
SUL	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	76.252.300,00	1.222.525,00	75.029.775,00	1.222.525,00
SUL	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	650.000,00		650.000,00	
SUL	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	76.818.103,00	3.300.000,00	73.518.103,00	3.300.000,00
SUL	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	33.950.000,00	2.074.196,00	31.875.804,00	998.438,66
SUL	2074	TRANSPORTE MARITIMO	131.000.000,00	108.882.000,00	22.118.000,00	108.882.000,00
SUL	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.950.965.582,00	1.313.217.369,48	637.748.212,52	715.346.702,14
SUL	2076	TURISMO	84.805.500,00	27.815.883,00	56.989.617,00	26.818.008,00
SUL	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	39.238.771,00	38.324.756,78	914.014,22	2.572.188,41
SUL	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	100.000,00	98.465,60	1.534,40	98.465,60
SUL	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	6.964.166.816,00	6.884.346.434,26	79.820.381,74	2.381.883,22
SUL	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	16.800.000,00	760.991,83	16.039.008,17	522.208,88
SUL	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	975.123.402,00	972.811.209,95	2.312.192,05	960.615,77

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
SUL	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	238.286.659,00	234.403.951,02	3.882.707,98	5.847.399,94
SUL	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	27.773.040,00	14.250.432,90	13.522.607,10	13.838.271,01
SUL	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	100.000,00		100.000,00	
SUL	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	2.083.938,00		2.083.938,00	
SUL	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	248.302.677,00	248.302.677,00	0,00	248.302.677,00
Não Informada	0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	60.175.818.145,00	60.106.238.500,69	69.579.644,31	107.881.885,80
Não Informada	0550	CONTROLE EXTERNO	1.216.130.132,00	1.180.964.892,81	35.165.239,19	56.751.494,63
Não Informada	0553	ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	1.050.000,00		1.050.000,00	
Não Informada	0566	PRESTACAO JURISDICIONAL MILITAR	289.900.231,00	283.876.635,80	6.023.595,20	24.427.204,15
Não Informada	0568	PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	45.150.000,00	18.262.553,59	26.887.446,41	14.852.321,48
Não Informada	0569	PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	8.815.144.172,00	8.753.406.347,15	61.737.824,85	387.062.922,44
Não Informada	0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	637.488.506,00	517.912.316,39	119.576.189,61	304.015.394,79
Não Informada	0571	PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	2.217.825.521,00	2.118.866.314,55	98.959.206,45	134.760.061,76
Não Informada	0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	4.500.258.776,00	4.311.161.322,98	189.097.453,02	240.724.381,65
Não Informada	0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	24.762.176.883,00	24.505.084.860,20	257.092.022,80	367.115.888,48
Não Informada	0902	OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	47.792.955.289,00	45.365.758.048,47	2.427.197.240,53	3.094.420.018,84
Não Informada	0903	OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	227.340.220.107,00	201.423.022.590,05	25.917.197.516,95	10.530.121.136,26
Não Informada	0905	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS EAMORT	545.806.915.683,00	382.004.451.884,11	163.802.463.798,89	341.250,26
Não Informada	0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	13.899.189.711,00	10.852.515.575,75	3.046.674.135,25	
Não Informada	0907	OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	724.958.620.551,00	558.794.266.103,70	166.164.354.447,30	
Não Informada	0908	OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA	18.138.540.903,00	10.580.525.906,00	7.558.014.997,00	
Não Informada	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	136.971.348.468,00	68.639.212.143,40	68.332.136.324,60	1.838.948.635,39
Não Informada	0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	904.285.323,00	198.212.015,64	706.073.307,36	88.346.210,07
Não Informada	0911	OPERACOES ESPECIAIS - REMUNERACAO DE AGENTES FINANCEIROS	797.469.255,00	293.769.592,94	503.699.662,06	18.970.142,34
Não Informada	0913	OPERACOES ESPECIAIS - PARTICIPACAO DO BRASIL EM ORGANISMOS F	644.298.372,00		644.298.372,00	
Não Informada	0999	RESERVA DE CONTINGENCIA	36.079.911.416,00		36.079.911.416,00	
Não Informada	1389	CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUD	225.280.749,00	149.128.305,75	76.152.443,25	47.164.225,52
Não Informada	2012	AGRICULTURA FAMILIAR	6.820.261.456,00	5.613.359.441,36	1.206.902.014,64	1.027.451.811,26
Não Informada	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	122.271.944,00	90.387.119,50	31.884.824,50	21.531.017,41
Não Informada	2014	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZACAO	15.047.619.423,00	10.407.576.061,97	4.640.043.361,03	1.910.278.152,47
Não Informada	2015	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	32.938.398.969,00	29.900.758.981,48	3.037.639.987,52	4.086.612.344,58
Não Informada	2016	POLITICA PARA AS MULHERES: PROMOCAO DA AUTONOMIA E ENFRENTAM	215.395.750,00	114.275.633,36	101.120.116,64	60.922.704,23
Não Informada	2017	AVIACAO CIVIL	1.105.579.450,00	235.636.053,95	869.943.396,05	125.662.166,17
Não Informada	2018	BIODIVERSIDADE	387.743.403,00	276.670.605,79	111.072.797,21	43.621.799,62
Não Informada	2019	BOLSA FAMILIA	27.488.690.000,00	27.479.152.076,20	9.537.923,80	691.698.560,62
Não Informada	2020	CIDADANIA E JUSTICA	738.522.290,00	541.114.533,84	197.407.756,16	88.907.301,18
Não Informada	2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	5.771.958.415,00	3.425.394.591,79	2.346.563.823,21	1.109.528.900,56
Não Informada	2022	COMBUSTIVEIS	112.916.292,00	86.156.534,92	26.759.757,08	4.237.821,54
Não Informada	2023	COMERCIO E SERVICOS	35.648.194,00	32.869.716,99	2.778.477,01	12.026.082,37
Não Informada	2024	COMERCIO EXTERIOR	3.707.239.963,00	3.448.218.874,83	259.021.088,17	2.550.244.095,87
Não Informada	2025	COMUNICACOES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSAO E A DEMOCRAC	602.487.318,00	502.703.601,12	99.783.716,88	125.360.253,56
Não Informada	2026	CONSERVACAO E GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	341.617.115,00	294.704.366,24	46.912.748,76	118.243.682,26
Não Informada	2027	CULTURA: PRESERVACAO, PROMOCAO E ACESSO	1.826.401.881,00	1.120.897.160,25	705.504.720,75	884.320.187,90
Não Informada	2028	DEFESA AGROPECUARIA	445.072.527,00	194.124.085,19	250.948.441,81	62.941.358,25
Não Informada	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTAVEL E ECONOMIA	5.529.504.841,00	3.389.731.918,70	2.139.772.922,30	3.349.891.674,83
Não Informada	2030	EDUCACAO BASICA	33.076.505.607,00	26.759.898.166,93	6.316.607.440,07	6.335.319.072,44
Não Informada	2031	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	4.159.490.808,00	3.583.382.396,11	576.108.411,89	1.082.401.082,87
Não Informada	2032	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	7.991.059.268,00	5.193.921.307,65	2.797.137.960,35	361.341.780,49
Não Informada	2033	ENERGIA ELETRICA	1.171.060.934,00	921.746.759,42	249.314.174,58	145.156.335,86
Não Informada	2034	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	85.415.105,00	29.444.049,28	55.971.055,72	20.086.969,24
Não Informada	2035	ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	2.534.269.385,00	1.659.071.974,18	875.197.410,82	1.113.898.488,12
Não Informada	2036	FLORESTAS, PREVENCAO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCEND	288.970.253,00	173.096.055,25	115.874.197,75	23.357.098,48
Não Informada	2037	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	43.139.753.306,00	42.898.587.180,89	241.166.125,11	612.981.145,99
Não Informada	2038	DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA	702.945.027,00	602.849.080,65	100.095.946,35	73.553.037,87
Não Informada	2039	GESTAO DA POLITICA ECONOMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINAN	583.094.481,00	440.672.580,67	142.421.900,33	25.102.237,60
Não Informada	2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	2.563.200.738,00	1.922.913.899,79	640.286.838,21	769.222.116,85
Não Informada	2041	GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMA	94.099.799,00	67.267.778,58	26.832.020,42	33.560.083,92

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
Não Informada	2042	INOVACOES PARA A AGROPECUARIA	544.329.371,00	350.454.175,28	193.875.195,72	125.578.955,65
Não Informada	2044	AUTONOMIA E EMANCIPACAO DA JUVENTUDE	43.654.028,00	22.285.568,03	21.368.459,97	11.712.376,33
Não Informada	2045	LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	20.092.281,00	13.299.883,91	6.792.397,09	5.566.610,48
Não Informada	2046	MAR, ZONA COSTEIRA E ANTARTIDA	129.470.300,00	27.317.049,19	102.153.250,81	15.082.359,92
Não Informada	2047	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	34.678.178,00	16.985.066,46	17.693.111,54	2.956.393,64
Não Informada	2048	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	2.869.965.721,00	1.176.888.380,90	1.693.077.340,10	1.024.152.744,45
Não Informada	2049	MORADIA DIGNA	25.078.177.141,00	16.831.765.642,21	8.246.411.498,79	1.431.265.813,40
Não Informada	2050	MUDANCAS CLIMATICAS	407.716.695,00	387.653.702,41	20.062.992,59	367.245.382,20
Não Informada	2051	OFERTA DE AGUA	2.760.807.013,00	1.647.245.736,50	1.113.561.276,50	818.248.165,49
Não Informada	2052	PESCA E AQUICULTURA	584.655.824,00	49.603.358,58	535.052.465,42	33.491.155,30
Não Informada	2053	PETROLEO E GAS	177.399.720,00	131.681.335,18	45.718.384,82	86.930.936,13
Não Informada	2054	PLANEJAMENTO URBANO	733.579.682,00	370.623.731,07	362.955.950,93	361.019.170,47
Não Informada	2055	DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	7.448.803.060,00	5.890.165.778,49	1.558.637.281,51	147.011.674,82
Não Informada	2056	POLITICA ESPACIAL	211.369.762,00	182.526.882,73	28.842.879,27	134.416.773,59
Não Informada	2057	POLITICA EXTERNA	1.514.821.125,01	12.461.697.052,82	(10.946.875.927,81)	1.787.969.384,16
Não Informada	2058	POLITICA NACIONAL DE DEFESA	15.367.600.365,00	8.654.502.027,55	6.713.098.337,45	2.595.436.633,50
Não Informada	2059	POLITICA NUCLEAR	679.620.277,00	545.944.084,58	133.676.192,42	173.687.565,50
Não Informada	2060	COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO	277.849.578,00	134.246.801,48	143.602.776,52	118.116.305,10
Não Informada	2061	PREVIDENCIA SOCIAL	432.365.723.822,00	432.271.656.720,25	94.067.101,75	356.242.687,43
Não Informada	2062	PROMOCAO DOS DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	163.981.182,00	32.906.716,44	131.074.465,56	24.268.568,70
Não Informada	2063	PROMOCAO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	21.732.627,00	8.020.459,38	13.712.167,62	3.294.414,92
Não Informada	2064	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	123.410.311,00	59.108.693,92	64.301.617,08	28.507.502,36
Não Informada	2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.649.093.961,00	1.428.216.299,92	220.877.661,08	159.445.358,94
Não Informada	2066	REFORMA AGRARIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	2.455.085.111,00	1.022.454.788,98	1.432.630.322,02	709.214.247,57
Não Informada	2067	RESIDUOS SOLIDOS	77.535.774,00	18.989.620,45	58.546.153,55	15.103.889,44
Não Informada	2068	SANEAMENTO BASICO	2.395.984.947,00	1.171.317.053,61	1.224.667.893,39	875.972.783,37
Não Informada	2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.505.294.118,00	1.049.731.962,82	455.562.155,18	520.553.888,25
Não Informada	2070	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	2.234.158.848,00	1.504.268.930,78	729.889.917,22	731.621.370,86
Não Informada	2071	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	49.323.170.476,00	48.462.675.813,02	860.494.662,98	1.855.667.835,09
Não Informada	2072	TRANSPORTE FERROVIARIO	720.727.161,00	515.076.614,87	205.650.546,13	21.995.531,05
Não Informada	2073	TRANSPORTE HIDROVIARIO	119.433.200,00	66.108.016,33	53.325.183,67	38.957.729,89
Não Informada	2074	TRANSPORTE MARITIMO	218.582.266,00	125.963.964,24	92.618.301,76	112.618.973,66
Não Informada	2075	TRANSPORTE RODOVIARIO	464.275.072,00	376.770.491,90	87.504.580,10	206.763.041,00
Não Informada	2076	TURISMO	1.129.197.882,00	566.828.261,63	562.369.620,37	415.048.170,72
Não Informada	2100	CONTROLE DA ATUACAO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MINIST	41.049.000,00	32.271.974,84	8.777.025,16	5.829.296,91
Não Informada	2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	5.066.081.435,00	4.898.481.241,85	167.600.193,15	262.953.608,04
Não Informada	2102	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DIREITOS HU	60.471.375,00	55.787.932,27	4.683.442,73	5.847.392,37
Não Informada	2103	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS D	20.634.163,00	18.938.159,87	1.696.003,13	2.481.965,43
Não Informada	2104	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE POLITICAS P	9.989.599,00	7.860.120,33	2.129.478,67	1.438.303,37
Não Informada	2105	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA	5.644.177.235,00	5.527.436.217,95	116.741.017,05	90.448.195,82
Não Informada	2106	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CIENCIA, TE	1.358.032.217,00	1.321.669.255,42	36.362.961,58	65.917.969,17
Não Informada	2107	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA CULTURA	449.189.114,00	411.615.562,81	37.573.551,19	48.963.884,32
Não Informada	2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	29.197.217.344,99	28.247.488.490,23	949.728.854,76	954.480.301,57
Não Informada	2109	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	3.593.155.445,00	3.347.290.850,60	245.864.594,40	358.721.653,84
Não Informada	2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA FAZENDA	12.304.298.287,00	11.318.677.472,50	985.620.814,50	500.112.561,43
Não Informada	2111	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	1.028.238.609,00	933.731.217,30	94.507.391,70	102.203.411,32
Não Informada	2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA	6.336.643.162,00	6.184.436.300,37	152.206.861,63	240.641.762,01
Não Informada	2113	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PESCA E AQU	79.634.152,00	72.678.912,42	6.955.239,58	12.950.175,89
Não Informada	2114	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA PREVIDENCIA	5.990.524.664,00	5.906.341.843,09	84.182.820,91	18.868.671,20
Não Informada	2115	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA SAUDE	2.437.295.845,00	2.171.343.866,11	265.951.978,89	142.851.980,81
Não Informada	2116	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS CIDADES	836.350.216,00	799.448.694,17	36.901.521,83	56.971.547,63
Não Informada	2117	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS COMUNICACO	479.680.513,00	461.756.728,84	17.923.784,16	36.305.777,48
Não Informada	2118	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DAS RELACOES E	1.817.158.578,00	1.255.868.021,25	561.290.556,75	16.635.108,61
Não Informada	2119	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINAS E ENE	978.728.565,00	878.614.968,98	100.113.596,02	62.927.966,77
Não Informada	2120	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	929.850.052,00	863.696.615,88	66.153.436,12	59.434.381,68
Não Informada	2121	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	672.067.890,00	551.204.048,05	120.863.841,95	35.035.063,51
Não Informada	2122	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIM	237.394.992,00	208.375.269,91	29.019.722,09	23.579.614,63

REGIÃO	PROGRAMA GOVERNO		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
Não Informada	2123	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO ESPORTE	136.443.000,00	135.429.832,23	1.013.167,77	49.226.127,37
Não Informada	2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN	1.313.883.684,00	1.270.079.893,22	43.803.790,78	48.113.946,49
Não Informada	2125	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENT	3.700.002.559,00	3.292.011.619,63	407.990.939,37	122.814.996,16
Não Informada	2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTE	3.038.548.502,00	2.220.859.596,24	817.688.905,76	742.904.894,66
Não Informada	2127	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E	1.780.883.702,00	1.713.815.036,91	67.068.665,09	84.059.288,48
Não Informada	2128	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO TURISMO	95.497.189,00	84.421.798,73	11.075.390,27	11.781.707,55
TOTAL			2.938.486.110.523,00	2.385.120.788.421,40	553.365.322.101,60	77.796.570.307,69

Fonte: Tesouro Gerencial

4.2.4. Execução da Despesa por Fonte de Recursos

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS

FONTE RECURSOS		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
00	RECURSOS ORDINARIOS	400.210.832.337,01	288.711.399.854,41	111.499.432.482,60	38.824.111.809,72
01	IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	187.761.462.871,00	174.303.371.146,15	13.458.091.724,85	6.369.350.274,39
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.211.293.762,00	1.211.293.762,00	0,00	204.333.956,38
06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	16.492.241,00	16.492.241,00	0,00	5.490.952,11
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	6.647.369.732,00	1.772.389.291,71	4.874.980.440,29	122.901.708,23
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	845.198.798,00	841.017.288,00	4.181.510,00	393.058.913,57
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	47.256.080.553,00	43.538.615.613,70	3.717.464.939,30	4.476.959.420,80
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	20.765.400.575,00	19.544.904.499,31	1.220.496.075,69	4.536.302.218,40
15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	40.683.983,00	36.615.585,00	4.068.398,00	36.615.585,00
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	56.255.064,00	56.255.064,00	0,00	2.559.546,50
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	4.209.249.382,00	3.692.239.769,44	517.009.612,56	372.125.271,18
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	19.795.200,00	19.795.200,00	0,00	2.478.023,48
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	4.502.525,00		4.502.525,00	
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	2.022.207.200,00	2.022.207.200,00	0,00	
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	1.888.901.713,00	1.792.359.017,36	96.542.695,64	263.727.256,41
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	11.916.269.993,00	2.278.194.516,09	9.638.075.476,91	237.442.670,50
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	1.212.721.480,00	634.137.759,82	578.583.720,18	633.392.937,41
31	SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF	498.034.242,00	484.745.028,35	13.289.213,65	1.627.888,51
32	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	7.781.720.551,00	5.357.298.099,95	2.424.422.451,05	132.378.373,48
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	53.594.003,00	28.211.020,71	25.382.982,29	4.318.251,93
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	2.946.899.961,00	2.617.953.409,60	328.946.551,40	446.377.693,30
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	3.285.841.858,00	2.559.630.273,06	726.211.584,94	280.746,29
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	92.541.747,00	59.591.952,19	32.949.794,81	57.964.529,21
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	44.266.321.512,00	42.687.863.822,00	1.578.457.690,00	1.044.352.342,79
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	2.296.285.724,00	1.435.041.665,12	861.244.058,88	154.818.774,79
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	70.932.995.205,99	47.246.603.639,67	23.686.391.566,32	107.355.246,82
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL	747.639.479.681,00	571.898.174.228,06	175.741.305.452,94	
44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	324.054.980.235,00	242.316.250.766,53	81.738.729.468,47	1.118.601.251,90
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	6.000.000,00		6.000.000,00	
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA	476.163.768,00	132.916.202,72	343.247.565,28	60.993.557,21
49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS	1.768.699.055,00	654.894.553,38	1.113.804.501,62	506.261.845,69
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	13.894.024.663,00	9.858.159.548,47	4.035.865.114,53	1.514.871.247,51
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	59.338.950.758,00	54.935.014.730,86	4.403.936.027,14	6.424.346.396,92
52	RESULTADO DO BACEN	176.537.138.825,00	123.260.936.689,00	53.276.202.136,00	
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	173.410.776.737,00	173.049.131.355,15	361.645.381,85	1.278.330.227,34
54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	327.338.313.685,00	327.338.136.215,99	177.469,01	223.764.893,55
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	11.473.440.262,00	11.463.637.941,79	9.802.320,21	3.708.988,68
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	1.110.365.278,00	1.021.055.188,61	89.310.089,39	59.847.276,15
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	5.453.951.230,00	2.128.469.465,00	3.325.481.765,00	219.356,08
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	22.096.296.400,00	21.666.097.000,00	430.199.400,00	
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	3.500.487.533,00	1.902.827.548,33	1.597.659.984,67	1.508.454.862,13

FONTE RECURSOS		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	21.333.812,00		21.333.812,00	
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	576.000.000,00	308.284.219,41	267.715.780,59	252.723.437,01
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	17.446.051.931,00	17.436.240.162,47	9.811.768,53	6.850.240,55
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	2.256.754.010,00	92.137.000,00	2.164.617.010,00	
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	3.299.226.583,00	1.337.473.091,25	1.961.753.491,75	152.476.920,57
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	44.362.536.682,00	39.798.933.463,17	4.563.603.218,83	
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	5.650.291.443,00	4.381.719.405,87	1.268.572.037,13	544.749.873,59
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	961.233.441,00	749.394.187,96	211.839.253,04	125.199.188,89
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.132.768.115,00	1.458.420.046,53	674.348.068,47	392.755.607,50
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	21.566.143.408,00	13.943.887.703,47	7.622.255.704,53	36.743.164,11
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	1.271.000,00	1.271.000,00	0,00	
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	34.391.892.208,00	27.529.872.252,36	6.862.019.955,64	3.571.547.988,33
81	RECURSOS DE CONVENIOS	1.119.850.859,00	654.890.649,79	464.960.209,21	333.992.789,52
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	271.180.533,00	252.361.197,11	18.819.335,89	110.888.751,06
84	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	9.910.259.462,00	9.679.185.477,49	231.073.984,51	
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	7.511.144.238,00	5.070.886.744,36	2.440.257.493,64	404.557.603,86
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	656.913.895,00	957.187,00	655.956.708,00	957.187,00
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	73.084.481.335,00	70.720.662.157,83	2.363.819.177,17	640.892.287,10
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	43.681.759,00	38.969.411,39	4.712.347,61	37.515.292,94
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	5.014.101,00	5.014.101,00	0,00	
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	45.531.081,00	2.375.567,35	43.155.513,65	1.215.994,85
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	870.451.787,00	239.281.243,06	631.170.543,94	53.779.686,45
97	DIVIDENDOS ± UNIAO	25.964.078.517,00	6.844.644.000,00	19.119.434.517,00	
TOTAL		2.938.486.110.523,00	2.385.120.788.421,40	553.365.322.101,60	77.796.570.307,69

Fonte: Tesouro Gerencial

5. RELATÓRIOS DE CUSTOS

5.1. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

Programa 2014

O Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização: visa promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

A agricultura brasileira tem crescido de forma sustentável, fortemente ancorada em aumentos crescentes de produtividade, em políticas públicas adequadas e no empreendedorismo do produtor rural, expandindo e consolidando, cada vez mais, a integração econômica regional e as áreas de fronteira agrícola.

A produção brasileira de grãos mais que dobrou em duas décadas, principalmente em decorrência de ganhos de eficiência, sendo que nesse período a taxa de crescimento da produtividade, foi quase duas vezes superior à da área.

O desempenho da agricultura nas últimas safras está fortemente relacionado com a política agrícola, cujas medidas adotadas de apoio ao produtor rural abrangem a maior disponibilidade de recursos, criação de novos programas de investimento e melhoria das condições de acesso ao crédito rural.

Essas melhorias consistem na elevação dos limites de financiamento de custeio, comercialização e investimento, além de taxas de juros inferiores às de mercado, aumentando o nível de apoio ao produtor rural.

No plano externo, a competitividade da agricultura brasileira tem assegurado a crescente inserção do País no mercado agrícola internacional, inclusive nos últimos anos, marcados por um cenário de crise em importantes Países consumidores e redução no ritmo de crescimento da demanda mundial.

E o Brasil se destaca cada vez mais como um dos principais produtores e exportadores de produtos agropecuários.

O desempenho interno e externo da agropecuária, assim como o do agronegócio, cujas exportações em 2015 atingiram a cifra de US$ 88,2 bilhões, tem contribuído de forma relevante para uma queda menor na economia.

Esse papel desempenhado pelo setor tem sido reforçado pelo aprimoramento da política agrícola e pelas políticas públicas voltadas notadamente para as áreas de infraestrutura e logística.

O último plano agrícola não somente assegurou níveis adequados de recursos, mas também elevou os limites de financiamento de custeio, de comercialização e de investimentos, com ênfase para os programas de investimento em áreas prioritárias, abrangendo infraestrutura, logística irrigação, inovação e desenvolvimento sustentável.

Foi ampliado o apoio ao médio produtor, por meio do Pronamp, que tem contado com maior volume de recursos de financiamento de custeio e de investimento.

Os programas dedicados à infraestrutura de armazenagem e de irrigação, bem como à inovação na produção agropecuária, foram aprimorados e receberam níveis de apoio relativamente maiores.

Em apoio à comercialização, no âmbito da Política de Garantia de Preços mínimos, foram assegurados maior volume de recursos de equalização de preços ao produtor, aquisição de produtos e manutenção de estoques públicos, além de aumento nos preços mínimos em níveis compatíveis.

Objetivo "0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor".

É executado com recursos do Funcafé, uma das principais fontes de financiamento da cafeicultura, que se destinam ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e à competitividade do setor produtivo, à qualificação da mão de obra, à promoção dos cafés brasileiros nos mercados interno e externo, e, principalmente, linhas de crédito para operações de custeio, colheita, estocagem e aquisição de café, entre outras aprovadas pelo CMN, por demanda do setor.

No exercício de 2015, houve aumento na destinação de recursos do Funcafé em linhas de crédito para financiamento da cafeicultura: em 2014 foi aprovado o montante de até R$ 3,825 bilhões e em 2015 o montante de até R$ 4,136 bilhões.

Ressalta-se que o Fundo dispõe de duas Unidades Orçamentárias (UOs): a UO 74901, que corresponde a 99% do orçamento total (financiamentos e equalização) e a UO 22906, que equivale a 1% (pesquisa, capacitação, promoção, outras despesas, reserva de contingência).

Para o referido objetivo no PPA 2012-2015 ficou estipulado um aumento na meta de 1,16 bilhão para 1,6 bilhão de reais e 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento.

Esses recursos são destinados para as linhas de financiamento com recursos do Funcafé.

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA ANUAL	QUANTIDADE REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADA	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé	Linhas de financiamento em bilhões	1,60000	2,01341	2,36994	3,00301	3,01436	188,40%	Siop
Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé	Beneficiários em unidade	17.000	16.478	12.638	11.662	12.870	75,71%	Instituições financeiras contratadas

Fonte: Siop / Data da extração/consulta: 31/12/2015

META 1 - Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé:

No período de 2012 a 2015, a cada exercício houve aumento na aplicação de recursos do Funcafé em linhas de crédito para financiamento do setor cafeeiro, valores apurados com base nas estimativas anuais de receita desse Fundo decorrentes de remuneração de depósitos bancários, venda de estoques do Funcafé, retorno de operações, juros e encargos financeiros, amortização de empréstimos/financiamentos.

Dessa forma, no período de 2012 a 2015, foi liberado às instituições financeiras o montante total de R$ 10.400.711.589,00 para financiamento de custeio, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, nas condições estabelecidas no Capítulo 9 do Manual de Crédito Rural (MCR).

Fazendo um recorte para o ano de 2015, em comparação a 2014, observa-se um aumento na dotação orçamentária aprovada para execução das linhas de financiamento de 3,82 Bilhões para 4,13 Bilhões, acarretando no aumento do valor executado de um período para o outro, conforme tabela acima. Importa ressaltar que, de 2014 a 2015, houve um crescimento no número de agentes financeiros a tomarem recursos para execução das linhas, de 26 para 29 agentes, assim como o aumento de beneficiários das linhas de 11.662 para 12.870, impactando portanto no aumento do volume de execução orçamentária da Ação 0012.

Dessa forma, considerando o crescimento do valor aportado para as linhas de financiamento, do número de instituições financeiras tomadoras de crédito e dos beneficiários, conforme exposto, os valores executados até 31/12/2015 foram maiores que em 2014.

Essas condicionantes representam 99% do valor executado via Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.

META 2- Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé:

Os recursos do Funcafé destinados a linhas de crédito para financiamento do setor são aprovados por Lei Orçamentária Anual (LOA) e a contratação de agentes financeiros, que promovem as operações de crédito junto aos beneficiários, são efetivadas após publicação de Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) com o direcionamento dos recursos nas respectivas linhas, observando o disposto no Capítulo 9 do MCR.

Assim, no período de 2012 a 2015, por meio das linhas de crédito do Fundo, foram atendidos o total de 53.648 beneficiários, entre produtores, cooperativas, indústrias de café solúvel e de torrefação, beneficiadores e exportadores. Ressalta-se que em 2014 foram atendidos 11.662 e em 2015 12.870.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO

R$ - MIL

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2014	0661	3.348.364	3.372.163

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

DESENVOLVIMENTO

AÇÃO 20Y8	DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA	UNIDADE	META	REALIZADO	%
PO 0001	Conservação dos Estoques Regulares de Café	Sacas de 60 Kg	33.000	0	0
PO 0002	Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café	Produtores capacitados	120	200	166
PO 0004	Promoção dos Café Brasileiro	Eventos	8	1	12,5
PO 0005	Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura	Unid. Adm. Mantida	1	1	100
PO 0006	Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura	Projetos de pesquisa	100	92	92

Fonte: Siop / Data da extração/consulta: 31/12/2015

Em 2015, foi realizada a venda dos estoques governamentais sob a gestão do Funcafé, mediante Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no montante de R$ 130.000,00 (PO 0001 - Conservação dos Estoques Reguladores de Café), os quais estavam depositados nas Unidades Armazenadoras localizadas nos Estados de Minas Gerais (16.488 sacas), Paraná (6.181 sacas) e São Paulo (10.750 sacas), perfazendo um total de 33.419 sacas de 60 kg, por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização (SEC) da Companhia.

Ressalta-se que, ao ser feita a descentralização do recurso para a Conab, a operação foi realizada utilizando o PO 0005 - Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura. A fim de recompor o recurso do PO 005, foi remanejado do PO 0001 o valor correspondente de R$ 130.000,00, uma vez que o recurso deveria inicialmente ter saído deste.

Foi firmado, no exercício, um convênio para apoio à realização do 16º Simpósio Nacional do Agronegócio Café - 16º Agrocafé, Salvador/BA (PO 0004 – Promoção dos Cafés Brasileiros). Ressalta-se que, em 2014, foram formalizados 6 convênios, tendo sido pagos até 31/12/2014 o valor de R$ 1.062.315,00.

Em relação aos levantamentos da safra de café, foram firmados Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no montante total de R$ 498.182,22 (PO 0005 - Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura), para promover o 2º, 3° e 4° levantamentos público da safra de café de 2015 e 1° levantamento público da safra de café de 2016 nas principais regiões produtoras – Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e Rondônia –, mediante pesquisas de campo, utilizando amostras representativas pré-estabelecidas de propriedades rurais com lavouras de café cadastradas, através de contato direto com produtores, para verificação junto às respectivas lavouras das estimativas de área, produção e produtividade, entre outras informações, com base na metodologia utilizada pela Companhia.

Em virtude do contingenciamento dos limites de movimentação e empenho e de pagamento, ocorridos no exercício de 2015, além da reserva de contingência do Funcafé no valor de R$ 31,8 milhões, aprovada na LOA 2015, foi priorizada à execução dos POs 0002 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café e 0006 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura.

Para a concessão de bolsas do Consórcio Pesquisa Café, foi formalizado um Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Embrapa, no montante de R$ 2 milhões (PO 0002 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café), coordenado pela Embrapa Café.

No Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café) foram investidos R$ 5,5 milhões do Funcafé, mediante Termos de Execução Descentralizada (TED) com a Embrapa, para execução de 92 projetos de pesquisa e 496 planos de ação, que equivalem a subprojetos, por instituições que integram o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café). Os projetos foram contratados em 2014 e serão executados até o exercício de 2017, incluem ações relacionadas à pesquisa cafeeira e à transferência de tecnologia em cinco focos temáticos: sustentabilidade da cafeicultura de montanha; mão de obra escassa e de alto custo; estresses bióticos e abióticos; qualidade e marketing para rentabilidade; e deficiência dos processos de transferência de tecnologia, assim como aquisição de máquinas e equipamentos.

AÇÃO 0012

FINANCIAMENTOS AO AGRONEGÓCIO CAFÉ

PLANO ORÇAMENTÁRIO – PO	UNIDADE	META	REALIZADO	%
0000 - Financiamentos ao Agronegócio Café	Beneficiário	12.000	12.870	107,25

Fonte: Siop / Data consulta: 31/12/2015

No exercício de 2015, foram disponibilizadas linhas de crédito de até R$ 4,136 bilhões, conforme aprovado pela Resolução CMN nº 4.414, de 2 de junho de 2015, para financiamento de custeio, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, com contratação de 29 agentes financeiros, sendo 21 bancos, sete cooperativas de crédito e uma agência de fomento. Até 31 de dezembro foi empenhado o montante de 3.961.759.597,76, dos quais R$ 3.014.364.726,62 foram efetivamente pagos aos agentes financeiros.

Mediante as linhas de crédito do Funcafé, em 2014, foram atendidos 11.662 beneficiários e, em 2015, foram atendidos 12.870, ou seja, houve um crescimento no número de beneficiários das linhas de crédito de um ano para outro.

AÇÃO 0A27

EQUALIZAÇÃO DE JUROS AOS FINANCIAMENTOS DO AGRONEGÓCIO CAFÉ

PLANO ORÇAMENTÁRIO - PO	UNIDADE	META	REALIZADO	%
0000 - Equalização de Juros aos Financiamentos do Agronegócio Café	Agentes financeiros	15	29	193

Fonte: Siop 2015 / Data consulta: 31/12/2016

A execução no primeiro semestre ficou prejudicada em virtude da publicação da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.414, de 2 de junho de 2015, que direcionou montantes em linhas de crédito do Fundo para financiamento do setor. A liberação dos recursos das linhas de crédito do Funcafé contratados com os agentes financeiros teve início na primeira quinzena de agosto. Até 31 de dezembro de 2015, foram remunerados 29 agentes financeiros contratados.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA / R$ MIL
PROGRAMA GOVERNO: 2014 / OBJETIVO PROGRAMA: 0661

GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
		A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5%	106.596	112.398
4	INVESTIMENTOS	857%	121	1.160
5	INVERSOES FINANCEIRAS	1%	3.241.646	3.258.605

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NAUREZA DE DESPESA / R$ MIL
PROGRAMA GOVERNO: 2014 / OBJETIVO PROGRAMA: 0661

GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUIÇÕES	473	0,01%	2.472	0,07%
		335039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			3.968	0,12%
			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.462	0,04%		
		335041	CONTRIBUIÇÕES			368	0,01%
		339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	89	0,00%	185	0,01%
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	246	0,01%	1.216	0,04%
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	68	0,00%	124	0,00%
		339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA			3	0,00%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	15	0,00%		
		339037	LOCACAO DE MÃO-DE-OBRA			75	0,00%
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			1.358	0,04%
			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	293	0,01%		
		339045	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	103.941	3,10%	102.285	3,03%
		339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			38	0,00%
		339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURÍD-OP.INTRA-ORC.	9	0,00%		
			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			4	0,00%
4	INVESTIMENTOS	443042	AUXÍLIOS			553	0,02%
		449039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			62	0,00%
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	121	0,00%	546	0,02%
5	INVERSOES FINANCEIRAS	459066	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.241.646	96,81%	3.258.605	96,64%

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

Observa-se, portanto, que as naturezas descritas estão atreladas à execução das ações e POs, conforme apresentado anteriormente. Destaca-se, dessa forma, que de 2014 para 2015 os valores empregados para a Concessão de Empréstimos e Financiamentos, Ação 0012, se manteve na média de um ano para o outro. O mesmo é observado no pagamento das Subvenções Econômicas (Remuneração das Instituições Financeiras, *Spread*), Ação 0A27.

Essas duas ações são responsáveis por mais de 99% dos valores atrelados ao Objetivo 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor. Em 2015, foram contratados 29 agentes financeiros e atendidos 12.870 beneficiários, entre produtores, cooperativas, indústrias de café solúvel e de torrefação, beneficiadores e exportadores, ultrapassando as quantidades contratadas e de beneficiários de 2014, 26 agentes financeiros e 11.662 beneficiários.

As demais despesas estão atreladas à Ação 20Y8, sendo responsáveis por, aproximadamente, 1% dos valores. Em 2015, foi realizada a venda dos estoques de café sob gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), os quais representavam a quantidade de 33 mil sacas de 60kg a serem conservadas, gerando pecúnia aos cofres do fundo, referente ao PO 0001 – Conservação dos Estoques Reguladores de Café. Além disso, dos oito convênios estipulados como meta, só foi realizado um, referente ao PO 0004 – Promoção do Café Brasileiro.

Já a meta estipulada para pessoas capacitadas, essa excedeu o programado, de 120 pretendidas, foram capacitadas 200, referente ao PO 0002 – Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café.

A meta estipulada para sistematização e gerenciamento do café, esta foi realizada 100%, uma unidade administrativa mantida, para o PO 0005 – Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura. Por último, foi estipulado 100 pesquisas, referente ao PO 0006 – Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura, contudo foram realizados 92 projetos de pesquisa, com 496 planos de ação, dando continuidade aos projetos contratados em 2014 e que vigerão até 2017.

Dessa forma, da meta de 33.229 estipulada para a ação, foi realizada 294 produtores beneficiados. Foi priorizado, portanto, a execução dos POs 0002 e 0006, por meio da formalização de Termos de Execução Descentralizadas à Embrapa para a execução de 92 projetos de pesquisa selecionados por meio da Chamada 02/2013 da Embrapa Café; integrantes do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), coordenado pela Embrapa Café, conforme as linhas de pesquisa e os cinco focos temáticos "Sustentabilidade da cafeicultura de montanha", "Mão de obra escassa e de alto custo", "Estresses bióticos e abióticos", "Qualidade e marketing para rentabilidade" e "Deficiência dos processos de transferência de tecnologia"; e o apoio à Capacitação de Técnicos, por meio de concessão de bolsas do Consórcio Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa Café. levantamentos da safra de café, foram firmados Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no montante total de R$ 498.182,22 (PO 0005 - Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura, Ação Orçamentária 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura), para promover o 2º, 3° e 4° levantamentos público da safra de café de 2015 e 1° levantamento público da safra de café de 2016 nas principais regiões produtoras - Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e Rondônia.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA[2]

PROGRAMA PT: 2014 / OBJETIVO PT: 0661

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
0012	Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)	Financiamento concedido	Un.						
0A27	Equalização de juros nos financiamentos ao agronegócio café	Instituição financeira remunerada	Un.						
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	Produtor beneficiado	Un.	34.078	34.118	35.442	11.052	2.775	2.776

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA + RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ) EM $ MIL	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
0012	Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)	Financiamento concedido	Un.	12.000	12.870	244.252.994	4.136.873,00	3.014.365	3.258.605
0A27	Equalização de juros nos financiamentos ao agronegócio café	Instituição financeira remunerada	Un.	15	29	5.423.084	143.000,00	96.900	102.323
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	Produtor beneficiado	Un.	33.502	294	5.360.260	11.402	5.574	10.934

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

2 Observa-se que, quando do preenchimento do Siop a fim de realização do Acompanhamento Orçamentário 2014 e 2015, foi replicado na Execução Física do RAP Não Processado, lacuna referente ao quantitativo Realizado, o montante pecuniário pago nos exercícios. Dessa forma, a Quantidade Realizada (LOA+RAP) apresenta o somatório do informado no Realizado da LOA e o Realizado do RAP Não Processado, estando em unidades de medida diferentes (unidades + R$). Da mesma forma ocorreu com o cálculo do Custo (LOA+RAP). Esse padrão apresenta-se nas três ações.

No exercício de 2015, ação 0012, foram disponibilizadas linhas de crédito de até R$ 4,136 bilhões, conforme aprovado pela Resolução CMN nº 4.414, de 2 de junho de 2015, para financiamento de custeio, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café (FAC), contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados, com contratação de 29 agentes financeiros, sendo 21 bancos, sete cooperativas de crédito e uma agência de fomento.

No período de 2012 a 2015, mediante as linhas de crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), foram atendidos o total de 53.648 beneficiários, superando o número previsto de 17.000. Em 2012, foram atendidos 16.478 beneficiários; em 2013 foram atendidos 12.638 beneficiários; em 2014, foram atendidos 11.662; e, em 2015, foram atendidos 12.870 beneficiários.

Ressalta-se que a execução no primeiro semestre ficou prejudicada em virtude da publicação da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.414, de 2 de junho de 2015, que direcionou montantes em linhas de crédito do Fundo para financiamento do setor. A liberação dos recursos das linhas de crédito do Funcafé contratados com os agentes financeiros teve início na primeira quinzena de agosto. Dessa forma, foram remunerados 29 agentes financeiros, Ação 0A27, haja vista contratos para operacionalização das linhas de financiamento.

Com relação à ação 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura sua execução ficou comprometida pelo contingenciamento de mais de 31 milhões e pelas restrições de limite de movimentação financeira ao longo de sua execução. Assim, neste exercício foi priorizada a execução dos Planos Orçamentários (PO) 0006 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura e 0002 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Cafés, por intermédio de Termos de Descentralização à Embrapa, para continuidade de projetos de pesquisa. Ressalta-se a venda dos estoques de café sob gestão do Funcafé, os quais resultaram em pecúnia aos cofres do fundo.

Dessa forma, foi formalizado apenas um convênio, referente ao PO 0004 - Promoção dos Cafés Brasileiros, e mantido os termos de descentralização à Conab para o levantamento da safra. Fato que resultou uma diferença no que foi executado em 2014 para o executado em 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO[3].

PROGRAMA PT: 2014 / OBJETIVO PT: 0661

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
			UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0012	Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)	Financiamento concedido	Un.				234.216	1	13
0A27	Equalização de juros nos financiamentos ao agronegócio café	Instituicao financeira remunerada	Un.				3.341.367	1	19
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	Produtor beneficiado	Un.	81	1	78	18.958	1	2

As ações 0012 e 0A27 foram executadas obedecendo os ditames da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.414, de 2 de junho de 2015. Foram contratados, em 2015, 29 agentes financeiros, atendendo 12.870 beneficiários (produtores, cooperativas, industrias de torrefação e café solúvel, beneficiadores e exportadores). Já referente ao físico informado no Restos a Pagar não processados não foi possível mensurar o quantitativo físico, tendo sido informado no Sistema de Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) na coluna execução física o quantitativo financeiro pago.

Da ação 20Y8 foi realizado em 2015 o quantitativo de 294 produtores beneficiados. Com relação aos Restos a Pagar Não Processados, foi informado no Siop na coluna execução física o quantitativo financeiro pago.

3 Observa-se que, quando do preenchimento do Siop a fim de realização do Acompanhamento Orçamentário 2014 e 2015, foi replicado na Execução Física do RAP Não Processado, lacuna referente ao quantitativo Realizado, o montante pecuniário pago nos exercícios. Dessa forma, o Custo Unit (LOA+RAP) apresenta o somatório do informado no Realizado da LOA e o Realizado do RAP Não Processado, os quais estão em unidades de medida diferentes. Esse padrão apresenta-se nas três ações.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE[4]

PROGRAMA PT: 2014 / OBJETIVO PT: 0661

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
			FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0012	Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)				13
0A27	Equalização de juros nos financiamentos ao agronegócio café				19
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	38,40	Economicidade Excedente	78	2

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

Ressalta-se que a ação 20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura tem sua execução comprometida pelo contingenciamento de mais de 31 milhões e pelas restrições de limite de movimentação financeira ao longo de sua execução. Assim, neste exercício foi priorizada a execução dos PO 0006 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura e PO 0002 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café, por intermédio de Termos de Descentralização à Embrapa, para continuidade de projetos de pesquisa. Ressalta-se a venda dos estoques de café sob gestão do Funcafé, os quais resultaram em pecúnia aos cofres do fundo. Dessa forma, foi formalizado apenas um convênio, referente ao PO 0004 - Promoção dos Cafés Brasileiros, e mantido os termos de descentralização à Conab para o levantamento da safra. Esses fatores corroboram para explicar a economicidade excedente referente à ação 20Y8.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA

PROGRAMA PT: 2014 / OBJETIVO PT: 0661

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
0012	Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)	1,07	Eficácia excedente	12.000	12.870
0A27	Equalização de juros nos financiamentos ao agronegócio café	1,93	Eficácia excedente	15	29
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	0,01	Ineficaz	33.502	294

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

4 Observa-se que, quando do preenchimento do Siop a fim de realização do Acompanhamento Orçamentário 2014 e 2015, foi replicado na Execução Física do RAP Não Processado, lacuna referente ao quantitativo Realizado, o montante pecuniário pago nos exercícios. Dessa forma, o Custo Unit (LOA+RAP) apresenta o somatório do informado no Realizado da LOA e o Realizado do RAP Não Processado, os quais estão em unidades de medida diferentes. Esse padrão apresenta-se nas três ações.

Com relação às metas das ações 0012 e 0A27, estas ultrapassaram os valores das metas mensurados para a sua execução no ano de 2015.

Já a baixa realização da meta para a ação 20Y8 é justificada primeiro pela venda dos estoques de café sob gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), os quais representavam a quantidade de 33 mil sacas de 60kg a serem conservadas, gerando pecúnia aos cofres do fundo, referente ao PO 0001 – Conservação dos Estoques Reguladores de Café. Além disso, dos oito convênios estipulados como meta, só foi realizado um, referente ao PO 0004 – Promoção do Café Brasileiro.

Já a meta estipulada para pessoas capacitadas, essa excedeu o programado, de 120 pretendidas, foram capacitadas 200, referente ao PO 0002 – Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café. A meta estipulada para sistematização e gerenciamento do café, esta foi realizada 100%, uma unidade administrativa mantida, para o PO 0005 – Sistematização e Gerenciamento do Desenvolvimento da Cafeicultura.

Por último, foi estipulado 100 pesquisas, referente ao PO 0006 – Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura, contudo foram realizados 92 projetos de pesquisa, com 496 planos de ação, dando continuidade aos projetos contratados em 2014 e que vigerão até 2017.

Dessa forma a ineficácia apresentada não se constata uma vez os estoques públicos de café sob gestão do Funcafé representavam mais de 99% do valor global da meta, sendo que a venda representou ganho aos cofres do Fundo e findando a destinação de valores para a sua manutenção. E, ainda, a fim de que não se paralisasse os projetos de pesquisa foi dado prioridade a execução dos Planos Orçamentários (PO) 0002 e 0005, considerando os limites de empenho e movimentação estabelecidos para o Funcafé no exercício 2015.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA[5]

PROGRAMA PT: 2014 / OBJETIVO PT: 0661

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0012	Financiamentos ao agronegocio cafe (Lei nº 8.427, de 1992)	25840,39	Eficiência excedente	344.739	13
0A27	Equalizacao de juros nos financiamentos ao agronegocio cafe	505264,96	Eficiência excedente	9.533.333	19
20Y8	Desenvolvimento da cafeicultura	166,85	Eficiência excedente	340	2

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta:24/02/2016

5 Observa-se que, quando do preenchimento do Siop a fim de realização do Acompanhamento Orçamentário 2014 e 2015, foi replicado na Execução Física do RAP Não Processado, lacuna referente ao quantitativo Realizado, o montante pecuniário pago nos exercícios. Dessa forma, o Custo Unit (LOA+RAP) apresenta o somatório do informado no Realizado da LOA e o Realizado do RAP Não Processado, os quais estão em unidades de medida diferentes. Esse padrão apresenta-se nas três ações.

As ações 0012 e 0A27 foram executadas obedecendo os ditames da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.414, de 2 de junho de 2015. Foram contratados 29 agentes financeiros, atendendo 12.870 beneficiários (produtores, cooperativas, industrias de torrefação e café solúvel, beneficiadores e exportadores).

Com relação à ação 0012 foram pagos R$ 3.014.364.762,62, referentes ao exercício de 2015, tendo um índice de 147,19% de eficiência, haja vista a meta de financiamentos ter sido ultrapassada. Já o montante de R$ 244.240.124,56 foi pago referente ao Restos a Pagar não processados, o qual não foi possível mensurar o quantitativo físico, tendo sido informado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) na coluna execução física o quantitativo financeiro pago.

A ação 0A27 foi executada em 2015 tendo sido pago o montante de R$ 95.802.409,67, o índice de eficiência foi de 285,31%, haja vista a meta de agentes financeiros ter sido ultrapassada.

Com relação aos Restos a Pagar não processados foi pago R$ 5.423.055,22, não foi possível mensurar o quantitativo físico, tendo sido informado no Siop na coluna execução física o quantitativo financeiro pago.

Da 20Y8 foi pago o valor de R$ 4.912.330,00, haja vista a meta realizada não ter superado o estipulado, sendo o índice de eficiência de 1,75% para 2015.

Com relação aos Restos a Pagar não processados foi pago R$ 5.359.966,82, não tendo sido possível mensurar o quantitativo físico, tendo sido informado no Siop na coluna execução física o quantitativo financeiro pago.

Objetivo 0618: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

O objetivo de ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural tem sido alcançado através de medidas de política agrícola adotada nas últimas safras, consolidando os avanços de uma safra para outra, e se destaca pela ampliação das disponibilidades de recursos para o financiamento da agropecuária, apesar da crise enfrentada pela economia brasileira no ano de 2015.

O lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2015/16 ocorreu num momento de menor crescimento econômico e de ajustamento da política macroeconômica brasileira, sendo esta uma realidade observada internacionalmente, inclusive dentre os principais Países importadores agrícolas. Esse cenário confere ao setor agropecuário o desafio de continuar contribuindo de forma relevante para a sustentabilidade econômica, social e ambiental, com ênfase para a retomada do crescimento do País.

Nesse sentido, tem-se a evidência histórica do desempenho da agricultura brasileira, inclusive no período de maior impacto da crise econômica e financeira internacional, mantendo taxas de crescimento elevadas, relativamente aos demais setores da economia.

E as perspectivas para a agricultura mundial, especialmente a brasileira, são favoráveis no que se refere ao crescimento da produção e do comércio de grãos e de carnes, sendo que as projeções para a próxima década, realizadas pelo MAPA e pela OCDE/FAO, não obstante assinalem crescimento menos acelerado que na década anterior, confirmam a pujança e dinamismo do setor agrícola.

Diante dessas perspectivas, especialmente da posição de destaque da agricultura na economia, o Plano Agrícola e Pecuário 2015/16 preserva o apoio do setor agropecuário, não obstante as limitações ditadas pelas políticas fiscal e monetária de controle das finanças públicas. Trata-se de não comprometer a capacidade produtiva do setor agropecuário, sua competitividade e o bom desempenho de suas funções clássicas de abastecimento do mercado interno e geração de divisas, além da contribuição para o controle inflacionário e para geração de energia.

Para o financiamento da agricultura empresarial na Safra 2015/16, foram disponibilizados R$ 187,7 bilhões, um aumento de 20% em relação à safra anterior, sendo R$ 149,5 bilhões para custeio e comercialização e R$ 38,2 bilhões para investimentos.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Aumentar R$ 107,2 p/ R$ 140,5 bilhões o volume de crédito rural disponibilizado ao setor agropecuário	R$ bilhão/ano	107,2 p/ 140,5 bilhões	95,4	122,6	141,7	132,4	94,2%	SICOR/BCB
Aumentar de 750 mil para 830 mil, o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)	Contratos de crédito rural oficial /ano	750 p/ 830 mil	805.549	869.757	784,470	635.846	76,6%	SICOR/BCB

Fonte: Siop / Data consulta: 03/03/2016

Meta: Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário.

A meta de aplicação do crédito rural, apesar de ter sido alcançada em 2013, teve um desempenho menor em 2014 e 2015, comparativamente ao ano de 2013. Desde a Safra 2014/2015, as taxas básicas de juros do crédito rural sofreram um aumento de um ponto percentual para as operações de custeio, investimento e de comercialização, passando de 5,5% a.a. para 6,5% a.a., o que representa um acréscimo menor quando comparado ao da taxa básica de juros da economia, a SELIC, no período de um ano. Somando-se o aumento das taxas de juros e o fraco desempenho da economia brasileira, formou-se o cenário que levou ao desempenho da aplicação do crédito rural abaixo do esperado.

A necessária elevação das taxas de juros do crédito rural procurou preservar sua margem de preferência relativamente à taxa Selic, e ocorreu de forma seletiva, mantendo tratamento diferenciado mais favorável para os programas prioritários de investimento, com destaque para os financiamentos em irrigação, construção de armazéns, inovação tecnológica e aos médios produtores rurais.

A política de crédito rural para a safra 2015/16 mantém o compromisso histórico de disponibilizar recursos em montantes e condições de financiamento que proporcionem níveis adequados de apoio ao produtor rural, contribuindo para o crescimento da produção e da renda, e para maior isenção do Brasil no mercado agrícola internacional.

O número de contratos refletiu também o desempenho financeiro do crédito rural, com um desempenho abaixo do esperado.

A região que apresentou o melhor desempenho foi a Região Sul, com um montante de 47,9 bilhões aplicados no crédito rural, com 279.074 contratos. O segundo melhor desempenho foi da Região Sudeste, com 36,8 bilhões aplicados e total de 182.502 contratos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO / R$ MIL

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2014	0618	1.096.184	8.080.749

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta: 24/02/2016

Os recursos para a aplicação no crédito rural são oriundos de fontes diversas, às quais algumas têm as taxas de juros equalizadas pelo Tesouro Nacional.

As fontes que possuem equalização na taxa de juro são objeto de dotação orçamentária. Após a decisão sobre o montante a ser disponibilizado dentre as diversas linhas de financiamento crédito rural, o Tesouro Nacional calcula o custo da equalização, o qual está consignado no orçamento do Ministério da Fazenda, sob a rubrica denominada operações oficiais de crédito. Para a safra 2014/2015 foi autorizado o pagamento de equalização de taxa de juro sobre o montante de R$ 52,8 bilhões.

Para a safra 2015/2016, R$ 54,8 bilhões. Os custos mencionados no quadro referem-se ao pagamento de equalização das taxas de juros do crédito rural. No ano de 2014 a aplicação no crédito rural foi de R$ 141,74 bilhões, com 784.470 contratos de financiamento.

Em 2015 foram aplicados R$ 132,46 bilhões, contabilizando 635.846 contratos. O Tesouro Nacional, como responsável pelo pagamento da equalização das taxas de juros às instituições financeiras, poderá explicar a diferença nos custos observados entre 2014 e 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA / R$ - MIL

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
				A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2014	618	3	Outras Despesas Correntes	637%	1.096.184	8.080.749

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta:24/02/2016

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NAUREZA DE DESPESA / R$ MIL

PROGRAMA GOVERNO	OBJETIVO PROGRAMA	GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
					NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
2014	618	3	Outras Despesas Correntes	339045	Subvencoes Economicas	1.079.882	98,51%	7.744.197	95,84%
				339092	Despesas de Exercicios Anteriores	16.302	1,49%	336.553	4,16%

Fonte: Tesouro Gerencial / Data consulta:24/02/2016

As informações aqui contidas têm a mesma explicação do quadro anterior, com a particularidade de desagregar o montante pago, relativo a anos anteriores. O montante pago relativo a exercícios anteriores equivale a 1,49% do custo total observado em 2014 e a 4,16% no ano de 2015.

5.2. MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCIDADES

Programa: 2049 – Moradia Digna

OBJETIVO: 0383- Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Breve contextualização do programa

A Política Nacional de Habitação (PNH) tem como objetivo promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população. Os principais desafios para cumprir este objetivo são a insuficiência de renda de parte significativa da população para acessar uma solução habitacional adequada, o alto custo do bem habitação, as dificuldades do financiamento a longo prazo, a reduzida capacidade de poupança e investimento no País e uma demanda futura de grande escala.

Para financiar essas ações são utilizados recursos do Fundo (FNHIS) apoiando o Poder Público e entidades privadas sem fins lucrativos no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna voltada à população de baixa renda.

A SNH também apoia a concessão de financiamento a pessoas físicas organizadas em cooperativas populares e associações autogestionárias voltadas à produção habitacional, nas modalidades: aquisição de material de construção, aquisição de terreno e construção, construção em terreno próprio e conclusão, ampliação e reforma de unidade habitacional.

Outra ação de destaque do Governo Federal para redução do déficit habitacional é o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Como estratégia do PMCMV, o governo garante subsídio às famílias de baixa renda, mediante melhores taxas de juros em financiamentos habitacionais, além de criar um Fundo Garantidor, que cobre as prestações em até 36 meses para as famílias que perderem o emprego ou passarem por uma perda na renda.

O objetivo principal do programa é criar um ambiente econômico confiável que estimule o desenvolvimento do mercado formal de habitação com subsídios governamentais para as famílias de baixa renda e de classe média.

RELATÓRIO - PCPR EVOLUÇÃO DAS METAS

DESCRIÇÃO DA META	META PREVISTA	REALIZADA 2015 (ACUMULADA)	%
Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R$ 5 mil mensais na área urbana e até R$ 60 mil anuais na área rural	200.000 moradias	307.152	153 %
Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R$ 3,1 mil mensais na área urbana e R$ 30 mil por ano na área rural	600.000 moradias	1.113.687	185 %
Produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R$ 15 mil anuais na área rural	1.600.000 moradias	1.337.632	83 %
Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes		950.229	

Fonte: Siop, Exercício 2015

A meta de contratação de 200 mil moradias para famílias com esses limites de renda foi superada, com a contratação de 307.152 unidades habitacionais na segunda etapa do programa. O programa atingiu a marca de 1.113.687 unidades habitacionais contratadas para famílias com renda até R$ 3.275,00. A meta inicialmente prevista para 600 mil unidades foi ampliada para 950 mil.

Foram contratadas 1,3 milhão de unidades habitacionais para famílias com renda até R$ 1,6 mil/mês nas áreas urbanas e até R$ 15 mil/anuais na área rural, superando a meta inicialmente estabelecida, de 1,2 milhão de unidades. A meta de 1,6 milhão de moradias foi ampliada posteriormente.

No período de 2011 a 2014, foram contratadas 950.229 unidades adaptáveis contratadas através do programa Minha Casa, Minha Vida. O programa também já entregou 11.627 unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO
(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01/2015/STN/MF)

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL
2049	0383	17.245.804	20.698.847

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaborado por: SUCON/STN/MF

Considerando a referência inicial para apuração do custo (despesa liquidada), as ações associadas ao objetivo 0383 custaram R$ 37,9 bilhões ao MCidades, nos exercícios de 2014 e 2015.

Sendo que 61,8% refere-se à integração de cotas para o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e 33,5% à subvenção econômica para projetos de habitação em área urbana (00CW) e em área rural (00CX).

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA
(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01/2015/STN/MF)

GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
		NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	Contribuições	0	0,00%	0	0,00%
	334041	Contribuições	447	0,00%	110	0,00%
	335041	Contribuições	485	0,00%	185	0,00%
	339039	Outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.			2.926.251	14,14%
		Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	4.165	0,02%		
	339045	Subvenções econômicas	2.375.441	13,77%	9.182.625	44,36%
4 – INVESTIMENTOS	443042	Auxílios	80	0,00%	202	0,00%
	444042	Auxílios	306	0,00%	1.442	0,01%
	445042	Auxílios	3.203	0,02%	243	0,00%
5 - INVERSOES FINANCEIRAS	459066	Concessão de empréstimos e financiamentos	14.861.677	86,18%	8.587.789	41,49%
		Total	17.245.804	100%	20.698.847	100%

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaborado por: SUCON/STN/MF

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01/2015/STN/MF)

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2015		
			UNIDADE MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00AF	Integralização de cotas ao fundo de arrendamento residencial	Volume contratado	Unidades por ano	6.037.349	9.168.807	7.228.779
00CW	Subvenção econômica destinada a implementação de projetos de	Volume contratado	Unidade	27.228	0	27.228
00CX	Subvenção econômica destinada a implementação de projetos de	Volume contratado	Unidade	31.936	1.858.382	86.746
00CY	Transferências ao fundo de desenvolvimento social - FDS	Volume contratado	Unidade	14.279	108.489	60.859
0E64	Subvenção econômica destinada a habitação de interesse social	Volume contratado	Unidade	137.105.543	17.684	25.967
10SJ	Apoio a provisão habitacional de interesse social	Intervenção apoiada	Unidade	288.043	53.526	68.183

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaborado por: Sucon/STN/MF

Ao analisar os relatórios relativos ao anexo III, da IN 01/2015, verificou-se que a comparação das informações de execução física preenchidas no Siop com as informações de despesa orçamentária executada (liquidada) no Siafi, não é adequada.

À título de exemplo, ao apurar o custo unitário de uma moradia contratada no FAR por intermédio da divisão da despesa liquidada em 2015 pelo físico realizado em 2015, chega-se ao valor de custo unitário de moradia contratada de R$ 6 milhões.

Seguindo esta mesma regra de apuração de custo, o custo de uma moradia contratada com subvenção econômica, em 2015, chega a R$ 137 milhões. Segue abaixo um dos relatórios padronizados de custos para PCPR 2015.

Vale destacar que a informação de físico realizado impacta na apuração do custo unitário, que também repercute na apuração dos indicadores de economicidade, eficácia e eficiência. Logo, a apuração destes indicadores ficou prejudicada, em 2015. Quanto ao aspecto específico da eficácia do objetivo, verifica-se que utilizando-se a informação de execução física constante da meta 0383 (ao invés do físico informado nas ações orçamentárias) as metas de unidades de moradias disponibilizadas foram atingidas e superadas, conforme tabela anteriormente exposta.

Em 2016, a Setorial de Custos terá como uma de suas metas promover deliberações com a Secretaria Nacional de Habitação para definir novos padrões de preenchimento das informações de execução física no Siop, com o objetivo de melhorar as informações de custos nos sistemas estruturantes do governo federal.

Todavia, segue abaixo tabela com valor médio da moradia contratada, utilizando-se de dados internos da Secretaria Nacional de Habitação.

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO DA UNIDADE HABITACIONAL
00AF	Integralização de cotas ao fundo de arrendamento residencial	65.000,00
00CW	Subvenção econômica destinada a implementação de projetos de de Interesse Social em Áreas Urbanas	4.620,00
00CX	Subvenção econômica destinada a implementação de projetos de de interesse social em áreas rurais	30.500,00
00CY	Transferências ao fundo de desenvolvimento social - FDS	62.000,00
0E64	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes	25.000,00

Fonte: SNH/MCidades

Programa 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO: 0169- Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Breve contextualização do programa

O homem vem intensificando alterações no meio ambiente a fim de moldar o meio físico às suas necessidades e usos. Tais alterações provocam perturbações no equilíbrio dos sistemas naturais, resultando em situações de vulnerabilidade que podem provocar desastres. No Brasil, a ocorrência e a intensidade dos desastres naturais dependem mais do grau de vulnerabilidade das comunidades afetadas do que da magnitude dos eventos adversos.

Os desastres naturais mais recorrentes registrados no Brasil são os decorrentes de inundações, alagamentos, enxurradas, deslizamentos, estiagens, secas e vendavais, sendo que nos ambientes urbanos, que abrigam a grande maioria da população brasileira, as inundações, as enxurradas e os deslizamentos de solo ou rocha constituem-se nos eventos que causam os maiores impactos.

Assim, um dos objetivos do programa pretende dar o apoio à implantação, pelos municípios, de instrumentos de planejamento e controle urbanos e a execução de intervenções estruturais voltadas para prevenção de ocorrência dos desastres naturais.

RELATÓRIO - PCPR EVOLUÇÃO DAS METAS

DESCRIÇÃO DA META	META PREVISTA	REALIZADA 2015 (ACUMULADA)	%
Contratar R$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações...	9 bi	9,88 bi	109
Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urb. nos munic. mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos	**	15	**

Fonte: Siop, Exercício 2015

Essa meta visa à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas, totalizando aproximadamente R$ 9,88 bilhões em valor de investimento equivalentes a 125 contratos abrangendo 83 municípios. Desse valor contratado, R$ 8,08 bilhões correspondem a contratações com recursos do OGU e R$ 1,80 bilhão de financiamentos (empréstimos públicos).

Até o presente momento, houve superação da meta estimada (R$ 9 bilhões em contratação) em cerca de 9%.

Do valor total contratado, R$ 755,6 milhões foram contratados em 2014, R$ 2,94 bilhões foram contratados em 2013, para execução de 21 empreendimentos; R$ 2,64 bilhões foram contratados em 2012, para a execução de 26 empreendimentos, e R$ 3,54 bilhões contratados em 2011, para execução de 71 empreendimentos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO
(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01/2015/STN/MF)

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL
2040	0169	839.935	470.591

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaborado por: SUCON/STN/MF

Considerando a referência inicial para apuração do custo (despesa liquidada), as ações de prevenção de ocorrência de desastres naturais custaram R$ 470 bilhões ao Ministério das Cidades, em 2015. O principal custo deste objetivo está alocado em obras de drenagem urbana (69,4%). Em seguida estão as obras de contenção de encostas com 16,4% do custo total.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA
(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01/2015/STN/MF)

GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
		NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	334041	CONTRIBUICOES	1.619	0,19%	1.323	0,28%
	339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	225	0,03%	471	0,10%
	339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	151	0,02%	468	0,10%
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	5	0,00%	27	0,01%
	339035	SERVICOS DE CONSULTORIA			597	0,13%
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			642	0,14%
		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.337	0,64%		
4 – INVESTI-MENTOS	443042	AUXILIOS	216.701	25,80%	238.328	50,64%
	444042	AUXILIOS	615.896	73,33%	228.737	48,61%
		Total	839.935	100%	470.591	100%

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaborado por: Sucon/STN/MF

Demonstrativo de Custo por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física do Objetivo 0169 (Instrução Normativa nº01/2015/STN/MF)

O Ministério das Cidades executa três ações do Objetivo 0169 do Programa 2040. São elas, a Ação 10SG de Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustável de Manejo; a Ação 20NN de Planejamento e Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos; e a Ação 8865 de Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de contenção de Encostas em Áreas Urbanas.

Ação 10SG de Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustável de Manejo

Analisando o custo unitário LOA da ação 10SG observa-se que esta possui um custo unitário de R$3.300,00 por família beneficiada no ano de 2015. Tal custo revela-se o mesmo de 2014.

Os índices de economicidade, por sua vez, não avançaram em relação a 2014 com uma diferença de 0,01% de economia em 2015. Dando continuidade quanto ao índice de eficácia da ação, observou-se um resultado ineficaz, pois a meta era obter 303.454 famílias beneficiadas, porém foram beneficiadas apenas 31.430 família, ou seja, foi executado apenas 10% do previsto. Isso se deve ao fato de contingenciamento dos recursos.

Quanto ao aspecto específico da eficácia das ações de drenagem deste objetivo, verifica-se que utilizando-se a informação de execução física constante da meta 0169 (ao invés do físico informado nas ações orçamentárias) a meta foi atingida e superada em 9% ao final do PPA 2012/15, conforme tabela anteriormente exposta.

Ação 20NN de Planejamento e Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas SUS

Em 2015, o custo total (LOA + RAP) foi de R$ 1,5 milhão, um valor 72% menor que em 2014 (R$ 5,5 milhões).

Ação 8865 de Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de contenção de Encostas em Áreas Urbanas

Em 2015, o custo total (LOA + RAP) foi de R$ 77 milhões, um valor 8,2% menor que em 2014 (R$ 83,9 milhões).

Ação 20NN e 8865

Faz-se necessário realizar ajustes nos critérios utilizados no preenchimento da execução física, uma vez que o informado refere-se à execução de diversos exercícios. Já a despesa orçamentária considerada nos relatórios é apenas de 2014 e 2015. Assim, é necessária a reavaliação do preenchimento dos produtos realizados para obter temporalidade similar à execução orçamentária, e assim, permitir a comparabilidade das informações de execução física com execução orçamentária.

Por fim, cumpre informar que, em 2016, a Setorial de Custos terá como uma de suas metas promover deliberações com as Secretarias responsáveis para definir novos padrões de preenchimento das informações de execução física no Siop e, assim, qualificar as informações de custos.

5.3. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI

Programa e Objetivos selecionados, conforme Anexo IV da Norma de Execução CGU nº 3, de 4 de dezembro de 2015:

Programa: 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação

No Plano Plurianual - PPA 2012-2015, Plano Mais Brasil, o governo atribuiu prioridade para políticas públicas que combinem crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais e reconheceu o papel protagonista do Estado como indutor dessas políticas, construídas por meio do diálogo social e do pacto federativo.

O desafio a ser enfrentado consistia em utilizar as potencialidades brasileiras (indústria, agropecuária, recursos renováveis, população) para alcançar progresso técnico e reduzir as desigualdades.

Para a Ciência e Tecnologia e Inovação, destacou-se a importância econômica e social das transformações tecnológicas, especialmente nas áreas de tecnologia da informação, nanotecnologia e biotecnologia; portanto, foi reconhecida a necessidade de: intensificar os esforços nacionais em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I, e instituir um Sistema Nacional de Inovação com capacidade tanto de articular empresas, universidades e agentes financiadores, quanto de promover a desconcentração regional das atividades científica e tecnológica.

Assim, dentre os grandes objetivos do governo foram estabelecidos: reduzir a defasagem tecnológica; contribuir para a inserção internacional soberana do Brasil; fomentar a economia verde e criativa; e contribuir para a erradicação da pobreza e para a redução das desigualdades sociais.

No PPA 2012-2015, a Ciência, Tecnologia e Inovação foram vistas como política de desenvolvimento produtivo e estratégia central para o desenvolvimento sustentável do País.

O PPA ainda asseverou sobre a importância:

- da redução da defasagem tecnológica brasileira em relação à fronteira tecnológica mundial;
- da melhoria da inserção internacional brasileira, ampliando a participação de produtos mais intensivos em conhecimento na nossa pauta de exportações;
- da continuidade do processo de inclusão social e de redução da desigualdade e da pobreza; e
- da sustentabilidade ambiental do processo de desenvolvimento.

Portanto, reconheceu a importância do fortalecimento dos eixos estruturantes da política de C,T&I, como a formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação, o suporte à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica e o fomento à inovação tecnológica no setor produtivo.

Segundo o CADERNO PPA 2012-2015 – MCTI, o cenário econômico do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 foi construído tendo em vista a manutenção e intensificação do modelo de desenvolvimento da última década, o qual procurou conciliar crescimento econômico com geração de emprego, estabilidade macroeconômica e redução da desigualdade e da pobreza. Entretanto, o crescimento econômico que era previsto, foi reduzido. Portanto, houve contingenciamento, sobretudo nos últimos dois anos, que impactou na gestão e na execução de algumas metas.

A constituição do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação acompanha as tendências observadas no cenário internacional e, para o período de 2012 a 2015, objetiva inserir as políticas de ciência, tecnologia e inovação no centro da estratégia de desenvolvimento sustentável do País, sendo incontestável que o desenvolvimento econômico está cada vez mais assentado na inovação e no desenvolvimento científico e tecnológico e que este desenvolvimento depende diretamente da existência de pessoas qualificadas para a realização das atividades de pesquisa, de infraestrutura para pesquisas, e do desenvolvimento, difusão e utilização produtiva do conhecimento para a inovação e para o bem estar da sociedade. Por isso, um dos eixos centrais da política de C,T&I é a formação e a qualificação de pesquisadores, engenheiros e técnicos habilitados para atuarem em diferentes setores e áreas do conhecimento.

O Programa foi pensado, principalmente, levando-se em conta o caráter transversal e multidisciplinar da C&TI, do documento Estratégia Nacional de C, T&I (ENCTI) com seus eixos e ainda sobre a égide dos reflexos dos investimentos e esforços realizados pelo governo federal entre 2000 e 2010, quando então, buscou-se o reforço na importância e necessidade urgente de uma papel mais proativo do Governo Federal nos investimentos para o setor em colaboração e atração do setor produtivo, fato este que aconteceu, entretanto começa a esvair-se por ocasião das crises econômicas/financeiras internacionais com fortes reflexos no cenário nacional.

Entre 2012 e 2015 a ação governamental para fazer frente aos desafios da área buscou fortalecer três eixos estruturantes da política de CT&I: (i) formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação; (ii) suporte, fomento à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica; e (iii) fomento à inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro.

O Programa Temático Ciência, Tecnologia e Inovação do PPA 2012-2015 se assenta sobre esses três eixos, e considera essencialmente a questão da inclusão social. O Programa é composto por 14 Indicadores, 13 Objetivos, 40 Metas e 53 Iniciativas

Objetivos selecionados no âmbito do Programa:

OBJ 0400- Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Este Objetivo apresenta 2 Metas e 8 Iniciativas

Metas 2012-2015

- Ampliar de 3.500 para 10 mil, o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq;
- Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015

Iniciativas

- 016X - Apoio continuado a grupos de excelência já consolidados, e formação de novos grupos, com foco em temas inovadores.
- 016Y - Cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação.
- 0171 - Execução do Plano Nacional de Astronomia (PNA) e expansão da participação brasileira nos telescópios internacionais.
- 0174 - Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT).
- 0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos.
- 0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores.

Análise Situacional do Objetivo 0400 no exercício de 2015.

Apesar da atipicidade ocorrida no exercício de 2015, quando houve uma abrupta queda no número de projetos de pesquisa apoiados, o apoio a projetos de pesquisa, uma ação tradicional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tem apresentado, ao longo dos anos, resultados satisfatórios no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos. A realização do conjunto das metas definidas e em andamento agrega valor à estratégia de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), uma vez que promove constantes otimizações no desenvolvimento dos mecanismos de financiamento do CNPq, por meio de atuação voltada ao desenvolvimento nacional, em singular parceria com diferentes ações governamentais envolvendo variados órgãos e entidades nacionais. A ampliação do número e da intensidade das parcerias com entidades estaduais de fomento à pesquisa tem-se demonstrado uma estratégia essencial, tanto ao processo de fomentar projetos e processos inovadores, como ao processo de expansão, formação e fixação de recursos humanos qualificados comprometidos com a realidade local.

Observou-se um incremento constante da curva de investimento em projetos de pesquisa, no período de 2012 a 2014, o que reflete o esforço que o CNPq vem realizando no sentido de maximizar sua capacidade de fomento. Espera-se que as razões que causaram o decréscimo no investimento em 2015 não se repitam para os anos seguintes, tendo em vista tratar-se de causa conjuntural.

DESCRIÇÃO DA META - 2012-2015	META PREVISTA (ANUAL) 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq	10.000	Projetos de pesquisa apoiados / ano	5.912	9.312	11.754	3.201	32,0*	CNPq
Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015	42	Convênios de Cooperação	26	96	76	81	192,3	CNPq

* Obs: o percentual apresentado no quadro corresponde ao número de projetos apoiados apenas em 2015 tendo em vista que a meta de 10 mil projetos apoiados é anual. O baixo percentual executado no ano de 2015 deveu-se grandemente ao não lançamento do tradicional Edital Universal. Observe-se que no ano de 2014 a meta foi ultrapassada

Análise das Metas no exercício de 2015.

Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq

A ampliação do número de projetos apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vem contribuindo para o desenvolvimento do País, de forma regionalmente equilibrada, e com maior interação entre o sistema produtivo e com a sociedade.

A meta prevista no ano de 2015 não foi atingida frente as restrições orçamentárias atípicas ocorridas nesse exercício. Associado a este fator, não foi possível o lançamento da ação consolidada - Edital Universal – que historicamente apoia cerca de 4.000 projetos todo ano.

Frente a uma demanda de 15.731 projetos recebidos e processados pelo CNPq, só foi possível fomentar 3.201, demonstrando um grande portfólio de reserva, de projetos que poderão ser apoiados, tão logo as limitações financeiro-orçamentárias sejam superadas.

A ampliação do apoio a projetos de pesquisa mostra-se essencial para o desenvolvimento nacional, uma vez que apresenta resultados de extrema relevância no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos.

Como destaque no âmbito do mencionado Objetivo/Meta, podemos citar a Iniciativa 0174 - Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT). Atualmente há 125 INCTs, distribuídos nas 5 regiões do País, o que evidencia o envolvimento de universidades e centros de pesquisa (com a integração de cerca de duas mil instituições) com a promoção de forte interação da academia com o setor produtivo e com a sociedade.

Em boa medida, o desenvolvimento dos INCTs contribuiu fortemente para o cumprimento dos demais objetivos do programa, como a transferência de conhecimento para o setor público e a criação de novas empresas de bases tecnológicas.

O trabalho produzido nos institutos objetiva a inserção do Brasil no que há de mais avançado em ciência e tecnologia ao aprofundar, por exemplo, a investigação sobre doenças como dengue, tuberculose, obesidade e diabetes, ao desenvolver vacinas moleculares para a leishmaniose, instituir curso de graduação em segurança pública ou aprimorar técnicas aplicadas à exploração de fontes não convencionais de petróleo e gás.

Por espelhar a grandeza e diversidade do País, os INCTs também evidenciam o potencial do Brasil no debate científico em torno das principais questões que afligem a humanidade, na área agrícola (produção de alimentos), energética (economia de baixo-carbono) ou ambiental (desenvolvimento sustentável).

A Iniciativa do mencionado Programa mobiliza e agrega os melhores grupos de pesquisa nacionais, impulsiona a pesquisa básica e fundamental, estimula a pesquisa científica e tecnológica de ponta, promove a inovação e o espírito empreendedor, estabelece programas que visam a contribuir para a melhoria do ensino de ciências e a difusão do conhecimento científico para a sociedade.

O Programa contou com recursos iniciais da ordem de R$ 641 milhões, dedicado à análise de mérito de propostas, e envolveu cerca de 32 mil indivíduos, entre pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação e técnicos de laboratório. Todo o processo de peer review (revisão por pares) foi desenvolvido por assessores ad hoc estrangeiros.

Cerca de cinco mil especialistas, de várias áreas do conhecimento e de todos os continentes foram convidados a emitir pareceres acerca do mérito das propostas submetidas.

As metas são ambiciosas e abrangentes, pois visam a reunir cientistas de distintas áreas do conhecimento, de todo o País, no desenvolvimento de pesquisa básica e fundamental e de pesquisa científica e tecnológica de ponta, inovadoras e competitivas internacionalmente. Entretanto, no exercício de 2015, o cenário de restrição orçamentária impossibilitou o alcance da meta de 10 mil projetos de pesquisa apoiados.

Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015

As parcerias vêm se viabilizando a partir do desenvolvimento de diferentes programas e ações: Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores – Programa Primeiros Projetos (PPP), Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem), Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR), Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas – Programa Pesquisadores nas Empresas em Parceria com as FAP (RHAE-FAP), Programa Institucional Bolsas de Iniciação Científica Junior (PIBIC-Jr), todos em parceria com as Fundações Estaduais de Apoio/Amparo à Pesquisa, dentre outros parceiros, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a concessão de bolsas (Mestrado - GM e Doutorado Pleno - GD) com recursos de Emendas Parlamentares.

Assim, em 2015 foram firmados 6 Convênios e 5 Acordos de Cooperação Técnica (novos), além de 20 Termos Aditivos para prorrogação de vigência, supressão ou adição de recursos dos convênios que já estavam em execução, dando continuidade ao propósito iniciado ainda em 2013, que objetivava envolver todas as unidades da federação, visando à ampliação de recursos voltados à ciência, tecnologia e inovação no País.

No exercício de 2015, apesar do cenário desfavorável, com graves restrições orçamentárias, foi possível firmar 81 convênios com entidades estaduais, o que corresponde a praticamente o dobro do quantitativo estabelecido para a meta.

OBJ 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Este Objetivo apresenta 4 Metas e 2 Iniciativas

Metas 2012-2015

- Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq.
- Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq.
- Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq.
- Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq.

Iniciativas

- 01Q0 - Concessão de bolsas para atração, fixação e promoção do intercâmbio de recursos humanos qualificados - Ciência sem Fronteiras.
- 01Q1 - Concessão de bolsas para formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, desenvolvimento tecnológico, extensão e inovação.

Análise Situacional do Objetivo 0497 (nos primeiros parágrafos não há dados para 2015, as informações remetem à 2009 e 2010)

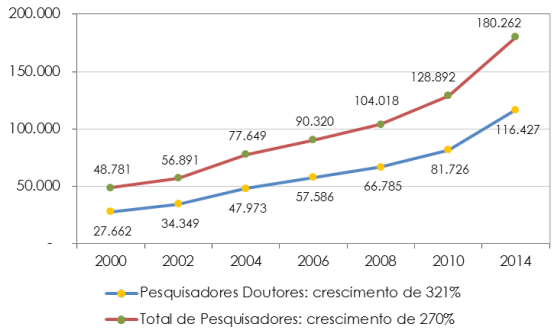
Na última década, sob diferentes aspectos, o quadro da formação de recursos

humanos no Brasil foi de expansão. Trata-se de uma política pública de Estado, voltada para a formação de recursos humanos de alto nível. De 2000 a 2014, o número de pesquisadores cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), do CNPq, passou de 48,8 mil para 180 mil.

O percentual pesquisadores com doutorado saiu de 56,7% para 64,6%. (veja gráfico a seguir). No entanto, apesar dos avanços obtidos, o número de pessoas envolvidas em P&D, ou inseridas em ocupações técnico-científicas, ainda é relativamente baixo, se comparado com a realidade encontrada nos Países desenvolvidos.

O desafio do Programa é inserir o Brasil no mesmo patamar desses Países, inclusive com a ampliação de perfis de atuação para as mais diversas áreas.

BRASIL: EVOLUÇÃO DO TOTAL DE PESQUISADORES E PESQUISADORES DOUTORES, CADASTRADOS NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA (DGP)/CNPQ, 2000-2014



Verifica-se também que nesses Países a maior parte dos pesquisadores desenvolve inovações no ambiente empresarial, enquanto no Brasil a maior parte dos pesquisadores desenvolve suas atividades em instituições públicas de ensino e pesquisa.

Assim, a despeito da expansão observada no período 2000 e 2014, o número de pesquisadores e técnicos ocupados em P&D no Brasil ainda é muito pequeno, indicando a necessidade de propiciar continuidade às políticas de formação de cientistas, engenheiros e técnicos nas diversas áreas do conhecimento, especialmente em áreas estratégicas, nas relacionadas com o desenvolvimento de novas tecnologias e estimular a suas inserções nos ambientes empresariais.

Para que o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades modernas ocorra, de modo amplo, sistemático e integrado, torna-se uma necessidade primordial o investimento contínuo na formação, capacitação e fixação de recursos humanos, capaz de se dedicar ao desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) e à produção e incorporação de conhecimento na sociedade.

O alcance do conjunto das metas estabelecidas para esse fim, no âmbito do atual Plano Plurianual, já apresenta resultados bastante significativos, não apenas no que se refere à reposição e ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos com C,T&I, como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, e redirecionamento de focos de atuação, buscando agregar valor ao processo de mudanças qualitativas na dinâmica dos diversos setores da sociedade.

Uma análise comparativa do montante de recursos disponível frente ao número de bolsas concedidas já apresentava um quadro geral de execução em 2014, positivo em termos de índices já alcançados.

Quanto a uma abordagem relacionada com um resultado mais qualitativo, em relação ao que o conhecimento adquirido pelos bolsistas tem agregado no Sistema Nacional de C,T&I, cabe ressaltar que a agregação de valor ao sistema e as mudanças realizadas no aumento da produção científica nacional, aumento do número de patentes e processos inovativos, ocorrem no tempo, não sendo uma análise pontual ou isolada da execução da missão institucional, que tem apresentado resultados visíveis e comprováveis no tempo.

Ao final do exercício de 2015, conforme previsto, observa-se que, apesar de resultados gerais bastante significativos no âmbito deste objetivo, houve uma evolução média no número de bolsas concedidas nas diferentes modalidades relacionadas que não garantiram o alcance integral das metas ao final do PPA, com exceção das bolsas relacionadas ao Intercâmbio Internacional (Ciência sem Fronteiras), já superadas.

De qualquer forma, cabe ressaltar que o alcance de alto percentual das metas estabelecidas e os resultados observados no contexto da formação e capacitação de pessoas qualificadas para C,T&I garante avaliação positiva sobre a execução do objetivo em pauta. Conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	META PREVISTA 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA	FONTE DAS INFORMAÇÕES
			2012	2013	2014	2015		
Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq	26.000	Bolsas-ano de produtividade	15.503	17.417	18.261	18.327	70,5	CNPq
Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq	30.000	Bolsas-ano de pós- graduação	27.663	26.942	26.729	28.363	94,5	CNPq
Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq	35.000	Bolsas-ano de intercâmbio internacional	11.566	21.810	36.241	36.241	103,6	CNPq
Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq	49.500	Bolsas-ano de iniciação à pesquisa	38.613	43.706	44.028	45.054	91,1	CNPq

Análise Situacional

Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq

Ao final do quadriênio 2012-2015 observou-se uma execução de 70,5% da meta prevista. Percebe-se, a partir de análise de evolução do número de bolsa/ano, um crescente aumento na concessão, resultado do esforço deste Conselho para o alcance da meta. No entanto, por restrições orçamentárias que fugiram à governança da entidade, não foi possível a completa realização da meta.

Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq

Verifica-se, ao final do exercício, que houve acréscimo na execução de 2015 em relação a 2014, apesar das restrições de recursos orçamentários e financeiros conjunturalmente apresentados. Como resultado de um grande esforço gerencial do CNPq foi possível atingir cerca de 95% da meta inicialmente estabelecida.

Apesar dos valores serem considerados satisfatórios, faz-se necessário a continuidade da ação política em favor da ampliação da concessão de bolsas de pós-graduação, frente o impacto nas questões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento nacional que estas modalidades de bolsas geram.

Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq

O alcance dessa meta foi priorizado no contexto do conjunto de ações institucionais, tanto no que se refere à infraestrutura, como em recursos humanos e orçamentários.

A previsão de cumprimento integral da meta foi alcançada. Cabe esclarecer que, no caso das bolsas voltadas para o intercâmbio internacional, diferentemente do restante das modalidades concedidas, computadas como bolsa-ano, a mensuração se dá de forma cumulativa, a partir de 2011 (início do programa Ciência sem Fronteiras).

A meta prevista para o final do PPA já foi ultrapassada em 2014, o que já era esperado tendo em vista o contexto de execução do Programa Ciência Sem Fronteiras.

Como destaque dentro do Objetivo/Meta, temos o denominado Programa Ciência sem Fronteiras, lançado em 2011 a partir do esforço conjunto do MCTI e do MEC por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – o qual busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, buscando formar estudantes brasileiros no exterior; atrair pesquisadores estrangeiros que queiram se fixar no Brasil ou cooperar com pesquisadores brasileiros em áreas prioritárias (Engenharias e demais áreas tecnológicas, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e da Saúde). Também visa a promover o treinamento especializado de

pesquisadores vinculados a empresas brasileiras no exterior.

O programa objetiva o êxito no estabelecimento de parcerias entre governo, setor produtivo e instituições de ensino superior e pesquisas públicas e privadas.

Em 2015, o Programa Ciência sem Fronteiras concedeu, no âmbito do CNPq, 5.550 bolsas de graduação sanduíche, implementadas com financiamento de empresas públicas e privadas, resultado do lançamento de chamadas públicas para diferentes Países como Polônia, Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Finlândia, Holanda, Nova Zelândia, e Reino Unido. Somadas àquelas bolsas concedidas entre 2011 e 2014, em 2015, totalizaram-se 26.844 bolsas de graduação concedidas pelo CNPq que atingiu a meta prevista de participação.

A primeira fase do Programa, desenvolvida em conjunto com a Capes, concedeu, no período 2011-2015, 101.446 bolsas, sendo 78.980 na modalidade graduação-sanduíche, envolvendo 30 Países. O maior número de bolsistas teve como destino os Estados Unidos, seguido pelo Reino Unido, Canadá e França. Do total de bolsas concedidas, 81% foram na modalidade "graduação sanduíche" e 19% nas modalidades de "doutorado pleno", "doutorado sanduíche" e "pós-doutorado".

Nas modalidades Pesquisador Visitante Especial e Bolsa Jovem Talento, inclusive, superou as metas estabelecidas, concedendo, respectivamente, 1.350 e 674 bolsas. Em 2015, concedeu também 760 bolsas de pós-graduação nas modalidades doutorado, doutorado-sanduíche e pós-doutorado, cuja implementação ocorrerá até o início de 2016.

Desde a sua criação, o Programa Ciência sem Fronteiras destacou-se como propulsor do tema internacionalização da Ciência, Tecnologia e Inovação no País.

Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq

O incremento do biênio 2014/2015 foi maior que o verificado no biênio anterior, mas não o suficiente para atingir a meta proposta.

Apesar disso, a alocação de mais de 6 mil novas bolsas voltadas à formação de jovens pesquisadores no quadriênio é de extrema relevância para o desenvolvimento da pesquisa nacional de médio prazo, e os esforços realizados por todo o sistema de C&TI para atingir esses valores (91% da meta) não podem ser desprezados. Sendo assim, esforços continuarão a ser envidados no sentido da ampliação da base cientifica nacional, a começar por ações voltadas à iniciação de jovens na pesquisa.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2021	0400	653.386	862.817
2021	0497	2.440.638	2.394.192

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC - Sistema de Informações de Custos
Data da extração: 19 de janeiro de 2016.

Em análise ao demonstrativo acima, observa-se que houve um acréscimo de 2014 para 2015 no custo total referente ao objetivo 0400 em torno de 30%, e em relação ao objetivo 0497houve um decréscimo de aproximadamente 2%.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
				A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2021	0400	3	Outras Despesas Correntes	43%	443.770	636.516
2021	0400	4	Investimentos	8%	209.616	226.301
2021	0497	3	Outras Despesas Correntes	-2%	2.440.638	2.394.192

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC - Sistema de Informações de Custos / Data da extração: 19 de janeiro de 2016.

A análise horizontal é uma técnica que parte da comparação do valor de cada item do demonstrativo, em cada período, com o valor correspondente em um determinado período anterior, considerado como base.

Essa análise tem como objetivo demonstrar a evolução de cada grupo de despesa e/ou categoria de gasto. Cada um dos percentuais da coluna de variação (AH %) foi calculado da seguinte forma:

Valor Atual do Item / Valor do Item no Período Base (Anterior) X 100

Assim, observa-se no demonstrativo acima que o percentual de aumento do custo de 2014 para 2015, no grupo de despesa 3-Outras Despesas Correntes, Objetivo 0400 foi de 43% e no grupo de despesa 4-Investimentos foi de 8%.

No que se refere ao Objetivo 0497 o percentual apresentado foi de -2%, ou seja, houve um decréscimo no custo de 2014 para 2015, no grupo de despesa 3-Outras Despesas Correntes.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NATUREZA DE DESPESA
PROGRAMA 202 / OBJETIVO DO PROGRAMA: 400

GD	DESCRIÇÃO	ND	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUICOES	2.311	0,35%	2.624	0,30%
		333220	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	17.607	2,69%	45.927	5,32%
		334041	CONTRIBUICOES			104	0,01%
		335014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL			120	0,01%
		335030	MATERIAL DE CONSUMO	55	0,01%	430	0,05%
		335033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			365	0,04%
		335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			54.581	6,32%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.123	0,17%		
		335041	CONTRIBUICOES	101.118	15,48%	151.835	17,58%
		338039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			292	0,03%
		338041	CONTRIBUICOES	4.082	0,62%		
		338092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	319	0,05%	469	0,05%
		339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	226	0,03%	43	0,00%
		339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	160.612	24,58%	185.528	21,48%
		339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	106.475	16,30%	109.384	12,67%
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	668	0,10%	1.052	0,12%
		339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	150	0,02%		
			PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS			108	0,01%
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	189	0,03%	213	0,02%
		339034	OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	289	0,04%		
		339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	295	0,05%	19	0,00%
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA			151	0,02%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	391	0,06%		
		339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	320	0,05%	189	0,02%
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			62.283	7,21%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	32.880	5,03%		
		339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	7	0,00%	9	0,00%
		339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			42	0,00%
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	14.631	2,24%	21.505	2,49%
		339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	22	0,00%		
			OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS			8	0,00%
4	INVESTIMENTOS	443041	CONTRIBUICOES	6.673	1,02%	6.199	0,72%
		443220	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	11.503	1,76%	17.765	2,06%
		444041	CONTRIBUICOES	1.904	0,29%	3.281	0,38%
		445041	CONTRIBUICOES	134.280	20,55%	65.110	7,54%
		445052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			1.434	0,17%
		449020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	48.642	7,44%	79.125	9,16%
		449030	MATERIAL DE CONSUMO	4	0,00%		
		449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	198	0,03%		
		449051	OBRAS E INSTALACOES	402	0,06%	713	0,08%
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.010	0,92%	52.673	6,10%

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC - Sistema de Informações de Custos / Data da extração: 19 de janeiro de 2016.

A análise vertical mostra a importância relativa a cada conta ou grupo de contas dentro do demonstrativo e, através da comparação com padrões do ramo de atuação ou com as relações da própria instituição em anos anteriores, permite inferir se há itens fora das proporções usuais. O cálculo da percentagem relacionou cada conta com o total do seu grupo, conforme abaixo:

Conta / Total do Grupo X 100

Com relação ao Objetivo 0400, Grupo de Despesa 3-Outras Despesas Correntes e 4-Investimentos, observa-se que o maior percentual de custo apresentado, tanto em 2014 quanto em 2015, ocorreu na natureza de despesa 339018-Auxílio Financeiro a Estudantes. Coincidentemente o Objetivo 0497, Grupo de Despesa 3-Outras Despesas correntes, também apresentou, tanto em 2014 quanto em 2015, o maior percentual de custo na natureza de despesa 339018-Auxílio Financeiro a Estudantes, o que na verdade condiz com a finalidade dos Objetivos em análise.

Demonstrativo de Custo por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física

Informamos que, em complementação aos quadros demonstrativos de eficácia, eficiência e economicidade, encaminhamos, em anexo, as tabelas de 2014 e 2015 que apresentam as ações relativas aos objetivos 0400 e 0497, por Unidade Orçamentária. Trazem, ainda, informações dos produtos e unidades de medida, previstos e realizados, e comentários sobre as execuções individualizadas. Isto deve-se ao fato de que algumas Ações aparecem em mais de uma UO, e que nas tabelas elas estão consolidadas, dando uma outra impressão sobre a execução geral da Ação.

DEMONSTRATIVO DA EFICÁCIA

OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
				FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
0400	200D	PARTICIPACAO BRASILEIRA NA UTILIZACAO DE TELESCOPIOS INTERNA	2,56	EFICÁCIA EXCEDENTE	16	41
0400	20I4	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E ESTR	1,94	EFICÁCIA EXCEDENTE	54	105
0400	20UP	APOIO A PROJETOS DE TECNOLOGIA SOCIAL E ASSISTIVA	0,36	INEFICAZ	11	4
0400	20UQ	APOIO A EXTENSAO TECNOLOGICA PARA INCLUSAO SOCIAL E DESENVOL	0,38	INEFICAZ	47	18
0400	20US	FOMENTO A PESQUISA VOLTADA PARA A GERACAO DE CONHECIMENTO, N	0,56	EFICÁCIA CONTIDA	5.784	3.212
0400	20V6	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS A INOVACAO E A	0,53	EFICÁCIA CONTIDA	120	64
0400	212H	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZACOES SOCIAIS	1,00	EFICAZ	1	1
0400	2223	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	1,00	EFICAZ	14	14
0400	4148	APOIO A ENTIDADES PARA PROMOCAO DE EVENTOS CIENTIFICOS E TEC	1,00	EFICAZ	25	25
0400	4947	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIENCIA E TECNOLOGIA	0,32	INEFICAZ	25	8
0400	6147	COOPERACAO INTERNACIONAL EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	0,32	INEFICAZ	38	12
0400	6702	APOIO A PROJETOS E EVENTOS DE EDUCACAO, DIVULGACAO E POPULAR	1,04	EFICÁCIA EXCEDENTE	114	118
0497	00LV	FORMACAO, CAPACITACAO E FIXACAO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFIC	1,15	EFICÁCIA EXCEDENTE	104.753	120.487
0497	20UL	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO CENTRO DE TECNOLOGIA DA IN	0,00	INEFICAZ	1	0

Apresentamos alguns comentários em relação a classificação na primeira e última faixas de atingimento, quanto a situação do objeto de análise.

200D- Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais

Com uma maior e estável participação dos pesquisadores na utilização de telescópios internacionais, entre outras consequências, está a chance de aumento de publicação de artigos e a cooperação entre os diversos grupos de pesquisas. A Ação é utilizada para custear a parte brasileira na operação dos telescópios instalados em 4 observatórios, que apresentam os únicos meios de infraestrutura observacional óptica profissional, com acesso garantido para todos os astrônomos brasileiros. Os objetivos técnicos e científicos foram plenamente cumpridos em 2015 para as metas da ação. Com os dados obtidos nestes telescópios (que podem ser considerados como laboratórios multiusuários), foram publicados, em 2015, 41 artigos em revistas arbitradas internacionais com alto impacto e 11 teses de doutorado e dissertações de mestrado.

20I4 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas

Com a liberação dos recursos contingenciados no final do exercício, foram empenhados cerca de R$ 118,0 milhões, tornando possível honrar compromissos com empenhos diretos e descentralizações pela Finep, propiciando o aumento do apoio a projetos que há muito aguardavam esta decisão, e, por conseguinte, houve a extrapolação da meta estabelecida para o exercício de 2015, com o pagamento de 120 projetos contratados em 2014 e em 2015 e transferências de recursos para o CNPq, com vistas ao pagamento de projetos de pesquisas e bolsas.

20UP – Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva

A Ação teve grande parte dos seus recursos contingenciados pela Secretaria (SECIS). Essa foi a estratégia utilizada pela Secretaria, para liberar recursos orçamentários para apoio a projetos das outras três Ações 20UQ e 20V8 e 6702 de responsabilidade da Secis, tendo em vista a grande demanda de projetos que essas Ações recebem.

Outro fator, determinante para a tomada dessa decisão pela Secis foi o Lançamento do Edital MCTI/SECIS/FINEP/FNDCT "Viver Sem Limite", voltado a projetos para inclusão social de pessoas com deficiência, idosas e com mobilidade reduzida. A chamada conta com recursos não reembolsáveis oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), no valor de R$ 25,0 milhões, e atende às diretrizes do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, no âmbito do Decreto n° 7.612/2011

20UQ – Apoio a Extensão Tecnológica Para Inclusão Social e Desenvolvimento

No exercício de 2015, houve o apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável, com a abertura do Siconv para recebimento de Propostas Voluntárias para implementação de projetos em diversas áreas temáticas com o objetivo de apoiar projetos que visem o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias sociais junto à populações urbanas e rurais, populações indígenas, tradicionais e ribeirinhos, principalmente nas áreas de habitação, agroecologia, acesso à agua e fortalecimento de sistemas produtivos locais, bem como o apoio a empreendimentos de economia solidária e o fortalecimento de núcleos universitários de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia social. Foram enviadas para análise 148 propostas. Destas, em função da disponibilidade orçamentária, foram apoiadas 14 propostas por meio de Convênios e Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrados com a Secis.

A meta de 34 projetos prevista para o ano de 2015 não foi possível de ser atendida em função do grande porte dos projetos apoiados, em termos de investimento, que elevou o valor médio previsto de R$1.642.857,14 para R$ 3.923.017,94 por projeto apoiado. Esse fato fez com que alguns dos projetos apoiados não tivessem o empenho do valor do projeto em sua integralidade, ficando parcela de recursos para serem empenhados nos próximos exercícios.

Houve um equívoco do monitoramento dos Planos Orçamentários da Ação 20UQ o que resultou no registro de uma meta física de 19 projetos que está diferente da meta realmente realizado que é de 14 projetos apoiados.

Os valores corretos das metas físicas do monitoramento dos Planos Orçamentário da Ação 20UQ são:

AÇÃO / PLANO ORÇAMENTÁRIO – MCTI/LDO 2015 20UQ.0001 - APOIO A EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	UNIDADE	META FÍSICA EXEC. 2015
PO 001 - Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos	Projeto apoiado	7,00
PO 002 - Apoio à Inovação e à Pesquisa em Arranjos Produtivos Locais	Projeto apoiado	2,00
PO 0004 - Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias para Cidades Sustentáveis	Projeto apoiado	1,00
PO 0005 - Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional	Projeto apoiado	1,00
PO 0006 - Apoio à Implantação e à Modernização de Centros Vocacionais - Território da Cidadania	Projeto apoiado	3,00
TOTAL SECIS/ MCTI 2015		14,00

6147 – Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação

Esta Ação é executada em três Unidades Orçamentárias distintas. O quadro acima, formatado pelo SIC, consolida a Ação em uma só. Assim, a meta prevista e a executada refletem a consolidação das três. Para a compreensão desta execução teremos que separar a realização de cada uma das Ações. No caso do MCTI, houve a decisão de apoiar projetos com maior envergadura. Quer dizer, menos projetos com um maior volume de recursos para cada. Decisão esta tomada em função de compromissos assumidos por contratos e acordos, o que classificou o objeto da ação como ineficaz. No caso da CNEN, a meta individual foi alcançada e no caso do CNPq, foi tomada a decisão de reprogramar o financiamento dos projetos

6702 – Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgaçnao e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Ação ocorre em duas Unidades Orçamentárias distintas. Na Unidade Orçamentária MCTI (SECIS), ocorreu a classificação de excedente, a qual foi ocasionada pela publicação de uma meta equivocada na LOA, que ao invés de ser publicada a meta 57, publicou-se a meta 7. Além deste fato, no exercício foram apoiados 76 projetos nos Planos Orçamentários correspondentes. No caso do CNPq, a meta física não foi alcançada, haja vista a reprogramação dos projetos a serem financiados com os recursos previstos

4947 – Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia

A ação destina-se a apoiar projetos institucionais, e no exercício, foram 8 os projetos apoiados com destaque para o Laboratório Olímpico da COPPE/UFRJ e o projeto do Comando da Aeronáutica destinado a combustão supersônica. A meta prevista não foi atingida pelas restrições orçamentárias do exercício.

00LV – Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C, T & I

A meta foi superada porquanto foram custeadas bolsas concedidas nas diversas modalidades além do previsto. Além disso, houve pagamento de restos a pagar, não obstante a significativa variação cambial observada no período.

20UL – Ciência, Tecnologia e Informação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer- CTI

A meta não foi alcançada em virtude das restrições orçamentárias, o que ocasionou no remanejamento total dos recursos da Ação.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA

OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
				FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0400	200D	PARTICIPACAO BRASILEIRA NA UTILIZACAO DE TELESCOPIOS INTERNA	16,11	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	3.379.850	209.744
0400	20I4	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E ESTR	2,63	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	16.141.775	6.129.728
0400	20UP	APOIO A PROJETOS DE TECNOLOGIA SOCIAL E ASSISTIVA	0,40	INEFICIENTE	845.455	2.096.459
0400	20UQ	APOIO A EXTENSAO TECNOLOGICA PARA INCLUSAO SOCIAL E DESENVOL	0,65	EFICIÊNCIA CONTIDA	574.511	883.717
0400	20US	FOMENTO A PESQUISA VOLTADA PARA A GERACAO DE CONHECIMENTO, N	1,34	EFICIENTE	33.906	25.280
0400	20V6	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS A INOVACAO E A	50701,04	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	615.906	12
0400	212H	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZACOES SOCIAIS	0,02	INEFICIENTE	1.000.000	53.185.776
0400	2223	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	4,27	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	1.264.286	296.329
0400	4148	APOIO A ENTIDADES PARA PROMOCAO DE EVENTOS CIENTIFICOS E TEC	2,20	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	200.000	91.036
0400	4947	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIENCIA E TECNOLOGIA	0,47	INEFICIENTE	600.000	1.281.087
0400	6147	COOPERACAO INTERNACIONAL EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	0,65	EFICIÊNCIA CONTIDA	150.328	232.073
0400	6702	APOIO A PROJETOS E EVENTOS DE EDUCACAO, DIVULGACAO E POPULAR	1,28	EFICIENTE	233.070	182.517
0497	00LV	FORMACAO, CAPACITACAO E FIXACAO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFIC	1,30	EFICIENTE	25.744	19.871
0497	20UL	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO CENTRO DE TECNOLOGIA DA IN			200.000	0

Comentários em relação a classificação na primeira e últimas faixas de atingimento, quanto à situação do objeto de análise.

200D- Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais

O custo para a utilização dos telescópios é fixo em moeda estrangeira, portanto, um acréscimo no quantitativo de artigos publicados resulta na redução do custo unitário médio. Destaca-que a utilização do telescópio não permite fazer uma associação direta com o número de artigos publicados no ano.

20I4 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas

Com a liberação de recursos no final do ano, como estratégia e considerando um volume de compromissos já assumidos e que ainda não haviam sido pagos, decidiu-se utilizá-los para atendimento de um maior número destas demandas e isto exigiu, principalmente no que tange a projetos de P&D, um valor menor, por consequência a redução do custo unitário médio conforme apresentado no quadro antecedente.

20UP- Apoio a Projetos de Tecnologia Socual e Assistiva

No exercício de 2015 optou-se em apoiar um menor número de projetos porém de maior vulto e importância para a setor.

20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo

A análise fica prejudicada uma vez que os dados de que o MCTI dispõe e que constam dos sistemas institucionais do governo federal, temos que no exercício de 2015 a execução foi de R$ 10.609.368,00, para o atendimento de 62 projetos significando um valor unitário médio de R$ 171.118, 84.

212H – Pesquisa e Desenvolvimento das Organizações Sociais

A migração dos recursos desta ação do FNDCT para a Administração Direta do MCTI elevou a dotação de maneira que causou o acréscimo conforme demonstrado na tabela antecedente.

2223 – Fomento a Projetos Institucionais Para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidricos)

Optou-se por apoiar projetos com menor valor o que explica a redução do custo unitário médio, porém conseguiu-se atingir a meta com eficácia.

4148 – Apoio a Entidades para Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos

Optou-se por apoiar eventos com menor valor o que explica a redução do custo unitário médio, porém conseguiu-se atingir a meta com eficácia.

4947 – Fomentos a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia

No exercício de 2015 optou-se em apoiar um menor número de projetos porém de maior vulto e importância para a setor.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
				FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0400	200D	PARTICIPACAO BRASILEIRA NA UTILIZACAO DE TELESCOPIOS INTERNA	0,43	SEM ECONOMICIDADE	90.207	209.744
0400	2014	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E ESTR	1,36	ECONÔMICO	8.332.911	6.129.728
0400	20UP	APOIO A PROJETOS DE TECNOLOGIA SOCIAL E ASSISTIVA	0,50	SEM ECONOMICIDADE	1.040.728	2.096.459
0400	20UQ	APOIO A EXTENSAO TECNOLOGICA PARA INCLUSAO SOCIAL E DES.	1,13	ECONÔMICO	998.290	883.717
0400	20US	FOMENTO A PESQUISA VOLTADA PARA A GERACAO DE CONHECIMENTO, N	0,19	SEM ECONOMICIDADE	4.816	25.280
0400	20V6	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS A INOVACAO E A	24514,39	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	297.796	12
0400	212H	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZACOES SOCIAIS				53.185.776
0400	2223	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	2,51	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	743.475	296.329
0400	4148	APOIO A ENTIDADES PARA PROMOCAO DE EVENTOS CIENTIFICOS E TEC	6,44	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	586.105	91.036
0400	4947	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIENCIA E TECNOLOGIA	1,30	ECONÔMICO	1.663.980	1.281.087
0400	6147	COOPERACAO INTERNACIONAL EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	0,57	ECONOMICIDADE CONTIDA	132.876	232.073
0400	6702	APOIO A PROJETOS E EVENTOS DE EDUCACAO, DIVULGACAO E POPULAR	0,59	ECONOMICIDADE CONTIDA	107.913	182.517
0497	00LV	FORMACAO, CAPACITACAO E FIXACAO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFIC	0,61	ECONOMICIDADE CONTIDA	12.112	19.871
0497	20UL	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO NO CENTRO DE TECNOLOGIA DA IN				0

200D- Participação Brasileira na Utiilzação de Telescópios Internacionais

O custo unitário aumentou de 2014 para 2015 devido a variação cambial do dólar (majoração de 65% de janeiro de 2014 a dezembro de 2015), ou seja, o valor para utilização dos telescópios e o valor individual do artigo se manteve em dólar, entretanto a cotação do dólar praticamente dobrou no período. Isto explica o aumento na escala apresentada na tabela para esta Ação e a classificação de sem economicidade.

20UP- Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva

O valor apresentado na tabela não representa a realidade na comparação realizada para o ano de 2015. A Ação tinha previsão de recursos da ordem de R$ 9 milhões para 11 projetos. Entretanto, no exercício de 2015 o valor empenhado foi cerca de R$ 1,642 milhão para o atendimento de 4 projetos, que implicaram na descentralização de recursos para a Capes, CNPq, além de recursos para 2 outros projetos.

20US- Fomento a Pesquisa Voltada Para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores

Esta ação é executada em duas unidades orçamentárias diferentes, portanto, este tipo de análise fica prejudicada, porquanto deveria haver separação devido a estratégias e formas de atuar diferenciadas. Não obstante este aspecto, temos que em 2015, ocorreu, o que pode ser checado na tabela de eficiência, e que apontamos aqui, um grande volume de recursos inscritos em restos a pagar. De um ano para outro, os projetos apoiados possuem características e valores distintos o que pode representar algumas vezes o apoio a um maior número de projetos com valores menores ou menos projetos com valores mais robustos.

20V6 - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo

A análise fica prejudicada uma vez que os dados que o MCTI dispõe e que constam dos sistemas institucionais do governo federal, temos que no exercício de 2015 a execução foi de R$ 10.609.368, 00, para o atendimento de 62 projetos significando um valor unitário médio de R$ 171.118, 84.

2223- Fomento a Projetos Institucionais Para a Pesquisa no Setor Hídrico (CT-Hidrico)

A cada ano, o apoio a projetos apresenta características distintas, com valores de custeio e capital que variam, até mesmo no valor mínimo e máximo para serem apoiados. Desta maneira e considerando até mesmo a tabela de eficácia que demonstra que as metas foram atingidas, depreende-se que em 2015, para atendimento da meta foi necessária uma redução nos valores por projeto.

4148- Apoio a Entidades Para Promoçnao de Eventos Científicos e Tecnológicos

A cada ano, o apoio a projetos apresenta características distintas, com valores de custeio e capital que variam, até mesmo no valor mínimo e máximo para serem apoiados. Desta maneira e considerando até mesmo a tabela de eficácia que demonstra que as metas foram atingidas, depreende-se que em 2015, para atendimento da meta foi necessária uma redução nos valores por projeto.

5.4. MINISTÉRIO DA DEFESA - MD

Este relatório tem como objetivo prestar informações de custos relativas ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, conforme as disposições emanadas pela Norma de Execução nº 03, de 04 de dezembro de 2015, da Controladoria Geral da União – CGU, que normatiza os trabalhos de preparação da Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR – relativa ao exercício de 2015, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, com vistas a dar cumprimento ao disposto no inciso XXIV, do art. 84, da Constituição Federal.

Busca-se nesse trabalho demonstrar a evolução dos custos dos objetivos em análise entre os anos de 2014 e 2015, identificando possíveis elos com o atingimento de suas respectivas metas. Ademais, pretende-se explicitar, de maneira sintética, as relações entre os produtos das ações orçamentárias e as metas do PPA, vinculadas aos objetivos selecionados, à luz da execução orçamentária e dos custos suportados.

Contextualização

Para a defesa de seu território, o Brasil conta com aparato militar constituído pelas Forças Armadas, compostas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira, instituições que devem ter capacidade de assegurar a integridade do território e a defesa dos interesses nacionais, das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros, bem como de garantir a soberania do País.

Assim, para efeitos do Planejamento Plurianual do Governo Federal, o tema "Defesa Nacional" está contemplado no Programa 2058 - Política Nacional de Defesa, composto por 20 objetivos relacionados às áreas de Defesa Terrestre, Aérea e Naval; Proteção da Amazônia; Atuação combinada e conjunta das Forças Armadas; Logística e Mobilização; Cooperação internacional na Área de Defesa e Atuação Subsidiária das Forças Armadas.

No âmbito do Ministério da Defesa, foram selecionados para compor a Prestação de Contas da Presidenta da República do exercício de 2015, os objetivos: 0464; Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira; 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha e 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre, visto que representam os mais expressivos em termos de materialidade e relevância e contemplam os grandes projetos de reaparelhamento das Forças Armadas.

O objetivo 0464 é composto de metas e iniciativas relacionadas à aquisição, revitalização e modernização de aeronaves e ao desenvolvimento de novos equipamentos e sistemas.

O governo vem promovendo, sistematicamente, a adequação da frota de aeronaves e dos meios empregados na área de segurança de voo e de controle do espaço aéreo, de modo a ampliar a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira (FAB) e possibilitar o atendimento às demandas de defesa aérea e segurança de voo da sociedade brasileira.

Estão inseridos nesse objetivo os principais projetos e atividades de aquisição, desenvolvimento e modernização de aeronaves, tais como: a aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR), cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (KC-390), aeronaves de caça e sistemas afins – (FX-2), modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados (AM-X) e outros.

O objeto contratado do Projeto H-X BR é a aquisição de 50 helicópteros EC-725 para atender às demandas das Forças Armadas. O contrato prevê a transferência de tecnologia, a fim de fomentar a indústria aeronáutica no Brasil e possibilitar o desenvolvimento completo de um helicóptero nacional, a partir de 2020.

O KC-390 é um projeto desenvolvido para a produção de uma aeronave de transporte militar, capaz de realizar operação de evacuação, busca, resgate e combate a incêndio florestal. Esse cargueiro também pode ser usado para o reabastecimento de helicópteros e caças de alto desempenho.

O Projeto FX-2 é um programa de reequipamento e modernização da frota de aeronaves militares supersônicas da Força Aérea Brasileira - FAB, que vai produzir caças de última geração.

Além da grande importância da incorporação dessas aeronaves à frota brasileira, para a atuação da FAB na sua missão de monitoramento do espaço aéreo brasileiro, também traz boas perspectivas no sentido de alavancar as oportunidades de negócios para a indústria aeronáutica nacional e intensificar a cooperação técnica e comercial entre o Brasil e a Suécia.

O Projeto AM-X visa à modernização da aeronave de ataque ar-superfície usado para missões de interdição, apoio aéreo aproximado e reconhecimento aéreo da Força Aérea Brasileira. Com a modernização desse avião, a FAB ampliará a capacidade operacional e de sobrevivência dessa aeronave em ambientes hostis.

As principais metas do objetivo 0464 para o período de 2012 a 2015 são: Adquirir 45 aeronaves, modernizar 20 aeronaves e Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.

O objetivo 0519 contempla programas estruturantes do Poder Naval, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), Programa Nuclear de Marinha e do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz), com o objetivo de obter meios para assegurar capacidade de defesa e segurança marítima e o Programa de Obtenção de Meios de Superfície – (Prosuper), que tem como finalidade adquirir navios patrulhas oceânicos, navios de apoio logístico e navios- escolta.

O Prosub abrange a implantação dos estaleiros de construção e de manutenção e uma base naval; a construção de quatro submarinos convencionais (S-BR) e o desenvolvimento do projeto e a construção de um submarino com propulsão nuclear (SN-BR).

O Sisgaaz compreende um sistema de defesa estratégico para a soberania nacional, que permitirá o monitoramento da área representada pela zona econômica exclusiva e a plataforma continental, abrangendo aproximadamente 4,5 milhões de km², as águas jurisdicionais brasileiras e as áreas de responsabilidade do País, para operações de socorro e salvamento.

O Prosuper prevê a aquisição de 11 navios de guerra para a Marinha do Brasil e de cinco navios-patrulha de 1800 toneladas, cinco de 6.000 toneladas e um navio de apoio logístico de 24.000 toneladas.

No período de vigência do PPA 2012-2015, as principais metas estabelecidas para o 0bjetivo 0519 foram: conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub; conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR1); execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1) e obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação Anual da Marinha.

O Submarino de propulsão nuclear brasileiro, que está sendo construído em parceria com a França, tem como fonte de energia um reator nuclear. Além do emprego militar, a propulsão nuclear tem aplicação dual, possibilitando o uso do reator em usinas nucleares em terra, para a produção de energia elétrica. Sendo uma tecnologia de arrasto, trará também benefícios para outros setores.

No que concerne ao Objetivo 0532, os principais projetos estratégicos relacionados são o Proteger, Defesa Antiaérea, Guarani e Astros 2020.

O objetivo 0532 tem como principais metas: Implantar 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger), Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea e Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados.

O Projeto Proteger foi concebido a partir da necessidade do estado de resguardar as suas estruturas terrestres estratégicas, com o objetivo de ampliar a capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência; na proteção da sociedade; no apoio à defesa civil e; na realização de ações de garantia da lei e da ordem.

O Projeto Defesa Antiaérea tem por objetivos recuperar e adquirir novos meios de artilharia de baixa altura e obter capacidade de média altura.

O Projeto Guarani tem como finalidade substituir as viaturas Urutu e Cascavel por equipamentos mais modernos e prevê a aquisição de viaturas e também a adequação da infraestrutura de organizações militares.

RELAÇÃO DAS METAS DOS OBJETIVOS SELECIONADOS PARA A PCPR 2015

DESCRIÇÃO DA META 2012-2015	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2012-2015	REALIZADO ATÉ		% DA META TOTAL 2012-2015 REALIZADA ACUMULADO
			2014	2015	
Objetivo 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira					
Adquirir 45 aeronaves	Unidade	45	18	20	44,44%
Modernizar 20 aeronaves	Unidade	20	37	47	235%
Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015	Percentual	70	17,37	37,5	53,57%
Objetivo 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha					
Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub	Unidade	1	0,49	0,55	55,00%
Conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR)	Percentual	100	28	33	33,00%
Construção de 27 Navios-Patrulha de 500 t	Unidade	27	2	2	7,41%
Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (S-BR3)	Percentual	20	0,2	1,39	7,05%
Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (S-BR2)	Percentual	50	2,8	11,17	22,34%
Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1)	Percentual	80	43,76	43,81	54,76%
Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015	Percentual	100	35	35	35,00%
Objetivo 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército					
Implantar 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)	Percentual	10	2,5	3	30%
Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea	Percentual	40	8	9,45	23,62%
Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados	Percentual	16	8	13,54	84,62%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) e Tesouro Gerencial

ANÁLISE DE CUSTOS POR OBJETIVO

EVOLUÇÃO DO CUSTO POR PROGRAMA OBJETIVO / R$ MIL

PROGRAMA	OBJETIVO	CUSTO	
		2014	2015
2058 - Política Nacional de Defesa	0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira	1.543.176	1.356.538
	0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha	2.921.038	1.890.564
	0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército	556.219	520.093

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

O custo total do objetivo 0464 no exercício de 2015 foi de R$ 1,35 bilhão de reais, apresentando uma variação negativa de 12,1% com relação ao exercício de 2014, em virtude de insuficiência dos limites de movimentação e empenho.

O objetivo 0519 apresentou custo total, no exercício de 2015, de R$ 1,89 bilhão de reais, com uma variação negativa de 35,2% com relação ao exercício de anterior, decorrente do contingenciamento estabelecido para o Comando da Marinha, da ordem de 31,7%, dado que, de uma dotação final de R$ 5,84 bilhões para a execução de outras despesas correntes e de capital, foi estabelecido como limite de movimentação e empenho R$ 3,99 bilhões.

O Objetivo em análise concentra os principais projetos de investimentos da Força, cabendo destacar o Programa de Construção de Submarinos – Prosub, empreendimento contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento e que sofreu corte de 36,1%; o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – SisGAAz; e os projetos de aquisição ou modernização de meios, visando à recuperação da capacidade operacional da Marinha.

Cabe destacar, que dada a insuficiência dos limites de movimentação e empenho para viabilizar a execução de grandes projetos, na forma até então planejada, foi tomada a decisão estratégica de redução do ritmo das ações em andamento e de postergação das etapas ainda não iniciadas, notadamente no que se refere a investimentos, com o consequente redirecionamento desses recursos para as metas que já se encontravam em execução.

Em 2015, o custo total do objetivo 0532 foi de R$ 520 milhões de reais, apresentando uma variação negativa de 6% com relação ao ano de 2014.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

R$ MIL

PROGRAMA	OBJETIVO	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	CUSTO		
			2014	2015	% A.H
2058 - Política Nacional de Defesa	0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira	3 - Outras Despesas Correntes	4.084	15.988	292%
		4 - Investimentos	1.539.093	1.340.550	-13%
	0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha	3 - Outras Despesas Correntes	9.553	53.978	465%
		4 - Investimentos	2.911.485	1.836.586	-37%
	0532 - Adequar os meios operacionais do Exército	3 - Outras Despesas Correntes	151.867	64.287	-58%
		4- Investimentos	404.353	455.806	13%

Sistema de Informações do Custo do Governo Federal (SIC)

Análise horizontal

A variação mais significativa no demonstrativo de custos, por natureza de despesas, do objetivo 0464 foi relativa ao Grupo 3 – "Outras Despesas Correntes", que cresceu 292% em 2015. Esse crescimento pode ser explicado pelo volume de recursos necessários à manutenção de projetos em andamento.

No Objetivo 0519 também se verificou situação semelhante, ou seja, os custos relativos ao Grupo 3 – "Outras Despesas Correntes" cresceram 465% no exercício de 2015. Esse crescimento deveu-se à decisão estratégica do Comando da Marinha de não iniciar novas etapas dos empreendimentos nem novos investimentos, em virtude de o limite de movimentação e empenho ser insuficiente ao adequado desenvolvimento dessas novas frentes de trabalho.

Assim, significativa parcela do orçamento foi alocada para a manutenção das etapas já concluídas ou a continuidade daquelas em andamento, tais como as edificações do estaleiro de construção, da oficina de eletromecânica, do prédio principal e do cais do elevador de navios e a montagem eletromecânica das subestações de energia, resultando em maiores gastos com a obtenção de materiais de consumo e na contratação de serviços de terceiros.

Em contrapartida, os custos do objetivo 0519 relativos ao Grupo 4 – "Investimentos" decresceram 37% no ano de 2015, dada a prioridade atribuída à manutenção das etapas concluídas e à consecução daquelas já iniciadas em detrimento do início de novas metas, sendo que as maiores reduções ocorreram em "Obras e instalações" e em equipamentos e "Material Permanente", todas primordialmente executadas no âmbito da construção do Estaleiro e da Base Naval, atualmente o de maior vulto do Prosub, empreendimento que representa em torno de 75% de todo o Objetivo em 2015.

Com relação ao Objetivo 0532, em 2015, a redução dos gastos no GND 3 - Outras Despesas Correntes justifica-se pelo reenquadramento dos recursos destinados à modernização das viaturas blindadas que, até 2014, estavam alocados no Grupo 3, tendo em vista que a modernização desses itens agrega valor ao bem, devendo os gastos ser enquadrados no GND 4, o que passou a ocorrer a partir do exercício de 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA - OBJETIVO 0464 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA
R$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	2014						2015					
			QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)	Helicóptero adquirido	Unidade	14	7	8	670.300	228.487	842.267	12	7	7	598.867	92.126	647.417
14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX2	Aeronave adquirida	Unidade	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1.000.000	195.240	195.240
14TH - Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	Sistema adequado	Unidade	7	8	10	30.000	22.275	24.612	3	3	4	50.000	15.872	30.392
14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas	Aeronave adquirida	Unidade	1	0	0	20.000	20.510	20.510	2	0	0	310.576	145.150	145.150
156K - Aquisição de Aeronaves	Aeronave militar adquirida	Unidade	0	0	0	0	0	0	16	0	0	195.427	12.494	12.494
156I – Obtenção dos Meios da Aeronáutica	Meio Militar disponibilizado	Unidade	0	0	0	0	0	0	39	0	0	3.923	0	0
20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	Aeronave modernizada	Unidade	19	16	18	272.294	245.785	471.764	18	9	10	255.437	146.805	281.261
20XU - Aquisição e Modernização dos Meios da Aeronáutica	Meio obtido/ modernizado	Unidade	43	93	93	10.908	3.944	3.944	0	0	0	0	0	0
7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronave	Frota de aeronaves modernizada	% de execução	0	0	0	0	0	0	106	1	1	174.223	44.585	44.585
8969 - Aquisição de Aeronaves	Aeronave militar adquirida	Unidade	4	4	5	222.471	163.854	180.081	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Todas as atividades e projetos do Objetivo 0464 sofreram forte impacto de contingenciamento, não só em 2015, mas ao logo do quadriênio 2012-2015, assim, especialmente no caso dos projetos relacionados à adequação da Força Aérea, há uma distorção de custos, provocada pela postergação de cronogramas, fato que mascara o custo real do produto, principalmente, pelo grande volume de recursos, executados à conta de Restos a pagar. Dessa forma, torna-se difícil uma análise nesse sentido.

Cabe mencionar, a complexidade do processo de aquisição de meios operativos da Força Aérea, como por exemplo, a de uma aeronave, para a qual há um acordo contratual e um cronograma preestabelecidos, que quando não cumpridos provocam distorções de custos e descompasso de realização física e financeira.

Em 2015, particularmente, houve um corte considerável no limite de pagamento em relação a LOA contingenciada, o que interferiu na execução orçamentária de 2015. Levando-se em consideração o acima exposto, houve uma dissociação entre as metas previstas sobre uma LOA aprovada e tudo que aconteceu no decorrer do ano de 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA - OBJETIVO 0519 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DA MARINHA
R$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	2014						2015					
			QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO LOA	CUSTO (LOA+RAP)
123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	Infraestrut. implantada	Percentual de execução física	14	7	53	1.461.396	1.241.111	1.279.160	9	4	5	958.290	519.233	553.259
123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	Submarino construído	Percentual de execução física	9	6	79	437.673	156.249	299.461	7	3	7	277.512	72.462	505.330
123I - Construção de Submarinos Convencionais	Submarino construído	Percentual de execução física	20	6	89	361.931	267.433	927.850	25	7	8	412.438	250.035	542.677
13DC - Construção de Navios-Patrulha Oceânicos de 1.800 Toneladas (NPAOC 1800t)	Navio construído	Unidade	1	0	0	4.000	5	5	0	0	0	0	0	0
13DE - Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAZ)	Projeto elaborado	Percentual de execução	1	1	101	17.000	6.768	7.242	0	0	0	0	0	0
14TB - Construção de Navios Escoltas (NESC)	Navio construído	Unidade	1	0	0	4.810	318	318	0	0	0	0	0	0
156O - Obtenção de Meios da Marinha	Meio militar disponibilizado	Unidade	0	0	0	0	0	0	26	12	12	560.640	250.593	250.593
157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento	Sistema desenvolvido	Percentual de execução física	0	0	0	0	0	0	10	1	1	59.000	7.008	7.008
157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais – PROBANF	Brigada Adequada	Percentual de execução física	0	0	0	0	0	0	1	1	1	23.129	15.281	15.281
1N47 - Construção de Navios-Patrulha de 500 Toneladas (NPA 500T)	Navio Construído	Unidade	2	0	0	28.823	4.001	14.375	1	0	0	64.097	4.700	16.415
20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	Meio Naval Adquirido/ Modernizado	Unidade	76	46	92	319.000	191.014	392.627	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

No que se refere às ações 13DC - Construção de Navios-Patrulha Oceânicos de 1.800 Toneladas (NPAOC 1800t), 13DE - Construção de Navios Escoltas (NESC), 13DE - Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAZ), 14TB - Construção de Navios Escoltas (NESC) e Aquisição e 20XP - Aquisição e Modernização de meios da Marinha, do objetivo 0519, destaca-se que essas não foram contempladas com recursos orçamentários em 2015 e, portanto, não houve execução nesse exercício.

A ação 157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais destina-se à obtenção de viaturas, sistemas e equipamentos e contratação de serviços para recuperação e/ou modernização de meios para a dotação de uma força anfíbia estratégica e expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais, denominada Brigada Anfíbia.

Uma vez que foi criada no exercício de 2015, não houve execução nos anos anteriores e, consequentemente, não há Restos a Pagar, portanto a execução da meta física correspondente foi realizada à conta do orçamento corrente.

A ação 1N47 - Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas (NPa 500t) contempla a construção de 27 navios, distribuídos pelos diversos distritos navais, para emprego nas operações de defesa de plataformas de exploração e exploração de petróleo no mar e em missões de fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras, em apoio a outros órgãos governamentais.

A construção do 2º lote de NPa, composto de cinco navios, encontra-se atrasada em virtude de o estaleiro contratado, EISA do Rio de Janeiro-RJ, encontrar-se em dificuldades não adimplindo com o contratado e, deste modo, não tendo havido execução física no exercício.

As despesas realizadas em 2015 constituem-se, basicamente, ao RAP de exercícios anteriores referentes a saldos contratuais remanescentes devidos pelas construções parciais de quatro navios, dos cinco do lote, até a paralisação das atividades do estaleiro.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA - OBJETIVO 0532 - ADEQUAR OS MEIOS OPERACIONAIS DO EXÉRCITO
R$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	2014						2015					
			QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUALIZ.	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL	CUSTO LOA	CUSTO (LOA+RAP)
13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	Equipamento obtido	Unidade	114	79	80	87.000	55.439	55.865	8	7	48	29.900	12.199	45.724
14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020	Sistema implantado	Percentual de execução física	15	15	24	300.000	40.853	115.356	10	6	11	115.600	12.760	137.366
14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	Viatura adquirida	Unidade	16	14	24	118.000	64.302	115.102	90	60	60	320.006	130.043	157.092
20XF - Implantação de Organizações Militares do Exercito	Organização militar instalada	Unidade	5	3	6	35.500	158	1.840	0	0	0	0	0	0

20XG - Aquisição e Modernização de Meios do Exercito	Meio obtido/ modernizado	Unidade	10.813	7.111	11.455	190.000	121.646	197.188	0	0	0	0	0	0
2911 - Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército	Equipamento disponibilizado	Unidade	1.840	800	820	22.000	13.049	22.913	743	710	711	16.094	13.429	19.802
14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)	Sistema implantado	Percentual de execução	2	1	2	48.000	5.733	47.954	1	1	2	73.000	3.008	29.887
156N - Obtenção de Meios do Exercito	Meio militar disponibilizado	Unidade	0	0	0	0	0	0	8.659	3.447	3.447	185.000	130.222	130.222

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Quanto às ações do objetivo 0532, a diferença da quantidade de meta física das 48 unidades de equipamentos da Ação 13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea, obtidos em função de recursos oriundos de LOA + RAP, contra 7 unidades da LOA pode ser explicada pela contabilização, em 2015, de unidades cujas aquisições foram iniciadas em exercícios anteriores e concluídas em 2015.

A variação no custo unitário de R$ 12.199 com recursos da LOA e R$ 45.724 LOA + RAP pode ser justificada pela diferença de custo dos itens adquiridos nos dois momentos.

Em 2015, a quantidade da meta atualizada da Ação 14T4 - Aquisição de Blindados Guarani - previa a aquisição de 90 Viaturas Blindadas Média de Rodas (VBTP-MR); da plataforma, dos sistemas de armas e de proteção, suporte logístico, comunicações; a realização de capacitação de pessoal e adequação de unidades militares. Com os recursos da LOA 2015, foram adquiridas apenas 60 viaturas e com os de LOA + RAP foi mantida a mesma quantidade de viaturas e adquiridos todos os componentes da meta citados anteriormente, realizada a capacitação de pessoal e adequadas as unidades militares.

Em 2014, a quantidade de meta atualizada era de 16 entregas das viaturas VBTP-MR, compostas pela plataforma, pelos sistemas de armas, sistema de proteção, suporte logístico, sistema de comunicações, capacitação de pessoal e adequação de unidades militares. Com os recursos da LOA 2014, realizou-se a quantidade de 14. Com o montante de LOA + RAP, chegou-se à quantidade realizada de 24, empregando-se os recursos em plataformas, sistemas de armas, sistemas de comunicações, capacitação de pessoal e adequação de Unidades militares.

Do ano de 2014 para o ano de 2015, houve variação significativa do valor da dotação atual, de 118 milhões para R$ 320.006.000, alterando também a meta, de 16 para 90.

A quantidade da meta atualizada de 2015 da Ação 14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger) previa a utilização de R$ 73.000.000,00. O valor liquidado (Custo LOA) foi de R$ 3.008.000,00, o que representa 0,04% da quantidade realizada (LOA). Entretanto, o sistema não permite a inserção do referido resultado (valor "0,04"), pois não admite valor acima de "1".

Idêntico raciocínio se deu com o resultado de Quantidade Realizada (LOA + RAP) referente aos R$ 26.879.000,00 liquidados no RAP.

Em decorrência, os índices não traduzem os resultados apresentados pelo Projeto.

A ação orçamentária 156N - Obtenção de meios do Exercito patrocina primordialmente o Projeto de obtenção da capacidade operacional plena, que tem como objetivo dotar todas as unidades operacionais da Força Terrestre com material de emprego militar em qualidade e quantidade, de forma a atingir uma capacidade de combate compatível com as responsabilidades do Exército Brasileiro.

Em 2015, houve uma redução da ordem de 40% do limite de movimentação e empenho para o Projeto de capacidade operacional plena em relação à Lei Orçamentária Anual (R$ 185.000.000,00), restando R$ 110.632.897,72, o que levou à redução da meta física de 8.659 para 3.447.

As ações orçamentárias 20XF - Implantação de Organizações Militares do Exercito e a 20XG – Aquisição e Modernização de Meios do Exército deixaram de existir em 2015, tendo sido acolhidas pela ação orçamentária 156M.

Em 2014, a variação no custo unitário da Ação 20XF de R$ 158 com recursos da LOA e R$ 1.840 LOA + RAP pode ser justificada pela diferença de custo dos itens adquiridos nos dois momentos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA / OBJETIVO: 0464
R$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	2014			2015		
			CUSTO UNIT REALIZ. LOA	CUSTO UNIT REALIZ. (RAP)	CUSTO UNIT REALIZ. (LOA+RAP)	CUSTO UNIT REALIZ. LOA	CUSTO UNIT REALIZ. RAP	CUSTO UNIT REALIZADO (LOA+RAP)
123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte De Emprego Geral (Projeto H-X BR)	Helicóptero adquirido	Unidade	32.641.015	613.779.431	105.283.317	13.160.917	0	92.488.212
14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto Fx2	Aeronave adquirida	Unidade	0	0	0	0	0	0
14TH - Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	Sistema adequado	Unidade	2.784.364	1.168.343	2.461.160	5.290.572	14.519.792	7.597.877
14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas	Aeronave adquirida	Unidade	0	0	0	0	0	0
156K - Aquisição de Aeronaves	Aeronave militar adquirida	Unidade	0	0	0	0	0	0
156I - Obtenção dos Meios da Aeronáutica	Meio militar disponibilizado	Unidade	0	0	0	0	0	0
20IH - Modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados	Aeronave modernizada	Unidade	15.361.564	112.989.292	26.209.090	16.311.641	134.455.944	28.126.071
20XU - Aquisição e Modernização dos Meios da Aeronáutica	Meio obtido/ modernizado	Unidade	42.403	0	42.403	0	0	0
7U72 - Adequação, revitalização e modernização da frota de aeronaves	Frota de aeronaves modernizada	Percentual de execução	0	0	0	44.584.780	0	44.584.780
8969 - Aquisição de aeronaves	Aeronave militar adquirida	Unidade	40.963.543	16.226.646	36.016.164	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Não há como avaliar a eficiência da Ação 7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM - X (Projeto A-1M), do Objetivo 0464, tendo em vista que não é possível uma padronização de custos unitários para cada tipo de aeronave.

Não é possível estabelecer comparação entre o custo unitário da Ação 14TH – Implantação e modernização de sistemas bélicos e equipamentos, nos exercícios de 2014 e 2015, considerando a diversidade de atividades decorrentes da realização dessa ação, que foram distintas nos dois exercícios. Por isso, não se justifica a avaliação "sem economicidade", no presente caso.

Relativamente às diferenças de custos unitários verificadas nas ações 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR), 14TH - Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos, 20IH - Modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados, 8969 - Aquisição de aeronaves, nas execuções provenientes de LOA e LOA + RAP, a comparação fica prejudicada, visto que a entrega do bem/produto ou serviço, por várias razões, não acontece, de acordo com o cronograma pré-estabelecido e, na maioria das vezes, o fluxo físico e financeiro não são correspondentes.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA / OBJETIVO: 0519
R$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	2014			2015		
			CUSTO UNIT REALIZ. LOA	CUSTO UNIT REALIZ. (RAP)	CUSTO UNIT REALIZ. (LOA+RAP)	CUSTO UNIT REALIZ. LOA	CUSTO UNITÁRIO REALIZ. RAP	CUSTO UNIT REALIZ. (LOA+RAP)
123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	Infraestrutura implantada	Percentual de execução física	177.301.530	827.168	24.135.102	129.808.164	34.026.801	110.651.891
123H - Construção de Submarino De Propulsão Nuclear	Submarino construído	Percentual de execução	26.041.531	1.961.801	3.790.642	24.154.096	108.216.944	72.190.009
123I - Construção de Submarinos Convencionais	Submarino construído	Percentual de execução física	44.572.238	7.956.832	10.425.286	35.719.346	292.641.732	67.834.644
13DC - Construção de Navios-Patrulha Oceânicos De 1.800 Toneladas (NPAOC 1800t)	Navio construído	Unidade	0	0	0	0	0	0
13DE - Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz)	Projeto elaborado	Percentual de execução	6.767.506	4.742	71.700	0	0	0
14TB - Construção de Navios Escoltas (NESC)	Navio construído	Unidade	0	0	0			
156O - Obtenção de Meios da Marinha	Meio militar disponibilizado	Unidade	0	0	0	20.882.766	0	20.882.766
157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz)	Sistema desenvolvido	Percentual de execução	0	0	0	7.007.531	0	7.007.531
157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais – (PROBANF)	Brigada adequada	Percentual de execução física	0	0	0	15.281.376	0	15.281.376
1N47 - Construção de Navios-Patrulha De 500 Toneladas (NPA 500t)	Navio construído	Unidade	0	0	0	0	0	0
20XP - Aquisição e Modernização de Meios Da Marinha	Meio Naval adq./ modernizado	Unidade	4.152.486	4.382.883	4.267.685	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Os custos unitários realizados, em 2015, nas ações 123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares, 123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear e 123I - Construção de Submarinos Convencionais, do Objetivo 0519, que compõem o Prosub, foram substancialmente maiores dos apurados no exercício anterior, em virtude de os recursos disponíveis terem sido preferencialmente alocados à preservação da continuidade das metas já iniciadas e à manutenção das metas concluídas.

Essa decisão estratégica, tomada em face da impossibilidade de suprir adequadamente novos investimentos, de elevado vulto, teve como reflexo a frustação no atingimento das metas de execução física que haviam sido originalmente estabelecidos por ocasião da elaboração do PLOA no ano anterior.

Desse modo, os recursos aplicados em 2015 visaram à preservação do patrimônio já formado e ao custeio da estrutura constituída para operacionalizar o PROSUB que, também, foi substancialmente reduzida para se adequar ao novo patamar de disponibilidade orçamentária.

As ações 13DC - Construção de Navios-Patrulha Oceânicos de 1.800 toneladas (NPaOc 1800t) e 14TB - Construção de Navios Escoltas - NEsc, relativas à obtenção de novos navios, não foram contemplados com recursos em face dos elevados montantes necessários, inviabilizando suas execuções diante do orçamento total da Força.

A ação 13DE - Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul - SisGAAz foi concluído em 2014, não tendo havido sua execução em 2015.

No que concerne à ação 157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – SisGAAz, o custo elevado para efetivamente iniciar a sua implantação foi fator impeditivo para dar início ao processo licitatório pertinente e celebrar os contratos decorrentes, determinando a não alocação de recursos em 2015. Assim, sua implementação seguirá em ritmo reduzido enquanto não houver disponibilidade de recursos nos níveis adequados.

A ação 1N47 - Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas - NPa 500t, relativa à construção de Navios-Patrulha, teve custos unitários nulos, em 2014 e em 2015, em virtude da não execução de metas físicas devido ao descumprimento pelo estaleiro do contrato firmado com a Marinha, para a construção do 2º lote, composto de cinco navios, por encontrar-se em dificuldades técnicas e financeiras.

As ações 156O - Obtenção de Meios da Marinha e 157N - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais – (Probanf) foram criadas na LOA-2015, de modo que inexistem RAP de 2014 e a ação 20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha deixou de existir em 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA / OBJETIVO: 0532
R$ MIL

AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	2014			2015		
			CUSTO UNIT REALIZ. LOA	CUSTO UNIT REALIZ. (RAP)	CUSTO UNIT REALIZADO (LOA+RAP)	CUSTO UNIT REALIZ. LOA	CUSTO UNIT REALIZ. RAP	CUSTO UNITÁRIO REALIZ. (LOA+RAP)
13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	Equipamento obtido	Unidade	701.755	425.992	698.308	1.742.657	817.687	952.578
14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020	Sistema implantado	Percentual de execução física	2.723.517	8.278.163	4.806.509	2.126.609	24.921.210	12.487.791
14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	Viatura adquirida	Unidade	4.592.978	5.080.073	4.795.934	2.167.381	0	2.618.197
14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)	Sistema implantado	Percentual de execução	0	0	0	3.007.564	26.879.670	14.943.617
156N - Obtenção de Meios do Exército	Meio militar disponibilizado	Unidade	5.732.717	42.221.768	23.977.243	37.778	0	37.778
20XF - Implantação de Organizações Militares do Exército	Organização militar instalada	Unidade	52.776	560.552	306.664	0	0	0
20XG - Aquisição e Modernização de Meios do Exercito	Meio obtido/ modernizado	Unidade	17.107	17.390	17.214	0	0	0
2911 - Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército	Equipamento disponibilizado	Unidade	16.311	493.213	27.943	18.914	6.372.464	27.850

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

As ações 14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger), 14T4 - Aquisição de Blindados Guarani e 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020, do objetivo 0532 contemplam as despesas necessárias para a execução de projetos estruturantes, que apresentam, a cada ano, escopo e atributos definidos, não sendo os gastos coincidentes a cada ano, uma vez que existem entregas pré-definidas; portanto, não é possível estabelecer comparação entre os custos unitários nos exercícios de 2014 e 2015.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

OBJETIVO	AÇÃO	QTDE META ATUALIZADA (A)	QTDE REALIZADA LOA (B)	2015	
				IDC - EFICÁCIA (B/A)	FAIXA DE ATINGIMENTO
0464	123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto HX-BR)	12	7	0,58	Eficácia Contida
	14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins (Projeto Fx2)	2	0	0,00	Ineficaz
	14TH – Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	3	3	1,00	Eficaz
	14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas	2	0	0,00	Ineficaz
	156K - Aquisição de Aeronaves	16	0	0,00	Ineficaz
	156I - Obtenção dos Meios da Aeronáutica	39	0	0,00	Ineficaz
	20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	18	9	0,50	Eficácia contida
	7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM - X (Projeto A-1M)	106	1	0,01	Ineficaz
0519	123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval Para Construção Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	9	4	0,44	Ineficaz
	123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	7	3	0,43	Ineficaz
	123I - Construção de Submarinos Convencionais	25	7	0,28	Ineficaz
	156O – Obtenção d Meios da Marinha	26	12	0,46	Ineficaz
	157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz)	10	1	0,10	Ineficaz
	157N – Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais (PROBANF)	1	1	1,00	Eficaz
	1N47 - Construção de Navios-Patrulha de 500 Toneladas (NPA 500t)	1	0	0,00	Ineficaz
0532	13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	8	7	0,88	Eficácia contida
	14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico (Astros 2020)	10	6	0,60	Eficácia contida
	14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	90	60	0,67	Eficácia contida
	14T6 – Implantação do Sistema Integrado De Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)	1	1	1,00	Eficaz
	156N - Obtenção de Meios do Exército	8.659	3.447	0,40	Ineficaz
	2911 – Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exercito	743	710	0,96	Eficácia contida

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

As ações 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins (Projeto Fx2), 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas, 156K - Aquisição de Aeronaves, 156I - Obtenção dos Meios da Aeronáutica, 7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM - X (Projeto A-1M) do Objetivo 0464, sofreram forte contingenciamento, fato que ensejou a reprogramação dos cronogramas desses contratos, impactando, dessa forma, negativamente, o desempenho dessas ações, avaliadas como ineficazes.

A incidência de sucessivos cortes ao longo dos últimos anos afetarem as disponibilidades orçamentárias e financeiras para se honrar os contratos de aquisição e modernização de aeronaves.

Além disso, não há, formalmente, a reprogramação de meta física, quando há o contingenciamento, provocando, assim, uma distorção de custos dos bens ou serviços.

Em virtude de o Objetivo 0519 concentrar as iniciativas com os projetos de investimento de maior vulto, de modo geral, todos os indicadores de desempenho foram negativamente impactados devido à decisão estratégica de preterir os novos investimentos, preferindo-se priorizar a preservação do patrimônio existente, devido ao severo contingenciamento de recursos em 2015.

Desse modo, as ações 123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval Para Construção Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares, 123H - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados, 1213I - Construção de Submarinos Convencionais, 156O - Obtenção d Meios da Marinha e 157N – Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais (Probanf) tiveram suas eficácias substancialmente reduzidas, na medida em que as metas físicas realizadas foram significativamente inferiores às estabelecidas na LOA; a ação 1N47 - Construção de Navios-Patrulha de 500 Toneladas (NPA 500t) teve sua eficácia comprometida em virtude do inadimplemento do estaleiro, que deixou de cumprir o objeto contratado, não concluindo a construção dos navios correspondentes.

Releva ressaltar, que as metas físicas constantes da LOA foram estabelecidas face às dotações orçamentárias consignadas em cada ação, quando não se vislumbrava a magnitude das restrições orçamentárias que viriam a ser aplicadas quando da execução.

Quanto ao objetivo 0532, a Ação 156N - Obtenção de Meios do Exército, avaliada como ineficaz, sofreu forte contingenciamento orçamentário, com uma redução da ordem de 40% no limite de movimentação e empenho em relação à Lei Orçamentária Anual, o que, aliado à necessidade de adequação do planejamento, levou à consequente redução da meta física, de 8.659 para 3.447.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA
R$ MIL

OBJETIVO	AÇÃO	CUSTO UNITÁRIO PREVISTO (A)	CUSTO UNITÁRIO REAL (B)	2015	
				IDC - EFICIÊNCIA (A/B)	FAIXA DE ATINGIMENTO
0464	123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto HX-BR)	49.905.595	92.488.212	0,54	Eficiência contida
	14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins (Projeto Fx2)	500.000.000	0	-	-
	14TH – Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	16.666.667	7.597.877	2,19	Eficiência excedente
	14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas	155.287.879	0	-	-
	156K - Aquisição de Aeronaves	12.214.179	0	-	-
	156I - Obtenção dos Meios da Aeronáutica	100.585	0	-	-
	20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	14.190.950	28.126.071	0,50	Eficiência contida
	7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM - X (Projeto A-1M)	1.643.618	44.584.780	0,04	Ineficiente
0519	123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval Para Construção Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	106.476.704	110.651.891	0,96	Eficiência contida
	123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	39.644.615	72.190.009	0,55	Eficiência contida
	123I - Construção de Submarinos Convencionais	16.497.520	67.834.644	0,24	Ineficiente
	156O – Obtenção de Meios da Marinha	21.563.083	20.882.766	1,03	Eficiente
	157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz)	5.900.000	7.007.531	0,84	Eficiência contida
	157N – Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais (PROBANF)	23.129.090	15.281.376	1,51	Eficiência excedente
	1N47 - Construção de Navios-Patrulha de 500 Toneladas (NPA 500t)	64.096.963	0	-	-
0532	13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	3.737.500	952.578	3,92	Eficiência excedente
	14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico (Astros 2020)	11.560.000	12.487.791	0,93	Eficiência contida
	14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	3.555.625	2.618.197	1,36	Eficiente
	14T6 – Implantação do Sistema Integrado De Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)	73.000.000	14.943.617	4,89	Eficiência excedente
	156N - Obtenção de Meios do Exército	21.365	37.778	0,57	Eficiência contida
	2911 – Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exercito	21.661	27.850	0,78	Eficiência contida

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Não há como avaliar a eficiência da Ação 7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM - X (Projeto A-1M), do Objetivo 0464, tendo em vista que não é possível uma padronização de custos unitários para cada tipo de aeronave.

Os indicadores de eficiência das ações vinculadas ao Objetivo 0519 foram afetados pelo contingenciamento, na medida em que houve necessidade de reprogramação das etapas planejadas para o exercício de 2015. Dessa forma, os recursos que deveriam ser utilizados na execução de novas etapas da Construção de Submarinos Convencionais (Ação 123I), foram remanejados para a preservação das metas já executadas e no custeio, igualmente necessário ao empreendimento. Tal situação, por isso, não necessariamente, configura que os recursos foram aplicados ineficientemente.

Deste modo, a comparação entre estes custos unitários resta prejudicada uma vez que indicadores avaliados como eficientes ou ineficientes não necessariamente o foram.

A ação 157N, por exemplo, foi avaliada como de "Eficiência excedente", ou seja, muito além do previamente planejado, mas, na realidade, os recursos foram inferiores às efetivas necessidades. Neste caso, o que provocou a comparação inadequada está no fato de que a meta física planejada foi 1 e o executado, mesmo com recursos menores, também, foi 1.

A Ação 123I, por sua vez, avaliada como ineficiente, o foi em virtude de os recursos alocados à essa ação, no exercício de 2015, não terem sido primordialmente aplicados na execução de novas etapas, o que proporcionaria o avanço na execução física.

Ao contrário, conforme já explanado anteriormente, os recursos, devido às suas limitações, foram prioritariamente aplicados na preservação das metas já executadas e no custeio, igualmente necessário ao empreendimento. Tal situação, não necessariamente, configura que os recursos foram aplicados ineficientemente.

A eficiência excedente verificada, em 2015, nas Ações 13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea (objetivo 0532), deve-se à utilização de recursos da Ação 4450 – Aprestamento do Exército para cumprir a meta estabelecida para o período.

A eficiência excedente na Ação 14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger) deveu-se ao fato de os indicadores não traduzirem os resultados apresentados pelo projeto, uma vez que não é permitido o lançamento no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop de valores inferiores a 1.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA
R$ MIL

OBJETIVO	AÇÃO	CUSTO UNITÁRIO REAL 2014 (A)	CUSTO UNITÁRIO REAL 2015 (B)	IDC - ECONOMICIDADE (A/B)	FAIXA DE ATINGIMENTO
0464	123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto HX - BR)	105.283.317	92.488.212	Econômico	1,14
	14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caca e Sistemas Afins (Projeto FX2)	0	0	-	-
	14TH – Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	2.461.160	7.597.877	Sem economicidade	0,32
	14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 toneladas	0	0	-	-
	156k – Aquisição de Aeronaves	0	0	-	-
	156l – Obtenção dos Meios da Aeronáutica	0	0	-	-
	20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	26.209.090	28.126.071	Economicidade contida	0,93
	20XU – Aquisição e Modernização dos Meios da Aeronáutica	42.403	0	-	-
	7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AMX (Projeto A-1M)	0	44.584.780	-	-
	8969 – Aquisição de Aeronaves	36.016.164	0	-	-

Fonte: de Informações do Custo do Governo Federal - SIC

Não é possível estabelecer comparação entre o custo unitário da Ação 14TH – Implantação e modernização de sistemas bélicos e equipamentos, nos exercícios de 2014 e 2015, considerando a diversidade de atividades decorrentes da realização dessa ação, que foram distintas nos dois exercícios. Por isso, não se justifica a avaliação "sem economicidade", no presente caso.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA
R$ MIL

OBJETIVO	AÇÃO	CUSTO UNITÁRIO REAL 2014 (A)	CUSTO UNITÁRIO REAL 2015 (B)	IDC - ECONOMICIDADE (A/B)	FAIXA DE ATINGIMENTO
0519	123J – Construção de Submarinos Convencionais	10.425.286	67.834.644	Sem economicidade	0,15
	13DC – Construção de Navios-Patrulha Oceânicos de 1.800 Toneladas (NPAOC 1800t)	0	0	-	-
	13DE – Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAZ)	71.700	0	-	-
	14TB – Construção de Navios Escoltas (NESC)	0	0	-	-
	156O - Obtenção de Meios da Marinha	-	20.882.766	-	-
	157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento Da Amazônia Azul(SISGAAZ)	0	7.007.531	-	-
	157N – Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais – (Probanf)	0	15.281.376	-	-
	1N47 - Construção de Navios-Patrulha de 500 Toneladas (NPA 500T)	0	0	-	-
	20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	4.267.685	0	-	-

Fonte: Sistema de Informações do Custo do Governo Federal (SIC)

A decisão de não aplicar os recursos disponíveis em novas metas do objetivo 0519, apesar de terem sido inicialmente previstas na execução orçamentária, em 2015, impactou o indicador de economicidade da Ação123I, uma vez que, assim procedendo, o custo unitário real de 2015 foi superestimado devido ao reduzido avanço na realização da meta física dessa ação.

No que tange às demais ações, as de código 13DC e 14TB não tiveram execução em 2015 por não terem sido contempladas com recursos na LOA-2015; a 13DE foi concluída em 2014 e não teve execução física em 2015; as ações 156O, 157M e 157N foram criadas apenas em 2015, não havendo execução em 2014 para permitir a apuração do indicador; a 1N47 não teve execução física em 2014 e em 2015 devido à inexecução do contrato pela empresa contratada; e a 20XP deixou de existir em 2015.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

OBJETIVO	AÇÃO	CUSTO UNITÁRIO REAL 2014 (A)	CUSTO UNITÁRIO REAL 2015 (B)	IDC - ECONOMICIDADE (A/B)	FAIXA DE ATINGIMENTO
0532	14LW- Implantação do Sistema De Defesa Estratégico Astros 2020	4.806.509	12.487.791	Sem economicidade	0,38
	14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	4.795.934	2.618.197	Economicidade excedente	1,83
	14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger)	23.977.243	14.943.617	Economicidade excedente	1,60
	156N - Obtenção de Meios do Exercito		37.778	-	-
	20XF – Implantação de Organizações Militares do Exercito	306.664	0	-	-
	20XG - Aquisição e Modernização de Meios do Exercito	17.214	0	-	-
	2911 – Aquisição e Modernização Dos Meios de Engenharia do Exercito	27.943	27.850	Econômico	1,00

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

A economicidade excedente na Ação 14T4 - Aquisição de Blindados Guarani - justifica-se pela aquisição de equipamentos componentes do Sistema Guarani em 2014, que fizeram com que a meta realizada fosse inferior ao ano de 2015, uma vez que, em 2014, ocorreram aquisições de baixo valor agregado, diferentemente do ano de2015, que contemplou uma maior entrega de equipamentos de alto valor agregado.

A ausência de economicidade na Ação 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 se deveu ao aumento dos custos de contratação e às restrições orçamentárias impostas pela LOA/2015.

A eficiência excedente na Ação 14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger) deve-se ao fato de o Sistema Integrado de Informações de Planejamento e Orçamento (Siop) não permitir lançamento com valores inferiores a 1.

Conclusão

Não obstante as limitações orçamentárias do exercício de 2015, que culminaram em renegociações contratuais e reprogramação de cronogramas dos projetos em andamento, de forma geral, a execução das ações orçamentárias contribuíram para a evolução dos objetivos:

- 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira;
- 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha; e
- 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército, no exercício de 2015, embora em patamares aquém do que se esperava para o exercício.

Cabe mencionar, que especificamente, no projeto de aquisição das aeronaves F-X2, o processo de escolha da empresa fornecedora das 36 aeronaves de combate só foi concluído somente em 2015, o que acarretou atraso no cronograma de execução.

No que diz respeito à aquisição e à modernização de aeronaves, no exercício de 2015, a incorporação de novas unidades à frota da Força Aérea Brasileira contribuiu para a elevação do grau de adequação daquela Força, o que impactou a evolução das metas de aquisição e modernização de aeronaves.

No tocante à modernização de aeronaves, no período de 2015, a meta física planejada na LOA 2015 foi de 18 aeronaves, reprogramada para 15 unidades. Os principais impactos do contingenciamento do exercício de 2015 foram na modernização de aeronaves F-5, P-3, E-99, das quais não foram modernizadas as unidades previstas para 2015.

Com os recursos disponíveis foi possível a modernização de oito aeronaves de transporte de carga/tropa modelo C-95 Bandeirante e duas aeronaves de patrulha marítima modelo P-95, sendo que uma das aeronaves foi modernizada com recursos de restos a pagar de 2014.

O Objetivo 0519 concentra as Iniciativas referentes aos principais projetos de investimento do Comando da Marinha, como o Prosub e o SisGAAz, além da obtenção e modernização de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais.

Nesse sentido, a limitação de recursos orçamentários tem impactado as necessidades de investimento da Força, em especial no que concerne à capacidade operacional, na medida em que os meios operativos que encerram seus ciclos de vida não estão sendo adequadamente substituídos.

Diante da incapacidade de recomposição desses meios operativos ao nível no mínimo aceitável, têm sido mantidos os meios no serviço ativo muito além dos respectivos ciclos de vida útil, acarretando, desta forma, maiores custos com reparos e manutenções, mais onerosos quanto mais depreciados os equipamentos.

Pode-se citar, por exemplo, o caso dos navios, os quais algumas unidades foram retiradas do serviço ativo, por terem ultrapassado em muito a viabilidade econômica de mantê-las em atividade e não foram substituídas, dada a incapacidade de iniciar novos projetos de construção e a dificuldade de encontrar esses meios disponíveis no mercado internacional.

O volume de recursos disponíveis para Projetos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e do Programa Nuclear de Marinha e do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz), foi insuficiente, não só no ano de 2015, como ao longo do quadriênio 2012-2015.

Esse fato implicou na descontinuidade dos investimentos e na postergação dos cronogramas da maioria dos projetos do Objetivo 0519.

Entretanto, a execução orçamentária das ações desse objetivo contribuiu, para a evolução das metas correlatas, ainda que essas não tenham atingido o percentual previsto no início do Plano Plurianual do período.

Cabe esclarecer, contudo, que nem todas as dificuldades no cumprimento das metas do objetivo 0519 foram decorrentes de restrições orçamentárias. A meta de conclusão do projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear, por exemplo, foi afetada por problemas técnicos ocorridos na fase de elaboração do projeto preliminar.

Outro exemplo dessa natureza foi na meta de Construção de 27 Navios-Patrulha de 500 toneladas, que teve solicitação de rescisão contratual em 2015, por descumprimento de cláusula contratual pela empresa contratada.

Merece destaque a Ação 156O - Obtenção de Meios da Marinha, que em 2015, teve como produtos incorporados à Força Naval:

o navio de pesquisa hidroceanográfico (NPqHo) Vital de Oliveira; dois helicópteros SH-16 "Seahawk"; três helicópteros H225M "Super Cougar", do Programa H-XBR e a primeira unidade modernizada da aeronave de interceptação e ataque AF-1/1ª, uma unidade da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal sobre Rodas Piranha IIIC e doze viaturas de transporte de pessoal sobre lagarta (VtrBldEsp) M-113A1. Todas essas aquisições contribuíram para a meta de obtenção de meios operativos da Marinha, no período de 2012 a 2015.

Da mesma forma, pode ser citado como exemplo o prosseguimento, em 2015, das obras de construção do Estaleiro e da Base Naval do Prosub, com a execução da montagem eletromecânica dos equipamentos do prédio principal e a conclusão das obras de construção do pátio de manobra de submarinos e, iniciada a montagem dos elementos da estrutura metálica do estaleiro de manutenção.

Essas realizações contribuíram para a elevação do patamar da meta de Conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub para 55%, em 2015.

Por fim, com relação ao Objetivo 0532, os desafios para a implantação dos Projetos Estratégicos do Exército Astros 2020, Guarani e Proteger, contemplados, respectivamente, pelas ações orçamentárias 14LW, 14T4 e 14T6, cresceram substancialmente, fruto do aumento significativo das restrições orçamentárias, que impactaram fortemente no alcance das metas previstas.

A impossibilidade de aplicação do valor destinado na LOA 2015 afetou diretamente as entregas de produtos e serviços, determinantes para o cumprimento do cronograma dos projetos. Muitos dos materiais a serem adquiridos são extremamente específicos e envolvem o desenvolvimento de novos produtos de defesa de alta tecnologia, ou seja, não estão disponíveis nos estoques para fornecimento das empresas, sendo, portanto, fundamental a disponibilidade de recursos para o início dos processos licitatórios.

Quanto ao Projeto Astros 2020, que tem como objetivo dotar o Exército de novos armamentos e munições com tecnologias militares de ponta, com os recursos de 2015, muitas etapas previstas tiveram de ser postergadas, tendo sido priorizada, dentre outras atividades, a continuidade do desenvolvimento tecnológico do míssil tático de cruzeiro e do foguete guiado.

A meta de obtenção da nova família de Blindados Guarani contempla também a adequação da infraestrutura de organizações militares. Em 2015, o Projeto Estratégico Guarani teve prosseguimento com a aquisição viaturas do tipo Blindada de Transporte de Pessoal Média de Rodas – VBTP-MR Guarani e a conclusão das obras no Centro de Instrução de Blindados e no 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

Não foi possível avançar nas demais obras de infraestrutura previstas para o ano, sendo que os cronogramas de aquisição desses Blindados, bem como de realização de algumas obras de infraestrutura, tiveram de ser reformulados, devido às restrições orçamentárias ocorridas.

Em 2015, a despeito das restrições orçamentárias, foram possíveis algumas realizações para dar cumprimento à meta de Implantação de 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger).

Nesse sentido, cita-se, como exemplo, a continuidade da aquisição de equipamentos para o desenvolvimento do Projeto Piloto do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências Móvel, a ser implantado na área do Comando Militar do Leste, no decorrer das Olimpíadas 2016, e ajustados os requisitos para o desenvolvimento do Sistema Protetor, software integrador e de apoio à decisão.

5.5. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

Programa 2012: Promoção à Agricultura Familiar

Objetivo 411: Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar.

Introdução

O Programa de Agricultura Familiar do PPA 2012-2015 foi concebido com o objetivo de fortalecer e dinamizar a agricultura familiar, oferecendo condições para que os agricultores e agricultoras familiares desenvolvam suas atividades rurais e ampliem a sua renda, reduzindo as desigualdades socioeconômicas tanto no meio rural quanto no interior das unidades de produção familiar.

Tendo em vista o interesse dos agricultores e agricultoras familiares em permanecer no campo produzindo sustentavelmente, bem como a importância da interiorização do desenvolvimento e da ampliação das oportunidades de trabalho e renda no campo, tanto para a economia como para a segurança alimentar e nutricional, o Programa de Agricultura Familiar oferece políticas públicas que se organizam em seis objetivos estratégicos, dentre eles há o objetivo 411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços, objeto de análise deste relatório.

O objetivo 411 apresenta como principal instrumento de financiamento da produção da agricultura familiar o crédito rural do Pronaf, que está disponível para as unidades familiares de produção que necessitam de financiamento rural para a melhoria de suas atividades produtivas, geradoras de renda.

As condições de acesso e financiamento do Pronaf não são estanques e há a busca constante de adequação às particularidades da agricultura familiar, e de contemplar as especificidades de públicos prioritários, como por exemplo as mulheres rurais, quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo, assentados e assentadas da reforma agrária.

As linhas de financiamento têm prazos de carência e de amortização diferenciados que atendem as atividades de curto, médio e longo prazos. As taxas de juros são negativas em todas as linhas de custeio e investimento e, para as unidades familiares de menor renda ou os assentados da reforma agrária, há bônus (rebates) sobre o principal que vão de 25% até 46%.

Outros instrumentos vinculados a esse objetivo são:

O Seguro da Agricultura Familiar – Seaf é um instrumento de proteção de renda, proporcionando ao agricultor garantia contra perdas na lavoura causadas por eventos climáticos adversos.

O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF, instituído pelo Decreto Presidencial nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, e regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, atualmente cobre 51 culturas ao todo, mantendo o foco no fortalecimento do cultivo das culturas com maior importância regional.

O Programa Garantia Safra tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, residente, prioritariamente, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. Os critérios que definem os participantes do Garantia-Safra são:

a) ter renda bruta familiar mensal de até 1,5 salário mínimo;
b) desenvolver culturas como: arroz, feijão, mandioca, milho ou algodão;
c) plantar uma área mínima entre 0,6 e máxima de cinco hectares.

A Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar - PGPM-AF que permite a utilização de instrumentos de comercialização com destinação para os estoques governamentais com o objetivo de garantir que o produtor receba o preço mínimo do produto (pré-fixado no início da safra).
Entre as metas quantitativas do objetivo, tem-se:

- Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF);
- Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais;
- Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar;
- Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar;
- Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais;
- Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos;
- Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo;
- Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar.

O custo do Programa 2012, Objetivo 411, é obtido a partir do valor liquidado com recurso da LOA do ano específico somado aos restos a pagar liquidados no referido ano, após ajustes orçamentários e patrimoniais.

Os ajustes orçamentários se referem às despesas de exercícios anteriores, formação de estoques, concessão de adiantamentos, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

Já os ajustes patrimoniais se referem ao consumo de estoques, despesas incorridas em adiantamentos, depreciação, exaustão e amortização.

Após consulta ao Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC), que já elabora todo o cálculo automaticamente, obteve-se o seguinte demonstrativo:

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO
R$ MILHARES

PROGRAMA	ANO	2014	2015
	OBJETIVO	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2012	0411	1.126.372	10.045.716

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC - MDA
Data: 15/01/2016

Conforme o demonstrativo apresentado, o custo total do Objetivo 411 em 2014 foi de R$ 1.126.372.000,00 (um bilhão, cento e vinte seis milhões, trezentos e setenta e dois mil reais). Já em 2015, o custo total foi de R$ 10.045.716.000,00 (dez bilhões, quarenta e cinco milhões, setecentos e dezesseis mil reais), correspondente a uma diferença de R$ 8.919.344.000,00 (oito bilhões, novecentos e dezenove milhões, trezentos e quarenta e quatro mil reais), ou seja, houve acréscimo de 791,86% no custo de 2014 para 2015.

Esta diferença se justifica pelo intenso esforço, em 2015, de reduzir o passivo e os montantes inscritos em restos a pagar de anos anteriores, conforme será detalhado nas próximas análises.

Desenvolvimento

Ainda em consulta ao SIC, podemos observar a seguir o detalhamento do custo total por grupo de natureza de despesa (GND).

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA,
OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA (GND)
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411
R$ MILHARES

GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
		A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	959%	939.445	9.945.589
5	INVERSOES FINANCEIRAS	-46%	186.927	100.127
		TOTAL	1.126.372	10.045.716

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC – SPOA/MDA / Data: 15/01/2016

Neste demonstrativo é observado que o grupo de natureza de despesa que teve variação significativa entre os anos 2014/2015 foi "Outras Despesas Correntes".

O valor do custo deste grupo em 2014 foi de R$ 939.445.000,00 (novecentos

e trinta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), enquanto que em 2015 o custo do grupo aumentou para R$ 9.945.589.000,00 (nove bilhões, novecentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil reais), portanto um índice de variação entre os dois anos de 959%, conforme evidenciado no quadro. Monetariamente a diferença de valores do grupo entre 2014 e 2015 é de R$ 9.006.144.000,00 (nove bilhões, seis milhões, cento e quarenta e quatro mil reais).

O aumento do custo do grupo "Outras Despesas Correntes" em 2015 se justifica pela maior aplicação dos recursos do MDA em contribuições e subvenções. Isto é, aumento da execução das despesas com equalização da operação do crédito do Pronaf devido à meta do Tesouro Nacional (STN/MF) de adequar o fluxo de pagamento à demanda do programa, bem como de reduzir o passivo do ano e o montante de inscritos em restos a pagar.

As ações do Pronaf e de Garantia de Preços (PGPM-AF) executada financeiramente pela STN/MF, operações especiais, do objetivo 411 são:

- Ação 0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 8.427, de 1992);
- Ação 0A81 – Financiamento para a Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 10.186, de 2001);
- Ação 00GW – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF (Lei nº 8.427, de 1992).

Além destas acima, têm-se as ações geridas pela Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, são elas:

- Ação 20GI - Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF.
- Além das ações gerenciadas pelo Tesouro e Conab, também faz parte dos valores de custo do objetivo de qualificar os instrumentos de financiamento a ação: Ação 0359 – Contribuição ao Fundo do Garantia-Safra, cujos recursos são totalmente gerenciados pelo MDA.

O Demonstrativo Complementar de custo por programa, objetivo e natureza de despesa abaixo demonstra a análise vertical dos custos por natureza de despesas, sendo possível identificar a representatividade dos itens dos grupos de despesa relativo ao total do custo do ano.

DEMONSTRATIVO COMPLEMENTAR DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NATUREZA DE DESPESA
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 411
R$ MILHARES

GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA (ND)	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3	Outras despesas correntes	339045	Subvencoes economicas	46.494	4,13%	8.799.842	87,60%
		339048	Outros auxilios financeiros a pessoa fisica	859.000	76,26%	392.812	3,91%
		339092	Despesas de exercicios anteriores	33.951	3,01%	752.935	7,50%
5	Inversoes financeiras	459066	Concessao de emprestimos e financiamentos	186.927	16,60%	100.127	1,00%
TOTAL				1.126.372	100%	10.045.716	100%

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC – SPOA/MDA / Data: 25/02/2016

Destaca-se, em termos de aspectos relevantes, que o item de maior variação no ano de 2014 foi a natureza de despesa "339048 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física" com o percentual de 76,26% em comparação ao 100% do total do GND, monetariamente o custo no mesmo ano foi de R$ 859.000.000,00 em comparação ao total de R$ 1.126.372.000,00.

Esta natureza de despesa corresponde à execução da Ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, no qual se caracteriza pela concessão de benefício à agricultores familiares que sofreram perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuva. No ano de 2014 foi custeado pagamentos de perdas de duas safras, 2012/2013 e 2013/2014, tendo em vista que os agricultores da safra 2012/2013 tiveram direito a parcelas adicionais, em razão de prejuízos contínuos.

Portanto, no ano de 2014 o MDA custeou mais benefícios aos agricultores familiares em comparação à mesma despesa no ano de 2015, com percentual de custo de 3,91% e valor executado de R$ 392.812.00,00.

Em 2015, o item de despesa que teve maior variação foi a natureza de despesa "339045 – Subvenções Econômicas" com percentual de custo de 87,60% em comparação ao 100% do total do GND, monetariamente o percentual do custo é representado por R$ 8.799.842.000,00 em comparação ao montante do ano de R$ 10.045.716.000,00.

Salienta-se que as ações do Pronaf: 0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar e 0A81 – Financiamento para a Agricultura Familiar – Pronaf, de gerência do Tesouro Nacional e relacionadas à ND Subvenção Econômica, consumiu mais recurso financeiro em 2015. Novamente justificado pela política do Tesouro Nacional de reduzir o passivo do ano e o montante de restos a pagar.

O próximo quadro gerado no SIC, Demonstrativo de Custo com Execução Física, não apresentou informações completas das ações:

- 0281 (Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar);
- 0A81 (Financiamento para a Agricultura Familiar);
- 00GW (Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF); e
- 20GI (Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF).

Entretanto, obteve-se os dados complementares dos controles internos do Ministério e incluídos no quadro, marcados em negrito, para conclusão da análise. Da ação 00GW não foi possível obter informações de meta e quantidade realizada, tendo em vista que se trata de recurso de subvenção (recurso de equalização) do tesouro, portanto essa ação não possui meta física e nem realizada.

Assim como, da ação 20GI não foi possível obter o custo nos anos de 2014 e 2015.

Ressalto que os próximos quadros, também originados do SIC, tiveram informações incluídas por dados dos controles internos do MDA, com exceção das informações da ação 0359 – Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, que foram geradas na íntegra pelo SIC/Tesouro Gerencial.

Desta ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, faz-se necessário retificar um dado gerado pelo sistema que não corresponde à informação correta. Trata-se da Quantidade Realizada (LOA+RAP) de 2015, que originalmente e por engano, no momento do Acompanhamento Orçamentário, foi informado o número de 2.324.172 agricultores segurados, mas o total correto é 1.162.086 agricultores segurados, conforme controles internos da Secretaria de Agricultura Familiar, área finalística do Ministério, pois não houve distinção entre o realizado com LOA ou RAP. Enfim, esta informação com asterisco e em negrito, corresponde a uma correção de registro e que sensibilizará os demais demonstrativos de custo, porque envolverão custo unitário da ação.

DEMOSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411
R$ MILHARES

AÇÃO - DESCRIÇÃO		ANO	2014					2015					
	UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA + RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA + RAP)	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA)
00GW – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF (Lei nº 8.427, de 1992)	Sem Informação	0	0	0	150.000	3.090	3.090	0	0	0	150.000	4.958	4.958
0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 8.427, de 1992)	Contrato – Unidade	2.500.000	2.542.758	2.542.758	3.155.947	56.268	77.355	2.500.000	1.975.491	1.975.491	4.181.517	3.967.028	9.547.819
0359 – Contribuição ao Fundo Garantia Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	Agricultor Segurado – Unidade	796.078	1.176.990	1.176.990	203.000	859.000	859.000	682.353	1.162.086	*1.162.086	203.000	380.605	392.812
0A81 – Financiamento para a Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 10.186, de 2001)	Contrato – Unidade	50.000	70.075	70.075	350.000	156.293	186.927	50.000	37.559	37.559	160.000	100.127	100.127
20GI – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF	Produto Adquirido - Tonelada	267.000	104.000	104.000	200.000	0	0	300.000	0	0	200.000	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC e Controles Internos do MDA (*) / Data: 29/02/2016

Incialmente, tratando da Ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, evidenciou-se que a Quantidade Realizada nos dois anos, 2014 e 2015, foi acima da Quantidade da Meta Atual (prevista), sendo que em 2014 não houve realização da meta com RAP, portanto a quantidade de 1.176.990 agricultores segurados se repete para a execução (Custo LOA e LOA+RAP) de R$ 859.000.000,00.

Em compensação, no ano de 2015 a Quantidade Realizada da mesma ação foi de 1.162.086 agricultores segurados ao Custo total LOA+RAP de R$ 392.812.000,00.

Salienta-se que a Dotação Inicial nos dois anos, 2014 e 2015, foi fixada em R$ 203.000.000,00, portanto, houve créditos adicionais de recursos liquidados para atendimento das metas previstas.

Quanto à Ação 00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF, a LOA dos anos de 2014 e 2015 estabeleceu a dotação de R$ 150.000.000,00 por ano, ao órgão 74000 – Tesouro Nacional, em operações especiais. No ano de 2014 o custo total foi de R$ 3.090.000,00, mas não há meta realizada para comparar. Já em 2015, o custo total foi de R$ 4.958.000,00, todavia também não há meta realizada ou prevista.

Quanto à Ação 0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf, em 2014 foi realizada a execução física de 2.542.758 contratos, acima da meta prevista de 2.500.000 contratos, ao custo total de R$ 77.355.000,00. Já em 2015, foram realizados 1.975.491 contratos ao custo total de R$ 9.547.819.000,00. Salienta-se que o custo em 2015 foi bem maior, devido ao acréscimo de R$ 5.580.791.000,00 de restos a pagar de exercícios anteriores pagos no ano. Tal fato corrobora a justificativa da política do Tesouro Nacional em reduzir o passivo e restos a pagar.

Em relação à Ação 0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar – Pronaf, em 2014 foi realizada a execução física de 70.075 contratos, acima da meta prevista de 50.000 contratos, ao custo total de R$ 186.927.000,00. Já em 2015, foram realizados 37.559 contratos ao custo total de R$ 100.127.000,00. No caso desta Ação, não houve pagamento de restos a pagar em 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411
R$ MILHARES

AÇÃO - DESCRIÇÃO	ANO	2014			2015		
	UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF	Sem Informação						
0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - Pronaf	Contrato - Unidade	22	8	30	2.008	2.825	4.833
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra	Agricultor Segurado - Unidade	730	0	730	328	11	*338
0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar - Pronaf	Contrato - Unidade	2.230	437	2.668	2.666	0	2.666
20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF	Produto Adquirido - Tonelada						

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC e Controles Internos do MDA (*) / Data: 11/03/2016

O custo unitário LOA da ação 0359, em 2014, está em conformidade com os valores do Demonstrativo de Custo Total, a razão entre o valor executado (Custo LOA) de R$ 859.000.000,00 e Quantidade Realizada de 1.776.990 agricultores familiares resultou no custo de R$ 730.000,00.

Já em 2015, é feita a mesma relação entre o Custo LOA de R$ 380.605.000,00 e a Quantidade Realizada de 1.162.086 agricultores segurados, resultando no custo unitário LOA de R$ 328.000,00. O custo unitário RAP é obtido pela relação entre o valor executado (custo RAP) de R$ 12.207.000,00 e a quantidade realizada corrigida, de 1.162.086 agricultores segurados, portanto R$ 11.000,00. Salienta que, nos controles internos não houve como efetuar segregação da quantidade realizada entre os recursos de LOA e RAP.

O custo total LOA + RAP de R$ 338.000,00, obtém-se pela razão entre o custo total LOA + RAP, R$ 392.812.000,00, e a quantidade realizada total de 1.162.086 agricultores segurados.

Quanto à análise da Ação 0281, em 2014, o custo unitário foi menor, de R$ 22.000,00 com LOA, R$ 8.000,00 apenas com RAP e R$ 30.000,00 custo unitário total de LOA + RA, haja vista que a execução orçamentária e financeira de R$ 77.355.000,00 ficou abaixo da Dotação prevista (R$ 3.155.947.000,00). Em 2015, esta mesma Ação teve o custo total aumentado em R$ 4.803.000,00. O Custo unitário LOA foi de R$ 2.008.000,00, o custo unitário RAP foi de R$ 2.825.000,00 e o custo total (LOA+ RAP) de R$ 4.833.000,00.

Quanto à Ação 0A81, em 2014, apresentou o custo unitário somente LOA de R$ 2.230.000,00, custo com RAP de R$ 437.000,00 e custo total de R$ 2.668.000,00. Em 2015, os custos foram semelhantes, exceto que não houve execução orçamentária e financeira com RAP, portanto o custo total foi de R$ 2.666.000,00.

Para entendimento do Demonstrativo de Eficácia, próximo quadro, é importante descrever a seguinte legenda:

< 0,5 - Ineficaz
≥ 0,5 < I - Eficácia contida
= 1- Eficaz
> 1- Eficácia excedente

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411

AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
		FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF				
0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - Pronaf	0,79	EFICÁCIA CONTIDA	2.500.000	1.975.491
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra	1,70	EFICÁCIA EXCEDENTE	682.353	1.162.086
0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar - Pronaf	0,75	EFICÁCIA CONTIDA	50.000	37.559
20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF	0,00	INEFICAZ	300.000	

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC e Controles Internos do MDA (*) / Data: 11/03/2016

Ao analisar o quadro Demonstrativo de Eficácia, conclui-se que a ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra teve Eficácia Excedente no alcance das metas previstas para o ano de 2015, ou seja, alcançou com sucesso os resultados desejados, atingindo o número de 1,70, após divisão da Quantidade Realizada, 1.162.086 agricultores segurados, pela Quantidade da Meta Atual (prevista), 682.353 agricultores segurados.

Em relação às Ações 0281 e 0A81, ambas do Pronaf a eficácia foi considerada contida, ou seja, a execução física foi próxima da meta prevista.

Infelizmente, não houve parâmetros suficientes, gerados pelo SIC e nos controles internos, que possibilitasse a análise da ação 20GI – Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar. Mesmo tendo o quantitativo da meta prevista de 300.000 toneladas de produtos adquiridos, não houve Quantidade Realizada para comparação.

Para o próximo quadro, Demonstrativo de Eficiência, utilizar-se-á a seguinte legenda:

< 0,5 - Ineficiente
≥ 0,5 ≤ 1- Eficiência contida
> 1 ≤ 1,5 - Eficiente
> 1,5 - Eficiência excedente

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411 / R$ MILHARES

AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
		FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF				
0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - Pronaf	0,35	INEFICIENTE	1.673	4.833
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra	0,88	EFICIÊNCIA CONTIDA	297	*338
0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar - Pronaf	1,20	EFICIENTE	3.200	2.666
20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF			667	

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC e Controles Internos do MDA (*) / Data: 11/03/2016

Pode-se visualizar que houve Eficiência Contida na ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra de 0,88, em 2015, após relação entre o Gasto Unitário Previsto, R$ 297.000,00, e o Custo Unitário (LOA+RAP), R$ 338.000,00, corrigido segundo controles internos deste Ministério. Portanto, observa-se que o resultado obtido de execução física teve um custo unitário maior para atendimento dos 1.162.086 agricultores segurados. Apesar do resultado físico ter sido maior que a meta prevista, o recurso empregado total também foi maior, porque houve aporte de crédito extraordinário e realização de recurso de RAP.

Vale destacar que o valor encontrado de Gasto Unitário Previsto, R$ 297.000,00, foi obtido pela razão entre o valor de Dotação do Demonstrativo de Custo Total por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física, R$ 203.000.000,00, e a Quantidade de Meta Atual (prevista) do mesmo quadro, 682.353 agricultores segurados. O mesmo cálculo pode ser feito para obter o Gasto Unitário Previsto das Ações 0281 e 0A81.

Entretanto, no ano de 2015, particularmente, a Ação 0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - Pronaf foi considerada ineficiente, haja vista que a quantidade realizada de 1.975.491 contratos ficou abaixo da meta prevista, de 2.500.000 contratos, em comparação ao recurso empregado (pago) no ano de R$ 9.547.819.000,00. No entanto, a ineficiência se justifica pelo valor significativo de restos a pagar executado no ano de 2015 que somou R$ 5.580.791.000,00.

Novamente, não houve informações completas para análise da ação 20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar, apenas o Gasto Unitário Previsto de R$ 667.000,00, pois não há informações de Quantidade Realizada no Demonstrativo de Custo Total por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física.

Para análise do Demonstrativo de Economicidade, tem-se a seguinte legenda:

< 0,5 - Sem economicidade
≥ 0,5 ≤ 1 - Economicidade contida
> 1 ≤ 1,5 - Econômico
> 1,5 - Economicidade excedente

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA: 2012 / OBJETIVO: 0411

AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
		FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos da Agricultura Familiar – PGPM-AF				
0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - Pronaf	0,01	SEM ECONOMICIDADE	30	4.833
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra	2,16	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	730	*338
0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar - Pronaf	1,00	ECONOMICIDADE CONTIDA	2.668	2.666
20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF				

Fonte: Tesouro Gerencial/SIC e Controles Internos do MDA (*) / Data: 11/03/2016

A ação 0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra alcançou a Economicidade Excedente de 2,16, após relação entre o Custo Unitário de 2014, R$ 730.000,00, e o Custo Unitário de 2015, R$ 338.000,00, conforme controles internos do MDA. Os custos unitários são obtidos apartir da razão entre os valores executados LOA+RAP pela quantidade realizada no ano específico.

Ora, em 2014, o custo total foi de R$ 859.000.000,00 para quantidade realizada de 1.176.990 agricultores segurados, enquanto que em 2015 o custo total foi de R$ 392.812.000,00 para atendimento de 1.162.086 agricultores segurados.

O recurso executado (custo total realizado) entre os anos de 2014 e 2015 reduziu em R$ 446.188.000,00, no entanto, esta diferença foi pequena em relação a execução da meta física, apenas 14.904 agricultores segurados.

Finalisticamente, pode-se justificar que em 2014 houve mais pagamento a agricultores familiares por perdas das safras de 2012/2013 e 2013/2014, tendo os agricultores segurados se repetindo em ambas safras. Logo, explica-se tamanha economicidade na execução da ação 0359.

Diferente da Ação de Garantia Safra, que teve economicidade excedente, a ação 0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf não teve economicidade (índice de 0,01). Novamente, recorda-se que a execução orçamentária e financeira do grupo de Natureza de Despesa "Subvenções Econômicas", a qual pertence esta ação, em 2014, foi muito baixa, percentual de 4,13% em relação ao montante do ano de R$ 1.126.372.000,00. Enquanto que em 2015, o percentual foi de 87,60% do custo anual de R$ 10.045.716.000,00.

Saliento que, do valor executado nesta despesa, somente na ação 0281 foram custeados R$ 9.547.819.000,00 e deste valor foi pago de RAP R$ 5.580.819.000,00, ou seja, com a política do Tesouro Nacional em reduzir o passivo e restos a pagar inscritos em anos anteriores, resultou-se no gasto excessivo e antieconômico em 2015.

Conclusão

A análise completa do Objetivo 411 (qualificar os instrumentos de financiamento) do Programa 2012 (Promoção à Agricultura Familiar) precisou ser complementada pelas informações constantes nos controles da área finalística deste Ministério. Apenas não se obtendo os custos da ação 20GI - Formação de Estoques Públicos com produtos da Agricultura Familiar, gerenciada pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), para análise completa.

A ação 0359 – Contribuição ao Fundo de Garantia-Safra apresentou equivoco no momento do registro no Siop (Acompanhamento Orçamentário), mas foi possível realizar a correção conforme os controles internos do Ministério.

Das demais Ações analisadas em conjunto com a ação de Garantia Safra (0281 - Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – Pronaf, 0A81 - Financiamento para a Agricultura Familiar – Pronaf), pode-se destacar a ação 0281 que apresentou Ineficiência e Antieconomicidade em sua execução, principalmente porque no ano de 2015 o custo foi de 16.010% maior em relação a 2014.

Esse percentual se justifica pelo objetivo do Tesouro Nacional de adequar o fluxo de pagamento à demanda, bem como pelo esforço de reduzir o passivo e os montantes inscritos em restos a pagar.

5.6. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS

2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas)

Implantado em 2005, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) tem se constituído em um dos principais instrumentos que marcam o esforço do País para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população. Com o Suas, a Assistência Social passou a se constituir efetivamente em uma política pública de caráter universal, visando o enfrentamento da pobreza, das vulnerabilidades e riscos sociais.

O Programa 2037 – Fortalecimento do Suas foi estruturado em objetivos relacionados à proteção social básica, proteção social especial, benefícios socioassistenciais, apoio à gestão do Suas nas demais esferas e fortalecimento do controle social. Para os resultados alcançados, merece registro a priorização obtida em razão da inclusão da maioria de suas ações no Plano Brasil sem Miséria (BSM).

Para a PCPR-2015, foram selecionados os objetivos relativos à proteção social básica e proteção social especial. A Proteção Social Básica (objetivo 0282) articula um conjunto de ações visando prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Os serviços da proteção básica são ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), em outras unidades públicas ou entidades e organizações sem fins lucrativos, referenciadas aos CRAS.

Por sua vez, a Proteção Social Especial (objetivo 0370) se organiza em dois níveis (média e alta complexidades), conforme a gravidade das situações, natureza e especificidade dos serviços ofertados. A Média Complexidade oferta serviços que requerem maior estruturação técnica e operativa, destinados ao atendimento/acompanhamento às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. As unidades de referência da PSE de média complexidade são o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e o Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência.

A Alta Complexidade organiza a oferta de Serviços de Acolhimento para proteção integral de crianças e adolescentes, adultos e famílias, mulheres em situação de violência, pessoas idosas, jovens e adultos com deficiência, por meio de diversos tipos de equipamentos e modalidades de acolhimento (famílias acolhedoras, repúblicas, residências inclusivas, casa de passagem, casa lar e abrigo institucional), destinados a famílias e indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, em função de fragilidades, rompimento ou inexistência de vínculos familiares ou comunitários.

Como pode ser observado no quadro seguinte, em 2014-2015 esses dois objetivos representaram um custo anual de R$ 1,89 bilhão, apresentando um comportamento estável no período. Em valores nominais, o montante de 2015 foi inferior em R$ 24 milhões ao exercício anterior.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE CUSTO (LOA+RAP), POR OBJETIVO (2014-2015)

OBJETIVO	EXERCÍCIO	
	2014	2015
0282	1.313.222	1.307.419
0370	579.034	560.867
TOTAL	1.892.256	1.868.286

Fonte: SIC/MF; Siop/MP

Custos por grupo de natureza da despesa orçamentária

O Suas está estruturado em um sistema descentralizado, onde a União responde pela coordenação federativa, com responsabilidades, dentre outras, relativas ao cofinanciamento para a oferta dos serviços, ofertados pelos municípios e Distrito Federal e pelos estados, quando couber.

Nesse sentido, a quase totalidade dos recursos alocados por meio dos objetivos selecionados é direcionada à realização de contribuições aos demais entes, especialmente os Municípios. Esse comportamento da despesa pode ser visualizado no quadro seguinte.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE CUSTO, POR OBJETIVO E NATUREZA DE DESPESA (2014-2015)

OBJETIVO	GRUPO DESPESA		NATUREZA DESPESA		2014		2015	
					CUSTO (LOA + RAP)	%	CUSTO (LOA + RAP)	%
0282	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUICOES	550	0,04%		
			333141	CONTRIBUICOES			2.335	0,18%
				CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO	3.830	0,29%		
			334041	CONTRIBUICOES	2.450	0,19%	250	0,02%
			334141	CONTRIBUICOES			1.262.586	96,57%
				CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO	1.248.218	95,05%		
			334192	DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES FUNDO A FUNDO	36	0,00%		
			339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			1.022	0,08%
				OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PJ	1	0,00%		
			339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			261	0,02%
	4	INVESTIMENTOS	443041	CONTRIBUICOES	1.200	0,09%	2.600	0,20%
			444041	CONTRIBUICOES	50.955	3,88%	38.128	2,92%
			449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.982	0,46%	238	0,02%
0370	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUICOES	500	0,09%	4.250	0,76%
			333141	CONTRIBUICOES			14.977	2,67%
				CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO	28.219	4,87%		
			334041	CONTRIBUICOES	3.730	0,64%	4.300	0,77%
			334141	CONTRIBUICOES			518.946	92,53%
				CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO	485.672	83,88%		
			334192	DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES FUNDO A FUNDO	12	0,00%		
			339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			880	0,16%
				OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PJ	1.065	0,18%		
	4	INVESTIMENTOS	443041	CONTRIBUICOES	660	0,11%	1.450	0,26%
			444041	CONTRIBUICOES	59.175	10,22%	16.063	2,86%

Como se observa, na Proteção Social Básica (objetivo 0282), aproximadamente 96% dos recursos referem-se à realização de despesas correntes, constituídas por contribuições a municípios (com reduzida proporção sendo destinada ao Distrito Federal), a título de cofinanciamento federal para a oferta de serviços.

O restante dos recursos corresponde ao investimento na estruturação da rede de unidades prestadoras de serviços, também fortemente concentrada sob a gestão dos municípios.

Comparando-se os montantes executados entre os dois exercícios, verifica-se uma oscilação positiva dos gastos correntes, enquanto os investimentos apresentaram uma significativa redução. Esse comportamento resulta da priorização, na atual conjuntura, da execução das ações de manutenção dos serviços, em relação à execução de projetos.

Na Proteção Social Especial (objetivo 0370), as despesas correntes destinadas ao cofinanciamento federal à oferta de serviços também estão concentradas nos municípios, porém em menor proporção, tendo em vista a participação dos estados e DF na oferta de alguns serviços.

Em 2014 os investimentos realizados na estruturação da rede de unidades prestadoras desses serviços alcançaram 10% dos custos do objetivo, contudo foram reduzidos para 3% em 2015, em consequência da priorização da execução das ações de manutenção dos serviços, em relação à execução de projetos.

Comparando-se os montantes executados entre os dois exercícios, os gastos correntes ampliaram sua participação de 90% para 97%, o que se traduziu em uma oscilação positiva do valor nominal, enquanto os investimentos apresentaram uma significativa redução.

Custos dos produtos das ações orçamentárias

Inicialmente, vale lembrar que a métrica padronizada definida para a apuração de custos neste período pode levar a interpretações enviesadas da execução física e, portanto, dos custos unitários.

Os dados financeiros capturados no Siafi são apropriados ao exercício em que ocorreu a liquidação, o mesmo ocorrendo em relação à execução física registrada no Siop.

Nos casos em que o produto é representada por unidades específicas e cumulativas (por exemplo, unidades de um bem ou serviço), é coerente sua apropriação ao exercício em que foi incorporada (liquidação do gasto), mas essa métrica pode levar a equívocos quando o produto da ação se refere a serviços/atividades continuadas/permanentes, como, neste caso, "Ente federado apoiado", os quais não podem ser cumulativos (valor da execução física da LOA + valor da execução física de RAP).

Nessas situações, poderão ocorrer duplas contagens das unidades existentes, com reflexos indesejáveis no custo unitário.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE CUSTO, POR OBJETIVO E AÇÃO, COM EXECUÇÃO FÍSICA (2014-2015)

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	2014						2015					
			QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	DOTAÇÃO FINAL (R$)	CUSTO (LOA)	CUSTO (LOA+ RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+ RAP)	DOTAÇÃO FINAL (R$)	CUSTO (LOA)	CUSTO (LOA+RAP)
Objetivo 0282														
20V5	Ações Complementares de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	830	1.280	1.660	120.000	64.325	64.475	1.612	0	607	39.032	0	21.597
2A60	Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	5.561	5.509	5.541	1.522.557	1.187.244	1.189.110	5.571	5.399	6.347	1.514.033	949.204	1.243.324
2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	371	24	190	113.881	10.188	59.638	316	1	420	106.074	238	42.499
Objetivo 0370														
2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Ente federado apoiado	2.655	2.778	2.814	499.323	344.601	346.302	2.691	2.667	2.702	510.061	271.722	342.947
2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Ente federado apoiado	857	1.369	1.401	232.079	165.722	167.602	1.372	846	855	310.507	162.195	190.976
2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	Ente federado apoiado	230	53	223	79.701	7.872	65.130	273	0	170	58.431	0	26.943

Como mencionado anteriormente, em 2015 foi priorizada a execução das ações relativas ao cofinanciamento para a manutenção dos serviços, de caráter permanente, em relação à execução de programas e projetos.

Nesse sentido, verifica-se no objetivo 0282 que o cofinanciamento federal para a oferta de serviços de proteção social básica (ação 2A60) apresentou entre os dois exercícios apenas uma oscilação negativa na dotação orçamentária e pequena redução do custo relativo à execução do próprio exercício, em grande parte decorrente da implantação do monitoramento da execução financeira dos recursos federais pelos entes beneficiados.

Contudo, quando considerada a execução físico-financeira em seu conjunto (LOA + RAP), verifica-se em 2015 um leve incremento em relação ao exercício anterior.

Por sua vez, o programa Acessuas Trabalho (ação 20V5) passou em 2015 por uma significativa redução da dotação orçamentária e liquidação, apenas, de restos a pagar do exercício anterior. No caso da estruturação da rede de proteção social básica (ação 2B30), além dessa priorização, deve-se salientar que sua execução ocorre por meio de convênios, cuja instrução frequentemente retarda sua liberação/execução para o exercício seguinte ao da inscrição do recurso na LOA.

Na proteção social especial (objetivo 0370), a execução da ação relativa à estruturação da rede de serviços (ação 2B31) apresenta, em maior intensidade, o mesmo comportamento da ação semelhante da proteção básica (2B30).

Por sua vez, os serviços de média complexidade (ação 2A65) tiveram leve acréscimo na dotação e decréscimo no custo total de 2015 (LOA + RAP), enquanto os serviços de alta complexidade (ação 2A69) tiveram sua dotação significativamente ampliada (34%) em razão da previsão de implantação/reordenamento de serviços, resultando no incremento do custo total de 2015 (LOA + RAP).

Em boa medida, o comportamento da execução físico-financeira das ações relativas a serviços socioassistenciais (ações 2A65 e 2A69) foi influenciado pela implantação do monitoramento da execução financeira dos recursos federais pelos entes beneficiados.

A tabela seguinte apresenta o custo unitário das ações orçamentárias que compõem os objetivos selecionados para o programa Fortalecimento do Suas. Como referido na introdução desse subitem, a métrica definida para utilização das informações relativas à execução física pode levar a equívocos quando o produto da ação se referir a serviços/atividades permanentes/continuadas, os quais nem sempre podem ser computados de forma cumulativa (valor da execução física da LOA + valor da execução física de RAP), podendo levar, nessas situações, a duplas contagens das unidades existentes, com reflexos indesejáveis no resultado do custo unitário.

Além disso, tendo em vista que essas atividades continuadas tem seu gasto calculado em competências (mensais ou trimestrais, por exemplo), a variação do custo entre os períodos pode decorrer não de variações reais (ampliação/redução do valor de referência para o cofinanciamento federal de uma unidade ou serviço), mas da quantidade de meses/trimestres (competências) efetivamente executados no período considerado.

Registradas essas ressalvas, que demandarão aperfeiçoamentos à métrica atualmente definida, observa-se em relação à proteção social básica (objetivo 0282) que o cofinanciamento dos serviços (ação 2A60) apresentou leve declínio no custo unitário total (LOA + RAP) de 2015, em comparação ao exercício anterior.

Desagregando-se esse resultado, verifica-se uma redução do custo do exercício (LOA) e um significativo aumento do custo unitário decorrente da execução de RAP.

Em relação ao Acessuas Trabalho (ação 20V5), também ocorre uma leve redução no custo unitário total, contudo todo o valor se origina da execução de Restos a Pagar.

Por fim, os custos com a estruturação da rede de serviços (ação 2B30) apresentaram uma significativa redução, em razão da menor quantidade de projetos de construção de unidades CRAS em relação a projetos direcionados ao custeio e equipamentos das unidades, de menor valor unitário.

Na proteção social especial (objetivo 0370), verifica-se a mesma tendência de redução dos valores unitários dos projetos de estruturação da rede (ação 2B31).

O cofinanciamento dos serviços de média complexidade (ação 2A65) apresentou um custo unitário total (LOA + RAP) estável, entretanto a parcela oriunda da execução de RAP foi significativamente incrementada.

Finalmente, o cofinanciamento federal para oferta dos serviços de alta complexidade (ação 2A69) apresentou uma elevação significativa do custo unitário total (LOA + RAP) em 2015, em razão do reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, que impactaram o custo unitário da execução de recursos do próprio exercício, além do incremento observado na elevação do custo registrado em RAP.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO, POR OBJETIVO E AÇÃO (2014-2015)

OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	2014			2015		
				CUSTO UNITÁRIO (LOA)	CUSTO UNITÁRIO (RAP)	CUSTO UNITÁRIO (LOA+RAP)	CUSTO UNITÁRIO (LOA)	CUSTO UNITÁRIO (RAP)	CUSTO UNITÁRIO (LOA+RAP)
0282	20V5	Ações Complementares de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	50.254	395	38.840	0	35.580	35.580
	2A60	Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	215.510	58.297	214.602	175.811	310.253	195.892
	2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	424.496	297.893	313.885	237.525	100.862	101.188
0370	2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Ente federado apoiado	124.046	47.250	123.064	101.883	2.035.012	126.923
	2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Ente federado apoiado	121.054	58.743	119.630	191.720	3.197.901	223.364
	2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	Ente federado apoiado	148.527	336.811	292.062	0	158.490	158.490

Os quadros seguintes apresentam demonstrativos de eficácia, eficiência e economicidade para 2015, calculados a partir das métricas padronizadas definidas. Em relação à eficácia, as três ações relativas ao cofinanciamento de serviços permanentes apresentaram tendência à eficácia, enquanto as ações que destinam recursos para programas (20V5) e projetos (2B30 e 2B31) mostraram-se ineficazes, em razão da inexecução das dotações autorizadas para o exercício, em consequência da priorização já comentada.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA (2015)

OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	FAIXA DE ATINGIMENTO	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
0282	20V5	Ações Complementares de Proteção Social Básica	0	Ineficaz	1.612	0
	2A60	Serviços de Proteção Social Básica	0,97	Eficácia contida	5.571	5.399
	2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	0	Ineficaz	316	1
0370	2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	0,99	Eficácia contida	2.691	2.667
	2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	0,62	Eficácia contida	1.372	846
	2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	0	Ineficaz	273	0

Em relação à eficiência, as três ações relativas aos serviços mostraram-se eficientes em 2015, enquanto a estruturação da rede de serviços de proteção básica (ação 2B30) foi classificada com eficiência excedente, situação em que os resultados excedem significativamente as metas programadas. Merece registro que esse resultado não se mostra sustentável, ou seja, a própria finalidade da ação demanda o aumento da participação relativa de projetos maior valor unitário (a exemplo de construção de unidades).

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA (2015)

OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	FAIXA DE ATINGIMENTO	GASTO UNITÁRIO PREVISTO	CUSTO UNITÁRIO (LOA+RAP)
0282	20V5	Ações Complementares de Proteção Social Básica	0,68	Eficiência contida	24.213	35.580
	2A60	Serviços de Proteção Social Básica	1,39	Eficiente	271.770	195.892
	2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	3,32	Eficiência excedente	335.676	101.188
0370	2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	1,49	Eficiente	189.543	126.923
	2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	1,01	Eficiente	226.317	223.364
	2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	1,35	Eficiente	214.034	158.490

Finalmente, com relação à economicidade, em 2015 as três ações relativas aos serviços (2A60, 2A65 e 2A69) e programas (20V5) mostraram-se econômicas ou tendentes a econômicas, enquanto as destinadas à estruturação das redes de serviços de proteção básica e especial (ação 2B30 e 2B31) foram classificadas com economicidade excedente, situação em que os custos unitários foram significativamente reduzidos em relação ao exercício anterior, tomado como objeto de comparação. Da mesma forma que os resultados apresentados quanto à eficiência, os custos unitários das ações 2B30 e 2B31 em 2015 não se mostram sustentáveis, refletindo principalmente as escolhas frente à conjuntura, o que claramente pode comprometer a eficácia dessas ações e, em sentido amplo, do funcionamento da própria rede de unidades prestadoras dos serviços.

PROGRAMA 2037 - DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE, CUSTO UNITÁRIO (LOA+RAP), (2014-2015)

OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	FAIXA DE ATINGIMENTO	2014	2015
0282	20V5	Ações Complementares de Proteção Social Básica	1,09	Econômico	38.840	35.580
	2A60	Serviços de Proteção Social Básica	1,1	Econômico	214.602	195.892
	2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	3,1	Economicidade excedente	313.885	101.188
0370	2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	0,97	Economicidade contida	123.064	126.923
	2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	0,54	Economicidade contida	119.630	223.364
	2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	1,84	Economicidade excedente	292.062	158.490

0619- Programa Bolsa Família

O Programa Bolas Família (PBF) tem como objetivo a melhora das condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação. O PBF apresenta quatro tipos de benefícios: o Básico, o Variável, o Variável Vinculado ao Adolescente e o Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância.

- O Benefício Básico, de R$ 77,00, é concedido às famílias consideradas extremamente pobres;
- O Benefício Variável, de R$ 35,00, é concedido às famílias pobres, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos ou gestantes;
- O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R$ 42,00, é concedido a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola; e
- O Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância é concedido às famílias beneficiárias do PBF que continuem em situação de extrema pobreza mesmo após o recebimento dos citados benefícios do PBF, elevando, assim, a renda per capita mensal da família para mais de R$ 77,00.

No ano de 2014 houve um reajuste de benefícios e da linha de pobreza e extrema pobreza que vigorou a partir de junho daquele ano. Isso explica o aumento de custo do Programa demonstrado no quadro abaixo:

PROGRAMA 0619 - DEMONSTRATIVO DE CUSTO (LOA+RAP), POR OBJETIVO (2014-2015)		
OBJETIVO	EXERCÍCIOS	
	2014	2015
0619	26.125.678.118	26.415.435.562

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
CUSTOS POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA
PROGRAMA: 2019 / OBJETIVO: 619

GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
		A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1%	26.125.678	26.415.436

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NATUREZA DA DESPESA

PROGRAMA	OBJETIVO	GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
					NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA+RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA+RAP)	ANÁLISE VERTICAL
2019	0619	3	Outras despesas Correntes	339048	Outros auxílios Financeiros a Pessoa fisica	26.125.678.117,60	100%	26.415.435.562,44	100%

Custos dos produtos das ações orçamentárias

O Programa Bolsa Família possui uma dinâmica mensal de concessões de benefícios e também de cancelamentos pelos motivos estabelecidos nas normas vigentes para o funcionamento do Programa. Em 2014, a meta física foi superada devido à existência de famílias com cadastros habilitados para ingresso no Programa. O quantitativo físico alcançado em 2014 foi tomado como referência para o estabelecimento da meta física de 2015.

Contudo, tal meta não foi atingida. Isso ocorreu por que em 2015 mais de 5.000.000 de famílias foram convocadas a atualizar seus cadastros para atender aos processos de averiguação cadastral e revisão/revalidação cadastral. Em ambos os processos, quando a atualização do cadastro constata que a família teve uma melhoria de vida e passou a ter uma renda per capita acima dos limites fixados para elegibilidade ao PBF, os benefícios são cancelados. Novas famílias que estão na espera têm, então, benefícios concedidos. Contudo, a reposição por meio de novas concessões não foi suficiente para manter o quantitativo de 2014.

O custo unitário é definido como a razão entre o montante orçamentário e o número de famílias beneficiárias. Em 2014, mais precisamente no mês de junho daquele ano, houve um reajuste nos valores dos benefícios e das linhas de pobreza, justificando a variação no custo unitário.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
					UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2019	0619	8442	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO D	FAMILIA ATENDIDA	UNIDADE	1.866	0	1.866	1.893	0	1.895

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
OBJETIVO: 0619 / AÇÃO: 8442 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMANTE AS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE

PRODUTO	ANO	2014						2015					
	UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
FAMILIA ATENDIDA	UNIDADE	13.800,00	14.003,44	14.003,44	26.155.890,00	26.125.678,12	26.125.678,12	14.000,00	13.936,79	13.936,79	26.915.890,00	26.385.345,68	26.415.435,56

A variação de custo entre 2015 e o ano anterior deve-se ao reajuste de benefícios que ocorreu em junho de 2014 e naturalmente impactou o PBF. O reajuste destes valores de tempos em tempos decorre da necessidade de se reduzir o impacto no valor real dos benefícios provocados pela alteração no nível geral de preços da economia.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
					FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2019	0619	8442	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO D	0,98	Economicidade Contida	1.866	1.895

Economicidade é definida pelo Tribunal de Contas da União como sendo: "... a minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade (ISSAI 3000/1.5, 2004)

Em se tratando do Programa Bolsa Família, constata-se que houve um aumento apenas residual (1,5%) de custo unitário entre 2015 relativamente ao ano de 2014. Este não compromete, contudo, os impactos do Programa no seu principal objetivo que é complementar renda para as famílias extremamente pobres e pobres do Brasil. Em 2014, o número médio de famílias atendidas pelo Programa foi de 14.043.486.

No ano seguinte foi de 13.864.481 famílias. Tanto no primeiro ano quanto no segundo, o número de famílias atendidas foi acima do público-alvo estimado que é de 13.738.415 famílias. Portanto, nos dois exercícios fiscais aqui tomados para efeito de comparação a cobertura do público-alvo foi superior a 100%.

Ademais, registre-se que a redução do número de famílias beneficiárias (número médio) foi ocasionada por processos de averiguação e revisão cadastral. O primeiro tem por objetivo averiguar a situação das famílias que possuem contradições entre a renda registrada no cadastro e em outros registros administrativos do Governo Federal. Uma das consequências da averiguação é o cancelamento de benefícios da família. O segundo processo é o de revisão cadastral. Este é realizado anualmente e por meio dele são convocadas as famílias beneficiárias que estão há mais de 24 meses sem atualização ou revalidação cadastral.

Neste caso, também, ao final do processo as famílias que não possuem mais perfil para o PBF saem do Programa. Estes dois processos explicam o aumento do custo unitário por beneficiário em 2015, justificando o atingimento da faixa de economicidade contida.

O Programa possui taxas baixas de erros de inclusão e exclusão de beneficiários. Em termos gerais, isso significa que a população mais necessitada está incluída no Cadastro Único e, deste modo, é selecionada para o Programa Bolsa Família.

Isso se deve a um conceito relativamente simples de entendimento que é o de pobreza como escassez de renda. Sendo assim, a quantificação, identificação e caracterização do público-alvo pode ser mais bem realizada. Para tanto, o Brasil conta desde 2001 com o Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal, que atualmente está em sua versão número 7 em funcionamento, de modo online.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
					FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
2019	0619	8442	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO D	0,9%	Eficácia contida	14.000.000,00	13.936.791,00

O Programa Bolsa Família possui uma estimativa de famílias pobres e extremamente pobres que serve para medir o seu custo total e, assim, fazer a programação orçamentária.

Além disso, a estimativa serve para medir a eficácia do Programa relativamente ao alcance do ao público-alvo.

O Programa tem por objetivo complementar a renda das famílias que se encontram abaixo das linhas de extrema pobreza e pobreza estipuladas. Atualmente, as linhas são, respectivamente: R$ 77,00, de renda mensal por pessoa e R$ 154,00 de renda mensal por pessoa, desde que a família tenha em sua composição filhos na faixa etária de 0 a 17 anos ou ainda gestantes.

A estimativa de famílias pobres vigente é de 13.738.415. Este número tem por base o Censo Demográfico de 2010. Por ser uma estimativa, existe um erro estatístico dentro de um intervalo de confiança.

A estimativa não é, deste modo, um limite para o Programa. O objetivo do Programa é atender a todas as famílias cadastradas e com cadastro habilitado desde que para tanto existam os recursos orçamentários.

A média de famílias atendidas em 2015, considerando todos os meses do ano foi de 13.864.481, o que de todo modo corresponde a 99% da meta de 14 milhões. Isso representa um bom padrão de eficácia.

Mais uma vez recorremos à definições do Tribunal de Contas da União que assim caracteriza eficácia: "... o grau de alcance das metas programadas (bens e serviços) em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (Cohen; Franco, 1993).

O conceito de eficácia diz respeito à capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens ou serviços de acordo com o estabelecido no planejamento das ações." Manual de Auditoria Operacional – TCU – 2010 – disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2058980.PDF).

Como reportamos neste relatório, variações no número de famílias beneficiárias, para aquém da meta programada por ocasião da elaboração do orçamento, quando a meta física é estabelecida, é consequência de um processo de qualificação cadastral dos beneficiários por meio dos processos de averiguação e revisão cadastral, o que muitas vezes implica no cancelamento de famílias beneficiárias.

DEMONSTRATIVO DA EFICIÊNCIA
PROGRAMA: 2019 / OBJETIVO: 0619

AÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
		FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
8442 TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO D	1,01	Eficiente	1.923	1.895

O Tribunal de Contas da União define assim o conceito de eficiência: "... a relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período de tempo, mantidos os padrões de qualidade.

Essa dimensão refere-se ao esforço do processo de transformação de insumos em produtos. Pode ser examinada sob duas perspectivas: minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado". Manual de Auditoria Operacional – TCU – 2010 – disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2058980.PDF).

Portanto, a eficiência foi obtida por causa do número menor de famílias efetivamente beneficiadas ao longo do período (ano de 2015) frente ao número programado.

Em 2015 houve um intenso processo de atualização cadastral que envolveu mais de 5.000.000 de famílias beneficiárias.

Uma das consequências da atualização cadastral pode ser a saída da família do PBF por não apresentar mais perfil para o programa. Isso ocorreu com mais de um milhão de famílias e não teve como contrapartida a concessão de benefícios no mesmo número.

Sobre isso cabe esclarecer que o ingresso de famílias no PBF, isto é, a concessão de benefícios, realizada mensalmente, é precedida dos procedimentos de habilitação e de seleção de famílias, também mensais. A habilitação consiste em identificar no Cadastro Único as famílias que atendem aos critérios definidos para ingresso: cadastro atualizado há menos de 24 meses e renda mensal por pessoa de até R$ 77,00 (extrema pobreza), independentemente da composição familiar, ou de até R$ 154,00 (pobreza), para famílias que possuam crianças ou adolescentes de até 17 anos em sua composição.

A seleção, por seu turno, compreende a definição dos municípios que serão contemplados, da quantidade e da ordem de ingresso das famílias habilitadas, observada a disponibilidade orçamentária fixada em lei. São priorizados os municípios que apresentam menor percentual de cobertura do Programa frente à estimativa de famílias em situação de pobreza. Do ponto de vista das famílias, a ordem de prioridade observa os seguintes critérios, sucessivamente: famílias prioritárias (indígenas, quilombolas e outras); famílias com menor renda mensal por pessoa; famílias com o maior número de crianças e de adolescentes.

Os procedimentos de habilitação, seleção e concessão são realizados de forma impessoal, por meio de sistema informatizado. Incumbe à gestão municipal do Programa manter atualizados os cadastros e orientar as famílias que se enquadram no perfil do Programa a aguardar a concessão.

5.7. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

Programa: 2030 – Educação Básica

Contextualização

A educação formal e pública, como parte fundamental de um esforço educacional maior – que também ocorre na família, na comunidade e no trabalho –, deve contribuir para dotar os indivíduos de conceitos, habilidades e atitudes para o exercício da cidadania e para redução das desigualdades sociais existentes.

Uma educação de qualidade é norteada pelos princípios da equidade, da valorização da diversidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência e intolerância, da gestão democrática do ensino público, da acessibilidade, da igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de seu gênero, cor/etnia, local de domicílio ou condição de pessoa com deficiência.

Nesse contexto, insere-se o Programa Educação Básica (2030) do PPA 2012-2015, que contemplou quatro Objetivos, 31 Metas e 24 Indicadores em consonância com os compromissos enunciados na versão inicial do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), à época, em discussão no Congresso Nacional. O PNE apresenta diretrizes e metas que perpassam a execução de todos os programas do MEC, com ações desenvolvidas conjuntamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios, constituindo-se em um fundamental norteador das políticas públicas educacionais.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por meio da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras. O Plano apresenta 20 metas que apontam o horizonte para o qual os esforços dos entes federados e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação de qualidade para todos.

Para viabilizar um ensino de qualidade no País, o Programa Temático da Educação Básica busca, em consonância com os objetivos estabelecidos no PNE:

- elevar o nível global de escolaridade da população;
- melhorar a qualidade do ensino básico em todas as suas etapas e modalidades;
- reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência dos estudantes;
- promover a valorização dos profissionais da educação; e
- democratizar a gestão do ensino, nos estabelecimentos público, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Diante dos desafios postos à educação básica no Brasil é fundamental que princípios como os da equidade e diversidade sejam valorizados a fim de alcançar a democratização do ensino público. Sob a ótica da gestão financeira, orçamentária e de custos é imprescindível que se consiga evidenciar as entregas por meio da alocação e execução eficientes dos recursos, o que se traduz por sua vez em transparência.

O Objetivo 0598 contempla iniciativas que visam principalmente ao apoio ao educando, à escola e aos entes federados por meio da prestação de assistência técnica e financeira às escolas e aos entes federados para o desenvolvimento da educação básica; do apoio financeiro aos entes federados para manutenção e desenvolvimento do ensino; do acesso a tecnologias de informação; do uso de tecnologias educacionais e promoção de certames e concursos nacionais; e da ampliação da oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos.

Entre as metas deste objetivo, para os fins deste relatório podem ser destacadas as seguintes, para cujo atingimento contribuem as ações orçamentárias selecionadas:

- Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3
- Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7
- Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2
- Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Conforme dados obtidos via Tesouro Gerencial, o gasto com o objetivo 0598 foi de R$ 20,1 bilhões em 2014 e de R$ 21,7 bilhões, em 2015, representando um aumento de aproximadamente 8%. O quadro abaixo demonstra os custos do objetivo 0598 por grupo de natureza da despesa orçamentária.

EM R$ MIL

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO		2014	2015	A.H *
					CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)	
2030	Educação Básica	0598	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.406.538	20.850.438	7%
2030	Educação Básica	0598	4	INVESTIMENTOS	763.451	800.898	5%

* Variação percentual de 2015 para 2014 / Fonte: Tesouro Gerencial / Data da extração: 14/01/2016

Observa-se que 96% dos custos do objetivo referem-se ao grupo de despesa 3 – Outras despesas correntes. Isto acontece porque as ações orçamentárias do objetivo são voltadas, basicamente, à prestação de assistência técnica e financeira às escolas e aos entes federados para o desenvolvimento da educação básica e para manutenção e desenvolvimento do ensino.

A Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento a Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação (Fundeb), o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Programa Nacional do Livro Didático respondem por, aproximadamente 90%, dos gastos do objetivo 0598 do Programa 2030.

O valor da complementação da União ao FUNDEB é calculado nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, limitado a 10% do valor anual do Fundo. Está, portanto, fora da governabilidade da União. Esta contribuição ao FUNDEB correspondeu, em 2015, a 58,2% do custo do objetivo 0598, do Programa 2030.

Ação 0515 – Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ação orçamentária 0515 – Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica, consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas, e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica, e a polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

O PDDE é calculado pela soma do valor fixo, definido por estabelecimento de ensino, com o valor variável, de acordo com o número de alunos matriculados no estabelecimento. As escolas podem receber mais de um tipo de PDDE, para finalidades específicas de acordo com as regras previstas nas resoluções próprias.

VALORES REFERENCIAIS DE CÁLCULO PARA REPASSES DO PDDE

1. Valor Fixo/ano (VF/a) = R$ 1.000,00
   - a. Escola pública urbana com UEx: 1 x VF/a
   - b. Escola pública rural com UEx: 2 x VF/a
   - c. Escola privada de educação especial: 1 x VF/a
   - d. Polo presencial da UAB: 3 x VF/a

2. Valor Per Capita/ano (VPC/a) = R$ 20,00

- a. Alunos de escolas urbanas ou rurais com UEx: 1 x VPC/a
- b. Alunos de escolas urbanas sem UEx: 2 x VPC/a
- c. Alunos de escolas rurais sem UEx: 3 x VPC/a
- d. Alunos público alvo da educação especial em escola pública: 4 x VPC/a
- e. Alunos de escola privada de educação especial: 3 x VPC/a
- f. Alunos de polos presenciais da UAB: 1 x VPC/a

Os recursos financeiros do PDDE destinam-se a beneficiar: escolas públicas das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, que possuam alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar; polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica; e escolas privadas de educação básica, sem fins lucrativos. Todas as escolas que se enquadrem nas categorias acima estão aptas a receber o PDDE Básico. Há entretanto, outras modalidades do PDDE que também podem ser recebidas pelas mesmas escolas.

Em 2014, não houve acompanhamento orçamentário, pois a ação não teve produto na LOA, por se tratar de operação especial. Em 2015, a ação teve o produto "Escola apoiada" e o valor médio repassado por escola em 2015 foi de R$ 8.102,00. A meta física de 2015, de 153.500 escolas apoiadas, refere-se ao total de escolas aptas a receber o PDDE Básico.

Em 2015, a ação 0515 apresentou Eficácia "Contida" (0,79) e Eficiência "Excedente" (1,65). O não atingimento da meta física pode ser explicado, basicamente, em função de inadimplências de prefeituras municipais, secretarias estaduais de educação e, principalmente, de Unidades Executoras Próprias - UEx; pendências de UEx junto à Receita Federal do Brasil; e falta de constituição/cadastramento de UEx para escolas com mais de 50 alunos. São fatores que, em grande parte, fogem da governabilidade do gestor da ação.

O resultado de eficiência pode ser explicado pela redução do número de escolas que receberam recursos do PDDE, bem como pela redução do valor repassado por escola. Percebe-se, neste caso, uma fragilidade do indicador de eficiência pois a eficiência "excedente" não significa, necessariamente, uma melhor gestão. O indicador mostra como positiva uma situação em que houve redução dos recursos destinados às escolas, o que pode não ser desejável do ponto de vista de política pública.

Ação 8744- Apoio a Alimentação Escolar Na Educação Básica (Pnae)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.

O Pnae tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R$ 1,00
- Pré-escola: R$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R$ 0,30
- Ensino integral: R$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R$ 0,50

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

O Pnae é operacionalizado por meio da ação orçamentária 8744 - Apoio a Alimentação Escolar Na Educação Básica (Pnae), cujo produto é "Estudante atendido".

Esta ação teve, nos relatórios, Economicidade "Excedente" (1,94), Eficácia "Contida" (0,96) e Eficiência "Excedente" (1,97). Os valores excedentes de eficiência e economicidade devem-se à forma pela qual foi informada a execução física com os Restos a Pagar. Como não é possível separar quais estudantes foram atendidos com o orçamento do exercício e com RAP, considerou-se que o mesmo número de estudantes atendidos para as duas informações de execução física (LOA e RAP). Desta forma, o valor da execução física LOA + RAP ficou duplicado. Os valores corretos são os seguintes: Economicidade (1,1) e Eficiência (1,09). Como os valores repassados por estudante são fixos. A variação dos indicadores desta ação é explicada, basicamente, por dificuldades na execução devidas à suspensão de entidades por Tomada de Contas Especial (TCE), por não constituição/atualização do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e por falta de prestação de contas dos recursos recebidos em anos anteriores.

Ação 20RQ- Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes.

O PNLD também atende aos alunos que são público-alvo da educação especial. São distribuídas obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários. A distribuição inclui, ainda, títulos da educação de jovens e adultos e destinados à população do campo, além de dicionários e obras pedagógicas complementares.

O PNLD é operacionalizado por meio da ação orçamentária 20RQ - Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica, cujo produto é "Material Distribuído". Essa ação possui o seguinte escopo: produção, aquisição e distribuição de livros, acervos bibliográficos, materiais didáticos, pedagógicos e de referência e materiais complementares para disponibilização aos estudantes, professores e unidades educacionais, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento da prática pedagógica e de estimular a leitura e a escrita na educação básica. Realização e participação em eventos, seminários ou encontros e o pagamento de prêmios para o aperfeiçoamento da política de incentivo à leitura e à escrita, além de atividades de suporte, tais como: produção e disponibilização do Guia do Livro Didático, seleção, avaliação e controle de qualidade das obras.

Além dos livros didáticos, são distribuídas obras literárias e de apoio à prática da educação básica para a formação dos acervos das bibliotecas escolares por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Nele são avaliados, selecionados e distribuídos acervos de literatura, obras teórico-metodológicas de apoio à prática pedagógica do professor e de periódicos de cunho pedagógico às bibliotecas das escolas públicas de educação básica. As temáticas de valorização da diversidade humana são em obras adquiridas por meio do PNBE-Temático.

A ação apresentou Economicidade "Contida" (0,83) e Eficácia "Contida" (0,63) e Eficiência "Contida" (0,95). É importante destacar que o planejamento físico/orçamentário ocorreu, aproximadamente, um ano antes da aquisição dos livros, tendo em vista que esta aconteceu no segundo semestre de 2015. O cenário de 2015 foi de forte inflação e aumento de custos, o que impactou na eficiência e precisão do planejamento da ação.

Programa: 2031 – Educação Profissional e Tecnológica

Contextualização

Uma educação profissional e tecnológica de qualidade, voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e alinhada com as necessidades

do mercado de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. Sob a ótica da gestão financeira, orçamentária e de custos é imprescindível que se consiga evidenciar as entregas, necessárias a esse desenvolvimento, por meio da alocação e execução eficientes dos recursos, o que se traduz por sua vez em transparência.

A Constituição Federal de 1988 inclui entre os direitos sociais a educação e o trabalho. Nesse sentido, uma educação profissional e tecnológica de qualidade, voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e alinhada com as necessidades do mercado de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País.

É na educação profissional e tecnológica que se tornam ainda mais evidentes os vínculos entre educação, território e desenvolvimento, elementos cuja articulação é indispensável.

Nesse contexto, insere-se o Programa Educação Profissional e Tecnológica (2031) do PPA 2012-2015, que contemplou dois Objetivos, nove Metas e sete Indicadores em consonância com os compromissos enunciados na versão inicial do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), à época, em discussão no Congresso Nacional.

O PNE apresenta diretrizes e metas que perpassam a execução de todos os programas do MEC, com ações desenvolvidas conjuntamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios, constituindo-se em um fundamental norteador das políticas públicas educacionais.

O Objetivo 0582 visa expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Entre as metas deste objetivo, para os fins deste relatório podem ser destacadas as seguintes, para cujo atingimento contribuem as ações orçamentárias selecionadas:

- Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562;
- Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020;
- Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020;
- Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes

Conforme dados obtidos via Tesouro Gerencial, o gasto com o objetivo 0582 foi de R$ 6,9 bilhões em 2014 e de R$ 5,5 bilhões, em 2015. O quadro abaixo demonstra os custos do objetivo 0582 por grupo de natureza da despesa orçamentária.

EM R$ MIL

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO		2014	2015	A.H *
					CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)	
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.471.929	4.416.102	-19%
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	4	INVESTIMENTOS	1.439.059	1.098.466	-24%
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	5	INVERSOES FINANCEIRAS	15.600	1.059	-93%

* Variação percentual de 2015 para 2014 / Fonte: Tesouro Gerencial / Data da extração: 14/01/2016

Observa-se que 80% dos custos do objetivo refere-se ao grupo de despesa 3 – Outras despesas correntes. Isto acontece porque aproximadamente 92% dos gastos do objetivo estão concentrados no Pronatec e no funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Ação 20RW – Apoio a Formação Profissional, Cientifica e Tecnológica

Atualmente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é a principal estratégia do Governo Federal para ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Ele é composto de iniciativas já existentes e da Bolsa-Formação, que promove a oferta gratuita em cursos técnicos e de formação inicial e continuada. O valor pago para os ofertantes é de R$ 10,00 aluno/hora para cursos presenciais e R$4,50/hora para Educação a Distância.

A Bolsa-Formação é executada por meio da ação 20RW – Apoio a Formação Profissional, Cientifica e Tecnológica. Considera-se que os indicadores de economicidade, eficácia e eficiência gerados para esta ação orçamentária não podem ser utilizados para a análise, por várias razões.

Primeiramente, houve um erro formal na definição da meta física para o exercício de 2015. A meta estabelecida pelo MEC seria de 1.205.972 vagas. No entanto, o número 1 foi substituído por 7, resultado em meta de 7.205.972, ficando claro um erro formal, já que não houve aumento de dotação correspondente.

Além disto, mesmo que se utilizasse a meta física correta para o cálculo dos indicadores, o resultado não seria adequado para os fins desejados por este relatório de custos, pois o orçamento definido para a ação não contempla apenas novas matrículas realizadas no ano (meta física realizada), mas também a continuidade das matrículas que perpassam os exercícios. O pagamento é feito a partir da carga-horária dos cursos.

Há, ainda, uma diferença metodológica entre os critérios utilizados para a definição da meta física e os utilizados para o cálculo dos indicadores.

O produto apontado como meta física da ação não contempla a continuidade de todas as matrículas realizadas anos anteriores, com continuidade em 2015. Os cursos perpassam o exercício em função de sua carga-horária, que, para os cursos técnicos é de pelo menos 800 e em média 1200 horas.

Há, ainda, problema relacionado à relação entre o orçamento de Restos a Pagar liquidados no exercício e a execução física.

Os restos a pagar da Bolsa Formação cuidam de garantir o pagamento da continuidade de matrículas iniciadas no ano anterior, em função da carga-horária dos cursos. Como o Pronatec contabiliza como indicador apenas novas matrículas, considerou-se mais adequado não registrar execução física do exercício as matrículas mantidas com RAP.

Ação 20RL – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

O orçamento anual destinado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é definido por meio da Matriz Orçamentária de Custeio e Investimento. Os recursos distribuídos pela Matriz são alocados nas várias ações orçamentárias disponíveis aos institutos federais, entre elas a 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica e a 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

A metodologia utilizada para distribuição dos recursos considera os seguintes itens de composição principais: Pré-Expansão, Expansão, Reitoria, Ensino a Distância, Assistência Estudantil e Pesquisa Aplicada.

O número de matrículas dos estudantes dos cursos de nível médio, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação à distância (EAD) são obtidos com base no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec.

Para distribuição de recursos para expansão e reestruturação dos Institutos Federais (ação orçamentária 20RG), são também considerados os custos e índices do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi.

Contudo cabe ressaltar que os elementos de custos aqui evidenciados, apesar

de significantes, são apenas uma pequena parcela das ferramentas de custos relacionadas ao assunto e que podem ser usadas para aprimorar o controle e a avaliação da aplicação dos recursos.

O produto da ação 20RL é "Estudante matriculado". Esta ação apresenta uma grande complexidade de análise, pois envolve a execução por 55 unidades orçamentárias. Esta ação apresentou Eficácia "Contida" (0,95), indicando que o número de estudantes matriculados foi muito próximo do previsto.

O indicador de eficiência apontou Eficiência "Excedente" (2,28). Este número não pode ser utilizado para análise, pois independentemente do quão eficiente tenha sido a gestão do conjunto de UOs que utilizam a ação, há uma diferença metodológica entre os critérios utilizados para a definição da meta física e os utilizados para o cálculo dos indicadores. Para esta ação, não é possível separar a execução física com RAP, pois se entende que todos os estudantes matriculados na instituição são beneficiados tanto com a execução do orçamento de funcionamento do exercício quanto com a dos Restos a Pagar.

Em função disto, optou-se por informar, no acompanhamento orçamentário, o mesmo valor de execução física, tanto para o realizado com o orçamento do exercício quanto com RAP. Desta forma, quando é calculado o indicador, a execução física é computada em duplicidade.

O indicador de Economicidade teve valor de 1,15 ("Econômico"), representando uma redução do gasto por estudante matriculado entre os exercícios de 2014 e 2015. Há que se ponderar, neste caso, que não necessariamente isto significa um resultado desejável, conforme apontado pela metodologia de análise dos indicadores, proposta pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015.

A ação 20RL engloba gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Embora a economicidade deva estar entre as prioridades dos gestores públicos, considera-se que a utilização da ação orçamentária como parâmetro de análise não seja a maneira mais adequada para que se atinja os fins desejados em várias situações. No caso das ações de funcionamento de instituições de educação profissional e tecnológica, a redução do gasto por estudante matriculado pode representar prejuízo a uma série de atividades educacionais finalísticas da instituição mencionadas acima.

Por exemplo: se uma instituição de ensino decidir equipar todas as suas salas de aula com aparelhos de ar condicionado, para melhorar o conforto dos professores e alunos, seu gasto com custeio aumentará, mas isto não será, necessariamente, antieconômico. Pelo contrário, um possível aumento do rendimento escolar poderia trazer um benefício econômico maior que o aumento do custo. Será antieconômico se não houver real necessidade ou se os aparelhos forem superdimensionados.

Por outro lado, um aumento do gasto por aluno pode tornar-se indesejável, se provocado pela realização de despesas de maneira indiscriminada e por desperdício de recursos.

Considera-se, portanto, que o tipo de análise proposto pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015 não poderá ser feito via execução física e orçamentária da ação orçamentária, pois não há forma de se resumir toda a complexidade do sistema numa metodologia que utilize a ação orçamentária e seu produto para fins de análise de custos.

20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

A ação 20RG tem como produto "Projeto Viabilizado" e é utilizada por 41 unidades orçamentárias, no âmbito do MEC. Esta ação apresentou Eficácia "Contida" (0,71), Eficiência "Eficiente" (1,07), e Economicidade "Excedente" (40,73).

Estes números não podem ser utilizados para análise, entre outras razões, porque houve alteração no produto de "Vaga disponibilizada" para "Projeto Viabilizado", de 2014 para 2015.

Considera-se a ação 20RG como outro caso em que a realidade apresenta uma complexidade que não permite que se faça uma análise de custos via execução física e orçamentária da ação.

Esta ação é utilizada para viabilizar projetos que resultem no início de funcionamento de nova unidade vinculada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; projetos de reforma e/ou ampliação de bens imóveis, aquisição de equipamento ou mobiliários; projetos de suporte para implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico visando à inovação; ou projetos de modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários para unidades vinculadas a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Há, portanto uma grande variabilidade de valores e escalas de projetos que podem ser viabilizados com os recursos da ação. Por exemplo:

Digamos que, no ano A, a instituição decida equipar 10 laboratórios a um custo total de R$ 1 milhão. Seriam 10 projetos viabilizados a um custo médio de R$100.000,00. No ano A+1, a mesma instituição decide construir um prédio para ampliar o número de salas de aula, com investimento de R$1.000.000,00. Seria 1 projeto viabilizado a um custo médio de R$1.000.000,00. Haverá um aumento do custo médio de 900%, que não terá relação alguma com a economicidade dos projetos. A economicidade somente poderá ser avaliada considerando-se o planejamento e a execução de cada projeto individualmente.

A comparação anual ou entre unidades orçamentárias distintas também é inadequada porque os projetos podem ser totalmente diferentes, dependendo do tipo e da finalidade a que se destinam.

Assim como acontece em grande parte das ações orçamentárias, a análise da eficácia fica prejudicada devido à antecedência com que é feita a elaboração do projeto de lei orçamentária. Entre a elaboração da proposta e início da execução, pode haver mudanças de gestão, mudanças de prioridades políticas, alterações de custos dos projetos, etc. Isto poderá levar a uma reavaliação da quantidade de projetos que serão executados, em relação ao que estava inicialmente previsto na lei orçamentária. Se os projetos forem reduzidos e a meta física não for alterada nos momentos de crédito, a gestão será considerada equivocadamente ineficaz. Se a meta física for atualizada, a gestão será considerada eficaz, apenas por ajustar a meta física à realidade.

Programa: 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Contextualização

A educação superior passou por um significativo processo de expansão na última década, especialmente as instituições federais de ensino superior (Ifes), responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico do País, com potencial de transformar a realidade na qual estão inseridas.

Nesse sentido, a expansão das universidades federais está alicerçada nos princípios da democratização e inclusão, cujo objetivo é ampliar o acesso e a permanência na educação superior, com vistas à contribuição para o desenvolvimento e à diminuição das assimetrias regionais existentes no País.

A ampliação e a democratização do acesso à educação superior de qualidade a partir do reconhecimento do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social do País são os principais objetivos do Ministério da Educação (MEC) nesse eixo de atuação. Proporcionar esse nível de ensino a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a inclusão social e para a geração de trabalho e renda.

Nesse contexto, insere-se o Programa Educação Superior: graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão (2032) do PPA 2012-2015, que contemplou três Objetivos, 12 Metas e 11 Indicadores em consonância com os compromissos enunciados na versão inicial do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), à época, em discussão no Congresso Nacional. O PNE apresenta diretrizes e metas que perpassam a execução de todos os programas do MEC, com ações desenvolvidas conjuntamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios, constituindo-se em um fundamental norteador das políticas públicas educacionais.

O objetivo 0841 contempla ações com vistas a ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Entre as metas deste objetivo, para os fins deste relatório podem ser destacadas as seguintes, para cujo atingimento contribuem as ações orçamentárias selecionadas:

- Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020;
- Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020;
- Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020;
- Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324; e
- Elevar o número de universidades federais para 63.

Conforme dados obtidos via Tesouro Gerencial, o gasto com o objetivo 0841 foi de R$ 8,6 bilhões em 2014 e de R$ 8,0 bilhões, em 2015.

O quadro abaixo demonstra os custos do objetivo 0841 por grupo de natureza da despesa orçamentária.

EM R$ MIL

PROG. PT	OBJETIVO PT		GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	2014	2015	A.H *
					CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)	
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0841	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.115.869	6.140.150	0%
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0841	4	INVESTIMENTOS	2.533.129	1.876.938	-26%
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0841	5	INVERSOES FINANCEIRAS	20.230	7.000	-65%

* Variação percentual de 2015 para 2014 / Fonte: Tesouro Gerencial - Data da extração: 14/01/2016

Observa-se que 76% dos custos do objetivo refere-se ao grupo de despesa 3 – Outras despesas correntes. Isto acontece porque aproximadamente 54% dos gastos do objetivo estão concentrados nas ações de funcionamento das instituições de ensino superior e de assistência estudantil. A ação de reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior, onde está concentrada a maior parte dos investimentos, corresponde a aproximadamente 27% dos custos do objetivo.

O orçamento anual destinado às Instituições Federais de Ensino Superior é definido por meio da Matriz Orçamentária de Custeio e Investimento. Os recursos distribuídos pela Matriz são alocados nas várias ações orçamentárias disponíveis às universidades federais, entre elas a 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior, a 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior e a 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior.

Ação 20RK- Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

A Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital – Matriz OCC é o instrumento de distribuição anual dos recursos destinados às universidades federais. A composição da Matriz OCC tem como base o número de alunos equivalentes de cada universidade, calculado a partir dos indicadores relativos ao número de alunos matriculados e concluintes da graduação e pós-graduação de cada universidade federal, bem como, entre outros, o indicador de eficiência/eficácia RAP (relação aluno professor) e os indicadores de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação baseados em sistemas de informação do MEC.

As ponderações aplicáveis aos parâmetros utilizados para a distribuição dos recursos, previstos em portaria, são especificadas pela Comissão Paritária, composta por cinco representantes do MEC e cinco membros dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes.

Os preços da obra devem ser compatíveis com os praticados no mercado e quando não abrangidos pelo Sinapi devem ser justificados em pareceres técnicos.

O produto da ação 20RL é "Estudante matriculado". Esta ação apresenta uma grande complexidade de análise, pois envolve a execução por 63 unidades orçamentárias.

A ação 20RL apresentou Eficácia "Contida" (0,87), indicando que o número de estudantes matriculados foi muito próximo do previsto.

O indicador de eficiência apontou Eficiência "Excedente" (1,9). Considera-se que este número não pode ser utilizado para análise, pois independentemente do quão eficiente tenha sido a gestão do conjunto de UOs que utilizam a ação, há uma diferença metodológica entre os critérios utilizados para a definição da meta física e os utilizados para o cálculo dos indicadores.

Para esta ação, não é possível separar a execução física com RAP, pois se entende que todos os estudantes matriculados na instituição são beneficiados tanto com a execução do orçamento de funcionamento do exercício quanto com a dos Restos a Pagar. Em função disto, optou-se por informar, no acompanhamento orçamentário, o mesmo valor de execução física, tanto para o realizado com o orçamento do exercício quanto com RAP. Desta forma, quando é calculado o indicador, a execução física é computada em duplicidade.

O indicador de Economicidade teve valor de 1,10 ("Econômico"), representando uma redução do gasto por estudante matriculado entre os exercícios de 2014 e 2015. Há que se ponderar, neste caso, que não necessariamente isto significa um resultado desejável, conforme apontado pela metodologia de análise dos indicadores, proposta pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015.

A ação 20RK engloba gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Superior, além de definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Embora a economicidade deva estar entre as prioridades dos gestores públicos, considera-se que a utilização da ação orçamentária como parâmetro de análise não seja a maneira mais adequada para que se atinja os fins desejados, em várias situações.

No caso das ações de funcionamento de instituições de ensino superior, a redução do gasto por estudante matriculado pode representar prejuízo a uma série de atividades educacionais finalísticas da instituição mencionadas acima.

Por exemplo: se uma instituição de ensino decidir aumentar seu gasto com pesquisa, o orçamento da ação de funcionamento aumentará, para o mesmo número de alunos, fazendo com que o custo por aluno aumente. Isto não representa uma situação de ineficiência na utilização do orçamento. Pelo contrário, é desejável que aconteça.

Por outro lado, um aumento do gasto por aluno pode tornar-se indesejável, se provocado pela realização de despesas de maneira indiscriminada e por desperdício de recursos.

Considera-se, portanto, que o tipo de análise proposto pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015 não poderá ser feito via execução física e orçamentária da ação orçamentária, pois não há forma de se resumir toda a complexidade do sistema numa metodologia que utilize a ação orçamentária e seu produto para fins de análise de custos.

Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

A ação 8282 tem como produto "Projeto Viabilizado" e é utilizada por 63 unidades orçamentárias, no âmbito do MEC. Esta ação apresentou Eficácia

"Contida" (1,0), Eficiência "Ineficiente" (0,00), e sem Economicidade (0,00).

Estes números não podem ser utilizados para análise, entre outras razões, porque houve alteração no produto de "Vaga disponibilizada" para "Projeto Viabilizado" de 2014 para 2015.

Considera-se que a ação 8282 se configura outro caso em que a realidade apresenta uma complexidade que não permite que se faça uma análise de custos via execução física e orçamentária da ação.

Esta ação é utilizada para viabilizar projetos de apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, que visem ao aumento do número de vagas, à redução da evasão, à adequação e à modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e ao atendimento das necessidades de manutenção, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor.

Também é utilizada para o repasse de auxílio financeiro pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições, além de apoio à ações que visem à mobilidade estudantil, à criação de vagas especialmente em cursos noturnos e ao aumento de concluintes no ensino superior.

Há, portanto uma grande variabilidade de tipos, valores e escalas de projetos que podem ser viabilizados com os recursos da ação, de modo semelhante à ação 20RG.

Por exemplo: o investimento necessário para a implantação de um curso de medicina é muito mais elevado que o necessário para o curso de direito. Variações anuais do custo por projeto não podem, portanto, ser utilizadas para análise de custo, pois podem estar comparando coisas totalmente distintas. Neste caso, a redução do custo não significa um aumento da economicidade, nem o aumento do custo representa uma gestão antieconômica.

A comparação anual ou entre unidades orçamentárias distintas também é inadequada porque os projetos podem ser totalmente diferentes, dependendo do tipo e da finalidade a que se destinam.

Assim como acontece em grande parte das ações orçamentárias, a análise da eficácia fica prejudicada devido à antecedência com que é feita a elaboração do projeto de lei orçamentária.

Entre a elaboração da proposta e início da execução, pode haver mudanças de gestão, mudanças de prioridades políticas, alterações de custos dos projetos, etc. Isto poderá levar a uma reavaliação da quantidade de projetos que serão executados, em relação ao que estava inicialmente previsto na lei orçamentária.

Se os projetos forem reduzidos e a meta física não for alterada nos momentos de crédito, a gestão será considerada equivocadamente ineficaz. Se a meta física for atualizada, a gestão será considerada eficaz, apenas por ajustar a meta física à realidade.

Ação 4002- Assistência ao Estudante de Ensino Superior

A ação 4002 tem como produto "Benefício concedido" e é utilizada por 64 unidades orçamentárias, no âmbito do MEC. Esta ação apresentou Eficácia "Excedente" (4,6), Eficiência "Excedente" (7,08), e Economicidade "Econômica" (1,06). Porém, esses números não podem ser utilizados para análise, entre outras razões, porque houve alteração no produto de "Aluno assistido" para "Benefício concedido" de 2014 para 2015.

A ação 4002 tem por escopo o apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência; e fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, inclusive para estudantes estrangeiros, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante de ensino superior.

Independentemente do produto utilizado, esta ação, assim como as demais, apresenta uma significativa complexidade para análise de custos, conforme a metodologia proposta pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015.

Isto se explica por ser utilizada para o custeio de uma série de benefícios, conforme detalhado acima. Além disto, o número de benefícios concedidos a cada estudante pode variar e as despesas com custeio da moradia estudantil e do restaurante universitário também são custeadas pela ação 4002.

Seguindo a mesma lógica das demais ações tratadas neste relatório, um aumento no gasto por estudante, no número de benefícios concedidos ou no custo do benefício não pode, necessariamente, ser considerado indesejável. Este aumento pode ser, inclusive, necessário para um melhor cumprimento das funções de assistência estudantil, melhorando as condições de permanência e de sucesso dos estudantes.

Há que se considerar, entretanto, que o aumento dos custos se tornaria indesejável se fosse oriundo de concessão indiscriminada de benefícios ou do desperdício de recursos.

Considera-se, portanto, que o tipo de análise proposto pela Orientação Normativa nº 01, de 17 de dezembro de 2015 não poderá ser feito via execução física e orçamentária da ação orçamentária, pois não há forma de se resumir toda a complexidade do sistema numa metodologia que utilize a ação orçamentária e seu produto para fins de análise de custos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA E OBJETIVO (CONSOLIDADO)
EM R$ MIL

PROGRAMA PT		OBJETIVO PT		2014	2015
				CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2030	Educação Básica	0598	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	20.169.988	21.651.337
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	6.926.588	5.514.612
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0841	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	8.669.227	8.022.078

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA
EM R$ MIL

PROGRAMA PT		OBJETIVO PT		GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
						A.H *	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2030	Educação Básica	0598	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7%	19.406.538	20.850.438
2030	Educação Básica	0598	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	4	INVESTIMENTOS	5%	763.451	800.898
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-19%	5.471.929	4.416.102
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	4	INVESTIMENTOS	-24%	1.439.059	1.098.466
2031	Educação Profissional e Tecnológica	0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	5	INVERSOES FINANCEIRAS	-93%	15.600	1.059
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0841	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0%	6.115.869	6.140.150
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0841	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	4	INVESTIMENTOS	-26%	2.533.129	1.876.938
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0841	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	5	INVERSOES FINANCEIRAS	-65%	20.230	7.000

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA 2030 – EDUCAÇÃO BÁSICA / OBJETIVO 0598
EM R$ MILHÕES

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOT. ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
0515	Dinheiro Direto na Escola Para a Educação Básica	Escola Apoiada	Un.							153,50	121,97	234,78	2.051,00	1.476,19	1.902,28
20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos	Material Distribuído	Un.	206.587,67	191.874,72	191.874,72	1.981,20	1.125,22	1.530,10	209.502,93	132.526,14	192.526,14	1.913,88	1.112,39	1.848,93
8744	Apoio á Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	Aluno Atendido	Un.	46.741,19	42.235,96	42.235,96	3.710,36	3.697,97	3.701,52	42.620,52	41.819,21	83.638,43	3.775,44	3.764,64	3.768,94

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

PROGRAMA 2031 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA / OBJETIVO 0582
EM R$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOT. ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOT. ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação	Vaga Disponib.	Un.	638	3.242	14.471	1.256.037	213.517	792.109						
20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação	Projeto Viabilizado	Un.							700.744	500.214	500.542	1.010.460	191.864	672.746
20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional	Aluno Matriculado	Un.	671.053	594.691	1.122.497	2.374.973	1.362.104	1.923.287						
20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional	Estudante Matriculado	Un.							737.130	696.967	1.287.840	2.513.555	1.394.907	1.924.060
20RW	Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica	Vaga Ofertada	Un.							7.205.972	387.256	387.257	3.912.506	2.467.064	2.509.345

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

PROGRAMA 2032 –EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
OBJETIVO 0841
EM R$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOT. ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZ. (LOA+RAP)	VALOR DOT. ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Aluno Matriculado	Un.	16.169.127	1.144.252	2.077.387	4.550.671	3.121.122	4.003.350						
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Estudante Matriculado	Un.							1.395.211	1.152.473	2.014.989	4.657.284	3.040.574	3.540.711
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	Aluno Assistido	Un.	1.105.152	3.570.235	5.754.039	802.207	621.856	733.741						
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	Benefício Concedido	Un.							1.161.154	5.336.517	6.635.276	985.514	713.170	795.015
8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino	Vaga Disponib.	Un.	2.404.131	1.018	13.722	3.257.111	1.518.804	2.531.832						
8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino	Projeto Viabilizado	Un.							403.253	754	1.363	3.069.596	1.285.283	2.145.111

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
					FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2030	0598	0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA A EDUCACAO BASICA	1,65	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	13.362	8.102
2030	0598	20RQ	PRODUCAO, AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS E MATERIAIS DID	0,95	EFICIÊNCIA CONTIDA	9	10
2030	0598	8744	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)	1,97	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	89	45
2031	0582	20RG	EXPANSAO E REESTRUTURACAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCAC	1,07	EFICIENTE	1.442	1.344
2031	0582	20RL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	2,28	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	3.410	1.494
2031	0582	20RW	APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICA	0,08	INEFICIENTE	543	6.480
2032	0841	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1,90	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	3.338	1.757
2032	0841	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	7,08	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	849	120
2032	0841	8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO	0,00	INEFICIENTE	7.612	1.573.816

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
					FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
2030	0598	0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA A EDUCACAO BASICA	0,79	EFICÁCIA CONTIDA	153.500	121.973
2030	0598	20RQ	PRODUCAO, AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS E MATERIAIS DID	0,63	EFICÁCIA CONTIDA	209.502.933	132.526.140
2030	0598	8744	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)	0,98	EFICÁCIA CONTIDA	42.620.523	41.819.214
2031	0582	20RG	EXPANSAO E REESTRUTURACAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCAC	0,71	EFICÁCIA CONTIDA	700.744	500.214
2031	0582	20RL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	0,95	EFICÁCIA CONTIDA	737.130	696.967
2031	0582	20RW	APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICA	0,05	INEFICAZ	7.205.972	387.256
2032	0841	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0,83	EFICÁCIA CONTIDA	1.395.211	1.152.473
2032	0841	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	4,60	EFICÁCIA EXCEDENTE	1.161.154	5.336.517
2032	0841	8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO	0,00	INEFICAZ	403.253	754

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
					FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2030	0598	0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA A EDUCACAO BASICA				8.102
2030	0598	20RQ	PRODUCAO, AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS E MATERIAIS DID	0,83	ECONOMICIDADE CONTIDA	8	10
2030	0598	8744	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)	1,94	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	88	45
2031	0582	20RG	EXPANSAO E REESTRUTURACAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCAC	40,73	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	54.738	1.344
2031	0582	20RL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	1,15	ECONÔMICO	1.713	1.494
2031	0582	20RW	APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICA				6.480
2032	0841	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1,10	ECONÔMICO	1.927	1.757
2032	0841	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	1,06	ECONÔMICO	128	120
2032	0841	8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO	0,12	SEM ECONOMICIDADE	184.509	1.573.816

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

PERCENTUAL DO CUSTO NO PROGRAMA TEMÁTICO – POR AÇÃO

PROGRAMA	OBJETIVO	2014			2015		
		LOA DESPESAS LIQUIDADAS	RAP RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO (LOA + RAP)	LOA DESPESAS LIQUIDADAS	RAP RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO (LOA + RAP)
2030	0598	16.996.627.600,29	3.173.360.891,02	20.169.988.491,31	17.852.746.535,65	3.798.602.111,59	21.651.348.647,24
2031	0582	5.497.259.909,32	1.429.328.130,34	6.926.588.039,66	4.391.957.602,58	1.122.304.280,91	5.514.261.883,49
2032	0841	6.262.950.306,00	2.406.277.175,43	8.669.227.481,43	6.319.991.276,58	1.701.749.055,87	8.021.740.332,45
TOTAL		28.756.837.815,61	7.008.966.196,79	35.765.804.012,40	28.564.695.414,81	6.622.655.448,37	35.187.350.863,17

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

VALORES EM R$ MILHÕES

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO 2014 (LOA + RAP)	% DO PROGRAMA	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO 2015 (LOA + RAP)	% DO PROGRAMA
2030	0598	0E36	Complementacao da uniao ao fundo de manutencao e desenvolvimento da educacao basica e de valorizacao dos profissionais da educacao - fundeb	8.870.109,21	1.992.226,83	10.862.336,04	53,85%	10.614.680,62	1.987.190,06	12.601.870,68	58,20%
2030	0598	8744	Apoio a alimentacao escolar na educacao basica (pnae)	3.697.969,52	3.550,61	3.701.520,13	18,35%	3.764.635,27	4.302,43	3.768.937,70	17,41%
2030	0598	0515	Dinheiro direto na escola para a educacao basica	2.122.263,45	-	2.122.263,45	10,52%	1.476.191,22	426.086,75	1.902.277,97	8,79%
2030	0598	20RQ	Producao, aquisicao e distribuicao de livros e materiais didaticos e pedagogicos para educacao basica	1.125.219,44	404.875,48	1.530.094,92	7,59%	1.112.384,78	736.544,72	1.848.929,50	8,54%
2030	0598	0969	Apoio ao transporte escolar na educacao basica	580.751,65	-	580.751,65	2,88%	573.528,62	-	573.528,62	2,65%
2030	0598	0E53	Apoio ao transporte escolar para a educacao basica - caminho da escola	25.667,89	181.109,98	206.777,87	1,03%	-	310.359,94	310.359,94	1,43%
2030	0598	0920	Concessao de bolsa para equipes de alfabetizacao	6.238,80	325.841,00	332.079,80	1,65%	66.565,45	125.365,15	191.930,60	0,89%
2030	0598	8790	Apoio a alfabetizacao e a educacao de jovens e adultos	68.294,87	126,63	68.421,50	0,34%	10.809,93	136.613,14	147.423,07	0,68%
2030	0598	20RI	Funcionamento das instituicoes federais de educacao basica	74.415,20	39.831,52	114.246,72	0,57%	91.548,03	29.288,67	120.836,71	0,56%
2030	0598	0509	Apoio ao desenvolvimento da educacao basica	207.241,79	55.691,65	262.933,44	1,30%	39.898,22	32.979,25	72.877,47	0,34%
2030	0598	00OW	Apoio a manutencao da educacao infantil	-	-	-	0,00%	39.503,01	-	39.503,01	0,18%
2030	0598	0A26	Concessao de auxilio-financeiro	40.977,80	26.787,70	67.765,50	0,34%	28.654,60	9.872,00	38.526,60	0,18%
2030	0598	2A95	Elevacao da escolaridade e qualificacao profissional -projovem	134.325,31	1.288,50	135.613,81	0,67%	31.890,19	-	31.890,19	0,15%
2030	0598	213M	Apoio a iniciativas de valorizacao da diversidade, de promoc	-	-	-	0,00%	2.456,60	-	2.456,60	0,01%
2030	0598	20RF	Tecnologia da informacao e comunicacao para a educacaobasica	3.845,46	104.979,05	108.824,52	0,54%	-	-	-	0,00%
2030	0598	20RS	Apoio ao desenvolvimento da educacao basica nas comunidades do campo, indigenas, tradicionais, remanescentes de quilombo e das tematicas de cidadania, direitos humanos, meio ambiente e politicas de inclusao dos alunos com deficiencia.	4.431,58	9.493,04	13.924,61	0,07%	-	-	-	0,00%
2030	0598	20RT	Certames e tecnologias educacionais	-	844,10	844,10	0,00%	-	-	-	0,00%
2030	0598	20RV	Apoio a manutencao da educacao infantil	34.875,65	23.501,13	58.376,78	0,29%	-	-	-	0,00%
2030	0598	8526	Apoio a iniciativas para melhoria da qualidade da educacao de jovens e adultos	-	3.213,66	3.213,66	0,02%	-	-	-	0,00%
2030 Total				16.996.627,60	3.173.360,89	20.169.988,49	100,00%	17.852.746,54	3.798.602,11	21.651.348,65	100%
2031	0582	20RW	Apoio a formacao profissional, cientifica e tecnologica	3.546.523,00	92.537,92	3.639.060,91	52,54%	2.467.064,36	42.280,26	2.509.344,62	45,51%
2031	0582	20RL	Funcionamento de instituicoes federais de educacao profissional e tecnologica	1.362.103,63	561.183,80	1.923.287,43	27,77%	1.394.906,75	528.997,23	1.923.903,97	34,89%
2031	0582	20RG	Expansao e reestruturacao de instituicoes federais de educacao profissional e tecnologica	213.516,67	578.591,88	792.108,55	11,44%	191.863,63	480.874,28	672.737,91	12,20%
2031	0582	2994	Assistencia ao estudante da educacao profissional e tecnologica	272.537,83	29.577,86	302.115,69	4,36%	306.292,44	43.439,94	349.732,39	6,34%
2031	0582	6380	Fomento ao desenvolvimento da educacao profissional e tecnologica	21.101,64	55.126,44	76.228,08	1,10%	31.830,42	26.712,57	58.542,99	1,06%
2031	0582	6358	Capacitacao de recursos humanos da educacao profissional e tecnologica	14.475,30	2.114,37	16.589,67	0,24%	-	-	-	0,00%
2031	0582	8252	Educacao profissional e tecnologica a distancia	13.591,11	26.787,08	40.378,19	0,58%	-	-	-	0,00%
2031	0582	8652	Modernizacao da rede publica nao federal de educacao profissional, cientifica e tecnologica	53.410,73	83.408,79	136.819,52	1,98%	-	-	-	0,00%
2031 Total				5.497.259,91	1.429.328,13	6.926.588,04	100,00%	4.391.957,60	1.122.304,28	5.514.261,88	100%

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO 2014 (LOA + RAP)	% DO PROGRAMA	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	CUSTO 2015 (LOA + RAP)	% DO PROGRAMA
2032	0841	20RK	Funcionamento de instituicoes federais de ensino superior	3.121.122,29	882.227,68	4.003.349,96	46,18%	3.040.573,74	499.754,88	3.540.328,62	44,13%
2032	0841	8282	Reestruturacao e expansao de instituicoes federais de ensino superior	1.518.804,06	1.013.028,28	2.531.832,33	29,20%	1.285.282,74	859.444,57	2.144.727,31	26,74%
2032	0841	4002	Assistencia ao estudante de ensino superior	621.855,69	111.885,45	733.741,14	8,46%	713.169,62	81.845,45	795.015,07	9,91%
2032	0841	00P1	Apoio a residencia em saude	-	-	-	0,00%	484.621,72	-	484.621,72	6,04%
2032	0841	4086	Funcionamento e gestao de instituicoes hospitalares federais	194.537,69	88.661,18	283.198,86	3,27%	317.060,20	38.944,56	356.004,77	4,44%
2032	0841	20RX	Reestruturacao e modernizacao de instituicoes hospitalares federais	151.086,47	75.647,37	226.733,84	2,62%	213.907,93	105.721,48	319.629,41	3,98%
2032	0841	0A12	Concessao de bolsa-permanencia no ensino superior	77.376,30	7.359,10	84.735,40	0,98%	118.373,10	7.101,30	125.474,40	1,56%
2032	0841	148G	Construcao fisica do hospital de clinicas de porto alegre	9.550,55	31.917,66	41.468,21	0,48%	41.590,23	24.676,00	66.266,23	0,83%
2032	0841	11G1	Implantacao da universidade federal da integracao latino-americana - unila	20.342,55	18.001,53	38.344,08	0,44%	20.003,77	10.999,23	31.003,00	0,39%
2032	0841	11G0	Implantacao da universidade federal do oeste do para -ufopa	22.991,83	18.833,79	41.825,62	0,48%	20.483,85	8.266,59	28.750,44	0,36%
2032	0841	152X	Ampliacao e reestruturacao de instituicoes militares de ensino superior	-	-	-	0,00%	6.893,44	12.440,98	19.334,42	0,24%
2032	0841	14XN	Implantacao da universidade federal do oeste da bahia - ufob	11.661,36	-	11.661,36	0,13%	11.282,28	6.935,01	18.217,28	0,23%
2032	0841	14XQ	Implantacao da universidade federal do sul da bahia - ufesba	9.418,93	-	9.418,93	0,11%	11.768,27	4.584,46	16.352,73	0,20%
2032	0841	14XP	Implantacao da universidade federal do cariri - ufca	5.400,40	-	5.400,40	0,06%	8.646,93	6.955,72	15.602,65	0,19%
2032	0841	14XO	Implantacao da universidade federal do sul e sudeste do para - unifesspa	12.557,73	-	12.557,73	0,14%	844,79	14.482,29	15.327,08	0,19%
2032	0841	125C	Implantacao da universidade federal da fronteira sul -uffs	22.122,10	49.948,70	72.070,80	0,83%	14.278,35	-	14.278,35	0,18%
2032	0841	14IM	Construcao dos predios do hospital da ufjf	295,73	9.778,58	10.074,31	0,12%	-	11.433,67	11.433,67	0,14%
2032	0841	125B	Implantacao da universidade da integracao internacional da lusofonia afro-brasileira - unilab	17.333,41	19.578,74	36.912,15	0,43%	1.845,28	6.260,65	8.105,92	0,10%
2032	0841	154S	Construcao de edificios no campus de santo andre da universi	-	-	-	0,00%	3.008,93	-	3.008,93	0,04%
2032	0841	157G	Implantacao do hospital universitario da universidade federa	-	-	-	0,00%	2.974,75	-	2.974,75	0,04%
2032	0841	6344	Regulacao e supervisao dos cursos de graduacao e de instituicoes publicas e privadas de ensino superior	2.363,23	202,05	2.565,28	0,03%	1.008,94	577,22	1.586,16	0,02%
2032	0841	0048	Apoio a entidades de ensino superior nao federais	-	2.000,00	2.000,00	0,02%	-	1.325,00	1.325,00	0,02%
2032	0841	156Y	Implantacao do hospital universitario julio bandeira da univ	-	-	-	0,00%	1.088,38	-	1.088,38	0,01%
2032	0841	157E	Implantacao do hospital universitario da universidade federa	-	-	-	0,00%	738,91	-	738,91	0,01%
2032	0841	156X	Implantacao do hospital universitario da universidade federa	-	-	-	0,00%	545,13	-	545,13	0,01%
2032	0841	4005	Apoio a residencia em saude	441.068,22	41,60	441.109,82	5,09%	-	-	-	0,00%
2032	0841	6328	Universidade aberta e a distancia	3.061,78	4.309,79	7.371,57	0,09%	-	-	-	0,00%
2032	0841	12EL	Implantacao da universidade federal do abc	-	72.855,68	72.855,68	0,84%	-	-	-	0,00%
2032 Total				6.262.950,31	2.406.277,18	8.669.227,48	100,00%	6.319.991,28	1.701.749,06	8.021.740,33	100%
Total Geral				28.756.837,82	7.008.966,20	35.765.804,01		28.564.695,41	6.622.655,45	35.187.350,86	

Fonte: Tesouro Gerencial / Data de extração: 14/01/2016

5.8. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ

Programa 2070: Segurança Pública com Cidadania

Objetivo 0832: Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Contextualização

O programa Segurança Pública com Cidadania, que engloba a política de segurança pública adotada pelo governo federal, reúne grande parte das políticas sob a responsabilidade do MJ e visa atender ao disposto no art. 144 da Constituição Federal que atribui à União "a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio".

Sua concepção é orientada pela garantia do direito fundamental de todo cidadão à segurança, pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e pela participação da sociedade nas ações combinadas de promoção da cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime.

Dentre os objetivos relacionados à segurança pública, encontra-se a promoção de uma cultura de paz, a prevenção à violência, a segurança para grandes eventos e a repressão ao crime.

Para tanto, o programa abrange políticas que buscam aperfeiçoar as ações de segurança pública, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento com comunidade, por meio de investimentos no modelo de policiamento comunitário, na capacitação e valorização dos agentes, no aparelhamento, na reestruturação das áreas de inteligência e das polícias técnico científicas.

Além disso, o MJ tem envidado esforços para fortalecer a presença do Estado em regiões deflagradas pela violência, fortificando a integração de ações de prevenção à violência e combate de suas causas, de repressão e ordenamento social.

A realização de grandes eventos esportivos no País, tais como o mundial de futebol, as Olimpíadas, entre outros, impôs ao Estado o desafio de implementação do Plano Nacional de Segurança Púbica para Grandes Eventos, formulado com o objetivo de garantir um ambiente pacífico durante a realização desses eventos.

Tal implementação está definida no PPA 2012-2015 no Objetivo 0832 – Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e a execução dos projetos.

Para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 os governos Federal, Estadual e Municipal trabalharam arduamente com o planejamento necessário à estruturação do modelo de segurança dos Jogos e à preparação e integração dos órgãos de segurança, visando à realização pacífica e segura dos eventos.

Em eventos dessa magnitude, a segurança, que compreende a segurança pública, defesa nacional, inteligência, defesa civil, ordenamento urbano e segurança privada, deve ser vista por um prisma abrangente, que também englobe ações voltadas aos serviços de urgência, para que estes sejam capazes de prevenir e responder a quaisquer ameaças à segurança e à incolumidade da população em geral, dos espectadores, das delegações, das comitivas e dos convidados para o evento.

Assim, o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos tem como finalidade dotar as diversas instituições de segurança pública, como Força Nacional de Segurança Pública, Departamento da Polícia Federal, Departamento da Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis e Militares e Corpos de Bombeiros dos Estados-sede de melhores condições operacionais.

Metas

34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos.

Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções.

Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos Grandes Eventos.

Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO
R$ MILHARES

PROGRAMA	OBJETIVO	CUSTO	
		2014	2015
2070	0832	556.165	134.137

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC

O Plano Nacional para Segurança em Grandes Eventos começou em 2012, com a finalidade de integrar e fortalecer as instituições envolvidas no planejamento e execução das ações de segurança pública dos grandes eventos sediados pelo Brasil nos anos seguintes.

Para a implementação do Plano, além da cooperação e estabelecimento de protocolos de atuação entre os órgãos, foram realizados investimentos em equipamentos, sistemas e soluções, bem como treinamentos e capacitações para nivelar e aprimorar o conhecimento dos profissionais de segurança pública.

Com vistas à concretização de um legado que oferecesse uma grande melhoria dos serviços prestados pelas instituições de segurança pública e pela defesa civil nos Estados que sediam os eventos, foram realizados investimentos para dotar as forças de segurança com equipamentos e modernas tecnologias que privilegiam a atuação integrada dos órgãos.

Dentre os investimentos, destaca-se especialmente o Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC, que comanda de forma integrada todas as operações policiais e de prestação de serviços. Todo esse aparato tecnológico, além de centros integrados e delegacias móveis, oferecem às polícias, aos corpos de bombeiros, aos órgãos de trânsito e de defesa civil, ferramentas para uma atuação proativa, proporcionando o dimensionamento correto e a aplicação necessária da logística e do efetivo em tempo real.

O legado deixado pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, passa também pela modernização do modo de atuar das instituições.

A partir dos grandes eventos, as forças de segurança pública e de defesa civil passaram a utilizar o conceito de protocolos integrados de atuação. Isso significa que, para cada situação possível de ocorrer, um protocolo pré-existente pode ser acionado, fazendo com que as instituições saibam exatamente o que fazer e com que apoio contar das demais forças.

Outra importante linha de atuação foram as ações de qualificação e capacitação profissional, que demonstraram ser um eixo de trabalho primordial, uma vez que padroniza o conhecimento dos profissionais que trabalham juntos, e os qualifica a utilizarem os equipamentos e sistemas tecnológicos adquiridos. Além dos cursos, seminários e simpósios, também foram celebrados convênios, termos de execução descentralizada, capacitações em conjunto com as embaixadas de Países parceiros e capacitações promovidas pelas empresas fornecedoras de equipamentos e tecnologias adquiridas pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos.

Nos primeiros eventos realizados em 2013 – Copa das Confederações da Fifa Brasil 2013, Jornada Mundial da Juventude e Final Draw – já foi materializada a integração das operações policiais e de prestação de serviços que visavam à proteção do cidadão. Foi testada grande parcela das funcionalidades do SICC e foram aperfeiçoadas as ações de segurança pública para que os demais eventos transcorressem de forma segura e pacífica, conforme disposto no Plano Estratégico de Segurança Pública e Defesa para a Copa do Mundo Fifa 2014.

De fato, todos esses ingredientes colaboraram para realização da Copa do Mundo Fifa 2014 guarnecida de segurança pública.

A segurança pública foi fortalecida, demonstrando que as ações de forma integrada proporcionam como resultado um bom padrão de segurança. Prova disso é, além da utilização em eventos locais, a continuidade das operações, sob a coordenação das Secretarias de Estado de Segurança Pública com o apoio do Ministério, em outros eventos de relevância para o País, como as Eleições 2014, as provas do Enem, Final da Copa do Brasil, Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e festas regionais.

Os eventos bem sucedidos em questão de segurança pública servem de parâmetro para o próximo desafio, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016,

no Rio de Janeiro e demais estados que receberão a modalidade esportiva futebol.

Embora seja seguido o mesmo modelo de segurança adotado nos eventos anteriores, para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 é necessária a adequação das ações, uma vez que se trata de um evento singular, maior e de grande complexidade, envolvendo inúmeros locais de provas, milhares de atletas e diversas modalidades esportivas.

Em 2015 foram realizadas importantes articulações entre os órgãos envolvidos nas ações de segurança coordenadas pelo Ministério da Justiça.

Cita-se a criação de Comissões Estaduais de Segurança Pública e Defesa Civil, instaladas com a finalidade de promover a coordenação e integração das atividades de planejamento de segurança pública para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

A atual preocupação mundial com a retomada da violência por ações terroristas tem causado questionamentos sobre a atuação do Ministério da Justiça em relação à prevenção e aos mecanismos de combate a possíveis ataques.

Ações que tratam desse tema têm sido realizadas, como o trabalho desenvolvido em cooperação com as polícias internacionais na área de inteligência e execução de medidas de segurança, e ainda o Programa Observadores, cujo objetivo é acompanhar e analisar as ações preventivas utilizadas por outros Países em eventos esportivos.

Quanto aos investimentos materiais em segurança, há todo o legado da Copa do Mundo Fifa 2014 que continua em utilização, e os novos investimentos para a estruturação dos órgãos atuantes.

Destacam-se as melhorias e atualizações do SICC, as infraestruturas móveis e equipamentos para os órgãos policiais e guardas civis e a melhoria dos centros de ensino para capacitação de policiais.

Para a execução desses projetos foram celebrados Convênios e Termo de Execução Descentralizada e ainda aquisição direta para posterior doação aos governos estaduais e municipais.

Desenvolvimento

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA,
OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA
R$ MILHARES

PROGRAMA	OBJETIVO	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	CUSTO		
			2014	2015	% AH
2070	0832	3 – Outras Despesas Correntes	164.719	25.048	-85%
		4 - Investimentos	391.446	109.268	-72%

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

Análise Horizontal – AH do consumo de recursos, buscando evidenciar variações temporais significativas nos grupos de natureza de despesa, por objetivo de programa;

Em 2015, a implementação do Objetivo 0832 alcançou 93% (noventa e três por cento) da dotação inicial mais a suplementação de R$ 7.000.000,00 advinda do Ministério do Esporte, totalizando R$ 89,4 milhões executados.

A variação de custos observada de um ano para outro, 2014 e 2015, tanto para despesas correntes (- 85%) quanto para despesas de investimentos (-72%), deveu-se principalmente ao montante de gastos realizados durante o ano de 2014, que foi o ano de realização da Copa do Mundo Fifa 2014, que demandou gastos vultosos com operações policiais e capacitações, elevando sobremaneira os custos de despesas correntes para o ano de 2014. Soma-se ainda as aquisições de equipamentos e sistemas tecnológicos realizadas em 2014.

Os gastos realizados em 2015, ano pós Copa do Mundo Fifa 2014, foram para adequar e melhorar o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC), as infraestruturas móveis e equipamentos para os órgãos policiais e guardas civis e para a melhoria dos centros de ensino voltados à segurança pública, de acordo com o planejamento de gastos na preparação da segurança para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832
R$ MILHARES

GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUICOES			1.098	0,82%
		334041	CONTRIBUICOES			162	0,12%
		339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	82.345	14,81%	4.114	3,06%
		339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	5	0,00%	6	0,00%
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	23.672	4,26%	7.807	5,81%
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	6.195	1,11%	1.174	0,87%
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA			521	0,39%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.151	0,21%		
		339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	313	0,06%		
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			10.166	7,57%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	51.001	9,17%		
		339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	9	0,00%		
		339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5	0,00%	0	0,00%
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	8	0,00%		
		339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	2	0,00%		
		339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	13	0,00%		
4	INVESTIMENTOS	449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			5.269	3,92%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	73.958	13,30%		
		449051	OBRAS E INSTALACOES	43.300	7,79%		
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	274.188	49,30%	103.999	77,43%

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

Descrição da aplicação dos recursos por objeto do gasto, considerando a relevância dos insumos (demonstrativo complementar, por Natureza de Despesa).

No ano de 2014, ano de realização da Copa do Mundo Fifa 2014, percebe-se no Grupo "Outras Despesas Correntes" que houve grande quantidade de gastos com "Diárias" (14,81%) e "Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica" (9,17%). Isso foi devido ao grande número de policiais que se deslocaram de outros estados da federação para auxiliarem na segurança dos jogos da Copa do Mundo Fifa 2014 nos 12 (doze) estados-sede, bem como aos gastos com empresas que forneceram serviços (comunicação, links e dados) para os órgãos de segurança pública e para a Sesge/MJ.

No tocante ao Grupo de Despesas "Investimentos", houve gasto maior com a rubrica "Equipamentos e Material Permanente" (49,30%), como não poderia deixar de ser, devido aos investimentos em equipamentos tecnológicos de última geração (equipamentos de videowall, plataforma de observação elevada, ônibus multimissão, caminhão antitumulto, etc.) que foram empregados para garantir a segurança dos jogos na Copa do Mundo Fifa 2014.

No ano de 2015, os gastos na rubrica "Outras Despesas Correntes" ficaram um tanto quanto pulverizados nas rubricas "Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica" (7,57%), "Material de Consumo" (5,81%), "Diárias" (3,06%) e ainda "Contribuições – Convênios celebrados com a finalidade de capacitar os profissionais de segurança pública".

A maioria dos gastos, em 2015, ocorreu na rubrica "Equipamentos e Material e Permanente" (77,43%), no Grupo de Despesas "Investimentos", devido principalmente a novos investimentos para a estruturação dos órgãos federais atuantes na segurança pública de grandes eventos (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança Pública), destacando-se também as aquisições realizadas diretamente pela Sesge para melhoria e atualizações do SICC, incluindo as estruturas móveis e equipamentos para os órgãos policiais e guardas civis, assim como a melhoria dos centros de ensino dos órgãos de segurança pública com o Estado e o Município do Rio de Janeiro, por meio de convênios, visando aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Assim, em rápida síntese, nos períodos da realização dos eventos há um elevado gasto com despesas correntes necessárias à preparação e realização das operações de segurança, e em períodos que os antecedem ocorre maior gasto com adequação e investimentos na estruturação dos órgãos participantes.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
			UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	PLANO DE ACAO EXECUTADO	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA				707.748	1.658.771	1.509.172
		SISTEMA IMPLEMENTADO	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA	2.653.486	2.446.862	2.542.966			

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	PLANO DE ACAO EXECUTADO	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA							15	14	89	217.543	9.908	134.316
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	SISTEMA IMPLEMENTADO	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA	20	80	172	461.714	212.279	437.390						

Fonte: Siop/ Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	0,93	EFICÁCIA CONTIDA	15	14

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

A eficácia apresentada no objetivo 0832, ação 7U23, no ano de 2015, foi de 0,93 representando, portanto, uma eficácia contida, de acordo com a gradação dos resultados. Considerando que o índice representa a relação da execução física real com a execução física prevista, pode-se aferir que, para esta ação, alcançou-se um elevado grau de realização das metas programadas com bens e serviços. Ou seja, dentre os projetos planejados para serem executados, dentro do período de 2015, houve execução física real dos projetos de 93%.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	9,61	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	14.502.862	1.509.172

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

No ano de 2015, levando-se em consideração a relação do gasto unitário previsto com o custo unitário real, a eficiência alcançada no objetivo 0832, na ação 7U23, foi de 9,61, gerando, portanto, uma eficiência excedente, evidenciando um elevado número de produtos gerados (bens e serviços) com baixo custo dos insumos empregados para produzi-los, mantidos os padrões de qualidade.

Apesar de o índice apresentar uma eficiência excedente, sua metodologia de cálculo reflete apenas um índice padronizado previsto de R$ 14.502.862,00 que foi calculado automaticamente pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), levando em conta o valor alocado na Lei Orçamentária Anual 2015, com as metas previstas na Lei, impossibilitando relacionar custos unitários com projetos executados.

O custo unitário previsto para 2015 considerou um incremento na LOA de R$ 118 mi, concedido por meio de Lei Especial. Porém, este complemento no orçamento foi contingenciado em 2015 para reabertura do crédito em 2016. Desta forma, a Sesge executou em 2015 apenas o crédito originalmente concedido na Lei Orçamentária Anual, gerando, portanto, um custo unitário real inferior ao custo unitário previsto e, com isso, um índice de eficiência excedente.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA: 2070 / OBJETIVO: 0832

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
			FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
7U23	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS	1,69	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	2.542.966	1.509.172

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial – SIC – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

O conceito de economicidade está relacionado à promoção de resultados esperados com o menor custo possível. Para o objetivo 0832, ação 7U23, o índice alcançado para o ano de 2015 foi de 1,69, que dentro de um padrão estabelecido é considerado uma economicidade excedente.

O índice representa a relação do custo unitário real de referência, calculado automaticamente pelo Sistema Siop com base na Lei Orçamentária Anual e suas metas, com o custo unitário real. Desse cálculo resultou uma minimização dos custos de 2015 em relação ao ano anterior (2014), ocasionado pela maior execução da despesa do Programa 2070, Objetivo 0832, em 2014, ano de realização da Copa do Mundo Fifa 2014.

No ano de 2014, devido à realização da Copa do Mundo Fifa 2014, foram realizados vultosos gastos com aquisição de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura para os Centros Integrados de Comando e Controle Regionais. Ademais, houve grande gasto com diárias, devido ao deslocamento de um grande número de policiais de outros estados da federação para auxiliarem na segurança dos jogos da Copa do Mundo Fifa 2014 nos 12 (doze) estados-sede; bem como com empresas prestadoras de serviços (comunicação, links e dados) para os órgãos de segurança pública e para a Sesge/MJ.

Em 2015, os gastos foram direcionados principalmente a novos investimentos para a estruturação dos órgãos federais atuantes na segurança pública de grandes eventos (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional), destacando-se também as aquisições realizadas diretamente pela Sesge para melhoria e atualizações do SICC, incluindo as estruturas móveis e equipamentos para os órgãos policiais e guardas civis, assim como a melhoria dos centros de ensino dos órgãos de segurança pública com o Estado e o Município do Rio de Janeiro, por meio de convênios, visando aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Assim, com a realização da Copa do Mundo Fifa 2014, o orçamento total disponibilizado em 2014 justifica-se ser maior em relação ao ano de 2015, tornando o custo unitário de 2015 menor que o custo unitário de 2014, gerando, portanto, um índice de economicidade excedente.

No conjunto apresentado, de acordo com os padrões estabelecidos na relação de determinação dos índices de eficácia, eficiência e economicidade, para o objetivo 0832, ação 7U23, no ano de 2015, observa-se que a execução alcançou índices mais que satisfatórios de eficiência e economicidade, bem como quase atingiu a eficácia plena na utilização e geração bens e serviços.

5.9. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

Este relatório contém a análise de Custos[6] dos exercícios de 2014 e 2015 dos Programas Temáticos Biodiversidade (2018) e Conservação e Gestão de Recursos Hídricos (2026), O documento visa atender à Portaria-CGU nº 50.123/ 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Prestação de Contas da Presidência da República 2015 (PCPR), bem como à Norma de Execução-CGU nº 3/2015, que regulamenta a referida Portaria. Além disso, foi elaborado de acordo com a Orientação Normativa nº 1/2015 da STN, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração dos relatórios de custos que deverão compor a PCPR para o exercício de 2015.

A Portaria-CGU nº 50.123/ 2015 estabeleceu que a análise deve compreender os Objetivos de Governo n. 0506, 0508, 0509, 0510 do Programa Biodiversidade e n. 0650 do Programa de Conservação e Gestão de Recursos Hídricos. Os custos obtidos nesses objetivos são decorrentes da execução do Ministério do Meio Ambiente - MMA, Órgão Superior, realizada diretamente[7], por intermédio de suas Secretarias, Fundos, e entidades vinculadas, e indiretamente por descentralizações de créditos para outros órgãos.

A definição metodológica adotada neste trabalho é a do Custo Direto Programático (Custo por Ordem) associados diretamente aos programas finalísticos, de modo que os totais se assemelham à despesa orçamentária executada (despesa liquidada, acrescida das inscrições em restos a pagar não processados).

O MMA, por intermédio do Programa de Governo Biodiversidade (2018), visa ampliar o conhecimento e a conservação da biodiversidade, bem como o uso sustentável e a repartição de benefícios advindos do uso de recursos genéticos. Os objetivos do Programa Biodiversidade buscam a manutenção da diversidade biológica, de forma equilibrada, entre a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais.

Nesse sentido, o objetivo nº. 506, com execução realizada principalmente pelo MMA, abrange iniciativas que visam o uso sustentável da biodiversidade, a exemplo da Ação Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde) que almeja reconhecimento e valorização dos serviços ambientais prestados por Comunidades e Agricultores Tradicionais, por meio da utilização de instrumentos econômicos e educacionais que incentivam o desenvolvimento de atividades de uso sustentável dos recursos naturais.

No âmbito do objetivo nº. 508 são utilizados mecanismos que buscam conciliar a atividade econômica com a conservação e a recuperação das Espécies da Flora e da Fauna, sob a coordenação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ.

As atividades voltadas ao aprimoramento de gestão, de fiscalização e às melhorias nas condições do uso da biodiversidade e do equilíbrio dos ecossistemas, estão abrangidas no objetivo nº. 509, e são desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama e pelo ICMBio.

No objetivo nº. 510, o ICMBio, com a participação do MMA, tem desenvolvido programas e projetos especiais que visam à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade em Unidades de Conservação (UCs) ou em áreas contíguas a estas, tais como o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e o Projeto de Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc).

O Programa n. 2026, por intermédio do objetivo nº. 650 delegado à Agência Nacional de Águas - ANA, visa ao aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas; à implementação ao aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos; à modernização da Rede Hidrometeorológica e; à regulação e à fiscalização dos usos de recursos hídricos, dos serviços de irrigação e adução da água bruta e da segurança de barragem.

No ano de 2015 foram apropriados no Programa n. 2018 e n. 2026 o valor de R$ 246,7 milhões e R$ 257,4 milhões, respectivamente. A título de comparação, o total da Despesa Orçamentária Executada[8], no mesmo período, foi equivalente a R$ 245,1 e R$ 257,3 milhões.

6 Este trabalho foi elaborado pelo Núcleo de Estudos de Custos/ Setorial de Contabilidade/ Coordenação Gestão Financeira e Contabilidade/ SPOA/ MMA, no período de 28/01 a 26/02 de 2016.

7 A execução orçamentária fora realizada diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de seus Órgãos específicos singulares: Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), dentre outros. Entidades Vinculadas: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Agência Nacional de Águas (ANA) e Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

8 Fonte Tesouro Gerencial em 08/01/2016 e 25/01/2016 (extraído do PCPR 2015 – capítulo IV)

DEMONSTRATIVOS DE CUSTOS POR PROGRAMA E OBJETIVOS

PROGRAMA	OBJETIVO	2014		2015		2015/2014
		CUSTO	%	CUSTO	%	
2018	05061	89.900.688	36,31	97.611.080	39,56	1,086
	05082	3.549.716	1,43	3.688.284	1,49	1,039
	05093	5.249.915	2,12	2.839.067	1,15	0,541
	05104	148.893.068	60,14	142.630.768	57,80	0,958
	Soma	247.593.387	100,00	246.769.199	100,00	0,997
2026	06505	223.580.745		257.421.056		1,151

Fonte: Sistema de Informações de Custos/ Tesouro Gerencial. Acesso em: 28/01/2016, valores em R$ 1,00.

Os objetivos nºs. 506, 510 e 650 destacaram-se em expressão orçamentária. Importa registrar que no Programa n. 2018 não houve relevante variação de custos, em valores absolutos, apropriados entre os exercícios 2014 e 2015, exceto uma redução de 54% nos gastos referentes ao Objetivo 509. Com relação ao Programa n. 2026, objetivo nº. 650, no ano de 2015 houve acréscimo de 15% em valores absolutos em relação ao ano anterior.

A participação das Unidades Orçamentárias (UO) nos custos de 2015 variou nos objetivos, sendo que em cada objetivo uma UO concentrou o maior percentual dos custos apropriados, possibilitando a visualização de onde está ocorrendo o maior percentual de execução das ações finalísticas. Importa observar que nos programas finalísticos não estão inclusos gastos relacionados com apoio administrativo dos Órgãos.

Dentre os objetivos, no exercício de 2015, o MMA por meio de suas Secretarias concentrou aproximadamente 98% dos gastos no objetivo nº. 506, principalmente na ação orçamentária Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Pobreza - Bolsa Verde.

O Ibama foi a principal instituição atuante no objetivo nº. 508 e 509 com 96% e 94%. A apropriação dos custos foi representativa nas ações orçamentárias: Controle, Monitoramento, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres com 95,45% e Fiscalização de Recursos da Biodiversidade com 92%.

O ICMBio apropriou, no objetivo nº. 510, 99% dos custos, mantendo-se representativo nas Ações: Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação (82,4%) e Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico (11,5%).

O objetivo nº. 650 do Programa n. 2026 obteve 99,9% dos custos apropriados ANA, alocados nas ações: Implementação Política Nacional de Recursos Hídricos (65,9%); Operação da Rede Hidro meteorológica (11,1%) e Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (20,8%), ou seja, controle e transferência para agências de águas ou entidades delegadas.

A Tabela a seguir demonstra a distribuição destes custos por grupos de despesas permitindo conhecer de modo mais analítico a aplicação dos recursos nos objetos de gastos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE DESPESA

PROGRAMA	OBJETIVO	GRUPO DESPESA	ANO	2014	2015
			A.H	CUSTO	CUSTO
2018	0506	Despesas correntes	7%	89.812.511	96.522.376
		Investimenos	1135%	88.176	1.088.704
	0508	Despesas correntes	16%	3.126.879	3.617.586
		Investimenos	-83%	422.837	70.698
	0509	Despesas correntes	-46%	5.249.915	2.839.067
	0510	Despesas correntes	2%	138.174.336	141.395.600
		Investimenos	-88%	10.260.487	1.211.621
		Inversões		458.245	
2026	0650	Despesas correntes	19%	194.751.169	231.093.378
		Investimenos	-9%	28.829.576	26.327.310

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em 12/02/2016.

No objetivo nº. 506 as variações aumentativas de gastos ocorridas, na série 2014/2015, foram decorrentes do aumento dos beneficiários inseridos no Programa Bolsa Verde ao longo do ano de 2015 (auxílios financeiros) e na aquisição de equipamentos de processamento de dados necessários para a operacionalização do Sistema Bolsa Verde no âmbito do MMA.

Nos objetivos nºs. 508, 509 e 510 as variações foram diminutivas, houve redução de gastos em despesas correntes, investimentos (equipamentos, obras e instalações). Segundo informações da PCRP 2015 (Capítulo IV), a fixação de limite de empenho no exercício em valor inferior ao valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o Ibama e ICMBio contribuiu para a redução do nível de execução orçamentária das ações, sendo necessário o aporte de limite autorizado para despesas em atividades consideradas prioritárias.

Houve variação de 19% no grupo de despesas correntes, elemento de despesa denominado Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica do Objetivo nº. 650. Justifica-se pelo orçamento da ANA, em sua grande maioria alocada nas fontes de recursos n. 16 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - e nº. 83 - Pagamentos pelo Uso de Recursos Hídricos-, como é o caso das ações nº. 20WI, 2378, 4926 e 00LX.

Essas fontes tem resultado primário 1, ou seja, Despesas Primárias Obrigatórias, portanto não compondo o grupo de fontes sobre as quais incide contingenciamento. O valor de tais fontes para o exercício é obtido pela estimativa de arrecadação das receitas. E esse aumento na arrecadação é que justifica o aumento de gastos de 2014 para 2015, em virtude do crescimento do valor da Lei, uma vez que tais fontes não sofreram contingenciamento.

Considerando as Ações Orçamentárias que compõem os objetivos selecionados, o Demonstrativo de Custo por Ação com Execução Física - permite visualizar as metas previstas e as realizadas, nos exercícios 2014 e 2015. Observe que os custos foram segredados em despesas liquidadas no exercício (LOA) e o somatório dessas com os derivados de restos a pagar não processados em liquidação (LOA + RAP).

Além disso, sete ações orçamentárias tiveram alteração do produto entre os exercícios 2014 e 2015, o que deve ser ponderado, pois estas alterações podem comprometer a avaliação temporal. Estas ações foram: 20VQ; 20WG; 2976; 4969; 101V; 20VN e; 20WI. À primeira vista, as metas foram alcançadas de forma regular de acordo com o previsto na LOA. Examinando em conjunto com o Demonstrativo de Custo Unitário por Ação por intermédio de adoção de critérios de dimensionadores de desempenho[9] pode-se determinar de forma qualitativa índices de economicidade, eficácia e eficiência.

9 Fonte: Manual de Auditoria Operacional /2010/TCU páginas 11 e 12.

A economicidade é obtida quando há minimização dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Indica a capacidade de uma instituição gerir adequadamente os recursos financeiros colocados a sua disposição.

A eficiência, conceito relacionado à economicidade, é obtida por meio da relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em período de tempo determinado e, mantendo-se os padrões de qualidade.

A eficácia trata da capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento estabelecido em um planejamento de ações, ou seja, é o grau de alcance das metas programadas (bens e serviços) em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.

Observe que os índices de Economicidade[10] de 2015 foram obtidos em relação os custos apurados no ano de 2014, ou seja, comparação temporal entre os dois últimos anos. A métrica utilizada foi Custo Unitário (LOA + RAP) 2014 / Custo Unitário (LOA + RAP) 2015. Os índices de Eficiência[11] foram obtidos por meio da divisão do Gasto unitário previsto/ Custo unitário realizado. A Eficácia[12] pela relação entre a Execução física real/ Execução física prevista.

Com relação aos indicadores de desempenho e o grau de relevância dos valores envolvidos nas ações, de modo geral, dispomos das seguintes informações:

Cerca de 99% dos custos apropriados nos objetivos nºs. 506 e 510 foram considerados eficazes, eficientes e econômicos. Exceto a Ação nº. 20VO, do objetivo nº. 506, foi considerada ineficaz, ineficiente e sem economicidade.

Quanto ao objetivo nº. 508, cerca de 96% da apropriação foram eficazes, eficientes e econômicos, e somente a Ação nº. 20LU fora considerada ineficaz, ineficiente e sem economicidade.

O objetivo nº. 509 foi o único com significativo percentual de 92% de custos apropriados de forma ineficaz e ineficiente, advindos da Ação nº. 20WE, contudo obteve economicidade excedente em relação ao ano de 2014.

O objetivo nº. 650 obteve 100% de seus custos considerados eficientes e econômicos.

10 Resultado de Economicidade: (<0,5) sem economicidade, (> ou =0,5 e < ou = 1) Economicidade contida, (>1< ou = 1,5) Econômico, (>1,5) Economicidade excedente.
11 Resultado de Eficiência: (<0,5) Ineficiente, (> ou =0,5 e < ou = 1) Eficiência contida, (>1< ou = 1,5) Eficiente, (>1,5) Eficiência excedente.
12 Resultado de Eficácia: (<0,5) Ineficaz, (> ou =0,5 e < ou = 1) Eficácia contida, (= 1) Eficaz, (>1) Eficácia excedente.

DIMENSIONADORES DE DESEMPENHO DAS AÇÕES[13].

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	DIMENSÕES DE DESEMPENHO		
			EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	ECONOMICIDADE
2018	0506	20N1	Eficaz	Eficiência excedente	Economicidade excedente
		20VO	Ineficaz	Ineficiente	Sem economicidade
		20VP	Eficácia contida	Eficiente	Economicidade contida
		20VQ	Ineficaz	Eficiência contida	Economicidade excedente
		20WG	Eficácia contida	Eficiência excedente	Economicidade contida
	0508	20LU	Ineficaz	Ineficiente	Sem economicidade
		2976	Eficaz	Eficiência excedente	Economicidade excedente
		4969	Eficácia contida	Eficiência contida	
	0509	20WE	Ineficaz	Ineficiente	Economicidade excedente
		20WF	Eficaz	Eficiência excedente	Econômico
		212R	Eficaz	Eficiência excedente	Economicidade excedente
	0510	101V	Eficaz	Ineficiente	Economicidade excedente
		20LX	Eficácia contida	Eficiência excedente	Economicidade excedente
		20VN	Ineficaz	Eficiência excedente	Economicidade excedente
		20WM	Eficácia contida	Eficiente	Economicidade contida
		20WN	Eficácia exced.	Eficiência excedente	Sem economicidade
		20WO	Eficácia exced.	Eficiência excedente	Economicidade excedente
		6381	Eficácia exced.	Eficiência excedente	Economicidade contida
2026	0650	00LX			
		20WI	Eficácia exced.	Eficiente	Econômico
		2378	Eficácia contida	Eficiência excedente	
		2D93	Ineficaz		
		4926	Eficácia exced.		

Fonte: Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Consolidação elaborada pelos autores.

13 Fatores como contingenciamento de recursos podem influenciar o resultado dos indicadores. Alterações em produtos ou unidades de medidas das ações comprometem a análise comparativa temporal.

Segundo informações do Siop/2015, a ineficácia constatada na Ação nº. 20VO/objetivo nº. 506 decorreu da limitação para emissão de empenhos, necessitando-se de alteração de estratégia de execução durante o exercício financeiro, motivo pelo qual algumas atividades foram realizadas em detrimento de outras.

Em referência à ineficiência e não economicidade cabe relatar que o custo apropriado no exercício 2015 contribuiu para a formação das metas do exercício de 2014, uma vez que esse custo refere-se a restos a pagar inscritos no exercício 2014, mas liquidado no exercício 2015.

As metas físicas da Ação nº. 20LU foram realizadas parcialmente devido ao contingenciamento orçamentário. Assim como na Ação nº. 20VO, a apropriação de RAP de exercícios anteriores influenciou negativamente os resultados de eficiência e economicidade, pois cerca de 80% do custo apropriado em 2015 (LOA + RAP) contribuiu para as metas de 2014. Considerando somente o custo unitário LOA, a Ação seria qualificada como de eficiência excedente.

Em referência ao indicador de eficácia da Ação nº. 20WE, o Ibama informa[14] que fatores limitaram o cumprimento da meta, como a não realização de procedimento licitatório necessário à locação de embarcações a serem utilizadas nas operações de fiscalização; o contingenciamento orçamentário, em aproximadamente, de 75% da dotação aprovada na LOA, acarretando na priorização das operações de combate ao desmatamento na Amazônia Legal.

Com relação à ineficiência dessa ação, outros três fatores adotados se mostraram incompatíveis para a avaliação das três metas desta Ação, ou seja, pela utilização de um mesmo indicador de medição para as demais operações de fiscalizações - com escopos diferentes - pela quantidade das metas planejadas e respectiva dotação orçamentária. Segundo consta[15] utiliza-se para a mensuração das metas de fiscalização do setor pesqueiro a Unidade Produtora de Pesca fiscalizada, enquanto que nas demais metas mensuram por meio de número de operações de fiscalização de combate a biopirataria e fiscalização da fauna silvestre.

Considerando que as políticas custo-efetivas conduzem à utilização de custos menores para se atingir uma determinada meta, o ideal é que uma ação seja eficiente, sob o aspecto contábil, e que maximize o benefício proposto. As análises por meio da metodologia de custos permitem concluir que a maioria dos custos incorridos foi aplicada adequadamente, com base nos critérios de eficácia, eficiência e economicidade.

Nesta avaliação, percebeu-se que a flexibilidade de atividades em uma ação orçamentária pode ter favorecido bons resultados dos indicadores. Quando se trata de atividades desempenhadas na área ambiental, o tamanho, as características e a quantidade de um determinado produto podem variar dependendo da disponibilidade de recursos.

A cerca da metodologia utilizada, registra-se que os restos a pagar não processados advindos de exercícios anteriores, quando apropriados em exercício seguinte, elevam o custo unitário, haja vista que as metas físicas são anuais e não cumulativas, e consequentemente, tendem a depreciar os índices de eficiência do exercício analisado comprometendo a comparação temporal de economicidade.

Na fase de planejamento, é imprescindível a correta definição das metas, pois o seu superdimensionamento pode desfavorecer o alcance satisfatório dos índices. O estudo realizado pode subsidiar o planejamento, pois detecta inconsistências, bem como permite avaliar a aplicação dos recursos para alcance dos programas/objetivos.

Finalmente, os índices de desempenho permitem identificar as ações econômicas em detrimento das antieconômicas, podendo apontar ao gestor onde investir, de forma que sejam priorizadas ações com melhor desempenho e, que contribuam para o alcance do objetivo do Programa Temático.

14 Relatório Resumo da Execução das Ações Orçamentárias/ Siop/2015 em 23/02/2016.
15 Relatório Resumo da Execução das Ações Orçamentárias/ Siop/2015 em 23/02/2016.

PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS/ UO NOS OBJETIVOS (%)

UNIDADES	CÓD.	OBJETIVOS				
		0506	0508	0509	0510	0650
MMA	44000	98,16	3,58	0	0,81	0
Ibama	20701	1,55	96,42	94,14	0	0
ICMBIO	44207	0	0	5,86	99,19	0
ANA	44205	0	0	0	0	99,99
OUTROS[6]	-	0,29	0	0	0	0,01

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 28/01/2016. Dados referentes ao exercício 2015.

PARTICIPAÇÃO DAS UO NOS OBJETIVOS E AÇÕES

OBJETIVO	UO RESP.	AÇÃO		%	CUSTO
0506	MMA	20VO	Biossegurança	0,34	334.232
		20VQ	Povos e Comunidades Tradicionais	0,28	269.324
		20VP	Bolsa Verde	97,54	95.213.854
	Ibama	20WG	Recursos Faunísticos	1,55	1.509.990
	FNMA	20N1	Conservação e Manejo	0,29	283.678
0508	Ibama	2976	Espécies Ameaçadas	0,97	35.695
		4969	Controle de Animais Silvestres	95,45	3.520.398
	MMA	20LU	Conservação de Espécies Aquáticas	3,58	132.189
0509	Ibama	20WE	Fiscalização de Rec. Biodiversidade	92,12	2.615.294
		212R	Avaliação das Medidas de Ordenamento do Uso de Rec. Pesqueiros	1,39	39.350
		20WF	Avaliação dos Estoques Rec. Pesqueiros	6,50	184.421
0510	MMA	101V	Corredores Ecológicos	0,78	1.115.505
		20LX	Ampliação Unidades de Conservação (UC)	0,02	29.938
		20VN	Conservação de Ecossistemas Aquáticos	0,01	8.495
	ICMBIO	20WN	Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	11,51	16.422.176
		20WO	Fiscalização em Unidades de Conservação	2,71	3.861.586
		20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implem. das UC	82,46	117.607.301
		6381	Consolidação territorial das UCs	2,51	3.585.764
0650	MI-DNOCS	2D93	Monitoramento nos Reservatórios do DNOCS	0,01	24.306
	ANA	20WI	Implementação Pol. Nac. Recursos Hídricos	65,90	169.638.472
		4926	Regulação e Fiscalização dos Usos de Rec. Hídricos, dos Serviços de Irrigação etc.	2,07	5.335.935
		2378	Operação da Rede Hidro meteorológica	11,16	28.722.419
		00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas	20,86	53.695.517

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 12/02/2016. Dados referentes ao exercício 2015. / Valores em R$ 1,00

DEMONSTRATIVO DE CUSTO OBJETIVO, GRUPO E NATUREZA DE DESPESA

PROGRAMA	OBJETIVO	GRUPO DESPESA	ANO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA	CUSTO	AV	CUSTO	AV
2018	0506	Despesas Correntes	Outros serviços - PJ	7.141.255	7,9%	7.990.441	8,2%
			Auxílios financeiros - PF	76.741.500	85,4%	87.343.500	89,5%
			Outros	5.929.756	6,6%	1.188.435	1,2%
		Investimento	Equipamentos	88.176	0,1%	983.304	1,0%
			Outros serviços - PJ			105.400	0,1%
	0508	Despesas Correntes	Material de consumo	86.620	25,0%	.061.929	28,8%
			Locação de mão-de-obra	1.242.292	35,0%	1.495.707	40,6%
			Outros serviços - PJ	783.942	22,1%	942.303	25,5%
			Outros	214.025	6,0%	117.647	3,2%
		Investimento	Obras e instalações	307.057	8,7%	48.441	1,3%
			Equipamentos	115.780	3,3%	22.257	0,6%
	0509	Despesas Correntes	Diárias	2.521.900	48,0%	1.360.697	47,9%
			Passagens	2.007.733	38,2%	843.052	29,7%
			Outros serviços - PJ	466.782	8,9%	507.535	17,9%
			Outros	253.500	4,8%	127.783	4,5%
	0510	Despesas Correntes	Locação de mão-de-obra	51.527.191	34,6%	66.694.611	46,8%
			Outros serviços - PJ	64.268.953	43,2%	53.743.442	37,7%
			Outros	22.378.192	15,0%	20.981.095	14,7%
		Investimento	Obras e instalações	5.520.209	3,7%	408.483	0,3%
			Equipamentos	3.097.034	2,1%	803.138	0,6%
			Outros	1.643.244	1,1%		
		Inver. Financ.	Aquisição de imóveis	458.245	0,3%		
2026	0650	Despesas Correntes	Contribuições	87.737.086	39,2%	80.358.271	31,2%
			Outros serviços - PJ	67.942.558	30,4%	101.344.619	39,4%
			Serviços de consultoria	16.817.375	7,5%	20.656.801	8,0%
			Outros	22.254.150	10,0%	28.729.650	11,2%
		Investimento	Equipamentos	23.374.784	10,5%	24.611.144	9,6%
			Outros	5.454.792	2,4%	1.580.367	0,7%

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 12/02/2016. Dados referentes ao exercício 2015. Valores em R$ 1,00.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA

Objetivo	Ação	Produto	Ano	2014						2015					
			Unid. Medida	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação	Custo LOA	Custo (LOA+RAP)	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação	Custo LOA	Custo (LOA+RAP)
0506	20N1	Projeto apoiado	Unidade	9	6	7	3.734	1.802	1.812	5	5	5	1.200	35	284
	20VO	Ação implementada		9	9	10	639	24	170	5	2	3	212	0	334
	20VP	Família atendida		80.000	71.398	72.398	106.221	83.801	86.693	80.000	74.522	76.522	101.203	93.638	95.214
	20VQ	Família atendida		70	70	70	380	267	267						
	20VQ	Família beneficiada								50.100	600	600	16.600	169	269
	20WG	Acordo implementado								19	16	16	4.262	1.428	1.510
	20WG	Autorização concedida		16	16	16	1.500	959	959						
0508	20LU	Ação desenvolvida	Unidade	2	2	3	363	4	91	5	2	2	140	28	132
	2976	Espécie conservada		80	80	80	80	80	380						
	2976	Espécie recuperada								80	80	80	80	36	36
	4969	Animal manejado		50.000	0	0	3.990	2.855	3.078						
	4969	Animal recuperado								50.000	36.485	36.485	3.392	2.858	3.520
0509	20WE	Fiscalização realizada	Unidade	9.492	256	256	8.750	4.756	4.864	9.492	312	312	7.272	1.774	2.615
	20WF	Estudo desenvolvido		5	7	7	490	276	277	5	5	5	490	179	184
	212R	Medida avaliada		5	5	5	250	109	109	5	5	5	250	36	39
0510	101V	Instr. Repasse acompanhado	Unidade	47	19	27	1.739	264	10.660						
	101V	Integração realizada								8	8	8	160	38	1.116
	20LX	Projeto apoiado		15	10	11	4.666	231	286	12	8	8	2.220	16	30
	20VN	Ação desenvolvida								14	4	4	109	2	8
	20VN	Projeto apoiado		2	3	4	691	28	38						
	20WM	Unidade atendida		319	324	324	131.427	113.881	120.583	323	302	302	183.695	106.883	117.607
	20WN	Projeto apoiado		35	135	135	13.300	10.021	10.832	44	58	58	19.400	14.037	16.422
	20WO	Fiscalizacao realizada		100	165	165	7.100	5.072	5.608	100	278	278	6.000	3.234	3.862
	6381	Uc atendida		41	10	10	223.416	858	886	29	30	30	16.090	355	3.586
0650	00LX	Sem informacao								0	0	0	0	53.696	53.696
	20WI	Bacia hidr.beneficiada	Unidade	54	27	28	212.340	92.303	157.496						
	20WI	Bacia hidr.beneficiada								32	34	34	194.958	86.114	169.638
	2378	Informacao produzida								7.550.000	7.127.573	7.127.573	61.500	28.722	28.722
	2D93	Monitoramento realizado		10	30	30	800	24	24	1	0	0	320	24	24
	4926	Usuario regularizado								1.155	1.810	1.810	7.683	5.336	5.336

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Valores em R$ mil.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO

Objetivo	Ação	Produto	Ano	2014			2015		
			Unid. Medida	Custo Unit Loa	Custo Unit Rap	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit Loa	Custo Unit Rap	Custo Unit (LOA+RAP)
0506	20N1	Projeto apoiado	Unidade	300.288	10.257	258.855	7.069	0	56.736
	20VO	Ação implementada		2.617	146.412	16.996	0	334.233	111.411
	20VP	Família atendida		1.174	2.892	1.197	1.257	788	1.244
	20VQ	Família atendida		3.810	0	3.810			
	20VQ	Família beneficiada					282	0	449
	20WG	Acordo implementado					89.234	0	94.374
	20WG	Autorização concedida		59.920	0	59.925			
0508	20LU	Ação desenvolvida	Unidade	1.805	87.800	30.470	14.010	0	66.095
	2976	Espécie conservada		1.000	0	4.750			
	2976	Espécie recuperada					446	0	446
	4969	Animal manejado		0	0	0			
	4969	Animal recuperado					78	0	96
0509	20WE	Fiscalização realizada	Unidade	18.578	0	19.000	5.687	0	8.382
	20WF	Estudo desenvolvido		39.378	0	39.520	35.703	0	36.884
	212R	Medida avaliada		21.854	0	21.854	7.183	0	7.870
0510	101V	Instr. Repasse acompanhado	Unidade	13.903	1.299.483	394.815			
	101V	Integração realizada					4.756	0	139.438
	20LX	Projeto apoiado		23.065	55.289	25.995	2.025	0	3.742
	20VN	Ação desenvolvida					473	0	2.124
	20VN	Projeto apoiado		9.197	10.802	9.598			
	20WM	Unidade atendida		351.485	0	372.168	353.917	0	389.428
	20WN	Projeto apoiado		74.231	0	80.238	242.019	0	283.141
	20WO	Fiscalização realizada		30.740	0	33.990	11.634	0	13.891
	6381	Uc atendida		85.752	0	88.580	11.840	0	119.525
0650	00LX	Sem informação					0	0	0
	20WI	Bacia hidr. Beneficiada	Unidade	3.418.637	65.193.044	5.624.866			
	20WI	Bacia hidr. Beneficiada	Uni/Ano				2.532.769	0	4.989.367
	2378	Informação produzida	Unidade				4	0	4
	2D93	Monitoramento realizado		808	0	808	0	0	0
	4926	Usuário regularizado					2.948	0	2.948

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Valores em R$ 1,00.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

OBJETIVO	AÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
			FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0506	20N1	4,56	Economicidade excedente	258.855	56.736
	20VO	0,15	Sem economicidade	16.996	111.411
	20VP	0,96	Economicidade contida	1.197	1.244
	20VQ	8,49	Economicidade excedente	3.810	449
	20WG	0,63	Economicidade contida	59.925	94.374
0508	20LU	0,46	Sem economicidade	30.470	66.095
	2976	10,65	Economicidade excedente	4.750	446
	4969			0	96
0509	20WE	2,27	Economicidade excedente	19.000	8.382
	20WF	1,07	Econômico	39.520	36.884
	212R	2,78	Economicidade excedente	21.854	7.870
0510	101V	2,83	Economicidade excedente	394.815	139.438
	20LX	6,95	Economicidade excedente	25.995	3.742
	20VN	4,52	Economicidade excedente	9.598	2.124
	20WM	0,96	Economicidade contida	372.168	389.428
	20WN	0,28	Sem economicidade	80.238	283.141
	20WO	2,45	Economicidade excedente	33.990	13.891
	6381	0,74	Economicidade contida	88.580	119.525
0650	00LX				0
	20WI	1,13	Econômico	5.624.866	4.989.367
	2378				4
	2D93			808	0
	4926				2.948

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Valores em R$ 1,00.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA

OBJETIVO	AÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
0506	20N1	1,00	Eficaz	5	5
	20VO	0,40	Ineficaz	5	2
	20VP	0,93	Eficácia contida	80.000	74.522
	20VQ	0,01	Ineficaz	50.100	600
	20WG	0,84	Eficácia contida	19	16
0508	20LU	0,40	Ineficaz	5	2
	2976	1,00	Eficaz	80	80
	4969	0,73	Eficácia contida	50.000	36.485
0509	20WE	0,03	Ineficaz	9.492	312
	20WF	1,00	Eficaz	5	5
	212R	1,00	Eficaz	5	5
0510	101V	1,00	Eficaz	8	8
	20LX	0,67	Eficácia contida	12	8
	20VN	0,29	Ineficaz	14	4
	20WM	0,93	Eficácia contida	323	302
	20WN	1,32	Eficácia excedente	44	58
	20WO	2,78	Eficácia excedente	100	278
	6381	1,03	Eficácia excedente	29	30
0650	00LX			0	0
	20WI	1,06	Eficácia excedente	32	34
	2378	0,94	Eficácia contida	7.550.000	7.127.573
	2D93	0,00	Ineficaz	1	0
	4926	1,57	Eficácia excedente	1.155	1.810

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Valores em R$ 1,00.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA

OBJETIVO	AÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREVISTO	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
0506	20N1	4,23	Eficiência excedente	240.000	56.736
	20VO	0,38	Ineficiente	42.400	111.411
	20VP	1,02	Eficiente	1.265	1.244
	20VQ	0,74	Eficiência contida	331	449
	20WG	2,38	Eficiência excedente	224.332	94.374
0508	20LU	0,42	Ineficiente	28.000	66.095
	2976	2,24	Eficiência excedente	1.000	446
	4969	0,70	Eficiência contida	68	96
0509	20WE	0,09	Ineficiente	766	8.382
	20WF	2,66	Eficiência excedente	98.000	36.884
	212R	6,35	Eficiência excedente	50.000	7.870
0510	101V	0,14	Ineficiente	20.000	139.438
	20LX	49,43	Eficiência excedente	185.000	3.742
	20VN	3,67	Eficiência excedente	7.786	2.124
	20WM	1,46	Eficiente	568.717	389.428
	20WN	1,56	Eficiência excedente	440.909	283.141
	20WO	4,32	Eficiência excedente	60.000	13.891
	6381	4,64	Eficiência excedente	554.828	119.525
0650	00LX			0	0
	20WI	1,22	Eficiente	6.092.449	4.989.367
	2378	2,02	Eficiência excedente	8	4
	2D93			320.000	0
	4926	2,26	Eficiência excedente	6.652	2.948

Fonte: Sistema de Informações de Custos. Acesso em: 18/02/2016. Valores em R$ 1,00.

1 Objetivo 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agro biodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

2 Objetivo 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies com ênfase nas ameaçadas de extinção.

3 Objetivo 0509 - Aprimorar instrumentos de preservação, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

4 Objetivo 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

5 Objetivo 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

6 O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) apropriou 0,29% de custos no objetivo 0506 do Programa 2018. O Ministério da Integração, por intermédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS), participou com 0,01% na apropriação dos custos no objetivo 0650 do Programa 2026.

5.10. MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS

Considerando as competências estabelecidas aos órgãos setoriais de custos na Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011, em elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor a Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR, conforme as orientações do Tribunal de Contas da União, e ainda, as instruções da Controladoria-Geral da União – CGU formalizadas por meio da Portaria CGU n° 50.123/2015, que dispõe acerca das diretrizes gerais para a elaboração da PCPR, e da Norma de Execução n° 03/2015 que detalha o fluxo de elaboração, responsabilidades e o conteúdo da PCPR, o Ministério da Saúde – MS, representado pela sua Setorial de Custos, disponibiliza neste relatório informações sobre o custo parcial do Programa Temático 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde e dos seus respectivos Objetivos:

- 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada;
- 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS;
- 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde; e
- 0728 – Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

A parcialidade da apuração do custo desse programa temático dar-se-á por conta da definição prévia de alguns dos Objetivos do Programa 2015, sendo estes selecionados pela CGU para compor a PCPR, por meio da Norma de Execução n°03/2015.

Ressalta-se que os resultados de custos apresentados neste relatório seguiram estritamente a regra de cálculo utilizada pela STN e contemplada no Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC.

Além disso, foi dada pela STN a orientação de utilizar como subsídio na captação das informações os Relatórios Padronizados do SIC para a PCPR 2015, contudo foi necessária alimentação manual de alguns quadros em virtude da ausência de meta física realizada e, consequentemente, do custo unitário dos produtos das ações orçamentárias.

Essa ausência deu-se por conta de que muitas dessas ações não estavam no Momento Formalização Acompanhamento Orçamentário no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – Siop, por conseguinte o SIC não conseguiu captar os dados de meta física realizada. A orientação da alimentação manual foi dada pela própria STN e assim foi executada pelas áreas do Ministério da Saúde - MS responsáveis pelos Objetivos e pelas suas respectivas ações.

Por fim, estruturou-se o relatório baseado nas orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN dispostas na Orientação Normativa n° 01, de 17 de dezembro de 2015. As unidades do MS responsáveis pelas informações a seguir são: Secretaria de Atenção à Saúde – SAS (Objetivo 0713) e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE (Objetivos 0726 e 0727). A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS é responsável pelo Objetivo 0728. Além dessas, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz prestou esclarecimentos para as ações que estão sob sua responsabilidade.

Análise de Custos

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	2014	2015	A.H.
		CUSTO (LOA + RP)	CUSTO (LOA + RP)	
2015	0713	60.593.960	66.064.559	9%
2015	0726	10.068.728	11.761.425	17%
2015	0727	266.995	248.596	-7%
2015	0728	78.111	63.453	-19%

Objetivo 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Contextualização

A Atenção Básica (AB) vem ocupando cada vez mais centralidade no Sistema Único de Saúde (SUS), com a proposta de constituir-se em ordenadora dos sistemas locorregionais de saúde, quanto como eixo estruturante de muitos programas e projetos no âmbito federal. O reconhecimento nacional e internacional que o SUS tem conquistado com a AB justifica-se não só pela rapidez e escala da sua expansão de cobertura, como também pelos resultados associados ao modelo de organização deste nível de atenção: a Estratégia Saúde da Família (ESF).

Cabe citar que esse objetivo foi proposto, entre outros motivos, devido ao avanço dessa política. Em dezembro de 2010, a ESF estava presente em mais de 95% dos municípios, com um total de 31.736 equipes e uma cobertura estimada de 52% da população, priorizando as áreas mais pobres, onde as necessidades de saúde são maiores. Superado o desafio da aceitação e sustentabilidade dessa política, novos desafios se apresentavam no que diz respeito à promoção da qualidade das práticas desenvolvidas pelas equipes de saúde à medida que ocorre a expansão da ESF, torna-se necessário qualificar as equipes, ao lado de estratégias para ampliar a cobertura da população.

A inclusão dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) nas equipes básicas de saúde ampliou a capacidade de atuação no território. Em 2010, o Brasil contava com um contingente de 244.883 agentes, atuava em 5.383 municípios, tendo avançado na implantação desde 2.008 (Fonte: Sage).

Além disso, para apoiar à inserção da ESF na rede de serviços, além de ampliar a abrangência e o escopo das ações da AB, a capacidade resolutiva e os processos de territorialização e regionalização em saúde, foram criados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Ao lado da AB, a Atenção Especializada em Saúde de Média e Alta Complexidade (MAC), em 2011, configurou uma das faces mais visíveis e sintomáticas da atuação e desempenho do SUS. Os serviços de alta complexidade tiveram em 2010, em relação a 2007, um incremento de 23,56% e de 3,31%, respectivamente, nos procedimentos ambulatoriais e hospitalares. A série histórica mostra que houve incremento na oferta dos procedimentos, quer de média e de alta complexidade, quer hospitalares e ambulatoriais. Isso evidenciou uma tendência de crescimento com qualidade nas ações MAC. (Plano Nacional de Saúde/2012)

Ainda, no ano de elaboração do PPA (2012-2015) existia uma série de procedimentos complementares e essenciais que auxiliavam na prevenção, no diagnóstico e acompanhamento dos pacientes, e que podiam influenciar diretamente na inclusão dos usuários nos programas e políticas da atenção especializada, tais como as consultas médicas especializadas e os procedimentos com finalidade diagnóstica.

Principais metas (PPA 2012-2015)

- Alocar 13,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.
- Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.
- Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.
- Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800.
- Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.
- Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.
- Implantar 3.358 unidades básicas de saúde (UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015.
- Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015.

Exposição dos custos por GND e Natureza da Despesa

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0713, POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (GND)

Programa	Objetivo	Responsável	Grupo Despesa	Grupo Despesa - Descrição	Análise Horizontal	2014		2015	
						Custo (LOA+RAP)[1]	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)[1]	Análise Vertical (%)
2015	0713	SAS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8%	58.442.290	96,45%	63.409.082	95,98%
2015	0713	SAS	4	INVESTIMENTOS	14%	2.151.670	3,55%	2.455.477	3,72%
2015	0713	SAS	5	INVERSOES FINANCEIRAS	NÃO SE APLICA		0,00%	200.000	0,30%
Total						**60.593.960**	**100,00%**	**66.064.559**	**100,00%**

[1] Custos expressos em mil reais
Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0713, POR GND E NATUREZA DA DESPESA

Objetivo Programa	Grupo Despesa - Descrição	Natureza Despesa - Descrição	2014		2015	
			Custo (LOA + RAP)[1]	Análise Vertical (%)	Custo (LOA + RAP)[1]	Análise Vertical (%)
0713	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**CONTRIBUICOES**	51.688.912	**85,30%**	54.650.944	**82,72%**
		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.525.920	**2,52%**	3.682.622	**5,57%**
		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			2.412.162	**3,65%**
		MATERIAL DE CONSUMO	1.333.603	**2,20%**	1.272.911	**1,93%**
		LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	514.380	**0,85%**	522.687	**0,79%**
		AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	12.134	**0,02%**	365.574	**0,55%**
		OUTRAS	3.367.341	**5,56%**	502.181	**0,76%**
	SUBTOTAL		***58.442.290***	***96,45%***	***63.409.082***	***95,98%***
	INVESTIMENTOS	**AUXILIOS**	1.908.732	**3,15%**	2.155.879	**3,26%**
		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	170.685	**0,28%**	233.756	**0,35%**
		OBRAS E INSTALACOES	55.989	**0,09%**	43.167	**0,07%**
		OUTRAS	16.265	**0,03%**	22.674	**0,03%**
	SUBTOTAL		***2.151.670***	***3,55%***	***2.455.477***	***3,72%***
	INVERSOES FINANCEIRAS	**CONSTIT. OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS**			200.000	**0,30%**
	SUBTOTAL				***200.000***	***0,30%***
Total Geral			60.593.960	**100,00%**	66.064.559	**100,00%**

[1] Custos expressos em mil reais
Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

De acordo com os Quadros observa-se que o Objetivo 0713 utiliza boa parte dos recursos financeiros para despesas correntes. Grande parte dessas despesas é de natureza voltada a Contribuições Fundo a Fundo destinadas aos Estados e Municípios para atender a população com procedimentos de média e alta complexidade. Além disso, essas transferências são também responsáveis por custear despesas da atenção básica, como: equipes de saúde da família (ESF), qualificação das ESF, programa Mais Médicos, dentre outros. Na atenção especializada realiza custeio para procedimentos no âmbito das Redes de Atenção à Saúde, tais como: Rede Cegonha, de Atenção Psicossocial, Urgência e Emergência, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crônicas.

Análise sintética sobre os custos dos produtos das ações orçamentárias

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0713, POR AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014						2015					
				Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)[1]	Custo - Loa[1]	Custo (LOA+RAP)[1]	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)[1]	Custo - Loa[1]	Custo (LOA+RAP)[1]
8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	2510064580	2247012848	2247012848	39.172.541	38.849.537	39.252.491	2211837811	2089022684	2089022684	43.142.322	42.765.337	42.934.766
20AD	PISO DE ATENCAO BASICA VARIAVEL - SAUDE DA FAMILIA	EQUIPE MANTIDA	UNIDADE	35080	39228	39228	11.025.043	10.979.104	11.263.985	44644	40162	40162	12.477.000	12.340.179	12.345.157
8577	PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	MUNICIPIO BENEFICIADO	UNIDADE	5572	5572	5572	5.062.093	5.033.792	5.052.646	5570	5570	5570	4.944.000	4.906.969	4.936.662
6148	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	1869957	1576318	1576318	880.166	750.000	750.000	1998212	1507338	1507338	1.356.840	890.000	909.749
8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	5403	6585	6585	2.102.749	10.882	319.246	19	19	19	2.193.552	33.232	887.410
8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	UNIDADE ESTRUTURADA	UNIDADE	9908	3204	3204	2.606.143	75.191	479.831	150	82	82	5.352.296	98.527	760.487
6217	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	6068267	5756020	6779580	623.039	470.306	630.020	6279200	6844672	6844672	664.400	540.040	674.198
1215	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	UNIDADE CONSTRUIDA/ AMPLIADA	UNIDADE	4911	5013	5013	1.116.072	835.500	1.053.023	11780	3312	3312	716.465	437.413	487.481
20G8	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PR	HOSPITAL BENEFICIADO	UNIDADE	45	45	45	465.000	301.608	544.088	45	49	49	452.000	215.524	377.139
8758	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	272454	272880	272880	287.506	256.880	285.799	271454	269442	269442	314.000	290.971	312.835
8730	AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	UNIDADE EQUIPADA	UNIDADE	1019	1055	1055	224.952	165.095	198.535	1200	1034	1034	264.590	214.459	217.982
8759	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	221492	192538	192538	218.890	182.030	212.623	232567	215866	215866	229.500	179.399	214.798
09LP	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO							1	1	1	314.050	170.000	200.000
4525	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	UNIDADE APOIADA	UNIDADE							0	0	0	0	3.004	182.142
7666	INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	6	6	20	263.994	60.427	107.032	15	15	30	161.083	32.731	144.848
8755	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	154418	128243	128243	102.815	80.481	105.935	140000	131462	131462	105.600	89.052	110.312
6516	APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	SERVICO QUALIFICADO/AVALIADO	UNIDADE	23811	684138	684138	71.363	44.322	65.890	22860	772223	772224	79.800	73.251	95.253
		ENTE FEDERADO APOIADO	UNIDADE	27	249	249	88.998	31.200	60.372	27	27	54	48.500	24.530	64.949
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	CENTRAL DE REGULACAO IMPLANTADA	UNIDADE							43	22	22	79.400	48.280	64.449
8721		COMPLEXO IMPLANTADO	UNIDADE	46	57	57	95.200	60.872	75.903						
20B1	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDAD	EQUIPE CONSTITUIDA	UNIDADE	261	69	69	33.950	7.638	9.152	270	298	298	48.500	38.936	38.936
7690	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	36	25	25	45.700	5.748	24.304	27	3	3	32.400	3.760	27.269
20SP	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	TRANSPLANTE REALIZADO	UNIDADE	28004	23217	23217	42.875	14.309	35.174	27255	23400	23400	54.200	15.157	25.858
4324	ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	361854	145007	145007	21.700	0	12.993	477362	216003	216003	39.592	0	19.514
		COMPLEXO IMPLANTADO	PERCENTUAL	14	1	1	37.415	947	24.804	14	1	1	6.000	1.124	18.087
8735	ALIMENTACAO E NUTRICAO PARA A SAUDE	UNIDADE DA FEDERACAO APOIADA	UNIDADE	27	27	27	12.250	2.619	7.258	27	27	27	32.000	1.475	6.743
8739	IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	27	25	25	7.000	3.004	11.628	27	25	25	10.000	500	3.005
7833	IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	3	1	1	7.650	1.950	4.125	1	0	0	10.350	0	2.500
8762	IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	27	27	27	1.876	1.000	3.830	27	27	27	2.680	2.000	2.029
Total Geral							64.616.981	58.224.443	60.590.689				73.131.121	63.415.849	66.064.559

[1] Valores expressos em mil reais
Fontes: SIC; SIOP 2015; SAS (Alimentação mensal)

Por conta do grande número de ações orçamentárias neste Objetivo, resolveu-se fazer análise descritiva apenas das 3 ações com os maiores custos totais nos anos de 2014 e 2015, conforme observado no Quadro.

Ação 8585

Referente à meta física programada para 2015 foram realizados 94,45% dos procedimentos previstos para 2015. Neste sentido, os procedimentos realizados de alta e média complexidade tiveram em 2015 um aumento em relação a 2014, tanto na execução percentual das metas físicas quanto nos custos da LOA e RAP.

Essa ação tem como objetivo o custeio das ações e serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar por meio de recursos transferidos fundo a fundo para viabilizar a atenção especializada à saúde da população nos Estados e Municípios.

Os valores dessas transferências são pactuados nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB - de cada unidade federada por meio da Programação Pactuada e Integrada (PPI), onde são definidas e quantificadas as ações e serviços de saúde ofertados à população residente em cada território.

Durante o ano de 2015 foram utilizados recursos, no âmbito dessa ação orçamentária, para alta complexidade que é composta pelo conjunto de procedimentos que envolvem alta tecnologia e alto custo.

As principais áreas que compõem a alta complexidade no SUS são:

- assistência ao paciente portador de doença renal crônica (por meio dos procedimentos de diálise);
- assistência ao paciente oncológico;
- cirurgia cardiovascular;
- cirurgia vascular;
- cirurgia cardiovascular pediátrica;
- procedimentos da cardiologia intervencionista;
- procedimentos endovasculares extracardíacos;
- laboratório de eletrofisiologia;
- assistência em traumato-ortopedia; e
- procedimentos de neurocirurgia, entre outras.

Cabe informar que a meta física realizada em 2015 foi de 2.089.022.684 procedimentos. Este dado foi apurado no período correspondente de 01/01/2015 a 31/10/2015 com retirada no Sistema de Internação Hospitalar (SIH) em novembro de 2015.

Ação 20AD

Em 2015, referente à meta física programada, manteve-se 89,96% das equipes de saúde da família. Neste sentido, em relação ao exercício de 2014 houve ampliação na implantação de equipes de saúde da família, passando de 39.228 para 40.162.

Contudo, em 2015 não houve novos credenciamentos de equipes em virtude do impacto de R$ 824,1 milhões da competência novembro/2014 que onerou o orçamento 2015, bem como o contingenciamento ocorrido ao longo do exercício que só foi liberado em dezembro. Tais fatos exigiram o replanejamento das ações previstas pelas áreas técnicas, bem como a redução das metas físicas e recursos financeiros para estratégias, políticas e programas alocados nesta ação orçamentária, entre elas o não credenciamento de novas equipes.

Os recursos financeiros para as ações desenvolvidas no âmbito da Atenção Básica/Estratégia Saúde da Família – Ação 20AD - foram transferidos mensalmente, por meio de transferência direta do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o Fundo Municipal de Saúde (FMS), em conta específica, aberta exclusivamente para tanto (denominada "FMS - Nome do Município/PAB"), de acordo com a normatização geral de transferências fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Os valores dos incentivos financeiros para as equipes de Saúde da Família implantadas são transferidos a cada mês, tendo como base o número de ESF registrado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES vigente no mês anterior ao da respectiva competência financeira.

Os valores transferidos variam segundo a modalidade da equipe, carga horária dos profissionais, categoria do NASF e número de agentes comunitários de saúde registrados, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Atenção Básica - Portaria-MS nº 2.488/2011.

Durante 2015, no âmbito dessa ação orçamentária foram utilizados recursos para custeio das Equipes Saúde da Família; Agentes Comunitários de Saúde; Equipe Saúde Bucal; Núcleos de Apoio à Saúde da Família; Programa Saúde na Escola; Academia da Saúde; Unidades Odontológicas Móveis; Unidades Básicas de Saúde Fluviais e Microscopistas, entre outras iniciativas.

Ação 8577

A ação orçamentária 8577 - Piso de Atenção Básica – PAB FIXO viabiliza ações de saúde, cujo recurso per capita é transferido mensalmente, de forma regular e automática, do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde e do Distrito Federal para a prestação da atenção básica, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação. Além disso, foram realizadas reformas de Unidades Básicas de Saúde (UBS), execução de ações para o telessaúde e custeio para implantação do eSUS AB. Assim sendo, houve o repasse financeiro para 100% dos municípios conforme meta programada.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO DO OBJETIVO 0713, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014		2015	
				Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)
09LP	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO			170.000.000	200.000.000
8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	1.652	48.481	1.749.068	46.705.786
125H	IMPLANTACAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE C	COMPLEXO IMPLANTADO	PERCENTUAL	947.131	24.804.475	1.124.030	18.086.767
8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	UNIDADE ESTRUTURADA	UNIDADE	23.468	149.760	1.201.549	9.274.228
7690	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	229.927	972.153	1.253.362	9.089.536
20G8	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PR	HOSPITAL BENEFICIADO	UNIDADE	6.702.406	12.090.837	4.398.448	7.696.713
7666	INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	10.071.115	5.351.576	2.182.083	4.828.283
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	CENTRAL DE REGULACAO IMPLANTADA	UNIDADE			2.194.546	2.929.506
8573	EXPANSAO E CONSOLIDACAO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	ENTE FEDERADO APOIADO	UNIDADE	125.302	242.459	908.510	1.202.760
8577	PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	MUNICIPIO BENEFICIADO	UNIDADE	903.409	906.792	880.964	886.295
20AD	PISO DE ATENCAO BASICA VARIAVEL - SAUDE DA FAMILIA	EQUIPE MANTIDA	UNIDADE	279.879	287.141	307.260	307.384
8735	ALIMENTACAO E NUTRICAO PARA A SAUDE	UNIDADE DA FEDERACAO APOIADA	UNIDADE	96.987	268.829	54.614	249.741
8730	AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	UNIDADE EQUIPADA	UNIDADE	156.488	188.185	207.407	210.814
12L5	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	UNIDADE CONSTRUIDA/ AMPLIADA	UNIDADE	166.667	210.059	132.069	147.186
20B1	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDAD	EQUIPE CONSTITUIDA	UNIDADE	110.696	132.643	130.656	130.656
8739	IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	120.165	465.126	20.000	120.195
8762	IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	37.037	141.843	74.074	75.163
8758	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	941	1.047	1.080	1.161
20SP	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	TRANSPLANTE REALIZADO	UNIDADE	616	1.515	648	1.105
8759	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	945	1.104	831	995
8755	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	628	826	677	839
6148	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	476	476	590	604
6516	APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	SERVICO QUALIFICADO/AVALIADO	UNIDADE	73	96	95	123
6217	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	82	93	79	98
4324	ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	0	90	0	90
8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	17	17	20	21
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	COMPLEXO IMPLANTADO	UNIDADE	1.067.922	1.331.634		
4525	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	UNIDADE APOIADA	UNIDADE			#DIV/0!	#DIV/0!
7833	IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	1.950.000	4.125.000	#DIV/0!	#DIV/0!

Decidiu-se discorrer análise apenas de algumas ações orçamentários com maiores custos unitários.

09LP – O SIC não trouxe as informações inseridas no Siop. Cabe esclarecer, que o recurso dessa ação é transferido integralmente à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS que, entre outras atribuições, visa garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada e a atenção integral às pessoas portadoras de doenças hematológicas.

8581 – Referente à meta física apenas de programa, prevista para 2015, foi alcançada em 100,00%. Ressalta se que houve necessidade de alteração na atividade para utilização dos recursos alocados nessa ação, no exercício de 2015, para atender aos municípios que realizavam a atenção à saúde da população ribeirinha por meio de Unidades Básicas de Saúde Fluviais ou que necessitavam de embarcações para facilitar e/ou qualificar o acesso às ações de Atenção Básica a estas populações.

Neste sentido, o Ministério da Saúde identificou a necessidade premente da aquisição de 19 (dezenove) embarcações para funcionar como Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSFlu) devendo ficar sediadas nos municípios dos Estados do Amazonas e Pará, para coadjuvar a implantação das políticas governamentais de saúde nos municípios ribeirinhos.

Esta é uma das ações cujo orçamento é para atender os programas e as emendas. A área técnica se refere apenas aos programas, sendo este o motivo pelo qual o custo unitário apurado em 2015 seja significativamente maior do que em 2014.

125H – A baixa execução física desta ação (1,67%) se deve a desmobilização dos equipamentos da parede diafragma. Em Abril/15 a empresa Schahin rescindiu unilateralmente o contrato. A viga de coroamento da parede diafragma foi concluída após contratação emergencial e as operações do canteiro foram paralisadas.

8535 – Cabe esclarecer que o SIC importou o quantitativo físico de emenda e programa. Em 2015, essa ação teve uma dotação atual (LOA) de R$ 5.352.295.887,00 para emenda e programa (recurso de programa R$415.453.388,00) cujo custo em LOA + RAP foi de R$ 760.436.698,75 representando 14,21% do total disponibilizado para 2015. Referente à meta física apenas de programa, prevista para 2015, foi realizada 54,67% das unidades estruturadas.

É importante observar que os recursos alocados nesta ação, principalmente para emenda, tiveram em 2015 um incremento em relação ao exercício de 2014. Os recursos foram utilizados para construção, reforma, ampliação, aquisição de equipamento e material permanente para estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO 0713, POR AÇÃO

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficácia	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficácia	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)
09LP	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	1,00	EFICAZ	1	1
125H	IMPLANTACAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE C	0,07	INEFICAZ	14	1
12L5	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	0,28	INEFICAZ	11.780	3.312
20AD	PISO DE ATENCAO BASICA VARIAVEL - SAUDE DA FAMILIA	0,90	EFICÁCIA CONTIDA	44.644	40.162
20B1	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDAD	1,10	EFICÁCIA EXCEDENTE	270	298
20G8	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PR	1,09	EFICÁCIA EXCEDENTE	45	49
20SP	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	0,86	EFICÁCIA CONTIDA	27.255	23.400
4324	ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	0,45	INEFICAZ	477.362	216.003
4525	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	#DIV/0!		0	0
6148	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	0,75	EFICÁCIA CONTIDA	1.998.212	1.507.338
6217	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	1,09	EFICÁCIA EXCEDENTE	6.279.200	6.844.672
6516	APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	33,78	EFICÁCIA EXCEDENTE	22.860	772.223
7666	INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	1,00	EFICAZ	15	15
7690	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	0,11	INEFICAZ	27	3
7833	IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	0,00	INEFICAZ	1	0
8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	0,55	EFICÁCIA CONTIDA	150	82
8573	EXPANSAO E CONSOLIDACAO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	1,00	EFICAZ	27	27
8577	PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	1,00	EFICAZ	5.570	5.570
8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	1,00	EFICAZ	19	19
8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	0,94	EFICÁCIA CONTIDA	2.211.837.811	2.089.022.684
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	0,51	EFICÁCIA CONTIDA	43	22
8730	AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	0,86	EFICÁCIA CONTIDA	1.200	1.034
8735	ALIMENTACAO E NUTRICAO PARA A SAUDE	1,00	EFICAZ	27	27
8739	IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	0,93	EFICÁCIA CONTIDA	27	25
8755	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,94	EFICÁCIA CONTIDA	140.000	131.462
8758	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,99	EFICÁCIA CONTIDA	271.454	269.442
8759	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,93	EFICÁCIA CONTIDA	232.567	215.866
8762	IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	1,00	EFICAZ	27	27

Esclarecimentos para Indicadores de Eficácia

125H – Referente à meta física programada para 2015 foi realizada em 1,67%. Essa execução se deve a desmobilização dos equipamentos da parede diafragma. Em Abril/15 a empresa Schahin rescindiu unilateralmente o contrato. A viga de coroamento da parede diafragma foi concluída após contratação emergencial e as operações do canteiro foram paralisadas.

12L5 – No tocante à meta física para o exercício 2015, a área técnica programou a construção e ampliação de 8.089 obras, porém, na Lei Orçamentária Anual, essa meta foi ampliada para 11.780 e reprogramada ao longo do ano para 6.319 obras. Desse total reprogramado, foi possível executar 3.312, sendo 1.786 obras de ampliações e 1.526 de construções.

4324 – Cabe esclarecer que a meta física inicial apresentada pela área técnica da SAS foi de 180.854 procedimentos realizados, sendo realizados 216.003, diante do exposto, a meta realizada e considerada pela área técnica foi realizada em 119,44%. Observa-se que na aprovação da LOA pelo Congresso Nacional foi de 477.362. Além disso, houve aumento na execução das metas físicas de 2014 para o exercício de 2015, mas redução nos valores das dotações na LOA (dotação atual).

6217 – Cabe informar que a meta física para o exercício de 2014, informada pelo SIC, provavelmente migrou os procedimentos realizados pelo Grupo Hospitalar Conceição que a SAS não tem governabilidade. Neste sentido, não avançamos nas análises solicitadas.

6516 – Faz um comparativo entre a meta física prevista e a realizada no ano mostrando o quanto eficaz foi o projeto. Informamos que o produto índice, apesar de ser descrito como SERVIÇO QUALIFICADO, é mensurado pela Fiocruz como Kit Nat HIV/HCV para testagem de sangue fornecido. O fornecimento depende da demanda do Ministério da Saúde e pode variar de acordo com o que for contratado para o período.

7690 – Para justificar o baixo desempenho, cabe esclarecer que foi recomendado à Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados (CGSH) contingenciamento de limite orçamentário com base nas orientações da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) para este Ministério. Desta forma, a CGSH não obteve autorização para empenho do saldo orçamentário das ações da Área de Sangue e Hemoderivados.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA DO OBJETIVO 0713, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficiência	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficiência	Gasto Unit Prev	Custo Unit (LOA+RAP)
09LP	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	1,57	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	314.050.000,00	200.000.000,00
125H	IMPLANTACAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE C	0,02	INEFICIENTE	428.571,43	18.086.767,23
12L5	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	0,41	INEFICIENTE	60.820,43	147.186,35
20AD	PISO DE ATENCAO BASICA VARIAVEL - SAUDE DA FAMILIA	0,91	EFICIÊNCIA CONTIDA	279.477,65	307.384,02
20B1	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDAD	1,37	EFICIENTE	179.629,63	130.656,18
20G8	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PR	1,31	EFICIENTE	10.044.444,44	7.696.712,86
20SP	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	1,80	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	1.988,63	1.105,03
4324	ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	0,92	EFICIÊNCIA CONTIDA	82,94	90,34
4525	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	#DIV/0!		#DIV/0!	#DIV/0!
6148	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	1,13	EFICIENTE	679,03	603,55
6217	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	1,07	INEFICIENTE	105,81	98,50
6516	APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	28,30	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	3.490,81	123,35
7666	INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	2,22	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	10.738.887,00	4.828.282,88
7690	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	0,13	INEFICIENTE	1.200.000,00	9.089.536,21
7833	IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	#DIV/0!		10.350.000,00	#DIV/0!
8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	3,85	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	35.681.972,58	9.274.228,03
8573	EXPANSAO E CONSOLIDACAO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	1,49	EFICIENTE	1.796.296,30	1.202.759,79
8577	PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	1,00	EFICIÊNCIA CONTIDA	887.612,21	886.294,78
8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	2,47	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	115.450.119,42	46.705.786,47
8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	0,95	EFICIÊNCIA CONTIDA	19,51	20,55
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	0,63	EFICIÊNCIA CONTIDA	1.846.511,63	2.929.505,59
8730	AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	1,05	EFICIENTE	220.491,67	210.814,09
8735	ALIMENTACAO E NUTRICAO PARA A SAUDE	4,75	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	1.185.185,19	249.740,75
8739	IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	3,08	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	370.370,37	120.195,12
8755	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,90	EFICIÊNCIA CONTIDA	754,29	839,12
8758	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	1,00	EFICIÊNCIA CONTIDA	1.156,73	1.161,05
8759	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,99	EFICIÊNCIA CONTIDA	986,81	995,05
8762	IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	1,32	EFICIENTE	99.259,26	75.162,68

Esclarecimentos para Indicadores de Eficiência

09LP – Cabe esclarecer, que o recurso dessa ação é transferido integralmente à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS, entre outras atribuições, visa garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada e a atenção integral às pessoas portadoras de doenças hematológicas.

125H – Referente à meta física programada para 2015 foi realizada em 1,67%. Essa baixa execução se deve a desmobilização dos equipamentos da parede diafragma. Em Abril/15 a empresa Schahin rescindiu unilateralmente o contrato. A viga de coroamento da parede diafragma foi concluída após contratação emergencial e as operações do canteiro foram paralisadas.

12L5 - No tocante à meta física para o exercício 2015, a área técnica programou a construção e ampliação de 8.089 obras, porém, na Lei Orçamentária Anual, essa meta foi ampliada para 11.780 e reprogramada ao longo do ano para 6.319 obras. Desse total reprogramado, foi possível executar 3.312, sendo 1.786 obras de ampliações e 1.526 de construções.

6217 – Cabe informar que a meta física para o exercício de 2014, informada pelo SIC, provavelmente migrou os procedimentos realizados pelo Grupo Hospitalar Conceição que a SAS não tem governabilidade. Neste sentido, não avançamos nas análises solicitadas.

6516 – Este valor foi devido ao aumento da quantidade de Kits entregues de 22.860 para 772.223 unidades, pois houve um aumento da quantidade prevista de KITs diminuindo o custo unitário e melhorando a eficiência da ação.

7690 – Para justificar o baixo desempenho, cabe esclarecer que foi recomendado à Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados (CGSH) contingenciamento de limite orçamentário com base nas orientações da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) para este Ministério. Desta forma, a CGSH não obteve autorização para empenho do saldo orçamentário das ações da Área de Sangue e Hemoderivados.

8735 – Essa ação orçamentária apresenta eficiência excedente devido à ampliação do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA) passando a contemplar, ao final de 2014, 3.325 municípios de todas as 27 unidades da federação (nas Regiões Norte e Nordeste e em municípios das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Plano Brasil Sem Miséria e outros que solicitaram adesão voluntária), garantindo o atendimento de 6,2 milhões de crianças.

8739 – Essa ação orçamentária apresenta eficiência excedente devido à meta física proposta apresentar como produto apoiar os Estados por meio de formação de profissionais e pesquisas, além de promover a disseminação de informações sobre humanização no atendimento.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE DO OBJETIVO 0713, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Economicidade	Faixa De Atingimento - Economicidade	2014 Custo Unit (LOA+RAP)	2015 Custo Unit (LOA+RAP)
09LP	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	0,00			200.000.000
125H	IMPLANTACAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE C	1,37	ECONÔMICO	24.804.475	18.086.767
1215	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	1,43	ECONÔMICO	210.059	147.186
20AD	PISO DE ATENCAO BASICA VARIAVEL - SAUDE DA FAMILIA	0,93	ECONOMICIDADE CONTIDA	287.141	307.384
20B1	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDAD	1,02	ECONÔMICO	132.643	130.656
20G8	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PR	1,57	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	12.090.837	7.696.713
20SP	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	1,37	ECONÔMICO	1.515	1.105
4324	ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	0,99	ECONOMICIDADE CONTIDA	90	90
4525	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	#DIV/0!			#DIV/0!
6148	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	0,79	ECONOMICIDADE CONTIDA	476	604
6217	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	0,94	ECONOMICIDADE CONTIDA	93	98
6516	APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	0,78	ECONOMICIDADE CONTIDA	96	123
7666	INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	1,11	ECONÔMICO	5.351.576	4.828.283
7690	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	0,11	SEM ECONOMICIDADE	972.153	9.089.536
7833	IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	#DIV/0!		4.125.000	#DIV/0!
8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	0,02	SEM ECONOMICIDADE	149.760	9.274.228
8573	EXPANSAO E CONSOLIDACAO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	0,20	SEM ECONOMICIDADE	242.459	1.202.760
8577	PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	1,02	ECONÔMICO	906.792	886.295
8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	0,00	SEM ECONOMICIDADE	48.481	46.705.786
8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	0,85	ECONOMICIDADE CONTIDA	17	21
8721	IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	0,45	SEM ECONOMICIDADE	1.331.634	2.929.506
8730	AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	0,89	ECONOMICIDADE CONTIDA	188.185	210.814
8735	ALIMENTACAO E NUTRICAO PARA A SAUDE	1,08	ECONÔMICO	268.829	249.741
8739	IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	3,87	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	465.126	120.195
8755	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,98	ECONOMICIDADE CONTIDA	826	839
8758	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0,90	ECONOMICIDADE CONTIDA	1.047	1.161
8759	APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	1,11	ECONÔMICO	1.104	995
8762	IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	1,89	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	141.843	75.163

Esclarecimentos para Indicadores de Economicidade

20G8 - Foi atingida a meta de 49 hospitais beneficiados com os recursos publicados em portaria. As universidades federais do MEC assumiram novos hospitais sob sua gestão - por meio da aprovação do Comitê Gestor do REHUF foi inserido esses hospitais ao Programa REHUF.

7690 – Para justificar o baixo desempenho, cabe esclarecer que foi recomendado à Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados (CGSH) contingenciamento de limite orçamentário com base nas orientações da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) para este Ministério. Desta forma, a CGSH não obteve autorização para empenho do saldo orçamentário das ações da Área de Sangue e Hemoderivados.

8535 – Os valores nesta ação orçamentária estão sendo considerados recursos para emendas.

8573 - É importante analisar que ao considerar no cálculo dos custos unitários os valores da LOA mais RAP e a meta física sendo ente federativo apoiado, isto pode ter ocasionado redução neste resultado.

8581 – Os valores nesta ação orçamentária estão sendo considerados recursos para emendas e houve alteração da meta física para 2015, como já foi explicado na análise geral desta PCPR.

8739 – Essa ação orçamentária apresenta eficiência excedente devido ao objetivo proposto que visa apoiar os Estados por meio de formação de profissionais, pesquisa e visa promover a disseminação de informações sobre humanização no atendimento.

8762 - Essa ação orçamentária apresenta economicidade excedente tendo em vista, as ações realizadas nos 27 estados da federação, focadas no fomento da inclusão e integração das populações estratégicas e/ou vulneráveis nas redes de atenção à saúde, com promoção da inscrição de suas singularidades nos processos de gestão e de cuidado; promoção da atenção integral à saúde sexual e à saúde reprodutiva de adolescentes, entre outras.

Objetivo 0726- Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS

Contextualização

A promoção do acesso com uso racional a medicamentos no âmbito do SUS é realizada por meio dos Componentes Básico, Estratégico e Especializado da Assistência Farmacêutica e por meio do Programa Farmácia Popular do Brasil.

O Componente Básico da Assistência Farmacêutica, financiado e executado de forma tripartite, destina-se à aquisição de medicamentos e insumos relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da atenção básica à saúde.

O Componente Estratégico, por sua vez, consolidou-se a partir da garantia do acesso aos medicamentos e serviços farmacêuticos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico e de caráter estratégico. Já no âmbito do Componente Especializado é garantido o acesso aos medicamentos indicados ao tratamento de um conjunto significativo de agravos e doenças a partir das linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde.

O Programa Farmácia Popular do Brasil foi criado para complementar o acesso

aos medicamentos oferecidos pelos Componentes da AF. Esse Programa se constitui por meio da rede própria de Farmácias Populares e da parceria com farmácias e drogarias da rede privada, chamada de "Aqui tem Farmácia Popular".

O Ministério da Saúde desenvolve estratégias de uso racional de medicamentos por meio das contribuições do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos.

Com o objetivo de qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS, foi desenvolvido o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS), composto por quatro eixos (estrutura, educação, informação e cuidado) com a finalidade de contribuir para o processo de aprimoramento, implementação e integração sistêmica das atividades da assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Além disso, a partir do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, os medicamentos selecionados e padronizados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS devem constar na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), acompanhada do Formulário Terapêutico Nacional (FTN) que subsidiará a prescrição, a dispensação e o uso dos medicamentos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT).

Além disso, tem-se a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto nº 5.813/2006) que se configura parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social. No seu âmbito de atuação, o MS tem implementado ações estruturantes, como o financiamento de fitoterápicos, com contrapartida municipal e estadual.

O Ministério da Saúde objetivará nos próximos anos garantir e ampliar o acesso aos medicamentos padronizados, juntamente com a qualificação da assistência farmacêutica, buscando promover o acesso dos medicamentos à população de forma contínua, com a promoção do seu uso racional.

Principais metas (PPA 2012-2015)

- Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015;
- Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015;
- Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS; e
- Aquisição e distribuição continuada de medicamentos e insumos adequados à integralidade do tratamento de pacientes em todos os níveis de atenção.

Exposição dos custos por GND e Natureza da Despesa

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0726, POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (GND)

Programa	Objetivo	Responsável	Grupo Despesa	Grupo Despesa - Descrição	Análise Horizontal	2014		2015	
						Custo (LOA+RAP)[1]	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)[1]	Análise Vertical (%)
2015	0726	SCTIE	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17%	10.059.248	99,91%	11.749.307	99,90%
2015	0726	SCTIE	4	INVESTIMENTOS	28%	9.480	0,09%	12.118	0,10%
Total						**10.068.728**	**100,00%**	**11.761.425**	**100,00%**

[1] Custos expressos em mil reais
Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0726, POR GND E NATUREZA DA DESPESA

Objetivo Programa	Grupo Despesa - Descrição	Natureza Despesa - Descrição	2014		2015	
			Custo (LOA + RAP)[1]	Análise Vertical (%)	Custo (LOA + RAP)[1]	Análise Vertical (%)
0726	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	MATERIAL DE CONSUMO	5.276.570	52,41%	6.792.598	57,75%
		SUBVENCOES ECONOMICAS	1.929.107	19,16%	2.396.365	20,37%
		CONTRIBUICOES	1.764.042	17,52%	1.741.260	14,80%
		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	218.044	2,17%	434.035	3,69%
		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			331.047	2,81%
		OUTRAS	871.485	8,66%	54.001	0,46%
	SUBTOTAL		*10.059.248*	*99,91%*	*11.749.307*	*99,90%*
	INVESTIMENTOS	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			10.873	0,09%
		AUXILIOS	8.714	0,09%	997	0,01%
		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	648	0,01%	249	0,00%
		MATERIAL DE CONSUMO	118	0,00%		
	SUBTOTAL		*9.480*	*0,09%*	*12.118*	*0,10%*
Total Geral			10.068.728	100,00%	11.761.425	100,00%

[1] Custos expressos em mil reais
Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

Análise sintética sobre os custos dos produtos das ações orçamentárias

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0726, POR AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014						2015					
				Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)[1]	Custo - Loa[1]	Custo (LOA+RAP)[1]	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)[1]	Custo - Loa[1]	Custo (LOA+RAP)[1]
4705	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENT	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	1828686	1828602	1828686	4.890.846	4.486.973	4.931.224	2305874	2305874	2305874	5.867.475	5.232.823	5.580.741
20YR	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	27560	26286	26288	1.874.191	1.654.918	1.681.164	31000	26575	26575	2.389.928	2.220.841	2.223.659
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	MUNICIPIO APOIADO	UNIDADE							5570	5570	5570	1.230.000	998.483	1.163.522
		POPULACAO COBERTA	UNIDADE	6082	5571	5585	1.312.869	1.117.723	1.260.703						
4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	UNIDADE FEDERATIVA APOIADA	UNIDADE							27	27	54	1.101.000	860.038	1.016.935
		PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	29	27	54	864.187	703.417	863.473						
20YS	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	8660	8590	8592	690.297	549.981	578.791	9600	8050	8050	871.400	662.079	733.321
4295	ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	13000	11495	11495	583.433	364.975	582.580	19930	23005	23005	802.500	573.389	662.229
4368	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS PARA PROGRAMA	MEDICAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	252728988	206928781	206928782	165.730	111.376	151.742	296734144	223605118	223605119	340.000	249.645	305.627
20AH	ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	SERVICO APOIADO	UNIDADE	1582	906	906	69.400	14.511	14.511	2257	2257	2262	84.152	68.435	69.534
20K5	APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL APOIADO	UNIDADE	21	1	2	10.012	3.901	4.542	33	12	13	10.325	5.803	5.857
211V	IMPLANTACAO DE UNIDADES DA REDE PROPRIA DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	FARMACIA IMPLANTADA	UNIDADE	34	0	0	1.700	0	0	34	0	0	1.700		
Total Geral							10.462.665	9.007.774	10.068.728				12.698.480	10.871.538	11.761.425

[1] Valores expressos em mil reais
Fontes: SIC; SDP 2015; SAS (Alimentação manual)

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO DO OBJETIVO 0726, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014		2015	
				Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	MUNICIPIO APOIADO	UNIDADE			179.261	208.891
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	POPULACAO COBERTA	UNIDADE	200.632	225.730		
20AH	ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	SERVICO APOIADO	UNIDADE	16.016	16.016	30.321	30.740
20K5	APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL APOIADO	UNIDADE	3.901.211	2.270.756	483.608	450.530
20YR	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	62.958	63.952	83.569	83.675
20YS	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	64.026	67.364	82.246	91.096
211V	IMPLANTACAO DE UNIDADES DA REDE PROPRIA DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	FARMACIA IMPLANTADA	UNIDADE	0	0	0	0
4295	ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	31.751	50.681	24.925	28.786
4368	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS PARA PROGRAMA	MEDICAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	1	1	1	1
4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	26.052.481	15.990.236		18.832.125
4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	UNIDADE FEDERATIVA APOIADA	UNIDADE			31.853.266	18.832.125
4705	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENT	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	2.454	2.697	2.269	2.420

Ação 4705

No exercício de 2015, no âmbito da ação 4705 (Apoio financeiro para aquisição e distribuição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência) foram propostas as seguintes metas físicas: a) nacional (medicamentos de aquisição centralizada pelo MS, ou seja, medicamentos do Grupo 1A e b) regionalizada (transferência fundo a fundo para financiamento dos medicamentos do Grupo 1B.

Na meta física nacional, foram executados R$ 5.148.556.795,00 e, na regionalizada, R$ 718.918.000,00, totalizando R$ 5.867.474.795,00. Para atender a responsabilidade pela oferta dos medicamentos do Grupo 1A em 2015, o Ministério da Saúde adquiriu de forma centralizada, 52 fármacos em 83 apresentações farmacêuticas, incluindo 06 fármacos em 09 apresentações farmacêuticas de medicamentos antineoplásicos para atender parte da Política Nacional de Combate e Prevenção do Câncer, coordenada pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Desse referencial, importante destacar que as PDP contribuem significativamente para o aumento da compra centralizada, sendo adquiridos 17 fármacos destinados às doenças contempladas por este Componente e um (1) fármaco destinado a demanda da oncologia na Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer. Ao todo, temos 18 fármacos em 34 apresentações sendo disponibilizados no SUS, via PDP. Ao todo foram distribuídos aos estados 376.772.021 unidades de medicamentos. Com essa estratégia, o SUS garantiu o acesso regular aos medicamentos indicados para o tratamento de importantes agravos inseridos no CEAF.

Ações 20YR e 20YS

O Programa Farmácia Popular do Brasil atende mensalmente 8,7 milhões de pessoas nas 523 unidades da rede própria em 414 municípios brasileiros juntamente com a rede de farmácias credenciadas no Aqui Tem Farmácia Popular que encerrou o ano de 2015 com 34.626 estabelecimentos credenciados, cobrindo 4.446 municípios.

Isto representa 80% dos municípios brasileiros. Em 2014, o total de municípios atendidos era de 4.345, representando 78%. Do total de municípios atendidos pelo Programa Farmácia Popular do Brasil, 1.644 possuem porcentagem elevada de população em extrema pobreza sendo atendidos pelo Plano Brasil Sem Miséria (BSM).

Ação 20AE

No ano de 2015, foi realizada a transferência mensal dos recursos da União para aquisição de medicamentos e insumos, incluindo-se aqueles relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da Atenção Básica à Saúde, conforme definido na Portaria n.º 1.555, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os recursos financeiros oriundos do orçamento do Ministério da Saúde para financiar a aquisição destes medicamentos foram transferidos a cada um dos entes federativos beneficiários em parcelas mensais correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor total anual a eles devido.

O repasse de R$5,10 per capita foi realizado na modalidade fundo a fundo, utilizando a população estimada pelo Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 1º de julho de 2011, enviada ao Tribunal de Contas da União em 9 de novembro de 2011. Para evitar a redução no custeio, os municípios que tiveram a população reduzida nos termos do Censo IBGE 2011 em relação à população estimada nos termos do Censo IBGE 2009 tiveram os recursos federais, estaduais e municipais alocados de acordo com a estimativa do Censo IBGE 2009.

Além disso, os acréscimos populacionais nos municípios, resultantes de fluxos migratórios, conforme documentos oficiais do IBGE, foram considerados para o cálculo do valor per capita a ser repassado a esses municípios, conforme pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e, se houver, Comissão Intergestores Regional (CIR).

As compras centralizadas referem-se aos medicamentos para atender aos seguintes programas: Saúde da Mulher, Calamidade Pública e aquisição de insulinas NPH e regular. Desse modo, foram adquiridos pelo Ministério da Saúde aproximadamente: 30 milhões de frascos de insulinas regular e NPH, 52 milhões de blísteres, ampolas, comprimidos e unidades de contraceptivos do Programa Saúde da Mulher e distribuídos 106 kits para atendimento às calamidades públicas.

Finalmente, cabe destacar que os índices de economicidade, eficácia e eficiência não foi possível calculá-los, já que a unidade da meta relacionada a esta ação mudou de 2014 para 2015, sendo a unidade no primeiro ano a população coberta, e no segundo a unidade passou a ser município apoiado.

Indicadores

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO 0726, POR AÇÃO

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficácia	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficácia	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	1,00	EFICAZ	5.570	5.570
20AH	ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	1,00	EFICAZ	2.257	2.262
20K5	APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	0,36	INEFICAZ	33	12
20YR	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	0,86	EFICÁCIA CONTIDA	31.000	26.575
20YS	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	0,84	EFICÁCIA CONTIDA	9.600	8.050
4295	ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	1,15	EFICÁCIA EXCEDENTE	19.930	23.005
211V	IMPLANTACAO DE UNIDADES DA REDE PROPRIA DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	0,00	INEFICAZ	34	0
4368	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS PARA PROGRAMA	0,75	EFICÁCIA CONTIDA	296.734.144	223.605.118
4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	1,00	EFICAZ	27	27
4705	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENT	1,00	EFICAZ	2.305.874	2.305.874

Esclarecimentos para Indicadores de Eficácia

20K5 - No dia 26 de agosto de 2015, foi publicado no DOU, o Edital SCTIE/MS nº 2/2015 para apoio a projetos da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos. Foram selecionados 12 projetos, sendo: 3 de arranjo produtivo local; 8 de estruturação da assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos e 1 de desenvolvimento e registro sanitário de fitoterápicos da Rename.

Ressalta-se que, devido à demora na devolutiva da Conjur/MS, o edital só conseguiu ser publicado em agosto e a finalização do processo ocorreu com a publicação da Portaria de Habilitação aos Municípios e Estados a receberem recurso, no dia 16 de novembro de 2015. O repasse do recurso, previsto para ocorrer em 2015, não se realizou e as secretarias de saúde contempladas receberão recurso apenas em 2016, com orçamento deste ano.

Além disso, cabe destacar que em 2015, foram selecionadas 12 secretarias de saúde para desenvolvimento de projetos de apoio à AF e arranjos produtivos locais de plantas medicinais e fitoterápicos e ao desenvolvimento e registro sanitário de fitoterápicos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) por laboratórios públicos.

No entanto, os recursos financeiros ainda não foram repassados aos Municípios e Estados. Espera-se que as transferências ocorram até final de fevereiro de 2016. Ao todo, desde 2012, foram selecionados 78 projetos na área de plantas medicinais e fitoterápicos

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA DO OBJETIVO 0726, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficiência	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficiência	Gasto Unit Prev	Custo Unit (LOA+RAP)
4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	2,17	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	40.777.778	18.832.125
20K5	APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	0,69	EFICIÊNCIA CONTIDA	312.879	450.530
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	1,06	EFICIENTE	220.826	208.891
20YS	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	1,00	EFICIÊNCIA CONTIDA	90.771	91.096
20YR	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	0,92	EFICIÊNCIA CONTIDA	77.094	83.675
20AH	ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	1,21	EFICIENTE	37.285	30.740
4295	ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	1,40	EFICIENTE	40.266	28.786
4705	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENT	1,05	EFICIENTE	2.545	2.420
4368	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS PARA PROGRAMA	0,84	EFICIÊNCIA CONTIDA	1	1

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE DO OBJETIVO 0726, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Economicidade	Faixa De Atingimento - Economicidade	2014	2015
				Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit (LOA+RAP)
4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	0,85	ECONOMICIDADE CONTIDA	15.990.236	18.832.125
20K5	APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	5,04	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	2.270.756	450.530
20AE	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	1,08	ECONÔMICO	225.730	208.891
20YS	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	0,74	ECONOMICIDADE CONTIDA	67.364	91.096
20YR	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO B	0,76	ECONOMICIDADE CONTIDA	63.952	83.675
20AH	ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	0,52	ECONOMICIDADE CONTIDA	16.016	30.740
4295	ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	1,76	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	50.681	28.786
4705	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENT	1,11	ECONÔMICO	2.697	2.420
4368	PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS PARA PROGRAMA	0,54	ECONOMICIDADE CONTIDA	1	1
211V	IMPLANTACAO DE UNIDADES DA REDE PROPRIA DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL			-	-

Esclarecimentos para Indicadores de Economicidade

20K5 - A utilização do orçamento destinado à ação 20K5, em 2015, para pagamento do Edital SCTIE/MS n.º 1/2014 (não executado em 2014): R$ 4.092.264,65 de custeio e R$ 1.711.026,04 de capital, totalizando R$ 5.803.290,69, correspondendo a 56,21% de execução da ação 20K5 em 2015. Estava prevista também a utilização de R$ 3.400.000,00 de custeio e R$ 594.473,96 de capital para pagamento do Edital SCTIE/MS nº 2/2015, porém, conforme informado acima, os recursos não foram repassados em 2015. Ainda, no sentido de atender a necessidades financeiras da Assistência Farmacêutica, estava prevista a utilização de R$ 168.700,00 e de R$ 221.500,00 de capital como complementação ao projeto SMS Florianópolis e ao Convênio Unicamp, respectivamente. Entretanto, tais valores também não foram repassados em 2015.

Objetivo 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Contextualização

No processo de consolidação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) como elemento estruturante da Política Nacional de Saúde (PNS), o Ministério da Saúde aproxima o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e o SUS, com o propósito de direcionar os esforços e investimentos para as principais necessidades de saúde da população brasileira, por meio das ações de fomento à pesquisa científica, tecnológica e inovação, qualificando práticas, procedimentos, serviços, ações, programas e políticas setoriais de saúde, contribuindo assim para a sustentabilidade do SUS.

Somam-se às ações de fomento, a realização de avaliações de tecnologias em saúde e a sistematização de evidências para subsidiar a tomada de decisão no sistema de saúde brasileiro, promovendo a utilização do conhecimento e/ou incorporação de produtos nas ações de atenção à saúde, regulação e gestão.

O Complexo Produtivo da Saúde apresenta uma visão integrada de desenvolvimento econômico e social. Assim, o MS vem adotando o uso do poder de compra governamental como estratégia para estimular a produção nacional de produtos estratégicos para o SUS e promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País mediante o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP), parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI) e acordo de compensação tecnológica.

Principais metas (PPA 2012-2015)

- Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015.
- Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue.
- Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual.
- Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde.
- Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa.
- Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015.

Exposição dos custos por GND e Natureza da Despesa

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0727, POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (GND)

Programa	Objetivo	Responsável	Grupo Despesa	Grupo Despesa - Descrição	Análise Horizontal	2014		2015	
						Custo (LOA+RAP)[1]	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)[1]	Análise Vertical (%)
2015	0727	SCTIE	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0%	222.235	83,24%	223.146	89,76%
2015	0727	SCTIE	4	INVESTIMENTOS	-43%	44.760	16,76%	25.449	10,24%
Total						**266.995**	**100,00%**	**248.596**	**100,00%**

[1] Custos expressos em mil reais
Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0727, POR GND E NATUREZA DA DESPESA

Objetivo Programa	Grupo Despesa - Descrição	Natureza Despesa - Descrição	2014		2015	
			Custo (LOA + RAP)[1]	Análise Vertical (%)	Custo (LOA + RAP)[1]	Análise Vertical (%)
0727	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			93.603	37,65%
		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - TERCEIRIZACAO			33.122	13,32%
		AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	54.515	20,42%	31.407	12,63%
		CONTRIBUICOES	12.270	4,60%	21.942	8,83%
		MATERIAL DE CONSUMO	16.619	6,22%	15.315	6,16%
		LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	6.878	2,58%	12.023	4,84%
		OUTRAS	131.953	49,42%	15.733	6,33%
	SUBTOTAL		*222.235*	*83,24%*	*223.146*	*89,76%*
	INVESTIMENTOS	OBRAS E INSTALACOES	9.401	3,52%	13.499	5,43%
		AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	20.554	7,70%	7.290	2,93%
		OUTRAS	14.805	5,54%	4.660	1,87%
	SUBTOTAL		*44.760*	*16,76%*	*25.449*	*10,24%*
Total Geral			266.995	100,00%	248.596	100,00%

[1] Custos expressos em mil reais
Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

Análise sintética sobre os custos dos produtos das ações orçamentárias

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0727, POR AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014						2015					
				Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)[1]	Custo - Loa[1]	Custo (LOA+RAP)[1]	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)[1]	Custo - Loa[1]	Custo (LOA+RAP)[1]
8315	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO EM SAUDE	PESQUISA REALIZADA	UNIDADE	1601	1762	1762	117.758	106.854	122.570	1608	1794	1795	121.350	114.290	120.987
6146	PESQUISA EM SAUDE E AVALIACAO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SU	PESQUISA APOIADA	UNIDADE	111	197	198	91.098	43.319	81.034	120	10	35	84.128	15.356	50.065
6179	COMUNICACAO E INFORMACOES PARA A EDUCACAO EM SAUDE E EM CIEN	MATERIAL PRODUZIDO	UNIDADE	1540000	1134859	1174859	21.528	20.419	22.196	1671650	1216237	1216238	25.566	24.575	25.223
11PJ	ESTRUTURACAO DE LABORATORIOS DE PESQUISAS BIOMEDICAS	OBRA EXECUTADA	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA	13	10	11	11.316	8.564	9.624	51	45	51	16.000	15.052	17.381
20K3	QUALIFICAR A INCORPORACAO DE TECNOLOGIAS DE SAUDE NO AMBITO	PROCESSO ANALISADO	PERCENTUAL	100	53	54	16.200	1.778	8.753	100	88	89	16.200	5.000	11.930
20K4	APOIO AO SISTEMA DE ETICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	PROJETO ANALISADO	UNIDADE	850	90089	90090	11.340	1.982	8.644	950	2137	2138	11.800	4.319	9.851
20Q7	MANUTENCAO DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL DE CIENCIA E D	PREDIO TOMBADO RECUPERADO	UNIDADE	24	24	25	6.999	6.714	8.970	18	13	14	7.804	7.792	8.075
20AQ	MANUTENCAO DE COLECOES BIOLOGICAS DA CIENCIA E DA SAUDE NO B	COLECAO MANTIDA	UNIDADE	29	29	30	2.039	1.643	2.007	28	29	30	2.780	2.674	2.987
147V	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DOCUMENTACAO E HISTORIA DA SAUDE	OBRA CONCLUIDA	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA	12	20	21	2.100	662	3.197	62	10	11	3.200	1.004	2.098
Total Geral							280.378	191.934	266.995				288.828	190.063	248.596

* Valores expressos em milreais
Fontes: SIC; SIOP 2015; SAS (Alimentação manual)

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO DO OBJETIVO 0727, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014		2015	
				Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)
6146	PESQUISA EM SAUDE E AVALIACAO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SU	PESQUISA APOIADA	UNIDADE	219.891	409.264	1.535.644	1.430.431
20Q7	MANUTENCAO DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL DE CIENCIA E D	PREDIO TOMBADO RECUPERADO	UNIDADE	279.732	358.789	599.406	576.785
11PJ	ESTRUTURACAO DE LABORATORIOS DE PESQUISAS BIOMEDICAS	OBRA EXECUTADA	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA	856.361	874.920	334.498	340.804
147V	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DOCUMENTACAO E HISTORIA DA SAUDE	OBRA CONCLUIDA	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA	33.109	152.247	100.363	190.706
20K3	QUALIFICAR A INCORPORACAO DE TECNOLOGIAS DE SAUDE NO AMBITO	PROCESSO ANALISADO	PERCENTUAL			56.818	134.040
	QUALIFICAR A INCORPORACAO DE TECNOLOGIAS DE SAUDE NO AMBITO	PROCESSO ANALISADO	UNIDADE	33.553	162.098		
20AQ	MANUTENCAO DE COLECOES BIOLOGICAS DA CIENCIA E DA SAUDE NO B	COLECAO MANTIDA	UNIDADE	56.660	66.888	92.218	99.573
8315	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO EM SAUDE	PESQUISA REALIZADA	UNIDADE	60.643	69.563	63.707	67.402
20K4	APOIO AO SISTEMA DE ETICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	PROJETO ANALISADO	UNIDADE	22	96	2.021	4.608
6179	COMUNICACAO E INFORMACOES PARA A EDUCACAO EM SAUDE E EM CIEN	MATERIAL PRODUZIDO	UNIDADE	18	19	20	21

Ação 6146

Em 2015, a meta prevista para a ação "6146 - Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS" foi definida em 120 pesquisas apoiadas, porém do quantitativo planejado foram contempladas 10 pesquisas. Ressalta-se que o cumprimento da meta foi prejudicado pelo contingenciamento de recursos e, portanto, a estratégia foi garantir a continuidade de financiamento de projetos mais robustos, que já estavam em andamento e com maior potencial de resposta para o sistema de saúde.

Ação 6179

O produto se refere ao material produzido na Fiocruz, incluindo material impresso. A tendência é a diminuição da impressão de material, priorizando os canais de divulgação eletrônicos. É uma tendência a queda do produto e investimento na área tecnológica.

Ressalta-se que o produto índice não reflete a dimensão das atividades e projetos que são atendidos por esta ação orçamentária. A Fiocruz atua fortemente na disseminação de informação e comunicação. Provê acervos bibliográficos, sítios, mantém bibliotecas, além de outas atividades e investimento na área de informação e comunicação.

A previsão 2015 já foi superestimada, tendo em vista a tendência de redução que já ocorreu em 2014 e não foi revisada no Siop para o ano de 2015.

Ação 20Q7

É um serviço especializado e de custo elevado, como por exemplo, o serviço de restauração e manutenção de acervos históricos. A meta 18 se referia às intervenções a serem realizadas e a execução registrada (13+1 que está no RAP) se refere ao número de prédios tombados e que sofreram intervenção. Há, desta forma, uma reorganização da informação e que não foi revista no Siop. Ressaltamos que manutenção dos prédios tombados sofreram restrições orçamentárias provenientes dos contingenciamentos orçamentários praticados em 2015.

Apesar da redução das ações de preservação, os serviços sofreram reajustes o que não impactou na economicidade em relação ao ano de 2014. Foi iniciado em 2015 o projeto de revitalização do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), com a restauração e reinauguração do prédio da Cavalariça. A revisão da meta prevista que não foi feita e o aumento dos custos dos serviços e a contratação para a revitalização do NAHM, iniciando pelo prédio da Cavalariça, não trouxe eficiência esperada.

Indicadores

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO 0727, POR AÇÃO

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficácia	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficácia	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)
11PJ	ESTRUTURACAO DE LABORATORIOS DE PESQUISAS BIOMEDICAS	0,88	EFICÁCIA CONTIDA	51	45
147V	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DOCUMENTACAO E HISTORIA DA SAUDE	0,16	INEFICAZ	62	10
20AQ	MANUTENCAO DE COLECOES BIOLOGICAS DA CIENCIA E DA SAUDE NO B	1,04	EFICÁCIA EXCEDENTE	28	29
20K3	QUALIFICAR A INCORPORACAO DE TECNOLOGIAS DE SAUDE NO AMBITO	0,88	EFICÁCIA CONTIDA	100	88
20K4	APOIO AO SISTEMA DE ETICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	2,25	EFICÁCIA EXCEDENTE	950	2.137
20Q7	MANUTENCAO DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL DE CIENCIA E D	0,72	EFICÁCIA CONTIDA	18	13
6146	PESQUISA EM SAUDE E AVALIACAO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SU	0,08	INEFICAZ	120	10
6179	COMUNICACAO E INFORMACOES PARA A EDUCACAO EM SAUDE E EM CIEN	0,73	EFICÁCIA CONTIDA	1.671.650	1.216.237
8315	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO EM SAUDE	1,12	EFICÁCIA EXCEDENTE	1.608	1.794

Esclarecimentos para Indicadores de Eficácia

147V – A proposta enviada para PLOA ao CN em 29/08/2014, como previsão de meta física foi de 56% de obra executada. Porém, a publicação da LOA veio com informação de 62%, proposta do ano de 2013. Soma-se a este problema, a não revisão de meta no Siop no ano de 2015 tendo em vista a LOA publicada com o orçamento inferior ao proposto pela Fiocruz. Como o valor de 62% (qtd. atual) foi um erro de entrada de dados esta avaliação fica comprometida.

20AQ - Uma coleção biológica foi oficialmente credenciada e não havia sido prevista este credenciamento. A Fiocruz vem mantendo o número regular de coleções ao longo do ano.

6146 – Em 2015 a meta prevista para a ação "6146 - Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS" foi definida em 120 pesquisas apoiadas, porém do quantitativo planejado foram contempladas 10 pesquisas. Ressalta-se que o cumprimento da meta foi prejudicado pelo contingenciamento de recursos e, portanto, a estratégia foi garantir a continuidade de financiamento de projetos mais robustos, que já estavam em andamento e com maior potencial de resposta para o sistema de saúde.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA DO OBJETIVO 0727, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficiência	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficiência	Gasto Unit Prev	Custo Unit (LOA+RAP)
6146	PESQUISA EM SAUDE E AVALIACAO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SU	0,49	INEFICIENTE	701.067	1.430.431
20Q7	MANUTENCAO DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL DE CIENCIA E D	0,75	EFICIÊNCIA CONTIDA	433.553	576.785
11PJ	ESTRUTURACAO DE LABORATORIOS DE PESQUISAS BIOMEDICAS	0,92	EFICIÊNCIA CONTIDA	313.725	340.804
147V	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DOCUMENTACAO E HISTORIA DA SAUDE	0,27	INEFICIENTE	51.613	190.706
20K3	QUALIFICAR A INCORPORACAO DE TECNOLOGIAS DE SAUDE NO AMBITO	1,21	EFICIENTE	162.000	134.040
20AQ	MANUTENCAO DE COLECOES BIOLOGICAS DA CIENCIA E DA SAUDE NO B	1,00	EFICIÊNCIA CONTIDA	99.286	99.573
8315	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO EM SAUDE	1,12	EFICIENTE	75.466	67.402
20K4	APOIO AO SISTEMA DE ETICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	2,70	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	12.421	4.608
6179	COMUNICACAO E INFORMACOES PARA A EDUCACAO EM SAUDE E EM CIEN	0,74	EFICIÊNCIA CONTIDA	15	21

Esclarecimentos para Indicadores de Eficiente

6146 – Em 2015 a meta prevista para a ação "6146 - Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS" foi definida em 120 pesquisas apoiadas, porém do quantitativo planejado foram contempladas 10 pesquisas. Ressalta-se que o cumprimento da meta foi prejudicado pelo contingenciamento de recursos e, portanto, a estratégia foi garantir a continuidade de financiamento de projetos mais robustos, que já estavam em andamento e com maior potencial de resposta para o sistema de saúde.

147V - Faz um comparativo entre o custo unitário da unidade produzida prevista sobre a realizada no ano corrente. O valor de 62% (qtd. atual) foi um erro de entrada de dados esta avaliação fica comprometida.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE DO OBJETIVO 0727, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Economicidade	Faixa De Atingimento - Economicidade	2014	2015
				Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit (LOA+RAP)
6146	PESQUISA EM SAUDE E AVALIACAO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SU	0,29	SEM ECONOMICIDADE	409.264	1.430.431
20Q7	MANUTENCAO DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL DE CIENCIA E D	0,62	ECONOMICIDADE CONTIDA	358.789	576.785
11PJ	ESTRUTURACAO DE LABORATORIOS DE PESQUISAS BIOMEDICAS	2,57	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	874.920	340.804
147V	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DOCUMENTACAO E HISTORIA DA SAUDE	0,80	ECONOMICIDADE CONTIDA	152.247	190.706
20K3	QUALIFICAR A INCORPORACAO DE TECNOLOGIAS DE SAUDE NO AMBITO	1,21	ECONÔMICO	162.098	134.040
20AQ	MANUTENCAO DE COLECOES BIOLOGICAS DA CIENCIA E DA SAUDE NO B	0,67	ECONOMICIDADE CONTIDA	66.888	99.573
8315	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO EM SAUDE	1,03	ECONÔMICO	69.563	67.402
20K4	APOIO AO SISTEMA DE ETICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	0,02	SEM ECONOMICIDADE	96	4.608
6179	COMUNICACAO E INFORMACOES PARA A EDUCACAO EM SAUDE E EM CIEN	0,91	ECONOMICIDADE CONTIDA	19	21

Esclarecimentos para Indicadores de Economicidade

6146 – Em 2015 a meta prevista para a ação "6146 - Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS" foi definida em 120 pesquisas apoiadas, porém do quantitativo planejado foram contempladas 10 pesquisas. Ressalta-se que o cumprimento da meta foi prejudicado pelo contingenciamento de recursos e, portanto, a estratégia foi garantir a continuidade de financiamento de projetos mais robustos, que já estavam em andamento e com maior potencial de resposta para o sistema de saúde.

Objetivo 0728 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Contextualização

O objetivo estratégico do setor saúde ao qual a ANS se vincula (PPA/PNS) é o Objetivo Estratégico de "Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar, articulando a relação público – privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde". Alinhado ao objetivo, um conjunto de metas e iniciativas são desdobradas. A cada iniciativa, relaciona-se uma ação orçamentária.

Com relação ao Programa Temático de Aperfeiçoamento do SUS, vinculado ao objetivo acima, há três iniciativas de responsabilidade da ANS: Garantia de acesso à informação em saúde suplementar; Publicidade de utilidade pública para o aprimoramento da regulação e da fiscalização da saúde suplementar e Regulação e Fiscalização para a geração de saúde em modelos sustentáveis de planos de saúde. As ações orçamentárias são respectivamente relacionadas às iniciativas descritas acima: Sistema de Informação para Saúde suplementar; Publicidade de Utilidade Pública e Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar.

A partir de 2012, esse objetivo desdobra-se em quatro grandes estratégias, duas delas também inscritas como iniciativas do PPA: implementação das redes temáticas consideradas estratégicas e factíveis nos serviços de Saúde Suplementar; garantia de acesso à informação; relação público-privado e regulação e fiscalização para geração de saúde em modelos sustentáveis de planos de saúde.

Essa última estratégia apresenta enfoque principal na sustentabilidade do setor e aos incentivos à mudança do modelo assistencial. A partir de 2015, houve alinhamento dessas estratégias aos eixos temáticos da Agenda Regulatória da ANS, traduzindo-se em três iniciativas: Garantia de acesso e qualidade assistencial, a Sustentabilidade do setor e a Integração com o SUS.

Principais metas (PPA 2012-2015)

- Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS (Quantidade acumulada de processos de ressarcimento ao SUS concluídos por ano);
- Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional);
- Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias (Cumprimento das Etapas de Execução do Projeto de Rede de Prestadores Georreferenciada); e
- Otimizar o Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania).

Exposição dos custos por GND e Natureza da Despesa

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0728, POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (GND)

Programa	Objetivo	Responsável	Grupo Despesa	Grupo Despesa - Descrição	Análise Horizontal	2014		2015	
						Custo (LOA+RAP)[1]	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)[1]	Análise Vertical (%)
2015	0728	ANS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-15%	65.112	83,36%	55.259	87,09%
2015	0728	ANS	4	INVESTIMENTOS	-37%	12.999	16,64%	8.194	12,91%
Total						**78.111**	**100,00%**	**63.453**	**100,00%**

[1] Custos expressos em mil reais
Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0728, POR GND E NATUREZA DA DESPESA

Objetivo Programa	Grupo Despesa - Descrição	Natureza Despesa - Descrição	2014		2015	
			Custo (LOA + RAP)[1]	Análise Vertical (%)	Custo (LOA + RAP)[1]	Análise Vertical (%)
728	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			27.806	**43,82%**
		LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	18.214	**23,32%**	20.846	**32,85%**
		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.439	**6,96%**	3.087	**4,87%**
		OUTRAS	41.459	**53,08%**	3.520	**5,55%**
	SUBTOTAL		***65.112***	***83,36%***	***55.259***	***87,09%***
	INVESTIMENTOS	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.816	**15,13%**	5.197	**8,19%**
		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			2.998	**4,72%**
		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	1.183	**1,51%**		
	SUBTOTAL		***12.999***	***16,64%***	***8.194***	***12,91%***
Total Geral			78.111	**100,00%**	63.453	**100,00%**

[1] Custos expressos em mil reais
Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

Em 2014, os custos (LOA+RAP) observados foram de 78,1 milhões (sendo 83,4% de despesas correntes e 16,6% de investimentos) e em 2015, o montante foi de 63,7 milhões (sendo de 87,1% de despesas correntes e 12,9% de investimentos). Houve queda de 15% em despesas correntes e de 37% em investimentos, quando comparados os dois exercícios. Essa queda se deve, em parte, às dificuldades de 2015 na liberação inicial de recursos e do consequente atraso na execução orçamentária.

As principais despesas consumidas com relação ao objetivo, são as despesas relativas à locação de mão de obra e também os serviços, perfazendo juntos mais de 65% em 2014 e mais de 73% em 2015. Trata-se de pessoal de apoio às atividades finalísticas da agência, envolvendo a gestão documental e a gestão de informações. Com relação aos serviços, incluem-se a central de relacionamento, telefonia, a realização de eventos institucionais os serviços de comunicação, e de tecnologia da informação. Houve redução importante nas proporções dos serviços (PJ), uma vez que os contratos foram todos analisados e submetidos a cortes importantes, de forma a caber no orçamento da ANS em 2015, que foi praticamente o mesmo de 2014.

No que tange os investimentos, equipamentos permanentes e serviços de terceiros foram os elementos mais importantes (total de 16% em 2014 e de 12% em 2015), estando aí incluídos o desenvolvimento de sistemas e aquisição de equipamentos de TI necessários às atividades de regulação e fiscalização. As reduções observadas foram decorrentes de ajustes na execução orçamentária de TI, que teve diferença importante entre o planejado e o aprovado.

Análise sintética sobre os custos dos produtos das ações orçamentárias

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO OBJETIVO 0728, POR AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014						2015					
				Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)[1]	Custo - Loa[1]	Custo (LOA+RAP)[1]	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)	Qtde Realizada (loa+rap)	Valor Dotação Atual (jan-dez)[1]	Custo - Loa[1]	Custo (LOA+RAP)[1]
8727	SISTEMA DE INFORMACAO PARA SAUDE SUPLEMENTAR	SISTEMA DE INFORMACAO INTEGRADO	PERCENTUAL	70	30	100	38.700	17.742	33.270	95	67	87	31.000	22.398	33.329
4339	QUALIFICACAO DA REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTA	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	1000	800	1220	37.500	32.763	40.620	600	532	612	33.580	22.468	26.671
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO							0	0	0	0	3.198	3.453
Total Geral							76.200	50.505	73.890				64.580	48.064	63.453

[1] Valores expressos em mil reais
Fontes: SIC; SIOP 2015; SAS (Alimentação manual)

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO DO OBJETIVO 0728, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Produto	Unid. Medida	2014		2015	
				Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit Loa	Custo Unit (LOA+RAP)
8727	SISTEMA DE INFORMACAO PARA SAUDE SUPLEMENTAR	SISTEMA DE INFORMACAO INTEGRADO	PERCENTUAL	591.401	332.702	334.296	383.096
4339	QUALIFICACAO DA REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTA	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	40.954	33.295	42.233	43.580
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO			#DIV/0!	#DIV/0!

Indicadores

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO 0728, POR AÇÃO

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficácia	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficácia	Qtde Meta Atual	Qtde Realizada (LOA)
4339	QUALIFICACAO DA REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTA	0,89	EFICÁCIA CONTIDA	600	532
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA			0	0
8727	SISTEMA DE INFORMACAO PARA SAUDE SUPLEMENTAR	0,71	EFICÁCIA CONTIDA	95	67

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA DO OBJETIVO 0728, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Eficiência	Ano	2015	
			Faixa De Atingimento - Eficiência	Gasto Unit Prev	Custo Unit (LOA+RAP)
8727	SISTEMA DE INFORMACAO PARA SAUDE SUPLEMENTAR	0,85	EFICIÊNCIA CONTIDA	326.316	383.096
4339	QUALIFICACAO DA REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTA	1,28	EFICIENTE	55.967	43.580
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	#DIV/0!		#DIV/0!	#DIV/0!

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE DO OBJETIVO 0728, POR AÇÃO

R$ 1,00

Ação Pt	Ação - Descrição	Economicidade	Faixa De Atingimento - Economicidade	2014	2015
				Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit (LOA+RAP)
8727	SISTEMA DE INFORMACAO PARA SAUDE SUPLEMENTAR	0,87	ECONOMICIDADE CONTIDA	332.702	383.096
4339	QUALIFICACAO DA REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTA	0,76	ECONOMICIDADE CONTIDA	33.295	43.580
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA				0

Do ponto de vista da ANS, as ações orçamentárias consideradas foram as seguintes:

4339 – Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar

O produto aqui considerado é a mediação ativa de conflitos entre operadoras e beneficiários.

O resultado anual foi de 88,7% ou 887 em 1.000 demandas concluídas. Ao final do período, foram classificadas 49.847 demandas, sendo 6.416 enviadas ao Núcleos e 86 consideradas como exceção. Do total de demandas concluídas (48.884), 88,7% foram resolvidas por meio da intermediação (NIP). Os dados considerados foram até o terceiro trimestre de 2015, uma vez que os resultados do último período ainda não passaram por análise fiscalizatória.

8727 – Sistema de Informação para Saúde Suplementar

O produto aqui considerado é relativo ao Padrão TISS, especificamente o registro de eventos de atenção à saúde dos beneficiários adotado pelas operadoras - % de operadoras com trânsito correto/envio de dados à ANS.

O resultado alcançado foi de 66,9% de operadoras com trânsito correto/envio de dados à ANS. Um total de 827 operadoras estão com o percentual final de incorporação aos bancos de dados da ANS (considerado igual ou maior a 60% dos lançamentos enviados à ANS), das 1.236 operadoras ativas na competência de outubro de 2015, a última competência encerrada de 2015.

Considerações Finais

Tendo em vista as informações apresentadas no presente relatório, cabe tecer algumas considerações a fim de proporcionar maior clareza à metodologia aplicada e aos resultados apurados.

Primeiramente, destaca-se que os valores que compuseram esta PCPR foram extraídos do Sistema de Informações de Custos (SIC), sendo que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) parametrizou e disponibilizou os relatórios no SIC, cabendo ao Ministério gerá-los e avaliar os valores disponibilizados. Dessa forma, foi preservado todo o modelo conceitual, estrutural e de regras de negócio consolidados no SIC quando referentes à métrica de custos.

A Setorial de Custos acredita que o tópico gestão de custos, no âmbito desta pasta ministerial, precisa ser discutido, estudado e implementado, com o objetivo de se alcançar outros resultados que subsidiem a tomada de decisão. Entende-se também que as métricas utilizadas na apuração de custos pelo SIC necessitem de um tratamento que as façam se aproximar dos conceitos de custos já consolidados pela doutrina. Ao que se fez parecer, a métrica de custos utilizada pela STN para PCPR não considerou ajustes contábeis e patrimoniais, como exemplo a apropriação dos custos no consumo dos estoques e não na sua formação.

Ressalta-se, ainda, que diante da estrutura orçamentária adotada atualmente, onde as ações possuem um produto, não seria prudente tirar conclusões definitivas acerca dos valores expostos para custos totais da ação e custos unitários dos respectivos produtos.

Sendo assim, acredita-se que os resultados apurados nesta PCPR são uma grande iniciativa na consolidação das informações de custos no âmbito do setor público, apesar de suas limitações, cabendo aos órgãos, entidades e sociedade envolvidas nesse processo buscarem o desenvolvimento dessa importante ferramenta, aplicando cada vez mais os princípios e fundamentos da contabilidade e da boa gestão, na busca constante de instrumentalizar controle social.

5.11. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS (PARTE PREVIDÊNCIA)

Introdução

Os sistemas de custos desempenham um papel chave nos processos decisórios e na avaliação do desempenho institucional. O conhecimento do custo dos serviços públicos é fundamental para se atingir uma alocação eficiente de recursos. Apesar da complexidade, a utilização sistemática de indicadores tem a vantagem de propiciar uma avaliação mais criteriosa e consistente, além de institucionalizar nas práticas organizacionais o compromisso com resultados e o valor pelo dinheiro.

A correta apuração dos custos dos serviços públicos e sua publicidade são poderosos instrumentos de controle social, permitindo aos usuários, aos auditores (internos e externos) a avaliação da eficiência dos serviços prestados. A partir da mensuração de custos, tanto a função planejamento como a de orçamento podem melhorar, assim como a avaliação de políticas públicas e programas custeados por recursos públicos. A adoção de sistemas de custos é, portanto, condição necessária para a implantação de programas de qualidade. Há melhoria na qualidade dos serviços prestados quando a administração pública consegue prover os mesmos serviços, em quantidade e qualidade, a custos menores.

As informações de um sistema de custos disponibilizam aos gestores a elaboração de uma base segura para o processo de planejamento orçamentário; além de gerenciar os recursos públicos de maneira a gerar melhor economicidade e comparar a prestação de serviços semelhantes, verificando a eficiência do gasto público. Nesse contexto, essas ações poderão trazer cortes orçamentários, pois permitem a identificação das atividades que adicionam ou não valor ao usuário do serviço, direcionando ao combate eficaz de desperdícios.

Programa 2061- Previdência Social

A Previdência Social, política pública integrante da Seguridade Social, consolida-se em um sistema majoritariamente estatal cuja principal função é a proteção social de trabalhadores e de suas famílias, amparando seus beneficiários contra os chamados riscos sociais.

O mecanismo de previdência social possui três importantes papéis na sociedade: (i) social: promove a proteção e a dignidade, com redução da pobreza; (ii) econômico: configurado pela importância da massa de benefícios pagos aos beneficiários em todos os municípios brasileiros, sendo que em mais de 67% deles os recursos pagos pela previdência são maiores do que os recebidos do Fundo de Participação dos Municípios; e (iii) político: promove a paz social.

A Previdência Social organiza - se em três regimes distintos, independentes entre si, mas que podem se complementar: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC). Os dois primeiros regimes, RGPS e RPPS, são públicos e obrigatórios.

O RPC é privado e facultativo, dividido em dois segmentos: (i) operado por seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP), com acesso individual e supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda; e (ii) operado pelas Entidades Fechadas de Previdência (EFPC), também conhecidas como fundos de pensão, que operam Planos de Benefícios destinados aos empregados de empresas ou grupos destas, denominadas patrocinadoras, bem como aos associados ou membros de associações, entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominados de instituidores.

Os fundos de pensão são supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). A previdência complementar é ainda um importante mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo, o que amplia a capacidade de investimento do País e alavanca seu crescimento econômico, além de contribuir para a manutenção de renda das famílias.

A execução do RGPS é gerenciada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia vinculada ao MTPS, e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Atende, basicamente, ao setor privado, embora sua administração seja pública, e, dentre os contribuintes, encontram - se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e segurados especiais (trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais).

O RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro. Os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões e auxílios) influenciam nas condições socioeconômicas de todo o território nacional e desempenham papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do País.

Segundo cálculo feito a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE 2014), a cobertura previdenciária da população ocupada na faixa dos 16 aos 59 anos chegou a 72,6%, registrando, pela primeira vez, igualdade de cobertura previdenciária entre mulheres e homens ocupados no País. Ainda, de acordo com cálculos elaborados a partir dos microdados da PNAD, a proteção social da população idosa, com idade de 60 anos ou mais, foi de 81,7%, em 2014.

Ainda, vale destacar a participação de dois grupos de segurados, sendo eles o Microempreendedor Individual (MEI) e o grupo de donas de casa, ou contribuintes segurados facultativos de baixa renda, que atingiram, respectivamente, o número de 5,4 milhões de trabalhadores inscritos e 370.683 mil contribuintes.

Conforme dados da PNAD/IBGE 2014, ainda existem cerca de 24,7 milhões de trabalhadores regidos pelo RGPS desprotegidos. Esses dados não consideram aqueles em situação de desemprego ou fora da População Economicamente Ativa (PEA), por desalento ou precariedade.

Objetivos Estratégicos de Resultados para a sociedade

O macro desafio da Previdência Social é a promoção do acesso universal, com qualidade e equidade, em total harmonia com a missão da instituição, que é garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social, mas que pode ser complementado pela iniciativa privada.

O Plano Plurianual (PPA) 2012 - 2015 do Governo Federal, no que se refere às políticas previdenciárias, está integralmente reproduzido no Plano Estratégico da Previdência Social 2012 - 2015, que preservou exatamente a sua mesma orientação estratégica.

Os três objetivos estratégicos que compõem o Programa Previdência Social, descritos a seguir, têm como propostas de valor a participação, a busca pela efetividade e a governança como pilar de sustentação. Para consecução dos objetivos de resultado, foram estipuladas metas, tais como: a Ampliação da cobertura previdenciária; ampliação da rede de atendimento; e Índice de Cobertura da Previdência Complementar.

Objetivo 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária: tem como finalidade garantir a universalização da cobertura, promovendo a inclusão dos trabalhadores no sistema previdenciário brasileiro, por meio do conhecimento do perfil do cidadão e do fortalecimento da educação previdenciária.

Objetivo 0251- Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito: busca fortalecer a credibilidade da previdência social junto à sociedade, de modo a ser reconhecida por proteger seus direitos com justiça, tempestividade, competência e segurança.

Objetivo 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários com foco em supervisão, controle e gestão de riscos: tem como finalidade principal alcançar e manter o equilíbrio atuarial do RGPS e garantir a solvência dos Fundos e Entidades dos Regimes Próprios e das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Na forma do anexo IV da Norma de Execução no 03 de 08 de dezembro de 2015, apresentamos a avaliação dos objetivos 0251 e 0252.

Objetivo 0251- Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito

O Objetivo 0251 consiste em fortalecer a credibilidade da Previdência Social junto à sociedade, de modo a ser reconhecida por proteger seus direitos com justiça, tempestividade, competência e segurança, e é composto das seguintes iniciativas:

- Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social;
- Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios;
- Contribuir com a qualidade de vida dos contribuintes e beneficiários no envelhecimento ativo;
- Garantir o pagamento de benefícios com qualidade;
- Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva;
- Promover o reconhecimento automático do direito;
- Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários;

Objetivo 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários com foco em supervisão, controle e gestão de riscos

A sustentabilidade do sistema previdenciário consiste em assegurar o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas, em casos de regime organizado pelo método da repartição simples (como o Regime Geral), e o equilíbrio financeiro - atuarial entre ativos e passivos (compromissos assumidos), nos casos de regimes de capitalização (RPPS e Previdência Complementar). Em outros termos, consiste em encontrar o ponto ótimo de equilíbrio entre o esforço contributivo e a fruição do benefício.

O Objetivo 0252 é composto das seguintes iniciativas:

- Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral;
- Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional;
- Otimizar a supervisão, fiscalização e licenciamento das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios; e
- Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário.

A tabela a seguir traz o demonstrativo consolidado de custo por programa e objetivos que serão objeto de análise deste relatório.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO.
(EM MILHÕES R$)

PROGRAMA TEMÁTICO (PT)	OBJETIVO PT	ANO	
		2014	2015
		CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2061	0251	394.578.272	431.855.913
	0252	30.470	31.780

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

De 2014 para 2015 houve um incremento de 9,45% no custo do Objetivo 0251, bem como um incremento de 4,30% no custo do Objetivo 0252.

Desenvolvimento

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA /CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANO	
					2014	2015
					CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2061	0251	3	Outras Despesas Correntes	9%	394.404.399	431.812.032
		4	Investimentos	-75%	173.873	43.881
	0252	3	Outras Despesas Correntes	-5%	30.470	28.878
		4	Investimentos	Não se aplica	-	2.902

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

Análise Horizontal do Custo por Grupo de Natureza de Despesa.

Relativamente ao Objetivo 0251, a análise horizontal evidenciou um crescimento de 9% nos gastos do grupo "Outras Despesas Correntes" e uma queda de 75% no grupo de investimentos, na comparação dos exercícios de 2014 e 2015.

No grupo "Outras Despesas Correntes", cinco naturezas de despesa são responsáveis por 98,43% do custo: 3390553 - APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA RURAL, com crescimento de 9% de 2014 para 2015; 339054 - APOSENTADORIAS DO RGPS - ÁREA URBANA, com 10% de crescimento; 339055 - PENSÕES DO RGPS - ÁREA RURAL, COM 9% de crescimento; 339056 - PENSÕES DO RGPS - ÁREA URBANA, com 8% de crescimento; e a 339058 - OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA URBANA, com 13% de crescimento no valor dos custos. Nas naturezas menos representativas do grupo, evidencia-se aumentos expressivos com as naturezas de despesa 339035 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA (5.309%); 339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES (201%) e 339139 - OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP. INTRA-ORC. (42%). Evidenciam-se as maiores reduções com as naturezas de despesa 339014 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL (-56%), 339030 - MATERIAL DE CONSUMO (-36%) e 339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO (-27%).

No grupo "INVESTIMENTOS", com exceção do aumento dos gastos da natureza 449092-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, em 118%, houve queda nas demais naturezas que o compõem: 449051 - OBRAS E INSTALACOES, com redução de 69%; 449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, com redução de 80%; e 449093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES, com queda de 37% no valor do custo.

Quanto ao objetivo 0252, houve uma redução de 5% nos custos no grupo "Outras Despesas Correntes". Quatro naturezas de despesa representam 98,75% do total dos custos deste grupo: 339032 - MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA, com redução de 15%; 339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO, com redução de 43%, 339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC, com aumento de 88% e 339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES, com redução de 31%. Das naturezas de despesa com menor representatividade, destaca-se a redução de 100% nas naturezas 339020 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADO RES e 339047 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS; redução de 68% nos custos com a 339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. FISICA e o expressivo aumento de 268% nos custos da 339091 - SENTENCAS JUDICIAIS. A tabela a seguir traz o demonstrativo de custo para o Programa, Objetivo e Natureza de Despesa que subsidiou a análise:

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E NATUREZA DE DESPESA

PROGRAMA GOVERNO	OBJETIVO PROGRAMA	GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO LANÇAMENTO			
						2014		2015	
						CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
2061	251	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	36.360	0,01%	15.968	0,00%
				339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	-	-	260	0,00%
				339030	MATERIAL DE CONSUMO	29.315	0,01%	18.838	0,00%
				339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	30.502	0,01%	22.161	0,01%
				339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	15	0,00%	791	0,00%
				339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. FISICA			85.257	0,02%
					OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	85.786	0,02%		
				339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	560.090	0,14%	564.226	0,13%
				339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			640.109	0,15%
					OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	602.024	0,15%		
				339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.507	0,00%	2.827	0,00%
				339053	APOSENTADORIAS DO RGPS - AREA RURAL	63.041.030	15,98%	68.837.825	15,94%
				339054	APOSENTADORIAS DO RGPS - AREA URBANA	199.524.929	50,57%	218.953.776	50,70%
				339055	PENSOES DO RGPS - AREA RURAL	21.944.835	5,56%	24.009.207	5,56%
				339056	PENSOES DO RGPS - AREA URBANA	75.613.004	19,16%	81.924.172	18,97%
				339057	OUTROS BENEFICIOS DO RGPS - AREA RURAL	2.645.997	0,67%	3.031.119	0,70%
				339058	OUTROS BENEFICIOS DO RGPS - AREA URBANA	28.265.737	7,16%	31.814.439	7,37%
				339091	SENTENCAS JUDICIAIS	15.001	0,00%	17.851	0,00%
				339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	32.617	0,01%	98.281	0,02%
				339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.971.050	0,50%	1.771.356	0,41%
				339104	CONTRATATACAO POR TEMPO DETERMINADO	0	0,00%	-	-
				339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP. INTRA-ORC.	101	0,00%	-	-
					OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	-	-	144	0,00%
				339147	OBRIG.TRIBUT. E CONTRIB-OP. INTRA-ORCAMENTARIAS	3.501	0,00%	-	-
					OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	-	-	3.425	0,00%
		4	Investimentos	449051	OBRAS E INSTALACOES	73.742	0,02%	22.558	0,01%
				449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	99.263	0,03%	20.137	0,00%
				449092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	412	0,00%	897	0,00%
				449093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	456	0,00%	289	0,00%
	252	3	Outras Despesas Correntes	339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	-	-	899	2,83%
				339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	9.689	31,80%	6.162	19,39%
				339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	27	0,09%	-	-
				339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	13.819	45,35%	-	-
					MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	-	-	11.808	37,15%
				339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.811	5,94%	1.031	3,24%
				339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	-	-	1.075	3,38%
				339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. FISICA	-	-	5	0,02%
					OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	16	0,05%	-	-
				339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	-	-	6.508	20,48%
					OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.468	11,38%	-	-
				339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	4	0,01%	0	0,00%
				339091	SENTENCAS JUDICIAIS	7	0,02%	26	0,08%
				339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	326	1,07%	297	0,93%
				339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.302	4,27%	896	2,82%
				339104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	-	-	172	0,54%
				339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	-	0	0,00%
		4	Investimentos	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-	-	2.902	9,13%

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO PARA O PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FINANCEIRA
PROGRAMA: 2061 / OBJETIVO: 0251

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALI-ZADA (LOA+ RAP)	VALOR DOTA-ÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+ RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALI-ZADA (LOA)	QTDE REALI-ZADA (LOA+ RAP)	VALOR DOTA-ÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+ RAP)
009W	Compensacao previdenciaria	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	1.754.059	1.767.542
0E81	Beneficios previdenciarios urbanos	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	332.675.842	332.710.153
0E82	Beneficios previdenciarios rurais	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	95.872.836	95.878.459
116V	Instalacao de unidades de funcionamento do inss	Unidade instalada	Unidade	31	29	62	64.290	34.915	80.025	67	41	63	25.150	8.792	26.821
2015	Funcionamento do conselho de recursos da previdencia social	Processo analisado	Unidade	546.742	476.757	476.757	20.501	20.079	20.079	375.000	425.721	425.721	24.701	20.568	20.568
20EI	Funcionamento dos escritorios regionais da previc	Unidade em funcionamento	Unidade	5	5	5	688	536	536	5	5	5	756	396	396
20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	Acervo digital implementado	Unidade	2	0	1	3.090	1.113	1.128	-	-	-	-	-	-
20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	Sistema disponibilizado	Unidade	-	-	-	-	-	-	3	3	4	2.053	1.064	1.565
2290	Funcionamento dos orgaos colegiados da previdencia complementar	Reuniao realizada	Unidade	16	12	12	353	175	175	16	13	13	175	75	76
2292	Servico de processamento de dados de beneficios previdenciar	Beneficio processado	Milhar	335.001	328.719	328.719	356.364	325.442	325.442	335.001	321.289	321.289	362.420	362.033	372.568
2294	Defesa judicial da previdencia social basica	Peca processual produzida	Unidade	1.900.000	2.163.254	2.163.255	28.000	27.764	27.920	1.900.000	2.228.197	2.228.197	28.632	28.327	28.329
2563	Gestao da melhoria continua	Unidade avaliada	Unidade	1.559	1.540	1.540	7.341	5.645	5.671	1.586	1.570	1.570	6.100	3.372	3.372
2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	Registro processado	Unidade	-	-	-	-	-	-	220.000	253.905	253.905	6.074	5.832	6.279
2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	Usuario atendido	Unidade	226.000	177.173	177.173	5.599	4.937	5.267	-	-	-	-	-	-
2591	Reconhecimento de direitos de beneficios previdenciarios	Processo concluido	Unidade	9.828.225	8.626.090	8.626.090	40.000	34.784	35.125	10.309.635	7.539.486	7.539.486	33.338	16.189	16.217
2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdencia s	Unidade em funcionamento	Unidade	2.187	2.084	2.084	892.876	832.011	917.987	2.187	2.187	2.187	894.448	850.502	876.536
4405	Previdencia eletronica	Atendimento realizado	Unidade	144.000.000	129.832.276	129.832.276	95.000	86.339	92.868	138.000.000	129.829.803	129.829.803	126.352	119.892	119.892
4641	Publicidade de utilidade publica	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	9.258	10.245
8869	Reformas e adaptacoes das unidades do inss	Unidade de atendimento	Unidade	10	17	34	49.000	9.100	24.886	16	41	58	17.000	4.843	16.898

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO PARA O PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FINANCEIRA
PROGRAMA: 2061 / OBJETIVO: 0252

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALI-ZADA (LOA+ RAP)	VALOR DOTA-ÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+ RAP)	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZ. (LOA)	QTDE REALI-ZADA (LOA+ RAP)	VALOR DOTA-ÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+ RAP)
157J	Realizacao do quarto forum mundial de seguridade social - br	Forum realizado	Unidade	-	-	-	-	-	-	1	0	0	945	0	0
212S	Sustentabilidade e fomento do regime de previdencia compleme	Acao realizada	Unidades por ano	28	42	42	600	207	207	28	31	31	350	104	105
2274	Assistencia tecnica aos regimes proprios de previdencia	Assistencia tecnica realizada	Unidade	211	0	0	22.183	0	0	60	3	233	8.715	1.263	8.189
2276	Auditoria nos regimes proprios dos servidores publicos	Regime previdenciario auditado	Unidade	219	370	370	2.100	1.737	1.737	219	343	343	2.100	1.269	1.270
2562	Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e	Auditoria realizada	Unidade	1.190	972	972	9.660	5.778	5.779	1.190	1.051	1.051	6.000	3.434	3.435
2585	Servico de reabilitacao profissional	Segurado reabilitado	Unidade	25.340	16.078	16.078	28.000	15.536	20.182	18.000	12.550	12.550	18.706	11.179	16.949
2592	Fiscalizacao das entidades de previdencia complementar	Plano de beneficio fiscalizado	Unidade	118	123	123	1.230	278	278	123	63	63	1.271	194	194
8426	Desimobilizacao de imoveis nao-operacionais do inss	Imovel alienado	Unidade	200	34	34	350	12	12	150	46	46	500	20	20
8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicitos	Inquerito instaurado	Unidade	463	1.809	1.809	4.000	2.247	2.247	-	-	-	-	-	-
8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicitos	Relatorio concluido	Unidade	-	-	-	-	-	-	1.597	1.719	1.719	3.000	1.618	1.618

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
					UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT. LOA	CUSTO UNIT. RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2061	0251	009W	Compensacao previdenciaria	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	0	0	0
2061	0251	0E81	Beneficios previdenciarios urbanos	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	0	0	0
2061	0251	0E82	Beneficios previdenciarios rurais	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	0	0	0
2061	0251	116V	Instalacao de unidades de funcionamento do inss	Unidade instalada	Unidade	1.203.969	1.366.968	1.290.727	214.447	819.471	425.725
2061	0251	2015	Funcionamento do conselho de recursos da previdencia social	Processo analisado	Unidade	42	0	42	48	0	48
2061	0251	20EI	Funcionamento dos escritorios regionais da previc	Unidade em funcionamento	Unidade	107.105	0	107.105	79.192	0	79.192
2061	0251	20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	Acervo digital implementado	Unidade	0	14.627	1.128.043	-	-	-
2061	0251	20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	Sistema disponibilizado	Unidade	-	-	-	354.795	500.347	391.183
2061	0251	2290	Funcionamento dos orgaos colegiados da previdencia complemen	Reuniao realizada	Unidade	14.585	0	14.585	5.773	0	5.842
2061	0251	2292	Servico de processamento de dados de beneficios previdenciar	Beneficio processado	Milhar	990	0	990	1.127	0	1.160
2061	0251	2294	Defesa judicial da previdencia social basica	Peca processual produzida	Unidade	13	156.455	13	13	0	13
2061	0251	2563	Gestao da melhoria continua	Unidade avaliada	Unidade	3.666	0	3.682	2.148	0	2.148
2061	0251	2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	Registro processado	Unidade	-	-	-	23	0	25
2061	0251	2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	Usuario atendido	Unidade	28	0	30	-	-	-
2061	0251	2591	Reconhecimento de direitos de beneficios previdenciarios	Processo concluido	Unidade	4	0	4	2	0	2
2061	0251	2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdencia s	Unidade em funcionamento	Unidade	399.237	0	440.493	388.890	0	400.794
2061	0251	4405	Previdencia eletronica	Atendimento realizado	Unidade	1	0	1	1	0	1
2061	0251	4641	Publicidade de utilidade publica	Sem informacao	Sem informacao	-	-	-	0	0	0
2061	0251	8869	Reformas e adaptacoes das unidades do inss	Unidade de atendimento reformada	Unidade	535.321	928.548	731.934	118.119	709.098	291.337
2061	0252	157J	Realizacao do quarto forum mundial de seguridade social - br	Forum realizado	Unidade	-	-	-	0	0	0
2061	0252	212S	Sustentabilidade e fomento do regime de previdencia compleme	Acao realizada	Unidades por ano	4.933	0	4.933	3.356	0	3.390
2061	0252	2274	Assistencia tecnica aos regimes proprios de previdencia	Assistencia tecnica realizada	Unidade	0	0	0	421.057	30.111	35.145
2061	0252	2276	Auditoria nos regimes proprios dos servidores publicos	Regime previdenciario auditado	Unidade	4.694	0	4.694	3.700	0	3.703
2061	0252	2562	Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e	Auditoria realizada	Unidade	5.945	0	5.946	3.268	0	3.268
2061	0252	2585	Servico de reabilitacao profissional	Segurado reabilitado	Unidade	966	0	1.255	891	0	1.351
2061	0252	2592	Fiscalizacao das entidades de previdencia complementar	Plano de beneficio fiscalizado	Unidade	2.260	0	2.260	3.082	0	3.082
2061	0252	8426	Desimobilizacao de imoveis nao-operacionais do inss	Imovel alienado	Unidade	354	0	354	429	0	429
2061	0252	8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicit	Inquerito instaurado	Unidade	1.242	0	1.242		-	-
2061	0252	8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicit	Relatorio concluido	Unidade	-	-	-	941	0	941

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
					FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2061	0251	009W	Compensacao previdenciaria	-	-	-	0
2061	0251	0E81	Beneficios previdenciarios urbanos	-	-	-	0
2061	0251	0E82	Beneficios previdenciarios rurais	-	-	-	0
2061	0251	116V	Instalacao de unidades de funcionamento do inss	3,03	Economicidade excedente	1.290.727	425.725
2061	0251	2015	Funcionamento do conselho de recursos da previdencia social	0,87	Economicidade contida	42	48
2061	0251	20EI	Funcionamento dos escritorios regionais da previc	1,35	Econômico	107.105	79.192
2061	0251	20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	2,88	Economicidade excedente	1.128.043	391.183
2061	0251	2290	Funcionamento dos orgaos colegiados da previdencia complementar	2,50	Economicidade excedente	14.585	5.842
2061	0251	2292	Servico de processamento de dados de beneficios previdenciar	0,85	Economicidade contida	990	1.160
2061	0251	2294	Defesa judicial da previdencia social basica	1,02	Econômico	13	13
2061	0251	2563	Gestao da melhoria continua	1,71	Economicidade excedente	3.682	2.148
2061	0251	2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	1,20	Econômico	30	25
2061	0251	2591	Reconhecimento de direitos de beneficios previdenciarios	1,89	Economicidade excedente	4	2
2061	0251	2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdencia social	1,10	Econômico	440.493	400.794
2061	0251	4405	Previdencia eletronica	0,77	Economicidade contida	1	1
2061	0251	4641	Publicidade de utilidade publica				0
2061	0251	8869	Reformas e adaptacoes das unidades do inss	2,51	Economicidade excedente	731.934	291.337
2061	0252	157J	Realizacao do quarto forum mundial de seguridade social - br	-	-	-	0
2061	0252	212S	Sustentabilidade e fomento do regime de previdencia complementar	1,45	Econômico	4.933	3.390
2061	0252	2274	Assistencia tecnica aos regimes proprios de previdencia	-	-	0	35.145
2061	0252	2276	Auditoria nos regimes proprios dos servidores publicos	1,27	Econômico	4.694	3.703
2061	0252	2562	Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e	1,82	Economicidade excedente	5.946	3.268
2061	0252	2585	Servico de reabilitacao profissional	0,93	Economicidade contida	1.255	1.351
2061	0252	2592	Fiscalizacao das entidades de previdencia complementar	0,73	Economicidade contida	2.260	3.082
2061	0252	8426	Desimobilizacao de imoveis nao-operacionais do inss	0,82	Economicidade contida	354	429
2061	0252	8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicit	1,32	Econômico	1.242	941

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
					FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
2061	0251	009W	Compensacao previdenciaria	-	-	0	0
2061	0251	0E81	Beneficios previdenciarios urbanos	-	-	0	0
2061	0251	0E82	Beneficios previdenciarios rurais	-	-	0	0
2061	0251	116V	Instalacao de unidades de funcionamento do inss	0,61	Eficácia contida	67	41
2061	0251	2015	Funcionamento do conselho de recursos da previdencia social	1,14	Eficácia excedente	375.000	425.721
2061	0251	20EI	Funcionamento dos escritorios regionais da previc	1,00	Eficaz	5	5
2061	0251	20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	1,00	Eficaz	3	3
2061	0251	2290	Funcionamento dos orgaos colegiados da previdencia complemen	0,81	Eficácia contida	16	13
2061	0251	2292	Servico de processamento de dados de beneficios previdenciar	0,96	Eficácia contida	335.001	321.289
2061	0251	2294	Defesa judicial da previdencia social basica	1,17	Eficácia excedente	1.900.000	2.228.197
2061	0251	2563	Gestao da melhoria continua	0,99	Eficácia contida	1.586	1.570
2061	0251	2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	1,15	Eficácia excedente	220.000	253.905
2061	0251	2591	Reconhecimento de direitos de beneficios previdenciarios	0,73	Eficácia contida	10.309.635	7.539.486
2061	0251	2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdencia s	1,00	Eficaz	2.187	2.187
2061	0251	4405	Previdencia eletronica	0,94	Eficácia contida	138.000.000	129.829.803
2061	0251	4641	Publicidade de utilidade publica	-	-	0	0
2061	0251	8869	Reformas e adaptacoes das unidades do inss	2,56	Eficácia excedente	16	41
2061	0252	157J	Realizacao do quarto forum mundial de seguridade social - br	0,00	Ineficaz	1	0
2061	0252	212S	Sustentabilidade e fomento do regime de previdencia compleme	1,11	Eficácia excedente	28	31
2061	0252	2274	Assistencia tecnica aos regimes proprios de previdencia	0,05	Ineficaz	60	3
2061	0252	2276	Auditoria nos regimes proprios dos servidores publicos	1,57	Eficácia excedente	219	343
2061	0252	2562	Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e	0,88	Eficácia contida	1.190	1.051
2061	0252	2585	Servico de reabilitacao profissional	0,70	Eficácia contida	18.000	12.550
2061	0252	2592	Fiscalizacao das entidades de previdencia complementar	0,51	Eficácia contida	123	63
2061	0252	8426	Desimobilizacao de imoveis nao-operacionais do inss	0,31	Ineficaz	150	46
2061	0252	8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicit	1,08	Eficácia excedente	1.597	1.719

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA

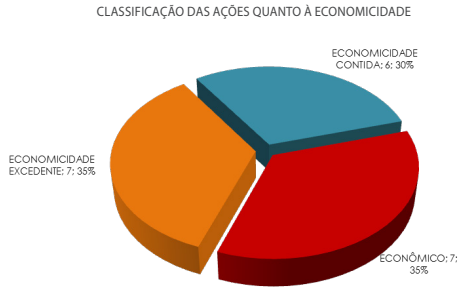
PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
					FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT. PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2061	0251	009W	Compensacao previdenciaria	-	-	0	0
2061	0251	0E81	Beneficios previdenciarios urbanos	-	-	0	0
2061	0251	0E82	Beneficios previdenciarios rurais	-	-	0	0
2061	0251	116V	Instalacao de unidades de funcionamento do inss	0,88	Eficiência contida	375.373	425.725
2061	0251	2015	Funcionamento do conselho de recursos da previdencia social	1,36	Eficiente	66	48
2061	0251	20EI	Funcionamento dos escritorios regionais da previc	1,91	Eficiência excedente	151.186	79.192
2061	0251	20HR	Gestao da informacao corporativa na previdencia social	1,75	Eficiência excedente	684.333	391.183
2061	0251	2290	Funcionamento dos orgaos colegiados da previdencia complemen	1,87	Eficiência excedente	10.938	5.842
2061	0251	2292	Servico de processamento de dados de beneficios previdenciar	0,93	Eficiência contida	1.082	1.160
2061	0251	2294	Defesa judicial da previdencia social basica	1,19	Eficiente	15	13
2061	0251	2563	Gestao da melhoria continua	1,79	Eficiência excedente	3.846	2.148
2061	0251	2587	Servicos de ouvidoria aos usuarios da previdencia social	1,12	Eficiente	28	25
2061	0251	2591	Reconhecimento de direitos de beneficios previdenciarios	1,50	Eficiência excedente	3	2
2061	0251	2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdencia s	1,02	Eficiente	408.984	400.794
2061	0251	4405	Previdencia eletronica	0,99	Eficiência contida	1	1
2061	0251	4641	Publicidade de utilidade publica	-	-	0	0
2061	0251	8869	Reformas e adaptacoes das unidades do inss	3,65	Eficiência excedente	1.062.500	291.337
2061	0252	157J	Realizacao do quarto forum mundial de seguridade social - br	-	-	945.000	0
2061	0252	212S	Sustentabilidade e fomento do regime de previdencia compleme	3,69	Eficiência excedente	12.500	3.390
2061	0252	2274	Assistencia tecnica aos regimes proprios de previdencia	4,13	Eficiência excedente	145.245	35.145
2061	0252	2276	Auditoria nos regimes proprios dos servidores publicos	2,59	Eficiência excedente	9.589	3.703
2061	0252	2562	Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e	1,54	Eficiência excedente	5.042	3.268
2061	0252	2585	Servico de reabilitacao profissional	0,77	Eficiência contida	1.039	1.351
2061	0252	2592	Fiscalizacao das entidades de previdencia complementar	3,35	Eficiência excedente	10.333	3.082
2061	0252	8426	Desimobilizacao de imoveis nao-operacionais do inss	7,77	Eficiência excedente	3.333	429
2061	0252	8452	Atuacao na prevencao, deteccao, analise e combate aos ilicit	2,00	Eficiência excedente	1.879	941

Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

Análise e Conclusão

Análise qualitativa quanto à economicidade

Vinte ações orçamentárias foram classificadas quanto à sua economicidade, conforme exposto no gráfico. As ações orçamentárias 009W, 0E81, 0E82, 4641 e 157J e 2274 não foram classificadas quanto a faixa de atingimento para este item.



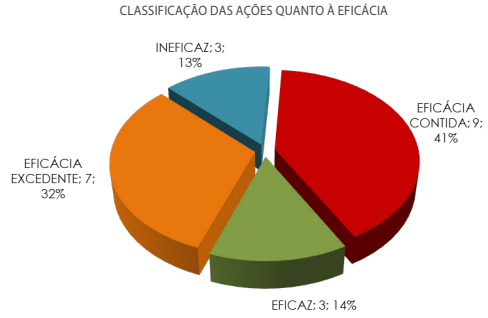
Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

Quanto à economicidade excedente

Indica que houve minimização dos custos incorridos, mediante redução bastante significativa em relação ao objeto de comparação. Sete ações estão na faixa de classificação "economicidade excedente" e constituem objeto de análise deste relatório: 116V; 20HR; 2290; 2563; 2591; 8869 e 2562.

Análise qualitativa quanto à eficácia

Vinte duas ações foram classificadas quanto à sua economicidade, conforme exposto no gráfico. As ações 009w, 0E81, 0E82 e 4641 não foram classificadas quanto a faixa de atingimento para este item.



Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

Quanto à ineficácia

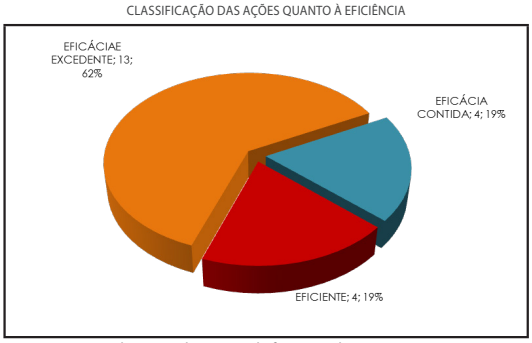
Indica que não houve alcance das metas programadas, ou seja, os bens ou serviços não foram promovidos de acordo com o estabelecido no planejamento da ação. Três ações estão na faixa de classificação "ineficaz" e constituem objeto de análise deste relatório: 2274; 157J e 8426.

Quanto à eficácia excedente

Indica que o alcance das metas programadas excedeu as expectativas previstas no planejamento. Sete ações estão na faixa de classificação "eficácia excedente" e constituem objeto de análise deste relatório: 2015, 2294, 2587, 8869, 212S, 2276 e 8452.

Análise qualitativa quanto à eficiência

Vinte e uma ações foram classificadas quanto à sua eficiência, conforme exposto no gráfico. As ações 009W, 0W81, 0E82, 4641 e 1157J não foram classificadas quanto a faixa de atingimento para este item.



Fonte: SIC. Dados extraídos em 25 de fevereiro de 2016.

Quanto à eficiência excedente

Indica que houve minimização dos custos ou maximização dos bens ou serviços providos, reduzindo de forma excessiva a expectativa do custo unitário no período de tempo determinado. Treze ações estão na faixa de classificação "eficiência excedente" e constituem objeto de análise deste relatório: 20EI, 20HR, 2290, 2563, 2591, 8869, 212S, 2274, 2276, 2562, 2592, 8426 e 8452.

QUADRO-RESUMO QUANTO ÀS AÇÕES CLASSIFICADAS EM ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES

AÇÃO PT	DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	EFICÁCIA		EFICIÊNCIA
		EXCEDENTE	INEFICAZ	EXCEDENTE	EXCEDENTE
116V	INSTALACAO DE UNIDADES DE FUNCIONAMENTO DO INSS	X			
2015	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL			X	
20EI	FUNCIONAMENTO DOS ESCRITORIOS REGIONAIS DA PREVIC				X
20HR	GESTAO DA INFORMACAO CORPORATIVA NA PREVIDENCIA SOCIAL	X			X
2290	FUNCIONAMENTO DOS ORGAOS COLEGIADOS DA PREVIDENCIA COMPLEMEN	X			X
2294	DEFESA JUDICIAL DA PREVIDENCIA SOCIAL BASICA			X	
2563	GESTAO DA MELHORIA CONTINUA	X			X
2587	SERVICOS DE OUVIDORIA AOS USUARIOS DA PREVIDENCIA SOCIAL			X	
2591	RECONHECIMENTO DE DIREITOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	X			X
8869	REFORMAS E ADAPTACOES DAS UNIDADES DO INSS	X		X	X
157J	SUSTENTABILIDADE E FOMENTO DO REGIME DE PREVIDENCIA COMPLEME		X		
212S	SUSTENTABILIDADE E FOMENTO DO REGIME DE PREVIDENCIA COMPLEME			X	X
2274	ASSISTENCIA TECNICA AOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA		X		X
2276	AUDITORIA NOS REGIMES PROPRIOS DOS SERVIDORES PUBLICOS			X	X
2562	AUDITORIA PREVENTIVA E CORRETIVA EM ROTINAS, PROCEDIMENTOS E	X			X
2592	FISCALIZACAO DAS ENTIDADES DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR				X
8426	DESIMOBILIZACAO DE IMOVEIS NAO-OPERACIONAIS DO INSS		X		X
8452	ATUACAO NA PREVENCAO, DETECCAO, ANALISE E COMBATE AOS ILICIT			X	X

Fonte: Elaborado pela AGEIN/SE com dados provenientes do SIC.

Programa 2061- Objetivo 0251

116V- Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS:

A instalação de unidades de funcionamento dar-se-á por meio de construção em terreno próprio, ou ainda por meio de aquisição de imóvel edificado, observado a adequação, conveniência e oportunidade do INSS.

Para a construção é realizada a elaboração de projetos básico e/ou executivo (elaboração de layout, especificações técnicas e orçamento estimativo) realizados por profissional do quadro do INSS ou por contratação de serviços terceirizados; Contratação de serviços de instalações físicas e de material permanente (mobiliário padrão); Deslocamento de servidores para desenvolver procedimentos técnicos necessários à consecução do produto (elaboração de projetos, acompanhamento, fiscalização, emissão de laudos e estudos técnicos). Para as aquisições necessárias, serão realizados: levantamento das necessidades de aquisição; confirmar a inexistência de imóvel edificado próprio para ocupação ou de terreno próprio para a construção; verificar a possibilidade de permuta ou recebimento de imóvel em doação; realizar estimativa do valor de aquisição; publicar aviso de procura; selecionar a proposta que melhor atenda as necessidades do INSS; promover a vistoria técnica do imóvel e elaborar laudo de avaliação para apuração da razoabilidade do valor de aquisição.

Assim como em exercícios anteriores, em 2015 ocorreu redução do orçamento do Instituto, inclusive aquele destinado a investimento para instalação de unidades de funcionamento do INSS, impossibilitando a contratação de novas obras.

Como consequência, o Projeto foi temporariamente suspenso e o orçamento disponível foi aplicado, prioritariamente, na continuidade das obras já iniciadas e aquelas que haviam sido paralisadas.

Entretanto, devido à restrição de recursos humanos, para lotação nas novas agências, o alcance da meta também foi prejudicado.

No sentido de viabilizar a lotação de servidores para as agências que estão concluídas e aquelas com as obras em andamento, a Autarquia promoveu Concurso de Remoção Interna, para manifestação de servidores interessados.

Diante do exposto, foram inauguradas 14 novas agências, no exercício 2015, totalizando 258 novas unidades no período 2012-2015, o que corresponde a 42,71% do total previsto no plano inicial.

Para a ação 116V, considerando os dados extraídos do SIC e informados neste relatório, a diferença significativa no físico realizado com orçamento da LOA prende-se ao fato de empenho parcial de obra cuja contratação se deu em ano anterior. Em outras palavras, temos obras concluídas com orçamento de dois exercícios. (Empenho parcial na contratação e RAP + complemento no exercício seguinte, ano em que se deu a conclusão da obra). É importante destacar também que a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar prescreve em cinco anos (conforme Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986).

Tais fatos justificam a economicidade excedente da ação 116V.

2015- Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social

Essa ação foi classificada como de "eficiência excedente", pelo resultado físico executado ter sido 13,5% acima da meta. A dotação orçamentária não foi executada totalmente em razão da greve dos servidores do INSS, isso porque os recursos a serem apreciados pelo Conselho de Recursos de Previdência Social - CRPS são protocolados e encaminhados pelas Agências da Previdência Social - APS do INSS.

20EI- Funcionamento dos Escritórios Regionais da PREVIC

O recurso destinado a essa ação registrou um custo unitário de R$ 117 mil, levando em conta o crédito descentralizado - descentralização externa - ao INSS, para cumprir o termo de cooperação entre as duas autarquias, considerando a manutenção do funcionamento dos Escritórios Regionais da Previc voltados à fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, mantendo as instalações bem conservadas, equipadas e adaptadas, para atender com qualidade seus usuários.

Nesse custo unitário está contido a melhoria das instalações do Escritório Regional do Rio de Janeiro, tendo em vista parceria com o Banco Central do Brasil, via assinatura de termo de cooperação com aquela entidade.

A autarquia conseguiu manter os cinco escritórios conseguindo um grau de eficiência conforme cálculo do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - Siop de 190,91%

Pelos motivos supracitados a ação foi classificada pelos critérios do SIC na categoria "eficiência excedente".

20HR- Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social

No MPS, o recurso desta dotação foi previsto para o custeio da prestação do serviço de gestão da informação corporativa pelo e-DOC, produto no 13 do projeto de Implementar a Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social. O e-DOC encontra-se implementado na Dataprev como piloto, sendo prevista a expansão do uso para as demais casas no exercício de 2016.

Já a Previc iniciou aplicação de recursos nessa ação no exercício encerrado diante da necessidade de redesenho e mapeamento de diversos processos internos da autarquia; contou com a colaboração de serviços contratados a terceiros - pessoa jurídica. Conseguiu um grau de eficácia de 100% do físico planejado, e em relação ao recurso disponibilizado liquidou 100% do crédito.

Ressalta-se que a classificação em "economicidade excedente" e "eficiência excedente" da ação deve considerar que os produtos de 2014 e 2015 foram diferentes, bem como a liquidação do orçamento referente ao e-DOC foi postergada para o exercício de 2015, ou seja, a análise comparativa de ambas as ações deve considerar esses pontos para a adequada interpretação do resultado apontado pelo SIC.

2290- Funcionamento dos Órgãos Colegiados da Previdência Complementar

Esta ação foi classificada nas categorias "economicidade excedente" e "eficiência excedente". A CRPC e o CNPC, em face das suas finalidades, forma do art. 16, da Lei no 12.154, de 23.12.2009, tiveram seu funcionamento regulamentado pelo art. 11, do anexo I, ao Decreto nº 7078, de 26 de janeiro de 2010 e pelo Decreto no 7.123, de 3 de março de 2010, em especial o seu art. 19, e suas atividades administrativas são exercidas pela SPPC que funciona como sua Secretaria-Executiva.

Nesta Ação de Funcionamento dos Órgãos Colegiados da Previdência Complementar o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério da Previdência Social e cuja competência é regular o Regime de Previdência Complementar (RPC) operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), e a Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC). No primeiro trimestre de 2015 ainda não havia informação referente ao limite de crédito orçamentário disponibilizado para ação através da Lei Orçamentária Anual (LOA + Créditos).

Os empenhos, liquidações e pagamentos da SPPC, nesta ação, concentram-se em diárias, passagens aéreas (no País) e despesas com locomoção, necessárias à participação dos colaboradores e servidores em reuniões da Câmara de Recursos da Previdência Complementar e do Conselho Nacional de Previdência Complementar, e fornecimento da estrutura de suporte técnico e administrativo para estas reuniões. Foram empenhados R$ 84.034,36, liquidados R$ 74.576,07 e pagos R$ 74.320,52. Foi liquidado e pago no período o valor de R$ 906,21 referente a restos a pagar de 2014.

Estão previstas na Ação, despesas com outros serviços de terceiros e serviços taquigráficos (Contrato 19/2010 - Empresa Datta Traduções e Serviços Taquigráficos), porém, as atividades de empenho, liquidação e pagamentos referentes a estas despesas não são realizadas pela SPPC.

Diretamente pela SPPC foram executados R$ 66.768,77 no ano de 2015.Foi prevista como meta física para a Ação, no ano de 2015, a realização de 16 reuniões da Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). No ano de 2015, foram realizadas 13 reuniões dos órgãos colegiados, sendo 10 (dez) reuniões ordinárias da CRPC, e 3 (três) reuniões ordinárias do CNPC.

Mesmo com três reuniões abaixo da meta física para 2015, o gasto total em 2015 foi inferior ao de 2014 e contou com a realização de uma reunião a mais que no exercício anterior, o que justifica a classificação da ação no grupo "economicidade excedente" e "eficiência excedente".

2294- Defesa Judicial da Previdência Social Básica

Em 2015, o alcance de eficácia excedente se deu, dentre outras, em virtude das seguintes atuações da PFE/INSS:

- Projeto da DCB Judicial (possibilitou a prorrogação do benefício por incapacidade com data de cessação fixada pelo Poder Judiciário, com máxima efetividade e menores custos);
- Ações regressivas (de violência contra a mulher e por acidente de trabalho);
- Uniformização dos procedimentos judiciais nas ações de benefício por incapacidade (adoção de medidas no intuito de racionalizar, aperfeiçoar e uniformizar os procedimentos gerando efetividade e economia aos cofres públicos);
- Manual de Atendimento de Demandas Judiciais - Procedimentos e Gestão (divulgação e esclarecimento de dúvidas sobre os fluxos às Procuradorias Federais em todo o País);
- Orientações jurídicas devido às alterações legislativas (proferiu Pareceres, Notas e Orientações ao INSS);
- Atos normativos e acordos de cooperação e instrumentos congêneres (otimizaram as análises técnica e jurídica dos ACT's celebrados pelo INSS para disponibilização de dados do SISOBI, CNIS e SISBEN, conferiu maior segurança jurídica, bem como maior celeridade à subscrição dos referidos ajustes);
- BuscaBen (página virtual de busca de teses e entendimentos já consolidados, que visa à melhoria da defesa do Instituto e a padronização dos pronunciamentos de consultoria de benefícios);
- e-Tarefas (finalidade de aperfeiçoar a comunicação entre os procuradores federais que atuam no contencioso e as unidades do INSS, em especial as APSADJ/SADJ, no cumprimento das decisões judiciais); e
- Redimensionamento das unidades da PFE/INSS e adequação da competência territorial das Procuradorias Regionais (efetivar uma distribuição física das unidades pelo território nacional de forma mais racional e buscando o fortalecimento e a estruturação das unidades estratégicas).

2563- Gestão da Melhoria Contínua

No âmbito do MPS, com a formalização do Termo de Cooperação Técnica desenvolvido para a "proposição e aprimoramento de metodologias e estratégias para tomada de decisão referentes a políticas públicas do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), foram adotadas medidas de estruturação de mecanismos de acompanhamento, além de geração de painéis de indicadores estratégicos, simulação e projeção de cenários.

O custo LOA+RAP dação em 2014 foi de R$5.645.000,00, passando para R$3.372.000,00 em 2015, justificando a classificação do SIC como "economicidade excedente; a meta física realizada LOA+RAP foi de 1.570 em 2015 contra 1.540 em 2014, o que reduziu a expectativa do custo unitário no comparativo e justifica a classificação na categoria "eficiência excedente".

2587- Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social

O físico foi muito acima do previsto tendo em vista a deflagração do movimento paredista dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Nacional - INSS, nos meses de julho a setembro, ocasionando um aumento no volume de reclamações nos meses citados. Consequentemente nesses meses, a OUGPS teve que adotar estratégias paliativas com intuito de conseguir executar o quantitativo de registros acima do previsto sem acarretar atrasos na resposta ao cidadão.

Tendo em vista a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nos meses de julho a setembro, houve um aumento substancial do volume de reclamações atendidas no exercício, totalizando 43%. Vale ressaltar que este fato não gerou aumento proporcional da despesa, face às estratégias adotadas para execução dos registros, assim como não acarretou atraso na resposta ao cidadão, de forma que o custo por atendimento caiu de R$28,00 para R$23,00 no comparativo entre 2015 e 2014, uma redução de 17,85%.

Dessa forma, a eficácia desta ação foi classificada pelo SIC no grupo "eficácia excedente".

2591- Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários

Esta ação foi classificada pelo SIC nos grupos "economicidade excedente" e "eficiência excedente". A ação 2591 dá sustentação orçamentária a vários projetos desenvolvidos no INSS. O mais relevante e que engloba outros projetos correlatos à Implementar o Sistema Integrado de Benefícios - Sibe. As dificuldades mencionadas abaixo na implementação do projeto Sibe justificam a economicidade excedente desta ação.

Na meta estabelecida para 2015, constam 3 produtos implementados, porém essa meta foi estabelecida em uma abordagem diferente da adotada atualmente. De acordo com o planejamento do INSS junto à Dataprev para 2015 ocorreriam 2 entregas em 2015, sendo uma em produção, a versão 4.0, e outra para homologação no final do ano, referente ao Processo Único (nova arquitetura).

A versão 4.0 do Sibe foi desenvolvida e homologada no segundo semestre de 2014 e implantada em produção em 22/05/2015. Essa versão trouxe uma série de melhorias de usabilidade para os processos de Benefício por Incapacidade - BPC, além de ajustes que visavam permitir a operação de diversos processos de Benefício de Prestação Continuada - BPC (recurso, judicial e outros).

Em 2015, o projeto Sibe sofreu uma alteração na abordagem de desenvolvimento visando ajustar os produtos sendo desenvolvidos à capacidade operacional do INSS bem como suas necessidades. A nova arquitetura foi denominada Processo Único, já que visa se tornar uma estrutura básica, genérica e com alto reuso de componentes para permitir maior escala no desenvolvimento dos processos de reconhecimento de direitos, assim como melhorar os processos de manutenção do sistema e seu desempenho de processamento.

Considerando o planejamento realizado em 2014 para 2015, a Dataprev se comprometeu em entregar, para homologação, a primeira versão desse produto no final do segundo semestre de 2015.

As agendas de especificação desse produto foram finalizadas no mês de maio de 2015 e cerca de 2 meses depois a Dataprev alterou o planejamento de 2015 postergando a entrega, mas sem especificar data. Considerando a necessidade de aprimoramento do processo de gerenciamento dos projetos e, especialmente, o planejamento, o INSS, em conjunto com a Dataprev, promoveu uma profunda reestruturação nos projetos de sistemas da casa, entre eles o Sibe.

Desse trabalho restou uma estrutura dividida em Programas, projetos e pacotes. Cada pacote corresponde a um conjunto de escopos considerados fundamentais para uma determinada agregação de valor ao negócio do INSS. Os pacotes foram estimados pelas equipes técnicas da Dataprev com base em insumos das necessidades fornecidos pelas equipes do INSS.

A partir dessas estimativas foi estabelecido um cronograma de marcos de entrega para homologação de cada produto. Dessa forma o pacote do Sibe, que estava planejado para ser entregue no segundo semestre de 2015, passou para o primeiro semestre de 2017.

Vale acrescentar que o Sibe foi desmembrado em 2 subprojetos: Sibe, cujo escopo contém toda a operacionalização do reconhecimento de direitos das espécies de benefícios e seus processos (reconhecimento inicial, revisão, recurso, judicial etc.), além de diversas ferramentas de integração da nova arquitetura aos demais processos do Instituto, agrupados em 18 pacotes de entrega; e Sibe – Perícias e Avaliação Social do BPC, cujo escopo se restringe aos processos de perícias médicas e avaliação social do BPC, já que esse processo será migrado da antiga plataforma, 4.x, para a arquitetura nova (Processo Único).

Esses 2 subprojetos, Sibe e Sibe-Per, junto com CNIS - Painel do Cidadão, Gerenciador de Pesquisas Externas, Portal do Atendimento - Agenda Única e Monitor Operacional, Qualidade e Cobrança fazem parte do Programa Portal de Atendimento CNIS-Sibe e assim terão seus processos de planejamento e gerenciamento coordenados em conjunto.

8869- Reformas e Adaptações das Unidades do INSS

A iniciativa inicia-se com o levantamento das necessidades de cada unidade do INSS; levantamento físico em cada prédio e elaboração de projetos básico e/ou executivo (elaboração de layout, especificações técnicas e orçamento estimativo) realizados por profissionais do quadro do INSS ou por contratação de serviços terceirizados; Deslocamento de servidores para desenvolver procedimentos técnicos necessários à consecução do produto (elaboração de projetos, acompanhamento, fiscalização, emissão de laudos e estudos técnicos).

A instalação de unidades de funcionamento dar-se-á por meio de construção em terreno próprio, ou ainda por meio de aquisição de imóvel edificado, observado a adequação, conveniência e oportunidade do INSS.

Para a construção será realizada a elaboração de projetos básicos e/ou executivo (elaboração de layout, especificações técnicas e orçamento estimativo) realizados por profissional do quadro do INSS ou por contratação de serviços terceirizados; Contratação de serviços de instalações físicas e de material permanente (mobiliário padrão); Para as aquisições necessárias, serão realizados: levantamento das necessidades de aquisição; confirmar a inexistência de imóvel edificado próprio para ocupação ou de terreno próprio para a construção; verificar a possibilidade de permuta ou recebimento de imóvel em doação; realizar estimativa do valor de aquisição; publicar aviso de procura; selecionar a proposta que melhor atenda as necessidades do INSS; promover a vistoria técnica do imóvel e elaborar laudo de avaliação para apuração da razoabilidade do valor de aquisição.

Nesta meta, é apresentado o quantitativo de unidades adequadas contemplando os seguintes serviços:

- Reformas completas concluídas (prédios administrativos, agências etc.);
- Obras de reformas parciais finalizadas (pequenas obras ou serviços abrangendo parcela da edificação. Ex.: modernização de elevadores, adequação de layouts etc.;
- Obras de adequações de acessibilidade finalizadas;
- Agências padrão relacionadas ao Plano de Expansão; e
- Construção para substituição de prédios locados ou cedidos por imóvel próprio.

Para tanto, a meta foi definida em conjunto com as unidades descentralizadas (Gerência Executivas) indicando o quantitativo de unidades que se pretendia adequar dentro do exercício de 2015.

Observa-se que o alcance da meta se tornou impossibilitado, uma vez que a mesma se apresentou superestimada para este exercício, tendo em vista as restrições orçamentárias e, principalmente, as vedações impostas por meio da Portaria nº 172, de 27 de maio de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que impediu a realização de reformas, bem como a suspensão do Programa de Expansão da Rede de Atendimento (PEX).

Foram concluídas 82 adequações, sendo 41 obras realizadas com recursos da Ação Orçamentária 116V - Instalação de unidades de funcionamento do INSS (destas, 33 relacionadas ao Plano de Expansão) e 41 reformas e serviços de engenharia, com recursos da 8869 - Reformas e Adaptações da Unidades do INSS, o que representou melhorias em infraestrutura e, principalmente, no atendimento as demandas urgentes.

É importante destacar que as obras que foram contratadas em exercícios anteriores influenciaram diretamente no quantitativo realizado, pois foram concluídas no exercício de 2015.

Considerando os dados extraídos do SIC e informados deste relatório, a diferença significativa no físico realizado com orçamento da LOA prende-se ao fato de empenho parcial de obra cuja contratação se deu em ano anterior. Em outras palavras, temos obras concluídas com orçamento de dois exercícios. (Empenho parcial na contratação e RAP + complemento no exercício seguinte, ano em que se deu a conclusão da obra). É importante destacar também que a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar prescreve em cinco anos (conforme Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986).

Os fatos listados acima contribuíram para a classificação da ação, pelo SIC, nas categorias “economicidade excedente”, “eficácia excedente” e “eficiência excedente”.

Programa 2061- Objetivo 0252

157J- Realização do Quarto Fórum Mundial de Seguridade Social- BR

Os gastos previstos para o exercício de 2015 eram para ações preparatórias para a realização do evento. O evento foi cancelado antes da execução desses atos preparatórios, de forma que não foi executado qualquer valor. Sem a devida execução, esta ação foi classificada como “ineficaz”.

212S- Sustentabilidade e Fomento do Regime de Previdência Complementar

Para o ano de 2015, a previsão de meta física para a Ação foi a participação em 28 iniciativas e diálogos com organizações representativas da sociedade, de representantes de órgãos governamentais, de entidades de previdência complementar, de participantes, patrocinadores e de instituidores de fundos de pensão, de especialistas nacionais e internacionais e de estudiosos da área de previdência complementar. Entretanto, a SPPC realizou, neste mesmo ano, 31 iniciativas e diálogos com organizações representativas da sociedade, sendo 9 palestras, 13 participações em reuniões, 1 workshop e 8 participações em reuniões representando o MPS no Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef).

Nesta ação, os empenhos, liquidações e pagamentos da SPPC concentram-se em diárias e passagens que visam custear o deslocamento de dirigentes e servidores para participação em reuniões de trabalho, representação da Secretaria em eventos, seminários e congressos e demais atividades afetas ao tema Previdência Complementar.

A realização de 31 ações no exercício de 2015, quando foram previstas 28, bem como a minimização dos custos para a realização da ação, cujo custo unitário passou de R$4.933,00 em 2014 para R$3.390,00 em 2015, implicaram na classificação da ação, pelo SIC, no grupo das ações com “eficácia excedente” e eficiência excedente”.

2274- Assistência Técnica aos Regimes Próprios de Previdência

Como resultado da Ação 2274, foram prestadas 230 (duzentos e trinta) Assistências Técnicas aos Regimes Próprios de Previdência, das quais destacam-se: entrega de equipamentos de informática, visando modernizar o parque tecnológico das respectivas Unidades de Gestão previdenciária; contratação da Fipe e Fapetec para realização de dois estudos, objetivando o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à Previdência Social; contratação de 40 (quarenta) servidores temporários, com o intuito de melhor atender à crescente demanda dos RPPS junto ao MPS; e, contratação do

Consórcio Serconprev para realizar o Censo Cadastral Previdenciário em 49 (quarenta e nove) Entes Federativos selecionados, proporcionando a melhoria na qualidade dos seus bancos de dados.

Considerando procedimento de auditoria no processo de contratação do Consórcio Serconprev, empresa responsável pela realização do Censo Cadastral Previdenciário, do quantitativo inicialmente previsto de 60 (sessenta) assistências técnicas, foram realizadas somente 03 (três).

As demais serão executadas somente em 2016, implicando na classificação da ação como ineficaz. No entanto, sobreveio também pelo sistema SIC a classificação no grupo "eficiência excedente", pela redução na expectativa do custo unitário no período analisado.

2276- Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos

Foram 272 RPPS auditados presencialmente em 2015. Em virtude das restrições orçamentárias optamos por realizar auditorias não presenciais de investimento e custeio para mantermos a presença fiscal nos RPPS supervisionados por este departamento.

Em 2015 foram realizadas um total de 71 auditorias não presenciais. Somando-se auditorias presenciais e não presenciais chegamos a um total de 343 RPPS fiscalizados em auditoria direta, entretanto, apenas 272 auditorias necessitaram de recursos orçamentários.

Dessa forma, a eficácia desta ação classifica-se como "eficácia excedente", uma vez que o realizado foi muito superior ao previsto, bem como houve também a maximização dos serviços providos com o valor do custo, recebendo também a classificação de "eficiência excedente".

2562- Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos.

Várias situações contribuíram para um resultado de eficiência excedente dessa ação.

A primeira parte do projeto foi executada, representando 54% da meta prevista. Consistiu no levantamento das demandas pendentes para o treinamento em serviço. No treinamento foram utilizadas as informações levantadas para discussões, a fim de registrar no sistema as providências já adotadas pelos gestores e/ou produzir encaminhamentos para implementação das demandas pendentes.

Os analistas de auditoria foram capacitados e habilitados para analisar as demandas pendentes e acompanhar as providências adotadas pelos gestores, inclusive cadastrar as providências. Os gestores ainda não estão habilitados para esta atividade.

A utilização do sistema pelos gestores estava prevista para etapa posterior, entretanto ainda não foi executada devido às restrições orçamentárias e falta de pessoal para elaborar o curso à distância.

Mesmo assim, o custo LOA+RAP comparando-se os exercícios de 2014 e 2015, reduziu-se de R$5.779,00 por auditoria realizada para R$3.425,00 por auditoria realizada, sendo realizadas 1.051 auditorias em 2015 e 972 auditorias em 2014, contribuindo para a classificação da ação, pelo SIC, nas categorias "economicidade excedente" e "eficiência excedente".

2592- Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar

Com as restrições orçamentárias impostas no exercício a autarquia, considerando os insumos (diárias, passagens e indenizações) orçados para esta ação, apresentou uma eficiência excedente, porém registre-se que com o avanço da implementação da Supervisão Baseada em Risco vários procedimentos internos estão sendo reformulados em relação a adoção de auditorias não presenciais provocando o resultado registrado nos anexos supracitados.

8426- Desimobilização de Imóveis Não-Operacionais do INSS

Várias situações contribuíram para um resultado ineficaz dessa ação. Cabe salientar que em 2015 o quantitativo total de alienações atingiu a marca de 46 unidades, sendo 06 unidades alienadas por meio de venda direta, e 40 unidades alienadas por meio de Leilão Público.

Assim, tendo em vista que um único leilão, por vezes, poderá contemplar diversas unidades de imóveis a serem alienados, foram realizados no exercício deste ano 25 leilões.

No entanto, 14 destes leilões públicos resultaram em licitações desertas, o que impactou em 35 imóveis não adquiridos por qualquer ente nesta modalidade que, assim, permanecem integrando o patrimônio do Órgão. Atrelados a este motivo, encontram-se diversos fatores que impossibilitaram o alcance da meta e proporcionaram um resultado aquém do estabelecido neste exercício, podendo citar:

- Restrições impostas pela Portaria no 172/MP, de 27 de maio de 2015, que suspendeu a realização de novas contratações quanto à aquisição de imóveis (inciso III, art. 3º). Desta forma, não houve prosseguimento das negociações iniciadas em exercícios anteriores para alienação de imóveis à União e seus Órgãos vinculados, por exemplo, Ministério da Saúde e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Sobrecarga da capacidade operacional nas Unidades Descentralizadas para ajustes dos contratos existentes, tendo em vista às limitações orçamentárias impostas no exercício, e a influência do movimento paredista;
- Indefinição do Ministério das Cidades para concluir as aquisições dos imóveis selecionados para destinação a programa de moradia de interesse social no âmbito daquele Ministério; e
- Dificuldades na conclusão das alienações através da Compensação Previdenciária devido a entraves provenientes das tratativas e definições acerca do rito processual relativo às peculiaridades de cada entre previdenciário envolvido na transação imobiliária.

Cabe salientar que a ação recebeu a classificação "eficiência excedente" pelo SIC uma vez que houve a redução do custo unitário do produto desta ação ao compararmos os exercícios de 2014 e 2015, conforme demonstrado.

8452- Atuação na Prevenção, Detecção, Análise e Combate aos Ilícitos

O principal insumo da linha de frente da atividade do combate à fraude contra a Previdência Social, desempenhado pelo trabalho das Forças-Tarefas Previdenciárias (FTP), são os relatórios de informação e de inteligência (Conhecimentos) que versam sobre fatos ou situações relacionadas a ilícitos organizados contra o patrimônio previdenciário.

Tais relatórios motivam a instauração de inquéritos policiais e subsidiam a investigação das autoridades policiais, resultando em ações conjuntas na forma de Operações de Força-Tarefa Previdenciária ou de prisões em flagrante.

As apurações realizadas em 2015 pela FTP permitiram a deflagração de 45 ações de combate a fraudes previdenciárias. Como resultado financeiro, a estimativa do prejuízo apurado totalizou R$ 133.744.790,38, e prejuízo evitado de R$ 387.247.422,20.

A buscas de aperfeiçoar e uniformizar os métodos de trabalho da Inteligência Previdenciária tem sido desenvolvida ano após ano, no entanto, existe um limite em que não há como se manter a mesma expectativa em termos de resultados, sem que se mantenha determinado um patamar mínimo de recursos orçamentários para a área.

Apesar da restrição orçamentária imposta a essa ação ao longo do ano, aliada ao período de transição da metodologia aplicada à elaboração desses relatórios, a meta estabelecida foi superada, tornando a ação como "eficácia excedente", bem como custo unitário foi reduzido de um exercício para o outro, sendo assim também classificada como de "eficiência excedente".

5.12. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS (PARTE TABALHO)

O Programa Temático "Trabalho, Emprego e Renda" (2071) é aderente à atuação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contemplando as políticas públicas que visam promover o emprego e o trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.

Ou seja, o programa foi criado com foco na inserção sociolaboral e na proteção social no mercado de trabalho. Este programa compreende a atuação do Estado para avançar no tratamento das seguintes questões estruturais da sociedade e do mercado de trabalho brasileiros:

- pobreza e desigualdade social;
- desemprego e informalidade;
- não universalidade da cobertura da proteção social;
- sujeição de trabalhadores a baixos níveis de rendimentos e produtividade;
- elevados índices de rotatividade no emprego; e
- desigualdades de gênero e raça/etnia.

Além disso, no âmbito desse programa, busca-se a consonância das relações de trabalho com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário e a melhoria das condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural.

Outra frente de atuação consiste na democratização das relações de trabalho, pois por meio do diálogo democrático é que será construída a modernização da legislação trabalhista, adequada às necessidades atuais do mundo do trabalho.

O objetivo selecionado para esta PCPR, no âmbito do Programa 2071, foi o "0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho".

Este objetivo contempla, principalmente, as ações relacionadas ao pagamento de assistência financeira ao trabalhador, tais como o seguro-desemprego e abono salarial, a manutenção do Sistema Nacional de Emprego (Sine), a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional de trabalhadores. Além disso, cumpre destacar que o objetivo 0287 previu as seguintes metas:

- Ampliar para 80% a taxa de cobertura do seguro-desemprego sobre os demitidos sem justa causa;
- Ampliar para 97% a taxa de cobertura do abono salarial;
- Aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado formal de trabalho;
- Capacitar, via Pronatec, 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego;
- Inserir 30% dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho;
- Ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, priorizando, em particular, as mulheres, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência física e intelectual, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadoras domésticas, público do Brasil sem Miséria, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; e
- Pré-matricular trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra em 100% das vagas ofertadas ao Pronatec Trabalhador.

Conforme a tabela a seguir, sob a ótica de custos, o objetivo 0287 representou um montante de R$ 46,79 bilhões em 2015, apresentando uma redução de 10,2% em relação aos custos 2014, ano no qual o montante foi de R$ 52,117 bilhões.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA E OBJETIVO

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL
2071	0287	52.117.210	46.793.915

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Dados extraídos em: 18.01.2016.

Custos dos Objetivos Selecionados por Grupo de Natureza da Despesa, Principais Insumos e Alterações Significativas

Os custos relativos ao objetivo 0287 estão divididos em dois Grupos de Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes (código 3) e Investimentos (código 4). Deve-se destacar que o primeiro representou, nos anos de 2014 e 2015, mais de 99% dos custos relativos ao objetivo em análise, uma vez que contém os valores gastos com o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial.

A variação de custos de maior relevância ocorreu em Outras Despesas Correntes, conforme demonstrado, com uma redução de 10%. Isso se deveu à diminuição de custos com o abono salarial, que passou de R$ 16.683.304 mil, em 2014, para 9.180.822 mil, em 2015.

Essa variação ocorreu devido à alteração no cronograma de pagamento do benefício promovida pela Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat nº 748, de 02 de julho de 2015, que transfere para o primeiro semestre do ano o pagamento do benefício aos nascidos de janeiro a junho. Assim, essa parcela de beneficiários do abono salarial deixou de receber no exercício de 2015 (como teria acontecido se as regras tivessem sido mantidas), fazendo com que a execução dessa ação caísse nesse ano.

Na natureza de despesa Investimentos, verificou-se ampliação dos custos em 7%. Este aumento de custo está relacionado principalmente ao aumento no valor das contribuições repassadas a estados e municípios relativas à ação 20JT – Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 0287

GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
		A.H	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-10%	52.101.814	46.777.454
4	INVESTIMENTOS	7%	15.396	16.461

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Dados extraídos em: 18.01.2016.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA, OBJETIVO, GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA E DETALHAMENTO DA DESPESA
PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 287

GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL	ANÁLISE VERTICAL
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUICOES	59.155	0,11%	58.831	0,13%
		334041	CONTRIBUICOES	16.650	0,03%	33.150	0,07%
		335041	CONTRIBUICOES	11.323	0,02%	4.230	0,01%
		339010	SEGURO DESEMPREGO E ABONO SALARIAL	51.865.869	99,52%	46.544.729	99,47%
		339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.813	0,00%	603	0,00%
		339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES			147	0,00%
		339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	53	0,00%	4	0,00%
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	292	0,00%	413	0,00%
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	271	0,00%	314	0,00%
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA			113	0,00%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	215	0,00%		
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS P.J - OP.INT.ORC.			131.874	0,28%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	135.451	0,26%		
		339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.646	0,02%	3.009	0,01%
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	43	0,00%	13	0,00%
		339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	32	0,00%		
			OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS			25	0,00%
4	INVESTIMENTOS	443041	CONTRIBUICOES	10.922	0,02%	12.970	0,03%
		444041	CONTRIBUICOES	1.931	0,00%	2.051	0,00%
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.543	0,00%	1.440	0,00%

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Dados extraídos em: 18.01.2016.

Custo dos Produtos da Ações Orçamentárias- Eficácia, Eficiência e Economicidade

A seguir estão apresentadas as ações orçamentárias vinculadas ao objetivo 0287, do programa 2071, descritas nas tabelas "Demonstrativo de Custos por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física" e "Demonstrativo de Custo Unitário Realizado por Programa, Objetivo e Ação", a partir das informações disponibilizadas no Siop.

Após uma breve contextualização da ação é apresentada a análise dos custos com base nos indicadores de eficácia, eficiência e economicidade, prestando-se esclarecimentos, no caso das ações cujos resultados alcancem os limites superiores e inferiores dos indicadores de economicidade eficiência e eficácia[16], conforme as tabelas "Demonstrativo de Eficácia", "Demonstrativo de Eficiência" e "Demonstrativo de Economicidade".

Ações Orçamentárias – Objetivo 0287

A ação 00H4 – Pagamento de Seguro-Desemprego destinou-se ao pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador formal dispensado sem justa causa, trabalhador doméstico dispensado sem justa causa, pescador artesanal, trabalhador com contrato de trabalho suspenso e trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo.

Em 2014, o pagamento do seguro-desemprego era realizado por meio de cinco diferentes ações orçamentárias (0583, 0585, 0217, 0653 e 0686). Em 2015 essas ações foram fundidas, dando origem a uma nova ação orçamentária, a ação 00H4. No ano de 2014, o custo (LOA+RAP) foi de R$ 35.186.434 mil, enquanto no ano de 2015 o custo foi de 37.363.906 mil, revelando uma variação de 6,2%.

A ação 0581 – Abono Salarial foi responsável pelo pagamento de um salário mínimo a cada ano ao trabalhador, a título de suplementação de renda, de acordo com os critérios legalmente estabelecidos.

Essa ação, em 2014, teve o custo de R$ 16.683.304 mil, enquanto em 2015 o custo foi de 9.180.822 mil, representando uma diminuição de 45%. Essa diminuição reflete a alteração, já citada neste relatório, no cronograma de pagamento do benefício promovida pela Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat nº 748, de 02 de julho de 2015, que transfere para o primeiro semestre do ano o pagamento do benefício aos nascidos de janeiro a junho. Assim, essa parcela de beneficiários do abono salarial deixou de receber no exercício de 2015 (como teria acontecido se as regras tivessem sido mantidas), fazendo com que a execução dessa ação caísse nesse ano.

A ação 20JT - Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine) foi vinculada à iniciativa 00WX – Reestruturar a rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Seu produto é o total de atendimentos realizados pela rede Sine, englobando requerimento do seguro-desemprego; inscrição e encaminhamento de trabalhadores na Intermediação de Mão de Obra (IMO); captação de vagas na IMO e encaminhamento de trabalhadores para qualificação.

Esta ação obteve os seguintes resultados quanto aos indicadores de custos: ineficaz (0,00), ineficiente (0,22) e sem economicidade (0,38). Segundo a Coordenação do Sistema Nacional de Emprego – CSine, responsável por essa ação, diversos fatores levaram a este resultado, dentre os quais se destacam:

- contingenciamento orçamentário de 2015, que reduziu o valor da LOA em 46% na ação 20JT, não havendo redefinição das metas no Siop;
- dificuldades de execução dos convenentes (troca de gestores, troca de servidores, dificuldades nas licitações etc.), acarretando atrasos na execução das etapas previstas nos convênios e no repasse de recursos;
- realização dos serviços no ano de 2015 majoritariamente por meio de RAP de anos anteriores e diminuição da quantidade de atendimentos do Sine, explicada pela grande redução no número de requerentes do seguro desemprego (que compõe a cadeia de atendimentos do Sine).

Quanto a este último fator, trata-se de reflexo da aplicação das novas regras de habilitação do seguro-desemprego, tanto para o recebimento da 1ª parcela do benefício quanto para o recebimento do seguro-desemprego pelo pescador artesanal (o qual não mais recebe pela rede Sine), e das modificações legislativas a respeito do trabalho doméstico.

Juntamente a esse fato, a queda no número de postos de trabalho provocou diminuição das vagas ofertadas, acarretando menos encaminhamentos e colocações em postos de trabalho. Nesse sentido, as agências do Sine tiveram uma redução na procura de seus serviços por motivos alheios à política de geração de trabalho, emprego e renda.

A ação 20JY - Monitoramento, Supervisão e Avaliação das Ações do Sistema

16 As seguintes ações não puderam ser objeto de análise de economicidade, eficácia e eficiência:
- 00H4 e 0581, por serem operações especiais, ou seja, não possuírem produto vinculado (nessa situação, na contextualização foi feita comparação de custos dos anos de 2014 e 2015, apresentando esclarecimento quanto à variação relevante na ação do abono salarial); e
- 20JY e 7V39, por só terem existido no ano de 2014, não havendo continuidade em 2015.
Destaca-se, também, que as ações 20Z2 e 6405 serão analisadas somente quanto aos quesitos de eficácia e eficiência, não havendo possibilidade de comparação com o desempenho em exercício anterior, uma vez que foram iniciadas no ano de 2015.

Público de Emprego, Trabalho e Renda vinculou-se à iniciativa 00XD – Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento, supervisão e avaliação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Esta ação fez parte apenas do orçamento de 2014, não possuindo previsão em 2015. Em função disso, a ação não pode ser objeto de análise de desempenho quanto aos indicadores de custos.

A ação 20YX - Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego tratou da manutenção de sistema informatizado que permite o processamento das informações fornecidas pelos empregadores, o acompanhamento do resultado do processamento e a armazenagem dos dados, bem como as alterações e as adequações necessárias. Quanto ao desempenho da ação nos indicadores de custos, foi eficaz (1,00), eficiente (1,45) e apresentou economicidade contida (0,66).

A ação 20YY - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda previa, dentre outras atividades, a contratação, produção e disseminação de pesquisas, estudos e notas técnicas objetivando um melhor entendimento do mundo do trabalho e o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Esta ação obteve os seguintes resultados quanto aos indicadores de custos: eficácia excedente (2,60), eficiência excedente (2,57) e econômica (1,43). Segundo o Departamento de Emprego e Salário - DES, responsável pela ação, a a eficácia excedente se deveu ao acréscimo de relatórios a serem emitidos nas parcerias celebradas e em ajustes realizados em planos de trabalho em 2015, os quais em sua maioria não são passíveis de mensuração no momento da elaboração da proposta orçamentária. Já a eficiência excedente ocorreu devido ao maior grau de acompanhamento das parcerias pelas áreas técnicas, bem como pela melhora na gestão dos convênios e parcerias das unidades recebedoras.

A ação 20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores objetivou a disponibilização de qualificação profissional, em especial para públicos vulneráveis, de forma presencial e a distância, em articulação com os setores produtivos e com ações de intermediação de mão de obra, no âmbito do Sistema Público de Emprego, com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Em 2015, essa ação foi executada somente com valores inscritos em RAP.

Quanto aos indicadores de custos, a ação obteve os seguintes resultados: ineficaz (0,0), com eficiência contida (0,8) e econômica (1,03). De acordo com o Departamento de Qualificação – DEQ, responsável pela ação, a ineficácia se explica pelo o esforço do Ministério em cumprir recomendações dos órgãos de controle interno e externo à Administração, relacionadas à análise e conclusão das prestações de contas de convênios de exercícios anteriores já finalizados, bem como pelo advento da celebração de Acordo de Cooperação com o MEC para que as demandas de qualificação da pasta Trabalho pudessem ser atendidas pelo Pronatec, o que resultou na não celebração de convênios no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ.

Além disso, em razão de impedimentos técnicos relacionados à habilitação das entidades ou à apresentação e análise dos planos de trabalho no Sistema de Convênios - Siconv, não foram celebrados convênios com recursos de emendas parlamentares.

A ação 20Z2 - Certificação de Instituições e de Trabalhadores previu diversas atividades no âmbito da certificação, tais como: definição e validação do perfil profissional da ocupação, por meio do diálogo tripartite; diagnóstico de necessidades de qualificação profissional; articulação com elevação de escolaridade; aplicação de métodos de aferição dos saberes profissionais adquiridos ao longo da vida; certificação do trabalhador com desempenho satisfatório; encaminhamento para programas de qualificação social e profissional, no caso de trabalhador não certificado, dentre outras. Porém, não houve execução desta ação no ano de 2015.

Esta ação não pode ser avaliada sob o aspecto da economicidade, por ter sido prevista somente no ano de 2015. Quanto à eficiência também não pode ser avaliada por não ter sido executada. Assim, o único indicador cabível de análise foi a eficácia. A ação se mostrou ineficaz (0,0).

De acordo com o DEQ, isso ocorreu pelo fato de que esta é uma ação conjunta com o Ministério da Educação, no âmbito da Rede Certific, cuja execução se dá por meio da rede ofertante vinculada àquele ministério. Nesse contexto, não coube ao MTPS o desenvolvimento de atividades na esfera dessa política que demandassem a utilização de recursos da ação orçamentária em comento, o que, entretanto, não inviabilizou a consecução dos objetivos da citada iniciativa interministerial.

A ação 20Z3 – Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial foi utilizada para pagamento dos serviços operacionais necessários aos pagamentos dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial, executados por pessoas jurídicas públicas e privadas, exceto agentes financeiros, envolvendo serviços de captação e transmissão de dados, processamento do benefício, sistema de monitoramento, envio de documentos, bem como a aquisição de equipamentos e suprimentos de informática destinados ao atendimento dos trabalhadores.

Essa ação obteve os seguintes resultados quanto aos indicadores de custos: eficaz (1,0), eficiência excedente (1,59) e economicidade contida (0,82). De acordo com o Departamento de Emprego e Salário (DES), a análise dos fatos leva à conclusão de que a eficiência excedente apresentada pelo indicador não confere com a real situação das ações executadas, visto que, apesar de os serviços prestados apresentarem continuidade, não foram efetuados ainda todos os pagamentos que regem os contratos.

A ação 2553 - Identificação da População por Meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS correspondeu à aquisição, distribuição e provimento de estoque da CTPS às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE, bem como de equipamentos e outros insumos para sua confecção, e implantação do sistema de controle de emissão informatizada, visando identificar a população para registro profissional e anotações de interesse da Previdência Social. Busca inserir o cidadão no mercado de trabalho por intermédio da emissão de CTPS, utilizando sistema informatizado que permita o controle da distribuição e emissão da CTPS, dotando o País de um eficiente sistema de atendimento ao trabalhador, proporcionando a integração de ações da área de trabalho que facilitem a identificação por intermédio de uma base de dados única.

Quanto aos indicadores de custos, essa ação obteve os seguintes resultados: eficácia contida (0,93), eficiência excedente (1,97) e econômica (1,1).

A Coordenação de Identificação e Registro Profissional – CIRP ressalta que a dotação da ação não previa exclusivamente a confecção da CTPS informatizada (caderneta). Esse valor foi dividido também entre a N.D 44.90.52 (Investimentos) empregando-os na aquisição de Kit imagem (webcam, Coletor de Assinatura e Coletor de Digital), utilizados na emissão do documento, bem como recursos na ND 33.90.30 (material de consumo- tonners/cartuchos), na ND 33.90.14 (Diárias) e 33.90.33 (Passagens) que são transferidos às SRTE para atividades ligadas à CTPS.

A despeito disso, a taxa de eficiência de 1,97 da ação pode ser explicada em virtude da existência de estoque de carteiras em 2015, que permitiu que a licitação feita anualmente para fabricação das CTPS fosse realizada somente no segundo semestre. Vale mencionar também que o orçamento da CIRP foi estabelecido considerando a finalização do processo de implantação da CTPS informatizada em todo o País. Contudo, não foi possível finalizar a implantação do Estado de São Paulo. Dessa forma, constata-se que, mesmo tendo executado parcialmente o orçamento previsto, a meta física alcançada representou a quase totalidade da meta prevista.

A ação 2C43 - Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT destinou-se a possibilitar a execução das atividades pertinentes à Secretaria Executiva do Codefat, com o objetivo de garantir informações sobre o desempenho dos programas do FAT e o grau de aderência da aplicação dos recursos do Fundo às diretrizes do Conselho e do MTE. Também no bojo da ação são financiadas iniciativas voltadas ao funcionamento e à promoção da participação social no âmbito das comissões de emprego estaduais e municipais, ao aperfeiçoamento das políticas públicas financiadas com recursos do FAT, e à prestação de orientação e suporte ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat. Em termos de desempenho, esta ação obteve os seguintes resultados nos demonstrativos de custos: eficaz (1,00), eficiente (1,27) e econômica (1,09).

A ação 4245 – Classificação Brasileira de Ocupações - CBO previu diversas atividades, tais como: atualização, edição e distribuição do documento CBO, com vistas a modernizar e atualizar, por meio de estudos constantes, a Classificação Brasileira de Ocupações, para sua adequação à realidade do mercado de trabalho, bem como atendimento à demanda específica de ações de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego, de qualificação profissional e de estatísticas do trabalho, dentre outras.

Sob o aspecto do desempenho nos indicadores de custos, essa ação obteve os seguintes resultados: eficaz (1,08), eficiência excedente (1,80) e economicidade contida (0,76). Quanto à eficiência excedente obtida, a Divisão da Classificação Brasileira de Ocupações – DCBO, responsável pela ação, informou que o valor global da dotação necessária à execução da ação não se reflete diretamente no alcance/superação da meta física estipulada.

Assim, a ação 4245 utilizou parte dos recursos orçamentários para custear insumos como serviços de ouvidoria e manutenção de sistemas que auxiliam na identificação/manutenção de dados necessários ao estabelecimento das prioridades de atualização (dados qualitativos), bem como o meio de disponibilização ao público final do produto atualizado (família ocupacional),

sem interferência direta dos mesmos, na execução física. Dessa forma, vale destacar que a ação também teve execução de recursos com contratos que se referem a atividades meio, que são executadas em prol da finalidade integral da ação, e que, não necessariamente apresentam relação financeira direta com o produto.

A ação 4741 - Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda compreendeu as bases de dados e ferramentas de acompanhamento estatístico e gerencial das áreas de registros públicos de emprego, trabalho e renda, seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, qualificação social e profissional, certificação profissional, fomento ao crédito produtivo, e gestão participativa dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, visando manter os sistemas informatizados responsáveis por promover a operacionalização, integração e gestão das ações de emprego, trabalho e renda.

Referiu-se, também, aos contratos de manutenção e tratamento de dados com a empresa Dataprev, com prazo de 60 meses, os quais não apresentaram correção no período.

Quanto aos indicadores de custos a ação obteve o seguinte desempenho: eficaz (1,0), eficiência excedente (2,20) e economicidade excedente (1,79). De acordo com o DES, houve a necessidade de aporte de recursos adicionais tanto em 2014 quanto em 2015. Naquele ano, houve um incremento orçamentário de 28 milhões. No caso de 2015 a LOA aprovada correspondeu à metade da despesa aprovada em 2014.

Assim, segundo esse Departamento, a eficiência e economicidade excedentes apresentadas pelo indicador não conferem com a real situação das ações executadas, visto que o aporte de recursos necessário ao suporte do contrato, na sua dimensão, não foi concedido, gerando, por conseguinte, dívida para os exercícios posteriores.

A ação 6405 - Desenvolvimento e Disseminação de Metodologias e Tecnologias de Qualificação Social e Profissional previa criação de ferramentas para gestão e execução da qualificação social e profissional que possibilitem o pleno aprendizado do público participante de ações de qualificação, em particular as populações socioeconomicamente vulneráveis. Seu produto é "metodologia desenvolvida". Apesar de prevista no orçamento, não houve execução dessa ação no ano de 2015.

Com isso, não foi possível analisar a ação sob o aspecto da economicidade e da eficiência. Por outro lado, a ação apresentou taxa de eficácia de 0,0, ineficaz. De acordo com o DEQ, isso ocorreu porque, não havendo a celebração de novos convênios no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ e estando a oferta do Pronatec estruturada em um guia de cursos e metodologias próprias da rede ofertante, não se vislumbrou conveniente e oportuna a consecução de objeto equivalente à ação orçamentária em comento.

A ação 7V39 - Aquisição de Unidades Móveis de Atendimento ao Trabalhador fez parte da iniciativa 00XC – Reestruturar a Rede de Atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Essa ação foi prevista no ano de 2014, mas não foi executada. No ano de 2015 não houve previsão dessa ação. Em função disso, a ação não pode ser objeto de análise de desempenho nos indicadores de custos.

A ação 8885 - Centro de Referência do Trabalho no Brasil previa a consolidação do Centro de Referência do Trabalho no Brasil em duas dimensões: uma física e outra virtual. Na primeira dimensão tinha o objetivo de catalogar, organizar e tornar público o acervo do MTE e das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

Na dimensão virtual, um portal proporcionaria o acesso às bases de dados atualizadas com material referente à história e à memória do trabalho no Brasil. Previa ainda, a realização de um concurso premiando anualmente 30 projetos, distribuídos nas seguintes modalidades:

- preservação e disponibilização de acervos;
- história oral;
- desenvolvimento de sítios na internet; e
- publicação de trabalhos acadêmicos inéditos, visando a consolidação do Centro de Referência do Trabalho no Brasil. Porém, a ação não foi executada no ano de 2015.

Assim, não foi possível analisar a ação sob os aspectos da economicidade e da eficiência. Por outro lado, a ação apresentou taxa de eficácia de 0,0 (ineficaz). De acordo com a chefia do Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola, isso ocorreu porque as ações de promoção e divulgação do Centro de Referência do Trabalhador foram realizadas através do email coorporativo, folders, ofício-convite para as escolas públicas e a participações em eventos promovidos pelo Ibram – Instituto Brasileiro de Museus, não havendo movimentação orçamentária vinculada à ação 8885.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 0287

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014						2015					
				QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ) R$ MIL	CUSTO - LOA R$MIL	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ) R$ MIL	CUSTO - LOA R$MIL	CUSTO (LOA+RAP) R$ MIL
00H4		Sem Informação	Sem Informação							0	0	0	0	37.363.906	37.363.906
0217	Pagamento de seguro desemprego	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	56.976	56.976						
0581	Bolsa de qualificacao profissional para trabalhador com contrato de trabalho suspenso	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	15.497.431	16.683.305						
0581	Abono salarial	Sem Informação	Sem Informação							0	0	0	0	9.073.572	9.180.822
0583	Abono salarial	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	32.782.288	32.782.288						
0585	Pagamento do seguro-de semprego	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	2.310.619	2.310.619						
0653	Pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	33.358	33.358						
0686	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador domestico	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	3.192	3.192						
20JT	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado de condicao analoga a de escravo	Atendimento Realizado	Unidade	20.435.927	60.188	27.961.359	146.988	673	88.699	67.870.576	136.366	12.326.721	121.787	6.782	102.814

20JY	Manutencao, modernizacao e ampliacao da rede de atendimento	Não Informado	Não Informado	160	1	1	1.000	0	0					
20YX	Monitoramento, supervisao e avaliacao das acoes do sistema publico de emprego, trabalho e renda	Cadastro Mantido	Unidade	2	2	2*	28.422	24.703	25.337	2	2	2	55.797	34.947	38.526
20YY	Cadastros publicos na area de trabalho e emprego	Relatório Emitido	Unidade	16	5	45	17.822	5.589	8.061	25***	65***	68***	8.029***	97	8.503
20Z1	Estudos, pesquisas e geracao de informacoes sobre trabalho,	Trabalhador Qualificado	Unidade	1.749.356	0	1213**	22.740	0	2.426	17.569	0	54	27.430	0	105
20Z2	Qualificacao social e profissional de trabalhadores	Certificação Realizada	Unidade							100	0	0	1	0	0
20Z3	Certificacao de instituicoes e de trabalhadores	Benefício Processado	Unidade	32.206.858	32.317.238	32.317.304	14.456	9.770	9.817	67.196.499	67.196.499	67.207.089	39.815	20.662	25.023
2553	Apoio operacional ao pagamento do seguro-desemprego e do abo	Carteira de Trabalho Emitida	Unidade	4.000.000	6.122.740	6.122.740*	19.543	3.056	15.314	5.733.348	5.334.840**	5.334.840**	25.645	7.509	12.128
2C43	Identificacao da populacao por meio da carteira de trabalho	Fórum apoiado	Unidade	2	2	2*	6.937	2.844	9.128	2	2	2*	10.608	4.734	8.360
4245	Gestao participativa do fundo de amparo ao trabalhador - fat	Família Ocupacional Atualizada	Unidade	13	13	13*	4.526	4.117	5.102	13	13	14	12.012	7.056	7.201
4741	Classificacao brasileira de ocupacoes - cbo	Sistema Implantado	Unidade	1	1	1*	59.133	58.351	83.286	1	1	1*	102.133	44.537	46.527
6405	Sistema de integracao das acoes de emprego, trabalho e renda	Metodologia Desenvolvida	Unidade							1	0	0	9	0	0
6405	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias	Não Informado	Não Informado	0	0	0	0	0	300						
7V39	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias de qualificacao social e profissional	Unidade Móvel Adquirida	Unidade	30	0	0	4.500	0	0						
8885	Aquisicao de unidades moveis de atendimento ao trabalhador	Centro de Referência Mantido	Unidade	1	0	0	100	0	0	1***	0***	0***	100***	0***	0***
	Centro de referencia do trabalho no brasil														

*Informação de execução física veio duplicada pelo preenchimento do mesmo valor no Siop no campo relativo ao orçamento do período e no campo relativo a RAP.

** Informação retificada pela área responsável por erro na inserção dos dados no Siop.

***Campos introduzidos manualmente a partir de relatório no momento "Unidade Orçamentária" do Siop, uma vez que o relatório extraído do Tesouro Gerencial obtinha as informações somente no momento "Formalização Acompanhamento Orçamentário".

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com alterações da Setorial de Custos MTE (asteriscos sobre as alterações). Dados extraídos em: 18.02.2016.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 0287

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
			UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00H4	Pagamento de seguro desemprego	Sem informacao	Sem informacao				0	0	0
0217	Bolsa de qualificacao profissional para trabalhador com contrato de trabalho suspenso	Nao informado	Nao informado	0	0	0			
0581	Abono salarial	Sem informacao	Sem informacao	0	0	0	0	0	0
0583	Pagamento do seguro-desemprego	Nao informado	Nao informado	0	0	0			
0585	Pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal	Nao informado	Nao informado	0	0	0			
0653	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador domestico	Nao informado	Nao informado	0	0	0			
0686	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado de condicao analoga a de escravo	Nao informado	Nao informado	0	0	0			
20JT	Manutencao, modernizacao e ampliacao da rede de atendimento	Atendimento realizado	Unidade	11,18	3,15	3,17	49,73	7,88	8,34
20JY	Monitoramento, supervisao e avaliacao das acoes do sistema publico de emprego, trabalho e renda	Nao informado	Nao informado	109	0	109			
20YX	Cadastros publicos na area de trabalho e emprego	Cadastro mantido	Unidade	12.351.740	316.995*	12.668.735**	17.473.430	0	19.262.811
20YY	Estudos, pesquisas e geracao de informacoes sobre trabalho,	Relatorio emitido	Unidade	1.117.782	61.811	179.141	1.495**	2.801.816**	125.039**
20Z1	Qualificacao social e profissional de trabalhadores	Trabalhador qualificado	Unidade	0	2.000**	2.000	0	1.944	1.944

20Z2	Certificacao de instituicoes e de trabalhadores	Certificacao realizada	Unidade				0	0	0
20Z3	Apoio operacional ao pagamento do seguro-desemprego e do abo	Beneficio processado	Unidade	0,30	715	0	0,31	412	0
2553	Identificacao da populacao por meio da carteira de trabalho	Carteira de trabalho emitida	Unidade	0,5	2,0*	2,5**	1,4	3,1*	2,3**
2C43	Gestao participativa do fundo de amparo ao trabalhador - fat	Forum apoiado	Unidade	1.422.240	3.141.809*	4.564.049**	2.366.876	1.812.947*	4.179.823**
4245	Classificacao brasileira de ocupacoes - cbo	Familia ocupacional atualizada	Unidade	316.665	75.772*	392.436**	542.746	145.768	514.391
4741	Sistema de integracao das acoes de emprego, trabalho e renda	Sistema implantado	Unidade	58.350.778	24.935.370*	83.286.148**	44.536.867	1.989.989*	46.526.856**
6405	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias de qualificacao social e profissional	Metodologia desenvolvida	Unidade	0	0	0	0	0	0
7V39	Aquisicao de unidades moveis de atendimento ao trabalhador	Unidade movel adquirida	Unidade	0	0	0			
8885	Centro de referencia do trabalho no brasil	Centro de referencia mantido	Unidade	0	0	0	0**	0**	0**

*Informação de execução física de RAP no Siop foi informada de forma equivocada pela área responsável, o que torna estas informações incorretas. Nesses casos, a área não fez separação da quantidade de meta física realizada com RAP e da realizada com a LOA, normalmente informando o mesmo valor para esses quantitativos, o que levava à duplicação do valor correto de execução física do ano (LOA+RAP). Como o custo unitário RAP não faz parte dos indicadores de custos (eficiência, efetividade e economicidade), não houve prejuízo à análise de custos constante neste relatório.

**Valores corrigidos a partir das retificações enviadas pelas áreas responsáveis pelas informações constantes da tabela - Demonstrativo de Custos por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física.

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com alterações da Setorial de Custos MTE (asteriscos sobre as alterações). Dados extraídos em: 18.02.2016.

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA

PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 0287

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
00H4	Pagamento de seguro desemprego			0	0
0581	Abono salarial			0	0
20JT	Manutencao, modernizacao e ampliacao da rede de atendimento	0,00	Ineficaz	67.870.576	136.366
20YX	Cadastros publicos na area de trabalho e emprego	1,00	Eficaz	2	2
20YY	Estudos, pesquisas e geracao de informacoes sobre trabalho,	2,60	Eficácia excedente	25*	65*
20Z1	Qualificacao social e profissional de trabalhadores	0,00	Ineficaz	17.569	0
20Z2	Certificacao de instituicoes e de trabalhadores	0,00	Ineficaz	100	0
20Z3	Apoio operacional ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial	1,00	Eficaz	67.196.499	67.196.499
2553	Identificacao da populacao por meio da carteira de trabalho	0,93	Eficácia contida	5.733.348	5.334.840**
2C43	Gestao participativa do fundo de amparo ao trabalhador - fat	1,00	Eficaz	2	2
4245	Classificacao brasileira de ocupacoes - cbo	1,00	Eficaz	13	13
4741	Sistema de integracao das acoes de emprego, trabalho e renda	1,00	Eficaz	1	1
6405	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias	0,00	Ineficaz	1	0
8885	Centro de referencia do trabalho no brasil	0,00	Ineficaz	1*	0*

*Campos introduzidos manualmente a partir de relatório no momento "Unidade Orçamentária" do Siop, uma vez que o relatório extraído do Tesouro Gerencial obtinha as informações somente no momento "Formalização Acompanhamento Orçamentário".

** Informação retificada pela área por erro na inserção dos dados no Siop.

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com alterações da Setorial de Custos MTE (asteriscos sobre as alterações). Dados extraídos em: 18.02.2016.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA
PROGRAMA: 2071 / OBJETIVO: 0287

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00H4	Pagamento de seguro desemprego			0	0
0581	Abono salarial			0	0
20JT	Manutencao, modernizacao e ampliacao da rede de atendimento	0,22	Ineficiente	1,8	8,3
20YX	Cadastros publicos na area de trabalho e emprego	1,45	Eficiente	27.898.651	19.262.811
20YY	Estudos, pesquisas e geracao de informacoes sobre trabalho,	2,57	Eficiência excedente	321.159*	125.039*
20Z1	Qualificacao social e profissional de trabalhadores	0,80	Eficiência contida	1.561	1.944
20Z2	Certificacao de instituicoes e de trabalhadores			14	0
20Z3	Apoio operacional ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial	1,59	Eficiência excedente	0,59	0,37
2553	Identificacao da populacao por meio da carteira de trabalho	1,97	Eficiência excedente	4,47	2,27*
2C43	Gestao participativa do fundo de amparo ao trabalhador - fat	1,27	Eficiente	5.304.103	4.179.823*
4245	Classificacao brasileira de ocupacoes - cbo	1,80	Eficiência excedente	924.017	514.391
4741	Sistema de integracao das acoes de emprego, trabalho e renda	2,20	Eficiência excedente	102.132.709	46.526.856*
6405	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias			9.100	0
8885	Centro de referencia do trabalho no brasil			100.000*	0*

*Valores corrigidos a partir das retificações de informações constantes da tabela Demonstrativo de Custos por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física e da tabela Demonstrativo de Custo Unitário Realizado por Programa, Objetivo e Ação.

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com alterações da Setorial de Custos MTE (asteriscos sobre as alterações). Dados extraídos em: 18.02.2016.

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
			FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
00H4	Pagamento de seguro desemprego				0
0217	Bolsa de qualificacao profissional para trabalhador com contrato de trabalho suspenso			0	
0581	Abono salarial			0	0
0583	Pagamento do seguro-desemprego			0	
0585	Pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal			0	
0653	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador domestico			0	
0686	Pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado de condicao analoga a de escravo			0	
20JT	Manutencao, modernizacao e ampliacao da rede de atendimento	0,38	Sem economicidade	3,17	8,34
20JY	Monitoramento, supervisao e avaliacao das acoes do sistema publico de emprego, trabalho e renda			109	
20YX	Cadastros publicos na area de trabalho e emprego	0,66	Economicidade contida	12.668.735*	19.262.811
20YY	Estudos, pesquisas e geracao de informacoes sobre trabalho, emprego e renda	1,43	Econômico	179.141	125.039*
20Z1	Qualificacao social e profissional de trabalhadores	1,03	Econômico	2.000*	1.944
20Z2	Certificacao de instituicoes e de trabalhadores				0
20Z3	Apoio operacional ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial	0,82	Economicidade contida	0,30	0,37
2553	Identificacao da populacao por meio da carteira de trabalho	1,10	Econômico	2,50*	2,27*
2C43	Gestao participativa do fundo de amparo ao trabalhador - fat	1,09	Econômico	4.564.048,58*	4.179.822,82*
4245	Classificacao brasileira de ocupacoes - cbo	0,76	Economicidade contida	392.436*	514.390
4741	Sistema de integracao das acoes de emprego, trabalho e renda	1,79	Economicidade excedente	83.286.148*	46.526.856*
6405	Desenvolvimento e disseminacao de metodologias e tecnologias de qualificacao social e profissional			0	0
7V39	Aquisicao de unidades moveis de atendimento ao trabalhador			0	
8885	Centro de referencia do trabalho no brasil			0	0*

*Valores corrigidos a partir das retificações de informações constantes da tabela Demonstrativo de Custos por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física e da tabela Demonstrativo de Custo Unitário Realizado por Programa, Objetivo e Ação.

Fonte: Tesouro Gerencial – Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com alterações da Setorial de Custos MTE (asteriscos sobre as alterações). Dados extraídos em: 18.02.2016.

5.13. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT

No exercício de 2015, o Ministério dos Transportes priorizou atividades e adotou diretrizes no intuito de contribuir para a retomada do crescimento em função de desafios econômicos e fiscais observados ao longo do ano.

Dessa forma, a Pasta optou pela consolidação de uma carteira de projetos capazes de potencializar a infraestrutura de transportes, para o aumento da competitividade da economia, com melhorias para o escoamento eficiente da produção agrícola, a redução dos custos logísticos e a ampliação das condições de segurança e trafegabilidade, bem como de conforto para os usuários. Sem perder de vista os avanços já conquistados, foram direcionados recursos também para a manutenção da infraestrutura, a conclusão de empreendimentos em fase final de execução e a continuidade de projetos estruturantes.

Nesse cenário, ações para o fomento de parcerias entre o Governo e a iniciativa privada foram aperfeiçoadas, resultando no lançamento da Segunda Etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL). Alinhado aos aperfeiçoamentos propostos, destaca-se, em 2015, o Leilão da Ponte Rio-Niterói, primeira renovação de concessão rodoviária federal, que resultou em significativa redução da tarifa, associada a novos investimentos.

Vale ressaltar que foram investidos, pela iniciativa privada, R$ 4.787,2 milhões nos contratos de concessão rodoviária, até outubro de 2015.

A médio e longo prazo, a Política de Transportes, por meio dos seus programas, está voltada para aumentar a eficiência produtiva de áreas consolidadas, induzir o desenvolvimento sustentável, reduzir desigualdades regionais e incentivar a integração nacional e sul-americana.

Programa 2075 – Transporte Rodoviário

O Programa Transporte Rodoviário é composto por Indicadores, Objetivos, Metas e Iniciativas monitorados por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), cujo objetivo é refletir a evolução das políticas públicas. Como parte da estratégia da Pasta de Transportes, o programa contempla ações que visam à manutenção, adequação, construção, operação (sinalização, pesagem, controle de velocidade), fiscalização e concessão da infraestrutura rodoviária, para a ampliação da disponibilidade do Transporte Rodoviário nacional, com segurança e conforto para seus usuários.

Objetivo 0130 – Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Em meados dos anos 90, o Brasil iniciou o programa de concessões de rodovias federais com o objetivo de oferecer vias de transporte capazes de prestar serviço de melhor qualidade aos usuários. Desse modo, houve a transferência da gestão de parte da malha rodoviária à iniciativa privada como forma alternativa de investimentos.

O programa de concessão rodoviária está estruturado em três etapas. Atualmente, o Governo Federal administra 21 concessões rodoviárias, totalizando 9.969,6 km.

A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais é composta por seis trechos, perfazendo uma extensão total de 1.315,9 km.

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em sua Fase I, abrange 2.624,4 km, englobando sete trechos rodoviários. Já a Fase II compreende a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

Em 2013, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) assinou com as concessionárias da Segunda Etapa, oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para execução das obras com cronogramas em atraso.

Com isso, foi acordada a realização de 571 obras nas oito concessões da Segunda Etapa – Fases I e II. Das 199 obras em andamento em 2015, 76 foram finalizadas, totalizando 393 obras concluídas. Essas obras resultarão em uma melhora significativa da fluidez nas rodovias federais concedidas.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, também integrante do PAC, está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km, que contempla 5.348,7 km já concedidos e 1.964,6 km em fase de análise e estudo.

Em agosto de 2012 foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL) que passou a contemplar nove trechos referentes às Fases I e III da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. Ressalta-se que o trecho contemplado na Fase II teve o seu leilão realizado em janeiro de 2012 e, portanto, não fez parte do PIL.

As principais características do PIL envolvem realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de arte especiais), tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER).

As empresas concessionárias de rodovias federais devem cumprir uma gama de obrigações previstas nos contratos de concessão e nos PER, bem como orientar esforços para atingir parâmetros pré-estabelecidos de desempenho para os elementos físicos e operacionais. Com base nesses parâmetros são obrigatórias intervenções ao longo de todo o período de concessão, tais como: recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento e melhoramentos.

No ano de 2014, também no âmbito do PIL, empresas interessadas em elaborar estudos para concessões de quatro novos trechos puderam apresentar Propostas de Manifestação de Interesse (PMI). As empresas habilitadas foram autorizadas pelo Ministério dos Transportes (MT) para elaborar estudos que abrangem atividades de engenharia, operação, meio ambiente, modelagem econômico-financeira, além de apoio na elaboração de minutas de documentos, em conformidade com o Termo de Referência disponibilizado para cada Edital de Chamamento. Em 2015, esses estudos se encontravam em fase final de ajuste, com previsão de realização dos leilões em 2016.

Os trechos contemplados são:

- BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba/PA (976,0 km);
- BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis/MT – Jataí/GO – Goiânia/GO (703,7 km);
- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437,0 km); e
- BR-476/153/282/480/PR/SC, Lapa/PR – Irani/SC – Chapecó/SC (398,9 km).

Ainda em 2015, o Governo Federal lançou a Segunda Etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL) contemplando 11 lotes rodoviários distribuídos por 11 estados brasileiros. Na sequência, o Ministério dos Transportes publicou os respectivos editais de chamamento público, autorizando que empresas privadas promovessem novos estudos técnicos e de viabilidade. Tais estudos, que serão apresentados em 2016, serão utilizados nas modelagens de potenciais concessões nos trechos a seguir discriminados, que totalizam 4.552,1 km:

- BR-101/BA, Gandú/BA – Entroncamento BR-324 (próximo à Feira de Santana) (199,4 km);
- BR-262/381/MG/ES, Entroncamento BR-101/ES – João Monlevade/MG – Belo Horizonte/MG (485,9 km);
- BR-267/MS, Entroncamento BR-163 (Nova Alvorada do Sul/MS) – Divisa MS/SP (Presidente Epitácio/SP) (249,3 km);
- BR-262/MS, Entroncamento BR-163 (Campo Grande/MS) – Divisa MS/SP (Três Lagoas/MS) (326,8 km);
- BR-101/232/PE, novo arco metropolitano de Recife, BR-101: Divisa PB/PE – Divisa PE/AL e BR-232: Entroncamento BR-101 (Recife/PE) – Cruzeiro do Nordeste/PE (564,5 km);
- BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101: Entroncamento BR-465 (B)/RJ-071/097 (Santa Cruz) – Praia Grande, no município de Ubatuba/SP; BR-465, Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-116; e BR-493: Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-040/116 (B) (356,9 km);
- BR-101/116/290/386/RS; BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-116: Entroncamento BR-290 (B) (para Arroio dos Ratos) – Entroncamento BR-470/RS-350 (para Camaquã); BR-290: Osório/RS – Entroncamento BR-116 (para Guaíba) e BR-386: Entroncamento BR-116 (B)/290 (Porto Alegre) – Entroncamento BR-377 (A) (para Carazinho) (581,3 km);
- BR-101/SC, Ponte sobre o Rio da Madre – Divisa SC/RS (220,0 km);
- BR-280/SC, Porto de São Francisco do Sul – Divisa SC/PR (306,6 km);
- BR-470/282/SC, BR-470: Navegantes/SC – Divisa SC/RS e BR-282:

Entroncamento BR-470 (Campos Novos) – Entroncamento BR-153 (Irani) (455,1 km); e

- BR-364/RO/MT, Entroncamento BR-174 (A) (Comodoro/MS) – Porto Velho (acesso Ulisses Guimarães) (806,3 km)

Cabe destacar que, em 2015, a concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio-Niterói foi renovada no âmbito do PIL pelo leilão realizado em março e teve o contrato assinado em maio. O novo contrato permitiu a redução da tarifa, com deságio de 36,67% e a inclusão de novas obras nos sistemas viários adjacentes, como a alça de ligação da Ponte com a Linha Vermelha, a Avenida Portuária que propiciará a ligação com a Avenida Brasil e o mergulhão na Avenida Feliciano Sodré, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

O incremento da prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e a execução de mais 259,8 km de obras de duplicação em 2015, nas rodovias federais concedidas, são importantes avanços percebidos pelo cidadão.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA E OBJETIVO
R$ MIL

PROGRAMA PT	ANO	2014	2015
	OBJETIVO PT	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2075	0130	21.073	40.108

O objetivo 0130 contempla uma única ação (2907) relativa à fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária. Essa ação está voltada atualmente para os trechos já concedidos e futuramente contemplará os trechos que estão em processo de concessão.

Os R$ 21.073 milhões de custo (LOA+RAP) correspondem a 73,3% dos recursos disponíveis no exercício de 2014. Já em 2015, o custo de R$ 40,1 milhões, corresponde a 70,4% dos recursos disponíveis em 2015.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R$ MIL

PROGRAMA PT	OBJETIVO PT	GRUPO DESPESA / CAT. GASTO	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	ANO	2014	2015
				A.H	CUSTO (LOA+RAP)	CUSTO (LOA+RAP)
2075	0130	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90%	21.073	40.109

COMPLEMENTAR
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R$ MIL

GRUPO DESPESA	GRUPO DESPESA - DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPESA	ANO LANÇAMENTO	2014		2015	
			NATUREZA DESPESA - DESCRIÇÃO	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL	CUSTO (LOA + RAP)	ANÁLISE VERTICAL
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333041	CONTRIBUICOES	353	1,67%		
		335041	CONTRIBUICOES			8	0,02%
		338039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			1.772	4,42%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	939	4,46%		
		338041	CONTRIBUICOES	0	0,00%		
		339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	384	1,82%	157	0,39%
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.369	6,49%	78	0,20%
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	627	2,97%	138	0,34%
		339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	6.502	30,85%	11.026	27,49%
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	0		24.994	62,32%
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.848	37,24%		
		339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	595	2,82%	225	0,56%
		339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	286	1,36%	87	0,22%
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	277	1,31%	307	0,77%
		339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	1.611	7,64%		
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			1.315	3,28%
		339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	284	1,35%		

Com relação às naturezas de despesa “Locação de Mão-de-obra” e “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica” informamos que em função do aumento da demanda de trechos concedidos no qual o Governo Federal lançou, em 2015, a Segunda Etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL) contemplando 11 lotes rodoviários distribuídos por 11 estados brasileiros, a ANTT contratou empresa para o apoio à fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária, o que justifica o custo aplicado de R$ 11.026 milhões e R$ 24.994,00 milhões, respectivamente.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO COM EXECUÇÃO FÍSICA
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014					
			UNID. MEDIDA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)	QTDE REALIZADA (LOA+RAP)	VALOR DOTAÇÃO ATUAL (JAN-DEZ)	CUSTO - LOA	CUSTO (LOA+RAP)
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	VISTORIA REALIZADA	UNIDADE	2.162	2.041	2.041	23.718	17.415	21.073
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	VISTORIA REALIZADA	UNIDADE	2.017	658	658	63.714	37.011	40.109

DEMONSTRATIVO DE CUSTO UNITÁRIO REALIZADO POR PROGRAMA, OBJETIVO E AÇÃO
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	PRODUTO	ANO	2014			2015		
			UNID. MEDIDA	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT LOA	CUSTO UNIT RAP	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	VISTORIA REALIZADA	UNIDADE	8.533	0	10.325	56.248	0	60.956

DEMONSTRATIVO DE EFICÁCIA
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICÁCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICÁCIA	QTDE META ATUAL	QTDE REALIZADA (LOA)
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	0,33	INEFICAZ	2.017	658

Desde o ano de 2013, com a alteração da metodologia de fiscalização, o Plano Anual de Fiscalização estabeleceu que o trecho rodoviário deveria ser percorrido integralmente em sua extensão, para garantir a efetividade da vistoria. Na sequência, o número inicial de concessões foi ampliado de 15 para 21 trechos, com acréscimo de 40,0% no número de concessões e de 96,0% na extensão a ser fiscalizada. Nesse cenário, uma nova programação operacional de fiscalização foi implementada, com redistribuição das equipes e adequação na frequência de vistorias. Assim, a meta prevista para 2015 passou a ser de 672 vistorias. Dessas, foram realizadas 658 inspeções in loco, resultando em 98% da meta.

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA	ANO	2015	
			FAIXA DE ATINGIMENTO - EFICIÊNCIA	GASTO UNIT PREV	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	0,52	EFICIÊNCIA CONTIDA	31.589	60.956

DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE
PROGRAMA: 2075 / OBJETIVO: 0130
R$ MIL

AÇÃO PT	AÇÃO - DESCRIÇÃO	ECONOMICIDADE	ANO	2014	2015
			FAIXA DE ATINGIMENTO - ECONOMICIDADE	CUSTO UNIT (LOA+RAP)	CUSTO UNIT (LOA+RAP)
2907	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA	0,17	SEM ECONOMICIDADE	10.325	60.956

Desde o ano de 2013, com a alteração da metodologia de fiscalização, o Plano Anual de Fiscalização estabeleceu que o trecho rodoviário deveria ser percorrido integralmente em sua extensão, para garantir a efetividade da vistoria. Na sequência, o número inicial de concessões foi ampliado de 15 para 21 trechos, com acréscimo de 40,0% no número de concessões e de 96,0% na extensão a ser fiscalizada. Nesse cenário, uma nova programação operacional de fiscalização foi implementada, com redistribuição das equipes e adequação na frequência de vistorias. Esclarecemos que a LOA de 2014 passou de R$ 22.778 milhões para R$ 60.648 milhões em 2015 e que foi empenhado o valor de R$ 47.790 milhões e destes efetivamente liquidado R$ 35.238 milhões.

Conclusão

Na meta referente ao Objetivo 0130 do Programa de Transportes Rodoviários estão incluídos todos os trechos pertencentes às três fases da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias. Após a conclusão dos estudos de viabilidade, as extensões preliminares referentes aos trechos relativos à Terceira Etapa foram redefinidas, passando de 8.044 km para 7.313,3 km.

Desse total, 5.348,7 km tiveram o processo licitatório consolidado, resultando em expressivos deságios sobre a tarifa máxima estipulada.

Em relação ao desempenho físico da ação 2907, ressalta-se que a meta prevista na LOA 2015 de 2.016 vistorias foi reprogramada, devido a alterações promovidas no Plano Anual de Fiscalização 2015, aprovado pela Portaria SUINF nº 265, de 26/12/2014, tendo em vista que a previsão inicial ocorreu com base no Plano Anual de Fiscalização 2014, em meados de maio do mesmo ano. Assim sendo, considerando a previsão reprogramada de 672 vistorias de fiscalização no ano de 2015, foram realizadas 658 inspeções in loco, resultando em 98% da meta programada, o que pode ser considerado bastante satisfatório.

É importante apontar que, a partir do ano de 2013, houve alteração da metodologia de fiscalização, com conseqüente mudança no respectivo escopo. O Plano Anual de Fiscalização passou a considerar como completa a vistoria quando o trecho rodoviário for percorrido e verificado integralmente, com a finalidade de garantir a efetividade da fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais das concessões.

Deve-se esclarecer que a previsão de um número menor de inspeções no ano de 2015 em comparação com o ano de 2014 ocorreu em virtude de adequação das equipes de fiscalização ao aumento de 40% do número de concessões a serem vistoriadas, ampliando de 15 para 21 trechos rodoviários concedidos, sendo que estas acarretaram em um aumento de 96% na extensão a ser fiscalizada, sem que houvesse incremento proporcional no número de agentes de fiscalização. Ademais, há atividades específicas nas fases iniciais da concessão que não são consideradas inspeções rotineiras, sendo que apenas estas fazem parte do escopo do Plano Anual de Fiscalização. No entanto, esta redução do número de vistorias não prejudicou o acompanhamento das concessões, pois além do auxílio prestado às equipes de fiscalização pelas empresas supervisoras contratadas pela ANTT, houve a realização de ajustes nos procedimentos das atividades da fiscalização com a finalidade de adequá-los à nova realidade da Agência.

Os resultados obtidos pela ANTT, tanto no ambiente interno quanto externo, demonstram os avanços no propósito de melhorar o sistema de transporte terrestre, de maneira a se permitir a fluidez do tráfego, a segurança e o conforto dos usuários nas rodovias concedidas, que amplie a capacidade de transporte, além do atendimento das necessidades dos usuários que utilizam os serviços sob sua regulação.

6. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

As informações ora apresentadas foram fornecidas pela Secretaria Federal de Controle Interno, unidade desta CGU, e contemplam a análise sucinta dos trâmites e aspectos operacionais para aprovação dos projetos de financiamentos e empréstimos, bem como o resultado relevantes das auditorias e fiscalizações realizadas nos projetos em execução.

Empréstimos e Doações Junto a Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito

Os principais agentes internacionais de fomento com os quais o Brasil executou projetos no ano de 2015 foram:

- BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Consórcio de Bancos
- Grupo Societé Generale (Banco Francês)
- Credit Suisse
- CAF - Corporação Andina de Fomento
- AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento
- JICA - Japan International Cooperation Agency (agência japonesa)
- BEI – Banco Europeu de Investimento
- BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria. S.A.
- BAML – Bank of America Merrill Lynch
- JBIC - Japan Bank For International Cooperation (banco japonês)
- BNP Paribas (Banco Francês)
- KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco Alemão)
- GEF - Global Environment Facility
- FONPLATA - Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
- MLW - MLW intermed – Negociação e consultoria de produtos e equipamentos na Saúde e Educação
- FIDA - Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura
- Comunidade Europeia
- WWF - Fundo Mundial para a Natureza
- CITIES ALLIANCE

Projetos em execução

Estiveram em execução no ano de 2015, nos âmbitos federal, estadual e municipal 212 projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, assim distribuídos:

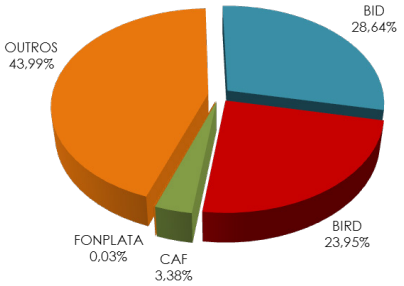
PROJETOS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2015 - POR ORGANISMO

ORGANISMO	PARTICIPAÇÃO EM NÚMERO DE PROJETOS (%)	PARTICIPAÇÃO EM VOLUME DE RECURSOS (%)
BID	45,75%	28,64%
BIRD	22,17%	23,95%
CAF	5,19%	3,38%
FONPLATA	0,47%	0,03%
Outros	26,42%	43,99%
TOTAL	100,00%	100,00%

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain/MP)

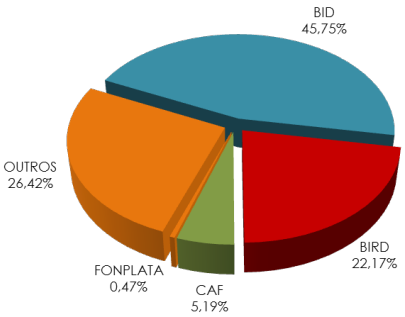
Essa carteira de projetos em execução no exercício de 2015 contabiliza um volume de recursos dos Organismos de US$ 35.166.537.723,35, que, somados a US$ 27.278.492.370,44 de contrapartida, totalizam US$ 62.445.030.093,79.

CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS
POR ORGANISMO INTERNACIONAL – 2015
(EM VOLUME DE RECURSOS – US$)



Fonte: Seain/MP

CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS
POR ORGANISMO INTERNACIONAL – 2015
(EM NÚMERO DE PROJETOS)



Fonte: Seain/MP

Discriminando-se o total de projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito por ente federativo, são evidenciadas as seguintes participações relativas:

PROJETOS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2015
POR ENTE FEDERATIVO

ENTE FEDERATIVO	PARTICIPAÇÃO EM NÚMERO DE PROJETOS (%)	PARTICIPAÇÃO EM VOLUME DE RECURSOS (%)
Estadual	61,32%	55,81%
Federal	22,17%	39,47%
Municipal	16,51%	4,72%
TOTAL GERAL	100,00%	100,00%

Fonte: Seain/MP

Considerando-se a carteira ativa de projetos da Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain/MP) em todas as fases do ciclo de vida dos projetos, além dos 212 projetos em execução, existem 70 em preparação, 14 em negociação de contrato, 40 aguardando assinatura do contrato e 36 projetos em análise pela COFIEX, totalizando 372 projetos.

Acordos de Cooperação Técnica Multilateral

De acordo com os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, a carteira de projetos de Cooperação Técnica Recebida Multilateral contabilizava, no final de 2015, 214 projetos em execução.

COOPERAÇÃO MULTILATERAL – PROJETOS POR ORGANISMO COOPERANTE (2015)

ORGANISMO INTERNACIONAL	Nº DE PROJETOS	PERCENTUAL
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	76	35,51%
UNESCO - Organizacão das Nacões Unidas para a Educação,Ciência e Cultura	52	24,30%
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	24	11,21%
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	17	7,94%
OEI - Organização dos Est. Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	11	5,14%
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	5	2,34%
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	4	1,88%
FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas	3	1,40%
OIMT - Organização Internacional das Madeiras Tropicais	3	1,40%
OTCA - Organização do Tratado de Coop. Amazônica	3	1,40%
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	3	1,40%
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe	2	0,93%
FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais	2	0,93%
UE – União Europeia	2	0,93%
OIT – Organização Internacional do Trabalho	1	0,47%
OMM - Organização Meteorológica Mundial	1	0,47%
ONU Habitat - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos	1	0,47%
ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres	1	0,47%
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde	1	0,47%
UIT – União Internacional de Telecomunicações	1	0,47%
UNOPS – Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos	1	0,47%
TOTAL	214	100,00%

Fonte: ABC (MRE)

A cooperação técnica multilateral é aquela desenvolvida entre o Brasil e organismos internacionais com mandato para atuar em programas e projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. O objetivo desse relacionamento é o de gerar ou transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento de capacidades nacionais em temas elencados como prioritários pelo Governo Brasileiro e sociedade civil.

CARTEIRA DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL POR SETOR – 2015

SETOR DE ATUAÇÃO	Nº DE PROJETOS	PERCENTUAL
Administração Pública	23	10,75%
Agricultura	11	5,14%
Cidades	6	2,80%
Ciência e Tecnologia	7	3,27%
Comunicações	5	2,34%
Cultura	9	4,21%
Desenvolvimento Social	32	14,95%
Educação	21	9,81%
Esporte	5	2,34%
Indústria e Comércio	4	1,87%
Justiça/Direitos Humanos	10	4,67%
Meio Ambiente	47	21,96%
Minas e Energia	5	2,34%
Pecuária	1	0,47%
Pesca	2	0,93%
Planejamento	10	4,67%
Saúde	7	3,27%
Segurança Pública	3	1,40%
Trabalho e Emprego	5	2,34%
Transportes	1	0,47%
TOTAL	214	100,00%

Fonte: ABC (MRE)

A cooperação técnica multilateral materializa-se por meio de treinamentos, seminários, reuniões, conferências, missões de curta duração, pré-projetos e projetos. Por meio dessas modalidades são prestadas consultorias, capacitação de recursos humanos, aquisição de bens e contratação de serviços. O caráter multilateral dessa vertente da cooperação internacional é enfatizado por força da aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade que balizam a atuação dos organismos internacionais.

A execução dos projetos e demais atividades de cooperação multilateral envolve o aporte de insumos técnicos e financeiros mobilizados pelos organismos internacionais e pelas instituições nacionais, em diferentes proporções.

Uma terceira origem de recursos, na esfera multilateral, são os fundos internacionais canalizados por uma das partes envolvidas.

Operações de Crédito Externo Contratadas Diretamente pela União em 2015

A União contratou, durante o exercício de 2015, operações de crédito externo nos valores totais de US$ 245,3 milhões e SEK 39,9 bilhões (Coroa Sueca), firmadas com o *Swedish Export Credit Corporation*.

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2015

CREDOR	DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR CORRESPONDENTE EM (US$)
Swedish Export Credit Corporation – AB SEK (AB SVENSK EXPORTKREDIT)	25/08/2015	Programa Aeronave de Combate F-X2	4.722.766.460,71
Swedish Export Credit Corporation – AB USD (AB SVENSK EXPORTKREDIT)	25/08/2015	Programa Aeronave de Combate F-X2	245.325.000,00
TOTAL			4.968.091.460,71

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31.12.2015

Na tabela a seguir, as informações de Doações recebidas no ano de 2015.

DOAÇÕES – 2015

CREDOR	DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR (US$)
BID	17/09/2015	Convênio de Cooperação Técnica não-reembolsável nº ATN/SX-14218-BR – Implantar o Inventário Florestal Nacional no Bioma Cerrado	16.450.000,00
TOTAL			16.450.000,00

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31.12.2015

O quadro abaixo apresenta a evolução das contratações de operações de crédito externo (financiamentos e doações) firmadas pela União desde o ano 2006 até 2015.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2006 A 2015
(US$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Financiamento de Projetos	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08	1.315,00	415,40	93,10	18,00	32,05	4.968,10
Doações	11,56	0,44	3,44	0,38	0,00	1,27	0,45	0,00	0,00	16,45
TOTAL	1.310,38	732,44	8,44	3.125,46	1.315,00	416,67	93,55	18,00	32,05	4.984,55

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31.12.2015

Concessão de Garantias da União em Operações de Crédito Externo

No ano de 2015 foram concedidas garantias externas no montante de US$ 225,00 milhões, destinados aos Estados, Municípios e Entidades Controladas, junto a Organismos Multilaterais e instituições financeiras.

CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 A 2015
(US$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 A 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
GARANTIAS CONCEDIDAS	12.496,23	7.401,63	2.188,93	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00
GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	3.078,47	1.060,00	673,66	-	-		-
GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	9.417,76	6.341,63	1.515,27	11.266,72	6.297,71	4.432,59	225,00

Fonte: Relação de Contratos da PGFN /COF em 31.12.2015

Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2015 não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. Os principais motivos foram a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o refinanciamento das dívidas estaduais e municipais pela União, o ajuste fiscal promovido pelos estados e municípios e as intervenções da Secretaria do Tesouro Nacional junto aos devedores.

EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO – 2004 A 2015
(US$ MILHÕES)

MUTUÁRIO	GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO		EVOLUÇÃO (%)
	2004	2005 A 2015	2004 A 2015
Administração Estadual	11,86	-	-
- Adm. Est. Direta	2,25	-	-
- Adm. Est. Indireta	9,61	-	-
Administração Municipal	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-
TOTAL	11,86	-	-

Fonte: STN

Projetos de Financiamento Externo Apresentados para Aprovação em 2015

No exercício de 2015 a Cofiex recebeu um total de 34 cartas-consulta relativas a financiamentos e doações para análise, assim distribuídas por fonte de financiamento:

DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA RECEBIDAS EM 2015
POR FONTE DE FINANCIAMENTO

FONTE RESUMIDA	NÚMERO DE PROJETOS	VOLUME DE RECURSOS (US$)
BID	11	2.719.676.236,00
BIRD	1	60.330.000,00
CAF	10	845.761.776,00
Outros	12	1.457.173.998,00
TOTAL	34	5.082.942.010,00

Fonte: Seain/MP

Operações de Crédito Externo Recomendadas para Negociação em 2015

As operações de financiamento/doação referentes a projetos recomendados/aprovados pela Cofiex para contratação, junto a organismos multilaterais, ao longo do exercício de 2015, encontram-se discriminadas no quadro a seguir.

RECOMENDAÇÃO COFIEX 2015
(EM US$ 1,00)

FONTE EXTERNA	Nº DE OPERAÇÕES	EMPRÉSTIMO
BID	7	442.406.873,00
BIRD	2	293.300.000,00
CAF	7	557.792.926,00
Outras	2	250.000.000,00
TOTAL	18	1.543.499.799,00

Fonte: Seain/MP

O quadro a seguir discrimina as operações de financiamento/doação aprovadas pela Cofiex por ente federativo de 2015.

RECOMENDAÇÃO COFIEX 2015
PROJETOS FEDERAIS/ESTADUAIS/MUNICIPAIS (EM US$ 1,00)

ESFERA	Nº OPERAÇÕES	EMPRÉSTIMO
Estadual	2	1.400.000,00
Federal	1	250.000.000,00
Municipal	15	1.292.099.799,00
TOTAL GERAL	18	1.543.499.799,00

Fonte: SEAIN (MP)

Fluxo Financeiro Decorrente de Financiamentos Externos

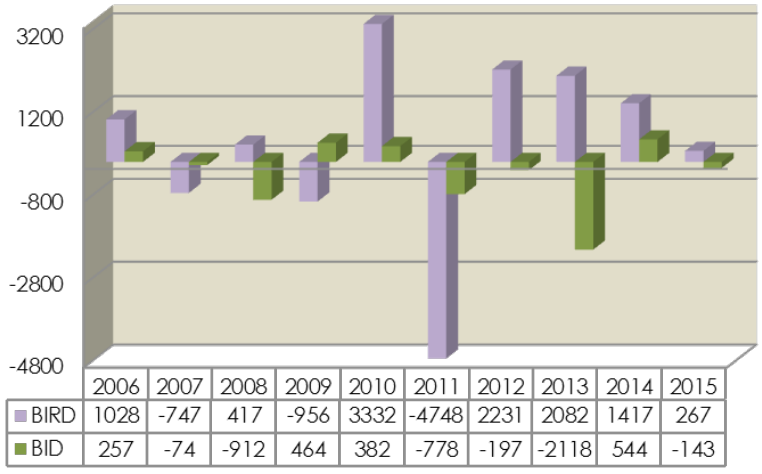
Em 2015, foram desembolsados em favor do Brasil recursos da ordem de US$ 1.996 milhões nos projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano.

BANCO MUNDIAL E BID (EM US$ MILHÕES)

ANO	FLUXO FINANCEIRO – ANO CALENDÁRIO				APROVAÇÕES E CONTRATAÇÕES	
	DESEMBOLSO (A)	AMORTIZAÇÃO (B)	JUROS E COMISSÕES (C)	TRANSF. LÍQUIDA [A-(B+C)]	APROVAÇÃO	CONTRATAÇÃO
2006	2.833	2.396	898	(461)	1.721,1	1.976,1
2007	2.796	2.393	881	(478)	1.847,0	2.811,6
2008	1.340	1.924	896	(1.479)	5.491,7	3.432,9
2009	4.137	1.687	957	1.493	5.408,3	3.988,4
2010	2.479	1.817	1.027	(365)	6.802,9	8.690,2
2011	2.425	1.862	924	(362)	2.913,7	2.074,7
2012	2.537	2.979	710	(1.153)	6.551,8	7.597,8
2013	6.022	4.272	536	1.214	5.867,0	5.591,2
2014	3.602	7.382	424	(4.204)	3.675,6	3.486,9
2015	1.996	1.419	453	123	558,5	225,0

Fonte: SIGS/SEAIN (MP)

FLUXO FINANCEIRO – BIRD / BID
(EM US$ MILHÕES)



Fonte: SISPRO/SEAIN (MP)

Agentes de Governo e Etapas de Aprovação de Acordos de Financiamento com Recursos Externos

As etapas de aprovação dos projetos identificam as responsabilidades das entidades e das pessoas envolvidas e os trabalhos que devem ser por elas realizados. As fases são:

- 1ª fase: Identificação - Atividade desenvolvida pelas agências de fomento e pelo Tomador, visando delinear genericamente os objetivos e as ações de um projeto;
- 2ª fase: Preparação - Elaboração do projeto para ser apresentado e avaliado pelas agências de fomento visando obtenção de financiamento;
- 3ª fase: Avaliação Prévia - (Appraisal no BIRD e POD no BID): A agência de fomento avalia o projeto que foi preparado pelo futuro Tomador e produz o primeiro Documento do Projeto (Staff Appraisal Report ou POD);
- 4ª fase: Negociação - Cria-se o vínculo jurídico entre as agências de fomento e o Tomador. São negociados os termos finais dos acordos e assinados os documentos contratuais necessários à formalização do empréstimo (acordo de Empréstimo, Garantias);
- 5 ª fase: Execução ou Implementação - O Tomador executa as atividades do projeto; e
- 6ª fase: Avaliação Posterior - Compreende o estudo dos resultados e dos efeitos do projeto.

Ao longo da realização das fases de um projeto e para a consecução das mesmas, deve ocorrer a tramitação documental das propostas de financiamento externo nas instâncias competentes, tal como descrito a seguir:

- Executor Nacional apresenta Carta Consulta à Seain/MP;
- Executor Nacional faz consulta e obtém a aprovação da Cofiex;
- Executor Nacional procede à identificação e preparação dos documentos do Projeto (pode contar com o apoio do Agente financiador);
- Executor Nacional procede à avaliação prévia do projeto (pode contar com o apoio do Agente financiador);
- Executor Nacional apresenta documentação para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para formalização do processo e manifestação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP), ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Executor Nacional e o Agente financiador promovem a negociação do texto final do projeto;
- Distribuem Minutas Contratuais para todos os órgãos envolvidos (SPI/MP, Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, SOF/MP, PGFN, Órgão Executor);
- São demandados, pelo Executor Nacional, pareceres do Banco Central e STN, sobre a operação de crédito e o aval da União;
- Documento é encaminhado à Diretoria do Banco para aprovação;
- Executor Nacional encaminha documento final à STN e esta solicita a aprovação pelo Senado Federal (a quem compete privativamente, as autorizações de operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do artigo 52 da Constituição Federal);
- Senado aprova e devolve à STN para providências;
- Congresso Nacional aprova a contemplação da operação de crédito externo no Orçamento Geral da União;
- Executor Nacional e o Banco financiador assinam documento final;
- Executor Nacional procede à publicação do extrato do contrato; e
- Executor Nacional começa a executar o projeto.

No âmbito dos projetos com recursos externos, os procedimentos relativos às licitações e aos processos de seleção de consultores concentram-se na fase de execução. Contudo, há atividades ligadas aos processos de seleção e contratação de fornecedores em cada uma das fases do ciclo do projeto (planejamento de aquisições, negociação de pacotes de licitação, negociações relativas aos valores-limite para cada modalidade, avaliação, auditoria, etc.).

7. ESTIMATIVA DA CARGA TRIBUTÁRIA

Em atendimento à Norma de Execução nº 3/SFC/CGU/PR, de 4 de dezembro de 2015, relativa à Prestação de Contas da Presidenta da República, a qual solicita no ANEXO VI, alínea "n", que a Secretaria do Tesouro Nacional – STN – apresente a Estimativa da Carga Tributária Nacional em 2015, a Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – Cesef/STN – emitiu a Nota Técnica Conjunta nº 3/Cesef/STN, de 31 de março de 2016. A referida Nota apresenta a estimativa da carga tributária bruta referente ao exercício de 2015 e, ainda, a metodologia utilizada para o seu cálculo. Para baixar esse documento, clique no link **ESTIMATIVA DA CARGA TRIBUTÁRIA - NOTA TÉCNICA CONJUNTA CESEF-STN**.

Importante esclarecer que esta Nota tem caráter preliminar, pois, a estimativa da carga tributária nacional de forma mais detalhada é elaborada pela Receita Federal do Brasil e publicada em seu sítio no segundo semestre de cada exercício financeiro. Para acessar a estimativa da carga tributária de exercícios anteriores, clique no link:

http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-no-brasil-capa

8. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (DEMONSTRATIVOS)

Os demonstrativos do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais estão dispostos na seguinte estrutura:

- Empréstimos e Financiamentos - Efetivamente Concedidos;
- Empréstimos e Financiamentos - A Fundo Perdido;
- Empréstimos e Financiamentos - Recebimentos;
- Empréstimos e Financiamentos - Saldos Atuais em 31/12/2014;
- Empréstimos e Financiamentos - Saldos Atuais em 31/12/2015;
- Demonsrtativo da Dotação por Órgão e Unidade Orçamentária 2015;
- Execução Orçamentária do Orçamento de Investimento - por Fontes de Financiamento; e
- Abertura de Créditos Adicionais ao Orçamento de Investimento.

Todos os demonstrativos acima podem ser baixados pelo link **ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

9. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9.1. DEMONSTRATIVOS POR ÓRGÃO SUPERIOR

Os Demonstrativos por Órgão Superior trazem, por órgão, as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Financeiro (BF);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP).

Todos as demonstrações contábeis, Por Órgão Superior, podem ser baixadas pelo link **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR ÓRGÃO SUPERIOR**

9.2. DEMONSTRATIVOS POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO

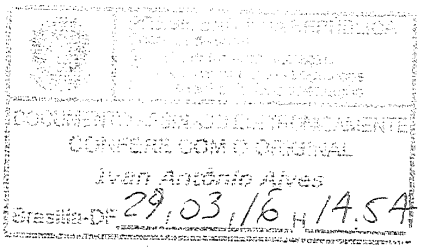
Os Demonstrativos Por Tipo de Administração apresentam as informações classificadas nas seguintes denominações:

- Administração Direta;
- Administração Direta, Indireta e Fundos (Todos);
- Autarquias;
- Fundações;
- Empresas Públicas;
- Sociedades de Economia Mista;
- Fundos;
- Autarquias e Fundações;
- Administração Indireta (exceto Fundos);
- Fundos da Administração Direta;
- Fundos da Administração Indireta;

Todos as demonstrações contábeis, Por Tipo de Administração, podem ser baixadas pelo link **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO**

SUPAR

00001.000948/2016-21



EM nº 00004/2016 CGU

Brasília, 29 de Março de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a Prestação de Contas do Poder Executivo Federal, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, organizada em um volume contendo o Relatório sobre os Orçamentos e Atuação por Eixo Temático, o Relatório do Controle Interno e os Balanços e Demonstrativos Contábeis da União.

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, as Contas relativas ao exercício de 2015 devem ser submetidas ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no inciso XXIV art. 84 da Constituição da República, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Fale com o Senado
0800 61 2211